



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2132

Segunda-feira - 28 de Novembro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Gaspar	224	Palhoça	438
Alto Bela Vista.....	3	Governador Celso Ramos	274	Papanduva.....	467
Anchieta	5	Grão Pará	275	Paraíso	469
Arabutã	12	Guaraciaba	280	Passos Maia	470
Arroio Trinta.....	14	Guaramirim.....	281	Penha.....	471
Balneário Piçarras.....	15	Guarujá do Sul	293	Peritiba.....	479
Balneário Rincão	34	Herval d'Oeste	295	Pinheiro Preto	481
Barra Velha.....	35	Imbituba	296	Pomerode.....	502
Benedito Novo	36	Indaial.....	299	Porto Belo.....	503
Biguaçu	38	Iomerê.....	302	Porto União.....	504
Blumenau	41	Ipuacú.....	303	Presidente Nereu.....	506
Bom Jesus do Oeste	43	Itá	304	Princesa	657
Bom Retiro	44	Itaiópolis	310	Rio do Sul.....	659
Botuvera.....	45	Itapiranga.....	311	Romelândia.....	661
Brusque.....	46	Itapoá	312	Salto Veloso.....	664
Caçador.....	49	Ituporanga	319	Santa Terezinha do Progresso	667
Camboriú.....	57	Jacinto Machado	320	São Bento do Sul.....	669
Campo Alegre	58	Jaraguá do Sul	321	São Carlos	673
Campo Erê.....	62	Joaçaba	332	São João do Sul	676
Campos Novos.....	64	Lages	374	São José.....	678
Canoinhas.....	73	Lauro Muller	376	São Lourenço do Oeste.....	685
Capinzal	82	Lebon Regis.....	377	São Miguel do Oeste.....	686
Catanduvas.....	84	Leoberto Leal.....	379	Schroeder.....	689
Caxambu do Sul.....	86	Lindóia do Sul	383	Seara	743
Chapadão do Lageado	99	Luzerna	385	Siderópolis.....	757
Chapecó	100	Mafra	386	Sombrio.....	777
Cocal do Sul.....	109	Maravilha.....	388	Sul Brasil	778
Concórdia	115	Marema.....	389	Tigrinhos	779
Cordilheira Alta	151	Massaranduba.....	390	Timbó	786
Corupá	194	Meleiro	392	Treze Tilias	789
Dionísio Cerqueira	195	Modelo	393	Trombudo Central.....	790
Ermo	196	Mondaí.....	394	Tunápolis.....	791
Faxinal dos Guedes.....	197	Monte Carlo	399	União do Oeste	793
Flor do Sertão	198	Navegantes.....	400	Videira.....	795
Forquilha.....	199	Novo Horizonte	434	Xanxerê.....	803
Fraiburgo.....	212	Orleans	435	Xavantina	804
Garopaba.....	219	Ouro	436	Xaxim.....	809
Garuva	223	Paial.....	437		

Consórcios

CIMCATARINA.....	810
CIS/AMMVI.....	883
CIS/AMURES.....	884
CPIMMOC	884

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 275/2016

PORTARIA Nº 275/2016 de 25 de novembro de 2016
"CONCEDE ADICIONAL POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDORES QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder aos funcionários abaixo nominados o adicional por grau de instrução no percentual de 10%, vez que os servidores efetivos estão acessando o adicional referente ao Curso em nível de Graduação na área de atuação, conforme o artigo 112, III da Lei 058/2009 conforme Certidão de Colação de Grau e Comunicação Interna nº 7/2016 em anexo.

Evarista Bernadete Trento – CPF 908.059.929-87 ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo – Curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos.

Claudete Aparecida de Assis – CPF 006.597.239-21 ocupante do cargo efetivo de Assistente administrativo – Curso de Administração.

Arcoelino João Bortolini – CPF 422.798.109-30 ocupante do cargo efetivo de Motorista – Curso de Administração.

Marilucy Sare Kusmann – CPF 023.802.499-70 ocupante do cargo efetivo de Assistente administrativo – Curso de Administração.

Laerte Afonso Verona – CPF 534.271.909-78 ocupante do cargo efetivo de Motorista – Curso de Administração.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Os funcionários deverão apresentar dentro de 180 da data de emissão da Certidão de Colação de Grau o Diploma para a permanência do adicional.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Prefeitura de Água Doce, 25 de novembro de 2016
Novelli Sganzerla
Prefeito

PORTARIA 276/2016

PORTARIA Nº 276/2016 de 25 de novembro de 2016
"EXONERAR A PEDIDO DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a pedido o servidor MANOEL CAMPOS QUINTILHAN NETO, brasileiro, inscrito no CPF sob Nº 289.493.589-72, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar em 23/11/2016, conforme requerimento em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 25 de novembro de 2016
Novelli Sganzerla
Prefeito

PORTARIA 277/2016

PORTARIA Nº 277/2016 de 25 de novembro de 2016
"CONFERIR DESISTÊNCIA TÁCITA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014 – VAGA EM CARATER TEMPORÁRIO"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conferir desistência tácita, por não comparecimento no prazo legal, do Concurso Público 015/2014, de MAX FALCHETTI COSSUL, referente ao cargo em caráter temporário de Odontólogo - 40 horas conforme convocação em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 25 de novembro de 2016
Novelli Sganzerla
Prefeito

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2284 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

CONSTITUI E DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Coordenadora para acompanhamento e fiscalização das aplicações das Provas do Concurso Público nº 02/2016, designando os seguintes servidores públicos municipais, para sua composição:

- I – Franciane Carina Zis, que será a presidente;
- II – Marcelo Contessotto, que será o secretário;
- III – Marcia Schneider Nordt, membro;

Art. 2º Os Servidores Públicos Municipais, designados, nos termos do artigo anterior, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se ao acompanhamento dos certames.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 23 de outubro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2285 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

ESTABELECE ESCALA DE SOBREAVISO PARA SERVIDORES DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecida a Escala, de sobreaviso dos servidores da saúde para o período, conforme segue.

§ 1º - Servidores na função de motorista;

- a) Do dia 03/12 a 09/12 – Servidores Marcos Finger e Marinho Sergio Castro;
- b) Do dia 10/12 a 16/12 – Servidores Adilson Schwingel e Paulo Cesar Brito;
- c) Do dia 17/12 a 23/12 – Servidor Marcos Finger;
- d) Do dia 24/12 a 30/12 – Servidor Marinho Sergio Castro e Paulo Cesar Brito;
- e) Do dia 31/12 a 06/01/2017 – Servidor Adilson Schwingel.

§ 2º - Servidor na função de Técnica de Enfermagem;

- a) Do dia 03/12 a 09/12 - Servidora Marcia Schneider Nordt;

b) Do dia 17/12 a 23/12 - Servidora Marcia Schneider Nordt;

c) Do dia 31/12 a 06/01/2017 - Servidora Marcia Schneider Nordt.

Art. 2º. Os servidores relacionados na escala acima, na função de motorista perceberão o valor de R\$ 853,08 (oitocentos e cinquenta e três reais com oito centavos), na forma de gratificação, conforme artigo 5º da Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único – Os servidores relacionados na escala acima na função de Técnica de Enfermagem perceberão o adicional de salário conforme descrito no artigo 6º Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista, 23 de novembro de 2016.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal
Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LOTETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

DECRETO Nº 2286 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do art. 5º item "a" da Lei Municipal nº 682, de 17 de dezembro de 2015;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 876,80 (Oitocentos e setenta e seis reais, oitenta centavos), na seguinte ação orçamentária:

04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.02	Fundo Mun. de Desenv. da Agropec. - FUNDEAGRO
20	AGRICULTURA
20.608	Promoção da Produção Agropecuária
20.608.0013	Ações de Promoção da Pecuária
20.608.0013.2.027	Atividades de Assistência Técnica/Veterinária
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 876,80

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldo na seguinte ação orçamentária:

04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.02	Fundo Mun. de Desenv. da Agropec. - FUNDEAGRO
20	AGRICULTURA
20.608	Promoção da Produção Agropecuária
20.608.0013	Ações de Promoção da Pecuária
20.608.0013.2.027	Atividades de Assistência Técnica/Veterinária
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 876,80

Art. 3º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.600,00 (Três mil, Seiscentos reais), na seguinte ação orçamentária:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.060	Serviços Médicos, Hospitalares e de diagnóstico
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.71.00.0.1.0301	Transferências a Consórcios Públicos
	R\$ 3.600,00

Art. 4º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldo na seguinte ação orçamentária:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.060	Serviços Médicos, Hospitalares e de diagnóstico
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 3.600,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista/SC, em 23 de Novembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2287 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

"INSTITUI A COMISSÃO COORDENADORA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA"

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e em conformidade com a legislação pertinente,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Alto Bela Vista,

conforme a Lei n.º 670/2015 de 19 de Junho de 2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2º São atribuições da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

I - Promover reuniões para estudo, análise e aprovação dos dados encaminhados pela Gerência Municipal de Educação;

II - Organizar Consulta Pública para analisar os dados preliminares do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;

III - Sistematizar os resultados da Consulta Pública em documento: Plano Municipal de Educação – Versão Final e encaminhar à Gerência Municipal de Educação;

IV - Publicizar os resultados do Monitoramento do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º Ficam designadas as seguintes instituições e representantes de classe/órgão/entidade para indicarem representantes que formarão a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

I - Gerência Municipal de Educação: Mirian Schneider;

II - Conselho Municipal de Educação: Jussara Rettore Rekshause;

III - Poder Legislativo Municipal: Rosicler Benincá;

IV - Representante dos Conselhos Escolares das escolas: Tania Catarina Nilson;

V - Representante dos Diretores das Escolas: Fernanda Schneider Kartabil;

VI - Representantes dos Professores: Gisele Bianqui Koller Castro;

VII - Representantes de Pais e Alunos: Ronie Edson Maltauro;

VIII - Representante do Conselho do FUNDEB: Lourdes Rover Koller;

IX - Representante da Coordenadora Municipal da Assistência Social – Cleide Maria Nilson Bourckhardt;

X - Representante da Gerência da Saúde – Ademar Amant;

XI - Representante da Escola Estadual do Município – Rosangela Freis Schwingel;

XII - Representante da APAE – Daniela Benelli.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 25 de Novembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº. 171/2016, de 18 de novembro de 2016.

DECRETO Nº. 171/2016, de 18 de novembro de 2016.
DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DA ÁREA VERDE E DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO LOTEAMENTO "ALTOS DA COLINA", DE PROPRIEDADE DE LOTEADORA E INCORPORADORA ANCHIETA LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar n. 026/2010, em seu art. 55 e seguintes;

Considerando a necessidade de retificação de confrontações da "ÁREA VERDE E DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE".

DECRETA

Art. 1º. Fica retificada as confrontações da "ÁREA VERDE E DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE", do LOTEAMENTO "ALTOS DA COLINA", de propriedade de LOTEADORA E INCORPORADORA ANCHIETA LTDA, representada por Joanival Camargo, portador do CPF nº 777.649.279-53 e RG nº 2644252, brasileiro, corretor de imóveis, residente e domiciliado na cidade de Anchieta/SC;

§1º As áreas em epígrafe serão dispostas da seguinte forma:

I- ÁREA VERDE COM ÁREA TOTAL DE 2.346,23 M2

NOROESTE; Com a Rua Dirceu Pauletti na ext. de 66,280m
NORDESTE; Com parte da chácara nº69 na ext. de 36,129m
SUDOESTE; Com o lote urbano nº 01 na ext. de 30,469m e com parte da chácara nº69 na ext. de 5,60m
SUDESTE; Com parte da chácara nº69 na ext. de 9,45m e com parte da chácara nº70 na ext. de 56,303m

II- ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE COM ÁREA TOTAL DE 2.043,35M²

NOROESTE; Com o lote urbano nº 01 na ext. de 27,679m
NORDESTE; Com a Área na ext. de 64,641m e com parte da chácara nº 69 C.R.I. Mat – 331 na ext. de 13,24m
SUDOESTE; Com a Rua Henrique Scholtze na ext de 66,338m
SUDESTE; Com o lote urbano nº 02 na ext de 32,656m

Art. 2º. As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se o parcialmente o Decreto n.º 059/2015, de 30 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), 18 de novembro de 2016.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 18 de novembro de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

DECRETO Nº. 172/2016, de 22 de novembro de 2016.

DECRETO Nº. 172/2016, de 22 de novembro de 2016.
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO LOTEAMENTO "PRIMAVERA", DE PROPRIEDADE DE PEZARICO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar n. 026/2010, em seu art. 55 e seguintes;

Considerando o projeto do FUTURO LOTEAMENTO "PRIMAVERA", que será constituído sobre Parte das chácaras nº 124 (sento e vinte quatro) e 125 (sento e vinte e cinco) com área de 23.792,86 m2 (Vinte e três mil, setecentos e noventa e dois metros com oitenta e seis décimos quadrados), situado no perímetro urbano de Anchieta- SC, com registro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Anchieta sob o número 5.526, de propriedade da Empresa Pezarico Empreendimentos Imobiliários LTDA, com o respectivo memorial descritivo e ART, aprovado pela área técnica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o LOTEAMENTO "PRIMAVERA", que será constituído sobre Parte das chácaras nº 124 (sento e vinte quatro) e 125 (sento e vinte e cinco) com área de 23.792,86 m2 (Vinte e três mil, setecentos e noventa e dois metros com oitenta e seis décimos quadrados), situado no perímetro urbano de Anchieta- SC, com registro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Anchieta sob o número 5.526, de propriedade da Empresa Pezarico Empreendimentos Imobiliários LTDA, representada pelo Senhor Aliceu José Pezarico, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 032.531.719-49, RG: 211.606, residente e domiciliado à Av. Anchieta, 332, 1º andar, centro, nesta cidade de Anchieta/SC.

§1º As áreas do loteamento serão dispostas da seguinte forma:

I- ÁREAS CONFRONTANTES:

O Loteamento é delimitado por um polígono irregular, confrontando: ao NOROESTE: com o travessão do perímetro urbano da cidade de Anchieta medindo 181,02 m2; NORDESTE: Com parte da chácara nº 124, medindo 179,27 metros; SUDESTE: Com parte da chácara nº 124, medindo 45,00 metros; NORDESTE: Com parte da chácara nº 124, medindo 85,00 metros; SUDESTE: Com parte da chácara nº 390 e 394, medindo 53,19 metros. SUDOESTE: Com parte da chácara nº 125, medindo 123,12 metros. NOROESTE: Com parte da chácara nº 125, medindo 46,00 metros. SUDOESTE: Com parte da chácara nº 125, medindo 16,66 metros, fechando assim o perímetro.

O presente loteamento é interceptado pelo PROLONGAMENTO DAS RUAS OLINDA E RUA TIRADENTES, RUA EVALDO JOÃO PESERICO, RUA MARIA MARIANI PESERICO e RUA DOM JOSÉ GOMES.

II – LOTEAMENTO**QUADRA 01:**

LOTE INSTITUCIONAL - LOTE URBANO NÚMERO 01 (UM), da quadra nº 01(UM), com área de 250,04m2 (duzentos e cinquenta metros com quatro décimos quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO esquina com a RUA OLINDA, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes

confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 02, medindo 7,34 metros;
SUDESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 34,13 metros;
SUDOESTE: com a RUA OLINDA, medindo 7,34 metros;
NOROESTE: com parte da mesma chácara nº 125, medindo 34,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 02 (DOIS), da quadra nº 01(UM), com área de 361,20m² (trezentos e sessenta e um metros com vinte decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 03, medindo 24,00 metros;
SUDESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 15,00 metros;
SUDOESTE: com o lote urbano nº 01 e parte da mesma chácara nº 125, medindo 24,00 metros;
NOROESTE: com o travessão do perímetro urbano da cidade de Anchieta, medindo 15,05 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 03 (TRÊS), da quadra nº 01(UM), com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 04, medindo 24,00 metros;
SUDESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 15,00 metros;
SUDOESTE: com o lote urbano nº 02, medindo 24,00 metros;
NOROESTE: com o travessão do perímetro urbano da cidade de Anchieta, medindo 15,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 04 (QUATRO), da quadra nº 01(UM), com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 05, medindo 24,00 metros;
SUDESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 15,00 metros;
SUDOESTE: com o lote urbano nº 03, medindo 24,00 metros;
NOROESTE: com o travessão do perímetro urbano da cidade de Anchieta, medindo 15,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 05 (CINCO), da quadra nº 01(UM), com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 06, medindo 24,00 metros;
SUDESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 15,00 metros;
SUDOESTE: com o lote urbano nº 04, medindo 24,00 metros;
NOROESTE: com o travessão do perímetro urbano da cidade de Anchieta, medindo 15,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 06 (SEIS), da quadra nº 01(UM), com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 07, medindo 24,00 metros;
SUDESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 15,00 metros;
SUDOESTE: com o lote urbano nº 05, medindo 24,00 metros;
NOROESTE: com o travessão do perímetro urbano da cidade de Anchieta, medindo 15,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 07 (SETE), da quadra nº 01(UM), com

área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 08, medindo 24,00 metros;
SUDESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 15,00 metros;
SUDOESTE: com o lote urbano nº 06, medindo 24,00 metros;
NOROESTE: com o travessão do perímetro urbano da cidade de Anchieta, medindo 15,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 08 (OITO), da quadra nº 01(UM), com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 09, medindo 24,00 metros;
SUDESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 15,00 metros;
SUDOESTE: com o lote urbano nº 07, medindo 24,00 metros;
NOROESTE: com o travessão do perímetro urbano da cidade de Anchieta, medindo 15,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 09 (NOVE), da quadra nº 01(UM), com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 10, medindo 24,00 metros;
SUDESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 15,00 metros;
SUDOESTE: com o lote urbano nº 08, medindo 24,00 metros;
NOROESTE: com o travessão do perímetro urbano da cidade de Anchieta, medindo 15,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 10 (DEZ), da quadra nº 01(UM), com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 11, medindo 24,00 metros;
SUDESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 15,00 metros;
SUDOESTE: com o lote urbano nº 09, medindo 24,00 metros;
NOROESTE: com o travessão do perímetro urbano da cidade de Anchieta, medindo 15,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 11 (ONZE), da quadra nº 01(UM), com área de 564,24m² (quinhentos e sessenta e quatro metros com vinte e quatro decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO esquina com a Rua Tiradentes, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com a Rua Tiradentes, medindo 32,93 metros;
SUDESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 12,23 metros;
SUDOESTE: com o lote urbano nº 10, medindo 24,00 metros;
NOROESTE: com o travessão do perímetro urbano da cidade de Anchieta, medindo 34,79 metros;

QUADRA 02:

LOTE URBANO NÚMERO 12 (DOZE), da quadra nº 02(DOIS), com área de 432,81m² (quatrocentos e trinta dois metros com oitenta e um decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO esquina com a RUA OLINDA, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 25, medindo 14,44 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 13, medindo 30,58 metros;
SUDOESTE: com a RUA OLINDA, medindo 14,42 metros;
NOROESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 30,02 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 13 (TREZE), da quadra nº 02(DOIS), com área de 372,25 m2 (trezentos e setenta e dois metros com vinte e cinco decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA OLINDA, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com os lotes urbanos nº 24 e 25, medindo 12,00 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 14, medindo 32,15 metros;

SUDOESTE: com a RUA OLINDA, medindo 12,00 metros;

NOROESTE: com o lote urbano nº 12, medindo 30,58 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 14 (QUATORZE), da quadra nº 02(DOIS), com área de 391,26m2 (trezentos e noventa e um metros com vinte e seis decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA OLINDA, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com os lotes urbanos nº 23 e 24, medindo 12,00 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 15, medindo 33,73 metros;

SUDOESTE: com a RUA OLINDA, medindo 12,00 metros;

NOROESTE: com o lote urbano nº 13, medindo 32,15 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 15 (QUINZE), da quadra nº 02(DOIS), com área de 410,28 m2 (quatrocentos e dez metros com vinte e oito decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA OLINDA, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com os lotes urbanos nº 22 e 23, medindo 12,00 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 16, medindo 35,31 metros;

SUDOESTE: com a RUA OLINDA, medindo 12,00 metros;

NOROESTE: com o lote urbano nº 14, medindo 33,73 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 16 (DEZESSEIS), da quadra nº 02(DOIS), com área de 429,00 m2 (quatrocentos e vinte e nove metros quadrados), sem acessões, situado na RUA OLINDA, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com os lotes urbanos nº 20 e 22 medindo 12,15 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 17, medindo 36,05 metros;

SUDOESTE: com a RUA OLINDA, medindo 12,00 metros;

NOROESTE: com o lote urbano nº 15, medindo 35,31 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 17 (DEZESSETE), da quadra nº 02(DOIS), com área de 409,48 m2 (quatrocentos e nove metros com quarenta e oito decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA OLINDA, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 20, medindo 11,96 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 18, medindo 34,61 metros;

SUDOESTE: com a RUA OLINDA, medindo 12,00 metros;

NOROESTE: com o lote urbano nº 16, medindo 36,05 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 18 (DEZOITO), da quadra nº 02(DOIS), com área de 391,49 m2 (trezentos e noventa e um metros com quarenta e nove decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA OLINDA, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 20, medindo 11,95 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 19, medindo 33,17 metros;

SUDOESTE: com a RUA OLINDA, medindo 12,00 metros;

NOROESTE: com o lote urbano nº 17, medindo 34,61 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 19 (DEZENOVE), da quadra nº 02(DOIS), com área de 747,55 m2 (setecentos e quarenta e sete metros com cinquenta e cinco decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA OLINDA esquina com a RUA C. DOM JOSÉ GOMES, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 20, medindo 35,67 metros;

SUL: com a RUA C. DOM JOSÉ GOMES, medindo 31,83 metros;

SUDOESTE: com a RUA OLINDA, medindo 13,40 metros;

NOROESTE: com o lote urbano nº 18, medindo 33,17 metros;

LOTE INSTITUCIONAL - LOTE URBANO NÚMERO 20 (VINTE), da quadra nº 02(DOIS), com área de 1.431,15m2 (mil quatrocentos e trinta e um metros com quinze decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA C. DOM JOSÉ GOMES, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORTE: com o lote urbano nº 21, medindo 14,31 metros;

LESTE: com parte da chácara nº 124, medindo 46,79 metros;

SUL: com a RUA C. DOM JOSÉ GOMES, medindo 12,34 metros;

SUDOESTE: com os lotes urbanos nº 16, 17, 18 e 19, medindo 62,84 metros;

NOROESTE: com o lote urbano nº 22, medindo 28,16 metros;

LESTE: com o lote urbano nº 21, medindo 30,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 21 (VINTE E UM), da quadra nº 02(DOIS), com área de 429,30 m2 (quatrocentos e vinte e nove metros com trinta decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA EVALDO JOÃO PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORTE: com a RUA EVALDO JOÃO PESERICO, medindo 14,31 metros;

LESTE: com parte da chácara nº 124, medindo 30,00 metros;

SUL: com o lote urbano nº 20, medindo 14,31 metros;

OESTE: com o lote urbano nº 20, medindo 30,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 22 (VINTE E DOIS), da quadra nº 02(DOIS), com área de 378,44 m2 (trezentos e setenta e oito metros com quarenta e quatro decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA EVALDO JOÃO PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com a RUA EVALDO JOÃO PESERICO, medindo 13,67 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 20, medindo 28,16 metros;

SUDOESTE: com os lotes urbanos nº 15 e 16, medindo 13,71 metros;

NOROESTE: com o lote urbano nº 23, medindo 27,20 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 23 (VINTE E TRÊS), da quadra nº 02(DOIS), com área de 360,80 m2 (trezentos e sessenta metros com oitenta decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA EVALDO JOÃO PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com a RUA EVALDO JOÃO PESERICO, medindo 13,50 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 22, medindo 27,20 metros;

SUDOESTE: com os lotes urbanos nº 14 e 15, medindo 13,53 metros;

NOROESTE: com o lote urbano nº 24, medindo 26,25 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 24 (VINTE E QUATRO), da quadra nº 02(DOIS), com área de 360,62 m2 (trezentos e sessenta metros com sessenta e dois decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA EVALDO JOÃO PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com a RUA EVALDO JOÃO PESERICO, medindo 14,00 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 23, medindo 26,25 metros;

SUDOESTE: com os lotes urbanos nº 13 e 14, medindo 14,03 metros;

NOROESTE: com o lote urbano nº 25, medindo 25,27 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 25 (VINTE E CINCO), da quadra nº 02(DOIS), com área de 443,40 m² (quatrocentos e quarenta e três metros com quarenta decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA EVALDO JOÃO PESERICO esquina com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com a RUA EVALDO JOÃO PESERICO, medindo 18,00 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 24, medindo 25,27 metros;

SUDOESTE: com os lotes urbanos nº 12 e 13, medindo 18,04 metros;

NOROESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 24,00 metros;

QUADRA 03:

LOTE URBANO NÚMERO 26 (VINTE E SEIS), da quadra nº 03(TRÊS), com área de 432,00 m² (quatrocentos e trinta e dois metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO esquina com a RUA EVALDO JOÃO PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 27, medindo 30,00 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 34, medindo 14,40 metros;

SUDOESTE: com a RUA EVALDO JOÃO PESERICO, medindo 30,00 metros;

NOROESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 14,40 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 27 (VINTE E SETE), da quadra nº 03(TRÊS), com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 28, medindo 30,00 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 34, medindo 12,00 metros;

SUDOESTE: com o lote urbano nº 26, medindo 30,00 metros;

NOROESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 12,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 28 (VINTE E OITO), da quadra nº 03(TRÊS), com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 29, medindo 30,00 metros;

SUDESTE: com os lotes urbanos nº 34 e 37 (área verde), medindo 12,00 metros;

SUDOESTE: com o lote urbano nº 27, medindo 30,00 metros;

NOROESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 12,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 29 (VINTE E NOVE), da quadra nº 03(TRÊS), com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 30, medindo 30,00 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 37 (área verde), medindo 12,00 metros;

SUDOESTE: com o lote urbano nº 28, medindo 30,00 metros;

NOROESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 12,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 30 (TRINTA), da quadra nº 03(TRÊS), com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO, no

município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 31, medindo 30,00 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 37 (área verde), medindo 12,00 metros;

SUDOESTE: com o lote urbano nº 29, medindo 30,00 metros;

NOROESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 12,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 31 (TRINTA E UM), da quadra nº 03(TRÊS), com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 32, medindo 30,00 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 37 (área verde), medindo 12,00 metros;

SUDOESTE: com o lote urbano nº 30, medindo 30,00 metros;

NOROESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 12,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 32 (TRINTA E DOIS), da quadra nº 03(TRÊS), com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 33, medindo 30,00 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 37 (área verde), medindo 12,00 metros;

SUDOESTE: com o lote urbano nº 31, medindo 30,00 metros;

NOROESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 12,00 metros

LOTE URBANO NÚMERO 33 (TRINTA E TRÊS), da quadra nº 03(TRÊS), com área de 527,10 m² (quinhentos e vinte e sete metros com dez decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com parte da chácara nº 124, medindo 39,51 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 37 (área verde), medindo 4,71 metros;

SUDOESTE: com o lote urbano nº 32, medindo 30,00 metros;

NOROESTE: com a RUA MARIA MARIANI PESERICO, medindo 30,43 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 34 (TRINTA E QUATRO), da quadra nº 03(TRÊS), com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem acessões, situado na RUA EVALDO JOÃO PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote urbano nº 37 (área verde), medindo 12,00 metros;

SUDESTE: com o lote urbano nº 35, medindo 30,00 metros;

SUDOESTE: com a RUA EVALDO JOÃO PESERICO, medindo 12,00 metros;

NOROESTE: com os lotes urbanos nº 26, 27 e 28, medindo 30,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 35 (TRINTA E CINCO), da quadra nº 03(TRÊS), com área de 485,57 m² (quatrocentos e oitenta e cinco metros com cinquenta e sete decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA EVALDO JOÃO PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORTE: com o lote urbano nº 37 (área verde), medindo 3,50 metros;

LESTE: com o lote urbano nº 36, medindo 28,01 metros;

SUL: com a RUA EVALDO JOÃO PESERICO, medindo 18,76 metros;

SUDOESTE: com a RUA EVALDO JOÃO PESERICO, medindo 11,55

metros;
NOROESTE: com o lote urbano Nº 34, medindo 30,00 metros;

LOTE URBANO NÚMERO 36 (TRINTA E SEIS), da quadra nº 03(TRÊS), com área de 362,96 m2 (trezentos e sessenta e dois metros com noventa e seis decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA EVALDO JOÃO PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

NORTE: com o lote urbano nº 37 (área verde), medindo 13,00 metros;

LESTE: com o lote urbano nº 37 (área verde), medindo 27,83 metros;

SUL: com a RUA EVALDO JOÃO PESERICO, medindo 13,00 metros;

OESTE: com o lote urbano Nº 35, medindo 28,01 metros;

ÁREA VERDE - LOTE URBANO NÚMERO 37 (TRINTA E SETE), da quadra nº 03(TRÊS), com área de 1.921,13 m2 (mil novecentos e vinte e um metros com treze decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA EVALDO JOÃO PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

LESTE: com parte da chácara nº 124, medindo 76,39 metros;

SUL: com a RUA EVALDO JOÃO PESERICO, medindo 22,09 metros;

OESTE: com o lote urbano nº 36, medindo 27,83 metros;

SUL: com os lotes urbanos nº 35 e 36, medindo 16,50 metros;

SUDOESTE: com o lote urbano nº 34, medindo 12,00 metros;

NOROESTE: com os lotes urbanos nº 28, 29, 30, 31, 32 e 33, medindo 61,11 metros;

Parágrafo Único: Faz parte integrante deste decreto os Anexos (Termo de compromisso de execução de obras de infraestrutura e Termo de caucionamento garantia e transferência de domínio e posse das áreas públicas).

Art. 2º. As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), 22 de novembro de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 22 de novembro de 2016.

Eduardo Scholtz Secretário de Administração e Gestão

TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA EM LOTEAMENTO, QUE PERANTE O MUNICÍPIO DE ANCHIETA SE OBRIGA A PEZARICO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS.

I - Partes, Fundamental Legal, Local e Data

01. Partes: De um lado, o Município de Anchieta/SC, neste termo simplesmente nomeada Município, representada por seu Prefeito Municipal, Ari Prestes de Oliveira o Secretário Municipal Responsável, Eduardo Scholtze, e por outro lado, Aliceu José Pezarico doravante designado Loteador, proprietário e/ou responsável pelo Loteamento Primavera constante do Decreto nº 172/2016 de 22 de novembro de 2016.

02. Fundamento Legal: Este termo de Compromisso tem seu fundamento legal no artigo 98 da Lei Municipal Nº. 26 de 2010, de Parcelamento do Solo.

03. Local e Data: Lavrado e Assinado aos 22 Dias do Mês de novembro do Ano de 2016.

II - Finalidade e Objeto

04. Finalidade: O presente Termo de Compromisso tem como finalidade formalizar as exigências legais a respeito da responsabilidade que tem o loteador de executar, sem quaisquer ônus para o Município, das obras de infraestrutura em Loteamento por ela aprovado.

05. Objeto: É objeto deste Termo de Compromisso a execução das Obras de Infraestrutura do Loteamento Primavera Requerido pelo Decreto nº 172/2016 de 22 de novembro de 2016.

III - Obrigações e Prazos

06. Obrigações e Prazos: Pelo presente Termo de Compromisso obriga-se o loteador, concomitantemente ao cumprimento de todas as disposições legais pertinentes, a:

a) Executar, no prazo de 2 (dois) anos e consoante cronograma aprovado, os seguintes serviços:

- Abertura das vias e praças, com respectivos marcos de alinhamento e nivelamento;

- Movimento de terra previsto;

- Rede de distribuição de água;

- Rede de energia elétrica;

- Rede de esgoto pluvial;

- Rede de esgoto sanitário ou delimitar e reservar faixa de domínio necessário à sua posterior implantação;

- Sistema de drenagem.

b) Facilitar a fiscalização permanente por parte do Município durante a execução das obras e serviços;

c) Fazer constar dos compromissos e/ou escrituras de compra e venda de lotes a condição de que estes só poderão receber construções depois da execução das obras de infraestrutura, ao menos em toda a extensão do logradouro onde estiverem localizados, sob vistoria e recebimento pela Municipalidade, consignando inclusive a responsabilidade solidária dos compromissários compradores ou adquirentes, na proporção da área de seus respectivos lotes;

d) Requerer, contando da data do Alvará de Licença para a execução das obras, a inscrição do loteamento no Registro de Imóveis no prazo de 90 (noventa) dias;

e) Solicitar, caso não concluídos os serviços no prazo estipulado, a prorrogação deste, antes do seu término, mediante ampla justificativa que não sendo aceita pela Municipalidade, sujeitá-lo-á a multa no Valor de 2 UFRMs, por dia útil de atraso seguinte.

f) Requerer, tão logo concluída a execução dos serviços, a entrega, total ou parcial, e sem quaisquer ônus para o Município, das vias, logradouros e áreas reservadas ao uso público, após vistoria que os declare de acordo, através do termo de cessão, recebimento e homologação.

IV - Eficácia, Validade e Revogação

07. Eficácia e Validade: O presente Termo de Compromisso entra em vigor na data da sua assinatura, adquirindo eficácia e validade na data de expedição do Alvará de licença pelo órgão competente do Município e terá seu encerramento após verificado o cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes.

08. Rescisão: São causas de revogação deste Termo de Compromisso a não obediência a qualquer de suas cláusulas, importando, em consequência, na cassação do Alvará de Licença para a execução das obras constantes do seu Projeto.

V- Foro e Encerramento

09. Foro: Para as questões decorrentes deste Termo é competente o foro legal da Comarca de Anchieta/SC.

10. Encerramento: E por estarem acordes, assinam este Termo de Compromisso os representantes das partes e das duas testemunhas

abaixo nomeadas.

Anchieta/SC, 22 de novembro de 2016.

Ari Prestes de Oliveira	Aliceu José Pezarico
Prefeito Municipal	Loteador e Proprietário

Testemunhas:

Nome:	Nome
CPF:	CPF:

TERMO DE CAUCIONAMENTO GARANTIA E TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO E POSSE DAS ÁREAS PÚBLICAS, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ANCHIETA E, PEZARICO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS.

A partir da "Data de inscrição do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis" passarão ao domínio do Município de Anchieta, as áreas destinadas a uso público. A venda de lotes, bem como a concessão do "Habite-se" para qualquer construção existente nos lotes, ficam condicionados à expedição, por parte do Poder Público Municipal, de certidão de aprovação do loteamento e aceitação definitiva das obras a serem realizadas, constantes do ato de aprovação do projeto de loteamento conforme pelo Decreto nº 172/2016 de 22 de novembro de 2016.

Como garantia ficam caucionados os Lotes descritos abaixo, averbados no Registro de Imóveis por ocasião do registro de loteamento, que não poderão em hipótese alguma ser vendidos antes da aceitação, por escrito, pelo Município.

1. LOTE URBANO NÚMERO 02 (DOIS), da quadra nº 01(UM), com área de 361,20m² (trezentos e sessenta e um metros com vinte decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO;
2. LOTE URBANO NÚMERO 08 (OITO), da quadra nº 01(UM), com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO;
3. LOTE URBANO NÚMERO 20 (VINTE), da quadra nº 02(DOIS), com área de 1.431,15m² (mil quatrocentos e trinta e um metros com quinze decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA C. DOM JOSÉ GOMES;
4. LOTE URBANO NÚMERO 21 (VINTE E UM), da quadra nº 02(DOIS), com área de 429,30 m² (quatrocentos e vinte e nove metros com trinta decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA EVALDO JOÃO PESERICO;
5. LOTE URBANO NÚMERO 26 (VINTE E SEIS), da quadra nº 03(TRÊS), com área de 432,00 m² (quatrocentos e trinta e dois metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO esquina com a RUA EVALDO JOÃO PESERICO;
6. LOTE URBANO NÚMERO 31 (TRINTA E UM), da quadra nº 03(TRÊS), com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem acessões, situado na RUA MARIA MARIANI PESERICO, no município de Anchieta, Estado de Santa Catarina;
7. LOTE URBANO NÚMERO 35 (TRINTA E CINCO), da quadra nº 03(TRÊS), com área de 485,57 m² (quatrocentos e oitenta e cinco metros com cinquenta e sete decímetros quadrados), sem acessões, situado na RUA EVALDO JOÃO PESERICO;

Anchieta/SC, 22 de novembro de 2016.

Ari Prestes de Oliveira	Aliceu José Pezarico
Prefeito Municipal	Loteador e Proprietário

DECRETO Nº. 173/2016, de 22 de novembro de 2016.

DECRETO Nº. 173/2016, de 22 de novembro de 2016.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 140, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar n. 026/2010, em seu art. 55 e seguintes;

Considerando o projeto de desmembramento do lote urbano nº 140 com o respectivo memorial descritivo e ART, aprovado pela área técnica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o ao desmembramento do lote urbano nº 140 com a área total atual de 1.104,00m² (um mil cento e quatro metros quadrados), para ser desmembrado em três áreas, conforme descritivos:

Área Desmembrada 01: Parte do Lote Urbano nº 140 com a área de 82,80m², (oitenta e dois metros e oitenta centímetros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade de Gilberto Rossato, já qualificado, para fins de anexação a parte dos lotes urbanos nºs 144 e 145, matrícula nº 732 (setecentos e trinta e dois) de propriedade de Jadir Rampanelli, inscrito no CPF sob nº 021.195.879-49, RG 13/R-210.040-SC, brasileiro, casado com Geni Angelina Rampanelli, pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente a vigência da lei 6.515/77, empresários, residentes e domiciliados na Rua Buenos Aires, Cidade de Anchieta SC. O imóvel situado na Rua Buenos Aires, Cidade de Anchieta SC. Com as seguintes confrontações:

Noroeste: Com parte do lote urbano nº 141, por linha seca de 1,80 metros.

Nordeste: Com os lotes urbanos nºs 144 e 145, por linha seca de 46,00 metros.

Sudeste: Com a Rua Buenos Aires, numa extensão de 1,80 metros.

Sudoeste: Com parte do lote urbano nº 140, por linha seca de 46,00 metros.

Área Desmembrada 02: Parte do Lote Urbano nº 140 com a área de 421,20m², (quatrocentos e vinte e um metros e vinte centímetros quadrados), sem benfeitorias, destes, 93,75m² ocupado pela servidão com 3,00 metros de largura que dá acesso à Rua Buenos Aires, Cidade de Anchieta SC de propriedade de Gilberto Rossato, já qualificado. Sendo o imóvel com as seguintes confrontações:

Noroeste: Com parte do lote urbano nº 141, por linha seca de 22,20 metros.

Nordeste: Com parte do lote urbano nº 140, por linha seca de 46,00 metros.

Sudeste: Com a Rua Buenos Aires, numa extensão de 3,00 metros.

Com parte do lote urbano nº 140, por linha seca de 19,20 metros.

Sudoeste: Com parte do lote urbano nº 139, por linha seca de 14,75 metros. Com parte do lote urbano nº 140, por linha seca de 31,25 metros.

Área Remanescente: Parte do Lote Urbano nº 140 com a área de 600,00m² (seiscentos metros quadrados), com benfeitoria constante de uma casa residencial em alvenaria medindo 169,00m², Situado na Rua Buenos Aires, Cidade de Anchieta SC, de propriedade de Gilberto Rossato, já qualificado. O imóvel com as seguintes confrontações:

Noroeste: Com parte do lote urbano nº 140, por linha seca de 19,20 metros.

Nordeste: Com parte do lote urbano nº 140, por linha seca de 31,25 metros.

Sudeste: Com a Rua Buenos Aires, numa extensão de 19,20 metros.

Sudoeste: Com parte do lote urbano nº 139, por linha seca de 31,25 metros.

Art. 2º. As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e o Decreto nº 141/2016.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), 22 de novembro de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 22 de novembro de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

Arabutã

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 54/2016

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 54/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016. O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para a "Contratação de empresa para implantação de três academias ao ar livre nas Praças Albino Schimpelpfennig, Praça Selvino Petry e Praça Central de Nova Estrela, em conformidade com as especificações do Formulário Proposta, anexo I do Edital". O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 08h do dia 09 de dezembro de 2016, sendo que na mesma data, às 08h30 em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br e pelo site: www.arabuta.sc.gov.br.

Arabutã/SC, 23 de novembro de 2016.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

DECRETO Nº.1958/2016

DECRETO Nº 1958, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

Aprova o Primeiro Termo Aditivo do Termo de Cooperação Financeira com Associação de Assistência Hospitalar Osvaldo Cruz e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF e Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, que disciplina a concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações e dá outras providências.

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Primeiro Termo Aditivo do Termo de Cooperação Financeira com Associação de Assistência Hospitalar Osvaldo Cruz, pessoa jurídica de direito privada, sem fins lucrativos, com sede na Rua João Gossenheimer, nº 308, Centro na Cidade/ Município de Arabutã/SC, inscrita no CNPJ 83.574.616/0001-01, no valor de R\$ 420.000,00, a ser transferido em 12 (doze) parcela(s) conforme Plano de Aplicação constante do Anexo I do presente Decreto, constante do projeto atividade 2.077 - Concessão de Subvenções Sociais, da modalidade 33.50.00.00.00.00.0.121 - Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos, do orçamento vigente, que tem por objeto a Realização de Assistência Médica e Hospitalar e Plantão Médico de Urgência e Emergência Hospitalar para a população do Município e de acordo com Plano de Aplicação acima mencionado.

Art. 2º A celebração do Termo de Convênio previsto no art. 1º do presente Decreto, sua execução e respectiva prestação obedecerão as normas estabelecidas na Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012 - TCE/SC e Instrução Normativa nº IN-SCI 01/2014, de 06 de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 23 de novembro de 2016
Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 23 de novembro de 2016.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº.1959/2016

Decreto nº 1.959, de 25 de novembro de 2016.

DESIGNA PREGOEIRO E OS COMPONENTES DA EQUIPE DE APOIO, PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município, do art. 3º, IV, da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002;

DECRETA:

Art. 1º. Nos termos do art. 7º, II, do Decreto nº. 515, de 30 de novembro de 2006, ficam designados os seguintes servidores públicos municipais, para as funções de pregoeiro e de sua equipe de apoio para a operacionalização, no âmbito da Administração Municipal, das licitações na modalidade de Pregão, no período de 25 de novembro a 30 de dezembro de 2016.

I – para pregoeira: Leandra Christina Coldebella, ocupante do cargo de provimento em comissão de Consultora Jurídica;

II – para a equipe de apoio:

a) Carine Altmann Fedrizzi, ocupante de cargo de provimento em comissão de Diretora de Administração e Fazenda, para os serviços de secretaria e de coordenação;

b) Raí Alan Lamb, ocupante de cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, como membro de apoio.

c) Dulci Driemeier, ocupante de cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativa, como membro-suplente de apoio.

Art. 2º. As atribuições da pregoeira e as atribuições da equipe de apoio são aquelas estabelecidas no art. 9º, do Decreto nº. 515, de 30 de novembro de 2006.

Art. 3º. No período necessário à execução das fases de cada licitação na modalidade de pregão, os servidores públicos municipais designados para as funções de pregoeiro ou de membros da equipe de apoio, serão automaticamente afastados das atribuições do respectivo cargo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã (SC),
25 de novembro de 2016.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito Municipal
Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA 247/2016

PORTARIA Nº 247/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora MARCIA ELISA SCHEER, inscrita no CPF sob nº. 949.178.179-00, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Psicóloga, férias referentes ao período aquisitivo 05 de junho de 2013 à 04 de junho de 2014, concedidas pela Portaria nº. 335, de 25 de setembro de 2015 e suspensas pela Portaria nº. 350, de 07 de outubro de 2015, para serem gozadas no período de 28 de novembro no turno vespertino a 16 de dezembro de 2016.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 25 de novembro de 2016.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

PORTARIA 248/2016

PORTARIA Nº 248/2016

EXONERA Á PEDIDO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a partir de 25 de novembro de 2016 o servidor WILSON WASEM, inscrito no CPF sob nº. 469.214.279-00, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 25 de novembro de 2016.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pelas publicações

Arroio Trinta

PREFEITURA

TOMADA PREÇOS Nº 0012/2016 - IMPRESSOS GRÁFICOS PARA EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0012/2016 - TP

Tipo: Menor Preço Unitário

Objeto: SERVIÇOS DE IMPRESSOS GRÁFICOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS (AGENDAS E BLOCOS) PARA SEREM DISTRIBUÍDOS AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 09/12/2016.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 09/12/2016.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br, licitacoes@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 25 de novembro de 2016.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 31/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2016 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2016- FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2016-FMS

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para contratação de empresa fornecedora de lubrificantes e filtros automotivos para veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei, Vigorando até o dia 20 de novembro de 2017.

SIDNEIA SILVINA SANT'ANNA GOMES ME Total do Fornecedor: R\$41.547,80

Balneário Piçarras(SC), 21 de novembro de 2016.
Dorval Vieira de Oliveira – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO 06/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contrato nº. 06/2016 – FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2016-FMS
Chamada Pública nº 01/2016 - FMS

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de saúde para atender a demanda no município de Balneário Piçarras do SUS no procedimento 03.01.07.007-5 – Atendimento/Acompanhamento de Pacientes em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, da Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, em conformidade com a Portaria MS/GM nº 1.635, de 12 de setembro de 2002 e Portaria MS/SAS nº 728 de 10 de outubro de 2002 ou outra que venha substituí-la. Vigente até 31/10/2017
Associação de Pais Amigos dos Excepcionais de Piçarras - APAE

Balneário Piçarras(SC), 31 de outubro de 2016.
Dorval Vieira de Oliveira – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2016 -PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016- PMBP

0EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2016 -PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016- PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
MULTIENTIDADE

O Município Balneário Piçarras, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.335/0001-48, através da Secretaria de Administração e Fazenda, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL destinado ao recebimento de propostas para Município de Balneário Piçarras - Diversas Secretarias, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável na forma da legislação vigente, conforme especificações constantes do Anexo I.

O presente certame Licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993e suas alterações, Decreto 038/2013, no que couber a Lei Complementar nº 123/2006, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

1 - OBJETO

1.1 – Registro de preços visando a Contratação de empresa de Telefonia Celular, para atender as necessidades do Município de Balneário Piçarras - Diversas Secretarias, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável na forma da legislação vigente, conforme especificações constantes do Anexo I.

1.2 - Local e horário de expediente para retirada do Edital, esclarecimentos e informações aos licitantes: Secretaria de Administração e

Fazenda, Assessoria Administrativa, de Licitações e Contratos, sito Avenida Emanuel Pinto n.º 1655, Bairro Centro, Balneário Piçarras - Santa Catarina, das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, telefone: (0__ 47) 3347.4709 ou através do site balneariopicarras.atende.net

1.3 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital.

1.4 - Não serão admitidas nesta licitação: empresas suspensas ou impedidas de licitar com esta Administração, as empresas que estiverem em regime de falência, bem como os consórcios de empresas (qualquer que seja sua forma de constituição).

1.5 - Não poderão participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei 8.666/93, sendo que a participação nesta licitação significa aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, ressalvado o direito de impugnação ao texto editalício e aos recursos e expedientes legais.

1.6 - O documento Declaração de Retirada de Edital deverá ser remetido à Assessoria Administrativa, de Licitações e Contratos, pelo e-mail: licitacaomp@picarras.sc.gov.br, preferencialmente até um dia antes do certame para que seja adiantado o cadastramento da referida empresa junto ao programa gerenciador de compras do município, que também pode ser feita através do site, no objetivo de agilizar as ações do ato licitatório.

1.7 - As empresas interessadas em participar do certame, deverão juntamente com a proposta escrita, cadastrar proposta no site balneariopicarras.atende.net, para agilizar o lançamento das propostas, bem como, cadastrar a empresa no site, preenchendo todos os dados solicitados, atentando principalmente para o preenchimento correto dos dados bancários da empresa.

IPM é o sistema gerencial de compras utilizado pela Prefeitura, podendo o fornecedor e a proposta serem cadastrados através do site.

1.8 - A licitante poderá efetuar o serviço, de forma compartilhada com outras operadoras. Entretanto, a Relação Contratual será única e exclusiva de sua responsabilidade, não cabendo ao Município, nenhum pagamento a outra empresa que não seja a licitante vencedora.

2 - DAS AMOSTRAS

2.1 - Não é necessária a apresentação de amostra.

3 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.1 - As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento dos exercícios de 2017, das Secretarias Municipais.

3.2 - Valor Total estimado R\$ 101.304,00 (cento e um mil trezentos e quatro reais)

	Unidade Administrativa
1	Gabinete do Prefeito
2	Secretaria Municipal de Administração e Finanças
3	Fundo de Desenvolvimento Rural
4	Secretaria Municipal de Obras
5	Secretaria Municipal de Turismo e Desenv. Econômico
11116	Secretaria de Munic. de Esporte, Cultura e Lazer
7	Secretaria de Assist.Social,Cid.e Direitos H.
8	Secretaria Municipal de Saúde
9	Assistência Social – Conselho Tutelar
10	Planejamento
11	Polícia Militar
12	Corpo de Bombeiros Militar

4 - DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1 - O envelope nº 01 - PROPOSTA e o envelope nº 02 - HABILITAÇÃO, deverão ser entregues lacrados, na Assessoria Administrativa, de Licitações e Contratos, Secretaria de Administração e Fazenda, localizada a Emanuel Pinto n.º 1655, Bairro Centro, Balneário Piçarras - Santa Catarina, contendo no anverso destes (respectivamente) os seguintes dizeres:

a) ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA/CNPJ

ENDEREÇO COMPLETO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2016- PMBP

E-MAIL/TELEFONE

b) ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA/CNPJ

ENDEREÇO COMPLETO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2016- PMBP

E-MAIL/TELEFONE

4.2 - A entrega dos envelopes 01 e 02 deverá ser efetuada impreterivelmente até às 14 horas do dia 13/12/2016, no endereço indicado no item 4.1.

4.3 – Abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais dar-se-á às 14 horas do dia 13/12/2016, no mesmo endereço indicado no item 4.1.

4.4 – Não será aceito, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatário, considerado aquele que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega dos mesmos, comprovado por meio do protocolo da instituição;

Obs.: Caso a instituição não possa protocolar os envelopes no horário estabelecido e o licitante chegar até o horário, este receberá uma senha, por ordem de chegada, até o horário para a entrega dos envelopes.

4.5 - Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

4.6 - Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

4.7 - Será comunicado, por escrito, as empresas que enviarem documento de retirada do Edital, e divulgado aos demais, pelos mesmos meios de divulgação inicial, qualquer alteração que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1- Registro comercial, no caso de empresa individual; ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração consolidada devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou inscrição do ato constitutivo; no caso de sociedades civis acompanhado de prova de diretoria em exercício, com o ramo de atividades compatíveis com o objeto deste edital; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização de funcionamento expedido pelo Órgão competente.

A apresentação do documento solicitado no item 8, 8.1, “inciso I”, devidamente autenticado no CREDENCIAMENTO isenta a licitante de juntá-los no ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. Os contratos sociais emitidos através do site da Junta Comercial ficam dispensados de autenticação e serão aceitos somente se emitidos com data inferior a 60 (SESSENTA) dias.

A apresentação deste no credenciamento, isenta o licitante de apresentá-lo no documento de habilitação.

5.2 – O representante do licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

5.3 – Se a empresa se fizer representar pelo seu proprietário, deverá este apresentar documento que comprove tal condição.

5.4 – Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente habilitado por meio de procuração, ou termo de credenciamento, podendo ser utilizado o modelo anexo.

5.5 – No ato de credenciamento, o representante da proponente deverá identificar-se mediante a apresentação, ao Pregoeiro, de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento.

5.6 – Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

5.7 – Somente poderá participar da fase de lances verbais e demais atos relativos a este pregão, o representante legal do licitante devidamente credenciado.

5.8 – Serão desconsiderados os documentos de credenciamento insertos no envelope PROPOSTA e/ou HABILITAÇÃO.

5.9 – Os documentos de credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes contendo Proposta e Documentação, juntamente deverá ser entregue declaração, em formulário próprio, que estão em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, FGTS, bem como atendem às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira, conforme modelo anexo a este edital. Os documentos serão autenticados pelo Pregoeiro, que, se julgar necessário, verificará a sua autenticidade e veracidade.

Obs.: O licitante que não se fizer representar na sessão pública do pregão, deverá entregar o documento solicitado no subitem 5.9 em um terceiro envelope, contendo no anverso do mesmo: ENVELOPE Nº 3 – declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação. O não atendimento deste quesito importará na não aceitação da proposta.

5.10- Micro Empresas e EPP: Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, podendo ser utilizado o modelo Anexo. A não apresentação da declaração de micro empresa não desclassifica os participantes, porém não será concedido os benefícios referidos nos itens 9.21, 9.22, 9.23, 9.24, 9.25, 9.26, 9.27 deste Edital. As Certidões serão aceitas somente se emitidas com data inferior a 60 (sessenta) dias.

6 – DA PROPOSTA – ENVELOPE Nº 1

6.1– No envelope lacrado nº 1 – PROPOSTA, deverá conter a proposta da proponente, nos moldes do Anexo I – Termo de Referência, devendo constar a marca dos produtos cotados (quando for o caso). Deverá ser emitida em 1 (uma) via, datilografada ou impressa, datada e assinada, preferencialmente rubricada e paginada (Exemplo: 1/5, 2/5....5/5) em todas as suas folhas, além dos seguintes elementos necessários à sua elaboração:

I – identificação (razão social), endereço, telefone, e-mail e nº do CNPJ da proponente;

II – descrição detalhada quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, o valor unitário e total do item e o valor total geral previsto para o período contratual, em moeda corrente nacional, em algarismos com até três casas decimais após a vírgula e, de preferência, também por extenso;

III – proposta: deverá ser cotado o Valor global em moeda corrente nacional;

IV – prazo de validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega dos envelopes;

V – prazo de vigência: 12 meses, a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei 8666/93 e alterações posteriores;

VI – fornecimento: O fornecimento deverá ser realizado no prazo de até 10 (dez) dias, após confirmação de recebimento de Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho emitida pelo setor de compras, conforme pedido da Secretarias Municipais.

VII – forma de pagamento: até 30 dias, após entrega do objeto, acompanhada de relatório do fornecimento e apresentação de Nota Fiscal devidamente aceita e certificada pela Secretarias Municipais;

6.2 - No preço cotado deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, taxa de administração, lucro quaisquer outros que incidam ou venham incidir sobre a contratação.

6.3 - Pequenas falhas ou defeitos na apresentação das propostas, não comprometendo a legalidade do certame, serão resolvidas pelo Pregoeiro.

Observações:

Para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se aos licitantes que apresentem suas propostas preferencialmente nos moldes do ANEXO I.

7- DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 2

7.1 – No envelope lacrado nº 2 – HABILITAÇÃO – deverá conter os documentos relacionados para habilitação (item 8), apresentados em 1 (uma) via autenticada, ou cópia com apresentação do original, preferencialmente rubricados e paginados (Exemplo: 1/5, 2/5,....5/5) em todas as folhas.

7.2 – Quanto às autenticações:

7.2.1 – Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por funcionário da Secretaria de Administração e Fazenda do MUNICIPIO, ou publicação em órgão da imprensa oficial quando for o caso;

7.2.2 – "Havendo mais de um documento reproduzido numa mesma folha, para cada documento procede-se à conferência com o original, portanto, a autenticação é individual, gerando a consequência de serem apostas tantas autenticações quantos forem os documentos reprodutidos". (Provimento nº 12/92, item 8, da CGJ – Corregedoria-Geral da Justiça, deste Tribunal).

7.2.3 – Quando o certificado/certidão for emitido por sistema eletrônico, poderá ser apresentado no original ou em fotocópia, mas sua aceitação fica condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou junto ao órgão emissor.

7.3 – Documentos matriz/filial: Os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante responsável pelo contrato/fornecimento com o número do CNPJ e endereço respectivo:

7.3.1 – Se o licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, exceto os documentos recolhidos centralizadamente pela matriz, na forma da Lei.

7.3.2 – Se o licitante responsável pelo contrato/fornecimento for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto os documentos recolhidos centralizadamente pela matriz, na forma da Lei.

7.4 – Prazo de validade dos documentos:

7.4.1 – É imprescindível que os documentos estejam dentro do prazo de validade;

7.4.2 – Os documentos que omitirem o prazo de validade serão considerados como válidos pelo período de 6 (seis) meses, em conformidade com os emitidos pela Fazenda Federal, pelo princípio da analogia, previsto no art. 4º da Lei de Introdução do Código Civil;

7.4.3 – A documentação exigida deverá ter validade, no mínimo, até a data prevista para o protocolo dos envelopes.

8 – HABILITAÇÃO:

8.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I – Registro comercial, no caso de empresa individual; ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração consolidada devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou inscrição do ato constitutivo; no caso de sociedades civis acompanhado de prova de diretoria em exercício, com o ramo de atividades compatíveis com o objeto deste edital; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização de funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim exigir;

Observação:

- na apresentação do estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, se houver, deverá constar além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.

- Se o Licitante apresentar experiência adequada e suficiente para o desempenho daquilo que está sendo licitado, a ausência de previsão no seu objeto social não pode servir de entrave para a sua habilitação, salvo se existir alguma norma que venha a vedar o exercício de certa atividade, frente a uma situação especial.

II - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

8.2 – REGULARIDADE FISCAL:

I – Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais conjunta com a Dívida Ativa da União;

II - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

III - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do proponente;

IV – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CND FGTS);

V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei Federal 12.440/2011.

8.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I – Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelos distribuidores da sede da comarca da pessoa jurídica.

8.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

I – Apresentar Atestado de Capacidade Técnica ou declaração emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do emitente e cargo que ocupa, comprovando que a proponente forneceu materiais/produtos compatíveis em característica, com o objeto da presente licitação.

8.5 – DEMAIS DECLARAÇÕES

I – Documento declarando que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser utilizado o modelo anexo.

II – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos, podendo ser utilizado o modelo Anexo.

9 – DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

9.1 – Até o dia, hora e local designado, neste Edital, serão recebidos os envelopes Proposta e Habilitação, devidamente lacrados, que serão protocolados.

9.2 – No dia, hora e local designado neste Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão e anunciará as empresas que apresentaram envelopes.

9.3 – Em seguida o Pregoeiro passará ao credenciamento dos licitantes, nos termos do item 5 – Do Credenciamento, devendo providenciar a assinatura dos licitantes credenciados na declaração de que cumprem as condições de habilitação, subitem 5.9 deste Edital e após, encaminhará os envelopes distintos, aos licitantes credenciados para conferência dos lacres e protocolos.

9.4 – Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

9.5 – A desclassificação da proposta do licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

9.6 – Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais:

a) serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;

b) falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão do Pregão;

c) falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados no envelope nº 2 – Habilitação;

d) o item relativo a dados bancários do licitante, não gerará a sua desclassificação, pois poderão ser preenchidos para a assinatura do contrato;

e) as condições da proposta, estabelecidas nos incisos IV a VII, do subitem 6.1, item 6 – Da proposta, poderão ser substituídos por uma expressão que manifeste a concordância com aqueles termos;

f) havendo divergência entre os valores unitário e total, prevalecerá o unitário e na divergência entre o valor unitário por extenso e o valor numérico, prevalecerá o menor.

9.7 – As propostas serão encaminhadas aos credenciados, para rubrica e conferência.

9.8 – Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, por valor global total, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

9.9 – No curso da Sessão, dentre as propostas classificadas, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

9.10 – Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 9.9, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.12 – É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

9.13 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

9.14 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.15 – Encerrada a etapa competitiva de lances e ordenadas as ofertas de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-os com os preços estimados pela Administração ou com os preços praticados no mercado.

9.16 – Considera-se preço excessivo, para os fins de avaliação da aceitabilidade do preço proposto, aquele que estiver acima do valor estimado pela administração para aquisição do objeto ou do preço praticado no mercado, aferindo-se este através do custo médio constante da Planilha de Custos efetuada pela Administração, devidamente atualizado até a data da abertura do envelope "Proposta", utilizando-se, para o cálculo, o – IGPM-FGV, publicado na ocasião.

9.17 – Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "habilitação" do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 7 – Da apresentação dos

documentos para Habilitação e item nº 8 – Da Habilitação, deste Edital.

9.18 – Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, com vista a obter preço melhor.

9.19 – Obtido preço aceitável em decorrência da negociação, proceder-se-á na forma do disposto no subitem 9.17.

9.20 – Frustrada a negociação, o Pregoeiro desclassificará a proposta e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

9.21 – Serão inabilitados os licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 7 – Da apresentação dos documentos para Habilitação e item 8 – Habilitação, deste Edital.

9.22 – Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

9.23 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

9.24 – A proposta que se encontrar na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta de menor preço estará empatada com a primeira-colocada e terá o direito, no prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Pregoeiro, de encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira-colocada para o desempate;

9.25 – Caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais ME/EPPS participantes na mesma condição, na ordem de classificação;

9.26 – Havendo êxito neste procedimento o Pregoeiro disponibilizará a nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial;

9.27 – Caso sejam identificadas propostas de ME/EPP empatadas em segundo lugar, ou seja na faixa de 5% (cinco por cento) da primeira – colocada e permanecendo o empate até o encerramento do item, o Pregoeiro fará o sorteio entre tais fornecedores, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

9.28 – A negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar, quando houver, será sempre após o procedimento de desempate de propostas e classificação final dos fornecedores participantes.

9.29 – Quando todos os licitantes forem inabilitados, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos, escoimados as causas referidas no ato inabilitatório.

9.30 – O Pregoeiro manterá em seu poder, os envelopes nº 2 – Habilitação apresentados pelos demais licitantes, até a entrega definitiva do objeto licitado. Após inutilizará os mesmos.

9.31 – Da sessão pública lavrar-se-á ata circunstanciada na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das Licitantes presentes.

10 – DA ADJUDICAÇÃO

10.1 – No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de MENOR PREÇO GLOBAL, desde que atendidas as condições de habilitação e especificações constantes deste Edital.

10.2 – O objeto deste PREGÃO será adjudicado ao licitante cuja proposta for considerada vencedora.

10.3 – Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado e posteriormente, submeterá a homologação do processo ao Prefeito Municipal.

10.4 – No caso de interposição de recursos, depois de proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação submetido ao Secretário de Administração para os procedimentos de adjudicação e homologação.

11 – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 – Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

11.1.1 – A impugnação será dirigida ao Pregoeiro, que encaminhará, devidamente informada, ao Secretário de Administração para apreciação e decisão.

11.2. Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, a terá o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

11.3. O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

11.4. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.5. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

11.6. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

12 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Ficarão impedidas de licitar e contratar com o Município de Balneário Piçarras-SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, as licitantes que:

I – ensejarem o retardamento da execução do objeto deste Pregão;

II – não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III – comportar-se de modo inidôneo;

IV – fizerem declaração falsa;

V – cometerem fraude fiscal;

VI – falharem ou fraudarem na execução do contrato.

12.2 – Pelos motivos que seguem, principalmente, os licitantes vencedores estarão sujeitos às penalidades tratadas na condição anterior:

I – pelo fornecimento de material/produto desconforme com o especificado e aceito;

II – pela não substituição, no prazo estipulado, dos produtos recusados;

III – pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste Pregão.

12.3 – Além das penalidades citadas, as licitantes vencedoras ficarão sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, às demais penalidade referida no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93.

12.4 – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, em relação a um dos motivos mencionados no subitem 12.2, os licitantes vencedores ficarão isentos das penalidades mencionadas.

12.5 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com Município de Balneário Piçarras, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas aos licitantes vencedores juntamente com as de multa prevista no contrato.

12.6 – A recusa injustificada dos adjudicatários em assinarem o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

12.7 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, o município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante vencedor, a sanção prevista no subitem 17.2 deste edital e as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93 e minuta contratual em anexo.

13 – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

13.1 – Os licitantes vencedores ficarão obrigados a:

13.1.1 – fornecimento do objeto nas condições, no preço e nos prazos constantes deste Edital;

13.1.1 – dispor de materiais, equipamentos e pessoal necessários para execução/fornecimento do objeto;

13.1.2 – manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.1.3 – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

13.1.4 – demais responsabilidades definidas na Ata de Registro de Preços e minuta contratual em anexo.

14 – DO PAGAMENTO

14.1 – O pagamento será realizado mensalmente, em até 30 dias, mediante apresentação de nota fiscal, devidamente aceita e certificada pela Secretaria de xxxxxx, de acordo com as condições deste edital e as constantes da proposta vencedora, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

14.2 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou quando ocorrer fato superveniente que justifique a revisão dos preços para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

14.2.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

14.2.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

15 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PRAZO DE VALIDADE E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Após a adjudicação e a homologação, os preços serão registrados na Ata de Registro de Preços, cuja minuta constitui Anexo deste Edital (Anexo VI);

15.2. Convocada, terá a adjudicatária o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação da Prefeitura do Município de Balneário Piçarras, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de sujeitar-se às penalidades previstas neste Edital;

15.3. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do Registro de Preços, computadas neste as eventuais prorrogações;

15.3.1. Os contratos decorrentes do SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no artigo 57 da Lei 8.666/93;

15.3.2. É admitida a prorrogação da vigência Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 57, § 4º, da Lei 8.666/93, quando a proposta continuar sendo vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme Art. 4º, § 2º do Decreto nº 029/05-ljm;

15.4. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços poderá, a qualquer tempo, requerer comprovação da prática dos preços apresentados, que poderá ser feita através da cópia de notas fiscais ou outro documento comprobatório dos preços de mercado;

15.5. Quando os primeiros classificados estiverem impossibilitados de cumprir com o fornecimento do objeto (devidamente justificado e aceito pela Administração), as licitantes remanescentes poderão ser chamadas para fornecer os materiais, desde que o preço registrado encontre-se dentro dos praticados no mercado;

15.6. O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da respectiva Ata de Registro de Preços;

15.7. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei 8.666/93;

15.8. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa na ocorrência das situações previstas nos artigos 12 e 13,

respectivamente, do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm.

15.9. Observados os critérios e condições estabelecidos no presente Edital, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

15.10. Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados diretamente, segundo as conveniências da administração municipal, sob o controle do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços e deverão ser efetuados através de documento protocolado dele constando: data, valor unitário, quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante, e, ainda, data e identificação de quem os recebeu, juntando-se cópia dos mesmos aos processos de requisição e de liquidação;

15.11. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições;

15.12. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1. Após a homologação do resultado, será a vencedora notificada e convocada para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, assinar Contrato que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei n. 8.666/1993 e alterações posteriores e Lei nº 10.520/2002, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições;

16.3. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelos licitantes vencedores e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste processo, independente de transcrição.

16.4. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa por escrito aceita pela Administração, será convocada a licitante subsequente na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o Pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

16.4.1. No caso do subitem anterior, sujeitam-se os licitantes vencedores, às penalidades aludidas no item 12 – Das Sanções Administrativas, deste Edital e na minuta contratual em anexo.

16.5. Para instruir a contratação o órgão responsável emitirá Empenho ou instrumento equivalente, constando as quantidades, o preço registrado, o local da execução/fornecimento;

16.6. O licitante vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data da convocação, comparecer à sede da Secretaria solicitante para retirar a Autorização de Fornecimento e Empenho;

16.7 – Se os licitantes vencedores não apresentarem situação regular, no ato da assinatura do contrato, será aplicada a regra prevista no subitem.

17 – DA RESCISÃO

17.1 – O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993 e alterações posteriores e nos moldes definidos na minuta contratual em anexo.

17.2 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

18.2 – O objeto deste PREGÃO poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

18.3 – A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.4 – Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste edital, para autenticação de documentos, entrega dos envelopes e Sessão Pública do Pregão com antecedência de 30 (trinta) minutos do horário previsto.

18.5 – É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recurso.

18.6 – A Administração reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões e utilizar este meio como prova.

18.7 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

18.8 – Só se iniciam e vencem os prazos referidos no subitem 16.7 em dia de expediente normal na Administração Municipal.

18.9 – São partes integrantes deste Edital:

18.9.1 – ANEXO I - Termo de Referência – Especificação e Quantitativo do Objeto;

18.9.2 – ANEXO II - Modelo de Credenciamento;

18.9.3 – ANEXO III – Modelo de Declaração Quanto ao Cumprimento às Normas Relativas ao Trabalho do Menor;

18.9.4– ANEXO IV – Modelo de Declaração de Regularidade Fiscal e demais obrigações habilitatórias;

18.9.5 – ANEXO V – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;

18.9.6 – ANEXO VI - Minuta da Ata de Registro de Preços;

18.9.7 – ANEXO VII – Minuta do Contrato.

18.9.8 - ANEXO VIII - Declaração de ME ou EPP

Balneário Piçarras, 22 de novembro de 2016.

Ana Lúcia Wilvert

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Leonel José Martins

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2016 -PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016- PMBP

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVOS E FORNECIMENTO DO OBJETO

TERMO DE REFERÊNCIA

DO OBJETO – Contratação de empresa de Telefonia celular, para atender as necessidades do Município de Balneário Piçarras - Diversas Secretarias, com fornecimento de 40 (quarenta) linhas com os respectivos aparelhos celulares em comodato, conforme especificações abaixo.

ITEM 1 - VC1 (Tarifas)	Valor p/ minuto	Tempo médio de uso (em minutos)	Valor Total
Intra-rede		3000	
Para outras operadoras de celulares		2000	
Para telefone Fixo		1500	
Total VC1			
ITEM 2 - VC2 (Tarifas)	Valor p/ minuto	(em minutos)	Valor Total
Intra-rede		700	
Para outras operadoras de celulares		700	
Para telefone Fixo		700	
Total VC2			
ITEM 3 - VC3 (Tarifas)	Valor p/ minuto	(em minutos)	Valor Total
Intra-rede		700	
Para outras operadoras de celulares		700	
Para telefone Fixo		700	
Total VC3			
ITEM 4 – Ligações recebidas (Tarifas)	Valor p/ minuto	(em minutos)	Valor Total

Ligações recebidas na Região da Prestadora - AD1	Grátis	--	Grátis
Ligações receb. Fora da Região da Prestadora - AD2	Grátis	--	Grátis
Ligações rec. Fora da Região da Prestadora - DSL1	Grátis	--	Grátis
Ligações rec. Fora da Região da Prestadora - DSL2	Grátis	--	Grátis
OUTROS ITENS	Valor	Quantidade	Valor Total
Conexão de Dados (3G) – 3GB mensal Ilimitada (alteração do edital em razão da ausência de participantes)		10	
Tarifa Zero Bidirecional		37	
Serviço Gestão		37	
Assinatura Básica		37	
Identificação de Chamadas	Grátis	--	Grátis
Serviço de envio de mensagens de texto		500	
Adicional por chamada originada fora da área de mobilidade da operadora contratada.		100	
Obs: Na área de cobertura da operadora o valor adicional não será cobrado.	Grátis	300	Grátis
Total Outros Itens			
Valor Global Mensal			
Valor Global Anual			

A licitante poderá efetuar o serviço, de forma compartilhada com outras operadoras. Entretanto, a Relação Contratual será única e exclusiva de sua responsabilidade, não cabendo ao Município, nenhum pagamento a outra empresa que não seja a licitante vencedora.

2) Os aparelhos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes características:

Os aparelhos fornecidos pela empresa deverão ser novos e sem uso na data da contratação e em eventuais substituições;

Do total de aparelhos contratados, 10 deverão atender às seguintes características:

- Certificado de homologação da ANATEL, que deverá ser apresentado logo após a adjudicação e antes da assinatura do contrato; Galaxy S7 ou superior
- Bateria de no mínimo 3000mAh
- Display touchscreen de no mínimo 5.1" (polegadas);
- Sistema Operacional Android no mínimo 6.0– Obs.: A exigência de plataforma aberta, como é o caso do sistema android é encontrado em inúmeras marcas de aparelhos e sendo plataforma aberta, a administração poderá no futuro elaborar aplicativos para funcionamento sem custo neste equipamento de sistema aberto
- Configuração de toques de campainha para as funções "normal" (campainha com ou sem vibratório) e "silencioso" (somente vibratório);
- Menu auto-explicativo em português;
- Identificação de chamadas;
- Aviso de mensagens recebidas e chamadas não atendidas;
- Registro de chamadas (pelo menos as dez últimas feitas a partir do aparelho e recebidas pelo mesmo);
- Recurso para envio/recebimento de e-mail, calendário e controle de tarefas;
- Recurso de envio e recebimento de mensagens (SMS);
- Discagem rápida por nome ou posições;
- Câmera digital com no mínimo 5.0 mega pixels.
- Conexão de Internet - 3.5G (HSDPA)
- Processador Octa Core (2.3GHz, 1.6GHz) com 4GB de RAM.
- Câmera Fotográfica de no mínimo
- Fotos com resolução 4290x2800 pixels e vídeos com resolução de 3840x2160 pixels.

Do total de aparelhos contratados, 10 deverão atender às seguintes características:

- Certificado de homologação da ANATEL, que deverá ser apresentado logo após a adjudicação e antes da assinatura do contrato;
- Bateria de no mínimo 2800mAh Moto G4 4º Geração ou superior
- Memória ram de 2 gigabytes
- Dual chip.
- Display touchscreen de no mínimo 5" (três polegadas);
- Sistema Operacional Android no mínimo 6.0 – Obs.: A exigência de plataforma aberta, como é o caso do sistema android é encontrado em inúmeras marcas de aparelhos e sendo plataforma aberta, a administração poderá no futuro elaborar aplicativos para funcionamento sem custo neste equipamento de sistema aberto.

7. Configuração de toques de campainha para as funções "normal" (campainha com ou sem vibratório) e "silencioso" (somente vibratório);
8. Menu auto-explicativo em português;
9. Identificação de chamadas;
10. Aviso de mensagens recebidas e chamadas não atendidas;
11. Registro de chamadas (pelo menos as dez últimas feitas a partir do aparelho e recebidas pelo mesmo);
12. Recurso para envio/recebimento de e-mail, calendário e controle de tarefas;
13. Recurso de envio e recebimento de mensagens (SMS);
14. Discagem rápida por nome ou posições;
15. Câmera digital com no mínimo 8 mega pixels.
16. Conexão de Internet – 4G – não disponível 3G.
17. Câmera Frontal de 5 mega pixels.

3) A Contratada cederá ao Município, em regime de Comodato, um kit contendo o seguinte:

- a) 01 (um) aparelho celular.
- b) 01(uma) bateria conforme especificação da alínea "b" do item supracitado.
- c) 01 (um) carregador original.
- d) manual em português.

4) Área de Cobertura

No mínimo 80,00% (cem por cento) da área urbana do Município de Balneário Piçarras.

5) CONEXÃO DE DADOS

a) A conexão de dados 3G deverá estar disponível em 80% (oitenta por cento) da área urbana do município de Balneário Piçarras, senão no momento da licitação, no máximo em 30 dias a contar da data de assinatura do contrato.

6) CONTROLE DE CHAMADAS E GASTOS

- a) O sistema deve permitir o bloqueio e desbloqueio individualizado, por aparelho, de chamadas 102, 0300, 0500, 0900, DLC, DDC e DDI, e gerenciador de minutos ou por valores de cada linha, custo este já incluído na mensalidade.
- b) As faturas mensais devem conter o extrato dos serviços e ligações cobrados, e serão apresentadas individualizadas e enviadas às contratantes;
- c) As faturas mensais devem conter, no mínimo, as seguintes informações:
 18. Prefeitura do Município de Balneário Piçarras - Nome da Unidade Contratante;
 19. Número da linha;
 20. Todas as ligações cobradas contendo: data, hora, minuto de início; duração; tipo de tarifação; valor; valor dos impostos e encargos incidentes;
 21. Total cobrado da contratante;
- d) Deverá ser disponibilizado via Internet, o acesso a todas as informações referentes às faturas das demais contratantes, com o mesmo nível de detalhamento das faturas descritas no item "c".
- e) As faturas deverão ser separadas por aparelho/linha e com possibilidade de agrupamento posterior conforme a necessidade da Administração.

7) CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

- a) Os preços apresentados deverão conter todos os impostos e encargos, além do ICMS, decorrentes da prestação do serviço desta contratação;
- b) As tarifas apresentadas deverão ser aplicadas a chamadas originadas nos terminais móveis contratados, bem como às chamadas a cobrar recebidas nestes;
- c) O Consumo Estimado Mensal por Acesso, constante na VC - 1³, referem-se a valores baseados em estudo de tráfego e devem ser utilizadas, como referência, para elaboração da proposta de preços;
- d) A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, assim como as demais contratantes, não se comprometem a consumir as quantidades previstas na proposta, no caso, quantidade de minutos e aparelhos celulares.
- e) Deverá ser disponibilizado um gerenciador de minutos, que proporcione condições de limitar os minutos de cada linha, bloqueio, e controle através de forma "ON LINE", ou seja via internet.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2016 -PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016- PMBP

ANEXO II

MODELO - CREDENCIAMENTO

(A SER APRESENTADO FORA DOS DEMAIS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

Por este instrumento solicitamos o credenciamento da empresa _____ para participar da licitação acima referenciada, neste evento representada por (nome/identidade/CPF) _____ e procuração anexa, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da outorgante, visando formular propostas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local/Data.

Carimbo e Assinatura

OBS.: Documentos a serem apresentados:

- (1) em caso de firma individual, o registro comercial;
- (2) nos demais casos, o ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor);

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2016 -PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016- PMBP

ANEXO III

MODELO

DECLARAÇÃO QUE ATENDE O INCISO V DO ART 27, DA LEI 8.666/93

_____ (nome da empresa), com sede na _____ (endereço da empresa), CNPJ _____, por seu representante legal infra-assinado, em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição da República, ou seja, de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho (exceto aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Local e data

Nome e Assinatura do Responsável (representante Legal) e Carimbo da Empresa.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2016 -PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016- PMBP

ANEXO IV

DECLARAÇÃO REGULARIDADE FISCAL
(A SER APRESENTADO FORA DOS DEMAIS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

_____ (nome da empresa), com sede na _____ (endereço da empresa), inscrita no CNPJ sob o n. _____, licitante no certame acima destacado, promovido por essa Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, declara, por meio de seu representante legal infra-assinado, R.G. nº _____, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio.

Local e data

Assinatura do Representante

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2016 -PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016- PMBP

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO
(DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS)

..... (nome da empresa), situada à (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº., declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no processo licitatório referente ao Pregão Presencial SRP nº/ -....., assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local, data

Assinatura do representante legal

Nome:

Cargo:

Documento de identidade:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2016 -PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016- PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/XXXX-ENTIDADE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE, DE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Emanuel Pinto, nº. 1.655, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.335/0001-48, representado neste ato pelo seu Prefeito LEONEL JOSÉ MARTINS, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob nº 093.550.309-91, portador da CI 4/R 307.899/SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Itacolomi, nº 11, Apto nº 141, Ed. Ile de France, Centro, Balneário Piçarras/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa, estabelecida à nº_ , na cidade de, Estado de , inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada, neste ato pelo Sr., CPF sob o nº_ , Cargo/Função, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no processo referente ao Pregão Presencial nº .../XXXX para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 029/2005-ljm, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Item	Qtidade	Unid	Descrição Produto	Valor Unit

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá à Assessoria Administrativa, de Licitações e Contratos da Secretaria de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os serviços deverão ser fornecidos de forma parcelada, no prazo de até xx (xxx) dias, após confirmação de recebimento de Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho, na Secretaria Municipal de xxxxxxxx, no endereço xxxxxxxxxxxxxxxx, Balneário Piçarras/SC, de segunda a sexta-feira ou nos locais por ela indicados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições registradas neste instrumento serão efetuadas através de Nota de Empenho emitida pelo Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras/SC, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento/Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar seu recebimento.

5.3. O fornecedor deverá entregar o objeto nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho;

5.4. O fornecedor deverá dispor de materiais, equipamentos e pessoal necessários para execução/fornecimento do objeto;

5.5. Os materiais/serviços fornecidos deverão ser fiscalizados e conferidos por responsável designado pela Secretaria Municipal de xxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência, que faz parte deste instrumento, independente de transcrição, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como

dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta do(s) material(is) cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou a PREFEITURA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a PREFEITURA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - todas e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à PREFEITURA por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à PREFEITURA, que ficará de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.0. A Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/serviços;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais/serviços;

IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A PREFEITURA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento/Empenho, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) na ocorrência das situações previstas nos artigos 12 e 13, respectivamente, do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm;

- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I) advertência;
- II) multa;
- III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5(cinco) anos;
- IV) declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto/serviço.

13.3. No caso de atraso/suspensão na entrega do material/serviço por mais de 48 (quarenta e oito) horas, poderá a Prefeitura, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública pelo prazo previsto no subitem 13.0, inciso III.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos a PREFEITURA;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela autoridade competente, após a instrução do pertinente processo no qual assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de XXXX da Secretaria Municipal de XXXXXXXXXX.

ÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº .../XXXX e seus anexos e as propostas da empresas classificadas, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para

dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da PREFEITURA, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Balneário Piçarras, ... de de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

FORNECEDORA

Secretário Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF

CPF

Obs: A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Mural do Edifício da Prefeitura Municipal.

Ana Lúcia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

De acordo:

José Grava Neto

OAB/SC 26.627

Procurador Jurídico

Os gestores e sub-gestores desta Ata estão nomeados conforme segue:

Secretaria	Gestor	Sub-Gestor	Portaria

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2016 -PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016- PMBP

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS E A EMPRESA PARA

CONTRATO Nº .../XXXX /PMBP DE .../.../XXX

PROCESSO LICITATÓRIO Nº .../XXXX- XXXXX

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº .../XXXX

HOMOLOGADO EM .../.../XXXX

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo, firmado entre o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Rua Avenida Emanuel Pinto, nº. 1.655, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.335/0001-48, neste ato representado por seu Prefeito LEONEL JOSÉ MARTINS, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob nº 093.550.309-91, portador da CI 4/R 307.899/SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Itacolomi, nº 11, Apto nº 141, Ed. Ile de France, Centro, Balneário Piçarras/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa com sede emna Rua, n ,Bairro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº., neste ato representada por seu bastante procurador Senhor, CPF nº...., doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente contrato mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº .../XXXXXXXX, Pregão Presencial nº .../XXXX, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a fornecer XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$(.....), a ser(em) pago(s) em até 30 (trinta) dias após o fornecimentos dos itens, mediante apresentação da Nota Fiscal. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

2.1 - Os pagamentos referidos acima serão efetuados, mensalmente, após conferência e aceite da Secretaria de xxxxxxxxxxxxxxxx, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura correspondente, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da dotação:

XXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - A CONTRATADA deverá fornecer o objeto de forma parcelada, no prazo de até XX (XXX) dias, conforme pedido da Secretaria de xxxxxxxx após recebimento de Autorização de Fornecimento, na Secretaria Municipal de xxxxxxxxxxxx no endereço xxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxx, Balneário Piçarras/SC ou nos locais por ela indicados.

7.1 – O presente contrato terá vigência de, a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

8 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) fornecer os produtos/serviços mencionados na Cláusula Primeira, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- c) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- d) dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- e) a falta de quaisquer dos materiais não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- f) respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- g) fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura.
- h) reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

CLÁUSULA NONA

9 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - As partes estipulam uma multa contratual de valor igual a 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, à parte que, por qualquer razão, infringir dispositivo constante do presente contrato, incorrendo a parte infratora, ainda, em todas as despesas de eventual execução judicial, custas, honorários advocatícios e demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 – O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado pela Secretaria Municipal de xxxxxxxx, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE: a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes: a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial; c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - Constituem motivo para rescisão do presente contrato:

I - O não cumprimento de suas cláusulas e especificações;

II - O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas e especificações;

III - A subcontratação, parcial ou total, do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no Edital, bem como a fusão, cisão ou a incorporação, que afetem a boa execução deste;

IV - O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

V - O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;

VI - A decretação de falência, ou pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

VII - A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do presente;

VIII - O protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA; IX - Razões de interesse do serviço público,

X - A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;

XI - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, decorrentes da locação e/ou serviços já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;

XII - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Balneário Piçarras, ... de de 2016.

XXXXXXXXXX CONTRATADO

Secretario de

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF

CPF

Obs: O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Mural do Edifício da Prefeitura Municipal.

LEONEL JOSÉ MARTINS

Prefeito Municipal

De acordo:

José Grava Neto

OAB/SC 26.627

Procurador Jurídico

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2016 -PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016- PMBP

ANEXO VIII

MODELO DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, inscrita no
CNPJ/MF sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____

_____, portador(a) da Carteira de Identidade RG n.º _____ e do CPF/MF n.º _____

_____, DECLARA, para os fins legais, ser Microempresa/Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, em especial no que tange ao conceito trazido pelo artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 daquela Lei Complementar.

Local e data

Representante Legal

Cargo/Função na Empresa

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DO EDITAL

Nome da Empresa: _____
Endereço: _____
Telefone: (____) _____ Fax (____) _____ e-mail _____
Pessoa de Contato: _____
CNPJ da Empresa: _____
Nome Completo de quem retirou o Edital: _____
CPF/MF: _____
Declaramos para os devidos fins e efeitos legais que recebemos o Edital de Pregão Presencial nº/xxxxx-xxx e seus anexos, conforme abaixo:

ANEXO I - Termo de Referência – Especificação e Quantitativo do Objeto;
ANEXO II - Modelo de Credenciamento;
ANEXO III – Modelo de Declaração Quanto ao Cumprimento às Normas Relativas ao Trabalho do Menor;
ANEXO IV – Modelo de declaração de Regularidade Fiscal e demais obrigações habilitatórias;
ANEXO V – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
ANEXO VI - Minuta da Ata de Registro de Preços
ANEXO VII – Minuta do Contrato

Local e data

EMPRESA
(Carimbo e Assinatura)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2016 -PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016- PMBP

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item/lote/global, para aquisição de Contratação de empresa de Telefonia Celular, para atender as necessidades do Município de Balneário Piçarras - Diversas Secretarias. Recebimento dos Envelopes até: 13/12/2016 às 14h. Data da Sessão Pública: 13/12/2016 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 22 de novembro de 2016. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

DECLARAÇÃO ASSINATURA DO CONTRATO
ENTREGAR NO CREDENCIAMENTO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, declara para fim específico de futura contratação com o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC, considerando o Processo Licitatório nº/xxxxxx, que o instrumento será assinado pelo Sr. (a) _____, (qualificação) portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, bairro _____, CEP _____, cidade de _____, Estado de _____.

Local e data

(Nome da empresa, do Declarante e sua Assinatura)

DADOS DA EMPRESA:

EMPRESA:
RAZÃO SOCIAL:
NOME FANTASIA:
CNPJ:
RUA: Nº:
BAIRRO: CIDADE: CEP:
E-MAIL:
BANCO:
AGÊNCIA BANCÁRIA:
CONTA CORRENTE:

DADOS DO REPRESENTANTE (PARA CREDENCIAMENTO):

NOME:
CPF:
RUA: Nº:
BAIRRO: CIDADE: CEP:
E-MAIL:

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº.447/2016

DECRETO/ GP/Nº 447/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

Designa os Membros da Comissão do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente do Município de Balneário Rincão/SC e estabelece suas atribuições.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município:

Considerando que é competência do Município elaborar seu Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

Considerando as diretrizes e os objetivos estratégicos apontados pelo CONANDA, segundo o qual este Plano deve organizar a forma como o Município executará as ações e recursos das áreas de Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Lazer, Trabalho e demais políticas públicas, na promoção da cultura do respeito e da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado;

Considerando a Resolução do CONANDA nº 171/2014, que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos Planos Decenais dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, tendo seus componentes indicados pelos seguintes órgãos:

I- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Maria Aparecida Luciano;

II- Conselho Municipal de Assistência Social: Rosângela Silveira;

III- Conselho Tutelar: Gesiane Moraes José de Oliveira;

IV- Secretaria de Assistência Social: Mariza Gyrão Góes, Simone Serafim Abreu Gonçalves (CRAS, incluindo o SCFV), Marilaine Scheffer Trajano (CREAS), Mônia Paula da Silva Alves (CadÚnico);

V- Procuradoria: Angélica Zenato Rocha;

VI- Secretaria de Educação: Karina de Souza;

VII- Secretaria de Saúde: Greicy Vieira Medeiros;

VIII- Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo: Lidiana dos Santos;

IX- Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca: Márcia Fernandes;

X- Secretaria de Administração e Finanças: Alberto de Souza.

Parágrafo Único: Caso algum dos componentes acima listados não possa participar de uma das etapas do processo, será representado por outro do mesmo setor ou conselho, em comum acordo com o indicado previamente.

Art. 2º A Comissão ora instituída será presidida pela Secretária Municipal de Assistência Social.

Art. 3º A Comissão tem as seguintes atribuições:

I – definir o plano de atividades para discussão e elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, no seu âmbito de atuação;

II – articular junto a órgãos e entidades integrantes do Sistema de Garantias de Direitos objetivando a utilização dos relatórios das Conferências Municipais da Educação, Saúde e Assistência Social, realizadas no decorrer de 2015, as quais ocorreram com a participação efetiva de crianças e adolescentes, para o fim de elaborar o Plano Decenal, objeto do presente Decreto;

III – propor e acompanhar a realização de diagnóstico da situação local referente à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; e

IV - submeter a minuta do Plano Decenal à consulta pública local, seja por audiência pública, consulta virtual ou outro mecanismo participativo equivalente, o qual será publicado no site da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, <http://www.balneariorincao.sc.gov.br>.

Art. 4º. Todas as secretarias e instituições responsáveis pela execução das políticas públicas setoriais que compõem a Política de Direitos da Criança e do Adolescente participantes desta Comissão deverão subsidiar a equipe técnica de elaboração do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com informações e dados estatísticos que permitam traçar o diagnóstico da atual situação das crianças e dos adolescentes do Município de Balneário Rincão, dentro de suas atribuições.

Art. 5º. A Comissão para Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente apresentará à Secretaria Municipal de Assistência Social, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste Decreto, o texto preliminar do referido Plano, com todos os componentes recomendados, incluindo o Plano de Ação, com as atribuições de cada órgão/instituição ou setor envolvido.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 442/2016.

Art. 7º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Décio Gomes Góes
Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

23º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

23º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, conforme 8ª convocação através do Edital nº 22º/2016, e itens 17.6, 17.7 e 17.8, do Edital nº. 002/2015, o seguinte:

1. DA MANIFESTAÇÃO EM INTERESSE NA VAGA, CONFORME ÍTEM 17.6 DO EDITAL 002/2015, PARA APRESENTAÇÃO DA COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS E EXAMES MÉDICOS

1.1 COMPARECERAM para manifestar interesse na vaga e solicitar até 30 (trinta) dias para a comprovação de requisitos e exames médicos, conforme 22º Edital de Convocação do Concurso Público 002/2015, os seguintes candidatos:

PREFEITURA

NÍVEL TÉCNICO

Técnico em Enfermagem

35º Rafaela Reits Venturi

EDUCAÇÃO

Nível Superior na Área Pedagógica

Professor de Artes

32º Alessandra Ferreira Silva

33º Shyanne Caroline Rosa

Professor de Educação Infantil

52º Fernanda Dutra Ramos

53º Marlene Antonia Galvan Bernardina

54º Ana Cristina Liebl Muhlbauer

55º Marisete Delfino

56º Simone Torezani Correa

2.DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 A Administração Municipal, se reserva ao direito de exigir documentos complementares aos já apresentados, a reentrega destes ou a renovação quando vencidos, mesmo que apresentados, conforme Edital de convocação, e item 17.6 do Edital do Concurso Público 002/2015.

2.2 Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 002/2015, que normatiza o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

2.3 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

2.4 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 25 de novembro de 2.016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR

Secretário Municipal de Adm. e Finanças

Benedito Novo

PREFEITURA

DECRETO Nº 123/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 123/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.810, de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 74.840,00 (setenta e quatro mil e oitocentos e quarenta reais), para reforço da seguinte projeto/atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

04	Secretaria Da Saude E Bem Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atenção Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municipios
04.001.0010.0301.0041.2017	Manutenção Das Atividades Da Saude
3335000000000000	Transferências A Inst.Priv. S/ Fins Lucro
01020000	Receitas De Impostos - Saúde
	R\$ 43.800,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atenção Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municipios
04.001.0010.0301.0041.2017	Manutenção Das Atividades Da Saude
3339000000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas De Impostos - Saúde
	R\$ 30.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atenção Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municipios
04.001.0010.0301.0041.2017	Manutenção Das Atividades Da Saude
3339000000000000	Aplicações Diretas
01380301	Sus/União - Mac
	R\$ 1.040,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, fica autorizado à anulação da seguinte dotação:

04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atenção Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municipios
04.001.0010.0301.0041.2017	Manutenção Das Atividades Da Saude
3339300000000000	Transferências A Consórcios Públicos
01020000	Receitas De Impostos - Saúde
	R\$ 73.800,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude

04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atenção Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municipios
04.001.0010.0301.0041.2017	Manutenção Das Atividades Da Saude
3339300000000000	Transferências A Consórcios Públicos
01380301	Sus/União - Mac
	R\$ 1.040,00

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 10 de novembro de 2016
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito

O Decreto nº 123/2016 foi publicado na forma da Lei Benedito Novo, aos dias de 10 de novembro de 2016.

MARILIA PANOCH
Agente Administrativo "B"

DECRETO Nº 124/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 124/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, Aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.810, de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.389,70 (onze mil e trezentos e oitenta e nove reais e setenta centavos), para reforço da seguinte projeto/atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0361	Ensino Fundamental
05.001.0012.0361.0051	Criança Na Escola
05.001.0012.0361.0051.2025	Manutenção E Desenvolvimento. Do Ensino Fundamental
3339000000000000	Aplicações Diretas
01360000	Salário Educação
	R\$ 1.232,20
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0365	Educação Infantil
05.001.0012.0365.0051	Criança Na Escola
05.001.0012.0365.0051.2029	Manutenção E Desenvolvimento do Ensino Infantil
3339000000000000	Aplicações Diretas
01360000	Salário Educação
	R\$ 5.820,00

05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0365	Educação Infantil
05.001.0012.0365.0051	Criança Na Escola
05.001.0012.0365.0051.2029	Manutenção E Desenvolvimento do Ensino Infantil
3339000000000000	Aplicações Diretas
03360000	Salário Educação
	R\$ 1.337,50
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0013	Cultura
05.001.0013.0392	Difusão Cultural
05.001.0013.0392.0052	Apoio A Educação E A Cultura
05.001.0013.0392.0052.2035	Adequar E Manter O Setor De Cultura
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 2.000,00
07	Secretaria Da Agricultura E Meio Ambiente
07.002	Fundo Municipal Do Saneamento Básico
07.002.0015	Urbanismo
07.002.0015.0452	Serviços Urbanos
07.002.0015.0452.0072	Preservação Do Meio Ambiente E Saneamento
07.002.0015.0452.0072.2043	Recolhimento E Destinação Final De Resíduos Solido
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 1.000,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, fica autorizado à anulação da seguinte dotação:

05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0361	Ensino Fundamental
05.001.0012.0361.0051	Criança Na Escola
05.001.0012.0361.0051.2025	Manutenção E Desenvolvimento. Do Ensino Fundamental
3449000000000000	Aplicações Diretas
01360000	Salário Educação
	R\$ 1.232,20
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0365	Educação Infantil
05.001.0012.0365.0051	Criança Na Escola
05.001.0012.0365.0051.2029	Manutenção E Desenvolvimento do Ensino Infantil
3449000000000000	Aplicações Diretas
01360000	Salário Educação
	R\$ 5.820,00
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0365	Educação Infantil
05.001.0012.0365.0051	Criança Na Escola
05.001.0012.0365.0051.2029	Manutenção E Desenvolvimento do Ensino Infantil
3449000000000000	Aplicações Diretas
03360000	Salário Educação

	R\$ 1.337,50
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0013	Cultura
05.001.0013.0392	Difusão Cultural
05.001.0013.0392.0052	Apoio A Educação E A Cultura
05.001.0013.0392.0052.2035	Adequar E Manter O Setor De Cultura
3335000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 2.000,00
07	Secretaria Da Agricultura E Meio Ambiente
07.002	Fundo Municipal Do Saneamento Básico
07.002.0015	Urbanismo
07.002.0015.0452	Serviços Urbanos
07.002.0015.0452.0072	Preservação Do Meio Ambiente E Saneamento
07.002.0015.0452.0072.2043	Recolhimento E Destinação Final De Resíduos Solido
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 1.000,00

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 10 de novembro de 2016
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito

O Decreto nº 124/2016 foi publicado na forma da Lei Benedito Novo, aos dias de 10 de novembro de 2016.

MARILIA PANOCH
Agente Administrativo "B"

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 2017/2016

DECRETO Nº 217 /2016 DE: 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

Faz remanejamento de dotação no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para 2016.

VILSON NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 3.589/2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

Considerando, que o recurso da fonte 0.1.02.000000 alocado nas ações de governo de nº, 2041 - Serviços de Atendimento Móvel às Urgências - MAC/SAMU, 2042 - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade e 2043 - Atendimento Psico Social estão acima das necessidades para o exercício de 2016;

Considerando, a necessidade de recursos dessas fontes nas ações de governo de nº 2044 - Manutenção da UPA, para atender despesas com folha de pagamento até o final do exercício;

Considerando, que esses remanejamentos de dotações se darão dentro da própria unidade orçamentária Fundo Municipal de Saúde, sem prejuízo das ações programadas para a área da Saúde em 2016 e envolvendo ações relacionadas à folha de pagamento,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 3.604/2015:

1801. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	
1801.10.302.0004.2041	Serviços de Atendimento Móvel às Urgências-MAC/SAMU	174.500,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	174.500,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	174.500,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	174.500,00
1801.10.302.0004.2042	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	30.000,00
1801.10.302.0004.2043	Atendimento Psico Social	54.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	54.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	54.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	54.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	258.500,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	258.500,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	258.500,00

0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	258.500,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de novembro de 2016.

Vilson Norberto Alves

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escritúria

DECRETO Nº 214/2016

DECRETO Nº 214 /2016 DE: 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual para 2016.

VILSON NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei Municipal nº 3674/2016,

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar no montante de R\$ 395.140,60 (Trezentos e noventa e cinco mil cento e quarenta reais e sessenta centavos), utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
0701.12.365.0003.1007	Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil	139.469,79
4.4.00.00	Investimentos	139.469,79
4.4.90.00	Aplicações Diretas	139.469,79
0.1.06.000000	Salário Educação	139.469,79
1801	Fundo Municipal de Saúde	
1801.10.302.0004.2041	Serviços de Atendimento Móvel às Urgências MAC/SAMU	199.080,81
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	199.080,81
3.3.90.00	Aplicações Diretas	199.080,81
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	199.080,81
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	33.590,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	33.590,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	33.590,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	33.590,00
1801.10.305.0004.2090	Ações de Prevenção à Doenças Sexualmente Transmissíveis	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	20.000,00
1801.10.306.0004.2047	Biguaçu sem Miséria	3.000,00

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	3.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	3.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	3.000,00

SUPLEMENTAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	139.469,79
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	139.469,79
3.1.90.00	Aplicações Diretas	139.469,79
0.1.06.000000	Salário Educação	139.469,79
0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil – Creche	255.670,81
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	255.670,81
3.1.90.00	Aplicações Diretas	255.670,81
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	255.670,81

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de novembro de 2016.

Vilson Norberto Alves

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 215/2016

DECRETO Nº 215 /2016 DE: 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Vilson Norberto Alves, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3589/2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3604/2015 - Lei Orçamentária para 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 3604/2015:

02. GABINETE DO PREFEITO

0201.04.122.0001.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	8.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	8.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	8.000,00
0201.04.131.0001.2006	Manutenção da Gerência de Comunicação	5.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.0100000	Investimentos	5.000,00
	SUPLEMENTA:	

3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	1.800,00
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	3.200,00

04. SECRETARIA DA FAZENDA

0401.04.123.0002.2014	Manutenção da Secretaria da Fazenda	2.300,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	2.300,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	2.300,00

05. SECRETARIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

0501.15.452.0009.2085	Manut. e Melhoria da Iluminação Pública	39.659,12
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.08.0104000	Investimentos	39.659,12
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.08.0104000	Outras Despesas Correntes	39.659,12

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	1.300,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.01.0101000	Pessoal e Encargos Sociais	1.300,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.01.0101000	Outras Despesas Correntes	1.300,00

0701.12.306.0003.2025	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	8.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	8.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	8.000,00

0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil – Creche	17.000,00
	ANULA:	
3.3.50.00/0.1.01.0101000	Outras Despesas Correntes	17.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.01.0101000	Pessoal e Encargos Sociais	17.000,00

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.241.0006.2053	Atendimento à Pessoa Idosa	1.200,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	1.200,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	1.200,00

1101.08.244.0006.2059	Funcionamento e Manutenção do FMAS	1.211,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	1.211,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	1.211,00

1101.08.244.0006.2060	Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação	3.600,00
-----------------------	--	----------

	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	3.600,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	3.600,00
1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	5.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	5.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00

13. SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

1301.27.122.0005.2049	Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer	3.000,00
	ANULA:	
3.3.50.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	3.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	3.000,00

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	86.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.0102000	Pessoal e Encargos Sociais	86.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.02.0102000	Pessoal e Encargos Sociais	77.000,00
3.3.90.00/0.1.02.0102000	Outras Despesas Correntes	9.000,00

1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	371.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.02.0102000	Outras Despesas Correntes	371.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.02.0102000	Pessoal e Encargos Sociais	359.000,00
3.1.91.00/0.1.02.0102000	Pessoal e Encargos Sociais	12.000,00

1801.10.305.0004.2046	Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	70.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.02.0102000	Outras Despesas Correntes	70.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	70.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de novembro de 2016.
Vilson Norberto Alves
Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 216/2016

DECRETO Nº 216 /2016 DE: 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

Libera recursos orçamentários bloqueados pelo Decreto nº 23/2016.

Vilson Norberto Alves, Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 1º, §1º c/c artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 3589/2015 - LDO,

Considerando, que na avaliação do cumprimento das metas de arrecadação até o 5º bimestre de 2016, as fontes ordinárias registraram um déficit de R\$ 4.500.000,00;

Considerando, que o Decreto Municipal nº 23, editado em fevereiro de 2016, bloqueou R\$ 13.690.000,00 de dotações financiadas com recursos ordinários em obediência ao princípio da prudência;

Considerando, que esses números indicam um provável bloqueio de R\$ 4.675.000,00 acima do necessário,

DECRETA:

Art. 1º Fica liberada parcial ou totalmente as dotações financiadas com recursos ordinários abaixo indicados e bloqueadas pelo Decreto Municipal nº 23/2016:

1. UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	600.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	600.000,00

1801.10.302.0004.2041	Serviços de Atendimento Móvel às Urgências-MAC/SAMU	174.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	174.500,00

1801.10.302.0004.2042	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	30.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00

1801.10.302.0004.2043	Atendimento Psico Social	54.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	54.000,00

1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	371.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	371.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de novembro de 2016.
Vilson Norberto Alves
Prefeito Municipal em Exercício
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA SEDEAD Nº 30.910/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.910/2016

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
227552	LUANA WACHSMANN BLOCK NUNES	SEMUS	2016/1147	07.11.2016	16.11.2016
230972	LETICIA TEIXEIRA DE SOUZA MARTINELI	SEMUS	2016/1151	07.11.2016	14.11.2016
230885	VERA MARIA HAMMERSCHMITT HARTMANN	SEMUS	2016/1152	04.11.2016	15.11.2016
187887	JUSSANIA REGINA PEREIRA	SEMUDES	2016/1156	07.11.2016	13.2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de novembro de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2016

Homologação do pregão presencial n.º 157/2016 – Data da Homologação: 23 de novembro de 2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO (MÓVEIS, CADEIRAS, LONGARINAS, E OUTROS) - SETERB – SEMUS/FMS.

Empresa vencedora: Nelita Gomes Farias EPP – R\$ 28.103,00; Mauro Fonseca EPP – R\$ 2.760,00; Suprimóveis Ltda EPP – R\$ 25.299,00.

Base Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/14, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.

EXTRATO Nº 432/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 432/2016

Dispensa de Licitação nº. 309/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de conjunto de armadilha fotográfica para o convênio "Plano de Manejo do Morro Azul". Contratada: Log Materiais e Ferramentas Ltda EPP (CNPJ nº. 12.613.672/0001-51). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias consecutivos após a entrega dos materiais, desde que as mesmas sejam aprovadas pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhadas da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 1.970,00 (mil novecentos e setenta reais)/01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/3.3.90.30.00.

Blumenau, 17 de novembro de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

CÂMARA MUNICIPAL**MD 2688**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.688

NOMEIA THIAGO FELLIPE ZARDO MACHADO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 22 de novembro de 2016, Thiago Fellipe Zardo Machado, no cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Cêzar João Cim – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

ERRATA MD Nº 2.656

ERRATA

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nº 2119, de 09 de novembro de 2016, Resolução da Mesa Diretora nº 2.656/2016.

Na ementa.

Onde se lê:

“HOMOLOGA A ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO MÁRIO DA COSTA NO QUADRO DE CARREIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.”

Leia-se:

“HOMOLOGA A ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO MÁRIO COSTA NO QUADRO DE CARREIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.”

No Art. 1º.

Onde se lê:

“Art. 1º Fica aprovado no Estágio Probatório, conforme avaliações da Comissão Especial e considerado estável no serviço público, em 4 de novembro de 2016, o servidor público Mário da Costa, no cargo de Auxiliar Legislativo, pertencente ao Quadro de Carreira da Câmara Municipal de Blumenau.”

Leia-se:

“Art. 1º Fica aprovado no Estágio Probatório, conforme avaliações da Comissão Especial e considerado estável no serviço público, em 4 de novembro de 2016, o servidor público Mário Costa, no cargo de Auxiliar Legislativo, pertencente ao Quadro de Carreira da Câmara Municipal de Blumenau.”

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor preço por item.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de produtos de higiene e limpeza, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 08/12/2016

HORÁRIO: 9 horas

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55, Blumenau - SC.

O Edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 28 de dezembro de 2016.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 204/2016 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 204/2016, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.
EXONERA A PEDIDO SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA a pedido a Servidora Municipal Sra. CELINE-TE KLEIN DICKEL, matrícula nº 601-7, portadora do CPF sob. nº 019.086.029-45, lotada no Departamento de Cultura na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, ocupante do cargo de Diretora, sendo sua exoneração a partir de 30 de novembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 25 de novembro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 205/2016 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 205/2016, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITOS PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Méritos para servidor pública municipal Sr. Elisandro Vargas, inscrito na matrícula sob nº 736-6, ocupante do cargo de Motorista, a partir do mês de dezembro do ano 2016, conforme art. 68 da Lei nº 542/2006 (Estatuto de Servidores) a art. 25 da Lei nº 755/2010 (Plano de Cargos e Salários), mediante requerimento formal e apresentação de comprovantes, correspondendo a um percentual de 2% sobre seu vencimento base.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 25 de novembro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 206/2016 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 206/2016, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.
CONCEDE ADICIONAL POR TRIÊNIOS PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Triênios a servidor público municipal, a partir do mês de dezembro do ano de 2016, de acordo com o art. 66 do Estatuto de Servidores e requerimento, conforme tabela:

Nome	Período concessão	Percentual
Joelcio Johann	Setembro de 2013 a setembro de 2016	3%

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 25 de novembro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

MINUTA EDITAL PP 27/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 27/2016 para Aquisição de Materiais de Limpeza, Gêneros Alimentícios e utensílios de copa e cozinha, para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes e Educação, para as Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, e para atender os Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social, para o exercício de 2017. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 08/12/16 as 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 28 de novembro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

DECRETO Nº 1973/2016

DECRETO Nº 1.973/2016

"Autoriza a Abrir Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no Orçamento do Exercício de 2016."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 6º, inciso V da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto o Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), conforme abaixo especificado:

04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-361-025-2.14	Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.19(230)	Transferências do FUNDEB R\$ 13.000,00
12-365-020-2.19	Manutenção e Operação do Ensino Infantil
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.18(231)	Transferências do FUNDEB R\$ 12.000,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 24/11/2016.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 24 de novembro de 2016.

Jose Luiz Colombi
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1974/2016

DECRETO Nº 1.974/2016

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2016"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso VII, da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015..

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 4.336,00 (Quatro mil trezentos e trinta e três reais) conforme abaixo especificado:

10.00	Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
10.02	Divisão de Cultura
13-391-060-2.20	Apoio a Cultura e ao Patrimônio Histórico do Município
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(111)	-Recursos Ordinários R\$ 1.408,00

11.00	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11.01	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
10-301-090-2.29	Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
4.4.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.2.38(332)	Programa Atenção Básica - PAB R\$ 2.928,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

10.00	Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
10.02	Divisão de Cultura
13-391-060-2.20	Apoio a Cultura e ao Patrimônio Histórico do Município
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(112)	-Recursos Ordinários R\$ 1.408,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11.01	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
10-301-090-2.29	Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.2.38(61)	Programa Atenção Básica - PAB R\$ 2.928,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 24/11/2016.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 24 de novembro de 2016.

Jose Luiz Colombi
Prefeito

EXTRATO EDITAL PL 77/2016 - PP SRP 51/2016 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA E OUTROS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 77/2016

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 51/2016

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 77/2016 na Modalidade Pregão Presencial Sistema Registro de Preço Nº 51/2016, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA E OUTROS. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 09/12/2016. Abertura da sessão: dia 09/12/2016 às 14:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail compras@botuvera.sc.gov.br, vilimar@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br

BOTUVERÁ-SC, 28 de Novembro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.9022016

DECRETO Nº. 7.902, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 71.262,74 (Setenta e Um Mil, Duzentos e Sessenta e Dois Reais e Setenta e Quatro Centavos), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
 008.0244.0255.2250 Economia Solidária
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.31.54 Transferência de Convênios – União/Assistência Social
 VALOR R\$ 7.255,03
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.3.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 64.007,71

I – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.31.54	Transferências de Convênios – União/Assistência Social
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 25/11/2016.	R\$ 7.255,03
Excesso de arrecadação até a data de 25/11/2016.	R\$ 7.255,03
Valor a Utilizar	R\$ 7.255,03

II - Superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

246-9	C.E.F. - PMB C/C 216-9 – Economia Solidária	0.1.00.00	33.333,70
		0.1.31.54	7.255,03
		0.3.00.00	64.007,71
		0.3.31.54	1.667,09
TOTAL GERAL			106.263,53

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
Restos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
TOTAL	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.00.00	64.007,71
Valor Utilizado	0.3.00.00	0,00
Valor a Utilizar	0.3.00.00	64.007,71

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 25/11/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Novembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora Geral do Município

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2016 SAMAE

DESPACHO – RECURSOS ADMINISTRATIVOS – PL 057/2016
Processo Licitatório: 057/2016

Objeto: Aquisição de rádios de comunicação, gerador portátil, talha elétrica e equipamentos para construção civil.

Recurso Administrativo apresentados pelas empresas ACN Comercio de Produtos de Trânsito Ltda; Rei dos Reis Comercio Atacadista e Varejista de Equipamentos de Informática Ltda.; Compac – Máquinas e Equipamentos Ltda; DRJ Radiocomunicação Ltda.

DESPACHO

Considerando o contido nos autos do processo licitatório 057/2016 e as razões dos recursos administrativos apresentados pelas empresas ACN Comercio de Produtos de Trânsito Ltda contra decisão que declarou a empresa DRJ Radiocomunicações e vencedora do item 10; Rei dos Reis Comercio Atacadista e Varejista de Equipamentos de Informática Ltda. contra decisão que julgou habilitada para o item 11 a proposta da empresa Compac Máquinas e Equipamentos Ltda; bem como as contrarrazões de recursos apresentadas pelas empresas Compac – Máquinas e Equipamentos Ltda. e DRJ Radiocomunicação Ltda, contidos nas fls. 282 a 305 do presente processo licitatório;

Considerando o despacho do Pregoeiro, fls. 307, no sentido de manter a classificação para o item 10 declarado na ata de fls. 280/281, visto que foi respeitado todos os direitos inerentes a ME e que encerrada a etapa de lances não houve empate fictício conforme alegado pela Recorrente, deixando de opinar sobre a questão técnica de descrição do item 11 levantada pela Recorrente Rei dos Reis Comércio Atacadista e Varejista de Equipamentos de Informática Ltda;

Considerando os Pareceres Jurídicos 082/2016 e 090/2016 que passam a fazer parte das razões de decidir desta autoridade;

Considerando que na seleção da proposta mais vantajosa foram observados os princípios da Objetividade, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Isonomia e Competitividade;

DECIDO:

Julgar IMPROCEDENTE o recurso impetrado pela empresa:

a) ACN Comercio de Produtos de Trânsito Ltda, visto que foi respeitado o contido na legislação especial referente a ME e EPP, Lei Complementar 123/2006, Art. 44, § 2º, sendo que após o encerramento dos lances não houve o empate fictício de 5%, uma vez que, quando a Recorrente declinou do seu direito de lances, a Recorrida ainda tinha lance para dar e o fez com margem superior a 5% do último lance ofertado não se caracterizando, portanto, o empate fictício alegado pela Recorrente. Ademais, é permitido ao pregoeiro a negociação com o vencedor por preço melhor de forma a garantir a proposta mais vantajosa, de acordo com a Lei 10.520/2002, artigo 4º, inciso XVII, XVII - nas situações previstas nos incisos XI e XVI, "o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor", e dessa forma mantem-se o resultado da licitação constante na ata de fls. 280/281 referente ao item 10;

Julgar PROCEDENTE o recurso impetrado pela empresa:

b) Rei dos Reis Comercio Atacadista e Varejista de Equipamentos de Informática Ltda., visto que a sessão pública e análise das propostas respeitou os ditames legais, porém ficou demonstrado com o presente recurso que o produto ofertado pela empresa vencedora não atende a todos os requisitos previstos na descrição do objeto no presente edital e assim, deve-se sopesar a aplicação dos

princípios constitucionais ao caso para que seja garantida à autarquia a aquisição do melhor produto pelo preço mais vantajoso e de forma que atenda ao princípio da legalidade e da vinculação ao edital, devendo, no presente caso, ser desclassificada a proposta ofertada pela empresa Compac – Máquinas e Equipamentos Ltda. para o item 11 devendo ser refeita a classificação das propostas válidas para esse item e declarado novo vencedor.

Publique-se para que surta seus efeitos e restitua-se os autos ao pregoeiro para dar prosseguimento ao certame.

Brusque (SC), 23 de novembro de 2016.

Fabiana A. Dalcastagné

Diretora Presidente

SAMAE – Brusque/SC

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2016 - REVOGAÇÃO

Extrato de revogação. Processo Licitatório n. 065/2016. Pregão n. 054/2016. Fundamento legal: Súmula 473 do STF. Data: 23/11/2016. Signatário: Rogério Adilson Lana Secretario de Orçamento de Gestão.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2016 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 076/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 076/2016, na modalidade de Pregão Presencial, para serviço de impressão, fotocopiagem e digitalização por meio de disponibilidade de equipamentos, softwares e suprimentos. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 09 de dezembro de 2016, às 08:00 horas. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Fabiana Amália Dalcastagné

Diretora Presidente

SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2016 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 077/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 077/2016, na modalidade de Pregão Presencial, para locação softwares de cadastro de redes e leitura de hidrômetros. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 09 de dezembro de 2016, às 11:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Fabiana Amália Dalcastagné

Diretora Presidente

SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2016 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 078/2016
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 078/2016, na modalidade de Pregão Presencial, para serviço de manutenção preventiva, corretiva e atualização dos sistemas de automação remota e telemetria, de rádio comunicação de voz e dados e serviços de engenharia para manutenção e atualização do licenciamento ANATEL dos sistemas de comunicação via rádio. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 13 de dezembro de 2016, às 08:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2016

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 093/2016

Pregão nº 068/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, BRINQUEDOS E ELETRODOMÉSTICOS DIVERSOS.

Recorrente: HIPER BRINK COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, reconhecer o recurso apresentado pela empresa HIPER BRINK COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, considerá-lo PARCIALMENTE PROCEDENTE, com fundamento nos artigos 41 da Lei 8.666/93 e art. 37, XXI da Constituição Federal.
16/11/2016

GLEUSA LUCI FISCHER
Secretaria de Educação

RESOLUÇÃO Nº 22/2016 CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 22, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a manutenção de inscrição do Centro de Integração Empresa Escola de Santa Catarina – CIEE/SC junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Brusque-SC, em reunião extraordinária realizada no dia 22 de novembro de 2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n.º 56 de 08 de janeiro de 1997, com fundamento nos artigos 13 e 15 de seu Regimento Interno e da Resolução CMAS nº02, de 28 de março de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Manter a inscrição no CMAS sob nº 10/2011 do CIEE – Centro de Integração Empresa Escola de Santa Catarina - Agência de Brusque, que oferta Ações de defesa e garantia de direitos no campo da promoção da integração ao mercado de trabalho.

Art. 2º O CIEE/SC Agência Brusque está situado na Rua Padre Gattone, nº 20, salas 102 e 104 – Bairro Centro – Brusque-SC, inscrito no CNPJ nº 04.310.564/001-81.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 22 de Novembro de 2016.
Helena Dias
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 23/2016 CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 23, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a manutenção de inscrição da APAE - Associação de Pais e amigos dos Excepcionais de Brusque junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Brusque-SC, em reunião extraordinária realizada no dia 22 de novembro de 2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n.º 56 de 08 de janeiro de 1997, com fundamento nos artigos 13 e 15 de seu Regimento Interno e da Resolução CMAS nº02, de 28 de março de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Manter a inscrição no CMAS sob nº 008/97 da APAE - Associação de Pais e amigos dos Excepcionais de Brusque, sendo que o serviço ofertado atualmente está em processo de reordenamento.

Art. 2º A APAE de Brusque está situada na Rua Augusto Bauer, nº 350, Bairro Maluche – Brusque-SC, inscrito no CNPJ nº 76.852.615/0001-08.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Helena Dias
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 21/2016 CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 21, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a manutenção de inscrição da entidade Lar Sagrada Família junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Brusque-SC, em reunião extraordinária realizada no dia 22 de novembro de 2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n.º 56 de 08 de janeiro de 1997, com fundamento nos artigos 13 e 15 de seu Regimento Interno e da Resolução CMAS nº02, de 28 de março de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Manter a inscrição do Lar Sagrada Família no CMAS sob nº 28/2007, a entidade oferta o serviço de Acolhimento Institucional para crianças de 0 a 12 anos incompletos.

Art. 2º O Lar Sagrada Família está situado na Rua São Pedro, SP 059, nº 69 – Bairro Alsácia – Brusque-SC, CNPJ nº 03.132.520/0001-46.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 22 de Novembro de 2016.
Helena Dias
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 24/2016 CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 24, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Brusque-SC, em reunião extraordinária realizada no dia 22 de novembro de 2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n.º 56 de 08 de janeiro de 1997, com fundamento nos artigos 13 e 15 de seu Regimento Interno e da Resolução CMAS nº 02, de 28 de março de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar a inscrição junto ao CMAS da Associação Lar dos Idosos Lions Clube de Brusque.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 22 de Novembro de 2016.
Helena Dias
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.894

DECRETO Nº 6.894, de 09 de setembro de 2016.
Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Análise de amostras de material escolar, a que se refere o Processo Licitatório nº 90/2016, Pregão Presencial nº 57/2016:

- I – Rosemari de Paula, CPF 690.849.559-00;
- II – Bartira Elisa Tomazini, CPF 022.803.929-09;
- III – Wagner Severgnini, CPF 024.668.549-29;
- IV – Bernadete Maria Ribeiro dos Santos, CPF 538.262.809-20;
- V – Terezinha Baldicera, CPF 461.187.309-97.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de setembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.945

DECRETO Nº 6.945, de 22 de novembro de 2016.
Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.328, de 21 de novembro de 2016,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) da seguinte modalidade de aplicação do Orçamento vigente do Município de Caçador:

- 14.000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
- 14.001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
- 18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
- 3.3.90.00.00 - 0.1.00 - (215) Aplicações Diretas..... R\$ 25.000,00

Art. 2º Fica anulada a modalidade de aplicação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

- 14.000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
- 14.004 - DIVISÃO DE CONTROLE DE ZOONOSSES E DEFESA DE ANIMAIS
- 10.305.0024.2.039 - Vacinação e Controle da População Animal
- 3.3.90.00.00 - 0.1.00 - (224) Aplicações Diretas..... R\$ 25.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.947

DECRETO Nº 6.947, de 22 de novembro de 2016.
Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.330, de 21 de novembro de 2016,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) da seguinte modalidade de aplicação do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural:

- 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO
- 20.606.26.2.91 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento
- 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas 0.1.00 (114).....R\$ 23.000,00

Art. 2º Fica anulada a modalidade de aplicação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

- 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO
- 20.606.26.2.97 - Programa de Subsídio de Hora Máquina ao Produtor Rural
- 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas 0.1.00 (116)...R\$ 23.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de novembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.948

DECRETO Nº 6.948, de 21 de novembro de 2016.
Delega poderes a Servidora Pública Municipal para autenticar documentos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam delegados poderes à Servidora Pública Municipal MICHELE ADRIANA BASEGGIO, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, para autenticar documentos referente ao Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de novembro de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.949

DECRETO Nº 6.949, de 21 de novembro de 2016.
Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA, ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT e MARISA CRISTINA MORONA, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação do terreno urbano abaixo relacionado:

I – terreno urbano com área de 1.112,35m² (um mil, cento e doze metros e trinta e cinco decímetros quadrados), constituído por parte do lote nº 10 e pelo lote nº 9, da quadra “6”, do Loteamento Luciano Reichmann, localizado na esquina da Rua Venezuela com a Rua Altamiro Guimarães, objeto da matrícula nº 24.403, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Shanna de Nardi Furlin.

Parágrafo único. A avaliação se faz necessária para a liberação da construção de edifício residencial pela empresa Fortt Caçador Construtora e Incorporadora.

Art. 2º A Comissão deverá apresentar laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de novembro de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.953

DECRETO Nº 6.953, de 23 de novembro de 2016.
Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 6.695/2016, para a coordenação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituída a Sra. Amanda de Almeida Kirschner nomeada pelo Decreto nº 6.695, de 11 de fevereiro de 2016 para compor a coordenação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, pela Sra. Ana Cristina Hagemann.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de novembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.954

DECRETO Nº 6.954, de 23 de novembro de 2016.
Substitui membro nomeado para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados pelo Decreto nº 6.636, de 07 de dezembro de 2015, para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

a)

c) 01 (um) da Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural:

Titular: Julio César Moschetta da Silva

Suplente:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de novembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.955

DECRETO Nº 6.955, de 23 de novembro de 2016.
Substitui membros nomeados pelo Decreto nº 6.527/2015, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos de Mulher – COMDIM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados pelo Decreto nº 6.527, de 02 de setembro de 2015, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

8 – Secretaria Municipal de Agricultura

Titular: Aline Mendes Luciano

Suplente: Jocemara Silva

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de novembro de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.956

DECRETO Nº 6.956, de 24 de novembro de 2016.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de duas áreas de terrenos urbanos, objetos das matrículas nºs 24.024 e 13.349, do Registro de Imóveis desta Comarca, abaixo descritas, de propriedade de Vilson Nava e Serli Cardoso Nava, resultando em 01 (uma) área com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – terreno urbano com 259,84m² (duzentos e cinquenta e nove metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), situado na Rua Solon Coelho de Souza, nesta cidade de Caçador-SC, partindo do marco 0=PP, situado na confrontação com a Rua Imaruí; deste, segue, confrontando com a Rua Imaruí com o azimute de 137°10'37" e a distância de 3.44 m até o marco 1; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 13.349 com o azimute de 157°18'23" e a distância de 22.00 m até o marco 3; deste, segue, confrontando com a Rua Solon Coelho de Souza com o azimute de 250°29'23" e a distância de 10.00 m até o marco 4; deste, segue, confrontando com o "área de posse" da Prefeitura Municipal de Caçador (imóvel constante da transcrição nº 1.803) com o azimute de 334°18'07" e a distância de 24.05 m até o marco 5; deste, segue, confrontando com o "área de posse" da Mitra Diocesana de Caçador (imóvel constante da transcrição nº 1.803) com o azimute de 63°34'36" e a distância de 10.08 m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

II – terreno urbano com 90,55m² (noventa metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), situado na Rua Imaruí, nesta cidade de Caçador-SC, partindo do marco 1=PP, situado na confrontação com a Rua Imaruí; deste, segue, confrontando com a Rua Imaruí com o azimute de 137°10'37" e a distância de 23.92 m até o marco 2; deste, segue, confrontando com a Rua Solon Coelho de Souza com o azimute de 250°29'23" e a distância de 8.24 m até o marco 3; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 24.024 com o azimute de 337°18'23" e a distância de 22.00 m até o marco 1=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 350,39m² (trezentos e cinquenta metros e trinta e nove decímetros quadrados), que parte do marco 0=PP, situado na confrontação com a Rua Imaruí; deste, segue, confrontando com a Rua Imaruí com o azimute de 137°10'37" e a distância de 27.36 m até o marco 1; deste, segue, confrontando com a Rua Solon Coelho de Souza com o azimute de 250°29'23" e a distância de 18.24 m até o marco 2; deste, segue, confrontando com o "área de posse" da Prefeitura Municipal de Caçador (imóvel constante da transcrição nº 1.803) com o azimute de 334°18'07" e a distância de 24.05 m até o marco 3; deste, segue, confrontando com o "área de posse" da Mitra Diocesana de Caçador (imóvel constante da transcrição nº 1.803) com o azimute de 63°34'36" e a distância de 10.08 m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 4º O Registro da Unificação no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e

oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de novembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.957

DECRETO Nº 6.957, de 24 de novembro de 2016.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de duas áreas de terrenos urbanos, objetos das matrículas nºs 31.676 e 31.678, do Registro de Imóveis desta Comarca, abaixo descritas, de propriedade de Construtora e Consultoria Boulevard Ltda ME, resultando em 01 (uma) área com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – terreno urbano com 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), constituído pelo lote nº 11, da quadra "A" do Loteamento Colina, situado à Rua Clovis João Dallazem, desta cidade de Caçador-SC, confrontando: ao Nordeste, com a Rua Clovis João Dallazem, com 15,00m; ao Sudoeste, com o lote nº 10, com 15,00m; ao Noroeste, com o lote nº 13, com 30,00m; e, ao Sudeste, com o lote nº 09, com 30,00m.

II – terreno urbano com 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), constituído pelo lote nº 13, da quadra "A" do Loteamento Colina, situado à Rua Clovis João Dallazem, desta cidade de Caçador-SC, confrontando: ao Nordeste, com a Rua Clovis João Dallazem, com 15,00m; ao Sudoeste, com o lote nº 12, com 15,00m; ao Noroeste, com o lote nº 15, com 30,00m; e, ao Sudeste, com o lote nº 11, com 30,00m.

Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 900,00m² (novecentos metros quadrados), situado nesta cidade de Caçador-SC, constituído pelos lotes nºs 11 e 13, da quadra "A" do Loteamento Colina, situado à Rua Clovis João Dallazem, desta cidade de Caçador-SC, confrontando: ao Nordeste, com a Rua Clovis João Dallazem, com 30,00m; ao Sudoeste, com os lotes nºs 10 e 12, com 30,00m; ao Noroeste, com o lote nº 15, com 30,00m; e, ao Sudeste, com o lote nº 09, com 30,00m.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 4º O Registro da Unificação no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 6.767, de 18 de abril de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de novembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.958

DECRETO Nº 6.958, de 25 de novembro de 2016.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.332, de 24 de novembro de 2016,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 24.760,00 (vinte e quatro mil, setecentos e sessenta reais) da seguinte modalidade de aplicação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

5.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
8.244.5.2.193 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas 0.1.00 (259).....R\$ 24.760,00

Art. 2º Fica anulada a modalidade de aplicação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

5.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
8.244.5.2.194 – BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas 0.1.00 (269).....R\$ 24.760,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de novembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.959

DECRETO Nº 6.959, de 25 de novembro de 2016.

Anula e suplementa dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.333, de 24 de novembro de 2016,

DECRETA :

Art. 1º Fica anulada a importância de R\$ 319.587,76 (trezentos e dezenove mil, quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos) das seguintes modalidades de aplicação do Orçamento vigente do Município de Caçador:

04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.8.1.025 – Bloco de Investimentos
4.4.90.00.00.00.045 (181) – Aplicações Diretas R\$ 47.322,00
4.4.90.00.00.00.044 (182) – Aplicações Diretas R\$ 72.265,76
SOMA R\$ 119.587,76

04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.8.2.185 – Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
3.3.90.00.00.102 (202) – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 319.587,76

Art. 2º Por conta da anulação do artigo anterior, ficam suplementadas as modalidades de aplicação a seguir especificadas, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.8.2.037 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Bloco Atenção Básica
3.3.90.00.00.044(193) - Aplicações DiretasR\$ 72.265,76
3.1.90.00.00.102(186) - Aplicações DiretasR\$ 200.000,00
SOMA R\$ 272.265,76
04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.8.2.185 – Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
3.3.90.00.00.045 (203) - Aplicações Diretas R\$ 47.322,00
TOTAL R\$ 319.587,76

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de novembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.960

DECRETO Nº 6.960, de 24 de novembro de 2016.

Decreta Recesso Administrativo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Fica decretado recesso administrativo aos profissionais dos Postos de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, no período 12 de dezembro de 2016 à 31 de dezembro de 2016, sendo que esses ficarão à disposição da Secretaria para atendimento conforme escalas pré-estabelecidas pela Gestão Municipal, para os seguintes estabelecimentos que permanecerão com atendimento regular:

I - Pronto Atendimento Municipal;
II - UBS Materno Infantil-Unidade Sanitária;
III - UBS Santa Catarina.

Art. 2º Ficam, ainda, estabelecidos os seguintes recessos:

I - para a Vigilância Sanitária de 12 à 31/12/2016 em regime de sobreaviso;

II – para o Laboratório Municipal de 12 à 31/12/2016, a descontar de banco de horas ou férias;

III - para a Farmácia Básica Municipal apenas nos dias 23/12/2016 e 30/12/2016

IV – para a Sede Administrativa da Secretaria, Ambulatório de Especialidades, CAPS e Saúde Mental, de 26 à 31/12/2016;

V – para a Vigilância Epidemiológica de 26 à 31/12/2016 com escala de plantão.

Art. 3º As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas antes ou imediatamente após esse período serão deferidas conforme o interesse da administração.

Art. 4º Agentes Comunitário de Saúde atendem a Portaria nº 27.446, de 21 de novembro de 2016, com férias regulamentares no período de 12/12/2016 à 10/01/2017.

Art. 5º Aos profissionais que não estarão a disposição nas escalas de trabalho, caberá desconto em banco de horas ou férias.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogado o Decreto nº 6.944, de 18 de novembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de novembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046, DE 24 NOVEMBRO DE 2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046, de 24 de novembro de 2016.
Convoca aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONVOCA:

A cidadã classificada conforme Edital de Concurso Público nº 002/2015, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, de homologação da Listagem Final de Classificação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal do Meio Ambiente, conforme sequência de classificação:

CARGO: FARMACÊUTICO
CL.: ELIRES DAMBROS

a) A cidadã deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso Público.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de novembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.327

LEI Nº 3.327, de 21 de novembro de 2016.

Dá nova redação ao inciso III do art. 28, da Lei nº 130 de 1986, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º O inciso III do art. 28, da Lei nº 130, de 09 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Caçador, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28

I -

III - título de propriedade ou autorização de construção emitida pelo proprietário, com reconhecimento de assinatura registrada em cartório, ou contrato de compra e venda e ou revenda entre o proprietário originário e os subsequentes compradores, com reconhecimento de assinatura registrada em cartório do proprietário no contrato originário, ou comprovantes de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU dos 05 (cinco) anos anteriores ao pedido, em nome do interessado, desde que o lote não se encontre em loteamento ou área irregular, ou de preservação (NR);”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de novembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.328

LEI Nº 3.328, de 21 de novembro de 2016.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) da seguinte modalidade de aplicação do Orçamento vigente do Município de Caçador:

14.000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
14.001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
3.3.90.00.00 - 0.1.00 - (215) Aplicações Direta..... R\$ 25.000,00

Art. 2º Fica anulada a modalidade de aplicação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

14.000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
14.004 - DIVISÃO DE CONTROLE DE ZOONOSSES E DEFESA DE ANIMAIS
10.305.0024.2.039 - Vacinação e Controle da População Animal
3.3.90.00.00 - 0.1.00 - (224) Aplicações Diretas..... R\$ 25.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de novembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.330

LEI Nº 3.330, de 21 de novembro de 2016.
Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) da seguinte modalidade de aplicação do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural:

2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.26.2.91 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas 0.1.00 (114).....R\$ 23.000,00

Art. 2º Fica anulada a modalidade de aplicação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.26.2.97 - Programa de Subsídio de Hora Máquina ao Produtor Rural

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas 0.1.00 (116).....R\$ 23.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de novembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.332

LEI Nº 3.332, de 24 de novembro de 2016.
Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 24.760,00 (vinte e quatro mil, setecentos e sessenta reais) da seguinte modalidade de aplicação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

5.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
8.244.5.2.193 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas 0.1.00 (259).....R\$ 24.760,00

Art. 2º Fica anulada a modalidade de aplicação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

5.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
8.244.5.2.194 – BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas 0.1.00 (269).....R\$ 24.760,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de novembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.333

LEI Nº 3.333, de 24 de novembro de 2016.
Anula e suplementa dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica anulada a importância de R\$ 319.587,76 (trezentos e dezenove mil, quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos) das seguintes modalidades de aplicação do Orçamento vigente do Município de Caçador:

04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.8.1.025 – Bloco de Investimentos

4.4.90.00.00.00.045 (181) – Aplicações Diretas R\$ 47.322,00

4.4.90.00.00.00.044 (182) – Aplicações Diretas R\$ 72.265,76

SOMA R\$ 119.587,76

04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.8.2.185 – Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.90.00.00.102 (202) – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 319.587,76

Art. 2º Por conta da anulação do artigo anterior, ficam suplementadas as modalidades de aplicação a seguir especificadas, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.8.2.037 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Bloco Atenção Básica

3.3.90.00.00.044(193) - Aplicações DiretasR\$ 72.265,76

3.1.90.00.00.102(186) - Aplicações DiretasR\$ 200.000,00

SOMA R\$ 272.265,76

04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.8.2.185 – Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.90.00.00.045 (203) - Aplicações Diretas R\$ 47.322,00

TOTAL R\$ 319.587,76

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de novembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.431

PORTARIA Nº 27.431, de 11 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 178, inciso V, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, designados para comporem Comissão de Processo Administrativo, instaurado pela Portaria nº 27.212, de 23 de agosto de 2016, o pagamento de gratificação a que fazem jus, especificando código, nome dos servidores, cargo no processo, número do processo administrativo e valores das gratificações, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº Processo Adm.	Valor da Gratif.
10780	Luciana Marta Debarba Cereza	Presidente	Proc. Adm. nº 03/2016	750,00
368	Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira	Membro	Proc. Adm. nº 03/2016	400,00
14090	Rafael Garcia Guilardi	Membro	Proc. Adm. nº 03/2016	400,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de novembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.437

PORTARIA Nº 27.437, de 16 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o cidadão IZAIAS IZAC ZARUR, para o cargo em comissão de Assessor de Secretário, do Grupo de Cargos em Comissão, referência CC-4, vinculado à Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 08 de novembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de novembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.447

PORTARIA Nº 27.447, de 21 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal RÔMULO MACHADO DE SOUZA, do cargo em comissão de Diretor de Planejamento Urbano do Grupo de Cargos em Comissão, referência CC-2, vinculado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC, matrícula 16, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, nomeado pela Portaria nº 23.117 de 17 de Outubro de 2013, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de novembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.452

PORTARIA Nº 27.452, de 24 de novembro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão EDUARDO BARBOSA LOPES, para ocupar o cargo de Médico – Cirurgia Geral, do Grupo Ocupacional – Superior do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal da Saúde, Referência 39, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com data de nomeação, posse e início do exercício a partir de 12 de dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.454

PORTARIA Nº 27.454, de 25 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, Licença Prêmio a que fazem jus, especificando código, nome, cargo, secretaria/órgão de lotação, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Período de Aquisição	Período de gozo
478	Joacir Antunes de Oliveira	Agente de Serviços e Obras Públicas	003	05/10/2007 a 05/10/2012	03/11/2016 a 01/01/2017
9255	Lilian Aparecida de Oliveira	Agente Municipal de Segurança e Trânsito	032	11/03/2009 a 11/03/2014	20/12/2016 a 18/01/2017
9493	Salete Aparecida Adamio	Auxiliar de Serviços Gerais	003	11/11/2009 a 11/11/2014	17/12/2016 a 15/01/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

PORTARIA 1542/2016

PORTARIA Nº.1.542, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

"Nomeia a Pregoeira Oficial e respectiva equipe de apoio para a realização de licitação, na modalidade pregão, no âmbito do poder executivo do município de Camboriú-SC, especificamente para o Fundo Municipal de Educação, para o exercício de 2016".

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Pregoeira Oficial e respectiva Equipe de Apoio para a realização da licitação, da modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo deste Município de Camboriú-SC, especificamente para o Fundo Municipal de Educação, no decorrer de 2016, conforme abaixo identificado pelos seguintes membros:

- PREGOEIRA OFICIAL: SIMONE SANTOS SOUZA

- EQUIPE: ALEX LUIZ SOBRINHO

LISIA CARLA TONIAZZO

Art. 2º. Caberá à Pregoeira Oficial e respectiva Equipe de Apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento de propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002, consoante as alterações que lhe forem dadas.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor em 16 de Novembro de 2016, revogando a Portaria nº.1.703/15.

PAÇO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

PR 29/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2016-FME - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOLDOS E LONAS A SEREM INSTALADOS NO CEI MARIA BITTENCOURT SAUT E NO J.I.M PADRE SÉRGIO MAYKOT NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 07 (Sete) de Dezembro de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 25 de Novembro de 2016.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.117 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.117 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.			
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental.			
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental.			
300000.00.519 -	Despesas Correntes			
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais			
319000.00.519 -	Aplicações Diretas			
319016.00.519 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		R\$ 1.100,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.			
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação.			
12.361.0008.2.045 -	Pessoal do Apoio Administrativo à Educação.			
300000.00.519 -	Despesas Correntes			
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais			
319000.00.519 -	Aplicações Diretas			
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		R\$ 1.100,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 25 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.569 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.569 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública CÉLIA REGINA DRANCKA COELHO DE QUEIROZ, Matrícula Funcional nº 000013, Registro no Sistema sob nº 367000, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o Caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2013 a 01 de novembro de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 25 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.570 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.570 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal, IZAURA DE FÁTIMA SUTIL, Matrícula Funcional nº 000781, Registro no Sistema sob nº 955401, no Cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo a Função de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, opção da Servidora Pública Municipal, requerimento devidamente assinado e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 11 de outubro de 2016, sob nº 5799.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 25 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.571 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.571 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, JOSÉ BAGHUNCK, Matrícula Funcional nº 000026, Registro no Sistema sob o nº 5100, ocupante do Cargo Público de Motorista, exercendo a Função de Motorista da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – O abono pecuniário de que trata o Caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 04 de abril de 2015 a 03 de abril de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, opção do Servidor Público Municipal, requerimento devidamente assinado e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de outubro de 2016, sob nº 5717.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 25 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de filtros, óleo e graxa para os veículos e máquinas da frota do município de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	10	Unidade	Filtro, referência: ARS 1029	29,65	296,50
02	16	Unidade	Filtro, referência: PSL 619	9,00	144,00
03	10	Unidade	Filtro, referência: ARL 8832	8,81	88,10
04	10	Unidade	Filtro, referência: AP 9834	52,00	520,00
05	10	Unidade	Filtro, referência: PL 519	17,61	176,10
06	20	Unidade	Filtro, referência: BFU 707-4	40,00	800,00
07	20	Unidade	Filtro, referência: ARS 9839	77,00	1.540,00
08	20	Unidade	Filtro, referência: ASR 839	120,00	2.400,00
09	20	Unidade	Filtro, referência: PSL 300	80,26	1.605,20
10	30	Unidade	Filtro, referência: PSC 72/2	10,37	311,10
11	20	Unidade	Filtro, referência: PSD 960/1	60,00	1.200,00
12	20	Unidade	Filtro, referência: PSA 331	45,00	900,00
13	20	Unidade	Filtro, referência: PSL 283	75,00	1.500,00
14	30	Unidade	Filtro, referência: PF 420	150,00	3.000,00
15	10	Unidade	Filtro, referência: PSL 560	12,26	122,60
16	20	Unidade	Filtro, referência: ARS 2868	23,00	230,00
17	10	Unidade	Filtro, referência: ARL 8825	33,00	330,00
18	20	Unidade	Filtro, referência: P 608766	215,00	4.300,00
19	20	Unidade	Filtro, referência: CF 2135	114,00	2.280,00
20	20	Unidade	Filtro, referência: PSL 675	23,34	466,80
21	20	Unidade	Filtro, referência: PSC 877	59,95	1.199,00
22	10	Unidade	Filtro, referência: ARL 9603	13,90	139,00
23	20	Unidade	Filtro, referência: PSL 280	29,60	592,00
24	20	Unidade	Filtro, referência: PSD 530/1	28,80	576,00
25	20	Unidade	Filtro, referência: AP 7996	66,00	1.320,00
26	20	Unidade	Filtro, referência: C 1157/2	46,00	920,00
27	20	Unidade	Filtro, referência: W 940/18	30,00	600,00
28	20	Unidade	Filtro, referência: FC 161	20,00	400,00
29	20	Unidade	Filtro, referência: ARL 4154	25,00	500,00
30	20	Unidade	Filtro, referência: PEL 119	19,26	385,20
31	10	Unidade	Filtro, referência: PSL 156	53,70	537,00
32	10	Unidade	Filtro, referência: PF 1190	43,00	430,00
33	10	Unidade	Filtro, referência: NC 161	8,00	80,00
34	10	Unidade	Filtro, referência: 11110022	209,00	2.090,00
35	10	Unidade	Filtro, referência: 11110023	92,00	920,00
36	30	Unidade	Filtro, referência: PSC 410	27,11	813,30
37	10	Unidade	Filtro, referência: KX 88/1D	29,00	290,00
38	10	Unidade	Filtro, referência: ARS 8889	46,90	469,00
39	20	Unidade	Filtro, referência: TR 5590 RS	45,00	900,00
40	20	Unidade	Filtro, referência: CNH 87574362	52,00	1.040,00
41	20	Unidade	Filtro, referência: CNH 85574363	46,00	920,00

42	20	Unidade	Filtro, referência: CNH 84221215	56,00	1.120,00
43	20	Unidade	Filtro, referência: CUR 84465121	27,00	540,00
44	10	Unidade	Filtro, referência: AP 5461	115,00	1.150,00
45	10	Unidade	Filtro, referência: AS 835	60,82	608,20
46	10	Unidade	Filtro, referência: A 9061840325	34,00	340,00
47	10	Unidade	Filtro, referência: KX 67/2	48,00	480,00
48	10	Unidade	Filtro, referência: A9584770015 KZ	102,00	1.020,00
49	10	Unidade	Filtro, referência: A 6345280306	102,00	1.020,00
50	10	Unidade	Filtro, referência: A 6345280206	45,00	450,00
51	10	Unidade	Filtro, referência: ARL 4147	11,00	110,00
52	20	Unidade	Filtro, referência: ARL 5139	44,75	895,00
53	10	Unidade	Filtro, referência: PEL 675	32,00	320,00
54	20	Unidade	Filtro, referência: PC 947	31,00	620,00
55	12	Unidade	Filtro, referência: C 29014	45,00	540,00
56	12	Unidade	Filtro, referência: PSL 78	20,40	244,80
57	12	Unidade	Filtro, referência: ART 5051	36,00	432,00
58	12	Unidade	Filtro, referência: PSL 77	15,40	184,40
59	12	Unidade	Filtro, referência: ARS 1013	42,00	504,00
60	12	Unidade	Filtro, referência: PSL 156	53,00	636,00
61	12	Unidade	Filtro, referência: PEC 3023	47,90	574,80
62	12	Unidade	Filtro, referência: PEL 312	36,50	438,00
63	20	Unidade	Filtro, referência: ARL 4150	12,00	240,00
64	30	Unidade	Filtro, referência: PSL 55	14,13	423,90
65	5	Tambor	Óleo 15w-40 CI 4 tambor com 200 litros	2.000,00	10.000,00
66	5	Tambor	Óleo hidráulico 68 – tambor com 200 litros	1.458,00	7.290,00
67	2	Tambor	Óleo de transmissão 10w – tambor com 200 litros	1.536,00	3.072,00
68	1.000	Litro	Aditivo Arla 32	2,25	2.250,00
69	3	Tambor	Graxa de lítio para rolamentos, cubos de roda, mancais e pino graxeiro (1ª linha) tambor com 170 kg	2.495,00	7.485,00

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 28/11/2016 às 13h45min do dia 08/12/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 08/12/2016 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias na seguinte classificação:

3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
-----------------	---------------------

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre – SC, 25 de novembro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO ATA RP 59/2016

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 59/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2051/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a DISBRAPLAC LTDA - EPP, inscrita no CNPJ Nº 05.168.674/0001-13, conforme relação abaixo:

Item	Unid	Quant	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
1	UN	1,00	PARQUE INFANTIL 3 TORRES 1003 Estrutura principal em madeira Eucalipto Citryodora com diâmetro entre 12 a 15cm composto por 2 escorregador em madeira ou fibra d e vidro medindo aproximadamente 2,50 de comprimento por 0,42cm de largura, 3 torres medindo 1,10x1,10 em madeira com cobertura em fibra de vidro,1 ponte pênsil fixa por cabos aço corrimão de madeira de itaúba, passarela fixa curvada, escada com laterais e corrimão e pintura eletrostática degraus de madeira itaúba medindo 1,80m de comprimento e 0,70cm de largura,1 ponte pênsil fixadas por cabos de aço corrimão em madeira itaúba correntes e cordas medindo 3mt comprimento e 0,80cm de largura, teia de cordas para escaladas em madeira	13.620,00	13.620,00	DISBRAPLAC
2	UN	1,00	ABRIGO PARA PARADA DE ONIBUS Ref;102: estrutura principal confeccionada em tubo industrial 1 ½ espessura 2mm com travessa unificando a peça em tubo 20 x 30 x 2mm e tubo 7/8x2mm. Revestida em chapa de policarbonato, laterais em chapa de aço contendo: 1 banco em tubo 7/8 espessura 2mm. Soldagem através de MIG eletrônica, tratamento anticorrosivo, pintura em esmalte sintético. Medidas:3,00 x 2,20 x 0,80.	3.900,00	3.900,00	DISBRAPLAC

VALOR TOTAL R\$ 17.520,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 24 de novembro de 2016.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ RUDIMAR BORCIONI Prefeito municipal	DISBRAPLAC LTDA – EPP CNPJ Nº 05.168.674/0001-13
--	---

ROZANE B. MORERIA
Sec. Mun. de Educação e Cultura Designada

Visto da Assessoria Jurídica do Município:

ANNE CRISTINE BAUERMANN WERNER
OAB/SC Nº 36.655
PROCURADORA JURÍDICA

EXTRATO ATA RP 60/2016

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 60/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2052/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 02.593.711/0001-42, conforme relação abaixo:

Lote	Unid	Quant	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item
1	Biblioteca	4,00	AQUISIÇÃO DE LIVROS DE UMA BIBLIOTECA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL COM 305 VOLUMES	4.696,00	18.784,00
2	Biblioteca	2,00	AQUISIÇÃO DE LIVROS DE UMA BIBLIOTECA PARA ENSINO FUNDAMENTAL COM 340 VOLUMES.	4.696,00	9.392,00
3	Biblioteca	1,00	AQUISIÇÃO DE LIVROS DE UMA BIBLIOTECA INFANTO-JUVENIL COM 309 VOLUMES	4.496,00	4.496,00



VALOR TOTAL R\$ 32.672,00

--	--	--

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 24 de novembro de 2016.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ RUDIMAR BORCIONI Prefeito municipal	VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS EIRELI CNPJ Nº 02.593.711/0001-42
--	---

ROZANE B. MORERIA
Sec. Mun. de Educação e Cultura Designada

Visto da Assessoria Jurídica do Município:

ANNE CRISTINE BAUERMANN WERNER
OAB/SC Nº 36.655
PROCURADORA JURÍDICA

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO 7635/16 - ABRE CREDITO ADICION AL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

DECRETO Nº 7.635/16 de 23/11/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 5.369,66 (Cinco mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 – Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagens

Elementos de despesa: 153- 3.1.90.00.00.00.00.03.0056.00000
0– Aplicações diretas R\$5.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 18 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO ESTRUTURAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.026 – Manutenção do Departamento de Manutenção e Apoio Estrutural

Elementos de despesa: 84- 3.3.90.00.00.00.00.01.0000.00000
0– Aplicações diretas R\$369,66

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do superávit financeiro do exercício anterior, Recurso SSP Trânsito, R\$ 5.000,00 e excesso de arrecadação – Recursos Próprios R\$ 369,66.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 23 de novembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO 7626/16 - ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

REPUBLICADO

DECRETO Nº 7.626/16 de 18/11/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.038 – Manutenção da Iluminação Pública

Elementos de despesa: 114- 3.3.90.00.00.00.00.01.0017.00000

0– Aplicações diretas R\$150.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do excesso de arrecadação – COSIP

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 18 de novembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1833/16

PORTARIA Nº 1833/16 de 21/11/16

REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA LEONIDE LOVATO TEIXEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Reduzir para 20 horas a carga horária semanal da servidora LEONIDE LOVATO TEIXEIRA, sem prejuízo de sua remuneração, pelo prazo de 01 (um) ano, conforme Art. 3º da lei municipal nº 1.475/86. Retroagindo seus efeitos a partir de 10 de novembro de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 21 de novembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1833/16

PORTARIA Nº 1833/16 de 21/11/16

REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA LEONIDE LOVATO TEIXEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Reduzir para 20 horas a carga horária semanal da servidora LEONIDE LOVATO TEIXEIRA, sem prejuízo de sua remuneração, pelo prazo de 01 (um) ano, conforme Art. 3º da lei municipal nº 1.475/86. Retroagindo seus efeitos a partir de 10 de novembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 21 de novembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS 10/2016 FHJA
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 1/7
 Processo Nº.: 19/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2016

No dia 25 do mês de Novembro do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.156.455/0001-28, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS 379, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) DIRETOR ADMINISTRATIVO, o Sr(a). LEONARDO FARIAS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 023.645.589-30, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2016, Processo Licitatório nº. 19/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGENIO MEDICINAL. PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7450	CRIOBÁS AR GÁS LTDA	
6984	FERREIRA GASES INDUSTRIAIS LTDA	
7099	WHITE MARTINS GASES IND. LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CRIOBÁS AR GÁS LTDA	01.666.621/0001-71	JOSE NAZARENO SANTOS	489.192.929-49
FERREIRA GASES INDUSTRIAIS LTDA	02.904.116/0001-80	MARCIO ANDRE FERREIRA	006.572.779-75
WHITE MARTINS GASES IND. LTDA	35.820.448/0107-94	CLAUDIOMAR NASCIMENTO	018.820.889-56

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGENIO MEDICINAL. PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7099 - WHITE MARTINS GASES IND. LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	OXIGÊNIO MEDICINAL	M3		12.000,000	4,0000	48.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 2/7
Processo Nº.: 19/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 3/7
Processo Nº.: 19/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 4/7
Processo Nº.: 19/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 5/7
Processo Nº.: 19/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 6/7
Processo Nº.: 19/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 7/7
Processo Nº.: 19/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 25 de Novembro de 2016.

LEONARDO FARIAS SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Empresas Participantes:

CRIOBRÁS AR GÁS LTDA	CNPJ: 01.666.621/0001-71	_____
FERREIRA GASES INDUSTRIAIS LTDA	CNPJ: 02.904.116/0001-80	_____
WHITE MARTINS GASES IND. LTDA	CNPJ: 35.820.448/0107-94	_____

SAMAE - CAMPOS NOVOS

EXT. PP 41/2016

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844
AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos –SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 58/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº41/2016, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS TRAPEZOIDAIS EMPILHÁVEIS E CADEIRAS DE ESPERA TIPO LONGARINA 03 LUGARES A SEREM UTILIZADAS NA ÁREA DE CONVIVÊNCIA DO SETOR TÉCNICO DA SEDE ADMINISTRATIVA DO SAMAE DE CAMPOS NOVOS-SC.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 09:00hs do dia 08/12/2016, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos – SC, nos seguintes horários das 08:00 às 12:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 1027/2016

PORTARIA Nº. 1027/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado a pedido PEDRO TEODORICO ARAÚJO, comissionado no cargo de Supervisor II, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 30/11/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1029/2016

PORTARIA Nº. 1029/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora MABEL VESARO, efetiva no cargo de Monitor - PETI, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 02/12/2016 a 31/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1032/2016

PORTARIA Nº. 1032/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido JULIANE SCULTETUS TOKARSKI, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 23/11/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1034/2016

PORTARIA Nº. 1034/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o art. 103 § 1º da Lei nº. 2.305/90, resolve:

INTERROMPER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam interrompidas as Férias concedidas à servidora VALÉRIA SOARES DE LIMA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, nos dias 24 e 25 de novembro de 2016, conforme Comunicação Interna nº 576/SMAFO/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 329/2016

DECRETO Nº 329/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2015, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 329/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10100 – REC. IMP. E DE TRANSF. IMP. - EDUCAÇÃO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
474/15	29/01/2015	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	25,00

Canoinhas/SC, 24 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

DECRETO Nº. 318/2016 “DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, A ÁREA DE RUAS PERTENCENTES A JOÃO DROSDEK E MARA REGINA FERREIRA MATOS DROSDEK, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DECRETO Nº. 318/2016

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, A ÁREA DE RUAS PERTENCENTES A JOÃO DROSDEK E MARA REGINA FERREIRA MATOS DROSDEK, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, VI, e art. 86, I, “e”, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o art. 5º, “h” e “m” do Decreto Federal nº. 3.365/1941 que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 075/2008 que regulamenta as Leis Municipais que dispõem sobre a declaração de utilidade pública, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável e/ou judicial, o trecho da Rua Fauri de Lima com uma área de 1.477,00m² (mil quatrocentos e setenta e sete metros quadrados), parte de uma área total de 8.268,94m² (oito mil duzentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro décimos quadrados), situado nesta cidade de Canoinhas/SC, no Bairro Campo D’Água Verde, neste município, pertencente à João Drosdek e sua esposa, Mara Regina Ferreira Matos Drosdek, registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca de Canoinhas sob nº. 31.719.

Parágrafo Único: A área a ser desapropriada, será para única e exclusiva extensão do trecho da Rua Fauri de Lima, vedada a utilização para finalidade diversa.

Art. 2º - A desapropriação do imóvel descrito no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 319/2016 "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, AS ÁREAS DE RUAS PERTENCENTES À MAJESTADE GUIMARÃES LTDA ME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO Nº. 319/2016

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, AS ÁREAS DE RUAS PERTENCENTES À MAJESTADE GUIMARÃES LTDA ME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, VI, e art. 86, I, "e", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o art. 5º, "h" e "m" do Decreto Federal nº. 3.365/1941 que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 075/2008 que regulamenta as Leis Municipais que dispõem sobre a declaração de utilidade pública, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável e/ou judicial, as seguintes áreas de ruas:

I – trecho da Rua Otávio Tabalipa com área de 4.104,47m² (quatro mil cento e quatro metros e quarenta e sete decímetros quadrados), parte de uma área total de 65.133,21m² (sessenta e cinco mil cento e trinta e três metros e vinte e um decímetros quadrados), situado nesta cidade de Canoinhas/SC, no Bairro Campo D'Água Verde, neste município, pertencente a Majestade Guimarães Ltda ME, registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca de Canoinhas sob nº. 30.080;

II – trecho da Rua João Cesar de Andrade com área de 3.408,66m² (três mil quatrocentos e oito metros e sessenta e seis decímetros quadrados), parte de uma área total de 65.133,21m² (sessenta e cinco mil cento e trinta e três metros e vinte e um decímetros quadrados), situado nesta cidade de Canoinhas/SC, no Bairro Campo D'Água Verde, neste município, pertencente a Majestade Guimarães Ltda ME, registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca de Canoinhas sob nº. 30.080;

III – trecho da Rua Pedro Barbosa Moreira com área de 773,55m² (setecentos e setenta e três metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), parte de uma área total de 65.133,21m² (sessenta e cinco mil cento e trinta e três metros e vinte e um decímetros quadrados), situado nesta cidade de Canoinhas/SC, no Bairro Campo D'Água Verde, neste município, pertencente a Majestade Guimarães Ltda ME, registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca de Canoinhas sob nº. 30.080;

IV – trecho da Rua Miguel Darmorus com área de 221,84m² (duzentos e vinte e um metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), parte de uma área total de 65.133,21m² (sessenta e cinco mil cento e trinta e três metros e vinte e um decímetros quadrados), situado nesta cidade de Canoinhas/SC, no Bairro Campo D'Água Verde, neste município, pertencente à Majestade Guimarães Ltda ME, registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca de Canoinhas sob nº. 30.080.

Parágrafo Único: As áreas a serem desapropriadas, serão para única e exclusiva extensão dos trechos das Ruas contidas neste artigo, sendo vedada a utilização das referidas áreas para finalidade diversa, consoante memoriais descritivos e mapas anexos a este Decreto.

Art. 2º - As desapropriações das áreas descritas no artigo anterior ocorrerão sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 320/2016 "RETIFICA DECRETO Nº. 207/2016 QUE APROVOU DESMEMBRAMENTO"

DECRETO Nº. 320/2016

"RETIFICA DECRETO Nº. 207/2016 QUE APROVOU DESMEMBRAMENTO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o art. 1º do Decreto nº. 207/2016, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.600,00 m² (Um mil e seiscentos metros quadrados), procedido por ALINE TEREZINHA HUDZINSKI, situado na Rua Alvinho Voigt, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 39.614 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 08 com área de 292,92 m², lote nº 09 com área de 239,72 m², lote nº 10 com área de 330,60 m², lote nº 11 com área de 245,48 m², lote nº 12 com área de 246,19 m² e lote nº 13 com área de 245,09 m², todos pertencentes à quadra nº 1.072, conforme requerimento protocolado sob nº. 4160/2016."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - As demais disposições do decreto municipal nº 207/2016 permanecem inalteradas.

Canoinhas/SC, 17 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 322/2016

DECRETO Nº. 322/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar;

CONSIDERANDO a solicitação de Comunicação Interna do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste Decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2015, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivara e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº 322/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:				
ENTIDADE 03– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS				
RECURSO 10200 – RECURSOS ORDINÁRIOS				
Empenho	Emissão	Credor		Valor Cancelado
0002368/15	29/12/2015	MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP		2.252,90
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:				
ENTIDADE 03– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS				
RECURSO 23800 – RECURSOS PAB FIXO				
Empenho	Emissão	Credor		Valor Cancelado
0002242/15	08/12/2015	MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP		884,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:				
ENTIDADE 03– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS				
RECURSO 23804 – RECURSOS PMAQ				
Empenho	Emissão	Credor		Valor Cancelado
0002243/15	08/12/2015	MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP		1.456,00

Canoinhas/SC, 18 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

DECRETO Nº. 324/2016

DECRETO Nº. 324/2016

“RETIFICA DECRETO Nº. 256/2016 QUE APROVOU DESMEMBRAMENTO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o art. 1º do Decreto nº. 256/2016, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 830,76 m² (Oitocentos e trinta metros e setenta e seis décimos quadrados), procedido por LUIZ CARLOS WAGNER, situado na Rua Frei Menandro Kamps, no Bairro Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 21.521 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 22 com área de 361,20 m² e lote nº 23 com área de 469,56 m², ambos pertencentes à quadra nº 38, conforme requerimento protocolado sob nº. 5682/2016.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - As demais disposições do decreto municipal nº 256/2016 permanecem inalteradas.

Canoinhas/SC, 22 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 326/2016

DECRETO Nº. 326/2016

RATIFICA DECRETO Nº. 083/2016 QUE APROVA

REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 239/2015, que aprovou o remembramento de terreno urbano com área de 847,00 m² (Oitocentos e quarenta e sete metros quadrados), procedido por SILVETE ROSINHA HELKO, situado na Rua Emilio Scholtz, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 5.824 e 18.406, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 28 com área de 847,00 m² pertencente a quadra nº 210, conforme requerimento protocolado sob nº. 2876/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº 004/SME/2016 – PROCESSO DE ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA E EXTENSÃO DE JORNADA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
EDITAL nº 004/SME/2016 – PROCESSO DE ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA E EXTENSÃO DE JORNADA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

O Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar 0038, de 14 de novembro de 2011, nos artigos 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 42 faz saber que abrirá inscrições para o Processo de Alteração Temporária (ampliação ou redução de carga horária e extensão de jornada de trabalho) dos Profissionais do Magistério, conforme disposições do presente Edital para atender as necessidades da Administração na forma e condição estabelecida nesta Lei.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS:

1.1 O Processo de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho destinam-se aos Profissionais do Magistério que possuem disponibilidade para exercer temporariamente suas atividades em Jornada Semanal de até 40 (quarenta) horas no ano de 2017.

1.2 São condições para participação no processo de habilitação de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho :

- I - Estabilidade no cargo depois de cumprido o estágio probatório;
- II - Estar em efetivo exercício no cargo de lotação junto a Secretaria Municipal de Educação;
- III - Não ter sofrido penalidade disciplinar resultante de processo administrativo nos últimos 60 (sessenta) meses, contados da data de publicação do edital;
- IV - Não apresentar falta injustificada nos últimos 12 (doze) meses, contados da publicação do edital.
- V - A simples habilitação não garante ao servidor o direito ao aumento de carga horária pretendida.

1.3 A Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho poderão ser revogadas a qualquer momento nas seguintes hipóteses:

- I- A pedido do servidor;
- II- Devido ao retorno do servidor titular da vaga;
- III- Desaprovação em avaliação de desempenho realizada pela chefia imediata;
- IV- No interesse da administração, mediante motivação em regular procedimento administrativo.

1.4 É vedada a participação no Processo de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho o servidor afastado do serviço por motivo de:

- I- Tratamento de Saúde;
- II- Processo de Readaptação;
- III- Licença para Tratar de Interesses Particulares (licença sem vencimento);
- IV- O professor que aumentar a carga horária ou a extensão de jornada de trabalho não poderá se afastar do exercício, a pedido, para exercer atividade em outro órgão municipal, estadual ou federal, pelo período de vigência da alteração temporária – ano letivo/2016;

2. DIVULGAÇÃO DO EDITAL:

2.1 Caberá ao diretor ou responsável a divulgação deste Edital no âmbito da respectiva Unidade Educacional, devendo, para tanto, afixá-lo no quadro mural do educandário, o qual estará disponível também na Secretaria Municipal de Educação e no site www.pmc.sc.gov.br

3. DA INSCRIÇÃO:

3.1 A inscrição será realizada na Secretaria Municipal de Educação no período de 05 de dezembro/2016 a 08 de dezembro/2016, no horário das 8 horas às 14 horas, por meio de preenchimento de ficha de inscrição, devendo anexar:

3.1.1 Xerox da identidade;

3.1.2 Tempo de serviço efetivo no Magistério Público Municipal.

3.1.2.1 O período em que o servidor atuou como contratado não será computado, apenas será considerado o tempo após a sua nomeação decorrente da aprovação em concurso público;

3.1.3 Xerox dos certificados de cursos de aperfeiçoamento na área de atuação realizados nos anos de 2014, 2015 e 2016, a cada 20 horas soma-se 1 (um) ponto a pontuação final do candidato.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA E EXTENSÃO DE JORNADA DE TRABALHO

4.1 A homologação das inscrições e dos servidores será publicada oficialmente pelo Município e afixada nas unidades educacionais no dia 09 de dezembro/2016 a partir das 11 horas;

4.2 O servidor poderá recorrer da homologação das inscrições e dos servidores habilitados no prazo de 5 (cinco) dias úteis nos dias 12, 13, 14, 15 e 16 de dezembro/2016, contando da respectiva publicação, mediante requerimento fundamentado dirigido à Comissão coordenadora do processo, que decidirá até 20 de dezembro/2016.

5. DA CLASSIFICAÇÃO:

5.1 A classificação no Processo de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho seguirá os seguintes critérios:

I - Prova de títulos (curso de capacitação/aperfeiçoamento), vinculados à área de atuação, excluídos aqueles exigidos como pré-requisito para a posse no cargo ocupado, de acordo com os títulos e pesos fixados nesse edital;

II - Avaliação de saúde ocupacional e, se necessário, exame clínico e exames complementares, de caráter eliminatório, que serão realizados pela Junta Médica Oficial do Município ou por profissionais por este credenciado, a ser realizado no ato de aceite da vaga.

5.2 Em caso de empate entre 2 (dois) ou mais servidores habilitados para a mesma vaga de atuação, aplicar-se-ão nesta ordem os seguintes critérios:

- I - Maior pontuação na prova de títulos;
- II - Maior tempo de efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino;
- III - Maior tempo de permanência em sala de aula na Rede Municipal de Ensino;
- IV - Maior tempo de efetivo exercício nos órgãos da administração direta e indireta do Município.

5. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO:

5.3 A divulgação da listagem classificatória será afixada em edital na Secretaria Municipal de Educação até o dia 20 de dezembro de 2016, a partir das 8 horas.

6. DOS RECURSOS DA CLASSIFICAÇÃO:

6.1 Caberá recurso quanto ao resultado da classificação que deverá ser endereçado a Secretaria Municipal de Educação e conter as razões que o fundamentam.

6.2 Serão aceitos os recursos interpostos nos dias 20 e 21 de

dezembro de 2016, junto à Secretaria Municipal de Educação, no horário das 8 horas às 14 horas.

6.3 A Comissão Organizadora do Processo de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho decidirá sobre os recursos interpostos e no dia 22 de dezembro de 2016, havendo deferimento de pedidos, será divulgada nova listagem, a partir das 8 horas na Secretaria Municipal de Educação.

7. DAS VAGAS:

7.1 O presente Processo de Alteração de Carga Horária e Extensão de Jornada de Trabalho terá vigência para o ano letivo/2017 de acordo com Edital de Escolha a ser afixado na Secretaria Municipal de Educação no dia 23 de dezembro/2016 a partir das 8 horas.

7.2 As vagas disponibilizadas nos processos obedecerá, rigorosamente, a classificação do servidor.

7.3 No caso de profissional efetivo com carga horária inferior a 40 (quarenta) horas, somente poderá realizar o Processo de Alteração Temporária se houver compatibilidade de horário e disponibilidade de tempo. Se não houver disponibilidade de tempo para deslocamento entre as Unidades Educacionais, a escolha não poderá ser efetivada.

7.4 No caso de profissionais efetivos em mais de uma Unidade Educacional, ou com carga horária superior a 20 horas, somente poderá realizar o Processo de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho, desde que não ultrapasse 40 horas semanais.

7.5 A validação do aceite da vaga será mediante a Publicação de Portaria.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1 A inscrição do servidor do Processo de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho implicará o conhecimento e a tácita aceitação das disposições estabelecidas nesse Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

9.2 Somente o professor com regime total de trabalho inferior a 40 horas, poderá realizar a alteração de carga horária.

9.3 O servidor que na ficha de inscrição prestar declaração falsa ou inexata, ou juntar documento adulterado, terá sua inscrição cancelada, anulando-se todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo da responsabilidade funcional.

9.4 Caberá à Comissão do Processo de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho analisar e julgar os recursos interpostos e deliberar sobre os casos omissos.

9.5 Os atos do Processo de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho relativos ao preenchimento das vagas de que trata este edital entrarão em vigor a partir da Publicação da Portaria.

Canoinhas (SC), 24 de novembro de 2016.

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

FICHA DE INSCRIÇÃO - EDITAL 004/SME/2016
PROCESSO DE ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA E EXTENSÃO DE JORNADA DE TRABALHO

() ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA () EXTENSÃO DE JORNADA DE TRABALHO

REQUERENTE:

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

CARGO EFETIVO: _____

ÁREA/DISCIPLINA: _____

CARGA HORÁRIA EFETIVA: _____ NÍVEL: _____

LOCAL DE LOTAÇÃO: _____

CÓDIGO: _____ MUNICÍPIO: _____

TEMPO DE SERVIÇO: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____

HORAS DE CURSO: _____ PONTUAÇÃO: _____

CANOINHAS (SC) ____/____/2016.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL ASSINATURA DO CANDIDATO
PELA INSCRIÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA
DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E
ANOS FINAIS - EDITAL nº 004/2016/SME

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASS.	NOME	TEMPO DE SERVIÇO
1		
2		
3		
4		
5		

PROFESSOR ANOS INICIAIS

CLASS.	NOME	TEMPO DE SERVIÇO
1	Natália Herbst da Silva	6 anos, 1 mês e 28 dias
2	Rosane Tomczyk	2 anos, 2 meses e 29 dias
3	Karina Helena Ferreira Jacobowski	1 anos, 2 meses e 2 dias 196 horas de curso de aperfeiçoamento
4	Elcida Porta Pereira	2 anos, 2 meses e 12 dias 195 horas de curso de aperfeiçoamento
5	Dinazeli Tischler Fernandes Corrêa	1 ano, 2 meses e 11 dias

PROFESSOR GEOGRAFIA

CLASS.	NOME	TEMPO DE SERVIÇO
1	Veralice Munhoz Ribeiro de Lima	6 anos, 8 meses e 29 dias
2	Laercio Bobrovicz	6 anos, 7 meses e 29 dias
2	Caciane Henning Meirelles	5 anos, 1 mês e 15 dias

PROFESSOR HISTÓRIA

CLASS.	NOME	TEMPO DE SERVIÇO
1	Adiceli Rodrigues de Paula Peplow	13 anos, 2 meses e 17 dias
1	Alceu Goestemeier	11 anos, 2 meses e 26 dias

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASS.	NOME	TEMPO DE SERVIÇO
1	Ana Carolina Crestani	1 ano, 2 meses e 13 dias

2	Eli Francisco Friedrich	8 meses e 26 dias
3	Jennifer Cristine Chagas	14 dias

PROFESSOR CIÊNCIAS

CLASS.	NOME	TEMPO DE SERVIÇO
1	Tatiana Gogola Linkowski	8 meses e 26 dias

PROFESSOR MATEMÁTICA

CLASS.	NOME	TEMPO DE SERVIÇO
1	Cecília Aparecida da Silva Ludka	6 anos, 7 meses e 29 dias
2	Joelma Zielinski	5 anos, 1 mês e 16 dias
3	Carla Adriana Gan Stafin	2 anos e 29 dias

PROFESSOR ARTE

CLASS.	NOME	TEMPO DE SERVIÇO
1	Ediane Streit de Almeida	7 meses e 29 dias

PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

CLASS.	NOME	TEMPO DE SERVIÇO
1	Samuel Antonio Ribeiro de Lima	5 anos, 2 meses e 20 dias

Canoinhas (SC), de novembro de 2016.

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

RECURSOS - EDITAL 008/SME/2016

PROCESSO DE ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS

() PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

() PROFESSOR DE ANOS INICIAIS

() PROFESSOR DE ANOS FINAIS DISCIPLINA _____

REQUERENTE:

NOME: _____

CARGO EFETIVO: _____ NÍVEL: _____

CARGA HORÁRIA EFETIVA: _____

LOCAL DE LOTAÇÃO OU EXERCÍCIO: _____

JUSTIFICATIVA:

CANOINHAS (SC) ____/____/2016.

PORTARIA Nº. 013/2016

PORTARIA Nº. 013/2016

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, Resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art.1º- Fica concedido 15 (Quinze) dias de férias a BRUNA BARBOSA DA SILVA DOS SANTOS, efetiva no cargo de Auxiliar Administrativa, junto a Fundação Municipal de Esportes e Lazer, referente ao período aquisitivo de 2015/2016 a desfrutar no período de 16/12/2016 a 30/12/2016, conforme requerimento.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente Honorífico

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em 03/11/2016.

PORTARIA Nº. 1025/2016

PORTARIA Nº. 1025/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificada a Portaria nº. 1015/2016, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica Prorrogado o Auxílio Doença do servidor público municipal ROBERTO CARLOS FERREIRA DE MORAES, efetivo no cargo de Educador Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 13/11/2016 à 17/11/2016, conforme Comunicação Interna nº 557/DP/2016."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1030/2016

PORTARIA Nº. 1030/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o Retorno às Atividades Funcionais da profissional ROSEMARY SCHIESSL DOS PASSOS, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/11/2016, conforme Comunicação Interna nº 570/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1031/2016

PORTARIA Nº. 1031/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora ROSEMARI SCHIESSL DOS PASSOS, efetiva no cargo de Professor - 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 21/11/2016 à 20/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 571/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

RESOLUÇÃO Nº 03/FCC/2016

RESOLUÇÃO Nº 03/FCC/2016

ALFREDO EIKE BACH, Presidente da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer" de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 2.880 de 30/03/1997;

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 5.932/2016 de 11/11/2016, que institui horário especial de funcionamento nos órgãos do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de adaptar o horário de expediente na Fundação Cultural, conforme demanda, contemplando igualmente o horário de atendimento da manhã e da tarde,

RESOLVE:

Art. 1º Definir o horário de expediente na Fundação Cultural de Canoinhas das 9:00 às 15:00 horas, a partir de 16 de novembro de 2016.

Art. 2º Definir o horário de expediente na Casa da Cultura das 8:00 às 14:00 horas, após o término das aulas, ou seja, 02 de dezembro/2016.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 11 de novembro de 2016.

ALFREDO EIKE BACH
Presidente da Fundação Cultural
Helmy Wendt Mayer

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 145/2016

DECRETO Nº 145, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

Estabelece horário especial de funcionamento nas repartições públicas municipais, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO a necessidade de organizar o expediente de atendimento ao público e o expediente interno; e

CONSIDERANDO a intensificação das atividades administrativas relativas ao encerramento do exercício de 2016 e tendo em vista a transição do mandato;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido expediente interno no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no período de 19 a 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 24 de novembro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

PORTARIA 941/2016

PORTARIA Nº 941, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

Concede férias regulamentares a servidores na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 68 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Ficam determinadas férias regulamentares, de 01 a 30 de novembro de 2016, aos seguintes servidores:

MATRÍCULA	SERVIDOR	AQUIS. IN.	AQUIS. FIN.	GOZO IN.	GOZO FIN.	ABONO
30479401	ADEMIR JOSE TOIGO	02/01/2015	01/01/2016	01/11/2016	20/11/2016	10
32198201	CELIO SANTOS DA SILVA	04/05/2015	03/05/2016	01/11/2016	20/11/2016	10
30915001	ELISANGELA APARECIDA BAGNOLIN	08/01/2015	07/01/2016	01/11/2016	20/11/2016	10
32854501	FABIO ANTONIO DA SILVA	02/01/2015	01/01/2016	01/11/2016	30/11/2016	0
31083202	IRACEMA MACHADO	02/01/2015	01/01/2016	01/11/2016	30/11/2016	0
32978901	JENNIFER MARQUES	02/01/2015	01/01/2016	01/11/2016	30/11/2016	0
31359902	LUCI SALETE FURTADO MACIEL	06/02/2015	05/02/2016	01/11/2016	30/11/2016	0
33144901	MARIA APARECIDA DONDONI PALMERA	01/02/2015	31/01/2016	01/11/2016	30/11/2016	0
13856801	NAIARA MARIA FACCIN	03/01/2015	02/01/2016	01/11/2016	30/11/2016	0
31693801	ODILIO LINS	08/09/2015	07/09/2016	01/11/2016	30/11/2016	0
30479401	ADEMIR JOSE TOIGO	02/01/2015	01/01/2016	01/11/2016	20/11/2016	10

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de novembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 942/2016

PORTARIA Nº 942, DE 01 DE NOVENBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 001/2016, que reduziu a carga horária da servidora Rejane Lourdes Bevilaqua Durigon, matrícula nº 332747/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal - SC, em 01 de novembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 943/2016

PORTARIA Nº 943, DE 01 DE NOVENBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 2957/2016, Teresa Rodrigues de Lima do Nascimento, matrícula nº 410128/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de novembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

Catanduvas

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.209 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.209, de 24 de novembro de 2016.

“CLASSIFICA IMÓVEIS DAS RESPECTIVAS ZONAS DE INFLUÊNCIA, PARA FINS DE COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, REFERENTE AS OBRAS REALIZADAS EM PARTE DA 7 DE ABRIL E PARTE DO CONJUNTO HABITACIONAL BELA VISTA (COHAB-I) - TRAVESSAS SIDENIR GARBIN, GOMERCINDO COVOLAN E ANACLETO GUERRA, DECORRENTES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS Nº 17/2014, 19/2014, 20/2014, NA MODALIDADE DE CONVITE Nº 001/2014 E TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2014, 004/2014, E NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA APURAÇÃO DO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe o art. 103, VIII da Lei Orgânica do Município e art. 295 da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal),

DECRETA:

Art. 1º Classifica imóveis abaixo relacionados em zona de influência para fins de localização e determinação de cobrança de Contribuição de Melhoria referente às obras realizadas em parte da Rua 7 de Abril e parte do Conjunto Habitacional Bela Vista (Cohab-I) - Travessas Sidenir Garbin, Gomercindo Covolan e Anacleto Guerra.

Planilha Complementar, 02ªs testadas, LOTES DE ESQUINA.				
Dados para instruir processo de Pavimentação / Calçamento com pedras				
nas Travessas Sidenir Garbin, Gomercindo Covolan e Anacleto Guerra,				
no Conj. Habit. Bela Vista, CoHab 1 (CTM).				
Quadra´s	Lote´s	testada´s	Contribuinte´s	Cad. Imobil.
97A	1	17,00	Maria Florinda Alves da Rocha	2288
97A	2	17,00	Cleciane dos Santos Lima	2289
97A	25	17,00	Noemi Cardoso dos Santos	2312
97A	26	17,00	Meri Aparecida Silveira	2313
.				
97B	27	17,00	Laurindo Vaz, Espólio - Dirce d Costa	2314
97B	28	17,00	Valdomiro Santos Filho	2315
97B	45	17,00	Maria dos Santos Gervasio	2332
97B	46	17,00	Diana Brito Benites	2333

Art. 2º A presente classificação decorre dos Processos Licitatórios nº 17/2014, 19/2014, 20/2014, na modalidade de convite nº 001/2014 e tomada de preços nº 003/2014, 004/2014, conforme projeto de pavimentação integrante daquele instrumento.

Art. 3º Designa Comissão de Avaliação para efetuar a apuração do valor da contribuição de melhoria das obras acima identificadas, de acordo com o disposto no Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Lei Complementar nº 21, de 18 de setembro de 2002 e Lei Complementar nº 59, de 23 de dezembro de 2009, formada pelos seguintes membros:

I - Carlos Augusto Czech – Responsável do Setor de Tributos, Obras e Posturas da Prefeitura;

II - Caroline Joana Lenieski Johan – Diretora do Controle Interno;

III - Ivan Cláudio Sacchet – Mercado Imobiliário;

IV - Francielle Dias dos Santos – Setor de Tributos / Procon;

V - Rosa Maria dos Santos Brito – Setor de Tributos, Obras e Posturas;

VI - Leandro Guerra – Setor de Habitação;

VII - Davi Pecinato – Secretário de Administração e Finanças;

VIII - Rosimeri Spassini – Planejamento / Secretaria de Obras.

Art. 4º Competirá à Comissão proceder a vistoria das obras, os documentos do processo licitatório, e emitir no prazo de trinta (30) dias, um Laudo apontando a valorização imobiliária decorrente do acréscimo de valor que a obra resultou para cada imóvel beneficiado com a pavimentação.

Parágrafo único. A Comissão deverá utilizar como parâmetro para avaliação da contribuição de melhoria, a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes, e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 24 de novembro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Davi Pecinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

DECRETO Nº 2.210 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO nº 2.210, de 24 de novembro de 2016.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR EQUIPE DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que a transição de governo recomenda a transferência de dados fundamentais para facilitar o desenvolvimento dos programas, projetos e ações do candidato eleito para o cargo de Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO, a importância de um processo de transição governamental para preservação da continuidade dos serviços públicos, visando os interesses da população;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a equipe de transição composta por membros indicados pela Prefeita em exercício e pelo Prefeito eleito, quais sejam:

I – membros indicados pela Prefeita em exercício:

- a) Davi Pecinato – Secretário Municipal de Administração e Finanças;
- b) Caroline Joana Lesnieski Johann – Assessora de Controle Interno;
- c) Francielle Dias dos Santos – Auxiliar Administrativa; e
- d) Juliane Perotoni – Assessora Jurídica.

II - membros indicados pelo Prefeito eleito:

- a) Almir José Vicentine;
- b) Antonio Correia;
- c) Elenir Chinato;
- d) Francisco Barbosa;
- e) Lucimari Spader;
- f) Vilmar Schimdke; e
- g) Wolni Menegazzo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 24 de novembro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita

Davi Pecinato

Resp. Secretaria de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 189 2016

DECRETO MUNICIPAL N.º 189/2016, de 25 de novembro de 2016.

"Autoriza abertura de crédito adicional suplementar no orçamento programa de 2016 do município de caxambu do sul e dá outras providências." "

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Autorizativa Municipal n.º 1.392 de 25 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, sendo na Entidade 01 – Município de Caxambu do Sul o valor de R\$- 631.000,00 e na Entidade 03 – Fundo Municipal de Saúde de Caxambu do Sul o valor de R\$- 105.500,00, perfazendo o total de R\$ 736.500,00 (setecentos e trinta e seis mil, quinhentos reais) a serem distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO	2
Unidade	Gabinete do Prefeito	4
Função	Administração Geral	4
Sub-função	Administração	122
Programa	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	2
Atividade	Manutenção Geral do Gabinete	2.002
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(1)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		5.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3
Unidade	Departamento de Administração	1
Função	Encargos Especiais	28
Sub-função	Outras Transferências	845
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	0
Encargos Especiais	Contribuição ao PASEP	0.002
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(6)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		5.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3
Unidade	Departamento de Administração	1
Função	Encargos Especiais	28
Sub-função	Outros Encargos Especiais	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	0
Encargos Especiais	Parcelamentos INSS	0.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(9)	Aplicação Direta – 3.2.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		6.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3
Unidade	Departamento de Administração	1
Função	Administração Geral	4
Sub-função	Administração	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL	3
Atividade	Manutenção Geral da Secretaria de Administração	2.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(14)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários
(17)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		525.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	4
Unidade	Departamento de Esportes	3

Função	Desporto e Lazer	27
Sub-função	Desporto Comunitário	812
Programa	DESPORTO E VIDA, SAÚDE E INTEGRAÇÃO.	7
Atividade	Manutenção Geral do Departamento de Esporte.	2.016
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(68)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários
(69)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEMBOLVIMENTO EOCÔMICO, INDÚSTRIA COMÉRCIO, TURISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	7
Unidade	Departamento de Indústria, Comércio e Agricultura	1
Função	Agricultura	20
Sub-função	Extensão Rural	606
Programa	ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL	14
Atividade	Manutenção Geral da Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente.	2.028
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(90)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		15.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.	4
Unidade	Departamento de Educação	1
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS	6
Atividade	Reforma de Parques Infantis e Aquisição de 01 Novo para Creche.	2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(32)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação
(33)	Aplicação Direta – 3.3.50	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação
Valor Total R\$:		35.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.	4
Unidade	Departamento de Educação	1
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS.	6
Atividade	Manutenção Geral do Transporte Escolar.	2.012
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(41)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação
Valor Total R\$:		20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS.	5
Unidade	Departamento de Saúde	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	MAIS SAÚDE	5
Atividade	Manutenção dos Programas de Saúde Pública do Bloco Atenção Básica.	2.006
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(6)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde
(10)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde
(15)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde
Valor Total R\$:		105.500,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, no total de R\$ 736.500,00 (setecentos e trinta e seis mil, quinhentos reais), serão através da redução parcial ou total nas mesmas Entidades e proporção nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3
Unidade	Departamento de Administração	1
Função	Encargos Especiais	28
Sub-função	Outros Encargos Especiais	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	0
Encargos Especiais	Pagamento de Precatórios	0.004
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(11)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		35.820,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3
Unidade	Departamento de Administração	1
Função	Administração Geral	4
Sub-função	Administração	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL	3
Atividade	Manutenção Geral da Secretaria de Administração	2.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(13)	Aplicação Direta – 3.1.71	01.00 - Recursos Ordinários
(15)	Aplicação Direta – 3.3.50	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		17.420,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3
Unidade	Departamento de Administração	1
Função	Administração Geral	4
Sub-função	Administração	845
Programa	FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	15
Atividade	Contribuição às Entidades Municipalistas.	2.033
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(24)	Aplicação Direta – 3.3.50	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		8.316,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3
Unidade	Departamento de Financeiro	2
Função	Administração Geral	4
Sub-função	Administração Financeira	123
Programa	ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL FINANCEIRA	4
Atividade	Manutenção Geral da Secretaria de Administração	2.005
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(25)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		8.579,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	4
Unidade	Departamento de Cultura	2
Função	Cultura	13
Sub-função	Difusão da Cultura	392
Programa	CULTURA, UM ESPAÇO PARA TODOS	8
Atividade	Manutenção Geral do Departamento de Cultura.	2.017
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(60)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários
(61)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários
(62)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		90.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.	4
Unidade	Departamento de Esportes	3
Função	Desporto e Lazer	27
Sub-função	Desporto Comunitário	812
Programa	DESPORTO E VIDA, SAÚDE E INTEGRAÇÃO.	7
Projeto	Manutenção Geral do Departamento de Esporte.	1.018
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
		Valor

(63)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 - Recursos Ordinários	10.000,00
Valor Total R\$:			10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.	4
Unidade	Departamento de Esportes	3
Função	Desporto e Lazer	27
Sub-função	Desporto Comunitário	812
Programa	DESPORTO E VIDA, SAÚDE E INTEGRAÇÃO.	7
Atividade	Manutenção Geral do Departamento de Esporte.	2.016
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(70)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.	6
Unidade	Departamento de Assistência Social	1
Função	Assistência Social	8
Sub-função	Assistência Comunitária	244
Programa	ASSISTENCIA E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.	9
Atividade	Manutenção Geral da Secretaria de Desenvolvimento Social	2.018
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(74)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.	6
Unidade	Departamento de Assistência Social	1
Função	Assistência Social	8
Sub-função	Assistência ao Idoso	241
Programa	ASSISTENCIA E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	9
Atividade	Manutenção Geral da Secretaria de Desenvolvimento Social	2.020
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(74)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO EOCÔNICO, INDÚSTRIA COMÉRCIO, TURISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	7
Unidade	Departamento de Indústria, Comércio e Agricultura	1
Função	Agricultura	20
Sub-função	Extensão Rural	606
Programa	ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL	14
Atividade	Manutenção Geral da Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente.	2.028
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(92)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO EOCÔNICO, INDÚSTRIA COMÉRCIO, TURISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	7
Unidade	Departamento de Indústria, Comércio e Agricultura	1
Função	Agricultura	20
Sub-função	Extensão Rural	606
Programa	ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL	14
Atividade	Programa Incentivo Horas Máquina	2.029
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(93)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO EOCÔNICO, INDÚSTRIA COMÉRCIO, TURISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	7
Unidade	Departamento de Turismo e Meio Ambiente	2
Função	Comércio e Serviços	23
Sub-função	Turismo	695
Programa	ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL	14

Atividade	Apoio a Instalação de Empreendimentos voltados a Exploração Turística do Município.		2.032
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(93)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários	20.000,00
Valor Total R\$:			20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES.		8
Unidade	Departamento de Estradas e Rodagens		1
Função	Transporte Rodoviário		26
Sub-função	Serviços Urbanos		782
Programa	SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL		13
Atividade	Manutenção Geral dos Transportes.		2.027
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(100)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários	120.000,00
(104)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 - Recursos Ordinários	3.592,00
Valor Total R\$:			123.592,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.		9
Unidade	Departamento de Serviços Urbanos		1
Função	Urbanismo		15
Sub-função	Serviços Urbanos		452
Programa	SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS		12
Atividade	Manutenção Geral dos Serviços Urbanos.		2.024
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(109)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários	75.000,00
(112)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 - Recursos Ordinários	3.000,00
Valor Total R\$:			78.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		4
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS		6
Atividade	Reforma de Parques Infantis e Aquisição de 01 Novo para Creche.		2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(34)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	16.031,79
(36)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	5.841,00
Valor Total R\$:			21.872,79

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		4
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS		6
Atividade	Reforma de Parques Infantis e Aquisição de 01 Novo para Creche.		2.011
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(38)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	20.000,00
Valor Total R\$:			20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.		4
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS.		6
Atividade	Manutenção Geral do Transporte Escolar.		2.012
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(40)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	5.000,00
Valor Total R\$:			5.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.		4
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Educação Infantil		365
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS.		6
Atividade	Manutenção Geral da Pré-Escola.		2.013
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(50)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	4.279,20
Valor Total R\$:			4.279,20

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.		4
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS.		6
Atividade	Manutenção Geral do Ensino Fundamental.		2.014
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(56)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	3.848,01
Valor Total R\$:			3.848,01

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.		5
Unidade	Departamento de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	MAIS SAÚDE		5
Projeto	Ampliação da Unidade Básica de Saúde		1.005
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(1)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	5.000,00
Valor Total R\$:			5.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.		5
Unidade	Departamento de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	MAIS SAÚDE		5
Projeto	Implantação da Rede e Estação de Tratamento de Esgotamento Sanitário		1.008
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(3)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	10.000,00
Valor Total R\$:			10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.		5
Unidade	Departamento de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	MAIS SAÚDE		5
Atividade	Manutenção dos Programas de Saúde Pública do Bloco Atenção Básica.		2.006
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(8)	Aplicação Direta – 3.3.50	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	5.000,00
(9)	Aplicação Direta – 3.3.71	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	4.500,00
(18)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	9.440,00
Valor Total R\$:			18.940,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.		5
Unidade	Departamento de Saúde		1

Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	MAIS SAÚDE	5
Atividade	Manutenção dos Programas de Saúde Pública do Bloco Assistência Farmacêutica	2.007
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(20)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde
Valor Total R\$:		56.060,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.	5
Unidade	Departamento de Vigilância Sanitária	2
Função	Saúde	10
Sub-função	Vigilância Sanitária	304
Programa	MAIS SAÚDE	5
Atividade	Manutenção dos Programas de Saúde Pública do Bloco Vigilância em Saúde	2.008
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(27)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde
Valor Total R\$:		5.500,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5
Unidade	Departamento de Saúde	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	MAIS SAÚDE	5
Atividade	Manutenção dos Programas de Saúde Pública do Bloco Assistência Farmacêutica	2.009
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(22)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde
Valor Total R\$:		10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, em 25 de Novembro de 2016.
ACIR LOURENÇO ROSSETTO
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.392/2016

LEI N.º 1.392, de 25 de Novembro de 2016.

“Dispõe sobre autorização para suplementação de dotação orçamentária no orçamento programa 2016 do município e dá outras as providências”.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Faz Saber, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, sendo na Entidade 01 – Município de Caxambu do Sul o valor de R\$- 631.000,00 e na Entidade 03 – Fundo Municipal de Saúde de Caxambu do Sul o valor de R\$- 105.500,00, perfazendo o total de R\$ 736.500,00 (setecentos e trinta e seis mil, quinhentos reais) a serem distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO	2
Unidade	Gabinete do Prefeito	4
Função	Administração Geral	4
Sub-função	Administração	122
Programa	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	2
Atividade	Manutenção Geral do Gabinete	2.002
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(1)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		5.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3
Unidade	Departamento de Administração	1

Função	Encargos Especiais		28
Sub-função	Outras Transferências		845
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS		0
Encargos Especiais	Contribuição ao PASEP		0.002
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(6)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários	5.000,00
Valor Total R\$:			5.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO		3
Unidade	Departamento de Administração		1
Função	Encargos Especiais		28
Sub-função	Outros Encargos Especiais		846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS		0
Encargos Especiais	Parcelamentos INSS		0.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(9)	Aplicação Direta – 3.2.90	01.00 - Recursos Ordinários	6.000,00
Valor Total R\$:			6.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO		3
Unidade	Departamento de Administração		1
Função	Administração Geral		4
Sub-função	Administração		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL		3
Atividade	Manutenção Geral da Secretaria de Administração		2.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(14)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários	500.000,00
(17)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários	25.000,00
Valor Total R\$:			525.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		4
Unidade	Departamento de Esportes		3
Função	Desporto e Lazer		27
Sub-função	Desporto Comunitário		812
Programa	DESPORTO E VIDA, SAÚDE E INTEGRAÇÃO.		7
Atividade	Manutenção Geral do Departamento de Esporte.		2.016
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(68)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários	15.000,00
(69)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários	5.000,00
Valor Total R\$:			20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEMBOLVIMENTO EOCÔNICO, INDÚSTRIA COMÉRCIO, TURISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.		7
Unidade	Departamento de Indústria, Comércio e Agricultura		1
Função	Agricultura		20
Sub-função	Extensão Rural		606
Programa	ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL		14
Atividade	Manutenção Geral da Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente.		2.028
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(90)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários	15.000,00
Valor Total R\$:			15.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.		4
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS		6
Atividade	Reforma de Parques Infantis e Aquisição de 01 Novo para Creche.		2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(32)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	15.000,00
(33)	Aplicação Direta – 3.3.50	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	20.000,00
Valor Total R\$:			35.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.	4
Unidade	Departamento de Educação	1
Função	Educação	12
Sub-função	Ensino Fundamental	361
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS.	6
Atividade	Manutenção Geral do Transporte Escolar.	2.012
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(41)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação
Valor Total R\$:		20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS.	5
Unidade	Departamento de Saúde	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	MAIS SAÚDE	5
Atividade	Manutenção dos Programas de Saúde Pública do Bloco Atenção Básica.	2.006
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(6)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde
(10)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde
(15)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde
Valor Total R\$:		105.500,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, no total de R\$ 736.500,00 (setecentos e trinta e seis mil, quinhentos reais), serão através da redução parcial ou total nas mesmas Entidades e proporção nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3
Unidade	Departamento de Administração	1
Função	Encargos Especiais	28
Sub-função	Outros Encargos Especiais	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	0
Encargos Especiais	Pagamento de Precatórios	0.004
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(11)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		35.820,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3
Unidade	Departamento de Administração	1
Função	Administração Geral	4
Sub-função	Administração	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL	3
Atividade	Manutenção Geral da Secretaria de Administração	2.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(13)	Aplicação Direta – 3.1.71	01.00 - Recursos Ordinários
(15)	Aplicação Direta – 3.3.50	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		17.420,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3
Unidade	Departamento de Administração	1
Função	Administração Geral	4
Sub-função	Administração	845
Programa	FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	15
Atividade	Contribuição às Entidades Municipalistas.	2.033
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(24)	Aplicação Direta – 3.3.50	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		8.316,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3
Unidade	Departamento de Financeiro	2
Função	Administração Geral	4

Sub-função	Administração Financeira	123
Programa	ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL FINANCEIRA	4
Atividade	Manutenção Geral da Secretaria de Administração	2.005
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(25)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		8.579,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	4
Unidade	Departamento de Cultura	2
Função	Cultura	13
Sub-função	Difusão da Cultura	392
Programa	CULTURA, UM ESPAÇO PARA TODOS	8
Atividade	Manutenção Geral do Departamento de Cultura.	2.017
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(60)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários
(61)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários
(62)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		90.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.	4
Unidade	Departamento de Esportes	3
Função	Desporto e Lazer	27
Sub-função	Desporto Comunitário	812
Programa	DESPORTO E VIDA, SAÚDE E INTEGRAÇÃO.	7
Projeto	Manutenção Geral do Departamento de Esporte.	1.018
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(63)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.	4
Unidade	Departamento de Esportes	3
Função	Desporto e Lazer	27
Sub-função	Desporto Comunitário	812
Programa	DESPORTO E VIDA, SAÚDE E INTEGRAÇÃO.	7
Atividade	Manutenção Geral do Departamento de Esporte.	2.016
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(70)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		2.170,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.	6
Unidade	Departamento de Assistência Social	1
Função	Assistência Social	8
Sub-função	Assistência Comunitária	244
Programa	ASSISTENCIA E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.	9
Atividade	Manutenção Geral da Secretaria de Desenvolvimento Social	2.018
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(74)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		120.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.	6
Unidade	Departamento de Assistência Social	1
Função	Assistência Social	8
Sub-função	Assistência ao Idoso	241
Programa	ASSISTENCIA E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	9
Atividade	Manutenção Geral da Secretaria de Desenvolvimento Social	2.020
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(74)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		5.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA COMÉRCIO, TURISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	7

Unidade	Departamento de Indústria, Comércio e Agricultura		1
Função	Agricultura		20
Sub-função	Extensão Rural		606
Programa	ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL		14
Atividade	Manutenção Geral da Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente.		2.028
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(92)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 - Recursos Ordinários	7.103,00
Valor Total R\$:			7.103,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEMBOLVIMENTO EOCÔMICO, INDÚSTRIA COMÉRCIO, TURISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		7
Unidade	Departamento de Indústria, Comércio e Agricultura		1
Função	Agricultura		20
Sub-função	Extensão Rural		606
Programa	ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL		14
Atividade	Programa Incentivo Horas Máquina		2.029
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(93)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários	50.000,00
Valor Total R\$:			50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEMBOLVIMENTO EOCÔMICO, INDÚSTRIA COMÉRCIO, TURISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		7
Unidade	Departamento de Turismo e Meio Ambiente		2
Função	Comércio e Serviços		23
Sub-função	Turismo		695
Programa	ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL		14
Atividade	Apoio a Instalação de Empreendimentos voltados a Exploração Turística do Município.		2.032
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(93)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários	20.000,00
Valor Total R\$:			20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES.		8
Unidade	Departamento de Estradas e Rodagens		1
Função	Transporte Rodoviário		26
Sub-função	Serviços Urbanos		782
Programa	SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL		13
Atividade	Manutenção Geral dos Transportes.		2.027
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(100)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários	120.000,00
(104)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 - Recursos Ordinários	3.592,00
Valor Total R\$:			123.592,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.		9
Unidade	Departamento de Serviços Urbanos		1
Função	Urbanismo		15
Sub-função	Serviços Urbanos		452
Programa	SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS		12
Atividade	Manutenção Geral dos Serviços Urbanos.		2.024
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(109)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 - Recursos Ordinários	75.000,00
(112)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 - Recursos Ordinários	3.000,00
Valor Total R\$:			78.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		4
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS		6
Atividade	Reforma de Parques Infantis e Aquisição de 01 Novo para Creche.		2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(34)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	16.031,79

(36)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	5.841,00
Valor Total R\$:			21.872,79

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		4
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS		6
Atividade	Reforma de Parques Infantis e Aquisição de 01 Novo para Creche.		2.011
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(38)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	20.000,00
Valor Total R\$:			20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.		4
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS.		6
Atividade	Manutenção Geral do Transporte Escolar.		2.012
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(40)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	5.000,00
Valor Total R\$:			5.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.		4
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Educação Infantil		365
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS.		6
Atividade	Manutenção Geral da Pré-Escola.		2.013
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(50)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	4.279,20
Valor Total R\$:			4.279,20

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.		4
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS.		6
Atividade	Manutenção Geral do Ensino Fundamental.		2.014
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(56)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	3.848,01
Valor Total R\$:			3.848,01

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.		5
Unidade	Departamento de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	MAIS SAÚDE		5
Projeto	Ampliação da Unidade Básica de Saúde		1.005
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(1)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	5.000,00
Valor Total R\$:			5.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.		5
Unidade	Departamento de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	MAIS SAÚDE		5
Projeto	Implantação da Rede e Estação de Tratamento de Esgotamento Sanitário		1.008
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(3)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	10.000,00

Valor Total R\$:			10.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.		5
Unidade	Departamento de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	MAIS SAÚDE		5
Atividade	Manutenção dos Programas de Saúde Pública do Bloco Atenção Básica.		2.006
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(8)	Aplicação Direta – 3.3.50	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	5.000,00
(9)	Aplicação Direta – 3.3.71	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	4.500,00
(18)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	9.440,00
Valor Total R\$:			18.940,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.		5
Unidade	Departamento de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	MAIS SAÚDE		5
Atividade	Manutenção dos Programas de Saúde Pública do Bloco Assistência Farmacêutica		2.007
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(20)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	56.060,00
Valor Total R\$:			56.060,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.		5
Unidade	Departamento de Vigilância Sanitária		2
Função	Saúde		10
Sub-função	Vigilância Sanitária		304
Programa	MAIS SAÚDE		5
Atividade	Manutenção dos Programas de Saúde Pública do Bloco Vigilância em Saúde		2.008
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(27)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	5.500,00
Valor Total R\$:			5.500,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		5
Unidade	Departamento de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	MAIS SAÚDE		5
Atividade	Manutenção dos Programas de Saúde Pública do Bloco Assistência Farmacêutica		2.009
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(22)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	10.000,00
Valor Total R\$:			10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, em 25 de Novembro de 2016.
ACIR LOURENÇO ROSSETTO
Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2016 - SRP

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 08 de dezembro de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para a aquisição de Arla 32 e Óleo Diesel S 10 destinados ao abastecimento dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 28 de novembro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº. 33.331, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 33.331, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.
Revoga Processo Licitatório e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e o artigo 49, parte inicial da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e,
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº, 356/2016 da Procuradoria Geral do Município,
CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de auto-controlar seus próprios atos,

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado o Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial, Edital nº. 70/2016, cujo objeto é a contratação de serviços para realização de concurso público destinado ao provimento de cargos do Magistério Público Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 33.332, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 33.332, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Altera dispositivos do Decreto nº 31.444, de 21 de agosto de 2015, que nomeou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA :

Art. 1º. Os itens 1 e 2 e a alínea "i" do inciso II do artigo 1º do Decreto nº 31.444, de 21 de agosto de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

II -

i) Grupo de Apoio e Prevenção à Aids - GAPA e Grupo de Mulheres Costurando Sentimentos:

1 - Titular: Roseli Terezinha Malacarne Santander;

2 - Suplente: Rosângela Rechembach da Silva Nunes."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 33.333, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 33.333, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº. 31.499, de 04 de setembro de 2015, que nomeia os membros que constituem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDE e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica Municipal de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Os itens 1 e 2 da alínea "b" do inciso IV do artigo 1º do Decreto nº. 31.499, de 04 de setembro de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

IV -

b)

1. Titular - Raquel Elisa Gehm - Associação dos Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina/ADEVOSC;

2. Suplente - Andréa Conceição Duarte - Associação dos Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina/ADEVOSC."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 33.334, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 33.334, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a constituição e nomeação da Comissão para criação do Sistema Municipal de Meio Ambiente e do Código Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica Municipal de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica constituída, no âmbito do Município de Chapecó, a Comissão com o objetivo de elaborar o Projeto de Lei Complementar para criação do Sistema Municipal de Meio Ambiente e do Código Municipal do Meio Ambiente.

Art. 2º. Ficam nomeados para compor a presente Comissão, os seguintes servidores públicos municipais:

I - LUIZ CARLOS SEIDENFUS - Diretor de Meio Ambiente;

II - GEAN LOPES DA LUZ - Engenheiro Agrônomo;

III - KAREN BISSANI - Consultora Jurídica;

IV - TATIANA SEBBEN ZANELLA - Engenheira Sanitarista;

V - PRISCILA FERNANDA RECH CONFORTIN - Fiscal do Meio Ambiente;

VI - MARK GREGOR BALBINOT GEHLEN - Engenheiro Sanitarista;

VII - THIAGO NURNBERG DOS SANTOS - Engenheiro Agrimensor e Cartográfico.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 33.335, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 33.335, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito Suplementar, Remanejamento de Dotações no Orçamento programa do exercício de 2016.

O Prefeito Municipal de Chapecó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapecó e autorização contida na Lei Municipal nº 6836/15 de 18/12/2015,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar pelo Remanejamento de Dotações, movimentando o valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

01 –CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

(02) 3.1.91.00.00.00.00.2.001-1000 - Aplicação Direta
..... 10.000,00

05 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

05.05 - Secretaria de Defesa do Cidadão

(108) 3.3.90.00.00.00.00.2.071-1005 - Aplicação Direta
..... 120.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

01 –CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

(05) 4.4.90.00.00.00.00.2.001-1000 - Aplicação Direta
..... 10.000,00

05 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

05.05 - Secretaria de Defesa do Cidadão

(109) 4.4.90.00.00.00.00.2.071-1005 - Aplicação Direta
..... 120.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 33.337, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 33.337, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº 27.680, de 28 de março de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O parágrafo único do artigo 5º do Decreto nº 27.680, de 28 de março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º.

Parágrafo único. As ações auxiliares conferem ao contribuinte a espontaneidade no recolhimento dos tributos e no cumprimento das obrigações acessórias.”

Art. 2º. O artigo 11 do Decreto nº 27.680, de 28 de março de 2013,

passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Por ocasião da conclusão das ações auxiliares, e desde que tenham sido apuradas infrações à legislação tributária, deverá ser emitido Termo de Intimação do Programa Escola Fazendária, o qual indicará objetivamente as infrações cometidas, os dispositivos jurídicos violados, as penalidades incidentes, as providências recomendadas e o prazo para a regularização que poderá variar entre 10 (dez) e 30 (trinta) dias, admitida prorrogação.

Parágrafo único. O Termo de Intimação do Programa Escola Fazendária deverá observar o modelo padronizado, conforme definido no Anexo Único deste regulamento.”

Art. 3º. O artigo 15 do Decreto nº 27.680, de 28 de março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. Os casos de supressão ou redução do imposto mediante indícios de dolo, fraude ou simulação deverão ser formalmente comunicados à Gerência de Tributos Mobiliários, que determinará a realização de ação fiscal específica para apurar e constituir os créditos tributários devidos.

Parágrafo único. Somente será excluída a espontaneidade prevista no parágrafo único do artigo 5º deste regulamento, após ser emitido o Termo de Intimação do Programa Escola Fazendária, o qual indicará objetivamente as infrações cometidas, os dispositivos jurídicos violados, as penalidades incidentes, as providências recomendadas e o prazo para a regularização previstos nos artigos 10 a 12 deste regulamento.”

Art. 4º. Fica alterado o artigo 16 do Decreto nº 27.680, de 28 de março de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. A recusa imotivada do contribuinte em exibir documentos e/ou prestar informações, em atendimento a requisições formais, constitui causa para a conversão das ações auxiliares em procedimento fiscal, nos termos do artigo 111 da Lei Municipal nº 170, de 20 de outubro de 1983.

§ 1º O Fisco adotará todas as medidas para a salvabilidade das ações auxiliares, inclusive com a prorrogação de prazos para cumprimento das requisições, de modo a privilegiar os aspectos pedagógicos do Programa "Escola Fazendária".

§ 2º Parágrafo único. Somente poderá ocorrer a conversão das ações auxiliares em procedimento fiscal quando o contribuinte não exibir os documentos e/ou prestar as informações no prazo fixado no Termo de Intimação do Programa Escola Fazendária, o qual indicará objetivamente as infrações cometidas, os dispositivos jurídicos violados, as penalidades incidentes, as providências recomendadas e o prazo para a regularização previstos nos artigos 10 a 12 deste regulamento.”

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 33.338, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 33.338, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a alteração de dispositivos do decreto nº 25.123, de 31 de janeiro de 2012 e do decreto nº 14.208, de 04 de março de 2005 e dá outras providências.

O Prefeito de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O § 2º do artigo 2º do Decreto nº 25.123, de 31 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 2º Excetuam-se do disposto no caput deste artigo os contribuintes que foram ou vierem a ser abrangidos por regimes especiais e os contribuintes autorizados para o uso de Emissor de Cupom Fiscal e Nota Fiscal Eletrônica Conjugada previstos no Decreto nº 14.208, de 04 de março de 2005.”

Art. 2º. O inciso IV do artigo 2º do Decreto nº 25.123, de 31 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

IV – Prestadores de serviços de registros públicos, cartorários e notariais, observado o disposto no inciso VI do artigo 13 do Decreto nº 14.208, de 03 de março de 2005.”

Art. 3º. O artigo 11 do Decreto nº 25.123, de 31 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. O prestador de serviços deverá emitir NFS-e para todos os serviços prestados, sendo vedada a utilização de outro documento fiscal, exceto aqueles autorizados por Regimes Especiais, para o uso de Emissor de Cupom Fiscal, para utilização de Nota Fiscal Eletrônica Conjugada e nos casos de utilização de nota fiscal de serviços avulsa prevista no Decreto n. 31.411, de 18 de agosto de 2015.”

Art. 4º. O inciso III do artigo 17 do Decreto nº 25.123, de 31 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17

III – para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de NFS-e ou para ajuste do mês de competência tributária.”

Art. 5º. O artigo 13 do Decreto nº 14.208, de 04 de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Os contribuintes que exerçam as atividades descritas nos incisos a seguir, poderão, facultativamente, ao final de cada dia, semana, quinzena ou mês, emitir uma única nota fiscal eletrônica nos termos do Decreto 25.123 de 31 de janeiro de 2012, englobando todos os recebimentos decorrentes das prestações de serviços realizadas no respectivo período, desde que conservem a documentação correspondente que serviu como base para a emissão da referida nota.

I - os estabelecimentos de ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos, desde que emitam Documentos Equivalentes de Pagamento para todas as mensalidades escolares, observadas as características previstas neste regulamento;

II - as empresas de transporte urbano de passageiros, nos termos do § 1º do artigo 2º do Decreto n. 25.029, de 22 de dezembro de 2011;

III - as corretoras de seguros, desde que comprovem, por meio de outros documentos, o valor das comissões recebidas;

IV - os estabelecimentos prestadores de serviços que exerçam as atividades de Administração e Locação de Imóveis, Administração de Consórcios, Planos de Saúde e Motéis;

V - os estabelecimentos que se dedicam às atividades de estacionamento, guarda e lavagem de veículos, inclusive estacionamento rotativo;

VI – os prestadores de serviços públicos, cartorários e notariais.

§ 1º O disposto no caput não exclui a obrigatoriedade da emissão e fornecimento da Nota Fiscal pelo prestador quando solicitado pelo tomador dos serviços, por ocasião da prestação do serviço.

§ 2º Nos casos previstos neste artigo no campo tomador dos serviços constante na nota fiscal de serviço eletrônica poderá ser informado a descrição “clientes” ou “clientes diversos.”

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Permanecem em vigor os artigos 2º, incisos IV e IX, 6º-A, 6º-B, 6º-C, 8º, 9º, 12, 13, 14, 17, 24, 35, 37, 38, 39, 40 e 41 do Decreto n. 14.208, de 04 de março de 2005.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 33.343, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 33.343, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

Fixa o preço da refeição servida no Programa Restaurante Popular EFAPI e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e,
CONSIDERANDO o disposto no Of. Gab/Sec nº 289/2016, da Secretaria de Assistência Social, anexo ao presente Decreto;
CONSIDERANDO o Parecer 01/2016 do Conselho Municipal de Segurança Alimentar - COMSEA,

DECRETA :

Art. 1º. Fica fixado em R\$ 3,00 (três reais) o valor da refeição servida no Programa Restaurante Popular EFAPI.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de setembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 17 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 33.344, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 33.344, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, em caráter de urgência, áreas de terras localizadas neste município, de propriedades de Jair Tartari ou a quem de direito for.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapecó e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a legislação pertinente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, o imóvel abaixo relacionado, descrito e caracterizados conforme plantas topográficas e memorial descritivo, anexos, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, a área de terra abaixo relacionadas:

I – Poligonal fechada tem início no Vértice VT-01 (UTM N: 7.002.201,473 E e: 333.101,593), segue por linha reta com distância de 8,84 m até o Vértice VT-02 (UTM N: 7.002.203,661 e E: 333.110,161) formando ao lado NORTE que extrema com terras de JAIR TARTARI; do Vértice VT-02 segue por linha curva com distância de 19,00 m até o Vértice VT-03 (UTM N: 7.002.184,789 e E: 333.107,963) formando ao lado LESTE que extrema com a RUA DOIS IRMÃOS; do Vértice VT-03 segue por linha reta com distância de 7,60 m até o Vértice VT-04 (UTM N: 7.002.185,019 e E: 333.100,360). formando ao lado SUL que extrema com terras de JAIR TARTARI; do Vértice VT-01 (UTM N: 7.002.201,473 E e: 333.101,593), formando ao lado OESTE que extrema com a SANGA TAQUARUSSU e fecha o poligonal com área de 142,48m².

Art. 2º - A área referida no inciso anterior destina-se a implantação da Estação Elevatória 01 para o Sistema de Esgotamento Sanitário no município de Chapecó.

Art. 3º - Fica a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, autorizada a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes das presentes medidas que se fizerem necessárias para a aquisição da citada área.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 17 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 33.345, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 33.345, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, em caráter de urgência, áreas de terras localizadas neste município, de propriedades de Gral Participações Ltda ou a quem de direito for.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapecó e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1841, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a legislação pertinente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, o imóvel abaixo relacionado, descrito e caracterizados conforme plantas topográficas e memorial descritivo, anexos, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, a área de terra abaixo relacionadas:

I – Poligonal fechada tem início no Vértice VT-01 (UTM N: 7.001.754,867 e E: 334.778,172), segue por linha reta com distância de 30,00 m até o Vértice VT-02 (UTM N: 7.001.750,427 e E: 333.807,841) formando ao lado NORTE que extrema com terras de AVELINO GRAL; do Vértice VT-02 segue por linha reta com distância de 15,00 m até o Vértice VT-03 (UTM N: 7.001.737,160 e E: 334.800,842) formando ao lado LESTE que extrema com a RUA SEM NOME; do Vértice VT-03 segue por linha reta com distância de 25,00 m até o Vértice VT-04 (UTM N: 7.001.740,024 e E: 333.776,006). formando ao lado SUL que extrema com a RUA CORONEL FREITAS; do Vértice VT-01 (UTM N: 7.001.754,867 e E: 334.778,172), formando ao lado OESTE que extrema com áreas de AVELINO GRAL e fecha o poligonal com área de 399,76m².

Art. 2º - A área referida no inciso anterior destina-se a implantação da Estação Elevatória 06 para o Sistema de Esgotamento Sanitário no município de Chapecó.

Art. 3º - Fica a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, autorizada a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes das presentes medidas que se fizerem necessárias para a aquisição da citada área.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 17 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 07, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Gerência de Fiscalização de Obras e Posturas

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 07, de 22 de NOVEMBRO de 2016.

O MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SC, representado pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano Senhor Wilson Lobo de Carvalho, dando cumprimento ao disposto na Lei municipal nº. 170/83 (Código Tributário Municipal), artigos 213, 236, 237, 250, 271, 284,285 e 286, Lei Complementar municipal nº. 113, de 18/12/2000 e regulamentos, Multas Fiscais (MULTA - artigos 169, I, e 169 – A, I, da Lei municipal nº.170/83), faz saber que a contribuintes abaixo identificada, a qual se encontra em local incerto e não sabido, é sujeita passiva de créditos fiscais em fase de lançamento, conforme especificado abaixo:

CECILIA MARGARETE PONTEL	NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 3225/2016 - L
--------------------------	-------------------------------------

Chapecó, 22 de Novembro de 2016.

VALDECIR ANTONIO DISNER

Gerente de Fiscalização de Obras e Posturas - SEDUR

LEI COMPLEMENTAR Nº. 574, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº. 574, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a aprovação e regularização do Condomínio Horizontal "Casas da Montanha", autorizado pelo artigo 470 da Lei Complementar Municipal nº 541/2014, localizado no Distrito de Goio-ên e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aprovar para fins de regularização urbanística o parcelamento do solo na modalidade de condomínio horizontal de lotes, com base no artigo 470 da Lei Complementar Municipal nº 541/2014, implantado sobre imóvel de propriedade da Incorporadora VAP Eireli - EPP, descrito e caracterizado na Matrícula Imobiliária nº 95.491, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, denominado de "Condomínio Casas da Montanha", localizado no Distrito de Goio-ên, às margens da Barragem Foz do Chapecó no Rio Uruguai, configurado no mapa de implantação geométrica do condomínio constante no Anexo I, que fica fazendo parte integrante desta Lei Complementar, estando assim descrita e caracterizada:

I - matrícula nº 95.491: ÁREA 01, com área de 685.898,58m², situado no Distrito de Goio-ên, no Município e Comarca de Chapecó- SC, com uma casa de moradia construída de madeira, coberta com telha de barro, medindo 5,00X10,00 metros e ainda um paiol construído de madeira, coberto com telhas de barro, medindo 6,00X8,00 metros, confrontando: AO NORTE, medindo 45,90 metros com a ÁREA nº 01A - Desmembrada; 129,25 metros com terras de MARCELO DONIZET PANIZZI - Matrícula nº 64.960; 83,83 metros, com terras de MIGUEL FERRON - Matrícula nº 23.444; 76,14 metros com terras de MAURO ANTÔNIO DE SOUZA - Matrícula nº 78.327; 171,97 metros com terras de ALZIRA LEOCÁDIA DA COSTA E OUTROS - Matrícula nº 8.168; 56,02 metros + 5,97 metros + 67,55 metros com terras da FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S/A - Matrícula nº 80.775; ao SUL medindo 64,75 metros com a ÁREA Nº 01-A; 231,79 metros com terras de VITE PANIZZI - Matrícula nº 16.062; 167,54 metros com terras de JUCIMAR ALVES BORGES E OUTROS E FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S/A; AO LESTE medindo 69,59 metros + 143,74 metros + 1869,82 metros com terras da FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S/A - Matrículas nº 80.775, 80.779, 80.777, 80.778, 80.776, 80.785; AO OESTE medindo 93,33 metros com o eixo da Rodovia SC 480; 480,41 metros com a ÁREA Nº 01-A - Desmembrada; 272,53 metros com o eixo da Rodovia SC 480; 147,90 metros com terras de MARCELO DONIZET PANIZZI - Matrícula nº 64.960; 366,56 metros com terras de MIGUEL FERRON - Matrículas nº 23.444 e 49.545; 92,55 metros + 243,85 metros com terras de MAURO ANTONIO DE SOUZA, DELCI ZATTA e EVERALDO ACOSTA E OUTRO - Matrículas nº 78.327, 78.326 e 78.325; 44,18 metros com terras de FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S/A - Matrícula nº 80.775; 67,16 metros + 381,19 metros com terras de VITE PANIZZI - 16.062; AO SUDESTE medindo 174,65 metros com terras de VITE PANIZZI - Matrícula nº 16.062. OBS.: Constam no imóvel as áreas de 8.214,72m² + 2.019,95m² correspondentes a Faixa de Domínio Rodoviária.

Art. 2º O Condomínio "Casas da Montanha" está distribuído e demonstrado no quadro resumo geral de áreas a seguir descrito:

DESCRIÇÃO	Quantidade	ÁREAS (m²)	%
Unidades	289	315.174,19	45.9
Áreas Comuns	2	17.641,49	2.6
Áreas Verdes	25	180.586,05	26.4
APP's	8	41.112,57	6.0
Faixa de Domínio - SC 480	2	10.233,81	1.5
Vias internas		121.150,47	17.6
TOTAL		685.898,58	100

Art. 3º Ficam autorizadas as seguintes diretrizes urbanísticas mínimas para a aprovação e regularização do Condomínio "Casas da Montanha":

I - 1.000m² (mil metros quadrados) para área das unidades;

II - 20,00m (vinte metros) para a testada das unidades;

III - 12,00m (doze metros) para largura das vias internas.

§ 1º Fica vedada a edificação nas porções das unidades que apresentam declividade superior a 30% (trinta por cento), conforme demonstrado no mapa anexo III (Mapa de Declividades).

§ 2º Não poderá haver intervenção nas áreas com declividade natural superior a 100% (45º) por se tratarem de Áreas de Preservação Permanente (APP), conforme prevê o artigo 4º, V, do Código Florestal, Lei Federal nº 12.651/2012.

§ 3º Qualquer parcelamento do solo futuro na área objeto desta regularização deverá obedecer aos padrões estabelecidos no Plano Diretor ou em outra legislação específica vigente que o substitua.

Art. 4º A taxa de ocupação e índice construtivo máximo permitido nas unidades, será:

I - Unidades destinadas a edificações residenciais que não apresentam gravame de Área Especial de Interesse Ambiental - AEIA e as que apresentam este gravame em até 65% : T.O = 40% e I.A = 0,8;

II - Unidades destinadas a edificações residenciais que apresentam gravame de Área Especial de Interesse Ambiental - AEIA em mais de 65% : T.O = 30% e I.A. = 0,6;

III - Unidades 275 e 289: T.O= 80% e I.A = 1,8.

Art. 5º Em relação à supressão de vegetação nas Unidades:

I - Nas unidades com gravame de Área Especial de Interesse Ambiental (AEIA) em percentual inferior a 50%, não será permitida a supressão de vegetação na AEIA, devendo constar na matrícula imobiliária destas unidades esta restrição urbanística.

II - Nas unidades com gravame de Área Especial de Interesse Ambiental (AEIA) em percentual superior a 50% será permitida a supressão de vegetação, desde que autorizada pelo órgão ambiental competente.

Art. 6º Demais índices construtivos:

- I - recuo mínimo de 4,00m (quatro metros);
- II - afastamento lateral com abertura de no mínimo 2,00m (dois metros);
- III - número de pavimentos máximo = 3 (três), exceto nas unidades 275 e 289 = 4 (quatro);
- IV- taxa de permeabilidade = 40%, exceto nas unidades 275 e 289 = 10%.

Art.7º Nas áreas gravadas como áreas verdes não serão permitidas edificações.

Art. 8º Nas áreas gravadas como de uso comum:

- I - T.O = 15% e I.A = 0,15;
- II - recuo: 4,00m (quatro metros);
- III - pavimentos: 2 (dois);
- IV- taxa de permeabilidade: 50%.

Art. 9º Ficam autorizados os seguintes usos no Condomínio Casas da Montanha:

- I - uso residencial unifamiliar;
- II - comércio e serviços de pequeno porte e baixo potencial de degradação ambiental;
- III - comércio e serviços de pequeno e médio porte excepcionalmente nas unidades 275 e 289, sendo que as referidas atividades só serão autorizadas mediante o devido licenciamento ambiental.

Art. 10. O Município receberá como doação de Área Institucional, conforme previsto no Inciso III do Art. 264 da Lei Complementar nº 541/2014 - Plano Diretor de Chapecó, área com 62.980m² da matrícula nº 49.475 de propriedade de Mareli Panizzi.

Art. 11. Deverá ser averbada na matrícula nº 95.490 (confrontante ao empreendimento) de propriedade do Sr. Vite Panizzi, uma área com 1.038,55m² que ficará em condomínio com o Condomínio Casas da Montanha, possibilitando a implantação da praça de retorno conforme previsto no inciso VII do Art. 264 da Lei Complementar nº 541/2014 (Plano Diretor de Chapecó).

Art. 12. A implantação da infraestrutura básica, caracterizada pela abertura das vias de circulação, implantação das redes de energia elétrica e iluminação, implantação da rede de distribuição e abastecimento de água através de poço profundo, implantação do sistema de drenagem pluvial, demarcação das quadras e lotes, pavimentação das vias, execução dos passeios, ciclovia, arborização e paisagismo e a implantação dos equipamentos de recreação e lazer caberá à Incorporadora VAP Eireli - EPP.

§ 1º. Deverá a incorporadora apresentar todos os projetos complementares devidamente assinados por profissionais habilitados, com as devidas ART's e RRT's, devendo apresentá-los também para as empresas contratadas para execução das obras.

§ 2º. É de total responsabilidade do empreendedor as garantias de segurança e de perfeito funcionamento de todas as obras de infraestrutura e urbanização executadas dentro do empreendimento.

Art. 13. Os passeios terão padrões diferenciados, sendo que em alguns trechos das vias internas do Condomínio, serão executados em apenas um lado da via. Porém todas as unidades terão ao menos uma testada com passeio executado, conforme mapas anexos IV .

Art. 14. As unidades deverão ter sistema de tratamento de esgoto individual, atendendo à legislação ambiental vigente.

Parágrafo único. A responsabilidade pela implantação e manutenção do sistema de tratamento individual de esgoto previsto no caput, de modo a garantir a sua eficiência, será do proprietário da unidade.

Art. 15. A Incorporadora VAP Eireli - EPP doará à comunidade do Distrito de Goio-ên, conforme reunião realizada com a Associação dos Moradores em 15 de Junho de 2016, no salão comunitário, a implantação de iluminação pública no trecho da SC 480 que compreende a cabeceira da ponte até o trevo de acesso a comunidade, sendo tal doação a ser efetivada após registro imobiliário do empreendimento, conforme decisão do Concidade Chapecó, que teve aprovação unânime dos presentes devidamente registrado em ata.

Parágrafo Único. Além da benfeitoria acima, a Incorporadora independente do registro imobiliário do empreendimento, doará a grama em leivas para o futuro campo de futebol que a comunidade irá construir, e ainda tijolos para ampliação das churrasqueiras do centro comunitário.

Art. 16. Como medida compensatória, também será gravado como Área Especial de Interesse Ambiental - AEIA: a Área Verde nº 4 correspondente a uma área de 12.512,11m² e a Área Verde nº 6 com área de 21.933,72 m², num total de 34.448,83m² dentro do Condomínio, sendo que nestas áreas não poderá haver edificações.

Art. 17. Fica a Incorporadora VAP Eireli - EPP, pessoa jurídica de direito privado, obrigada a promover o registro imobiliário do Condomínio Casas da Montanha no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da aprovação do projeto pelo Município, consoante estabelece a Lei Complementar nº 541/2014 (Plano Diretor de Chapecó), sob pena de caducidade do alvará de aprovação.

Art. 18. Para a emissão do alvará de regularização do parcelamento na modalidade de condomínio horizontal, o requerente deverá anexar a Licença Ambiental Prévia - LAP, Licença Ambiental de Implantação - LAI e Licença Ambiental de Operação - LAO.

Art. 19. A presente Lei Complementar exime o Município de Chapecó de toda e qualquer responsabilidade passada, presente ou futura, no tocante às exigências da legislação urbanística e outros, quaisquer direitos a propriedade de imóvel, posse ou domínio útil, ou a qualquer título, inclusive por acesso física.

Parágrafo Único. A aprovação do Condomínio Casas da Montanha não exime a proprietária pelo cumprimento de todas e quaisquer exigências legais que eventualmente se comprove não terem sido integralmente cumpridas, em conformidade com a Lei Complementar nº 541/2014 - Plano Diretor de Chapecó e demais disposições legais pertinentes.

Art. 20. Os casos omissos deverão ser analisados e deliberados pelo Concidade de Chapecó.

Art. 21. Ficam fazendo parte integrante desta Lei Complementar, o Anexo I contendo o mapa de implantação geométrica do Condomínio Casas da Montanha e o Anexo II contendo o memorial descritivo.

Art. 22. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 25 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.899, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº. 6.899, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Altera a Lei nº 6.623, de 26 de setembro de 2014.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos da Lei nº 6.623, de 26 de setembro de 2014, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 1º Fica denominada de Rua Marino Finco, a atual Rua "A", entre a quadra 5109 e área verde, no Loteamento Avenida, Bairro Bom Retiro, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Fica denominada de Rua Luiz Francisco Sabadin, a atual Rua "B", entre as quadras 1302, 5105, 5109 e 5110, no Loteamento Avenida, Bairro Bom Retiro, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 3º Fica denominada de Rua Paulino Giocondo Cella Carraro, a atual Rua "E", entre as quadras 5113, 5114, 5119, 5120, 5122 e 5123, no Loteamento Avenida, Bairro Bom Retiro, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 4º Fica denominada de Rua Roque Domingos Onghero, a atual Rua "G", entre as quadras 5115 e 5116, no Loteamento Avenida, Bairro Bom Retiro, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 5º Fica denominada de Rua Eugênio Cerafino Milan, a Estrada Municipal localizada entre as quadras 5116, 5121, 5122, 5123, 5124, 5125 e área verde, no Loteamento Avenida, Bairro Bom Retiro, nesta Cidade de Chapecó.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 31 de outubro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.900, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº. 6.900, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Denomina Vias Públicas no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Lauro Luz Mello, a atual Rua "I" situada entre as quadras 4636, 5023, 5024 e 5025, no Loteamento Walville III, Bairro Jardim Europa, nesta cidade de Chapecó.

Art. 2º Fica denominada de Rua Reinaldo Kowalek, a atual Rua "II" situada entre as quadras 5025 e 5026, no Loteamento Walville III, Bairro Jardim Europa, nesta cidade de Chapecó.

Art. 3º Fica denominada de Rua Domingos Parisotto, a atual Rua "III" situada entre as quadras 5026, 5027, 5031 e 5032, no Loteamento Walville III, Bairro Jardim Europa, nesta cidade de Chapecó.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.901, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº. 6.901, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Denomina Via Pública no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Luiz Curtarelli, a atual Rua "G", situada entre as quadras 5192, 5193, 5194, 5195 e 5196, no Loteamento Panamá, Bairro Vila Real, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.902, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº. 6.902, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Denomina Via Pública no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Alberto Rigoni, a atual Rua "C", situada entre as quadras 5187 e 5188, no Loteamento Panamá, Bairro Bom Retiro, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.903, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº. 6.903, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Denomina Via Pública no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Ivo Giacomazzi, a atual Rua "D", situada entre as quadras 5188 e 5189 no Loteamento Panamá, Bairro Bom Retiro, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.904, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº. 6.904, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Denomina Via Pública no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Jordéa Marubin Zamprogna, a atual Rua "E", situada entre as quadras 5189 e 5190, no Loteamento Panamá, Bairro Bom Retiro, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.905, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº. 6.905, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Revoga Lei nº 6.730, de 10 de agosto de 2015 e denomina Via Pública no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 6.730, de 10 de agosto de 2015.

Art. 2º Fica denominada de Rua Getúlio Hercolino Frutoso a atual Rua "I", entre as quadras 5192 e 5193, no Loteamento Panamá, Bairro Bom Retiro, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.906, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº. 6.906, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Denomina Vias Públicas no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Arlindo Mohr, a atual Rua "B", situada entre as quadras 5186 e 5187, no Loteamento Panamá, Bairro Bom Retiro, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Fica denominada de Rua Adelino de Souza Pinto a atual Rua "H", situada entre as quadras 5191 e 5192, no Loteamento Panamá, Bairro Vila Real, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 3º A extensão da Rua Seara abrange as quadras 5186 e 5187, no Loteamento Panamá, Bairro Bom Retiro, nesta cidade de Chapecó.

Art. 4º A extensão da Rua Gelci Cima, abrange as quadras 5186, 5187, 5188, 5189 e 5190, no Loteamento Panamá, Bairro Bom Retiro, nesta cidade de Chapecó.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de novembro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

RESUMO DE DECRETOS - 28/11/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
--	--

RESUMO DE DECRETOS

NÚMERO	DATA DO ATO	ASSUNTO
33321	16/11/2016	Exoneração, a pedido, de NELSO GASPARIN JÚNIOR
33322	16/11/2016	Concede Licença Especial a MAURO GEDOVAL KOELZER
33323	16/11/2016	Concede Licença Especial à servidora pública municipal MIRIAM DOS SANTOS SOUZA
33324	16/11/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de CLEITON DA SILVA OLIVEIRA
33325	16/11/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de ALINE TREBIEN
33326	16/11/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de DANIEL BRITO ZANOLLI
33327	16/11/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de DOUGLAS MICHEL MULLER FRITZEN
33328	16/11/2016	Altera o caput do artigo 1º do Decreto nº. 33.022, de 15 de agosto de 2016, que concedeu Aposentadoria por Invalidez Permanente, ao servidor público municipal ALTAIR DOMINGOS ZENI
33329	16/11/2016	Altera o preâmbulo do Decreto nº. 33.128, de 14 de setembro de 2016
33330	16/11/2016	Altera o caput do artigo 1º do Decreto nº. 32.410, de 04 de abril de 2016, que concedeu Aposentadoria voluntária por Idade, ao servidor público municipal CLEMENTINO FRANCISCO ALVES
33339	16/11/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de DAVI QUEIROZ DE CARVALHO ROCHA
33340	16/11/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de DORIS CRISTINA TESSER DE CERQUEIRA
33341	16/11/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de GABRIELA SCHMITZ REBECHI
33342	16/11/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de VANESSA NALIN VANASSI
33346	22/11/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal MARLI SALETE GALINSKI
33347	22/11/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal LOIRI TERESINHA RACHELLE
33348	22/11/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal ROSANE MIGNONI COLETTI
33349	22/11/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal ILSE DUTRA DA SILVA

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 398/16

DECRETO SAF/Nº. 398/16, de 10 de novembro de 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE TERRA DE 3.275,00m², PERTENCENTE A DALVA LUZIA SMIELEVSKI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para posterior desapropriação-amigável ou judicial, a área de terra, constituída de 3.275,00m² (- três mil duzentos e setenta e cinco metros quadrados), situada na Estrada Segunda Linha Espanhola, neste Município, com as seguintes confrontações: Norte: 24,00m com a Estrada Segunda Linha Espanhola; Sul: 17,00m com a Estrada Segunda Linha Espanhola; Leste: 288,00m com Rudimar Meneguel(Mat. 14.877 – C.R.I. Urussanga) e 35,00m com a área desmembrada; Oeste: 338,89m com a área remanescente, devidamente registrado no Cartório de Registros de Imóveis de Urussanga sob a Matrícula Mãe nº 31.660 do Livro 02, Folha 01, de propriedade da Sra. Dalva Luzia Smielevski.

Parágrafo único. Destina-se, a área descrita no “caput” deste artigo, à abertura de rua.

Art. 2º As despesas inerentes à execução deste decreto correm à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º A comissão de avaliação constituída no município, emitirá laudo de avaliação do imóvel expropriado.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de novembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 399/16

DECRETO SAF/Nº. 399/16, de 17 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

ROSANA POSSAMAI GUOLLO portadora do CPF nº. 059.609.729-80, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 173/16, de 03 de março de 2016, a partir de 17 de novembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de novembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 400/16

DECRETO SAF/Nº. 400/16, de 17 de novembro de 2016.

REAJUSTA VALORES REFERENTES À CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP, DA PERMISSONÁRIA COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL – COOPERCOCAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 2º., da Lei nº. 1.119, de 19 de dezembro de 2012, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Fica reajustado em 8,50%(oito vírgula cinqüenta por cento), com base no índice apurado pelo INPC(Índice Nacional de Preço ao Consumidor) acumulado de novembro de 2015 a outubro de 2016, os valores constantes no Anexo Único da Lei n. 1.119, de 19 de dezembro

de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA - COSIP				
Permissionária: Cooperccol				
LEI 1.119 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012				
CLASSES	BANDEIRA TARIFARIA			
	VERDE	AMARELA	VERMELHA	
	R\$/MÊS	R\$/MÊS	R\$/MÊS	
EM VIGOR A PARTIR DE --->	dezembro-16	dezembro-16	dezembro-16	
RESIDENCIAL - KWH /MÊS				
000 ATE 350	6,96	8,18	9,65	
351 ATE 600	10,83	12,73	15,01	
ACIMA DE 600	17,01	20,00	23,59	
RURAL - KWH/MES				
000 ATE 350	6,96	8,18	9,65	
351 ATE 600	10,83	12,73	15,01	
ACIMA DE 600	17,01	20,00	23,59	
COMERCIAL - KWH/MÊS				
000 ATE 100	6,96	8,18	9,65	
101 ATE 300	13,92	16,37	19,30	
301 ate 500	17,01	20,00	23,59	
501 ate 800	20,10	23,64	27,88	
acima de 800	32,48	38,19	45,03	
INDUSTRIAL - KWH/MÊS				
000 ATE 100	6,96	8,18	9,65	
101 ATE 300	13,92	16,37	19,30	
301 ATE 500	17,01	20,00	23,59	
501 ATE 800	20,10	23,64	27,88	
801 ATE 5.000	32,48	38,19	45,03	
5.001 ATE 100.000	78,87	92,74	109,37	
ACIMA DE 100.000	125,27	147,29	173,71	
PODER PÚBLICO - KWH/MÊS				
SERVIÇO PÚBLICO	63,41	74,55	87,93	
CONSUMO PROPRIO	63,41	74,55	87,93	
RESIDENCIAL BAIXA RENDA	ISENTO	ISENTO	ISENTO	

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de novembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 401/16

DECRETO SAF/Nº. 401/16, de 17 de novembro de 2016.

REAJUSTA VALORES REFERENTES À CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP, DA PERMISSIONÁRIA COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 2º, da Lei nº. 1.119, de 19 de dezembro de 2012 resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Fica reajustado em 8,50%(oito vírgula cinquenta por cento), com base no índice apurado pelo INPC(Índice Nacional de Preço ao Consumidor) acumulado novembro de 2015 a outubro de 2016, os valores constantes no Anexo Único da Lei n. 1.119, de 19 de dezembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA - COSIP				
Permissionária: Cermoful				
LEI 1.119 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012				
CLASSES	BANDEIRA TARIFARIA			
	VERDE	AMARELA	VERMELHA	
	R\$/MÊS	R\$/MÊS	R\$/MÊS	
EM VIGOR A PARTIR DE --->	dezembro-16	dezembro-16	dezembro-16	
RESIDENCIAL - KWH /MÊS				
000 ATE 350	6,72	7,90	9,32	
351 ATE 600	10,45	12,29	14,49	
ACIMA DE 600	16,42	19,31	22,77	
RURAL - KWH/MES				
000 ATE 350	6,72	7,90	9,32	
351 ATE 600	10,45	12,29	14,49	
ACIMA DE 600	16,42	19,31	22,77	
COMERCIAL - KWH/MÊS				
000 ATE 100	6,72	7,90	9,32	
101 ATE 300	13,44	15,80	18,63	
301 ate 500	16,42	19,31	22,77	
501 ate 800	19,41	22,82	26,91	
acima de 800	31,35	36,86	43,47	
INDUSTRIAL - KWH/MÊS				
000 ATE 100	6,72	7,90	9,32	
101 ATE 300	13,44	15,80	18,63	

301 ATE 500	16,42	19,31	22,77	
501 ATE 800	19,41	22,82	26,91	
801 ATE 5.000	31,35	36,86	43,47	
5.001 ATE 100.000	76,14	89,52	105,58	
ACIMA DE 100.000	120,92	142,18	167,69	
PODER PÚBLICO - KWH/MÊS	61,21	71,97	84,88	
SERVIÇO PÚBLICO	61,21	71,97	84,88	
CONSUMO PROPRIO	61,21	71,97	84,88	
RESIDENCIAL BAIXA RENDA	ISENTO	ISENTO	ISENTO	

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de novembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 402/16

DECRETO SAF/Nº. 402/16, de 22 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho ALEKSANDRO MONTINI, portador do CPF nº. 064.003.319-99, Professor ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 214/16, de 21 de março de 2016, a partir de 30 de novembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de novembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 403/16

DECRETO SAF/Nº. 403/16, de 22 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado CHEILA DUSSIONI JUNG, portadora do CPF nº. 022.531.319-70 Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 223/16, de 21 de março de 2016, a partir de 30 de novembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de novembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 404/16

DECRETO SAF/Nº. 404/16, de 22 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado GUI-LHERME BOSA, portador do CPF nº. 055.447.029-28, Professor ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 213/16, de 21 de março de 2016, a partir de 30 de novembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de novembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 405/16

DECRETO SAF/Nº. 405/16, de 22 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado IGOR MOURO, portador do CPF nº. 083.617.349-02 Professor ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 221/16, de 16 de março de 2016, a partir de 30 de novembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de novembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 406/16

DECRETO SAF/Nº. 406/16, de 22 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

JENIVALDO MARQUES, portador do CPF nº. 739.791.399-72, Professor ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 220/16, de 21 de março de 2016, a partir de 30 de novembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de novembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 407/16

DECRETO SAF/Nº. 407/16, de 22 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado LUIZ HENRIQUE BOAVA, portador do CPF nº. 614.281.679-00, Professor ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 212/16, de 21 de março de 2016, a partir de 30 de novembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de novembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 408/16

DECRETO SAF/Nº. 408/16, de 22 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado MARIA ALBERTINA GUIZZO, portadora do CPF nº. 889.203.649-15, Professora ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 215/16, de 21 de março de 2016, a partir de 30 de novembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de novembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 409/16

DECRETO SAF/Nº. 409/16, de 22 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado PATRÍCIA CITTADIN GREGÓRIO, portadora do CPF nº. 041.795.029-25, Professora ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 216/16, de 21 de março de 2016, a partir de 30 de novembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de novembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 410/16

DECRETO SAF/ Nº. 410/16, de 22 de novembro de 2016.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.293, de 23 de dezembro de 2015, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte e Lazer e Cultura
2.011 – Manutenção da Educação Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0148 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0148 – Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00
TOTAL	R\$ 18.000,00

Parágrafo único. Fica suplementado o orçamento de 2016, nos termos do artigo 7º da Lei 4.320/64 e artigo 10 da Lei Municipal n. 1.293, de 23 de dezembro de 2015, pelo excesso ou provável excesso de arrecadação, de recursos vinculados fonte 37 – outras transferências do FNDE, disponíveis em c/c n. 15021-5 – Agência 3072-4 – Banco Brasil.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de novembro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 411/16

DECRETO SAF/Nº. 411/16, de 24 de novembro de 2016.
REVERTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, O IMÓVEL QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº. 1.219, de 18 de setembro de 2014, em seu art. 10., resolve,

REVOGAR:

Art. 1º. O inciso IV, do art. 1º., da Lei nº 1.247, de 01 de abril de 2015, que trata da doação do lote 02 da quadra "C", matrícula nº. 20.643, com a área de 3.893,40m² (três mil oitocentos e noventa e três metros e quarenta centímetros quadrados) localizado na Área Industrial II, Zeferino Zanatta, à empresa MCC INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS EIRELE - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 19.822.614/0001-87, REVERTENDO o imóvel ao Patrimônio Público Municipal, sem qualquer ônus para o Município.

§ 1º. A revogação é motivada pelo não cumprimento das exigências contidas na Lei n. 1.219, de 18 de setembro de 2014, conforme parecer prévio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico.

§ 2º. As benfeitorias realizadas e não removíveis seguirão a sorte do principal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de novembro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2016 – PMC

Objeto: Aquisição e plantio de leiva de grama e mudas de arvores nativas, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor preço Global.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 08/12/2016.

Abertura: dia 08/12/2016 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 25 de novembro de 2016.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 89/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 89/2016

O Secretário Municipal de Finanças, torna público que ratificou o ato da Senhora Eliza Tebaldi Borsatti, Diretora Financeira, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 24 de novembro de 2016, para a Materiais para manutenção do banheiro e do estande de tiro utilizado por policiais do 20º Batalhão da Polícia Militar - Recursos convenio 055/2016 - Rádio Patrulha, a favor das empresas: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LINEAR LTDA no valor total de R\$3.449,10 (tres mil, quatrocentos e quarenta e nove reais com dez centavos) e VIDRACARIA VIDIA LTDA – EPP no valor total de R\$2.680,00 (dois mil, seiscentos e oitenta reais).

JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SA
			Setembro à Outubro (b)	%(b/a)	Até Outubro (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	220.025.200,00	220.025.200,00	35.368.175,70	16,07	192.858.150,40	87,65	
RECEITAS CORRENTES	209.707.900,00	209.707.900,00	34.843.474,26	16,62	188.949.318,09	90,10	
RECEITA TRIBUTÁRIA	31.270.850,00	31.270.850,00	3.926.020,88	12,55	28.273.791,86	90,42	
Impostos	26.000.000,00	26.000.000,00	3.644.188,59	14,02	23.964.856,33	92,17	
Taxas	3.962.000,00	3.962.000,00	164.727,98	4,16	3.562.907,82	89,93	
Contribuição de Melhoria	1.308.850,00	1.308.850,00	117.104,31	8,95	746.027,71	57,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	8.332.400,00	8.332.400,00	1.804.355,56	21,65	9.217.091,90	110,62	
Contribuições Sociais	4.932.400,00	4.932.400,00	1.200.791,13	24,34	5.873.003,01	119,07	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Iluminação Pública	3.400.000,00	3.400.000,00	603.564,43	17,75	3.344.088,89	98,36	
RECEITA PATRIMONIAL	9.337.130,00	9.337.130,00	3.516.012,12	37,66	20.789.859,64	222,66	
Receitas Imobiliárias	120.000,00	120.000,00	17.856,56	14,88	89.273,67	74,39	
Receitas de Valores Mobiliários	8.702.130,00	8.702.130,00	3.473.660,36	39,92	20.629.622,34	237,06	
Receita de Concessões e Permissões	515.000,00	515.000,00	24.495,20	4,76	70.963,63	13,78	
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	10.000,00	10.000,00	886,80	8,87	33.038,17	330,38	
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Agropecuárias	10.000,00	10.000,00	886,80	8,87	33.038,17	330,38	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	3.024.430,00	3.024.430,00	112.969,62	3,74	3.380.923,32	111,79	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	151.204.170,00	151.204.170,00	24.412.837,65	16,15	121.338.827,69	80,25	
Transferências Intergovernamentais	149.470.670,00	149.470.670,00	24.126.665,75	16,14	120.294.095,40	80,48	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	1.733.500,00	1.733.500,00	286.171,90	16,51	1.044.732,29	60,27	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.528.920,00	6.528.920,00	1.070.391,63	16,39	5.915.785,51	90,61	
Multas e Juros de Mora	2.868.200,00	2.868.200,00	413.030,26	14,40	2.725.891,40	95,04	
Indenizações e Restituições	2.913.410,00	2.913.410,00	480.301,04	16,49	2.590.934,58	88,93	
Receita da Dívida Ativa	690.000,00	690.000,00	87.566,75	12,69	468.253,06	67,86	
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Correntes Diversas	57.310,00	57.310,00	89.493,58	156,16	130.706,47	228,07	
RECEITAS DE CAPITAL	10.317.300,00	10.317.300,00	524.701,44	5,09	3.908.832,31	37,89	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.999.500,00	3.999.500,00	62.326,71	1,56	1.525.686,87	38,15	
Operações de Crédito Internas	3.999.500,00	3.999.500,00	62.326,71	1,56	1.525.686,87	38,15	
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	367.000,00	367.000,00	24.753,15	6,74	517.799,61	141,09	
Alienação de Bens Móveis	167.000,00	167.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Alienação de Bens Imóveis	200.000,00	200.000,00	24.753,15	12,38	517.799,61	258,90		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.950.800,00	5.950.800,00	437.621,58	7,35	1.865.345,83	31,35		
Transferências Intergovernamentais	2.860.800,00	2.860.800,00	437.621,58	15,30	1.865.345,83	65,20		
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Convênios	3.090.000,00	3.090.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	9.124.800,00	9.124.800,00	2.236.471,19	24,51	10.866.285,29	119,09		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	229.150.000,00	229.150.000,00	37.604.646,89	16,41	203.724.435,69	88,90		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	229.150.000,00	229.150.000,00	37.604.646,89	16,41	203.724.435,69	88,90		
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-		
TOTAL (VII) = (V + VI)	229.150.000,00	229.150.000,00	37.604.646,89	16,41	203.724.435,69	88,90		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	12.004.557,09	0,00	0,00	6.909.651,50	0,00		
Superávit Financeiro	0,00	12.004.557,09	0,00	0,00	6.909.651,50	0,00		
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)
			Setembro à Outubro	Até Outubro (f)		Setembro à Outubro	Até Outubro (h)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(VIII)	213.658.550,00	229.138.165,53	24.926.726,89	183.058.656,50	46.079.509,03	33.224.861,70	152.886.208,50	76.251.957,03
DESPESAS CORRENTES	188.263.020,98	201.343.298,22	21.753.891,34	166.278.747,59	35.064.550,63	30.862.561,46	145.401.224,97	55.942.073,25
Pessoal e Encargos Sociais	103.562.770,00	98.423.124,60	14.515.770,12	73.634.804,11	24.788.320,49	14.579.802,12	73.247.307,34	25.175.817,26
Juros e Encargos da Dívida	900.000,00	774.038,59	35.777,66	193.766,37	580.272,22	35.777,66	193.766,37	580.272,22
Outras Despesas Correntes	83.800.250,98	102.146.135,03	7.202.343,56	92.450.177,11	9.695.957,92	16.246.981,68	71.960.151,26	30.185.983,77
DESPESAS DE CAPITAL	25.185.529,02	27.584.867,31	3.172.835,55	16.779.908,91	10.804.958,40	2.362.300,24	7.484.983,53	20.099.883,78
Investimentos	23.185.529,02	25.636.867,31	2.851.072,57	15.499.340,69	10.137.526,62	2.040.537,26	6.204.415,31	19.432.452,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.000.000,00	1.948.000,00	321.762,98	1.280.568,22	667.431,78	321.762,98	1.280.568,22	667.431,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	15.491.450,00	14.774.192,00	1.976.269,40	11.056.272,93	3.717.919,07	2.242.039,07	10.873.888,15	3.900.303,85
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	229.150.000,00	243.912.357,53	26.902.996,29	194.114.929,43	49.797.428,10	35.466.900,77	163.760.096,65	80.152.260,88
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	229.150.000,00	243.912.357,53	26.902.996,29	194.114.929,43	49.797.428,10	35.466.900,77	163.760.096,65	80.152.260,88
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	39.964.339,04	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	229.150.000,00	243.912.357,53	26.902.996,29	194.114.929,43	49.797.428,10	35.466.900,77	203.724.435,69	40.187.921,84
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS			

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISTA INICIAL	ATUALIZADA (a)	Setembro à Outubro (b)	%(b/a)	Até Outubro (c)	%(c/a)	
RECEITAS CORRENTES	9.124.800,00	9.124.800,00	2.236.471,19	24,51	10.866.285,29	119,09	
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.124.800,00	9.124.800,00	2.236.471,19	24,51	10.866.285,29	119,09	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	7.724.800,00	7.724.800,00	1.981.634,54	25,65	9.619.861,14	124,53	
Contribuições Sociais	7.724.800,00	7.724.800,00	1.981.634,54	25,65	9.619.861,14	124,53	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.400.000,00	1.400.000,00	254.836,65	18,20	1.246.424,15	89,03	
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indenizações e Restituições	1.400.000,00	1.400.000,00	254.836,65	18,20	1.246.424,15	89,03	
Decorrentes de Aportes Periódicos	1.400.000,00	1.400.000,00	254.836,65	18,20	1.246.424,15	89,03	
TOTAL	9.124.800,00	9.124.800,00	2.236.471,19	24,51	10.866.285,29	119,09	

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)
			Setembro à Outubro	Até Outubro (f)		Setembro à Outubro	Até Outubro (h)	
DESPESAS CORRENTES	15.491.450,00	14.774.192,00	1.976.269,40	11.056.272,93	3.717.919,07	2.242.039,07	10.873.888,15	3.900.303,85
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.091.450,00	13.264.192,00	1.976.269,40	9.656.272,93	3.607.919,07	1.987.202,42	9.627.464,00	3.636.728,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.400.000,00	1.510.000,00	0,00	1.400.000,00	110.000,00	254.836,65	1.246.424,15	263.575,85
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	15.491.450,00	14.774.192,00	1.976.269,40	11.056.272,93	3.717.919,07	2.242.039,07	10.873.888,15	3.900.303,85

Fonte: Sistema

Atende.Net - IPM,

Unidade Responsável

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 24/nov/2016

Hora de emissão: 15h e 31m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO

MARLON DE LAI DENEGA

JOAO GIRARDI

ALCEONE JOSE MU

LDO (a-c)
27.167.049,60
20.758.581,91
2.997.058,14
2.035.143,67
399.092,18
562.822,29
(884.691,90)
(940.603,01)
0,00
55.911,11
(11.452.729,64)
30.726,33
(11.927.492,34)
444.036,37
0,00
0,00
0,00
0,00
(23.038,17)
0,00
0,00
(23.038,17)
0,00
0,00
0,00
0,00
0,00
(356.493,32)
29.865.342,31
29.176.574,60
0,00
0,00
0,00
688.767,71
0,00
613.134,49
142.308,60
322.475,42
221.746,94
0,00
(73.396,47)
6.408.467,69
2.473.813,13
2.473.813,13
0,00
(150.799,61)
167.000,00

(317.799,61)
0,00
4.085.454,17
995.454,17
0,00
0,00
0,00
0,00
3.090.000,00
0,00
0,00
0,00
0,00
0,00
(1.741.485,29)
25.425.564,31
0,00
0,00
0,00
0,00
0,00
0,00
0,00
25.425.564,31
-
25.425.564,31
0,00
0,00
0,00
Despesas Pagas Até Outubro (j)
152.231.880,84
144.868.764,96
73.218.490,42
193.766,37
71.456.508,17
7.363.115,88
6.082.547,66
0,00
1.280.568,22
0,00
0,00
10.866.285,29
163.098.166,13
0,00
0,00
0,00
0,00
0,00
0,00
0,00
163.098.166,13
-
163.098.166,13
DO (a-c)

(1.741.485,29)
(1.741.485,29)
(1.895.061,14)
(1.895.061,14)
0,00
153.575,85
0,00
153.575,85
153.575,85
(1.741.485,29)
Despesas
Pagas Até
Outubro (j)
10.866.285,29
9.619.861,14
0,00
1.246.424,15
0,00
0,00
0,00
0,00
10.866.285,29

ILLER

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAPERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
		No bimestre	Até o bimestre (b)									
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros	0,00		0,00									0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00		0,00									0,00
Contrapartida para Provisões de PPP	0,00		0,00									0,00
TOTAL DE PASSIVOS (I)	0,00		0,00									0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00		0,00									0,00
Contrapartida para Ativos da SPE	0,00		0,00									0,00
Provisões de PPP	0,00		0,00									0,00
GARANTIAS DE PPP (II)	0,00		0,00									0,00
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I - II)	0,00		0,00									0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00		0,00									0,00
Contraprestações Futuras	0,00		0,00									0,00
Riscos Não Provisionados	0,00		0,00									0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00									0,00
ATIVOS CONTINGENTES	0,00		0,00									0,00
Serviços Futuros	0,00		0,00									0,00
Outros Ativos Contingentes	0,00		0,00									0,00
DESPESAS DE PPP	0,00		0,00									0,00
Do Ente Federado	0,00		0,00									0,00
Das Estadais Não-dependentes	0,00		0,00									0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00		0,00									0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	209.448.396,17		217.801.147,93									0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00		0,00									0,00

FONTE: Sistema

Atende Net - IPM,

Unidade Responsável

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 24/nov/2016

Notas:

Hora de emissão: 16h e 35m

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARLON DE LAI DENEGA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAPERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária Dem. da Rec. de Impostos Líquida e das Desp. Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO ☐ ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro 2016 (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	26.683.000,00	26.683.000,00	24.465.009,01	91,69
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	7.200.000,00	7.200.000,00	7.595.450,03	105,49
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.200.000,00	3.200.000,00	2.416.936,94	75,53
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	13.000.000,00	13.000.000,00	11.286.090,38	86,82
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.600.000,00	2.600.000,00	2.666.378,98	102,55
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	188.000,00	188.000,00	159.395,57	84,78
Dívida Ativa dos Impostos	235.000,00	235.000,00	215.159,52	91,56
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	260.000,00	260.000,00	125.597,59	48,31
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	87.425.000,00	87.425.000,00	70.136.183,01	80,22
Cota-Parte FPM	29.000.000,00	29.000.000,00	21.097.072,34	72,75
Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	48.490,30	969,81
Cota-Parte IPVA	10.500.000,00	10.500.000,00	9.993.314,03	95,17
Cota-Parte ICMS	47.000.000,00	47.000.000,00	38.301.375,65	81,49
Cota-Parte IPI-Exportação	720.000,00	720.000,00	540.971,39	75,13
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	200.000,00	200.000,00	154.959,30	77,48
Desoneração ICMS (LC 87/96)	200.000,00	200.000,00	154.959,30	77,48
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	114.108.000,00	114.108.000,00	94.601.192,02	82,90
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro 2016 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	36.238.970,00	36.238.970,00	28.625.127,52	78,99
Provenientes da União	34.113.570,00	34.113.570,00	27.337.021,33	80,14
Provenientes dos Estados	1.849.200,00	1.849.200,00	863.091,88	46,67
Provenientes de Outros Municípios	35.000,00	35.000,00	13.237,54	37,82
Outras Receitas do SUS	241.200,00	241.200,00	411.776,77	170,72
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	69.683.230,00	69.683.230,00	69.631.830,86	99,93

TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE										105.922.200,00	105.922.200,00	98.256.958,38	92,76
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS								
			Até Outubro (f)	% (f/e) x 100	Até Outubro (g)	% (g/e) x 100							
DESPESAS CORRENTES	60.495.720,00	65.747.693,54	58.607.224,89	89,14	49.287.938,40	74,97							
Pessoal e Encargos Sociais	28.344.100,00	23.058.676,60	17.630.812,65	76,46	17.625.096,86	76,44							
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Outras Despesas Correntes	32.151.620,00	42.689.016,94	40.976.412,24	95,99	31.662.841,54	74,17							
DESPESAS DE CAPITAL	802.250,00	2.821.865,50	1.985.917,37	70,38	1.588.764,69	56,30							
Investimentos	802.250,00	2.821.865,50	1.985.917,37	70,38	1.588.764,69	56,30							
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	61.297.970,00	68.569.559,04	60.593.142,26	88,37	50.876.703,09	74,20							
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS								
			Até Outubro (h)	% (h/IV) x 100	Até Outubro (i)	% (i/IV) x 100							
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	36.695.970,00	40.657.814,90	38.823.430,40	64,07	31.298.257,21	61,52							
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	36.218.970,00	37.352.101,84	35.857.144,89	59,18	28.887.190,36	56,78							
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Outros Recursos	477.000,00	3.305.713,06	2.966.285,51	4,90	2.411.066,85	4,74							
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM			0,00	0,00									
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	36.695.970,00	40.657.814,90	38.823.430,40	64,07	31.298.257,21	61,52							
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	24.602.000,00	27.911.744,14	21.769.711,86	35,93	19.578.445,88	38,48							
TOTAL GERAL													
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)										20,70			
VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15 x IIIB) / 100)]										5.388.267,08			
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA								
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	319.554,66	99.313,61	220.241,05	0,00	319.554,66								
Total	319.554,66	99.313,61	220.241,05	0,00	319.554,66								
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º										RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			
SALDO INICIAL		Despesas custeadas no exercício de		SALDO FINAL (Não Aplicado)									
Restos Cancelados		99.313,61		-		99.313,61							
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										LIMITE NÃO CUMPRIDO			

PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		SALDO INICIAL		Despesas custeadas no exercício de referência		SALDO FINAL (Não Aplicado)	
		0,00		0,00		0,00	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até Outubro (l)	% (l/ total l) x 100	Até Outubro (m)	% (m/ total m) x 100	
Atenção Básica	22.069.180,00	24.233.400,00	18.612.151,78	30,72	17.649.137,25	34,69	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Suporte Profilático e Terapêutico	35.456.243,00	38.521.342,80	37.405.533,51	61,73	29.003.113,47	57,01	
Vigilância Sanitária	804.997,00	1.383.856,10	1.212.263,13	2,00	999.125,81	1,96	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Subfunções	2.967.550,00	4.430.960,14	3.363.193,84	5,55	3.225.326,56	6,34	
Total	61.297.970,00	68.569.559,04	60.593.142,26	100,00	50.876.703,09	100,00	

Fonte: Sistema

Atende.Net - IPM,

Unidade Responsável

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão:

24/nov/2016

Hora de emissão:

16h e 33m

Notas:

1. Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2. O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3. O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4. Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5. Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6. No último bimestre, será utilizada a fórmula: $[V/(h+i) - (15 \times Ilb/100)]$.

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARLON DE LAI DENECA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAPERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOT
	Novembro/2015	Dezembro/2015	Janeiro/2016	Fevereiro/2016	Março/2016	Abril/2016	Maió/2016	Junho/2016	Julho/2016	Agosto/2016	Setembro/2016	Outubro/2016	
RECEITAS CORRENTES (I)	16.788.972,88	20.483.426,13	18.517.765,09	19.477.561,18	27.470.926,25	20.332.096,76	20.018.733,30	19.602.926,44	20.362.784,23	19.504.531,25	18.646.504,47	19.042.532,65	
Receita Tributária	1.695.733,03	2.207.146,58	1.667.494,79	1.947.962,73	7.809.760,37	2.734.186,81	2.973.103,56	2.427.896,60	2.352.023,97	2.435.342,15	1.978.361,92	1.947.656,96	
IPTU	32.696,56	82.889,45	27.142,03	26.193,25	4.792.231,02	563.449,12	538.817,58	530.998,16	519.836,06	483.631,49	69.400,03	43.751,29	
ISS	1.063.913,57	1.134.646,35	1.115.146,56	999.946,58	1.044.500,21	1.052.311,45	1.134.537,51	1.154.256,54	1.174.748,46	1.119.274,60	1.220.835,65	1.270.532,82	
ITBI	196.381,90	283.512,87	145.727,75	186.389,53	262.479,92	278.243,59	345.841,58	235.772,76	197.504,88	288.712,76	241.732,74	234.531,43	
IRRF	206.960,21	487.785,13	216.033,10	205.640,64	269.148,00	286.689,66	277.036,28	280.833,22	279.020,53	288.572,92	291.260,69	272.143,94	
Outras Receitas Tributárias	195.780,79	218.312,78	163.445,35	529.792,73	1.441.401,22	553.492,99	676.870,61	226.035,92	180.914,04	255.150,38	155.132,81	126.699,48	
Receita de Contribuições	823.075,94	1.168.501,18	820.746,04	803.709,28	1.170.372,76	976.892,31	769.394,23	1.040.792,37	916.574,82	914.554,53	914.909,36	889.446,20	
Receita Patrimonial	1.319.856,55	1.729.807,76	2.029.593,83	2.189.159,25	2.879.808,58	2.573.279,72	1.489.420,49	1.914.936,94	2.402.232,15	1.795.416,56	1.957.974,79	1.558.037,33	
Receita Agropecuária	600,00	954,50	210,72	3.844,20	14.302,41	7.900,45	4.010,25	769,95	813,39	300,00	457,50	429,30	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	53.669,17	105.040,84	23.272,96	25.736,22	1.924.946,68	251.268,62	252.897,68	253.788,20	280.893,50	255.149,84	55.372,22	57.597,40	
Transferências Correntes	12.212.716,38	14.399.809,59	13.477.743,17	14.019.740,03	13.026.057,36	13.096.654,06	13.981.670,01	13.235.384,44	13.698.975,04	13.571.846,60	13.172.314,98	14.085.885,53	
Cota-Parte do FPM	2.068.986,36	3.498.519,55	2.260.791,39	2.830.183,94	1.719.106,38	2.043.848,30	2.717.558,94	2.245.143,95	2.489.566,51	2.018.642,69	1.641.559,81	1.992.881,24	
Cota-Parte do ICMS	3.656.196,50	3.569.273,16	4.446.153,69	3.630.032,76	3.671.289,43	3.774.885,87	3.651.168,04	3.646.920,06	3.722.771,31	3.677.136,21	3.672.205,35	4.109.012,93	
Cota-Parte do PVA	696.449,19	412.943,15	482.568,68	699.085,64	1.053.126,03	1.023.254,05	1.065.389,44	1.062.936,91	1.137.881,00	1.148.304,45	1.158.013,11	1.162.954,72	
Cota-Parte do ITR	1.576,70	1.184,27	672,87	260,71	201,55	290,93	268,57	372,47	139,13	151,83	7.387,97	38.744,27	
Transferências da LC 87/1996	15.158,31	15.188,31	15.495,93	15.495,93	15.495,93	15.495,93	15.495,93	15.495,93	15.495,93	15.495,93	15.495,93	15.495,93	
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB	2.423.072,45	2.495.042,97	2.810.563,44	2.555.883,96	2.443.324,44	2.561.311,40	2.639.409,68	2.528.131,38	2.434.743,10	2.506.349,10	2.561.500,02	2.918.551,10	
Outras Transferências Correntes	3.351.276,87	4.407.708,18	3.461.497,17	4.288.797,09	4.123.513,60	3.677.967,58	3.892.379,41	3.736.383,74	3.898.578,06	4.205.766,39	3.816.152,79	3.848.443,34	
Outras Receitas Correntes	653.321,81	872.185,68	498.703,58	487.409,47	646.678,09	692.814,79	548.237,08	729.357,94	711.271,36	531.921,57	567.113,70	503.277,93	
DEDUÇÕES (II)	1.713.475,73	2.106.065,68	1.863.922,20	1.859.664,36	1.761.709,45	1.895.114,65	1.963.142,60	1.860.039,21	1.774.412,25	1.846.848,72	1.836.235,58	1.937.382,37	
Contrib. p/ o Plano de Prev. do Servidor	356.707,22	703.769,68	350.997,52	349.868,55	395.341,99	448.826,37	396.902,89	394.496,63	399.730,07	400.840,77	402.332,47	397.937,78	
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	57.821,14	115.642,28	57.821,14	63.992,42	63.992,42	63.992,42	63.992,42	63.992,42	63.992,42	63.992,42	63.992,42	63.992,42	
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	1.298.947,37	1.286.653,72	1.455.103,54	1.445.803,39	1.302.375,14	1.382.295,86	1.502.247,29	1.401.550,16	1.310.689,76	1.382.015,53	1.369.910,69	1.475.452,17	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I)-(II)	15.045.497,15	18.377.360,45	16.653.842,89	17.617.898,82	25.709.216,80	18.437.882,11	18.035.590,70	17.742.887,23	18.588.371,98	17.657.682,53	16.810.268,89	17.104.950,28	

FONTE: Sistema

Atende Net - IPM.

Unidade Responsável

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 24/nov/2016

Hora de emissão: 16:12

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARLON DE LAI DENEGA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE
Controlador Ir

AL(ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
240.219.160,63	227.192.900,00
32.176.671,47	31.270.850,00
7.711.036,04	7.200.000,00
13.484.650,30	13.000.000,00
2.896.831,71	3.200.000,00
3.361.124,32	2.600.000,00
4.723.029,10	5.270.850,00
11.208.669,02	8.332.400,00
23.839.523,95	9.337.130,00
34.592,67	10.000,00
0,00	0,00
3.539.633,33	3.024.430,00
161.978.797,19	168.689.170,00
27.526.389,06	29.600.000,00
45.526.845,31	47.000.000,00
11.102.706,37	10.500.000,00
51.231,27	5.000,00
185.275,92	200.000,00
0,00	0,00
30.877.885,04	32.670.000,00
46.708.464,22	48.714.170,00
7.441.273,00	6.528.920,00
22.418.012,80	20.737.400,00
4.997.751,84	2.832.400,00
807.216,34	420.000,00
16.613.044,62	17.485.000,00
217.801.147,83	206.455.500,00

MULLER
interno

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAPERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Poder/Órgão	RP Processados e Não Processados Liquidados					RP Não Processados					Saldo Total (a + b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2015				Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2015					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	68.292,34	622.147,91	579.647,12	12.252,00	98.541,13	1.606.351,02	15.559.794,54	7.550.606,32	7.469.373,65	1.353.821,92	8.342.949,99	8.441.491,12
	68.292,34	622.147,91	579.647,12	12.252,00	98.541,13	1.606.351,02	15.552.918,12	7.543.729,90	7.462.497,23	1.353.821,92	8.342.949,99	8.441.491,12
	60,00	9.693,05	9.427,40	0,00	325,65	0,00	342.336,45	260.393,15	260.304,60	75.440,50	6.591,35	6.917,00
	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	107.062,04	104.726,49	104.726,49	2.335,55	(0,00)	5.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.180,83	13.180,83	13.180,83	0,00	0,00	0,00
	0,00	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	41.635,51	31.285,99	31.285,99	10.349,52	0,00	0,00
	0,00	5.723,19	0,00	0,00	5.723,19	0,00	39.177,09	36.671,23	34.763,50	2.312,24	2.101,35	7.824,54
	0,00	259.559,17	247.307,17	12.252,00	0,00	63.534,63	1.895.147,34	1.209.614,21	1.192.777,37	664.521,04	101.383,56	101.383,56
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.830,46	0,00	0,00	11.830,46	0,00	0,00
	492,50	0,00	0,00	0,00	492,50	2.043,44	75.669,23	60.586,58	60.586,58	16.458,85	667,24	1.159,74
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	691,10	118,59	118,59	572,51	0,00	0,00
	405,00	0,00	0,00	0,00	405,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	405,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.782,40	25.885,16	25.885,16	647,24	250,00	250,00
	3.000,00	45.219,82	44.700,00	0,00	3.519,82	28.917,80	218.041,31	211.484,57	211.484,57	34.411,59	1.062,95	4.582,77
	6.420,00	16.200,00	10.500,00	0,00	12.120,00	922.870,51	877.169,11	48.143,44	48.143,44	8.169,90	1.743.726,28	1.755.846,28
	10.975,73	4.571,33	4.434,50	0,00	11.112,56	700,00	47.223,16	34.342,07	34.342,07	13.075,07	506,02	11.618,58
	1.980,11	0,00	0,00	0,00	1.980,11	680,07	393.728,45	202.262,50	200.987,21	183.736,55	9.684,76	11.684,87
11.195,50	144.117,70	127.814,40	0,00	27.498,80	347.238,04	2.298.303,85	1.393.963,20	1.393.708,97	10.686,31	1.251.146,61	1.278.645,41	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.696,73	1.556,55	1.556,55	2.140,18	0,00	0,00	
3.975,00	1.049,65	749,65	0,00	4.275,00	130,00	139.305,93	123.730,69	123.730,69	5.662,49	10.042,75	14.317,75	
24.788,50	133.514,00	132.214,00	0,00	26.088,50	240.236,53	9.021.937,13	3.795.784,65	3.734.914,62	311.471,92	5.215.787,12	5.241.875,62	
Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.876,42	6.876,42	6.876,42	0,00	0,00	0,00
Camara Municipal de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.876,42	6.876,42	6.876,42	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	68.292,34	622.147,91	579.647,12	12.252,00	98.541,13	1.606.351,02	15.559.794,54	7.550.606,32	7.469.373,65	1.353.821,92	8.342.949,99	8.441.491,12
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável												

FONTE: Sistema

Atende Net - IPM.

Unidade Responsável

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 24/nov/2016

Hora de emissão: 16h e 29m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de FinançasMARLON DE LAI DENEGA
Contador
CRC/SC 037063/O-0JOAO GIRARDI
Prefeito MunicipalALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAPERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo do Resultado Nominal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 5 (LRF, art. 53, inciso II)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2015 (a)	Em 31/Agosto/2016 (b)	Em 31/Outubro/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	7.083.573,16	7.493.629,11	7.199.988,12
DEDUÇÕES (II)			
Disponibilidade de Caixa bruta	27.511.488,10	40.256.271,29	37.976.200,64
Demais Haveres Financeiros	28.179.157,21	40.310.347,87	38.093.140,10
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	22.366,14	76.334,29	62.429,34
	690.035,25	130.410,87	179.368,80
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(20.427.914,94)	(32.762.642,18)	(30.776.212,52)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	(20.427.914,94)	(32.762.642,18)	(30.776.212,52)
RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	Setembro à Outubro(c-b)	Até Outubro(c-a)	
	1.986.429,66	(10.348.297,58)	
VALOR			
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	VALOR CORRENTE		
	(18.951.509,16)		
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2015 (a)	Em 31/Agosto/2016 (b)	Em 31/Outubro/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	103.683.129,50	101.151.483,70	101.151.483,70
Passivo Atuarial	103.683.129,50	101.151.483,70	101.151.483,70
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta	101.901.999,19	119.725.867,19	123.576.484,35
Investimentos	27.062,89	17.327,21	24.540,66
Demais Haveres Financeiros	101.387.840,88	119.221.444,56	123.064.348,27
(-) Restos a Pagar Processados	487.500,42	487.500,42	488.000,42
	405,00	405,00	405,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX)=(VII-VIII)	1.781.130,31	(18.574.383,49)	(22.425.000,65)
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	1.781.130,31	(18.574.383,49)	(22.425.000,65)

FONTE: Sistema

Atende.Net - IPM.

Unidade Responsável

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 24/nov/2016

Hora de emissão: 16h e 27m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARLON DE LAI DENEGA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAPERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS DE ENSINO			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS
			Até Outubro (b) % (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	26.683.000,00	26.683.000,00	24.465.009,01 91,69
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	7.538.000,00	7.538.000,00	7.927.931,48 105,17
1.1.1- IPTU	7.200.000,00	7.200.000,00	8.057.240,00 111,91
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	38.000,00	38.000,00	38.104,54 100,28
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	150.000,00	150.000,00	190.997,98 127,33
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	150.000,00	150.000,00	103.825,90 69,22
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	462.236,94 0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	3.200.000,00	3.200.000,00	2.416.936,94 75,53
1.2.1- ITBI	3.200.000,00	3.200.000,00	2.420.436,94 75,64
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00 0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00 0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00 0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	3.500,00 0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	13.345.000,00	13.345.000,00	11.453.761,61 85,83
1.3.1- ISS	13.000.000,00	13.000.000,00	11.309.136,18 86,99
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	150.000,00	150.000,00	121.738,00 81,16
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	85.000,00	85.000,00	24.161,54 28,43
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	110.000,00	110.000,00	23.521,09 21,38
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	24.795,20 0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.600.000,00	2.600.000,00	2.666.378,98 102,55
1.4.1- IRRF	2.600.000,00	2.600.000,00	2.666.378,98 102,55
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00 0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00 0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00 0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00 0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00 0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00 0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00 0,00

1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				
2.1- Cota-Parte FPM	88.025.000,00	88.025.000,00	70.997.993,82	80,66
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	29.600.000,00	29.600.000,00	21.958.883,15	74,19
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	29.000.000,00	29.000.000,00	21.097.072,34	72,75
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	600.000,00	600.000,00	861.810,81	143,64
2.2- Cota-Parte ICMS	47.000.000,00	47.000.000,00	38.301.375,65	81,49
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	200.000,00	200.000,00	154.959,30	77,48
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	720.000,00	720.000,00	540.971,39	75,13
2.5- Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	48.490,30	969,81
2.6- Cota-Parte IPVA	10.500.000,00	10.500.000,00	9.993.314,03	95,17
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	114.708.000,00	114.708.000,00	95.463.002,83	83,22
RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS				
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	4.950.300,00	4.950.300,00	3.898.411,17	78,75
5.2- Transferência Diretas do PDDE	3.500.000,00	3.500.000,00	2.836.927,44	81,06
5.3- Transferência Diretas do PNAE	10.000,00	10.000,00	2.590,00	25,90
5.4- Transferência Diretas do PNATE	962.800,00	962.800,00	741.856,00	77,05
5.5- Outras Transferências do FNDE	250.000,00	250.000,00	141.937,60	56,78
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	10.000,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	227.500,00	227.500,00	165.100,13	72,57
6.1- Transferências de Convênios	1.500.000,00	1.500.000,00	1.034.749,72	68,98
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.500.000,00	1.500.000,00	1.031.494,75	68,77
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	3.254,97	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.000.000,00	3.000.000,00	720.797,58	24,03
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB				
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	17.485.000,00	17.485.000,00	14.027.443,53	80,23
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	5.800.000,00	5.800.000,00	4.219.414,15	72,75
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	9.400.000,00	9.400.000,00	7.660.274,22	81,49

10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	40.000,00	40.000,00	30.991,80	77,48
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	144.000,00	144.000,00	108.194,27	75,13
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	1.000,00	1.000,00	969,79	96,97
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	2.100.000,00	2.100.000,00	1.998.871,15	95,18
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	33.000.000,00	33.000.000,00	26.167.166,93	79,29
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	32.670.000,00	32.670.000,00	25.959.769,62	79,46
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	330.000,00	330.000,00	207.397,31	62,85
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	15.185.000,00	15.185.000,00	11.932.326,09	78,58
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Outubro (e)	Até Outubro (g)
			(f) = (e/d)x100	(h) = (g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	31.896.440,00	31.163.440,00	23.778.524,16	23.776.883,52
13.1- Com Educação Infantil	7.900.940,00	6.672.940,00	4.856.002,06	4.856.002,06
13.2- Com Ensino Fundamental	23.985.500,00	24.490.500,00	18.922.522,10	18.920.881,46
14- OUTRAS DESPESAS	1.103.560,00	2.118.922,27	1.858.096,97	1.497.182,14
14.1- Com Educação Infantil	370.000,00	510.000,00	419.323,87	393.242,08
14.2- Com Ensino Fundamental	733.560,00	1.608.922,27	1.438.773,10	1.103.940,06
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	33.000.000,00	33.282.362,27	25.636.621,13	25.274.065,66
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB			77,03	75,94
16.1- FUNDEB 60%				0,00
16.2- FUNDEB 40%				0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB				282.362,27
17.1- FUNDEB 60%				282.362,27
17.2- FUNDEB 40%				0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)				282.362,27
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)				24.991.703,39
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100%)				89,79
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100%)				5,72
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %				4,49
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE			VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				282.362,27
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016				282.362,27
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB				
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE (25% de 3)	28.677.000,00	28.677.000,00	23.865.750,71	83,22

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até Outubro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Outubro (g)	% (h) = (g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	14.460.520,00	15.596.289,97	11.701.627,35	75,03	11.341.842,03	72,72
23.1- Creche	11.116.230,00	3.447.831,00	2.668.190,56	77,39	2.656.090,56	77,04
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.411.170,00	2.048.170,00	1.531.980,82	74,80	1.531.980,82	74,80
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.705.060,00	1.399.661,00	1.136.209,74	81,18	1.124.109,74	80,31
23.2- Pré-Escola	3.344.290,00	12.148.458,97	9.033.436,79	74,36	8.685.751,47	71,50
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.859.770,00	5.134.770,00	3.743.345,11	72,90	3.717.263,32	72,39
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.484.520,00	7.013.688,97	5.290.091,68	75,43	4.968.488,15	70,84
24- ENSINO FUNDAMENTAL	34.715.480,00	36.749.841,27	28.876.344,15	78,58	28.169.497,08	76,65
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	24.729.060,00	26.099.422,27	20.361.295,20	78,01	20.024.821,52	76,73
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	9.986.420,00	10.650.419,00	8.515.048,95	79,95	8.144.675,56	76,47
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	49.180.000,00	52.350.131,24	40.577.971,50	77,51	39.511.339,11	75,48
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						11.932.326,09
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)						207.397,31
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPO						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURS						10.378,26
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35)						12.150.101,66
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						27.361.237,45
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						28,66
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até Outubro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Outubro (g)	% (h) = (g/d)x100
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.640.000,00	3.980.016,17	3.902.367,52	98,05	2.827.308,93	71,04
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	6.651.300,00	7.808.186,57	6.081.203,71	77,88	3.806.050,79	48,74
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	10.291.300,00	11.788.202,74	9.983.571,23	84,69	6.633.359,72	56,27

45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	59.471.300,00	64.138.333,98	50.561.542,73	78,83	46.144.698,83	71,95
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE						
46.1- Executada com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			351.101,04			10.686,31
46.2- Executadas com Recursos do FUNDEF			328.545,22			10.378,26
			22.555,82			308,05
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS						
			FUNDEF(h)	VALOR		
				FUNDEF		
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015			348.008,25			0,00
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			25.959.769,62			0,00
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE			25.314.862,82			0,00
49.1 - Orçamento do Exercício			25.272.080,71			0,00
49.2 - Restos a Pagar			42.782,11			0,00
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			207.397,31			0,00
50.1 - (+) OUTRAS MOVIMENTAÇÕES			0,00			0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL			1.200.312,36			0,00

FONTE: Sistema

Atende: Net - IPM,

Unidade Responsável

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 24/nov/2016

Hora de emissão: 16h e 31m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARLON DE LAI DENEGA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAPERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II,alínea "c")

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas	
			Setembro a Outubro	Até Outubro (b)		Setembro a Outubro	Até Outubro (d)
							% (d) / tot. (d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	213.666.550,00	229.138.165,53	24.926.726,89	183.058.656,50	46.079.809,03	33.224.861,70	152.866.208,50
Legislativa	3.587.000,00	3.587.000,00	452.194,58	2.641.616,38	945.383,62	474.804,37	2.351.743,88
Ação Legislativa	3.587.000,00	3.587.000,00	452.194,58	2.641.616,38	945.383,62	474.804,37	2.351.743,88
Administração	20.228.780,00	21.059.795,15	2.624.149,33	16.974.045,20	4.085.749,95	3.034.965,59	14.049.933,88
Ação Judiciária	80.000,00	80.000,00	560,00	23.452,75	56.547,25	1.599,42	19.533,85
Planejamento e Orçamento	140.000,00	140.000,00	12.182,96	64.238,49	75.761,51	9.835,25	51.227,59
Administração Geral	12.941.110,00	13.517.145,15	1.687.494,19	9.788.409,55	3.728.735,60	1.849.279,88	9.205.650,88
Formação de Recursos Humanos	80.000,00	80.000,00	45.642,57	62.974,40	17.025,60	12.057,20	29.389,03
Comunicação Social	1.393.860,00	1.348.860,00	0,00	1.311.483,28	37.376,72	2.902,50	527.027,39
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	5.593.790,00	5.893.790,00	878.289,61	5.723.486,73	170.303,27	1.159.291,34	4.217.105,12
Assistência Social	7.492.820,00	8.314.987,64	861.744,96	6.288.572,63	2.026.415,01	1.095.197,41	5.090.948,88
Administração Geral	4.358.660,00	4.305.139,50	548.780,91	3.450.975,40	854.164,10	633.020,95	3.274.898,74
Assistência ao Idoso	350.000,00	575.000,00	63.831,02	542.146,65	32.853,35	66.995,67	357.356,71
Assistência à Criança e ao Adolescente	283.750,00	455.345,12	45.270,00	118.358,50	336.986,62	25.504,40	48.436,42
Assistência Comunitária	2.500.410,00	2.979.503,02	203.863,03	2.177.092,08	802.410,94	369.676,39	1.410.257,01
Previdência Social	14.935.000,00	14.935.000,00	1.556.635,39	8.352.005,24	6.582.994,76	1.616.947,93	7.856.905,17
Administração Geral	1.205.000,00	1.205.000,00	94.721,89	738.836,20	466.163,80	123.844,75	603.382,57
Previdência do Regime Estatutário	13.730.000,00	13.730.000,00	1.461.913,50	7.613.169,04	6.116.830,96	1.493.103,18	7.253.522,60
Saúde	58.131.100,00	66.175.467,04	5.881.089,61	58.815.112,52	7.360.354,52	11.113.674,75	49.098.673,35
Administração Geral	2.582.080,00	4.045.480,14	586.325,60	3.012.213,93	1.033.276,21	652.954,88	2.874.346,65
Atenção Básica	20.131.558,00	22.237.778,00	3.003.436,70	17.188.704,29	5.049.073,71	3.281.293,80	16.225.689,76
Suporte Profilático e Terapêutico	34.612.465,00	38.508.342,80	2.111.075,07	37.401.931,17	1.106.411,63	6.916.568,73	28.999.511,13
Vigilância Sanitária	804.997,00	1.383.856,10	180.252,24	1.212.263,13	171.592,97	262.857,34	999.125,81
Educação	52.422.060,00	57.174.093,98	7.179.596,56	45.549.949,16	11.624.144,82	8.869.720,09	41.134.745,90
Administração Geral	2.610.490,00	3.423.490,00	510.655,76	2.664.904,81	758.585,19	544.360,61	2.578.156,00
Alimentação e Nutrição	660.700,00	920.700,00	3.639,89	841.738,05	78.961,95	157.637,71	758.334,61
Ensino Fundamental	32.089.900,00	33.667.990,25	4.324.191,39	27.715.766,40	5.952.203,85	5.225.618,89	25.441.875,26
Ensino Médio	1.130.000,00	1.130.000,00	(2,00)	1.129.866,75	133,25	175.925,59	789.733,47
Ensino Superior	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
Educação Infantil	15.916.970,00	18.027.913,73	2.341.111,52	13.197.653,15	4.830.260,58	2.766.177,29	11.566.646,56
Educação de Jovens e Adultos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00

Educação Especial	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	1.807.110,00	1.708.170,23	199.018,04	1.333.711,09	374.459,14	240.775,25	1.200.688,36	0,73	0,73	0,73
Administracao Geral	1.303.680,00	1.374.484,50	151.852,84	1.075.516,99	298.967,51	192.810,05	942.708,39	0,58	0,58	0,58
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	11.000,00	11.000,00	0,00	8.151,24	2.848,76	0,00	7.953,03	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	292.450,00	322.885,73	47.165,20	250.042,86	72.642,87	47.965,20	250.006,94	0,15	0,15	0,15
Urbanismo	26.579.570,00	29.494.487,73	4.110.305,28	22.248.045,17	7.246.442,56	3.292.069,48	13.865.030,34	8,47	8,47	8,47
Administracao Geral	5.722.100,00	5.653.100,00	769.927,90	4.247.646,19	1.405.453,81	778.721,47	4.236.206,75	2,59	2,59	2,59
Infra-Estrutura Urbana	12.807.470,00	14.336.022,70	2.207.770,15	8.713.177,64	5.622.844,86	941.545,19	2.360.762,66	1,44	1,44	1,44
Servicos Urbanos	4.550.000,00	5.330.385,03	638.667,32	5.115.471,15	214.893,88	826.081,37	4.169.357,20	2,55	2,55	2,55
Saneamento Básico Urbano	3.500.000,00	4.175.000,00	493.939,91	4.171.749,99	3.250,01	745.721,45	3.098.703,73	1,89	1,89	1,89
Habitação	389.500,00	212.007,40	1.597,50	97.270,07	114.737,33	3.283,24	93.428,46	0,06	0,06	0,06
Administracao Geral	164.500,00	59.500,00	1.323,00	53.322,92	6.177,08	2.208,74	50.281,31	0,03	0,03	0,03
Habitação Rural	50.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	175.000,00	142.507,40	274,50	43.947,15	98.560,25	1.074,50	43.147,15	0,03	0,03	0,03
Gestão Ambiental	1.002.050,00	1.244.759,13	77.845,14	1.062.400,86	182.358,27	142.745,99	855.684,49	0,52	0,52	0,52
Administracao Geral	591.050,00	611.050,00	54.238,27	446.783,85	164.266,15	71.189,18	414.691,17	0,25	0,25	0,25
Preservação e Conservação Ambiental	411.000,00	633.709,13	23.606,87	615.617,01	18.092,12	71.556,81	440.973,32	0,27	0,27	0,27
Agricultura	4.832.400,00	4.207.985,67	296.054,15	3.054.307,41	1.153.676,26	415.123,77	2.562.780,05	1,56	1,56	1,56
Administracao Geral	13.000,00	13.000,00	1.598,40	6.488,20	6.531,80	580,68	4.720,98	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	33.500,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	140.000,00	140.000,00	(10.402,50)	107.035,50	32.964,50	2.904,00	103.675,50	0,06	0,06	0,06
Extensão Rural	4.179.400,00	3.678.485,67	249.733,25	2.704.425,61	974.060,06	308.206,60	2.285.948,80	1,40	1,40	1,40
Promoção da Produção Agropecuária	466.500,00	366.500,00	55.125,00	236.378,10	130.121,90	103.432,49	168.414,77	0,10	0,10	0,10
Indústria	914.000,00	876.444,07	14.800,00	850.138,64	26.305,43	148.362,89	657.693,06	0,40	0,40	0,40
Promoção Industrial	914.000,00	876.444,07	14.800,00	850.138,64	26.305,43	148.362,89	657.693,06	0,40	0,40	0,40
Comércio e Serviços	1.736.710,00	1.023.895,56	104.528,00	468.792,49	555.103,07	8.281,00	349.137,24	0,21	0,21	0,21
Promoção Comercial	525.000,00	101.950,00	51.828,00	97.028,00	4.922,00	8.281,00	30.072,75	0,02	0,02	0,02
Turismo	1.211.710,00	921.945,56	52.700,00	371.764,49	550.181,07	0,00	319.084,49	0,19	0,19	0,19
Transporte	6.220.170,00	5.821.170,00	623.170,24	4.878.279,53	942.890,47	802.454,20	4.629.801,02	2,83	2,83	2,83
Administracao Geral	2.734.250,00	2.764.250,00	398.599,07	2.102.830,61	661.419,39	409.120,25	2.045.561,79	1,25	1,25	1,25
Transporte Rodoviário	3.485.920,00	3.056.920,00	224.571,17	2.775.448,92	281.471,08	393.333,95	2.584.239,23	1,58	1,58	1,58
Desporto e Lazer	3.977.200,00	4.061.001,34	498.469,13	3.527.401,22	533.600,12	739.895,16	3.149.358,06	1,92	1,92	1,92
Administracao Geral	2.158.991,00	2.152.792,34	231.965,21	1.679.854,01	472.936,33	327.226,73	1.606.102,64	0,98	0,98	0,98
Desporto de Rendimento	1.544.209,00	1.662.209,00	277.112,48	1.629.202,08	33.006,92	378.441,13	1.350.895,70	0,82	0,82	0,82
Desporto Comunitário	274.000,00	246.000,00	(10.578,56)	218.345,13	27.854,87	34.227,30	192.359,72	0,12	0,12	0,12
Encargos Especiais	9.393.100,00	9.031.900,59	445.498,98	6.917.008,89	2.114.891,70	1.226.560,58	5.939.716,40	3,63	3,63	3,63
Defesa Civil	900.000,00	900.000,00	0,00	900.000,00	0,00	245.000,00	700.000,00	0,43	0,43	0,43
Serviço da Dívida Interna	2.900.000,00	2.722.038,59	357.540,64	1.474.334,59	1.247.704,00	357.540,64	1.474.334,59	0,90	0,90	0,90

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)			Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			Setembro a Outubro	Até Outubro (b)	%(b) / tot. (b)	Setembro a Outubro	Até Outubro (d)	%(d) tot. (d)	Setembro a Outubro	Até Outubro (d)	%(d) tot. (d)	
Outros encargos Especiais	15.491.450,00	14.774.192,00	1.976.269,40	11.056.272,93	5,70	3.717.919,07	10.873.888,15	6,64	2.242.039,07	10.873.888,15	6,64	3.900.303,85
Reserva de Contingência	150.000,00	150.000,00	15.205,72	102.731,84	0,05	47.288,16	88.004,08	0,05	17.001,52	88.004,08	0,05	61.985,92
Reserva de contingência	150.000,00	150.000,00	15.205,72	102.731,84	0,05	47.288,16	88.004,08	0,05	17.001,52	88.004,08	0,05	61.985,92
	1.258.580,00	1.258.580,00	191.925,72	926.655,41	0,48	331.924,59	926.655,41	0,57	191.925,72	926.655,41	0,57	331.924,59
Administração Geral	1.258.580,00	1.258.580,00	191.925,72	926.655,41	0,48	331.924,59	926.655,41	0,57	191.925,72	926.655,41	0,57	331.924,59
Assistência Social	584.570,00	595.090,00	78.460,25	390.281,54	0,20	204.808,46	390.281,54	0,24	78.460,25	390.281,54	0,24	204.808,46
Administracao Geral	544.570,00	544.570,00	74.689,22	374.696,68	0,19	169.873,32	374.696,68	0,23	74.689,22	374.696,68	0,23	169.873,32
Assistencia Comunitária	40.000,00	50.520,00	3.771,03	15.584,86	0,01	34.935,14	15.584,86	0,01	3.771,03	15.584,86	0,01	34.935,14
Previdencia Social	65.000,00	65.000,00	0,00	58.000,00	0,03	7.000,00	45.559,47	0,03	9.137,22	45.559,47	0,03	19.440,53
Administracao Geral	65.000,00	65.000,00	0,00	58.000,00	0,03	7.000,00	45.559,47	0,03	9.137,22	45.559,47	0,03	19.440,53
Saude	3.166.870,00	2.394.082,00	366.349,54	1.776.029,74	0,92	616.082,26	1.776.029,74	1,09	366.349,54	1.776.029,74	1,09	616.082,26
Administracao Geral	385.470,00	385.470,00	55.675,65	350.979,91	0,18	34.490,09	350.979,91	0,21	55.675,65	350.979,91	0,21	34.490,09
Atenção Básica	1.937.622,00	1.995.622,00	310.052,99	1.423.447,49	0,73	572.174,51	1.423.447,49	0,87	310.052,99	1.423.447,49	0,87	572.174,51
Suporte Profilático e Terapêutico	843.778,00	13.000,00	620,90	3.602,34	0,00	9.397,66	3.602,34	0,00	620,90	3.602,34	0,00	9.397,66
Educação	7.049.240,00	6.984.240,00	1.037.704,58	5.011.593,57	2,58	1.952.646,43	5.009.952,93	3,06	1.037.704,58	5.009.952,93	3,06	1.954.287,07
Administracao Geral	354.430,00	544.430,00	88.482,37	380.885,15	0,20	163.544,85	380.885,15	0,23	88.482,37	380.885,15	0,23	163.544,85
Ensino Fundamental	4.371.660,00	4.416.660,00	597.963,16	3.287.314,77	1,68	1.149.345,23	3.265.674,13	1,99	597.963,16	3.265.674,13	1,99	1.150.985,87
Educação Infantil	2.323.150,00	2.003.150,00	351.259,05	1.363.393,65	0,70	639.756,35	1.363.393,65	0,83	351.259,05	1.363.393,65	0,83	639.756,35
Cultura	94.180,00	94.180,00	16.260,12	75.298,30	0,04	18.881,70	75.298,30	0,05	16.260,12	75.298,30	0,05	18.881,70
Administracao Geral	94.180,00	94.180,00	16.260,12	75.298,30	0,04	18.881,70	75.298,30	0,05	16.260,12	75.298,30	0,05	18.881,70
Urbanismo	843.530,00	843.530,00	125.683,46	612.674,41	0,32	230.855,59	612.674,41	0,37	125.683,46	612.674,41	0,37	230.855,59
Administracao Geral	843.530,00	843.530,00	125.683,46	612.674,41	0,32	230.855,59	612.674,41	0,37	125.683,46	612.674,41	0,37	230.855,59
Gestão Ambiental	35.000,00	35.000,00	4.069,96	19.885,03	0,01	15.114,97	19.885,03	0,01	4.069,96	19.885,03	0,01	15.114,97
Administracao Geral	35.000,00	35.000,00	4.069,96	19.885,03	0,01	15.114,97	19.885,03	0,01	4.069,96	19.885,03	0,01	15.114,97
Transporte	412.580,00	432.580,00	65.130,85	319.339,72	0,16	113.240,28	319.339,72	0,20	65.130,85	319.339,72	0,20	113.240,28
Administracao Geral	412.580,00	432.580,00	65.130,85	319.339,72	0,16	113.240,28	319.339,72	0,20	65.130,85	319.339,72	0,20	113.240,28
Desporto e Lazer	157.600,00	157.600,00	25.498,11	124.056,79	0,06	33.543,21	124.056,79	0,08	25.498,11	124.056,79	0,08	33.543,21
Administracao Geral	157.600,00	157.600,00	25.498,11	124.056,79	0,06	33.543,21	124.056,79	0,08	25.498,11	124.056,79	0,08	33.543,21
Encargos Especiais	1.674.300,00	1.784.300,00	49.981,09	1.637.726,68	0,84	146.573,42	1.484.150,73	0,91	304.817,74	1.484.150,73	0,91	300.149,27
Outros encargos Especiais	1.674.300,00	1.784.300,00	49.981,09	1.637.726,68	0,84	146.573,42	1.484.150,73	0,91	304.817,74	1.484.150,73	0,91	300.149,27
TOTAL (III) = (I + II)	229.150.000,00	243.912.357,53	26.902.996,29	194.114.929,43	100,00	49.797.428,10	183.760.096,65	100,00	35.486.900,77	183.760.096,65	100,00	80.152.260,88

FONTE: Sistema

Atende: Net - IPM,

Unidade Responsável

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 24/nov/2016**Hora de emissão:** 16h e 10m**Notas:**JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de FinançasMARLON DE LAI DENECA
Contador
CRC/SC 037063/O-0JOAO GIRARDI
Prefeito MunicipalALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAPERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Dem. das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos
Servidores - Plano Previdenciário
Orçamento da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 4 (LRF - Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro 2016	Até Outubro 2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS(Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	7.935.200,00	7.935.200,00	21.128.452,78	14.905.224,83
RECEITAS CORRENTES	7.935.200,00	7.935.200,00	21.128.452,78	14.905.224,83
Receita de Contribuições dos Segurados	2.832.400,00	2.832.400,00	3.937.274,94	3.456.756,46
Pessoal Civil	2.832.400,00	2.832.400,00	3.937.274,94	3.456.756,46
Ativo	2.828.100,00	2.828.100,00	3.922.103,06	3.451.216,80
Inativo	3.300,00	3.300,00	15.013,68	5.069,82
Pensionista	1.000,00	1.000,00	158,20	489,84
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	4.672.800,00	4.672.800,00	16.557.424,92	10.419.530,70
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	4.672.800,00	4.672.800,00	16.557.424,92	10.419.530,70
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	430.000,00	430.000,00	633.752,92	1.028.937,67
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	420.000,00	420.000,00	633.752,92	1.028.937,67
Demais Receitas Correntes	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PREVIDENCIÁRIA - RPPS(Intra-Orçamentárias)(II)	7.064.800,00	7.064.800,00	9.030.736,67	8.057.079,97
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III)=(I+II)	15.000.000,00	15.000.000,00	30.159.189,45	22.962.304,80
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até Outubro 2016	Até Outubro 2015
DESP. PREVID. - RPPS (Exceto Intra-Orçamentária) (IV)	14.935.000,00	14.935.000,00	8.352.005,24	7.856.905,17
			7.795.448,71	7.135.701,59

ADMINISTRAÇÃO	14.935.000,00	738.836,20	724.256,07	603.382,57	567.719,20
Despesas Correntes	14.885.000,00	737.886,40	714.700,07	602.432,77	566.683,20
Despesas de Capital	50.000,00	949,80	9.556,00	949,80	1.036,00
PREVIDÊNCIA	0,00	7.613.169,04	7.071.192,64	7.253.522,60	6.567.982,39
Pessoal Civil	0,00	7.613.169,04	7.071.192,64	7.253.522,60	6.567.982,39
Aposentadorias	0,00	5.694.909,52	5.400.753,24	5.335.263,08	4.897.542,99
Pensões	0,00	1.108.506,42	948.074,40	1.108.506,42	948.074,40
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	809.753,10	722.365,00	809.753,10	722.365,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVID. - RPPS (Intra-Orçamentárias)(V)	65.000,00	58.000,00	56.000,00	45.559,47	41.134,74
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(V+V)	15.000.000,00	8.410.005,24	7.851.448,71	7.902.464,64	7.176.836,33
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	21.749.184,21	15.110.856,09	22.256.724,81	15.785.468,47
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS					1.246.424,15
Plano Financeiro					0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras					0,00
Recursos para Formação de Reserva					0,00
Outros Aportes para o RPPS					0,00
Plano Previdenciário					1.246.424,15
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro					0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial					1.246.424,15
Outros Aportes para o RPPS					0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
VALOR					0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS					
		PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2016	2015		
CAIXA		0,00			
BANCOS CONTA MOVIMENTO		24.540,66			
INVESTIMENTOS		123.064.348,27			
OUTROS BENS E DIREITOS		473.903,61			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		RECEITAS REALIZADAS			
		Até Outubro 2016	Até Outubro 2015		

RECEITAS CORRENTES (VIII)	7.064.800,00	9.030.736,67	8.057.079,97
Receita de Contribuições	5.664.800,00	7.784.312,52	6.923.512,63
Patronal	5.664.800,00	7.784.312,52	5.173.752,09
Pessoal Civil	5.664.800,00	7.784.312,52	5.173.752,09
Ativo	5.656.200,00	7.746.713,90	5.158.008,03
Inativo	6.600,00	29.868,52	10.042,66
Pensionista	2.000,00	7.730,10	5.701,40
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	1.749.760,54
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.400.000,00	1.246.424,15	1.133.567,34
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	7.064.800,00	9.030.736,67	8.057.079,97
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS
		Até Outubro 2016	Até Outubro 2015
ADMINISTRAÇÃO (XII)	65.000,00	65.000,00	Até Outubro 2016
Despesas Correntes	65.000,00	65.000,00	Até Outubro 2015
Despesas de Capital	0,00	0,00	Até Outubro 2016
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII)=(XII)	65.000,00	65.000,00	Até Outubro 2015
		45.559,47	41.134,74
		45.559,47	41.134,74
		0,00	0,00
		45.559,47	41.134,74

FONTE: Sistema

Atende.Net - IPM,

Unidade Responsável

IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 24/nov/2016

Hora de emissão: 16h e 24m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARLON DE LAI DENEGA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

LRF, Art. 48 - Anexo 14

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS		Até Outubro
Previsão Inicial da Receita		229.150.000,00
Previsão Atualizada da Receita		229.150.000,00
Receitas Realizadas		203.724.435,69
Déficit Orçamentário		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores		6.909.651,50
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS		Até Outubro
Dotação Inicial		229.150.000,00
Créditos Adicionais		14.762.357,53
Dotação Atualizada		243.912.357,53
Despesas Empenhadas		194.114.929,43
Despesas Liquidadas		163.760.096,65
Despesas Pagas Até Período		163.098.166,13
Superávit Orçamentário		39.964.339,04
DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até Outubro
Despesas Empenhadas		194.114.929,43
Despesas Liquidadas		163.760.096,65
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até Outubro
Receita Corrente Líquida		217.801.147,83
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até Outubro
Regime Geral de Previdência Social		0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		30.159.189,45
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		7.902.464,64
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		22.256.724,81
RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO		
Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Outubro(b)	% em Relação à Meta (b/a)
(18.951.509,16)	(10.348.297,58)	54,60
11.420.540,00	18.765.564,81	1,64
Resultado Nominal		
Resultado Primário		

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até Outubro	Pag. Até Outubro	Saldo a pagar
Por Poder e Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	690.440,25	12.252,00	579.647,12	98.541,13
Poder Executivo	690.440,25	12.252,00	579.647,12	98.541,13
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	17.166.145,56	1.353.821,92	7.469.373,65	8.342.949,99
Poder Executivo	17.159.269,14	1.353.821,92	7.462.497,23	8.342.949,99
Poder Legislativo	6.876,42	0,00	6.876,42	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	17.856.585,81	1.366.073,92	8.049.020,77	8.441.491,12
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado Até Outubro	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Outubro	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	27.361.237,45		25,00	28,66
Mín. Anual de 60% do FUNDEB na Rem. do Magis. com Educ. Infan. e Ens.	23.494.521,25		60,00	89,79
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	Valor Apurado Até Outubro	Saldo Não Realizado		
Receita de Operação de Crédito	1.525.686,87			2.473.813,13
Despesa de Capital Líquida	16.779.908,91			10.804.958,40
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	2.845.808,88	5.291.708,98	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	5.459.121,27	5.754.849,03	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV - V)	(2.613.312,39)	(463.140,05)	0,00	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DO RECURSOS	Valor Apurado Até Outubro	Saldo a Realizar		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	517.799,61			(150.799,61)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	868.914,78			682.848,72
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIDORES PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Outubro	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar Exer.	% Aplicado Até Outubro	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	19.578.445,88	15,00		20,70

Fonte: Sistema

Atende.Net - IPM,

Unidade Responsável

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 24/nov/2016**Hora de emissão:** 16h e 40m**Notas:**JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de FinançasMARLON DE LAI DENECA
Contador
CRC/SC 037063/O-0JOAO GIRARDI
Prefeito MunicipalALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 2678/2016**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.678, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

Exonera, a pedido, a servidora GRAZIELA MÜLLER.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora GRAZIELA MÜLLER do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, a partir de 1º de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 23 de novembro de 2016.

Mauro Mendes

Presidente

Vilmar Comassetto

1º Secretário

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 660/2016

DECRETO Nº 660/2016, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016
"REVOGA DECRETO Nº 603/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto Municipal nº 603/2016, que Concede a Servidora Municipal Sr. ZENILDA MALACARNE STAKONSKI, ocupante do cargo de Enfermeira, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 08/08/2015 a 07/08/2016, que seriam gozadas a partir de 01/12/2016.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 603/2016.

Cordilheira Alta, SC, 25 de novembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO DE RESULTADO - PROCESSO 80/2016 - PPRP N. 35/2016 - SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM E CONSERTOS DE PNEUS

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 35/2016

JULGAMENTO: Menor preço por item

PROCESSO: 80/2016

SOLICITANTE: Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Agricultura.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS RAC EM PNEUS DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

VALOR TOTAL DO PROCESSO R\$321.039,00(trezentos e vinte e um mil e trinta e nove reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedoras as empresas: FM PNEUS LTDA vencedora dos itens 2,5,6,12,13,15,19,22,23,25,27,28,29,30,32,33,35,36 e 37 no valor total

de R\$110.714,00, empresa GIARETTA PNEUS LTDA EPP vencedora dos itens 1,8,16,24 e 34 no valor total de R\$ 90.865,00, empresa F. VACHILESKI E CIA LTDA vencedora dos itens 3,4,7,9,10,11,14,17,18,20,21,26,31 e 38 no valor total de R\$119.460,00, adjudicado em favor das empresas o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão caminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 24 de Novembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito

EXTRATO PROCESSO 87/2016 - TP 13/2016 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA CONTÁBIL, FINANCEIRA E CONTROLE INTERNO

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO, de acordo com a Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis. Processo Administrativo n. 87/2016.

Tomada de Preço n. 13/2016.

Tipo: Menor Preço

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA CONTÁBIL, FINANCEIRA E CONTROLE INTERNO NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 13/12/2016.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 13/12/2016.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 24 de Novembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO 88/2016 - TP 14/2016 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA NA ÁREA DE SANEAMENTO, COM ÊNFASE NO TRATAMENTO DE ÁGUA, EFLUENTES, BEM COMO PROJETOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS QUE VENHAM A SER IMPLANTADOS NO MUNICÍPIO

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo MENOR

PREÇO, de acordo com a Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis. Processo Administrativo n. 88/2016.

Tomada de Preço n. 14/2016.

Tipo: Menor Preço

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ÁREA DE SANEAMENTO, COM ENFÂSE NO TRATAMENTO DE ÁGUA, EFLUENTES, BEM COMO EM PROJETOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS QUE VENHAM A SER IMPLANTADOS NO MUNICÍPIO.

Entrega dos Envelopes: até às 10:00 horas do dia 13/12/2016.

Abertura dos Envelopes: 10:15 horas do dia 13/12/2016.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 24 de Novembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO 89/2016 - TP 15/2016 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA ADMINISTRATIVA, ELABORAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO E PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO, de acordo com a Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 89/2016.

Tomada de Preço n. 15/2016.

Tipo: Menor Preço

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA ADMINISTRATIVA, PROSPECÇÃO DE FONTES DE RECURSOS, ELABORAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO E PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA ESFERA ESTADUAL E FEDERAL.

Entrega dos Envelopes: até às 11:30 horas do dia 13/12/2016.

Abertura dos Envelopes: 12:00 horas do dia 13/12/2016.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 24 de Novembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO SELETIVO 005/2016

EXTRATO EDITAL Nº 005/2016 DE PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Processo Seletivo para provimento de vagas temporárias e cadastro de reserva do quadro de pessoal do município de Cordilheira Alta, de acordo Lei Complementar Municipal nº 18/2001, 468/2001, 92 e 93/2013 e suas alterações, para cargos de nível Alfabetizado, Fundamental, Médio e Superior. As inscrições "on line" estão abertas no site www.iobv.org.br, no período de 28/11/16 a 19/12/16, as provas estão previstas para o dia 15/01/2017. As informações completas sobre os cargos e cronogramas, constam do inteiro teor deste edital que encontra-se publicado no site www.iobv.org.br e no site www.pmcordi.sc.gov.br e mural oficial do Paço Municipal.

Cordilheira Alta, 25 de novembro de 2016

ALCEU MAZZIONI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1210/2016

LEI Nº 1.210/2016

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), o qual será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 12.361.2506.1.001 – Aquisição de Equipamento e Material Permanente.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 23

Fonte de Recursos: 10.01 – Ordinários – R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 12.361.2506.1.013 – Manutenção da Educação Básica.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 28

Fonte de Recursos: 10.01 – Ordinários – R\$ 11.000,00

Projeto/Atividade: 27.812.2508.2.064 – Viagem e Participação de Eventos.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 28

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 104

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 93.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.006 – Manutenção do Fundo de Assistência Social.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 115

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.006 – Manutenção do Fundo de Assistência Social.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 116

Fonte de Recursos: 10.00– Ordinários - R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.007 – Desenvolvimento das Ações da proteção Social.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 118

Fonte de Recursos: 10.00– Ordinários - R\$ 3.500,00

Projeto/Atividade: 16.481.2514.1.004 – Reforma e Melhoria de Unidades Habitacionais Rurais.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 132

Fonte de Recursos: 10.00– Ordinários - R\$ 3.500,00

Projeto/Atividade: 16.481.2514.1.004 – Reforma e Melhoria de Unidades Habitacionais Rurais.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 133

Fonte de Recursos: 10.00– Ordinários - R\$ 3.500,00

Projeto/Atividade: 16.481.2514.1.005 – Apoio e Execução de projetos Habitacionais Urbanos.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 135

Fonte de Recursos: 10.00– Ordinários - R\$ 2.000,00

Projeto/Atividade: 16.481.2514.1.005 – Apoio e Execução de projetos Habitacionais Urbanos.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 136

Fonte de Recursos: 10.00– Ordinários - R\$ 2.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 25 de novembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em Data Supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

LEI N. 1209/2016

LEI Nº 1.209/2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 306.802,00 (trezentos e seis mil, oitocentos e dois reais), o qual será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 04.122.2502.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 01

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 38.000,00

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 13

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 110.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.040 – Manutenção do Conselho Tutelar.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 127

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 8.000,00

Projeto/Atividade: 28.122.0000.0.003 – Pagamento de Inativos e Pensionistas.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 138

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 802,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 103

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.023 – Manutenção do Transporte Escolar.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 41

Fonte de Recursos: 10.01– Ordinários - R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade: 12.366.2506.2.072 – Apoio Jovens e Adultos.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 58

Fonte de Recursos: 10.00– Ordinários - R\$ 3.600,00

Projeto/Atividade: 27.812.2508.2.005 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Cultura e Esportes.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 68

Fonte de Recursos: 10.00– Ordinários - R\$ 46.000,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.065 – Feira, Eventos e Atrações Culturais, Recreativos, Calendário Anual.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 68

Fonte de Recursos: 10.00– Ordinários - R\$ 37.702,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 76

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 80.000,00

Projeto/Atividade: 28.841.0000.0.001 – Pagamento dos Encargos Gerais do Município.

Modalidade de Aplicação: 329000 – 139

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 19.900,00

Projeto/Atividade: 28.841.0000.0.001 – Pagamento dos Encargos Gerais do Município.

Modalidade de Aplicação: 469000 – 140

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 19.600,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0004 – Precatórios e Ações de Pequeno Valor.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 142

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 80.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 25 de novembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em Data Supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

EDITAL PROCESSO SELETIVO 005/2016**EDITAL Nº 005/2016 DE PROCESSO SELETIVO**

Abre inscrições e define normas para o Processo Seletivo, destinado a provimento de vagas temporárias e cadastro de reserva do quadro de servidores do Município de Cordilheira Alta, Santa Catarina e dá outras providências.

O Senhor **ALCEU MAZZIONI**, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO a realização, de Processo Seletivo sob regime estatutário – Lei Complementar Municipal nº 18/2001, 468/2001,92 e 93/2013 e suas alterações, para provimento de vagas temporárias e cadastro de reserva do quadro geral dos servidores do Município, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

1. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Processo Seletivo será executado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió – CEP 89.190-000, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico: <http://iobv.org.br/>; e-mail: concursos@iobv.org.br.
- 1.2. A fiscalização e supervisão do Processo Seletivo está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada pelo Decreto 630/2016.
- 1.3. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	DATA PREVISTA
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	0h00 do dia 28/11 até 19/12/16
Período para solicitar e enviar documentos para isenção da taxa de inscrição	28/11 a 05/12/16
Divulga decisão dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	15/12/16
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	20/12/16
Requerimento de Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	19/12/16
Homologação das Inscrições, divulgação das inintencoscricções indeferidas de todos os candidatos	06/01/17
Recursos contra indeferimento das inscrições	09 e 10/01/17
Divulgação definitiva dos inscritos (caso haja alteração após recursos)	11/11/17
Divulga local e horários de Prova	11/11/17
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS E PROVAS PRÁTICAS	15/01/17
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	16/01/17
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar	17 e 18/01/17
Gabarito Definitivo e julgamento dos recursos da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	24/01/17
Divulga Classificação Preliminar	25/01/17
Recursos contra a classificação preliminar	26 e 27/01/17
Classificação Final	30/01/17
Homologação do resultado final	Após 30/01/17

- 1.4. As publicações serão realizadas após às 17 horas da data prevista, cabendo ao candidato a responsabilidade de acompanhar as publicações.
- 1.5. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, inclusive na data de realização das provas, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, **sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.**



- 1.6. O Edital do Processo Seletivo, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações para provas e todos os demais atos do Processo Seletivo, serão publicados no site oficial do Processo Seletivo na Internet: **www.iobv.org.br**.
- 1.7. O Edital do Processo Seletivo também será publicado no site da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta na Internet: **<http://www.pmcordi.sc.gov.br/>** e no Diário Oficial dos Municípios - DOM, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores; e ainda, publicado na forma de extrato, em jornal de circulação regional.
- 1.8. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações, comunicados, mensagens eletrônicas (e-mails) e demais documentos divulgados e/ou enviados referentes ao presente Processo Seletivo.
- 1.9. O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo.
- 1.10. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo, o aprovado excedente tem prioridade sobre os novos concursados, no preenchimento dos cargos na mesma carreira.
- 1.11. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.
- 1.12. Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, na Sede do IOBV no endereço constante do item 1.13.
- 1.13. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), salvo expressa vedação do Edital, através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para serem entregues ao IOBV, no endereço abaixo, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de entrega da correspondência.

Endereço para remessa via postal de documentos:

IOBV – PROCESSO SELETIVO DE CORDILHEIRA ALTA
Avenida Luiz Bertoli, número 233 – Centro
89.190-000 – Taió - SC

- 1.14. Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente Processo Seletivo:

- a) Estar devidamente aprovado no Processo Seletivo e classificado dentro das vagas estabelecidas neste Edital;
- b) A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- c) O gozo dos direitos políticos;
- d) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- e) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- f) A idade mínima de dezoito anos;
- g) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial;
- h) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- i) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- j) Os candidatos com deficiência devem verificar as disposições do Capítulo próprio neste Edital;
- k) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.



- 2.2. A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à nomeação no cargo público será exigida unicamente quando da posse no cargo público. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo Seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.
- 2.3. A aprovação e classificação no presente Processo Seletivo não criam direito à admissão que será realizada na medida das necessidades de Prefeitura do Município de Cordilheira Alta e disponibilidades orçamentárias.

3. DOS CARGOS, VAGAS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

- 3.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas legais existentes, conforme cargos/especialidade, carga horária semanal, número de vagas, remuneração mensal, e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Processo Seletivo, que **encontram-se descritos no Anexo I e II deste edital.**
- 3.2. **A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e anexo II legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da posse após a convocação.**

4. DAS INSCRIÇÕES

- 4.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá optar pelo cargo a que deseja concorrer. **Uma vez efetuada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.**
- 4.2. A inscrição no Processo Seletivo implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.
- 4.3. A participação no Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.
- 4.4. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.
- 4.5. A inscrição poderá somente ser efetuada via Internet, no endereço eletrônico **www.iobv.org.br**, no período estabelecido no cronograma de atividades item 1.3 deste edital.

4.6. **Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), a Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta disponibilizará local para a realização da inscrição no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, Rua Celso Tozzo, 27 – Cordilheira Alta - SC, disponibilizará sala informatizada, com atendimento das 07h às 13h, nas datas conforme cronograma.**

- 4.7. O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, poderá haver filas.
- 4.8. **Os candidatos para os cargos de Professor (a) de Educação Infantil e Professor (a) de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano poderão efetivar duas inscrições entre elas. Os demais deverão inscrever-se somente em um cargo.**
- 4.9. Aos candidatos que efetivarem mais de uma inscrição, salvo exceção prevista no item 4.8, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, **sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou isenta. Caso haja mais de uma inscrição paga ou isentada em um mesmo dia, será considerada a última inscrição efetuada no sistema de inscrição do IOBV.**
- 4.10. Para efetivar a sua inscrição pela internet é imprescindível o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), sendo que o candidato deverá seguir os seguintes passos:
- Acessar o endereço eletrônico **www.iobv.org.br**, na página inicial clique em “Concursos e Seletivos”, em seguida em “inscrições abertas”, selecionar o município de Cordilheira Alta Edital 005/2016 e clicar em “realizar inscrições”, digite seu CPF e informe os dados solicitados.
 - Baixar e **Ler atentamente o edital completo**, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.
 - Cadastrar-se no portal **www.iobv.org.br**, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros)



- d) Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
 - e) Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, preferencialmente nas **agências do Banco do Brasil**, diretamente no caixa, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
 - f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.
- 4.11. O IOBV e a Prefeitura de Cordilheira Alta eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade, congestionamento de linhas ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.
- 4.12. É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverá ser atualizado no cadastro online do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado ao IOBV por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: concursos@iobv.org.br. Após a data de publicação do resultado do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Cordilheira Alta.
- 4.13. **O valor da taxa de inscrição é de:**
- a) Para cargos com exigência de curso superior: **R\$ 80,00** (oitenta reais);
 - b) Para cargos com exigência de curso de ensino médio: **R\$ 60,00** (sessenta reais);
 - c) Para cargos com exigência de ensino fundamental e alfabetizado: **R\$ 40,00** (quarenta reais);
- 4.14. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico **www.iobv.org.br**, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo. Não serão considerados pagamentos fora do prazo estabelecido no cronograma deste edital.
- 4.15. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, devido vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 001.
- 4.16. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.
- 4.17. Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio, ou ainda, boletos pagos com valores à menor ou à maior do real valor das taxas de inscrição constantes no item 4.13 conforme escolaridade.
- 4.18. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.
- 4.19. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.
- 4.20. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.
- 4.21. A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.
- 4.22. Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do Processo Seletivo, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.
- 4.23. É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.
- 4.24. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou impressão dos documentos solicitados.



- 4.25. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.
- 4.26. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.
- 4.27. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 4.28. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.
- 4.29. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e www.pmcordi.sc.gov.br.
- 4.30. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo no endereço www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. São isentos da taxa de inscrição no Processo Seletivo:

- a) Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual nº 10.567, de 07 de novembro de 1997);
- b) Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

5.2. Para usufruírem do benefício da isenção da taxa de inscrição os candidatos deverão, após realizar sua inscrição, obrigatoriamente, protocolar na sede do IOBV, ou enviar via postal (sedex/ar), os seguintes documentos:

- a) Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue:
 - Requerimento de isenção da taxa de inscrição (**Anexo VI**);
 - Documento **oficial** expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais, considerando-se os 12 (doze) meses que antecederam a abertura do presente edital.
 - Considera-se, para enquadramento no benefício previsto na referida Lei, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou à entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.
- b) Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico:
 - **Requerimento de isenção da taxa de inscrição** (Anexo VI do edital), com a devida declaração;

5.3. Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem entregues ao IOBV até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal. Para o seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE
ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO CORDILHEIRA ALTA – SC
Av. Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió - SC

- 5.4. No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, o IOBV consultará o MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.
- 5.5. O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo pagar o boleto da taxa de inscrição.
- 5.6. Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.
- 5.7. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.



- 5.8. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.
- 5.9. Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicados na data constante do cronograma deste edital.
- 5.10. Não será concedida isenção de pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:
- a) Omitir informações e (ou) torná-las inverídicas;
 - b) Fraudar e (ou) falsificar documentação;
 - c) Pleitear a isenção, sem apresentar cópia dos documentos previstos neste edital;
 - d) Não observar o local e endereço previsto neste edital;
- 5.11. Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção, acompanhado dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.
- 5.12. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via fax, via requerimento administrativo, via correio eletrônico ou, ainda fora do prazo.

6. DAS VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 6.1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Processo Seletivo, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, sendo a elas reservadas 5 % (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, Inciso VIII da Constituição Federal e Lei orgânica 18/2001.
- 6.2. Os cargos contemplados e o número de vagas reservadas a portadores de necessidades especiais estão listados no Anexo I deste edital;
- 6.3. Os cargos não contemplados com vaga reservada para portadores de necessidades especiais, em função do número de vagas, o primeiro candidato classificado no concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta para cada cargo. O segundo classificado no concurso na lista especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga abertapara o cargo, e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.
- 6.4. O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.
- 6.5. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.
- 6.6. Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º da Lei nº 12.870/2004 e no art.1º do Decreto Federal n. 2.874/2009 e suas alterações.
- 6.7. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.
- 6.8. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá, obrigatoriamente:
- a) No ato da inscrição declarar-se com deficiência;
 - b) Encaminhar cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF), bem como original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico contendo o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), emitido nos últimos 12 meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência.
 - c) Enviar requerimento solicitando a vaga para deficiente e descrevendo detalhadamente o tipo de atendimento especial que necessita no dia da prova ANEXO IV.
 - d) Cópia do comprovante de inscrição.
- 6.8.1. O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF é de responsabilidade exclusiva do candidato. O IOBV não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.



6.8.2. A documentação enviada terá validade somente para esse edital de Processo Seletivo, para outros editais do município deverá ser enviada novamente a documentação e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias desta documentação.

6.9. Os documentos devem ser protocolados ou enviados no seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE
VAGA PARA DEFICIENTE PROCESSO SELETIVO CORDILHEIRA ALTA – SC
Av. Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió - SC

- 6.10. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no Edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal.
- 6.11. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição online.
- 6.12. Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências disposta no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.
- 6.13. O candidato com deficiência que necessitar de **condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braile), prova com fonte ampliada e etc.)**, para a realização das provas deverá protocolar ou enviar via sedex/ar, requerimento (anexo IV) desta solicitação, até data constante no cronograma, nos endereços já informado, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.
- 6.14. As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV.
- 6.15. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, no horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.
- 6.16. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.
- 6.17. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deferência que forem aprovados serão convocados por edital próprio, através do site da prefeitura municipal de Cordilheira Alta, para avaliação da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.
- 6.18. Será excluído do Processo Seletivo o candidato aprovado para uma das vagas aos portadores de deficiência que:
- a) Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.
 - b) Cujas deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja contatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.
 - c) Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 7.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e o ato de homologação será publicado no endereço eletrônico www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital.
- 7.2. A relação das inscrições não homologadas devido ao indeferimento, serão divulgadas no endereço do Processo Seletivo na internet www.iobv.org.br.



- 7.3. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.
- 7.4. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações, até a data da prova.
- 7.5. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas DEFINITIVAMENTE pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.
- 7.6. Se mantida a não homologação ou não processamento, o candidato será eliminado do Concurso.

8. OUTROS REQUERIMENTOS

8.1. Candidata lactante

8.1.1. A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

- Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;
- Enviar ou apresentar no local das provas o requerimento Anexo IV, deste edital, informando nome do acompanhante, bem como cópia da certidão de nascimento do filho.
- Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

8.1.2. O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

8.1.3. O IOBV não disponibilizará acompanhante para guarda da criança.

8.2. Benefícios da Lei 11.689/2008

8.2.1. Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão entregar ou enviar no endereço do IOBV (item 1.14), até o último dia de inscrições, cópia autenticada da certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, os termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.

8.2.2. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal da correspondência.

8.2.3. Enviar documentos para:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE
AMAMENTAÇÃO/ Benefício Lei 11.689 PROCESSO SELETIVO CORDILHEIRA ALTA – SC
Av. Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió - SC

8.2.4. A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será divulgado no endereço www.iobv.org.br, conforme data prevista no cronograma.

8.2.5. A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

9. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

9.1. O Processo Seletivo será composto de uma ou mais etapas, dependendo do cargo e ou/escolaridade, conforme segue:

9.2. Cargo de Operador de Máquina:

- Etapla 1: PROVA ESCRITA OBJETIVA**, de caráter classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.
- Etapla 2: Prova Prática**, de caráter classificatório/eliminatório, para todos os candidatos presentes no dia da prova escrita e prova prática.



- 9.3. Para todos os demais cargos, o concurso terá uma única etapa que consiste de **PROVA ESCRITA OBJETIVA**, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos
- 9.4. Serão considerados aprovados em PRIMEIRA ETAPA e/ou HABILITADOS à etapa seguinte os candidatos que obtiverem nota diferente de **0,00 (zero)** na nota final da prova objetiva, já considerados os critérios de desempate.

10. DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

- 10.1.A prova escrita objetiva constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, dos quais uma única será correta.
- 10.2.A prova escrita com questões objetivas será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), expressas com 2 (duas) casas decimais e terá a duração de até 3 (três) horas.
- 10.3.As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos por escolaridade exigida para o cargo, conforme segue:

Cargos com Escolaridade: Alfabetizado e Ensino Fundamental

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
	Matemática	5		
	Conhecimentos Gerais	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos inerentes ao cargo	10	0,70	7,00
	Total	25		10,00

Cargos com Escolaridade: Ensino Médio e técnico Completo

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,40	4,00
	Legislação	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	20	0,30	6,00
	Total	30		10,00

Cargos com Escolaridade: Ensino Superior Completo

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,40	4,00
	Legislação	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	20	0,30	6,00
	Total	30		10,00

- 10.4. Os pontos das disciplinas correspondem ao número de acertos multiplicado pelo peso de cada uma de suas questões. A nota da prova objetiva será o somatório dos pontos obtidos em cada disciplina.
- 10.5. Os programas das provas encontram-se publicados no anexo III do presente Edital.
- 10.6. Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela



- verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.
- 10.7. A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Processo Seletivo envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.
- 10.8. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta **preta preferencialmente**, ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.
- 10.9. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o cartão- respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão-respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e nas instruções do caderno de provas. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-respostas por motivo de erro do candidato.
- 10.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do cartão respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.
- 10.11. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão-respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico desta.
- 10.12. O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento.
- 10.13. Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial específico para auxílio no preenchimento. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal do IOBV devidamente treinado.
- 10.14. Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões.
- 10.15. Será atribuída nota 0,00 (zero) às resposta de questões objetivas:
- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
 - b) Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
 - c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
 - d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
 - e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.
- 10.16. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.
- 10.17. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.
- 11. DO LOCAL, HORÁRIO E SEGURANÇA DAS PROVAS ESCRITAS**
- 11.1.A prova escrita objetiva será aplicada na data provável, constante do cronograma deste edital na cidade de Cordilheira Alta-SC, em locais e horários que serão divulgados **conforme cronograma**, no endereço eletrônico do Processo Seletivo: www.iobv.org.br.



11.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

MATUTINO	MATUTINO Alfabetizado e Ensino Fundamental	MATUTINO Ensino Médio e Superior
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	8h15min	8h15min
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50min	8h50min
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequência início das provas.	8h52min	8h52min
Início da resolução da prova.	9h00min	9h00min
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	10h00min	10h00min
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta.	11h00min	12h00min

- 11.3. O Município reserva-se o direito de indicar nova data, horários ou novos locais adequados para a realização das provas, mediante publicação com antecedência mínima de 3 (três) dias da realização das provas.
- 11.4. O IOBV poderá enviar mensagem complementar com a informação de local e horário de provas, por meio de endereço eletrônico (e-mail), indicado pelo candidato na ficha de inscrição, para isso deve o mesmo manter atualizado seu email, o que **não isenta** o candidato da **responsabilidade** de acompanhamento de todos os atos referentes a este Processo Seletivo, através do Edital, bem como de obter as informações necessárias pelo site ou por telefone do IOBV. Não haverá remessa de comunicação via postal.
- 11.5. A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais que dão acesso às salas de provas, fecharão **10 (dez) minutos** antes do horário marcado para início da prova.
- 11.6. Os portões que dão acesso às salas de provas, dependendo do local poderão ser as portas de blocos, alas, setores e etc., devendo o candidato comparecer ao local designado para a realização das provas com a antecedência mínima de 30 **(trinta) minutos com relação ao horário de fechamento dos portões**, para garantir estacionamento e identificar corretamente a localização dos blocos, alas e das salas.
- 11.7. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita, desclassificado do Processo Seletivo.
- 11.8. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações etc) que impossibilitarem o candidato de submeter-se aos testes, ou neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade física-orgânica **não** serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.
- 11.9. O IOBV, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do Processo Seletivo na Internet, por mensagens enviadas para o e-mail informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.
- 11.10. **A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento e identificação oficial com foto.**
- 11.11. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.



- 11.12. Não serão aceitos como documento de identificação: passes de ônibus, carteiras de estudante, crachás e ou documentos sem fotos, nem mesmo cópias coloridas ou autenticadas.
- 11.13. Em caso de perda, furto o roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, (30) trinta dias. Neste caso será realizada a identificação especial através da coleta de impressão digital para posterior averiguação.
- 11.14. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.
- 11.15. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e sua eliminação do certame.
- 11.16. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
- 11.17. Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.
- 11.18. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:
- a) Canetas esferográficas feitas com material transparente **tinta PRETA de preferência** ou azul; (não serão fornecidas canetas no local)
 - b) Documento de Identificação com foto;
 - c) Original do Comprovante de inscrição e/ou do pagamento da Taxa de inscrição ou de inscrição guardado no bolso;
 - d) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;
- 11.18.1. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha durante a realização das provas.
- 11.19. É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição medica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.
- 11.19.1. Só serão permitidos alimentos como barra de cereais, chocolates e biscoitos, **desde que acondicionados em embalagem transparente providenciada pelo candidato.** Os alimentos que não estiverem nestas condições serão recolhidos pelo fiscal de prova e devolvidos no término da prova. Os alimentos que ao serem ingeridos causarem ruídos que atrapalhem a execução da prova, serão recolhidos.
- 11.20. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas. O IOBV e a Prefeitura de Cordilheira Alta não se responsabilizarão pela guarda de qualquer armamento.
- 11.21. É terminantemente proibido ao candidato, durante a realização das provas, podendo resultar na eliminação do certame:
- a) Aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *iPod*, gravadores, pendrive, *mp3 player* ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, *palmtop*, *walkman*, máquina fotográfica, controle de alarme de caso/casa, chaves de carro, etc.
 - b) Relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira; grafite, marca-texto e (ou) borracha;
 - c) Qualquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc;
 - d) Qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barra de cereais, chocolates, balas, etc) que não seja fabricado de material transparente.
 - e) Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.



- f) Fazer anotação de informações relativas à suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não os permitidos;
 - g) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, comportando-se indevidamente;
 - h) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros sem qualquer etapa do Processo Seletivo;
 - i) Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.
- 11.22. Os telefones celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados, aos fiscais da sala antes do início da prova. O candidato deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação.
- 11.23. A embalagem porta-objetos devidamente lacrada e identificada pelo candidato deverá ser mantida embaixo da carteira até o término das suas provas. A embalagem porta-objetos somente poderá ser deslacrada **fora das dependências do local de provas**.
- 11.24. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e poderão implicar na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.
- 11.25. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.
- 11.26. O IOBV e Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e/ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.
- 11.27. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.
- 11.28. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.
- 11.29. Somente depois de decorrido **o prazo mínimo de permanência em sala de provas**, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Processo Seletivo.
- 11.30. Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, quando assinarão a ata de sala, acompanharão termo de fechamento do envelope de provas **e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, os quais irão rubricar o verso dos cartões de todos os candidatos da sala, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo**. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.
- 11.31. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova.
- 11.32. Não serão fornecidos os exemplares dos cadernos de questões, no dia da prova. Um caderno de questões de cada cargo estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, **na área restrita do candidato**, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.
- 11.32.1. Os candidatos devem aguardar em sua carteira, com o cartão-resposta e caderno de provas viradas para baixo e em completo silêncio, sob pena de serem eliminados.
- 11.33. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação, bem como informações sobre as demais etapas do certame.



11.34. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá **retirar-se** imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da entidade, ou **ligar o celular antes de se retirar da escola**.

- 11.35. Os candidatos que terminarem a prova **NÃO poderão utilizar os banheiros** que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.
- 11.36. Motivar a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outras relativas ao Processo Seletivo, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.
- 11.37. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto o Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente **comprovante original** de pagamento da taxa de inscrição.
- 11.38. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.
- 11.39. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

12. DA PROVA PRÁTICA

- 12.1. A etapa 2 para os cargos de **Operador de Máquina**, consiste na prova prática que destina-se a avaliar os conhecimentos práticos que os candidatos possuem no desempenho de atividades que são inerentes ao cargo preiteado, constando de demonstração prática de sua habilitação na execução das atribuições do cargo.
- 12.1.1. Os candidatos deverão comparecer conforme data constante do cronograma, caso não comparecerem para a realização da prova prática serão eliminados do certame.
- 12.1.2. Os locais de realização das provas práticas serão definidos e divulgados, cabe ao candidato manter-se informado, no dia da prova escrita o local será confirmado.
- 12.1.3. Os horários de realização da prova prática ficam assim definidos: Os candidatos realizarão a prova prática conforme terminam a prova escrita.
- 12.1.4. Os candidatos deverão se apresentar ao coordenador da prova prática, até as 11h30min (onze horas e trinta minutos), sob pena de serem declarados eliminados do certame.
- 12.2. Realizada a prova prática, será considerado aprovado o candidato que obtiver nota diferente de 0,00 (zero) na aplicação da fórmula de cálculo da nota final.
- 12.3. A Prova Prática terá caráter classificatório sendo a nota da prova prática somada à nota da prova escrita, conforme a seguinte fórmula: $NF = NPE \times 3 + NPP \times 7 / 10$

12.4. DA DATA, HORÁRIO E DETERMINAÇÕES GERAIS DA PROVA PRÁTICA

- 12.4.1. A prova prática será realizada na data constante do cronograma, em local e horário a ser anunciado no edital de convocação e conforme itens 13.1.2 e 13.1.3.
- 12.4.2. Para realizarem a Prova Prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar no local e horário com antecedência, para identificação, chamada e receber instruções, vestidos com trajes e calçados de acordo com as atividades exercidas, portando documento de identificação com foto, não serão aceitando cópias, mesmo que autenticadas ou qualquer tipo de protocolo.
- 12.4.3. Os candidatos ao serem chamados assinarão a lista de presença e em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.
- 12.4.4. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso.
- 12.4.5. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado na data da prova.



- 12.4.6. Os equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Cordilheira Alta, no estado em que se encontrarem.
- 12.4.7. Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, junto com as ferramentas e materiais que empregarão para a realização da tarefa, os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor. A recusa em usá-los ou o seu uso de forma inadequada implicará na desclassificação do candidato.
- 12.4.8. O candidato que oferecer risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, provocando acidentes e prejuízos físicos e materiais será responsabilizado pelo ato e será automaticamente eliminado do certame. O candidato ao assinar a lista de presença fica ciente de sua responsabilidade.
- 12.4.9. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.
- 12.4.10. Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de movimentação e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.
- 12.4.11. Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do concurso antes de realizar seu teste.
- 12.4.12. Durante a realização da prova prática é proibido utilizar telefones celulares e ou qualquer outro equipamento de comunicação, usar equipamento de som de qualquer natureza, fumar ou ingerir qualquer medicamento, alimento ou bebida, exceto água acondicionada em garrafa de material plástico transparente e sem rótulo.
- 12.4.13. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local sem comunicar-se com os demais candidatos.
- 12.4.14. A prova poderá ser filmada e gravada e o candidato ao assinar o termo de realização da prova prática concordará e atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, declarando estar ciente de que é responsável por qualquer dano ao equipamento, avaliadores ou transeuntes.
- 12.4.15. No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.
- 12.4.16. Por razões de ordem técnica ou meteorológica a prova poderá ser adequada ou transferida a data, local e horário da realização da Prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no sítio do concurso e ou por aviso fixado no mural e ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível.

11.5. DA AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA PARA OPERADOR DE MÁQUINA

11.5.1 A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas inerentes ao cargo, a serem realizadas individualmente pelo candidato, tarefas estas previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de até 20 (vinte) minutos para a execução da prova.

11.5.2 A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado, avaliando sua habilidade ao operar o equipamento, seu aproveitamento, técnica e produtividade.

11.5.3. Os candidatos realizarão a prova conforme o cargo:

a) Operador de Máquina: Realizarão a prova no equipamento: Trator de Pneu

11.3.1. Não será permitido escolher outro tipo de equipamento para a realização da prova prática.

11.3.2. Sendo necessário utilizar dois equipamentos similares, (equipamento 01 e equipamento 02) haverá sorteio entre os candidatos para definir com qual equipamento fará a prova.



11.3.3. No caso de Operador de Máquinas a nota da prova prática será o somatório da nota do equipamento 1 (um) mais nota do equipamento 2 (dois), dividido por dois.

11.3.4 A ordem de prestação da prova prática será determinada pela Comissão Organizadora, de acordo com as necessidades técnicas que se apresentarem.

11.3.5 Para realizar a prova prática os candidatos deverão apresentar carteira de habilitação **categoria "C"** a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderão realizar a prova.

11.3.6 O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

11.3.7. Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento, boletim de extraviado ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

11.3.8 A obtenção da nota mínima para que o candidato seja classificado, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer da execução da tarefa proposta serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados
Faltas Graves	1,00
Faltas Médias	0,50
Faltas Leves	0,25

b) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves: Aproveitamento do Equipamento, Produtividade, técnica, aptidão e eficiência

- NÃO Liberou equipamentos de segurança dos comandos
- NÃO utilizou da melhor forma possível a máquina para o serviço com eficácia e qualidade.
- NÃO utilizou corretamente a máquina, para não danificar o equipamento durante a tarefa.
- NÃO concluiu por completo a tarefa proposta.
- NÃO estacionou a máquina em baixando acessórios ao solo e/ou não engatou o freio para parar a máquina, ao estacionar após o término da tarefa.

Faltas Médias: Habilidades do Operador

- NÃO Executou com eficiência o início da operação, partida e arrancada.
- NÃO executou com eficiência movimentos de marcha à frente e à ré.
- NÃO respeitou a velocidade durante a avaliação, promovendo manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade.
- NÃO Controlou o veículo provocando nele movimento irregular.
- NÃO respeitou a capacidade operacional e técnica da máquina.
- NÃO desligou a máquina ao estacionar após término da tarefa.
- NÃO apresentou calma e serenidade nas operações.

Faltas Leves: Verificação do Equipamento

- NÃO usou roupas e calçados adequados
- NÃO usou equipamento de proteção auricular ou não usou cinto de segurança
- NÃO subiu corretamente no equipamento usando três pontos de apoio
- NÃO fez os ajustes necessários antes da movimentação da máquina como, bancos e espelhos retrovisores.
- NÃO esperou a leitura e/ou não conferiu os instrumentos do painel como medidores de pressão, luzes indicadoras, horímetro.
- NÃO conferiu os instrumentos de painel como, nível de combustíveis e nível de óleo."

11.3.9. No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

11.3.10. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Concurso.



12. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

12.1 A nota final do candidato será obtida mediante as seguintes fórmulas:

a) Para os cargos com prova prática:

$$NF = NPE \times 3 + NPP \times 7 / 10$$

b) Para os demais cargos:

$$NF = NPE$$

NF = Nota Final

NPE = Nota da prova escrita

NPP = Nota da prova prática

12.2 São considerados aprovados neste Processo Seletivo os candidatos que atingirem nota final diferente de 0,00 (zero).

12.3. Os candidatos serão classificados por cargo disciplina, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.

12.4. Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate, os seguintes critérios:

12.5. Para todos os cargos, em conformidade com artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

12.6. Para os casos previstos na Lei 11.689/2008, será assegurada a preferência em igualdade de condições em Processo Seletivo, desde que jurados, devidamente comprovado.

12.7 Para os candidatos que não se enquadrarem nas condições acima, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- Maior nota nas questões de Conhecimentos Básicos;
- Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.
- Sorteio público.

12.8. As pessoas com deficiência integrarão lista especial de classificação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Processo Seletivo.

13.2. Os recursos deverão ser interpostos **até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação**, no site do Processo Seletivo na Internet, do ato em desfavor do qual quer o candidato recorrer.

13.3. Os recursos poderão ser interpostos da seguinte maneira:

13.3.1 Recursos Via Internet:

- Acessar a **área do candidato** no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.
- Na área do candidato em **“minhas inscrições”** localizar o Processo Seletivo Edital 005/2016 de CORDILHEIRA ALTA;
- Localize o botão “Solicitar Recursos” (inferior do quadro) e clique nele para abrir a tela de solicitação de recursos. Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.
- Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg, png, gif, jpeg, bmp, doc, docx, xls, xlsx, pdf, txt, zip e rar.
- Clicar em **“enviar”**

13.3.2 Recursos presencial ou via postal:



- a) Para recurso presencial preencher e assinar o anexo V, do edital, com argumentação clara, consistente e objetiva, no caso de questões, um para cada questão e protocolar pessoalmente ou via procuração na sede do IOBV, no endereço constante do item 1.14 deste edital.
- b) Para recursos via postal o candidato deverá preencher e assinar o requerimento (anexo V) do edital com argumentação clara, consistente e objetiva, Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas; datar e assinar; anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente; colocar o requerimento em envelope resistente e enviar para o endereço sede do IOBV, conforme item 1.13, via sedex/ar.

13.4 O candidato deverá expedir o documento AR (aviso de recebimento), pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias – SEDEX. O documento deve ser entregue ao IOBV rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, sendo de responsabilidade do candidato a remessa via postal com devida antecedência para que o recurso seja entregue no prazo constante do cronograma do edital, valendo para todos os fins de direito a data da entrega.

13.5 Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues ao IOBV rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

13.6 É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

13.7 O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

13.8. Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

13.9. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

13.10. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

13.11 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

13.12. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

13.13. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

13.14 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

13.15 Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

13.16. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

13.17 A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

13.18. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra o gabarito oficial definitivo.

14 DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

14.1 A homologação do resultado final deste Processo Seletivo, se dará através de decreto do executivo devidamente publicado nos meios legais e no endereço eletrônico do Processo Seletivo e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

14.2 Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

**15 DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE**

- 15.1 O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos aprovados.
- 15.2 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de CORDILHEIRA ALTA, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Processo Seletivo ou de sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.
- 15.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de CORDILHEIRA ALTA.
- 15.4 Quanto aos cargos de Professor os candidatos a professor serão classificados em duas listas:
- a) Lista de classificação dos candidatos inscritos como Habilitados;
 - b) Lista de classificação dos candidatos inscritos como Não Habilitados.
- 15.5 **AS CONVOCAÇÕES SERÃO PUBLICADAS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA.**
- 15.6 É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.
- 15.7 Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.
- 15.8 Os candidatos aprovados **NO PROCESSO SELETIVO OBJETO DO EDITAL 005/2016**, quando da sua convocação, **DEVERÁ APRESENTAR NO PRAZO DE 48H OS DOCUMENTOS EXIGIDOS E DESCRITOS NO ATO DA CONVOCAÇÃO.**
- 15.9 Caso o candidato não deseje assumir de imediato a convocação, deverá assinar termo de desistência, possibilitando à Prefeitura Municipal convocar o próximo candidato por ordem de classificação, ou pedir reclassificação, sendo reposicionado no último lugar da lista de aprovados.
- 15.10 É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Processo Seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de CORDILHEIRA ALTA.
- 15.11 Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e convocados os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, **além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação.**
- 15.12 Ficam advertidos os candidatos de que, no caso de nomeação, a posse no cargo só lhes será deferida no caso de exibirem:
- a) A documentação comprobatória das condições previstas no item 2, deste edital acompanhada de fotocópia legível;
 - b) Atestado de boa saúde física e mental a ser fornecido, por Médico ou Junta Médica do Município ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física.
 - c) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal/1988, em seu Artigo 37, XVI e suas Emendas.
- 15.13 A não apresentação dos documentos acima, por ocasião da posse, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no seletivo.

16 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

- 16.1 Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste Processo Seletivo, para:
- a) Receber os requerimentos de inscrições;
 - b) Emitir os documentos e listagens para a homologação das inscrições;
 - c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
 - d) Analisar e pontuar os títulos;



- e) Apreciar os recursos previstos neste edital;
 - f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
 - g) Prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;
 - h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
 - i) Responder, em conjunto com o município de CORDILHEIRA ALTA eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.
- 16.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, devidamente nomeada por ato oficial.
- 16.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de CORDILHEIRA ALTA.

17 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato.
- 19.2. Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Processo Seletivo e respostas de recursos. **Informações que constam no edital não serão dadas via telefone, o candidato antes de inscrever-se deve ler atentamente o edital.**
- 19.3. **Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma descrita neste edital.**
- 19.4 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de CORDILHEIRA ALTA, até que expire a validade do Processo Seletivo, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.
- 19.5 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.
- 19.6 Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.
- 19.7 **O Município de CORDILHEIRA ALTA e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Processo Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.**
- 19.8 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.
- 19.9 As despesas relativas à participação do candidato no Processo Seletivo e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.
- 19.10 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Processo Seletivo, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de entrega.
- 19.11 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo, tanto da Prefeitura do Município de CORDILHEIRA ALTA como do IOBV.
- 19.12 Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.
- 19.13 A Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do Município de CORDILHEIRA ALTA e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.



- 19.14 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do município de CORDILHEIRA ALTA e do IOBV.
- 19.15 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de Chapecó/SC.
- 19.16 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:
- 19.17 Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II - Atribuições dos Cargos; Anexo III – Conteúdo Programático; Anexo IV – Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V - Requerimento de Recursos.

CORDILHEIRA ALTA (SC), 24 de novembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO I – CARGOS EFETIVOS
CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA MENSAL, SALÁRIO MENSAL E PRÉ-REQUISITOS

CARGOS NÍVEL ALFABETIZADO E ENSINO FUNDAMENTAL

Cargo	Total Vagas	CH	Salário	Pré-Requisitos	Tipo de Prova	R\$ Inscrição
1. Auxiliar de Serviços Gerais	01+CR	40h/s	R\$ 1.141,23	Alfabetizado	Escrita	R\$ 40,00
2. Operador de Máquina	02+CR	40h/s	R\$ 1.890,51	Alfabetizado e portadora carteira nacional de habilitação profissional categoria mínima "C"	Escrita e Prática	R\$ 40,00
3. Agente Comunitário de Saúde Microárea 01	01+CR	40h/s	R\$ 1.266,11	4ª Série do Ensino Fundamental e residir na área	Escrita	R\$ 40,00
4. Agente Comunitário de Saúde Microárea 03	01+CR	40h/s	R\$ 1.266,11	4ª Série do Ensino Fundamental e residir na área	Escrita	R\$ 40,00
5. Agente Comunitário de Saúde Microárea 04	01+CR	40h/s	R\$ 1.266,11	4ª Série do Ensino Fundamental e residir na área	Escrita	R\$ 40,00
6. Agente Comunitário de Saúde Microárea 05	01+CR	40h/s	R\$ 1.266,11	4ª Série do Ensino Fundamental e residir na área	Escrita	R\$ 40,00
7. Agente Comunitário de Saúde Microárea 08	01+CR	40h/s	R\$ 1.266,11	4ª Série do Ensino Fundamental e residir na área	Escrita	R\$ 40,00

DESCRIÇÃO DAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DO CARGO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

CARGO	Localização	Abrangência/Pontos de Referência
Agente Comunitário de Saúde Microárea 01	Microárea 01	Centro
Agente Comunitário de Saúde Microárea 03	Microárea 03	Linha Ipiranga; Linha Ipiranga Alta; Linha Ipiranguinha e Linha Bento Gonçalves
Agente Comunitário de Saúde Microárea 04	Microárea 04	Linha General Osório e parte da Linha Campina do Gregório (até a propriedade do SR. Valdomiro Palharini)
Agente Comunitário de Saúde Microárea 05	Microárea 05	Sede do Distrito de Fernando Machado
Agente Comunitário de Saúde Microárea 08	Microárea 08	Bairro Bela Vista, Bairro Cohab, Loteamento Cordilheira, Linha Pilão de Pedra e Linha Dal Santo

Processo Seletivo 01/2016 Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta

Página 22 de 40



CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

Cargo	Total Vagas	CH	Salário	Pré-Requisitos	Tipo de Prova	R\$ Inscrição
8. Técnico (a) de Apoio Administrativo	01+CR	40h/s	R\$ 2.373,97	Ensino Médio Completo	Escrita	R\$ 60,00

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Cargo	Total Vagas	CH	Salário	Pré-Requisitos	Tipo de Prova	R\$ Inscrição
9. Enfermeiro (a)	01+CR	40h/s	R\$ 3.523,86	Ensino Superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão.	Escrita	R\$ 80,00
10. Farmacêutico (a) (20h)	CR	20h/s	R\$ 1.761,93	Ensino Superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão.	Escrita	R\$ 80,00
11. Farmacêutico (a) (40h)	CR	40h/s	R\$ 3.523,86	Ensino Superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão.	Escrita	R\$ 80,00
12. Fisioterapeuta	CR	20h/s	R\$ 2.373,97	Curso Superior na área de atuação com Registro Profissional no Conselho de Classe	Escrita	R\$ 80,00
13. Médico Clínico Geral	01+CR	40h/s	R\$ 13.693,59	Curso Superior na área de atuação com Registro Profissional no Conselho de Classe	Escrita	R\$ 80,00
14. Médico Ginecologista	01+CR	12h/s	R\$ 4.942,05	Curso Superior na área de atuação com Registro Profissional no Conselho de Classe e Certificado de Residência Médica completa na área de Ginecologista ou Títulos de Especialista na área de Ginecologia	Escrita	R\$ 80,00
15. Professor (a) de Educação Infantil (habilitado)	03+CR	20h/s	R\$ 1.255,58	Curso Superior na área de atuação	Escrita	R\$ 80,00
16. Professor (a) de Educação Infantil (não-habilitado)	CR	20h/s	R\$ 1.004,46	Cursando Ensino Superior a partir da 4ª fase	Escrita	R\$ 80,00
17. Professor (a) de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano (habilitado)	03+CR	20h/s	R\$ 1.255,58	Curso Superior em Pedagogia	Escrita	R\$ 80,00



18. Professor (a) de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano (não-habilitado)	CR	20h/s	R\$ 1.004,46	Cursando Ensino Superior em Pedagogia a partir da 4ª fase	Escrita	R\$ 80,00
19. Professor (a) de Geografia (habilitado)	01+CR	10h/s	R\$ 627,79	Curso Superior na área de atuação	Escrita	R\$ 80,00
20. Professor (a) de Geografia (não-habilitado)	CR	10h/s	R\$ 502,23	Cursando Ensino Superior a partir da 4ª fase	Escrita	R\$ 80,00
21. Professor (a) de Habilidades Artísticas Culturais – ARTE (Ensino Fundamental) (anos iniciais 1º ao 5º ano e finais 6º ao 9º ano) (habilitado)	02+CR	20h/s	R\$ 1.255,58	Curso Superior na área de atuação	Escrita	R\$ 80,00
22. Professor (a) de Habilidades Artísticas Culturais – ARTE (Ensino Fundamental) (anos iniciais 1º ao 5º ano e finais 6º ao 9º ano) (não-habilitado)	CR	20h/s	R\$ 1.004,46	Cursando Ensino Superior a partir da 4ª fase	Escrita	R\$ 80,00
23. Professor (a) de Informática (habilitado)	01+CR	20h/s	R\$ 1.255,58	Curso Superior na área de atuação	Escrita	R\$ 80,00
24. Professor (a) de Informática (não-habilitado)	CR	20h/s	R\$ 1.004,46	Cursando Ensino Superior a partir da 4ª fase	Escrita	R\$ 80,00
25. Professor (a) de Inglês (habilitado)	02+CR	20h/s	R\$ 1.255,58	Curso Superior na área de atuação	Escrita	R\$ 80,00
26. Professor (a) de Inglês (não-habilitado)	CR	20h/s	R\$ 1.004,46	Cursando Ensino Superior a partir da 4ª fase	Escrita	R\$ 80,00

Abreviaturas: CR – Cadastro de Reserva; CH – Carga Horária (Jornada de Trabalho) semanal

OBS: Os candidatos aprovados para os cargos de Professor(a) não habilitados formarão lista secundária, que será utilizada somente após o exaurimento da lista dos Professores habilitados.



ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Auxiliar de Serviços Gerais

- a) Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão.
- b) Executar trabalhos braçais;
- c) Executar serviços de calçamento, construção e consertos das edificações.
- d) Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos.
- e) Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas.
- f) Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão.
- g) Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos.
- h) Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa.
- i) Requisitar material necessário aos serviços.
- j) Processar cópia de documentos.
- k) Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão.
- l) Receber e transmitir mensagens.
- m) Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão.
- n) Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas.
- o) Relatar as anormalidades verificadas.
- p) Atender telefone e transmitir ligações.
- q) Atender usuários da Biblioteca.
- r) Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão nos programas e projetos a serem implantados pelas secretarias.

Operador de Máquinas

- a) Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina;
- b) Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade;
- c) Dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz, motoniveladora, tratores, pás carregadeiras, retro-escavadeiras e similares;
- d) Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade;
- e) Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral;
- f) Proceder ao mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária;
- g) Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação de acordo com o Código Nacional de Trânsito e a documentação da máquina;
- h) Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências;
- i) Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão nos programas e projetos a serem implantados pelas secretarias.

Agente Comunitário de Saúde

- a) Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- b) Realizar o cuidado em saúde da população, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;
- c) Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- d) Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;
- e) Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;



- f) Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- g) Responsabilizar-se pela população adstrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;
- h) Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
- i) Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
- j) Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações inter-setoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;
- k) Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;
- l) Participar das atividades de educação permanente;
- m) Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais;
- n) Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;
- o) Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;
- p) Cadastrar todas as pessoas de sua micro-área e manter os cadastros atualizados;
- q) Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
- r) Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;
- s) Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe;
- t) Cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme a Portaria nº 44/GM, de 3 de janeiro de 2002;
- u) Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão nos programas e projetos a serem implantados pelas secretarias.

Técnico de Apoio Administrativo

- a) Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão;
- b) Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão;
- c) Emitir empenhos de despesas, ordens bancárias e cheques;
- d) Efetuar balanço e balancete;
- e) Elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo;
- f) Registrar todos os bens e valores existentes nos órgãos públicos;
- g) Providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes;
- h) Conferir boletins de caixa;
- i) Elaborar guias de recolhimento, ordens de pagamento e rescisão de contrato de trabalho;
- j) Coordenar e controlar as prestações de contas de responsáveis por valores de dinheiro;
- k) Fiscalizar, controlar e codificar as entradas e saídas de materiais do almoxarifado, bem como os bens adquiridos ou baixados para doação, permuta ou transferência;
- l) Inventariar anualmente, o material e os bens móveis pertencentes ao órgão;
- m) Expedir, termos de responsabilidade referente a bens móveis e imóveis de caráter permanente;
- n) Organizar e manter atualizado o cadastro de bens móveis e imóveis do órgão;
- o) Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários;
- p) Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão;
- q) Elaborar minutas de contratos em geral;
- r) Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras tarefas correlatas;
- s) Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências verificadas nos registros em geral;
- t) Colaborar na redação de relatórios anuais ou parciais atendendo a exigências ou normas do órgão;
- u) Expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral;
- v) Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão;



- w) Realizar registros em geral;
- x) Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando, redigindo expedientes relacionados com as suas atividades;
- y) Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos;
- z) Colaborar nos estudos e elaboração de trabalhos técnicos relativos a projetos de planos de ação;
- aa) Acompanhar ou participar da elaboração de anteprojetos de leis e decretos;
- bb) Estudar e propor normas para administração de material;
- cc) Proceder à revisão, elaboração do processamento das folhas de pagamento, registro das certidões e dos atos oficiais relativos aos servidores;
- dd) Coordenar, controlar, e executar os processos licitatórios;
- ee) Providenciar material de expediente;
- ff) Efetuar a entrega de resultados de exames e manter organizado seu arquivo de cópias;
- gg) Manter registro de ligações a longa distância;
- hh) Receber e transmitir mensagens pelo telefone;
- ii) Atender usuários de biblioteca;
- jj) Operar aparelhos de processamento de dados e outros equipamentos eletrônicos;
- kk) Operar sistemas de computação;
- ll) Atuar na área de vigilância sanitária em geral, no cumprimento dos regulamentos municipais, estaduais e federais;
- mm) Prestar assistência aos munícipes e estabelecimentos comerciais quanto às normas de vigilância e saúde ambiental;
- nn) Preparar as amostras de alimento para análise;
- oo) Executar todas as atividades inerentes ao cargo, no cumprimento dos preceitos legais.
- pp) Executar outras tarefas afins, de acordo com os programas e projetos a serem implantados pelas secretarias.

Enfermeiro

- a) Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde;
- b) Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição;
- c) Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem;
- d) Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição;
- e) Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem;
- f) Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais;
- g) Prestar assessoria quando solicitado;
- h) Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas;
- i) Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada;
- j) Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado;
- k) Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição;
- l) Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida;
- m) Fazer notificação de doenças transmissíveis;
- n) Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- o) Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- p) Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde;
- q) Participar de programas de saúde desenvolvidas pela comunidade;
- r) Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos;
- s) Elaborar informes técnicos para divulgação;
- t) Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação;
- u) Executar outras tarefas afins e nos programas e projetos a serem implantados pelas secretarias.

Farmacêutico

- a) Aviar, classificar e arquivar receitas;
- b) Redigir saída de medicamentos sob regime de controle sanitário especial, em livro próprio;
- c) Apresentar mapas e balanços periódicos dos medicamentos utilizados e em estoque;
- d) Controlar receitas e serviços de rotulagem, realizando periodicamente o balanço de entorpecentes e equiparados;



- e) Adquirir e controlar estoque de medicação clínica principalmente psiquiátrica de entorpecentes e equiparados;
- f) Cadastrar informações sobre unidades de distribuição de medicamentos e vacinas;
- g) Supervisionar e assessorar a análise física e química de embalagens, recipientes e invólucro dos medicamentos a fim de evitar que os mesmos alterem suas características farmacodinâmicas;
- h) Assessorar autoridades superiores, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica a fim de servirem de subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros;
- i) Coordenar, supervisionar ou executar todas as etapas de realização dos trabalhos de análises clínicas, análises bromatológicas, ou determinações laboratoriais relacionadas com sua área de competências;
- j) Orientar, supervisionar e dar assistência aos técnicos e auxiliares de laboratório na execução de suas atividades;
- k) Responsabilizar-se pelos aparelhos e equipamentos de laboratório, bem como orientar a sua correta utilização;
- l) Assinar todos os documentos elaborados nos laboratórios;
- m) Articular-se com a chefia da unidade, visando o bom desempenho das atividades laboratoriais, e o bom relacionamento de pessoal;
- n) Executar outras tarefas afins e nos programas e projetos a serem implantados pelas secretarias.

Fisioterapeuta

- a) Realizar atendimento ambulatorial;
- b) Participar das atividades de apoio médico das Unidades Sanitárias do Departamento Municipal de Saúde;
- c) Emitir laudos e pareceres, quando solicitado;
- d) Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da instituição;
- e) Desenvolver atividades educativas de saúde na área de sua competência;
- f) Participar de treinamento do pessoal de nível auxiliar, médio e superior;
- g) Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- h) Executar outras tarefas afins e nos programas e projetos a serem implantados pelas secretarias.

Médico Clínico Geral

- a) Realizar atendimento ambulatorial;
- b) Participar dos programas de atendimento a populações atingidas por calamidades públicas;
- c) Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e programas de saneamento;
- d) Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados;
- e) Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva;
- f) Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde;
- g) Emitir laudos e pareceres, quando solicitado;
- h) Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Instituição;
- i) Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- j) Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior;
- k) Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local;
- l) Prestar à clientela assistência médica especializada, através de diagnóstico, tratamento e prevenção de moléstias;
- m) Auxiliar nos programas de educação de saúde;
- n) Opinar à respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade.
- o) Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão e do cargo.

Médico Ginecologista

- a) Realizar atendimento ambulatorial especializado, na respectiva área de atuação, seguindo as normas inerentes à especialidade que possui;
- b) Participar dos programas de atendimento a populações atingidas por calamidades públicas;
- c) Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento;
- d) Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados;
- e) Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva;
- f) Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde;



- g) Emitir laudos e pareceres, quando solicitado;
- h) Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Instituição;
- i) Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- j) Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior;
- l) Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local;
- m) Prestar à clientela assistência médica especializada, através de: diagnóstico, tratamento e prevenção de moléstias e educação sanitária;
- n) Opinar à respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade.
- o) Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão e do cargo.

Professor de Educação Infantil

Professor de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano

Professor de Geografia

Professor de Habilidades Artísticas Culturais – ARTE

Professor de Informática

Professor de Inglês

- a) Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- b) Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- c) Zelar pela aprendizagem dos alunos, dando condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos;
- d) Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- e) Ministrando os dias letivos e horas aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- f) Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- g) Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam a aprendizagem;
- h) Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensável à eficiência da obra educativa;
- i) Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- j) Zelar pela conservação dos bens materiais, limpeza e o bom nome da escola;
- k) Executar as demais normas estabelecidas no regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e Legislação federal, estadual e municipal.
- l) Participar das reuniões pedagógicas, dias de estudo, conselhos de classe, assembleias e demais atividades organizadas pela escola e/ou pela Secretaria municipal de educação e/ou pela Administração Municipal.
- m) Desempenhar outras tarefas afins determinadas por seus superiores.



ANEXO III CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo. Será cobrado o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que entrou definitivamente em vigor em 01/01/2016.

CARGOS ALFABETIZADO E ENSINO FUNDAMENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA.

Fonologia e Fonética (1) Classificação de Fonemas; (2) Encontros vocálicos; (3) Encontros consonantais; (4) Dígrafos; (5) Ortografia e acentuação conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua portuguesa; (6) Emprego do hífen. Morfologia (1) Estrutura das palavras; (2) Formação das palavras; (3) Classificação e flexão dos substantivos; artigos; adjetivos, numerais e pronomes; (4) Conjugação verbal; (5) Uso adequado de advérbios, preposições, conjunções e interjeições. Sintaxe (1) Sujeito e predicado; (2) Objeto direto e objeto indireto; Semântica (1) Sinônimos e antônimos; (2) Homônimos e parônimos; (3) Denotação e conotação. Interpretação textual (1) Leitura e interpretação de textos narrativos e expositivos. Estrutura dos poemas (rimas, estrofes, versos, etc.).

MATEMÁTICA

Noções de cálculos, situações-problema para uso das operações básicas. Unidades de Medidas. Cálculo de área. Figuras Geométricas. Operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; grandezas e medidas; conjuntos. Medidas de tempo, porcentagem, juros simples.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atualidades em Geral. História, Geografia, Ciências, Artes, Cultura, Esportes, Meio Ambiente do Brail, do Mundo e do Município.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS INERENTES AOS CARGOS DE ALFABETIZADO E ENSINO FUNDAMENTAL

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamentos. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos; Noções básicas de segurança e higiene do trabalho. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Noções de ética e cidadania; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo. Conhecimentos sobre cidadania e consciência ecológica. Desenvolvimento sustentável. Cidadania e Participação Social; 3R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar); Remoção de lixo e detritos, destino e seleção do lixo.; Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho; Noções sobre primeiros socorros; Uso de equipamentos de proteção individual –EPIs; Ergonomia. Nivelamento, Alinhamento, Esquadro, Prumada, Unidades de medida, A argamassa, O concreto, Traços, tipos de materiais de construção, ferramentas, fundações e acabamentos.

OPERADOR DE MÁQUINA

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso



correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; **Legislação e Operação:** Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar. Resoluções do CONTRAN. Noções de Manutenção, Conservação e Limpeza das Máquinas e Equipamentos de Trabalho. Utilização dos equipamentos apropriados para cada serviço específico. Cuidados necessários na utilização do equipamento com segurança. Utilização de Equipamentos de Proteção Individual necessários para o desempenho da função. Princípios de manutenção de veículos e máquinas. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Conhecimentos básicos de primeiros socorros. Noções básicas de mecânica. Noções básicas de direção defensiva.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Noções Básicas sobre Saúde e Saneamento: Saúde física, mental e social; Higiene na prevenção das doenças; Necessidades nutricionais; Amamentação; Medidas profiláticas (tipos de vacinas e soros); Importância da Imunidade e tipos de Imunidade; Tipos de doenças adquiridas; Vírus e principais viroses; Bactérias patogênicas (principais doenças bacterianas); Doenças sexualmente transmissíveis; Doenças parasitárias; Epidemiologia (epidemia, endemia e pandemia); Qualidade de vida (prevenindo a hipertensão e a diabetes); Planejamento familiar (métodos contraceptivos); Noções de primeiros socorros; Lei do SUS; Procedimentos, responsabilidades e atribuições do ACS. Formulários de preenchimento Obrigatório. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990; Lei nº 11.350 de 05 de outubro de 2006; Emenda Constitucional nº 51; Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014; Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

ENSINO MÉDIO COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS– COMUM A TODOS OS CARGOS DE ENSINO MÉDIO

LÍNGUA PORTUGUESA.

Fonologia e Fonética (1) Classificação de Fonemas; (2) Encontros vocálicos; (3) Encontros consonantais; (4) Dígrafos; (5) Ortografia e acentuação conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua portuguesa; (6) Emprego do hífen. Morfologia (1) Estrutura das palavras; (2) Formação das palavras; (3) Classificação e flexão dos substantivos; artigos; adjetivos, numerais e pronomes; (4) Conjugação verbal; (5) Uso adequado de advérbios, preposições, conjunções e interjeições. Sintaxe (1) Sujeito e predicado; (2) Objeto direto e objeto indireto; (3) Orações coordenadas; (4) Orações subordinadas; (5) Sinais de pontuação; (6) Concordância nominal; (7) Concordância verbal. Semântica (1) Sinônimos e antônimos; (2) Homônimos e parônimos; (3) Denotação e conotação. Estilística (1) Figuras de linguagem; (2) Vícios de linguagem. Interpretação textual (1) Leitura e interpretação de textos narrativos e expositivos. Estrutura dos poemas (rimas, estrofes, versos, etc.).

LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do Município; Estatuto do Servidor Municipal; Lei da Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/ 1992 que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Qualidade no atendimento ao público interno e externo. Recepção e atendimento ao público. Elementos básicos do processo de comunicação. Pronúncia correta das palavras. Regras de conduta e procedimentos ao telefone. Conhecimentos básicos de serviços e recursos de telefonia: prefixos, discagem, transferência de ligação. Noções de utilização de fax e celulares. Requisitos para pessoas que lidam com público em situações de urgências: Noções de primeiros socorros, Telefones públicos de serviços e urgências. Recebimento e protocolo de documentos. Noções de uso e conservação de equipamentos de escritório. Noções Básicas de Arquivo. Normais de comportamento no ambiente de trabalho. Princípios básicos de administração pública e servidores. Regras de hierarquia no serviço público. Zelo pelo patrimônio público. Características técnicas de funcionamento e operação de equipamentos de telefonia e fac. símile.



Ligações locais e a distância. Atuação do (a) telefonista: voz, interesse, calma e sigilo. Atendimento de chamadas: fraseologias adequadas. Defeitos na aparelhagem: prevenção e providências. Fluxo de informações: recepção e transmissão de mensagens telefônicas, elaboração de recados, avisos e memorandos. Redação de circulares, memorandos, ofícios, relatórios e demais correspondências, atendendo às exigências de padrões estéticos. Rotinas Administrativas. Sistemas de Comunicações Administrativas.

Fundamentos da Administração Geral; Teoria Geral da Administração; Funções Administrativas; Funções Organizacionais. Departamentalização. Planejamento e Estratégia. Fundamentos da Administração Pública: Conceito, Tipologia. Princípios Constitucionais. Políticas Públicas. Gestão de Processos. Gestão de Projetos. Gestão de Pessoas. Gestão por Competências. Compras Governamentais. Gestão e Recursos Materiais e Patrimoniais. Gestão de Contratos Administrativos. Arquivologia e serviços de Protocolo. Relacionamento interpessoal. Tipos de liderança. Motivação. Comunicação. Finanças e Orçamento público. Mecanismos de Controle Internos e Externos na Administração Pública. Gráficos de Organização: Organograma e Fluxograma. Ética na administração Pública, Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Noções de direito administrativo. Mantenedora e aos estágios e sua evolução. Tipos de instrumentos de recuperação/busca da informação. Móveis e materiais de consumo utilizados em arquivos; -Direito de acesso à informação; Responsabilidades e direitos do servidor referentes aos documentos públicos. Conhecimento das rotinas de expedição de correspondência. Manual de Redação da Presidência da República disponível em <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Noções Básicas de Processos e Procedimentos Licitatórios; - Lei- Lei de Responsabilidade Fiscal; - Lei 8.666/93 Lei de Licitações; - Lei que instituiu a licitação na modalidade de pregão (Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002); - Planejamento Estratégico; Correspondência Oficial; Técnica Legislativa.

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS– COMUM A TODOS OS CARGOS DE ENSINO SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA.

Fonologia e Fonética (1) Classificação e representação dos Fonemas; (2) Encontros vocálicos; (3) Encontros consonantais; (4) Dígrafos; (5) Ortografia e acentuação conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua portuguesa; (6) Emprego do hífen. **Morfologia** (1) Estrutura das palavras; (2) Formação das palavras e sufixos; (3) Classificação e flexão dos substantivos; artigos; adjetivos, numerais e pronomes; (4) Conjugação verbal; (5) Uso adequado de advérbios, preposições, conjunções e interjeições; (6) Conectivos. **Sintaxe** (1) Sujeito, predicado e predicativo; (2) Objeto direto, objeto indireto, complemento nominal e agente da passiva; (3) Orações coordenadas; (4) Orações subordinadas; (5) Sinais de pontuação; (6) Concordância nominal; (7) Concordância verbal; (8) Sintaxe de colocação. **Semântica** (1) Sinônimos e antônimos; (2) Homônimos e parônimos; (3) Denotação e conotação. **Estatística** (1) Figuras de linguagem; (2) Vícios de linguagem. **Interpretação textual** (1) Leitura e interpretação de textos narrativos e expositivos. Estrutura dos poemas (rimas, estrofes, versos, etc.).

LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do Município; Estatuto do Servidor Municipal; Lei da Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/ 1992 que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS INERENTES AOS CARGOS DE ENSINO SUPERIOR

ENFERMEIRO

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso; Bioética e Legislação do Exercício Profissional; Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, Composição, conservação-rede de frio, indicação e contraindicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), Planejamento, Organização e operacionalização de Campanhas, bloqueios e intensificações de vacinas. Administração e Gerência de



Serviços de Saúde e de Enfermagem em Saúde Coletiva: Administração de medicação; esterilização de material; Consulta de enfermagem; procedimentos de enfermagem. Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas. Assistência integral à Saúde do Adolescente. Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino. Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônicas Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso. Assistência Integral à Saúde do Trabalhador: Legislação, Patologias. Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental. Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia. Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST; AIDS. Epidemiologia: Indicadores de saúde; Legislação; patologias; Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase

FARMACÊUTICO

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Prevenção, Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 3) Imunizações. 4) Direitos dos usuários da saúde. 5) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 6) RENAME. 7) Assistência Farmacêutica. 8) Ética Profissional. 7) Legislação Farmacêutica. 8) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Farmácia; COMERCIAL: 1) Assistência farmacêutica, Regulamento de Boas Práticas em Farmácia. 2) Atribuições do profissional farmacêutico, responsabilidade técnica. 3) Manipulação medicamentosa. 4) Farmacologia. 5) Sedativos. 6) Hipnóticos. 7) Psicoestimulantes. 8) Sedativos ansiolíticos. 9) Antipsicóticos. 10) Antidepressivos. 11) Anti-Histamínicos. 12) Vasoconstritores. 13) asodilatadores. 14) Antiácidos. 15) Digestivos. 16) Antitussígenos. 17) Expectorantes. 18) Antilipêmicos. 19) Antidiabéticos. 20) Diuréticos. 21) Antiinflamatórios locais. 22) Antiparasitários. 23) Antifúngicos. 24) Antimicrobianos. 25) Antiepilepticos. 26) Corticosteróides. 27) Interações medicamentosas. 28) Efeitos Adversos. 29) Administração de Recursos Materiais. 30) Sistemas de Distribuição de Medicamentos. 31) Quimioterapia. 32) Medicamentos Genéricos e Similares. MANIPULAÇÃO: 1) Boas Práticas em Manipulação. 2) Princípios básicos e conceitos em Farmacotécnica. 3) Formas medicamentosas externas e atividades na pele. 4) Processos de manipulação, vias de administração dos medicamentos. 5) Incompatibilidades físico-químicas. 6) Cálculos matemáticos em farmácia magistral. 7) Matérias-primas. 8) Sistemas emulsionados. 9) Produtos para limpeza da pele. 10) Cremes, cosméticos. 11) Fabricação de produtos cosméticos. 12) Higiene do cabelo. 13) Formas farmacêuticas. 14) Desenvolvimento farmacotécnico. 15) Sólidos orais, xaropes, suspensões, soluções orais, sistemas transdérmicos. 16) Pomadas, cremes, loções, preparações de uso tópico.

FISIOTERAPEUTA

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS; Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Sistemas de informação em saúde. Fisioterapia preventiva: fundamentos e aplicações. Prevenção em Saúde Pública. Atuação Preventiva em Fisioterapia. Fisioterapia Preventiva em Saúde do Trabalho. Atenção Básica a Saúde. Fisioterapia na Atenção Básica. Educação Popular em Saúde. Avaliação cinesioterapêutica. Doenças Neurológicas na Infância e adulto. Reabilitação do Hemiplégico. Equipe multidisciplinar e Educação do paciente. Avaliação do paciente reumático – anamnese e exame físico e tratamento. Tratamento das doenças reumáticas – medicina física e reabilitação. Introdução ao estudo do envelhecimento e da velhice. Políticas Públicas de Atenção ao Idoso. Aspectos biológicos do envelhecimento: considerações sobre anatomia e fisiologia do envelhecimento. Fisioterapia aplicada aos idosos portadores de disfunções. Avaliação e tratamento em fisioterapia ortopédica e traumatológica. Recursos eletrotermofototerapêuticos. Provas de função muscular Saúde da Família. A Família e seu Ciclo Vital: O Adulto. Anatomia Pulmonar e Cardíaca. Fisiologia Pulmonar e Cardíaca. Semiologia Pulmonar e Cardíaca: Manobras e Recursos Fisioterapêuticos. Reabilitação cardio-respiratória. Ética em Fisioterapia. Leis e Resoluções do COFFITO.

**MÉDICO CLÍNICO GERAL**

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso; Bioética e Legislação do Exercício Profissional; Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, Composição, conservação-rede de frio, indicação e contraindicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), bloqueios e intensificações de vacinas. Procedimentos médicos: Pequenas cirurgias, suturas, sondagem, administração de medicamento; curativos; Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas; Assistência integral à Saúde do Adolescente; Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino; Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônico Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso; Assistência Integral à Saúde do Trabalhador: Legislação, Patologias; Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental; Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia; Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST; AIDS; Epidemiologia: Indicadores de saúde; Legislação; patologias; Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase. Doenças de Notificação Compulsória; Medidas de proteção ambiental, coletiva e individual: Limpeza, desinfecção, descontaminação; Educação em Saúde. Conhecimento geral e específico sobre clinica médica: Exames de imagem; Cardiologia: Angina Pectoris, infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial sistêmica; Pneumologia: pneumonia, broncopneumonia, doença pulmonar obstrutiva crônica; Hematologia: anemias, leucoses e linfomas. Gastroenterologia: esofagite, gastrite, úlcera péptica, doenças inflamatórias intestinais, pancreatite, cirrose hepática; Doenças da tireóide; Urgências clínicas: ICC; edema agudo do pulmão, crise hipertensiva e pressão alta, asma brônquica, hemorragia digestiva alta, insuficiência hepática, IRA, cólica renal, embolia. Endocrinologia: diabetes melitus tipo 1 e 2, doenças da tireóide, distúrbios do eixo hipotálamo-hipófiseadrenal; Nefrologia: malformações e infecções do trato urinário, litíase urinária; Cardiologia: hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca congestiva, endocardite infecciosa, taquiarritmias, bradiarritmias, doença arterial coronariana; Dermatologia: infecções e neoplasias cutâneas, doenças auto-imunes que acometem a pele e anexos; Imunologia: doenças reumáticas; Pneumologia: infecções e neoplasias do trato respiratório, doença pulmonar obstrutiva crônica, asma brônquica; Infectologia; Hematologia: anemias carenciais, anemias hemolíticas, leucoses; Nutrologia: obesidade, anorexia nervosa, bulimia, desnutrição; Gastroenterologia: doenças pépticas, neoplasias do trato digestivo, hepatites, etilismo; Intoxicação e envenenamento; Adinamia circulatória aguda; Insuficiência respiratória aguda; Restauração Hemodinâmica; Politraumatismo; Abdômen agudo; Estado de inconsciência; Queimaduras; Distúrbios hídrolitóticos e ácidos-básicos; Enfermidades do aparelho geritourinário; Doenças reumáticas; Doenças neurológicas; Avitaminoses; Ortopedia;

MÉDICO GINECOLOGISTA

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS. Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico : Anatomia, embriologia e fisiologia do aparelho genital. Anamnese e exame ginecológico. Exames complementares em Ginecologia. Malformações genitais. Estados intersexuais. Ginecologia infanto-puberal. Doenças sexualmente transmissíveis. Vulvovaginites. Doença inflamatória pélvica. Dismenorréia. Síndrome pré-menstrual. Hemorragia uterina disfuncional. Amenorréias. Distopias genitais. Distúrbios urogenitais. Incontinência urinária. Infertilidade conjugal. Endometriose. Métodos contraceptivos. Climatério descompensado. Patologias benignas do colo e do corpo uterino. Miomatose uterina. Doenças da vulva. Síndrome dos ovários policísticos. Câncer do colo do útero. Tumores malignos e benignos dos ovários. Lesões benignas e malignas das mamas. Abdômen agudo em ginecologia. Cirurgias ginecológicas e suas complicações. Obstetrícia. Fisiologia e endocrinologia do ciclo gravídico-puerperal. Assistência pré-natal e propedêutica da gestação. Estudo das doenças intercorrentes do ciclo gravídico. Gestação de alto risco. Medicina fetal. Deslocamento prematuro de placenta. Inserção viciosa placentária. Abortamento. Prematuridade. Gravidez pós-termo. Doenças hipertensivas do ciclo gravídico-puerperal. Rotura prematura de membranas. Crescimento intra-uterino restrito. Diabetes Melitos e gestação. Infecções pré-natais. Prenhez ectópica. Gemelaridade. Parto e puerpério: estudo e assistência. Sofrimento fetal agudo. Doença hemolítica Peri natal. Doença trofoblástica gestacional. Hemorragias da gestação e do puerpério.

**PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL****PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL**

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010);

Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- RECNEI. Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, RECNEI. Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social e a função da educação infantil; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Espaço Geográfico e globalização; A Terceira Revolução Industrial é a revolução tecnocientífica; O desenvolvimento dos meios de transporte e o crescimento do comércio mundial;

A expansão das multinacionais e a globalização da economia; O Brasil na rota das migrações internacionais;

Os fluxos de refugiados no mundo; A formação dos grandes blocos econômicos; Os principais blocos econômicos da atualidade; A regionalização do espaço geográfico mundial; Guerra Fria; IDH: uma maneira de conhecer o nível de desenvolvimento dos países; A Divisão Internacional do Trabalho no período colonial; A Nova Divisão Internacional do Trabalho; Industrialização e urbanização no Brasil; O êxodo rural e a urbanização brasileira; As regiões metropolitanas; As regiões brasileiras segundo o IBGE; Brasil: população; Os movimentos migratórios no Brasil; O que é migração e por que as pessoas migram; População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil; O desemprego e seus fatores; Fatores conjunturais; Fatores estruturais; Poluição atmosférica e das águas oceânicas no mundo; Características gerais das atividades primárias, secundárias e terciárias e suas expressões no espaço geográfico; Os ambientes da Terra; A Litosfera, composição e dinâmica; A Hidrosfera, a água e sua importância; A Atmosfera e a dinâmica climática; A influência do clima nas paisagens; O clima e as atividades econômicas; Os agentes externos; Os agentes internos; Processo de formação das rochas na natureza; Os fusos horários;

Cartografia; Os movimentos da Terra; A didática e a metodologia do ensino da Geografia; Aspectos geográficos do Município de Cordilheira Alta.

PROFESSOR DE HABILIDADES ARTÍSTICAS CULTURAIS - ARTE

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); **Conhecimentos Pedagógicos:** Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e



instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão –a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; **Específicos do Cargo:** Didática e prática de ensino de Artes: Parâmetros curriculares nacionais (1ª a 4ª série) e (5ª a 8ª série), Habilidades e competências no ensino de Artes; Conteúdos atitudinais, procedimentais e conceituais em Artes; Proposta curricular de Arte do município e do Estado; As ações do professor e dos alunos; Arte e os Temas Transversais; A história da Arte: características dos movimentos e períodos. Movimentos da Arte e suas produções artísticas. A percepção de qualidades estéticas. O ensino da arte no currículo: legislação e prática. Trabalho por projetos. Folclore: catarinense e nacional. Diversidade cultural no ensino de artes. Arte no ensino fundamental: Objetivos gerais do ensino de Arte; O ensino de Arte no currículo escolar: legislação e prática; Conteúdos de Arte no ensino fundamental; Critérios de avaliação de aprendizagem em Arte. As linguagens artísticas: artes visuais, dança, música e teatro. Artes Visuais: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Dança: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Dimensões histórico-sociais da dança e seus aspectos estéticos. Fundamentos da Dança. Música: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Fundamentos musicais. Educação musical, instrumentos musicais. Estilos musicais nacionais e internacionais. Teatro: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Fundamentos do Teatro. História do Teatro. Estilos e gêneros teatrais. Modalidades do espaço cênico. Elementos estruturais da linguagem teatral.

PROFESSOR DE INFORMÁTICA

Linux (conceitos básicos); Linux Educacional 3.0, 4.0, e 5.0 (ferramentas digitais para as diferentes áreas do conhecimento). Conhecimentos básicos de internet. Os diversos tipos de materiais e equipamentos eletrônicos e audiovisuais, sua manipulação e instalação. Controle de uso dos equipamentos. Princípios básicos de roteirização e gravação para audiovisuais montados (slides, vídeo). Computador e suas diversas utilidades no contexto escolar (softwares educativos, tecnologias no contexto escolar, lousa digital, seqüências didáticas aliadas às tecnologias).

PROFESSOR DE INGLÊS

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010);

Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar–práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão –a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; **Específicos do Cargo:** (1) Modelos de Leitura ascendente, descendente e interativo (Bottom-up/Top-down/Interactive); (2) Teoria Sociocultural de Vygotsky; (3) Teoria Cognitivista de Piaget; (4) Teoria de Aquisição de Segunda Língua segundo Stephen Krashen (Monitor Theory); (5) Teoria da Gramática Gerativa/Universal de Noam Chomsky; (6) Metodologias de Ensino de Língua Estrangeira (Metodologia de Tradução e Gramática/Metodologia Audiolingual/Metodologia Comunicativa); (8) Técnicas de leitura (Skimming/Scanning). **ConhecimentosLinguísticos:**(1) Tempos verbais; (2) Verbos modais; (3) Advérbios e



conjunções; **(4)** Voz ativa e Voz passiva; **(5)** Discurso direto e Discurso indireto; **(6)** Orações subordinadas; **(7)** Pronomes; **(8)** Preposições; **(9)** Principais frases verbais (PhrasalVerbs); **(10)** Adjetivos (Graus Comparativo/Superlativo).

**ANEXO IV****REQUERIMENTO****Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas**

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo 001/2016 do Município de Cordilheira Alta - SC, inscrição número _____, para o cargo de _____, requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:**a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte**

Fonte nº _____ / Letra _____

() Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova**d) () Amamentação.**

Nome do Acompanhante: _____

Nome da Criança: _____

Data de Nascimento da Criança: _____

a) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Requerente



Tipo de Recurso:	
[] 1 – Contra indeferimento de inscrição [] 2 - Contra questão da prova ou gabarito preliminar [] 3 – Contra a classificação preliminar [] 4 – Outro: _____	
Nome do Candidato: _____	
N.º de Inscrição:	Cargo:
Identidade:	CPF:
N.º da Questão:	Data:
OBS.: Nos recursos contra o teor das questões ou gabarito preliminar, você deve preencher obrigatoriamente um formulário para cada questão.	
Fundamentação e *Sugestões Bibliográficas: 	

Só serão analisados os recursos entregues ao IOBV até às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do ato contra o qual se insurge o candidato.

**ANEXO VI****REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO**

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição nº _____ do Processo Seletivo 005/2016 do Município de Cordilheira Alta - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

☐ Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

☐ Possuir Baixa renda, nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008. Meu Número de Identificação Social – NIS é: _____, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.

Declaro, sob as penas da lei, que estou hipossuficiente ou sou doador de sangue, juntando a presente todos os documentos descritos no item 5.1 e seus subitens, do referido edital onde requiero a isenção da taxa de inscrição.

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.
(local e data)

Assinatura do Requerente

Corupá

PREFEITURA

CHAMAMENTO 001/2016

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº - 001/2016

“PROCEDE O CHAMAMENTO PÚBLICO PARA EMPRESAS INTERESSADAS EM SE INSTALAREM NO IMÓVEL SITUADO NA ÁREA INDUSTRIAL DO ANO BOM E OU AUMENTAREM ÁREA DE INSTALAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIMENTOS”.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Art.34, parágrafo 1º da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações,

COMUNICA aos interessados que estão abertas as inscrições para habilitação de interessadas a se instalarem e ou aumentarem área de instalação junto a área Industrial do Ano Bom, localizado no Município de Corupá-SC, situado à Rua 147-Ano Bom, com área de 9.850,00-m², fracionado em lotes industriais, no período de 28 de Novembro a 15 de Dezembro de 2016, junto ao Município de Corupá, Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer.

Os interessados em ocupar o lote abaixo descrito ou aumentar a área das empresas já instaladas deverão preencher o Pedido de Enquadramento descrito na LEI 775/91, e, regulamentado através do Decreto 016/95, que se encontra a disposição junto a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer de Corupá-SC e apresentar os documentos solicitados na mesma.

Os pedidos de habilitação deverão ter dados das empresas interessadas para posteriormente os membros integrantes da Comissão Especial designados através da Portaria 2645/2013, analisar e emitir parecer.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer de Corupá-SC, ou pelo fone (47) 3375-2154.

Corupá/SC, 28 de Novembro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

VISTO:

MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 28.541

CHAMAMENTO 002/2016

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº - 002/2016

“PROCEDE O CHAMAMENTO PÚBLICO PARA EMPRESAS INTERESSADAS EM SE INSTALAREM NO IMÓVEL SITUADO NA ESTRADA POÇO D´ANTA e ou AUMENTAREM ÁREA DE INSTALAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIMENTOS”.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Art.34, parágrafo 1º da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações,

COMUNICA aos interessados que estão abertas as inscrições para habilitação de interessadas a se instalarem e ou aumentarem área de instalação junto ao IMÓVEL SITUADO NA ESTRADA POÇO D´ANTA, localizado no Município de Corupá-SC, transcrito no C.R.I. da Comarca de Jaraguá do Sul, sob o número 7.350, situado no

lado ímpar da Estrada Poço D´Anta, com área total de 3.512,00 m², sendo que o mesmo está em fase de tramitação junto aos órgãos competentes, quanto a sua atualização de confrontações e medidas, onde a área atual do levantamento é de 2.450,00 m², edificado com edificação de alvenaria de 284,00m² coberta com telhas de barro tipo francesa, onde o vencedor do certame deverá providenciar a averbação da construção conforme sua necessidade, no período de 28 de Novembro a 15 de Dezembro de 2016, junto ao Município de Corupá, Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer.

Os interessados em ocupar o lote abaixo descrito ou aumentar a área das empresas já instaladas deverão preencher o Pedido de Enquadramento descrito na LEI 775/91, e, regulamentado através do Decreto 016/95, que se encontra a disposição junto a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer de Corupá-SC e apresentar os documentos solicitados na mesma.

Os pedidos de habilitação deverão ter dados das empresas interessadas para posteriormente os membros integrantes da Comissão Especial designados através da Portaria 2645/2013, analisar e emitir parecer.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer de Corupá-SC, ou pelo fone (47) 3375-2154.

Corupá/SC, 28 de Novembro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

VISTO:

MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 28.541

CONTRATO 003/16 - ÁGUAS DE CORUPÁ

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

ÁGUAS DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 003/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 001/16

CONTRATO 003/16

Autarquia ÁGUAS DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.797.046/0001-98, com sede na cidade de Corupá/SC, na Rua Francisco Mees, 1915 – XV de Novembro.

A empresa LILI CASA E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 78.268.810/0001-10 e inscrição Estadual nº 251.057.224, estabelecida na Rua Maria Umbelina da Silva nº 130, bairro Vila Lenzi, , município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de material de encanamento em PVC, para ampliação e manutenção da rede de abastecimento de água do Município de Corupá, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$103.500,00 (Cento e três mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 17/11/2016

Data da Vigência: 17/11/2017

FERNANDO GEAN LUNELLI
PRESIDENTE ÁGUAS DE CORUPÁ

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que está aberta a Licitação Modalidade: Pregão nº 135/2016, Processo 135/2016, Objeto: Aquisição de pneus para os veículos do Corpo de Bombeiros Militar do Município...Entrega da documentação e propostas até as 11:00 horas do dia 09/12/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio. Cerqueira, 28/11/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que está aberta a Licitação Modalidade: Pregão nº 136/2016, Processo 136/2016, Objeto: Aquisição de Impressora e ar condicionado para o Quartel do Corpo de Bombeiros Militar do Município...Entrega da documentação e propostas até as 12:00 horas do dia 09/12/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413, Dionísio. Cerqueira, 28/11/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira. SC, comunica aos interessados o Resultado do Processo Licitatório 125/2016 - Pregão: 125/2016 PMDC - Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para a Secretaria de Educação. Vencedores: A.E.M Oeste Comercial Ltda. -ME – Valor R\$ 3.986,00 – Alberi Pauletti -EI – Valor R\$ 10.895,00 – SCS Comércio Ltda -EPP – Valor R\$ 996,00

Dionísio Cerqueira - 25/11/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira. SC, comunica aos interessados o Resultado do Processo Licitatório 126/2016 - Pregão: 126/2016 PMDC - Objeto: Aquisição de materiais diversos para manutenção das edificações das Escolas Municipais. Vencedor: Lavall e Lorenzon Ltda. -ME – Valor R\$ 18.315,00.

Dionísio Cerqueira - 25/11/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira. SC, comunica aos interessados o Resultado do Processo Licitatório 127/2016 - Pregão: 127/2016 PMDC - Objeto: Aquisição de tubos de concreto para a Secretaria de Obras do Município de Dionísio Cerqueira. Vencedor: Rosinho Ferreira- Eirelli. -ME – Valor R\$ 22.894,00

Dionísio Cerqueira - 25/11/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 069, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO N.º 069, de 24 de Novembro de 2016.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 391/15, de 17/11/2015 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.0093 (13) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0093 (Atenção Básica).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 24 de Novembro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EDITAL -1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 0038/2016

Processo licitatório nº: 0053/2016

Objeto: Registro de preços para a aquisição de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) e emulsão RR2C, para utilização nas vias urbanas do município de faxinal dos Guedes.

Data do recebimento: 08/12/2016 as 09h 00min.

Data da Abertura: 08/12/2016 as 09h 15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de novembro de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 223/2016

PORTARIA Nº 223/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal MARCIELA REGINA FALKOSKI SCHAFER, ocupante do Cargo de Assistente de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 28/11/2016 a 27/12/2016, relativo ao período aquisitivo 09/15 a 09/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 28 dias do mês de Novembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 162/PMF/2016

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 162/PMF/2016

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 162/PMF/2016, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ESTRELA GUIA E REFORMA DA QUADRA DA MESMA, SITUADA NA RUA JOÃO PEDRO SATURNO, BAIRRO SATURNO, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às nove horas do dia vinte e cinco do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 162/PMF/2016. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que as empresas BASECOM CONSTRUÇÕES CIVIS EIRELI EPP, TEC-ENGE CONSTRUÇÕES LTDA, KAMILLA CONSTRUÇÕES LTDA, BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI ME, RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA, CSK2 PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA, ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA, NELGUI CONSTRUTORA LTDA, CASA DO CONSTRUTOR E CONSTRUÇÃO EIRELI ME e MOURA E NOBRE CONSTRUÇÕES LTDA EPP protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Protocolo desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, verificou-se que as empresas BASECOM CONSTRUÇÕES CIVIS EIRELI EPP, TEC-ENGE CONSTRUÇÕES LTDA, KAMILLA CONSTRUÇÕES LTDA, BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI ME, RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA, CSK2 PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA, CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA, NELGUI CONSTRUTORA LTDA, CASA DO CONSTRUTOR E CONSTRUÇÃO EIRELI ME e MOURA E NOBRE CONSTRUÇÕES LTDA EPP apresentaram a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial podendo valer-se da Lei nº. 123/06. A comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o engenheiro civil Sr. Leandro Arns Back e o arquiteto Sr. Daniel Jaeger e certificaram-se que a empresa NELGUI CONSTRUTORA LTDA apresentou a declaração de visita em desacordo com item 3.1.5 do edital. A empresa CSK2 PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA não apresentou o termo de abertura e encerramento conforme item 3.1.9 letra "b" do edital, também apresentou atestado técnico incompatível com o objeto da licitação. A empresa BASECOM CONSTRUÇÕES CIVIS EIRELI EPP apresentou acervo do profissional, porém não apresentou da empresa. Diante disto, as empresas BASECOM CONSTRUÇÕES CIVIS EIRELI EPP, CSK2 PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA e NELGUI CONSTRUTORA LTDA foram inabilitadas. As demais empresas licitantes apresentaram suas documentações em conformidade com o disposto do edital, portanto foram habilitadas para a próxima fase – da Proposta de Preços (envelope 02). Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, para então estabelecer data para abertura dos envelopes nº. 02 – propostas de preço. Os envelopes da proposta foram rubricados pela comissão de licitação e pelos participantes. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha/SC, 25 de novembro de 2016.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

KEND BERNARDO TROMBIM RAMPINELLI

Membro da Comissão

TAINARA SILVEIRA REDIVO

Membro da Comissão

LEANDRO ARNS BACK

Engenheiro Civil

DANIEL JAEGER

Arquiteto

KAMILLA CONSTRUÇÕES LTDA

Camila Costa Hermani

MOURA E NOBRE CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Juliana Becker Silveira

RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI ME

Jose Eloir do Nascimento

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 104/2016

TERMO ADITIVO PMF Nº 104/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 86/2016 DO PREGÃO PRESENCIAL 95/PMF/2016 DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E A EMPRESA OESA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Fundamento Legal: artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

Pelo presente Termo Aditivo do Contrato de Prestação de Serviços, nós abaixo assinados, de um lado como o MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com endereço na Av. 25 de julho, 3400, inscrita no CNPJ/MF sob o número 81.531.162/0001-58, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, VANDERLEI ALEXANDRE, doravante denominado de CONTRATANTE, de outro lado a empresa OESA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº. 81.611.931/0001-28, estabelecida na Rua Ervin Rux, 1000, Cidade de Jaraguá do Sul/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Adolar Oldenburg, brasileiro, CI nº. 907.710, CPF nº. 383.061.829-87, doravante denominada CONTRATADA, temos justo e contratado o que a seguir se descreve:

CONSIDERANDO que o objeto do contrato PMF Nº 86/2016 é a aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

CONSIDERANDO a necessidade de acréscimo no quantitativo do contrato, conforme solicitação formal da Nutricionista Sra. Tamiris de Aguiar Benfato, que independente de sua transcrição são partes integrantes do presente termo, resolvem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR

Fica acrescido no objeto do Contrato n. 86/PMF/2016 o valor de R\$ 3.920,00 (três mil novecentos e vinte reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item:

Item	Quant.	Unidade	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
20	400	Kg	Coxa e sobrecoxa de frango com osso e sem pele	Danieli	R\$ 4,49	R\$ 1.796,00
48	400	Kg	Peito de frango com osso	Danieli	R\$ 5,31	R\$ 2.124,00
VALOR TOTAL R\$ 3.920,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do Contrato PMF nº 86/2016, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Forquilha/SC, 07 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA OESA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Vanderlei Alexandre – Contratante Adolar Oldenburg – Contratado

Testemunha Testemunha

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 104/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 86/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – OESA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

DO OBJETO – Aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

DO VALOR – Fica acrescido no objeto do Contrato n. 86/PMF/2016 o valor de R\$ 3.920,00 (três mil novecentos e vinte reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item:

Item	Quant.	Unidade	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
20	400	Kg	Coxa e sobrecoxa de frango com osso e sem pele	Danieli	R\$ 4,49	R\$ 1.796,00
48	400	Kg	Peito de frango com osso	Danieli	R\$ 5,31	R\$ 2.124,00
VALOR TOTAL R\$ 3.920,00						

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 07 de novembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	8.840.000,00	8.840.000,00	6.450.701,18	72,97
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.160.000,00	3.160.000,00	2.236.887,46	70,79
1.1.1- IPTU	2.900.000,00	2.900.000,00	1.882.809,85	64,92
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	260.000,00	260.000,00	87.481,94	33,65
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	400.000,00	400.000,00	268.759,53	67,19
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(400.000,00)	(400.000,00)	(2.163,86)	0,54
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.140.000,00	1.140.000,00	831.560,33	72,94
1.2.1- ITBI	1.200.000,00	1.200.000,00	844.436,54	70,37
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(60.000,00)	(60.000,00)	(12.876,21)	21,46
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.340.000,00	3.340.000,00	2.725.028,92	81,59
1.3.1- ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	2.685.044,77	89,50
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	200.000,00	200.000,00	16.620,81	8,31
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	200.000,00	200.000,00	36.245,13	18,12
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(60.000,00)	(60.000,00)	(12.881,79)	21,47
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.200.000,00	1.200.000,00	657.224,47	54,77
1.4.1- IRRF	1.200.000,00	1.200.000,00	657.224,47	54,77
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	41.075.000,00	41.075.000,00	28.127.062,75	68,48
2.1- Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	11.940.026,99	66,33
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.000.000,00	18.000.000,00	11.940.026,99	66,33
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	20.000.000,00	20.000.000,00	13.920.003,84	69,60
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	115.000,00	115.000,00	56.368,00	49,02
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	450.000,00	450.000,00	196.784,11	43,73
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	27.683,33	276,83
2.6- Cota-Parte IPVA	2.500.000,00	2.500.000,00	1.986.196,48	79,45
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	49.915.000,00	49.915.000,00	34.577.763,93	69,27
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.000.000,00	2.000.000,00	1.711.410,07	85,57
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.350.000,00	1.350.000,00	993.936,41	73,62
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	400.000,00	400.000,00	375.176,00	93,79
5.4- Transferências Diretas - PNATE	100.000,00	100.000,00	46.045,89	46,05
5.5- Outras Transferências do FNDE	100.000,00	100.000,00	219.644,10	219,64
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	50.000,00	50.000,00	76.607,67	153,22
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	845.000,00	845.000,00	576.622,86	68,24
6.1- Transferências de Convênios	820.000,00	820.000,00	572.181,33	69,78
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	25.000,00	25.000,00	4.441,53	17,77
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	410.000,00	410.000,00	232.487,99	56,70
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.255.000,00	3.255.000,00	2.520.520,92	77,44
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	8.215.000,00	8.215.000,00	5.625.410,69	68,48
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.600.000,00	3.600.000,00	2.388.005,16	66,33
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	4.000.000,00	4.000.000,00	2.783.999,90	69,60
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	23.000,00	23.000,00	11.273,60	49,02
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	90.000,00	90.000,00	39.357,02	43,73
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	5.536,59	276,83
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	500.000,00	500.000,00	397.238,42	79,45
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	13.100.000,00	13.100.000,00	10.038.274,92	76,63
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	13.000.000,00	13.000.000,00	9.937.739,37	76,44
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	100.535,55	100,54
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	4.785.000,00	4.785.000,00	4.312.328,68	90,12
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.500.000,00	8.300.000,00	5.457.426,39	65,75	5.457.426,39	65,75
13.1- Com Educação Infantil	2.750.000,00	2.750.000,00	2.128.528,26	77,40	2.128.528,26	77,40
13.2- Com Ensino Fundamental	5.750.000,00	5.550.000,00	3.328.898,13	59,98	3.328.898,13	59,98
14- OUTRAS DESPESAS	4.600.000,00	4.812.086,69	3.784.712,24	78,65	3.673.106,20	76,33
14.1- Com Educação Infantil	3.150.000,00	3.162.086,69	2.607.281,76	82,45	2.598.328,76	82,17
14.2- Com Ensino Fundamental	1.450.000,00	1.650.000,00	1.177.430,48	71,36	1.074.777,44	65,14
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	13.100.000,00	13.112.086,69	9.242.138,63	70,49	9.130.532,59	69,63
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						9.130.532,59
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						54,37
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						36,59
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						9,04
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³		12.478.750,00		12.478.750,00	8.644.440,98	69,27
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.700.000,00	6.712.086,69	5.070.928,96	75,55	5.028.422,40	74,92
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	12.420.000,00	12.420.000,00	7.758.502,86	62,47	6.841.359,73	55,08
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.200.000,00	7.200.000,00	4.506.328,61	62,59	4.403.675,57	61,16
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.220.000,00	5.220.000,00	3.252.174,25	62,30	2.437.684,16	46,70
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	145.000,00	145.000,00	101.469,19	69,98	101.469,19	69,98
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	165.000,00	165.000,00	92.635,13	56,14	85.363,19	51,74
28- OUTRAS	2.155.000,00	2.308.406,28	1.779.239,69	77,08	1.570.610,08	68,04
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	21.585.000,00	21.750.492,97	14.802.775,83	68,06	13.627.224,59	62,65
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						4.312.328,68
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						100.535,55
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						4.412.864,23
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						7.456.917,90
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						21,57

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.385.000,00	1.747.500,00	749.593,84	42,90	671.834,60	38,45
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	210.000,00	306.772,72	203.162,42	66,23	183.439,92	59,80
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.595.000,00	2.054.272,72	952.756,26	46,38	855.274,52	41,63
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	23.180.000,00	23.804.765,69	15.755.532,09	66,19	14.482.499,11	60,84

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	173.416,61	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	9.937.739,37	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	8.953.997,33	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	8.852.063,03	0,00
49.2 Restos a Pagar	101.934,30	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	100.535,55	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.257.694,20	0,00

FORQUILHINHA, 28/11/2016

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

MÁRITY EYNG NUERNBERG
Contadora CRC/SC 37.916/O-0

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Adm. e Finanças

JADNA COLOMBO PEREIRA
Controle Interno CRC/SC 29.204/O-6

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	85.970.000,00	85.970.000,00	11.564.235,18	13,45	58.864.205,05	27.105.794,95
RECEITAS CORRENTES	80.070.000,00	80.070.000,00	10.569.596,52	13,20	55.611.665,37	24.458.334,63
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.649.000,00	11.649.000,00	1.009.802,52	8,67	7.538.953,08	4.110.046,92
IMPOSTOS	7.780.000,00	7.780.000,00	957.395,71	12,31	6.041.593,77	1.738.406,23
TAXAS	3.569.000,00	3.569.000,00	47.593,31	1,33	1.465.212,45	2.103.787,55
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	300.000,00	300.000,00	4.813,50	1,60	32.146,86	267.853,14
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.890.000,00	2.890.000,00	551.166,06	19,07	2.626.752,93	263.247,07
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.790.000,00	1.790.000,00	359.259,55	20,07	1.690.202,29	99.797,71
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.100.000,00	1.100.000,00	191.906,51	17,45	936.550,64	163.449,36
RECEITA PATRIMONIAL	3.846.000,00	3.846.000,00	814.448,39	21,18	4.644.107,18	-798.107,18
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.846.000,00	3.846.000,00	814.448,39	21,18	4.644.107,18	-798.107,18
RECEITA AGROPECUÁRIA	60.000,00	60.000,00	9.429,00	15,72	28.819,00	31.181,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	60.000,00	60.000,00	9.429,00	15,72	28.819,00	31.181,00
RECEITA DE SERVIÇOS	430.000,00	430.000,00	20.380,68	4,74	215.464,40	214.535,60
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	55.415.000,00	55.415.000,00	7.795.893,05	14,07	38.844.237,07	16.570.762,93
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	54.625.000,00	54.625.000,00	7.680.489,27	14,06	38.380.462,02	16.244.537,98
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	100.000,00	100.000,00	200,00	0,20	900,00	99.100,00
TRANSF. DE CONV.	690.000,00	690.000,00	115.203,78	16,70	462.875,05	227.124,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.780.000,00	5.780.000,00	368.476,82	6,38	1.713.331,71	4.066.668,29
MULTAS E JUROS DE MORA	920.500,00	920.500,00	48.629,32	5,28	288.860,65	631.639,35
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	278.500,00	278.500,00	56.818,61	20,40	226.572,16	51.927,84
RECEITA DA DIVIDATIVA	1.270.000,00	1.270.000,00	149.463,77	11,77	552.342,02	717.657,98
RECEITAS DIVERSAS	3.311.000,00	3.311.000,00	113.565,12	3,43	645.556,88	2.665.443,12
RECEITAS DE CAPITAL	5.900.000,00	5.900.000,00	994.638,66	16,86	3.252.539,68	2.647.460,32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.500.000,00	1.500.000,00	283.584,60	18,91	1.109.952,75	390.047,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.500.000,00	1.500.000,00	283.584,60	18,91	1.109.952,75	390.047,25
ALIEAÇÃO DE BENS	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	339.880,00	-99.880,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	49.880,00	80.120,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	290.000,00	-180.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.160.000,00	4.160.000,00	711.054,06	17,09	1.802.706,93	2.357.293,07
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNÍOS	4.160.000,00	4.160.000,00	711.054,06	17,09	1.802.706,93	2.357.293,07
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.480.000,00	2.480.000,00	506.317,56	20,42	2.394.918,61	85.081,39
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	88.450.000,00	88.450.000,00	12.070.552,74	13,65	61.259.123,66	27.190.876,34

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	88.450.000,00	88.450.000,00	12.070.552,74	13,65	61.259.123,66	27.190.876,34
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	88.450.000,00	88.450.000,00	12.070.552,74	13,65	61.259.123,66	27.190.876,34
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.641.313,11	—	—	1.729.282,54	—
Superávit Financeiro	—	2.641.313,11	—	—	1.729.282,54	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	84.635.000,00	88.289.092,87	8.852.201,99	55.439.815,59	32.849.277,28	10.276.451,77	49.112.557,84	39.176.535,03	47.334.827,21
DESPESAS CORRENTES	70.345.000,00	71.872.311,92	6.962.886,61	46.605.328,15	25.266.983,77	8.967.666,43	42.947.703,00	28.924.608,92	41.774.821,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.913.000,00	35.603.947,62	4.960.093,18	23.782.222,19	11.821.725,43	4.967.090,72	23.775.224,67	11.828.722,95	23.565.573,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	101.000,00	101.000,00	22.129,41	36.474,11	64.525,89	22.129,41	36.474,11	64.525,89	36.474,11
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	34.331.000,00	36.167.364,30	1.980.664,02	22.786.631,85	13.380.732,45	3.978.446,30	19.136.004,22	17.031.360,08	18.172.774,00
DESPESAS DE CAPITAL	14.255.000,00	16.381.780,95	1.889.315,38	8.834.487,44	7.547.293,51	1.308.785,34	6.164.854,84	10.216.926,11	5.560.005,68
INVESTIMENTOS	13.345.000,00	15.471.780,95	1.760.824,14	8.179.418,55	7.292.362,40	1.180.294,10	5.509.785,95	9.961.995,00	4.904.936,79
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	910.000,00	910.000,00	128.491,24	655.068,89	254.931,11	128.491,24	655.068,89	254.931,11	655.068,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.815.000,00	3.725.000,00	503.430,90	2.427.618,28	1.297.381,72	503.430,90	2.427.618,28	1.297.381,72	2.179.350,31

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.815.000,00	3.725.000,00	503.430,90	2.427.618,28	1.297.381,72	503.430,90	2.427.618,28	1.297.381,72	2.179.350,31
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	88.450.000,00	92.014.092,87	9.355.632,89	57.867.433,87	34.146.659,00	10.779.882,67	51.540.176,12	40.473.916,75	49.514.177,52
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	88.450.000,00	92.014.092,87	9.355.632,89	57.867.433,87	34.146.659,00	10.779.882,67	51.540.176,12	40.473.916,75	49.514.177,52
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	9.718.947,54	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	88.450.000,00	92.014.092,87	9.355.632,89	57.867.433,87	—	10.779.882,67	61.259.123,66	—	49.514.177,52

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	% (c/a)	
	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(d)	(d/a)	(e - c)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	2.480.000,00	2.480.000,00	506.317,56	20,42	2.394.918,61	96,57	85.081,39
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.480.000,00	2.480.000,00	506.317,56	20,42	2.394.918,61	96,57	85.081,39
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.480.000,00	2.480.000,00	506.317,56	20,42	2.394.918,61	96,57	85.081,39
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	180.000,00	180.000,00	23.130,01	12,85	111.406,30	61,89	68.593,70
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.300.000,00	2.300.000,00	483.187,55	21,01	2.283.512,31	99,28	16.487,69

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(j)
Despesas Intra-Orçamentárias	3.815.000,00	3.725.000,00	503.430,90	2.427.618,28	1.297.381,72	503.430,90	2.427.618,28	1.297.381,72	2.179.350,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.815.000,00	3.725.000,00	503.430,90	2.427.618,28	1.297.381,72	503.430,90	2.427.618,28	1.297.381,72	2.179.350,31

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 7.454.086,39

FORQUILHINHA , 28/11/2016

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito MunicipalMÁRTY EYNG NUERNBERG
Contadora CRC/SC 37.916/O-0ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Adm. e FinançasJADNA COLOMBO PEREIRA
Controle Interno CRC/SC 29.204/O-6

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	84.635.000,00	88.289.092,87	8.852.201,99	55.439.815,59	95,80	10.276.451,77	49.112.557,84	39.176.535,03
Ação Legislativa	2.570.000,00	2.570.000,00	302.208,20	1.650.822,12	2,85	310.191,99	1.610.469,04	959.530,96
Administração	2.570.000,00	2.570.000,00	302.208,20	1.650.822,12	2,85	310.191,99	1.610.469,04	959.530,96
Planejamento e Orçamento	425.000,00	9.469.151,02	893.616,15	6.022.716,40	10,41	1.114.404,99	5.533.455,51	3.935.695,51
Administração Geral	8.550.000,00	425.000,00	50.808,98	286.263,80	0,49	51.117,06	286.263,80	138.736,20
Assistência ao Idoso	210.000,00	8.834.151,02	822.807,17	5.581.452,60	9,65	1.043.287,93	5.092.191,71	3.741.959,31
Segurança Pública	350.000,00	210.000,00	20.000,00	155.000,00	0,27	20.000,00	155.000,00	55.000,00
Policimento	350.000,00	399.925,00	-53.565,50	204.031,42	0,35	20.807,68	165.750,21	234.174,79
Assistência Social	3.320.000,00	399.925,00	-53.565,50	204.031,42	0,35	20.807,68	165.750,21	234.174,79
Assistência à Criança e ao Adolescente	240.000,00	3.478.337,91	289.260,22	1.829.463,04	3,16	385.779,43	1.749.476,20	1.728.861,71
Assistência Comunitária	2.150.000,00	253.880,00	1.600,00	7.593,00	0,01	1.600,00	7.593,00	248.287,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	930.000,00	2.294.457,91	139.873,48	1.244.109,31	2,15	256.392,69	1.164.122,47	1.130.335,44
Previdência Social	6.500.000,00	930.000,00	127.786,74	577.760,73	1,00	127.786,74	577.760,73	352.239,27
Previdência do Regime Estatutário	6.500.000,00	6.500.000,00	183.526,20	953.388,60	1,85	193.001,30	909.163,66	5.590.836,34
Saúde	16.200.000,00	6.500.000,00	183.526,20	953.388,60	1,65	193.001,30	909.163,66	5.590.836,34
Assistência Comunitária	0,00	17.185.622,29	1.953.108,56	12.418.486,89	21,46	2.239.022,26	11.074.515,98	6.111.106,31
Atenção Básica	15.360.000,00	170,51	0,00	170,51	0,00	0,00	170,51	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	615.000,00	16.193.354,89	1.904.992,82	11.527.464,97	19,92	2.127.718,46	10.457.073,92	5.736.280,97
Vigilância Sanitária	85.000,00	692.349,37	49.765,99	664.964,90	1,15	136.012,20	417.691,51	274.657,86
Vigilância Epidemiológica	140.000,00	101.855,63	-791,75	62.849,07	0,11	14.912,74	54.921,95	46.933,68
Educação	21.520.000,00	197.891,89	-858,50	163.037,44	0,28	20.378,86	144.658,09	53.233,80
Alimentação e Nutrição	1.005.000,00	22.596.226,81	2.801.563,24	14.919.376,04	25,78	2.845.213,58	13.646.343,06	8.949.883,75
Ensino Fundamental	13.710.000,00	1.006.461,12	0,00	896.099,30	1,55	110.361,82	733.849,69	272.611,43
Ensino Profissional	165.000,00	14.685.465,54	1.678.309,86	8.848.363,69	15,29	1.528.075,12	7.787.451,82	6.898.013,72
Ensino Superior	145.000,00	165.000,00	14.412,40	92.635,13	0,16	21.684,34	85.363,19	79.636,81
Educação Infantil	6.190.000,00	145.000,00	20.452,27	101.469,19	0,18	20.452,27	101.469,19	43.530,81
Educação Especial	305.000,00	6.289.300,15	1.040.728,71	4.718.638,73	8,15	1.060.448,25	4.676.039,17	1.613.260,98
Cultura	650.000,00	305.000,00	47.660,00	262.170,00	0,45	47.660,00	262.170,00	42.830,00
Difusão Cultural	850.000,00	690.000,00	9.176,09	351.512,85	0,61	4.444,72	325.203,41	364.796,59
Urbanismo	8.840.000,00	690.000,00	9.176,09	351.512,85	0,61	4.444,72	325.203,41	364.796,59
Infra-Estrutura Urbana	460.000,00	9.262.670,44	778.280,35	7.084.870,45	12,24	1.280.705,34	6.326.587,08	2.936.083,36
Serviços Urbanos	8.380.000,00	516.970,04	0,00	61.823,57	0,11	0,00	61.823,57	455.146,47
		8.745.700,40	778.280,35	7.023.046,88	12,14	1.280.705,34	6.264.763,51	2.480.936,89

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	84.635.000,00	88.289.092,87	8.852.201,99	55.439.815,59	95,80	32.849.277,28	10.276.451,77	49.124.557,84	95,29	39.176.535,03
	Habituação 415.000,00	415.000,00	16.357,12	124.095,16	0,21	290.904,84	16.357,12	124.095,16	0,24	290.904,84
	Habituação Urbana 415.000,00	415.000,00	16.357,12	124.095,16	0,21	290.904,84	16.357,12	124.095,16	0,24	290.904,84
	Gestão Ambiental 670.000,00	674.222,78	42.253,19	202.037,97	0,35	472.184,81	42.966,16	201.019,39	0,39	473.203,39
	Serviços Urbanos 50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
	Preservação e Conservação Ambiental 140.000,00	140.000,00	455,25	5.664,80	0,01	134.335,20	455,25	5.664,80	0,01	134.335,20
	Controle Ambiental 480.000,00	484.222,78	41.797,94	196.373,17	0,34	287.849,61	42.510,91	195.354,59	0,38	288.868,19
	Agricultura 2.655.000,00	2.736.167,38	200.830,10	1.915.947,57	3,31	820.219,81	237.799,69	1.803.475,50	3,50	932.691,88
	Extensão Rural 2.655.000,00	2.736.167,38	200.830,10	1.915.947,57	3,31	820.219,81	237.799,69	1.803.475,50	3,50	932.691,88
	Indústria 105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
	Promoção Industrial 105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
	Transporte 8.185.000,00	8.504.253,87	1.177.490,86	5.805.000,82	10,03	2.699.253,05	1.154.816,75	3.912.850,97	7,59	4.591.402,90
	Transporte Aéreo 45.000,00	45.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
	Transporte Rodoviário 8.140.000,00	8.459.253,87	1.187.490,86	5.805.000,82	10,03	2.654.253,05	1.154.816,75	3.912.850,97	7,59	4.546.402,90
	Desporto e Lazer 2.435.000,00	2.667.515,37	127.476,56	1.273.327,03	2,20	1.394.188,34	220.316,11	1.045.413,44	2,03	1.622.101,93
	Desporto Comunitário 1.780.000,00	1.913.329,63	127.476,56	1.114.703,06	1,93	798.626,57	182.716,40	942.106,89	1,83	971.222,74
	Lazer 655.000,00	754.185,74	0,00	158.623,97	0,27	595.561,77	37.599,71	103.306,55	0,20	650.879,19
ENCARGOS ESPECIAIS	1.000.000,00	1.000.000,00	150.620,65	684.739,23	1,18	315.260,77	150.620,65	684.739,23	1,33	315.260,77
	Outros Encargos Especiais 1.000.000,00	1.000.000,00	150.620,65	684.739,23	1,18	315.260,77	150.620,65	684.739,23	1,33	315.260,77
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA 35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) 3.815.000,00	3.725.000,00	503.430,90	2.427.618,28	4,20	1.297.381,72	503.430,90	2.427.618,28	4,71	1.297.381,72
	Legislativa 130.000,00	130.000,00	13.949,24	69.541,46	0,12	60.458,54	13.949,24	69.541,46	0,13	60.458,54
	Ação Legislativa 130.000,00	130.000,00	13.949,24	69.541,46	0,12	60.458,54	13.949,24	69.541,46	0,13	60.458,54
	Administração 570.000,00	570.000,00	116.592,40	551.952,37	0,95	18.047,63	116.592,40	551.952,37	1,07	18.047,63
	Administração Geral 570.000,00	570.000,00	116.592,40	551.952,37	0,95	18.047,63	116.592,40	551.952,37	1,07	18.047,63
	Assistência Social 35.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
	Assistência Comunitária 35.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
SAÚDE	1.290.000,00	1.305.000,00	186.133,44	906.786,00	1,57	398.214,00	186.133,44	906.786,00	1,76	398.214,00
	Atenção Básica 1.290.000,00	1.305.000,00	186.133,44	906.786,00	1,57	398.214,00	186.133,44	906.786,00	1,76	398.214,00
	Educação 1.660.000,00	1.560.000,00	174.870,66	836.156,05	1,44	723.843,95	174.870,66	836.156,05	1,62	723.843,95
	Ensino Fundamental 1.010.000,00	910.000,00	76.274,12	377.732,80	0,65	532.267,20	76.274,12	377.732,80	0,73	532.267,20
	Educação Infantil 650.000,00	650.000,00	98.596,54	458.423,25	0,79	191.576,75	98.596,54	458.423,25	0,89	191.576,75
GESTÃO AMBIENTAL	30.000,00	30.000,00	2.484,46	12.711,90	0,02	17.288,10	2.484,46	12.711,90	0,02	17.288,10
	Controle Ambiental 30.000,00	30.000,00	2.484,46	12.711,90	0,02	17.288,10	2.484,46	12.711,90	0,02	17.288,10

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de FORQUILHINHA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.815.000,00	3.725.000,00	503.430,90	2.427.618,28	4,20	1.297.381,72	503.430,90	2.427.618,28	4,71	1.297.381,72
Agricultura	100.000,00	100.000,00	9.400,70	50.470,50	0,09	49.529,50	9.400,70	50.470,50	0,10	49.529,50
Extensão Rural	100.000,00	100.000,00	9.400,70	50.470,50	0,09	49.529,50	9.400,70	50.470,50	0,10	49.529,50
TOTAL (III) = (I + II)	88.450.000,00	92.014.092,87	9.355.632,89	57.867.433,87	100,00	34.146.659,00	10.779.882,67	51.540.176,12	100,00	40.473.916,75

FONTE:

FORQUILHINHA, 28/11/2016

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

MÁRITY EYNG NUERNBERG
Contadora CRC/SC 37.916/O-0

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Adm. e Finanças

JADNA COLOMBO PEREIRA
Controlador Interno CRC/SC 29.204/O-6

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2016
Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)													
5.401.524,42	6.263.740,26	5.931.920,87	6.478.401,49	5.920.022,89	7.388.385,78	6.168.927,45	5.914.398,17	6.193.948,79	5.581.773,37	5.614.277,03	6.045.870,41	72.903.578,95	68.285.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA													
415.363,71	415.919,12	286.055,14	633.404,24	990.706,62	2.240.225,06	611.430,06	645.698,55	656.750,88	466.118,20	472.800,32	537.202,20	8.371.474,10	11.649.000,00
I.P.T.U.													
15.427,08	290,06	1.360,24	48.012,08	340.988,07	1.263.272,12	75.080,01	78.047,76	59.276,28	8.266,21	5.302,37	8.630,85	1.896.363,13	2.500.000,00
I.R.R.F.													
71.564,39	142.412,79	9.177,83	68.702,17	52.890,98	66.237,15	73.501,50	72.509,66	79.755,91	79.467,44	75.567,40	80.354,23	871.207,65	1.200.000,00
I.S.S.													
186.800,21	182.440,41	180.184,03	173.667,47	271.565,54	243.851,10	288.494,55	279.221,92	338.681,66	272.174,79	284.543,74	339.387,18	3.041.403,60	2.940.000,00
I.T.B.I.													
105.583,31	53.486,83	43.361,82	62.984,07	47.556,66	98.151,56	102.565,49	136.004,62	92.645,32	77.680,85	75.423,95	95.185,99	990.630,47	1.140.000,00
Outras Receitas Tributárias													
35.988,72	37.289,03	51.971,22	27.978,45	277.904,37	568.713,13	71.788,51	79.914,39	87.391,71	28.529,91	30.643,95	1.571.875,25	3.869.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES													
222.801,74	371.895,78	215.655,84	220.538,60	255.800,51	260.321,19	286.324,30	281.318,69	274.997,37	280.630,37	275.773,06	275.993,00	2.890.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL													
351.516,34	423.230,27	492.226,91	440.703,32	603.699,34	516.465,07	379.569,95	466.362,72	471.169,67	459.461,81	463.473,83	350.974,56	5.418.853,79	3.846.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA													
1.580,00	3.625,00	1.607,50	1.637,50	2.302,50	1.717,00	2.672,50	2.217,00	3.718,50	3.517,50	3.326,50	6.102,50	34.024,00	60.000,00
RECEITA INDUSTRIAL													
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS													
8.047,00	4.147,76	17.931,16	73.186,69	23.439,34	14.300,11	10.319,29	21.617,45	14.938,35	19.353,33	12.747,76	7.632,92	227.659,16	430.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES													
4.203.897,60	4.790.553,27	4.747.081,02	4.877.859,63	3.917.596,95	4.874.092,19	4.674.092,19	4.345.514,57	4.640.901,28	4.197.060,88	4.190.452,49	4.695.991,48	53.464.098,63	63.630.000,00
Cota-Parte do FPM													
1.114.069,58	1.281.052,18	1.217.349,21	1.523.945,19	925.672,67	1.100.428,00	1.463.300,97	1.208.923,66	1.456.548,82	1.086.961,45	883.916,82	1.072.982,20	14.335.148,75	18.000.000,00
Cota-Parte do ICMS													
1.387.373,98	1.354.331,67	1.519.222,22	1.320.461,34	1.335.468,88	1.373.080,70	1.328.149,50	1.348.600,70	1.317.789,74	1.337.595,71	1.444.930,10	1.494.895,28	16.861.649,49	20.000.000,00
Cota-Parte do IPVA													
199.610,73	144.902,60	108.682,35	142.897,05	201.981,99	196.027,72	204.963,88	211.021,11	221.026,78	222.569,98	249.158,50	233.709,81	2.500.000,00	
Cota-Parte do ITR													
1.174,27	304,04	0,00	79,67	97,50	69,63	328,07	107,33	12,86	127,21	8.590,01	18.271,05	29.161,64	10.000,00
Outras Transferências Correntes													
591.955,83	1.074.241,65	695.200,30	889.797,60	493.889,09	509.702,11	638.996,65	598.145,10	689.782,86	566.476,25	618.971,49	716.886,19	8.071.043,12	9.555.000,00
Transferências da LC 61/1989													
21.378,36	21.109,86	25.403,71	19.614,37	19.154,69	19.654,34	22.319,08	13.281,24	18.044,99	18.234,30	19.967,63	21.104,76	239.272,33	450.000,00
Transferências da LC 87/1996													
5.751,70	5.751,70	5.636,80	5.636,80	5.636,80	5.636,80	5.636,80	5.636,80	5.636,80	5.636,80	5.636,80	5.636,80	67.871,40	115.000,00
Transferências do FUNDEB													
882.643,15	908.859,57	1.075.586,43	978.422,61	935.696,33	980.500,30	1.010.397,24	967.798,63	932.048,43	959.480,18	980.572,52	1.117.256,70	11.729.242,09	13.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES													
198.318,03	254.389,08	171.363,30	231.071,51	126.877,63	170.260,08	204.519,16	153.657,19	131.374,74	155.631,28	195.903,07	172.573,75	2.166.018,82	5.790.000,00
DEDUÇÕES (II)													
701.419,32	869.976,74	703.971,41	771.094,96	611.832,92	654.162,47	739.312,02	683.108,52	729.391,33	662.549,27	696.471,79	705.193,97	8.331.484,72	9.510.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência													
1.441,42	2.882,84	1.441,42	56.094,77	3.169,02	3.169,02	3.169,02	3.169,02	3.169,02	3.169,02	52.082,07	4.736,54	137.693,18	25.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor													
108.480,77	227.035,14	107.271,32	115.472,51	111.061,59	112.014,69	131.203,55	122.425,26	122.408,49	125.155,41	126.208,28	128.087,95	1.536.804,96	1.270.000,00
Contribuição Assist. Médica Servidores RPPS/SMAS													
45.657,56	79.568,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.226,14	0,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB													
545.859,57	561.480,18	595.258,67	602.527,68	497.032,31	538.973,76	604.939,45	557.514,24	603.813,82	534.224,84	518.161,44	572.369,48	6.732.760,44	8.215.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)													
4.700.105,10	5.393.763,54	5.227.949,46	5.704.306,53	5.308.689,97	6.734.223,31	5.429.615,43	5.231.277,65	5.464.457,46	4.919.224,10	4.917.805,24	5.340.676,44	64.372.094,23	78.775.000,00

FONTE:

FORQUILHINHA - 28/11/2016

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

MARITY EYNG NUERNBERG
Contadora CRC/SC 37.916/O-0

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Adm. e Finanças

JADNA COLOMBO PEREIRA
Controlador Interno CRC/SC 29.204/O-6

Fraiburgo

PREFEITURA

AT16PMF124**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF124
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ESSENCIAL COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO LTDA Valor : 40.819,60 (quarenta mil oitocentos e dezenove reais e sessenta centavos).
Vigência : Início: 04/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 12/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE LOUSAS EDUCACIONAIS INTERATIVAS E MESAS DIGITAIS INTERATIVAS PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE SOFTWARES E LICENÇAS, COM ENTREGAS DURANTE O PERÍODO DE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF125**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF125
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI ME Valor : 3.480,00 (três mil quatrocentos e oitenta reais).
Vigência : Início: 10/11/2016 Término: 31/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 140/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI).

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF126**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF126
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA – ME.
Valor : 47.692,74 (quarenta e sete mil seiscentos e noventa e dois reais e setenta e quatro centavos).
Vigência : Início: 10/11/2016 Término: 31/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 140/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI).

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF127**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF127
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.
Valor : 3.417,88 (três mil quatrocentos e dezessete reais e oitenta e oito centavos).
Vigência : Início: 10/11/2016 Término: 31/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 140/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI).

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF128**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF128
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: JOINMIX COMÉRCIO CASA E CONSTRUÇÃO LTD Valor : 5.089,72 (cinco mil e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos).
Vigência : Início: 10/11/2016 Término: 31/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 140/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI).

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF129**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF129
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: D.A.P. COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME Valor : 43.050,00 (quarenta e três mil e cinqüenta reais).
Vigência : Início: 11/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MANGUEIRA LUMINOSA DE LED, PARA CONFECÇÃO DE ENFEITES PARA USO NA DECORAÇÃO NATALINA DA CIDADE DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF130
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16PMF130
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada.: INFO-TRIZ COMERCIAL LTDA EPP
Valor : 34.339,95 (trinta e quatro mil trezentos e trinta e nove reais e noventa e cinco centavos).
Vigência : Início: 11/11/2016 Término: 31/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS E TONER PARA AS IMPRESSORAS UTILIZADAS NO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI).

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF131
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16PMF131
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME Valor : 2.990,00 (dois mil novecentos e noventa reais).
Vigência : Início: 11/11/2016 Término: 31/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS E TONER PARA AS IMPRESSORAS UTILIZADAS NO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI).

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF132
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16PMF132
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA
Valor : 35.225,50 (trinta e cinco mil duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos).
Vigência : Início: 11/11/2016 Término: 31/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS E TONER PARA AS IMPRESSORAS UTILIZADAS NO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI).

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF133
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16PMF133
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: FRAI VEST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VESTUÁRIO LTDA.
Valor : 8.330,00 (oito mil trezentos e trinta reais).
Vigência : Início: 17/11/2016 Término: 28/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 142/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE CAMISAS E CAMISETAS PARA USUÁRIOS DOS GRUPOS DE

CONVÊNIO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF134
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16PMF134
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA Valor : 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais).
Vigência : Início: 21/11/2016 Término: 31/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 145/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO E RETIRADA DE ENFEITES NATALINOS E DE PÁSCOA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0070_2016 -AGF

Aviso da Inexigibilidade de Licitação 0070/2016-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0307/2016 – PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0070/2016

O Município de Fraiburgo – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público, com fundamento no art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a Inexigibilidade de Licitação nº 0070/2016, cujo objeto é a contratação da empresa AGF – ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA., inscrita no CNPJ de nº 03.910.392/0001-14, para ampliação e fortalecimento do sistema antigranizo no município de Fraiburgo para proteger a área, rural e industrial com a instalação de 03 geradores antigranizo nas seguintes Localidades: Arroio da Barra, Dandara e Linha Baia, com validade de novembro a dezembro de 2016, vinculado ao convenio TR219, firmado entre a Secretaria de Desenvolvimento Regional e o Município de Fraiburgo, processo SDR 09 2572/2016. Valor total do Contrato: R\$ 24.009,60 (vinte e quatro mil nove reais e sessenta centavos), e será pago em 02 (duas) parcelas mensais de R\$ 12.004,80 (doze mil quatro reais e oitenta centavos), com o primeiro vencimento para o dia 30 de novembro de 2016 e o segundo para 16 de dezembro de 2016.

Fraiburgo(SC), 25 de novembro de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035_2016-PMF RP 0026

Aviso do Pregão Presencial nº 0035/2016– PMF
Registro de Preços Nº 0026/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições em contratações futuras, de forma parcelada, de café e açúcar, para consumo do Órgão Gerenciador (Fundo Municipal de Saúde). Julgamento: Menor Preço Por LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 16:00 horas do dia 09.12.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 16:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura:

no mesmo dia às 16:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.
Fraiburgo (SC), 25 de novembro de 2016.
Nilce Pinz – Secretária Municipal de Saúde

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0048_2016-SF-RP 0025

Aviso do Pregão Presencial nº 0048/2016– SF
Registro de Preços nº 0025/2016
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de produto químico para uso na eta (estação de tratamento de água) durante o período de dezembro de 2016 a março de 2017. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 15:45 horas do dia 12.12.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Até às 16:00 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. ABERTURA DO CERTAME: no mesmo dia às 16:00. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.
Fraiburgo (SC), 25 de novembro de 2016.
João Albino de Barros – Presidente da SANEFRAI.

CT16PMF159

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF159
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIA.
Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)
Vigência : Início: 09/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2016.
Objeto : DESPESA COM PUBLICAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA DE ATOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF160

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF160
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: FUNDACAO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECONOMICAS.
Valor : 116.750,00 (cento e dezesseis mil setecentos e cinquenta reais).
Vigência : Início: 09/11/2016 Término: 28/02/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 29/2016.
Objeto : CONTRATAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECONOMICAS- FEPESE, COM BASE NO ARTIGO 24, INCISO XIII DA LEI 8.666/93, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO

TEMPORARIA DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF161

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF161
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA – EPP.
Valor : 68.670,00 (sessenta e oito mil seiscentos e setenta reais).
Vigência : Início: 11/11/2016 Término: 30/11/2016
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 30/2016
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART.24, IV DA LEI 8.666/93, PARA AQUISIÇÃO DE TELHAS DE AMIANTO PARA DISTRIBUIÇÃO A POPULAÇÃO ATINGIDA PELO GRANIZO OCORRIDO NO DIA 18/10/2016 E VENDAVAL DO DIA 19/10/2016, CONFORME DECRETO 252/2016, E LEVANTAMENTO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF163

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF163
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: GMI - SHOWS E PROMOÇÕES LTDA ME
Valor : 13.000,00 (treze mil reais)
Vigência : Início: 21/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 68/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DIRETA DA EMPRESA "GMI - SHOWS E PROMOÇÕES LTDA ME" PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL A SER REALIZADO PELO "GRUPO MUSICAL IMAGEM" NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016, NA PRAÇA MARIA FREY, ONDE ESTARÃO SENDO REALIZADAS AS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO DESTA MUNICÍPIO.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF164

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF164
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ELIO M LAZZAROTTO-ME Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)
Vigência : Início: 23/11/2016 Término: 23/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 69/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DO "PAPAI NOEL DO BRASIL" PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DURANTE O EVENTO DE ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO ANO LETIVO DE 2016 QUE A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROMOVERÁ NO CENTRO DE EVENTOS "PREFEITO SEBASTIÃO ANDRADE DOS SANTOS" NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

NOTA DE ESCLARECIMENTO
NOTA DE ESCLARECIMENTO

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, esclarece aos Professores Efetivos da Rede Municipal de Ensino que foi decidido na reunião de transição democrática de governo que haverá o processo de ampliação de carga horária para o ano letivo de 2017, de acordo com a necessidade do serviço público, independente da inscrição nos editais de contratações temporárias nº 28/2016 e 29/2016. O calendário das ampliações será divulgado pela Secretaria de Educação e levado ao conhecimento de todos os professores efetivos interessados até o dia 16/12/2016.

Fica esclarecido que os editais de contratações temporárias de nº 28/2016 e 29/2016, com inscrições abertas até 12/12/2016, é uma decisão pessoal de cada interessado e que não terá influência no processo de ampliação de carga horária dos professores efetivos. Fraiburgo (SC), 25 de novembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

TÂNIA DA SILVA FERREIRA
RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PORTARIA Nº 1930/2016

PORTARIA Nº 1930, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0025 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 106/2016 da Fundação Municipal de Esportes - FME;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROGERIO CARLOS ALVES DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 552.439.409-68, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de dezembro de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

TA.AT16PMF96**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16PMF96 - Contrato Nº: AT16PMF95
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada...: ALEXANDRA BARPP EIRELI - ME
Vigência : Início: 16/11/2016 Término: 31/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 107/2016
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE

VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO DE 2017.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA.AT16PMF97**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16PMF97 - Contrato Nº: AT16PMF96
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Vigência : Início: 16/11/2016 Término: 31/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 107/2016
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO DE 2017.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA.AT16PMF98**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16PMF98 - Contrato Nº: AT16PMF98
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada...: SUPER-MERCADO JOTA LTDA EPP
Vigência : Início: 16/11/2016 Término: 31/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 107/2016
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO DE 2017.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA.AT16PMF99**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16PMF99 - Contrato Nº: AT16PMF77
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME Valor : 8.006,39 (oito mil e seis reais e trinta e nove centavos).
Vigência : Início: 22/11/2016 Término: 28/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 89/2016
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NA QUANTIDADE DOS ITENS.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF197**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF197 - Contrato Nº: CT15PMF125
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada...: CONS-
TRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME
Vigência : Início: 03/11/2016 Término: 23/11/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
19/2015.
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMI-
DADE COM O ART. 57 DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIO-
RES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE
VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEI-
RA DO CONTRATO E ADITIVOS, CONFORME SOLICITAÇÃO E JUS-
TIFICATIVA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA SR. JAN MARCEL
GOMES MARTINS, ATÉ A DATA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF199**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF199 - Contrato Nº: CT15PMF12
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: KARINE DE OLIVEIRA TRANSPORTES EIRELI ME
Vigência : Início: 03/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015
Objeto : AS PARTES RESOLVEM EFETIVAR A INCLUSÃO DE
01 (UM) VEÍCULO (ÔNIBUS), PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO,
CONFORME ITEM 5.9 DO TERMO DE REFERÊNCIA, AS DESCRI-
ÇÕES A SEGUIR: PAS / ONIBUS/ NÃO APLIC, Placa: KXV 0197, Ano/
Modelo: 2005-2006 COR BRANCA, Chassi: 9BM3840676B448557,
Renavam: 865833265, Capacidade: 37 P / 177CV.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF200**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF200 - Contrato Nº: CT16PMF109
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVICOS LTDA - EP Va-
lor : 11.218,00 (onze mil duzentos e dezoito reais).
Vigência : Início: 04/11/2016 Término: 03/04/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
19/2016.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO,
EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, ALÍNEA "B" E § 1º DA LEI
Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO CON-
FORME SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ENGENHEIRO FISCAL
DA OBRA (ANEXO AO PROCESSO), SR. JAN MARCEL GOMES MAR-
TINS, RESULTANDO EM DECRÉSCIMO NO VALOR TOTAL DE R\$
11.218,00 (ONZE MIL, DUZENTOS E DEZOITO REAIS).

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF201**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF201 - Contrato Nº: CT16PMF109
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVICOS LTDA Valor
..... : 21.928,26 (vinte e um mil novecentos e vinte e oito reais
e vinte e seis centavos).
Vigência : Início: 07/11/2016 Término: 03/04/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
19/2016.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO,
EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, ALÍNEA "B" E § 1º DA LEI
Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO CON-
FORME SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ENGENHEIRO FIS-
CAL DA OBRA (ANEXO AO PROCESSO), SR. JAN MARCEL GOMES
MARTINS, RESULTANDO EM ACRÉSCIMO NO VALOR TOTAL DE R\$
21.928,26 (VINTE E UM MIL, NOVECIENTOS E VINTE E OITO REAIS
E VINTE E SEIS CENTAVOS).

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF202**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF202 - Contrato Nº: CT16PMF134
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EP Va-
lor : 7.788,80 (sete mil setecentos e oitenta e oito reais e
oitenta centavos).
Vigência : Início: 07/11/2016 Término: 30/11/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:
26/2016.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CON-
FORMIDADE COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM
ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM A ALTERAÇÃO NA QUANTIDA-
DE DE TELHAS DE FIBROCIMENTO USADAS, DEVIDO A NECES-
SIDADE DE TROCA DE TAMANHOS EM ALGUNS LOCAIS, PARA O
BOM APROVEITAMENTO DAS ESTRUTURAS DOS TELHADOS EXIS-
TENTES, CONFORME MEDIÇÃO ANEXA AO PAL.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF203**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF203 - Contrato Nº: CT16PMF134
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI Valor
..... : 11.737,35 (onze mil setecentos e trinta e sete reais e
trinta e cinco centavos).
Vigência : Início: 07/11/2016 Término: 30/11/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Nº.: 26/2016
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CON-
FORMIDADE COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM
ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM A ALTERAÇÃO NA QUANTIDA-
DE DE TELHAS DE FIBROCIMENTO USADAS, DEVIDO A NECES-
SIDADE DE TROCA DE TAMANHOS EM ALGUNS LOCAIS, PARA O
BOM APROVEITAMENTO DAS ESTRUTURAS DOS TELHADOS EXIS-
TENTES, CONFORME MEDIÇÃO ANEXA AO PAL.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF205**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF205 - Contrato Nº: CT16PMF128
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRES-
SOS OFICIA.
Valor : 500,00 (quinhentos reais)
Vigência : Início: 09/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:
22/2016.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFA-
DO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, ALÍNEA "B" E § 1º DA
LEI 87.666/93 AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO PARA
ACRÉSCIMO DE 25%, NO VALOR DE R\$ 500,00 (QUINHENTOS RE-
AIS), CONFORME O VALOR NO CONTRATO SER POR ESTIMATIVA.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF206**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF206 - Contrato Nº: CT16PMF30
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada...: DOCA
OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP
Vigência : Início: 11/11/2016 Término: 14/12/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
5/2016.
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMI-
DADE COM O ART. 57, § 1º, INC. II DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERA-
ÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA
DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA SR. ADEMIR VICENTE FRANCO
DE SOUZA JUNIOR, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO
DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁU-
SULA TERCEIRA (3.1) DO CONTRATO E ADITIVO PARA ATÉ A
DATA DE 14.12.2016.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF207**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF207 - Contrato Nº: CT16PMF34
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: RODRIGUES & DA SILVA LTDA EPP Valor
: 14.041,23 (quatorze mil e quarenta e um reais e vinte e três
centavos).
Vigência : Início: 16/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
6/2016.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO,
EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, I, ALÍNEA "B" E § 1º DA LEI
Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO PARA
DECRÉSCIMO NO VALOR R\$ 14.041,23 (QUATORZE MIL, QUAREN-
TA E UM REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS) DETALHADAS NA
PLANILHA DE ADITIVO CONTRATUAL AUTORIZADA E JUSTIFICA-
TIVA PELO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, SR. FLÁVIO ANDRÉ DE
OLIVEIRA (ANEXO AO PROCESSO).

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF208**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF208 - Contrato Nº: CT16PMF34
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: RODRIGUES & DA SILVA LTDA EPP Valor :
6.254,33 (seis mil duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e
três centavos).
Vigência : Início: 16/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
6/2016.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO,
EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, I, ALÍNEA "B" E § 1º DA LEI
Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO PARA
ACRÉSCIMO NO VALOR R\$ 6.254,33 (SEIS MIL DUZENTOS E CIN-
QUENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS) DETA-
LHADAS NA PLANILHA DE ADITIVO CONTRATUAL AUTORIZADA
E JUSTIFICATIVA PELO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, FLÁVIO
ANDRÉ DE OLIVEIRA (ANEXO AO PROCESSO).

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF209**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF209 - Contrato Nº: CT15PMF11
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA Valor
..... : 66.524,88 (sessenta e seis mil quinhentos e vinte e qua-
tro reais e oitenta e oito centavos).
Vigência : Início: 16/11/2016 Término: 20/12/2016
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
5/2014.
Objeto : PELO PRESENTE TERMO ADITIVO FICA AJUSTA-
DO O VALOR TOTAL DO CONTRATO ALTERADO PELO ADITIVO
DE ACRÉSCIMO Nº TA15PMF74 NO VALOR DE R\$ 66.524,88, DA-
TADO DE 13 DE MAIO DE 2015, ENCAMINHADO PARA ANÁLISE
E APROVAÇÃO DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, ONDE O VALOR
TOTAL PASSOU PARA R\$ 3.836.622,88, SENDO O MESMO NÃO
APROVADO PELA CAIXA, VOLTANDO O CONTRATO AO SEU VALOR
ORIGINAL, OU SEJA, R\$ 3.770.098,00, E ANULADO O EMPENHO
CONFORME NOTA DE ANULAÇÃO Nº 329/2015).

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF210**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF210 - Contrato Nº: CT15PMF11
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA Valor
..... : 20.066,61 (vinte mil e sessenta e seis reais e sessenta
e um centavos).
Vigência : Início: 16/11/2016 Término: 20/12/2016
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
5/2014.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO,
EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, I, ALÍNEA "B" E § 1º DA LEI
Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO PARA
ACRÉSCIMO NO VALOR R\$ 20.066,61 (VINTE MIL, SESSENTA E
SEIS REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS), COM RECURSOS PRÓ-
PRIOS DO MUNICÍPIO, PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA MADALENA
MARIA PITT NO BAIRRO FISCHER, DETALHADAS NA PLANILHA
DE ADITIVO CONTRATUAL SOLICITADA E JUSTIFICATIVA PELO

ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, SR. FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA ANEXO AO PROCESSO.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF211
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF211 - Contrato Nº: CT14PMF108
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: A.R.G INDUSTRIAL LTDA
Vigência : Início: 17/11/2016 Término: 19/01/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2014.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO SR. ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JÚNIOR, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF213
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF213 - Contrato Nº: CT16PMF125
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: FEMAKS - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP.
Valor : 8.048,98 (oito mil e quarenta e oito reais e noventa e oito centavos).
Vigência : Início: 18/11/2016 Término: 27/01/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 23/2016.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, I, ALÍNEA "B" E § 1º DA LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO PARA ACRÉSCIMO NO VALOR R\$ 8.048,98 (OITO MIL, QUARENTA E OITO REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS) DETALHADAS NA PLANILHA DE ADITIVO CONTRATUAL SOLICITADA E JUSTIFICATIVA PELOS ENGENHEIROS, ANDRE CARLOS CHELLI E JAN M. G. MARTINS, E AUTORIZADA PELO SECRETRARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SR. ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA (ANEXO AO PROCESSO).

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF214
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF214 - Contrato Nº: CT16PMF35
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA Valor : 8.169,61 (oito mil cento e sessenta e nove reais e sessenta e um centavos).
Vigência : Início: 18/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2016.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO,

EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, ALÍNEA "B" E § 1º DA LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO CONFORME JUSTIFICATIVA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA (ANEXO AO PROCESSO), SR. FLAVIO ANDRE DE OLIVEIRA, RESULTANDO EM DECRÉSCIMO NO VALOR TOTAL DE R\$ 8.169,61 (OITO MIL, CENTO E SESSENTA E NOVE REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS).

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF215
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF215 - Contrato Nº: CT16PMF41
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Vigência : Início: 21/11/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 11/2016.
Objeto : O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57 LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, CONFORME SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, SR. FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA (3.2) DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 31.12.2016.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF216
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF216 - Contrato Nº: CT15PMF125
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada...: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME
Vigência : Início: 22/11/2016 Término: 15/12/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 19/2015.
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57 DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS, CONFORME SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, SR. JAN MARCEL GOMES MARTINS, ATÉ A DATA DE 15.12.2016.

Fraiburgo, 24 de Novembro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 198/2016

DECRETO N.º 198, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 78.893,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ BERNARDO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 2.017 de 25/11/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 78.893,00 (setenta e oito mil, oitocentos e noventa e três reais), no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	78.893,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	78.893,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	78.893,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 78.893,00 (setenta e oito mil, oitocentos e noventa e três reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	78.893,00
10301251.073 - Aquisição de Veículos	1.380,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	1.380,00
10301251.074 - Construção, Ampliação, Reforma e Apar. De Unidades de Saúde	49.794,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	49.794,00
10301252.077 - Manutenção da Assistência Farmacêutica	27.719,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	27.719,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2016.

LUIZ BERNARDO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 199/2016

DECRETO N.º 199, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 60.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ BERNARDO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 2.018 de 25/11/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), no Orçamento vigente:

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	60.000,00
23695511.060 - Empreendimentos Turísticos	60.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	60.000,00
26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	60.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2016.

LUIZ BERNARDO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

EDITAL DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANOS E TAXAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2017

EDITAL DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e com fundamento no Código Tributário Municipal e suas alterações, TORNA PÚBLICO o lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e Taxa de Coleta de Lixo, incidentes sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse a qualquer título de bens imóveis localizados no Município, relativos ao exercício de 2017 e, ainda, o lançamento da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, incidente sobre a propriedade imobiliária de imóvel urbano não-edificado, que não disponha de ligação regular de energia elétrica, nos termos da Lei Municipal n.º 1.828, de 04 de setembro de 2014.

1. LANÇAMENTO

1.1. O contribuinte será notificado do lançamento do tributo no domicílio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto, nos termos do artigo 112, §§ 1º e 2º, do Código Tributário Municipal.

1.2 A notificação de lançamento conterà (CTM, artigo 114):

- O endereço do imóvel tributado;
- O nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;
- A denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- O valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;
- O prazo de recolhimento;
- O comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

1.2. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão

ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidades ou erro de fato, nos termos do artigo 115, caput, do CTM.

2. PAGAMENTO

2.2. Os tributos a que se refere este Edital poderão ser pagos na Rede Bancária:

- integralmente até 15 de Fevereiro de 2017, com 15% (quinze cento) de desconto;
- em 10 (dez) parcelas mensais sucessivas, sem desconto, vencíveis a partir do mês de março do ano de 2017, sempre no dia 15 de cada mês, com parcela mínima de 10 UFIR.

3. ATRASO NO PAGAMENTO

3.1. O não pagamento dos tributos nas datas previstas neste Edital sujeitará o contribuinte aos seguintes acréscimos:

- Multa e juros de mora, calculados com base na legislação vigente;
- Inscrição do saldo devedor em Dívida Ativa Municipal para cobrança judicial, no primeiro dia útil do exercício subsequente.

4. DISTRIBUIÇÃO DOS CARNÊS:

4.1. Os carnês de IPTU serão encaminhados via correio, sendo que a cota única será enviada em 25/01/2017 e o carne para pagamento na forma parcelada será impresso após o vencimento da cota única em 15/02/2017 e também enviado via correio no dia 20/02/2017.

4.2. A impressão da cota única ou parcelas poderá ser feita via site da prefeitura no endereço www.garopaba.sc.gov.br, após o dia 10/01/2017.

4.3. A Prefeitura Municipal de Garopaba contará com equipe de atendimento presencial para entrega da cota única na forma dos itens antecedentes, entre os dias 18/01/2017 e 22/01/2017.

5. CARNÊS NÃO RECEBIDOS:

5.1. O contribuinte que não receber seu carne do IPTU até o dia 15/02/2017, em seu endereço, poderá procurá-lo no Setor Tributário da Prefeitura Municipal de Garopaba, localizada na Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro, Fone (48) 3254-8100, ou ainda, emití-lo na rede mundial de computadores (internet), por meio do site www.garopaba.sc.gov.br, no link IPTU 2017.

5.2. Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer por meio de entrega pessoal da notificação, quer por meio de sua remessa por via postal com aviso de recebimento, considerar-se-á efetivado o lançamento ou suas alterações mediante o presente Edital publicado, nos termos do artigo 14 c/c artigo 111 e seguintes, ambos do Código Tributário Municipal.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. Os imóveis localizados fora da zona urbana, comprovadamente utilizados como residência ou sítio de recreio o nos quais a eventual produção não se destine ao comércio, estão sujeitos a incidência do imposto predial e territorial urbano, nos termos do artigo 4º, §2º, do Código Tributário Municipal.

6.2. A Prefeitura de Garopaba passou a utilizar um novo sistema para gestão do Cadastro Imobiliário (SISTEMA DE GEORREFERENCIAMENTO). Por meio deste sistema de gestão, todos os imóveis localizados dentro da Zona Urbana do Município de Garopaba estão cadastrados e sujeitos a tributação.

6.2.1. O Proprietário ou Possuidor de Imóvel localizado dentro das Zonas Urbana e Especial Urbana do Município e que não tiverem seus imóveis identificados no referido Sistema, deverão comparecer na Prefeitura de Garopaba, Setor de Cadastro Imobiliário e GEORREFERENCIAMENTO no período de 15/01/2017 a 15/02/2017 para identificação, sob pena de multa (artigo 19, do Código Tributário Municipal).

Garopaba, 25 de novembro de 2016.

LUIZ BERNARDO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 28/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LEI Nº 2017, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 2.017, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 78.893,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ BERNARDO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 78.893,00 (setenta e oito mil, oitocentos e noventa e três reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	78.893,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	78.893,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	78.893,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 78.893,00 (setenta e oito mil, oitocentos e noventa e três reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	78.893,00
10301251.073 - Aquisição de Veículos	1.380,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	1.380,00
10301251.074 - Construção, Ampliação, Reforma e Apar. De Unidades de Saúde	49.794,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	49.794,00
10301252.077 - Manutenção da Assistência Farmacêutica	27.719,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	27.719,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2016.

LUIZ BERNARDO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 28/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 2018, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 2.018, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 60.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ BERNARDO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no Orçamento vigente:

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	60.000,00
23695511.060 - Empreendimentos Turísticos	60.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	60.000,00
26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	60.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2016.

LUIZ BERNARDO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 28/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 2019, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 2.019, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI Nº 1.116, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE GAROPABA – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ BERNARDO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Sistema Municipal de Ensino do Município de Garopaba, que tem por finalidade:

I – Desenvolvimento pleno do ser humano;

II – Formação de educandos e educadores na perspectiva democrática e participativa;

III – Produção e difusão dos conhecimentos historicamente produzidos.

Art. 2º - O Sistema Municipal de Ensino compreende os seguintes órgãos:

I – Como órgão executivo das políticas de educação básica, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II – Como órgão assessor junto a Secretaria de Educação e Cultura e normativo das escolas da rede municipal de educação básica e das unidades escolares de educação infantil privada, o Conselho Municipal de Educação;

III – As escolas da educação infantil, ensino fundamental e profissional no âmbito da educação básica, mantidas e administradas pelo poder público municipal;

IV – As unidades escolares – creches e pré-escolares – mantidas e administradas pela iniciativa privada, tanto as de caráter lucrativo, como as comunitárias, confessionais e filantrópicas.

Parágrafo único - A legislação específica regulamentará a estrutura da Secretaria Municipal e do Conselho Municipal, a partir das atribuições previstas nesta Lei.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Educação, constituído por 11 (onze) membros, residentes no município de Garopaba, metade dos quais, indicados pela sociedade civil terá, entre outras, as seguintes atribuições:

I – Colaborar com o poder executivo na definição das políticas de

educação escolar no município, elaborando propostas para o Plano Municipal de Educação e para as Leis Orçamentárias Anuais e Plurianuais;

II – Assessorar a Secretaria Municipal de Educação e Cultura na discussão do projeto político pedagógico do sistema e das unidades escolares;

III – Definir as diretrizes curriculares para a educação infantil e ensino fundamental, nas diferentes modalidades, de acordo com a legislação e as normas nacionais e estaduais pertinentes;

IV – Credenciar as instituições de ensino mantidas pela iniciativa privada que oferecem educação infantil;

V – Credenciar as instituições de ensino mantidas pelo município que oferecem educação básica em qualquer das suas etapas e modalidades;

VI – Autorizar os cursos no âmbito da educação básica, inclusive profissional, oferecidas por instituições credenciadas mantidas pelo município;

VII – Supervisionar as escolas abrangidas pelo sistema municipal de ensino, para garantir e aperfeiçoar sua qualidade;

VIII – Manter intercâmbio com o Conselho Nacional de Educação, com o Conselho Estadual de Educação e com os demais Conselhos e instituições municipais que atuam na educação;

IX – Analisar as estatísticas da educação municipal, anualmente, oferecendo subsídios a Secretaria Municipal de Educação;

X – Fiscalizar aplicação de recursos em educação observando os limites estabelecidos pela Constituição Federal e legislação complementar;

XI – Subsidiar a elaboração, acompanhar a execução e avaliar o Plano Municipal de Educação;

XII – Fixar normas, nos termos da lei, para:

a) A educação infantil e o ensino fundamental;

b) A educação infantil e o ensino fundamental no que concerne a inclusão de estudantes com deficiência ou altas habilidades;

c) Ao ensino fundamental destinado a jovens e adultos que não o acessaram em idade própria;

d) A educação infantil e o ensino fundamental dos quilombolas;

e) A elaboração dos regimentos e projetos políticos pedagógicos das unidades de ensino.

Art. 4º - A Secretaria de Educação e Cultura é o órgão próprio do sistema municipal de ensino, para planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar as atividades de ensino a cargo do poder público municipal no âmbito da educação básica.

§ 1º - Para cumprir suas atribuições a Secretaria contará com:

I – Estrutura administrativa própria, criada em lei e regulamentada por decreto municipal;

II – Pessoal contratado para cargos em comissão, nomeados por ato do Poder Executivo, pessoal de carreira, regulamentado em lei, com acesso por concurso público e pessoal admitido para prestação de serviços temporários;

§ 2º - As ações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura pautar-se-ão pelos princípios de gestão democrática, produtividade e racionalidade sistêmica e autonomia das unidades escolares.

Art. 5º - As escolas da rede municipal, tanto as de educação infantil, como as de ensino fundamental, médio e profissional, elaborarão periodicamente seu projeto político pedagógico, dentro dos parâmetros da política educacional do município e de progressivos graus de autonomia, e contarão com um regimento escolar, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo Único - O projeto político pedagógico e o regimento escolar, além das disposições legais sobre a educação escolar da União e do município, constituir-se-ão no referencial para autorização de cursos e avaliação de qualidade, e para fiscalização das atividades dos estabelecimentos de ensino, de competência do Conselho Municipal e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 6º - As escolas, mantidas pela iniciativa privada, que oferecem

educação infantil, precisam ser credenciadas e ter seus cursos autorizados segundo diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Educação, sem o que não estarão aptas a obter alvará de funcionamento.

§ 1º - Todos os estabelecimentos de Educação infantil no município serão fiscalizados por órgão específico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura com parâmetros nas normas dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação e do proposto no projeto político pedagógico de cada instituição.

§ 2º - Se forem constatadas irregularidades na oferta de educação infantil das escolas mantidas pela iniciativa privada, será dado um prazo para saná-las, findo o qual será cassado o alvará de funcionamento.

Art. 7º - Fica instituída a Conferência Municipal de Educação, como fórum máximo de deliberação dos princípios norteadores das ações das unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino, a ser realizada, no mínimo uma vez, no período correspondente a cada gestão municipal.

Parágrafo único - A Conferência Municipal de Educação será convocada pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2016.

LUIZ BERNARDO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 28/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PE053/2016-AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 053/2016

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preço pelo período de 12 (doze) meses pretendendo aquisição de kit escolar para serem distribuídos na rede municipal de ensino. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 08/12/2016. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 08/12/2016, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 25 de Novembro de 2016.

Luiz Bernardo

Prefeito Municipal em exercício

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 173/2016

DECRETO Nº 173, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016
ATRIBUI PODERES A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRANSACIO-
NAR EM NOME DO MUNICÍPIO EM AÇÃO JUDICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina,
no uso de suas atribuições legais previstas na alínea "f", inciso I, do
artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Garuva;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o servidor municipal GABRIEL DE FREITAS, nomeado
através da Portaria 389/2013, atribuído de poderes para transacio-
nar em nome do Município de Garuva junto à Ação de Cobrança
0300177-20.2016.8.24.0119, proposta pelo servidor GUIDO JE-
LONSCHKE, em desfavor do Município de Garuva, que se encontra
tramitando na Vara Única da Comarca de Garuva;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 175/2016

PORTARIA Nº. 175, de 22 de novembro de 2016
"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO CONFORME APOSENTADORIA
DO SERVIDOR SAMUEL FERREIRA DO CARGO DE AUXILIAR DE
SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARI-
NA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA
LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E
045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. – Exonerar, por motivo de aposentadoria, o servidor SAMUEL
FERREIRA, portador do RG 2/R 1.354.988 e CPF 713.560.379-68,
do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nomeado através de
ato do Executivo.

Art. 2o. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 22 de novembro
de 2016.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 176/2016

PORTARIA Nº. 176, de 24 de novembro de 2016
"DISPÕE SOBRE O RETORNO DE LICENÇA PARA TRATAR DE AS-
SUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, Processo nº. 2777/2016;
CONSIDERANDO, Parecer favorável do Secretário Municipal de Ad-
ministração, Planejamento e Finanças,

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARI-
NA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

ART. 1o. Conceder o retorno ao cargo ao servidor público munici-
pal DIOGO COSTA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a

partir do dia 01 de dezembro de 2016.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar da data de sua
publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 177/2016

PORTARIA Nº 177 de 24 de novembro de 2016.
"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE SERVIDORES HOMOLOGADOS
ATRAVÉS DO CONCURSO DE REMOÇÃO 001/2014, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARI-
NA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI
MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE
2009, 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, a classificação final do Concurso de Remoção nº
001/2014.

CONSIDERANDO, que não foram expedidas as Portarias quando da
homologação do Concurso;

RESOLVE:

ART. 10. – Remover as servidoras abaixo relacionadas:

- CLAUDIA PEREIRA DA SILVA REGUELIN, por 20 horas semanais,
da Escola Municipal Maria Martins Budal para o Pré Escolar Dente
de Leite;

- ANIGIA BENKENDORF HATTENHAUER, por 40 horas semanais, da
Creche Municipal João de Deus para 20 horas no Pré Escolar Vic-
tória Pensky – Escola Municipal Vicente Vieira e 20 horas semanais
na Escola Municipal Guilherme R. E. P. Benkendorf;

- ROSANA GUIBES DO AMARAL, por 40 horas semanais, da Escola
Municipal Guilherme R. E. P. Benkendorf para Pré Escolar Victória
Pensky – Escola Municipal Vicente Vieira;

- MARIA LUCIA AVANZI DA CUNHA, por 20 horas semanais, da
Escola Municipal Vicente Vieira, para a Escola Municipal Tancredo
de Almeida Neves;

- IZABEL KEISER FURLAN, por 40 horas semanais, da Escola Muni-
cipal Vicente Vieira, para a Escola Municipal Tancredo de Almeida
Neves.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,
retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

ADITIVO AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 190/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 190/2016

AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2016

Objeto: Registro de preços para futura aquisição de ração para cães. O Município de Gaspar torna público que efetivou ALTERAÇÕES nos Anexos do Edital de Licitação. DISPONDO também de NOVA DATA E HORÁRIO para recebimento dos envelopes e abertura da licitação, sendo dia 08/12/2016 às 9h, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Gaspar. Íntegra do ADITIVO no Depto. de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Gaspar, na Rua São Pedro, nº 128 - Centro, ou no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 25 de novembro de 2016.

SILVIO FIGUEIREDO RANGEL

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Renda

LEI Nº 3.743, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 3.743, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A RECEBER EM DOAÇÃO IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO BELCHIOR ALTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a receber em doação, sem encargos, dos legítimos proprietários, Albano João Theiss, inscrito no CPF sob o nº 548.019.589-15, e Agatha P. Theiss, inscrita no CPF sob o nº 017.884.849-24, um imóvel localizado no Bairro Belchior Alto, Gaspar, Santa Catarina, registrado no livro de transcrições sob o nº 10.990, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, compreendendo um terreno com área de 2.882,66 m² (dois mil, oitocentos e oitenta e dois metros e sessenta e seis decímetros quadrados), cuja descrição tem início no ponto 0=PP, segue com o azimuth de 127°51'39" e percorre 30,12 metros que faz divisa com a Área 01, até o ponto 1, segue com o azimuth de 114°50'10" e percorre 39,86 metros que faz divisa com a Área 01, até o ponto 2, segue com o azimuth de 110°15'42" e percorre 22,69 metros que faz divisa com a Área 01, até o ponto 3, segue com o azimuth de 98°57'25" e percorre 22,22 metros que faz divisa com a Área 01, até o ponto 4, segue com o azimuth de 84°52'28" e percorre 42,30 metros que faz divisa com a Área 01, até o ponto 5, segue com o azimuth de 93°50'42" e percorre 23,96 metros que faz divisa com a Área 01, até o ponto 6, segue com o azimuth de 99°12'52" e percorre 59,91 metros que faz divisa com a Área 01, até o ponto 7, segue com o azimuth de 180°47'57" e percorre 12,00 metros que faz divisa com a Rua Antônio Schmitz, até o ponto 8, segue com o azimuth de 279°05'42" e percorre 61,12 metros que faz divisa com a Área 02, até o ponto 9, segue com o azimuth de 273°50'41" e percorre 22,45 metros que faz divisa com a Área 02, até o ponto 10, segue com o azimuth de 264°52'28" e percorre 42,84 metros que faz divisa com a Área 02, até o ponto 11, segue com o azimuth de 278°57'25" e percorre 24,89 metros que faz divisa com a Área 02, até o ponto 12, segue com o azimuth de 290°15'42" e percorre 24,36 metros que faz divisa com a Área 02, até o ponto 13, segue com o azimuth de 294°50'10" e percorre 41,72 metros que faz divisa com a Área 02, até o ponto 14, segue com o azimuth de 307°08'56" e percorre 21,91 metros que faz divisa com a Área 02, até o ponto 15, segue com o azimuth de 359°54'48" e percorre 15,56 metros que faz divisa com a Rua Antônio Schmitz, até o ponto 0=PP, onde teve início esta descrição.

Art. 2º O imóvel doado e descrito no artigo 1º desta Lei será destinado à regularização da Rua Antonio Schmitz, denominada pela Lei nº 715, de 24 de maio de 1982.

Art. 3º O imóvel doado e descrito no artigo 1º desta Lei será outorgado ao Município a título gratuito, sendo realizada por meio de escritura pública.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Gaspar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 24 de novembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito

LEI Nº 3.744, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 3.744, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE GASPAR PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O orçamento do Município de Gaspar, compreendendo os Poderes Legislativo e Executivo, a Fundação Municipal de Esportes, Turismo Cultura e Lazer e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro do ano de 2017 em R\$ 216.000.000,00 (duzentos e dezesseis milhões de reais), de acordo com as especificações abaixo e com os anexos que integram esta Lei, assim desdobrado:

	RECEITA	DESPESA
Prefeitura Municipal	180.585.500,00	140.696.450,00
Câmara de Vereadores	-	7.330.000,00
Fundação Municipal de Esportes	34.000,00	2.714.600,00
Fundo Municipal de Saúde	12.159.000,00	34.953.200,00
Fundo Municipal de Assistência Social	2.191.500,00	8.234.350,00
Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente	30.000,00	1.071.400,00
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE	21.000.000,00	21.000.000,00
Total do Município de Gaspar	216.000.000,00	216.000.000,00

Art. 2º A receita da Prefeitura Municipal será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas, seguindo a metodologia de cálculo constante nos anexos, na forma da legislação em vigor, com os seguintes desdobramentos:

Receitas Correntes	
Receita Tributária	29.137.400,00
Receita Patrimonial	3.355.850,00
Transferências Correntes	121.656.700,00

Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro | 89.110-900 – Gaspar / SC | Fone: (47) 3331-6300 | Fax: (47) 3331-6360 | www.gaspar.sc.gov.br

Outras Receitas Correntes	7.230.500,00
Receita de Contribuições	3.500.000,00
Dedução para Formação do FUNDEB	(16.872.000,00)
Subtotal	148.008.450,00

Receitas de Capital	
Operação de crédito	26.458.400,00
Transferências de Capital	6.118.650,00
Alienação de Bens	0,00
Subtotal	32.577.050,00
Total	180.585.500,00

Art. 3º A despesa fixada da Prefeitura Municipal observará a programação por unidade orçamentária, constante nos anexos inclusos, como segue:

Gabinete do Prefeito	4.071.700,00
Secretaria Municipal de Administração e Gestão	13.977.000,00
Secretaria Municipal de Educação	56.057.200,00
Secretaria de Desenvolvimento, Econômico e Renda	2.989.800,00
Secretaria Municipal da Fazenda	7.966.000,00
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	19.572.500,00
Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	33.537.750,00
Procuradoria-Geral do Município	2.524.500,00
Total	140.696.450,00

Art. 4º A transferência financeira para a Câmara de Vereadores, bem como as receitas da Administração Indireta e dos Fundos Municipais especificados, serão realizadas na forma da Lei, sendo estimadas de acordo com o constante nos anexos, observados os seguintes desdobramentos:

I – Câmara de Vereadores:

Transferências Financeiras	7.330.000,00
Total	7.330.000,00

II – Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer:

Transferências Financeiras	2.680.600,00
Receita Patrimonial	34.000,00
Transferências Correntes	0,00

Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro | 89.110-900 – Gaspar / SC | Fone: (47) 3331-6300 | Fax: (47) 3331-6360 | www.gaspar.sc.gov.br

Capital	0,00
Total	2.714.600,00

III – Fundo Municipal de Saúde:

Transferências Financeiras	22.794.200,00
Receita Tributária	295.000,00
Receita Patrimonial	84.000,00
Transferências Correntes	11.287.000,00
Capital	493.000,00
Total	34.953.200,00

IV – Fundo Municipal de Assistência Social:

Transferências Financeiras	6.042.850,00
Transferências Correntes	1.350.300,00
Receita Patrimonial	25.600,00
Capital	815.600,00
Total	8.234.350,00

V – Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente:

Transferências Financeiras	1.041.400,00
Transferências Correntes	30.000,00
Total	1.071.400,00

VI – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE:

Receita Tributária	5.095.000,00
Receita Patrimonial	200.000,00
Receita de Serviços	15.272.000,00
Outras Receitas Correntes	234.000,00
Outros Recursos Correntes Intraorçamentário	199.000,00
Total	21.000.000,00

Art. 5º A despesa fixada da Câmara de Vereadores, da Administração Indireta e dos Fundos Municipais especificados observará a programação constante nos anexos inclusos, com o seguinte desdobramento:

Câmara de Vereadores	7.330.000,00
Fundação Municipal de Esportes	2.714.600,00

Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro | 89.110-900 – Gaspar / SC | Fone: (47) 3331-6300 | Fax: (47) 3331-6360 | www.gaspar.sc.gov.br

Fundo Municipal de Saúde	34.953.200,00
Fundo Municipal de Assistência Social	8.234.350,00
Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente	1.071.400,00
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE	21.000.000,00
Total	75.303.550,00

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I – tomar as medidas necessárias para ajustar o fluxo dos dispêndios ao efetivo comportamento da arrecadação, ao longo do exercício financeiro;

II – remanejar, dentro de cada projeto ou atividade, em nível de modalidade, através de decreto do Executivo, o saldo das dotações de despesa que as compõem;

III – realizar operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, limitado o valor das primeiras ao disposto no art. 167, inciso III, da Constituição Federal;

IV – abrir crédito suplementar através de decreto do Executivo até o limite de trinta por cento do total da receita estimada, fixada nesta Lei, nos termos do artigo 7º e artigo 43, § 1º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V – abrir crédito suplementar correspondente à aplicação de receitas vinculadas, até o limite do excesso de arrecadação efetivamente realizado;

VI – abrir crédito suplementar correspondente ao superávit financeiro do exercício de 2016;

VII – firmar convênios com entidades e/ou organizações governamentais e intergovernamentais, visando o desenvolvimento de programas de governo, de acordo com o estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

VIII – abrir crédito especial através de Lei, para os recursos de convênios, operações de crédito, contratos de repasse a fundo perdido, emendas parlamentares e termos de responsabilidade firmados com a União e o Estado não previstos nos orçamentos da receita, ou para o seu excesso de arrecadação.

Art. 7º Fica assegurado à Câmara de Vereadores o repasse mensal de até seis por cento da receita corrente líquida arrecadada no mês imediatamente anterior.

Art. 8º A Reserva de Contingência da Administração Direta e Indireta será destinada, por ato do Poder Executivo, a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro | 89.110-900 – Gaspar / SC | Fone: (47) 3331-6300 | Fax: (47) 3331-6360 | www.gaspar.sc.gov.br

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2017.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 24 de novembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi
Prefeito

Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro | 89.110-900 – Gaspar / SC | Fone: (47) 3331-6300 | Fax: (47) 3331-6360 | www.gaspar.sc.gov.br

RECEITAS CORRENTES	34.527.400,00		DESPESAS CORRENTES	100.311.178,31	
Receita Tributária			Pessoal Enc. Sociais		
Receita Contribuições	3.500.000,00		Juros Enc. Dividas	2.187.000,00	
Receita Patrimonial	3.699.450,00		Outras Despesas Correntes	63.106.171,69	165.604.350,00
Receita Agropecuária	0,00				
Receita Industrial	0,00				
Receita de Serviços	15.272.000,00				
Transf. Correntes	117.452.000,00				
Outras Rec. Correntes	7.464.500,00				
Rec. Correntes Intra-Orçamentária	199.000,00	182.114.350,00			
			Superávit		16.510.000,00

TOTAL		182.114.350,00	TOTAL		182.114.350,00
Superávit do Orçamento		16.510.000,00			

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de Créditos	26.458.400,00	
Alienação de Bens	0,00	
Amortização Empréstimos	0,00	
Transferências Capital	7.427.250,00	
Outras Rec. Capital	0,00	
Rec.Capital Intra-Orçamentária	0,00	33.885.650,00

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos	49.208.150,00	
Inversões Financeiras	0,00	
Amortização da Dívida	1.042.000,00	50.250.150,00
Superávit	145.500,00	

TOTAL	50.395.650,00	TOTAL	50.395.650,00
-------	---------------	-------	---------------

RESUMO

RECEITAS CORRENTES	182.114.350,00	DESPESAS CORRENTES	165.604.350,00
RECEITAS DE CAPITAL	33.885.650,00	DESPESAS DE CAPITAL	50.250.150,00
		RESERVA DE CONTIGENCIA	145.500,00

TOTAL
216.000.000,00 TOTAL
216.000.000,00

RECEITAS

Receitas Correntes			198.787.350,00
Receita Tributária		34.527.400,00	
Receitas de Contribuições		3.500.000,00	
Receita Patrimonial		3.699.450,00	
Receita de Serviços		15.272.000,00	
Transferências Correntes		134.324.000,00	
Outras Receitas Correntes		7.464.500,00	
Receitas de Capital			33.885.650,00
Operações de Crédito		26.458.400,00	
Transferências de Capital		7.427.250,00	
Receitas correntes intra-orçamentárias			199.000,00
Receita de Serviços		199.000,00	
Deduções da Receita			-16.872.000,00
Deduções da Receita Corrente		-16.872.000,00	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			39.889.050,00
TOTAL			255.889.050,00

DESPESAS

Despesas Correntes 165.604.350,00

Pessoal e Encargos Sociais 100.311.178,31



Juros e Encargos da Dívida 2.187.000,00

Outras Despesas Correntes 63.106.171,69

Despesas de Capital 50.250.150,00

Investimentos 49.208.150,00

Amortização da Dívida 1.042.000,00

RESERVA DE CONTINGENCIA 145.500,00

RESERVA DE CONTINGENCIA 145.500,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 39.889.050,00

TOTAL 255.889.050,00

01.01.01	LEGISLATIVA	2.300.000,00	5.030.000,00		7.330.000,00
01.01.01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	2.300.000,00	5.030.000,00		7.330.000,00
01.01.01.031.0001	Manutenção do Legislativo	200.000,00	4.998.000,00		5.198.000,00
01.01.01.031.0001.1001	Aquisição de Materiais Permanentes	200.000,00			200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	200.000,00			200.000,00
01.01.01.031.0001.2002	Folha de Pagamento e Encargos Sociais		3.935.000,00		3.935.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		3.935.000,00		3.935.000,00
01.01.01.031.0001.2004	Manutenção das Atividades em Geral		800.000,00		800.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		790.000,00		790.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS		10.000,00		10.000,00
	PÚBLICO-PARTICIPANTE				
01.01.01.031.0001.2006	Aquisição e Locação de Softwares		65.000,00		65.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		65.000,00		65.000,00
01.01.01.031.0001.2008	Realização de Concurso Público		8.000,00		8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		8.000,00		8.000,00
01.01.01.031.0001.2010	Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal		40.000,00		40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		40.000,00		40.000,00
01.01.01.031.0001.2012	Publicidade do Legislativo		150.000,00		150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		150.000,00		150.000,00
01.01.01.031.0002	Programa Vereador Mirim		32.000,00		32.000,00
01.01.01.031.0002.2014	Manutenção do Programa Vereador Mirim		20.000,00		20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		20.000,00		20.000,00
01.01.01.031.0002.2016	Despesas com Processo Eleitoral do Programa Vere		12.000,00		12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		12.000,00		12.000,00
01.01.01.031.0003	Aquisição/Construção da Sede Própria	2.100.000,00			2.100.000,00
01.01.01.031.0003.1003	Aquisição/Construção de Imóvel - Sede Própria	2.000.000,00			2.000.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.000.000,00			2.000.000,00
01.01.01.031.0003.1007	Aquisição de Materiais Permanentes - Sede Própria	100.000,00			100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00			100.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE 7.330.000,00	2.300.000,00	5.030.000,00		14.660.000,00
	TOTAL ÓRGÃO 7.330.000,00	2.300.000,00	5.030.000,00		14.660.000,00

02.02.04	ADMINISTRAÇÃO	2.000,00	2.625.700,00		2.627.700,00
02.02.04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.000,00	2.625.700,00		2.627.700,00
02.02.04.122.0004	Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	2.000,00	2.625.700,00		2.627.700,00
02.02.04.122.0004.1009	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	2.000,00			2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00			2.000,00
02.02.04.122.0004.2018	Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas		2.450.700,00		2.450.700,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.198.000,00		2.198.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		249.500,00		249.500,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		2.200,00		2.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.000,00		1.000,00
02.02.04.122.0004.2018.15	Auxílios a Servidores e Estagiários		175.000,00		175.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		175.000,00		175.000,00

02.02.15	URBANISMO		680.000,00		680.000,00
02.02.15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		680.000,00		680.000,00
02.02.15.451.0004	Gestão do Gabinete e Políticas Públicas		680.000,00		680.000,00
02.02.15.451.0004.2092	Manutenção do Distrito Belchior		680.000,00		680.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		679.300,00		679.300,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Inteira		700,00		700,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	2.000,00	3.305.700,00		3.307.700,00

02.03.04	ADMINISTRAÇÃO	5.000,00	759.000,00		764.000,00
02.03.04.131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	5.000,00	759.000,00		764.000,00
02.03.04.131.0005	Manutenção da Diretoria de Comunicação	5.000,00	759.000,00		764.000,00
02.03.04.131.0005.1011	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	5.000,00			5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00			5.000,00
02.03.04.131.0005.2020	Manutenção da Comunicação		729.000,00		729.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		203.000,00		203.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		509.000,00		509.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS		17.000,00		17.000,00
	PÚBLICO-PARTICIPANTE				
02.03.04.131.0005.2020.14	Auxílios a Servidores e Estagiários		30.000,00		30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		30.000,00		30.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	5.000,00	759.000,00		764.000,00
	TOTAL ÓRGÃO	7.000,00	4.064.700,00		4.071.700,00

03.04.04	ADMINISTRAÇÃO	4.060.000,00	5.731.000,00		9.791.000,00
03.04.04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.060.000,00	5.731.000,00		9.791.000,00
03.04.04.122.0006	Gestão da Secretaria de Administração e Gestão	4.060.000,00	5.731.000,00		9.791.000,00
03.04.04.122.0006.1013	Modernização Administrativa e Fiscal	4.000.000,00			4.000.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	200.000,00			200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.800.000,00			3.800.000,00
03.04.04.122.0006.1015	Aquisição, Construção e Reforma da Sede	10.000,00			10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00			10.000,00
03.04.04.122.0006.1017	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	50.000,00			50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00			50.000,00
03.04.04.122.0006.2022	Manutenção da Secretaria de Administração e Gestã		5.341.000,00		5.341.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		3.760.000,00		3.760.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.568.000,00		1.568.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Inteira		8.000,00		8.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.000,00		5.000,00
03.04.04.122.0006.2022.26	Auxílios a Servidores e Estagiários		390.000,00		390.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		390.000,00		390.000,00
03.04.15	URBANISMO	20.000,00	434.000,00		454.000,00
03.04.15.453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	20.000,00	434.000,00		454.000,00
03.04.15.453.0006	Gestão da Secretaria de Administração e Gestão	20.000,00	434.000,00		454.000,00
03.04.15.453.0006.1097	Construção, Reforma e Ampliação de Terminais Rod	20.000,00			20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00			20.000,00
03.04.15.453.0006.2090	Conservação e Manutenção do Sistemas de Transpo		434.000,00		434.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		130.000,00		130.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		300.000,00		300.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Inteira		2.000,00		2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.000,00		2.000,00
03.04.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		60.000,00		60.000,00
03.04.99.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		60.000,00		60.000,00
03.04.99.999.0007	Reserva de Contingência		60.000,00		60.000,00
03.04.99.999.0007.2999	Reserva de Contingência		60.000,00		60.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00		60.000,00

	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	4.080.000,00	6.225.000,00		10.305.000,00
03.14.15	URBANISMO	214.500,00	82.500,00		297.000,00
03.14.15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.500,00	80.000,00		84.500,00
03.14.15.451.0015	Gestao do Ditrان	4.500,00	80.000,00		84.500,00
03.14.15.451.0015.1061	Implantação de Ciclovias	4.500,00			4.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.500,00			2.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00			2.000,00
03.14.15.451.0015.2200	Manutenção de Sistema de Monitoramento Urbano		80.000,00		80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		80.000,00		80.000,00
03.14.15.452	SERVIÇOS URBANOS	210.000,00	2.500,00		212.500,00
03.14.15.452.0015	Gestao do Ditrان	210.000,00	2.500,00		212.500,00
03.14.15.452.0015.1147	Manutenção da Area Azul	204.400,00			204.400,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	97.000,00			97.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	102.400,00			102.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00			5.000,00
03.14.15.452.0015.1147.19	Auxílios a Servidores e Estagiários	5.600,00			5.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.600,00			5.600,00
03.14.15.452.0015.2076	Implantação de Faixas Elevadas		2.500,00		2.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.500,00		2.500,00
03.14.26	TRANSPORTE	24.000,00	2.056.000,00		2.080.000,00
03.14.26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	24.000,00	2.056.000,00		2.080.000,00
03.14.26.782.0015	Gestao do Ditrان	24.000,00	2.056.000,00		2.080.000,00
03.14.26.782.0015.1065	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	2.000,00			2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00			2.000,00
03.14.26.782.0015.1067	Educação para o Trânsito	20.000,00			20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00			20.000,00
03.14.26.782.0015.1069	Reforma e Ampliação da Sede	2.000,00			2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00			2.000,00
03.14.26.782.0015.2078	Manutenção da Ditrان		1.932.000,00		1.932.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		875.000,00		875.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.051.300,00		1.051.300,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		700,00		700,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.000,00		5.000,00
03.14.26.782.0015.2078.18	Auxílios a Servidores e Estagiários		124.000,00		124.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		124.000,00		124.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	238.500,00	2.138.500,00		2.377.000,00
03.15.06	SEGURANÇA PÚBLICA		330.000,00		330.000,00
03.15.06.181	POLICIAMENTO		330.000,00		330.000,00
03.15.06.181.0018	Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Ga		330.000,00		330.000,00
03.15.06.181.0018.2084	Manutenção da Polícia Militar Trânsito PM		330.000,00		330.000,00
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferências a Estados e Ao Distrito Federal		100.080,00		100.080,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		229.920,00		229.920,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	0,00	330.000,00		330.000,00
03.16.06	SEGURANÇA PÚBLICA	15.000,00	10.000,00		25.000,00
03.16.06.181	POLICIAMENTO	15.000,00	10.000,00		25.000,00
03.16.06.181.0018	Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Ga	15.000,00	10.000,00		25.000,00
03.16.06.181.0018.1087	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente R	10.000,00			10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00			10.000,00
03.16.06.181.0018.1089	Projeto Obras e Reformas Rádio Patrulha	5.000,00			5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00			5.000,00
03.16.06.181.0018.2198	Manutenção do Quartel e Serviço de Rádio Patrulha		10.000,00		10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		10.000,00		10.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL

	TOTAL UNIDADE	15.000,00	10.000,00		25.000,00
03.17.06	SEGURANÇA PÚBLICA	160.000,00	170.000,00		330.000,00
03.17.06.181	POLICIAMENTO	160.000,00	170.000,00		330.000,00
03.17.06.181.0017	Gestão da Polícia Civil	160.000,00	170.000,00		330.000,00
03.17.06.181.0017.1075	Aquisição de Veículos	70.000,00			70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	70.000,00			70.000,00
03.17.06.181.0017.1077	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	80.000,00			80.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	80.000,00			80.000,00
03.17.06.181.0017.1079	Construir e Equipar a Nova Sede	10.000,00			10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00			10.000,00
03.17.06.181.0017.2082	Manutenção da Polícia Civil		92.000,00		92.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		92.000,00		92.000,00
03.17.06.181.0017.2082.20	Estagiários		78.000,00		78.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		78.000,00		78.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	160.000,00	170.000,00		330.000,00

03.18.06	SEGURANÇA PÚBLICA	370.000,00	240.000,00		610.000,00
03.18.06.182	DEFESA CIVIL	370.000,00	240.000,00		610.000,00
03.18.06.182.0016	Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar	370.000,00	240.000,00		610.000,00
03.18.06.182.0016.1071	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	80.000,00			80.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	80.000,00			80.000,00
03.18.06.182.0016.1073	Construção da Sede	10.000,00			10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00			10.000,00
03.18.06.182.0016.1303	Aquisição de Veículos	280.000,00			280.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	280.000,00			280.000,00
03.18.06.182.0016.2080	Apoio à Segurança Pública		218.000,00		218.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		218.000,00		218.000,00
03.18.06.182.0016.2080.25	Estagiários		22.000,00		22.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		22.000,00		22.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	370.000,00	240.000,00		610.000,00
	TOTAL ÓRGÃO	4.863.500,00	9.113.500,00		13.977.000,00

04.06.12	EDUCAÇÃO	2.994.000,00	21.671.000,00		24.665.000,00
04.06.12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		1.140.000,00		1.140.000,00
04.06.12.306.0009	Gestão de Educação Infantil		1.140.000,00		1.140.000,00
04.06.12.306.0009.2040	Merenda Escolar		1.140.000,00		1.140.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.140.000,00		1.140.000,00
04.06.12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	2.994.000,00	20.531.000,00		23.525.000,00
04.06.12.365.0009	Gestão de Educação Infantil	2.994.000,00	20.531.000,00		23.525.000,00
04.06.12.365.0009.1021	Construção, Ampliação e Reforma de CDI e Salas Mu	2.589.000,00			2.589.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.589.000,00			2.589.000,00
04.06.12.365.0009.1027	Aquisição de Imóveis	150.000,00			150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	150.000,00			150.000,00
04.06.12.365.0009.1099	Aquisição de Material Permanente	255.000,00			255.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	255.000,00			255.000,00
04.06.12.365.0009.2038	Manutenção da Educação Infantil		18.441.000,00		18.441.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		17.080.000,00		17.080.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		211.000,00		211.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.099.000,00		1.099.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		50.000,00		50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.000,00		1.000,00
04.06.12.365.0009.2038.3	Auxílios a Servidores e Estagiários		2.090.000,00		2.090.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.090.000,00		2.090.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	2.994.000,00	21.671.000,00		24.665.000,00

04.07.12	EDUCAÇÃO	1.461.000,00	29.931.200,00		31.392.200,00
04.07.12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		770.000,00		770.000,00

04.07.12.306.0010	Gestão de Educação de Ensino Fundamental		770.000,00		770.000,00
04.07.12.306.0010.2046	Merenda Escolar		770.000,00		770.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		770.000,00		770.000,00
04.07.12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.461.000,00	29.161.200,00		30.622.200,00
04.07.12.361.0010	Gestão de Educação de Ensino Fundamental	1.461.000,00	29.161.200,00		30.622.200,00
04.07.12.361.0010.1029	Construção, Ampliação e Ref.da SEMED,Escolas,Qu	1.176.000,00			1.176.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.176.000,00			1.176.000,00
04.07.12.361.0010.1177	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	285.000,00			285.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	285.000,00			285.000,00
04.07.12.361.0010.2042	Manutenção da Educação Fundamental		25.672.500,00		25.672.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		23.753.000,00		23.753.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		258.500,00		258.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.595.000,00		1.595.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		65.000,00		65.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.000,00		1.000,00
04.07.12.361.0010.2042.3	Auxílios a Servidores e Estagiários		2.330.000,00		2.330.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.330.000,00		2.330.000,00
04.07.12.361.0010.2044	Transporte Escolar		1.158.700,00		1.158.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.158.700,00		1.158.700,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	1.461.000,00	29.931.200,00		31.392.200,00
	TOTAL ÓRGÃO	4.455.000,00	51.602.200,00		56.057.200,00

05.10.04	ADMINISTRAÇÃO	5.000,00	536.000,00		541.000,00
05.10.04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.000,00	536.000,00		541.000,00
05.10.04.122.0013	Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	5.000,00	536.000,00		541.000,00
05.10.04.122.0013.1041	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	5.000,00			5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00			5.000,00
05.10.04.122.0013.2054	Manutenção das ações da Secretaria		496.000,00		496.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		422.000,00		422.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		70.000,00		70.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		2.000,00		2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.000,00		2.000,00
05.10.04.122.0013.2054.22	Auxílios a Servidores e Estagiários		40.000,00		40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		40.000,00		40.000,00
05.10.22	INDÚSTRIA		80.000,00		80.000,00
05.10.22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL		80.000,00		80.000,00
05.10.22.661.0013	Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico		80.000,00		80.000,00
05.10.22.661.0013.2058	Incentivo Econômico a Empresas		40.000,00		40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		35.000,00		35.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.000,00		5.000,00
05.10.22.661.0013.2060	Incentivo a Economia Solidária/Cooperativas/Incubad		40.000,00		40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		35.000,00		35.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.000,00		5.000,00
05.10.23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	100.000,00			100.000,00
05.10.23.692	COMERCIALIZAÇÃO	100.000,00			100.000,00
05.10.23.692.0013	Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	100.000,00			100.000,00
05.10.23.692.0013.1043	Projeto Gaspar Cidade Rio	100.000,00			100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00			100.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	105.000,00	616.000,00		721.000,00

05.28.20	AGRICULTURA	170.000,00	2.098.800,00		2.268.800,00
05.28.20.606	EXTENSÃO RURAL	170.000,00	2.098.800,00		2.268.800,00

05.28.20.606.0021	Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro	170.000,00	2.098.800,00		2.268.800,00
05.28.20.606.0021.1133	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Material Pe	60.000,00			60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	60.000,00			60.000,00
05.28.20.606.0021.1135	Construção de Pontilhões	10.000,00			10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00			10.000,00
05.28.20.606.0021.1137	Construção/ Aquisição Sede da Agricultura	100.000,00			100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00			100.000,00
05.28.20.606.0021.2104	Manutenção das Atividades Agrícolas		1.890.800,00		1.890.800,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.327.000,00		1.327.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		557.000,00		557.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		1.800,00		1.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.000,00		5.000,00
05.28.20.606.0021.2104.2	Aplicação de Larvicida		50.000,00		50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		50.000,00		50.000,00
05.28.20.606.0021.2104.23	Auxílios a Servidores e Estagiários		78.000,00		78.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		78.000,00		78.000,00
05.28.20.606.0021.2106	Eventos de Desenvolvimento e Fomento à Agri- cultur		80.000,00		80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		80.000,00		80.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	170.000,00	2.098.800,00		2.268.800,00
	TOTAL ÓRGÃO	275.000,00	2.714.800,00		2.989.800,00

06.11.10	SAÚDE	493.000,00	34.446.200,00		34.939.200,00
06.11.10.301	ATENÇÃO BÁSICA	493.000,00	25.216.000,00		25.709.000,00
06.11.10.301.0026	Gestão do Fundo Municipal de Saúde	493.000,00	25.216.000,00		25.709.000,00
06.11.10.301.0026.1163	Construção e Reforma das Unidades de Saúde	493.000,00			493.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	493.000,00			493.000,00
06.11.10.301.0026.2122	Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Bási		4.315.000,00		4.315.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		3.820.000,00		3.820.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		483.000,00		483.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		12.000,00		12.000,00
06.11.10.301.0026.2122.7	Auxílios Servidores Estagiários		1.070.000,00		1.070.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.070.000,00		1.070.000,00
06.11.10.301.0026.2132	Ampliar, Implementar, Manter e Equipar as ações do		356.000,00		356.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		280.000,00		280.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		70.000,00		70.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		6.000,00		6.000,00
06.11.10.301.0026.2132.8	Auxílios Servidores Estagiários		40.000,00		40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		40.000,00		40.000,00
06.11.10.301.0026.2140	Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos Confor		985.000,00		985.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		260.000,00		260.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS		725.000,00		725.000,00
	PÚBLICO-PARTICIPANTE				
06.11.10.301.0026.2152	Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Sau		17.960.000,00		17.960.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		16.834.000,00		16.834.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		60.000,00		60.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		70.000,00		70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		510.000,00		510.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		6.000,00		6.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS		480.000,00		480.000,00
	PÚBLICO-PARTICIPANTE				
06.11.10.301.0026.2152.9	Auxílios Servidores Estagiários		490.000,00		490.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		490.000,00		490.000,00
06.11.10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		8.598.200,00		8.598.200,00
06.11.10.302.0026	Gestão do Fundo Municipal de Saúde		8.598.200,00		8.598.200,00
06.11.10.302.0026.2138	Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta		8.468.200,00		8.468.200,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		449.000,00		449.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		7.719.200,00		7.719.200,00
3.3.93.00.00.00.00.00	APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS		300.000,00		300.000,00
	PÚBLICO-PARTICIPANTE				
06.11.10.302.0026.2138.10	Auxílios Servidores Estagiários		130.000,00		130.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		130.000,00		130.000,00
06.11.10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA		444.000,00		444.000,00
06.11.10.304.0026	Gestão do Fundo Municipal de Saúde		444.000,00		444.000,00
06.11.10.304.0026.2128	Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilânci		379.000,00		379.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		200.000,00		200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		179.000,00		179.000,00
06.11.10.304.0026.2128.11	Auxílios Servidores Estagiários		65.000,00		65.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		65.000,00		65.000,00
06.11.10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		188.000,00		188.000,00
06.11.10.305.0026	Gestão do Fundo Municipal de Saúde		188.000,00		188.000,00
06.11.10.305.0026.2128	Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilânci		148.000,00		148.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		110.000,00		110.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		38.000,00		38.000,00
06.11.10.305.0026.2128.11	Auxílios Servidores Estagiários		40.000,00		40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		40.000,00		40.000,00
06.11.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		14.000,00		14.000,00
06.11.99.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		14.000,00		14.000,00
06.11.99.999.0007	Reserva de Contingência		14.000,00		14.000,00
06.11.99.999.0007.2999	Reserva de Contingência		14.000,00		14.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		14.000,00		14.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE 22.794.200,00	493.000,00	34.460.200,00		57.747.400,00
	TOTAL ÓRGÃO 22.794.200,00	493.000,00	34.460.200,00		57.747.400,00
08.13.15	URBANISMO	5.109.000,00	14.463.500,00		19.572.500,00
08.13.15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	5.039.000,00	14.463.500,00		19.502.500,00
08.13.15.451.0014	Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	5.039.000,00	14.463.500,00		19.502.500,00
08.13.15.451.0014.1049	Construção de Vias Públicas	1.000,00			1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00			1.000,00
08.13.15.451.0014.1253.1	Pavimentação de Ruas Orçamento Participativo	5.038.000,00			5.038.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.038.000,00			5.038.000,00
08.13.15.451.0014.1253.2	Pavimentação de Ruas				
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas				
08.13.15.451.0014.2072	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública		3.592.500,00		3.592.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		3.582.500,00		3.582.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		10.000,00		10.000,00
08.13.15.451.0014.2074	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urba		10.432.000,00		10.432.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		4.680.000,00		4.680.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.741.000,00		5.741.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		6.000,00		6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.000,00		5.000,00
08.13.15.451.0014.2074.21	Auxílios a Servidores e Estagiários		439.000,00		439.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		439.000,00		439.000,00
08.13.15.452	SERVIÇOS URBANOS	70.000,00			70.000,00
08.13.15.452.0014	Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	70.000,00			70.000,00
08.13.15.452.0014.1051	Aquisição de Veículos	50.000,00			50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00			50.000,00
08.13.15.452.0014.1053	Aquisição de Equipamento, Material Permanente e M	5.000,00			5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00			5.000,00
08.13.15.452.0014.1055	Construção/Ampliação ou Reforma da Secretaria	5.000,00			5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00			5.000,00
08.13.15.452.0014.1057	Dragagem e Desassoreamento de Cursos de água	10.000,00			10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00			10.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	5.109.000,00	14.463.500,00		19.572.500,00
	TOTAL ÓRGÃO	5.109.000,00	14.463.500,00		19.572.500,00

09.19.04	ADMINISTRAÇÃO	1.330.750,00	3.945.000,00	5.275.750,00
09.19.04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.325.750,00	3.945.000,00	5.270.750,00
09.19.04.122.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.	1.325.750,00	3.945.000,00	5.270.750,00
09.19.04.122.0019.1221	Urbanização de Assentamento Precário Jardim Prim	1.325.750,00		1.325.750,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.325.750,00		1.325.750,00
09.19.04.122.0019.2088	Manutenção das Ações da Secretaria		3.665.000,00	3.665.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		3.520.000,00	3.520.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		140.000,00	140.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.000,00	5.000,00
09.19.04.122.0019.2088.17	Auxílios a Servidores e Estagiários		230.000,00	230.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		230.000,00	230.000,00
09.19.04.122.0019.2088.3	Melhoramento do Bem Estar Animal Doméstico		50.000,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		50.000,00	50.000,00
09.19.04.126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.000,00		5.000,00
09.19.04.126.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.	5.000,00		5.000,00
09.19.04.126.0019.1119	Aquisição de Equipamentos de Informática software,	5.000,00		5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00		5.000,00
09.19.15	URBANISMO	26.701.250,00		26.701.250,00
09.19.15.182	DEFESA CIVIL	40.000,00		40.000,00
09.19.15.182.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.	40.000,00		40.000,00
09.19.15.182.0019.1263	Infraestrutura de Loteamentos	10.000,00		10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00		10.000,00
09.19.15.182.0019.1267	Serviços de Contenção de encostas	30.000,00		30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00		30.000,00
09.19.15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	25.999.150,00		25.999.150,00
09.19.15.451.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.	25.899.150,00		25.899.150,00
09.19.15.451.0019.1095	Qualificação e Pavimentação de Vias e Corredores	25.734.150,00		25.734.150,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	25.734.150,00		25.734.150,00
09.19.15.451.0019.1107	Implantação de ciclovias, bicicletários, pistas de cam	50.000,00		50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00		50.000,00
09.19.15.451.0019.1109	Implantação de Sistemas de Drenagem Pluvial e Esc	55.000,00		55.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	55.000,00		55.000,00
09.19.15.451.0019.1113	Implantação de Equipamentos Urbanos e Melhorias	10.000,00		10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00		10.000,00
09.19.15.451.0019.1121	Anel Viário e Via Interbairros	50.000,00		50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00		50.000,00
09.19.15.451.0024	Construção de Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu	100.000,00		100.000,00
09.19.15.451.0024.1093	Obras de Infraestr.do anel viário com Constr. Nva Po	100.000,00		100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00		100.000,00
09.19.15.452	SERVIÇOS URBANOS	662.100,00		662.100,00
09.19.15.452.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.	662.100,00		662.100,00
09.19.15.452.0019.1115	Contratação de Projetos Técnicos	20.000,00		20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00		20.000,00
09.19.15.452.0019.1117	Aquisição de Terrenos e Desapropriações	632.100,00		632.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	632.100,00		632.100,00
09.19.15.452.0019.1125	Vigilância Eletr. Segur. Pública e espaços públicos	10.000,00		10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00		10.000,00
09.19.16	HABITAÇÃO	30.000,00		30.000,00
09.19.16.482	HABITAÇÃO URBANA	30.000,00		30.000,00
09.19.16.482.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.	10.000,00		10.000,00
09.19.16.482.0019.1111	Programa de Regularização de Assentamentos Infor	10.000,00		10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00		10.000,00
09.19.16.482.0023	Construção de Unidades Habitacionais e Locação So	20.000,00		20.000,00
09.19.16.482.0023.1103	Construção de Unidades Habitacionais e locação soc	20.000,00		20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00		20.000,00
09.19.18	GESTÃO AMBIENTAL	1.275.050,00	20.000,00	1.295.050,00
09.19.18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.275.050,00	20.000,00	1.295.050,00
09.19.18.541.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.	1.275.050,00	20.000,00	1.295.050,00
09.19.18.541.0019.1269	Instalação de Sistema de Esgoto Sanitário	1.225.050,00		1.225.050,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.225.050,00		1.225.050,00
09.19.18.541.0019.1271	Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água	50.000,00		50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00		50.000,00

09.19.18	GESTÃO AMBIENTAL	1.275.050,00	20.000,00		1.295.050,00
09.19.18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.275.050,00	20.000,00		1.295.050,00
09.19.18.541.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.	1.275.050,00	20.000,00		1.295.050,00
09.19.18.541.0019.2098	Educ Ambient.paisag. e arboriz. Urb. de esp.públ.pro		20.000,00		20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		20.000,00		20.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	29.337.050,00	3.965.000,00		33.302.050,00

09.27.06	SEGURANÇA PÚBLICA		235.700,00		235.700,00
09.27.06.182	DEFESA CIVIL		235.700,00		235.700,00
09.27.06.182.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.		235.700,00		235.700,00
09.27.06.182.0019.2202	Manutenção da Defesa Civil		223.700,00		223.700,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		203.000,00		203.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		18.000,00		18.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		700,00		700,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.000,00		2.000,00
09.27.06.182.0019.2202.13	Auxílios a Servidores e Estagiários		12.000,00		12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		12.000,00		12.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	0,00	235.700,00		235.700,00
	TOTAL ÓRGÃO	29.337.050,00	4.200.700,00		33.537.750,00

10.20.08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.133.600,00	7.095.750,00	8.229.350,00
10.20.08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	201.000,00	1.453.500,00	1.654.500,00
10.20.08.243.0029	Gestão na Área de Desenvolvimento Social	201.000,00	1.453.500,00	1.654.500,00
10.20.08.243.0029.1305	Construir Centro de Convivência e Fortalecimento de	201.000,00		201.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	201.000,00		201.000,00
10.20.08.243.0029.2196	Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade		1.453.500,00	1.453.500,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		1.377.000,00	1.377.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		76.500,00	76.500,00
10.20.08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	932.600,00	5.642.250,00	6.574.850,00
10.20.08.244.0029	Gestão na Área de Desenvolvimento Social	932.600,00	5.642.250,00	6.574.850,00
10.20.08.244.0029.1189	Aquisição de Material Permanente	140.100,00		140.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	140.100,00		140.100,00
10.20.08.244.0029.1191	Aquisição de Veículo	76.500,00		76.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	76.500,00		76.500,00
10.20.08.244.0029.1195	Garantir o Func. dos Serviços de Fort.de Vinculos(Pr	50.000,00		50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00		25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00		25.000,00
10.20.08.244.0029.1197	Garantir Adeq.do C.Fortal.Vínculos Crianças e Adole	266.000,00		266.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00		2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	264.000,00		264.000,00
10.20.08.244.0029.1199	Construção e Implantação de CRAS	200.000,00		200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	200.000,00		200.000,00
10.20.08.244.0029.1231	Construção da Sede da SDS - Secretaria de Desenv	200.000,00		200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	200.000,00		200.000,00
10.20.08.244.0029.2164	Manter Ações de Desenvolvimento Social		3.537.850,00	3.537.850,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		3.321.300,00	3.321.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		204.550,00	204.550,00

3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		2.000,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		10.000,00	10.000,00
10.20.08.244.0029.2164.12	Auxílios a Servidores e Estagiários		446.000,00	446.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		446.000,00	446.000,00
10.20.08.244.0029.2166	Gestão do IGD - Índice de Gestão Descentralizada		68.300,00	68.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		40.300,00	40.300,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		28.000,00	28.000,00
10.20.08.244.0029.2168	Gestão de Benefícios Eventuais		225.000,00	225.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		225.000,00	225.000,00
10.20.08.244.0029.2180	Convênios com Entidades		6.000,00	6.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.000,00	1.000,00
10.20.08.244.0029.2188	Desenvolver Programas de Segurança Alimentar e N		5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.000,00	5.000,00
10.20.08.244.0029.2192	Manter Proteção Social Básica		198.100,00	198.100,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		69.700,00	69.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		109.000,00	109.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		2.400,00	2.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		17.000,00	17.000,00
10.20.08.244.0029.2192.6	Fortalecimento de Vínculo da Família		240.000,00	240.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		233.500,00	233.500,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		6.500,00	6.500,00
10.20.08.244.0029.2194	Manter Proteção Social Especial - Média Complexida		316.000,00	316.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		100.000,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		135.000,00	135.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		81.000,00	81.000,00
10.20.08.244.0029.2196	Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade		600.000,00	600.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		600.000,00	600.000,00

10.20.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		5.000,00		5.000,00
10.20.99.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		5.000,00		5.000,00
10.20.99.999.0007	Reserva de Contingência		5.000,00		5.000,00
10.20.99.999.0007.2999	Reserva de Contingência		5.000,00		5.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		5.000,00		5.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE 6.042.850,00	1.133.600,00	7.100.750,00		14.277.200,00
	TOTAL ÓRGÃO 6.042.850,00	1.133.600,00	7.100.750,00		14.277.200,00

11.23.03	ESSENCIAL À JUSTIÇA	20.000,00	2.504.500,00		2.524.500,00
11.23.03.061	AÇÃO JUDICIÁRIA		30.000,00		30.000,00
11.23.03.061.0020	Gestão da Procuradoria do Município		30.000,00		30.000,00
11.23.03.061.0020.2204	Manutenção do Fundo Especial da Procuradoria Ger		30.000,00		30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		25.000,00		25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.000,00		5.000,00
11.23.03.092	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	20.000,00	2.474.500,00		2.494.500,00
11.23.03.092.0020	Gestão da Procuradoria do Município	20.000,00	2.474.500,00		2.494.500,00
11.23.03.092.0020.1127	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	10.000,00			10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00			10.000,00
11.23.03.092.0020.1127.5	Procon	10.000,00			10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00			10.000,00
11.23.03.092.0020.2100	Manutenção da Procuradoria Geral		2.278.000,00		2.278.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.380.000,00		1.380.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		898.000,00		898.000,00
11.23.03.092.0020.2100.16	Auxílios a Servidores e Estagiários		100.000,00		100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		100.000,00		100.000,00
11.23.03.092.0020.2100.5	Manter Fundo Procon		26.500,00		26.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		26.500,00		26.500,00
11.23.03.092.0020.2100.6	Manter Fundo da Procuradoria 70%		70.000,00		70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		70.000,00		70.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL

	TOTAL UNIDADE	20.000,00	2.504.500,00		2.524.500,00
	TOTAL ÓRGÃO	20.000,00	2.504.500,00		2.524.500,00
12.05.13	CULTURA		282.500,00		282.500,00
12.05.13.392	DIFUSÃO CULTURAL		282.500,00		282.500,00
12.05.13.392.0008	Gestão da Area da Cultura		282.500,00		282.500,00
12.05.13.392.0008.2024	Eventos Culturais		50.000,00		50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		50.000,00		50.000,00
12.05.13.392.0008.2026	Manutenção do Centro Cultural, Museu, Bibl e Casa		190.000,00		190.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas				
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		54.000,00		54.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		19.000,00		19.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		116.000,00		116.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.000,00		1.000,00
12.05.13.392.0008.2026.1	Manutenção Terceira Idade		42.500,00		42.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		42.500,00		42.500,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	0,00	282.500,00		2.963.100,00
12.12.04	ADMINISTRAÇÃO		207.000,00		207.000,00
12.12.04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		207.000,00		207.000,00
12.12.04.122.0028	Gestão Fundação Municipal Esportes, Turismo, Cultur		207.000,00		207.000,00
12.12.04.122.0028.2062	Participação em Feiras e Eventos		10.000,00		10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		10.000,00		10.000,00
12.12.04.122.0028.2206	Manutenção das Ações do Turismo		197.000,00		197.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		196.000,00		196.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.000,00		1.000,00
12.12.23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.000,00			5.000,00
12.12.23.695	TURISMO	5.000,00			5.000,00
12.12.23.695.0028	Gestão Fundação Municipal Esportes, Turismo, Cultur	5.000,00			5.000,00
12.12.23.695.0028.1305	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	5.000,00			5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00			5.000,00
12.12.27	DESPORTO E LAZER		430.000,00		430.000,00
12.12.27.813	LAZER		430.000,00		430.000,00
12.12.27.813.0028	Gestão Fundação Municipal Esportes, Turismo, Cultur		430.000,00		430.000,00
12.12.27.813.0028.2066	Manutenção Sábado na Praça		30.000,00		30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		30.000,00		30.000,00
12.12.27.813.0028.2068	Gaspar Natal em Festa		100.000,00		100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		50.000,00		50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		50.000,00		50.000,00
12.12.27.813.0028.2070	Semana Aniversário Município		200.000,00		200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		200.000,00		200.000,00
12.12.27.813.0028.2182	Festival de Inverno		100.000,00		100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		100.000,00		100.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	5.000,00	637.000,00		3.322.600,00
12.25.27	DESPORTO E LAZER	30.000,00	1.753.600,00		1.783.600,00
12.25.27.811	DESPORTO DE RENDIMENTO		53.000,00		53.000,00
12.25.27.811.0028	Gestão Fundação Municipal Esportes, Turismo, Cultur		53.000,00		53.000,00
12.25.27.811.0028.2158	Manutenção e Criação de Projetos de Rendimento		53.000,00		53.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		53.000,00		53.000,00
12.25.27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	30.000,00	1.700.600,00		1.730.600,00
12.25.27.812.0028	Gestão Fundação Municipal Esportes, Turismo, Cultur	30.000,00	1.700.600,00		1.730.600,00
12.25.27.812.0028.1185	Construção, ampliação e reforma de espaços esporti	28.000,00			28.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	28.000,00			28.000,00
12.25.27.812.0028.1187	Aquisição de Equipamentos, Mat. Permanente e Aca	2.000,00			2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00			2.000,00
12.25.27.812.0028.2162	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes, Gi		1.700.600,00		1.700.600,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		995.000,00		995.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		679.600,00		679.600,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		25.000,00		25.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.000,00		1.000,00
12.25.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		6.500,00		6.500,00
12.25.99.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		6.500,00		6.500,00
12.25.99.999.0007	Reserva de Contingência		6.500,00		6.500,00
12.25.99.999.0007.2999	Reserva de Contingência		6.500,00		6.500,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		6.500,00		6.500,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE 2.680.600,00	30.000,00	1.760.100,00		4.470.700,00
	TOTAL ÓRGÃO 2.680.600,00	35.000,00	2.679.600,00		5.395.200,00
13.26.17	SANEAMENTO	572.000,00	20.378.000,00		20.950.000,00
13.26.17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	572.000,00	20.378.000,00		20.950.000,00
13.26.17.512.0025	Gestão do SAMAE	572.000,00	20.378.000,00		20.950.000,00
13.26.17.512.0025.1141	Consórcio Público AGIR	102.000,00			102.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS	102.000,00			102.000,00
	PÚBLICO-PARTICIPANTE				
13.26.17.512.0025.1153	Aquisição de Veículos	200.000,00			200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	200.000,00			200.000,00
13.26.17.512.0025.1155	Aquisição de Imóvel e Construção da Sede	70.000,00			70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	70.000,00			70.000,00
13.26.17.512.0025.1157	Aquisição de Bombas, Equip. e Mobília em Geral	100.000,00			100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00			100.000,00
13.26.17.512.0025.1159	Esgoto Sanitário	100.000,00			100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00			100.000,00
13.26.17.512.0025.2110	Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia		9.800.000,00		9.800.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		8.289.178,31		8.289.178,31
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.510.821,69		1.510.821,69
13.26.17.512.0025.2112	Construções de Reservatórios		500.000,00		500.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		500.000,00		500.000,00
13.26.17.512.0025.2114	Coleta de Lixo		6.250.000,00		6.250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		6.250.000,00		6.250.000,00
13.26.17.512.0025.2116	Ampliação/Manut. da Rede de Água e Esgoto		3.200.000,00		3.200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.800.000,00		2.800.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		400.000,00		400.000,00
13.26.17.512.0025.2118	Manutenção da Frota de Veículos e Equipamentos		628.000,00		628.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		628.000,00		628.000,00
13.26.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		50.000,00		50.000,00
13.26.99.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		50.000,00		50.000,00
13.26.99.999.0007	Reserva de Contingência		50.000,00		50.000,00
13.26.99.999.0007.2999	Reserva de Contingência		50.000,00		50.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		50.000,00		50.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	572.000,00	20.428.000,00		21.000.000,00
	TOTAL ÓRGÃO	572.000,00	20.428.000,00		21.000.000,00
14.22.08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	526.400,00	535.000,00		1.061.400,00
14.22.08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	526.400,00	535.000,00		1.061.400,00
14.22.08.243.0027	Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Ad	526.400,00	535.000,00		1.061.400,00
14.22.08.243.0027.1175	Criar e manter programa, projetos, serviços e ações	526.400,00			526.400,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	526.400,00			526.400,00
14.22.08.243.0027.2156	Manutenção do Fundo de Atendimento da Criança e		535.000,00		535.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		535.000,00		535.000,00
14.22.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		10.000,00		10.000,00
14.22.99.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		10.000,00		10.000,00
14.22.99.999.0007	Reserva de Contingência		10.000,00		10.000,00
14.22.99.999.0007.2999	Reserva de Contingência		10.000,00		10.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00		10.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE 1.041.400,00	526.400,00	545.000,00		2.112.800,00
	TOTAL ÓRGÃO 1.041.400,00	526.400,00	545.000,00		2.112.800,00
15.15.04	ADMINISTRAÇÃO		4.737.000,00		4.737.000,00

15.15.04.123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		4.737.000,00		4.737.000,00
15.15.04.123.0031	Gestão da Secretaria da Fazenda		4.737.000,00		4.737.000,00
15.15.04.123.0031.2208	Manutenção da Secretaria da Fazenda		4.569.000,00		4.569.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.255.000,00		2.255.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		355.000,00		355.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.932.000,00		1.932.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS		22.000,00		22.000,00
	PÚBLICO-PARTICIPANTE				
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.000,00		5.000,00
15.15.04.123.0031.2208.24	Auxílios a Servidores e Estagiários		168.000,00		168.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		168.000,00		168.000,00
15.15.28	ENCARGOS ESPECIAIS	3.229.000,00			3.229.000,00
15.15.28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	3.229.000,00			3.229.000,00
15.15.28.843.0031	Gestão da Secretaria da Fazenda	3.229.000,00			3.229.000,00
15.15.28.843.0031.1045	Encargos Especiais	3.229.000,00			3.229.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.187.000,00			2.187.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.042.000,00			1.042.000,00
	INTERF.CONCEDIDA	PROJETO	ATIVIDADE	OP. ESPECIAL	TOTAL
	TOTAL UNIDADE	3.229.000,00	4.737.000,00		7.966.000,00
	TOTAL ÓRGÃO	3.229.000,00	4.737.000,00		7.966.000,00
	TOTAL GERAL 39.889.050,00	52.355.550,00	163.644.450,00		255.889.050,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETO	ATIVIDADE	OPERAÇÃO ESPECIAL	TOTAL
01.000.0000	LEGISLATIVA	2.300.000,00	5.030.000,00		7.330.000,00
01.031.0000	AÇÃO LEGISLATIVA	2.300.000,00	5.030.000,00		7.330.000,00
01.031.0001	Manutenção do Legislativo	200.000,00	4.998.000,00		5.198.000,00
01.031.0002	Programa Vereador Mirim		32.000,00		32.000,00
01.031.0003	Aquisição/Construção da Sede Própria	2.100.000,00			2.100.000,00
03.000.0000	ESSENCIAL À JUSTIÇA	20.000,00	2.504.500,00		2.524.500,00
03.061.0000	AÇÃO JUDICIÁRIA		30.000,00		30.000,00
03.061.0020	Gestão da Procuradoria do Município		30.000,00		30.000,00
03.092.0000	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	20.000,00	2.474.500,00		2.494.500,00
03.092.0020	Gestão da Procuradoria do Município	20.000,00	2.474.500,00		2.494.500,00
04.000.0000	ADMINISTRAÇÃO	5.402.750,00	18.540.700,00		23.943.450,00
04.122.0000	ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.392.750,00	13.044.700,00		18.437.450,00
04.122.0004	Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	2.000,00	2.625.700,00		2.627.700,00
04.122.0006	Gestão da Secretaria de Administração e Gestão	4.060.000,00	5.731.000,00		9.791.000,00
04.122.0013	Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Renda	5.000,00	536.000,00		541.000,00
04.122.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.Def.Civil	1.325.750,00	3.945.000,00		5.270.750,00
04.122.0028	Gestão Fundação Municipal Esportes,Turismo,Cultura e Lazer		207.000,00		207.000,00
04.123.0000	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		4.737.000,00		4.737.000,00
04.123.0031	Gestão da Secretaria da Fazenda		4.737.000,00		4.737.000,00
04.126.0000	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.000,00			5.000,00
04.126.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.Def.Civil	5.000,00			5.000,00
04.131.0000	COMUNICAÇÃO SOCIAL	5.000,00	759.000,00		764.000,00
04.131.0005	Manutenção da Diretoria de Comunicação	5.000,00	759.000,00		764.000,00
06.000.0000	SEGURANÇA PÚBLICA	545.000,00	985.700,00		1.530.700,00
06.181.0000	POLICIAMENTO	175.000,00	510.000,00		685.000,00
06.181.0017	Gestão da Polícia Civil	160.000,00	170.000,00		330.000,00
06.181.0018	Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar	15.000,00	340.000,00		355.000,00
06.182.0000	DEFESA CIVIL	370.000,00	475.700,00		845.700,00
06.182.0016	Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar	370.000,00	240.000,00		610.000,00
06.182.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.Def.Civil		235.700,00		235.700,00
08.000.0000	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.660.000,00	7.630.750,00		9.290.750,00
08.243.0000	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	727.400,00	1.988.500,00		2.715.900,00
08.243.0027	Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente	526.400,00	535.000,00		1.061.400,00

08.243.0029	Gestão na Área de Desenvolvimento Social	201.000,00	1.453.500,00	1.654.500,00
08.244.0000	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	932.600,00	5.642.250,00	6.574.850,00
08.244.0029	Gestão na Área de Desenvolvimento Social	932.600,00	5.642.250,00	6.574.850,00
10.000.0000	SAÚDE	493.000,00	34.446.200,00	34.939.200,00
10.301.0000	ATENÇÃO BÁSICA	493.000,00	25.216.000,00	25.709.000,00
10.301.0026	Gestão do Fundo Municipal de Saúde	493.000,00	25.216.000,00	25.709.000,00
10.302.0000	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		8.598.200,00	8.598.200,00
10.302.0026	Gestão do Fundo Municipal de Saúde		8.598.200,00	8.598.200,00
10.304.0000	VIGILÂNCIA SANITÁRIA		444.000,00	444.000,00
10.304.0026	Gestão do Fundo Municipal de Saúde		444.000,00	444.000,00
10.305.0000	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		188.000,00	188.000,00
10.305.0026	Gestão do Fundo Municipal de Saúde		188.000,00	188.000,00
12.000.0000	EDUCAÇÃO	4.455.000,00	51.602.200,00	56.057.200,00
12.306.0000	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		1.910.000,00	1.910.000,00
12.306.0009	Gestão de Educação Infantil		1.140.000,00	1.140.000,00
12.306.0010	Gestão de Educação de Ensino Fundamental		770.000,00	770.000,00
12.361.0000	ENSINO FUNDAMENTAL	1.461.000,00	29.161.200,00	30.622.200,00
12.361.0010	Gestão de Educação de Ensino Fundamental	1.461.000,00	29.161.200,00	30.622.200,00
12.365.0000	EDUCAÇÃO INFANTIL	2.994.000,00	20.531.000,00	23.525.000,00
12.365.0009	Gestão de Educação Infantil	2.994.000,00	20.531.000,00	23.525.000,00
13.000.0000	CULTURA		282.500,00	282.500,00
13.392.0000	DIFUSÃO CULTURAL		282.500,00	282.500,00
13.392.0008	Gestão da Area da Cultura		282.500,00	282.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETO	ATIVIDADE	OPERAÇÃO ESPECIAL	TOTAL
15.000.0000	URBANISMO	32.044.750,00	15.660.000,00		47.704.750,00
15.182.0000	DEFESA CIVIL	40.000,00			40.000,00
15.182.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.Def.Civil	40.000,00			40.000,00
15.451.0000	INFRA-ESTRUTURA URBANA	31.042.650,00	15.223.500,00		46.266.150,00
15.451.0004	Gestão do Gabinete e Políticas Públicas		680.000,00		680.000,00
15.451.0014	Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	5.039.000,00	14.463.500,00		19.502.500,00
15.451.0015	Gestao do Ditrn	4.500,00	80.000,00		84.500,00
15.451.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.Def.Civil	25.899.150,00			25.899.150,00
15.451.0024	Construção de Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu	100.000,00			100.000,00
15.452.0000	SERVIÇOS URBANOS	942.100,00	2.500,00		944.600,00
15.452.0014	Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	70.000,00			70.000,00
15.452.0015	Gestao do Ditrn	210.000,00	2.500,00		212.500,00
15.452.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.Def.Civil	662.100,00			662.100,00
15.453.0000	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	20.000,00	434.000,00		454.000,00
15.453.0006	Gestão da Secretaria de Administração e Gestão	20.000,00	434.000,00		454.000,00
16.000.0000	HABITAÇÃO	30.000,00			30.000,00
16.482.0000	HABITAÇÃO URBANA	30.000,00			30.000,00
16.482.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.Def.Civil	10.000,00			10.000,00
16.482.0023	Construção de Unidades Habitacionais e Locação Social	20.000,00			20.000,00
17.000.0000	SANEAMENTO	572.000,00	20.378.000,00		20.950.000,00
17.512.0000	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	572.000,00	20.378.000,00		20.950.000,00
17.512.0025	Gestão do SAMAE	572.000,00	20.378.000,00		20.950.000,00
18.000.0000	GESTÃO AMBIENTAL	1.275.050,00	20.000,00		1.295.050,00
18.541.0000	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.275.050,00	20.000,00		1.295.050,00
18.541.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.Def.Civil	1.275.050,00	20.000,00		1.295.050,00
20.000.0000	AGRICULTURA	170.000,00	2.098.800,00		2.268.800,00
20.606.0000	EXTENSÃO RURAL	170.000,00	2.098.800,00		2.268.800,00
20.606.0021	Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro	170.000,00	2.098.800,00		2.268.800,00
22.000.0000	INDÚSTRIA		80.000,00		80.000,00
22.661.0000	PROMOÇÃO INDUSTRIAL		80.000,00		80.000,00
22.661.0013	Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Renda		80.000,00		80.000,00
23.000.0000	COMÉRCIO E SERVIÇOS	105.000,00			105.000,00
23.692.0000	COMERCIALIZAÇÃO	100.000,00			100.000,00

23.692.0013	Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Renda	100.000,00		100.000,00
23.695.0000	TURISMO	5.000,00		5.000,00
23.695.0028	Gestão Fundação Municipal Esportes, Turismo, Cultura e Lazer	5.000,00		5.000,00
26.000.0000	TRANSPORTE	24.000,00	2.056.000,00	2.080.000,00
26.782.0000	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	24.000,00	2.056.000,00	2.080.000,00
26.782.0015	Gestão do Ditrans	24.000,00	2.056.000,00	2.080.000,00
27.000.0000	DESPORTO E LAZER	30.000,00	2.183.600,00	2.213.600,00
27.811.0000	DESPORTO DE RENDIMENTO		53.000,00	53.000,00
27.811.0028	Gestão Fundação Municipal Esportes, Turismo, Cultura e Lazer		53.000,00	53.000,00
27.812.0000	DESPORTO COMUNITÁRIO	30.000,00	1.700.600,00	1.730.600,00
27.812.0028	Gestão Fundação Municipal Esportes, Turismo, Cultura e Lazer	30.000,00	1.700.600,00	1.730.600,00
27.813.0000	LAZER		430.000,00	430.000,00
27.813.0028	Gestão Fundação Municipal Esportes, Turismo, Cultura e Lazer		430.000,00	430.000,00
28.000.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	3.229.000,00		3.229.000,00
28.843.0000	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	3.229.000,00		3.229.000,00
28.843.0031	Gestão da Secretaria da Fazenda	3.229.000,00		3.229.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETO	ATIVIDADE	OPERAÇÃO ESPECIAL	TOTAL
99.000.0000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		145.500,00		145.500,00
99.999.0000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		145.500,00		145.500,00
99.999.0007	Reserva de Contingência		145.500,00		145.500,00
	TOTAL	52.355.550,00	163.644.450,00		216.000.000,00
	Interferências Concedidas				39.889.050,00
	TOTAL GERAL	52.355.550,00	163.644.450,00	0,00	255.889.050,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
01.000.0000	LEGISLATIVA	7.330.000,00		7.330.000,00
01.031.0000	AÇÃO LEGISLATIVA	7.330.000,00		7.330.000,00
01.031.0001	Manutenção do Legislativo	5.198.000,00		5.198.000,00
01.031.0002	Programa Vereador Mirim	32.000,00		32.000,00
01.031.0003	Aquisição/Construção da Sede Própria	2.100.000,00		2.100.000,00

03.000.0000	ESSENCIAL À JUSTIÇA	2.524.500,00		2.524.500,00
03.061.0000	AÇÃO JUDICIÁRIA	30.000,00		30.000,00
03.061.0020	Gestão da Procuradoria do Município	30.000,00		30.000,00
03.092.0000	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	2.494.500,00		2.494.500,00
03.092.0020	Gestão da Procuradoria do Município	2.494.500,00		2.494.500,00
04.000.0000	ADMINISTRAÇÃO	18.967.700,00	4.975.750,00	23.943.450,00
04.122.0000	ADMINISTRAÇÃO GERAL	13.461.700,00	4.975.750,00	18.437.450,00
04.122.0004	Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	2.627.700,00		2.627.700,00
04.122.0006	Gestão da Secretaria de Administração e Gestão	5.791.000,00	4.000.000,00	9.791.000,00
04.122.0013	Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Renda	541.000,00		541.000,00
04.122.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.Def.Civil	4.295.000,00	975.750,00	5.270.750,00
04.122.0028	Gestão Fundação Municipal Esportes, Turismo, Cultura e Lazer	207.000,00		207.000,00
04.123.0000	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	4.737.000,00		4.737.000,00
04.123.0031	Gestão da Secretaria da Fazenda	4.737.000,00		4.737.000,00
04.126.0000	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.000,00		5.000,00
04.126.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.Def.Civil	5.000,00		5.000,00
04.131.0000	COMUNICAÇÃO SOCIAL	764.000,00		764.000,00
04.131.0005	Manutenção da Diretoria de Comunicação	764.000,00		764.000,00
06.000.0000	SEGURANÇA PÚBLICA	870.700,00	660.000,00	1.530.700,00
06.181.0000	POLICIAMENTO	25.000,00	660.000,00	685.000,00
06.181.0017	Gestão da Polícia Civil		330.000,00	330.000,00
06.181.0018	Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar	25.000,00	330.000,00	355.000,00
06.182.0000	DEFESA CIVIL	845.700,00		845.700,00
06.182.0016	Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar	610.000,00		610.000,00
06.182.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.Def.Civil	235.700,00		235.700,00

08.000.0000	ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.099.250,00	2.191.500,00	9.290.750,00
08.243.0000	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	2.286.400,00	429.500,00	2.715.900,00
08.243.0027	Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente	1.061.400,00		1.061.400,00
08.243.0029	Gestão na Área de Desenvolvimento Social	1.225.000,00	429.500,00	1.654.500,00
08.244.0000	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	4.812.850,00	1.762.000,00	6.574.850,00
08.244.0029	Gestão na Área de Desenvolvimento Social	4.812.850,00	1.762.000,00	6.574.850,00
10.000.0000	SAÚDE	393.000,00	34.546.200,00	34.939.200,00
10.301.0000	ATENÇÃO BÁSICA	86.000,00	25.623.000,00	25.709.000,00
10.301.0026	Gestão do Fundo Municipal de Saúde	86.000,00	25.623.000,00	25.709.000,00
10.302.0000	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		8.598.200,00	8.598.200,00
10.302.0026	Gestão do Fundo Municipal de Saúde		8.598.200,00	8.598.200,00
10.304.0000	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	307.000,00	137.000,00	444.000,00
10.304.0026	Gestão do Fundo Municipal de Saúde	307.000,00	137.000,00	444.000,00
10.305.0000	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		188.000,00	188.000,00
10.305.0026	Gestão do Fundo Municipal de Saúde		188.000,00	188.000,00
12.000.0000	EDUCAÇÃO	1.798.500,00	54.258.700,00	56.057.200,00
12.306.0000	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	940.000,00	970.000,00	1.910.000,00
12.306.0009	Gestão de Educação Infantil	520.000,00	620.000,00	1.140.000,00
12.306.0010	Gestão de Educação de Ensino Fundamental	420.000,00	350.000,00	770.000,00
12.361.0000	ENSINO FUNDAMENTAL	858.500,00	29.763.700,00	30.622.200,00
12.361.0010	Gestão de Educação de Ensino Fundamental	858.500,00	29.763.700,00	30.622.200,00
12.365.0000	EDUCAÇÃO INFANTIL		23.525.000,00	23.525.000,00
12.365.0009	Gestão de Educação Infantil		23.525.000,00	23.525.000,00
13.000.0000	CULTURA	282.500,00		282.500,00
13.392.0000	DIFUSÃO CULTURAL	282.500,00		282.500,00
13.392.0008	Gestão da Area da Cultura	282.500,00		282.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
15.000.0000	URBANISMO	18.906.500,00	28.798.250,00	47.704.750,00
15.182.0000	DEFESA CIVIL	10.000,00	30.000,00	40.000,00
15.182.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.Def.Civil	10.000,00	30.000,00	40.000,00
15.451.0000	INFRA-ESTRUTURA URBANA	17.530.400,00	28.735.750,00	46.266.150,00
15.451.0004	Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	680.000,00		680.000,00
15.451.0014	Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	14.892.500,00	4.610.000,00	19.502.500,00
15.451.0015	Gestao do Ditrn		84.500,00	84.500,00
15.451.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.Def.Civil	1.857.900,00	24.041.250,00	25.899.150,00
15.451.0024	Construção de Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu	100.000,00		100.000,00
15.452.0000	SERVIÇOS URBANOS	932.100,00	12.500,00	944.600,00
15.452.0014	Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	70.000,00		70.000,00
15.452.0015	Gestao do Ditrn	210.000,00	2.500,00	212.500,00
15.452.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.Def.Civil	652.100,00	10.000,00	662.100,00
15.453.0000	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	434.000,00	20.000,00	454.000,00
15.453.0006	Gestão da Secretaria de Administração e Gestão	434.000,00	20.000,00	454.000,00
16.000.0000	HABITAÇÃO	30.000,00		30.000,00
16.482.0000	HABITAÇÃO URBANA	30.000,00		30.000,00
16.482.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.Def.Civil	10.000,00		10.000,00
16.482.0023	Construção de Unidades Habitacionais e Locação Social	20.000,00		20.000,00
17.000.0000	SANEAMENTO	20.950.000,00		20.950.000,00
17.512.0000	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	20.950.000,00		20.950.000,00
17.512.0025	Gestão do SAMAE	20.950.000,00		20.950.000,00
18.000.0000	GESTÃO AMBIENTAL		1.295.050,00	1.295.050,00
18.541.0000	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		1.295.050,00	1.295.050,00
18.541.0019	Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Meio Amb.Def.Civil		1.295.050,00	1.295.050,00
20.000.0000	AGRICULTURA	2.108.800,00	160.000,00	2.268.800,00
20.606.0000	EXTENSÃO RURAL	2.108.800,00	160.000,00	2.268.800,00
20.606.0021	Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro	2.108.800,00	160.000,00	2.268.800,00

22.000.0000	INDÚSTRIA	80.000,00		80.000,00
22.661.0000	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	80.000,00		80.000,00
22.661.0013	Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Renda	80.000,00		80.000,00
23.000.0000	COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.000,00	100.000,00	105.000,00
23.692.0000	COMERCIALIZAÇÃO		100.000,00	100.000,00
23.692.0013	Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Renda		100.000,00	100.000,00
23.695.0000	TURISMO	5.000,00		5.000,00
23.695.0028	Gestão Fundação Municipal Esportes,Turismo,Cultura e Lazer	5.000,00		5.000,00
26.000.0000	TRANSPORTE	627.000,00	1.453.000,00	2.080.000,00
26.782.0000	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	627.000,00	1.453.000,00	2.080.000,00
26.782.0015	Gestao do Ditrn	627.000,00	1.453.000,00	2.080.000,00
27.000.0000	DESPORTO E LAZER	2.213.600,00		2.213.600,00
27.811.0000	DESPORTO DE RENDIMENTO	53.000,00		53.000,00
27.811.0028	Gestão Fundação Municipal Esportes,Turismo,Cultura e Lazer	53.000,00		53.000,00
27.812.0000	DESPORTO COMUNITÁRIO	1.730.600,00		1.730.600,00
27.812.0028	Gestão Fundação Municipal Esportes,Turismo,Cultura e Lazer	1.730.600,00		1.730.600,00
27.813.0000	LAZER	430.000,00		430.000,00
27.813.0028	Gestão Fundação Municipal Esportes,Turismo,Cultura e Lazer	430.000,00		430.000,00
28.000.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	3.229.000,00		3.229.000,00
28.843.0000	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	3.229.000,00		3.229.000,00
28.843.0031	Gestão da Secretaria da Fazenda	3.229.000,00		3.229.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
99.000.0000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	131.500,00	14.000,00	145.500,00
99.999.0000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	131.500,00	14.000,00	145.500,00
99.999.0007	Reserva de Contingência	131.500,00	14.000,00	145.500,00
	TOTAL	87.547.550,00	128.452.450,00	216.000.000,00
	Interferências Concedidas			39.889.050,00
	TOTAL GERAL	87.547.550,00	128.452.450,00	255.889.050,00

Função : 01 LEGISLATIVA ÓRGÃOS:
01 CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR 7.330.000,00

Total Função :

7.330.000,00

Função : 03 ESSENCIAL À JUSTIÇA ÓRGÃOS:
11 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO 2.524.500,00

Total Função :

2.524.500,00

Função : 04 ADMINISTRAÇÃO

	ÓRGÃOS: 02	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	3.391.700,00
	03	SECR. MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO	9.791.000,00
	05	SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RENDA	541.000,00
	09	SECR PLANEJAMENTO,MEIO AMBIENTE E DEFESA CÍVIL	5.275.750,00
	12	FUNDACAO MUN.DE ESPORTE,TURISMO,CULTURA E LAZE	207.000,00
	15	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	4.737.000,00
Total Função :			23.943.450,00

Função : 06 SEGURANÇA PÚBLICA ÓRGÃOS:
03 SECR. MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO 1.295.000,00
9 SECR PLANEJAMENTO,MEIO AMBIENTE E DEFESA CÍVIL 235.700,00

Total Função : 1.530.700,00

Função : 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL ÓRGÃOS:
10 FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 8.229.350,00
14 FUNDO MUNIC. DE ATEND. DA CRIANÇA E DO ADOLESCEN 1.061.400,00

Total Função :

9.290.750,00

Função : 10 SAÚDE ÓRGÃOS:
06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 34.939.200,00

Total Função :

34.939.200,00

Função : 12 EDUCAÇÃO ÓRGÃOS:
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 56.057.200,00

Total Função :

56.057.200,00

Função : 13 CULTURA ÓRGÃOS:
12 FUNDACAO MUN.DE ESPORTE,TURISMO,CULTURA E LAZE 282.500,00

Total Função :

282.500,00

Função : 15 URBANISMO

	ÓRGÃOS: 02	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	680.000,00
	03	SECR. MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO	751.000,00
	08	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	19.572.500,00
	09	SECR PLANEJAMENTO,MEIO AMBIENTE E DEFESA CÍVIL	26.701.250,00
Total Função :			47.704.750,00

Função : 16 HABITAÇÃO ÓRGÃOS:
09 SECR PLANEJAMENTO,MEIO AMBIENTE E DEFESA CÍVIL 30.000,00

Total Função :

30.000,00

Função : 17 SANEAMENTO ÓRGÃOS:
13 SERV.AUT.MUNIC.AGUA E ESGOTO - SAMAE 20.950.000,00

Total Função :

20.950.000,00

Função : 18 GESTÃO AMBIENTAL ÓRGÃOS:
09 SECR PLANEJAMENTO,MEIO AMBIENTE E DEFESA CÍVIL 1.295.050,00

Total Função :

1.295.050,00

Função : 20 AGRICULTURA ÓRGÃOS:
05 SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RENDA 2.268.800,00

Total Função :

2.268.800,00

Função : 22 INDÚSTRIA ÓRGÃOS:
05 SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RENDA 80.000,00

Total Função :

80.000,00

Função : 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS

ÓRGÃOS:

05 SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RENDA 100.000,00

12 FUNDACAO MUN.DE ESPORTE,TURISMO,CULTURA E LAZE 5.000,00

Total Função :

105.000,00

Função : 26 TRANSPORTE ÓRGÃOS:

03 SECR. MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO 2.080.000,00

Total Função :

2.080.000,00

Função : 27 DESPORTO E LAZER ÓRGÃOS:

12 FUNDACAO MUN.DE ESPORTE,TURISMO,CULTURA E LAZE 2.213.600,00

Total Função :

2.213.600,00

Função : 28 ENCARGOS ESPECIAIS

	ÓRGÃOS: 15	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	3.229.000,00
Total Função :			3.229.000,00
Função : 99	RESERVA	DE CONTINGÊNCIA	
	ÓRGÃOS:		
	03	SECR. MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO	60.000,00
	06	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	14.000,00
	10	FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.000,00
	12	FUNDACAO MUN.DE ESPORTE,TURISMO,CULTURA E LAZE	6.500,00
	13	SERV.AUT.MUNIC.AGUA E ESGOTO - SAMAE	50.000,00

Função : 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA ÓRGÃOS:

14 FUNDO MUNIC. DE ATEND. DA CRIANÇA E DO ADOLESCEN 10.000,00

Total Função :

145.500,00

TOTAL: 216.000.000,00

Interferências Concedidas: TOTAL GERAL:

39.889.050,00

255.889.050,00

DESPESAS						
ÓRGÃO UNIDADE	01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
01.01.01.031.0001.1001		Aquisição de Materiais Permanentes				200.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00		Despesas de Capital				200.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00		Investimentos				200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas			200.000,00	

01.01.01.031.0001.2002	Folha de Pagamento e Encargos Sociais		3.935.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		3.935.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		3.935.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.935.000,00	
01.01.01.031.0001.2004	Manutenção das Atividades em Geral		800.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		800.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		800.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	790.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS	10.000,00	
	PÚBLICO-PARTICIPANTE		
01.01.01.031.0001.2006	Aquisição e Locação de Softwares		65.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		65.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		65.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	65.000,00	
01.01.01.031.0001.2008	Realização de Concurso Público		8.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		8.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	8.000,00	
01.01.01.031.0001.2010	Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal		40.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		40.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00	
01.01.01.031.0001.2012	Publicidade do Legislativo		150.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		150.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	150.000,00	
01.01.01.031.0002.2014	Manutenção do Programa Vereador Mirim		20.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		20.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00	
01.01.01.031.0002.2016	Despesas com Processo Eleitoral do Programa Vereador Mirim		12.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		12.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	12.000,00	
01.01.01.031.0003.1003	Aquisição/Construção de Imóvel - Sede Própria		2.000.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		2.000.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		2.000.000,00

TOTAL UNIDADE	7.330.000,00
Interferências Concedidas Unidade	7.330.000,00
TOTAL GERAL UNIDADE	14.660.000,00
TOTAL ÓRGÃO	7.330.000,00
Interferências Concedidas Órgão	7.330.000,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	14.660.000,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
01.01.01.031.0003.1003	Aquisição/Construção de Imóvel - Sede Própria				2.000.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.000.000,00		
01.01.01.031.0003.1007	Aquisição de Materiais Permanentes - Sede Própria				100.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				100.000,00

4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00	
TOTAL UNIDADE			7.330.000,00
Interferências Concedidas Unidade			7.330.000,00
TOTAL GERAL UNIDADE			14.660.000,00
TOTAL ÓRGÃO			7.330.000,00
Interferências Concedidas Órgão			7.330.000,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO			14.660.000,00
TOTAL			216.000.000,00
Interferências Concedidas			39.889.050,00
TOTAL GERAL			255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	02 02	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação Categoria Econômica
02.02.04.122.0004.1009	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				2.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				2.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.000,00		
02.02.04.122.0004.2018	Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas				2.450.700,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				2.449.700,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais				2.198.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.198.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				251.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		249.500,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		2.200,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				1.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.000,00		
02.02.04.122.0004.2018.15	Auxílios a Servidores e Estagiários				175.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				175.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				175.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		175.000,00		
02.02.15.451.0004.2092	Manutenção do Distrito Belchior				680.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				680.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				680.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		679.300,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		700,00		

TOTAL UNIDADE			3.307.700,00
Interferências Concedidas Unidade			0,00
TOTAL GERAL UNIDADE			3.307.700,00
TOTAL ÓRGÃO			4.071.700,00
Interferências Concedidas Órgão			0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO			4.071.700,00
TOTAL			216.000.000,00
Interferências Concedidas			39.889.050,00
TOTAL GERAL			255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	02 03	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação Categoria Econômica
02.03.04.131.0005.1011	Aquisição de Equipamento e Material Permanente				5.000,00

4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00	
02.03.04.131.0005.2020	Manutenção da Comunicação		729.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		729.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		203.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	203.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		526.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	509.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS	17.000,00	
	PÚBLICO-PARTICIPANTE		
02.03.04.131.0005.2020.14	Auxílios a Servidores e Estagiários		30.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		30.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00	

TOTAL UNIDADE	764.000,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	764.000,00
TOTAL ÓRGÃO	4.071.700,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	4.071.700,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	03 04	SECR. MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
03.04.04.122.0006.1013	Modernização Administrativa e Fiscal				4.000.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				200.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		200.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				3.800.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				3.800.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		3.800.000,00		
03.04.04.122.0006.1015	Aquisição, Construção e Reforma da Sede				10.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		10.000,00		
03.04.04.122.0006.1017	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				50.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				50.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		50.000,00		
03.04.04.122.0006.2022	Manutenção da Secretaria de Administração e Gestão				5.341.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				5.336.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais				3.760.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		3.760.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				1.576.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.568.000,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		8.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.000,00		
03.04.04.122.0006.2022.26	Auxílios a Servidores e Estagiários				390.000,00

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		390.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		390.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	390.000,00	
03.04.15.453.0006.1097	Construção, Reforma e Ampliação de Terminais Rodoviários Urb		20.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		20.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00	
03.04.15.453.0006.2090	Conservação e Manutenção do Sistemas de Transporte Coletivo		434.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		432.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		130.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	130.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		302.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	300.000,00	
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra	2.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		2.000,00

TOTAL UNIDADE	10.305.000,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	10.305.000,00
TOTAL ÓRGÃO	13.977.000,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	13.977.000,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	03 04	SECR. MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
03.04.15.453.0006.2090	Conservação e Manutenção do Sistemas de Transporte Coletivo				434.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00			
03.04.99.999.0007.2999	Reserva de Contingência				60.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA				60.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA				60.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00			

TOTAL UNIDADE	10.305.000,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	10.305.000,00
TOTAL ÓRGÃO	13.977.000,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	13.977.000,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	03 14	SECR. MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO DITRAN - DIRETORIA DE TRÂNSITO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
03.14.15.451.0015.1061	Implantação de Ciclovias				4.500,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				2.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				2.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.500,00			

4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		2.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00	
03.14.15.451.0015.2200	Manutenção de Sistema de Monitoramento Urbano		80.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		80.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	80.000,00	
03.14.15.452.0015.1147	Manutenção da Area Azul		204.400,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		199.400,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		97.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	97.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		102.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	102.400,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00	
03.14.15.452.0015.1147.19	Auxílios a Servidores e Estagiários		5.600,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		5.600,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		5.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.600,00	
03.14.15.452.0015.2076	Implantação de Faixas Elevadas		2.500,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		2.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		2.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.500,00	
03.14.26.782.0015.1065	Aquisição de Equipamento e Material Permanente		2.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		2.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00	
03.14.26.782.0015.1067	Educação para o Trânsito		20.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		20.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00	
03.14.26.782.0015.1069	Reforma e Ampliação da Sede		2.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		2.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00	

TOTAL UNIDADE	2.377.000,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	2.377.000,00
TOTAL ÓRGÃO	13.977.000,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	13.977.000,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	03 14	SECR. MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO DITRAN - DIRETORIA DE TRÂNSITO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
03.14.26.782.0015.2078	Manutenção da Ditrán				1.932.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				1.927.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais				875.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		875.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				1.052.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.051.300,00	
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra	700,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00	
03.14.26.782.0015.2078.18	Auxílios a Servidores e Estagiários		124.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		124.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		124.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	124.000,00	

TOTAL UNIDADE	2.377.000,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	2.377.000,00
TOTAL ÓRGÃO	13.977.000,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	13.977.000,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	03 15	SECR. MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO POLICIA MILITAR - TRÂNSITO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
03.15.06.181.0018.2084	Manutenção da Polícia Militar Trânsito PM				330.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				330.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				330.000,00
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferências a Estados e Ao Distrito Federal		100.080,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		229.920,00		

TOTAL UNIDADE	330.000,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	330.000,00
TOTAL ÓRGÃO	13.977.000,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	13.977.000,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	03 16	SECR. MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO POLÍCIA MILITAR			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
03.16.06.181.0018.1087	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente Rádio Patrul				10.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		10.000,00		
03.16.06.181.0018.1089	Projeto Obras e Reformas Rádio Patrulha				5.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.000,00		
03.16.06.181.0018.2198	Manutenção do Quartel e Serviço de Rádio Patrulha				10.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				10.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		10.000,00		

TOTAL UNIDADE	25.000,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	25.000,00
TOTAL ÓRGÃO	13.977.000,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	13.977.000,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	03 17	SECR. MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO POLICIA CIVIL - TRÂNSITO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
03.17.06.181.0017.1075	Aquisição de Veículos				70.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				70.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		70.000,00		
03.17.06.181.0017.1077	Aquisição de Equipamento e Material Permanente				80.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				80.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				80.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		80.000,00		
03.17.06.181.0017.1079	Construir e Equipar a Nova Sede				10.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		10.000,00		
03.17.06.181.0017.2082	Manutenção da Polícia Civil				92.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				92.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				92.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		92.000,00		
03.17.06.181.0017.2082.20	Estagiários				78.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				78.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				78.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		78.000,00		

TOTAL UNIDADE	330.000,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	330.000,00
TOTAL ÓRGÃO	13.977.000,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	13.977.000,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	03 18	SECR. MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO CORPO DE BOMBEIROS			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
03.18.06.182.0016.1071	Aquisição de Equipamento e Material Permanente				80.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				80.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				80.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		80.000,00		
03.18.06.182.0016.1073	Construção da Sede				10.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00	
03.18.06.182.0016.1303	Aquisição de Veículos		280.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		280.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		280.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	280.000,00	
03.18.06.182.0016.2080	Apoio à Segurança Pública		218.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		218.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		218.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	218.000,00	
03.18.06.182.0016.2080.25	Estagiários		22.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		22.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		22.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	22.000,00	

TOTAL UNIDADE	610.000,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	610.000,00
TOTAL ÓRGÃO	13.977.000,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	13.977.000,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	04 06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica

04.06.12.306.0009.2040	Merenda Escolar			1.140.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes			1.140.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes			1.140.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.140.000,00		
04.06.12.365.0009.1021	Construção, Ampliação e Reforma de CDI e Salas Multifuncionai			2.589.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital			2.589.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos			2.589.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.589.000,00		
04.06.12.365.0009.1027	Aquisição de Imóveis			150.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital			150.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos			150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	150.000,00		
04.06.12.365.0009.1099	Aquisição de Material Permanente			255.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital			255.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos			255.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	255.000,00		
04.06.12.365.0009.2038	Manutenção da Educação Infantil			18.441.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes			18.440.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			17.080.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	17.080.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes			1.360.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	211.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.099.000,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra	50.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital			1.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos			1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00		

04.06.12.365.0009.2038.3	Auxílios a Servidores e Estagiários		2.090.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		2.090.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		2.090.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.090.000,00	

TOTAL UNIDADE	24.665.000,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	24.665.000,00
TOTAL ÓRGÃO	56.057.200,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	56.057.200,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	04 07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica

04.07.12.306.0010.2046	Merenda Escolar		770.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		770.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		770.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	770.000,00	
04.07.12.361.0010.1029	Construção, Ampliação e Ref.da SEMED,Escolas,Quadras Esp., L		1.176.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		1.176.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		1.176.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.176.000,00	
04.07.12.361.0010.1177	Aquisição de Equipamento e Material Permanente		285.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		285.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		285.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	285.000,00	
04.07.12.361.0010.2042	Manutenção da Educação Fundamental		25.672.500,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		25.671.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		23.753.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	23.753.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		1.918.500,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	258.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.595.000,00	
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra	65.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		1.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00	
04.07.12.361.0010.2042.3	Auxílios a Servidores e Estagiários		2.330.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		2.330.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		2.330.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.330.000,00	
04.07.12.361.0010.2044	Transporte Escolar		1.158.700,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		1.158.700,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		1.158.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.158.700,00	

TOTAL UNIDADE	31.392.200,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	31.392.200,00
TOTAL ÓRGÃO	56.057.200,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00

TOTAL GERAL ÓRGÃO	56.057.200,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	05 10	SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RENDA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RENDA			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
05.10.04.122.0013.1041	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				5.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.000,00		
05.10.04.122.0013.2054	Manutenção das ações da Secretaria				496.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				494.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais				422.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		422.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				72.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		70.000,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		2.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				2.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.000,00		
05.10.04.122.0013.2054.22	Auxílios a Servidores e Estagiários				40.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				40.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		40.000,00		
05.10.22.661.0013.2058	Incentivo Econômico a Empresas				40.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				35.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				35.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		35.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.000,00		
05.10.22.661.0013.2060	Incentivo a Economia Solidária/Cooperativas/Incubadoras				40.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				35.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				35.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		35.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.000,00		
05.10.23.692.0013.1043	Projeto Gaspar Cidade Rio				100.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				100.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		100.000,00		

TOTAL UNIDADE	721.000,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	721.000,00
TOTAL ÓRGÃO	2.989.800,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	2.989.800,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS

ÓRGÃO UNIDADE	05 28	SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RENDA SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
05.28.20.606.0021.1133	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Material Permanente					60.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital					60.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos					60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			60.000,00		
05.28.20.606.0021.1135	Construção de Pontilhões					10.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital					10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos					10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			10.000,00		
05.28.20.606.0021.1137	Contrução/ Aquisição Sede da Agricultura					100.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital					100.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos					100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			100.000,00		
05.28.20.606.0021.2104	Manutenção das Atividades Agrícolas					1.890.800,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes					1.885.800,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais					1.327.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			1.327.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes					558.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			557.000,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra			1.800,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital					5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos					5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			5.000,00		
05.28.20.606.0021.2104.2	Aplicação de Larvicida					50.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes					50.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes					50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			50.000,00		
05.28.20.606.0021.2104.23	Auxílios a Servidores e Estagiários					78.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes					78.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes					78.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			78.000,00		
05.28.20.606.0021.2106	Eventos de Desenvolvimento e Fomento à Agricultura Familiar					80.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes					80.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes					80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			80.000,00		

TOTAL UNIDADE	2.268.800,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	2.268.800,00
TOTAL ÓRGÃO	2.989.800,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	2.989.800,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS						
ÓRGÃO UNIDADE	06 11	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
06.11.10.301.0026.1163	Construção e Reforma das Unidades de Saúde					493.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital					493.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos					493.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	493.000,00	
06.11.10.301.0026.2122	Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica		4.315.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		4.315.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		3.820.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.820.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		495.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	483.000,00	
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra	12.000,00	
06.11.10.301.0026.2122.7	Auxílios Servidores Estagiários		1.070.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		1.070.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		1.070.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.070.000,00	
06.11.10.301.0026.2132	Ampliar, Implementar, Manter e Equipar as ações do CAPS e CA		356.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		356.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		280.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	280.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		76.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	70.000,00	
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra	6.000,00	
06.11.10.301.0026.2132.8	Auxílios Servidores Estagiários		40.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		40.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00	
06.11.10.301.0026.2140	Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos Conforme Preconiz		985.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		985.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		985.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	260.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS	725.000,00	
	PÚBLICO-PARTICIPANTE		
06.11.10.301.0026.2152	Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde		17.960.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		17.960.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		16.834.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	16.834.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		1.126.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	60.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	70.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	510.000,00	

TOTAL UNIDADE	34.953.200,00
Interferências Concedidas Unidade	22.794.200,00
TOTAL GERAL UNIDADE	57.747.400,00
TOTAL ÓRGÃO	34.953.200,00
Interferências Concedidas Órgão	22.794.200,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	57.747.400,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	06 11	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação
					Categoria Econômica
06.11.10.301.0026.2152	Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde				17.960.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		6.000,00		

3.3.93.00.00.00.00.00	APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS	480.000,00	
	PÚBLICO-PARTICIPANTE		
06.11.10.301.0026.2152.9	Auxílios Servidores Estagiários		490.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		490.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		490.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	490.000,00	
06.11.10.302.0026.2138	Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexi		8.468.200,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		8.468.200,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		449.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	449.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		8.019.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	7.719.200,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS	300.000,00	
	PÚBLICO-PARTICIPANTE		
06.11.10.302.0026.2138.10	Auxílios Servidores Estagiários		130.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		130.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		130.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	130.000,00	
06.11.10.304.0026.2128	Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilância em Saud		379.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		379.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		200.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	200.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		179.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	179.000,00	
06.11.10.304.0026.2128.11	Auxílios Servidores Estagiários		65.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		65.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		65.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	65.000,00	
06.11.10.305.0026.2128	Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilância em Saud		148.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		148.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		110.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	110.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		38.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	38.000,00	
06.11.10.305.0026.2128.11	Auxílios Servidores Estagiários		40.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		40.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00	

TOTAL UNIDADE	34.953.200,00
Interferências Concedidas Unidade	22.794.200,00
TOTAL GERAL UNIDADE	57.747.400,00
TOTAL ÓRGÃO	34.953.200,00
Interferências Concedidas Órgão	22.794.200,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	57.747.400,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	06 11	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
06.11.99.999.0007.2999	Reserva de Contingência				14.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA				14.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA				14.000,00

9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	14.000,00	
TOTAL UNIDADE			34.953.200,00
Interferências Concedidas Unidade			22.794.200,00
TOTAL GERAL UNIDADE			57.747.400,00
TOTAL ÓRGÃO			34.953.200,00
Interferências Concedidas Órgão			22.794.200,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO			57.747.400,00
TOTAL			216.000.000,00
Interferências Concedidas			39.889.050,00
TOTAL GERAL			255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	08 13	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação Categoria Econômica
08.13.15.451.0014.1049	Construção de Vias Públicas				1.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				1.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.000,00		
08.13.15.451.0014.1253.1	Pavimentação de Ruas Orçamento Participativo				5.038.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				5.038.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				5.038.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.038.000,00		
08.13.15.451.0014.1253.2	Pavimentação de Ruas				0,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				0,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		0,00		
08.13.15.451.0014.2072	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública				3.592.500,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				3.582.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				3.582.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		3.582.500,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		10.000,00		
08.13.15.451.0014.2074	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos				10.432.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				10.427.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais				4.680.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		4.680.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				5.747.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.741.000,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra		6.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.000,00		
08.13.15.451.0014.2074.21	Auxílios a Servidores e Estagiários				439.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				439.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				439.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		439.000,00		
08.13.15.452.0014.1051	Aquisição de Veículos				50.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				50.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		50.000,00		
08.13.15.452.0014.1053	Aquisição de Equipamento, Material Permanente e Máquinas				5.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00	
TOTAL UNIDADE		19.572.500,00	
Interferências Concedidas Unidade		0,00	
TOTAL GERAL UNIDADE		19.572.500,00	
TOTAL ÓRGÃO		19.572.500,00	
Interferências Concedidas Órgão		0,00	
TOTAL GERAL ÓRGÃO		19.572.500,00	
TOTAL		216.000.000,00	
Interferências Concedidas		39.889.050,00	
TOTAL GERAL		255.889.050,00	

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	08 13	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação Categoria Econômica
08.13.15.452.0014.1055	Construção/Ampliação ou Reforma da Secretaria				5.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			5.000,00	
08.13.15.452.0014.1057	Dragagem e Desassoreamento de Cursos de água				10.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				10.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			10.000,00	

TOTAL UNIDADE		19.572.500,00	
Interferências Concedidas Unidade		0,00	
TOTAL GERAL UNIDADE		19.572.500,00	
TOTAL ÓRGÃO		19.572.500,00	
Interferências Concedidas Órgão		0,00	
TOTAL GERAL ÓRGÃO		19.572.500,00	
TOTAL		216.000.000,00	
Interferências Concedidas		39.889.050,00	
TOTAL GERAL		255.889.050,00	

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	09 19	SECR PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E DEFESA CÍVIL SECRETARIA PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E DEFESA CÍVIL			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação Categoria Econômica
09.19.04.122.0019.1221	Urbanização de Assentamento Precário Jardim Primavera				1.325.750,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				1.325.750,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				1.325.750,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			1.325.750,00	
09.19.04.122.0019.2088	Manutenção das Ações da Secretaria				3.665.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				3.660.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais				3.520.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			3.520.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				140.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			140.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			5.000,00	
09.19.04.122.0019.2088.17	Auxílios a Servidores e Estagiários				230.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				230.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				230.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			230.000,00	
09.19.04.122.0019.2088.3	Melhoramento do Bem Estar Animal Doméstico				50.000,00

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		50.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00	
09.19.04.126.0019.1119	Aquisição de Equipamentos de Informática software, móveis e		5.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00	
09.19.15.182.0019.1263	Infraestrutura de Loteamentos		10.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00	
09.19.15.182.0019.1267	Serviços de Contenção de encostas		30.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		30.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00	
09.19.15.451.0019.1095	Qualificação e Pavimentação de Vias e Corredores		25.734.150,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		25.734.150,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		25.734.150,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	25.734.150,00	
09.19.15.451.0019.1107	Implantação de ciclovias, bicicletários, pistas de caminhada		50.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		50.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00	

TOTAL UNIDADE	33.302.050,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	33.302.050,00
TOTAL ÓRGÃO	33.537.750,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	33.537.750,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	09 19	SECR PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E DEFESA CÍVIL SECRETARIA PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E DEFESA CÍVIL			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
09.19.15.451.0019.1109	Implantação de Sistemas de Drenagem Pluvial e Escoamento de				55.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				55.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				55.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		55.000,00		
09.19.15.451.0019.1113	Implantação de Equipamentos Urbanos e Melhorias em vias exis				10.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		10.000,00		
09.19.15.451.0019.1121	Anel Viário e Via Interbairros				50.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				50.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		50.000,00		
09.19.15.451.0024.1093	Obras de Infraestr.do anel viário com Constr. Nva Ponte sobr				100.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				100.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		100.000,00		
09.19.15.452.0019.1115	Contratação de Projetos Técnicos				20.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				20.000,00

3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00	
09.19.15.452.0019.1117	Aquisição de Terrenos e Desapropriações		632.100,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		632.100,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		632.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	632.100,00	
09.19.15.452.0019.1125	Vigilância Eletr. Segur. Pública e espaços públicos		10.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00	
09.19.16.482.0019.1111	Programa de Regularização de Assentamentos Informais e Cadas		10.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		10.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00	
09.19.16.482.0023.1103	Construção de Unidades Habitacionais e locação social.		20.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		20.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00	
09.19.18.541.0019.1269	Instalação de Sistema de Esgoto Sanitário		1.225.050,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		1.225.050,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		1.225.050,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.225.050,00	

TOTAL UNIDADE	33.302.050,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	33.302.050,00
TOTAL ÓRGÃO	33.537.750,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	33.537.750,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	09 19	SECR PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E DEFESA CÍVIL SECRETARIA PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
09.19.18.541.0019.1271	Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água				50.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				50.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		50.000,00		
09.19.18.541.0019.2098	Educ Ambient.paisag. e arboriz. Urb. de esp.públ.proteção en				20.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				20.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		20.000,00		

TOTAL UNIDADE	33.302.050,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	33.302.050,00
TOTAL ÓRGÃO	33.537.750,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	33.537.750,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS

ÓRGÃO UNIDADE	09 27	SECR PLANEJAMENTO,MEIO AMBIENTE E DEFESA CÍVIL DEFESA CÍVIL				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
09.27.06.182.0019.2202	Manutenção da Defesa Civil					223.700,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes					221.700,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais					203.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			203.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes					18.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			18.000,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra			700,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital					2.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos					2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			2.000,00		
09.27.06.182.0019.2202.13	Auxílios a Servidores e Estagiários					12.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes					12.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes					12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			12.000,00		
TOTAL UNIDADE						235.700,00
Interferências Concedidas Unidade						0,00
TOTAL GERAL UNIDADE						235.700,00
TOTAL ÓRGÃO						33.537.750,00
Interferências Concedidas Órgão						0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO						33.537.750,00
TOTAL						216.000.000,00
Interferências Concedidas						39.889.050,00
TOTAL GERAL						255.889.050,00

DESPESAS						
ÓRGÃO UNIDADE	10 20	FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Fundo Municipal de Assistência Social				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
10.20.08.243.0029.1305	Construir Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos					201.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital					201.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos					201.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			201.000,00		
10.20.08.243.0029.2196	Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade					1.453.500,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes					1.377.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes					1.377.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos			1.377.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital					76.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos					76.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			76.500,00		
10.20.08.244.0029.1189	Aquisição de Material Permanente					140.100,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital					140.100,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos					140.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			140.100,00		
10.20.08.244.0029.1191	Aquisição de Veículo					76.500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital					76.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos					76.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			76.500,00		
10.20.08.244.0029.1195	Garantir o Func. dos Serviços de Fort.de Vinculos(Prot.Basic					50.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes					50.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais					25.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00	
10.20.08.244.0029.1197	Garantir Adeq.do C.Fortal.Vínculos Crianças e Adolescentes		266.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		2.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		264.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		264.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	264.000,00	
10.20.08.244.0029.1199	Construção e Implantação de CRAS		200.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		200.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	200.000,00	
10.20.08.244.0029.1231	Construção da Sede da SDS - Secretaria de Desenvolvimento So		200.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		200.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	200.000,00	

TOTAL UNIDADE	8.234.350,00
Interferências Concedidas Unidade	6.042.850,00
TOTAL GERAL UNIDADE	14.277.200,00
TOTAL ÓRGÃO	8.234.350,00
Interferências Concedidas Órgão	6.042.850,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	14.277.200,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS						
ÓRGÃO UNIDADE	10 20	FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Fundo Municipal de Assistência Social				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
10.20.08.244.0029.2164	Manter Ações de Desenvolvimento Social					3.537.850,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes					3.527.850,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais					3.321.300,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			3.321.300,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes					206.550,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			204.550,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra			2.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital					10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos					10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			10.000,00		
10.20.08.244.0029.2164.12	Auxílios a Servidores e Estagiários					446.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes					446.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes					446.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			446.000,00		
10.20.08.244.0029.2166	Gestão do IGD - Índice de Gestão Descentralizada					68.300,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes					40.300,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes					40.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			40.300,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital					28.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos					28.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			28.000,00		
10.20.08.244.0029.2168	Gestão de Benefícios Eventuais					225.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes					225.000,00

3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		225.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	225.000,00	
10.20.08.244.0029.2180	Convênios com Entidades		6.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		6.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		6.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	5.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00	
10.20.08.244.0029.2188	Desenvolver Programas de Segurança Alimentar e Nutricional		5.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		5.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00	
10.20.08.244.0029.2192	Manter Proteção Social Básica		198.100,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		181.100,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		69.700,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	69.700,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		111.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	109.000,00	

TOTAL UNIDADE	8.234.350,00
Interferências Concedidas Unidade	6.042.850,00
TOTAL GERAL UNIDADE	14.277.200,00
TOTAL ÓRGÃO	8.234.350,00
Interferências Concedidas Órgão	6.042.850,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	14.277.200,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS						
ÓRGÃO UNIDADE	10 20	FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Fundo Municipal de Assistência Social				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
10.20.08.244.0029.2192	Manter Proteção Social Básica					198.100,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Inteira			2.400,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital					17.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos					17.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			17.000,00		
10.20.08.244.0029.2192.6	Fortalecimento de Vínculo da Família					240.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes					240.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes					240.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			233.500,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Inteira			6.500,00		
10.20.08.244.0029.2194	Manter Proteção Social Especial - Média Complexidade					316.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes					235.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais					100.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			100.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes					135.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			135.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital					81.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos					81.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			81.000,00		
10.20.08.244.0029.2196	Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade					600.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes					600.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes					600.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			600.000,00		

10.20.99.999.0007.2999	Reserva de Contingência		5.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		5.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		5.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	

TOTAL UNIDADE	8.234.350,00
Interferências Concedidas Unidade	6.042.850,00
TOTAL GERAL UNIDADE	14.277.200,00
TOTAL ÓRGÃO	8.234.350,00
Interferências Concedidas Órgão	6.042.850,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	14.277.200,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	11 23	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica

11.23.03.061.0020.2204	Manutenção do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Municí		30.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		25.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00	
11.23.03.092.0020.1127	Aquisição de Equipamento e Material Permanente		10.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00	
11.23.03.092.0020.1127.5	Procon		10.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00	
11.23.03.092.0020.2100	Manutenção da Procuradoria Geral		2.278.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		2.278.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		1.380.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.380.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		898.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	898.000,00	
11.23.03.092.0020.2100.16	Auxílios a Servidores e Estagiários		100.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		100.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00	
11.23.03.092.0020.2100.5	Manter Fundo Procon		26.500,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		26.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		26.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	26.500,00	
11.23.03.092.0020.2100.6	Manter Fundo da Procuradoria 70%		70.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		70.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	70.000,00	

TOTAL UNIDADE	2.524.500,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	2.524.500,00
TOTAL ÓRGÃO	2.524.500,00

Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	2.524.500,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	12 05	FUNDACAO MUN.DE ESPORTE,TURISMO,CULTURA E LAZER CULTURA			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica

12.05.13.392.0008.2024

Eventos Culturais

50.000,00

3.0.00.00.00.00.00.00 Despesas Correntes 50.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes 50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 50.000,00

12.05.13.392.0008.2026

Manutenção do Centro Cultural, Museu, Bibl e Casa das Oficinas
190.000,00

3.0.00.00.00.00.00.00 Despesas Correntes 189.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 0,00
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 0,00
3.3.00.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes 189.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins
Lucrativos
54.000,00

3.3.71.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos 19.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 116.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00 Despesas de Capital 1.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 Investimentos 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 1.000,00

12.05.13.392.0008.2026.1

Manutenção Terceira Idade
42.500,00

3.0.00.00.00.00.00.00 Despesas Correntes 42.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes 42.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 42.500,00

TOTAL UNIDADE	282.500,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	282.500,00
TOTAL ÓRGÃO	2.714.600,00
Interferências Concedidas Órgão	2.680.600,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	5.395.200,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	12 12	FUNDACAO MUN.DE ESPORTE,TURISMO,CULTURA E LAZER FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTE,TURISMO, CULTURA E LAZER			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica

12.12.04.122.0028.2062	Participação em Feiras e Eventos				10.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				10.000,00

3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00	
12.12.04.122.0028.2206	Manutenção das Ações do Turismo		197.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		196.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		196.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	196.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		1.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00	
12.12.23.695.0028.1305	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		5.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00	
12.12.27.813.0028.2066	Manutenção Sábado na Praça		30.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		30.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00	
12.12.27.813.0028.2068	Gaspar Natal em Festa		100.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		50.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		50.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00	
12.12.27.813.0028.2070	Semana Aniversário Município		200.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		200.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	200.000,00	
12.12.27.813.0028.2182	Festival de Inverno		100.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		100.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00	

TOTAL UNIDADE	642.000,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	642.000,00
TOTAL ÓRGÃO	2.714.600,00
Interferências Concedidas Órgão	2.680.600,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	5.395.200,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS						
ÓRGÃO UNIDADE	12 25	FUNDAÇÃO MUN.DE ESPORTE,TURISMO,CULTURA E LAZER FUNDAÇÃO MUN.DE ESPORTE,TURISMO,CULTURA E LAZER				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica	

12.25.27.811.0028.2158	Manutenção e Criação de Projetos de Rendimento		53.000,00		
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		53.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		53.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	53.000,00			
12.25.27.812.0028.1185	Construção, ampliação e reforma de espaços esportivos		28.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		28.000,00		
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		28.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	28.000,00			
12.25.27.812.0028.1187	Aquisição de Equipamentos, Mat. Permanente e Academia Popul		2.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		2.000,00		

4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00	
12.25.27.812.0028.2162	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes, Ginásios, Progr		1.700.600,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		1.699.600,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		995.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	995.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		704.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	679.600,00	
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra	25.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		1.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00	
12.25.99.999.0007.2999	Reserva de Contingência		6.500,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		6.500,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		6.500,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	6.500,00	

TOTAL UNIDADE	1.790.100,00
Interferências Concedidas Unidade	2.680.600,00
TOTAL GERAL UNIDADE	4.470.700,00
TOTAL ÓRGÃO	2.714.600,00
Interferências Concedidas Órgão	2.680.600,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	5.395.200,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	13 26	SERV.AUT.MUNIC.AGUA E ESGOTO - SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica

13.26.17.512.0025.1141	Consórcio Público AGIR				102.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				102.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				102.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS		102.000,00		
	PÚBLICO-PARTICIPANTE				
13.26.17.512.0025.1153	Aquisição de Veículos				200.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				200.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		200.000,00		
13.26.17.512.0025.1155	Aquisição de Imóvel e Construção da Sede				70.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				70.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		70.000,00		
13.26.17.512.0025.1157	Aquisição de Bombas, Equip. e Mobília em Geral				100.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				100.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		100.000,00		
13.26.17.512.0025.1159	Esgoto Sanitário				100.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital				100.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos				100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		100.000,00		
13.26.17.512.0025.2110	Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia				9.800.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				9.800.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais				8.289.178,31
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		8.289.178,31		

3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		1.510.821,69
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.510.821,69	
13.26.17.512.0025.2112	Construções de Reservatórios		500.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		500.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		500.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	500.000,00	
13.26.17.512.0025.2114	Coleta de Lixo		6.250.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		6.250.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		6.250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	6.250.000,00	
13.26.17.512.0025.2116	Ampliação/Manut. da Rede de Água e Esgoto		3.200.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		2.800.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		2.800.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.800.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		400.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		400.000,00

TOTAL UNIDADE	21.000.000,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	21.000.000,00
TOTAL ÓRGÃO	21.000.000,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	21.000.000,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	13 26	SERV.AUT.MUNIC.AGUA E ESGOTO - SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
13.26.17.512.0025.2116	Ampliação/Manut. da Rede de Água e Esgoto				3.200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		400.000,00		
13.26.17.512.0025.2118	Manutenção da Frota de Veículos e Equipamentos				628.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes				628.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes				628.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		628.000,00		
13.26.99.999.0007.2999	Reserva de Contingência				50.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA				50.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA				50.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		50.000,00		

TOTAL UNIDADE	21.000.000,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	21.000.000,00
TOTAL ÓRGÃO	21.000.000,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	21.000.000,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS					
ÓRGÃO UNIDADE	14 22	FUNDO MUNIC. DE ATEND. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FUNDO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
14.22.08.243.0027.1175	Criar e manter programa, projetos, serviços e ações com enti				526.400,00

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		526.400,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		526.400,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	526.400,00	
14.22.08.243.0027.2156	Manutenção do Fundo de Atendimento da Criança e do Adol.FIA		535.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		535.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		535.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	535.000,00	
14.22.99.999.0007.2999	Reserva de Contingência		10.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	

TOTAL UNIDADE	1.071.400,00
Interferências Concedidas Unidade	1.041.400,00
TOTAL GERAL UNIDADE	2.112.800,00
TOTAL ÓRGÃO	1.071.400,00
Interferências Concedidas Órgão	1.041.400,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	2.112.800,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

DESPESAS						
ÓRGÃO UNIDADE	15 15	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Desdobramento	Elemento	Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica	

15.15.04.123.0031.2208	Manutenção da Secretaria da Fazenda		4.569.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		4.564.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		2.255.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.255.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		2.309.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	355.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.932.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS PÚBLICO-PARTICIPANTE	22.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos		5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00	
15.15.04.123.0031.2208.24	Auxílios a Servidores e Estagiários		168.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		168.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		168.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	168.000,00	
15.15.28.843.0031.1045	Encargos Especiais		3.229.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes		2.187.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida		2.187.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.187.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		1.042.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida		1.042.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.042.000,00	

TOTAL UNIDADE	7.966.000,00
Interferências Concedidas Unidade	0,00
TOTAL GERAL UNIDADE	7.966.000,00
TOTAL ÓRGÃO	7.966.000,00
Interferências Concedidas Órgão	0,00
TOTAL GERAL ÓRGÃO	7.966.000,00
TOTAL	216.000.000,00
Interferências Concedidas	39.889.050,00
TOTAL GERAL	255.889.050,00

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CC 03/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

Concorrência Pública 003/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará a licitação do tipo Menor Preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM E OUTROS DAS RUAS CANTA GALO E VICTOLINO ÁVILA LOCALIZADAS NO BAIRRO AREIAS DE BAIXO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, ATRAVÉS DO FINANCIAMENTO BADESC CIDADES.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 29/12/2016 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 29/12/2016 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 24 de novembro de 2016.

Valmor Antônio Kair Filho

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 066/2016 - ORÇAMENTO

DECRETO Nº 000066/16 de 25 de Novembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002050/16 de 23 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	
(013)3.3.90.00.00.00.00.2.034-0154 - Aplicacoes Diretas	30.000,00
(019)3.1.90.00.00.00.00.2.035-0002 - Aplicacoes Diretas	80.000,00
(022)3.1.90.00.00.00.00.2.036-0002 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
(026)3.1.90.00.00.00.00.2.037-0002 - Aplicacoes Diretas	40.000,00

Total Suplementação: 165.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

(001)4.4.90.00.00.00.00.1.009-0002 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
(003)4.4.90.00.00.00.00.1.019-0002 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
(006)4.4.90.00.00.00.00.1.019-0154 - Aplicacoes Diretas	30.000,00
14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	
(032)3.1.90.00.00.00.00.2.038-0002 - Aplicacoes Diretas	18.000,00
(034)3.3.90.00.00.00.00.2.038-0002 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
14.04 - DEPARTAMENTO DA VIGILANCIA EM SAUDE	
(048)3.1.90.00.00.00.00.2.042-0002 - Aplicacoes Diretas	16.000,00
(051)4.4.90.00.00.00.00.2.042-0002 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
14.05 - DEPARTAMENTO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	
(052)3.3.90.00.00.00.00.2.041-0002 - Aplicacoes Diretas	41.000,00

DECRETO Nº 000066/16 de 25 de Novembro de 2016

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

14.06 - DEPARTAMENTO DA GESTÃO DO SUS

(055)3.3.90.00.00.00.00.2.049-0002 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

Total Anulação: 165.000,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 25 de Novembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 25 de Novembro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000066/16 de 25 de Novembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002050/16 de 23 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	
(013)3.3.90.00.00.00.00.2.034-0154 - Aplicacoes Diretas	30.000,00
(019)3.1.90.00.00.00.00.2.035-0002 - Aplicacoes Diretas	80.000,00
(022)3.1.90.00.00.00.00.2.036-0002 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
(026)3.1.90.00.00.00.00.2.037-0002 - Aplicacoes Diretas	40.000,00

Total Suplementação: 165.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

(001)4.4.90.00.00.00.00.1.009-0002 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
(003)4.4.90.00.00.00.00.1.019-0002 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
(006)4.4.90.00.00.00.00.1.019-0154 - Aplicacoes Diretas	30.000,00
14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	
(032)3.1.90.00.00.00.00.2.038-0002 - Aplicacoes Diretas	18.000,00
(034)3.3.90.00.00.00.00.2.038-0002 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
14.04 - DEPARTAMENTO DA VIGILANCIA EM SAUDE	
(048)3.1.90.00.00.00.00.2.042-0002 - Aplicacoes Diretas	16.000,00
(051)4.4.90.00.00.00.00.2.042-0002 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
14.05 - DEPARTAMENTO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	
(052)3.3.90.00.00.00.00.2.041-0002 - Aplicacoes Diretas	41.000,00

DECRETO Nº 000066/16 de 25 de Novembro de 2016

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

14.06 - DEPARTAMENTO DA GESTÃO DO SUS

(055)3.3.90.00.00.00.00.2.049-0002 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

Total Anulação: 165.000,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 25 de Novembro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 25 de Novembro de 2016.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000066/16 de 25 de Novembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002050/16 de 23 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	
(013)3.3.90.00.00.00.00.2.034-0154 - Aplicacoes Diretas	30.000,00
(019)3.1.90.00.00.00.00.2.035-0002 - Aplicacoes Diretas	80.000,00
(022)3.1.90.00.00.00.00.2.036-0002 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
(026)3.1.90.00.00.00.00.2.037-0002 - Aplicacoes Diretas	40.000,00

Total Suplementação: 165.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

(001)4.4.90.00.00.00.00.1.009-0002 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
(003)4.4.90.00.00.00.00.1.019-0002 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
(006)4.4.90.00.00.00.00.1.019-0154 - Aplicacoes Diretas	30.000,00
14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	
(032)3.1.90.00.00.00.00.2.038-0002 - Aplicacoes Diretas	18.000,00
(034)3.3.90.00.00.00.00.2.038-0002 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
14.04 - DEPARTAMENTO DA VIGILANCIA EM SAUDE	
(048)3.1.90.00.00.00.00.2.042-0002 - Aplicacoes Diretas	16.000,00
(051)4.4.90.00.00.00.00.2.042-0002 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
14.05 - DEPARTAMENTO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	
(052)3.3.90.00.00.00.00.2.041-0002 - Aplicacoes Diretas	41.000,00

DECRETO Nº 000066/16 de 25 de Novembro de 2016

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

14.06 - DEPARTAMENTO DA GESTÃO DO SUS

(055)3.3.90.00.00.00.00.2.049-0002 - Aplicacoes Diretas
10.000,00

Total Anulação: 165.000,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 25 de Novembro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 25 de Novembro de 2016.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO DF 067/2016 - ORÇAMENTO

DECRETO Nº 000067/16 de 25 de Novembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002051/16 de 23 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

(001)3.1.90.00.00.00.00.2.002-0000 - Aplicacoes Diretas
10.000,00

03 - SECRETARIA DA ADMNISTRAÇÃO E FAZENDA

03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO	100.000,00
(004)3.1.90.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas	
(006)3.3.90.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas	30.000,00
(009)3.1.90.00.00.00.00.2.005-0000 - Aplicacoes Diretas	
04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	25.000,00
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(028)3.1.90.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
(029)3.3.90.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas	
06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	30.000,00
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(056)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0001 - Aplicacoes Diretas	155.000,00
(059)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0000 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
(060)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0001 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(078)3.1.90.00.00.00.00.2.015-0001 - Aplicacoes Diretas	80.000,00
(088)3.1.90.00.00.00.00.2.016-0001 - Aplicacoes Diretas	27.000,00
(090)3.3.90.00.00.00.00.2.016-0001 - Aplicacoes Diretas	100.000,00
(107)3.1.90.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
(110)3.3.90.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(119)3.1.90.00.00.00.00.2.025-0000 - Aplicacoes Diretas	3.000,00

Total Suplementação: 617.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO

04.02 - DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO

(014)4.4.90.00.00.00.00.1.018-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
---	----------

(017)3.3.90.00.00.00.00.00.2.007-0000 - Aplicacoes Diretas 04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	20.000,00
(022)4.4.90.00.00.00.00.00.1.008-0000 - Aplicacoes Diretas	7.500,00
(024)4.4.90.00.00.00.00.00.1.015-0000 - Aplicacoes Diretas	12.500,00
(026)4.4.90.00.00.00.00.00.1.026-0000 - Aplicacoes Diretas 05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL 05.01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOL. RURAL	10.000,00
(041)4.4.90.00.00.00.00.00.1.003-0000 - Aplicacoes Diretas	25.000,00
(043)3.1.90.00.00.00.00.00.2.011-0000 - Aplicacoes Diretas	100.000,00
(046)3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0000 - Aplicacoes Diretas 06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	5.000,00

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(049)4.4.90.00.00.00.00.00.1.004-0001 - Aplicacoes Diretas
50.000,00

DECRETO Nº 000067/16 de 25 de Novembro de 2016

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(053)4.4.90.00.00.00.00.00.1.006-0000 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
(054)4.4.90.00.00.00.00.00.1.013-0001 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
(101)3.3.90.00.00.00.00.00.2.019-0000 - Aplicacoes Diretas	7.000,00
(102)3.3.90.00.00.00.00.00.2.020-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(103)4.4.90.00.00.00.00.00.2.020-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(105)3.3.90.00.00.00.00.00.2.021-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(123)3.3.90.00.00.00.00.00.2.026-0000 - Aplicacoes Diretas 07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO 07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO	10.000,00
(124)4.4.90.00.00.00.00.00.1.007-0000 - Aplicacoes Diretas	99.000,00
(126)4.4.90.00.00.00.00.00.1.016-0000 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
(128)3.1.90.00.00.00.00.00.2.027-0000 - Aplicacoes Diretas	35.000,00
(132)3.1.90.00.00.00.00.00.2.028-0000 - Aplicacoes Diretas	2.000,00

11 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

11.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

(155)3.1.90.00.00.00.00.00.0.003-0000 - Aplicacoes Diretas
8.000,00

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

DECRETO Nº 000067/16 de 25 de Novembro de 2016

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

16 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA
16.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA

(195)4.4.90.00.00.00.00.00.2.033-0000 - Aplicacoes Diretas
5.000,00

Total Anulação: 617.000,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 25 de Novembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 25 de Novembro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000067/16 de 25 de Novembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002051/16 de 23 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

(001)3.1.90.00.00.00.00.00.2.002-0000 - Aplicacoes Diretas
10.000,00

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO	100.000,00
(004)3.1.90.00.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas	
(006)3.3.90.00.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas	30.000,00
(009)3.1.90.00.00.00.00.00.2.005-0000 - Aplicacoes Diretas 04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO 04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	25.000,00
(028)3.1.90.00.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
(029)3.3.90.00.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas 06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA 06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	30.000,00
(056)3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0001 - Aplicacoes Diretas	155.000,00
(059)3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0000 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
(060)3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0001 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(078)3.1.90.00.00.00.00.00.2.015-0001 - Aplicacoes Diretas	80.000,00
(088)3.1.90.00.00.00.00.00.2.016-0001 - Aplicacoes Diretas	27.000,00
(090)3.3.90.00.00.00.00.00.2.016-0001 - Aplicacoes Diretas	100.000,00
(107)3.1.90.00.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
(110)3.3.90.00.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(119)3.1.90.00.00.00.00.00.2.025-0000 - Aplicacoes Diretas	3.000,00

Total Suplementação: 617.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO
04.02 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(014)4.4.90.00.00.00.00.00.1.018-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(017)3.3.90.00.00.00.00.00.2.007-0000 - Aplicacoes Diretas 04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	20.000,00
(022)4.4.90.00.00.00.00.00.1.008-0000 - Aplicacoes Diretas	7.500,00
(024)4.4.90.00.00.00.00.00.1.015-0000 - Aplicacoes Diretas	12.500,00
(026)4.4.90.00.00.00.00.00.1.026-0000 - Aplicacoes Diretas 05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL 05.01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOL. RURAL	10.000,00

(041)4.4.90.00.00.00.00.00.1.003-0000 - Aplicacoes Diretas	25.000,00
(043)3.1.90.00.00.00.00.00.2.011-0000 - Aplicacoes Diretas	100.000,00
(046)3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0000 - Aplicacoes Diretas 06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	5.000,00

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(049)4.4.90.00.00.00.00.00.1.004-0001 - Aplicacoes Diretas
50.000,00

DECRETO Nº 000067/16 de 25 de Novembro de 2016

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(053)4.4.90.00.00.00.00.00.1.006-0000 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
(054)4.4.90.00.00.00.00.00.1.013-0001 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
(101)3.3.90.00.00.00.00.00.2.019-0000 - Aplicacoes Diretas	7.000,00
(102)3.3.90.00.00.00.00.00.2.020-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(103)4.4.90.00.00.00.00.00.2.020-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(105)3.3.90.00.00.00.00.00.2.021-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(123)3.3.90.00.00.00.00.00.2.026-0000 - Aplicacoes Diretas 07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO 07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO	10.000,00
(124)4.4.90.00.00.00.00.00.1.007-0000 - Aplicacoes Diretas	99.000,00
(126)4.4.90.00.00.00.00.00.1.016-0000 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
(128)3.1.90.00.00.00.00.00.2.027-0000 - Aplicacoes Diretas	35.000,00
(132)3.1.90.00.00.00.00.00.2.028-0000 - Aplicacoes Diretas	2.000,00

11 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

11.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

(155)3.1.90.00.00.00.00.00.0.003-0000 - Aplicacoes Diretas
8.000,00

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

DECRETO Nº 000067/16 de 25 de Novembro de 2016

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

16 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA

(195)4.4.90.00.00.00.00.00.2.033-0000 - Aplicacoes Diretas
5.000,00

Total Anulação: 617.000,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 25 de Novembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 25 de Novembro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000067/16 de 25 de Novembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002051/16 de 23 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

(001)3.1.90.00.00.00.00.00.2.002-0000 - Aplicacoes Diretas
10.000,00

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO	100.000,00
(004)3.1.90.00.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas	
(006)3.3.90.00.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas	30.000,00
(009)3.1.90.00.00.00.00.00.2.005-0000 - Aplicacoes Diretas 04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO 04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	25.000,00
(028)3.1.90.00.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
(029)3.3.90.00.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas 06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA 06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	30.000,00
(056)3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0001 - Aplicacoes Diretas	155.000,00
(059)3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0000 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
(060)3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0001 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(078)3.1.90.00.00.00.00.00.2.015-0001 - Aplicacoes Diretas	80.000,00
(088)3.1.90.00.00.00.00.00.2.016-0001 - Aplicacoes Diretas	27.000,00
(090)3.3.90.00.00.00.00.00.2.016-0001 - Aplicacoes Diretas	100.000,00
(107)3.1.90.00.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
(110)3.3.90.00.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(119)3.1.90.00.00.00.00.00.2.025-0000 - Aplicacoes Diretas	3.000,00

Total Suplementação: 617.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO

04.02 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(014)4.4.90.00.00.00.00.00.1.018-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(017)3.3.90.00.00.00.00.00.2.007-0000 - Aplicacoes Diretas 04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	20.000,00
(022)4.4.90.00.00.00.00.00.1.008-0000 - Aplicacoes Diretas	7.500,00
(024)4.4.90.00.00.00.00.00.1.015-0000 - Aplicacoes Diretas	12.500,00
(026)4.4.90.00.00.00.00.00.1.026-0000 - Aplicacoes Diretas 05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL 05.01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOL. RURAL	10.000,00
(041)4.4.90.00.00.00.00.00.1.003-0000 - Aplicacoes Diretas	25.000,00
(043)3.1.90.00.00.00.00.00.2.011-0000 - Aplicacoes Diretas	100.000,00
(046)3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0000 - Aplicacoes Diretas 06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	5.000,00

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(049)4.4.90.00.00.00.00.1.004-0001 - Aplicacoes Diretas 50.000,00

DECRETO Nº 000067/16 de 25 de Novembro de 2016

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(053)4.4.90.00.00.00.00.1.006-0000 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
(054)4.4.90.00.00.00.00.1.013-0001 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
(101)3.3.90.00.00.00.00.2.019-0000 - Aplicacoes Diretas	7.000,00
(102)3.3.90.00.00.00.00.2.020-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(103)4.4.90.00.00.00.00.2.020-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(105)3.3.90.00.00.00.00.2.021-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(123)3.3.90.00.00.00.00.2.026-0000 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO	
07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO	
(124)4.4.90.00.00.00.00.1.007-0000 - Aplicacoes Diretas	99.000,00
(126)4.4.90.00.00.00.00.1.016-0000 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
(128)3.1.90.00.00.00.00.2.027-0000 - Aplicacoes Diretas	35.000,00
(132)3.1.90.00.00.00.00.2.028-0000 - Aplicacoes Diretas	2.000,00

11 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

11.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

(155)3.1.90.00.00.00.00.0.003-0000 - Aplicacoes Diretas 8.000,00

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

DECRETO Nº 000067/16 de 25 de Novembro de 2016

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

16 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA

(195)4.4.90.00.00.00.00.2.033-0000 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Total Anulação: 617.000,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 25 de Novembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 25 de Novembro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO DF 068/2016 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 68, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TRANSFERÊNCIA ENTRE ENTIDADES, NO ORÇAMENTO FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ – FAMGP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que

lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 2026, de 17 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

18.00	FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ		
18.01	MANUTENÇÃO DA FAMGP		
2.050	MANUTENÇÃO DA FAMGP		
3.1.90.00.00.00.00.00.0000 -	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica reduzida a seguinte dotação orçamentária, do orçamento da Prefeitura de Grão-Pará:

06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.024	MANUTENÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO MUNICÍPIO		
3.3.50.00.00.00.00.00.0000 -	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,

25 de novembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 25 de novembro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DESBLOQUEIO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS N. 005/2016

DESBLOQUEIO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS N. 005/2016

Amilton Ascari, chefe do Poder Executivo Municipal, determina que o Setor de Contabilidade efetue o desbloqueio de limitação de empenhos da seguinte dotação orçamentária, nos termos do Decreto Municipal n.º 19/2016:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS		
14.02	DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA		
2.034	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA		
3.3.90.00.00.00.00.00.0151	Aplicações Diretas	R\$	1.547,09

Justificativa: Ingresso de receitas que permitem a realização de novos empenhos.

Grão-Pará, 24 de novembro de 2016

AMILTON ASCARI

Prefeito

Guaraciaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 128.2016

LEILÃO Nº 1/2016

PROCESSO Nº 128/2016 HOMOLOGAÇÃO: 25/11/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: ALIENAÇÃO (VENDA) DE BENS MÓVEIS: VEÍCULOS, MÁQUINAS, ÔNIBUS, SUCATAS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL CONFORME LEI MUNICIPAL 2.947/2016.

CONTRATADO: ELIO MONTAGNA

VALOR DA DESPESA: R\$ 300,00 (trezentos reais)

CONTRATADO: ALCINDO SCHMIDT

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

CONTRATADO: ROSALINO BUTTNER

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.600,00 (quinze mil seiscentos reais)

CONTRATADO: ALAN SCHMIDT

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

CONTRATADO: JAIR JOÃO ARPINI

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

CONTRATADO: ALCEU CHITZ

VALOR DA DESPESA: R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais)

CONTRATADO: MARCIO PALÚ

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais)

=====

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 712/2016

DECRETO Nº. 712/2016

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 153.633,33 (cento e cinquenta e três mil, seiscentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de 153.633,33 (cento e cinquenta e três mil, seiscentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) constante do orçamento Municipal, aprovado pela Lei nº. 4.287/2015, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1013	Pavimentacao e Urbanizacao de Vias Publicas
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000300	Recursos Ordinários - Águas
Total Ação	106.905,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.002	Águas de Guaramirim
08.002.0015	Urbanismo
08.002.0015.0452	Servicos Urbanos
08.002.0015.0452.0007	Saneamento básico
08.002.0015.0452.0007.2093	Manutencao de Pavim. e Rede de Coleta de Aguas Pluviais
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000300	Recursos Ordinários - Águas
Total Ação	45.000,00

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	Secretaria de Planejamento e Desenvolv. Urbano
05.002	Demutram
05.002.0006	Segurança Pública
05.002.0006.0181	Policiamiento
05.002.0006.0181.0003	Serviços de utilidade pública
05.002.0006.0181.0003.2103	Manutenção das Ações da Policia (parte Prefeitura)
3449000000000000	Aplicações Diretas
03120000	Convênio de Trânsito Prefeitura

Total Ação	1.728,33
------------	----------

Art. 2º. O recurso para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação da dotação abaixo relacionada:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
05	Secretaria de Planejamento e Desenvolv. Urbano
05.002	Demutram
05.002.0006	Segurança Pública
05.002.0006.0181	Policiamiento
05.002.0006.0181.0003	Serviços de utilidade pública
05.002.0006.0181.0003.2103	Manutenção das Ações da Policia (parte Prefeitura)
3339000000000000	Aplicações Diretas
03120000	Convênio de Trânsito Prefeitura
Total Ação	1.728,33

Art. 3º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do provável excesso de arrecadação da fonte 1000300 (Águas de Guaramirim), no valor de R\$ 151.905,00 (cento e cinquenta e um mil, novecentos e cinco reais).

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de novembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 713/2016

DECRETO Nº. 713/2016

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) a ser incluído no orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4346/2016, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas

3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	290.000,00
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028	Encargos Especiais
26.001.0028.0846	Outros encargos Especiais
26.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
26.001.0028.0846.0000.0001	Contribuição ao Pasep
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	70.000,00
Total Geral	360.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.003	Ensino Médio
06.003.0012	Educação
06.003.0012.0362	Ensino Médio
06.003.0012.0362.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.003.0012.0362.0005.2026	Transporte Escolar - Ensino Médio
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	180.000,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0333	Empregabilidade
09.001.0023.0333.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0333.0012.2051	Manut. de Ações de Apoio à Qualificação Profissional e Sine
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	30.000,00
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020	Agricultura
10.001.0020.0606	Extensão Rural
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento agrícola e agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das Ações de Apoio a Iniciativas Produtivas (agrícola, Pecuária, etc.)

3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	50.000,00
Código	Descrição
22	Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim
22.001	Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim
22.001.0006	Segurança Pública
22.001.0006.0182	Defesa Civil
22.001.0006.0182.0014	Defesa civil
22.001.0006.0182.0014.2080	Manutenção das Atividades da Defesa Civil
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	30.000,00
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028	Encargos Especiais
26.001.0028.0846	Outros encargos Especiais
26.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
26.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	70.000,00
Total Geral	360.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de novembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES COM DETERMINAÇÕES JUDICIAIS CONTRA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 07/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, com sede na Rua Tupy, nº 1723, Bairro Nova Brasília, em Joinville-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.8000.317/0001-09.

Vigência: Início: 19/08/2016 Término: 18/08/2017.

Fornecedor: 203920 - COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
69	20	UN	Insulina Novorapid® 100 UI/ml, solução injetável para uso subcutâneo, acondicionado em frasco-ampola com 10 ml. Validade mínima de 12 meses.	70,02	1.400,40
70	10	UN	Insulina Novorapid® Penfill® 100 UI/ml, solução injetável para uso subcutâneo, acondicionado em embalagem com 3 ml para uso em caneta compatível. Validade mínima de 12 meses.	26,71	267,10
71	60	UN	Insulina Novorapid® Flexpen® 100 UI/ml, solução injetável para uso subcutâneo, acondicionado em caneta injetora descartável pré-enchida com 3 ml. Validade mínima de 12 meses.	29,87	1.792,20
77	50	UN	Insulina Levemir® Flexpen® 100 UI/ml, solução injetável para uso subcutâneo, acondicionado em caneta injetora descartável pré-enchida com 3 ml. Validade mínima de 12 meses.	56,28	2.814,00
148	10	UN	Victoza® 6 mg/ml, solução injetável via subcutâneo, acondicionado em sistema de aplicação pré-enchido com 3 ml. Validade mínima de 12 meses.	144,84	1.448,40
Total				R\$7.722,10	

Guaramirim (SC), 25 de novembro de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES COM DETERMINAÇÕES JUDICIAIS CONTRA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 07/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, com sede na Estrada Boa Esperança, nº 2320, Bairro Fundo Canoas, em Rio do Sul-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.802.002/0001-02.

Vigência: Início: 19/08/2016 Término: 18/08/2017.

Fornecedor: 234060 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
25	1200	UN	Citalopram 20 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,18	216,00
49	300	UN	Escitalopram (oxalato) 10 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,24	72,00
58	300	UN	Gabapentina 300 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,57	170,70
82	1000	UN	Loperamida (cloridrato) 2 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,17	169,00
88	600	UN	Mirtazapina 30 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	2,00	1.200,00
89	300	UN	Nebivolol (cloridrato) 5 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	1,27	381,00
95	100	UN	Oxcarbazepina 60 mg/ml, suspensão oral, acondicionado em frasco com 100 ml, acompanhado com dosador graduado. Validade mínima de 12 meses.	35,00	3.500,00
106	60	UN	Risperidona 1 mg/ml, solução oral (gotas), acondicionado em frasco com 30 ml, acompanhado de dosador graduado. Validade mínima de 12 meses.	26,40	1.584,00
146	600	UN	Venlafaxina 150 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	2,20	1.320,00
147	300	UN	Venlafaxina 75 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	1,25	375,00
Total				R\$8.987,70	

Guaramirim (SC), 25 de novembro de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES COM DETERMINAÇÕES JUDICIAIS CONTRA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 07/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, com sede na Rua Samuel Kruschim, nº 200, Bairro Patronato, em Santa Maria-RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 94.894.169/0001-86.

Vigência: Início: 19/08/2016 Término: 18/08/2017.

Fornecedor: 266531 - MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
6	1	UN	Ácido Zoledrônico 4 mg, pó líofilo para injetável, frasco-ampola de 5 ml. Validade mínima de 12 meses.	320,10	320,10
14	300	UN	Azatioprina 50 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	1,30	390,00
40	60	UN	Domperidona 1 mg/ml, suspensão oral, acondicionado em frasco com 100 ml, com dosador graduado. Validade mínima de 12 meses.	9,09	545,40
78	600	UN	Lamotrigina 100 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,76	456,00
87	600	UN	Memantina (cloridrato) 10 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,94	564,00
96	2000	UN	Oxcarbazepina 600 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,94	1.880,00
97	900	UN	Oxibutinina (cloridrato) 5 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,59	531,00
103	900	UN	Quetiapina 25 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,24	216,00
105	4000	UN	Risperidona 1 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,28	1.120,00
107	2000	UN	Risperidona 2 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,32	640,00
122	300	UN	Sertralina (cloridrato) 100 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	1,59	477,00
127	300	UN	Tansulosina (cloridrato) 0,4 mg, comprimido ou cápsula de liberação prolongada. Validade mínima de 12 meses.	1,76	528,00
128	200	UN	Temozolomida 100 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	323,00	64.600,00
135	900	UN	Topiramato 25 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,43	387,00
138	900	UN	Trazodona (cloridrato) 50 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,94	846,00
151	300	UN	Xylestesin® 20 mg/g, geleia estéril, acondicionada em bisnagas de 30 g. Validade mínima de 12 meses.	7,55	2.265,00
Total				R\$75.765,50	

Guaramirim (SC), 25 de novembro de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES COM DETERMINAÇÕES JUDICIAIS CONTRA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 07/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: COMERCIAL CANDIMEDICA MEDICAMENTOS HUMANOS LTDA, com sede na Rua Jacinto Godoy, nº 771, Bairro José Bonifácio, em Erechim-RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 94.271.293/0001-95.

Vigência: Início: 19/08/2016 Término: 18/08/2017.

Fornecedor: 281638 - COMERCIAL CANDIMEDICA MEDICAMENTOS HUMANOS LTDA.					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
27	300	UN	Clobazam 10 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,50	151,20
28	300	UN	Clobazam 20 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,89	267,30
52	600	UN	Ezetimiba associado com Sinvastatina (10 mg + 20 mg), comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	2,30	1.380,00

53	300	UN	Ezetimiba 10 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	1,31	392,70
81	200	UN	Lioran® 10 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	2,72	544,00
104	300	UN	Remeron Soltab® 15 mg, comprimido orodispersível. Validade mínima de 12 meses.	2,60	779,70
116	300	UN	Rivastigmina 3 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	3,99	1.197,00
137	10	UN	Travoprost 0,04 mg/ml, solução oftálmica, acondicionado em frasco com 2,5 ml, acompanhado com conta gotas. Validade mínima de 12 meses.	28,80	288,00
142	600	UN	Valdoxan® 25 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	5,39	3.237,00
Total				R\$8.236,90	

Guaramirim (SC), 25 de novembro de 2016.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES COM DETERMINAÇÕES JUDICIAIS CONTRA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 07/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA, com sede na Av. Ary Miguel da Silveira, nº 391, Bairro Jardim Aldorado, em Palhoça-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.531.725/0001-20.

Vigência: Início: 19/08/2016 Término: 18/08/2017.

Fornecedor: 284785 - DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
45	600	UN	Enoxaparina Sódica 40 mg/0,4 ml, solução injetável via subcutânea, acondicionado em seringa pré-enchida graduada com sistema de segurança. Validade mínima de 12 meses.	11,35	6.810,00
46	300	UN	Enoxaparina Sódica 60 mg/0,6 ml, solução injetável via subcutânea, acondicionado em seringa pré-enchida graduada com sistema de segurança. Validade mínima de 12 meses.	20,30	6.090,00
47	300	UN	Enoxaparina Sódica 80 mg/0,8ml, solução injetável via subcutânea, acondicionado em seringa pré-enchida graduada com sistema de segurança. Validade mínima de 12 meses.	26,00	7.800,00
132	600	UN	Tira-teste Accu Check Performa®, acondicionado em embalagem com 50 unidades. Validade mínima de 12 meses.	1,97	1.180,98
Total				R\$21.880,98	

Guaramirim (SC), 25 de novembro de 2016.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES COM DETERMINAÇÕES JUDICIAIS CONTRA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 07/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, com sede na Rua Joaquim Nabuco, nº 1595, Bairro Capoeiras, em Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.164.771/0001-40.

Vigência: Início: 19/08/2016 Término: 18/08/2017.

Fornecedor: 284793 - FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
79	300	UN	Lancetas Accu Chek® Multiclix, acondicionado em tambor contendo 6 lancetas cada. Validade mínima de 12 meses.	4,80	1.440,00
Total				R\$1.440,00	

Guaramirim (SC), 25 de novembro de 2016.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES COM DETERMINAÇÕES JUDICIAIS CONTRA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 07/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP, com sede na Rua José Fraron, nº 155, sala 01, Bairro Fraron, em Pato Branco-PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.386.283/0001-13.

Vigência: Início: 19/08/2016 Término: 18/08/2017.

Fornecedor: 418463 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
23	1500	UN	Cilostazol 100 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,63	951,00
55	10	UN	Fluoxetina 20 mg/ml, solução oral (gotas), frasco de 20 ml, com conta gotas. Validade mínima de 12 meses.	35,79	357,90
60	600	UN	Glicosamina associado com Condroitina (1,5 g + 1,2 g), em sais sulfatos, acondicionado em envelope com 5 g. Validade mínima de 12 meses.	3,44	2.064,00
61	600	UN	Glicosamina associado com Condroitina (500 mg + 400 mg), em sais sulfatos, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	1,51	906,00
93	300	UN	Olmesartana associado a Hidroclorotiazida (20 mg + 12,5 mg), comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,89	266,70
100	300	UN	Pressat® 5 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,88	263,10
143	600	UN	Valsartana associado com Hidroclorotiazida (320 mg + 25 mg), comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,60	361,20
Total				R\$5.169,90	

Guaramirim (SC), 25 de novembro de 2016.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES COM DETERMINAÇÕES JUDICIAIS CONTRA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 07/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA, com sede na Avenida Maringá, nº 3592, Bairro Atuba, em Pinhais-PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.485.130/0001-13.

Vigência: Início: 19/08/2016 Término: 18/08/2017.

Fornecedor: 418811 - PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
9	300	UN	Alisquireno (hemifumarato) 300 mg, comprimido. Validade mínima de 12 meses.	2,85	854,40
66	300	UN	Indacaterol 150 mcg, cápsula com pó para uso inalatório oral, acompanhado com inalador. Validade mínima de 12 meses.	2,57	770,10
108	300	UN	Ritalina® 10 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,74	221,40
109	300	UN	Ritalina® LA 10 mg, cápsula de liberação modificada. Validade mínima de 12 meses.	1,89	565,50
110	300	UN	Ritalina® LA 20 mg, cápsula de liberação modificada. Validade mínima de 12 meses.	5,03	1.507,50
115	300	UN	Rivastigmina 18 mg contido em adesivo transdérmico, com percentual de liberação de 9,5 mg/24 h. Validade mínima de 12 meses.	12,07	3.621,00
139	50	UN	Trileptal® 60 mg/ml, suspensão oral, acondicionado em frasco com 100 ml, acompanhado com dosador graduado. Validade mínima de 12 meses.	33,23	1.661,50
Total				R\$9.201,40	

Guaramirim (SC), 25 de novembro de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES COM DETERMINAÇÕES JUDICIAIS CONTRA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 07/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: S & R DISTRIBUIDORA LTDA, com sede na Rua Regente Diogo A. Feijó, nº 451 – D, Bairro São Cristóvão, em Chapecó-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.889.315/0001-92.

Vigência: Início: 19/08/2016 Término: 18/08/2017.

Fornecedor: 2988275 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
2	600	UN	Acetilcisteína 600 mg, pó para solução oral, acondicionado em envelope com 5 g. Validade mínima de 12 meses.	0,74	444,00
13	600	UN	Atenolol 25 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,02	14,76
15	900	UN	Baclofeno 10 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,10	94,50
34	1500	UN	Cumarina associado com Troxerrutina (15 mg + 90 mg), comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,17	256,50
38	400	UN	Diosmina associado a Hesperidina (450 mg + 50 mg), comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,39	155,76
59	600	UN	Ginkgo biloba (extrato seco) 120 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,25	148,50
91	30	UN	Nistatina associado a Óxido de Zinco (100.000 UI/g + 200 mg/g), creme de uso tópico, acondicionado em bisnaga com 60 g. Validade mínima de 12 meses.	5,66	169,83
129	300	UN	Tiamina 300 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	0,12	36,00
Total				R\$1.319,85	

Guaramirim (SC), 25 de novembro de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES COM DETERMINAÇÕES JUDICIAIS CONTRA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 07/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: CB FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, com sede na Rua Papa Leão XIII, nº 191, Loja 101, Bairro Nossa Senhora Medianeira, em Santa Maria-RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.503.409/0001-44.

Vigência: Início: 19/08/2016 Término: 18/08/2017.

Fornecedor: 3019470 - CB FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
42	600	UN	Duloxetina 30 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	1,46	876,00
43	300	UN	Duloxetina 60 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	3,20	960,00
50	300	UN	Escitalopram (oxalato) 15 mg, comprimido ou cápsula. Validade mínima de 12 meses.	1,40	420,00
62	300	UN	Glicosamina (sulfato) 1,5 g, pó para solução oral, acondicionado em envelope com 3,95 g. Validade mínima de 12 meses.	1,70	510,00
Total				R\$2.766,00	

Guaramirim (SC), 25 de novembro de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 4346/2016

LEI Nº. 4346/2016

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	290.000,00
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028	Encargos Especiais
26.001.0028.0846	Outros encargos Especiais
26.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
26.001.0028.0846.0000.0001	Contribuição ao Pasep

3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	70.000,00
Total Geral	360.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.003	Ensino Médio
06.003.0012	Educação
06.003.0012.0362	Ensino Médio
06.003.0012.0362.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.003.0012.0362.0005.2026	Transporte Escolar - Ensino Médio
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	180.000,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0333	Empregabilidade
09.001.0023.0333.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0333.0012.2051	Manut. deAcoes de Apoio à Qualificacao Profissional e Sine
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	30.000,00
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020	Agricultura
10.001.0020.0606	Extensão Rural
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento agrícola e agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das Ações de Apoio a Iniciativas Produtivas (agrícola, Pecuária, etc.)
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	50.000,00
Código	Descrição
22	Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim
22.001	Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim
22.001.0006	Segurança Pública
22.001.0006.0182	Defesa Civil
22.001.0006.0182.0014	Defesa civil
22.001.0006.0182.0014.2080	Manutencao das Atividades da Defesa Civil
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários

Total Ação	30.000,00
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028	Encargos Especiais
26.001.0028.0846	Outros encargos Especiais
26.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
26.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	70.000,00
Total Geral	360.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de novembro de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4347/2016

LEI Nº. 4347/2016

Altera e acrescenta dispositivos da lei nº. 3913/2011, que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Guaramirim - COMDEG.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei nº. 3913/2011 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Ementa: "Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Guaramirim – COMDEG." (NR)

"CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE GUARAMIRIM – COMDEG" (NR)

.....

"Art. 3º. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é órgão pertencente à estrutura organizacional do Poder Executivo, de composição paritária, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação." (NR)

"Art. 4º. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência tem por finalidade assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico em conformidade ao determinado nas Leis Federais nº. 7.853 de 24/10/1989 e nº. 13.146 de 06/07/2015." (NR)

.....

"Art. 5ºA. É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva: perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis (db) - surdez leve;
- b) de 41 a 55 db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 db - surdez severa;
- e) acima de 91 db - surdez profunda;
- d) anacusia;

III - deficiência visual: acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer;
- h) trabalho.

V - deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.”

“Art. 6º.

I – zelar, acompanhar e fiscalizar a efetiva implantação/implementação, defesa e promoção dos direitos da pessoa com deficiência;

.....

IV – deliberar, orientar, propor e acompanhar a elaboração de leis estaduais e municipais que tratem dos direitos da pessoa com deficiência;

V - exigir o cumprimento e divulgar as leis municipais e qualquer norma legal pertinentes aos direitos da pessoa com deficiência;

.....

VII - promover atividades e campanhas de educação e divulgação, para formação de opinião pública de esclarecimento sobre os direitos da pessoa com deficiência, visando à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência;

.....

X - convocar a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, por maioria absoluta dos seus membros, com o objetivo de avaliar as ações desenvolvidas no Município e propor diretrizes para o seu aperfeiçoamento;

.....

XIII - promover o incentivo e o apoio à realização de eventos, estudos e pesquisas, fóruns, seminários, simpósios e outros no campo da proteção, promoção e da defesa dos direitos da pessoa com deficiência, visando garantir a qualidade dos serviços prestados pelo município e entidades afins;

XIV – acompanhar a elaboração e avaliar sobre a proposta orçamentária do Município referente à execução das políticas e programas voltados para o atendimento da pessoa com deficiência;

XV – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos municipais destinados aos serviços de atendimento às pessoas com deficiência;

XVI – acompanhar e fiscalizar a concessão de auxílio e subvenções às entidades filantrópicas, atuantes no atendimento as pessoas com deficiência;

XVII – propor aos poderes constituídos, modificações na estrutura governamental diretamente ligada à promoção, defesa e atendimento as pessoas com deficiência;

XVIII – opinar sobre a conveniência e necessidade de criação e implementação de programas de prevenção de deficiência, e de criação de órgãos governamentais para o atendimento as pessoas com deficiência;

XIX – oferecer subsídios para a elaboração de leis pertinentes as pessoas com deficiência;

XX – emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos pertinentes ao COMDEG que digam respeito às pessoas com deficiência;

XXI – aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em Regimento Interno, o cadastramento de entidades sediadas no Município, que prestam atendimento às pessoas com deficiência e que desejam ingressar e integrar o Conselho;

XXII – outras atribuições previstas no Regimento Interno.” (NR)

“Art. 6ºA. A proteção dos direitos e o atendimento à pessoa com deficiência, no Município, abrangerá os seguintes aspectos:

I – conscientização da sociedade sobre os direitos, necessidades e capacidades da pessoa com deficiência;

II – redução do índice de deficiência, através de medidas protetivas;

III – promoção de políticas sociais básicas de saúde, educação, habitação, transporte, desporto, lazer, cultura, habilitação, reabilitação e profissionalização;

IV – promoção de políticas e programas de assistência social;

V – execução de serviços especiais, nos termos da lei.”

“Art. 7º.

.....

II -

a) 01 (um) representante de Instituição de Ensino Superior e/ou Instituição de Ensino Técnico ou Profissionalizante;

.....

c) 02 (dois) representantes das pessoas com deficiência;” (NR)

“Art. 7ºA. Os conselheiros titulares e respectivos suplentes, representantes dos órgãos públicos municipais, serão da livre escolha e nomeação do Chefe do Poder Executivo.”

“Art. 8º. Os conselheiros titulares e respectivos suplentes, representantes de entidades não-governamentais e representantes das pessoas com deficiência, serão escolhidos bienalmente, em fórum, por maioria simples, convocado pelo Presidente do COMDEG.

.....

§ 2º Os membros não governamentais serão nomeados para o mandato de 02 (dois) anos, período em que não poderão ser destituídos, salvo por razões que motivem a deliberação da maioria qualificada do colegiado.

.....

§ 4º Em caso de vacância da cadeira pertencente ao representante das pessoas com deficiência, o Presidente do COMDEG deverá convocar uma reunião extraordinária, dando ampla publicidade, para que novas pessoas possam pleitear essa vaga, e será feita a eleição, por maioria simples dos presentes.” (NR)

.....

“Art. 13.

.....

§ 5º O Conselho será administrado por sua Mesa Diretora.” (NR)

Art. 2º. Revoga-se o parágrafo único do art. 5º e o § 1º do art. 8º da Lei nº. 3913/2011.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de novembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

186/2016

DECRETO Nº 186/2016
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal 8.000,00 (oito mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado a suplementação do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.081

3.1.90.00-00.00.382- Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Soma R\$ 8.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.081

4.4.90.00-00.00.382- Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Soma R\$ 8.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,
24 de novembro de 2016.
JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

187/2016

DECRETO Nº 187/2016
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado a suplementação do seguinte item

orçamentário:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

04- Gerência de Compras, Licitações e Convênios:

Atividade: 0404.04.122.0002.2.059

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 600,00

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

03- Departamento de Cultura e Esporte:

Atividade: 0503.27.812.0032.2.018

3.1.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Soma R\$ 9.600,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Saúde de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

04- Gerência de Compras, Licitações e Convênios:

Atividade: 0404.04.122.0002.2.059

4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 600,00

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

03- Departamento de Cultura e Esporte:

Atividade: 0503.27.812.0032.2.018

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Soma R\$ 9.600,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,
24 de novembro de 2016.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

188/2016

DECRETO Nº 188/2016
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal 2.000,00 (dois mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado a suplementação do seguinte item orçamentário:

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

02- Coordenação de Programas:

Atividade: 12042.08.244.0006.2.084

3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Soma R\$ 2.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que

trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

02- Coordenação de Programas:

Atividade: 12042.08.244.0006.2.084

4.4.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Soma R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,

24 de novembro de 2016.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder

Secretário Administração e Fazenda

189/2016

DECRETO Nº 189/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal 10.000,00 (dez mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado a suplementação do seguinte item orçamentário:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

07- Encargos Gerais do Município:

Atividade: 0407.24.722.0029.2.072

3.3.90.00-00.00.267- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Soma R\$ 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do SUPERAVIT FINANCEIRO do exercício de 2015, referente recursos PRÓPRIOS, no valor de R\$ 10.000,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,

24 de novembro de 2016.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder

Secretário Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1317/2016

PORTARIA Nº 1317/2016

Ricardo José Nodari, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por Término de Contrato, a contar de 25 de novembro de 2016, a Servidora FERNANDA FACHIN VIEIRA (Matr. 4305), a qual exerce a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, em substituição à Servidora Mari Sirene Matos da Luz, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Novembro de 2016.

Ricardo José Nodari

Prefeito em Exercício

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE ERRATA PREGÃO 62/2016 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 98/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2016

ERRATA

COMUNICADO: Onde se lê "R\$ 186.657,00 (Cento e oitenta e seis mil seiscentos e cinquenta e sete reais) ", ler-se-á R\$ 189.057,00 (Cento e oitenta e nove mil e cinquenta e sete reais), e Onde se lê "Será exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente amostra(s) de todos os itens para verificação da compatibilidade com as especificações deste termo e consequente aceitação da proposta, no local e prazo indicado no edital ", ler-se-á Será solicitado da licitante vencedora, apresentação das amostras dos produtos objeto desta licitação para efeito de adjudicação dos itens do processo, que deverão ser entregues em até 02 (dois) dias a contar da solicitação da Diretoria de Suprimentos, em data a ser agendada posteriormente com o setor responsável das 13h00m às 19h00m), referente ao Edital do Pregão nº 62/2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 17 de novembro de 2016

Imbituba, 28 de novembro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

Nível Médio: R\$: 80,00

Nível Fundamental: R\$: 60,00

Processo Seletivo Simplificado:

Nível Superior: R\$: 60,00

Nível Médio: R\$: 50,00

Nível Fundamental: R\$: 40,00

.

Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº 91/2016. Dispensa 10/2016

Imbituba, 05 de Outubro de 2016

Gladis Farias Candido

Secretário Interina Municipal de Administração

Contratante

Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM

Representante Legal

Contratada

EXTRATO DE ERRATA PREGÃO 63/2016 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 99/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2016

ERRATA

COMUNICADO: Onde se lê "Será exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente amostra(s) de todos os itens para verificação da compatibilidade com as especificações deste termo e consequente aceitação da proposta, no local e prazo indicado no edital ", referente ao Edital do Pregão nº 63/2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 17 de novembro de 2016, ler-se-á Será solicitado da licitante vencedora, apresentação das amostras dos produtos objeto desta licitação para efeito de adjudicação dos itens do processo, que deverão ser entregues em até 02 (dois) dias a contar da solicitação da Diretoria de Suprimentos, em data a ser agendada posteriormente com o setor responsável das 13h00m às 19h00m).

Imbituba, 28 de novembro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

EXTRATO: PMI SEAPI 2016/91 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2016/91 A/00

Contratada: PIRES COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 04.036.058/0001-46

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO ATINGIDA PELO EVENTO ADVERSO CARACTERIZADO COMO VENDEVAL OCORRIDO EM 16 DE OUTUBRO DE 2016

Valor R\$14.500,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº 95/2016. Dispensa 11/2016

Imbituba, 18 de Novembro de 2016.

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal da SEAPI

Contratante

Pires Comercio de Materiais de Construção Ltda

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAGP 2016/87 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2016/87 A/00

Contratada: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL-IBAM

CNPJ: 33.645.482/0001-96

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS EXISTENTES NOS QUADROS PERMANENTE E TEMPORÁRIO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Prego: R\$ Concurso e Processo Seletivo Público:

Nível superior: R\$: 100,00

EXTRATO: PMI SEDUC 89/2016 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 89/2016 – A/00

Contratada: PIRES COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

CNPJ: 04.036.058/0001-46

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELHAS PARA USO NA REFORMA DO GINASIO DE ESPORTE DA ESCOLA HERMÍNIA DE SOUZA MARQUES.

Prazo: 31/12/2016 Valor R\$ 8.400,00

Fundamento: Processo nº. 93/2016 Pregão 58/2016

Imbituba, 10 de Novembro de 2016.

Michela da Silva Freitas

Secretária municipal de educação

Contratante

Pires Comercio de Materiais de Construção Ltda epp
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SETEC 90/2016 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETEC 90/2016 – A/00

Contratada: PIRES COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

CNPJ: 04.036.058/0001-46

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE RAMPA E PASSARELA DE ACESSO À PRAIA DA VILA CENTRO DE IMBITUBA/SC

Prazo: 31/12/2016 Valor R\$ 285.000,00

Fundamento: Processo nº. 94/2016 Pregão 59/2016

Imbituba, 16 de Novembro de 2016.

Romeu Pires Filho
Secretário Municipal Interino da Setec
Contratante

Pires Comercio de Materiais de Construção Ltda epp
Representante Legal
Contratada

PORTARIA PMI/GGP Nº 646/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 646, de 25 de novembro de 2016.

Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical dos servidores municipais de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

Considerando, que a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical, se dá através da apresentação através de protocolo, do diploma ou certificado devidamente registrado na respectiva Instituição de Ensino e reconhecido pelo Ministério de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Promover, os servidores municipais de carreira abaixo relacionados, através do instituto da Evolução Funcional mediante PROMOÇÃO VERTICAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Matr.	Nome	CPF	Cargo	Nível/ Subnível An- terior	Nível/ Subnível Anterior	Proc./Adm.
7480	Adriana Marques	023.287.009-85	Professora	002-001	003-001	23639/2016
7571	Ana Jandira Nascimento Gonçalves	018.163.219-58	Professora	002-001	003-001	24340/2016
7490	Andréia Pereira dos Santos	000.186.179-48	Professora	002-001	003-001	23325/2016
7481	Fernanda Silva de Souza	036.196.109-08	Professora	002-001	003-001	22527/2016
4412	Flávio da Rosa	025.546.029-56	Agente Administrativo	8.1-D	8.2-D	23235/2016
8525	Juliana Barth Menegatti	977.391.620-00	Agente Administrativa	8.1-A	8.2-A	23432/2016
8512	Licariane de Andrade Martins	027.724.799-35	Agente Administrativa	8.1-A	8.2-A	22916/2016
7886	Regiane Miguel Rodrigues	008.588.859-13	Psicopedagoga	13.1-A	13.2-A	20377/2016
6032	Viviane Fernandes da Silva Martins	004.157.259-92	Professora	002-001	003-001	23652/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de novembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE ABERTURA DE PRAZO - CARTA-CONVITE Nº 5/16**

EDITAL DE ABERTURA DE PRAZO PARA RECURSO NA FASE DE HABILITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº5/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº15/2016

OBJETO DA LICITAÇÃO: O objeto da presente licitação consiste na contratação de empresa do ramo especializado para prestação de serviços de processamento de dados bimestrais para o E-SFINGE-SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO E RESPECTIVO ENVIO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do Anexo I do Edital.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais, vem respeitosamente, INTIMAR as empresas licitantes, que não credenciaram representante legal para acompanhar a Sessão Pública de Abertura de Envelopes de Habilitação no Processo Licitatório em epígrafe, para, querendo, interpor Recurso na Fase de Habilitação, no prazo de 2(dois) dias úteis a contar da publicação do presente. O Processo na íntegra está à disposição para consulta no Departamento Administrativo da Câmara Municipal de Imbituba, localizada na Rua Ernani Cotrin, nº555, em Imbituba/SC.

Imbituba/SC, 25 de novembro de 2016.

Emerson Pacheco Custodio

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2212/16

. DECRETO Nº 2212/16

. De 25 de novembro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5.261/15,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 24.098,57 (vinte e quatro mil, noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2441	MANUT. DAS AÇÕES DE SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381706	MAC GP
Valor: (4.098,57)	

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
30.001.0010.0305.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0305.0030.2450	MANUT. DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381600	VSE
Valor: (20.000,00)	

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de novembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2213/16

. DECRETO Nº 2213/16

. De 25 de novembro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5.261/15,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 230.514,18 (duzentos e trinta mil, e quinhentos e quatorze reais e dezoito centavos) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
10.002.0017.0512.0010.2262.3339000000000000	01645502	230.514,18

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de novembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2214/16

. DECRETO Nº 2214/16

. De 25 de novembro de 2016

DISPÕE SOBRE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E SUSPENDE A CONTAGEM DOS PRAZOS INERENTES AOS ATOS, PROCEDIMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Ficam estabelecidos os períodos de Férias Coletivas aos Servidores da Administração Direta e Indireta do Município de Indaial, da seguinte forma:

I – De 12 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016:

- GABINETE DO PREFEITO;
- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS;
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO;
- SECRETARIA DE OBRAS;
- SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO;
- SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

- g) SECRETARIA DE SAÚDE;
- h) SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE; e
- i) CASA DA CIDADANIA (SETORES DE IDENTIDADE E JUNTA MILITAR).

II – De 15 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016:

- a) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO; e
- b) ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

III - De 19 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016:

- a) PROCURADORIA;
- b) UNIDADE DE CONCILIAÇÃO;
- c) CASA DA CIDADANIA (PROCON E JUIZADO DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO);
- d) SINE;
- e) FME – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES;
- f) FIC – FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA (inclusive equipe de Turismo e Eventos); e
- c) ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Parágrafo Único - Os Servidores em gozo das férias coletivas especificadas acima, terão descontados de seu período aquisitivo os dias respectivos as férias coletivas usufruídas, deduzidos 2 (dois) dias de acordo com a Lei Municipal nº 5279/16.

Art. 2º Os servidores que, excepcionalmente trabalharão no período de férias coletivas, para atendimento aos serviços essenciais ou designados pelos titulares das pastas, gozarão o saldo de férias em época oportuna, e, os servidores com período de férias diverso do estabelecido no presente Decreto, deverão encaminhar ao Departamento de RH, até o dia 02 de dezembro de 2016, com anuência do Secretário/Responsável pela pasta, com cópia ao Gabinete do Prefeito, a listagem com o nome do servidor designados e a descrição dos serviços a ele atribuídos para o período, com a ciência do mesmo, do qual será emitido a respectiva Portaria pelo RH.

§1º - Fica determinado ao servidor que estiver trabalhando no período de férias coletivas o cumprimento da carga horária de trabalho estabelecida em lei e a permanência junto ao setor, sendo obrigatório o registro do ponto, para o efetivo controle do saldo de férias a ele atribuído, não sendo permitido revezamento de trabalho entre os servidores.

§2º – Fica vedado a concessão de férias/folga ao servidor, que não tenha saldo de férias vencidas, exceto o adiantamento de férias permitido dentro do período das férias coletivas, compreendidos entre os dias 12/12/2016 a 31/12/2016.

Art. 3º Ficam suspensos o expediente e os prazos inerentes aos atos, procedimentos e processos, inclusive os administrativos/sindicâncias em trâmite no Município, bem como as atividades relacionadas ao fornecimento de cópias, certidões e demais documentos públicos, a partir de 19 de dezembro de 2016, até 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de novembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publicado na Forma da Lei.

MÁRCIO ANTÔNIO FERRARI
Secretário de Administração e Finanças

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2215/16

DECRETO Nº 2215/16

De 25 de novembro de 2016.

NOMEIA ASSESSORIA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS / GISELE MARIA DA SILVA DE MELO

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar 106 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 28 de novembro de 2016, para exercer o Cargo em Comissão de Assessoria de Atividades Esportivas da FME - Fundação Municipal de Esportes de Indaial, previsto no Anexo III da Lei Complementar 106, (símbolo ATE), com vencimento pertinente ao respectivo cargo, GISELE MARIA DA SILVA DE MELO.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de novembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 011 AO CONTRATO Nº 022/2011

TERMO ADITIVO Nº 011 AO CONTRATO Nº 022/2011

Pelo presente Termo Aditivo de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa, AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.094.629/001-36, com sede na Rua Lages, nº 323, bairro Centro, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Jurandir José da Silva, brasileiro, casado, Engenheiro de Minas, inscrito no CPF sob nº 084.594.104-63 e Cédula de Identidade nº 1.524.298-SC, residente e domiciliado na Rua Fernando de Noronha, nº 75, bairro Atiradores, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de Contrato mediante as seguintes cláusulas e considerações que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo a cláusula quarta, item 4.1.1., do contrato original,

que tem como objeto a execução dos Serviços de Engenharia Sanitária de Limpeza Urbana, compreendendo a Coleta, Transporte e Descarga de Resíduos Sólidos Domiciliares localizados na área urbana e rural, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO:

4.1.1. O preço unitário dos serviços é R\$186,46 (cento e oitenta e seis reais e quarenta e seis centavos) por tonelada para os serviços de Coleta, Transporte e Descarga de Resíduos Sólidos Domiciliares localizados na área urbana e rural.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 16 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL	AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E
Sérgio Almir dos Santos	SANEAMENTO LTDA
Contratante Jurandir	José da Silva
	Contratada

SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Carmelita Iris Vicenzi	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Iomerê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 39/2016

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 39/2016 para aquisição de tubos de concreto. A abertura das propostas se dará no dia 09/12/2016 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 25 de novembro de 2016.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Ipuaçu

PREFEITURA

PL FMS 13.2016 PP FMS 10.2016 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO 5 LUGARES

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório FMS n.13/2016, Tipo Pregão Presencial FMS n. 10/2016, (menor por item).

Entrega de envelopes: Até às 08h15min de 13 de dezembro de 2016.

Data de abertura: A partir das 08h30min De 13 de dezembro de 2016.

Objeto: Visa a seleção de propostas para a aquisição de veículo novo, 5 lugares, completo a ser adquirido com recursos estaduais, federais e municipais. Conforme descritivo Anexo I do edital.

Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuaçu -SC, telefone (49) 34490045. Ipuaçu - SC, em 25 de novembro de 2016.

JAIR BIANCHINI

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2016, INEXIGIBILIDADE Nº 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2016

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 005/2016, para prestação de serviços de assessoria contábil de apoio ao Controle Interno e à Comissão instaurada pela Portaria 570/2016 objetivando a verificação do registro da receita em relação ao efetivamente arrecadado, em prol da empresa GAMA CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA, CNPJ nº 21.988.288/0001-24, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme Art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93. Itá - SC, 25 de novembro de 2016.

Leide Mara Bender

Prefeita Municipal

DECRETO N. 094/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Fone (49) 3458-9500.
CEP: 89760-000 – ITÁ – Santa Catarina
E-mail: ita@ita.sc.gov.br - site: www.ita.sc.gov.br

DECRETO Nº 094/2016, de 03 de novembro de 2016.

“Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”.

PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 3º, Inciso I e II do art. 4º da Lei Municipal nº 2.437, de 14 de dezembro de 2015 e Inciso I e II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 4.139,66 (quatro mil, cento e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos) utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2015, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.437, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

2.013 – Coordenação e Distribuição Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.3160 Aplicações Diretas

14,04

3.3.90.00.00.00.3260 Aplicações Diretas

1.072,44

3.3.90.00.00.00.3360 Aplicações Diretas

1.053,18

07.00 – Secretaria de Assistência Social

07.05 – Fundo Mun. Direitos do Idoso

2.057 – Manutenção Fundo Mun. Direitos do Idoso

3.3.90.00.00.00.3824 Aplicações Diretas

2.000,00

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 72.493,33 (setenta e dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e trinta e três centavos) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade,

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE ITÁ****Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Fone (49) 3458-9500.****CEP: 89760-000 – ITÁ – Santa Catarina****E-mail: ita@ita.sc.gov.br - site: www.ita.sc.gov.br**

nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.437, conforme programação a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda**03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda****0.001 – Encargos Gerais do Município****Suplementação****3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas 40.000,00****Anulação****4.6.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas 40.000,00****2.006 – Manter Atividades de Segurança Pública****Suplementação****3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas 2.000,00****Anulação****4.4.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas 2.000,00****04.00 – Secretaria Municipal dos Transportes****04.01 – Departamento Municipal de Estradas e Rodagem****2.007 – Manutenção Atividades do DMER****Suplementação****3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas 6.000,00****Anulação****4.4.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas 6.000,00****07.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social****07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social****2.052 – Proteção Social Básica****Suplementação****3.3.90.00.00.00.00.00.3752 Aplicações Diretas 493,33****Anulação****4.4.90.00.00.00.00.00.3752 Aplicações Diretas 493,33****08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico****08.01 – Departamento de Turismo****2.044 – Brilha Itá****Suplementação****3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas 20.000,00****Anulação****3.3.50.00.00.00.00.00.1000 Transf. a Instituições privadas 10.000,00****4.4.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas 10.000,00****08.02 – Departamento de Indústria, Comércio e serviços****1.017 – Estimulo a Instalação e Desenv. Unidades Produtivas****Suplementação****3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas 4.000,00****Anulação****4.4.50.00.00.00.00.00.1000 Transf. a Instituições privadas 4.000,00**

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE ITÁ**

Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Fone (49) 3458-9500.

CEP: 89760-000 – ITÁ – Santa Catarina

E-mail: ita@ita.sc.gov.br - site: www.ita.sc.gov.br

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 86.022,99 (oitenta e seis mil, vinte e dois reais e noventa e nove centavos), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Municipal 2.357 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
2.003 – Manut. Atividades da Sec. Administração e Fazenda	
3.3.40.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas	13.772,99
Fonte de recursos - 1045– Recusos Compensação Financeira	
05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
05.01 – Departamento Municipal de Agricultura	
2.010 – Manutenção Departamento de Agricultura	
3.3.90.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte de recursos - 1045– Recusos Compensação Financeira	
06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer	
06.01 – Departamento de Educação	
2.018 – Apoio ao Ensino Superior e Especialização	
3.3.90.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de recursos - 1045– Recusos Compensação Financeira	
06.02 – Departamento de Esporte e Lazer	
1.012 – Construção de Espaços Esportivos e Recreativos	
4.4.90.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas	22.500,00
Fonte de recursos - 1045– Recusos Compensação Financeira	
4.4.90.00.00.00.00.1089 Aplicações Diretas	13.750,00
Fonte de recursos - 1089– Recusos Alienação de Bens	
09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	
09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.008 – Manutenção do Departamento de Urbanismo	
3.3.90.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas	2.000,00
Fonte de recursos - 1045– Recursos Compensação Financeira	

Art. 4º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE ITÁ****Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Fone (49) 3458-9500.****CEP: 89760-000 – ITÁ – Santa Catarina****E-mail: ita@ita.sc.gov.br - site: www.ita.sc.gov.br**

atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.437, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.031 – Manutenção Atividades Fundo Mun. Saúde

Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1065 Aplicações Diretas 5.000,00

Anulação

3.3.71.00.00.00.00.1065 Aplicações Diretas 5.000,00

Art. 5º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 19.280,00 (dezenove mil, duzentos e oitenta reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Municipal 2.357 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.032 – Manter Programa Saúde da Família

3.3.40.00.00.00.00.1064 Aplicações Diretas 19.280,00

Fonte de recursos - 1064– Transf. SUS – Atenção Básica PAB fixo

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 03 de novembro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

ADELIANE JACIRA BETTO

Secretária de Administração e Fazenda

EXTRATO CONTRATOS 101 A 104 E ADITIVOS

Contrato Nº.: 101/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada....: CLEOMAR PAVAO WAGNER EIRELI - ME

Valor : 10.000,00 (dez mil reais)

Vigência : Início: 18/11/2016 Término: 21/11/2016

Objeto : Serviços de plantão de sobreaviso em saúde pública com profissionais na área de medicina.

Contratada....: CLEOMAR PAVAO WAGNER EIRELI - ME

Vigência : Início: 18/11/2016 Término: 21/11/2016

MARILIA FRANKE - GESTORA

Contrato Nº.: 102/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: JEFFERSON RENAN DA SILVA CAMILLO MEI

Valor : 600,00 (seiscentos reais)

Vigência : Início: 21/11/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016

Objeto : Seleção de empresa para permissão de uso de espaço público, para a realização do evento de abertura da temporada 2016/2017.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 103/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada....: EDUARDO POLESE MANZKE EIRELI - ME

Valor : 10.000,00 (dez mil reais)

Vigência : Início: 24/11/2016 Término: 31/12/2016

Objeto : Serviços de plantão de sobreaviso em saúde pública com profissionais na área de medicina.

Contratada....: EDUARDO POLESE MANZKE EIRELI - ME

Vigência : Início: 24/11/2016 Término: 31/12/2016

MARILIA FRANKE - GESTORA

Contrato Nº.: 104/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada....: ESPAÇO SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Valor : 10.000,00 (dez mil reais)

Vigência : Início: 24/11/2016 Término: 31/12/2016

Objeto : Serviços de plantão de sobreaviso em saúde pública com profissionais na área de medicina.

Contratada....: ESPAÇO SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Vigência : Início: 24/11/2016 Término: 31/12/2016

Aditivo Nº : 1AD 77/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada....: CONSULTORIO BARZOTTO LTDA.

Valor : 17.200,00 (dezesete mil duzentos reais)

Vigência : Início: 18/11/2016 Término: 31/12/2016

Objeto : Aditivo de acréscimo de valor devido ao atendimento de pacientes quando do afastamento de médicos efetivos.

Contratada....: CONSULTORIO BARZOTTO LTDA.

Vigência : Início: 18/11/2016 Término: 31/12/2016

MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 3AD 70/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: MGM CONSTRUCOES ELÉTRICAS EPP

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 22/11/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2016

Objeto : Aditivo de prazo de execução devido a comunicado interno do Departamento de Engenharia informando que a licença ambiental de supressão de vegetação ainda não foi concedida pelo órgão responsável

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação Nº 16/2016. Pregão Presencial nº 11/2016. Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para uso na Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratante: Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Empresas vencedoras: A. G. Kienen & Cia Ltda. Valor R\$ 7.206,50; Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda. Valor: R\$ 3.609,10; Altermed Material Médico Hospitalar Ltda. Valor: R\$ 7.911,65; Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda. Valor: R\$ 26.053,45; Cirurgica Paraná Distribuidora de Equipamentos Ltda. Valor: 57.709,30; Dimaci/SC Material Cirurgica Ltda. Valor: 23.463,20; Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda. Valor: 3.752,00; Infinity medicamentos Eireli EPP. Valor: 3.120,00; Medicamentos de AZ Ltda. Valor: 6.725,24; Metromed Comercio Material Médico Hospitalar Ltda. Valor: 60.785,00. Pontamed farmacêutica Ltda. Valor: 49.187,52; Promefarma Representações Comerciais Ltda. Valor: 56.420,10 e Sulmedic Comercial de Medicamentos Ltda. Valor: 91.952,00. Vigência: 10 de novembro de 2017. Itaiópolis, 25/11/2016. Nair Veronica Pivovar – Administradora Hospitalar.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 211 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 211 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Itapiranga SC, exercício de 2016, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2016 do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na fonte de Recurso 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 3.113,00 (três mil cento e treze reais):

03.01– Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.181.0014.2007– Convênio de Trânsito

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações diretas R\$ 3.113,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 24 de novembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 212 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 212 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004, de 15 de dezembro de 2015:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Excesso de Arrecadação" verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recursos: 88 – Contrato para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais):

03.03 – Secretaria Municipal Administração Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo

25.752.0076.2012 – Manutenção e Implantação de Redes de Iluminação Pública

33.90.00.00.00.00.00.0088 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 24 de novembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 144/2016

PORTARIA Nº 144 de 24 de novembro de 2016

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo previsto no Art. 1º da Portaria nº 134/2016 para 14/12/2016 da servidora municipal Ida Cecília Vogt, matrícula nº 14303/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, em virtude da prorrogação do afastamento por doença da servidora Dinéia Ferreira Mendes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA-SC., 24 de novembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2923/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 2924/2016

Data: 25 de novembro de 2016.

ALTERA DECRETO MUNICIPAL Nº 1017/2009 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009 QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nº 116/2002, de 11 de outubro de 2002, 235/2004, de 03 de março de 2004, e considerando C.I nº 262, de 24 novembro de 2016, do Departamento de Recursos Humanos,

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o local de trabalho do Sr. DANIEL AMARAL DE FARIA do USB Barra do Saí para o USB Samambaial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 25 de novembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2924/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 2924/2016

Data: 25 de novembro de 2016.

ALTERA DECRETO MUNICIPAL Nº 2222/2014 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009 QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nº 116/2002, de 11 de outubro de 2002, 235/2004, de 03 de março de 2004, e considerando C.I nº 262, de 24 novembro de 2016, do Departamento de Recursos Humanos,

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o local de trabalho da Sra Sandra Lucia Aguiar de Souza do USB Itapema do Norte para o USB Itapoá.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 25 de novembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2925/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 2925/2016

Data: 25 de novembro de 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nº 116/2002, de 11 de outubro de 2002, 235/2004, de 03 de março de 2004, e considerando C.I nº 262, de 24 de

novembro de 2016, do Departamento de Recursos Humanos,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida gratificação especial, por vínculo ao Programa Saúde da Família – PSF, no percentual de 60,00% (sessenta por cento), a servidora CARLA APARECIDA RUSISKA, por atuação como enfermeira, na UBS- Itapoá.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 25 de novembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2926/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 2926/2016

Data: 25 de novembro de 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nº 116/2002, de 11 de outubro de 2002, 235/2004, de 03 de março de 2004, e considerando C.I nº 262, de 24 novembro de 2016, do Departamento de Recursos Humanos,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida gratificação especial, por vínculo ao Programa Saúde da Família – PSF, no percentual de 50,00% (cinquenta por cento), a servidora LORIANE PEREIRA DE ARZÃO BUENO, por atuação como enfermeira, na UBS- Samambaial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 25 de novembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2927/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 2927/2016

Data: 25 de novembro de 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nº 116/2002, de 11 de outubro de 2002, 235/2004, de 03 de março de 2004, e considerando C.I nº 262, de 24 novembro de 2016, do Departamento de Recursos Humanos,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida gratificação especial, por vínculo ao Programa Saúde da Família – PSF, no percentual de 50,00% (cinquenta por cento), a servidora NADEA DA GRAÇA SILVA, por atuação como enfermeira, na UBS- Itapema do Norte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 25 de novembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2928/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 2928/2016

Data: 25 de novembro de 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nº 116/2002, de 11 de outubro de 2002, 235/2004, de 03 de março de 2004, e considerando C.I nº 262, de 24 de novembro de 2016, do Departamento de Recursos Humanos,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida gratificação especial, por vínculo ao Programa Saúde da Família – PSF, no percentual de 50,00% (cinquenta por cento), a servidora VALDIRENE SOUZA, por atuação como enfermeira, na UBS- Itapema do Norte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 25 de novembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2929/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 2929/2016

Data: 25 de novembro de 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nº 116/2002, de 11 de outubro de 2002, 235/2004, de 03 de março de 2004, e considerando C.I nº 262, de 24 de novembro de 2016, do Departamento de Recursos Humanos,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida gratificação especial, por vínculo ao Programa Saúde da Família – PSF, no percentual de 50,00% (cinquenta por cento), a servidora DENISE DE SOUZA ZAGONEL, por atuação como enfermeira, na UBS- Itapoá.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 25 de novembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2930/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 2930/2016

Data: 25 de novembro de 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nº 116/2002, de 11 de outubro de 2002, 235/2004, de 03 de março de 2004, e considerando C.I nº 262, de 24 de novembro de 2016, do Departamento de Recursos Humanos,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida gratificação especial, por vínculo ao Programa Saúde da Família – PSF, no percentual de 50,00% (cinquenta por cento), a servidora JUZIANA CONCEIÇÃO DA SILVA, por atuação como enfermeira, na UBS- Pontal do Norte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 25 de novembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2931/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 2931/2016

Data: 25 de novembro de 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nº 116/2002, de 11 de outubro de 2002, 235/2004, de 03 de março de 2004, e considerando C.I nº 262, de 24 de novembro de 2016, do Departamento de Recursos Humanos,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida gratificação especial, por vínculo ao Programa Saúde da Família – PSF, no percentual de 50,00% (cinquenta por cento), a servidora SICLENDER WESTPHAL STOKLOSA, por atuação como enfermeira, na UBS- Pontal do Norte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 25 de novembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

ERRATA - PREGÃO Nº 61/2016

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA AO PREGÃO Nº 61/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2016 - PROCESSO Nº 69/2016

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS

DATA: 22 de novembro de 2016. HORÁRIO: 09h:30min (abertura)

OBJETO: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde (PSF), Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

O Município de Itapoá torna públicas as seguintes alterações ao edital epígrafe:

ONDE CONSTA: 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão empresas com ramo de atividade pertinente ao seu objeto, e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4.1.1. A participação implica, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.

4.1.2. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não incorrendo a Prefeitura Municipal de Itapoá em nenhum ônus, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.2. É vedada a participação nesta licitação, de empresa:

4.2.1. Suspensa ou impedida de licitar com a Administração;

4.2.2. Aquelas declaradas inidôneas para licitar com a Administração Pública;

QUADRO DE QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E PREÇOS MÁXIMOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR MÁX. UNITÁRIO	VALOR MÁX. TOTAL
ITENS ORGANIZADOS EM LOTES					
1	ABOCATH			R\$ 151.900,000	
1.1	ABOCATH Nº 16 (CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA, PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO DE SUPERFÍCIE LISA E PONTA ÍNTEGRA E COM ORIFÍCIO A APROXIMADAMENTE 2 MM DO BISEL PARA CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA AUTO-ACIONÁVEL. CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL TERMOSENSIVEL, FLEXÍVEL E RESISTENTE A DOBRAS (EM TEFLON). CONECTOR LUER LOCK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO POR CORES. CÂMARA DE REFLUXO TRANSLÚCIDA QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO SANGUE NO EXATO MOMENTO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, CALIBRE 16G, EMBALADO UNITARIAMENTE EM BLISTER, ESTÉRIL, PRONTO PARA O USO). COM RECOLHIMENTO TOTAL DA AGULHA SEGUNDO NR 32.	UN	5.000	R\$ 2,490	R\$ 12.450,000
1.2	ABOCATH Nº 18 (CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA, PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO DE SUPERFÍCIE LISA E PONTA ÍNTEGRA E COM ORIFÍCIO A APROXIMADAMENTE 2 MM DO BISEL PARA CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA AUTO-ACIONÁVEL. CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL TERMOSENSIVEL, FLEXÍVEL E RESISTENTE A DOBRAS (EM TEFLON). CONECTOR LUER LOCK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO POR CORES. CÂMARA DE REFLUXO TRANSLÚCIDA QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO SANGUE NO EXATO MOMENTO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, CALIBRE 16G, EMBALADO UNITARIAMENTE EM BLISTER, ESTÉRIL, PRONTO PARA O USO). COM RECOLHIMENTO TOTAL DA AGULHA SEGUNDO NR 32.	UN	5.000	R\$ 2,890	R\$ 14.450,000

1.3	ABOCATH Nº 20 (CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA, PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO DE SUPERFÍCIE LISA E PONTA ÍNTEGRA E COM ORIFÍCIO A APROXIMADAMENTE 2 MM DO BISEL PARA CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA AUTO-ACIONÁVEL. CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL TERMOSENSIVEL, FLEXÍVEL E RESISTENTE A DOBRAS (EM TEFLON).CONECTOR LUER LOCK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO POR CORES. CÂMARA DE REFLUXO TRANSLÚCIDA QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO SANGUE NO EXATO MOMENTO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, CALIBRE 16G, EMBALADO UNITARIAMENTE EM BLISTER, ESTÉRIL, PRONTO PARA O USO). COM RECOLHIMENTO TOTAL DA AGULHA SEGUNDO NR 32.	UN	10.000	R\$ 2,960	R\$ 29.600,000
1.4	ABOCATH Nº 22 (CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA, PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO DE SUPERFÍCIE LISA E PONTA ÍNTEGRA E COM ORIFÍCIO A APROXIMADAMENTE 2 MM DO BISEL PARA CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA AUTO-ACIONÁVEL. CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL TERMOSENSIVEL, FLEXÍVEL E RESISTENTE A DOBRAS (EM TEFLON).CONECTOR LUER LOCK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO POR CORES. CÂMARA DE REFLUXO TRANSLÚCIDA QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO SANGUE NO EXATO MOMENTO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, CALIBRE 16G, EMBALADO UNITARIAMENTE EM BLISTER, ESTÉRIL, PRONTO PARA O USO). COM RECOLHIMENTO TOTAL DA AGULHA SEGUNDO NR 32.	UN	15.000	R\$ 2,960	R\$ 44.400,000
1.5	ABOCATH Nº 24 (CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA, PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO DE SUPERFÍCIE LISA E PONTA ÍNTEGRA E COM ORIFÍCIO A APROXIMADAMENTE 2 MM DO BISEL PARA CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA AUTO-ACIONÁVEL. CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL TERMOSENSIVEL, FLEXÍVEL E RESISTENTE A DOBRAS (EM TEFLON).CONECTOR LUER LOCK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO POR CORES. CÂMARA DE REFLUXO TRANSLÚCIDA QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO SANGUE NO EXATO MOMENTO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, CALIBRE 16G, EMBALADO UNITARIAMENTE EM BLISTER, ESTÉRIL, PRONTO PARA O USO). COM RECOLHIMENTO TOTAL DA AGULHA SEGUNDO NR 32.	UN	15.000	R\$ 3,400	R\$ 51.000,000

PASSA A VIGORAR: 1. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão empresas com ramo de atividade pertinente ao seu objeto, e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e empresas especificamente enquadradas nos termos da Lei Complementar nº 147/2014.

4.2. A participação implica, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.

4.3. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não incorrendo a Prefeitura Municipal de Itapoá em nenhum ônus, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.4. É vedada a participação nesta licitação, de empresa:

4.4.1. Suspensa ou impedida de licitar com a Administração;

4.4.2. Aquelas declaradas inidôneas para licitar com a Administração Pública;

4.5. Nos termos do art. 47, e art. 48, da Lei Complementar nº 147/2014, ficam os itens/lotes enquadrados no limite estabelecido no inciso I, do art. 48 da respectiva lei, condicionados exclusivamente à participação de Micro Empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

QUADRO DE QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E PREÇOS MÁXIMOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR MÁX. UNITÁRIO	VALOR MÁX. TOTAL
ITENS ORGANIZADOS EM LOTES					
1	ABOCATH			R\$ 151.900,000	

1.1	ABOCATH Nº 16 (CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA, PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO DE SUPERFÍCIE LISA E PONTA ÍNTEGRA E COM ORIFÍCIO A APROXIMADAMENTE 2 MM DO BISEL PARA CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL TERMOSENSIVEL, FLEXÍVEL E RESISTENTE A DOBRAS (EM TEFLON). CONECTOR LUER LOCK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO POR CORES. CÂMARA DE REFLUXO TRANSLÚCIDA QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO SANGUE NO EXATO MOMENTO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, CALIBRE 16G, EMBALADO UNITARIAMENTE EM BLISTER, ESTÉRIL, PRONTO PARA O USO). CONFORME A NR 32.	UN	5.000	R\$ 2,490	R\$ 12.450,000
1.2	ABOCATH Nº 18 (CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA, PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO DE SUPERFÍCIE LISA E PONTA ÍNTEGRA E COM ORIFÍCIO A APROXIMADAMENTE 2 MM DO BISEL PARA CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL TERMOSENSIVEL, FLEXÍVEL E RESISTENTE A DOBRAS (EM TEFLON). CONECTOR LUER LOCK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO POR CORES. CÂMARA DE REFLUXO TRANSLÚCIDA QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO SANGUE NO EXATO MOMENTO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, CALIBRE 16G, EMBALADO UNITARIAMENTE EM BLISTER, ESTÉRIL, PRONTO PARA O USO). CONFORME A NR 32.	UN	5.000	R\$ 2,890	R\$ 14.450,000
1.3	ABOCATH Nº 20 (CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA, PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO DE SUPERFÍCIE LISA E PONTA ÍNTEGRA E COM ORIFÍCIO A APROXIMADAMENTE 2 MM DO BISEL PARA CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL TERMOSENSIVEL, FLEXÍVEL E RESISTENTE A DOBRAS (EM TEFLON). CONECTOR LUER LOCK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO POR CORES. CÂMARA DE REFLUXO TRANSLÚCIDA QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO SANGUE NO EXATO MOMENTO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, CALIBRE 16G, EMBALADO UNITARIAMENTE EM BLISTER, ESTÉRIL, PRONTO PARA O USO). CONFORME A NR 32.	UN	10.000	R\$ 2,960	R\$ 29.600,000
1.4	ABOCATH Nº 22 (CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA, PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO DE SUPERFÍCIE LISA E PONTA ÍNTEGRA E COM ORIFÍCIO A APROXIMADAMENTE 2 MM DO BISEL PARA CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL TERMOSENSIVEL, FLEXÍVEL E RESISTENTE A DOBRAS (EM TEFLON). CONECTOR LUER LOCK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO POR CORES. CÂMARA DE REFLUXO TRANSLÚCIDA QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO SANGUE NO EXATO MOMENTO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, CALIBRE 16G, EMBALADO UNITARIAMENTE EM BLISTER, ESTÉRIL, PRONTO PARA O USO). CONFORME A NR 32.	UN	15.000	R\$ 2,960	R\$ 44.400,000
1.5	ABOCATH Nº 24 (CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA, PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO DE SUPERFÍCIE LISA E PONTA ÍNTEGRA E COM ORIFÍCIO A APROXIMADAMENTE 2 MM DO BISEL PARA CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL TERMOSENSIVEL, FLEXÍVEL E RESISTENTE A DOBRAS (EM TEFLON). CONECTOR LUER LOCK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO POR CORES. CÂMARA DE REFLUXO TRANSLÚCIDA QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO SANGUE NO EXATO MOMENTO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, CALIBRE 16G, EMBALADO UNITARIAMENTE EM BLISTER, ESTÉRIL, PRONTO PARA O USO). CONFORME A NR 32.	UN	15.000	R\$ 3,400	R\$ 51.000,000

Conforme o Art. 21 d 4º da Lei nº 8.666/93, onde consta à DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES passará a data de 12/12/2016 nos seguintes horários: até 09h:00m para recebimento de envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, e às 09h:30m a Sessão Pública de abertura de envelopes.

Itapoá, 24 de novembro de 2016.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

ANTÔNIO PAULO TERCZIANI
SECRETÁRIO DE SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº33/2016- TRANSPORTE E COLETA DE LIXO SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº33/2016 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119/2014. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, o Sr. ANTÔNIO PAULO TERCZIANI, portador do CNPF/MF nº 721.685.280-04 e CI.RG nº 1042352409 SSP/RS, e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 873994 SSP/PR e do CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e de outro lado a Empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA, com sede à Rua Ottokar Doerffel, nº 841, Bairro Atiradores, na cidade Joinville/SC, CEP:89.203-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.073.536/001-64 e Inscrição Estadual nº 253.637.244, representada neste ato por Diretor Executivo, o Sr. ODAIR JOSÉ MANNRICH, portador do CNPF/MF nº 348.090.589-72 e do CI.RG nº 592.121-0 e por Diretor Operacional de Resíduos, o Sr. RICARDO MANOEL PEREIRA MARQUES, portador do CNPF/MF nº 805.198.901-59 e do CI.RG nº SSP/MT 1110374-4, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa aditar a Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia sanitária para realizar a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos provenientes dos serviços de saúde do município de Itapoá, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 16/2014 -PROCESSO Nº 157/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa prorrogar a vigência Contrato Administrativo nº 119/2014 em 12 (doze) meses e conceder o reajuste dos valores atualmente praticados em conformidade com cláusula sétima do respectivo contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

Prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 119/2014, em 12 (doze) meses contados a partir do dia 11/12/2016, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

Altera cláusula quinta "Do Preço", reajustando com base no índice do IGPM-FGV (Índice Geral de Preço do Mercado) conforme Cláusula Sétima do Contrato Administrativo nº 119/2014, em um percentual de 8,7985300%, o qual corrigido perfaz o valor fixo da tonelada de R\$ 17,71 (dezesete reais e setenta e um centavos), totalizando o para o período de prorrogação o valor de R\$ 132.825,00 (Cento e trinta e dois mil oitocentos e vinte e cinco reais), conforme apresentado na planilha a seguir:

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS FINAL - MUNICÍPIO DE ITAPOÁ						
DESCRIPTIVO	UN.	QTDE POR TEMPORADA	QTDE POR MÊS	R\$ MÁX. POR KG.	R\$ POR MÊS	R\$ POR TEMPORADA
TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE E HOSPITALAR	BAIXA TEMPO-RADA (9 meses)	4.500	500	17,71	8.855,00	79.695,00
	ALTA TEMPO-RADA (3 meses)	3.000	1.000		17.710,00	53.130,00
TOTAL GERAL		7.500		TOTAL R\$ POR ANO		132.825,00

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 119/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 119/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 25 de novembro de 2016.

CONTRATANTE SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	CONTRATADA SERRANA ENGENHARIA LTDA ODAIR JOSÉ MANNRICH
---	--

ANTÔNIO PAULO TERCZIANY
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA
SERRANA ENGENHARIA LTDA
RICARDO MANOEL PEREIRA MARQUES

Testemunhas:

Nome:
CNPJ/MF:

Nome:
CPF/MF:

Ituporanga

PREFEITURA

Decreto nº 602, de 25 de novembro de 2016

DECRETO Nº 602, 25 de novembro de 2016

Constitui e nomeia membros para o Conselho Municipal do Idoso, criado pela Lei nº 2.664 de 1º setembro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no artigo 4º da Lei nº 2.664 de 1º setembro de 2016;

Considerando a indicação feita pelos órgãos representativos discriminados nos incisos I e II do referido dispositivo legal;

DECRETA:

Art. 1º. No Município de Ituporanga, constituirão o Conselho Municipal do Idoso, com os seguintes membros:

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular 1: Débora de Oliveira M. Bastos

Suplente 1: Alessandra Hoffmann Moratelli

Titular 2: Neide Aparecida Floriano

Suplente 2: Michele de Souza

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Márcia Schmitz Fernandes

Suplente: Maria Helena Goulart Sebold

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Walter Reichmuth Day

Suplente: Eliane Sens Knaul

Representantes da Associação Abrigo Mão Amiga

Titular: Gilmar Francisco Zanotto

Suplente: Carlos Vilmar Ribeiro

Representantes dos Grupos de Terceira Idade

Titular 1: Sebastião Rosa,

Titular 2: Madalena das Graças Ataíde

Titular 3: Irda Suranji.

Suplente 1: Nelson Bennert,

Suplente 2: Regina Lichtenfelz Berger

Suplente 3: José Francisco Prim

Art. 2º. Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 25 de novembro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

Jacinto Machado

PREFEITURA

LEI Nº. 822 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

LEI Nº. 822 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

Autoriza a concessão de auxílio-financeiro ao CLUBE DE TRILHEIROS DO MACHADO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, mediante celebração de convênio, auxílio-financeiro ao CLUBE DE TRILHEIROS DO MACHADO, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituído em 05 de novembro de 2008, inscrito no CNPJ sob o no. 10.468.904/0001-08, no montante de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), a ser repassado em parcela única, objetivando custear despesas com a realização da 11ª. Trilha do Machado, nos dias 03 e 04/12/2016.

Art. 2º. Fica a entidade obrigada a prestar contas dos recursos no prazo de 60 (sessenta) dias, com base na legislação vigente.

Art. 3º. Os recursos financeiros necessários ao atendimento da despesa autorizada por esta Lei são provenientes do orçamento vigente:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias

Elemento: 3.3.50.00.00.00.0080(03) – Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 23 de novembro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 109/2016

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL 109/2016
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
TIPO: menor preço por ITEM

OBJETO: O presente edital consiste na aquisição de CAMINHÃO novo, tração 8 x 4 transformado em auto tanque, conforme plano de trabalho integrando do Convênio nº 00412/2016, em conformidade com as normas do CONTRAN, destinado para uso da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Jaraguá do Sul, de acordo com as especificações e quantidades descritas no item I do edital e minuta de contrato.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 10:30 horas do dia 12 de dezembro de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 11:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Orçamento máximo para aquisição: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 08 de novembro de 2016.

ADEMAR POSSAMAI
Secretário de Administração

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2016

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2016
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
TIPO: menor preço POR ITEM

OBJETO: O presente Edital consiste na aquisição de concreto usinado bombeável, classe de resistência C30, com brita 0 e 1, slump= 100 = +/- 20mm, incluindo serviço de bombeamento (NBR8953), destinado para pavimentação em concreto da Rua 1190 – Francisco Jacomini – Bairro Boa Vista - com extensão total de 600,00 (seiscentos metros), em conformidade com as especificações e quantidades descritas no Anexo I deste Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Este edital terá disputa ampla a todos os interessados, em virtude do certame nº 95/2016, no atendimento da LC 147/2014 restar Deserto.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às

12:30 horas do dia 12 de dezembro de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 13:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Orçamento estimado da aquisição: R\$ 182.700,00 (cento e oitenta e dois mil e setecentos reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 24 de novembro de 2016.
ADEMAR POSSAMAI
Secretário de Administração

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 274/2016 AO CONTRATO Nº 407/2014

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 274/2016 AO CONTRATO Nº 407/2014

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 122/2014.

FUNDAMENTO: artigo 57, §1º, inciso VI c/c artigo 65 §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia para aplicação de pintura para demarcação viária em 64.000 m² (sessenta e quatro mil metros quadrados) em diversas ruas do perímetro urbano do Município, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, em conformidade com o Anexo III – Minuta de Contrato, Anexo V – Memorial Descritivo, Anexo VI - Planilha Orçamentária/Quantitativa e Anexo VII – Projeto Básico, que são partes integrantes do Edital.

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93, o prazo de vigência do contrato original, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 347/2015, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 023/2016, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 147/2016, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias a contar de 12/10/2016 com término em 10/12/2016.

DA SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que reduz os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 1.868,61 (um mil e oitocentos e sessenta e oito reais e sessenta e um centavos), correspondentes a 0,23% (vinte e três centésimos por cento) de supressão em relação ao valor do contrato original. Em consequência, o valor total do contrato fica em R\$ 1.022.400,91 (um milhão, vinte e dois mil e quatrocentos reais e noventa e um centavos). Os valores a serem suprimidos previstos no item 3.1 serão anulados do Empenho nº 6.583/2016. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 30/09/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Jorge Omar Borsa.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1000/2016

PORTARIANº 1000/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1455/2016/Cogem, de 21/11/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 17/11/2016, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 013/2016, instaurado pela Portaria Nº 714/2016, de 17/08/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1001/2016

PORTARIANº 1001/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1456/2016/Cogem, de 21/11/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 06/11/2016, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 029/2015, instaurado pela Portaria Nº 1119/2015, de 09/09/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1002/2016

PORTARIANº 1002/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no Decreto Municipal Nº 10.598/2015, de 27 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO o parecer favorável da Junta Médica Oficial designada pela Portaria Nº 1326/2015, de 06/11/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 221/2016/Sema/GAS, de 18/11/2016, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, no período de 16/11/2016 a 15/11/2017, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal GORETI SCHMITT, matrícula 9139, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, lotada na Secretaria Municipal da Administração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1003/2016

PORTARIANº 1003/2016

Homologa Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal Nº 119/2012, de 23/03/2012, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 8.509/2012, de 23/03/2012, alterado pelo Decreto Municipal Nº 8.908/2012, de 20/09/2012; e

CONSIDERANDO os documentos constantes do Processo de Avaliação de Estágio Probatório, avaliados pela COMISSÃO designada através do Decreto Municipal Nº 8.571/2012, e alterações, Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final da autoridade competente, que considerou o(a) servidor(a) "APTO(A) - Atende as expectativas", para o exercício do cargo público;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 054/2016/CADEP, de 22/11/2016, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório;

RESOLVE :

Art.1º HOMOLOGAR as Avaliações de Desempenho de Estágio Probatório, considerando APTO(A) para exercer as atribuições do cargo público os servidores a seguir relacionados:

NOME	MAT.	CARGO	LOTAÇÃO	DATA INICIAL	DATA FINAL
Adriana Chaves Kreis	9243	Coordenadora Pedagógica	Secretaria Municipal da Educação	04/06/13	04/06/16
Adriana Dorn	10471	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	12/06/13	12/06/16
Alessandra de Lana Camargo	10423	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	06/05/13	06/05/16
Ana Paula Alves de Souza	10426	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	02/05/13	03/06/16
Cesar Machado	10479	Coordenador Pedagógico	Secretaria Municipal da Educação	18/06/13	18/06/16
Clarice Weidner	8992	Coordenadora Pedagógica	Secretaria Municipal da Educação	14/05/13	14/05/16
Eliane Straub	10467	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	24/06/13	24/06/16
Fabiane Vorpapel Herrmann	10463	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal da Educação	10/06/13	10/06/16
Jakeline Chiodini	10470	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	10/06/13	10/06/16
Janete Fernandes de Oliveira	10472	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	11/06/13	11/06/16
Jonathan Dalcanale Weiler	10434	Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena	Secretaria Municipal da Educação	16/05/13	16/05/16
Ladio Luiz Silva	10433	Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena	Secretaria Municipal da Educação	03/05/13	03/05/16
Lucia Alves de Oliveira	10443	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Educação	08/05/13	23/06/16
Marcia Teixeira Siqueira	10462	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal da Educação	17/06/13	17/06/16
Miriam Helena Valmorbida Honorato Santana	10440	Coordenadora Pedagógica	Secretaria Municipal da Educação	08/05/13	08/05/16
Roseleide de Souza Oliveira	10409	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Educação	18/04/13	03/06/16
Sandro Jung	10468	Secretário de Unidade Escolar	Secretaria Municipal da Educação	17/06/13	17/06/16
Wagner Sales	10460	Agente Administrativo	Secretaria Municipal da Administração	04/06/13	04/06/16

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1004/2016

PORTARIANº 1004/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso XIII, da LOM; e

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa proferida pelo Sr. Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo Disciplinar Nº 008/2016, instaurado pela Portaria Nº 617/2016, de 14/07/2016;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 519/2016/1ªCPAD, de 23/11/2016, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º ABSOLVER a servidora pública municipal FRANCIELE CORREA, matrícula 10157-5, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, das supostas violações previstas no Processo Administrativo Disciplinar Nº 008/2016.

Art.2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais da servidora.

Art.3º Proceda-se as formalidades necessárias para a efetivação da medida legal aplicada, promovendo-se o registro adequado junto aos autos do processo respectivo.

Art.4º Sequencialmente e em tempo próprio, archive-se o feito junto à Controladoria-Geral do Município, promovendo-se a adequada guarda e arquivamento.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 1005/2016

PORTARIANº 1005/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 487/2016/Sema-DGP, de 23/11/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 04/11/2016, DÉBORA KATE PINHEIRO do cargo efetivo de AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1313/2012, de 20/06/2012.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1006/2016

PORTARIANº 1006/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 487/2016/Sema-DGP, de 23/11/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 07/11/2016, KELLY FRANCINE DE FARIA do cargo efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 906/2012, de 10/04/2012.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 1007/2016

PORTARIANº 1007/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 487/2016/Sema-DGP, de 23/11/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 09/11/2016, ANA LUIZA KUMLEHN do cargo efetivo de TELEFONISTA, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1222/2014, de 14/07/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 1008/2016

PORTARIANº 1008/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal DALILA DE SOUZA, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 777; CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 486/2016/Sema-DGP, de 23/11/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal DALILA DE SOUZA, concedida através da Portaria Nº 631/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 24/10/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/10/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1009/2016

PORTARIANº 1009/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal NARANA ENGLER, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 639;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 486/2016/Sema-DGP, de 23/11/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de SECRETÁRIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal NARANA ENGLER, concedida através da Portaria Nº 638/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 1º/11/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1010/2016

PORTARIANº 1010/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal SEBASTIÃO NUNES PAZ, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 778;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 486/2016/Sema-DGP, de 23/11/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de CARPINTEIRO, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal SEBASTIÃO NUNES PAZ, concedida através da Portaria Nº 643/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 1º/11/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 1011/2016

PORTARIANº 1011/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal IVANILDA KOMGENSKI, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 765;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 486/2016/Sema-DGP, de 23/11/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal IVANILDA KOMGENSKI, concedida através da Portaria Nº 650/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 07/11/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 1012/2016

PORTARIANº 1012/2016
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal CASSIA ZOBOLI, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 781;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 486/2016/Sema-DGP, de 23/11/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal CASSIA ZOBOLI, concedida através da Portaria Nº 658/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 07/11/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 1013/2016

PORTARIANº 1013/2016
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal MARIA DILENE PINI BERTOLA, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 783;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 486/2016/Sema-DGP, de 23/11/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento

efetivo de RECREADORA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal MARIA DILENE PINI BERTOLA, concedida através da Portaria Nº 690/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 21/11/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 1014/2016

PORTARIANº 1014/2016
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria por invalidez da servidora pública municipal IVONE CORDEIRO PEREIRA DE MIRANDA, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 501/2013;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 486/2016/Sema-DGP, de 23/11/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de COORDENADORA PEDAGÓGICA, em virtude da aposentadoria por invalidez da servidora pública municipal IVONE CORDEIRO PEREIRA DE MIRANDA, concedida através da Portaria Nº 689/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 21/11/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 1015/2016

PORTARIANº 1015/2016
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal MARIA LUIZA ALVES CAMPREGHER, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 790;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 486/2016/Sema-DGP, de 23/11/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal MARIA LUIZA ALVES CAMPREGHER, concedida através da Portaria Nº 705/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 21/11/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 1016/2016

PORTARIANº 1016/2016
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por implemento de idade da servidora pública municipal MARIA JOPEN, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 785;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 486/2016/Sema-DGP, de 23/11/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, em virtude da aposentadoria voluntária por implemento de idade da servidora pública municipal MARIA JOPEN, concedida através da Portaria Nº 697/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 21/11/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 1017/2016

PORTARIANº 1017/2016
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição - regra específica de magistério - da servidora pública municipal JUSSANÃ GARCIA ALVARENGA, concedida pelo Issem

- Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 772;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 486/2016/Sema-DGP, de 23/11/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - LICENCIATURA PLENA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição - regra específica de magistério - da servidora pública municipal JUSSANÃ GARCIA ALVARENGA, concedida através da Portaria Nº 678/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 21/11/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PROCON - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 10

Processo FA. Nº 280/2011

Reclamante: LUANA DANIELA SCHIOCHET

Reclamado: ARTHUR DA SILVA PAZ – CNPJ nº 13.869.155/0001-00

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 10

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do PROCON conforme disposto no art. 42, parágrafo 2º, do Decreto nº 2.181/97, artigos 57 e 58 da Lei Municipal nº 4535/2006 e considerando a impossibilidade de notificação, por via postal, do endereço que consta nos autos e no site da Receita Federal, conforme Aviso de Recebimento devolvido à fl. 19 – verso e diligências de fls. 31-35, TORNA PÚBLICO, que fica NOTIFICADO o fornecedor ARTHUR DA SILVA PAZ – CNPJ nº 13.869.155/0001-00, na pessoa de ARTHUR DA SILVA PAZ – CPF nº 081.890.929-36, a comparecer neste órgão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação pela imprensa, para tomar conhecimento de assunto pertinente ao pleito, em especial do inteiro teor dos despachos que têm por objeto a intimação da RECLAMADA para impugnação do Processo Administrativo nº 280/2011, do arbitramento de receita e da fixação de prazo para apresentação de sua receita média mensal, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2011, conforme artigo 10 e seus parágrafos, todos da Lei Municipal nº 4535/2006. Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente Edital que será publicado junto a imprensa oficial do Município.

Jaraguá do Sul, 25 de novembro de 2016.
ANDRÉA ROSANA SARDÁ MAIOCHI
Diretora do PROCON

PROCON - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 11

Processo FA. Nº 0113-000.505-0

Reclamante: MARCIA LEITE MARTINS DA COSTA

Reclamado: CASAS AURORA – EMPRESA BRASILEIRA DE VENDAS ONLINE EIRELI – CNPJ nº 14.911.185/0001-09

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 11

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do PROCON conforme disposto no art. 42, parágrafo 2º, do Decreto nº 2.181/97, artigos 57 e 58 da Lei Municipal nº 4535/2006 e considerando a impossibilidade de notificação, por via postal, do endereço que consta nos autos e no site da Receita Federal, conforme Aviso de Recebimento devolvido à fl. 21 – verso, TORNA PÚBLICO, que fica NOTIFICADO a fornecedora CASAS AURORA – EMPRESA BRASILEIRA DE VENDAS ONLINE EIRELI – CNPJ nº 14.911.185/0001-09, a comparecer neste órgão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação pela imprensa, para tomar conhecimento de assunto pertinente ao pleito, em especial do inteiro teor do despacho que têm por objeto a intimação da RECLAMADA para impugnação do Processo Administrativo nº 0113-000.505-0, do arbitramento de receita e da fixação de prazo para apresentação de sua receita média mensal, nos meses de novembro e dezembro de 2012 e janeiro de 2013, conforme artigo 10 e seus parágrafos, todos da Lei Municipal nº 4535/2006. Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente Edital que será publicado junto a imprensa oficial do Município.

Jaraguá do Sul, 25 de novembro de 2016.

ANDRÉA ROSANA SARDÁ MAIOCHI

Diretora do PROCON

PROCON - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 8

Processo FA. Nº 0113-001.542-6

Reclamante: GIOVANI MARCOS PEREIRA

Reclamada: ORS PISCINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. EPP - CNPJ 06.099.012/0001-00.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 8

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do PROCON conforme disposto no art. 42, parágrafo 2º, do Decreto nº 2.181/97, artigo 91 da Lei Orgânica do Município e artigos 57 e 58 da Lei Municipal nº 4535/2006 e considerando a impossibilidade de notificação, por via postal, do endereço que consta nos autos e no site da Receita Federal, TORNA PÚBLICO, que fica NOTIFICADO o fornecedor ORS PISCINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. EPP - RECLAMADA, inscrita no CNPJ 06.099.012/0001-00., na pessoa do sócio administrador, a comparecer neste órgão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação pela imprensa, para tomar conhecimento de assunto pertinente ao pleito, em especial do inteiro teor do despacho de fls. 30, que tem por objeto o arbitramento da receita média da empresa. Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente Edital que será publicado junto a imprensa oficial do Município e afixado no mural deste órgão situado na Rua Ângelo Schiochet, 100 – sala 01 – Centro – Jaraguá do Sul/SC 89251-520 – (47) 3275-3237 – procon@jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul, 04 de novembro de 2016.

ANDRÉA ROSANA SARDÁ MAIOCHI

Diretora do PROCON

PROCON - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 9

Processo FA. Nº 0113-002.968-3

Reclamante: PROCON DE JARAGUÁ DO SUL – SC

Reclamada: ADN COMÉRCIO LTDA – CNPJ Nº 04.791.482/0001-04.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 9

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do PROCON conforme disposto no art. 42, parágrafo 2º, do Decreto nº 2.181/97, artigos 57 e 58 da Lei Municipal nº 4535/2006 e considerando a impossibilidade de notificação, por via postal, do endereço que consta nos autos e no site da Receita Federal, conforme Aviso de Recebimento devolvido às fls. 27 – verso e diligências de fls. 28, TORNA PÚBLICO, que fica NOTIFICADO o fornecedor ADN COMÉRCIO LTDA - RECLAMADA, inscrita no CNPJ nº 04.791.482/0001-04., na pessoa do sócio administrador, a comparecer neste órgão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação pela imprensa, para tomar conhecimento de assunto pertinente ao pleito, em especial do inteiro teor do despacho de fls. 25/26, que tem por objeto a intimação da RECLAMADA para impugnação do Processo Administrativo nº 0113-002.968-3 e apresentação de sua receita média mensal, conforme artigo 10 e seus parágrafos, todos da Lei Municipal nº 4535/2006. Portanto, para que ninguém possa alegar desconhecimento, expediu-se o presente Edital que será publicado junto a imprensa oficial do Município e afixado no mural deste órgão situado na Rua Ângelo Schiochet, 100 – sala 01 – Centro – Jaraguá do Sul/SC 89251-520 – (47) 3275-3237 – procon@jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.

ANDRÉA ROSANA SARDÁ MAIOCHI

Diretora do PROCON

SEMSA - PORTARIA Nº 102/2016

PORTARIA Nº 102/2016/Semsa

Dispõe Sobre o Horário de Expediente de servidores dos setores de Almoxarifado, Informática, Zeladoria, Transporte e Judicialização da Diretoria Administrativo-Financeira e de Motoristas da Diretoria de Atenção Básica, da Secretaria Municipal da Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público Municipal regular dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, observada a Lei;

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único, do artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 10.999/2016, de 26/08/2016;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter os serviços e ações de relevante interesse público para o desenvolvimento e manutenção dos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Saúde e por servidores lotados na sede da citada Secretaria;

CONSIDERANDO a necessidade de manter um funcionário do setor de Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, para manutenção e continuidade das atividades, devido a grande demanda de serviço, bem como suporte às Unidades de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de permanência de servidor do setor de informática, como apoio para resolução de qualquer eventualidade às Unidades de Saúde, que estarão executando suas atividades na carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

CONSIDERANDO a necessidade de manter um servidor da zeladoria para suporte na higienização e organização dos setores da

Secretaria Municipal da Saúde, em razão de que alguns setores da Secretaria Municipal da Saúde permanecerão com a carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais;

CONSIDERANDO a grande demanda por transporte de pacientes dos serviços de TFD (Tratamento Fora de Domicílio), SAD (Serviço de Atenção Domiciliar) e outros serviços de transporte (exames, medicamentos, etc.), realizados pelo setor de Transportes da Diretoria Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal da Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de manter um funcionário para atendimento contínuo aos serviços do setor de Judicialização da Diretoria Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal da Saúde, em razão da importância de manutenção do acesso ao atendimento aos munícipes e as demandas judiciais;

CONSIDERANDO a necessidade de manter o suporte às Unidades Básicas de Saúde, cujo expediente é de 40 (quarenta) horas semanais, realizado pelos motoristas da Diretoria de Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde;

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade da alteração do horário de expediente de servidores dos setores de Almoxarifado, Informática, Zeladoria, Transporte e Judicialização da Diretoria Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal da Saúde e de servidores Motoristas da Diretoria de Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde, para atender à natureza específica dos serviços a serem prestados, nos termos do artigo 12, da Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013;

CONSIDERANDO que os serviços afetos à Secretaria Municipal da Saúde são considerados essenciais e devem ser desenvolvidos de forma continuada;

RESOLVE :

Art.1º Observadas as determinações dos Decretos Municipais Nºs 10.999/2016, de 26/08/2016, e 10.365/2015, de 16/04/2015, alterado pelos Decretos Municipais Nºs 10.582/2015 de 1º/10/2015, e 10.964/2016 de 28/07/2016, a partir de 1º de novembro de 2016, os servidores públicos municipais abaixo relacionados, lotados na Diretoria Administrativo-Financeira e Diretoria de Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde, cumprirão a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira:

I - Reginaldo Panstein;

II - Edgar Roberto Lemke;

III - Sumara Castilho Hreczuck;

IV - Marli de Paula Ortiz;

V - Luiz Norberto da Costa Nunes;

VI - Rodrigo da Silva Bueno;

VII - Luis Carlos Malheiro;

VIII - Rogerio Kanzler;

IX - Daniel de Mello Rosa;

X - Marcelo Odinei Klitzke ;

XI - Jaime Luis Oecksler;

XII - Nilson Mattos do Nascimento;

XIII - Alberto Frotscher;

XIV - Emerson Luis de Mira;

XV - Mauro de Oliveira;

XVI - Andre Luis Viegas Medeiros;

XVII - Elemar Kohler;

XVIII - Marcus Antonio Neumann;

XIX - Carlos Frederico de Oliveira Teixeira;

XX - Luiz Fernando Saboia Pitta Gonçalves;

XXI - Fabiano Luiz Guaresma;

XXII - Gilberto João Feiten;

XXIII - Décio Werner Ludewig;

XXIV - Milton Guimarães.

Art.2º Ficam vedadas atividades funcionais após o expediente fixado no artigo 1º, o labor extraordinário, exceto em casos emergenciais comprovados, mediante autorização expressa do Secretário da pasta.

Art.3º Ficam mantidos os dispositivos constantes do inciso I, do artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 10.999/2016, de 26/08/2016.

Art.4º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 097/2016/ Sems, de 19 de outubro de 2016.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul, 3 de novembro de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

SEMSA - PORTARIA Nº 103/2016

PORTARIA Nº 103/2016/Sems

Dispõe Sobre o Horário de Expediente de servidores da Gerência de Vigilância Epidemiológica da Diretoria de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal da Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público Municipal regular dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, observada a Lei;

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único, do artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 10.999/2016, de 26/08/2016;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter os serviços e ações de relevante interesse público para o desenvolvimento e manutenção dos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Saúde e por servidores lotados na sede da citada Secretaria;

CONSIDERANDO a grande demanda de serviços do setor de Gerência de Vigilância Epidemiológica da Diretoria de Vigilância em

Saúde da Secretaria Municipal da Saúde e, a necessidade de manutenção e continuidade dos trabalhos desenvolvidos;

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade da alteração do horário de expediente de servidores do setor de Gerência de Vigilância Epidemiológica da Diretoria de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal da Saúde, para atender à natureza específica dos serviços a serem prestados, nos termos do artigo 12, da Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013;

CONSIDERANDO que os serviços afetos à Secretaria Municipal da Saúde são considerados essenciais e devem ser desenvolvidos de forma continuada;

RESOLVE :

Art.1º Observadas as determinações dos Decretos Municipais Nºs 10.999/2016, de 26/08/2016, e 10.365/2015, de 16/04/2015, alterado pelos Decretos Municipais Nºs 10.582/2015 de 1º/10/2015, e 10.964/2016 de 28/07/2016, a partir de 17 de outubro de 2016, os servidores públicos municipais abaixo relacionados, lotados na Diretoria de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal da Saúde, cumprirão a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira:

I - AUGUSTO CESAR POFFO;

II - CLAUDIO BLOSFELD;

III - DHIAN CARLOS CASTILHO;

IV - ELIANE HOFFMANN SILVA;

V - JAQUELINE AMARAL BOGO;

VI - JESSICA AMANDA GARCIA;

VII - LAURECI ALVES DE OLIVEIRA KANZLER;

VIII - LENIR BEZEN DOS SANTOS;

IX - MICHELLI GRASIELA PINHEIRO;

X - NAIR MATHIAS DA SILVA;

XI - RODRIGO BERNARDINO AIROSO;

XII - RUI DE SOUZA BASTOS;

XIII - SIRLEI LINO CABRAL.

Art.2º Ficam vedadas atividades funcionais após o expediente fixado no artigo 1º, o labor extraordinário, exceto em casos emergenciais comprovados, mediante autorização expressa do Secretário da pasta.

Art.3º Ficam mantidos os dispositivos constantes do inciso I, do artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 10.999/2016, de 26/08/2016.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul, 3 de novembro de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

SEMSA - PORTARIA Nº 108/2016

PORTARIA Nº 108/2016/Semsa

Designa, interinamente, profissional para compor a Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar – EMAD do Serviço de Atenção Domiciliar – SAD da Secretaria Municipal da Saúde de Jaraguá do Sul.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, e

CONSIDERANDO a Portaria Nº 020/2015/Semsa, de 16 de março de 2015;

CONSIDERANDO teor do Edital Nº 001/2015, de 06 de fevereiro de 2015;

CONSIDERANDO o Processo 35883/2016, do setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, cuja entrada foi realizada em 09 de novembro de 2016, pela requerente Franciele Correa;

CONSIDERANDO teor do Mem. 180/2016/DAB-SEMSA de 21 de novembro de 2016, da Diretoria de Atenção Básica;

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a profissional relacionada a seguir para compor, em caráter temporário e emergencial, a Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar – EMAD do Serviço de Atenção Domiciliar – SAD da Secretaria Municipal da Saúde de Jaraguá do Sul, no período de 28/11/2016 a 27/12/2016, em substituição ao servidor Obedis Moreira de Souza, que encontra-se em Licença por Auxílio Doença:

· FRANCIELE CORREA (cadastro 10157), Técnica de enfermagem, no horário das 10:00 às 13:30 e das 14:30 às 19:00.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de novembro de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

SEMSA - PORTARIA Nº 109/2016

PORTARIA Nº 109/2016/Semsa

Dispõe Sobre o Horário de Expediente de servidores da Farmácia Básica da Diretoria de Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público Municipal regular dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, observada a Lei;

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único, do artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 10.999/2016, de 26/08/2016;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter os serviços e ações de relevante interesse público para o desenvolvimento e manutenção dos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Saúde e por servidores lotados na sede da citada Secretaria;

CONSIDERANDO a importância de manutenção do acesso ao

atendimento aos munícipes e a necessidade de atendimento contínuo aos usuários da Farmácia Básica, da Diretoria de Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde;

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade da alteração do horário de expediente de servidores da Farmácia Básica, da Diretoria de Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde, para atender à natureza específica dos serviços a serem prestados, nos termos do artigo 12, da Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013;

CONSIDERANDO que os serviços afetos à Secretaria Municipal da Saúde são considerados essenciais e devem ser desenvolvidos de forma continuada;

RESOLVE :

Art.1º Observadas as determinações dos Decretos Municipais Nºs 10.999/2016, de 26/08/2016, e 10.365/2015, de 16/04/2015, alterado pelos Decretos Municipais Nºs 10.582/2015 de 1º/10/2015, e 10.964/2016 de 28/07/2016, a partir de 19 de outubro de 2016, os servidores públicos municipais abaixo relacionados, lotados na Diretoria de Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde, cumprirão a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira:

I – Adriana Sokolowski Machado;

II – Bertila Josefa Neves;

III – Fabricia da Silva;

IV – Henrique Fernando Piazero;

V – Lais Pasquali Bueno;

VI – Leo Fernando Schnorrenberger;

VII – Robert Brotzke;

VIII – Rosilene Aparecida Borges Zanaqui.

Art.2º Ficam vedadas atividades funcionais após o expediente fixado no artigo 1º, o labor extraordinário, exceto em casos emergenciais comprovados, mediante autorização expressa do Secretário da pasta.

Art.3º Ficam mantidos os dispositivos constantes do inciso I, do artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 10.999/2016, de 26/08/2016.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 20/2016

RESOLUÇÃO Nº 20/2016

Concede Abono Especial aos Servidores do Poder Legislativo.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Jaraguá Do Sul, no uso e exercício de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica a Câmara Municipal autorizada a conceder, a todos os seus servidores, um abono especial no valor de R\$850,00 (oitocentos e cinquenta reais), em parcela única, a ser pago no mês de dezembro de 2016.

Parágrafo único. O abono especial referido no caput não terá natureza salarial nem se incorporará a remuneração para quaisquer efeitos.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Resolução correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

COMUNICAÇÃO ENCERRAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Considerando a caracterização do descumprimento ao contrato 179/2014/PMJ por parte desta empresa;

Considerando o relatório final exarado no processo administrativo nº 6.197/2016, o qual foi acatado pelo Prefeito na data de 04 de novembro de 2015.

O Município de Joaçaba, com fulcro no disposto no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, comunica que a empresa SOLO ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 08.743.714/0001-00, sofreu a aplicação das seguintes penalidades:

- a) ADVERTÊNCIA, nos termos da fundamentação do relatório final;
 - b) A aplicação de multa de 10% (dez por cento), sobre a parte inadimplida do contrato;
 - c) SUSPENSÃO, do direito de licitar pelo período de dois anos;
 - d) DECLARAR a empresa supracitada inidônea.
- Salienta-se que foi enviado à empresa, por correio, comunicação deste ato e Documento de Arrecadação Municipal – DAM, para recolhimento da multa.

Joaçaba, 25 de novembro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC (EMENDA Nº 001/2016)

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

(EMENDA DE REVISÃO À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 001 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016)

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 29 da Constituição Federal e art. 111 da Constituição Estadual promulga, na seguinte forma, a revisão, consolidação e alterações da Lei Orgânica do Município de Joaçaba (SC), que passa a vigorar com a seguinte redação:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º O Município de Joaçaba, em união indissolúvel à República Federativa do Brasil e ao Estado de Santa Catarina, assume a esfera local de Governo, dentro do Estado Democrático de Direito e fundamenta sua existência no seguinte:

- I - autonomia;
- II - cidadania;
- III - dignidade da pessoa humana;
- IV - valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - pluralismo político;
- VI - território próprio.

Parágrafo Único - Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos da Constituição da República do Brasil.

Art. 2º São objetivos do Município de Joaçaba:

- I - a constituição de uma comunidade livre, justa e solidária;
- II - a garantia do desenvolvimento local, integrado ao desenvolvimento regional e nacional, sem prejuízo ao meio ambiente;
- III - a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais;
- IV - a promoção do bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, religião, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- V - o aperfeiçoamento da sua comunidade, prioritariamente pela educação.

Art. 3º O Município de Joaçaba rege-se pelos seguintes princípios:

- I - autonomia municipal;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - defesa da democracia e solução pacífica dos conflitos;
- IV - igualdade entre a área central, bairros e distritos;
- V - repúdio ao terrorismo, à violência, às drogas e ao racismo;
- VI - cooperação entre os municípios para o progresso regional;
- VII - integração econômica, política, social e cultural dos municípios

brasileiros;

VIII - poder de associar-se a outros Municípios, Estado ou União para planejamento, organização e execução de projetos de interesse comum.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

DO MUNICÍPIO

Art. 4º O Município de Joaçaba, parte integrante da Federação, é uma unidade da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia nos termos da Constituição Federal.

Art. 5º O território do Município compreende o espaço físico que atualmente se encontra sob sua jurisdição.

§ 1º Qualquer alteração territorial só poderá ser feita na forma da Lei Complementar Estadual.

§ 2º A criação, a organização, a fusão e a supressão de Distritos é de competência do Município, observada a legislação Estadual.

Art. 6º São Símbolos do Município de Joaçaba: o Brasão, a Bandeira, o Hino Municipal, e outros estabelecidos em Lei Municipal.

Art. 7º O Município de Joaçaba propugnará pelos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

Art. 8º As dívidas dos órgãos da administração pública, independentemente de sua natureza, quando inadimplidas, serão monetariamente atualizadas, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias.

Parágrafo Único - Esta disposição não se aplica a operações de crédito contratadas com instituições financeiras.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 9º Compete ao Município de Joaçaba:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação Federal e a Estadual, no que couber;
- III - elaborar e executar o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual;
- IV - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em Lei;
- V - fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;
- VI - criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação Estadual;
- VII - dispor sobre organização, administração e execução dos

serviços municipais;

VIII - dispor sobre administração, utilização e alienação de seus bens;

IX - instituir o quadro, os planos de carreira e o regime jurídico único de seus servidores;

X - organizar e prestar, diretamente, ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos locais, inclusive o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

XI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

XII - instituir, executar e apoiar programas educacionais e culturais que propiciem o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente;

XIII - amparar, de modo especial, os idosos e as pessoas com deficiência;

XIV - estimular a participação popular na formulação de políticas públicas e sua ação governamental, estabelecendo programas de incentivo a projetos de sustentabilidade e organização comunitária nos campos social e econômico, cooperativas de produção e mutirões;

XV - prestar, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população, inclusive assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, com recursos próprios ou mediante convênio com entidade especializada;

XVI - planejar e controlar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo em seu território, especialmente o da zona urbana;

XVII - estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território;

XVIII - instituir, planejar e fiscalizar programas de desenvolvimento urbano nas áreas de habitação e saneamento básico, de acordo com as diretrizes estabelecidas nas normas específicas aplicáveis, sem prejuízo do exercício da competência comum correspondente;

XIX - prover a limpeza e conservação das vias e logradouros públicos, remoção e destino dos resíduos sólidos domiciliares ou não, bem como de outros detritos e resíduos de qualquer natureza, priorizando a coleta seletiva, a reciclagem, a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos e o estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços.

XX - conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;

XXI - cassar a licença que houver concedido ao exercício das atividades que venham a se tornar prejudiciais à saúde, à higiene, à segurança, ao sossego e aos bons costumes;

XXII - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, de serviços, de lazer e outros, atendidas as normas específicas aplicáveis;

XXIII - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;

XXIV - fiscalizar, nos locais de venda, as condições sanitárias dos gêneros alimentícios, observadas as normas específicas aplicáveis;

XXV - dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXVI - dispor sobre registro, guarda, vacinação, controle populacional e captura de animais, com a finalidade precípua de conter e erradicar moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XXVII - disciplinar os serviços de carga e descarga, bem como fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais, inclusive nas vicinais cuja conservação seja de sua competência;

XXVIII - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a utilização no que for de sua competência;

XXIX - regulamentar a utilização dos logradouros públicos,

especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada obrigatória de veículos de transporte coletivo;

XXX - fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;

XXXI - regular as condições de utilização dos bens públicos de uso comum;

XXXII - planejar e executar medidas de defesa civil em articulações com a União e com o Estado;

XXXIII - fomentar e apoiar o ensino superior local, segundo o interesse da comunidade;

XXXIV - instituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme estabelecido em Lei Complementar;

XXXV - regular, executar, licenciar, fiscalizar, conceder, permitir ou autorizar, conforme o caso:

a) o serviço de carros de aluguel, inclusive o uso de taxímetro;

b) os serviços funerários e os cemitérios;

c) os serviços de mercados, feiras e inspeção municipal;

d) os serviços de construção e conservação de estradas, ruas, vias ou caminhos municipais;

e) os serviços de iluminação pública;

f) a fixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XXXVI - fixar os locais de estacionamento público de táxis e demais veículos;

XXXVII - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive a dos seus concessionários;

XXXVIII - adquirir bens, inclusive por meio de desapropriação;

XXXIX - assegurar a expedição de certidões, quando requeridas às repartições municipais, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações.

§ 1º As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da Lei, desde que atenda ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflite com a competência Federal e Estadual.

§ 2º As normas de edificação e parcelamento do solo urbano a que se refere o inciso XVII deste artigo, deverão obedecer à legislação federal e municipal específica pertinentes à matéria.

§ 3º A Lei Complementar que dispuser sobre a guarda municipal, destinada à proteção dos bens, serviços e instalações municipais, estabelecerá sua organização e competência.

§ 4º A política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar as funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, deve ser consubstanciada em Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, nos termos do Art. 182, § 1º, da Constituição Federal.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA COMUM

Art. 10. É de competência comum do Município, da União e do Estado, na forma prevista em Lei Complementar Federal:

I - zelar pela guarda da Constituição, das Leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e da garantia das pessoas com deficiência e transtornos mentais;

III - proteger documentos, obras de arte, bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos, impedindo a evasão, a destruição e a sua descaracterização;

IV - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, e ao esporte;

V - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VI - preservar as florestas, a fauna, a flora e os recursos hídricos;

VII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

VIII - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

IX - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização,

promovendo a integração social;

X - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XI - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

SEÇÃO III

DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR

Art. 11. Compete ao Município complementar a Legislação Federal e a Estadual no que couber, sobretudo nos assuntos de interesse local.

Art. 12. É vedado ao Município:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependências ou aliança, ressalvada, na forma da Lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo Único - Salvo as expressas exceções previstas nesta Lei Orgânica, é vedado a qualquer dos Poderes delegar competência.

CAPÍTULO II

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 14. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Cada legislatura terá a duração de 04 (quatro) anos, compreendendo, cada ano, 01 (uma) Sessão Legislativa.

Art. 15. A Câmara Municipal é composta de Vereadores, eleitos pelo voto direto e secreto.

Parágrafo Único - O número de Vereadores, proporcional à população do Município, será fixado pela Câmara Municipal, observados os limites das Constituições Federal e Estadual, até 12 (doze) meses antes do final do mandato.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 16. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente:

I - legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a Legislação Federal e Estadual, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

II - votar o orçamento anual, o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

III - deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

IV - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

V - autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;

VI - autorizar a concessão de serviços públicos;

VII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

VIII - autorizar a alienação de bens móveis e imóveis;

IX - autorizar a aquisição de bens imóveis pelo Poder Executivo, Autarquias e Fundações Municipais;

X - autorizar a criação, alteração e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais e aprovar os respectivos vencimentos;

XI - aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

XII - autorizar a criação da Guarda Municipal, nos termos da Constituição Federal, fixar e modificar o seu efetivo;

XIII - aprovar a delimitação do perímetro urbano;

XIV - autorizar a constituição de consórcios com outros municípios;

XV - autorizar a alteração da denominação de bens, vias e logradouros públicos;

XVI - dispor, na forma de Lei Complementar Estadual, sobre a criação, organização, fusão e supressão de Distritos, mediante prévia consulta, por meio de plebiscito;

XVII - aprovar a criação e modificação estrutural dos órgãos da administração pública;

XVIII - aprovar e estabelecer normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento;

XIX - normatizar a Lei Complementar sobre os projetos de Lei de Iniciativa Popular de interesse do Município, da Cidade, dos Distritos, nos termos da Constituição Federal;

XX - aprovar a criação, estrutura, transformação, extinção de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas municipais.

Art. 17. Compete, privativamente, à Câmara Municipal:

I - elaborar seu Regimento Interno;

II - eleger sua Mesa Diretora, bem como destitui-la na forma regimental;

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, poder de polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - dar posse ao Prefeito, Vice-Prefeito e aos Vereadores, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo;

V - conceder licença ao Prefeito, Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo;

VI - autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito, por necessidade de serviço, a ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias;

VII - fixar o subsídio dos agentes políticos, até 12 (doze) meses antes do encerramento da Legislatura para a subsequente nos termos da Constituição Federal e desta Lei Orgânica;

VIII - solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração, as quais deverão ser prestadas dentro de 30 (trinta) dias sob pena de incidir em infração política e administrativa;

IX - convocar os Agentes Políticos e os Agentes Públicos Municipais para prestar informações sobre matéria de sua competência, e, em se negando, incorrer nas sanções cabíveis;

X - fiscalizar e controlar diretamente, os atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa do Poder Executivo;

XII - julgar anualmente as contas do Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos governamentais;

XIII - proceder à tomada de contas do Prefeito quando não apresentadas à Câmara Municipal no prazo legal;

XIV - receber denúncia contra Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador, por voto favorável de 2/3 (dois terços) dos seus membros referente a infrações político-administrativas.

XV - mudar, temporária ou definitivamente, sua sede;

XVI - autorizar convênios, consórcios, ou acordos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao Patrimônio Municipal;

XVII - julgar o Prefeito, Vice-Prefeito e os Vereadores nos casos previstos em Lei;

XVIII - criar comissões especiais de inquérito sobre fato determinado no âmbito de sua competência, desde que requerido por 1/3 (um terço) de seus membros;

XIX - autorizar referendo e plebiscito;

XX - decretar a perda do mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos e nos termos da legislação aplicável;

XXI - autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo externo de qualquer natureza de interesse do Município;

XXII - deliberar sobre adiantamento e suspensão de suas reuniões;

XXIII - conferir homenagem à pessoa ou entidade que tenha prestado relevantes serviços ao Município conforme previsto em seu Regimento Interno, mediante voto da maioria simples dos membros da Câmara;

XXIV - decidir sobre a perda do mandato de Vereador, nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica;

XXV - solicitar ao Tribunal de Contas do Estado inspeções e

auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas do Legislativo, do Executivo, e nos órgãos da administração direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

XXVI - organizar as funções fiscalizadoras da Câmara Municipal;

XXVII - solicitar intervenção do Estado no Município.

§ 1º A Câmara Municipal delibera:

I – mediante Resoluções e Portarias sobre matéria de economia interna de natureza político-administrativa;

II – mediante Decreto Legislativo sobre matéria de competência exclusiva que exceda os limites de economia interna;

§ 2º É fixado em 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que o Prefeito e os responsáveis pelos órgãos da administração direta e indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelo Poder Legislativo, na forma desta Lei.

§ 3º O não atendimento no prazo do parágrafo anterior, faculta ao Presidente da Câmara ou à Comissão, se for o caso, solicitar, na conformidade da Legislação Federal, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a Lei, sem prejuízo das sanções estabelecidas nesta Lei Orgânica.

SEÇÃO III

DAS SESSÕES DA CÂMARA

Art. 18. A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente em sessão legislativa anual de 01 de fevereiro a 31 de dezembro.

§ 1º As Sessões da Câmara de Vereadores não serão marcadas em datas que recaírem em sábados, domingos ou feriados, com exceção do disposto no §3º.

§ 2º A Sessão Legislativa não será interrompida sem a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual.

§ 3º A Câmara Municipal reunir-se-á, em Sessão de Instalação Legislativa, em 1º de janeiro de cada ano subsequente à eleição Municipal, para posse de seus membros, do Prefeito e do Vice-Prefeito e eleição e posse da Mesa.

§ 4º A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á pelo seu Presidente, pelo Prefeito, ou a requerimento da maioria simples dos Vereadores, em caso de urgência ou de interesse público relevante.

§ 5º A convocação extraordinária da Câmara, pelo Prefeito, dar-se-á com antecedência de, no mínimo, 03 (três) dias úteis, conforme dispuser o Regimento Interno.

§ 6º A Câmara reunir-se-á em Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes ou Temáticas, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

§ 7º As Sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário tomada por 2/3 (dois terços) de seus membros quando ocorrer motivo relevante.

§ 8º Na Sessão Extraordinária a Câmara deliberará somente sobre a matéria para a qual for convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão da convocação.

§ 9º As Sessões só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

SEÇÃO IV

DA MESA DIRETORA E DAS COMISSÕES

Art. 19. A Mesa Diretora será composta de um(a) Presidente, de um(a) Vice-Presidente, de um(a) primeiro(a) e segundo(a) Secretários(as), eleitos para o mandato de 01 (um) ano, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, na mesma Legislatura.

Parágrafo Único - As competências, as atribuições, formas de substituição, eleição, posse e destituição dos membros da Mesa Diretora serão definidos no Regimento Interno.

Art. 20. O Presidente da Mesa Diretora representa o Poder Legislativo.

Art. 21. A Câmara terá Comissões Legislativas Permanentes e Temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno.

Art. 22. Fica assegurado, tanto quanto possível, o princípio da

representação proporcional dos Partidos que participam da Câmara, na eleição da Mesa Diretora e na composição das Comissões Legislativas Permanentes e Temporárias.

Art. 23. Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar Projeto de Lei, na forma do Regimento Interno, ressalvada a competência do Plenário;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar titulares da administração indireta para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições e aos serviços próprios do órgão respectivo;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa, contra atos ou omissões das autoridades públicas municipais;

V - solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão em assuntos e matérias levantados ou investigados pela Câmara Municipal;

VI - apreciar programas de obras e planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

Art. 24. As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, para apuração de fatos determinados e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

SEÇÃO V

DOS VEREADORES

Art. 25. Os Vereadores são invioláveis pelas suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Parágrafo Único - Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Art. 26. No dia 1º (primeiro) de janeiro de cada ano subsequente à eleição, sob a presidência do mais votado entre os presentes, os Vereadores eleitos, em Sessão Solene de Instalação, prestarão compromisso e tomarão posse.

§ 1º O Vereador que não tomar posse na Sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§ 2º No ato da posse, o Vereador, se for o caso, deverá desincompatibilizar-se conforme o Regimento Interno.

§ 3º No início e ao término do mandato, o Vereador deverá apresentar declaração de seus bens.

Art. 27. O mandato de Vereador será remunerado, exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, através de Projeto de Lei Legislativo, sancionado pelo Prefeito.

§ 1º É vedada a concessão de ajuda de custo, gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, salvo o pagamento de diária ou reembolso de despesas quando o Vereador se deslocar em missão de representação solicitada pelo Prefeito ou Presidente da Câmara, além de eventos de aperfeiçoamento.

§ 2º O pagamento de diárias e reembolso de despesas deverão ser autorizados pelo Presidente da Câmara.

Art. 28. O Vereador não poderá:

I - desde a expedição do Diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível "ad nutum" nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador, ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

- b) ocupar cargo ou função de que seja demissível "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, alínea "a";
- c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades referidas no inciso I, alínea "a";
- d) ser titular de mais de 01 (um) cargo ou mandato eletivo Federal, Estadual, Distrital ou Municipal.

Art. 29. Perderá o mandato o Vereador:

- I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
- II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
- III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara ou das reuniões das comissões legislativas, salvo em caso de licença ou de missão oficial autorizada;
- IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
- V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;
- VI - que sofrer condenação criminal com pena de reclusão, em sentença transitada em julgado, devidamente publicada;
- VII - que deixar de residir no município;
- VIII - que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido nesta Lei Orgânica.

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas ao membro da Câmara Municipal ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II, VI e VII deste artigo, a perda de mandato de vereador será decidida pela Câmara, por voto nominal e com maioria de 2/3 (dois terços), mediante representação na Câmara, nos termos do seu Regimento Interno.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III, IV, V e VIII a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado na Câmara de vereadores, nos termos do seu Regimento Interno.

Art. 30. Não perderá o mandato o Vereador:

- I - investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, considerando-se licenciado;
- II - licenciado pela Câmara, por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse a 120 (cento e vinte) dias por Sessão Legislativa.

§ 1º O suplente será convocado em todos os casos de vaga ou licença igual ou superior a 30 (trinta) dias.

§ 2º Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Tribunal Regional Eleitoral, procedendo-se nova eleição se faltarem mais de 15 (quinze) meses para o término do mandato.

§ 3º Na hipótese de investidura no cargo de Secretário Municipal, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

§ 4º A Vereadora terá direito à licença maternidade e o Vereador à licença paternidade, conforme dispuser o Regimento Interno.

SEÇÃO VI

DO PROCESSO LEGISLATIVO

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. O processo Legislativo compreende:

- I - emendas à Lei Orgânica do Município;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - decretos legislativos;
- V - resoluções.

Art. 32. A Lei Orgânica do Município será emendada mediante proposta:

- I - de todas as lideranças de Bancada e do Governo;
- II - por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara Municipal;
- III - do Prefeito;
- IV - de iniciativa popular, subscrita por pelo menos 05 (cinco) por cento do eleitorado do Município.

§ 1º A proposta de emenda a Lei Orgânica será votada em 02 (dois) turnos, considerando-se aprovada quando obtiver em ambos o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

§ 2º A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem que será sequencial independentemente do ano da promulgação.

§ 3º A matéria constante de proposta de emenda à Lei Orgânica obstada pela Mesa ou rejeitada, não poderá ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.

SUBSEÇÃO II

DAS LEIS

Art. 33. A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão Legislativa Permanente, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º São de iniciativa privativa do Prefeito as Leis que:

- I - fixem ou modifiquem o efetivo da Guarda Municipal;
- II - disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica e de sua remuneração;
- b) servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- c) criação, estruturação e atribuição das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública municipal;
- d) Plano Plurianual;
- e) Diretrizes Orçamentárias;
- f) Orçamento Anual e Créditos Suplementares e Especiais.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal, de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, 05 (cinco) por cento do eleitorado do Município.

§ 3º Compete privativamente à Câmara de Vereadores a iniciativa das leis que disponham sobre sua organização, funcionamento, poder de polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 34. As Leis Complementares exigem, para sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - São Leis Complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica, aquelas concernentes as seguintes matérias:

- I - Código Tributário do Município;
- II - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- a) Código de Obras ou de Edificações;
- b) Código de Zoneamento Urbano e direitos suplementares de uso e ocupação do solo;
- c) Código de Parcelamento de Terras;
- d) Código de Posturas;
- III - Estatuto dos Servidores Municipais;
- IV - Guarda Municipal;
- V - Criação de cargos, funções ou empregos públicos;
- VI - Concessão de serviço público;
- VII - Diretrizes Municipais da Educação;
- VIII - Diretrizes da Saúde e da Assistência social;
- IX - Diretrizes Municipais da Agricultura;
- X - Organização Previdenciária Pública Municipal;
- XI - Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

Art. 35. Não será admitido aumento da despesa prevista:

- I - nos Projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, ressalvado o disposto no § 3º do Art. 99;
- II - nos Projetos sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 36. O Prefeito poderá solicitar urgência para a apreciação de Projetos de sua iniciativa considerados relevantes.

Parágrafo Único - O regime de urgência deverá ser submetido ao Plenário da Câmara municipal devendo ser aprovado por maioria simples.

Art. 37. O Projeto aprovado será enviado, no prazo de 10 (dez) dias

úteis, pelo Presidente da Câmara ao Prefeito, que, concordando, o sancionará e promulgará no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

Art. 38. Julgado o Projeto pelo Prefeito, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento prazo no qual deverá promover a publicação e comunicação ao Presidente da Câmara.

§ 1º As razões aduzidas no veto serão apreciadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento, em uma única discussão.

§ 2º O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 3º Esgotado, sem deliberação, o prazo previsto no parágrafo 1º deste artigo, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final.

§ 4º No caso de o veto ser rejeitado, o Projeto será enviado ao Prefeito em 48 (quarenta e oito) horas, para promulgação.

§ 5º A não promulgação pelo Prefeito da Lei em 48 (quarenta e oito) horas, nos casos de sanção tácita ou rejeição de veto, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente, em igual prazo, fazê-lo.

§ 6º Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas serão promulgadas com o mesmo número da Lei Original, observado o prazo estipulado no § 5º.

§ 7º O prazo previsto no § 1º deste artigo não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 8º Na apreciação do veto, a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 39. A matéria constante de Projeto de Lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo Projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 40. As proposições, ressalvados os casos de urgência, serão incluídas na sessão seguinte ao seu protocolo, desde que observados os seguintes prazos:

I - Protocolo até às 16:00h do dia da sessão ordinária, caso a proposição for de autoria de Vereador;

II - Protocolo até 04 (quatro) dias antes da realização da sessão ordinária, nos demais casos.

SEÇÃO VII

DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 41. A Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal.

§ 1º - O Executivo deverá apresentar todo o processo com empenho, sua liquidação e pagamentos ao Poder Legislativo, conforme Lei Complementar Federal n.º 131, de 27 de maio de 2009.

§ 2º - Prestará contas ao Poder Executivo, bem como para o Poder Legislativo, nos termos e prazos de Lei, qualquer pessoa física ou entidade jurídica de direito público ou privado que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em seu nome, assumam obrigações de natureza pecuniária.

§ 3º - A respectiva prestação de contas deverá ser encaminhada com toda a documentação fiscal e contábil, e, sendo necessário, deverá a entidade ou pessoa beneficiada apresentar a complementação dos mesmos, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação para o ato.

§ 4º - O não cumprimento do disposto nos parágrafos anteriores implicará nas sanções previstas em lei.

Art. 42. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

I - emitir parecer prévio sobre as Contas que o Prefeito Municipal deve prestar anualmente, incluídas as da Câmara Municipal, até o último dia útil do exercício financeiro em que foram prestadas;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, e as contas daquelas que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como os de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, especialmente, quando forem requeridas pela Câmara Municipal ou por iniciativa de comissão técnica ou de inquérito, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos recebidos decorrente de convênio, acordo, ajuste, auxílio e contribuição, ou outros atos análogos, dos órgãos da administração direta e indireta;

VI - o Executivo deverá prestar, no prazo de 30 (trinta) dias, as informações solicitadas pela Câmara sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial e sobre o andamento e resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidades de contas, as sanções administrativas e pecuniárias previstas em Lei;

VIII - fixar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei, se verificada ilegalidade ou irregularidade;

IX - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º O parecer prévio a ser emitido pelo Tribunal de Contas do Estado consistirá em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro e a execução do orçamento, e concluirá pela aprovação ou não das contas, indicando, as parcelas impugnadas, se for o caso.

§ 2º As decisões do Tribunal de Contas do Estado, de que resulte imputação de multa, terão eficácia de título executivo.

Art. 43. A comissão permanente de orçamentos e fiscalização financeira, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade responsável que, no prazo de 05 (cinco) dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º Não prestados os esclarecimentos ou julgados insuficientes, a Comissão solicitará, por intermédio da Câmara, ao Tribunal de Contas, pronunciamento conclusivo sobre a matéria no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º Entendendo o Tribunal de Contas irregular a despesa, a comissão, se julgar que o fato possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública do município, determinará a sua sustação.

Art. 44. Para o exercício da auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, os órgãos da administração direta e indireta municipal deverão remeter ao Tribunal de Contas do Estado, nos termos e prazos estabelecidos, balancetes mensais, balanços anuais e demais demonstrativos e documentos que forem solicitados.

Parágrafo Único - O Tribunal de Contas do Estado, para emitir parecer prévio sobre as contas anuais que o Prefeito deve prestar, poderá requisitar documentos, determinar inspeções, auditorias e ordenar diligências que se fizerem necessárias à correção de erros, irregularidades, abusos e ilegalidades.

Art. 45. No exercício do controle externo, caberá à Câmara Municipal:

I - julgar as contas anuais prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução do Plano de Governo;

II - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

III - realizar, por delegados de sua confiança, inspeções sobre quaisquer documentos de gestão da administração direta e indireta Municipal, bem como a conferência dos saldos e valores declarados como existentes ou disponíveis em balancetes e balanços;

IV - representar às autoridades competentes para apuração de responsabilidades e punição dos responsáveis por ilegalidades ou irregularidades praticadas, que caracterizem corrupção, descumprimento de normas legais ou que acarretem prejuízos ao Patrimônio Municipal.

§ 1º O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas anuais que o Prefeito deve prestar, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º A Câmara Municipal remeterá ao Tribunal de Contas do Estado, cópia do julgamento das contas do Prefeito, no prazo estipulado por aquele órgão.

§ 3º As contas anuais do Município ficarão na Câmara Municipal, a partir de 31 de março do exercício subsequente, durante 60 (sessenta) dias, à disposição de qualquer cidadão, para exame e apreciação, o qual poderá questionar a legitimidade e a legalidade.

§ 4º A Câmara Municipal somente julgará as contas após a emissão do parecer prévio do Tribunal de Contas.

Art. 46. A Câmara Municipal, na deliberação sobre as contas do Prefeito, deverá observar os preceitos seguintes:

I - o julgamento das contas do Prefeito, far-se-á em até 90 (noventa) dias, contados da data da Sessão em que for procedida a leitura do parecer do Tribunal de Contas do Estado;

II - recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Câmara Municipal procederá à leitura, em plenário, até a 3.^a (terceira) Sessão Ordinária subsequente;

III - decorrido o prazo de 90 (noventa) dias sem deliberação, as contas serão incluídas na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se proceda à votação;

IV - rejeitadas as contas, deverá o Presidente da Câmara Municipal, no prazo de até 60 (sessenta) dias, remetê-las ao Ministério Público, para os devidos fins;

V - na apreciação das contas, a Câmara Municipal poderá, em deliberação por maioria simples, converter o processo em diligência ao Prefeito do exercício correspondente, abrindo vistas pelo prazo de 30 (trinta) dias, para que sejam prestados os esclarecimentos julgados convenientes;

VI - a Câmara Municipal poderá, antes do julgamento das contas, em deliberação por maioria simples, de posse dos esclarecimentos prestados pelo Prefeito, ou à vista de fatos novos que evidenciem indícios de irregularidades, devolver o processo ao Tribunal de Contas do Estado, para reexame e novo parecer;

VII - recebido o segundo parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, a Câmara Municipal deverá julgar definitivamente as contas, no prazo estabelecido no inciso I;

VIII - o prazo a que se refere o inciso I interrompe-se durante o recesso da Câmara Municipal;

IX - O Executivo deverá apresentar todo o processo com empenho e liquidação.

Art. 47. Os Poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do Município;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão

institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da Lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

Art. 48. O controle interno, a ser exercido pela administração direta ou indireta municipal, deve abranger:

I - o controle da execução do Orçamento Municipal e dos contratos jurídicos análogos;

II - a verificação da regularidade e contabilização dos atos que resultem na arrecadação de receitas e na realização de despesas;

III - a verificação da regularidade e contabilização de outros atos que resultem no nascimento ou extinção de direitos e obrigações;

IV - a verificação e registro da fidelidade funcional dos agentes da administração e de responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 49. As contas da administração municipal direta e indireta, serão submetidas ao sistema de controle externo mediante encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal, nos prazos seguintes:

I - o Projeto de Lei do Plano Plurianual - PPA, para vigência até o final do 1.º (primeiro) exercício financeiro do mandato subsequente, será encaminhado até o final do mês de junho do exercício financeiro e devolvido para sanção até o final do mês de julho;

II - o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, será encaminhado até o final do mês de agosto do exercício financeiro e devolvido para sanção até o final do mês de setembro do mesmo exercício;

III - o Projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA será encaminhado até o final do mês de outubro do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

IV - até 30 (trinta) dias subsequentes ao mês anterior, o Balancete Mensal;

V - até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, o Balanço Anual;

§ 1º Os Balancetes a serem encaminhados à Câmara Municipal, no prazo do inciso IV, serão acompanhados dos respectivos empenhos, em meio digital, e dos decretos de alteração do orçamento.

§ 2º Os prazos determinados neste artigo poderão ser alterados, nos casos em que couberem, nos termos que venham a ser estabelecidos em legislação específica.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e até 30 (trinta) dias após o encerramento do quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal.

§ 4º As disponibilidades de caixa do Município e dos órgãos ou entidades e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em Lei.

Art. 50. A Câmara Municipal, em deliberação por 2/3 (dois terços) dos seus membros, ou o Tribunal de Contas do Estado, poderão representar ao Governo do Estado, solicitando intervenção no Município, quando:

I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por 02 (dois) anos consecutivos, a dívida fundada;

II - não forem prestadas as contas devidas, na forma da Lei;

III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

CAPÍTULO III

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 51. O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores com atribuições equivalentes.

Art. 52. A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á simultaneamente com a de Vereadores, nos termos estabelecidos no

Art. 29, incisos I e II, da Constituição Federal.

Art. 53. O Prefeito e Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1.º (primeiro) de janeiro do ano subsequente à eleição, em Sessão da Câmara Municipal, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica, observar as Leis da União, do Estado e do Município, promover o bem geral dos munícipes e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade.

Parágrafo Único – Decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, se o Prefeito ou Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 54. Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á no de vaga, o Vice-Prefeito.

§ 1º O Vice-Prefeito não poderá recusar-se a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato.

§ 2º O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por Lei Complementar, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele for convocado para missões especiais.

§ 3º Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, assumirá a Administração Municipal o Presidente da Câmara.

§ 4º A recusa do Presidente da Câmara em assumir o cargo de Prefeito, implica na destituição automática do cargo, ensejando a eleição de outro membro para ocupar, como Presidente da Câmara, a Chefia do Poder Executivo.

§ 5º Em caso de impedimento do Presidente da Câmara Municipal, assumirá temporariamente o cargo de Prefeito Municipal o Procurador-Geral do Município.

§ 6º Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição 90 (noventa) dias depois de aberta a última vaga e, ocorrendo a vacância nos últimos 02 (dois) anos de mandato, a eleição será feita 30 (trinta) dias depois da última vaga, pela Câmara de Vereadores, na forma da Lei, cabendo aos eleitos completar o período de seus antecessores.

Art. 55. O Prefeito ou Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo de chefe do executivo, não poderão, sem licença da Câmara, ausentar-se do Município por período superior a 15 (quinze) dias, com exceção do período em que gozar férias, sob pena de perda do mandato.

§ 1º O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber a remuneração, quando:

I - impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;

II - em gozo de férias;

III - a serviço ou em missão de representação do Município.

§ 2º O Prefeito gozará férias anuais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir o descanso, exceto nos 06 (seis) meses que antecedem o pleito eleitoral municipal.

Art. 56. O mandato do Prefeito é de 04 (quatro) anos e terá início em 1.º (primeiro) de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Art. 57. A remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito será estipulada na forma do inciso VII do Art. 17 desta Lei Orgânica.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 58. Compete privativamente ao Prefeito:

I - nomear e exonerar os Secretários Municipais;

II - exercer, com auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da administração municipal;

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

IV - enviar à Câmara Municipal as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais e Plurianuais do Município;

V - sancionar, promulgar e fazer publicar as Leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

VI - vetar Projetos de Lei, total ou parcialmente;

VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da Lei;

VIII - nomear os servidores de acordo com a legislação aplicável;

IX - prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro de 45

(quarenta e cinco) dias após abertura da Sessão Legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

X - prover os cargos públicos municipais na forma da Lei;

XI - representar o Município em juízo ou fora dele, por intermédio da Procuradoria do Município, na forma estabelecida em Lei Complementar;

XII - exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - O Prefeito Municipal poderá delegar as atribuições mencionadas no inciso VII.

SEÇÃO III

DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Art. 59. São crimes de responsabilidade os atos do Prefeito que atentarem contra esta Lei Orgânica e os previstos em Lei Federal.

Parágrafo Único - Quando acusado de crime de responsabilidade, o Prefeito será submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 60. São infrações político-administrativas sujeitas ao julgamento pela Câmara Municipal e sancionadas com a cassação do mandato:

I - impedir o funcionamento regular da Câmara;

II - impedir o exame de livros e documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, por Comissão de Investigação da Câmara ou auditoria regularmente instituída;

III - desatender sem motivo justo, os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;

IV - retardar ou deixar de fazer a publicação das Leis e atos sujeitos a essa formalidade;

V - deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, em forma regular, a proposta orçamentária, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual;

VI - descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII - praticar, contra expressa disposição da Lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;

VIII - omitir-se ou negligenciar-se na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;

IX - ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em Lei;

X - proceder de modo incompatível com a dignidade e decoro do cargo.

Art. 61. O processo de cassação do mandato do Prefeito, por infrações definidas no artigo 60 desta Lei Orgânica, obedece ao rito estabelecido no Regimento Interno e na Legislação aplicável.

Art. 62. O Prefeito perderá o mandato por extinção, cassação ou condenação, por crime de responsabilidade, na forma e condições estabelecidas em Lei.

Parágrafo Único - A extinção do mandato, por determinação judicial, tornar-se-á efetiva com a declaração, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, registrada em ata e publicada.

Art. 63. A suspensão do mandato do Prefeito poderá ocorrer por ordem judicial e de conformidade com a Legislação Federal, e ainda, quando houver intervenção no Município.

SEÇÃO IV

DAS INCOMPATIBILIDADES DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 64. O Prefeito não poderá:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com autarquia ou empresa pública Municipal, com sociedade de economia mista de que participe o Município ou com concessionária de serviço público municipal;

b) aceitar cargo, função ou emprego remunerado em qualquer das entidades referidas na alínea anterior.

II - desde a posse e enquanto durar o mandato:

a) ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor, concessão ou privilégio decorrentes de contrato com qualquer das entidades a que se refere o inciso anterior, nem exercer, na empresa, qualquer função ou atividade remunerada;

b) patrocinar causa contra qualquer das entidades mencionadas na alínea "a" do inciso anterior;

- c) exercer outro mandato eletivo, seja Federal, Estadual ou Municipal;
- d) exercer cargo, função ou emprego na administração centralizada ou autárquica da União, Estado ou Municípios;
- e) constituir-se fornecedor ou credor de qualquer das entidades referidas no inciso anterior, alínea "a", ou em seu devedor a qualquer título, estendendo-se a proibição de ser fornecedor ou credor a seu cônjuge e aos demais parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau inclusive;
- f) fixar residência fora do Município;
- g) ausentar-se do Município, por mais de 15 (quinze) dias sem licença da Câmara, salvo quando em gozo de férias.

Art. 65. Quanto à incompatibilidade do Vice-Prefeito:

I - quando no exercício do cargo de Prefeito submete-se às mesmas incompatibilidades, na forma e condições estabelecidas nesta lei orgânica;

II - fora do exercício do cargo de Prefeito, salvo a hipótese do Art. 66, sujeita-se às incompatibilidades estatuídas no Art. 64, menos as previstas nas alíneas "b", do inciso I, e "d" e "g" do inciso II, atendidas as demais disposições pertinentes, que lhe são igualmente aplicáveis.

Art. 66. Independentemente do disposto no artigo 65, ao Vice-Prefeito, além da substituição, podem ser deferidos outros encargos, como:

I - manter e dirigir o seu gabinete, aplicando as respectivas dotações orçamentárias;

II - ajudar o Prefeito, quando solicitado, no desempenho de missões especiais, protocolares ou administrativas;

III - exercer, em Comissão, funções administrativas;

SEÇÃO V

DO TÉRMINO DO MANDATO

Art. 67. Ao término do mandato deve o Prefeito apresentar ao seu sucessor:

I - Cópia do Plano Plurianual - PPA em execução;

II - Cópia da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO a executar;

III - Cópia da Lei Orçamentária Anual a executar;

IV - Demonstrativos analíticos dos saldos disponíveis;

V - Conciliações e senhas bancárias referente às contas do Município;

VI - Procurações; Autorizações; Convênios em andamento; Saldos DDO;

VII - Atas das Audiências públicas do PPA, LDO e LOA;

VIII - Certidão Negativa de Débitos - CNDs (todos os órgãos);

IX - Relação das despesas empenhadas e canceladas por falta de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 55, III, "b", item 4 da LRF, bem como as despesas contraídas e não empenhadas por falta de dotação e/ou disponibilidade financeira;

X - Balanço Geral e Balancete do mês de dezembro anterior à posse, das diversas unidades gestoras;

XI - Relação dos credores inscritos em Restos a Pagar e/ou despesas empenhadas a pagar, pela ordem cronológica de exigibilidade, observada as fontes de recursos;

XII - Demonstrativo da disponibilidade de caixa calculada na forma estabelecida no Artigo 42, parágrafo único da LRF;

XIII - Quadro demonstrativo das despesas com pessoal em relação às receitas correntes líquidas;

XIV - Quadro demonstrativo dos contratos de empréstimos e financiamentos inscritos em Dívida Fundada;

XV - Quadro demonstrativo dos créditos inscritos em dívida ativa, individualizado por credor e por exercício com indicação das providências adotadas para cobrança;

XVI - Relação dos bens em almoxarifado;

XVII - Inventário dos bens móveis e imóveis;

XVIII - Informações sobre a situação do Município perante o INSS, FGTS, PASEP, e órgãos Estaduais;

XIX - Situação analítica das concessões, permissões, acordos, convênios e ajustes em execução, devidamente conciliados, informando inclusive, as contas bancárias respectivas dos recursos vinculados e, se pendente de prestação de contas;

XX - Prazos de operações de créditos contratadas em andamento, saldos a liberar;

XXI - Relatório contendo prazo de vencimento de alvará, IPTU, Taxas e Contribuição de Melhorias e a forma de emissão de carnês;

XXII - Alterações no Código Tributário a serem implantadas no ano da posse;

XXIII - Relatório de processos licitatórios em andamento; com ou sem saldos para aquisição de despesas continuadas;

XXIV - Ato de nomeação da Comissão de Licitação;

XXV - Relação das despesas sujeitas a aplicação do disposto no art. 5.º da Lei nº 8.666/1993, especificamente relativo ao cumprimento da ordem cronológica das exigibilidades, por fonte de recursos;

XXVI - Relatório de todos os contratos referentes a obras e/ou serviços, formalizados, em fase de execução ou a iniciar, com informações dos pagamentos efetuados e fases de execução das mesmas, discriminando, se for o caso, o que está pendente de execução e pagamento;

XXVII - Relação individual dos servidores estáveis, aposentados, em licença e férias;

XXVIII - Cálculo Atuarial de 02 (dois) exercícios anteriores ao da posse, para os Regimes Próprios de Previdência;

XXIX - Cópia do estatuto dos servidores públicos municipais e organograma de Funções;

XXX - Cópia da lei que definiu a estrutura administrativa da Prefeitura e seu regimento interno;

XXXI - Relação dos atos administrativos que no período eleitoral importaram na concessão de reajustes de vencimentos superior à inflação acumulada, desde o último reajustamento, assim como dos atos relacionados a nomeação, admissão, contratação ou exoneração de ofício, demissão, dispensa, transferência, designação, readaptação ou supressão de vantagens de qualquer espécie do servidor público, estatutário ou não da administração pública centralizada ou descentralizada do município e ainda, da realização de concurso público no mesmo período;

XXXII - Relação dos servidores admitidos através de concurso público, indicando a data de admissão e fase em que se encontra o estágio probatório;

XXXIII - Relação dos servidores em situação irregular, admitidos por tempo indeterminado, através da CLT, se houver;

XXXIV - Relação de Pessoal admitido por prazo determinado, indicando seus vencimentos, data de admissão, prazo de duração e dispositivo legal que autorizou a contratação;

XXXV - Relação dos Conselhos e vigência;

XXXVI - Livro de protocolos; Relação dos endereços eletrônicos oficiais dos setores que compõe a administração municipal;

XXXVII - Cópia da Lei Orgânica;

XXXVIII - Cópia do Código Tributário;

XXXIX - Cópia do Plano Diretor do Município;

XL - Cópia do ato que fixa a remuneração dos agentes políticos;

XLI - Dados sobre a representação do Município em Conselhos Regionais e Estaduais;

XLII - Backup de todos os arquivos, bem como dos programas de software existentes na Prefeitura do último ano;

XLIII - Dados sobre o término e início das aulas; Plano de Aplicação do Salário Educação e Censo escolar relativo aos 02 (dois) últimos exercícios antes da posse;

XLIV - Relatório de obras e serviços em andamento e a executar;

XLV - Relatório das atividades turísticas em andamento e a implantar;

XLVI - Relatório de atividades da Saúde e Ação Social com cadastro sócio-econômico; estoque de medicamentos do último exercício antes da posse e farmácia básica.

§ 1º Os documentos citados neste artigo, quando possível, serão entregues em mídia eletrônica.

§ 2º Se tais elementos não forem fornecidos pelo antecessor, deve o novo Prefeito, dentro de 30 (trinta) dias:

I - designar comissão especial de tomada de contas;

II - contratar, se necessário, equipe especializada para realizá-la;

III - comunicar imediatamente o fato à Câmara de Vereadores, aos

Tribunais de Contas da União e do Estado;

IV - adotar cautelas, quanto à própria gestão, para não se vincular aos atos eventualmente irregulares.

SEÇÃO VI

DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 68. Os Secretários Municipais, como agentes políticos, serão escolhidos dentre brasileiros com maioridade civil, e no exercício dos direitos políticos.

Parágrafo Único - Os Secretários Municipais ocupam cargos de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal.

Art. 69. Lei Complementar disporá sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias.

Art. 70. Compete ao Secretário Municipal, além das atribuições que esta Lei Orgânica e as Leis estabelecerem:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração Municipal, na área de sua competência;

II - expedir instruções para execução das Leis, Decretos e Regulamentos;

III - apresentar ao Prefeito relatório quadrimestral dos serviços realizados na secretaria;

IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas pelo Prefeito;

V - referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito, pertinentes à sua área de competência.

SEÇÃO VII

DO CONSELHO DO MUNICÍPIO

Art. 71. O Conselho do Município é órgão superior de consulta do Prefeito e dele participam:

I - o Prefeito;

II - o Vice-Prefeito;

III - o Presidente da Câmara Municipal;

IV - os líderes dos Partidos Políticos com representação na Câmara Municipal;

V - os Secretários Municipais;

VI - 06 (seis) cidadãos brasileiros, com maioridade civil, sendo 03 (três) nomeados pelo Prefeito e 03 (três) eleitos pela Câmara Municipal, todos com o mandato de 02 (dois) anos, vedada a recondução.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho do Município não serão remunerados.

Art. 72. Compete ao Conselho do Município pronunciar-se sobre questões relevantes de interesse do Município.

Art. 73. O Conselho será convocado pelo Prefeito, no mínimo quadrimestralmente, ou sempre que entender necessário.

SEÇÃO VIII

DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 74. A Procuradoria Geral é a instituição que representa o Município, judicial e extrajudicialmente, como advocacia geral, cabendo-lhe ainda, nos termos da Lei Complementar, as atividades e assessoramento do Poder Executivo e, privativamente, a execução da dívida ativa de natureza tributária.

Art. 75. A Procuradoria Geral reger-se-á por Lei Complementar e tem por Chefe o Procurador Geral do Município, nomeado pelo Prefeito, de reconhecido saber jurídico, reputação ilibada e preferencialmente com experiência em áreas diversas da administração municipal.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 76. A Administração Municipal compreende:

I - administração direta: Secretarias ou Órgãos equivalentes;

II - administração indireta: Entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

Parágrafo Único - As entidades compreendidas pela administração indireta serão criadas por Lei Complementar.

Art. 77. Os atos da administração municipal, direta e indireta obedecerão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade,

publicidade e eficiência e também aos demais princípios e preceitos da Constituição Federal pertinentes à administração pública.

Parágrafo Único: Fica proibida a nomeação ou designação para cargos comissionados ou de funções gratificadas de cônjuges, companheiros(as) ou parentes consanguíneos em linha reta ou colateral, até o 3.º (terceiro) grau ou por afinidade em linha reta até o 3.º (terceiro) grau, ou em linha colateral até o 2.º (segundo) grau, no âmbito da Administração Pública Municipal, incluídos os Poderes Legislativos e Executivo, ou seja do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos secretários do Poder Executivo ou dos titulares de cargos que lhes sejam equiparados, e dos titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta municipal, bem como dos Vereadores e dos titulares de direção no âmbito da Câmara Municipal.

SEÇÃO II

DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 78. O Município estabelecerá em Lei Complementar o regime jurídico único dos servidores públicos municipais, da administração direta, das autarquias e das fundações públicas, atendendo às disposições, aos princípios e aos direitos que lhes são aplicáveis pela Constituição Federal.

Parágrafo Único - Lei Complementar, de iniciativa do Prefeito, disporá sobre o Estatuto do Servidor Público Municipal com abrangência a toda a categoria ou classe de servidores.

Art. 79. Lei Complementar de iniciativa de cada ente estabelecerá o Plano de Carreira para os servidores da administração pública direta, indireta, das autarquias e fundações públicas.

SEÇÃO III

DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 80. A realização das obras públicas municipais deverá estar adequada às diretrizes do Plano Diretor e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 81. Ressalvadas as atividades de planejamento e controle, a administração Municipal poderá desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que conveniente ao interesse público, à execução indireta, mediante concessão ou permissão de serviço público ou de utilidade pública, verificando que a iniciativa privada esteja suficientemente desenvolvida e capacitada para o seu desempenho.

§ 1º A permissão do serviço público ou de utilidade pública, sempre será a título precário, e a concessão será feita precedida de autorização legislativa e consequente processo licitatório na modalidade de concorrência, visando à escolha da melhor proposta e formalização do respectivo contrato.

§ 2º O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

Art. 82. Lei disporá sobre:

I - regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação e as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado;

V - as reclamações relativas à prestação de serviços públicos ou de utilidade pública.

Parágrafo Único - As tarifas dos serviços públicos ou de utilidade pública deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo em vista a justa remuneração.

Art. 83. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, empresas e alienações serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, cláusulas que estabeleçam as obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da Lei.

Art. 84. O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum mediante convênio com o Estado, a União, Municípios ou entidades particulares, ou mediante consórcio com outros

Municípios.

Parágrafo Único - A constituição de consórcios municipais dependerá de autorização legislativa.

SEÇÃO IV

DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 85. Constituem bens municipais todos os que, a qualquer título, pertençam ao Município.

Parágrafo Único - É obrigatório o imediato cadastramento de todos os bens móveis e imóveis do Município.

Art. 86. Compete ao Prefeito a administração dos bens municipais, ressalvada a competência da Câmara de Vereadores, Autarquias e Fundações Municipais em relação aos seus bens.

Art. 87. A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas;

I - quanto a imóveis, dependerá de autorização legislativa e de licitação na modalidade concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação em pagamento;

b) doação, desde que haja interesse público devidamente justificado, constando da lei e da escritura pública os encargos do doatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão que deverá prever, além de outras, obrigatoriamente o retorno do bem doado ao patrimônio público quando desviada a finalidade ou suspensas as atividades para as quais foram doados, sendo vedada a sua alienação pelo beneficiário;

c) permuta por outro imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado;

d) investidura;

e) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo;

II - quanto a móveis, dependerá de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;

b) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;

c) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica;

d) venda de títulos, na forma da legislação pertinente;

e) venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;

f) venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, sem utilização previsível por quem deles dispõe.

§ 1º - O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e licitação na modalidade concorrência.

§ 2º - A concorrência poderá ser dispensada quando o uso se destinar a entidades públicas, assistenciais, comunitárias e nos demais casos previstos em lei.

§ 3º - Os bens municipais poderão ser cedidos para uso por tempo determinado, até o limite de 20 (vinte) anos, mediante autorização legislativa, renovável tantas vezes quantas forem necessárias, retornando o bem imediatamente ao patrimônio público quando não cumpridas suas finalidades, inclusive quando houver suspensão das atividades da cessionária.

§ 4º - No caso de reversão dos bens imóveis ao patrimônio público, as benfeitorias feitas pelo cessionário/donatário não serão indenizadas pelo município, ficando automaticamente incorporadas ao patrimônio público municipal.

§ 5º - A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificação, resultantes de obra pública, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

§ 6º - As áreas resultantes de modificação de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições, quer sejam aproveitáveis ou não.

Art. 88. O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, e quando houver interesse público devidamente justificado.

§ 1º - A concessão administrativa de bens públicos dependerá de lei, licitação na modalidade concorrência e far-se-á mediante contrato.

§ 2º - A concorrência poderá ser dispensada quando o uso se destinar a entidades públicas, assistenciais e comunitárias ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

§ 3º - A permissão que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por Decreto.

§ 4º - A autorização poderá incidir sobre qualquer bem público para atividades ou usos específicos e transitórios pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais devidamente justificados.

Art. 89. Os bens considerados inservíveis deverão ser protegidos da ação do tempo e levados a leilão o mais rápido possível, visando à obtenção do melhor preço, em função de seu estado e utilidade.

Parágrafo Único - O bem, para ser considerado inservível, será submetido a vistoria com expedição de laudo, o qual indicará o seu estado e, em se tratando de veículos e equipamentos, também os seus componentes e acessórios.

Art. 90. O Município facilitará a utilização dos bens municipais pela população para atividades culturais, educacionais, esportivas e recreativas, na forma da lei.

Art. 91. O município poderá adquirir bens por todos os meios admitidos em direito, respeitadas as normas vigentes atinentes a aquisição de bens móveis e imóveis, podendo, inclusive, receber doações com ou sem encargo mediante prévia autorização legislativa e desde que haja interesse público devidamente fundamentado.

CAPÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

SEÇÃO I

DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 92. Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I - Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);

II - Imposto Sobre a Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso (ITBI):

a) de bens imóveis por natureza ou acessão física;

b) de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

c) cessão de direitos à aquisição de imóveis.

III - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, não incluídos na competência Estadual (ISSQN);

IV - Taxas:

a) em razão do exercício do Poder de Polícia;

b) pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

V - Contribuição de Melhoria, decorrente de obra pública;

VI - Contribuição para Custeio de Sistemas de Previdência, Saúde e Assistência Social;

VII - Contribuição para os Serviços de Iluminação Pública (COSIP).

§ 1º O Imposto previsto no inciso I deste artigo será progressivo, na forma a ser estabelecida em Lei Complementar, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º O Imposto previsto no inciso II:

a) não incide sobre transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

b) incide sobre imóveis situados na zona territorial do Município.

§ 3º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§ 4º A contribuição prevista no inciso VI será cobrada dos servidores municipais e em benefício destes.

Art. 93. Os prazos para recolhimento dos Tributos Municipais serão estabelecidos pelo Poder Executivo.

SEÇÃO II

DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR

Art. 94. É vedado ao Município:

- I - exigir ou aumentar tributo sem que a Lei o estabeleça;
- II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
- III - cobrar tributos:
 - a) relativamente a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da Lei que os houver instituído ou aumentado;
 - b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a Lei que os instituiu ou aumentou;
- IV - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Município;
- V - instituir impostos sobre:

- a) patrimônio, renda ou serviço da União, do Estado ou de outros Municípios;
 - b) templos de qualquer culto;
 - c) patrimônio, renda ou serviço de partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos de Lei;
 - d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- VI - utilizar tributos com efeito de confisco;
- VII - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

§ 1º - A vedação do inciso V, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 2º - As vedações do inciso V, "a" e a do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 3º - As vedações expressas no inciso V, alíneas "b" e "c", compreendem apenas o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 4º - A Lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidem sobre mercadorias e serviços.

§ 5º - Qualquer isenção, redução de base de cálculo, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedida mediante lei complementar municipal.

SEÇÃO III

DO ORÇAMENTO

Art. 95. Lei de iniciativa do Poder Executivo estabelecerá:

- I - o plano plurianual;
 - II - as diretrizes orçamentárias;
 - III - os orçamentos anuais.
- § 1º A Lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma setorializada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.
- § 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO compreenderá as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e até 30 (trinta) dias após o encerramento do quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal.

§ 4º Os planos e programas setoriais serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual - PPA e apreciados pela Câmara Municipal.

Art. 96. A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes Municipais, fundos, órgãos e entidades da administração indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II - o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a elas vinculados, da administração direta ou indireta, bem como fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 1º O Projeto de Lei Orçamentária será instruído com demonstrativo setorializado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 2º A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição e autorização para a abertura de créditos suplementares e contratação de apuração de créditos ainda que por antecipação de receita, nos termos da Lei.

Art. 97. Serão observados os dispositivos constitucionais e legislação complementar quanto ao exercício financeiro, a vigência, os prazos, na elaboração e organização do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA.

Parágrafo Único - As normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos serão aquelas definidas pela Constituição Federal e legislação complementar.

Art. 98. Os Projetos de Lei do Plano Plurianual - PPA, das Diretrizes Orçamentárias - LDO e do Orçamento Anual - LOA serão enviados pelo Prefeito à Câmara Municipal nos termos e prazos estabelecidos no artigo 49 e seus incisos desta Lei.

Parágrafo Único - Não encaminhados no prazo legal, a Comissão Permanente de Finanças da Câmara elaborará, nos 30 (trinta) dias seguintes, os Projetos de que trata este artigo.

Art. 99. Os Projetos de Lei relativos ao orçamento anual, ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno.

§ 1º Caberá à Comissão de Finanças:

- I - examinar e emitir parecer sobre Projetos, Planos e Programas, bem como sobre as contas apresentadas pelo Prefeito;
- II - exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

§ 2º As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirão parecer, e serão apreciadas pelo Plenário.

§ 3º As emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual ou de créditos adicionais somente poderão ser aprovadas quando:

- I - compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidem sobre:
 - a) dotação para pessoal e seus encargos;
 - b) serviços da dívida.
- III - relacionados com a correção de erros ou omissões.

§ 4º O Poder Executivo poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificações nos projetos a que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação na Comissão Permanente de Finanças, da parte cuja alteração é proposta.

§ 5º Os Projetos de Lei do Plano Plurianual - PPA, os das Diretrizes Orçamentárias - LDO e do Orçamento Anual - LOA serão enviados pelo Prefeito à Câmara Municipal, em obediência aos critérios estabelecidos na legislação aplicável.

§ 6º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante

créditos especiais ou suplementares, com prévia e especificada autorização legislativa.

Art. 100. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual e que não se enquadrem nas prioridades estabelecidas pelo PPA e LDO, sem autorização legislativa;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de crédito que excedem o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovada pela Câmara Municipal por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas, ressalvadas a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento de ensino e da saúde, como estabelecido na Constituição Federal, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, observados os limites legais;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

IX - A instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse 01 (um) exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem Lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 04 (quatro) meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.

Art. 101. Os recursos correspondentes a dotações orçamentárias e destinados ao Poder Legislativo, serão entregues até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, na forma da Lei. Os créditos suplementares e especiais serão entregues até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao solicitado.

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender a projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

TÍTULO IV

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO I

DA ORDEM ECONÔMICA

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 102. O Município de Joaçaba dentro de sua competência organizará a Ordem Econômica e Social, conciliando a liberdade de iniciativa com os interesses da comunidade.

SEÇÃO II

DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art.103. O Município de Joaçaba, fundado na valorização do

trabalho humano e na livre iniciativa e buscando a justiça social, adota os seguintes princípios:

I - autonomia Municipal;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do Meio Ambiente;

VII - redução das desigualdades locais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as cooperativas e empresas brasileiras de pequeno porte e microempresas;

X - incentivo ao desenvolvimento industrial;

XI - incentivo ao desenvolvimento da agricultura e pecuária.

§ 1º É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, nos termos da Lei.

§ 2º Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial, na forma da Lei, a empresas brasileiras de capital nacional.

Art. 104. A exploração direta da atividade econômica, pelo Município, só será permitida em caso de relevante interesse coletivo, na forma da Lei Complementar, que, dentre outras, especificará as seguintes exigências para as empresas públicas e sociedades de economia mista ou entidade que criar e manter:

I - regime jurídico das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias;

II - proibição de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado;

III - adequação da atividade ao Plano Diretor, ao Plano Plurianual e às Diretrizes Orçamentárias;

IV - Orçamento Anual.

Art. 105. A prestação de serviços públicos pelo Município, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, será regulamentada em Lei Complementar, que assegurará:

I - exigência de licitação, em todos os casos;

II - definição do caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, casos de prorrogação, condições de caducidade, forma de fiscalização e rescisão;

III - direitos dos usuários;

IV - política tarifária;

V - obrigação de manter o serviço adequado.

Art. 106. O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

CAPÍTULO II

DO DESENVOLVIMENTO URBANO

SEÇÃO I

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 107. A Política Municipal de Desenvolvimento Urbano atenderá ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e ao bem-estar de seus habitantes, na forma da Lei.

Parágrafo Único - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Art. 108. No estabelecimento de normas e diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano, o Município assegurará:

I - Política de uso e ocupação do solo que garanta:

a) controle da expansão urbana;

b) controle dos lotes urbanos ociosos;

c) proteção e recuperação do ambiente cultural;

d) manutenção de características do ambiente natural.

II - criação de áreas de especial interesse social, ambiental, turístico ou de utilização pública;

III - participação de entidades comunitárias na elaboração e implantação de planos, programas, projetos e no encaminhamento de soluções para os problemas urbanos;

IV - eliminação de obstáculos que impedem a mobilidade das pessoas com deficiência física;

V - atendimento aos problemas decorrentes de áreas ocupadas por população de baixa renda.

CAPÍTULO III

DA ORDEM SOCIAL**SEÇÃO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 109. O Município assegurará em seu território o primado do trabalho e os direitos sociais garantidos pela Constituição Estadual e Federal, visando ao estabelecimento de uma Ordem Social justa e igualitária.

Art. 110. O Município, no âmbito de sua competência, combaterá as causas da pobreza e os fatores de marginalização, priorizando em sua política a integração e a participação social e econômica dos segmentos marginalizados.

Art. 111. O Município assegurará em seus Orçamentos Anuais a sua parcela de contribuição para financiar a seguridade social.

SEÇÃO II**DA SAÚDE**

Art. 112. A saúde é direito de todos e dever do Município, garantida mediante políticas sociais e econômicas, em conjunto com os Governos Estadual e Federal, que visem à redução do risco de doenças ou de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a proteção e recuperação.

Parágrafo Único - O direito à saúde implica os seguintes princípios fundamentais:

I - trabalho digno, educação, alimentação, saneamento, moradia, meio ambiente saudável, transporte e lazer;

II - informação sobre o risco de doenças e morte, bem como a recuperação da saúde.

Art. 113. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, na forma da Lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo a sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e também por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 114. O Município integra, juntamente com os Governos Estadual e Federal, o Sistema Único de Saúde, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização política, administrativa e financeira com direção única no Município;

II - atendimento integral com prioridade para as ações preventivas e coletivas, adequadas à realidade epidemiológica, sem prejuízo das assistenciais e individuais;

III - universalização dos serviços de saúde;

IV - participação da comunidade na gestão e formulação das políticas de saúde.

Parágrafo Único - As ações e serviços de saúde serão planejados, executados e avaliados através de equipes interdisciplinares, representadas no Conselho Municipal de Saúde, na forma da Lei.

Art. 115. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, que pode participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, nos termos das Constituições Estadual e Federal.

Parágrafo Único - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios e subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 116. O Sistema Único de Saúde será financiado com recursos do Orçamento do Município, do Estado e da União, além de outras fontes.

Art. 117. O município promoverá:

I - a formação de consciência sanitária individual na primeira idade, através da educação básica;

II - combate às moléstias específicas, contagiosas e infectocontagiosas;

III - informação sobre o risco de doença e morte, com levantamento de estatísticas;

IV - campanhas educativas de âmbito Municipal, de prevenção de doenças.

SEÇÃO III**DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 118. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - o respeito, a dignidade e o direito do cidadão em receber benefícios de boa qualidade;

II - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, ao deficiente e à pessoa com transtornos mentais;

III - amparo à criança, ao adolescente e ao idoso carente;

IV - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

V - a habilitação das pessoas com deficiência ou com transtornos mentais e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Parágrafo Único - As ações governamentais na área da assistência social serão organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e execução de programas ao Município e às entidades beneficentes de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações, mantendo constante atualização nas informações das necessidades sociais do Município.

SEÇÃO IV**DA EDUCAÇÃO**

Art. 119. A educação, direito de todos, dever do Município e da família, e incentivada com a colaboração da sociedade e a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, será promovida e inspirada nos ideais da igualdade, da liberdade, da solidariedade humana, do bem-estar social e da democracia.

Parágrafo Único - A educação prestada pelo Município atenderá à formação humanística, cultural, técnica e científica das pessoas residentes no Município de Joaçaba.

Art. 120. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

V - gratuidade do ensino público em estabelecimentos municipais;

VI - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da Lei, plano de carreira e estatuto do servidor público municipal, com piso salarial profissional e ingresso na função;

VII - garantia de qualidade de ensino;

VIII - promoção da integração escola-comunidade.

Art. 121. O dever do Município para com a Educação será efetivado mediante garantia de:

I - oferta de creches e pré-escola para as crianças de 04 (quatro) meses a 05 (cinco) anos e 09 (nove) meses de idade;

II - progressiva municipalização do ensino fundamental, gratuito e obrigatório, inclusive aos que a ele não tiverem acesso na idade própria, mediante convênios com o Governo do Estado;

III - incentivo ao ensino de nível médio, com preferência à implantação de cursos técnicos profissionalizantes;

IV - oferta de ensino noturno, adequado às condições do educando, através de metodologias especiais;

V - atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência ou transtornos mentais, preferencialmente na rede regular de ensino;

VI - condições físicas adequadas para o funcionamento das escolas;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de alimentação, assistência à saúde, material didático e transporte;

VIII - recenseamento dos educandos a cada 02 (dois) anos promovendo a sua chamada e zelando pela frequência à escola, na forma da Lei;

IX - membros do magistério em número suficiente para atender à demanda escolar;

X - implantação progressiva do ensino fundamental em tempo integral, nos termos da lei.

Parágrafo Único - A não oferta ou oferta irregular do ensino obrigatório, pelo Poder Público Municipal, importa em responsabilidade da autoridade competente.

Art. 122. A Lei Complementar que organizar o Sistema Municipal de Educação fixará, observada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional e do Sistema Estadual de Ensino, os conteúdos mínimos para o ensino fundamental e médio, de maneira a assegurar, além da formação básica:

- I - a promoção dos valores culturais, nacionais e regionais;
- II - programas visando à análise e à reflexão crítica sobre a comunicação social;
- III - currículos escolares adaptados às realidades dos meios urbano e rural;
- IV - programação de orientação técnica e científica sobre a prevenção ao uso de drogas, a proteção do meio ambiente e a educação sexual;
- V - conteúdos programáticos voltados para a formação associativa e cooperativista.

§ 1º A educação religiosa de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º A educação básica regular será ministrada em língua portuguesa.

Art. 123. A educação é livre à iniciativa privada, atendidas as condições legais vigentes.

Art. 124. O Plano Municipal de Educação, aprovado por Lei, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público, será elaborado de forma participativa e tem como objetivos básicos a:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade de ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - formação humanística, científica e tecnológica.

Art. 125. O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do seu sistema de ensino.

§ 1º Os recursos municipais destinados à educação serão aplicados, prioritariamente, nas escolas públicas municipais, visando ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do Plano Municipal de Educação.

§ 2º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no Art. 121, inciso VII, serão financiados com recursos de contribuições sociais Federais, Estaduais e outros recursos orçamentários.

§ 3º Para garantir o disposto no Art. 121, o Município, além da concessão de bolsas de estudo, prestará assistência técnica e financeira às escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais, nos termos da Lei.

§ 4º Para garantir ao cidadão joiaçabense o acesso ao nível elevado do saber, através do Ensino Superior, o Município, nos termos da Lei, vinculará parcela de sua receita orçamentária aplicada na Educação, destinada ao fomento do ensino e da pesquisa científica e tecnológica.

Art. 126. A Lei criará e regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação, incumbido de normatizar e fiscalizar o sistema de ensino, respeitando a indicação de representantes no magistério, através de suas entidades, de organizações científicas e culturais, sindicais e do Poder Executivo.

SEÇÃO V

DA CULTURA

Art. 127. O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso a fontes de cultura.

Parágrafo Único - A política cultural do Município será definida com ampla participação popular, baseada nos seguintes princípios:

- I - incentivo e valorização de todas as formas de expressão cultural;
- II - integração com as políticas de comunicação ecológica, educacional e de lazer;
- III - proteção de obras, objetos, documentos, monumentos naturais e outros bens de valor histórico, artístico, científico e cultural;
- IV - criação de espaços e equipamentos públicos, destinados a

manifestações artístico-culturais;

V - preservação de identidade e da memória local;

VI - concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais municipais e privadas, na forma da Lei;

VII - concessão de incentivos, nos termos da Lei, para a produção e difusão de bens e valores culturais, como forma de garantir a preservação das tradições e costumes das etnias formadoras da sociedade local;

VIII - integração das ações do Município no âmbito da educação, cultura e esporte.

Art. 128. Serão considerados patrimônio cultural, passíveis de tombamento e proteção, as obras, os objetos, os documentos, as edificações e os monumentos que contêm a memória cultural dos diferentes segmentos sociais.

Parágrafo Único - O Executivo ativará e operacionalizará o Serviço do Patrimônio Histórico e Natural do Município, na forma da Lei.

Art. 129. O Município estabelecerá, na forma da Lei, incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais, garantindo as tradições e os costumes das diferentes origens da população, destacando:

- I - o movimento social do Contestado;
- II - a tradição das correntes imigratórias;
- III - a formação sócio-econômica e o desenvolvimento urbano e rural;
- IV - a memória escrita, fotográfica, fonográfica e de vídeo da história do desenvolvimento urbano e rural.

Art. 130. O Poder Público Municipal, na forma da Lei, criará o Conselho Municipal de Cultura.

SEÇÃO VI

DO DESPORTO

Art. 131. É dever do Município fomentar práticas desportivas oficiais e não oficiais como direito de todos.

Art. 132. Incumbe ao Município, na forma da Lei:

- I - garantir a autonomia das entidades esportivas e associativas, quanto a sua organização e funcionamento;
- II - garantir o tratamento diferenciado para o desporto amador e profissional;
- III - garantir a destinação de recursos para a promoção do desporto comunitário, de iniciação e de rendimento, nas zonas urbanas e rurais;
- IV - o fomento e o incentivo à pesquisa no campo da Educação Física, possibilitando o aperfeiçoamento em diversas áreas inerentes às modalidades desportivas e educativas;
- V - a regulamentação do funcionamento das academias e instituições afins, na área desportiva;
- VI - estabelecer convênios com Entidades, Clubes e Associações, objetivando o desenvolvimento do desporto.

Art. 133. O Município promoverá, no campo desportivo:

- I - o desenvolvimento e incentivo a competições desportivas nos bairros, nas comunidades rurais e nos distritos;
- II - facilidade e acesso às áreas públicas, oficiais e conveniadas, destinadas à prática do esporte;
- III - a participação em competições de todos os níveis, promovidas pelos órgãos vinculados ao Governo do Estado e ao Governo Federal;
- IV - a Educação Física como disciplina de matrícula obrigatória nas escolas municipais.

SEÇÃO VII

DO TURISMO

Art. 134. O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, através de:

- I - programa de incentivo à divulgação do potencial econômico, da atividade cultural e dos aspectos urbanos e rurais da região;
- II - projeto, com ampla participação popular, definindo a realização da festa anual típica que traduza a vocação turística do Município.

Art. 135. O Poder Público Municipal, através de órgão específico, adotará uma política conjunta, de fomento ao turismo, com os municípios da Região.

SEÇÃO VIII

DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 136. A Comunicação é um bem social cultural e um direito inalienável de todo o cidadão, e como tal deve estar a serviço do desenvolvimento integral do povo e da eliminação das desigualdades e das injustiças.

Parágrafo Único - A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nas Constituições Estadual e Federal.

Art. 137. O uso, pelo Poder Público Municipal dos meios de comunicação social, restringir-se-á à publicidade obrigatória de seus atos oficiais e campanhas de interesse público, a serem definidos em Lei.

Art. 138. A publicação das leis e atos Municipais far-se-á em órgão da imprensa oficial a ser definido em lei, como também poderá ser feita por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, e/ou ainda, em meio eletrônico digital de acesso público.

§ 1º A escolha do órgão de imprensa para a divulgação das Leis e atos administrativos far-se-á através de licitação, em que se levará em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequências, horário, tiragem e distribuição.

§ 2º Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 3º A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

SEÇÃO IX**DO MEIO AMBIENTE**

Art. 139. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Art. 140. Incumbe ao Município, na forma da Lei:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - proteger a fauna e a flora vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam animais a tratamento cruel;

III - definir espaços territoriais a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitidas somente através de Lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - promover o levantamento e o mapeamento de todos os recursos naturais do Município;

V - exigir, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudos prévios de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

VI - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VII - definir procedimentos quanto à captação de água e lançamento dos resíduos, pelas empresas instaladas no Município;

VIII - promover a educação ambiental em todos os níveis do ensino Municipal, bem como promover a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

IX - proteger as nascentes e os rios no Município, através de sua demarcação e arborização;

X - proteger todos os animais das consequências do urbanismo e da modernidade;

XI - ativar e operacionalizar o Conselho de Defesa do Meio Ambiente.

Parágrafo Único - A participação voluntária em programas e projetos de preservação ambiental será considerada como relevante serviço prestado ao Município.

Art. 141. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções administrativas, de acordo com a Lei, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Art. 142. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o Meio Ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da Lei.

SEÇÃO X**DA FAMÍLIA**

Art. 143. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Município, observados os princípios e normas das Constituições Estadual e Federal.

Parágrafo Único - Cabe ao Município promover:

I - programas de planejamento familiar, fundados na dignidade da pessoa humana, na paternidade responsável e na livre decisão do casal, através de recursos educativos e científicos, proporcionados gratuitamente, vedada qualquer forma coercitiva por parte das instituições oficiais ou privadas;

II - assistência à família em estado de privação;

III - incentivo e fiscalização às instituições que dão assistência aos idosos, adolescentes, crianças e pessoas deficientes / portadoras de transtorno mental;

IV - em convênio com o Estado e a União, a criação de serviço de prevenção, orientação, recebimento e encaminhamento de denúncias referentes à violência no seio das relações familiares, bem como locais adequados ao acolhimento provisório das vítimas de violência familiar.

Art. 144. Na forma da Lei, criar um Conselho Municipal da Família, para atuar na estruturação familiar através de programas de formação de pais.

SEÇÃO XI**DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Art. 145. O Município assegurará os direitos da criança e do adolescente previstos nas Constituições Estadual, Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e nas demais normas específicas.

Parágrafo Único - O Município, isoladamente ou em cooperação, manterá programas destinados à assistência à criança e ao adolescente com o objetivo de assegurar, nos termos da Lei:

I - respeito aos direitos humanos;

II - preservação da vida privada na família, no domicílio e na ocorrência de intromissões arbitrárias e ilegais;

III - expressão livre de opinião;

IV - atendimento médico e psicológico imediato em caso de exploração sexual, tortura, maus tratos, pressão psicológica ou intoxicação por efeito de drogas;

V - acesso do adolescente trabalhador à escola em turno compatível com seu interesse, atendidas as peculiaridades locais;

VI - alternativas educacionais para crianças e adolescentes carentes;

VII - programas de prevenção e atendimento especializado ao adolescente dependente de drogas, em convênio com o Estado;

VIII - tendo discernimento, o direito de ser ouvido sempre que esteja em causa o seu direito.

Art. 146. O Poder Público Municipal criará o Conselho dos Diretos da Criança e do Adolescente, regulamentado em Lei, para fins de consulta, de deliberação e controle de todas as ações atinentes à execução de uma política municipal de atendimento à criança e ao adolescente, garantindo-lhes os direitos fundamentais a uma vida digna e humana.

SEÇÃO XII**DO IDOSO**

Art. 147. O Município implantará política destinada a amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, nos termos da Lei, observado o seguinte:

I - os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares;

II - fica garantida a gratuidade dos transportes coletivos em linhas urbanas, aos idosos, nos termos da Lei;

III - definição das condições para a criação e funcionamento de asilos e instituições similares, cabendo ao Poder Público acompanhar e fiscalizar as condições de vida e o tratamento dispensado ao idoso.

Parágrafo Único - O Município prestará apoio técnico e financeiro às iniciativas comunitárias de estudo, pesquisa e divulgação da causa do idoso, bem como às instituições beneficentes e executoras de programas de atendimento.

Art. 148. O Poder Público Municipal criará o Conselho Municipal do Idoso, regulamentado em Lei, para fins de consulta, deliberação e controle de todas as ações à execução de uma política municipal de atendimento ao idoso.

SEÇÃO XIII

DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA PESSOA COM TRANSTORNOS MENTAIS

Art. 149. O Município assegurará às pessoas com deficiência e às pessoas com transtornos mentais os direitos previstos nas Constituições Estadual e Federal.

Parágrafo Único - O Município, isoladamente ou em convênios, manterá programas destinados à assistência à pessoa com deficiência e à pessoa com transtornos mentais, com o objetivo de assegurar:

I - respeito aos direitos humanos;

II - tendo discernimento, ser ouvida sempre que esteja em causa o seu direito;

III - não ser submetida a intromissões arbitrárias e ilegais na vida privada, na família, no domicílio ou correspondência;

IV - exprimir livremente sua opinião sobre todas as questões, consoante a idade e maturidade;

V - atendimento médico e psicológico imediato em caso de exploração sexual, tortura, maus tratos, pressão psicológica ou intoxicação por efeito de drogas.

SEÇÃO XIV

DA DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 150. O Município promoverá, na forma da Lei, a defesa do consumidor.

Parágrafo Único - A política Municipal de defesa do consumidor, definida com a participação de suas entidades representativas, levará em conta a necessidade de:

I - promoção de interesses e direitos dos destinatários e usuários finais de bens e serviços;

II - criação de programas de atendimento, educação e informação ao consumidor;

III - medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos tributos que incidam sobre mercadorias e serviços;

IV - articulação com as ações estaduais e federais, na área.

SEÇÃO XV

DA PESQUISA CIENTÍFICA

Art. 151. O Município, no âmbito de sua competência, promoverá e incentivará o desenvolvimento científico da pesquisa e da capacitação tecnológica e terá como princípios:

I - respeito à vida, à saúde, ao meio ambiente e aos valores culturais do povo;

II - o uso racional e não predatório dos recursos naturais;

III - recuperação e preservação do meio ambiente;

IV - a participação da comunidade;

V - o incentivo permanente à formação de recursos humanos.

SEÇÃO XVI

DA POLÍTICA HABITACIONAL

Art. 152. A política habitacional atenderá às diretrizes dos planos de desenvolvimento para garantir o direito à moradia.

Parágrafo Único - Terão tratamento prioritário as famílias de baixa renda e os problemas de sub-habitação, dando-se ênfase a programas de loteamentos urbanizados.

Art. 153. Na elaboração dos Planos Plurianuais e Orçamentos Anuais, o Município estabelecerá as metas e prioridades e fixará as dotações necessárias à efetividade e eficácia da política habitacional.

Parágrafo Único - O Município apoiará e estimulará a pesquisa que vise à melhoria das condições habitacionais.

SEÇÃO XVII

DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Art. 154. A política de desenvolvimento rural será planejada, executada e avaliada, na forma da Lei, com a participação efetiva das classes produtoras, trabalhadores rurais, técnicos e profissionais da área e dos setores de comercialização, armazenamento e transporte, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos de apoio para o pequeno e médio produtor;

II - as condições de produção, comercialização e armazenagem, prestigiada a comercialização direta entre produtor e consumidor, observadas as normas do Serviço de Inspeção Municipal;

III - o desenvolvimento da propriedade em todas as suas potencialidades, a partir da vocação e da capacidade do uso e conservação do solo;

IV - transporte, educação e saúde para o produtor rural;

V - a execução de programas de recuperação e conservação do solo, de reflorestamento e aproveitamento de recursos naturais;

VI - incentivo ao cooperativismo, sindicalismo e associativismo;

VII - proteção ao meio ambiente;

VIII - a aplicação de recursos orçamentários para o desenvolvimento rural;

IX - a participação, com os Governos do Estado e da União, na manutenção do serviço de assistência técnica e extensão rural, priorizando o pequeno produtor;

X - o incentivo à formação de estruturas de lazer nas comunidades rurais;

Art. 155. O Poder Público criará o Conselho Municipal de Agricultura e Pecuária, incumbido de normatizar e fiscalizar a execução da política de desenvolvimento agrícola, e, nos termos da lei, regulará a composição, o funcionamento e suas atribuições.

Art. 156. A preservação e recuperação ambientais no meio rural atenderão o seguinte:

I - a realização de zoneamento agroecológico que permita estabelecer critérios para disciplinar e ordenar a ocupação espacial pelas diversas atividades produtivas e processos de urbanização;

II - a obrigatoriedade para todas as propriedades que explorem a atividade pecuária e afins, de terem um sistema de tratamento, manejo e aproveitamento adequado dos dejetos;

III - as bacias hidrográficas constituem unidades básicas de planejamento do uso, conservação e recuperação dos recursos naturais;

IV - obrigatoriedade de área florestal em todas as propriedades, nos termos da Lei;

V - disciplinamento da produção, manipulação, comercialização, armazenamento e uso de agrotóxicos, biocidas e afins em seus componentes.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 157. O Prefeito, o Vice- Prefeito e os Vereadores, no ato de sua posse, prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir esta Lei Orgânica.

Art. 158. É lícito a qualquer cidadão obter informações e certidões sobre assuntos referentes à administração municipal.

Art. 159. Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade dos atos lesivos ao Patrimônio Municipal.

Art. 160. O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Art. 161. Os Cemitérios, no Município, terão sempre caráter secular, e serão administrados pela autoridade Municipal, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles seus ritos.

Parágrafo Único - As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da Lei, manter cemitérios, fiscalizados pelas autoridades competentes.

Art. 162. A utilização e administração dos Bens Públicos de uso especial, como mercado, feiras livres, rodoviária, aeroporto, recintos de espetáculos e campos de esporte, serão feitos na forma da Lei e regulamentos respectivos.

Art. 163. Fica aprovada a revisão ortográfica e gramatical da Lei Orgânica do Município de Joaçaba (SC), tratada pela Emenda nº 01/2016.

Art. 164. A partir da promulgação da Emenda à Lei Orgânica n. 01/2016 a numeração de todas as Emendas será sequencial e independente do ano em que forem aprovadas, em consonância com a nova redação do art. 32, §2º.

Parágrafo Único: Fica mantida a numeração original de todas as emendas promulgadas até a Emenda à Lei Orgânica n. 01/2016.

Art. 165. Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal de Joaçaba (SC), entra em vigor na data de

sua promulgação.

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), em 23 de novembro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ
Presidente

ADEMIR LUIZ RIGHI
Vice-Presidente

ALMIR PASTORI
Primeiro Secretário

FRANCISCO MOREIRA LOPES
Segundo Secretário

MEMBROS DA COMISSÃO DE REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Vereador FRANCISCO MOREIRA LOPES – Presidente da Comissão de Revisão

Vereador VILMAR ZILIO – Vice-Presidente da Comissão de Revisão

Vereador ÉBER MARCELO BUNDCHEN – Relator da Comissão de Revisão

LEANDRO SARTORI – Analista Legislativo da Câmara de Vereadores e Membro da Comissão de Revisão

MÁRCIO ROBERTO PICCOLI – Contador da Câmara de Vereadores e Membro da Comissão de Revisão

Dr^a. JANAINA FERRANDIN – Advogada da Câmara de Vereadores e Secretária da Comissão de Revisão

Dr. MARCO AURÉLIO CASTAGNARO – Procurador Geral do Município e Representante do Poder Executivo

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

Presidente: Jucelino Jorge Ferraz

Vice-Presidente: Ademir Righi

Primeiro Secretário: Almir Pastori

Segundo Secretário: Francisco Moreira Lopes

VEREADORES DA 17ª LEGISLATURA

Ademir Luiz Righi (PMDB)

Almir Pastori (PSDB)

Divair Terezinha de Marco (PP)

Éber Marcelo Bundchen (PDT)

Elói Hoffelder (PR)

Francisco Moreira Lopes (PMDB)

Jucelino Jorge Ferraz (PP)

Luiz Vastres (PSD)

Vilmar Zílio (PMDB)

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (RESOLUÇÃO Nº 043/2016)

RESOLUÇÃO Nº 043 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

A Câmara de Vereadores de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber a todos

os habitantes deste município, que aprovou e promulga a seguinte Resolução Legislativa, a qual institui o Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

TÍTULO I DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO FUNDAMENTAL

Art. 1º - A Câmara Municipal é o Poder Legislativo do município de Joaçaba/SC e compõe-se de vereadores eleitos de acordo com a legislação vigente.

CAPÍTULO II DA SEDE

Art. 2º - A Câmara Municipal tem sua sede na Rua Tiradentes, nº 872, Bairro Vila Pedrini, no município de Joaçaba/SC.

§ 1º - Ocorrendo motivo relevante ou de força maior e para a realização de sessões solenes ou especiais, a Câmara poderá, por decisão da maioria absoluta, reunir-se em outro local.

§ 2º - No recinto de sessões do Plenário, somente poderão ser fixados símbolos e bandeiras de caráter oficial e com deliberação da maioria absoluta dos vereadores.

§ 3º - Na sede da Câmara não se realizarão atos estranhos às suas funções, sem prévia autorização da Mesa Diretora, cabendo recurso ao Plenário, se denegado.

CAPÍTULO III DAS FUNÇÕES DA CÂMARA

Art. 3º - A Câmara Municipal tem função legislativa, de fiscalização financeira, orçamentária e patrimonial, de assessoramento do Poder Executivo, de controle externo do Poder Executivo, de julgamento político-administrativo e de organização e administração dos seus assuntos internos.

§ 1º - A função legislativa consiste em deliberar por meio de emendas à Lei Orgânica, de Leis Complementares, de Leis Ordinárias, de Decretos Legislativos e de Resoluções sobre todos os assuntos de competência municipal.

§ 2º - A função de fiscalização financeira, orçamentária e patrimonial consiste em acompanhar a administração local quanto à execução orçamentária e ao julgamento das contas do Prefeito, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º - A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo, mediante indicações.

§ 4º - A função de controle externo do Poder Executivo consiste em acompanhar as atividades político-administrativas sob os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 5º - A função julgadora consiste em julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os vereadores, nos casos previstos em lei.

§ 6º - A função de organização e administração dos seus assuntos internos consiste na gestão do funcionamento da Câmara Municipal em sua estrutura organizacional e funcional, incluindo-se os assuntos de sua economia interna, que consistem em executar, controlar e gerir o seu próprio orçamento e seu quadro de pessoal.

CAPÍTULO IV DA SESSÃO LEGISLATIVA

Art. 4º - A Câmara Municipal reunir-se-á em sessões:

I - ordinárias, de 1º de fevereiro a 31 de dezembro;

II - extraordinárias, quando a Câmara Municipal for convocada no recesso parlamentar ou no período ordinário.

§ 1º - Cada Legislatura terá a duração de quatro anos, compreendendo cada ano, uma sessão legislativa.

§ 2º - Nas sessões de caráter extraordinário, apenas serão deliberadas as matérias constantes na convocação.

CAPÍTULO V DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA E ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA

Seção I Disposições gerais

Art. 5º - O Presidente da Câmara Municipal convocará os vereadores titulares eleitos e diplomados, por intermédio dos seus partidos, para reunião preparatória à sessão de instalação da Legislatura subsequente.

§ 1º - Aberta a reunião, o Presidente fará distribuir, a cada Vereador diplomado, exemplar da Lei Orgânica e do Regimento Interno, acompanhado de ficha para preenchimento individual de todos os dados necessários sobre o Vereador diplomado.

§ 2º - Com essas providências, o Presidente instruirá os vereadores diplomados sobre a sessão de instalação da Legislatura e procedimentos a serem cumpridos.

§ 3º - Instruídos os vereadores diplomados, caberá à Secretaria Administrativa da Câmara informá-los sobre a estrutura organizacional do Poder Legislativo e seu funcionamento administrativo.

Art. 6º - A Câmara Municipal instalar-se-á no dia 01º de janeiro, às 18h (dezoito horas), em Sessão de Instalação, independentemente de convocação, sob a Presidência do Vereador mais votado, entre os presentes, na última eleição, que designará um dos seus pares para secretariar os trabalhos na seguinte ordem:

I - compromisso, posse e instalação da Legislatura;

II - compromisso e posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

III - suspensão da sessão, por tempo determinado pelo Presidente em exercício, para preparativos da eleição da Mesa Diretora;

IV - registro de chapas concorrentes ou de candidaturas avulsas;

V - eleição da mesa.

Seção II Compromisso e posse dos eleitos

Art. 7º - O Presidente em exercício solicitará de cada Vereador a apresentação do diploma para averiguação de sua autenticidade, bem como a declaração de bens, que será transcrita em livro próprio e ficará retida na Câmara até o término do mandato, quando deverá ser feita novamente a declaração de bens.

§ 1º - O Presidente em exercício fará a leitura do compromisso, em pé, acompanhado de todos os vereadores, nos seguintes termos: "Prometo guardar a Constituição da República, a Constituição de Santa Catarina e a Lei Orgânica do município de Joaçaba, desempenhando leal e sinceramente o mandato a mim conferido, observando as leis e trabalhando pelo engrandecimento do município".

§ 2º - O Presidente em exercício, em ato contínuo, fará a chamada nominal a qual responderá cada Vereador, declarando pessoalmente "assim prometo".

§ 3º - O compromisso se completa com a assinatura no "Livro de Termo de Posse", onde após serão declarados empossados pelo Presidente em exercício.

§ 4º - Não se verificando a posse do Vereador, conforme o estabelecido, deverá ela ocorrer dentro de 15 (quinze) dias, perante a Câmara Municipal, salvo motivo justo aceito por esta.

Art. 8º - Declarada instalada a Legislatura, cabe ao Presidente em exercício convidar o Prefeito e o Vice-Prefeito a prestarem compromisso, após terem apresentado o diploma eleitoral e a declaração de bens, para o mesmo procedimento exigido aos vereadores no caput do artigo 7º.

§ 1º - O Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão o seguinte compromisso: "Prometo guardar a Constituição do Brasil, a Constituição do Estado de Santa Catarina, a Lei Orgânica de Joaçaba, e as demais leis, promovendo o bem geral dos munícipes e exercendo o cargo sob a inspiração da democracia, com honestidade, ética, impessoalidade, transparência e legitimidade".

§ 2º - O Presidente declarará empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito, após terem assinado o "Livro Termo de Posse".

§ 3º - Será concedida a palavra para cada Vereador empossado por até 03 (três) minutos.

§ 4º - Será concedida a palavra ao Prefeito e ao Vice-Prefeito por até 20 (vinte) minutos divididos entre si.

Art. 9º - Após os pronunciamentos previstos nos §§ 3º e 4º do artigo anterior, a sessão será suspensa por até 20 (vinte) minutos, a fim de serem registradas as candidaturas aos cargos da Mesa Diretora e para preparação da eleição da mesma.

Art. 10 - Em caso de não ocorrer à posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito, e na falta deste, os vereadores, pela ordem de votação.

Art. 11 - A instalação ficará adiada para o dia seguinte e assim sucessivamente, se na sessão respectiva não comparecer a maioria absoluta dos vereadores, e caso não houver a instalação da Câmara até o prazo de 15 (quinze) dias a contar da primeira data prevista para a sessão de instalação, será a instalação presumida para todos os efeitos legais.

Seção III Eleição da Mesa Diretora

Art. 12 - Reaberta a sessão de instalação e verificada a presença da maioria absoluta dos vereadores, passar-se-á imediatamente à eleição da Mesa Diretora, sob a Presidência do Vereador mais votado e com a presença de um secretário ad doc.

Art. 13 - As chapas ou candidaturas avulsas serão protocoladas e registradas junto ao Presidente em exercício.

Art. 14 - A eleição será aberta com o Presidente em exercício

anunciando o nome dos candidatos, e em seguida, chamando cada Vereador, por ordem alfabética, para declarar seu voto para uma das chapas registradas ou para o nome avulso previamente registrado, e ocorrerá da seguinte forma:

I - antes da votação o Presidente designará três vereadores para que anotem os votos respectivos;

II - fica garantido o direito de abstenção, se assim entender o Vereador solicitado a proclamar seu voto;

III - se houver empate na eleição da Mesa, será declarada eleita a chapa cujo candidato a Presidente for o Vereador mais votado na última eleição municipal, procedendo-se da mesma forma para o caso de candidatura avulsa;

IV - persistindo o empate no caso previsto no inciso anterior, será declarada eleita a chapa cujo candidato a Presidente for o mais idoso, procedendo-se da mesma forma para o caso de candidatura avulsa.

Art. 15 - As chapas poderão ser completas ou em nomes avulsos dos candidatos aos quatro cargos da Mesa Diretora, previstos neste Regimento Interno.

Parágrafo único - Não havendo o quórum da maioria absoluta para a eleição da Mesa Diretora, assumirá a Presidência o Vereador mais votado, entre os presentes, e convocará reuniões diárias até que seja eleita a Mesa.

Art. 16 - Vagando-se qualquer cargo na Mesa será realizada eleição para seu preenchimento, na primeira sessão seguinte à verificação da vaga.

Parágrafo único - Em caso de renúncia total da Mesa, proceder-se-á a eleição dos membros da nova, na sessão imediata àquela em que se deu a renúncia, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes.

Art. 17 - Havendo impugnação ao registro de chapas ou nomes, será dada a palavra ao impugnante e ao impugnado, por até 05 (cinco) minutos cada, para pronunciamentos, cabendo à Presidência a decisão sobre as inscrições.

Parágrafo único - Da decisão do Presidente cabe recurso ao Plenário, cujo qual decidirá por maioria simples.

Art. 18 - Consideram-se automaticamente empossados os eleitos.

Art. 19 - A eleição para a renovação da Mesa Diretora realizar-se-á nos últimos 30 dias da sessão legislativa, exceto na última sessão ordinária, considerados automaticamente empossados os eleitos no dia 1º de janeiro do ano subsequente, e seguindo a eleição o mesmo procedimento e forma da eleição da Mesa Diretora na instalação da Legislatura.

§ 1º - Fica garantida a representação partidária proporcional, sendo que deverá ter ao menos representantes de 03 (três) bancadas partidárias na composição da Mesa Diretora.

§ 2º - No caso de impedimento de composição proporcional, poderá a Mesa ser composta por membros da mesma bancada.

Art. 20 - O mandato da Mesa Diretora será de 01 (um) ano, vedada à recondução ao mesmo cargo nas eleições imediatamente subsequentes na mesma Legislatura.

Art. 21 - Para as eleições da Mesa poderão concorrer vereadores titulares, podendo o suplente de Vereador convocado ser eleito somente para cargo da Mesa, quando não seja possível preenchê-lo

de outro modo.

Art. 22 - Ocorrendo instalação presumida na Câmara, conforme artigo 11 (onze) deste Regimento, assumirá a Presidência o Vereador mais votado ou o único Vereador presente, quando será empossado automaticamente, com todas as prerrogativas legais, o qual marcará as eleições para preenchimento dos demais cargos da Mesa.

Art. 23 - Será considerado vago qualquer cargo da Mesa, quando:

I - licenciar-se o membro por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo se em licença de saúde;

II - houver renúncia do cargo;

III - for o ocupante destituído, por decisão do Plenário, pela deliberação da maioria absoluta, quando ocorrer fato grave que o justifique;

IV - deixar de exercer as funções do cargo por 06 (seis) sessões consecutivas, sem motivo justificado e aceito pela maioria absoluta do Plenário;

V - por morte.

CAPÍTULO VI DAS LIDERANÇAS

Art. 24 - Caberá à bancada partidária escolher o seu respectivo Líder.

§ 1º - A escolha do Líder será comunicada à Mesa Diretora na primeira sessão ordinária do ano legislativo.

§ 2º - Na falta de indicação, considerar-se-á Líder o Vereador de cada bancada partidária mais votado nas eleições municipais.

Art. 25 - As lideranças partidárias não impedem que qualquer Vereador se dirija ao Plenário pessoalmente, desde que observadas as disposições constantes neste Regimento.

Parágrafo único - O exercício das funções do Líder acontecerá até a nova indicação da respectiva bancada.

Art. 26 - O Líder da bancada é o representante dos vereadores que a integram e a ele compete, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - fazer uso da palavra no momento próprio;

II - orientar a sua bancada para a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário;

III - emendar proposições na fase de discussão;

IV - indicar os vereadores de sua representação nas comissões permanentes e temporárias.

Art. 27 - O Líder do Governo é o interlocutor entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo e será indicado pelo Prefeito através de ofício dirigido à Mesa Diretora.

Parágrafo único - Cabe ao Líder do Governo representar o posicionamento do Poder Executivo junto à Câmara de Vereadores.

Art. 28 - O Presidente da Câmara não poderá exercer liderança partidária nem ser Líder do Governo.

TÍTULO II DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I DA MESA DIRETORA

Art. 29 - A Mesa Diretora é o órgão diretivo da Câmara Municipal, cabendo-lhe a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos.

§ 1º - A Mesa Diretora compõe-se de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.

§ 2º - Os membros da Mesa Diretora integrarão, com exceção do Presidente, as comissões legislativas permanentes.

§ 3º - Na ausência ou impedimento do Presidente ou Vice-Presidente, compete ao Primeiro e Segundo Secretários, sucessivamente, a direção dos trabalhos.

§ 4º - Ausentes ou impedidos os Secretários, será nomeado qualquer Vereador para assumir os respectivos cargos durante a sessão.

§ 5º - Verificando-se a ausência ou impedimento da Mesa Diretora para a direção dos trabalhos legislativos e administrativos, presente, no entanto, o número legal de vereadores, assumirá a Presidência o Vereador mais votado na última eleição municipal, que escolherá entre seus pares um membro para secretariar os trabalhos da sessão.

§ 6º - Mantendo-se a situação de ausência da Mesa por mais de três sessões consecutivas, sem motivo justificado e aceito pelo Plenário, por maioria simples, ficam vagos os cargos, devendo o Vereador mais votado assumir a Presidência e convocar eleição da Mesa na forma regimental.

Seção I Da competência da Mesa Diretora

Art. 30 - Compete à Mesa, além de outras atribuições estabelecidas na Lei Orgânica:

I - a administração da Câmara Municipal;

II - propor ao Plenário, Projeto de Lei Complementar dispendo sobre a organização, funcionamento, polícia, regime jurídico do pessoal, criação, transformação e extinção de cargos, empregos ou funções e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros constitucionais e os estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - promulgar as emendas à Lei Orgânica do município;

IV - determinar diretrizes para a divulgação das atividades da Câmara;

V - declarar perda de mandato de Vereador, de ofício ou por provocação, nos termos previstos na Lei Orgânica do município e neste Regimento Interno, assegurada ampla defesa;

VI - providenciar o relatório do exercício, até o dia 31 de dezembro, sobre as atividades do Poder Legislativo;

VII - deliberar sobre convocação das sessões extraordinárias da Câmara Municipal;

VIII - assinar os decretos legislativos e as resoluções do Plenário, por todos os seus membros integrantes;

IX - aplicar penalidades a Vereador, na forma deste Regimento.

Art. 31 - A Mesa decidirá sempre por maioria dos membros.

Parágrafo único - Em caso de empate, o Presidente decidirá pelo voto de qualidade.

Art. 32 - Em caso de matéria inadiável, poderá o Presidente, ou quem o estiver substituindo, decidir ad referendum da Mesa, sobre assunto de competência desta.

Seção II Da Presidência

Art. 33 - O Presidente representa legal e juridicamente a Câmara Municipal e é o supervisor dos seus trabalhos e da sua ordem, nos termos da Lei Orgânica e deste Regimento Interno.

Art. 34 - São atribuições do Presidente da Câmara Municipal, além das que estão expressas neste Regimento, as que decorrem da natureza de suas funções e prerrogativas ou que decorram das responsabilidades em conjunto com a Mesa Diretora:

I - representar a Câmara Municipal em juízo, prestando, inclusive, informações em mandatos de segurança contra ato da Mesa Diretora ou do Plenário;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - receber o compromisso e empossar vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, inclusive quando não tiverem sido empossados no primeiro dia da Legislatura, bem como suplentes de Vereador;

IV - presidir as eleições da renovação da Mesa Diretora;

V - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

VI - presidir a Mesa Diretora;

VII - manter a ordem;

VIII - promulgar, em conjunto com a Mesa Diretora, as resoluções, os decretos legislativos, as emendas à Lei Orgânica do município, bem como as leis com sanção tácita ou que, vetadas e rejeitadas, não tenham sido promulgadas pelo Prefeito, no prazo legal;

IX - fazer publicar os atos da Mesa, inclusive as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ela promulgadas, bem como todos os documentos contábeis, de acordo com a legislação pertinente;

X - comunicar aos vereadores até o último dia útil de cada mês, que o balanço relativo aos recursos recebidos e às despesas realizadas no mês anterior estão à disposição no setor financeiro/contábil da Câmara Municipal;

XI - requisitar, através de ofício ao Poder Executivo, o duodécimo destinado às despesas mensais da Câmara Municipal;

XII - convocar suplentes, nos casos previstos na legislação pertinente;

XIII - exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal, nos casos previstos em lei;

XIV - prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas

para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações;

XV - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade, através de requerimento aprovado pelo Plenário;

XVI - prover o funcionamento da Câmara e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores da Câmara, na forma da lei, mediante portarias;

XVII - representar, na qualidade de Presidente, isolada ou conjuntamente com os demais vereadores, ao Ministério Público sobre inconstitucionalidade da lei ou ato municipal;

XVIII - conceder ou negar a palavra aos vereadores nas reuniões, quando necessário manter a ordem;

XIX - convocar as sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, na forma deste Regimento Interno e da Lei Orgânica do município;

XX - representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades federais, estaduais e municipais e perante as entidades privadas e públicas em geral;

XXI - zelar pelo prestígio da Câmara Municipal, pela dignidade e consideração de seus membros;

XXII - propor projetos, indicações ou requerimentos na qualidade de Presidente e votar nos seguintes casos:

- a) eleição da Mesa Diretora;
- b) quando a matéria exigir maioria absoluta ou quórum qualificado;
- c) nas votações nominais;
- d) quando houver empate;

XXIII - declarar destituído membro da Mesa Diretora, ou de comissão legislativa permanente, nos casos previstos neste Regimento;

XXIV - designar os membros das comissões legislativas temporárias e os seus substitutos e preencher vagas nas comissões legislativas permanentes;

XXV - comunicar o Tribunal de Contas do Estado o resultado do julgamento das contas do Prefeito;

XXVI - passar a Presidência ao seu substituto, quando ausentar-se da cadeira da Presidência, seja para discutir matéria de seu interesse ou para qualquer outro momento que justifique a sua saída;

XXVII - cumprir e fazer cumprir as deliberações da Câmara;

XXVIII - comunicar à Justiça Eleitoral:

a) a vacância dos cargos de Prefeito, de Vice-Prefeito e de Vereador; neste último caso, quando não houver mais suplentes;

b) o resultado de processos de cassação e, ainda os casos de renúncia ou impedimento de continuidade do mandato de Vereador;

XIXX - assinar atas e documentos da Câmara Municipal sob seu exercício;

XXX - encaminhar pedido de intervenção no município, nos casos previstos em lei;

XXXI - ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques

nominativos em ordem de pagamento, juntamente com servidor encarregado do movimento financeiro;

XXXII - praticar atos de comunicação com o Poder Executivo e demais entidades públicas;

XXXIII - administrar o pessoal da Câmara, fazendo lavrar e assinando atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licenças, atribuindo aos servidores do Legislativo, vantagens legalmente autorizadas; determinar a apuração de responsabilidades administrativas, civis e criminais, de servidores faltosos e aplicar as penalidades previstas em lei complementar que regula o estatuto do servidor público do município de Joaçaba; julgar os recursos hierárquicos de servidores da Câmara; praticar quaisquer outros atos atinentes a esta área de gestão;

XXXIV - exercer atos de poder administrativo em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal, dentro ou fora do recinto da mesma;

XXXV - elaborar e encaminhar ao Prefeito, até o dia 30 de junho, após parecer da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização, a proposta parcial do Orçamento da Câmara, para ser incluída proposta geral do município;

XXXVI - efetuar a assinatura de convênios e contratos;

XXXVII - remeter ao Prefeito, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, as contas do mês anterior.

§ 1º - Quanto às sessões da Câmara Municipal, compete ao Presidente:

I - presidi-las;

II - manter a ordem;

III - conceder a palavra aos vereadores;

IV - advertir o orador ou aparteante quanto ao tempo de que dispõe, não permitindo que ultrapasse o tempo regimental;

V - interromper o orador quando se desviar da questão, falar sobre o vencido ou, em qualquer momento, incorrer nas infrações atentatórias ao decoro parlamentar;

VI - solicitar ao Vereador ou a qualquer pessoa presente, retirar-se do Plenário, quando perturbar a ordem;

VII - suspender ou interromper a sessão, quando necessário;

VIII - autorizar a publicação de informações ou documentos em inteiro teor, em resumo ou apenas mediante referência em ata;

IX - determinar que se faça ou não o registro de discurso ou aparte em ata;

X - organizar a Ordem do Dia das sessões;

XI - anunciar os projetos e demais proposições, despachando-os e esclarecendo sobre prazos;

XII - submeter à discussão e à votação a matéria destinada à deliberação, bem como estabelecer o ponto da questão que será objeto de votação;

XIII - convocar as sessões da Câmara e as reuniões sob seu comando;

XIV - censurar Vereador, quando for o caso;

XV - em caso de ausência dos secretários, nomear Vereador ad hoc para os trabalhos.

§ 2º - Quanto às comissões, além de outras atribuições, cabe ao Presidente da Câmara:

I - assegurar os meios e condições necessárias ao seu pleno funcionamento;

II - convidar o relator ou outro membro da comissão para esclarecimentos;

III - convocar os vereadores para escolha dos membros das comissões permanentes.

§ 3º - Quanto à Mesa, cabem, entre outras atribuições, ao Presidente:

I - presidir suas reuniões;

II - tomar parte das discussões e deliberações, com direito a voto;

III - distribuir a matéria que depender de parecer.

Art. 35 - O Presidente da Câmara afastar-se-á da Presidência, quando:

I - esta deliberar sobre matéria de seu interesse ou de parente seu, consanguíneo ou afim, até terceiro grau;

II - for denunciante em processo de cassação de mandato.

Art. 36 - O Presidente da Câmara será destituído, automaticamente, independente de deliberação, quando:

I - não se der por impedido, nos casos previstos em lei;

II - omitir-se em providenciar a convocação extraordinária, solicitada pelo Prefeito;

III - omitir-se na declaração de extinção de mandato obtida por via judicial.

Art. 37 - O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito, nos casos previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art. 38 - O Presidente da Câmara poderá, a qualquer momento, fazer ao Plenário comunicação de interesse da Câmara ou do município.

Art. 39 - O Presidente poderá delegar ao Vice-Presidente competência que lhe seja própria.

Seção III Da Vice-Presidência

Art. 40 - Ao Vice-Presidente incumbe substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos.

§ 1º - Sempre que tiver de se ausentar do município por mais de 07 (sete) dias, o Presidente passará o exercício da Presidência ao Vice-Presidente ou, na ausência deste, ao Primeiro Secretário.

§ 2º - No horário do início dos trabalhos da sessão, não se achando

o Presidente no recinto, será ele substituído sucessivamente pelo Vice-Presidente, Primeiro e Segundo secretários ou, finalmente, pelo Vereador mais votado, procedendo-se da mesma forma quando tiver necessidade de deixar sua cadeira.

Seção IV Dos secretários

Art. 41 - Compete ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora:

I - verificar a presença dos vereadores ao abrir a sessão, confrontá-la com o Livro de Presença, anotando os que compareceram, os que faltaram e os que se retiraram sem causa justificada ou não, e outras ocorrências sobre o assunto, assim como encerrar o Livro de Presença, ao final da sessão;

II - ler as matérias do expediente, documentos ou atos por determinação do Presidente;

III - secretariar as sessões plenárias, tomando assento à direita do Presidente;

IV - assinar, com o Presidente, Vice-Presidente e o Segundo Secretário, as atas das sessões e todos os papéis nos quais se exija assinatura da Mesa Diretora;

V - substituir o Presidente na ausência do Vice-Presidente;

VI - inspecionar todos os trabalhos da secretaria e fiscalizar suas despesas;

VII - tomar parte em todas as votações.

Art. 42 - Compete ao Segundo Secretário:

I - substituir o Primeiro Secretário e desempenhar, na ausência deste, todas as funções expressas neste Regimento;

II - auxiliar o Primeiro Secretário durante os trabalhos das sessões;

III - assinar, juntamente com o Presidente, o Vice-Presidente e o Primeiro Secretário, as atas das sessões e todos os papéis nos quais se exija a assinatura da Mesa;

IV - auxiliar o Presidente no controle do tempo dos oradores;

V - fiscalizar a elaboração das atas e dos anais;

CAPÍTULO II DO PLENÁRIO

Art. 43 - O Plenário é órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, constituindo-se do conjunto dos vereadores em exercício, em local, forma e quórum legal para deliberar.

§ 1º - O local é o recinto onde se realiza a sessão, nos termos deste Regimento Interno.

§ 2º - A forma legal para deliberar é a sessão em Plenário, no horário prefixado para as deliberações.

§ 3º - Quórum é o número determinado na Lei Orgânica do município ou neste Regimento Interno para a realização das sessões e para as deliberações.

§ 4º - Integra o Plenário o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.

§ 5º - Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se

achar em substituição ao Prefeito.

Art. 44 - São atribuições do Plenário, entre outras, as seguintes:

I - legislar sobre matérias de competência do município, com sanção do Prefeito, previstas na Lei Orgânica Municipal;

II - exercer atribuições de privativa competência da Câmara Municipal, prevista na Lei Orgânica, nas constituições do Estado e da República.

CAPÍTULO III DAS COMISSÕES

Art. 45 - As comissões são:

I - Comissões permanentes;

II - Comissões temporárias.

Art. 46 - Para desempenho de suas atividades, as comissões legislativas permanentes e as temporárias contarão com assessoramento e consultoria dos setores legislativo, jurídico e contábil da Câmara de Vereadores.

Parágrafo único - A Assessoria Jurídica deverá apresentar parecer fundamentado nas proposições recebidas pelas comissões.

Seção I Das comissões permanentes

Subseção I Da competência das comissões permanentes

Art. 47 - As comissões permanentes, de caráter legislativo ou especializado, têm a finalidade de apreciar as proposições submetidas ao seu exame e sobre elas deliberar na forma deste Regimento e de exercer a fiscalização no âmbito dos respectivos campos temáticos da área de atuação.

Art. 48 - São as seguintes as comissões permanentes:

I - Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final:

a) analisar o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de todas as proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação;

b) assuntos de natureza jurídica ou constitucional que lhe sejam submetidos, em consulta, pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário ou por comissão;

c) redação final de toda a proposição em tramitação, dentro dos aspectos gramatical, lógico e da técnica legislativa;

II - Comissão de Finanças, Orçamento e Administração:

a) todos os assuntos de ordem financeira, orçamentária e administrativa de todos os entes públicos municipais;

III - Comissão de Saúde e Assuntos Sociais:

a) todos e quaisquer assuntos relativos à saúde pública, assistência e desenvolvimento social que trate do bem estar dos cidadãos e seu desenvolvimento pessoal, e da publicidade das relações comerciais e de produção, bem como do campo das diversões públicas e

dos espetáculos;

IV - Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Turismo:

a) todos e quaisquer assuntos relativos à educação, cultura, esportes e turismo no âmbito municipal, as políticas pedagógica, funcional e orçamentária da educação, eventos esportivos e culturais e questões de ordem gerencial das respectivas áreas;

V - Comissão de Meio Ambiente, Plano Diretor e Desenvolvimento Urbano:

a) todos e quaisquer assuntos relativos ao meio ambiente e ao desenvolvimento urbano, inclusive Plano Diretor, além da preservação das águas, das matas, do ar, dos animais e da integridade do ecossistema, bem como o desenvolvimento ordenado do ambiente urbano e comunitário e o desenvolvimento sustentável;

VI - Comissão de Agricultura:

a) todos e quaisquer assuntos ligados à agricultura, desde a política econômica de desenvolvimento rural sustentável, malha rodoviária rural, uso dos espaços públicos de lazer e de vida comunitária, além de outros atinentes ao setor.

Art. 49 - Às comissões legislativas permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabem:

I - exarar parecer, discutir e votar projetos de Lei, de decreto legislativo e de resolução, observada a competência do Plenário;

II - exarar parecer sobre requerimentos, indicações, moções e propostas diversas, quando solicitado pela Mesa Diretora;

III - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

IV - convocar Secretários e Diretores para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

V - convocar titulares da administração indireta para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições e aos serviços próprios do órgão respectivo;

VI - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa, contra atos ou omissões das autoridades públicas municipais;

VII - solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VIII - apreciar programas de obras e planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

IX - acompanhar junto ao governo, os atos de regulamentação, velando por sua completa adequação;

X - acompanhar junto à Prefeitura a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução.

Art. 50 - A convite das comissões, poderão participar dos trabalhos, sem direito a voto, técnicos de reconhecida competência ou representantes de entidades idôneas, que tenham legítimo interesse no esclarecimento do assunto submetido à apreciação das mesmas.

§ 1º - No exercício de suas atribuições, as comissões poderão, por decisão da maioria de seus membros, convidar pessoas interessadas para tomar depoimentos, solicitar informações e documentos e proceder todas as diligências que julgarem necessárias.

§ 2º - Poderão as comissões, por decisão da maioria de seus

membros, solicitar ao Prefeito, aos Secretários Municipais e à Administração Indireta, por intermédio do Presidente da Câmara e independentemente de discussão e votação do Plenário, todas as informações que julgarem necessárias, desde que o assunto seja de competência das mesmas.

Subseção II

Da composição das comissões permanentes

Art. 51 - As comissões permanentes serão compostas de três vereadores, constituindo-se de um Presidente, um Vice-Presidente e um Relator.

Art. 52 - Cada Vereador deverá participar de, no máximo, duas comissões permanentes.

§ 1º - A participação do Vereador em pelo menos uma das comissões legislativas permanentes é obrigatória.

§ 2º - É vedada a participação do Presidente da Câmara de Vereadores na composição de qualquer comissão permanente.

Art. 53 - O Presidente da Câmara convocará para data posterior à eleição da Mesa Diretora, reunião para constituição das comissões permanentes.

§ 1º - A constituição das comissões poderá ser feita mediante acordo entre os líderes partidários, respeitando, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos com representação na Câmara.

§ 2º - Não havendo acordo, proceder-se-á à escolha dos membros das comissões permanentes por eleição, votando cada Vereador em um único nome para cada comissão, considerando-se eleitos os mais votados.

§ 3º - Havendo empate, considerar-se-á eleito o Vereador do partido ainda não representado na comissão permanente e, caso persista o empate, será considerado eleito o Vereador mais votado na última eleição municipal.

§ 4º - Os membros das comissões legislativas permanentes elegerão o respectivo Presidente, Vice-Presidente e Relator.

§ 5º - A Mesa Diretora lavrará ata da reunião prevista neste artigo, a qual será publicada na imprensa oficial.

Art. 54 - O prazo da composição das comissões permanentes será o de uma sessão legislativa.

Art. 55 - Nos projetos em que for aprovado o regime de urgência e que ainda não houver comissões permanentes nomeadas para análise da matéria, o Presidente da Câmara nomeará comissão especial para tal fim, que emitirá seu parecer, observando-se a proporcionalidade partidária.

Parágrafo único - A composição da comissão prevista neste artigo encerra-se com a emissão do parecer.

Art. 56 - Os membros das comissões serão destituídos caso não compareçam, sem prévia justificativa, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões alternadas das comissões durante a sessão legislativa anual.

§ 1º - A destituição dar-se-á de ofício ou por simples petição escrita por qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, que após comprovar a autenticidade das faltas, declarará vago o cargo na comissão.

§ 2º - O Vereador destituído não poderá participar dos trabalhos da comissão durante o restante da sessão legislativa.

Art. 57 - No caso de vaga, licença ou impedimento de qualquer membro das comissões legislativas permanentes, caberá ao Presidente da Câmara a designação do substituto, mediante indicação do Líder do Partido a que pertença a vaga.

§ 1º - O suplente de Vereador ou o Vereador substituto indicado pelo Líder do Partido, também substituirá o titular no cargo em que este exercia nas comissões permanentes.

§ 2º - A substituição perdurará enquanto persistir a licença ou o impedimento do titular.

Subseção III

Da Presidência, reuniões e trabalhos das comissões permanentes

Art. 58 - Ao Presidente de comissão compete, além do que lhe for atribuído neste Regimento Interno:

I - presidir todas as reuniões da comissão;

II - manter a ordem e a solenidade necessárias durante os trabalhos;

III - submeter à deliberação todas as matérias encaminhadas à comissão;

IV - conceder a palavra aos interessados que queiram emitir conceitos ou opiniões sobre proposições em trâmite na comissão;

V - advertir orador que se exaltar ou incorrer em infrações regimentais;

VI - devolver ao Presidente da Câmara toda a matéria submetida à apreciação da comissão, no prazo determinado pelo Regimento;

VII - votar em todas as deliberações da comissão;

VIII - transmitir à Câmara o pronunciamento da comissão, quando solicitado, durante as sessões plenárias;

IX - conceder vistas das proposições aos membros da comissão;

X - representar a comissão;

XI - assinar as correspondências e demais documentos expedidos pela comissão;

XII - solicitar ao Presidente da Câmara a declaração de vacância na comissão ou designação de substituto para membro faltoso;

XIII - requerer ao Presidente da Câmara a distribuição, quando necessária, de matéria a outras comissões.

Art. 59 - Cada comissão permanente deverá reunir-se ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada semana que for realizada sessão, devendo o Presidente da Câmara determinar o dia e a hora da reunião.

Art. 60 - As reuniões ordinárias das comissões permanentes serão públicas, delas podendo participar qualquer Vereador, que poderá discutir o assunto de que se ocuparem, dando sugestões e esclarecimentos.

§ 1º - As reuniões deverão ocorrer em sala própria da Câmara de Vereadores.

§ 2º - Os trabalhos das comissões serão iniciados com a presença da maioria de seus membros.

§ 3º - À hora regulamentar, havendo matéria para deliberar e não havendo quórum para o início da reunião, o Presidente da comissão aguardará pelo prazo de 15 (quinze) minutos para complementação do quórum, e caso não ocorrer, declarará cancelada a reunião, sendo computada a falta dos membros ausentes.

§ 4º - As reuniões durarão o tempo necessário para análise das matérias da comissão, a juízo do Presidente da comissão.

§ 5º - As comissões, nos termos deste Regimento Interno, poderão reunir-se durante as sessões plenárias para emitir parecer.

Art. 61 - Além das reuniões ordinárias, as comissões permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, desde que presentes pelo menos a maioria de seus membros e regularmente convocadas pelo Presidente da Câmara ou pelo Presidente da comissão, ou também por requerimento da maioria dos seus membros.

Parágrafo único - As reuniões extraordinárias das comissões serão anunciadas com a devida antecedência, constando na convocação o dia, hora, local e objeto da reunião.

Art. 62 - Após a leitura das proposições em Plenário, no Grande Expediente, o Presidente da Câmara as encaminhará para as comissões legislativas permanentes para análise e emissão de parecer.

§ 1º - As proposições serão encaminhadas primeiramente à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que após emitir parecer, encaminhará a proposição às demais comissões competentes.

§ 2º - O prazo para cada comissão emitir parecer é de até 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período.

§ 3º - O prazo previsto no parágrafo anterior começa a contar em caso de protocolo de emendas ou substitutivos às proposições sob análise das comissões.

§ 4º - Caso a comissão não emita parecer nos prazos previstos, deverá a Presidência da Câmara avocar a proposição e encaminhar para as demais comissões competentes ou, quando for o caso, encaminhar para deliberação em Plenário.

§ 5º - Sem prejuízo dos prazos previstos neste artigo, poderão as comissões deliberar em conjunto sobre as proposições de suas competências.

§ 6º - Nas proposições em que for aprovado o regime de urgência, as comissões poderão deliberar conjuntamente na mesma sessão plenária em que for procedida à leitura da matéria.

Art. 63 - As Comissões deliberarão por maioria de votos, desde que presente a maioria dos seus membros.

Art. 64 - O parecer, que é o pronunciamento técnico da comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo, deverá ser emitido pelo Relator, observada a estrutura descrita no art. 125 deste Regimento Interno.

Art. 65 - Poderá o membro da comissão se manifestar contrariamente ao voto do Relator, exarando voto em separado, devidamente fundamentado, que, se acolhido pela maioria, passará a constituir o parecer da comissão.

§ 1º - Exarado o voto em separado, o Presidente da comissão colocará em votação os pareceres.

§ 2º - Em caso de empate, prevalecerá o voto do Relator.

Seção II

Das comissões temporárias

Art. 66 - As comissões temporárias poderão ser:

I - Comissões especiais;

II - Comissões de inquérito;

III - Comissões de representação;

IV - Comissões processantes.

Art. 67 - As comissões temporárias, com atribuições definidas neste Regimento, deverão indicar necessariamente:

I - sua finalidade, devidamente fundamentada;

II - número e nome dos membros;

III - prazo de funcionamento.

§ 1º - Concluídos os trabalhos da comissão, será apresentado um parecer geral ou, quando for o caso, um relatório, os quais deverão ser encaminhados ao Plenário para ciência e deliberação.

§ 2º - A constituição das comissões será feita através de projeto de resolução, ressalvados os casos específicos deste Regimento.

§ 3º - As comissões temporárias serão extintas tão logo tenham alcançado os seus objetivos ou quando tenham seus prazos expirados.

§ 4º - Adotar-se-á na composição das comissões temporárias o critério da proporcionalidade partidária.

Art. 68 - Aplicam-se às comissões temporárias, no que couberem, as disposições regimentais referentes às comissões permanentes.

Subseção I

Comissões especiais

Art. 69 - As comissões especiais serão constituídas para:

I - revisar a Lei Orgânica do município e o Regimento Interno;

II - estudos sobre problemas municipais;

III - elaboração de pareceres sobre assuntos de relevância para o município;

IV - apoio a movimentos, trabalhos e emergências que digam respeito ao interesse do bem comum.

Parágrafo único - As comissões especiais terão sua finalidade especificada na resolução que as constituir, a qual indicará também o prazo para apresentarem os seus trabalhos.

Subseção II

Comissões de inquérito

Art. 70 - As comissões de inquérito serão solicitadas por requerimento de um terço dos membros da Câmara, para apurar fato

determinado e por prazo certo, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º - As denúncias sobre irregularidades administrativas do Executivo, da Administração Indireta e da própria Câmara deverão constar no requerimento que solicitar a constituição de comissão de inquérito.

§ 2º - As conclusões, caso necessário, depois de aprovadas pelo Plenário, serão encaminhadas ao Ministério Público e aos demais órgãos competentes para promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 3º - Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da comissão.

§ 4º - Recebido o requerimento, o Presidente da Câmara mandará elaborar o respectivo projeto de resolução, desde que satisfeitos os requisitos regimentais, caso contrário, devolverá ao autor, cabendo desta decisão recurso ao Plenário.

§ 5º - A Comissão, que também poderá atuar durante o recesso parlamentar, terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por até 60 (sessenta) dias, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 6º - A comissão de inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de criação.

Art. 71 - a comissão de inquérito poderá, observada a legislação específica:

I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Câmara, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta ou fundacional, necessários aos seus trabalhos;

II - determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública, informações, documentos, requerer audiência de vereadores e secretários municipais, tomar depoimentos de autoridade e requisitar serviços de autoridades municipais, inclusive policiais;

III - incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços da Câmara, na realização de sindicância ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV - deslocar-se a qualquer ponto do município ou fora dele para realização de investigações e audiências públicas;

V - estipular prazo para atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas da lei, exceto quando de alçada de autoridade judiciária;

VI - se forem diversos os fatos relacionados ao objeto do inquérito, dizer em separado de cada um, mesmo antes de findada a investigação dos demais.

Parágrafo único - As Comissões de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

Subseção III

Comissões de representação

Art. 72 - As comissões de representação serão constituídas para

cumprir missão temporária, de caráter cívico, social, científico, cultural, econômico e político, dentro ou fora do município, inclusive nos períodos de recesso parlamentar.

Parágrafo único - A comissão será constituída a requerimento de qualquer Vereador, devendo apresentar relatório de suas atividades ao término de seu objetivo.

Subseção IV

Comissões processantes

Art. 73 - A comissão processante conduzirá processo de responsabilização ou cassação de mandato de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, seguindo as regras previstas neste Regimento Interno e nas demais leis municipais, estaduais e federais que tratem do assunto.

CAPÍTULO IV

DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Art. 74 - Os serviços administrativos da Câmara serão executados pela Secretaria Administrativa sob orientação da Mesa Diretora.

Art. 75 - A nomeação, admissão, exoneração, demissão, dispensa, disponibilidade, bem como todos os atos de administração do funcionalismo da Câmara competem ao Presidente, através de Portaria, em conformidade com a legislação vigente, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e do Plano de Cargos e Salários dos servidores da Câmara.

§ 1º - A Câmara somente poderá admitir servidores mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, após a criação dos cargos respectivos, através de Lei Complementar aprovada por maioria absoluta, ressalvada as nomeações de cargos em comissão.

§ 2º - O Projeto de Lei Complementar previsto no parágrafo anterior será de iniciativa da Mesa Diretora ou do Presidente da Câmara.

§ 3º - Os casos de contratação temporária serão previstos em lei própria.

Art. 76 - Poderão os vereadores interpelar a Mesa sobre os serviços da Secretaria Administrativa ou sobre a situação do respectivo pessoal, ou apresentar sugestões sobre os mesmos, em proposição encaminhada à Mesa, a qual deliberará sobre o assunto.

Art. 77 - A correspondência oficial e toda a documentação necessária aos serviços gerais e específicos a serem prestados aos vereadores, em caráter institucional, serão elaborados pela Secretaria Administrativa, sob responsabilidade da Presidência.

Art. 78 - A Secretaria Administrativa, mediante solicitação por escrito, fornecerá, com autorização do Presidente e no prazo de até 20 (vinte) dias, certidão de atos, contratos e decisões a qualquer cidadão interessado.

§ 1º - Não sendo possível conceder os documentos solicitados, a Secretaria Administrativa deverá:

I - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido;

II - comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

§ 2º - O prazo referido neste artigo poderá ser prorrogado por

mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

TÍTULO III DAS SESSÕES DA CÂMARA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 79 - As sessões da Câmara de Vereadores de Joaçaba serão:

I - ordinárias, realizadas duas vezes por semana, no total de seis mensais, sempre nas terças e quartas-feiras, às 18h (dezoito horas), nas três primeiras semanas de cada mês, exceto nas semanas em que houver feriado ou ponto facultativo, devendo, nesse caso, ser convocadas para a semana imediatamente posterior ou em dias acordados em Plenário;

II - extraordinárias, as realizadas em dia e horário diversos dos prefixados para as ordinárias, com a exclusiva finalidade de discutir a matéria para qual foi solicitada a sessão;

III - solenes, as realizadas para comemoração, homenagem ou civismo;

IV - de instalação de Legislatura, as realizadas no início de cada Legislatura para compromisso e posse dos vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito.

§ 1º - O horário descrito no inciso I deste artigo poderá ser alterado mediante decisão em Plenário, com o devido registro e publicação.

§ 2º - Excepcionalmente, no mês de fevereiro, em virtude das férias coletivas, as sessões ordinárias serão realizadas na segunda, terceira e quarta semanas.

Art. 80 - As sessões sempre serão públicas e com duração de até 02 (duas) horas.

Parágrafo único - O tempo da sessão poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) minutos, mediante proposta de qualquer Vereador, aprovada pelo Plenário.

Art. 81 - As sessões não se realizarão:

I - por falta de quórum;

II - por deliberação do Plenário;

III - por motivo de força maior, assim considerado pela Presidência.

Art. 82 - Fica assegurada a publicidade das sessões da Câmara, com a publicação da ata e da pauta dos seus trabalhos.

Art. 83 - Qualquer cidadão poderá assistir às sessões na parte do recinto reservada ao público, desde que:

I - apresente-se convenientemente trajado;

II - não porte arma;

III - mantenha-se em silêncio durante os trabalhos;

IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário;

V - atenda às determinações do Presidente.

Parágrafo único - O Presidente determinará a retirada das pessoas

presentes no Plenário que se comportarem de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto sempre que julgar necessário.

Art. 84 - A sessão somente acontecerá quando estiver presente pelo menos 1/3 (um terço) dos vereadores que a compõe.

Art. 85 - Para cada sessão será elaborada pauta com todas as matérias em trâmite.

§ 1º - É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Vereador, com recurso de sua decisão ao Plenário, retirar de pauta a proposição que necessite de parecer de outra comissão ou que esteja em desacordo com exigência regimental, ou demande qualquer providência complementar.

§ 2º - A pauta será fechada até as 16h do dia em que for realizada a sessão.

Art. 86 - De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata contendo sucinatamente os assuntos tratados, a qual será submetida ao Plenário para aprovação.

§ 1º - As proposições e os documentos apresentados em sessão serão indicados na ata somente com menção do objeto a que se referirem.

§ 2º - O Presidente poderá solicitar a transcrição integral da ata.

§ 3º - A ata da última sessão de cada Legislatura será redigida e submetida à aprovação na própria sessão.

§ 4º - Depois de aprovada a ata será assinada pelos membros da Mesa Diretora.

§ 5º - O Vereador poderá solicitar retificação de ata, cabendo ao Plenário deliberar a respeito.

§ 6º - Não poderá impugnar a ata Vereador ausente à reunião a que mesma se refira.

Art. 87 - Poderá a sessão ser suspensa:

I - por conveniência da ordem;

II - por solicitação de qualquer Vereador, desde que acatada pelo Plenário;

III - para análise e emissão de parecer, por parte das comissões permanentes, sobre matérias sujeitas à deliberação do Plenário.

Parágrafo único - O tempo de suspensão previsto neste artigo será de até 30 (trinta) minutos e, caso não for possível retomar a sessão, esta será encerrada.

Art. 88 - Para manutenção da ordem, respeito e solenidade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

I - durante a sessão somente os vereadores poderão permanecer nas bancadas;

II - não serão permitidas conversações que perturbem a ordem dos trabalhos;

III - ao falar, o orador, em caso algum, poderá fazê-lo estando de costas para a Mesa;

IV - o Vereador não poderá usar da palavra sem autorização do Presidente;

V - o Vereador ao retirar-se da sessão ou sair de sua bancada, comunicará ao Presidente.

CAPÍTULO II SESSÕES ORDINÁRIAS

Seção I Estrutura geral

Art. 89 - As sessões ordinárias compõem-se de quatro partes:

I - Grande Expediente;

II - Momento da Presidência;

III - Ordem do Dia;

IV - Explicações Pessoais.

Seção II Grande Expediente

Art. 90 - O Grande Expediente terá duração de até 60 (sessenta) minutos e será dividido em duas partes:

I - a primeira destinada à verificação do quórum; abertura da sessão; à discussão e votação da ata anterior, leitura e despacho do expediente;

II - a segunda está destinada ao uso da palavra por parte dos vereadores.

§ 1º - Verificado o quórum de 1/3 (um terço) para o início da sessão, o Presidente declarará aberta a mesma, proferindo as seguintes palavras: "Por haver quórum regimental damos por aberta a presente sessão".

§ 2º - Não havendo quórum regimental para início dos trabalhos ou não havendo sessão por deliberação do Plenário, o Presidente declarará a impossibilidade da realização da sessão, designando a Ordem do Dia e o expediente para a sessão seguinte.

§ 3º - Nos casos de falta de quórum, o Presidente efetivo ou eventual, fará lavar, após 15 (quinze) minutos, ata sintética pelo secretário efetivo ou ad hoc, com registro dos nomes dos vereadores presentes, declarando, em seguida, prejudicada a sessão.

§ 4º - Havendo na Ordem do Dia matéria relevante que justifique, a Presidência poderá adiar por até 15 (quinze) minutos a abertura da sessão.

§ 5º - O período de suspensão da sessão será considerado parte do tempo total da mesma.

§ 6º - Declarada aberta a sessão, o Primeiro Secretário, depois de discutida e aprovada a ata, fará a leitura das matérias que deram entrada na Câmara.

§ 7º - O expediente será lido na íntegra ou em resumo, a juízo do Presidente.

§ 8º - O Presidente determinará o despacho sobre cada documento.

§ 9º - Ao Presidente cabe a determinação do expediente para cada sessão, podendo despachá-la à sessão seguinte ou retirar da sessão, com exceção das matérias já destinadas à Ordem do Dia ou das matérias requeridas por 2/3 (dois terços) dos vereadores para que sejam incluídas na sessão.

§ 10 - Após a leitura do expediente, poderá ser cedido tempo para uso da tribuna, entrega de moção, ou para qualquer outro ato de competência do Poder Legislativo, desde que previamente aprovado pelo Plenário nos termos deste Regimento.

§ 11 - Terminada a leitura do expediente ou dos procedimentos previstos no parágrafo anterior, o tempo que se seguirá será destinado ao uso da palavra por parte dos vereadores.

Art. 91 - No início de cada ano poderá ser feito acordo entre os vereadores para estabelecer a ordem da utilização da palavra nas sessões ordinárias.

§ 1º - Não havendo acordo, o Presidente da Câmara determinará a ordem.

§ 2º - Em ambos os casos previstos neste artigo, as lideranças utilizarão a palavra por último, na seguinte ordem:

I - liderança de bancadas minoritária;

II - liderança de bancada majoritária;

III - liderança de governo.

Art. 92 - O tempo dos vereadores e dos líderes, para uso da palavra no Grande Expediente, é o resultado da divisão do tempo restante da leitura do expediente pelo número de vereadores.

Seção III Momento da Presidência

Art. 93 - Terminado o uso da palavra pelos vereadores, inicia-se o Momento da Presidência, com o tempo de até 15 (quinze) minutos para comunicações, homenagens, instruções e esclarecimentos constitucionais, legais e regimentais.

Art. 94 - O Momento da Presidência poderá ser usado por representantes de entidades ou de órgãos oficiais, e também pelos cidadãos em geral, para comunicação inadiável ou urgente, desde que haja consentimento do Plenário.

Seção IV Ordem do Dia

Art. 95 - Findado o Momento da Presidência, dar-se-ão as discussões e votações das matérias destinadas à Ordem do Dia.

§ 1º - Verificada a presença da maioria absoluta dos vereadores, serão iniciadas as discussões e votações.

§ 2º - Os projetos de código, emenda à Lei Orgânica do município e ao Regimento Interno, os projetos de conteúdo orçamentário e as deliberações sobre as contas do município serão incluídos com exclusividade na Ordem do Dia.

§ 3º - Constarão na Ordem do Dia as matérias não apreciadas na sessão ordinária anterior.

§ 4º - Durante o tempo destinado às votações, nenhum Vereador poderá deixar o recinto das sessões.

Art. 96 - Nenhuma proposição poderá ser colocada em discussão e votação sem que tenha sido previamente apresentada e lida no Grande Expediente.

Art. 97 - Nenhum projeto poderá ficar com a Presidência por mais

de 15 (quinze) dias sem figurar na Ordem do Dia, salvo para diligência aprovada pelo Plenário.

Seção V Explicação pessoal

Art. 98 - Explicação pessoal é o tempo de até 15 (quinze) minutos no final da sessão, divididos pelo número de vereadores, destinado à manifestação sobre atitudes pessoais assumidas durante a sessão ou breve comunicação.

Parágrafo único - Não pode o Vereador desviar-se da finalidade da explicação pessoal, nem ser aparteado e nem citar pejorativamente outro Vereador; sob pena de cassação da palavra.

CAPÍTULO III SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 99 - A convocação de sessão extraordinária, sempre justificada, será feita:

I - pelo Presidente da Câmara, durante o período ordinário;

II - pelo Prefeito no período de recesso;

III - por iniciativa da maioria absoluta dos vereadores, em qualquer dos períodos.

§ 1º - Para realização de sessão extraordinária, deverá constar na convocação:

I - exposição de motivos;

II - a matéria específica a ser apreciada.

§ 2º - A convocação solicitada pelo Presidente da Câmara deverá ser feita com antecedência de:

I - 24 (vinte e quatro) horas, quando feita durante sessão ordinária, sendo que neste caso a comunicação será inserida em ata, ficando automaticamente cientificados todos os vereadores presentes à sessão;

II - 24 (vinte e quatro) horas, quando feita através de ofício dirigido a cada Vereador.

§ 3º - A convocação, pelo Prefeito, será mediante ofício dirigido ao Presidente da Câmara, o qual adotará o procedimento previsto no inciso II do parágrafo anterior.

§ 4º - Na omissão do Presidente da Câmara, o Prefeito poderá oficial diretamente aos vereadores, igualmente com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 5º - Durante a sessão extraordinária será apreciada apenas a matéria que motivou a convocação, sendo computada a falta de Vereador sem justificativa, para fins de perda de mandato.

Art. 100 - As sessões extraordinárias serão realizadas com a seguinte sequência:

I - abertura da sessão e verificação do quórum;

II - leitura do motivo da sessão e de seu expediente;

III - Ordem do Dia com a matéria que gerou a sessão.

CAPÍTULO IV

SESSÕES SOLENES

Art. 101 - Com exceção da sessão de instalação de Legislatura, posse e eleição da Mesa Diretora, poderão ser convocadas pelo Presidente ou por deliberação do Plenário, sessões solenes com intuito de homenagem, comemoração ou civismo.

§ 1º - O Presidente indicará na convocação das sessões solenes a sua finalidade e designará os oradores que falarão em nome do Poder Legislativo.

§ 2º - As sessões de que trata este artigo dependem de quórum mínimo de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

§ 3º - Poderão pronunciar-se oradores que não sejam vereadores, quando devidamente convidados, com exclusiva finalidade de discorrer sobre o assunto em pauta.

§ 4º - É permitido conceder a palavra às personalidades ou representantes de entidades que estejam sendo homenageadas nas sessões de que trata este artigo.

Art. 102 - Nas sessões solenes não haverá Grande Expediente nem Ordem do Dia.

Parágrafo único - O Presidente da Câmara determinará o protocolo oficial da sessão, com auxílio dos demais vereadores e da Secretaria Administrativa da Câmara.

Art. 103 - As homenagens formais a serem prestadas pela Câmara dependem de prévia aprovação do Plenário, nos termos deste Regimento, sempre acompanhado do currículo ou histórico detalhado das pessoas ou entidades a serem homenageadas.

§ 1º - A Câmara de vereadores prestará homenagem sempre em caráter oficial, em sessão solene regularmente convocada para concessão de:

I - Título de Cidadão Joaçabense, que poderá ser concedido a moradores locais ou de outros municípios, desde que tenham prestado relevantes serviços ao município de Joaçaba;

II - Título de Cidadão Benemérito que poderá ser concedido, exclusivamente para moradores locais que tenham prestado relevantes serviços à coletividade local;

III - Medalha Cruzeiro, que poderá ser concedida a qualquer pessoa que tenha se destacado em atividades de caráter profissional, artístico, social ou esportivo de Joaçaba ou de qualquer outra cidade.

§ 2º - A concessão de qualquer das homenagens citadas no parágrafo anterior, são limitadas ao número de duas anuais em cada modalidade.

§ 3º - Ato legislativo determinará o modelo padrão das honrarias previstas neste artigo.

TÍTULO IV DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA E SUA TRAMITAÇÃO

CAPÍTULO I PROPOSIÇÕES

Art. 104 - As proposições constituem-se em:

I - Propostas de Emendas à Lei Orgânica do município;

II - Projetos de Leis Complementares;

III - Projetos de Leis Ordinárias;

IV - Projetos de Decretos Legislativos;

V - Projetos de Resoluções;

VI - Emendas;

VII - Substitutivos;

VIII - Requerimentos;

IX - Pedidos de Informações;

X - Moções;

XI - Indicações;

XII - Pareceres;

XIII - Relatórios;

XIV - Recursos;

XV - Representações.

Seção I

Emendas à Lei Orgânica

Art. 105 - A Proposta de Emenda à Lei Orgânica do município seguirá o trâmite das proposições previsto neste Regimento Interno e também ao que consta na Lei Orgânica quanto à iniciativa e quórum de votação.

Art. 106 - A Proposta de Emenda à Lei Orgânica será votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias entre as votações e após aprovação, será promulgada pela Mesa Diretora no prazo de até 15 (quinze) dias.

Seção II

Dos projetos

Art. 107 - Os projetos são:

I - Projetos de Leis Complementares;

II - Projetos de Leis Ordinárias;

III - Projetos de Decretos Legislativos;

IV - Projetos de Resoluções.

Art. 108 - A iniciativa dos Projetos de Leis Complementares e Leis Ordinárias serão:

I - de Vereador;

II - da Mesa Diretora;

III - de comissão legislativa permanente;

IV - do Prefeito Municipal;

V - dos cidadãos.

Art. 109 - Os Projetos de Leis Complementares e Leis Ordinárias são proposições que têm por fim regular as matérias no âmbito

municipal, como norma legislativa, sujeitando-se à sanção do Prefeito.

§ 1º - As competências, iniciativas, atribuições e quórum para aprovação, referentes às leis municipais, são aquelas determinadas pela Lei Orgânica do município.

§ 2º - Os projetos de iniciativa popular deverão ser apresentados com as assinaturas dos cidadãos interessados, acompanhados dos respectivos números dos títulos eleitorais.

§ 3º - Os cidadãos que apresentarem projeto de iniciativa popular poderão indicar Vereador para defender o projeto na Câmara.

§ 4º - O projeto de iniciativa popular protocolado na Câmara terá o trâmite normal previsto para as demais proposições legislativas.

Art. 110 - Os projetos de lei podem ser apresentados para fins de estabelecer Código, Consolidação, e Estatuto ou Regimento.

§ 1º - Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

§ 2º - Consolidação é a reunião das diversas leis em vigor sobre o mesmo assunto, para sistematizá-las.

§ 3º - Estatuto ou Regimento é o conjunto de normas disciplinares fundamentais que regem atividade de um órgão ou de uma entidade.

§ 4º - A Presidência da Câmara, a requerimento de Vereador ou comissão permanente, poderá aumentar os prazos constantes neste Regimento para análise das matérias previstas neste artigo.

Art. 111 - Decreto Legislativo é a proposição apresentada por qualquer Vereador destinada a regular matéria que exceda os limites de economia interna da Câmara, de sua exclusiva competência, e que tenham efeito externo.

Parágrafo único - Constitui matéria de Decreto Legislativo, principalmente:

I - concessão de licença ao Prefeito, nos casos previstos em lei, para afastar-se do cargo ou ausentar-se do país ou do município, e neste último caso, por mais 15 (quinze) dias;

II - aprovação ou rejeição das contas municipais;

III - cassação de mandatos;

IV - concessão de honrarias;

V - mudança de local de funcionamento da Câmara;

VI - suspensão de execução de norma julgada inconstitucional;

VII - suspensão de Decretos do Poder Executivo Municipal que extrapolem o seu poder regulamentador.

Parágrafo único - nos casos de extinção ou perda de mandato, após o trâmite do processo nos termos deste Regimento, a Mesa tão somente promulgará e publicará o respectivo Decreto Legislativo.

Art. 112 - Resolução é a proposição apresentada por qualquer Vereador destinada a regular assunto de economia interna da Câmara, de natureza político-administrativa e também sobre sua Secretaria

Administrativa, Mesa Diretora e vereadores.

§ 1º - Constitui matéria de projeto de resolução, principalmente:

I - constituição de comissões temporárias;

II - organização, funcionamento e ordenamento dos trabalhos da Câmara Municipal;

III - elaboração do Regimento Interno e alteração de suas normas;

IV - concessão de licença a Vereador para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do município;

V - qualquer matéria de natureza regimental que necessite de ato que não o Decreto Legislativo;

VI - todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, não enquadrado nos limites dos simples atos administrativos.

§ 2º - A proposta de emenda ou substitutivo ao Regimento Interno só poderá ser aprovada pelo voto da maioria absoluta dos vereadores, mediante proposta:

I - da Mesa Diretora;

II - de um terço dos vereadores;

III - de comissão legislativa permanente;

IV - de comissão legislativa temporária.

Art. 113 - Os Decretos Legislativos e as Resoluções serão promulgados pela Mesa Diretora.

Seção III
Emendas e
Substitutivos

Art. 114 - Emenda é a correção apresentada a um dispositivo de Projeto de Lei, de Decreto Legislativo e de Resolução.

Parágrafo único - A emenda pode ser:

I - supressiva: objetiva suprimir qualquer parte da proposição original;

II - aglutinativa: resulta na fusão de partes do texto da proposição original para dispor em um único dispositivo;

III - substitutiva: é apresentada para substituir alguma parte da proposição original;

IV - modificativa: altera a proposição sem modificar substancialmente seu conteúdo;

V - aditiva: acrescenta disposições novas à proposição principal.

Art. 115 - Substitutivo é o Projeto de Lei, de Decreto Legislativo ou de Resolução, apresentado por Vereador, comissão legislativa, ou Mesa Diretora, para substituir outro apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo único - Não será permitido apresentar mais de um Substitutivo ao mesmo Projeto sem prévia retirada do anteriormente apresentado.

Art. 116 - Após o protocolo, as Emendas ou Substitutivos serão

apensados às proposições originais e seguirão o mesmo trâmite destas quanto à leitura, análise das comissões e votação.

Seção IV
Requerimentos

Art. 117 - Requerimento é todo o pedido verbal ou escrito de Vereador ou de comissão, feito ao Presidente da Câmara, sobre assunto do expediente, da Ordem do Dia ou de qualquer outro assunto do interesse do Vereador.

Art. 118 - Serão verbais e de deliberação do Presidente da Câmara os Requerimentos que solicitem:

I - a palavra ou desistência dela;

II - a permissão para utilização da palavra na tribuna;

III - a leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

IV - a posse de Vereador suplente;

V - a observância de disposição regimental;

VI - a retirada, pelo autor, de proposição não submetida à deliberação do Plenário;

VII - a verificação de votação ou quórum;

VIII - informações sobre os trabalhos ou a pauta da Ordem do Dia;

IX - a requisição de documentos, processos, livros ou publicações existentes na Câmara;

X - o preenchimento de lugar em comissão;

XI - votos de pesar, louvor, congratulações ou repúdio.

Art. 119 - Serão verbais e sujeitos à deliberação do Plenário os Requerimentos que solicitem:

I - prorrogação do tempo da sessão;

II - suspensão da sessão para emissão de pareceres ou para realização de outros atos regimentais;

III - votação por determinado processo;

IV - destaque de matéria para votação;

V - dispensa de leitura de matéria constante na Ordem do Dia;

VI - encerramento de discussão;

VII - retificação ou inserção de documentos em ata;

VIII - anexação de proposições para Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

Art. 120 - Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os Requerimentos que versem sobre:

I - licença de Vereador, nos termos deste Regimento;

II - cancelamento de sessão e adiamento para outra data;

III - juntada ou desentranhamento de documento deliberado pelo Plenário;

IV - retirada de proposição despachada à Ordem do Dia ou submetida à discussão do Plenário;

V - realização de audiência pública e sessões solenes;

VI - regime especial, urgência ou prioridade para apreciação das proposições;

VII - convocação do Prefeito, Secretários, autoridades públicas; cidadãos e entidades em geral para utilização da tribuna.

Parágrafo único - Os Requerimentos previstos neste artigo, nos casos de urgência ou por conveniência da ordem, poderão ser apresentados verbalmente ao Plenário, que deliberará a respeito.

Art. 121 - Os Requerimentos previstos nesta seção não excluem os outros expressamente previstos neste Regimento Interno.

Seção V Pedidos de Informações

Art. 122 - Qualquer Vereador poderá solicitar informações de interesse público ao Poder Executivo, à Mesa Diretora da Câmara vereadores ou a outros órgãos da administração pública.

§ 1º - O Pedido de Informações, após ser lido no Grande Expediente, deverá ser despachado para deliberação em Plenário.

§ 2º - O prazo para respostas aos Pedidos de Informações é de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado.

Seção VI Moções

Art. 123 - Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, apelando, aplaudindo ou protestando.

§ 1º - A Moção, depois de lida no Grande Expediente, será despachada à Ordem do Dia para deliberação em Plenário.

§ 2º - A critério da Presidência da Câmara, ou havendo acordo entre os vereadores, a Moção poderá ser entregue via correio ou pessoalmente durante sessão ordinária.

§ 3º - O Presidente da Câmara determinará o protocolo de entrega da Moção durante as sessões ordinárias, observando-se as disposições deste Regimento.

§ 4º - Poderão ser expedidas Moções na forma de diploma, contendo as assinaturas do Presidente da Câmara Municipal e do Vereador autor da proposição.

Seção VII Indicações

Art. 124 - Indicação é o documento em que o Vereador sugere ou solicita medidas de interesse público.

§ 1º - As indicações serão lidas no Grande Expediente e encaminhadas pelo Presidente às entidades competentes.

§ 2º - O Presidente da Câmara poderá limitar o número de Indicações a serem apresentadas por cada Vereador, com o objetivo de manter a ordem e o tempo das sessões ordinárias.

Seção VIII Pareceres e Relatórios

Art. 125 - Parecer é o pronunciamento de comissão ou assessoria da Câmara sobre matéria sujeita ao seu estudo, emitido com observância às seguintes normas:

§ 1º - O parecer constará de três partes:

I - o histórico, em que fará exposição da matéria em exame;

II - o parecer do Relator, em que sinteticamente será dada a opinião sobre a conveniência da aprovação ou rejeição total ou parcial da matéria, de maneira fundamentada, apresentando requisitos mínimos de formalidade e análise.

III - a decisão da comissão, com assinatura dos seus membros.

§ 2º - Os demais membros da comissão poderão declarar seu voto, por escrito, em separado.

§ 3º - O parecer da assessoria da Câmara será juntado ao parecer da comissão.

Art. 126 - O Relatório é o resultado do estudo feito por comissão ou por Relator a respeito de determinada matéria, constando de duas partes:

I - histórico, com análise da matéria;

II - conclusão, com assinatura de seus membros.

Seção IX Recursos

Art. 127 - Os Recursos contra atos do Presidente da Câmara ou da Mesa Diretora serão interpostos dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da ocorrência do fato, por simples petição dirigida ao Plenário.

§ 1º - O Recurso será lido no Grande Expediente da primeira sessão ordinária a ser realizada após o seu protocolo.

§ 2º - Após a leitura, o Recurso será encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para elaboração de parecer, no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 3º - Apresentando o parecer, o Recurso será submetido à discussão e votação na Ordem do Dia da sessão ordinária subsequente.

§ 4º - Aprovado o Recurso, o recorrido deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente.

Art. 128 - Os Recursos previstos nesta seção não excluem a forma e o prazo de outros recursos específicos previstos neste Regimento.

Seção X Representação

Art. 129 - Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ou eleitor ao Presidente da Câmara ou ao Plenário, visando à destituição de membro de comissão legislativa permanente ou à destituição de membro de comissão legislativa temporária ou da Mesa Diretora, respectivamente, nos casos previstos em legislação.

Art. 130 - Para efeitos regimentais equipara-se à Representação a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob acusação de prática de ilícito político-administrativo, que embasará o processo de cassação do mandato pela Câmara.

Art. 131 - Os procedimentos atinentes às representações previstas

no artigo anterior seguirão o disposto nos artigos 181 e 182 deste Regimento.

CAPÍTULO II TRAMITAÇÃO GERAL DAS PROPOSIÇÕES

Art. 132 - As proposições, ressalvados os casos de urgência, serão incluídas na sessão seguinte ao seu protocolo, desde que observados os seguintes prazos:

I - Protocolo até as 16h do dia da sessão ordinária, caso a proposição for de autoria de Vereador;

II - Protocolo até 04 (quatro) dias antes da realização da sessão ordinária, nos demais casos.

Art. 133 - O Presidente deixará de aceitar qualquer proposição que:

I - versar sobre assunto alheio à competência da Câmara;

II - delegar a outro Poder atribuições privativas do Poder Legislativo;

III - faça referência à lei, decreto, regulamento ou a qualquer outro dispositivo legal, sem se fazer acompanhar de cópia ou transcrição do referido documento;

IV - configure Emenda ou Substitutivo não pertinente à matéria contida no projeto;

V - seja inconstitucional, ilegal ou antirregimental;

VI - seja apresentado por Vereador ausente, licenciado ou afastado;

VII - não contenha a assinatura do autor;

VIII - tenha sido rejeitada, não sancionada ou elaborada sem obediência às prescrições da Lei Orgânica do município e deste Regimento Interno.

Parágrafo único - Da decisão do Presidente caberá recurso ao Plenário.

Art. 134 - Quando por extravio ou retenção indevida não for possível o andamento de qualquer proposição, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo pelos meios ao seu alcance e providenciará a sua tramitação.

Art. 135 - O autor poderá solicitar, em qualquer fase da tramitação, a retirada da sua proposição.

§ 1º - Se a matéria ainda não foi despachada à deliberação do Plenário, compete privativamente ao Presidente deferir o pedido.

§ 2º - Caso a matéria tenha sido despachada para deliberação em Plenário, caberá a este a decisão.

§ 3º - O Poder Executivo poderá solicitar a retirada de suas proposições em qualquer momento, não podendo ser recusada a solicitação.

Art. 136 - As proposições que não forem apreciadas até o fim da sessão legislativa serão arquivadas, exceto as de autoria do Poder Executivo.

§ 1º - Qualquer Vereador poderá requerer ao Presidente o desarquivamento de proposições, sendo vedado o desarquivamento de proposições das Legislaturas anteriores.

§ 2º - A proposição desarquivada tramitará a partir da fase em que se encontrava.

Art. 137 - Todas as proposições serão apresentadas à Secretaria Administrativa, que depois de protocoladas nos prazos regimentais, serão encaminhadas ao Presidente para inclusão na pauta.

Art. 138 - As proposições, ressalvados os casos de urgência e as disposições específicas deste Regimento, seguem o seguinte trâmite:

I - leitura no Grande Expediente;

II - análise das comissões nos termos dos artigos 62 ao 65;

III - Inclusão na Ordem do Dia para discussão e votação em Plenário;

IV - Após a votação, as proposições serão arquivadas ou encaminhadas para fins de sanção, promulgação e demais providências cabíveis, conforme previsto na Lei Orgânica e neste Regimento.

§ 1º - No Grande Expediente, no momento da leitura, ou na Ordem do Dia, no momento da discussão das proposições, o Vereador poderá solicitar vista da matéria apreciada pelo prazo de até 05 (cinco) dias, cabendo ao Plenário deliberar a respeito.

§ 2º - Caso mais de um Vereador tenha o pedido de vista deferido, o Presidente determinará a ordem de cada um por igual período.

§ 3º - É vedada a concessão de vista aos membros das comissões permanentes competentes para a análise da proposição, bem como nova vista ao Vereador que teve o pedido deferido anteriormente.

§ 4º - Depois de decorridos os prazos de vista, a proposição será devolvida para o devido trâmite.

CAPÍTULO III TRAMITAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

Seção I Orçamento anual

Art. 139 - O projeto do orçamento anual será encaminhado até o final do mês de outubro do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Art. 140 - Recebida a proposta orçamentária de forma legal e dentro do prazo regimental, o Presidente mandará distribuir cópias aos demais vereadores, encaminhando-se, após a leitura em Plenário, à Comissão de Finanças e Orçamento para que em 45 (quarenta e cinco) dias receba emendas e emita parecer conclusivo sobre o projeto.

§ 1º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões;

b) com dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 2º - No mesmo prazo previsto no caput deste artigo, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final deverá emitir parecer quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa da proposta orçamentária.

Art. 141 - Aplicam-se as normas deste capítulo, no que couber, às propostas do plano plurianual e das diretrizes orçamentárias.

Art. 142 - O Prefeito poderá enviar mensagem aditiva à Câmara para propor modificações nos projetos previstos neste capítulo, enquanto não iniciada a votação pelo Plenário.

Art. 143 - A Câmara Municipal de Vereadores não entrará em recesso sem que tenha votado o Projeto do Plano Plurianual, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Projeto de Lei do Orçamento Anual.

Seção II

Julgamento das contas

Art. 144 - Tendo a Câmara recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas municipais, o Presidente determinará a distribuição de cópias aos vereadores e efetuará a leitura em Plenário até a terceira sessão ordinária subsequente ao seu recebimento.

§ 1º - Após a leitura, as contas serão enviadas à Comissão de Finanças, que terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar seu parecer, acompanhado de Projeto de Decreto Legislativo pela aprovação ou rejeição das contas.

§ 2º - Aos vereadores cabe encaminhar à Comissão de Finanças, pedidos de informação sobre itens determinados da prestação de contas.

§ 3º - A Comissão de Finanças, para exarar o parecer ou responder aos pedidos de informação, poderá realizar quaisquer diligências e vistorias externas, bem como, em consonância com o Prefeito, examinar quaisquer documentos da Prefeitura.

§ 4º - O Presidente designará servidor da Câmara que, em assessoria à Comissão de Finanças, prestará todas as informações necessárias ao exame das contas.

Art. 145 - Na apreciação das contas, a Câmara Municipal poderá, em deliberação por maioria simples, converter o processo em diligência ao Prefeito do exercício correspondente, abrindo vistas pelo prazo de 30 (trinta) dias, para que sejam prestados os esclarecimentos julgados convenientes.

Art. 146 - A Câmara Municipal poderá, antes do julgamento das contas, em deliberação por maioria simples e de posse dos esclarecimentos prestados pelo Prefeito ou à vista de fatos novos que evidenciem indícios de irregularidades, devolver o processo ao Tribunal de Contas para reexame e novo parecer.

Parágrafo único - recebido o segundo parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, a Câmara Municipal deverá julgar definitivamente as contas.

Art. 147 - O Projeto de Decreto Legislativo apresentado pela Comissão de Finanças sobre a prestação de contas, será submetido a uma única discussão e votação, vedada a apresentação de emendas.

Parágrafo único - O quórum da rejeição do parecer prévio do

Tribunal de Contas é de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 148 - Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas, será emitido documento com as motivações da decisão.

Parágrafo único - A Mesa comunicará o resultado da votação ao Tribunal de Contas e ao Executivo e, se rejeitadas as contas, remeterá-as imediatamente ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Art. 149 - O prazo máximo para apreciação das contas municipais é o de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de leitura em Plenário do parecer prévio emitido pelo Tribunal.

§ 1º - Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias sem deliberação, as contas serão incluídas na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se proceda à votação.

§ 2º - O prazo a que se refere este artigo interrompe-se durante o recesso da Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV

TRAMITAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA

Art. 150 - Urgência é a abreviação de prazos do processo legislativo ordinário, em virtude de relevante e urgente interesse público, para que determinada proposição seja logo considerada.

Art. 151 - A urgência poderá ser solicitada:

I - pelo Prefeito, em projetos de autoria do Poder Executivo;

II - por qualquer Vereador, mediante requerimento.

§ 1º - A solicitação de urgência será lida e decidida por maioria simples no momento da leitura da proposição em Plenário.

§ 2º - Aprovada a solicitação de urgência, a proposição será apreciada na mesma sessão em que for procedida sua leitura.

§ 3º - Incluída a matéria na Ordem do Dia e não havendo parecer das comissões, estas deverão emitir parecer imediatamente, dentro da própria sessão.

§ 4º - As proposições em regime de urgência não admitem pedidos de vista ou adiamento de discussão ou votação.

CAPÍTULO V

DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Seção I

Discussões

Art. 152 - A discussão é a fase da Ordem do Dia destinada aos debates, pelo Plenário, sobre proposição em pauta para deliberação.

§ 1º - Salvo disposições específicas constantes na Lei Orgânica e neste Regimento Interno, as proposições terão discussão única.

§ 2º - Após a leitura da proposição constante na Ordem do Dia, o Presidente colocá-la-á em discussão para manifestação dos vereadores interessados.

§ 3º - O Vereador, observando as disposições deste Regimento, deve utilizar a palavra em tempo razoável e com a exclusiva finalidade de debater sobre a proposição em análise.

Art. 153 - O encerramento da discussão de qualquer proposição dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso de prazo regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

Seção II

Do adiamento de discussão e votação

Art. 154 - O adiamento da discussão e da votação poderá ser formulado até o momento da votação da matéria em Plenário, através de requerimento verbal ou escrito, a ser deliberado pelo Plenário.

Parágrafo único - O adiamento da discussão e da votação só poderá ser concedido uma vez para uma mesma proposição, sendo obrigatória a inclusão da proposição na sessão seguinte.

Seção III

Votações

Subseção I

Disposições preliminares

Art. 155 - Votação é o ato pelo qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa.

§ 1º - Todas as proposições sujeitas à votação, devem previamente ser colocadas em discussão, nos termos do artigo 152 deste Regimento.

§ 2º - Através de requerimento aprovado pelo Plenário, podem as proposições ser votadas em bloco, ressalvados os eventuais pedidos de destaque.

§ 3º - Destaque é a proposição a ser discutida e votada em separado das demais proposições que serão votadas em bloco.

Art. 156 - Fica garantida ao Vereador a possibilidade de abster-se de votar.

Subseção II

Do quórum

Art. 157 - Quórum é o número mínimo necessário de vereadores para que a Câmara possa iniciar as sessões ou deliberar.

Art. 158 - O quórum mínimo para iniciar as sessões da Câmara é o de 1/3 (um terço) dos seus membros.

Art. 159 - As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, salvo disposição específica em contrário.

Art. 160 - Para fins deste Regimento, considera-se:

I - maioria ou maioria simples: qualquer número superior à metade dos vereadores presentes à sessão;

II - maioria absoluta: o número de 5 (cinco), no caso da Câmara ter 9 (nove) vereadores, e 6 (seis), no caso da Câmara ter 11 (onze) vereadores;

III - maioria qualificada de 2/3 (dois terços): número de 6 (seis), no caso da Câmara ter 9 (nove) vereadores, e 8 (oito), no caso da Câmara ter 11 (onze) vereadores.

§ 1º - No caso do inciso I, as abstenções não são contadas para efeito de voto favorável ou contrário à proposição, prevalecendo a decisão dos votos restantes.

§ 2º - Nos casos dos incisos II e III, considera-se para efeito de quórum o número total dos membros da Câmara, não se alterando em virtude de ausência ou impedimento de Vereador.

Art. 161 - Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, além daquelas previstas na Lei Orgânica Municipal e em outros dispositivos deste Regimento, as seguintes proposições:

I - leis complementares;

II - rejeição de veto;

III - proposta de retorno de projeto rejeitado para a mesma sessão legislativa;

IV - eleição indireta do Prefeito e do Vice-Prefeito, nos termos da Lei Orgânica do município;

V - deliberação de sessão da Câmara em outro local;

VI - deliberação sobre fixação de símbolos no recinto da Câmara;

VII - deliberação sobre emendas ou substitutivos ao Regimento Interno.

VIII - convocação de reunião extraordinária por vereadores;

Art. 162 - Dependerão do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, além daquelas previstas na Lei Orgânica Municipal e em outros dispositivos deste Regimento, as seguintes proposições:

I - alteração da Lei Orgânica do município;

II - representação contra o Prefeito, Vice-Prefeito, Secretário Municipal e Vereador, pela prática de crime contra a administração pública;

III - concessão de título e homenagem às pessoas ou entidades;

IV - rejeição do parecer do Tribunal de Contas;

V - pedido de intervenção no município;

VI - alteração do nome do município;

VII - requerimento para inclusão de matéria na ordem do dia;

VIII - decisão sobre perda de mandato de Vereador.

Subseção III

Dos processos de votação

Art. 163 - O processo de votação é simbólico ou nominal.

Art. 164 - O processo simbólico praticar-se-á conservando-se sentados os vereadores que aprovam e levantando-se os que desaprovam a proposição.

§ 1º - Ao anunciar o resultado da votação, o Presidente declarará quantos vereadores votaram favorável ou contrariamente à proposição, e também quantos se abstiveram.

§ 2º - Havendo dúvidas sobre o resultado, o Presidente pode pedir aos vereadores que se manifestem novamente.

§ 3º - O processo simbólico será regra geral para as votações, somente sendo substituído por dispositivo legal ou por requerimento

aprovado pelo Plenário.

Art. 165 - A votação nominal será feita pela chamada dos presentes pelo Primeiro Secretário, devendo os vereadores dizer "sim", "não" ou "abstenção".

Parágrafo único - O Presidente proclamará o resultado mandando ler os nomes dos vereadores que tenham votado "sim", dos que tenham votado "não" e dos que se abstiveram.

Art. 166 - Havendo empate nas votações simbólicas e nominais, serão desempatadas pelo Presidente.

Art. 167 - Proclamado o resultado da votação, poderá Vereador impugná-lo perante o Presidente, o qual colocará a solicitação em apreciação do Plenário, quando da votação tenha participado Vereador impedido, ou tenha sido realizado procedimento irregular de votação.

Parágrafo único - Aceita a impugnação pelo Plenário, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto ou procedimento que motivou o incidente.

CAPÍTULO VI SANÇÃO, VETO, PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Art. 168 - O Projeto de Lei aprovado será enviado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo Presidente da Câmara ao Prefeito, que, concordando, sancioná-lo-á e promulgá-lo-á no prazo de até 15 (quinze) dias úteis.

Parágrafo único - Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

Art. 169 - Julgado o Projeto pelo Prefeito, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, prazo no qual deverá promover a publicação e comunicação ao Presidente da Câmara.

§ 1º - As razões aduzidas no veto serão apreciadas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento, em uma única discussão.

§ 2º - O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos vereadores.

§ 3º - Esgotado, sem deliberação, o prazo previsto no parágrafo 1º deste artigo, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final.

§ 4º - No caso de o veto ser rejeitado, o Projeto será enviado ao Prefeito em 48 (quarenta e oito) horas, para promulgação.

§ 5º - Em caso de não promulgação pelo Prefeito da Lei em 48 (quarenta e oito) horas, nos casos de sanção tácita ou rejeição de veto, o Presidente da Câmara promulgá-la-á e, se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente, em igual prazo, fazê-lo.

§ 6º - Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas serão promulgadas com o mesmo número da Lei Original, observado o prazo estipulado no § 5º.

§ 7º - O prazo previsto no § 1º deste artigo não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 8º - Na apreciação do veto, a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

TÍTULO V VEREADORES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 170 - Os vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício de mandato e na circunscrição do município.

Art. 171 - Os vereadores não são obrigados a testemunhar, perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre pessoas a quem confiaram ou de quem receberam informações.

CAPÍTULO II EXERCÍCIO DO MANDATO

Art. 172 - Aos vereadores, na qualidade de agentes políticos investidos de mandato, compete a participação em todos os atos da Câmara de Vereadores e usufruir das prerrogativas e direitos compreendidos no pleno exercício de seu mandato, observados os preceitos legais e as normas estabelecidas neste Regimento, na Lei Orgânica, na Constituição Estadual, na Constituição Federal e na legislação que lhe diz respeito, além de outros direitos:

I - participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, o que comunicará ao Presidente;

II - integrar-se ao trabalho das comissões legislativas permanentes;

III - votar e ser votado na eleição da Mesa e das comissões legislativas permanentes, na forma regimental;

IV - apresentar proposições que visem ao interesse coletivo, salvo de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa;

V - usar da palavra em defesa ou em oposição às proposições apresentadas à deliberação do Plenário.

Art. 173 - São deveres do Vereador, entre outros:

I - desincompatibilizar-se, quando investido no mandato, em estrita obediência às Constituições Estadual e Federal e à Lei Orgânica do município;

II - exercer o mandato observando as determinações legais relativas ao exercício do próprio mandato;

III - comparecer decentemente trajado às sessões e ao recinto da Câmara;

IV - cumprir os deveres dos cargos e funções para os quais for eleito ou designado;

V - desempenhar fielmente o mandato atendendo ao interesse público e às diretrizes partidárias;

VI - votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara, salvo nos impedimentos legais, sob pena de nulidade da votação, quando o seu voto for decisivo;

VII - comparecer pontualmente às sessões plenárias, às reuniões de comissão e aos compromissos a que foi designado;

VIII - manter o decoro parlamentar;

IX - comportar-se com respeito em Plenário, sem perturbar os trabalhos e a ordem;

X - obedecer às normas regimentais, quando do uso da palavra;

XI - não residir fora do município;

XII - conhecer e observar o Regimento, a Lei Orgânica e as Constituições Estadual e Federal;

XIII - propor impugnação das matérias que lhe pareçam contrárias ao interesse público;

XIV - relatar compromissos aos quais foi designado, apresentando os seus resultados à Mesa ou ao Plenário, na forma regimental;

XV - comunicar à Mesa a sua ausência do país, especificando o seu destino, com dados que permitam sua localização.

Art. 174 - Caso qualquer Vereador cometer, no recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as seguintes providências, conforme a gravidade:

I - advertência pessoal;

II - advertência em Plenário;

III - cassação da palavra;

IV - determinação para se retirar do Plenário;

V - proposta de cassação de mandato, na forma legal.

CAPÍTULO III INCOMPATIBILIDADES

Art. 175 - O Vereador não poderá:

I - desde a expedição do diploma:

a) - firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível "ad nutum" nas entidades constantes na alínea anterior;

II - desde a posse:

a) - ser proprietário, controlador, ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) - ocupar cargo ou função de que seja demissível "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, alínea "a";

c) - patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades referidas no inciso I, alínea "a";

d) - ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.

CAPÍTULO IV PERDA DE MANDATO

Art. 176 - Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara ou das reuniões das comissões legislativas, salvo em caso de licença ou de missão oficial autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI - que sofrer condenação criminal com pena de reclusão, em sentença transitada em julgado, devidamente publicada;

VII - que deixar de residir no município;

VIII - que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido neste Regimento.

§ 1º - Nos casos dos incisos I, II, VI e VII deste artigo, a perda de mandato de Vereador será decidida pela Câmara, por voto nominal e com maioria de 2/3 (dois terços), mediante representação na Câmara, nos termos do art. 182.

§ 2º - Nos casos previstos nos incisos III, IV, V e VIII a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado na Câmara de Vereadores, nos termos do art. 181.

§ 3º - Para o efeito do inciso II, considera-se procedimento incompatível com o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas asseguradas aos membros da Câmara Municipal de Vereadores ou a percepção de vantagens indevidas em decorrência da condição de Vereador;

II - a transgressão reiterada aos preceitos deste Regimento Interno;

III - a perturbação da ordem nas sessões da Câmara Municipal de Vereadores ou nas reuniões das comissões;

IV - o uso, em discursos ou pareceres, de expressões ofensivas a membros do Legislativo Municipal;

V - o desrespeito à Mesa Diretora e atos atentatórios à dignidade de seus membros;

VI - o comportamento vexatório ou indigno capaz de comprometer a dignidade do Poder Legislativo municipal.

Art. 177 - A Câmara Municipal de Vereadores poderá instituir, através de Resolução específica, o Código de Ética Parlamentar.

Art. 178 - Ao Vereador que não participar das sessões plenárias ordinárias ou extraordinárias, bem como das reuniões das comissões legislativas, sem motivo justificado registrado em ata pelo Presidente da Câmara, terá descontado da remuneração mensal o número de reuniões a que faltou.

Art. 179 - Não perderá o mandato o Vereador:

I - investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, considerando-se, neste caso, licenciado;

II - licenciado pela Câmara, por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste último caso, o afastamento não ultrapasse a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.

Parágrafo único - Na hipótese de investidura no cargo de Secretário Municipal, o Vereador poderá optar pela remuneração de um dos cargos.

CAPÍTULO V VAGAS

Art. 180 - As vagas da Câmara dar-se-ão por:

I - renúncia;

II - falecimento;

III - por perda ou cassação do mandato.

§ 1º - Extingue-se o mandato e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando ocorrer falecimento, ou então renúncia por escrito de Vereador.

§ 2º - A ocorrência de falecimento ou renúncia será comunicada em Plenário, devendo ser publicado Decreto Legislativo sobre a ocorrência do fato.

CAPÍTULO VI PROCESSO DE PERDA DE MANDATO

Art. 181 - A perda de mandato nos termos do § 2º do art. 176 ocorrerá com a observância dos seguintes procedimentos:

I - Protocolada a representação, esta será lida em Plenário para conhecimento;

II - Após a leitura, o Vereador acusado será notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar suas considerações;

III - As considerações apresentadas pelo Vereador serão recebidas pela Mesa e a decretação da perda de mandato só deixará de ocorrer se na representação ou nas considerações do Vereador constar prova inequívoca da não ocorrência das situações previstas nos incisos III, IV, V e VIII do art. 176;

IV - As alegações do Vereador acusado e a decisão da Mesa Diretora serão anunciadas em Plenário, registrando-se em ata e efetuando-se as devidas publicações.

Art. 182 - O processo de cassação do mandato de Vereador, assim como o de Prefeito ou Vice-Prefeito, nos casos de infrações político-administrativas definidas na legislação federal, estadual e municipal e, inclusive, ao que consta no § 1º do art. 176 deste Regimento, obedecerá ao seguinte rito:

I - a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer Vereador ou eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas;

a) - sendo o denunciante Vereador, este ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão Processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação;

b) - caso o denunciante seja o Presidente da Câmara, este passará a Presidência ao substituto legal, para atos do processo;

II - de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira

sessão, determinará a sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento;

III - decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a comissão processante, com três vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator;

IV - recebido o processo, o Presidente da comissão iniciará os trabalhos dentro de 05 (cinco) dias, notificando o denunciado com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretende produzir e arrole testemunhas, até o máximo de 10 (dez);

V - se o denunciado estiver ausente do município por mais de 15 (quinze) dias, a notificação far-se-á por edital, publicado 02 (duas) vezes no Diário Oficial do município, com intervalo de 03 (três) dias, no mínimo, contado o prazo da primeira publicação;

VI - decorrido o prazo da defesa, a comissão processante emitirá parecer dentro de 05 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, fato que será submetido ao Plenário;

VII - se o Plenário decidir por maioria simples pelo prosseguimento, o Presidente da Comissão designará, desde logo, o início da instrução e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessárias para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas;

VIII - o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa do seu procurador, com antecedência de, no mínimo, 02 (dois) dias úteis, sendo-lhe permitido vista e carga do processo, assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa, desde que tais solicitações não sejam reconhecidamente expedientes protelatórios;

IX - concluída a instrução, será aberta vista e carga do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 05 (cinco) dias e, após, a comissão processante emitirá parecer final pela procedência ou improcedência da acusação e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

X - na sessão de julgamento, será lido o relatório da comissão e, a seguir, os vereadores que o desejarem, poderão manifestar-se verbalmente, pelo prazo máximo de 15 (quinze) minutos cada um e, ao final, o denunciado ou seu procurador terá o prazo máximo de 30 (trinta) minutos para a produção de sustentação oral;

XI - concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações quantas forem as infrações articuladas na denúncia e considerar-se-á afastado definitivamente do cargo o denunciado que for declarado pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, com o incurso em qualquer das infrações especificadas da denúncia;

XII - concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração e, se houver condenação, expedirá juntamente com a Mesa Diretora o competente Decreto Legislativo de cassação do mandato do denunciado;

XIII - se o resultado da votação for absolviatório, o Presidente determinará o arquivamento do processo;

XIV - em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará

o resultado à Justiça Eleitoral da Comarca;

XV - o processo a que se refere este artigo deverá estar concluído dentro de 90 (noventa dias), contados da data em que se efetivar a notificação do acusado.

CAPÍTULO VII LICENÇA E SUPLENTES

Art. 183 - O Vereador pode licenciar-se:

I - para tratamento de saúde, devidamente comprovado;

II - para tratar, mediante requerimento, de assunto de interesse particular, desde que o período de licença não seja superior a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;

III - para ser investido no cargo de Secretário Municipal ou cargo municipal equivalente, sendo neste caso automaticamente licenciado;

IV - À vereadora gestante, no exercício do mandato, serão concedidos 180 (cento e oitenta) dias de licença-maternidade remunerada, nos termos da legislação aplicável;

V - O Vereador, no exercício do mandato, terá direito à licença paternidade por 20 (vinte) dias, nos termos da legislação aplicável.

§ 1º - Encerrada a situação que motivou a licença, nos casos do inciso I ou III, ou decorrido o prazo concedido, consideram-se automaticamente empossados os vereadores titulares.

§ 2º - Não tem direito à remuneração o Vereador licenciado para tratar de assuntos de interesse particular.

§ 3º - Pode o Vereador optar pela remuneração da vereança, quando investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente.

§ 4º - O Vereador afastado, com a devida aprovação do Plenário, para desempenho de missões temporárias de interesse do município, não será considerado licenciado, fazendo jus à remuneração estabelecida.

Art. 184 - O suplente de Vereador será convocado pelo Presidente da Câmara no caso de vaga ou licença igual ou superior a 30 (trinta) dias.

§ 1º - O suplente convocado deverá tomar posse dentro de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito por deliberação da Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2º - Na ocorrência de vaga, não havendo suplente, o presidente da Câmara comunicará o fato, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 185 - Ao suplente é facultado promover judicialmente a declaração de extinção de mandato de Vereador de sua bancada em casos de infidelidade partidária, de acordo com a legislação pertinente.

CAPÍTULO VII USO DA PALAVRA

Seção I Disposições gerais

Art. 186 - O uso da palavra será realizado com dignidade e ordem, cumprindo aos vereadores atender às seguintes determinações regimentais:

I - utilização da palavra sentado em sua bancada, podendo ser autorizado pelo Presidente o uso da tribuna;

II - dirigir-se sempre ao Presidente da Câmara, voltado para a Mesa, salvo quando responder em aparte a outro Vereador;

III - não usar da palavra sem haver solicitado e sem o devido consentimento do Presidente;

IV - referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Senhor ou Vossa Excelência;

V - não abrir diálogo com o público, a não ser em debate oficializado e dirigido pelo Presidente da Câmara, nem se dirigir ao público de maneira a faltar com o decoro parlamentar.

Art. 187 - O Vereador a quem for dada a palavra, deverá, inicialmente, declarar a que título se pronuncia, e não poderá:

I - usar a palavra com finalidade diversa do motivo alegado;

II - desviar-se da matéria em debate;

III - falar sobre matéria vencida;

IV - usar de linguagem imprópria;

V - ultrapassar o prazo que lhe couber;

VI - deixar de atender às advertências do Presidente.

Art. 188 - Quando mais de um Vereador solicitar a palavra, simultaneamente, o Presidente a concederá obedecendo à seguinte precedência:

I - autor da proposição em discussão;

II - relator do parecer;

III - autor da emenda;

IV - alternadamente, a quem for a favor ou contra a matéria em debate.

Seção II Apartes

Art. 189 - Aparte é a interrupção do orador por outro para indagação, esclarecimento ou comentário relativo à matéria em debate.

§ 1º - O aparte será expresso em termos corteses e não poderá exceder a 01 (um) minuto.

§ 2º - Não serão permitidos apartes sem licença do orador.

Art. 190 - É vedado o aparte:

I - ao Presidente, durante a direção dos trabalhos;

II - quando o orador esteja declarando voto, falando sobre a ata ou sobre questão de ordem;

III - em sustentação de recurso.

Seção III Questões de ordem

Art. 191 - Questão de ordem é toda dúvida levantada em Plenário

quanto à interpretação do Regimento, em relação a sua aplicação ou sua legalidade, sendo que sua apreciação se constituirá em precedente regimental, consoante art. 199 deste Regimento.

§ 1º - As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação das disposições regimentais que se pretendam elucidar.

§ 2º - Não observando o proponente o disposto neste artigo, poderá o Presidente retirar-lhe a palavra e não tomar em consideração à questão levantada.

Art. 192 - Formulada a questão de ordem, facultada a sua contestação por outros vereadores, será ela conclusivamente decidida pelo Plenário.

Art. 193 - Em qualquer fase da sessão, poderá o Vereador solicitar, pela ordem, a observância das normas contidas neste Regimento Interno, com o objetivo de orientar o Presidente e demais vereadores sobre a condução dos trabalhos.

Parágrafo único - O Presidente decidirá sobre a solicitação feita pelo Vereador, cabendo recurso ao Plenário.

TÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS

Art. 194 - O mandato de Vereador será remunerado exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, através de Projeto de Lei Legislativo, sancionado pelo Prefeito.

§ 1º - É vedada a concessão de ajuda de custo, gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, salvo o pagamento de diária ou reembolso de despesas quando o Vereador se deslocar em missão de representação e em eventos de aperfeiçoamento.

§ 2º - O pagamento de diárias e reembolso de despesas deverão ser autorizados pelo Presidente da Câmara.

Art. 195 - A remuneração do Presidente da Câmara será diferenciada pela complexidade do cargo.

Art. 196 - A Câmara fixará a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito, vereadores e Secretários Municipais, até 12 (doze) meses antes do término da Legislatura, vigorando para a Legislatura seguinte, observado o disposto na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

CAPÍTULO II DOS GABINETES

Art. 197 - O gabinete de Vereador, inclusive o da Presidência, é a unidade de assessoramento parlamentar coordenada pelo Vereador, tendo por finalidade prestar suporte ao desenvolvimento das atividades parlamentares.

Art. 198 - São atribuições do gabinete do Vereador, através de sua assessoria:

I - oferecer suporte ao desenvolvimento das atividades político-parlamentares do Vereador;

II - atendimento ao público;

III - elaboração de documentos de interesse do Vereador;

IV - arquivar os documentos apresentados durante o exercício da vereança.

Parágrafo único - Resolução da Câmara poderá estabelecer normas específicas sobre a organização e funcionamento dos gabinetes.

CAPÍTULO III PRECEDENTES REGIMENTAIS

Art. 199 - Os casos não previstos neste Regimento Interno serão resolvidos soberanamente pelo Plenário e as soluções constituirão Precedentes Regimentais.

Parágrafo único - Os Precedentes Regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação na solução de casos análogos.

CAPÍTULO IV DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 200 - Qualquer Vereador, comissão, a Mesa Diretora, entidade da sociedade civil ou órgão do governo, poderá solicitar audiência pública para discutir matéria em trâmite ou assunto de relevante interesse público, através de requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 1º - A Mesa Diretora ou comissão competente elaborará o protocolo da audiência pública.

§ 2º - Na audiência pública farão uso da palavra, por até 20 (vinte) minutos, o relator da matéria ou o representante da entidade solicitante, podendo a palavra ser cedida aos vereadores e participantes previamente inscritos com o objetivo de fazerem comentários ou questionamentos, dividido o tempo, a critério da Presidência dos trabalhos, de acordo com o número de participantes inscritos para utilizar a palavra.

§ 3º - Da audiência pública será lavrada ata sintética, na qual serão anexados os documentos apresentados na ocasião.

§ 4º - Cada audiência pública terá a duração de até 02 (duas) horas, podendo ser prorrogada por igual período, a critério da Presidência dos trabalhos.

§ 5º - Qualquer procedimento decidido na audiência pública será comunicado ao Plenário da Câmara de Vereadores com o objetivo de viabilizar os trâmites legais e regimentais.

CAPÍTULO V DA TRIBUNA POPULAR

Art. 201 - A Câmara de Vereadores de Joaçaba poderá conceder o uso da tribuna para qualquer cidadão ou entidade representativa, dispondo de até 20 (vinte) minutos do Grande Expediente para discorrer sobre assuntos de interesse público.

§ 1º - A entidade ou cidadão interessado em utilizar a tribuna deverá protocolar requerimento onde conste sua identificação e o assunto a ser abordado.

§ 2º - Qualquer Vereador pode apresentar requerimento solicitando a utilização da tribuna pelos cidadãos e entidades em geral.

Art. 202 - Nos casos de comunicação inadiável ou urgente, desde que haja consentimento do Plenário, poderá a tribuna da Câmara ser utilizada no Grande Expediente ou no Momento da Presidência.

Art. 203 - Não será permitido discorrer sobre outro assunto que não seja o constante no requerimento.

Parágrafo único - O Presidente poderá, a qualquer tempo, solicitar ao orador que se mantenha dentro do assunto, sob pena de cassação do uso da palavra.

Art. 204 - Após a utilização da palavra pelos cidadãos ou entidades, o Presidente, observados o tempo da sessão e as demais disposições regimentais, passará a palavra aos vereadores para comentários e questionamentos.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 205 - Nos dias de sessão deverão estar presentes no Plenário da Câmara as bandeiras do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do município de Joaçaba.

Art. 206 - Os prazos previstos neste Regimento correrão na forma adotada pelo sistema processual civil.

Art. 207 - Os prazos previstos neste Regimento e na Lei Orgânica do município não correm no período de recesso da Câmara.

Art. 208 - É de responsabilidade individual e coletiva de todos os vereadores e funcionários da Câmara Municipal, o cuidado com o patrimônio público e os bens pertencentes ao Poder Legislativo.

Art. 209 - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017, considerando-se revogada, a partir da referida data, a Resolução nº 019 de 06 de dezembro de 2011.

Joaçaba/SC, 23 de novembro de 2016.

Jucelino Ferraz	Ademir Luiz Righi
Presidente	Vice-Presidente

Almir Pastori	Francisco Moreira Lopes
Primeiro Secretário	Segundo Secretário

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO ARP 02/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

4º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2015

PROCESSO Nº 306/2015

CLÁUSULA I PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Leite para Consumo nas Unidades Escolares Municipais, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

Conforme solicitação de reajuste efetuada pela Secretaria da educação ofícioº 1020/2016, com anuência da Secretaria da Fazenda Nº 283/2016 e com parecer jurídico. Nº 1042/2016 favorável, fica reajustado o item 01 leite integral pasteurizado homogeneizado tipo C, passando de R\$ 3,09 (três reais e nove centavos) para R\$ 2,14 (dois reais e catorze centavos). Retroagindo a data da interposição do requerimento administrativo dia 17/11/2016.

EMPRESA DICOR DISTRIBUIDORA LTDA - ME

CNPJ/END.17.710.893/0001-61, com sede a Rua Augustinho de Oliveira Córdova, Bairro Araucária, CEP 88512-635 – Lages/SC

As demais Cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 24 de novembro de 2016.

Elizeu Mattos

EXTRATO ARP 76-A/2016 PML

MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS 76-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

PROCESSO Nº 140/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais Elétricos para Iluminação de Ruas, Praças e Equipamentos do Natal Felicidade 2016, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE TURISMO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 48,00 (quarenta e oito reais), sendo:

ELETRONEMA LTDA EPP – CNPJ 01.793.573/0001-82 – ROD. SC 350, Nº 5225 ALBERTINA RIO DO SUL/SC – CEP 89.167-650.

Lages, 21 de novembro 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 76-B/2016 PML

MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS 76-B/2016

PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

PROCESSO Nº 140/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais Elétricos para Iluminação de Ruas, Praças e Equipamentos do Natal Felicidade 2016, em conformidade com as

especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE TURISMO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 13.920,00 (treze mil novecentos e vinte reais), sendo:

LIGHT VOLT COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – CNPJ 22.257.631/0001-23 – RUA PEDRO EDVINO BECKER, 187 BAIRRO RINCÃO NOVO HAMBURGO/RS – CEP 93.348-250.

Lages, 21 de novembro 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 76-C/2016 PML

MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS 76-C/2016

PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

PROCESSO Nº 140/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais Elétricos para Iluminação de Ruas, Praças e Equipamentos do Natal Felicidade 2016, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE TURISMO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), sendo:

PR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP CNPJ 24.878.609/0001-26 – RUA MARINHO NERBASS, 30 CENTRO LAGES/SC CEP 88.502-180 Lages, 21 de novembro 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 76-D/2016 PML

MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS 76-D/2016

PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

PROCESSO Nº 140/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais Elétricos para Iluminação de Ruas, Praças e Equipamentos do Natal Felicidade 2016, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze)

meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE TURISMO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 12.967,00 (doze mil novecentos e sessenta e sete reais), sendo:

VOLTS SERVIÇOS ENGENHARIA LTDA – ME CNPJ 22.471.439/0001-35 – RUA CAPINZAL, 275 BAIRRO CEARA CRICIUMA/SC CEP 88.815-120

Lages, 21 de novembro 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 77/2016 PML

MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS 77/2016

PREGÃO PRESENCIAL 76/2016

PROCESSO Nº 141/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Locação de Equipamentos de Projeção de Imagens para Grandes Formatos (Projeção Mapeada – MAPPING 3D), para o Natal da Felicidade 2016, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE TURISMO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 96.600,00 (noventa e seis mil e seiscientos reais), sendo;

A/V MÍDIA LOCAÇÃO LTDA – EPP – CNPJ 04.679.255/0001-83 – RUA DOS IPÊS, Nº 100 SALA 02 BAIRRO CARVOEIRA FLORIANÓPOLIS/SC. CEP 88.040-575.

Lages, 24 de novembro 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 137/2016 PMLM

EXTRATO DE CONTRATO 137/2016 PMLM

Contrato 137/2016

Processo Licitatório nº 73/2016 – TOMADA DE PREÇO 73/2016

Objeto: Contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução das Obras de Construção de Depósito de Manutenção para Usina de Beneficiamento de Leite com área de 466,31 m² para Fomento ao Setor Agropecuario no Município de Lauro Muller/SC, de acordo com o Convênio a Caixa Econômica Federal, através do Ministerio da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) conforme Convenio de Repasse nº 808669/2014

Contratado: CONSTRUTORA NELGUI LTDA

Valor global: R\$ 298.249,48 (duzentos e noventa e oito mil duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos)

Vigencia : 25/11/2016 a 31/12/2017

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipa

EXTRATO DE CONTRATO 65/66/2016 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 65/2016 FMS

Contrato 65/2016

Processo Licitatório nº 70/2016 – TOMADA DE PREÇO 70/2016

Objeto: Constitui objeto do presente contrato, tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para execução de serviços remanescentes da ampliação unidade básica de saúde PSF Sumaré, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no Memorial Descritivo, mediante as especificações, condições e quantidades especificadas no termo de homologação.

Contratado: CONSTRUTORA NELGUI LTDA

Valor global: R\$ 29.396.42,00 (vinte e nove mil trezentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos)

Vigencia : 08/11/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipa

EXTRATO DE CONTRATO 66/2016 FMS

Contrato 66/2016

Processo Licitatório nº 71/2016 – TOMADA DE PREÇO 71/2016

Objeto: Constitui objeto do presente contrato, tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para execução de serviços remanescentes da ampliação unidade básica de saúde PSF Itanema, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no Memorial Descritivo, mediante as especificações, condições e quantidades especificadas no termo de homologação.

Contratado: CONSTRUTORA NELGUI LTDA

Valor global: R\$ 22.919,99 (vinte e dois mil novecentos e dezenove reais e noventa e nove centavos)

Vigencia : 10/11/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipa

Lebon Régis

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PE07/2016

FUNDO DE SAÚDE LEBON RÉGIS/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2016 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2016

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Fundo de Saúde de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço. Objeto: A presente licitação visa à compra de EQUIPAMENTOS HOSPITA-LARES conforme descrição detalhada do ANEXO I- Termo de refe-rência. Houve alteração do Anexo 3 (documentos de habilitação) e do anexo 1 (termo de referência) a pedido do Gestor do Fundo. Alterando o recebimento da documentação e das propostas para até 08:00 do dia 08 de dezembro de 2016 no site <http://bllcompras.org.br>. Início da sessão de disputa a partir das 09:00 horas do dia 08/12/2016 na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (<http://bllcompras.org.br>). Obtenção do Edital: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br ou e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br. Lebon Régis 25 de novembro de 2016.

José Vanderlei de Campos – Pregoeiro.

DECRETO Nº 064/2016

DECRETO Nº. 064/2016 de 16 de novembro 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS. LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Lei Municipal nº 1558 de 16 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Orçamento Municipal de 2016, um Crédito Adicional Especial de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinados à implantação da nova sede do conselho Tutelar de Lebon Régis, a dotação orçamentária para apropriar está despesa terá a seguinte classificação orçamentaria:

02- Chefia do Executivo

02.20 – Gabinete do Prefeito

Função 8 – Assistência Social

Subfunção 243 – Assistência a Criança e do Adolescente

Programa 27 – Atenção a Criança e Adolescente

Ação – 2.81 – manutenção do Conselho Tutelar

Despesa – 4.4.90 – Aplicações Diretas R\$. 60.000,00 Fonte recursos 00 (Recursos Próprios).

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentaria.

02- Chefia do Executivo

02.20 – Gabinete do Prefeito

Função 8 – Assistência Social

Subfunção 243 – Assistência a Criança e do Adolescente

Programa 27 – Atenção a Criança e Adolescente

Ação – 2.81 – manutenção do Conselho Tutelar

Despesa – 3.1.90 – Aplicações Diretas R\$. 60.000,00 – Fonte recursos 00 (Recursos Próprios)

Art. 3º - Esta Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 16 de novembro 2016.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 065/2016

DECRETO Nº. 065/2016 de 16 de novembro 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS. LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme 1559 de 16 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Orçamento Municipal de 2016, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), destinados à regularizar o sistema de tratamento de esgoto na área do Imóvel matrícula nº 618 do CRI de Lebon Régis. A dotação orçamentária para apropriar esta despesa terá a seguinte classificação orçamentaria:

02- Chefia do Executivo

02.80 – Secretaria de Serviços Urbanos

Função 15 – Urbanismo

Subfunção 451 – Infraestrutura Urbana

Programa 18 – Serviços de Utilidade Pública

Ação – 2.32 – Manutenção do dos Serviços Urbanos

Despesa (116) – 4.4.90 – Aplicações Diretas R\$. 52.000,00 Fonte recursos 00 (Recursos Ordinários).

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação das seguintes dotações orçamentarias:

02- Chefia do Executivo

02.90 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Função 18 – Gestão Ambiental

Subfunção 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa 22 – Meio ambiente

Ação – 2.35 – Manutenção das Atividades de Meio ambiente

Despesa (138)–3.1.90– Aplicações Diretas R\$. 50.000,00 – Fonte recursos 00 (Recursos Próprios)

Despesa (142) – 4.4.90 – Aplicações Diretas R\$. 2.000,00 – Fonte recursos 00 (Recursos Próprios)

Art. 3º - Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 16 de novembro 2016.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 066/2016

DECRETO Nº. 066/2016 de 16 de novembro 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS. LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme 1559 de 16 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Orçamento Municipal de 2016, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), destinados à regularizar o sistema de tratamento de esgoto na área do Imóvel matrícula nº 618 do CRI de Lebon Régis. A dotação orçamentária para apropriar esta despesa terá a seguinte classificação orçamentária:

02- Chefia do Executivo

02.80 – Secretaria de Serviços Urbanos

Função 15 – Urbanismo

Subfunção 451 – Infraestrutura Urbana

Programa 18 – Serviços de Utilidade Pública

Ação – 2.32 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Despesa (116) – 4.4.90 – Aplicações Diretas R\$. 52.000,00 Fonte recursos 00 (Recursos Ordinários).

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02- Chefia do Executivo

02.90 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Função 18 – Gestão Ambiental

Subfunção 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa 22 – Meio ambiente

Ação – 2.35 – Manutenção das Atividades de Meio ambiente

Despesa (138)–3.1.90– Aplicações Diretas R\$. 50.000,00 – Fonte recursos 00 (Recursos Próprios)

Despesa (142) – 4.4.90 – Aplicações Diretas R\$. 2.000,00 – Fonte recursos 00 (Recursos Próprios)

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 16 de novembro 2016.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 067/2016

DECRETO Nº. 067/2016 de 24 de novembro de 2016.

Fixa expediente interno para as Secretarias e Departamentos que funcionam junto a Prefeitura Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a necessidade de encerramento do exercício, seja na esfera Financeira quanto na Administrativa, inclusive para o cumprimento das metas determinadas na lei Complementar 101 de 04/05/2000;

Considerando que em 1 de janeiro de 2017 acontecerá a troca de gestor no município em virtude de eleições;

Considerando a necessidade de cada setor em finalizar seu trabalho; e

Considerando que o Poder Executivo está empenhado nos trabalhos de encerramento contábil do mandato:

Decreta:

Art.1º. Fica decretado Expediente Interno nas dependências da Prefeitura Municipal, bem como das Secretarias que compõem a Administração Municipal, compreendendo o período de 5 a 30 de dezembro de 2016, no horário normal de expediente.

Art. 2º. O Setor de Tributos e os serviços considerados essenciais e que por sua natureza não podem ser paralisados, não serão alcançados por este Decreto.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 24 de novembro de 2016

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na mesma nesta Secretaria

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO N.º 002/2016 - RETIFICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL – SC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

ALTERAÇÃO Nº 003

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal/ SC, Tatiane Dutra Alves da Cunha, no uso de suas atribuições legais, torna público que em função de erros de digitação,

RESOLVE:

Art. 1º- ALTERAR a Lista de Candidatos Inscritos,

Onde lê-se:

001 - Professor de Educação Infantil (Prof. II – Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
02	Marilania Cenci	018.495.859-89
14	Aliandre Luzia Lohn	049.422.209-39
19	Dalvana R. Knaul Dell'Agnolo	052.683.799-33
26	Marlene Kreusch	069.284.369-80
27	Marisete Maria de Souza Marian	867.993.049-00
30	Joziane Carla Schlosser	082.832.669-00
34	Iana Martina Knaul	093.174.879-80
35	Michele Carla Marian Hofmann	043.275.809-70
40	Dilvani Filippus Leal	848.171.279-53
43	Geise Huguen	102.381.089-10
47	Djeni Knis	085.024.429-37
52	Eliza Henckel Kreusch	045.151.789-03
62	Marlete Schappo Leal	005.875.669-81
63	Rúbia Regina Kreusch	987.585.439-53
64	Diovana De Freyn	091.208.439-17
65	Rosilene Krauze	038.390.489-74
73	Patrícia Aparecida Krauze	080.089.079-59
75	Raquel Hilleshein	088.403.119-55
79	Carolini Subtil de Oliveira	091.292.529-97
81	Ana Paula Eger	059.027.949-19
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 20		

002 - Professor de Educação Infantil (Cursando Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
18	Fabiana Aparecida Martins	075.313.759-31
20	Elis Regina Schovinder Machado	089.827.449-40
36	Inadri Hilleshein	095.060.339-27
49	Daiana Herhardt	096.654.599-02
50	Nair Aparecida Scheidt d'Ávila	049.422.769-93
78	Elizamar Hoffmann Frutuoso	034.756.849-18
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 06		

003 - Professor de Educação Infantil (Prof. Leigo – Ensino Médio)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
06	Carla Knaul	094.689.829-47
29	Sueli de Oliveira	494.931.839-04
32	Mayara Terezinha Francisco	097.968.489-70
57	Jaiani Caroline Steffens	082.119.019-94
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 04		

004 - Professor de Anos Iniciais (Prof. II – Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
12	Beatriz Clasen	095.029.879-42
24	Dorceli Gorete Souza	756.052.369-20
31	Irivaldo Jesus Knis	020.536.149-86
33	Eliza Leal	091.104.129-05
58	Alice Rode	045.549.079-10
80	Angélica Cecília Lohn	613.046.709-53
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 06		

005 - Professor de Anos Iniciais (Cursando Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
07	Bianca Maria Tholl Cognacco	093.082.999-98
28	Joel Leal	098.177.379-69
71	Rúbia Mara Constante Dias	061.364.059-46
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 03		

006 - Professor de Anos Iniciais (Prof. Leigo – Ensino Médio)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
21	Maristela Lopes Kertzendorfl	098.316.389-80
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

007 - Professor de Educação Física (20 h/semanais – Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
08	Cláudia Becker da Cunha	044.184.409-09
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

008 - Professor de Educação Física (20 h/semanais – Cursando Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
16	Gabi Gabriela Raitz	097.603.759-90
22	Camila Gabriela da Cunha	097.861.549-24
45	Jefferson Luiz Berns	102.191.909-84
48	Talia Vermöhlen	012.132.799-09
53	Daniela Vermöhlen	012.131.849-40
68	Vorli José Guchert Júnior	080.865.459-46
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 06		

009 - Professor de Educação Física (40 h/semanais – Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
23	Paulo Cesar Martins	820.050.959-15
25	Vinicius Guchert	053.636.939-92
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 02		

010 - Professor de Educação Física (40 h/semanais – Cursando Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
59	Sandro Capistrano Ferreira	056.112.399-35
77	Daniele Vermöhlen	108.164.849-02
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 02		

016 - Professor de Língua Portuguesa (Prof. Leigo – Ensino Médio)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
55	Marlize Aparecida Motta Steffens	009.817.079-12
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

022 - Professor de História (Prof. Leigo – Ensino Médio)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF

04	Joelcio Mikaliski	082.249.289-00
15	Evaldo Alexandre Schlemper	103.291.919-18
22	Eduardo de Oliveira	096.800.669-83
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 03		

026 - Professor de Artes/Ensino Religioso (Prof. II – Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
05	Patrícia Carmisini Franzen	054.304.829-27
13	Diego Steinheuser	071.236.949-02
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 02		

027 - Professor de Artes/Ensino Religioso (Cursando Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
17	Fabiana Batista	113.382.319-01
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

028 - Professor de Artes/Ensino Religioso (Prof. Leigo – Ensino Médio)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
01	Maiara Hoffmann Heinz	108.426.779-92
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

030 - Professor de Inglês (Cursando Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
09	Viviane Beppler	114.548.359-31
39	Camila Coelho	066.779.739-48
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 02		

033 - Professor de Educação Especial (Cursando Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
66	Luciane Maria Franzen	952.291.169-00
83	Drielli Jaciara Back	091.415.499-02
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 02		

035 - Professor de Substituto (Prof. II – Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
72	Maria Albertina Hoffmann	221.570.429-20
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

037 - Professor de Substituto (Prof. Leigo – Ensino Médio)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
76	Ana Luzia de Aguiar	071.870.999-32
87	Emanoela de Oliveira e Silva	081.792.389-62
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 02		

040 - Professor Substituto (Prof. Leigo – Ensino Médio)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
03	Maiara Kammer	108.138.629-06
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

041 – Professor de Informática (Prof. II – Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
11	Maicon Tiago Henckel	088.631.299-08
60	Helvis Hercílio de Souza	039.089.569-51
85	Janderson Machado	091.825.779-43
86	Alana Back	087.036.949-09
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 04		

044 – Auxiliar de Serviços Gerais (Alfabetizado)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
10	Adelita Batista Conaco	093.346.789-33
38	Angela May Conaco	070.198.719-76
41	Elisabete Aparecida Bruda	055.556.659-54
42	Janete Terezinha França Motta	021.939.399-00
44	Juliéte Aparecida Motta	099.299.459-24
46	Valdinéia Cândido do Nascimento	067.396.695-03

51	Maria Dolores Jorge	061.707.349-06
54	Adriana Kraus	021.422.469-40
56	Eugênia de Lima	084.339.529-00
61	Adriel Burg	093.037.359-60
67	Karina Leal	092.701.729-61
69	Juliana Koenig	012.131.879-66
70	Viviane Aparecida de Carvalho	006.989.939-85
74	Solange Marian Amorim	074.384.239-13
82	Juscineide Maria de Andrade	037.742.209-64
84	Leonizia Kreusch	044.734.379-30
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 16		

Leia-se:

001 - Professor de Educação Infantil (Prof. II – Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
02	Marilania Cenci	018.495.859-89
14	Aliandre Luzia Lohn	049.422.209-39
19	Dalvana R. Knaul Dell'Agnolo	052.683.799-33
26	Marlene Kreusch	069.284.369-80
27	Marisete Maria de Souza Marian	867.993.049-00
30	Joziane Carla Schlosser	082.832.669-00
34	Iana Martina Knaul	093.174.879-80
35	Michele Carla Marian Hofmann	043.275.809-70
40	Dilvani Filippus Leal	848.171.279-53
43	Geise Hugen	102.381.089-10
47	Djeni Knis	085.024.429-37
52	Eliza Henckel Kreusch	045.151.789-03
62	Marlete Schappo Leal	005.875.669-81
63	Rúbia Regina Kreusch	987.585.439-53
64	Diovana De Freyn	091.208.439-17
65	Rosilene Krauze	038.390.489-74
73	Patrícia Aparecida Krauze	080.089.079-59
75	Raquel Hilleshein	088.403.119-55
79	Carolini Subtil de Oliveira	091.292.529-97
81	Ana Paula Eger	059.027.949-19
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 20		

002 - Professor de Educação Infantil (Cursando Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
18	Fabiana Aparecida Martins	075.313.759-31
20	Elis Regina Schovinder Machado	089.827.449-40
36	Inadri Hilleshein	095.060.339-27
49	Daiana Herhardt	096.654.599-02
50	Nair Aparecida Scheidt d'Ávila	049.422.769-93
78	Elizamar Hoffmann Frutuoso	034.756.849-18
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 06		

003 - Professor de Educação Infantil (Prof. Leigo – Ensino Médio)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
06	Carla Knaul	094.689.829-47
29	Sueli de Oliveira	494.931.839-04
32	Mayara Terezinha Francisco	097.968.489-70
57	Jaiani Caroline Steffens	082.119.019-94
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 04		

004 - Professor de Anos Iniciais (Prof. II – Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
12	Beatriz Clasen	095.029.879-42
24	Dorceli Gorete Souza	756.052.369-20
31	Irivaldo Jesus Knis	020.536.149-86

33	Eliza Leal	091.104.129-05
58	Alice Rode	045.549.079-10
80	Angélica Cecília Lohn	613.046.709-53
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 06		

005 - Professor de Anos Iniciais (Cursando Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
07	Bianca Maria Tholl Cognacco	093.082.999-98
28	Joel Leal	098.177.379-69
71	Rúbia Mara Constante Dias	061.364.059-46
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 03		

006 - Professor de Anos Iniciais (Prof. Leigo – Ensino Médio)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
21	Maristela Lopes Kertzendorff	098.316.389-80
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

007 - Professor de Educação Física (20 h/semanais – Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
08	Cláudia Becker da Cunha	044.184.409-09
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

008 - Professor de Educação Física (20 h/semanais – Cursando Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
16	Gabi Gabriela Raitz	097.603.759-90
22	Camila Gabriela da Cunha	097.861.549-24
45	Jefferson Luiz Berns	102.191.909-84
48	Talia Vermöhlen	012.132.799-09
53	Daniela Vermöhlen	012.131.849-40
68	Vorli José Guchert Júnior	080.865.459-46
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 06		

009 - Professor de Educação Física (40 h/semanais – Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
23	Paulo Cesar Martins	820.050.959-15
25	Vinicius Guchert	053.636.939-92
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 02		

010 - Professor de Educação Física (40 h/semanais – Cursando Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
59	Sandro Capistrano Ferreira	056.112.399-35
77	Daniele Vermöhlen	108.164.849-02
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 02		

016 - Professor de Língua Portuguesa (Prof. Leigo – Ensino Médio)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
55	Marlize Aparecida Motta Steffens	009.817.079-12
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

022 - Professor de História (Prof. Leigo – Ensino Médio)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
04	Joelcio Mikaliski	082.249.289-00
15	Evaldo Alexandre Schlemper	103.291.919-18
22	Eduardo de Oliveira	096.800.669-83
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 03		

026 - Professor de Artes/Ensino Religioso (Prof. II – Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
05	Patrícia Carmisini Franzen	054.304.829-27
13	Diego Steinheuser	071.236.949-02
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 02		

027 - Professor de Artes/Ensino Religioso (Cursando Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
17	Fabiana Batista	113.382.319-01
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

028 - Professor de Artes/Ensino Religioso (Prof. Leigo – Ensino Médio)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
01	Maiara Hoffmann Heinz	108.426.779-92
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

030 - Professor de Inglês (Cursando Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
09	Viviane Beppler	114.548.359-31
39	Camila Coelho	066.779.739-48
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 02		

033 - Professor de Educação Especial (Cursando Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
66	Luciane Maria Franzen	952.291.169-00
83	Drielli Jaciara Back	091.415.499-02
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 02		

035 - Professor de Substituto (Prof. II – Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
72	Maria Albertina Hoffmann	221.570.429-20
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

036 - Professor de Substituto (Cursando Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
76	Ana Luzia de Aguiar	071.870.999-32
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

037 - Professor de Substituto (Prof. Leigo – Ensino Médio)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
87	Emanoela de Oliveira e Silva	081.792.389-62
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

040 - Professor Substituto (Prof. Leigo – Ensino Médio)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
03	Maiara Kammer	108.138.629-06
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

041 – Professor de Informática (Prof. II – Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
11	Maicon Tiago Henckel	088.631.299-08
60	Helvis Hercílio de Souza	039.089.569-51
85	Janderson Machado	091.825.779-43
86	Alana Back	087.036.949-09
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 04		

044 – Auxiliar de Serviços Gerais (Alfabetizado)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
10	Adelita Batista Conaco	093.346.789-33
38	Angela May Conaco	070.198.719-76
41	Elisabete Aparecida Bruda	055.556.659-54
42	Janete Terezinha França Motta	021.939.399-00
44	Juliéte Aparecida Motta	099.299.459-24
46	Valdinéia Cândido do Nascimento	067.396.695-03
51	Maria Dolores Jorge	061.707.349-06
54	Adriana Kraus	021.422.469-40
56	Eugênia de Lima	084.339.529-00
61	Adriel Burg	093.037.359-60
67	Karina Leal	092.701.729-61
69	Juliana Koenig	012.131.879-66
70	Viviane Aparecida de Carvalho	006.989.939-85

74	Solange Marian Amorim	074.384.239-13
82	Juscineide Maria de Andrade	037.742.209-64
84	Leonizia Kreusch	044.734.379-30
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 16		

Art. 2º - DETERMINAR que se procedam as respectivas alterações no corpo do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016.

Art. 3º - Os demais termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, permanecem inalterados.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal/SC, 25 de novembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR 52/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2016

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para aquisição de brita mista suja, a abertura dos envelopes será no dia 13 de dezembro de 2016, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 25 de novembro de 2016.

Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal.

DECRETO N. 2.838/2016

DECRETO Nº 2.838/2016, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

ESTABELECE FERIADO MUNICIPAL NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. O feriado municipal, de que trata a Lei Municipal numero 55/90, em homenagem a padroeira do município, Imaculada Conceição de Maria, será no dia 09 de dezembro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC,
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 25 de Novembro de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

DECRETO N. 2.839/2016

DECRETO Nº 2.839/2016, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município

DECRETA

Art. 1º. Em virtude do feriado municipal de que trata a Lei Municipal numero 55/90, em homenagem a padroeira do município, fica decretado Ponto Facultativo nas repartições Públicas do Município de Lindóia do Sul, no dia 08 de dezembro de 2016.

Art. 2º. O disposto no art. 1º deste Decreto não se aplica nas Unidades Escolares, os quais são definidos de acordo com o calendário próprio, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 3º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 25 de Novembro de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Luzerna

PREFEITURA

PL 103/2016 - PP 070/2016 - AGENDAS PERSONALIZADAS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 103/2016 - PML

Pregão Presencial nº 070/2016 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de agendas personalizadas, destinadas as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna/SC, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I do presente edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 10h do dia 07 de dezembro de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 10h10min do dia 07 de dezembro de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

PL 104/2016 - PP 071/2016 - LIVROS DE INGLÊS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 104/2016 - PML

Pregão Presencial nº 071/2016 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de livros de inglês destinados à manutenção das atividades do ensino infantil e fundamental das unidades de ensino do Município de Luzerna.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 07 de dezembro de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 07 de dezembro de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Mafra

PREFEITURA

COMUNICADO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2016.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

COMUNICADO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2016.

O MUNICIPIO DE MAFRA torna público que realizará ABERTURA DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAÇÕES REFERENTE AOS RECURSOS APRESENTADOS PARA O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 429/2016 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2016 que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de obra de pavimentação na Rua Gustavo Adolfo Friedrich,

conforme financiamento do BADESC, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC. Último prazo para protocolo das CONTRARRAÇÕES é dia 02/12/2016, até às 14:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 Fones: (47) 3642-4009.

Mafra, 25 de novembro de 2016
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

EXTRATO DE CONTRATO DE LICITAÇÃO Nº 03/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

EMPRESA: CIGA - Consorcio de Informatica na Gestão Publica Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão das Câmara de Vereadores (PGVC)
FUNDAMENTO LEGAL: Art.2º, § 1º, III da Lei nº 11.107/05 e no art. 24, XXVI, da Lei nº 8.666/93, e art. 18 do Decreto Federal nº 6.010/07

VALOR: Parcela única de R\$ 4.050,00 (quatro mil cinqüenta reais)

Edenilson Schelbauer

Presidente do Legislativo Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016
EXTRATO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

EMPRESA: CIGA - Consorcio de Informatica na Gestão Publica Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão das Câmara de Vereadores (PGVC)
FUNDAMENTO LEGAL: Art.2º, § 1º, III da Lei nº 11.107/05 e no art. 24, XXVI, da Lei nº 8.666/93, e art. 18 do Decreto Federal nº 6.010/07

VALOR: Parcela única de R\$ 4.050,00 (quatro mil cinqüenta reais)

Edenilson Schelbauer

Presidente do Legislativo Municipal

EXTRATO DE CONTRATO1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2015

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Mafra

CONTRATADO: Vigisol Serviços de Limpeza e Conservação LTDA. ME.

PROCESSO: Processo Licitatório nº 03/2015 – Pregão Presencial nº 03/2015

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses e reajuste de acordo com o índice INPC acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

PREÇO: reajuste pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) dos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 8,5049% (oito virgula cinquenta por cento), passando o valor contratual anual de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais) para R\$ 49.912,25 (quarenta e nove mil, novecentos e doze reais e vinte e cinco centavos) a serem pagos em 12 parcelas de R\$4.159,35 (quatro mil, cento e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

DATA: 23/11/2016

SIGNATÁRIOS: Edenilson Schelbauer pela Câmara Municipal de Mafra e Nelson Paterno pela contratada.

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO LOA PL 51

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, FORMULADO PELOS VEREADORES SRS. CLESIOMAR WITT – PRESIDENTE, JOÃO ACIR PETTERS PADILHA – VICE-PRESIDENTE, E MARISE VALÉRIO BRAZ DE OLIVEIRA - RELATORA.

Projeto de Lei n.º 051/2016

P A R E C E R

O presente parecer tem pro objeto o Projeto nº 051, de 31 de outubro de 2016, de autoria do Ilustre Prefeito Municipal, que estima a receita e fixa a despesa geral do município de Mafra para o exercício financeiro de 2017.

Justifica-se a proposição em tela, por a referida proposição compreender as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, para a elaboração, execução e controle dos orçamentos do Município.

O projeto foi protocolado em 31 de outubro de 2016, atendendo assim ao artigo 110, §6, inciso III da Lei Orgânica Municipal de Mafra.

Assim, cumpre-me manifestar sobre o mérito do projeto, avaliando os aspectos estritamente formais da proposição em tela.

É o relatório.

DA LEGISLAÇÃO

Pelo Parágrafo Quinto do Art. 165 da Constituição da República, A lei orçamentária anual compreenderá: o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

No mesmo sentido, a Constituição do Estado de Santa Catarina, em seu Art. 120, dispõe que o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais, estruturados em Programas Governamentais, serão estabelecidos em leis de iniciativa do Poder Executivo.

Desta forma, ambas determinam a competência da exclusividade que tem o executivo da iniciativa das leis orçamentárias, o que foi atendido do referido Projeto de Lei nº 51/2016.

Já a Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece no Artigo 5º: o projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar: conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º; será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado; e conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Após análise da Comissão ao Projeto de Lei nº 51/2016, observamos que o mesmo atende ao descrito acima.

A Lei Orgânica do Município estabelece no Artigo 106, Parágrafo Terceiro, que o Orçamento Anual compreenderá: o orçamento fiscal da Administração Direta Municipal, incluindo os seus fundos especiais; o Orçamento da Câmara; os orçamentos das entidades de administração indireta, inclusive das fundações instituídas pelo Poder Público Municipal; o orçamento de investimentos das empresas que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

Após análise da Comissão ao Projeto de Lei nº 51/2016, observamos que o mesmo atende ao descrito acima.

DO PROJETO DE LEI Nº 051/2016

Quanto à forma de elaboração da Proposta, o Projeto de Lei nº 51/2016 que estima a receita e fixa a despesa geral do município de Mafra para o exercício de 2017, entendemos encontrar-se elaborado dentro da legislação aplicável, a matéria.

Casos sejam necessários alguns reparos poderão ser feitos após a audiência Pública, marcada para o dia 29/11/2016, às 09hs, no

Plenário da Câmara Municipal de Mafra, sito à Av. Cel. José Severiano Maia, 441 – Centro – Mafra/SC.

Ante o exposto, entendemos que a proposição atende as exigências legais, estando apto para tramitar.

É o parecer.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Vereador Clesiomar Witt

Presidente da Comissão

Vereador João Acir Petters Padilha Vereadora Marise Valério Braz de Oliveira

Vice-Presidente Relatora

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 817/2016

DECRETO Nº 817, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 27 de outubro de 2016 a 26 de outubro de 2017, da servidora DIONIZE LENIR DENDLIN, brasileira, inscrita no CPF sob nº 021.440.159-61, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 22 de novembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema

PREFEITURA

RESCISÃO CONTRATO 018-2013 CLINICA MEDICA TISSIANI

MINUTA

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL
FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
Contrato/FMS nº: 018/2013 de 03 de maio de 2013
Contratante: Município de Marema – SC.
Contratado: CLINICA MÉDICA TISSIANI LTDA
Vinculação: Pregão Presencial/FMS n. 0002/2013
Data final da rescisão: 03/12/2016.

Marema 26 de Outubro de 2016.
CONTRATANTE
MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL FMDR N 010-2014

MINUTA
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Contrato/FMDR nº: 010-2014
Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA
FMDR – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Contratado: COOPERIDEAL – Cooperativa para Inovação e Desenvolvimento da Atividade Leiteira
Data de rescisão em: 02/11/2016.

Marema, 25 de Outubro de 2016.
CONTRATANTE
MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO - CONTRATO 019-2013 EDICLEL CLINICA MEDICA

MINUTA

FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO DE RESCISÃO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
Contrato/FMS nº: 019/2013 de 03 de maio de 2013
Contratante: Município de Marema – SC.
Contratado: EDICLEL CLINICA MÉDICA LTDA
Vinculação: Pregão Presencial/FMS n. 0002/2013
Data final da rescisão: 03/11/2016.

Marema 03 de Outubro de 2016.
CONTRATANTE
MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL FMAS Nº 07-2016

MINUTA

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL
Contrato nº: 007/2016
Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social
Contratado: THOTH CURSOS E PALESTRAS LTDA ME, inscrito no CNPJ/MF n. 17.514.314/0001-05.
Objeto: Contratação de profissional para ministrar Cursos para atendimento a programas desenvolvido junto ao CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.
Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 001/2016 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 001/2016
Data de rescisão: 30/10/2016.

Marema, 25 de Outubro de 2016.
CONTRATANTE
Marcos Pedro Batistel
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº 3376 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 3376 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Dispõe sobre o reajuste do valor da estrutura tarifária do serviço de abastecimento de água pela Prefeitura de Massaranduba

VANDERLEI SASSE, Prefeito Interino de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais decreta:

Art. 1º Os preços pelo consumo mensal de água da estrutura tarifária constante no Decreto 3022/2014 passam a vigorar com os valores expressos em reais abaixo relacionados:

CATEGORIA	SUB CATEGORIA	FAIXAS (m³)	PREÇO ATUAL	PREÇO COM REAJUSTE DE 10,89%
RESIDENCIAL	Social	Até 10	R\$ 6,38	7,07
		11 à 25	R\$ 1,79	1,98
		26 à 50	R\$ 8,60	9,53
		Maior que 50	R\$ 10,49	11,63
	Normal	Até 10	R\$ 34,05	37,75
		11 à 25	R\$ 6,24	6,92
		26 à 50	R\$ 8,76	9,71
		Maior que 50	R\$ 10,49	11,63
COMERCIAL	Normal	Até 10	R\$ 50,25	55,70
		11 à 50	R\$ 8,34	9,25
		Maior que 50	R\$ 10,49	11,63
INDUSTRIAL	Única	Até 10	R\$ 50,25	55,70
		Maior que 10	R\$ 8,34	9,25
PÚBLICA	Única	Até 10	R\$ 50,25	55,70
		Maior que 10	R\$ 8,34	9,25
SERVIÇOS			PREÇO ATUAL	PREÇO COM REAJUSTE DE 10,89%
TAXA ENTREGA FATURA VIA CORREIO			R\$ 1,07	R\$ 1,19
EMIÇÃO DE 2ª VIA DE FATURA			R\$ 3,25	R\$ 3,60
LIGAÇÃO NOVA RESIDENCIAL DN 1/2" E 3/4"			R\$ 103,65	R\$ 114,90
LIGAÇÃO NOVA NÃO RESIDENCIAL DN 1/2" E 3/4"			R\$ 113,98	R\$ 126,35
LIGAÇÃO NOVA RESIDENCIAL SOCIAL DN 1/2" E 3/4"			R\$ 39,12	R\$ 43,37
RELIGAÇÃO DE CORTE CAVALETE			R\$ 29,37	R\$ 32,56
RELIGAÇÃO DE CORTE RAMAL			R\$ 84,30	R\$ 93,45
RELIGAÇÃO DE CORTE COM RETIRADA DE RAMAL/CANCELADA			R\$ 103,65	R\$ 114,90
DESLOCAMENTO CAVALETE PU			R\$ 41,20	R\$ 45,67
COBRANÇA DE INFRAÇÃO VIOLAÇÃO DE LACRE			R\$ 58,76	R\$ 65,14
COBRANÇA DE INFRAÇÃO VIOLAÇÃO DE HIDRÔMETRO			R\$ 58,76	R\$ 65,14
COBRANÇA DE INFRAÇÃO VIOLAÇÃO DE CAVALETE			R\$ 58,76	R\$ 65,14
COBRANÇA DE INFRAÇÃO VIOLAÇÃO DE RAMAL			R\$ 111,32	R\$ 123,40

Art. 3º Os valores constantes desde Decreto entram em vigor em 01 de janeiro de 2017.



Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 16 de Novembro de 2016
VANDERLEI SASSE
Prefeito Interino

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

PMM LIC 128.2016 PP 87.2016 - SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO PARA ESCOLAS E CRECHES

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 1.444/2007, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 08/12/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 08/12/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 23 de novembro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

PROCESSO LICITATÓRIO 55.2016 PP 42.2016 (FMS) - REGISTRO DE PREÇOS: MATERIAL AMBULATORIAL

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL (EQUIPO MACROGOTAS) PARA USO DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL E HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 08/12/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h00min do dia 08/12/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 28 de novembro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA N°523-2016

PORTARIA n.º 523/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde ao servidor RAFAEL MAXIMO BEHENCK, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 15 dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 20/11/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 25 de Novembro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0286/2016

DECRETO Nº 0286/2016 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE TURNO ÚNICO NO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com o disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e demais normas legais pertinentes.

Considerando em especial as disposições dos art. 53, 54, 55 parágrafo único, e 56 da Lei Municipal 1.513/2002,

Considerando o encerramento das atividades do calendário escolar e das atividades com os alunos, considerando igualmente o encerramento do ano letivo e atividades integradas e concentradas de planejamento e organização do espaço escolar,

Considerando em especial as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecida a jornada de trabalho, para os servidores com lotação no Departamento de Educação do Município de Modelo – SC, no período de 20/12/2016 a 06/01/2017, em Turno Único das 07:00 às 13:00 horas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 25 de novembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016/FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 041/2016

TIPO: Menor preço (por item)

EDITAL: Disponível em www.mondai.sc.gov.br

OBJETO: Aquisição DE equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 11386.903000/1140-02, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/FNS, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 22530004, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, deste Edital.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até as 08h30min do dia 14 de dezembro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 14 de dezembro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras1@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 25 de novembro de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ CNPJ: 83.028.415/0001-09 AV. LAJU, 420 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 85/2016 - PR Processo Administrativo: 119/2016 Processo de Licitação: 119/2016 Data do Processo: 08/11/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Lenoir da Rocha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 119/2016
b) Licitação Nr.: 85/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 25/11/2016
e) Objeto da Licitação: Contratação de serviços de transporte de passageiros e aquisição de gêneros diversos, destinados para realização confraternização grupo de Idosos do Município de Mondai, Estado de Santa Catarina a ser realizada no dia 03 de dezembro de 2016.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

NANE COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA (8771)

3	Transporte Passageiros - linha 1 - Saída da Linha Taipa Baixa, passando pelo lado direito, até a estrada Beira Rio, subindo pelo lado direito da Linha Alto Mondaizinho, Linha Capivara indo até a Área de Lazer, com retorno. Saída 12:30 Horas - Retorno: 18:00 Horas - Marca: NANE	KM	75,00	0,0000	4,05	303,75
4	Transporte de Passageiros - Linha 2 - Saída da Linha Taipa Baixa, passando pelo lado esquerdo, até a estrada Beira Rio, subindo pelo lado esquerdo da Linha Alto Mondaizinho, passando pela Linha Alta Tempestade indo até a Área de Lazer, com retorno. Saída 12:30 Horas - Retorno: 18:00 Horas - Marca: NANE	KM	72,00	0,0000	4,05	291,60
5	Transporte de Passageiros - Linha 3 - Saída da Vila de Catres passando pela volta de Linha Ervas indo até a Área de Lazer, com retorno. Saída 12:30 Horas - Retorno: 18:00 Horas - Marca: NANE	KM	75,00	0,0000	4,05	303,75
6	Transporte de Passageiros - Linha 4 - Saída da Vila Catres na Divisa de Itapiranga, passando pela volta do morro de Catres, Linha Mondaizinho indo até a Área de Lazer, com retorno. Saída 12:30 Horas - Retorno: 18:00 Horas - Marca: NANE	KM	88,00	0,0000	4,05	356,40
7	Transporte de Passageiros - Linha 5 - Saída da Vila Catres, passando pela volta da Linha Bonito, Beira Rio, Pirapocu, indo até a Área de Lazer, com retorno. Saída 12:30 Horas - Retorno: 18:00 Horas - Marca: NANE	KM	65,00	0,0000	4,05	263,25

Mondai, 25 de Novembro de 2016.

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ****CNPJ:** 83.028.415/0001-09
AV. LAJU, 420
C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 85/2016 - PR****Processo Administrativo:** 119/2016
Processo de Licitação: 119/2016
Data do Processo: 08/11/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**NANE COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA. (8771)**

8 Transporte de Passageiros - Linha 6 - Saída da Linha Antas, na residência de Sedi Tápero, passando pelas Linhas, Tamanduá, Tateto, Barra do Laju indo em direção a Área de Lazer, com retorno. Saída 12:30 Horas - Retorno: 18:00 Horas - Marca: NANE

KM 50,00 0,0000 4,05 202,50

Total do Fornecedor: 1.721,25**SUPERMERCADO GERMANICO LTDA. (6079)**

1 Refrigerante em lata minimo 350 ml entregue gelado no dia do evento - Marca: schin

UN 950,00 0,0000 2,08 1.976,00

2 Água mineral minimo 350 ml entregue gelado no dia do evento - Marca: danferana

UN 50,00 0,0000 1,10 55,00

Total do Fornecedor: 2.031,00**Total Geral: 3.752,25**

Mondai, 25 de Novembro de 2016.

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 86/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 86/2016 - PR
CNPJ: 83.028.415/0001-09 AV. LAJU, 420 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	Processo Administrativo: 120/2016 Processo de Licitação: 120/2016 Data do Processo: 10/11/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Lenoir da Rocha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 120/2016
b) Licitação Nr.: 86/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 25/11/2016
e) Objeto da Licitação: Aquisição de peças novas e genuínas destinadas para reposição em máquinas pesadas de propriedade do Município de Mondai, Estado de Santa Catarina, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**MARAVIMÁQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME (7932)**

1	Pinhão da lateral 10 dentes - trator caterpillar D5E -8P1327 - Marca: GHINASSI	PC.	1,00	0,0000	1.221,08	1.221,08
2	COROA DA LATERAL 49 DENTES - TRATOR CATERPILLAR D5E. 5A9551 - Marca: GHINASSI	PC.	1,00	0,0000	3.531,9593	3.531,96
3	ROLAMENTO CONE - 5P9176 - Marca: NTN	PC.	2,00	0,0000	418,3079	836,62
4	ROLAMENTO CAPA - 5P9177 - Marca: NTN	PC.	1,00	0,0000	144,3682	144,37
5	RETENTOR - 6Y3837 - Marca: CTP	PC.	1,00	0,0000	212,4522	212,45
6	ROLAMENTO CAPA LATERAL - 6V0370. - Marca: NTN	PC.	1,00	0,0000	221,9933	221,99
7	PARAFUSO - 4B1281. - Marca: FEY	PC.	8,00	0,0000	1,0058	8,05
8	PLACA RETENTORA - 6Y3839 - Marca: CTP	PC.	1,00	0,0000	88,8879	88,89
9	RETENTOR - 5P4251. - Marca: ESM	PC.	1,00	0,0000	77,0181	77,02
10	ROLAMENTO CAPA - 5D7449. - Marca: NTN	PC.	1,00	0,0000	281,7956	281,80
11	ROLAMENTO CONE - 5D7453. - Marca: NTN	PC.	1,00	0,0000	573,2502	573,25
12	PARAFUSO SEGMENTO - 3S8182. - Marca: FEY	PC.	27,00	0,0000	3,4432	92,97
13	PORCA DO PARAFUSO SEGMENTO - 7H3607. - Marca: FEY	PC.	27,00	0,0000	1,5313	41,35
14	PARAFUSO ESTEIRA - 7H3597. - Marca: FEY	PC.	4,00	0,0000	3,0173	12,07

Mondai, 25 de Novembro de 2016.

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ CNPJ: 83.028.415/0001-09 AV. LAJU, 420 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 86/2016 - PR Processo Administrativo: 120/2016 Processo de Licitação: 120/2016 Data do Processo: 10/11/2016
Folha: 2/2	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

MARAVIMÁQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME (7932)

15	PORCA DO PARAFUSO ESTEIRA - 1M1408. - Marca: FEY	PC.	4,00	0,0000	1,5313	6,13
Total do Fornecedor:						7.350,00

LOTE: 2

FILIPPE COMERCIO DE PEÇAS LTDA (8767)

16	CAMISA DO TANDEM 1 CANALETA - 159985. - Marca: SANCAT	PC.	1,00	0,0000	1.773,399	1.773,40
17	ROLAMENTO DO EIXO DA ÁRVORE - 159904. - Marca: KFB	PC.	1,00	0,0000	626,601	626,60
Total do Fornecedor:						2.400,00

LOTE: 3

PAVIMAQUINAS-COM.PECAS E SERVICOS LTDA. (6054)

18	ENGRENAGEM 15 DENTES INTERNOS E 37 EXTERNOS - 1311444640 - Marca: ENR	PC.	1,00	0,0000	501,6867	501,69
19	ENGRENAGEM 15 DENTES INTERNOS E 30 EXTERNOS - 1311444652. - Marca: ENR	PC.	1,00	0,0000	757,8731	757,87
20	ROLAMENTO - 0604006314 (6314C3) - Marca: IMP	PC.	1,00	0,0000	239,2402	239,24
21	ROLAMENTO DO CONTRA EIXO/EIXO INTERMEDIÁRIO 0604100311(N311) - Marca: IMP	PC.	1,00	0,0000	235,3326	235,33
22	ROLAMENTO - 1132721260. - Marca: IMP	PC.	1,00	0,0000	213,801	213,80
23	ROLAMENTO DO CONTRA-EIXO/INTERMEDIÁRIO 0604100211 - Marca: STARK	PC.	1,00	0,0000	194,7415	194,74
24	ROLAMENTO DO PINHÃO COMANDO FINAL - 0604200213 - Marca: IMP	PC.	1,00	0,0000	253,5946	253,59
25	ROLAMENTO DO EIXO PRINCIPAL - 1300913413 - Marca: IMP	PC.	1,00	0,0000	245,4206	245,42
26	ROLAMENTO DO CONTRA-EIXO/EIXO INTERMEDIÁRIO 0603021310 - Marca: IMP	PC.	1,00	0,0000	306,7458	306,75
27	ROLAMENTO - 0603021312 - Marca: IMP	PC.	1,00	0,0000	307,9021	307,90
28	RETENTOR DA CAIXA - 0701210075. - Marca: TTO	PC.	1,00	0,0000	21,6512	21,65
29	RETENTOR CAPA SECA - 01910. - Marca: SABÓ	PC.	1,00	0,0000	57,0987	57,10
30	RETENTOR EMBREAGEM - 0701210085. - Marca: TTO	PC.	1,00	0,0000	29,2272	29,23
31	CINTA DO FREIO DA EMBREAGEM COM LONA - 13010B3270. - Marca: YELLOU	PC.	1,00	0,0000	104,6676	104,67
32	EIXO - 1311445531. - Marca: ENR	PC.	1,00	0,0000	511,0171	511,02
Total do Fornecedor:						3.980,00
Total Geral:						13.730,00

Mondai, 25 de Novembro de 2016.

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 063.2016 ALTERA CPL 2016

DECRETO Nº 063/2016, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

“ALTERA A CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES”.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal,

DECRETA

Art. 1º - Fica alterada a CPL – Comissão Permanente de Licitações, composta pelos seguintes membros:

- 1) Presidente: Felipe Tiago Pontes;
- 2) Secretário: Adriano Mangolt;
- 3) Membro: Élvys Renan Thibes de Barros.

Art. 2º - A Comissão irá dispor de três suplentes, composta pelos seguintes membros:

- 1) Aline Laeuffer dos Santos;
- 2) Márcio Antônio Padilha;
- 3) Aelton Gomes de Campos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 045/2016 de 18 de agosto de 2016.

Monte Carlo, 28 de novembro de 2016.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO Nº 204 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 204 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3145 de 25/11/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 704.400,00 (Setecentos e quatro mil, quatrocentos reais) da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura

UNIDADE: 01 – Diretoria Técnica - FMC

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 23 – Cultura p/ todos

2.069 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Técnica

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

06 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 62.000,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura

UNIDADE: 01 – Diretoria Técnica - FMC

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 73 – Realização de Eventos Culturais

2.128 – Manutenção e Funcionamento de Eventos Culturais

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

08 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FMC

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 23 – Cultura p/ todos

2.070 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

21 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FMC

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 74 – Fomento à Cultura

2.146 – Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo à Cultura

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

25 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura

UNIDADE: 03 – Fundo Municipal de Cultura

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 75 – Fundo Municipal de Cultura

2.129 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Cultura

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

27 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

ÓRGÃO: 20 – Fundação Municipal de Esportes

UNIDADE: 01 – Diretoria Técnica - FME

Função: 27 – Desporto e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 77 – Diretoria Técnica - FME

2.071 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Técnica

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

10 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

12 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 42.500,00

ÓRGÃO: 22 – Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FMV

Função: 06 – Segurança Pública

Subfunção: 183 – Informação e Inteligência

Programa: 25 – Trânsito Legal

2.076 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - FMV

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

11 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 178.000,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 46 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar

1.064 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliário p/ Unidades de Atenção Ambulatorial e Hospitalar

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

75 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 102 – Atendimento Hospitalar

1.100 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Hospitalares

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

78 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 235.900,00

T O T A L
..... R\$ 704.400,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

12 – 3.1.91.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentária R\$ 104.400,00

15 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

T O T A L
..... R\$ 704.400,00

Art. 3º - Esta Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 25 de Novembro de 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 25 de Novembro de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ATA PREGÃO 04/2016 FMAS - PARECER DA COMISSÃO

Prefeitura de Navegantes /SC

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016 FMAS

JEAN CARLOS PEREIRA NUNES - ME (5736), PJ SERVICOS E COMERCIO EIRELI - ME (10831).

NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2016 ÀS 08H, FOI ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS PJ SERVICOS E COMERCIO EIRELI - ME (10831), JEAN CARLOS PEREIRA NUNES ME, WRS SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E NEW WAY COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA. TODAS SE ENQUADRAM COMO ME/EPP. A EMPRESA WRS APRESENTOU O TERCEIRO ENVELOPE PARA O CREDENCIAMENTO. A EMPRESA NEW WAY NÃO FOI CREDENCIADA POIS SEU CREDENCIAMENTO NÃO ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL. FOI APRESENTADO AOS PRESENTES PARA QUE VISTASSEM O CREDENCIAMENTO.

NA SEQUENCIA FOI ABERTO OS ENVELOPES RELATIVOS AS PROPOSTAS. A EMPRESA WRS FOI DESCLASSIFICADA, POIS NÃO CUMPRIU COM O DESCRITIVO DO ITEM 17 DA REALÇÃO DE ITENS DO ANEXO VII.

APÓS A SESSÃO DE LANCE, FOI ABERTO O ENVELOPE DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA E CONSTATOU - SE QUE A MESMA CUMPRIA COM O EDITAL. NÃO HÁ MENÇÃO DE RECURSO ENCERRA - SE O CERTAME.

ATA PREGÃO 124/2016 PMN - PARECER DA COMISSÃO

Prefeitura de Navegantes /SC

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2016 PMN

EVERALDO APARICIO DE CASTRO - MEI (11083), ELETTRA SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA. (12829).

NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2016, FOI ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES ELETTRA SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA E EVERALDO APARICIO DE CASTRO. TODAS SE ENQUADRAM COM ME/EPP E FORAM DEVIDAMENTE CREDENCIADAS. FOI DISPONIBILIZADO OS DOCUMENTOS PARA SEREM VISTADOS PELOS LICITANTES PRESENTES. NA SEQUENCIA FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO À PROPOSTA, CONSTATATOU-SE QUE AS MESMAS CUMPRIRAM COM O EXIGIDO NO EDITAL. FORAM APRESENTADAS E VISTADAS PELOS PRESENTES.

APÓS A SESSÃO DE LANCES FOI VERIFICADO OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA E CONSTATOU-SE QUE CUMPRIA COM O EDITAL. APÓS OS LICITANTES VISTARAM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. NÃO HÁ MENÇÃO DE RECURSO. SENDO ASSIM ENCERRA - SE O CERTAME.

ATA PREGÃO 35/2016 FMS - PARECER DA COMISSÃO

Prefeitura de Navegantes /SC

ATA II PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016 FMS

AEON COMERCIO E SERVIÇOS E MTB TECNOLOGIA LIMITADA CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2016 AS 9H00 FOI ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES AEON COMERCIO E SERVIÇOS E MTB TECNOLOGIA LIMITADA.

APÓS A SESSÃO DE LANCES FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO AOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA E CONSTATOU-SE QUE CUMPRIA COM O EDITAL. APÓS AS ASSINATURAS DAS EMPRESAS PRESENTES E HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO ENCERRA - SE O CERTAME.

DECRETO Nº 201 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 201 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 04/12/2015: DECRETA:

Art. 1 º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos abaixo discriminada até a importância de R\$ 180.000,00 (Cento e Oitenta Mil Reais) para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

02 – Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços

04.122.0005 – 2.015 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços

34 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 40.000,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

02 – Diretoria do Tesouro

28.843.0006 – 0.001 – Amortização da Dívida Pública

45 – 3.2.90.00.00.00 – Encargos da Dívida Pública R\$ 25.000,00

46 – 4.6.90.00.00.00 – Principal da Dívida Contratual Resgatado R\$ 70.000,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

01 – Diretoria de Operações

15.452.0019 – 2.061 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações

173 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 45.000,00

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de Novembro de 2016.

Nádia Bráz Bins
Secretária de Administração e Logística

DECRETO Nº 203 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 203 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3144 de 25/11/2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 1.684.000,00 (Um Milhão, Seiscentos e Oitenta e Quatro Mil Reais) das seguintes dotações, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

01 – Diretoria de Comunicação Social

04.131.0003 – 2.008 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Comunicação Social

15 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 20.000,00

02 – Diretoria de Imprensa

04.131.0003 – 2.009 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Imprensa

17 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 40.000,00

08 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

01 – Procuradoria Geral do Município

03.092.0004 – 2.126 – Precatórios Judiciais

29 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos – Apl. Diretas R\$ 49.913,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

03 – Diretoria de Tecnologia da Informação

04.126.0005 – 2.016 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Tecnologia da Informação

40 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 16.938,00

04 – Diretoria de Gestão Patrimonial

04.122.0005 – 2.017 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão Patrimonial

42 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 11.844,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – Diretoria de Programas Sociais

08.241.0031 – 2.028 – Manutenção e Funcionamento do Programa de Atenção ao Idoso

58 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 42.680,00

08.243.0033 – 2.033 – Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal

60 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 47.890,00

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

01 – Diretoria Administrativa

04.122.0008 – 2.124 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa – EF

73 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 27.233,00

02 – Diretoria Pedagógica

12.306.0011 – 2.049 – Programa Merenda Escolar – EF

102 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 200.000,00

12.306.0012 – 2.050 – Programa Merenda Escolar – EI

104 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 300.000,00

12.306.0013 – 2.051 – Programa Merenda Escolar – Creches

106 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 300.000,00

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA

01 – Diretoria de Apoio a Pesca Artesanal

20.605.0029 – 2.058 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca Artesanal

134 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 10.000,00

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL

01 – Diretoria de Segurança e Defesa Social

06.181.0016 – 2.150 – Manutenção e Funcionamento do Convênio Prefeitura-Fiscalização/Polícia Militar

152 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 50.000,00

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES

01 – Diretoria de Eventos e Marketing

23.695.0017 – 2.031 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Turismo

155 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 99.990,00

156 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 49.990,00

23.695.0017 – 2.060 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing

162 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 150.000,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços

26.782.0021 – 1.042 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos para a Secretaria de Obras

190 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 6.670,00

32 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

01 – Diretoria de Políticas da Criança e do Adolescente

08.243.0065 – 2.006 – Manutenção e Funcionamento das Ações do Programa Pacto Pela Criança

228 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos – 10100 – Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

01 – Diretoria Administrativa

12.361.0008 – 2.037 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa – EF

69 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 200.000,00

12.365.0007 – 2.054 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa – EI

72 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 30.852,00

Total R\$ 1.684.000,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002 – 2.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito

01 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 22.000,00

03 – GABINETE DO VICE PREFEITO

01 – Diretoria de Apoio ao Gabinete do Vice Prefeito
04.122.0002 – 2.005 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio ao Gabinete do Vice Prefeito
09 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 20.000,00
10 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orçamentária R\$ 5.000,00
07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
01 – Diretoria de Projetos
04.121.0015 – 2.011 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos
20 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 140.000,00
21 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orçamentária R\$ 21.000,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
01 – Diretoria de Gestão de Recursos Humanos
04.128.0005 - 2.014 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Recursos Humanos
31 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 215.000,00
32 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra – Orçamentárias R\$ 100.000,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
02 – Diretoria do Tesouro
04.123.0006 – 2.019 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Tesouro
48 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 10.000,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 – Diretoria de Programas Sociais
08.244.0030 – 2.035 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais
62 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 170.000,00
63 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orçamentária R\$ 21.000,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
01 – Diretoria de Operações
15.452.0019 – 2.061 – manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações
171 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 700.000,00
172 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra – Orçamentárias R\$ 100.000,00

31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA
04 – Diretoria de Indústria e Comércio
11.334.0056 – 2.141 –Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Indústria e Comércio
220 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 140.000,00
221 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra – Orçamentárias R\$ 20.000,00

Total R\$ 1.684.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE NOVEMBRO DE 2016.
Roberto Carlos dos Souza
Prefeito

Este Decreto foi Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes-SC., 25 de Novembro de 2016.

Nádia Bráz Bins
Secretária da Administração e Logística

DECRETO Nº 205 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ 11.474.080/0001-33
Rua Vereador Nereu Liberato Nunes º 150 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC.

DECRETO Nº 205 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015: DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2015, até o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 033803 – Sup. Financeiro/2015 – Vigilância em Saúde

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância em Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 304 – Vigilância Sanitária
Programa: 43 – Vigilância Sanitária
2.088 – Manutenção dos Recursos de Média e Alta Complexidade em Vigilância Sanitária
128 - 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE NOVEMBRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 25 de Novembro de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 229/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº...: 229/2016.
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.
Contratada...: TATTICAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA.
Valor : 497.000,00 (quatrocentos e noventa e sete mil

reais).

Vigência : Início: 11/11/2016 Término: 11/03/2017.

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 190/2012

Recursos : Dotação: 2054 3.3.90.00.000.00.00.00, 2.037 3.3.90.00.00.00.00, 2.009 3.3.90.00.00.00.00, 2.075 3.3.90.00.00.00.00.00, 2.067 3.3.90.00.00.00.00.00, 2.097 3.3.90.00.00.00.00.00, 2.082 3.3.90.00.00.00.00.00, 2.094 3.3.90.00.00.00.00.00, 2.089 3.3.90.00.00.00.00.00, 2.108 3.3.90.00.00.00.00.00, 2.088 3.3.90.00.00.00.00.00, 2.098 3.3.90.00.00.00.00.00.

Objeto : Quarto Termo Aditivo visando a Renovação /prorrogação do Contrato nº 194/2013, referente à Contratação de Agência de Publicidade e Propaganda para serviços de planejamento, pesquisa, criação, produção e veiculação, de material para televisão, rádio e internet no Município de Navegantes/SC, conforme Concorrência Pública nº190/2012.

Navegantes, 10 de Novembro de 2016.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 235/2016

Prefeitura Municipal de Navegantes

Secretaria de Administração

Contrato Nº.: 235/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratada...: Selbetti Gestão de Documentos

CNPJ: 83.483.230/0001-86

Vigência : Início: 16/11/2016 Término: 31/12/2016.

Licitação : PP 103/2016 PMN.

Valor Total: R\$ 65.404,13

Recursos : Dotação: 2.038.3.3.90.00.00.00.00.00.00 / 2.060. 3.3.90.00.00.00.00.00.00 / 2.115. 3.3.90.00.00.00.00.00.00 / 2.055.3.3.90.00.00.00.00.00.00/2.064.3.3.90.00.00.00.00.00.00/2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.00/2.035.3.3.90.00.00.00.00.00.00/2.144.3.3.90.00.00.00.00.00.00/2.094.3.3.90.00.00.00.00.00.00/2.069. 3.3.90.00.00.00.00.00.00 / 2.102. 3.3.90.00.00.00.00.00.00 / 2.071. 3.3.90.00.00.00.00.00.00 / 2.068. 3.3.90.00.00.00.00.00.00 / 2.075. 3.3.90.00.00.00.00.00.00 / 2.105. 3.3.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (IMPRESSORAS/COPIADORAS) PARA REPRODUÇÕES, IMPRESSÕES, DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS E ENVIO/RECEBIMENTO DE FAX (COM SOFTWARE DE BILHETAGEM PARA GESTÃO OPERACIONAL) PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO PAÇO MUNICIPAL E DEMAIS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Navegantes, 16 de novembro de 2016.

EXTRATO DA ATA 103/2016 PMN

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2016 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 103/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 103/2016 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (IMPRESSORAS/COPIADORAS) PARA REPRODUÇÕES, IMPRESSÕES, DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS E ENVIO/RECEBIMENTO DE FAX (COM SOFTWARE DE BILHETAGEM PARA GESTÃO OPERACIONAL) PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO PAÇO MUNICIPAL E DEMAIS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 103/2016 PMN.

Fornecedor: Selbetti Gestão de Documentos

Valor: R\$ 588.846,27

Vigência: 16/12/17.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 16 de novembro de 2016.

LEI 3142/2016 REVOGA AS LEIS 2004 DE 19 DE JULHO DE 2006; LEI 2609 DE 12 DE JUNHO DE 2012

LEI Nº 3142 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

REVOGA AS LEIS 2004 DE 19 DE JULHO DE 2006 ; LEI 2609 DE 12 DE JUNHO DE 2012.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica revogada as leis 2004 DE 19 DE JULHO DE 2006; LEI 2609 DE 12 DE JUNHO DE 2012.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de novembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI Nº 3144 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 3144 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 1.684.000,00 (Hum Milhão, Seiscentos e Oitenta e Quatro Mil Reais) das seguintes dotações, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

01 – Diretoria de Comunicação Social

04.131.0003 – 2.008 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Comunicação Social

15 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 20.000,00

02 – Diretoria de Imprensa

04.131.0003 – 2.009 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Imprensa

17 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 40.000,00

08 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

01 – Procuradoria Geral do Município

03.092.0004 – 2.126 – Precatórios Judiciais

29 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos – Apl. Diretas R\$ 49.913,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

03 – Diretoria de Tecnologia da Informação

04.126.0005 – 2.016 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Tecnologia da Informação

40 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 16.938,00
 04 - Diretoria de Gestão Patrimonial
 04.122.0005 - 2.017 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão Patrimonial
 42 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 11.844,00

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - Diretoria de Programas Sociais
 08.241.0031 - 2.028 - Manutenção e Funcionamento do Programa de Atenção ao Idoso
 58 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 42.680,00
 08.243.0033 - 2.033 - Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal
 60 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 47.890,00

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

01 - Diretoria Administrativa
 04.122.0008 - 2.124 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - EF
 73 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 27.233,00
 02 - Diretoria Pedagógica
 12.306.0011 - 2.049 - Programa Merenda Escolar - EF
 102 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 200.000,00
 12.306.0012 - 2.050 - Programa Merenda Escolar - EI
 104 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 300.000,00
 12.306.0013 - 2.051 - Programa Merenda Escolar - Creches
 106 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 300.000,00
 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA
 01 - Diretoria de Apoio a Pesca Artesanal
 20.605.0029 - 2.058 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca Artesanal
 134 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 10.000,00

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL

01 - Diretoria de Segurança e Defesa Social
 06.181.0016 - 2.150 - Manutenção e Funcionamento do Convênio Prefeitura-Fiscalização/Polícia Militar
 152 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 50.000,00

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES

01 - Diretoria de Eventos e Marketing
 23.695.0017 - 2.031 - Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Turismo
 155 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 99.990,00
 156 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 49.990,00
 23.695.0017 - 2.060 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing
 162 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 150.000,00

17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

04 - Diretoria de Controle de Materiais e Serviços
 26.782.0021 - 1.042 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos para a Secretaria de Obras
 190 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 6.670,00

32 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

01 - Diretoria de Políticas da Criança e do Adolescente

08.243.0065 - 2.006 - Manutenção e Funcionamento das Ações do Programa Pacto Pela Criança
 228 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos - 10100 - Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

01 - Diretoria Administrativa
 12.361.0008 - 2.037 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - EF
 69 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 200.000,00
 12.365.0007 - 2.054 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - EI
 72 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 30.852,00

Total R\$ 1.684.000,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos - 10000 - Recursos Ordinários

02 - GABINETE DO PREFEITO

01 - Gabinete do Prefeito
 04.122.0002 - 2.002 - Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito
 01 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 22.000,00

03 - GABINETE DO VICE PREFEITO

01 - Diretoria de Apoio ao Gabinete do Vice Prefeito
 04.122.0002 - 2.005 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio ao Gabinete do Vice Prefeito
 09 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 20.000,00
 10 - 3.1.91.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas - Op. Intra Orçamentária R\$ 5.000,00
 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
 01 - Diretoria de Projetos
 04.121.0015 - 2.011 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos
 20 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 140.000,00
 21 - 3.1.91.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas - Op. Intra Orçamentária R\$ 21.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

01 - Diretoria de Gestão de Recursos Humanos
 04.128.0005 - 2.014 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Recursos Humanos
 31 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 215.000,00
 32 - 3.1.91.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas - Op. Intra - Orçamentárias R\$ 100.000,00

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

02 - Diretoria do Tesouro
 04.123.0006 - 2.019 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Tesouro
 48 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 10.000,00

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - Diretoria de Programas Sociais
 08.244.0030 - 2.035 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais
 62 - 3.1.90.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas R\$ 170.000,00
 63 - 3.1.91.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais - Apl. Diretas

– Op. Intra Orçamentária R\$ 21.000,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

01 – Diretoria de Operações

15.452.0019 – 2.061 – manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações

171 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 700.000,00

172 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra – Orçamentárias R\$ 100.000,00

31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

04 – Diretoria de Indústria e Comércio

11.334.0056 – 2.141 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Indústria e Comércio

220 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 140.000,00

221 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra – Orçamentárias R\$ 20.000,00

Total R\$ 1.684.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos dos Souza

Prefeito

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes-SC., 25 de Novembro de 2016.

Nádia Bráz Bins

Secretária da Administração e Logística

LEI Nº 3145 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 3145 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 704.400,00 (Setecentos e quatro mil, quatrocentos reais) da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura

UNIDADE: 01 – Diretoria Técnica - FMC

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 23 – Cultura p/ todos

2.069 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Técnica

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

06 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 62.000,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura

UNIDADE: 01 – Diretoria Técnica - FMC

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 73 – Realização de Eventos Culturais

2.128 – Manutenção e Funcionamento de Eventos Culturais

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

08 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FMC

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 23 – Cultura p/ todos

2.070 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

21 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FMC

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 74 – Fomento à Cultura

2.146 – Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo à Cultura

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

25 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura

UNIDADE: 03 – Fundo Municipal de Cultura

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 75 – Fundo Municipal de Cultura

2.129 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Cultura

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

27 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

ÓRGÃO: 20 – Fundação Municipal de Esportes

UNIDADE: 01 – Diretoria Técnica - FME

Função: 27 – Desporto e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 77 – Diretoria Técnica - FME

2.071 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Técnica

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

10 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

12 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 42.500,00

ÓRGÃO: 22 – Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FMV

Função: 06 – Segurança Pública

Subfunção: 183 – Informação e Inteligência

Programa: 25 – Trânsito Legal

2.076 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - FMV

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

11 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 178.000,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 46 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar

1.064 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliário p/ Unidades de Atenção Ambulatorial e Hospitalar

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

75 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 102 – Atendimento Hospitalar

1.100 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Hospitalares

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

78 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 235.900,00

T O T A L
..... R\$ 704.400,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

12 – 3.1.91.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentária R\$ 104.400,00

15 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

T O T A L
..... R\$ 704.400,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 25 de Novembro de 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 25 de Novembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2318/ 2016 REVOGA NA INTEGRA PORTARIA 1489/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500
--	--

PORTARIA N º 2318 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

REVOGA, NA ÍNTEGRA, A PORTARIA 1489 DE 3 DE JUNHO DE 2016.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - Fica revogada, na íntegra, a Portaria nº 1489 de 3 de junho de 2016, a qual apura possível irregularidade na supressão de valores da folha de pagamento do servidor J.S.V..

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 21 de novembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2319/2016 REVOGA NA INTEGRA A PORTARIA 1762/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500
--	--

PORTARIA N º 2319 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

REVOGA, NA ÍNTEGRA, A PORTARIA 1762 DE 2 DE AGOSTO DE 2016.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - Fica revogada, na íntegra, a Portaria nº 1762 de 2 de agosto de 2016, a qual apura possível problemática quanto ao cargo da servidora F.G..

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 21 de novembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2336/2106 REVOGA NA ÍNTEGRA A PORTARIA 1680/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500

PORTARIA N.º 2336 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

REVOGA, NA ÍNTEGRA, A PORTARIA 1680 DE 13 DE JULHO DE 2016.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - Fica revogada, na íntegra, a Portaria nº 1680 de 13 de julho de 2016, a qual apura possível irregularidade na supressão de valores da folha de pagamento do servidor E.D.V..

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 24 de novembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Processo Administrativo, no que concerne a descontos mensais nos vencimentos do servidor V. R. S.: 10 (dez) vezes no valor de 12,76 (doze reais e setenta e seis centavos), totalizando o montante de 127,69 (cento e vinte sete reais e sessenta e nove centavos). Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

Cumpra-se. Publique-se.

Navegantes, 11 de novembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

TERMO DE JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO 34/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TERMO DE JULGAMENTO

Processo Administrativo nº. 34/2016, instaurado pela Portaria nº. 1633 de 29 de junho de 2016.

Indiciado: A apurar

Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Através da Portaria nº. 1633 de 29 de junho de 2016, instaurou-se Processo Administrativo Disciplinar, com vistas a apurar responsabilidade por multa infligida ao veículo KIA K2 500, placa MJJ 8579. O servidor V.R.S. foi citado/intimado, compareceu na audiência, assumiu ser o condutor do veículo e prontamente se dispôs a pagar o valor da multa.

É o Relatório.

Sugeriu-se então descontos mensais nos vencimentos do servidor V. R. S.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 007/2003 (Estatuto dos Servidores Municipais de Navegantes/SC).

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE/2016

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (e - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	229.007.562,06	229.007.562,06	36.533.572,55	15,95	199.613.991,62	29.393.570,44
RECEITAS CORRENTES	207.301.562,81	207.301.562,81	34.842.629,18	16,81	187.886.825,12	19.414.737,69
RECEITA TRIBUTÁRIA	45.212.068,00	45.212.068,00	6.242.191,53	13,81	42.861.994,40	2.350.073,60
IMPOSTOS	42.517.500,00	42.517.500,00	6.083.429,15	14,31	40.767.161,18	1.750.338,82
TAXAS	2.394.568,00	2.394.568,00	115.706,03	4,83	2.003.003,15	391.564,85
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	300.000,00	300.000,00	43.056,35	14,35	91.830,07	208.169,93
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	11.826.393,26	11.826.393,26	2.117.735,26	17,91	10.537.077,45	1.289.315,81
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	7.326.393,26	7.326.393,26	1.265.824,13	17,28	6.186.812,10	1.139.581,16
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	4.500.000,00	4.500.000,00	851.911,13	18,93	4.350.265,35	149.734,65
RECEITA PATRIMONIAL	6.284.975,00	6.284.975,00	2.104.514,85	33,48	11.461.684,39	-5.176.709,39
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	6.255.243,00	6.255.243,00	2.066.113,04	33,03	11.348.337,71	-5.093.094,71
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	29.732,00	29.732,00	38.401,81	129,16	113.346,68	-83.614,68
RECEITA DE SERVIÇOS	19.095.984,00	19.095.984,00	2.976.574,70	15,59	15.953.755,69	3.142.228,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	119.455.644,30	119.455.644,30	20.715.288,72	17,34	103.241.677,47	16.213.966,83
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	117.971.364,30	117.971.364,30	20.512.199,94	17,39	102.584.265,73	15.387.098,57
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
TRANSF. DE PESSOAS	28.356,00	28.356,00	0,00	0,00	0,00	28.356,00
TRANSF. DE CONV.	1.425.924,00	1.425.924,00	203.088,78	14,24	657.411,74	768.512,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.426.498,25	5.426.498,25	686.324,12	12,65	3.830.635,72	1.595.862,53
MULTAS E JUROS DE MORA	3.358.062,00	3.358.062,00	386.485,67	11,51	1.929.885,53	1.428.176,47
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	56.711,25	56.711,25	5.915,92	10,43	141.901,77	-85.190,52
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.656.900,00	1.656.900,00	219.262,82	13,23	1.459.555,34	197.344,66
RECEITAS DIVERSAS	354.825,00	354.825,00	74.659,71	21,04	299.293,08	55.531,92
RECEITAS DE CAPITAL	21.705.999,25	21.705.999,25	1.690.943,37	7,79	11.727.166,50	9.978.832,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.100.000,00	10.100.000,00	1.273.146,26	12,61	9.167.695,42	932.304,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	10.100.000,00	10.100.000,00	1.273.146,26	12,61	9.167.695,42	932.304,58
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.605.999,25	11.605.999,25	417.797,11	3,60	2.559.471,08	9.046.528,17
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	82.800,00	82.800,00	0,00	0,00	0,00	82.800,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	11.523.199,25	11.523.199,25	417.797,11	3,63	2.559.471,08	8.963.728,17
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	13.321.830,97	13.321.830,97	2.392.901,63	17,96	11.577.503,88	1.744.327,09
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	242.329.393,03	242.329.393,03	38.926.474,18	16,06	211.191.495,50	31.137.897,53
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	242.329.393,03	242.329.393,03	38.926.474,18	16,06	211.191.495,50	87,15
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	242.329.393,03	242.329.393,03	38.926.474,18	16,06	211.191.495,50	87,15
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	5.064.272,58	—	—	1.818.863,42	—
Superávit Financeiro	—	5.064.272,58	—	—	1.818.863,42	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	242.329.393,03	242.329.393,03	38.926.474,18	16,06	211.191.495,50	87,15
SALDO A REALIZAR (a - c)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	224.758.791,03	246.985.826,62	26.727.227,73	190.096.000,25	56.889.826,37	33.590.486,45	167.249.980,23	79.735.846,39	162.267.137,47
DESPESAS CORRENTES	160.073.180,62	177.891.200,24	23.197.303,20	156.848.205,02	21.042.995,22	28.711.254,04	147.484.042,85	30.407.157,39	143.321.210,61
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	79.119.974,13	91.393.104,57	15.654.449,43	81.431.874,57	9.961.230,00	15.663.630,50	81.405.787,95	9.987.316,62	81.041.988,71
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	520.000,00	-1,78	519.998,12	1,88	157.776,90	509.887,90	10.112,10	509.887,90
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.803.206,49	85.978.095,67	7.542.855,55	74.896.332,33	11.081.763,34	12.889.846,64	65.568.367,00	20.409.728,67	61.769.334,00
DESPESAS DE CAPITAL	45.292.249,08	49.701.265,05	3.529.924,53	33.247.795,23	16.453.469,82	4.879.232,41	19.765.937,38	29.935.327,67	18.945.926,86
INVESTIMENTOS	41.592.249,08	46.001.265,05	3.529.924,53	29.548.053,17	16.453.211,88	4.361.251,67	16.411.511,47	29.589.753,58	15.591.500,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.700.000,00	3.700.000,00	0,00	3.699.742,06	257,94	517.980,74	3.354.425,91	345.574,09	3.354.425,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.393.361,33	19.393.361,33	0,00	0,00	19.393.361,33	0,00	0,00	19.393.361,33	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.393.361,33	19.393.361,33	0,00	0,00	19.393.361,33	0,00	0,00	19.393.361,33	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	17.570.602,00	18.711.212,00	3.374.072,39	17.065.023,86	1.646.188,14	3.431.068,70	16.943.035,89	1.768.176,11	15.774.395,89

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	17.570.602,00	18.711.212,00	3.374.072,39	17.065.023,86	1.646.188,14	3.431.068,70	16.943.035,89	1.768.176,11	15.774.395,89
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	242.329.393,03	265.697.038,62	30.101.300,12	207.161.024,11	58.536.014,51	37.021.555,15	184.193.016,12	81.504.022,50	178.041.533,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	242.329.393,03	265.697.038,62	30.101.300,12	207.161.024,11	58.536.014,51	37.021.555,15	184.193.016,12	81.504.022,50	178.041.533,36
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	26.998.479,38	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	242.329.393,03	265.697.038,62	30.101.300,12	207.161.024,11	—	37.021.555,15	211.191.495,50	—	178.041.533,36

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	13.321.830,97	13.321.830,97	2.392.901,63	17,96	11.577.503,88	86,91	1.744.327,09
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	13.321.830,97	13.321.830,97	2.392.901,63	17,96	11.577.503,88	86,91	1.744.327,09
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	13.030.380,97	13.030.380,97	2.333.313,83	17,91	11.308.233,63	86,78	1.722.147,34
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	13.030.380,97	13.030.380,97	2.333.313,83	17,91	11.308.233,63	86,78	1.722.147,34
RECEITA DE SERVIÇOS	269.850,00	269.850,00	59.587,80	22,08	269.270,25	99,79	579,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	21.600,00	21.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.600,00
Multas e Juros de Mora	21.600,00	21.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.600,00

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de NAVEGANTES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	17.570.602,00	18.711.212,00	3.374.072,39	17.065.023,86	1.646.188,14	3.431.068,70	16.943.035,89	1.768.176,11	15.774.395,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.130.118,00	18.243.728,00	3.376.507,12	16.659.428,76	1.584.299,24	3.376.507,12	16.659.428,76	1.584.299,24	15.498.449,98
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	440.484,00	467.484,00	-2.434,73	405.595,10	61.888,90	54.561,58	283.607,13	183.876,87	275.945,91

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 20.899.438,77

NAVEGANTES, 25/11/2016

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito Municipal	MARCIO CAPELLA Secretário de Finanças	JOEL VIEIRA Contador - CRC/SC - 15.192-O
---	--	---

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	44.877.900,00	44.877.900,00	42.983.168,32	95,78
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	10.117.500,00	10.117.500,00	10.967.218,68	108,40
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	5.000.000,00	5.000.000,00	4.828.973,93	96,58
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	24.000.000,00	24.000.000,00	21.373.085,11	89,05
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.400.000,00	3.400.000,00	3.597.883,46	105,82
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	124.050,00	124.050,00	138.613,40	111,74
Dívida Ativa dos Impostos	1.700.400,00	1.700.400,00	1.459.555,34	85,84
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	535.950,00	535.950,00	617.838,40	115,28
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	61.843.675,00	61.843.675,00	54.069.058,32	87,43
Cota-Parte FPM	25.575.000,00	25.575.000,00	21.097.072,34	82,49
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	20.325,97	203,26
Cota-Parte IPVA	5.325.000,00	5.325.000,00	4.374.625,92	82,15
Cota-Parte ICMS	30.352.500,00	30.352.500,00	28.066.430,43	92,47
Cota-Parte IPI-Exportação	480.000,00	480.000,00	396.910,16	82,69
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	101.175,00	101.175,00	113.693,50	112,37
Desoneração ICMS (LC 87/96)	101.175,00	101.175,00	113.693,50	112,37
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	106.721.575,00	106.721.575,00	97.052.226,64	90,94

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	30.694.390,39	37.056.036,39	33.545.490,28	90,53	30.816.621,79	83,16
Pessoal e Encargos Sociais	12.516.883,04	17.052.963,04	15.520.427,59	91,01	15.511.928,09	90,96
Outras Despesas Correntes	18.177.507,35	20.003.073,35	18.025.062,69	90,11	15.304.693,70	76,51
DESPESAS DE CAPITAL	9.308.897,86	7.120.951,86	1.124.337,13	15,79	441.505,38	6,20
Investimentos	9.308.897,86	7.120.951,86	1.124.337,13	15,79	441.505,38	6,20

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	9.308.897,86	7.120.951,86	1.124.337,13	15,79	441.505,38	6,20
Investimentos	9.308.897,86	7.120.951,86	1.124.337,13	15,79	441.505,38	6,20
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	40.003.288,25	44.176.988,25	34.669.827,41	78,48	31.258.127,17	70,76
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	18.113.197,25	18.403.197,25	10.254.118,02	29,58	8.245.131,73	26,38
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	11.525.325,26	11.884.325,26	9.181.771,81	26,48	7.962.545,62	25,47
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	6.587.871,99	6.518.871,99	1.072.346,21	3,09	282.586,11	0,90
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA*	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	18.113.197,25	18.403.197,25	10.254.118,02	29,58	8.245.131,73	26,38
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	21.890.091,00	25.773.791,00	24.415.709,39	70,42	23.012.995,44	73,62
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						23,71
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]6						8.455.161,44

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
Inscritos em 2015	289.637,54	116.355,75	191.200,35	98.437,19	0,00
Inscritos em 2014	8.446,09	0,00	0,00	8.446,09	0,00
TOTAL	298.083,63	116.355,75	191.200,35	106.883,28	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	-	-	-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Suporte Profilático e Terapêutico Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica TOTAL	20.950.669,25	34.216.035,25	Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
	16.995.848,00	8.008.482,00	29.608.919,04	85,40	27.079.048,95
	940.824,00	1.024.624,00	3.599.107,19	10,38	3.021.020,54
	522.828,00	506.728,00	794.329,19	2,29	597.471,87
	593.119,00	421.119,00	406.947,98	1,17	350.800,83
	40.003.288,25	44.176.988,25	260.524,01	0,75	209.784,98
			100,00	31.258.127,17	100,00

FONTE:

¹Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.²O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

NAVEGANTES, 25/11/2016

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito MunicipalMARCIO CAPELLA
Secretário de FinançasJOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192

Município de NAVEGANTES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R\$ 1,00	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

NAVEGANTES, 25/11/2016

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito Municipal	MARCIO CAPELLA Secretário de Finanças	JOEL VIEIRA Contador - CRC/SC - 15.192-O
---	--	---

Município de NAVEGANTES - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		242.329.393,03		
Previsão Atualizada		242.329.393,03		
Receitas Realizadas		211.191.495,50		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.818.863,42		
DESPESAS				
Dotação Inicial		242.329.393,03		
Créditos Adicionais		23.367.645,59		
Dotação Atualizada		265.697.038,62		
Despesas Empenhadas		207.161.224,11		
Despesas Liquidadas		184.193.216,12		
Despesas pagas		178.041.733,36		
Superavit Orçamentário		26.998.279,38		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		207.161.224,11		
Despesas Liquidadas		184.193.216,12		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		214.213.142,73		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-14.345,45	-3.625.890,66	25,275,54
Resultado Primário		-12.505.243,00	10.346.560,06	-82,74
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	7.759.342,33	1.541.801,51	4.802.218,09	1.415.322,73
EXECUTIVO	7.759.342,33	1.541.801,51	4.802.218,09	1.415.322,73
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.533.855,22	7.219,06	2.452.737,21	73.898,95
EXECUTIVO	2.533.855,22	7.219,06	2.452.737,21	73.898,95
TOTAL:	10.293.197,55	1.549.020,57	7.254.955,30	1.489.221,68
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		27.765.969,04	25%	28,36
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		36.045.740,82	60%	83,32
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		9.167.695,42	932.304,58	
Despesa de Capital Líquida		19.765.937,38	29.935.327,67	

Continua 1/2

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
						% Mínimo a Aplicar no Exercício
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					23.012.995,44	15,00
						23,71
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NAVEGANTES, 25/11/2016

ROBERTO CARLOS DE SOUZA	MARCIO CAPELLA	JOEL VIEIRA
Prefeito Municipal	Secretário de Finanças	Contador - CRC/SC - 15.192-O

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

R\$ 1,00										
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)		% (d/Total d)	
			(b/Total b)	(b)						
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	224.758.791,03	246.985.826,62	26.727.227,73	190.096.000,25	91,76	56.889.826,37	167.249.980,23	90,80	79.735.846,39	
	Legislativa	4.192.682,34	4.192.682,34	471.770,70	2.707.418,20	1,31	1.485.264,14	2.590.893,43	1,41	1.601.788,91
	Ação Legislativa	4.192.682,34	4.192.682,34	471.770,70	2.707.418,20	1,31	1.485.264,14	2.590.893,43	1,41	1.601.788,91
	Essencial à Justiça	1.820.000,00	1.788.570,00	115.529,53	1.607.228,98	0,78	181.341,02	136.034,35	0,86	206.166,46
	Representação Judicial e Extrajudicial	1.820.000,00	1.788.570,00	115.529,53	1.607.228,98	0,78	181.341,02	136.034,35	0,86	206.166,46
	Administração	12.239.389,47	15.245.448,97	1.566.294,50	13.523.309,06	6,53	1.722.139,91	10.971.595,89	5,96	4.273.853,08
	Planejamento e Orçamento	1.730.000,00	1.744.810,00	316.705,98	1.731.312,78	0,84	13.497,22	335.458,10	0,90	86.208,96
	Administração Geral	3.910.000,00	4.094.830,00	494.738,28	3.967.760,79	1,92	127.089,21	650.219,40	1,97	470.522,51
	Administração Financeira	1.270.000,00	3.668.739,50	145.085,70	3.521.357,86	1,70	147.381,64	265.410,82	0,90	2.019.384,72
	Normalização e Fiscalização	50.000,00	20,00	0,00	0,00	0,00	20,00	0,00	0,00	20,00
	Tecnologia da Informatização	250.000,00	126.010,00	0,00	58.872,36	0,03	67.137,64	37.348,18	0,02	88.661,82
	Formação de Recursos Humanos	1.900.000,00	2.394.950,00	459.750,06	2.389.493,00	1,15	5.457,00	456.865,02	1,29	26.766,39
	Administração de Receitas	550.000,00	461.990,00	3.906,50	456.796,05	0,22	5.193,95	364.530,90	0,20	97.459,10
	Comunicação Social	1.030.000,00	693.710,00	51.580,58	501.942,52	0,24	191.767,48	80.978,36	0,27	192.667,48
	Previdência do Regime Estatutário	1.549.389,47	2.060.389,47	94.527,40	895.773,70	0,43	1.164.615,77	150.944,49	0,42	1.292.162,10
	Segurança Pública	4.684.130,00	5.033.838,00	433.216,62	2.883.054,82	1,39	2.150.793,18	465.284,30	1,39	2.472.164,30
	Policimento	1.888.294,00	1.988.294,00	150.522,81	1.044.900,26	0,50	943.393,74	801.983,36	0,44	1.186.310,64
	Defesa Civil	1.180.000,00	1.070.010,00	130.954,52	726.608,40	0,35	343.401,60	131.236,54	0,39	355.838,21
	Informação e Inteligência	1.615.836,00	1.975.534,00	151.739,29	1.111.546,16	0,54	863.987,84	239.096,84	0,57	930.015,45
	Assistência Social	7.812.385,79	6.888.425,79	622.841,06	4.044.720,38	1,95	2.843.705,41	3.628.530,86	1,97	3.259.894,93
	Assistência ao Idoso	170.000,00	150.010,00	-15.000,00	107.317,36	0,05	42.692,64	100.907,80	0,05	49.102,20
	Assistência ao Portador de Deficiência	10.956,00	10.956,00	0,00	0,00	0,00	10.956,00	0,00	0,00	10.956,00
	Assistência à Criança e ao Adolescente	2.638.331,00	2.375.091,00	264.206,74	1.381.254,00	0,67	993.837,00	290.113,24	0,68	1.117.953,26
	Assistência Comunitária	4.993.098,79	4.352.368,79	373.634,32	2.556.149,02	1,23	1.796.219,77	446.083,47	1,23	2.081.883,47
	Previdência Social	675.000,00	675.000,00	1.760,00	15.136,00	0,01	659.864,00	1.760,00	0,01	659.864,00
	Previdência do Regime Estatutário	675.000,00	675.000,00	1.760,00	15.136,00	0,01	659.864,00	1.760,00	0,01	659.864,00
	Saúde	37.877.853,25	42.024.553,25	4.623.192,79	32.623.275,69	15,75	9.401.277,56	6.019.718,04	15,86	12.804.752,78
	Atenção Básica	18.716.482,25	31.956.848,25	4.227.306,53	27.562.367,32	13,30	4.394.480,93	5.088.785,42	13,59	6.916.126,00
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	17.102.600,00	8.115.234,00	237.459,23	3.599.107,19	1,74	4.516.126,81	650.405,34	1,64	5.094.213,46
	Suporte Profilático e Terapêutico	940.824,00	1.024.624,00	47.714,36	794.329,19	0,38	230.294,81	160.383,01	0,32	427.152,13
	Vigilância Sanitária	522.828,00	506.728,00	63.100,39	406.947,98	0,20	99.780,02	88.758,95	0,19	155.927,17
	Vigilância Epidemiológica	593.119,00	421.119,00	47.612,28	260.524,01	0,13	160.594,99	209.784,98	0,11	211.334,02
	Trabalho	1.510.000,00	1.554.620,00	286.548,74	1.541.896,79	0,74	12.723,21	292.256,20	0,83	23.401,49
	Empregabilidade	50.000,00	40.000,00	0,00	32.217,96	0,02	7.782,04	26.894,30	0,01	13.105,70
Fomento ao Trabalho	1.460.000,00	1.514.620,00	286.548,74	1.509.678,83	0,73	4.941,17	286.932,54	0,82	10.295,79	

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Educação	224.758.791,03	246.985.826,62	26.727.227,73	190.096.000,25	91,76	33.590.486,45	167.249.980,23	79.735.846,39
Alimentação e Nutrição	70.964.785,55	76.288.582,26	10.272.567,59	68.424.302,37	33,03	12.510.359,94	62.640.987,86	15.647.594,40
Ensino Fundamental	4.262.742,00	3.998.412,00	424.435,40	2.972.285,10	1,43	590.065,31	2.227.906,77	1.770.505,23
Educação Infantil	38.278.313,06	41.074.174,68	4.808.434,95	37.331.333,91	18,02	3.742.840,77	34.639.776,28	6.434.398,40
Educação de Jovens e Adultos	27.950.730,49	32.711.995,58	4.971.488,33	27.871.046,74	13,45	4.963.092,78	25.523.668,19	7.188.327,39
Educação Especial	325.000,00	325.000,00	54.016,09	180.214,04	0,09	54.016,09	180.214,04	144.785,96
Cultura	148.000,00	179.000,00	14.192,82	69.422,58	0,03	14.192,82	69.422,58	109.577,42
Difusão Cultural	2.090.552,00	1.945.302,00	132.913,65	1.076.714,69	0,52	888.587,31	1.053.036,54	892.265,46
Urbanismo	2.090.552,00	1.945.302,00	132.913,65	1.076.714,69	0,52	888.587,31	1.053.036,54	892.265,46
Infra-Estrutura Urbana	9.456.700,00	11.563.104,00	1.729.589,05	11.419.378,67	5,51	2.042.914,07	11.115.946,73	437.157,27
Serviços Urbanos	256.700,00	682.102,00	0,00	625.370,94	0,30	0,00	625.370,94	56.731,06
Saneamento	9.200.000,00	10.871.002,00	1.729.589,05	10.794.007,73	5,21	76.994,27	10.490.575,79	380.426,21
Saneamento Básico Urbano	17.172.950,00	17.137.950,00	2.096.178,35	13.717.614,81	6,62	3.420.335,19	12.595.268,12	4.542.681,88
Gestão Ambiental	17.172.950,00	17.137.950,00	2.096.178,35	13.717.614,81	6,62	3.420.335,19	12.595.268,12	4.542.681,88
Preservação e Conservação Ambiental	2.130.768,00	2.239.718,00	110.324,48	649.615,57	0,31	1.590.102,43	121.730,27	1.624.105,61
Controle Ambiental	1.461.392,00	1.028.692,00	1.603,58	103.465,67	0,05	925.226,33	92.140,68	936.551,32
Agricultura	689.376,00	1.211.026,00	108.720,90	546.149,90	0,26	684.876,10	116.731,71	687.554,29
Abastecimento	1.296.700,00	1.096.750,00	118.805,41	919.101,42	0,44	177.648,58	161.836,96	245.479,97
Extensão Rural	70.000,00	20.020,00	0,00	10.000,00	0,00	10.020,00	693,98	17.730,98
Comércio e Serviços	1.226.700,00	1.076.730,00	118.805,41	909.101,42	0,44	167.628,58	848.981,01	227.748,99
Serviços Financeiros	2.804.235,30	2.774.312,10	184.341,13	2.158.013,09	1,04	616.299,01	289.057,11	663.734,91
Turismo	50.000,00	20.300,00	0,00	20.280,00	0,01	20,00	3.380,00	11.681,00
Energia	2.754.235,30	2.754.012,10	184.341,13	2.137.733,09	1,03	616.279,01	285.677,11	652.053,91
Energia Elétrica	4.556.700,00	5.906.700,00	800.000,00	5.892.431,50	2,84	14.268,50	1.601.477,61	955.663,11
Transporte	4.556.700,00	5.906.700,00	800.000,00	5.892.431,50	2,84	14.268,50	1.601.477,61	955.663,11
Transporte Rodoviário	15.851.325,00	20.674.435,58	2.991.570,45	19.120.691,62	9,23	1.553.743,96	12.371.633,87	8.302.801,71
Desporto e Lazer	15.851.325,00	20.674.435,58	2.991.570,45	19.120.691,62	9,23	1.553.743,96	12.371.633,87	8.302.801,71
Desporto de Rendimento	2.115.273,00	2.088.473,00	141.672,59	1.395.008,37	0,67	693.464,63	1.246.889,90	841.783,20
Desporto Comunitário	340.000,00	327.100,00	0,00	323.688,29	0,16	3.411,71	265.697,29	61.402,71
Encargos Especiais	1.775.273,00	1.761.373,00	141.672,59	1.071.320,08	0,52	690.052,92	980.992,51	780.380,49
Serviço da Dívida Interna	6.114.000,00	6.484.000,00	30.111,09	6.377.088,22	3,08	106.911,78	5.596.868,41	887.331,59
Outros Encargos Especiais	3.850.000,00	4.220.000,00	-1,78	4.219.740,18	2,04	259,82	3.864.313,81	355.686,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.264.000,00	2.264.000,00	30.112,87	2.157.348,04	1,04	106.651,96	1.732.354,60	531.645,40
	19.393.361,33	19.393.361,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.393.361,33

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	17.570.602,00	18.711.212,00	3.374.072,39	17.065.023,86	8,24	3.431.068,70	16.943.035,89	1.768.176,11
Legislativa	140.000,00	140.000,00	15.328,88	70.956,48	0,03	69.043,52	15.514,85	70.216,04
Ação Legislativa	140.000,00	140.000,00	15.328,88	70.956,48	0,03	69.043,52	15.514,85	70.216,04
Essencial à Justiça	55.000,00	93.000,00	14.035,12	70.566,77	0,03	22.433,23	14.035,12	22.433,23
Representação Judicial e Extrajudicial	55.000,00	93.000,00	14.035,12	70.566,77	0,03	22.433,23	14.035,12	22.433,23
Administração	1.374.000,00	1.794.420,00	344.795,00	1.704.278,25	0,82	90.141,75	345.709,22	119.148,27
Planejamento e Orçamento	200.000,00	201.200,00	41.550,68	200.950,14	0,10	249,86	41.550,68	249,86
Administração Geral	169.000,00	169.000,00	23.640,10	155.369,95	0,07	13.630,05	24.554,32	42.636,57
Administração Financeira	90.000,00	140.000,00	22.209,26	107.292,72	0,05	32.707,28	22.209,26	32.707,28
Formação de Recursos Humanos	800.000,00	1.169.220,00	238.675,38	1.146.299,53	0,55	22.920,47	238.675,38	22.920,47
Comunicação Social	50.000,00	50.000,00	8.774,86	47.580,04	0,02	2.419,96	47.580,04	2.419,96
Previdência do Regime Estatutário	65.000,00	65.000,00	9.944,72	46.785,87	0,02	18.214,13	46.785,87	18.214,13
Segurança Pública	171.262,00	171.262,00	23.193,51	106.781,94	0,05	64.480,06	23.193,51	64.480,06
Policimento	8.070,00	8.070,00	540,06	2.650,19	0,00	5.419,81	2.650,19	5.419,81
Defesa Civil	95.000,00	95.000,00	12.200,57	52.469,31	0,03	42.530,69	52.469,31	42.530,69
Informação e Inteligência	68.192,00	68.192,00	10.452,88	51.662,44	0,02	16.529,56	51.662,44	16.529,56
Assistência Social	250.700,00	294.700,00	57.959,35	285.682,07	0,14	9.017,93	278.446,35	16.253,65
Assistência à Criança e ao Adolescente	60.700,00	80.700,00	16.705,24	72.363,68	0,03	8.336,32	67.530,79	13.169,21
Assistência Comunitária	190.000,00	214.000,00	41.254,11	213.318,39	0,10	681,61	42.038,92	3.084,44
Previdência Social	6.000.000,00	6.000.000,00	1.040.042,60	5.153.394,06	2,49	846.605,94	5.153.394,06	846.605,94
Previdência do Regime Estatutário	6.000.000,00	6.000.000,00	1.040.042,60	5.153.394,06	2,49	846.605,94	5.153.394,06	846.605,94
Saúde	2.232.187,00	2.259.187,00	418.730,80	2.046.551,72	0,99	212.635,28	414.386,92	220.860,30
Atenção Básica	2.232.187,00	2.259.187,00	418.730,80	2.046.551,72	0,99	212.635,28	414.386,92	220.860,30
Trabalho	160.000,00	190.380,00	38.284,71	189.724,84	0,09	655,16	38.340,55	10.093,30
Fomento ao Trabalho	160.000,00	190.380,00	38.284,71	189.724,84	0,09	655,16	38.340,55	10.093,30
Educação	5.866.000,00	6.321.010,00	1.188.832,50	6.128.215,96	2,96	192.794,04	6.092.016,40	228.993,60
Ensino Fundamental	3.300.000,00	3.400.000,00	634.502,15	3.252.428,02	1,57	147.571,98	657.532,94	163.745,16
Educação Infantil	2.500.000,00	2.850.010,00	548.166,27	2.845.744,31	1,37	4.265,69	561.696,99	24.292,07
Educação de Jovens e Adultos	46.000,00	46.000,00	3.566,80	18.260,98	0,01	27.739,02	18.260,98	27.739,02
Educação Especial	20.000,00	25.000,00	2.597,28	11.782,65	0,01	13.217,35	11.782,65	13.217,35
Cultura	75.801,00	75.801,00	11.553,65	52.876,91	0,03	22.924,09	11.553,65	22.924,09
Diffusão Cultural	75.801,00	75.801,00	11.553,65	52.876,91	0,03	22.924,09	11.553,65	22.924,09
Urbanismo	1.000.000,00	1.026.000,00	196.540,32	1.025.153,53	0,49	846,47	196.719,98	21.826,56
Serviços Urbanos	1.000.000,00	1.026.000,00	196.540,32	1.025.153,53	0,49	846,47	196.719,98	21.826,56

Continua 3/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)		Até o Bimestre (d)		% (d/Total d)	
			No Bimestre				No Bimestre			
DESPESAS (INTRA-ORGAMENTÁRIAS) (II)	17.570.602,00	18.711.212,00	3.374.072,39	17.085.023,86	8,24	1.646.188,14	3.431.088,70	16.943.035,89	9,20	1.788.176,11
Saneamento	40.000,00	75.000,00	-9.057,04	38.286,74	0,02	36.713,26	9.992,86	37.735,64	0,02	37.264,16
Saneamento Básico Urbano	40.000,00	75.000,00	-9.057,04	38.286,74	0,02	36.713,26	9.992,86	37.735,64	0,02	37.264,16
Gestão Ambiental	57.592,00	95.592,00	10.800,84	49.613,24	0,02	45.978,76	10.800,84	49.613,24	0,03	45.978,76
Controle Ambiental	57.592,00	95.592,00	10.800,84	49.613,24	0,02	45.978,76	10.800,84	49.613,24	0,03	45.978,76
Agricultura	86.700,00	86.700,00	10.950,39	72.085,03	0,03	14.614,97	11.081,52	65.990,22	0,04	20.709,78
Extensão Rural	86.700,00	86.700,00	10.950,39	72.085,03	0,03	14.614,97	11.081,52	65.990,22	0,04	20.709,78
Comércio e Serviços	31.600,00	31.600,00	3.379,82	29.637,98	0,01	1.962,02	4.856,97	26.553,29	0,01	5.046,71
Turismo	31.600,00	31.600,00	3.379,82	29.637,98	0,01	1.962,02	4.856,97	26.553,29	0,01	5.046,71
Desporto e Lazer	29.760,00	56.560,00	8.701,94	41.218,34	0,02	15.341,66	8.701,94	41.218,34	0,02	15.341,66
Desporto Comunitário	29.760,00	56.560,00	8.701,94	41.218,34	0,02	15.341,66	8.701,94	41.218,34	0,02	15.341,66
TOTAL (III) = (I + II)	242.329.393,03	265.897.038,62	30.101.300,12	207.161.024,11	100,00	58.536.014,51	37.021.555,15	184.193.016,12	100,00	81.504.022,50

NAVEGANTES, 25/11/2016

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-0

Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES											PREVISÃO ATUALIZADA 2016		
		R\$ 1,00													
		Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Maio/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016		Out/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	16.552.286,25	19.496.992,54	23.555.171,21	22.467.678,40	19.240.942,49	18.562.729,16	18.529.181,17	22.017.085,61	19.801.155,42	17.769.082,66	18.298.077,81	18.659.530,81	234.749.895,53	219.670.297,81
	IPTU	3.231.728,78	4.168.661,34	7.777.783,59	6.305.270,74	4.131.377,92	3.212.697,67	3.063.836,64	3.284.716,97	3.274.405,82	3.039.626,66	3.284.706,71	2.957.484,82	50.282.384,52	45.212.068,00
	IPI	301.080,13	372.632,41	4.559.589,59	3.143.705,71	934.670,98	442.863,43	324.256,63	288.747,67	320.100,90	343.475,23	297.618,34	302.180,20	11.640.931,22	10.117.500,00
	IRRF	223.262,25	94.198,73	26.940,25	444.875,69	458.958,37	395.743,27	399.516,89	407.524,21	415.480,28	405.380,43	332.578,36	311.476,71	4.763.131,44	3.400.000,00
	ISS	1.979.668,23	2.017.283,46	1.897.477,36	1.795.824,99	1.850.630,77	1.715.738,34	1.793.422,51	1.549.192,73	1.771.114,92	1.786.685,56	1.873.924,79	25.370.046,80	25.370.046,80	25.370.046,80
	ITBI	66.120,74	705.306,87	287.094,75	442.617,69	421.330,52	524.982,09	449.894,77	478.231,80	668.530,48	436.918,12	753.986,85	365.886,96	6.195.484,54	5.000.000,00
	Outras Receitas Tributárias	66.514,43	131.442,87	507.272,64	478.246,66	465.781,28	133.370,54	105.946,04	81.107,12	80.608,60	82.737,96	54.756,12	2.282.707,52	2.282.707,52	2.694.568,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	958.699,03	1.708.091,54	761.021,85	1.075.010,59	1.106.646,80	1.105.933,19	1.091.944,24	1.126.140,66	1.094.485,39	1.058.151,07	1.071.531,92	1.046.203,34	13.203.686,02	11.826.393,26
	RECEITA PATRIMONIAL	571.330,44	141.952,36	1.391.385,82	1.157.954,98	1.275.868,61	1.428.019,65	1.161.657,99	1.585.986,73	816.271,98	1.277.181,88	827.332,97	12.174.967,19	62.844.975,00	62.844.975,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	1.346.442,60	1.849.392,56	1.645.810,71	1.468.209,09	2.039.572,68	1.525.812,02	1.559.688,11	1.680.905,52	1.456.250,72	1.620.932,14	1.515.076,84	1.461.497,86	19.149.590,85	19.149.590,85
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.987.726,03	11.087.756,14	12.093.595,29	12.054.082,97	10.317.100,79	10.931.815,72	11.748.932,79	11.332.058,82	11.824.547,67	10.923.084,88	10.822.291,90	12.007.976,26	138.110.969,26	131.824.379,30
	Cota-Parte do FPM	1.909.833,58	3.229.402,65	2.260.791,39	2.830.183,94	1.719.106,38	2.043.648,30	2.717.558,94	2.245.143,95	2.489.586,51	1.641.559,81	1.932.681,24	2.085.119,38	25.575.000,00	25.575.000,00
	Cota-Parte do ICMS	2.494.060,34	2.434.765,94	3.255.930,17	2.863.351,61	2.769.483,48	2.693.621,59	2.678.658,53	2.946.697,65	2.731.393,80	2.697.911,37	2.914.403,31	3.014.778,92	32.965.256,71	30.352.500,00
Cota-Parte do IPTU	300.735,22	258.353,56	249.706,99	330.051,49	448.388,58	448.286,25	480.555,95	510.179,39	489.450,64	518.975,75	458.493,32	429.637,56	4.933.714,70	5.325.000,00	
Cota-Parte do ITR	310,02	208,69	419,82	331,37	204,05	39,42	1.329,82	35,50	104,58	94,31	1.349,45	16.414,65	20.844,68	10.000,00	
Transferências Correntes	1.382.950,16	1.177.263,38	1.582.170,08	1.920.129,37	1.322.030,58	1.351.208,40	1.426.431,65	1.978.950,30	1.690.040,02	1.461.863,42	1.489.389,80	1.637.085,01	18.425.557,17	22.025.668,00	
Transferências de LC 61/1989	38.433,22	37.950,45	51.238,95	39.572,00	38.634,75	39.642,51	45.017,28	26.787,31	36.396,51	36.778,34	40.274,48	42.568,03	473.293,83	480.000,00	
Transferências de LC 87/1996	10.340,18	10.340,18	11.369,35	11.369,35	11.369,35	11.369,35	11.369,35	11.369,35	11.369,35	11.369,35	11.369,35	11.369,35	134.373,86	101.175,00	
Transferências do FUNDEB	3.831.063,31	3.939.471,29	4.681.968,54	4.259.093,84	4.083.745,51	4.268.138,01	4.387.811,27	4.212.847,37	4.057.226,26	4.176.549,65	4.268.452,38	4.863.441,50	51.029.808,93	47.955.036,30	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	476.341,37	541.138,60	385.573,95	407.150,03	366.374,69	358.450,76	528.759,54	421.510,59	365.476,09	311.015,93	327.288,56	359.035,56	4.848.115,69	5.426.468,25	
DEDUÇÕES (II)	1.490.974,58	2.045.156,50	1.705.287,75	1.779.101,02	1.593.341,93	1.686.334,36	1.817.094,63	1.728.573,01	1.624.381,11	1.685.724,34	1.646.810,30	1.733.993,27	20.536.752,80	19.693.128,26	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	540.232,26	1.057.615,03	539.396,63	604.129,27	611.077,23	623.840,57	630.156,87	640.530,00	643.067,21	628.790,19	632.503,54	7.784.659,39	7.784.659,39	7.326.393,26	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	950.742,32	987.541,47	1.155.891,12	1.174.971,75	982.244,70	1.062.483,79	1.186.937,76	1.088.043,01	981.293,90	1.058.934,15	1.013.489,71	1.101.489,73	12.752.093,41	12.368.735,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	15.061.293,67	17.451.836,04	21.849.883,46	20.688.577,38	17.647.600,56	16.876.394,80	16.712.086,54	20.288.512,60	17.976.794,31	16.083.358,32	16.651.267,51	16.925.537,54	214.213.142,73	199.975.168,55	
FONTE: NAVEGANTES, 25/11/2016															

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-0

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal



Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	22.267.603,89	27.325.707,88	28.080.873,40
DEDUÇÕES (II)	16.930.261,66	20.670.347,77	17.973.901,10
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.446.924,38	25.051.295,62	24.177.026,40
Demais Haveres Financeiros	5.703,03	14.128,44	10.399,30
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.522.365,75	4.395.076,29	6.213.524,60
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.337.342,23	6.655.360,11	10.106.972,30
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	14.285.649,67	21.537.729,04	22.681.170,40
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-8.948.307,44	-14.882.368,93	-12.574.198,10

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
VALOR	2.308.170,83	-3.625.890,66

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-14.345,45

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	69.620.558,52	69.620.558,52	97.716.744,62
Passivo Atuarial	69.620.558,52	69.620.558,52	97.716.744,62
DEDUÇÕES (VIII)	56.408.031,57	74.022.673,98	78.296.882,24
Disponibilidade de Caixa Bruta	94.013,31	85.478,48	1.530,01
Investimentos	56.325.507,73	73.963.681,16	78.314.994,90
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	11.489,47	26.485,66	19.642,67
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	13.212.526,95	-4.402.115,46	19.419.862,38
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	13.212.526,95	-4.402.115,46	19.419.862,38

FONTE:

NAVEGANTES, 25/11/2016

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-O

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	214.368.150,78	188.115.991,29	169.468.975,57
Receita Tributária	45.212.068,00	42.861.994,40	39.198.492,95
I.P.T.U.	10.117.500,00	10.967.218,68	9.221.145,83
I.S.S.	24.000.000,00	21.373.085,11	20.269.863,42
I.T.B.I.	5.000.000,00	4.828.973,93	5.339.623,79
I.R.R.F.	3.400.000,00	3.597.883,46	2.827.157,59
Outras Receitas Tributárias	2.694.568,00	2.094.833,22	1.540.702,32
Receita de Contribuição	24.856.774,23	21.845.311,08	18.374.766,48
Receitas Previdenciárias	20.356.774,23	17.495.045,73	14.307.668,83
Outras Contribuições	4.500.000,00	4.350.265,35	4.067.097,65
Receita Patrimonial Líquida	29.732,00	113.346,68	18.772,88
Receita Patrimonial	6.284.975,00	11.461.684,39	6.808.043,12
(-) Aplicações Financeiras	6.255.243,00	11.348.337,71	6.789.270,24
Transferências Correntes	119.455.644,30	103.241.677,47	92.966.491,67
F.P.M.	20.460.000,00	17.739.469,00	15.846.212,87
I.P.V.A	4.260.000,00	3.499.701,56	3.424.233,81
I.C.M.S.	24.282.000,00	22.453.145,10	19.665.607,41
Convênios	1.425.924,00	657.411,74	277.185,30
Outras Transferências Correntes	69.027.720,30	58.891.950,07	53.753.252,28
Demais Receitas Correntes	24.813.932,25	20.053.661,66	18.910.451,59
Dívida Ativa	1.656.900,00	1.459.555,34	1.512.656,93
Diversas Receitas Correntes	23.157.032,25	18.594.106,32	17.397.794,66
RECEITAS DE CAPITAL (II)	21.705.999,25	11.727.166,50	17.608.714,84
Operações de Crédito (III)	10.100.000,00	9.167.695,42	11.171.537,26
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	11.605.999,25	2.559.471,08	6.437.177,58
Convênios	11.523.199,25	2.559.471,08	6.437.177,58
Outras Transferências de Capital	82.800,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	11.605.999,25	2.559.471,08	6.437.177,58
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	225.974.150,03	190.675.462,37	175.906.153,15

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	196.602.412,24	173.913.228,88	153.835.325,36	164.427.078,74	142.823.580,74
Pessoal e Encargos Sociais	109.636.832,57	98.091.303,33	84.235.053,70	98.065.216,71	84.214.560,49
Juros e Encargos da Dívida (IX)	520.000,00	519.998,12	111.518,50	509.887,90	111.518,50
Outras Despesas Correntes	86.445.579,67	75.301.927,43	69.488.753,16	65.851.974,13	58.497.501,75
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	196.082.412,24	173.393.230,76	153.723.806,86	163.917.190,84	142.712.062,24
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	49.701.265,05	33.247.795,23	39.824.841,87	19.765.937,38	26.037.596,57
Investimentos	46.001.265,05	29.548.053,17	35.095.724,56	16.411.511,47	21.966.505,15
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	3.700.000,00	3.699.742,06	4.729.117,31	3.354.425,91	4.071.091,42
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	46.001.265,05	29.548.053,17	35.095.724,56	16.411.511,47	21.966.505,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	19.393.361,33	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	261.477.038,62	202.941.283,93	188.819.531,42	180.328.702,31	164.678.567,39

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-35.502.888,59	-12.265.821,56	-12.913.378,27	10.346.760,06	11.227.585,76
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	1.818.863,42	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	1.818.863,42	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-12.505.243,00

NAVEGANTES, 25/11/2016

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-O

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RP NÃO PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00	
	Inscritos		Inscritos		Saldo (a)	Inscritos		Inscritos		Saldo (b)	R\$ 1,00	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015		R\$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	197.265,73	2.307.719,45	2.423.867,17	7.219,06	73.898,95	796.568,27	6.982.774,06	4.810.003,65	4.802.218,09	1.541.801,51	1.415.322,73	1.489.221,68
FUNDO MUN.REQUIP.CORPO BOMBEIROS DE N	197.265,73	2.307.719,45	2.423.867,17	7.219,06	73.898,95	796.568,27	6.982.774,06	4.810.003,65	4.802.218,09	1.541.801,51	1.415.322,73	1.489.221,68
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	196.500,78	2.235.126,80	2.351.878,84	6.431,06	73.317,68	796.568,27	6.735.827,84	4.702.755,56	4.697.265,30	1.520.349,62	1.314.781,19	1.388.098,87
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	5.883,34	5.883,34	0,00	0,00	0,00	0,00	10.180,38	10.180,38	58.173,82	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	2.402,91	287.711,98	287.711,98	0,00	2.402,91	12.954,56	1.458.211,90	81.965,64	81.965,64	3.398,36	10.697,42	10.697,42
GABINETE DO VICE PREFEITO	0,00	6.751,00	6.751,00	0,00	0,00	0,00	5.200,00	5.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	1.490,00	1.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	43.187,88	211.807,05	243.358,17	0,00	11.636,76	128.243,04	1.363.475,42	688.576,30	688.576,30	750.079,74	53.062,42	64.699,18
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.785,00	0,00	0,00	0,00	1.785,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. FINANÇAS	0,00	140.329,05	140.319,05	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00
SECRETARIA MUN.CRIANÇA,ADOLESCENTE E JU	0,00	4.294,65	4.294,65	0,00	0,00	0,00	258.506,74	234.808,53	234.518,51	1.815,96	22.172,27	22.172,27
SECRETARIA MUN.MEIO AMBIENTE/AGRICULTUR	0,00	10.835,36	10.835,36	0,00	0,00	0,00	48,43	0,00	0,00	48,43	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA E DEF	0,00	5.044,82	5.044,82	0,00	0,00	0,00	4.733,36	3.549,96	3.549,96	0,00	1.183,40	1.183,40
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E L	101.862,59	204.589,27	287.602,59	0,00	18.949,27	287.602,59	34.811,76	14.101,01	14.101,01	290,02	20.420,73	38.270,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	12.971,00	12.971,00	0,00	0,00	0,00	15.921,26	2.215,43	2.215,43	2.874,77	10.831,06	10.831,06
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO, SOC	0,00	8.252,53	8.252,53	0,00	0,00	0,00	5.796,83	4.122,41	4.122,41	0,00	1.674,42	1.674,42
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEV. ECONÔMICO	25.704,00	717,20	717,20	0,00	25.704,00	0,00	303,90	303,90	303,90	0,00	0,00	25.704,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROL	0,00	6.577,00	6.577,00	0,00	0,00	0,00	1.971,00	0,00	0,00	0,00	1.971,00	1.971,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	16.615,14	2.900,00	1.450,00	3.565,14	11.600,00	11.600,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	19.175,42	220.285,97	220.285,95	6.431,06	12.744,38	538.653,29	3.314.292,75	2.707.190,23	2.704.306,99	388.275,38	760.363,67	773.108,05
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSIC	0,00	1.085.268,48	1.085.268,48	0,00	0,00	0,00	90.971,65	71.674,80	71.674,80	5.216,28	14.080,57	14.080,57
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO,CULTURA E	2.382,98	16.063,49	18.261,11	0,00	185,36	6.772,10	102,08	1.180,40	1.180,40	102,08	5.591,70	5.777,06
SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.945,28	34.835,20	32.402,00	32.402,00	2.433,20	109.945,28	109.945,28
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.835,20	32.402,00	32.402,00	2.433,20	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.835,20	32.402,00	32.402,00	2.433,20	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	3.842,98	3.842,98	0,00	0,00	0,00	6.969,20	177,75	177,75	3.832,08	2.959,37	2.959,37
FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES	149,37	6.331,89	6.331,89	0,00	149,37	0,00	48.223,63	131,96	131,96	1.562,34	46.529,33	46.678,70
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	149,37	6.331,89	6.331,89	0,00	149,37	0,00	48.223,63	131,96	131,96	1.562,34	46.529,33	46.678,70
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGA	0,00	19.781,66	19.349,76	0,00	431,90	0,00	66.738,49	37.676,53	35.381,23	13.624,27	17.732,99	18.164,89
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSIT	0,00	19.781,66	19.349,76	0,00	431,90	0,00	66.738,49	37.676,53	35.381,23	13.624,27	17.732,99	18.164,89
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEG	615,58	31.146,65	31.762,23	0,00	0,00	0,00	52.196,61	33.874,22	33.874,22	0,00	18.322,39	18.322,39
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE N	615,58	31.146,65	31.762,23	0,00	0,00	0,00	52.196,61	33.874,22	33.874,22	0,00	18.322,39	18.322,39
INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DO MUN. NAVEGANT	0,00	11.489,47	10.701,47	788,00	0,00	0,00	17.983,09	2.985,63	2.985,63	0,00	14.997,46	14.997,46
INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. MUNIC. NAVEGA	0,00	11.489,47	10.701,47	788,00	0,00	0,00	17.983,09	2.985,63	2.985,63	0,00	14.997,46	14.997,46
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	28.870,04	28.870,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	28.719,26	28.719,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	0,00	219,64	219,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN.MEIO AMBIENTE/AGRICULTUR	0,00	24.445,24	24.445,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E L	0,00	57,73	57,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E L	0,00	493,40	493,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	508,75	508,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	2.862,61	2.862,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSIC	0,00	49,90	49,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO,CULTURA E	0,00	81,99	81,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES	0,00	150,78	150,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	150,78	150,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	44.877.900,00	44.877.900,00	42.983.168,32	95,78
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	12.183.450,00	12.183.450,00	12.825.680,09	105,27
1.1.1- IPTU	13.629.510,68	13.629.510,68	10.985.562,90	80,60
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	56.700,00	56.700,00	26.135,65	46,09
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.130.000,00	2.130.000,00	1.283.276,69	60,25
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.138.332,91	1.138.332,91	549.049,07	48,23
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(4.771.093,59)	(4.771.093,59)	(18.344,22)	0,38
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	5.010.650,00	5.010.650,00	4.828.973,93	96,37
1.2.1- ITBI	5.815.367,38	5.815.367,38	4.904.578,24	84,34
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	10.650,00	10.650,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(815.367,38)	(815.367,38)	(75.604,31)	9,27
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	24.283.800,00	24.283.800,00	21.730.630,84	89,49
1.3.1- ISS	24.736.417,67	24.736.417,67	21.397.217,41	86,50
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	56.700,00	56.700,00	112.477,75	198,37
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	170.400,00	170.400,00	176.278,65	103,45
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	99.272,05	99.272,05	68.789,33	69,29
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(778.989,72)	(778.989,72)	(24.132,30)	3,10
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.400.000,00	3.400.000,00	3.597.883,46	105,82
1.4.1- IRRF	3.400.000,00	3.400.000,00	3.601.625,80	105,93
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	(3.742,34)	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	61.843.675,00	61.843.675,00	54.930.869,13	88,82
2.1- Cota-Parte FPM	25.575.000,00	25.575.000,00	21.958.883,15	85,86
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	25.575.000,00	25.575.000,00	21.097.072,34	82,49
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	861.810,81	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	30.352.500,00	30.352.500,00	28.066.430,43	92,47
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. n°87/1996	101.175,00	101.175,00	113.693,50	112,37
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	480.000,00	480.000,00	396.910,16	82,69
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	20.325,97	203,26
2.6- Cota-Parte IPVA	5.325.000,00	5.325.000,00	4.374.625,92	82,15
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	106.721.575,00	106.721.575,00	97.914.037,45	91,75

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	—	0,00	0,00	0,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	12.368.735,00	12.368.735,00	10.813.809,62	87,43
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	5.115.000,00	5.115.000,00	4.219.414,15	82,49
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	6.070.500,00	6.070.500,00	5.613.285,33	92,47
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	20.235,00	20.235,00	22.738,70	112,37
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	96.000,00	96.000,00	79.381,95	82,69
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	4.065,13	203,26
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.065.000,00	1.065.000,00	874.924,36	82,15
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	47.955.036,30	47.955.036,30	43.259.274,33	90,21
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	47.955.036,30	47.955.036,30	43.259.274,33	90,21
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	35.586.301,30	35.586.301,30	32.445.464,71	91,17
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	40.425.030,49	41.011.030,49	36.045.740,82	87,89	36.045.740,82	87,89
13.1- Com Educação Infantil	20.344.030,49	20.794.030,49	18.217.241,10	87,61	18.217.241,10	87,61
13.2- Com Ensino Fundamental	20.081.000,00	20.217.000,00	17.828.499,72	88,19	17.828.499,72	88,19
14- OUTRAS DESPESAS	7.700.005,81	7.700.005,81	7.195.401,16	93,45	7.195.401,16	93,45
14.1- Com Educação Infantil	300.000,00	300.000,00	160.801,10	53,60	160.801,10	53,60
14.2- Com Ensino Fundamental	7.400.005,81	7.400.005,81	7.034.600,06	95,06	7.034.600,06	95,06
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	48.125.036,30	48.711.036,30	43.241.141,98	88,77	43.241.141,98	88,77
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						43.241.141,98
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						83,32
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						16,63
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						0,04
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 *						0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ^a	26.680.393,75	26.680.393,75	24.478.509,36	91,75		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	28.144.030,49	31.798.030,49	28.142.732,78	88,50	27.484.021,98	86,43
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	36.069.096,06	36.985.096,06	33.260.601,75	89,93	32.727.411,77	88,49
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	27.481.005,81	27.617.005,81	24.863.099,78	90,03	24.863.099,78	90,03
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	8.588.090,25	9.368.090,25	8.397.501,97	89,64	7.864.311,99	83,95
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	64.213.126,55	68.783.126,55	61.403.334,53	89,27	60.211.433,75	87,54
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL				VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)				32.445.464,71		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO				0,00		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)				=		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB				=		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS				0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO				=		
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)				=		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)				32.445.464,71		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))				27.765.969,04		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %				28,36		

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	5.556.700,00	7.256.700,00	6.176.960,82	85,12	4.084.169,27	56,28
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.202.959,00	6.461.765,71	6.049.088,84	93,61	3.667.547,93	56,76
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	9.759.659,00	13.718.465,71	12.226.049,66	89,12	7.751.717,20	56,51
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	73.972.785,55	82.501.592,26	73.629.384,19	89,25	67.963.150,95	82,38

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		182.261,86	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		43.259.274,33	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		41.683.063,40	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		41.683.063,40	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.758.472,79	0,00

NAVEGANTES, 25/11/2016

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-O

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	10.100.000,00	9.167.695,42			932.304,58
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	49.701.265,05	33.247.795,23	19.765.937,38	0,00	16.453.469,82
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	49.701.265,05	33.247.795,23	19.765.937,38	0,00	16.453.469,82
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-39.601.265,05	-24.080.099,81	-	-	-15.521.165,24

FONTE:

NAVEGANTES, 25/11/2016

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-O

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 024/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 024/2016
Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada...: FIPAL - DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA
Valor : 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais)
Vigência : Início: 24/11/2016 Término: 23/11/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2016
Recursos : Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (17), 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (22)
Objeto : O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO TIPO "VAN", TRANSFORMADO EM AMBULÂNCIA PARA USO DA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

Novo Horizonte/SC, em 25 de Novembro de 2016 – Dirceu Mezomo – Gestor FMS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 007/16 - PR Nº 006/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 007/2016
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 006/2016
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 24/11/2016
CONTRATADO: FIPAL - DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a SELEÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, TIPO "VAN", TRANSFORMADO EM AMBULÂNCIA PARA USO DA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.
VALOR DA DESPESA: R\$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais)
DATA: 24/11/2016 - DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms.

Orleans

PREFEITURA

PROCESSO 90/2016

PROCESSO Nº 90/2016

TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 14/2016

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE DUAS CABECEIRAS DE PONTE EM PEDRA GRANITO A SER EXECUTADA NA LOCALIDADE DO RIO NOVO CONFORME PROJETO EM ANEXO.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 15/12/2016 às 13h30min.

Abertura das Propostas: dia 15/12/2016, às 14h00min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 25 de Novembro de 2016.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

Ouro

PREFEITURA

RESCISÃO CONTRATO 026/2014

RESCISÃO AO CONTRATO N. 026/2014

Processo Licitatório n. 0009/2014

Modalidade de Dispensa de Licitação n. 0001/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO.

CONTRATADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE OURO – SULCREDI/OURO

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 79, inciso II - amigável, por Acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

DATA DE ASSINATURA: 01/11/2016

Paial**PREFEITURA****SUBSTITUIÇÃO DE MARCA ATA 08/2016 FMS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE SUBSTITUIÇÃO DE MARCA DOS ITENS 256 E 266 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 008/2016 FMS

Considerando a solicitação de troca de marca da empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, detentora da Ata 008/2016 FMS, para os itens 256 e 266;

Considerando que o laboratório Teuto encaminhou documento relatando a suspensão de novos pedidos para o item 256 (Losartana potássica 50 mg);

Considerando que o laboratório Laboris encaminhou documento relatando a suspensão da fabricação/comercialização sob sua responsabilidade para o item 266 (Metildopa 250mg);

Considerando a solicitação de troca do item 256 (Losartana potássica 50 mg); da marca Teuto para a marca Prati Donaduzzi;

Considerando a solicitação de troca do item 266 (Metildopa 250mg); da marca Laboris para a marca Sun Farmace;

Considerando que a Farmacêutica do Fundo Municipal de Saúde deu parecer favorável a substituição das marcas;

Considerando que o custo dos medicamentos é equivalente entre as marcas;

Considerando que o custo para a municipalidade não vai alterar;

Considerando que a falta dos medicamentos pode causar prejuízos há população;

Deferimos a substituição de marca dos itens 256 (Losartana potássica 50 mg) 266 (Metildopa 250mg) da empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, detentora da Ata 008/2016 FMS, conforme segue tabela 1 abaixo:

Tabela 1.

Item	Descrição	Marca anterior	Marca atual
256	Losartana potássica 50 mg	Teuto	Sun Farmace
266	Metildopa 250mg	Laboris	Sun Farmace

Paial, 25 de novembro de 2016.

ELIZETE ESPÓSITO VORTMANN

Secretária Municipal de Saúde

Palhoça

PREFEITURA

ATO Nº. 420/2016

ATO Nº. 420/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR RODRIGO TENFEN LEGAT, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 421/2016

ATO Nº. 421/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR WANDERSON RODRIGO DIAS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 422/2016

ATO Nº. 422/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR JADSON CESAR ROSARIO DE OLIVEIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível IV, Quadro de Pessoal dos Serviços Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça – SAMAE Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 423/2016

ATO Nº. 423/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR FABIANO MARIANO DE MATOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 424/2016

ATO Nº. 424/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR GERALDO BITENCOURT FILHO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 425/2016

ATO Nº. 425/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR SERGIO LUIZ THOLL, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 426/2016

ATO Nº. 426/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR PLAUMI PEDRO DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 427/2016

ATO Nº. 427/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR GUILHERME DAVI DOS SANTOS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 428/2016

ATO Nº. 428/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ELANE CRISTINA DE CAMPOS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 429/2016

ATO Nº. 429/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR ROBERTO QUIRINO CONSTANTE, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Geral Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 430/2016

ATO Nº. 430/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR ERIBERTO SCHMITZ FILHO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Secretária de Administração em exercício

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

EXTRATO CONTRATO Nº 286/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 286/2016

Termo de Contato

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços Nº 286/2016, firmado em 21/11/2016, com o INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO EXTREMO SUL – IESES

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de planejamento, elaboração, divulgação, execução, realização das provas e ainda, a participação conjunta na elaboração do edital, acompanhamento, controle e divulgação final dos resultados para realização do Vestibular dos Cursos de Administração, Pedagogia e Gestão em Turismo da Faculdade Municipal de Palhoça, para ingresso dos alunos em 2017/1 e 2017/2.

AMPARO: art. 57 da Lei nº 8.666/93

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 152/2016

VIGÊNCIA: - 21/11/2016 A 31/12/2017

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "48" 3.3.90.39.48.00.00.00

VALOR: R\$ 1,00 (um real). Caráter irrisório, em razão de não haver despesa de verba por parte da Faculdade Municipal de Palhoça.

Signatários: pelo Contratante,

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente da Faculdade Municipal

Pelo Contratado

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO EXTREMO SUL - IESES.

Marcello Bonelli.

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 152/2016

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 152/2016

Espécie: DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 24, XIII, da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Favorecido: INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO EXTREMO SUL - IESES.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de planejamento, elaboração, divulgação, execução, realização das provas e ainda, a participação conjunta na elaboração do edital, acompanhamento, controle e divulgação final dos resultados para realização de Vestibular dos Cursos de Administração, Pedagogia e Gestão em Turismo da Faculdade Municipal de Palhoça, para ingresso dos alunos em 2017/1 e 2017/2.

Vigência do Contrato: 21/11/2016 a 31/12/2017

Processo: Dispensa de Licitação n. 152/2016

Rubrica orçamentária: "48" 3.3.90.39.48.00.00.00

Valor: R\$ 1,00 (um real). Caráter irrisório, em razão de não haver despesa de verba por parte da Faculdade Municipal de Palhoça.

Autorização em 21/11/2016.

Ratificada em: 21/11/2016.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente da Faculdade Municipal

LEI Nº 4.438, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.438, de 25 de NOVEMBRO de 2016.

BEM PÚBLICO. Recebe e afeta bem público e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação e fazer ingressar no patrimônio público os bem móveis disponibilizados pela empresa pública DATAPREV e que serão destinados à Secretaria Municipal de Administração e Serviços Compartilhados, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP.

Parágrafo Único. Os bens móveis que o Município receberá serão compostos de computadores, cadeiras, monitores, teclados, mouses e cabos.

Art. 2º Após o recebimento dos materiais pela Diretoria de Tecnologia, Informação e Comunicação do Município, deverá ser realizado levantamento detalhado dos materiais recebidos, que fará parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação..

Palhoça, 25 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 1601/2016

PORTARIA Nº. 1601/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GABRIELI M. MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível I, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, na EJA- Educação de Jovens e Adultos com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 30/04/2016.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1607/2016

PORTARIA Nº. 1607/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR LIDIANE L. DOS REIS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Projeto Esporte e Cultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/04/2016 a 31/05/2016.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3891/2016

PORTARIA Nº. 3891/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSENI MEDEIROS, matrícula nº. 400296-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2000 a

01/06/2005, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/10/2016 à 03/11/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3892/2016

PORTARIA Nº. 3892/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) JOSIANE PEREIRA DE FREITAS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para o CEI Dona Maricota, a contar de 10/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3893/2016

PORTARIA Nº. 3893/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SILVANA ADELIA MAFRA FLOR, matrícula nº. 400846-5, titular do cargo de ACE, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/04/2010 a 05/04/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 17/10/2016 à 17/11/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3894/2016

PORTARIA Nº. 3894/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SILVIA HELENA SILVEIRA GORGES, matrícula nº. 401201-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2011 a 01/03/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 26/09/2016 à 26/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3895/2016

PORTARIA Nº. 3895/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TATIANA ZENIR MARTINS, matrícula nº. 400869-2, titular do cargo de ACD, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/04/2010 a 05/04/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 10/10/2016 à 10/11/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3896/2016

PORTARIA Nº. 3896/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VANIO LAURO GARCIA, matrícula nº. 500321-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 15/07/2007 a 15/07/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/10/2016 à 03/11/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3897/2016

PORTARIA Nº. 3897/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ODELIA MARIA MARQUES, matrícula nº. 400054-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/06/2006 a 04/09/2011, por 02 (dois) meses e referente ao quinquênio de 04/06/2011 a 04/09/2016, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 28/09/2016 à 28/02/2017.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3898/2016

PORTARIA Nº. 3898/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Alanice Basi	Merendeira	03	18/10/16	I – N 39
Alanice Basi	Merendeira	03	25/10/16	I – N 39
Ana Maria da Rosa	ACS	60	27/10/16	I – M 79
Ângela Maria Wagner	Técnico Contabilidade	15	18/10/16	I – S 93-4
Arlete Apolonia da Silva	ASO	90	29/10/16	I – F 30, II – F 33
Ataisi Rafael da Silva	Professor	02	10/10/16	I – Z 76-3
Beatriz da Silva	ASG	07	24/10/16	I – M 65-5
Bianca Batista da Silva	Professor	15	27/10/16	I – S 62
Caroline Ferreira Garcia	Dentista	12	24/10/16	I – O 20
Catia Regina Stahelin	Supervisor Escolar	30	29/10/16	I – Z 54-0
Cleusa de Oliveira	Professor	30	27/10/16	I – F 32
Cristiane Mendes Farias	Professor	05	31/10/16	I – Z 76-3
Daniela Bondesan do Nascimento	ACS	30	25/10/16	I – F 41-1
Denise Gonçalves	Assistente Administrativo	30	24/10/16	I –
Eliane Pereira da Silva Branco	ACS	04	24/10/16	I – N 39
Eliete Maria da Abreu Rosa	Merendeira	23	24/10/16	I – M 65-9
Elisiane Coelho Espindola	Professor	21	20/10/16	I –
Felipe Francisco Menezes	Artífice	10	21/10/16	I –
Fernanda Correia de Lima	Merendeira	10	27/10/16	I – Z 76-3
Gedelci de Quadros de Oliveira	Monitor	30	31/10/16	I – J 10, II – J 20, III – J 25
Gisele Aparecida da Silva	Técnico em Enfermagem	03	04/10/16	I – M 54-4
Glaysse Minelli Martins	ASO	30	24/10/16	I – F 31-9
Graziela Nazare Nunes	Enfermeiro	10	29/10/16	I –
Ivone da Rosa Andrade de Souza	Técnico em Enfermagem	90	01/11/16	I – M 20-1
Josiane Souza	Professor	12	25/10/16	I – Z 01-4
Larissa Julian de Amorim	Professor	30	26/10/16	I –
Lucineia Alice Francisco	ASO	35	31/10/16	I – M 51-0, II – M 54-5

Maria de Fátima Silva dos Passos	Professor	05	23/10/16	I – M 15-5
Maria Elizabete Duarte	Merendeira	90	27/10/16	I – S 31-1
Maria Joelma Dias	Professor	60	25/10/16	I –
Morgana Terezinha Banaletti	Professor	10	26/10/16	I –
Nara Rubia Espindola Antunes	Professor	04	24/10/16	I – M 15-5
Neusa Schafer	Auxiliar de Enfermagem	07	28/10/16	I – S 93-4
Olindina Muller da Silva	Merendeira	15	26/10/16	I – M 77
Patrícia Adelaide da Silva	Professor	20	26/10/16	I –
Rocelito Souza	Professor	20	26/10/16	I – M 17-1
Rose Valfride Schmitt	Técnico em Enfermagem	14	31/10/16	I –
Rosimeri Carvalho	Auxiliar de Enfermagem	02	13/10/16	I –
Rosimeri Carvalho	Auxiliar de Enfermagem	04	25/10/16	I –
Rosimeri da Silva Mateus	Professor	180	31/10/16	II –
Rozilene Ap. Varela Borges	Professor	04	24/10/16	I -
Sandra Pereira de Abreu de Oliveira	Técnico em Contabilidade	05	24/10/16	I – G 44
Silvio Luiz Oliveira Mendes	ASO	90	20/10/16	I – J 25
Simone Cristina dos Santos	Técnico em Enfermagem	08	20/10/16	I – Z 76-3
Simone Terezinha Espindola	Merendeira	180	21/10/16	I
Valdineia Borba	ASO	37	20/10/16	I – Z 76-3

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3899/2016

PORTARIA Nº. 3899/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RAUL CHEREN NETO, matrícula nº. 400057-1, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 11/10/1992 a 11/10/1997, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/10/2016 à 03/11/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3900/2016

PORTARIA Nº. 3900/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARILENE ELI RAMOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3901/2016

PORTARIA Nº. 3901/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO GIANI DA ROSA FEIJO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Dona Maricota da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3902/2016

PORTARIA Nº. 3902/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DAIANE GONÇALVES SPOLAOR GASPAR, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Realizar da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3903/2016

PORTARIA Nº. 3903/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LUCIANA FRANCISCO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Padre Réus da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3904/2016

PORTARIA Nº. 3904/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO GISELLE VIDAL DOS SANTOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Realizar da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3905/2016

PORTARIA Nº. 3905/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO EXECUTIVA DE CONFIANÇA, o servidor VINICIUS CARDOSO CORREA, de Responsável pela Análise Técnica, Nível I, do Quadro de Pessoal da Administração Indireta desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2016 à 31/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3906/2016

PORTARIA Nº. 3906/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA SOUZA DA SILVA, matrícula nº. 100300-4, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/2010 a 01/09/2015, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 10/10/2016 à 10/11/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3907/2016

PORTARIA Nº. 3907/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ADELICIO FERMIANO DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) ER Isabel Botelho de Paulo, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 13/08/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3908/2016

PORTARIA Nº. 3908/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora ADRIANA DA SILVA ESPINDOLA, matrícula nº. 800300-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 189 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 18343/2016, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 01/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3909/2016

PORTARIA Nº. 3909/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ELAINE MAFRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3910/2016

PORTARIA Nº. 3910/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SALESIO DE AZEVEDO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3911/2016

PORTARIA Nº. 3911/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MICHAEL COELHO AMARAL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3912/2016

PORTARIA Nº. 3912/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO EDUARDO TRENTA TURRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3913/2016

PORTARIA Nº. 3913/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LUCAS SCHWEITZER, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicólogo, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3914/2016

PORTARIA Nº. 3914/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARIA DE LOURDES DA SILVA LEITE BASTO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicólogo, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3915/2016

PORTARIA Nº. 3915/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ISABELLA KSZANI DOS SANTOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicólogo, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3916/2016

PORTARIA Nº. 3916/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ELIZABETE DA ROSA DINIZ MARES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3917/2016

PORTARIA Nº. 3917/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JADNA APARECIDA NUNES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3918/2016

PORTARIA Nº. 3918/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CÓRIA HELENA VIEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3919/2016

PORTARIA Nº. 3919/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO VANESSA CRISTHIANA GRANDO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3920/2016

PORTARIA Nº. 3920/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO KARINY ROUSSENQ INACIO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3921/2016

PORTARIA Nº. 3921/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LAIARA CRISTINA CARDOSO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3922/2016

PORTARIA Nº. 3922/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANDREA PAULETTI PREZOTTO, matrícula nº. 800908-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 10/10/2016, de acordo com às folhas 36.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3923/2016

PORTARIA Nº. 3923/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ISOLDE HELENA MOURA CARVALHO, matrícula nº. 125888-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 06 (seis) meses, a contar de 10/10/2016, de acordo com às folhas 60.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3924/2016

PORTARIA Nº. 3924/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LIONEZIO LUCAS DE SOUZA, matrícula nº. 500018-1, titular do cargo de Auditor Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/01/2002 a 04/01/2007, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 17/10/2016 à 17/11/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3925/2016

PORTARIA Nº. 3925/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ASSIS DO AMARAL, Matrícula 3745336-7, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3926/2016

PORTARIA Nº. 3926/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR EDNO ROBERTO CORREA DE MATOS, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 27/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3927/2016

PORTARIA Nº. 3927/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR PATRICIA SILVA SANTOS FIDENCIO, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 27/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3928/2016

PORTARIA Nº. 3928/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR JOSE CRISTIANO IUNCKS, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 27/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3929/2016

PORTARIA Nº. 3929/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR GUSTAVO DE SOUZA PEREIRA, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 27/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3930/2016

PORTARIA Nº. 3930/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3859 de 03 de outubro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora MARGARETE DOS SANTOS, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 08/10/2016 a 30/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3931/2016

PORTARIA Nº. 3931/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MANOELA LIRA REIS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 011/2016, para ocupar o cargo de Farmacêutico, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica do Central da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/10/2016 a 10/10/2017.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário de Saúde Adjunto

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3932/2016

PORTARIA Nº. 3932/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LARISSA PROBST DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 011/2016, para ocupar o cargo de Farmacêutico, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica do Central da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/10/2016 a 10/10/2017.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário de Saúde Adjunto

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3933/2016

PORTARIA Nº. 3933/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO SARA DALLA LANA, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3934/2016

PORTARIA Nº. 3934/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RENATA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do São Sebastião da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/10/2016 a 03/10/2017.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3935/2016

PORTARIA Nº. 3935/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de

31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EMANUELLY MAINCHEIN DOS SANTOS MARIANO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista de Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/10/2016 a 10/10/2017.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3936/2016

PORTARIA Nº. 3936/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO XIMENA CABRAL RODRIGUES MACRI, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 009/2016, para ocupar o cargo de Médico Infectologista, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/10/2016 a 10/10/2017.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3937/2016

PORTARIA Nº. 3937/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1684 de 05 de abril de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ARLEIA NILCE VIEIRA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/10/2016 a 01/11/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3938/2016

PORTARIA Nº. 3938/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3145 de 01 de agosto de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora MIRIAN PEIXOTO DE LIMA QUEIROZ, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 14/10/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3939/2016

PORTARIA Nº. 3939/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para PRISCILA DOS SANTOS JUPPA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3940/2016

PORTARIA Nº. 3940/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SARA DALLA LANA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Central da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/10/2016 a 03/10/2017.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário de Saúde Adjunto

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3941/2016

PORTARIA Nº. 3941/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 3963 de 03 de novembro de 2015, que Concedeu Estabilidade a servidora FERNANDA SCHROEDER, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao cargo que deveria ser Assistente Administrativo, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3942/2016

PORTARIA Nº. 3942/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3022 de 08 de julho de 2016, que Averbou Tempo de Serviço da servidora ROSEMERI DA SILVA SCHEIDT, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Averbar o tempo que contribuiu pelo IPREV 05 (cinco) anos e 01 (um) mês.

E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3943/2016

PORTARIA Nº. 3943/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 2328 de 25 de setembro de 2008, que Averbou Tempo de Serviço da servidora MARIA APARECIDA COELHO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Averbar o tempo que contribuiu pelo INSS 04 (quatro) anos, 11 (onze) meses e 16 (dezesesseis) dias.

E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3944/2016

PORTARIA Nº. 3944/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 9514 de 26 de maio de 2003, que Averbou Tempo de Serviço da servidora TEREZA ROSA DE QUADROS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Averbar o tempo que contribuiu pela Previdência Municipal 09 (nove) anos, 06 (seis) meses e 12 (doze) dias.

E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3945/2016

PORTARIA Nº. 3945/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 2333 de 10 de agosto de 2010, que Averbou Tempo de Serviço da servidora ANDREIA BROERING TURNER, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Averbar o tempo que contribuiu pelo INSS 08 (oito) anos, 08 (oito) meses e 04 (quatro) dias.

E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3946/2016

PORTARIA Nº. 3946/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IRIS IZABEL DE MELO, matrícula nº. 123618-4, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 15/04/2009 a 15/04/2014, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 15/10/2016 à 15/12/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3947/2016

PORTARIA Nº. 3947/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDNA REGINA DE SOUZA SOTERO, matrícula nº. 801051-1, titular do cargo de ASO do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/04/2009 a 01/04/2014, por 01 (um) mês, a contar de 07/11/2016 à 07/12/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3948/2016

PORTARIA Nº. 3948/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ELAINE BERNARDO, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3949/2016

PORTARIA Nº. 3949/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ALESSANDRO DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível I, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/08/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3950/2016

PORTARIA Nº. 3950/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de

21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA SUBCOMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO – CAEP:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem a "Subcomissão de Avaliação do Estágio Probatório" da Secretaria de Assistência Social, de acordo com as Leis nº 096/2010 e 097/2010:

Artigo 2º - O mandato da CAEP terá duração de 03 (três) anos.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições anteriores.

Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2016.

NOME	SECRETARIA	FUNÇÃO
Chefe da Unidade	Secretaria de Assistência Social	Membro
Colega de Trabalho	Secretaria de Administração	Membro
Maria Aparecida da Silva Martins	Secretaria de Assistência Social	Vice Presidente
Rosilene da Silva Kuhnen	Secretaria de Administração	Presidente
Denize Silveira de Souza	Secretaria de Assistência Social	Membro
Patrícia de Mello	Secretaria de Assistência Social	Membro
Eliane Mara Dransfeld	Secretaria de Assistência Social	Secretária

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

RESOLUÇÃO N. 51/CMAS/2016

RESOLUÇÃO N. 51/CMAS/2016

Dispõe sobre data para orientações sobre o plano de ação 2017, às entidades inscritas no CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 16 de novembro de 2016, às 14 horas e 30 minutos, nas dependências do Centro de Convivência do Idoso, Caminho Novo, Palhoça/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei que institui o Conselho Municipal de Assistência Social n. 3.521, de 20 de setembro de 2011, e;

Considerandoos artigos 3 e 9 da Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto n. 6.308, de 14 de dezembro de 2007, art. 4 do Decreto n. 6.308/2007 que regulamenta o art. 3 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993/Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS n. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerandoque os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

Considerando que o CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social em âmbito Municipal;

Considerando que o controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos Recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da política.

RESOLVE:

Art. 1.Organizar uma orientação para as entidades inscritas no Conselho municipal de Palhoça, para orientar sobre o modelo do plano de ação 2017, conforme aprovado na resolução do CMAS-Palhoça n.45/2016.

Art. 2. A referida orientação acontecerá da seguinte forma: dia 10/02/2017 das 15h e 30 min às 17h, orientação para entidades de alta complexidade. Dia 15/02/2017 das 13h e 30 min às 15h, orientação para entidades de média complexidade. E ainda no dia 15/02/2017 das 15h e 30 min às 17h, orientação para entidades da atenção básica.

Art. 3.As entidades deverão confirmar presença pelo endereço eletrônico cmass-palhoca@outlook.com , podendo participar até 2 (dois) representantes de cada entidade.

Art. 4.Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 24 de novembro de 2016

Flávia Regina Gomes Theisen

Presidente CMAS - Palhoça/SC

RESOLUÇÃO N. 53/CMAS/2016

RESOLUÇÃO N. 53/CMAS/2016

Dispõe sobre a prestação de contas referente à 5ª parcela do edital 003/CMAS/2015 da Ação Social Paroquial De Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em Plenária Online, conforme Resolução n. 109/CMAS/2016, realizada nos dias 22 a 24 de novembro de 2016,no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipaln. 3.521 de 20 de setembro de 2011 que institui o Conselho Municipal de Assistência Social, e;

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal apresentada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a quintaprestação de contas da Ação Social Paroquial de Palhoça no valor de R\$ 25.092,40 (vinte e cinco mil, noventa e dois reais e quarenta centavos).

Art. 2º A aprovação da prestação de contas citada é direcionada a análise do plano de aplicação do recurso, não cabendo a este Conselho a análise contábil;

Art. 3º A prestação de contas recebida pelo CMAS, será entregue ao setor de controle interno da Prefeitura Municipal de Palhoça para análise;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 25 de novembro de 2016.

Flávia Regina Gomes Theisen
Presidente CMAS- PALHOÇA

RESOLUÇÃO Nº. 050/ 2016

RESOLUÇÃO Nº. 050/ 2016

Dispõe sobre a nomeação de representantes do CMAS – PALHOÇA para o Grupo De Apoio Compartilhado Para Rede De Atenção A Crianças e Adolescentes de Palhoça - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 16 de novembro de 2016, às 14 horas e 30 minutos, nas dependências do Centro de Convivência do idoso de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da Política.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Myriane Gonçalves da Silva Porto como membro suplente, representante do Conselho Municipal de Assistência Social no Grupo De Apoio Compartilhado Para Rede De Atenção A Crianças e Adolescentes de Palhoça - SC;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 24 de novembro de 2016.

Flávia Regina Gomes Theisen
Presidente CMAS - Palhoça/SC

RESOLUÇÃO Nº. 052/ 2016

RESOLUÇÃO Nº. 052/ 2016

Dispõe sobre a nomeação de conselheiro representante de entidade, para compor a comissão de Comunicação e divulgação do CMAS – PALHOÇA.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 16 de novembro de 2016, às 14 horas e 30 minutos, nas dependências do Centro de Convivência do idoso de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal;

Considerando que as ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas às atividades e aos serviços prestados pelas entidades e organizações de assistência social públicas e privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Larissa BennerGohring, conselheira titular, representante de entidade (AEBAS), para compor a comissão de Comunicação e Divulgação do CMAS- Palhoça.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 24 de novembro de 2016.

Flávia Regina Gomes Theisen
Presidente CMAS - Palhoça/SC

RESULTADO PREGÃO Nº 134/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 134/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de veículos zero quilômetro para a Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão e para a Polícia Civil deste Município, conformes especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

DIMAS COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA ficou classificada em 1º lugar no item 03, totalizando R\$73.290,00 (setenta e três mil duzentos e noventa reais);

VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 01 e 02, totalizando R\$162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais);

Palhoça, 25 de novembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**PORTARIA 001/2016**

PORTARIA Nº 001, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXPEDIENTE DE FIM DE ANO. Define o expediente dos pontos de atenção à saúde e setores da Secretaria Municipal de Saúde para o fim de ano de 2016 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina;

No uso de suas atribuições,

Considerando o Decreto Nº 2.073, de 10 de novembro de 2016 que define ações para contenção de despesas do Poder Executivo Municipal e dá outras providências;

D E T E R M I N A:

Art. 1º Ficam determinados os Pontos de Atenção à Saúde com expediente por meio de escalas de serviços:

I - A UPA 24 horas terá seu atendimento reforçado, conforme Decreto Nº 2.073, de 10 de novembro de 2016 com escala de profissionais anexa a esta Portaria;

II – O Pronto Atendimento (PA) da Pinheira terá seu atendimento reforçado com escala de profissionais anexa a esta Portaria;

III - As Unidades Básicas de Saúde Central e Pinheira permanecerão com expediente das 08 às 17 horas nos dias 27, 28 e 29 de dezembro de 2016, conforme escala de profissionais em anexo;

IV – Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS II, CAPS I e CAPS AD) permanecerão com expediente em 27, 28 e 29 de dezembro com escala de serviço em anexo, conforme a organização da Coordenação Técnica da Área;

Art. 2º Fica determinado que a escala programada deverá ser cumprida impreterivelmente pelos servidores, conforme a data determinada para seu expediente.

Caso ocorra a ausência do servidor para cumprimento da escala, o servidor seguinte da escala fará a cobertura, e ao servidor em descumprimento (faltante) será imputado falta, notificado em sua ficha funcional e realizado os descontos devidos;

Art. 3º Fica determinado que os servidores da Atenção Básica, com lotação nas Unidades Básicas de Saúde, após o cumprimento de Escala nos respectivos pontos de Atenção à Saúde retornam ao expediente nas Unidades de origem na data de 03 de janeiro de 2016;

Art. 4º Fica determinado que o Serviço de Odontologia da Atenção Básica realizará atendimento nas Unidades de Saúde Central e Pinheira nas datas de 27, 28 e 29 de novembro de 2016, conforme escala definida para o setor, mediante as especificidades da área;

Art. 5º Fica determinado que o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) realizará atendimento nos Pontos de Atenção à Saúde com expediente em 27, 28 e 29 de dezembro, com escala de plantão de acordo com a organização da Coordenação Técnica da Área;

Art. 6º Fica determinado que os Agentes Comunitários de Saúde cumpram o recesso das atividades no período de 23 de dezembro de 2016 até 06 de janeiro de 2017, de acordo com o Decreto Nº 2.073, de 10 de novembro de 2016;

Art. 7º Fica determinado que os Setores da Gestão da Secretaria Municipal de Saúde cumprirão escala de acordo com a organização realizada por Superintendência e caráter da essencialidade;

Art. 8º Fica determinado que os Serviços Especializados: Policlínica Central, Laboratório Municipal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Centro especializado em Atenção e Prevenção (CEAP), Setor de Regulação Controle e Avaliação, Serviço de Fisioterapia, Serviços Especializados e Bem Estar Animal cumprem o recesso de 23 de dezembro de 2016, com retorno ao expediente na data de 03 de janeiro de 2016;

Art. 9º Fica determinado que o Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPS) cumpra o recesso das atividades no período de 23 de dezembro de 2016 até 06 de janeiro de 2017, de acordo com o Decreto Nº 2.073, de 10 de novembro de 2016;

Art. 10º Fica determinado que o Setor de Transporte Sanitário permanecerá com expediente em escala de serviço para o atendimento aos pacientes com necessidade de transporte especial;

Art. 11º Fica determinado que as férias programadas com o envio antecipado do requerimento para o Setor de Recursos Humanos não serão alteradas, permanecendo a programação conforme enviado no pedido. Os requerimentos a serem enviados podem sofrer modificação conforme acordo entre Coordenação e funcionário;

Art. 12º Situações excepcionais, dúvidas e casos omissos serão apreciados pelo Secretário Municipal de Saúde e Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 13º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Palhoça, 25 de novembro de 2016.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário Municipal de Saúde

ESCALA PROFISSIONAIS MÉDICOS – PLANTÕES UPA

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
23/12/2016	- KAUANNE LOBAS PINTO - IRACEMA KLUWE DAMIANI	PACHECOS PINHEIRA	07:00 AS 16:00
23/12/2016	- CLAUDIA NAMI YODA	FREI DAMIÃO	16:00 A 00:00
26/12/2016	- KAREN JAQUELINE PUYEN ENCISO - FELIPE SARVACINSKI	PASSA VINTE ALTO ARIRIU	07:00 AS 16:00
26/12/2016	- SÍLVIO GABRIEL BENITEZ	VILA NOVA	16:00 A 00:00
27/12/2016	- ISABELA CRISTINA SCOZ COSTA - FELIPE THIAGO FERRARI	BELA VISTA BARRA	07:00 AS 16:00
27/12/2016	- RICARDO GOETTEN DE SOUZA	VILA NOVA	16:00 A 00:00
28/12/2016	- THAMMY DACOREGIO - EDSON EBERT	RIO GRANDE MÉDIO ARIRIÚ	07:00 AS 16:00
28/12/2016	- RAFAEL HENRIQUE SULSBACH - DANDARA LORUAMA	GUARDA SÃO SEBASTIÃO	16:00 A 00:00
29/12/2016	- ELIZABETH JANSON FERREIRA - MARIA JULIA MARCOLIN	PONTE CENTRAL	07:00 AS 16:00
29/12/2016	- ROBERTA TOMI SCHIRASACKI	ENSEADA	16:00 A 00:00
30/12/2016	- MARIANA CARDOSO FERNANDES	CENTRAL	07:00 AS 16:00
30/12/2016	- CIBELE DE OLIVEIRA FRANÇA	CENTRAL	16:00 A 00:00
02/01/2017	- MICHELE MOTTA PIRES - MAURICIO DE CÂMARA MAGALHÃES	PONTE ELDORADO	07:00 AS 16:00
02/01/2017	- SIMONE MORAIS NUNES - LEONARDO CAMPOS GOMES	PONTE MADRI	16:00 A 00:00

ESCALA PROFISSIONAIS ENFERMEIROS – PLANTÕES UPA

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
23/12/2016	- FERNANDO SCHNEIDER - PRISCILLA KARLA SANTANA RAUPP	CENTRAL RIO GRANDE	07:00 AS 16:00
23/12/2016	- MICHEL MAYKON DE SOUZA SILVEIRA - GRAZIELA SODRÉ LOPES MULLER	BARRA PONTE	16:00 A 00:00
26/12/2016	- ANA CAROLINA MAIOLI	PONTE	07:00 AS 16:00
26/12/2016	- CAROLINA FERREIRA CACIATOR	CAMBIRELA	16:00 A 00:00
27/12/2016	- ANA MARIA ANTUNES TOSSATTI - KELLY CRISTIAN PIERRI CUSTÓDIO	VILA NOVA PASSA VINTE	07:00 AS 16:00
27/12/2016	- PAULO CÉSAR DA SILVA GONÇALVES - ISIS MARQUES DE SOUZA	PONTE ENSEADA	16:00 A 00:00
28/12/2016	- MARTILA DA SILVA - EMANUELLY MEINCHEIN MARIA	PACHECOS FREI DAMIÃO	07:00 AS 16:00
28/12/2016	- JOSILENE ROSELI BERNARDO - CAROLINA MACHADO ARAÚJO	RIO GRANDE BELA VISTA	16:00 A 00:00
29/12/2016	- CAMILA MEOTTI FIGUEIREDO - CAMILA LEINDENS SILVELLO	MADRI BARRA	07:00 AS 16:00
29/12/2016	- FABIANA FARIAS	BELAS VISTA	16:00 A 00:00
30/12/2016	- RAFAELA LIBERAL - FERNANDA RODRIGUES	ALTO ARIRIÚ CAMBIRELA	07:00 AS 16:00
30/12/2016	- ALINE SOARES SUAREZ	PINHEIRA	16:00 A 00:00
02/01/2017	- CAROLINA CANO DA COSTA - DAIANE COMELLI	PINHEIRA VILA NOVA	07:00 AS 16:00
02/01/2017	- THIAGO DOS SANTOS MEDEIROS	PONTE	16:00 A 00:00

ESCALA PROFISSIONAIS ASSIST. ADMINISTRATIVO - UPA

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
23/12/2016	- ALESSANDRA DA SILVA - VERONI COSTA	CENTRAL BARRA	16:00 - 00:00
26/12/2016	- EDENILSON NERI DA ROSA	CENTRAL	16:00 - 00:00
27/12/2016	- PAULA CRISTINA CHAVES - LUIZ NAZARENO BOEMER	PACHECOS CENTRAL	16:00 - 00:00

28/12/2016	- SÍLVIA DA COSTA	CAMBIRELA	16:00 - 00:00
29/12/2016	- FRANCINE LEITE - RENAN AMARAL TIVES	CENTRAL BARRA	16:00 - 00:00

ESCALA PROFISSIONAIS ASO - UPA

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
23/12/2016	- ANDREIA MARIA DA ROSA - LUIZ CARLOS ROMÃO	FREI DAMIÃO PACHECO	08:00 - 14:00 11:00 - 17:00
26/12/2016	- ADILSON PIERRI - ADRIANA DE SOUZA	MADRI GUARDA	08:00 - 14:00 11:00 - 17:00
27/12/2016	- ANA PAULA MARTINS - SAMARA VALDÉIA	BARRA BARRA	08:00 - 14:00 11:00 - 17:00
28/12/2016	- ELAINE CRISTINA DE LIZ - LENISE MEDEIROS	CAMBIRELA RIO GRANDE	08:00 - 14:00 11:00 - 17:00
29/12/2016	- LUCINÉIA DALILA - MARCIA DE LIMA	CAMBIRELA CENTRAL	08:00 - 14:00 11:00 - 17:00
02/01/2017	- CELIA KHUNEN - FABIANA APARECIDA DA SILVA	BELA VISTA MADRI	08:00 - 14:00 11:00 - 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS MÉDICOS – UBS CENTRAL

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- DANIEL VIGNARDI - XÊNIA GUEVARA - PATRICIA WALTER	CENTRAL FORMIGA BREJARÚ	08:00 - 17:00
28/12/2016	- ANDRÉ DRABESKI - ARIANE ZANNETA JUSTINO	SÃO SEBASTIÃO CAMBIRELA	08:00 - 17:00
29/12/2016	- DIOGO VIEIRA - DANIELE OLIVEIRA QUEIROZ	PASSAGEM CAMBIRELA	08:00 - 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS ENFERMEIROS – UBS CENTRAL

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- FERNANDA ESPÍNDOLA MARTINS - ANDREIA AUGUSTA MENDES	SÃO SEBASTIÃO BREJARÚ	08:00 - 17:00
28/12/2016	- BRUNA HELENA DE JESUS - MAURA GUTERRES	SÃO SEBASTIÃO CENTRAL	08:00 - 17:00
29/12/2016	- FERNANDA DE S. OLIVEIRA - DENISE HEINZEN	MEDIO ARIRIU BELA VISTA	08:00 - 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS ODONTOLOGIA - CENTRAL

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- GEORGIA LINHARES DOS SANTOS - ALEXANDRA DE JESUS LIVRAMENTO - FABIANE SULZBACH	CENTRAL CENTRAL CENTRAL	08:00 - 17:00
28/12/2016	- GEORGIA LINHARES DOS SANTOS - ALEXANDRA DE JESUS LIVRAMENTO - FABIANE SULZBACH	CENTRAL CENTRAL CENTRAL	08:00 - 17:00
29/12/2016	- GEORGIA LINHARES DOS SANTOS - ALEXANDRAS DE JESUS LIVRAMENTO	CENTRAL CENTRAL	08:00 - 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS - NASF - UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL

DATA	PROFISSIONAL	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- ELENICE MARIA MENDES - VIVIANE CUNHA PACHECO DE ANDRADE - VANESSA DE SOUZA NUNES - ELEOMAR PAES - DOLORES MULBERSTELDT RODRIGUES - PAULA PACHECO DOS SANTOS - DILENE ROSA	08:00 - 17:00
28/12/2016	- GUSTAVO HOEPERS ZANELLA - HELEN BRESSAN GAZOLA - ERIC MEIRA MAGALHÃES - ANA PAULA GARCIA PIRES	08:00 - 17:00
29/12/2016	- FERNANDO TRINDADE ROBALLO	08:00 - 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS - TÉCNICOS SAES - UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL

DATA	PROFISSIONAL	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- FERNANDA ZANINI	08:00 - 17:00
28/12/2016	- ROSELI RODYCZ WENDT	08:00 - 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS - FARMÁCIA - CENTRAL

DATA	PROFISSIONAL	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- SARA APARECIDA PEREIRA - MARIA ELVIRA LEAL	08:00 - 14:00 11:00 - 17:00
28/12/2016	- ROSEMERI CARVALHO - CAROLINA SARA SILVA - GRAZIELLE MARGARIDA SANTOS	08:00 - 14:00 11:00 - 17:00
29/12/2016	- MÔNICA T. E ALVES - SCHIRLEY APARECIDA DE SOUZA TRUPPEL - ROSELAINE MACHADO ROSA	08:00 - 14:00 11:00 - 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS VACINADORES – UBS CENTRAL

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- MARIA OLIPIMPIA MOREIRA - CRISTINA MOREIRA - SCHEILA MEIRA LOPES - SANDRA MARA MARTINS	BARRA FORMIGA CENTRAL FREI DAMIÃO	08:00 AS 17:00
28/12/2016	- MARIA OLIPIMPIA MOREIRA - ZELOIRA DE FÁTIMA RODRIGUES - ELIANE T. GARCIA CORREIA - ELIETE ACORDI	BARRA RIO GRANDE PONTE CENTRAL	08:00 AS 17:00
29/12/2016	- MARIA OLIMPIA MOREIRA - MARIA APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA - GABRIELA BORTOLI - TELMA RENILDE DE FREITAS	BARRA MÉDIO ARIRIÚ BARRA ALTO ARIRIÚ	08:00 AS 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM ESF - FARMÁCIA – UBS CENTRAL

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- JACSA W. SILVA - DEISE DE OLIVEIRA - KARINA MACIEL SILVA - MARIANA MELLO	BELA VISTA PACHECOS PASSA VINTE SÃO SEBASTIÃO	08:00 AS 17:00
28/12/2016	- THAYS DA SILVA - JULIA CAROLINA SUMAR - LINDAMIR DE OLIVEIRA	BELA VISTA PONTE PONTE	08:00 AS 17:00
29/12/2016	- KAMYLA GANDOLPHI DE SOUZA - ZENAIDE TEREZINHA DE LARA - JULIANA MARTINS	VILA NOVA MADRI BREJARÚ	08:00 AS 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM ESF – UBS CENTRAL

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- VALMIRA DE SOUZA HERMANN - SILVANE RODRIGUES - ISaura MORAES PESSOA - CLEIDE APARECIDA BERNARDES - DENISE DUARTE - CLEUSA SILVA - ALESSANDRO VIEIRA - ROSINEIA BENEDET GOMES - ELAINE CRISTINA FERNANDES - ELISANGELA CORREIA - KATIA REGINA MEDEIROS	CENTRAL VILA NOVA FREI DAMIÃO CENTRAL ELDORADO CENTRAL FREI DAMIÃO ELDORADO BELA VISTA MÉDIO ARIRIU GUARDA	08:00 AS 17:00
28/12/2016	- SILVANA DA ROSA - FERNANDA MACHADO - MARIA EUNICE SANTOS - LENI TEREZINHA DA CRUZ - ROBSON LUCIO GOULART - GABRIELLA TOGGWEILLER - ZELI KOCH - SIMONE A. MARTINS - MIRELA ÂNGELO COELHO - DHAYANE LUIZA QUEVEDO	SÃO SEBASTIÃO BELA VISTA CENTRAL CENTRAL CENTRAL BARRA PASSA VINTE RIO GRANDE CENTRAL SÃO SEBASTIÃO	08:00 AS 17:00
29/12/2016	- ANGELA H. SILVA - MICHELLI SOARES - DAIANE NUNES - ELIZABETE PIRES - SUZANA P. CRUZ - JOEL RODRIGUES - JANE KLAUBERG - PERLA CAMARGO - GISELI APARECIDA SILVA - ALINI NUNES CORDOVA	VILA NOVA MADRI BELA VISTA PASSA VINTE PINHEIRA PINHEIRA BARRA VILA NOVA MÉDI MÉDIO ARIRIÚ GUARDA	08:00 AS 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS ASSIST. ADMINISTRATIVO - UBS CENTRAL

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- GUILHERME AGUIAR LOPES - CLÓVIS NOGUEIRA - ELIZETE COELHO CECHINEL	BREJARÚ RIO GRANDE ENSEADA	MANHÃ: 08:00 – 14:00
	- LUCIANE DE VEIGA DE SOUZA - FABIO PEZZI	JD. ELDORADO PONTE	TARDE: 11:00 -17:00
28/12/2016	- MARIA APARECIDA GARCIA - EMANUELLA FIGUEIRA MELLO - MIGUEL JOÃO FERREIRA	VILA NOVA PONTE MÉDIO ARIRIÚ	MANHÃ: 08:00 – 14:00
	- ALINE ANDRADE - PAULA C. XAVIER - VANIZE MELO DA COSTA	SÃO SEBASTIÃO PACHECOS BARRA	TARDE: 11:00 -17:00
29/12/2016	- JEFERSON DA SILVA - KATIA SOUZA	ALTO ARIRIÚ PASSA VINTE	MANHÃ: 08:00 – 14:00
	- ROSILDA DA SILVA - ADELAIDE OLIVEIRA - ENEDITE KNABB VEBBER	MÉDIO ARIRIÚ VILA NOVA CENTRAL	TARDE: 11:00 -17:00

ESCALA PROFISSIONAIS ASO - UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
------	--------------	-----	---------------

27/12/2016	- MARIA DO CARMO MIRANDA - LUANA CRISTINA DA SILVA	CENTRAL BREJARÚ	08:00 - 17:00
28/12/2016	- BEATRIZ DA SILVA DE PINHO - EDI MARIA SILVA - SOLANGE MARIA FURTADO	PASSA VINTE MÉDIO ARIRIÚ CENTRAL	08:00 - 17:00
29/12/2016	- ANGELA MARIA SILVA - VANIO LAURO GARCIA - MARIA GENOVEVA SCHILICHTING	FORMIGA RIO GRANDE CENTRAL	08:00 - 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS MÉDICOS – UBS PINHEIRA

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- CASSIO PEREIRA DE SOUZA RIBEIRO - FERNANDA DE CASTRO ROSA	PASSA VINTE BARRA	08:00 AS 17:00
28/12/2016	- JENIFER BONEZZI - MARIA DE FÁTIMA EBERT	PONTE MÉDIO	08:00 AS 17:00
29/12/2016	- DALMON BERNARDES GODOI - BIANCA BRAGAGLIA - LAURA DI NALLO	BELA VISTA BELA VISTA PINHEIRA	08:00 AS 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS ENFERMEIROS – UBS PINHEIRA

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- DANIELA GUTHÁ KRETZER - LEONARDO CARIONE VIEIRA	PASSA VINTE PONTE IMARUIM	08:00 AS 17:00
28/12/2016	- THAIOMARA DE SOUZA - ANTÔNIO JOSÉ ALBINO	PASSA VINTE PONTE	08:00 AS 17:00
29/12/2016	- FERNANDA GOMES PINTO - FLÁVIA CHIQUETTI	A. FORMIGA GUARDA	08:00 AS 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS ODONTOLOGIA - PINHEIRA

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- MARCOS AURÉLIO HENRIQUE - LENILDA ALAÍDE DA SILVEIRA	PINHEIRA PINHEIRA	08:00 - 17:00
28/12/2016	- MARCOS AURÉLIO HENRIQUE - LENILDA ALAÍDE DA SILVEIRA	PINHEIRA PINHEIRA	08:00 - 17:00
29/12/2016	- MARCOS AURÉLIO HENRIQUE - LENILDA ALAÍDE DA SILVEIRA	PINHEIRA PINHEIRA	08:00 - 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS TECNICOS DE ENFERMAGEM – FARMÁCIA UBS PINHEIRA

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- MARIA APARECIDA MACHADO - ILMA FERREIRA RODRIGUES	ENSEADA PINHEIRA	08:00 AS 17:00
28/12/2016	- JOÃO PAULO MORGAN - ELIZABETE ZIMMERMANN	GUARDA ENSEADA	08:00 AS 17:00
29/12/2016	- FERNANDA MARGARETE FRANCISCO - ILDEGARDT BOCK DA SILVA	CAMBIRELA BARRA	08:00 AS 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS VACINADORES – UBS PINHEIRA

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- FERNANDA DA ROSA - JOSILENE ROSA PAULO - ADRIANA IZABEL DA SILVA	SÃO SEBASTIÃO FORMIGA PINHEIRA	08:00 AS 17:00
28/12/2016	- ELIZANGELA SCHNEIDER - MAYARA VIEIRA PEREIRA	RIO GRANDE PACHECO	08:00 AS 17:00
29/12/2016	- ADRIANE S. RIBAS ABREU - SIMONE CRISTINA DOS SANTOS	MADRI GUARDA	08:00 AS 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS TECNICOS DE ENFERMAGEM – UBS PINHEIRA

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
------	--------------	-----	---------------

27/12/2016	- KELLY MARCELINO - LEONARDO BEZERRA - RENATA DE SOUZA - DAIANE MALUA PUTT - THATIANY FERNANDES DE MIRANDA - EVA FELTRIN	ELDORADO PASSAGEM ALTO ARIRIÚ PONTE BREJARÚ ENSEADA	08:00 AS 17:00
28/12/2016	- ELAINE DE OLIVEIRA RODRIGUES - RAQUEL SORAIA DE SOUZA - ALESSANDRA M. P. LUIZ - EDITE DE CÁSSIA LOPES - IVANA CARVALHO MENDES - ANA PAULA DO NASCIMENTO SOUZA	MÉDIO ARIRIÚ CAMBIRELA BREJARÚ BELA VISTA PASSAGEM SÃO SEBASTIÃO	08:00 AS 17:00
29/12/2016	- GISELLE BARCELLOS - KAROLINE M. SILVA - NILSON JOSE DE SOUSA - ELIZA FERREIRA PEREIRA - DEBORA ISAURA FAGUNDES - CLARICE SALASARIO - AMANDA RICCI REGIS	PONTE VILA NOVA MÉDIO ARIRIÚ CAMBIRELA ALTO ARIRIÚ RIO GRANDE CAMBIRELA	08:00 AS 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS ASSIST. ADMINISTRATIVO - UBS PINHEIRA

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- MARCIA B. DA SILVA - THAYSA MENDES PEREIRA - ANGELINE OSNIDA LEONEL - VERA LUCIA DINIZ	BELA VISTA BARRA PACHECOS CENTRAL	MANHÃ: 08:00 – 14:00
	- GABRIELA KOERICH - IRENE OLINDINA SILVEIRA - SANDRA ALBINO	BELA VISTA MÉDIO BELA VISTA	TARDE: 11:00 -17:00
28/12/2016	- MICHELLE LUIZA TEIXEIRA - CIRLEI FREITAS PEREIRA - AGLAIA GISELE COELHO DA SILVA - VERA LUCIA SILVA	FREI DAMIÃO CENTRAL CENTRAL PASSA VINTE	MANHÃ: 08:00 – 14:00
	- RODRIGO ESPINDOLA BENTO - BIANCA DE BARRO - FERNANDA GONÇALVES - CLEIDE MARIA LEONEL	PASSA VINTE JD. ELDORADO FREI DAMIÃO ENSEADA	TARDE: 11:00 -17:00
29/12/2016	- JANDERSON VENTURI - PRISCILA ZAPELINE MENDES - ADRIANA DO NASCIMENTO - KATIA REGINA DA SILVA	MADRI GUARDA SÃO SEBASTIÃO BELA VISTA	MANHÃ: 08:00 – 14:00
	- ELBIO LOPES DE MENEZES - PATRICIA SANTANA - DEISE C. DA S.P. GODOI	BREJARÚ MÉDIO ARIRIU ALTO ARIRIÚ	TARDE: 11:00 -17:00

ESCALA PROFISSIONAIS ASO - UBS PINHEIRA

DATA	PROFISSIONAL	UBS	HORÁRIO/TURNO
------	--------------	-----	---------------

27/12/2016	- JOICE RODRIGUES - SONIA SALVELINA	VILA NOVA PINHEIRA	08:00 - 17:00
28/12/2016	- SIRLEY APARECIDA SOUZA MULLER - ANDRÉIA FEIJÓ	ALTO ARIRIÚ VILA NOVA	08:00 - 17:00
29/12/2016	- VANEILA KREUTZFELD - FABIANA BOEING	PONTE ENSEADA	08:00 - 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS - ACOLHER AO NASCER - ATENÇÃO BÁSICA

DATA	PROFISSIONAL	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- ADRIANA LAMIN - VALMIR SANTIAGO VIEIRA	08:00 - 12:00
29/12/2016	- ADRIANA LAMIN - VALMIR SANTIAGO VIEIRA	08:00 - 12:00

ESCALA PROFISSIONAIS CAPS-II

DATA	PROFISSIONAL	LOCAL	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- ANTÔNIO VENTURA DA SILVA FILHO - EDINEI HOFFMANN - PATRÍCIA DOS SANTOS - WESLEY RIBEIRO DA SILVA	CAPS-II	MANHÃ 08:00 - 14:00
27/12/2016	- ALECKSSNADRA BECKER - SILVIAELANE GOLSALVES - SIMONE IVONE SUMAR - WESLEY RIBEIRO DA SILVA	CAPS-II	TARDE 12:00 - 18:00
28/12/2016	- ALEX SANTOS PRADO - FERNANDA SCHROEDER - JANAÍNA DE FARIAS - JULIANA MARTINS FERMINO	CAPS-II	MANHÃ 08:00 - 14:00
28/12/2016	- CAROLINA CALDAS DE FREITAS - CINARA RIBAS KONRAD - FERNANDA SCHROEDER - VALDECIR ÁVILA DIAS	CAPS-II	TARDE 12:00 - 18:00
29/12/2016	- LEIA BATISTA BRITES - MARINES PARREIRA - MIRLANE MADEIROS PORTELA - ZENIR DOS SANTOS - MARCELA CARRARO	CAPS-II	MANHÃ 08:00 - 14:00
29/12/2016	- ELIANE FÁTIMA FRANCESCHETTI - RUAN CARLOS SILVANO - ZENIR DOS SANTOS	CAPS-II	TARDE 12:00 - 18:00

ESCALA PROFISSIONAIS CAPSi

DATA	PROFISSIONAL	LOCAL	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- ANDREA DA COSTA RANKEL - JULIANA DA SILVA SANTOS - MORGANA PAMPLONA - NEIDE LUZIA AMARAL	CAPS-i	08:00 - 14:00
27/12/2016	- ANDREIA DA COSTA RANKEL - ROSIANI KRAUTZ - SUZAN MARQUES	CAPS-i	TARDE 12:00 - 18:00
28/12/2016	- ANDREA DA COSTA RANKEL - PRISCILA DOS SANTOS JUPPA	CAPS-i	08:00 - 14:00

28/12/2016	- ANDREA DA COSTA RANKEL - HELLEN SOUTO DE ARAÚJO	CAPS-i	TARDE 12:00 - 18:00
29/12/2016	- ANDREA DA COSTA RANKEL - CLAUDINA APARECIDA BACK FUCH - CRISTINE AZEVEDO JORDÃO	CAPS-i	08:00 - 14:00
29/12/2016	- ANDREA DA COSTA RANKEL - TAÍSE CARDOSO SILVA - TAÍSE CARDOSO SILVA	CAPS-i	TARDE 12:00 - 18:00

ESCALA PROFISSIONAIS CAPS-AD

DATA	PROFISSIONAL	LOCAL	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- NEOMAR NARCISO BORGES CÉZAR JÚNIOR - ALINE MARIA VENÂNCIO DE SIMAS - MONIQUE NASCIMENTO - GORETE DIMOM	CAPS-AD	08:00-18:00
28/12/2016	- NEOMAR NARCISO BORGES CÉZAR JÚNIOR - ALINE MARIA VENÂNCIO DE SIMAS - MONIQUE NASCIMENTO GORETE DIMOM	CAPS-AD	08:00-18:00
29/12/2016	- NEOMAR NARCISO BORGES CÉZAR JÚNIOR - ALINE MARIA VENÂNCIO DE SIMAS - MONIQUE NASCIMENTO GORETE DIMOM	CAPS-AD	08:00-18:00

ESCALA PROFISSIONAIS - GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA

DATA	PROFISSIONAL	LOCAL	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- MARGARETE SALM LUCAS - SANDRA RIBEIRO DE ABREU - GUSTAVO RENAN COLOMBO - ADRIANA LAMIM	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	08:00-18:00
28/12/2016	- MARIANA BOIANOVSKY - GABRIELA SOUZA BATISTA - DIONE LÚCIA PRIM LAURINDO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	13:00 - 19:00 07:00 - 13:00
29/12/2016	- GRAZIELA NUNIS - ÂNGELA ASSUNÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	13:00 - 17:00 14:00 - 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS - COORDENAÇÃO DE DISTRITO

DATA	PROFISSIONAL	LOCAL	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- SARA DALLA LANA - FABIANE MENDES DE MELO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	08:00 - 17:00
28/12/2016	- SARA DALLA LANA - FABIANE MENDES DE MELO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	08:00 - 17:00
29/12/2016	- SARA DALLA LANA - FABIANE MENDES DE MELO - LUCIA HELENA VICTORINO VILA NOVA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	08:00 - 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS - FARMÁCIA - SECRETARIA DE SAÚDE

DATA	PROFISSIONAL	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- MARAISA MELO FARIAS	13:00 - 17:00
28/12/2016	- MARIANE CRISTINE PFLEGER SOLVIN	13:00 - 17:00
29/12/2016	- AMANDA DE FARIAS GEHRES	13:00 - 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS - COORDENAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE - CENTRAL

DATA	PROFISSIONAL	LOCAL	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- ALTENIZE AGOSTINHO - LUIZ CARLOS ANTÔNIO GEREMIAS - POLIANA ALMEIDA PEREIRA - ILDEFONSO CÉSAR MARTINS	PASSAGEM BREJARÚ ALTO ARIRIÚ CENTRAL	08:00 - 17:00
28/12/2016	- ADRIANA CESÁRIO - ALESSANDRA SOTERO - CLÁUDIA CORRÊA - JULIANA GRACIELE BELKE DE LIMA	CENTRAL RIO GRANDE BELA VISTA CAMBIRELA	08:00 - 17:00
29/12/2016	- JULIANA MEDEIROS DE SOUZA - ANDREZA SILVA VIEIRA - GRAZIELA DE QUADROS - GLADIS ELISA BECKER	MÉDIO ARIRIÚ PASSA VINTE SÃO SEBASTIÃO VILA NOVA	08:00 - 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS - COORDENAÇÃO UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PINHEIRA

DATA	PROFISSIONAL	LOCAL	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- ANDREA PATRICIA ALVES - CLEITON RAFAEL ABREU	PACHECO PONTE	08:00 - 17:00
28/12/2016	- JOCELIA ENEDITE MARTINS - MICHELLE AMARAL DE SOUZA	GUARDA PINHEIRA	08:00 - 17:00
29/12/2016	- ALZIRA ESPINDOLA DA SILVA - FERNANDA BOEING NIENKOTTER	ARIRIÚ DA FORMIGA ELDORADO	08:00 - 17:00

ESCALA PROFISSIONAIS - MOTORISTA - ATENÇÃO BÁSICA

DATA	PROFISSIONAL	HORÁRIO/TURNO
27/12/2016	- ALEX CRISTIANO KEGLES	08:00 - 17:00
28/12/2016	- DIEGO LAURINDO - LUCIANO VALENTIN ANTUNES	08:00 - 17:00
29/12/2016	- LUCIO ALVES FILHO	08:00 - 17:00

Papanduva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 054/2016

CONTRATO 054/2016

Que entre si fazem o Município de Papanduva -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83 102 533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski 134, em Papanduva - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal, 386 – centro – Papanduva/SC, inscrito no CPF 248.839.219-72, de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa INES DALMANN – ME, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 15.203.120/0001-63, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 1450 – centro – Schroeder/SC, neste ato representado pela Sra. Inês Dalmann, residente e domiciliada em Jaraguá do sul/SC, inscrita no CPF sob N.º 891.909.559-00, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 – Este contrato tem origem no Edital de Pregão Eletrônico nº084/2016, no qual a contratada se compromete o fornecimento oito conjuntos de equipamentos permanentes – Academias ao ar livre, em conformidade com as especificações constantes no Anexo I, do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2 – A entrega do objeto deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias consecutivos da homologação do certame, com a emissão da devida Nota de Empenho no perímetro urbano do Município de Papanduva/SC, correndo por conta da contratada as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3 – As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do Projeto Atividade 2.047 – Manutenção do Desporto Amador – 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, do exercício financeiro vigente, sendo que os recursos financeiros são oriundos de convênio com o Governo Federal, por meio do Contrato de Repasse com a Caixa Econômica Federal nº 1.012.748-66/798607/2013.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 – Os recursos financeiros são oriundos do convênio com o Governo Federal e contrapartido do município.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 – O valor total do presente instrumento contratual é de R\$ 113.030,00 (cento e treze mil e trinta reais);

5.2 – O pagamento devido à contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega técnica dos equipamentos, mediante a apresentação, por parte da contratada, da nota fiscal que deverá conter todas as especificações do objeto licitado.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

6 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7 – A contagem do prazo deste contrato se iniciará na data da

entrega dos equipamentos até a data que expire a(s) garantia(s) do(s) mesmo(s).

Parágrafo único: Durante o período de garantia que será de 01 (um) ano após a entrega técnica dos equipamentos, não haverá ônus financeiro para a Prefeitura Municipal de Papanduva, das horas trabalhadas e deslocamento dos técnicos que prestarão a assistência técnica e para as peças liberadas em garantia, bem como sua substituição.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega dos equipamentos, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou a terceiros;

8.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1 – Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos equipamentos entregues, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

9.2 – Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1 – Caso a Contratada não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

10.1.1 – Advertência;

10.1.2 – Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

10.1.3 – Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

10.1.4 – Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;

10.1.5 – Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Parágrafo único: A declaração de inidoneidade a que trata o item 10.1.4, poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

10.2 – Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa;

10.3 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a contratada, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

11.1 – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato e no Edital, por parte da contratada, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima deste contrato.

11.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

11.2.1 – Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I - o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material lícitado;

II - entrega de material fora das especificações constantes no Anexo I do edital;

III - a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V - o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII - a dissolução da empresa;

VIII - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a Contratada e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X - a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

11.2.2 – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

11.2.3 – Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.3 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

11.4 – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

11.5 – Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.6 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

12 – Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 084/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 2519 de 05 de março de 2015, e demais legislação vigente e pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

13 – Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar

os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

14.1 – A contratada se obriga manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades;

14.2 – Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecidos os limites legais permitidos;

14.3 – Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15 – Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva, 17 de novembro de 2016.

Dario Schicovski
Pela Contratante

Inês Dalmann
Pela Contratada

Testemunhas:

Márcio Wisniewski
Matrícula: 50

Ricardo Zenfe
Matrícula: 2675

Paraíso

PREFEITURA

DECRETO 1855/2016

DECRETO Nº 1855/2016

“Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1418 de 28 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 9.000,00(nove mil reais), no orçamento da Câmara Municipal de vereadores de Paraíso (SC) distribuído na Ação já existente conforme discriminação a seguir:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01.03.1000.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200(3) R\$ 9.000,00

Total da Adição R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de de R\$ 9.000,00(nove mil reais), fica anulado parcial ou totalmente os saldos orçamentários da ação discriminadas abaixo e constante do orçamento vigente, em conformidade com o Art. 6º da Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1418 de 28 de novembro de 2015 e o inciso III, do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

01.01– CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES

01.01.01.03.1000.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0200(1) R\$ 9.000,00

Total da Subtração R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 25 de novembro de 2016.

Erni Giacomini

Prefeito Municipal

Garrido de Togni

Secretário Municipal de Administração,
Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e
publicado na data supra
Paraíso (SC) 25 de novembro de 2016

Servidor Responsável

Passos Maia

PREFEITURA

EDITAL 0071/2016

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0071/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 0042/2016

REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0071/2016, Modalidade de Pregão Presencial n. 0042/2016 – Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para aquisição de material didático, notebook, tablet e material escolar de ensino, conforme quantidades e descrição contidas no Anexo I do Edital. Os recursos são oriundos do convenio de transferência n. 2016TR002466 firmado entre o município de Passos Maia-SC e o estado de Santa Catarina. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 09:00 horas do dia 09 de dezembro de 2016, iniciando-se a Sessão Pública às 09:10 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 07:00hs às 13:00hs, e pelo site WWW.passosmaia.sc.gov.br . Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 25 de novembro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal.

Penha

PREFEITURA

ATA 10/2016 - PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016-MULTIIDENTIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2016 – MULTIIDENTIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2016 - MULTIIDENTIDADE

Aos 18 (dezoito) dias, do mês de novembro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, 08, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00 (entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA); CNPJ/MF sob o nº CNPJ/MF nº. 10.479.670/0001-96 (entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE); CNPJ/MF sob o nº 11.680.072/0001-43 (entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, Casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002 e do decreto nº 05/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 45/2016 - PMP, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

POSTO DE GASOLINA SÃO MIGUEL, situado à Avenida Nereu Ramos, nº 1497, Centro, Penha/SC, cadastrado no CNPJ de nº 80.933.658/001-95, inscrição estadual de nº 251.743.446, telefone para contato: 47 – 3345-0532, e-mail: penha@rededelta.com.br, neste ato representado por Ricardo Furlan, portador do CPF de nº 060.826.199-86. Dados para o recebimento: Agência do Banco do Brasil 2565-8, conta bancária 23.875-9.

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA AS SECRETARIAS DE: SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO, PESCA E AGRICULTURA, PLANEJAMENTO, PROCURADORIA JURÍDICA E SERVIÇOS URBANOS, conforme Pregão Presencial nº. 45/2016 - Multientidade, a que corresponde este pacto, assim especificados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUAN	PREVISÃO DE CUSTO R\$	
				UNIT.	GLOBAL
01	gasolina comum SECRETARIA DE SAÚDE	Litros	21.126	R\$ 3,24	R\$ 68.448,24
03	gasolina comum – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - ABRIGO	Litros	1.250	R\$ 3,24	R\$ 4.050,00
04	gasolina comum – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Litros	1000	R\$ 3,24	R\$ 3.240,00
05	gasolina comum – secretaria de assistência social – conselho tutelar	Litros	1.250	R\$ 3,24	R\$ 4.050,00
07	gasolina comum – secretaria de educação	Litros	3.000	R\$ 3,24	R\$ 9.720,00
08	gasolina comum – gabinete do prefeito	Litros	9.000	R\$ 3,24	R\$ 29.160,00
10	gasolina comum – pesca e agricultura	Litros	1.100	R\$ 3,24	R\$ 3.564,00
11	gasolina comum – planejamento	Litros	1.750	R\$ 3,24	R\$ 5.670,00
12	gasolina comum – procuradoria	Litros	1.250	R\$ 3,24	R\$ 4.050,00
13	gasolina comum – serviços urbanos	Litros	2.500	R\$ 3,24	R\$ 8.10000
	TOTAL				R\$140.052,24

Valor total de R\$ 140.052,24 (cento e quarenta mil e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos).

1.2 - A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha/SC a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município, conforme consta no edital de Pregão Presencial nº 45/2016 - Multientidade.

2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 45/2016 - MULTIENTIDADE.

3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 - A entrega dos produtos objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pelas referidas Secretarias, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 05 (cinco) dias.

4 - DO PRAZO

4.1 - Os materiais ora fornecidos terão início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações das referidas Secretarias, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 - Os quantitativos de materiais são estimativos com base na análise das referidas Secretarias, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida a aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 45/2016 - MULTIENTIDADE.

6.1.1 - E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

7 - RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos materiais, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos materiais, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos materiais entregues;
- b) efetuar o pagamento dos materiais, na época de sua exigibilidade.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;

9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos materiais entregues observar-se-á o seguinte:

- 9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

- 9.4 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

- 9.5 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os materiais entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

- 9.6 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou materiais fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

- 9.7- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

- 9.8.1 - Os materiais fornecidos serão fiscalizados pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos materiais, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

- 9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

- 9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos materiais solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

- 9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

- 9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

- 9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

- 9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

- 9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

- 10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

- 10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

11 – PENALIDADES

- 11.1 - A não entrega dos materiais no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

- 11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os materiais ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

- 11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

- 11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

- 11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste.

- 11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

- 11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos sub itens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente

moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário de Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO MUNICIPAL

DANIELE S. DE S. LUNGE
Secretária de Administração

Empresas e seus representantes legais:

POSTO DE GASOLINA SÃO MIGUEL
CNPJ 80.933.658/001-95
Testemunhas:

GABRIELA GARBINI
247.216.748-21

ATA 11/2016 - PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2016-MULTIENTIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2016 – MULTIENTIDADE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2016 - MULTIENTIDADE

Aos 18 (dezoito) dias, do mês de novembro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, 08, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00 (entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA); CNPJ/MF sob o nº CNPJ/MF nº. 10.479.670/0001-96 (entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE); CNPJ/MF sob o nº 11.680.072/0001-43 (entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, Casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002 e do decreto nº 05/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 45/2016 - PMP, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

POSTO PRAIA PARQUE COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, situado à Rua Inácio Francisco de Souza, nº 985, Bairro Armação, Penha/SC, cadastrado no CNPJ de nº 05.782.476/0001-45, inscrição estadual de nº 255.170.246, telefone para contato: 47 – 3373-0373, e-mail: armação@postotibes.com.br, neste ato representado por Claudio Maurício dos Santos, portador do CPF de nº 016.503.819-56. Dados para

o recebimento: Agência do Banco Bradesco 2835, conta bancária 8130-2.

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA AS SECRETARIAS DE: SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO, PESCA E AGRICULTURA, PLANEJAMENTO, PROCURADORIA JURÍDICA E SERVIÇOS URBANOS, conforme Pregão Presencial nº. 45/2016 - Multientidade, a que corresponde este pacto, assim especificados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUAN	PREVISÃO DE CUSTO R\$	
				UNIT.	GLOBAL
02	ÓLEO DIESEL S10	Litros	6.349	R\$ 3,15	R\$ 19.999,35
06	OLEO DIESEL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Litros	12.000	R\$ 3,15	R\$ 37.800,00
09	óleo diesel – pesca e agricultura	Litros	2.500	R\$ 3,15	R\$ 7.875,00
	TOTAL				R\$ 65.674,35

Valor total de R\$ 65.674,35 (sessenta e cinco mil e seiscentos e setenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

1.2 - A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha/SC a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município, conforme consta no edital de Pregão Presencial nº 45/2016 - Multientidade.

2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 45/2016 - MULTIENTIDADE.

3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 - A entrega dos produtos objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pelas referidas Secretarias, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 05 (cinco) dias.

4 - DO PRAZO

4.1 - Os materiais ora fornecidos terão início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações das referidas Secretarias, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 - Os quantitativos de materiais são estimativos com base na análise das referidas Secretarias, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida a aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o

cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 45/2016 - MULTIENTIDADE.

6.1.1 - E recaído o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

7 – RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos materiais, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos materiais, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos materiais entregues;
- b) efetuar o pagamento dos materiais, na época de sua exigibilidade.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;

9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos materiais entregues observar-se-á o seguinte:

9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.4 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

9.5 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os materiais entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

9.6 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou materiais fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

9.7- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

9.8.1 - Os materiais fornecidos serão fiscalizados pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos materiais, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos materiais solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões

que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

11 – PENALIDADES

11.1 - A não entrega dos materiais no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os materiais ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos sub itens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário de Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO MUNICIPAL

DANIELE S. DE S. LUNGE
Secretária de Administração

Empresas e seus representantes legais:

POSTO PRAIA PARQUE COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
CNPJ 05.782.476/0001-45

Testemunhas:

GABRIELA GARBINI
247.216.748-21

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 66/2016 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 12/2016

Nº Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 66/2016 – Inexigibilidade de Licitação 12/2016

Objeto: Contratação da empresa ADEMIR SIDNEI KOPSELL 46922610997 (BANDA BARRIL) para apresentação na ILUMINAT STADT - CIDADE ILUMINADA no dia 23 de dezembro de 2016 no encerramento do Natal do Município

Dados do Contrato: Contrato nº 104/2016 / Contratado ADEMIR SIDNEI KOPSELL 46922610997 (BANDA BARRIL) - CNPJ: 24.914.289/0001-12 - Data do Contrato: 24/11/2016 - Valor do Contrato: R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais) - Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 67/2016 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 67/2016 – Dispensa de Licitação 06/2016

Objeto: Contratação da empresa especializada para execução da reforma da residência da senhora Noemi Leonhart Westhauser, situada na comunidade Linha Lajeado Mirim no Município de Peritiba, a reforma deverá ser executada em conformidade com o memorial descritivo elaborado pelo departamento de engenharia do município.

Dados do Contrato: Contrato nº 105/2016 / Contratado: CASSIANO HILLER 11881524914 (HILLER CONSTRUÇÕES)- CNPJ: 24.889.971/0001-00- Data do Contrato: 24/11/2016 - Valor do Contrato: R\$ 8.250,00 (Oito mil duzentos e cinquenta reais) - Informações complementares: Dispensa de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 68/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 38/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 68/2016 – Pregão Presencial 38/2016.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de lavagem, geometria, balanceamento, conserto, recapagem,

recauchutagem e duplagem de pneus dos veículos e máquinas do Município de Peritiba.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 12/12/2016.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 12/12/2016.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 69/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 39/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 69/2016 – Pregão Presencial 39/2016.

Objeto: Registro de preço para aquisição de artigos e materiais de decoração para ornamentação natalina

· Processo licitatório destinado exclusivamente aos interessados qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou empreendedor individual.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 10h00min do dia 12/12/2016.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 09h45min do dia 12/12/2016.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal de Peritiba

**RESUMO EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2016 -
PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2016 - PROGRAMA FAMÍLIA
ACOLHEDORA.

O Município de Peritiba TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que, de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei Federal nº 8069 de 13 de junho de 1990) e a Lei Municipal nº 1911 de 18/04/2012, está abrindo inscrições para os candidatos ao PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA.

AS INSCRIÇÕES dos candidatos deverão ser realizadas nas dependências do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, Rua Miguel Balduino Boll 187 – Centro – Município de Peritiba, até o dia 30/11/2016, das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, de segunda à sexta-feira;

A Família Acolhedora receberá subsídio financeiro no valor de dois salários mínimos nacionais por mês e por criança/adolescente acolhida;

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto CRAS, fone (49) 3453-1319 ou presencial na Rua Miguel Balduino Boll 187 – Centro – Município de Peritiba.

ELIANI MORTARI

Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA Nº 525, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 525, DE 21 DE novembro DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Amanda Caroline Schuler APTA PARA exercer a função temporária de Nutricionista, processo seletivo 001/2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Amanda Caroline Schuler, para a função temporária de Nutricionista.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 21 de novembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS Nº 330/2016

LICITAÇÃO Nº 064/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS Nº 330/2016

Termo de Contrato de "FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS" firmado entre o Município de Pinheiro Preto a empresa SARA COMERCIO EIRELLI - ME, autorizado através do Processo n. 228/2016 Licitação n. 064/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: SARA COMERCIO EIRELLI – ME

CNPJ-MF n.º. 26.2303554/0001-79

Endereço: Rua Santos Dumont, 15, Bairro São José – Fraiburgo SC

CEP: 89580-000

Representada por: MARIZA APARECIDA GUEDES

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 064/2016, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, com as seguintes características e MARCA:

Item	Material	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Lâmpada econômica Espiral 25 W 220 v branco morno E27	40 Unidades	Gligth	R\$ 9,75	R\$ 390,00
03	Spot com 1 bocal de porcelana branca	30 Unidades	Blum	R\$ 8,30	R\$ 249,00
04	Spot com 2 bocais de porcelana branca	20 Unidades	Blum	R\$ 14,50	R\$ 290,00
06	Lâmpadas vapor metálico 250 w bocal E-40	10 Unidades	Empalux	R\$ 19,50	R\$ 195,00
07	Reator p/ lâmpadas vapor metálico 250 w	10 Unidades	HGE	R\$ 78,00	R\$ 780,00
08	Sensor de Teto uso externo	2 Unidade	Exatron	R\$ 34,95	R\$ 69,90
09	Lâmpada mista 160 w bocal E-27	30 Unidades	Gligth	R\$ 15,70	R\$ 471,00

12	Tomada 4x2 tomada com interruptor	20 unidades	Ilumi	R\$ 4,95	R\$ 99,00
14	Cabo flexível 2/5 mm preto	100 m	Premium	R\$ 1,90	R\$ 190,00
15	Cabo flexível 2/5 mm azul	100 m	Premium	R\$ 1,90	R\$ 190,00
17	Fita Isolante 20 mt	10 rolos	Alumbra	R\$ 4,70	R\$ 47,00
18	Parafuso 4x40 mm	200 unidades	Jomarca	R\$ 0,06	R\$ 12,00
19	Bucha 6mm	200 unidades	Jomarca	R\$ 0,02	R\$ 4,00
Total Máximo					R\$ 2.986,90

§ 1º Os materiais deverão ser entregues no prazo de 2 dias, contados da ordem de entrega.

§ 2º Os produtos que não apresentarem condições para uso ou estiverem fora das especificações e condições exigidas não serão aceitos, devendo ser providenciada a troca num prazo máximo de 24 horas, ensejando aplicação de multa o não cumprimento deste item.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 2.986,90 (dois mil, novecentos e oitenta e seis reais e noventa centavos) devendo a despesa correr à conta seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
 Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
 Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA
 Função: 12 - Educação
 Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
 Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional
 Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
 Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
 Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS
 Função: 4 - Administração
 Subfunção: 122 - Administração Geral
 Programa: 3 - Administração Geral
 Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADIMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
 Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
 Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
 Função: 26 - Transporte
 Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
 Programa: 23 - Estradas Vicinais
 Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

2.2 - O pagamento será efetuado em uma única parcela, no prazo de cinco dias após a emissão do documento de recebimento definitivo do equipamento, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

2.3. Fica vedado reajuste de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:
 Início: 20 de setembro de 2016.
 Término: 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso na entrega do equipamento, calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto à Administração Pública.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição do equipamento na inspeção e recebimento.

4.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

4.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. O presente contrato fica vinculado a licitação nº 064/2016, modalidade pregão presencial; Lei nº 10.250/2002; Decreto Municipal nº 2.785/07; e pela Lei nº 8.666/93. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

5.5. A contratada obriga-se a efetuar a entrega do equipamento na sede administrativa do Município, sem qualquer ônus ou custo adicional.

5.6. A contratada obriga-se a garantir, pelo prazo de até um ano após o término da garantia, o fornecimento de peças de reposição.

5.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 25 de novembro de 2016.

CONTRATANTE

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

SARA COMERCIO EIRELLI – ME

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS Nº 331/2016

LICITAÇÃO Nº 064/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS Nº 331/2016

Termo de Contrato de "FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS" firmado entre o Município de Pinheiro Preto a empresa SARA COMERCIO EIRELLI - ME, autorizado através do Processo n. 228/2016 Licitação n. 064/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: SAMISTRARO SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ-MF n.º. 23.460.338/0001-21

Endereço: Rua Irmã Concília, 355 – Videira - SC

CEP: 89560-000

Representada por: JOACIR SAMISTRARO

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 064/2016, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, com as seguintes características e MARCA:

Item	Material	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
02	Lâmpada econômica espiral 36 W 220v bocal E27	20 Unidades	Alumbra	R\$ 22,50	R\$ 450,00
05	Sensor foto célula	5 Unidades	Exatron	R\$ 18,00	R\$ 90,00
10	Bocal E-27 porcelana	30 Unidades	Decorlux	R\$ 2,66	R\$ 80,00
11	Tomadas sobrepor sistema X	20 unidades	Mectronic	R\$ 4,50	R\$ 90,00
13	Tomada 4x4 com interruptor + tomada	5 unidades	Mectronic	R\$ 9,00	R\$ 45,00
16	Canaleta de perfil, pvc, de cor branca, medindo no mínimo 10x20, sendo cada barra com no mínimo 2 metros de comprimento	02 caixas	Mantac	R\$ 47,50	R\$ 95,00
Total Máximo					R\$ 850,00

§ 1º Os materiais deverão ser entregues no prazo de 2 dias, contados da ordem de entrega.

§ 2º Os produtos que não apresentarem condições para uso ou estiverem fora das especificações e condições exigidas não serão aceitos, devendo ser providenciada a troca num prazo máximo de 24 horas, ensejando aplicação de multa o não cumprimento deste item.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) devendo a despesa correr à conta seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 3 - Administração Geral

Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADIMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Programa: 23 - Estradas Vicinais
Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

2.2 - O pagamento será efetuado em uma única parcela, no prazo de cinco dias após a emissão do documento de recebimento definitivo do equipamento, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

2.3. Fica vedado reajuste de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:
Início: 20 de setembro de 2016.
Término: 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso na entrega do equipamento, calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto à Administração Pública.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição do equipamento na inspeção e recebimento.

4.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

4.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. O presente contrato fica vinculado a licitação nº 064/2016, modalidade pregão presencial; Lei nº 10.250/2002; Decreto Municipal nº

2.785/07; e pela Lei nº 8.666/93. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

5.5. A contratada obriga-se a efetuar a entrega do equipamento na sede administrativa do Município, sem qualquer ônus ou custo adicional.

5.6. A contratada obriga-se a garantir, pelo prazo de até um ano após o término da garantia, o fornecimento de peças de reposição.

5.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 25 de novembro de 2016.

CONTRATANTE

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

SAMISTRARO SERVIÇOS LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 326/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 326/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE AQUISIÇÃO DE TABLÓIDE EXPLICATIVO PARA DIA 05/11/2016 - DIA D EM SAÚDE NO MUNICÍPIO. ESSE TABÓIDE EXPLICA SOBRE O AEDES AEGYPTI QUE TRANSMITE DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZIKA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA EPP, autorizado através do Processo nº 225/2016, Dispensa de Licitação nº. 0005/2016.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

CNPJ-MF nº. 10.642.703/0001-77

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA EPP

CNPJ: 04.096.738/0001-55

Endereço: Rua Goiás 765, centro

CEP 85960-000 – Marechal Candido Rondon - PR

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE AQUISIÇÃO DE TABLÓIDE EXPLICATIVO PARA DIA 05/11/2016 - DIA D EM SAÚDE NO MUNICÍPIO. ESSE TABÓIDE EXPLICA SOBRE O AEDES AEGYPTI QUE TRANSMITE DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZIKA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MODALIDADE INEXIGIBILIDADE, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 2.460,00 (dois mil, quatrocentos e sessenta reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saude Com Qualidade

Ação: 2.65 - MANUTENÇÃO PISO FIXO DE VIGILANCIA EM SAUDE (PFVS)

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada. Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 09 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO

CONTRATADA
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA EPP

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 327/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 327/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS EM CARATER EMERGENCIAL PARA CONserto NO MICRO ÔNIBUS PLACA QHE5955, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, autorizado através do Processo nº 221/2016, Dispensa de Licitação nº. 0137/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

CNPJ: 02.952.689/0001-80

Endereço: RODOVIA SC 453, KM 55

CEP: 89560-000 -VIDEIRA - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS EM CARATER EMERGENCIAL PARA CONserto NO MICRO ÔNIBUS PLACA QHE5955, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 7.732,84 (sete mil, setecentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 23 - Estradas Vicinais

Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada. Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 11 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO

CONTRATADA
CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 328/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 328/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA ÔNIBUS PLACA MKL7683, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa PARANA EQUIPAMENTOS S.A, autorizado através do Processo nº 236/2016, Dispensa de Licitação nº. 0143/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: RETIFICA VIDEIRA EIRELLI – ME
CNPJ: 08.777.292/0001-85
Endereço: RODOVIA SC 453, SN, RIO DAS PEDRAS
CEP 89560-000 – Videira – SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA ÔNIBUS PLACA MKL7683, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- 2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 6.945,00 (seis novecentos e quarenta e cinco reais).
- 2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.
- 2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional
Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

- 2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

- 4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.
- 4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.
- 4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada. Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 10 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO

CONTRATADA
RETIFICA VIDEIRA EIRELLI – ME

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 329/2016.

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 329/2016.

CONTRATO EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Contrato de EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA – INSTALAÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA, regime de execução empreitada por preço global, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e FABIANO FRANCHIN - ME, autorizado através do Processo n. 216/2016 e Licitação n. 016/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS, ficando as partes sujeitas, além do presente contrato, aos ditames do edital de licitação declinado e da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: FABIANO FRANCHIN – ME

CNPJ-MF n.º: 22.239.780/0001-60

Endereço: Rua 29 de Julho, 670 – Sala 02 – Bairro Nazaré – CEP: 89700-000

Representada por: FABIANO FRANCHIN

O presente contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93 e pelas normas do Edital de Licitação nº 016/2016 – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, e Portaria nº 501/2016, que aprovou projeto técnico.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente processo tem por objeto execução (instalação) de rede de distribuição de energia elétrica no loteamento Bressam, na cidade de Pinheiro Preto, projeto de execução aprovado através da Portaria nº 501/2016, que passa a fazer parte integrante deste, independentemente de transcrição.

§1º Todos os equipamentos elétricos bem como as ferragens utilizadas na execução desse projeto deverão ser aprovados pela CELESC S/A.

§ 2º Nenhuma parte viva da instalação elétrica deverá ser acessível às pessoas.

§ 3º Massas ou partes condutivas acessíveis não deverão oferecer perigo em condições normais ou em caso de falha, devendo essas estar devidamente aterradas.

§ 4º Em todos os pontos de conexão e seccionamento dos condutores, serão utilizados terminais de pressão ou de compressão adequado.

§ 5º Todos os equipamentos e materiais elétricos utilizados na obra deverão ser de boa qualidade, em perfeito estado de conservação e adequados para a operação, atendendo as normas da NR10.

§ 6º Em todas as emendas elétricas que se fizerem necessárias deverão ser isoladas com fita isolante juntamente com fita isolante de Alta Fusão.

§ 7º Todos os detalhes das instalações encontram-se no anexo do presente edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O presente contrato vigorará pelo prazo de 90 (NOVENTA) dias, contados da data da assinatura, podendo sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

Parágrafo único. A obra deverá ser executada no prazo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O preço total a ser pago, pela execução da obra, é de R\$ 94.749,16 (noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais e dezesseis centavos), sendo: R\$ 69.749,16 (sessenta e nove mil, setecentos e quarenta e nove reais e dezesseis centavos) referente a material e R\$ 24.800,00 (vinte e quatro mil, oitocentos reais) referente a mão de obra.

3.2 O faturamento dar-se-á na forma do cronograma físico-financeiro, do ANEXO ao presente contrato, após medição e autorização do Engenheiro responsável.

§ 1º Os valores não sofrerão qualquer reajuste.

§ 2º A última parcela do preço somente será paga após:

I - Recebimento definitivo da obra, mediante autorização do Engenheiro Responsável;

II – Entrega do comprovante de comprimento dos encargos sociais e trabalhistas dos empregados que trabalharam na obra.

3.3 No preço ajustado entre as partes estão inclusas todas as despesas que possam influir nos custos, tais como: alimentação dos profissionais, despesas com custo, instalação, descarga, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos, máquinas, materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana
Programa: 14 - Urbanização De Vias
Ação: 1.3 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 189 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa: 14 - Urbanização De Vias
Ação: 1.3 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 389 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas

CLÁUSULA QUINTA: REGIME DE EMPREITADA

A modalidade de REGIME DE EXECUÇÃO É DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA SEXTA: DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento pela execução da obra;
- b) Designar engenheiro responsável para acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento da obra.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

- a) Execução da obra de acordo com o memorial descritivo e plantas, anexos II e III do Edital Convocatório, partes integrantes deste.
- b) Seguir as orientações técnicas do Engenheiro Responsável designado pelo Município.
- c) A contratada deverá, na data da assinatura do contrato, indicar o nome do preposto, aceito pela Administração, no local da obra, para representá-la na execução do contrato.
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- f) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- g) Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa.
- h) Substituir, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público.
- i) Fornecer, mensalmente, o comprovante de pagamento dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.
- j) Executar a obra, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas técnicas pertinentes.
- l) Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na Licitação.

Parágrafo único. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e

edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

CLÁUSULA OITAVA: PENALIDADES E DA RESCISÃO

8.1 DAS PENALIDADES

8.1.1 Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

8.1.2 Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

8.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

8.1.2.2 - Advertência;

8.1.2.3 - Suspensão do direito de licitar, junto ao Município.

8.1.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

8.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

8.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

8.2 RESCISÃO DO CONTRATO

8.2.1 O Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

8.2.1.1 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição do material na inspeção e recebimento.

8.2.1.2 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

8.2.1.3 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

8.2.2. A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA: DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica o presente contrato vinculado ao Edital de Licitação nº 003/2012, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

9.3 Antes de efetuar o pagamento do preço a contratada deverá comprovar que efetuou o pagamento dos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do disposto no Dec. Lei 2.173/97, através do fornecimento de guia de recolhimento quitada.

9.5 Os valores devidos acerca de encargos previdenciários, bem como o(s) tributo(s) incidente(s), serão retidos quando do pagamento do preço.

9.6. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.7. Aplicar-se-á na execução do contrato, além das normas previstas na Lei 8.666/93, o disposto no Edital Convocatório.

9.8. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade.

9.9. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC 16 de novembro de 2016.

CONTRATANTE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
FABIANO FRANCHIN – ME

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 332/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 332/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 001/2016 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Nome: Amanda caroline schuler
CPF n.º 095.256.979-59
Endereço: Rua Antônio Ferlin, nº 414 – Videira - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado Amanda caroline schuler, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 001/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Saúde e bem estar social na função de "Nutricionista - NASF", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 001/2016, e na Lei Complementar LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 2.263,62 (Dois mil e duzentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

3.2. O contrato vigorará da data de 22 de novembro de 2016 até que seja realizado concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

A contratada executará as seguintes funções:

participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adstrita; planejar ações e desenvolver educação permanente; acolher os usuários e humanizar a atenção; trabalhar de forma integrada com as ESF; realizar visitas domiciliares necessárias; desenvolver ações Inter setoriais; participar dos Conselhos Locais de Saúde; realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré-estabelecidos; desenvolver ações coletivas de educação nutricional, visando a prevenção de doenças e promoção, manutenção e recuperação da saúde; planejar, executar, coordenar e supervisionar serviços ou programas de alimentação e nutrição de acordo com o diagnóstico nutricional identificado na comunidade;

desenvolver ações educativas em grupos programáticos; priorizar ações envolvendo as principais demandas assistenciais, especialmente as doenças e agravos não transmissíveis e nutrição materno infantil; prestar atendimento nutricional, elaborando diagnóstico, com base nos dados clínicos, bioquímicos, antropométricos e dietéticos, bem como prescrição de dieta e evolução do paciente; promover articulação Inter setorial para viabilizar cultivo de hortas e pomares comunitários, priorizando alimentos saudáveis regionais; integrar-se na rede de serviços oferecidos, realizando referência e contra referência, seguindo fluxo pré-estabelecido, mantendo vínculo com os pacientes encaminhados; realizar visitas domiciliares em conjunto com as ESF dependendo das necessidades. ASOS encaminhados pela ESF para definir projeto terapêutico a ser executado por toda a equipe; integrar-se na rede de serviços oferecidos, realizando referência e contra referência, seguindo fluxo pré-estabelecido, mantendo vínculo com os pacientes encaminhados; realizar visitas domiciliares em conjunto com as ESF dependendo das necessidades.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público;

4.2.6. - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará da data de 22 de novembro de 2016.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 25 de novembro de 2016.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Amanda caroline schuler

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF

DECRETO Nº 4.472, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.472, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 12.250,00 (Doze mil duzentos e cinquenta reais) na dotação orçamentária a seguir discriminada:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde Com Qualidade

Ação: 2.53 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - ESTADO

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 138 - Transferência do SUS/União

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação apurado até 31 de outubro de 2016 na fonte de recursos da Saúde - Cofinanciamento Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.473, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4.473, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Id-uso, fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 113.650,00 (Cento e treze mil, seiscentos e cinquenta reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 23 - Estradas Vicinais

Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 300 - Recursos Ordinários - Ex. anterior - 0.3.00

Total suplementado

..... R\$ 113.650,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto do ano de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.474, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.474, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015 e conforme Lei Municipal nº 1.896 de 12 de julho de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas as dotações do orçamento vigente no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminadas;

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 101 - Recursos de Imposto e Transferencias de Impostos Educacao - 0.1.01

Art. 2º Fica suplementada a dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) conforme abaixo discriminado;

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 101 - Recursos de Imposto e Transferencias de Impostos Educacao - 0.1.01

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.475, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4.475, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

DESIGNA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 1.335, de 10 de março de 2009, e no Regimento Interno, DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados para compor o Conselho Municipal De Assistência Social do Município de Pinheiro Preto/SC os seguintes membros e respectivas representações:

I - Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social:

Titular: Jurcelei Bertha.

Suplente: Tânia Zanella.

II - Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Geni Birck de Oliveira.

Suplente: Karina Chiarani Faccin.

III - Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Angela Natieli Perdoncini.

Suplente: Silvana Mugnol.

IV - Representante da Escola de Educação Básica Professora Maura de Senna Pereira:

Titular: Ademilson Antonio Einsweiler.

Suplente: Justina Mazureck Mariani.

V - Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Ana Paula Demori Carletto.

Suplente: Vera Lucia Zago.

VI - Representante da Comissão Municipal do Idoso:

Titular: Élide Denardi.

Suplente: Inês Mugnol.

VII - Representante da Pastoral da Saúde:

Titular: Irene Eggers Farina.

Suplente: Paulina Almeida.

VIII - Representante dos Alcoólicos Anônimos:

Titular: Dejair Rodrigues.

Suplente: Atilio Rodrigues.

IX - Representante da APP do Centro Educacional Padre Trudo Plessers:

Titular: Kelly Regina Piva.

Suplente:

X - Representante do Clube de Mães da Escola de Educação Básica Professora Maura de Senna Pereira:

Titular: Mara Estela Piovesan.

Suplente: Regina Casagrande.

Art. 2º Os membros não serão remunerados, sendo considerado atividade de relevante interesse social, com mandato de dois anos, permitindo uma única recondução por igual período.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 11 de novembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.476, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.476, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas as dotações do orçamento vigente no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminadas;

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 2 - Gestão Administrativa Superior

Ação: 2.21 - MANUTENÇÃO ATIVIDADE DO GABINETE DO PREFEITO

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários - 0.1.00

Art. 2º Fica suplementada a dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) conforme abaixo discriminado;

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 2 - Gestão Administrativa Superior

Ação: 2.21 - MANUTENÇÃO ATIVIDADE DO GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários - 0.1.00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.477, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4.477, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação no Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto no valor de R\$ 31.880,93 (Trinta e um mil, oitocentos e

oitenta reais e noventa e três centavos) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde Com Qualidade
Ação: 2.52 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - UNIÃO
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 138 – PMAQ - 0.1.38

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, decorrem da anulação das seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 31.880,93 (Trinta e um mil, oitocentos e oitenta reais e noventa e três centavos):

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde Com Qualidade
Ação: 2.52 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - UNIÃO
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 138 – PMAQ - 0.1.38

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.478, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4.478, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal da Assistência Social de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Id-uso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 4000 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 5 - Assistência Social Geral
Ação: 2.26 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 300 - Recursos Ordinários - 0.3.00

VALOR: 10.000,00

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 4000 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 5 - Assistência Social Geral

Ação: 2.26 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 300 - Recursos Ordinários - 0.3.00

VALOR: R\$ 10.000,00

Total Suplementado
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.479, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.479, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015 e Lei Municipal nº 1.911 de 16 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação no Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto no valor de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 4000 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 5 - Assistência Social Geral

Ação: 2.26 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários – 0.1.00

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta Lei, decorrem da anulação das seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais):

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 4000 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 5 - Assistência Social Geral

Ação: 1.2 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA SOCIAL

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários – 0.1.00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.480, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.480, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015 e Lei Municipal nº 1.912 de 16 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 13 - Desenvolvimento Cultural
Ação: 2.36 - ATIVIDADES CULTURAIS E FESTIVIDADES MUNICIPAIS
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta Lei, decorrem da anulação das seguintes dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais):

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINAN-CAS
Função: 23 - Comércio e Serviços
Subfunção: 695 - Turismo
Programa: 22 - Promoção Do Turismo
Ação: 2.41 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES VOLTADAS AO TURISMO
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários
VALOR: R\$ 30.000,00
Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Programa: 23 - Estradas Vicinais
Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários
VALOR: R\$ 10.000,00
Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINAN-CAS

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 3 - Administração Geral
Ação: 2.22-MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso:
100 - Recursos Ordinários
VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.481, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.481, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

ANULA ATO DE APOSENTADORIA E REVOGA PORTARIA Nº 371 DE 30 DE JUNHO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o apurado através do Processo de Expediente nº 047/2016, que dá conta de que o Servidor Izidoro Iri Rubini obteve o benefício da aposentadoria sem implementar os requisitos previstos na Constituição Federal;

Considerando ter sido respeitado o contraditório e a ampla defesa;

Considerando a decisão dessa Autoridade Administrativa nos Autos do Processo de Expediente, que reconheceu o equívoco na certidão de tempo de contribuição, acabou por declarar nulo o ato que concedeu a aposentadoria ao servidor com fundamento de que não havia implementado tempo de contribuição;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o ato que exonera o servidor Izidoro Iri Rubini, consubstanciado na Portaria nº 371 de 30 de junho de 2016, em razão das irregularidades insanáveis verificadas na concessão do benefício.

Parágrafo único. Em razão da anulação do benefício, o servidor deverá retornar imediatamente à ativa, mediante readmissão.

Art. 2º Integra este Decreto o anexo contendo decisão proferida no Processo de Expediente n. 047/2016 – IPREPI.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado a portaria nº 371 de 30 de junho de 2016 e disposições contrárias.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 21 de novembro de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 526, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 526, DE 25 DE novembro DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Patricia Malacarne de Souza APTA PARA exercer o cargo de Assistente Social, concurso público 002/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Patricia Malacarne de Souza, para o cargo efetivo de Assistente Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 25 de novembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 524, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 524, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 064/2016 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 064/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado, aquisição de materiais elétricos, às empresas:

I – SARA COMERCIO EIRELLI - ME inscrita no CNPJ sob o n.º 26.2303554/0001-79, itens: 01,03,04,06,07,08,09,12,14,15,17,18 e 19, pelo preço total: R\$ 2.986,90 (dois mil, novecentos e oitenta e seis reais e noventa centavos);

II – SAMISTRARO SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.460.338/0001-21, itens: item 02,05,10,11,13 e 16, pelo preço total: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 527, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 527, DE 25 de novembro DE 2016.

NOMEIA Amanda Caroline Schuler PARA exercer em caráter temporário a função de Nutricionista - nasf.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Processo Seletivo 001/2016;

Considerando que a candidata, através de exames médicos, foi considerada apta para exercer a função temporária;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, obedecida a ordem de classificação final do Processo Seletivo 001/2016, Amanda Caroline Schuler, brasileira, inscrita no CPF nº 095.256.979-59, para exercer a função temporária de Nutricionista - nasf, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de novembro de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 25 de novembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO N.º 05/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA CONSELHO MUNICIPAL de DIREITOS da CRIANÇA e ADOLESCENTE- PINHEIRO PRETO Av. ARTHUR COSTA E SILVA FONE/FAX:(49) 3562-2007 email: cmdca@pinheiropreto.sc.gov.br
--	---

RESOLUÇÃO N.º 05/2016 Pinheiro Preto, 23 de novembro de 2016.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DO PLANO DECENAL DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 2016-2026 DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO E REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de sua Presidente, JURCELEI BERTHA, no uso de suas atribuições legais, conforme prevista na Lei nº 1.454, de 26 de novembro de 2010 e pelo Decreto nº 4.263, de 18 de agosto de 2015.

Considerando que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visa deliberar, fiscalizar, formular, acompanhar, definir, e regulamentar os serviços sociais e a rede de proteção desenvolvidos na área da assistência social no município de Pinheiro Preto, objetivando atender os usuários da Política de Assistência Social e garantia de direitos,

RESOLVE:

Art.º. 1º. Aprovar o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e do Adolescentes 2016-2016 do Município de Pinheiro Preto.

Artº 2º- Aprovar o regimento interno do Conselho Tutelar.

Art. 3º- Esta resolução entra em vigor a partir da data de publicação.

Pinheiro Preto - SC, 23 de novembro de 2016.

JURCELEI BERTHA

Presidente do CMDCA

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 001 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 001 / 2016

Processo Administrativo n.º 002 / 2016.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TIPO AMBULÂNCIA, SOCORRO E EMERGÊNCIA, PARA ATENDER OS VISITANTES DA 34ª FESTA POMERANA – EDIÇÃO 2017, A REALIZAR-SE DE 12 A 22 DE JANEIRO DE 2017, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 14h00min. do dia 09/12/2016.

Local: Fundação Cultural de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14h30min. do dia 09/12/2016.

Local: Fundação Cultural de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Fundação Cultural de Pomerode – Rua Hermann Weege, n.º 111, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08h00min. às 12h00min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-6801 / 3387-5032 ou pelo e-mail: administracao@festapomerana.com.br.

Pomerode / SC, 25 de Novembro de 2016.

DARLI BAHR BERNADINO

Presidente da Fundação Cultural de Pomerode

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 047 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 047 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 084 / 2016.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS CAMINHÕES, MÁQUINAS E TRATORES DO MUNICÍPIO DE POMERODE (DIESEL), CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 09/12/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min. do dia 09/12/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h00min. às 13h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou

pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 25 de Novembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 041 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 041 / 2016

Processo Administrativo n.º 075 / 2016.

Pregão Presencial n.º 042 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE DADOS E VOZ POR MEIO DE PROTOCOLO - IP, PÓS PAGA, MODALIDADE TELEFONIA FIXA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total contratado – Lotes 01, 02, 03 e 04: R\$116.500,00 (cento e dezesseis mil e quinhentos reais).

Prazo de Vigência: 12 meses – Prazo final: 30/11/2017.

Pomerode / SC, 11 de Novembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Porto Belo

PREFEITURA

1º RETIFICAÇÃO - LIXO

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Porto Belo

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO – 032/2016 PMPB

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Contratação de empresa para a execução dos serviços de engenharia sanitária de destinação final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, comerciais e de varrição; coleta, transporte e destino final dos resíduos de serviços de saúde; transporte e destinação final de produtos químicos, tóxicos, e perigosos classe I do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Onde se lê:

6 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA HABILITAÇÃO

6.1.18 – Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a vencedora de cada ITEM, proporcionando a seguir, oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na preclusão do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão, a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias.

10. – FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1 – Homologada a licitação será formalizada a Ata de Registro de Preços por item, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem fornecer pelo preço do primeiro, obedecida à ordem de classificação, ou a critério da Administração, registrar o preço cotado pelas demais licitantes, de conformidade com o Decreto Municipal Nº. 924/2011.

ANEXO I

02	Coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde, oriundos do município de PORTO BELO-SC	Kg	49.200	R\$ 10,40	R\$ 334.560,00
----	--	----	--------	-----------	----------------

Leia-se:

6 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA HABILITAÇÃO

6.1.18 – Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a vencedora por valor Global, proporcionando a seguir, oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na preclusão do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão, a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias.

10. – FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1 – Homologada a licitação será formalizada a Ata de Registro de Preços por valor Global, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem fornecer pelo preço do primeiro, obedecida à ordem de classificação, ou a critério da Administração, registrar o preço cotado pelas demais licitantes, de conformidade com o Decreto Municipal Nº. 924/2011.

ANEXO I

02	Coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde, oriundos do município de PORTO BELO-SC	Kg	49.200	R\$ 6,80	R\$ 334.560,00
----	--	----	--------	----------	----------------

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação PREGÃO – 032/2016 PMPB.

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email licitacao@portobelo.sc.gov.br das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 25 de novembro de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 003/2016 - CMS

RESOLUÇÃO N. CMS – 003/2016

O Conselho Municipal da Saúde de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de acordo com decisão tomada em reunião ordinária realizada em 21 de outubro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR por todos os Conselheiros Municipais de Saúde presentes, a apreciação e aprovação de solicitação de indicação de Emendas Parlamentares para o Hospital São Braz, referente a 2016/2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2016.

ROGÉRIO STASIAK

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 004/2016 - CMS

RESOLUÇÃO N. CMS – 004/2016

O Conselho Municipal da Saúde de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de acordo com decisão tomada em reunião ordinária realizada em 21 de outubro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR por todos os Conselheiros Municipais de Saúde presentes, a apresentação do Protocolo de Assistência das UBS, referente a 2016/2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2016.

ROGÉRIO STASIAK

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 005/2016 - CMS

RESOLUÇÃO N. CMS – 005/2016

O Conselho Municipal da Saúde de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de acordo com decisão tomada em reunião ordinária realizada em 21 de outubro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR por todos os Conselheiros Municipais de Saúde presentes, o Plano Municipal de Saúde, referente ao exercício de 2016/2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2016.

ROGÉRIO STASIAK

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 006/2016 - CMS

RESOLUÇÃO N. CMS – 006/2016

O Conselho Municipal da Saúde de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de acordo com decisão tomada em reunião ordinária realizada em 21 de outubro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR por todos os Conselheiros Municipais de Saúde presentes, a Programação Anual de Saúde, referente ao exercício de 2016/2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2016.

ROGÉRIO STASIAK

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 007/2016 - CMS

RESOLUÇÃO N. CMS – 007/2016

O Conselho Municipal da Saúde de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de acordo com decisão tomada em reunião ordinária realizada em 21 de outubro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR por todos os Conselheiros Municipais de Saúde presentes, o Plano de Ação NASF (ratificação), referente ao exercício de 2016/2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2016.

ROGÉRIO STASIAK

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 008/2016 - CMS

RESOLUÇÃO N. CMS – 008/2016

O Conselho Municipal da Saúde de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de acordo com decisão tomada em reunião ordinária realizada em 21 de outubro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR por todos os Conselheiros Municipais de Saúde presentes, o Plano de Educação Permanente, referente a 2016/2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2016.

ROGÉRIO STASIAK

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 009/2016 - CMS

RESOLUÇÃO N. CMS – 009/2016

O Conselho Municipal da Saúde de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de acordo com decisão tomada em reunião ordinária realizada em 21 de outubro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR por todos os Conselheiros Municipais de Saúde presentes, o Projeto de Saúde na Escola (PSE), referente a 2016/2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2016.

ROGÉRIO STASIAK

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 010/2016 - CMS

RESOLUÇÃO N. CMS – 010/2016

O Conselho Municipal da Saúde de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de acordo com decisão tomada em reunião ordinária realizada em 21 de outubro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR por todos os Conselheiros Municipais de Saúde presentes, o Plano Municipal de Assistência Farmacêutica, referente a 2016/2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2016.

ROGÉRIO STASIAK

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 011/2016 - CMS

RESOLUÇÃO N. CMS – 011/2016

O Conselho Municipal da Saúde de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de acordo com decisão tomada em reunião ordinária realizada em 21 de outubro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR por todos os Conselheiros Municipais de Saúde presentes, o Programa de Implementação Alimentar e Nutricional, referente a 2016/2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2016.

ROGÉRIO STASIAK

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 012/2016 - CMS

RESOLUÇÃO N. CMS – 012/2016

O Conselho Municipal da Saúde de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de acordo com decisão tomada em reunião ordinária realizada em 21 de outubro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR por todos os Conselheiros Municipais de Saúde presentes, a Pactuação dos Indicadores do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde –COAP, referente a 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2016.

ROGÉRIO STASIAK

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Presidente Nereu

PREFEITURA

LEI 1509/2016

LEI Nº 1509/2016, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.
AUTORIZA ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS
NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL COMO ESPECIFICA.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a ANULAR no orçamento da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, o valor de R\$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais), nas seguintes Modalidades de Aplicação:

03.001.028.843.1301.0002 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS
32.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas
..... R\$. 3.000,00
TOTAL R\$ 3.000,00

05.001.012.306.1501.2017 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - Fundamental
33.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas
..... R\$. 10.000,00
TOTAL R\$ 10.000,00

05.001.012.367.1501.2011 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
33.50.00.00.00.00.00.01.010000 – Aplicações Diretas
..... R\$. 3.000,00
TOTAL R\$ 3.000,00

06.001.013.392.1503.2036 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORAL MUNICIPAL
33.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas
..... R\$. 9.000,00
TOTAL R\$ 9.000,00

07.001.027.812.1503.2012 – APOIO AO DESPORTO AMADOR
31.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas
..... R\$. 8.000,00
33.50.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas
..... R\$. 5.000,00
44.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas
..... R\$. 2.000,00
TOTAL R\$ 15.000,00

08.001.026.782.1801.1013 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO, MAQUINAS E VEICULOS -DMER
44.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas
..... R\$. 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

08.001.026.782.1801.2016 – MANUTENÇÃO DO DEP. MUN. DE ESTRADAS E RODAGENS
31.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas
..... R\$. 80.000,00
TOTAL R\$ 80.000,00

TOTAL GERAL : R\$ 125.000,00

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a SUPLEMENTAR no orçamento da Prefeitura Municipal o valor de R\$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.001.004.122.1201.2002 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
31.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas
..... R\$. 100.000,00
TOTAL R\$ 100.000,00

03.001.004.122.1301.2003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
31.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas
..... R\$. 21.000,00
TOTAL R\$ 21.000,00

03.001.028.122.1301.0001 – PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTA
31.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas
..... R\$. 1.000,00
TOTAL R\$ 1.000,00

06.001.013.392.1503.2013 – APOIO E EXPLORAÇÃO DA CULTURA
31.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas
..... R\$. 3.000,00
TOTAL R\$ 3.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 125.000,00

Art. 3º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Nereu, 24 de NOVEMBRO de 2016.
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 115/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28
Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC
Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br
Numero Lei: 1509
Ano lei : 2016

Data Lei: 24/11/2016

DECRETO Nº 115, de 24 de novembro de 2016
Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA
no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das

Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 121.000,00 (cento e vinte e hum mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor
DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERA 02.001.0004.0122.1201.2002.31900000000000.01000000 96.000,00
DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0004.0122.1301.2003.3190000000000.01000000 21.000,00
DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0028.0122.1301.0001.3190000000000.01000000 1.000,00

DEPTO DE CULTURA 06.001.0013.0392.1503.2013.3190000000000.01000000 3.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :
R\$121.000,00 (cento e vinte e hum mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0028.0843.1301.0002.3290000000000.01000000 3.000,00
DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0306.1501.2017.3390000000000.01000000 10.000,00
DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0367.1501.2011.3350000000000.01000000 3.000,00
DEPTO DE CULTURA 06.001.0013.0392.1503.2036.3390000000000.01000000 9.000,00
DEPTO DE ESPORTES E TURISMO 07.001.0027.0812.1502.2012.3190000000000.01000000 8.000,00
DEPTO DE ESPORTES E TURISMO 07.001.0027.0812.1502.2012.3350000000000.01000000 1.000,00
DEPTO DE ESPORTES E TURISMO 07.001.0027.0812.1502.2012.4490000000000.01000000 2.000,00
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E 08.001.0026.0782.1801.1013.4490000000000.01000000 5.000,00

DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E 08.001.0026.0782.1801.2016.3190000000000.01000000 80.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 24 de novembro de 2016
ANTONIO F. COMANDOLI ALINE L. TILLMANN
Prefeito Municipal Contadora

DECRETO 116/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28
Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC
Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br
Numero Lei: 1482
Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 116, de 24 de novembro de 2016
Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA
no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 31.400,00 (trinta e hum mil e quatrocentos reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor
DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0361.1501.2010.3190000000000.01010000 15.000,00
DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0365.1501.2020.3190000000000.01010000 16.400,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :

R\$31.400,00 (trinta e hum mil e quatrocentos reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor
DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0361.1501.2010.3390000000000.01010000 15.000,00

DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0365.1501.2020.3390000000000.01010000 15.000,00
DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0365.1501.2020.4490000000000.01010000 1.400,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 24 de novembro de 2016
ANTONIO F. COMANDOLI ALINE L. TILLMANN
Prefeito Municipal Contadora

LEI 1508/2016 - LOA 2017**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br**LEI 1508/2016, DE 24/11/2016.****ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO
DE PRESIDENTE NEREU PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - O Orçamento da Prefeitura Municipal para o Exercício de 2017 estima a Receita em **R\$. 13.464.753,00** (Treze milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e três reais), fixa a Despesa da Prefeitura em **R\$. 7.635.500,00** (sete milhões, seiscentos e trinta e cinco mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em **R\$. 561.000,00** (quinhentos e sessenta e um mil reais), em **R\$. 51.000,00** (cinquenta e um mil reais) as transferências financeiras para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência, **R\$. 2.736.335,00** (dois milhões, setecentos e trinta e seis mil, trezentos e trinta e cinco reais) para o **Fundo Municipal de Saúde**, **R\$. 1.127.250,00** (um milhão, cento e vinte e sete mil reais, duzentos e cinquenta reais) para o **Fundo Municipal da Assistência Social** e **R\$. 911.000,00** (novecentos e onze mil reais) para o **Fundo Municipal Agropecuário**.

§ 1º. - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	R\$. 10.656.753,00
1.1 Receita Tributária	R\$. 336.018,60
1.2 Receita de Contribuições	R\$. 60.500,00
1.3 Receita Patrimonial	R\$. 36.600,00
1.4 Receita de Serviços	R\$. 25.500,00
1.5 Transferências Correntes	R\$. 12.149.068,00
1.6 Dedução da Receita Corrente	R\$. -1.989.183,60
1.7 Outras Receitas Correntes	R\$. 38.250,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$. 2.777.400,00
2.2 Alienação de Bens.....	R\$. 130.000,00
2.3 Transferências de Capital	R\$. 2.647.400,00

Transferência Financeira Recebida.....R\$ 30.600,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br**TOTAL R\$. 13.464.753,00**

§ 2º. - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		(R\$)
01 - Câmara Municipal		561.000,00
02 - Gabinete do Prefeito		417.800,00
03 - Depto Administração.....		1.690.600,00
04 - Depto Finanças.....		60.000,00
05 - Depto Educação		2.754.211,40
06 - Depto Mun. de Cultura.....		166.500,00
07 - Departº. De Esporte e Turismo.....		348.000,00
08 - Departº Mun. de Transp. Obras e Serv.....		2.577.056,60
09 - Fundo Mun. Dos Direitos da Criança e Adolesc.....		100.00,00
10 - Fundo Municipal de Saúde.....		2.736.335,00
11 - Fundo Mun. Agropecuário		911.000,00
12 - Fundo Municipal de Assistência Social.....		1.127.250,00
99 - Reserva de Contingência		15.000,00
TOTAL GERAL.		R\$. 13.464.753,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
01 - Legislativa	R\$. 561.000,00	
04 - Administração	R\$. 1.680.400,00	
06 - Segurança Pública.....	R\$. 3.000,00	
08 - Assistência Social	R\$. 1.279.250,00	
10 - Saúde	R\$. 2.736.335,00	
12 - Educação	R\$. 2.754.211,40	
13 - Cultura	R\$. 166.500,00	
15 - Urbanismo	R\$. 543.500,00	
20 - Agricultura	R\$. 911.000,00	
22 - Indústria.....	R\$. 30.000,00	
23 - Comércio e Serviços	R\$. 18.000,00	
24 - Comunicações	R\$. 51.000,00	
26 - Transportes	R\$. 2.030.556,60	
27 - Desporto e Lazer	R\$. 330.000,00	
28 - Encargos Especiais	R\$. 385.000,00	
99 - Reserva de Contingência	R\$. 15.000,00	
SOMA.	R\$. 13.464.753,00	

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA		
1101 - Processo Legislativo	R\$. 561.000,00	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

1201 - Gestão Administrativa Superior.....	R\$.	417.800,00
1301 - Administração Geral.....	R\$.	1.699.600,00
1302 - Comunicação e Transmissão dos sinais de TV.....	R\$.	51.000,00
1401 - Assistência ao Pequeno Produtor Rural.....	R\$.	911.000,00
1501 - Criança na Escola	R\$.	2.754.211,40
1502 - Esporte e Lazer	R\$.	330.000,00
1503 - Gestão e Fomento do Turismo e Cultura.....	R\$.	184.500,00
1601 - Atenção Integrada a Saúde do Cidadão.....	R\$.	2.736.335,00
1602 - Sistema Municipal de Assistência Social	R\$.	1.127.250,00
1603 - Infância e Juventude.....	R\$.	100.000,00
1701 - Urbanização de Vias e Infraestrutura.....	R\$.	543.500,00
1801 - Estradas Vicinais.....	R\$.	2.033.556,60
9099 - Reserva de Contingência	R\$.	15.000,00
SOMA.	R\$.	13.464.753,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$.	10.258.628,00
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$.	5.897.046,40
3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	R\$.	2.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$.	4.362.581,60
DESPESAS DE CAPITAL	R\$.	3.191.125,00
4.4.00.00 - Investimentos	R\$.	3.023.125,00
4.5.00.00 - Inversões Financeiras	R\$.	0,00
4.6.00.00 - Amortização da Dívida	R\$.	168.000,00
9.9.99.99 - Reserva de Contingência	R\$.	15.000,00
SOMA.. . . .	R\$.	13.464.753,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO
MUN. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Art. 2º. - O Orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência para o Exercício de 2017, fixa a Despesa em R\$. 100.000,00 (Cem mil reais).

§ 1º. - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, no valor de R\$. 100.000,00 (Cem mil reais) na forma da legislação em vigor.

DO ORÇAMENTO DO FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º. - O Orçamento do Fundo Municipal da Saúde para o Exercício de 2017, fixa a Despesa em R\$. R\$. 2.736.335,00 (dois milhões, setecentos e trinta e seis

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

mil, trezentos e trinta e cinco reais).

§ 1º. - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, no valor de **R\$. 1.759.335,00** (um milhão, setecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais), Transferência de Outras Esferas de Governo, Convênios com Outras Esferas de Governo e Receitas Diversas totalizando em **R\$. 977.000,00** (novecentos e setenta e sete mil reais) na forma da legislação em vigor.

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 4º. - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o Exercício de 2017 fixa a Despesa em **1.127.250,00** (um milhão, cento e vinte e sete mil reais, duzentos e cinquenta reais).

§ 1º. - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, no valor de **R\$. 407.000,00** (quatrocentos e sete mil reais), Transferência de Outras Esferas de Governo, Convênios com Outras Esferas de Governo e Receitas Diversas totalizando em **R\$. 720.250,00** (setecentos e vinte mil, duzentos e cinquenta reais), na forma da legislação em vigor.

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO

Art. 5º. - O Orçamento do Fundo Municipal Agropecuário para o Exercício de 2017, fixa a Despesa em **R\$. 911.000,00** (oitocentos e noventa e um mil reais).

§ 1º. - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, no valor de **R\$. 661.000,00** (seiscentos e sessenta e um mil reais), Transferência de Outras Esferas de Governo, Convênios com Outras Esferas de Governo e Receitas Diversas totalizando em **R\$. 250.000,00** (duzentos e cinquenta mil reais), na forma da legislação em vigor.

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 6º. - O Orçamento da Câmara Municipal de Presidente Nereu para o Exercício de 2017, fixa a Despesa em **R\$. 561.000,00** (quinhentos e sessenta e um mil reais).

§ 1º. - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal no valor de **R\$. 561.000,00** (quinhentos e sessenta e um mil reais).

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

Art. 7º. - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

I - Passivos Contingentes	R\$.	15.000,00
TOTAL	R\$.	15.000,00

§ 1º. - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

Art. 8º. - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar, por Decreto, dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto atividade ou operações especiais.

Art. 9º. - O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º., da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares por Decreto, até o limite de 60% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, apurado em cada fonte de destinação de recurso.
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- III - superávit financeiro do exercício anterior.

§ 1º. - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

§ 2º. - As suplementações oriundas do superávit financeiro e do excesso de arrecadação verificado em cada fonte de destinação de recurso, poderão ser realizados através de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10º. - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 11. - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 12. - Durante o exercício de 2017, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 13. - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14. - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 15. - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito suplementar de até 10% da Receita Corrente Líquida (RCL) para pagar a revisão geral e reajuste das remunerações, subsídios, proventos, aposentadorias e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo, Legislativo, das Autarquias e Fundações Públicas, cujo percentual será definido em lei específica.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. - Nos termos do artigo 2.º desta Lei e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, integram esta Lei os anexos contendo:

I - Demonstrativo das Receitas e Despesas por categoria econômicas;

II - Demonstrativo Geral da Receita por fontes e da Despesa por funções do governo;

III - Demonstrativo da Receita segundo a Categoria Econômica;

IV - Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas;

V - Consolidação geral da Despesa;

VI - Demonstrativo da natureza da despesa por órgão e unidade;

VII - Demonstrativo da natureza da despesa por projeto atividade;

VIII - Demonstrativo da Natureza de despesa por órgão;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

IX - Demonstrativo da natureza de despesa por órgão e unidade; (adendo V portaria SOF n.º 8).

X - Demonstrativo de funções, subfunções e programas por projetos atividades;

XI - Demonstrativo de funções, subfunções e programas por órgão e unidade;

XII - Demonstrativo de funções, subfunções e programas por categoria econômica;

XIII - Demonstrativo de funções, subfunções e programas conforme o vínculo de recursos.

XIV - - Demonstrativo da natureza de despesa por órgão e funções; (adendo VIII portaria SOF n.º 8).

XV - Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de recursos;

XVI - Quadro de Detalhamento da Despesa;

XVII- Funções e Sub funções de Governo;

Art. 17. - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, 24 de novembro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projeto Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Proj/Ativ)

Página: 1

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	LEGISLATIVA			561.000,00	561.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA			561.000,00	561.000,00
01.031.1101	Processo Legislativo			561.000,00	561.000,00
1000000	Recursos Ordinários			561.000,00	561.000,00
04	ADMINISTRACAO	15.000,00		1.665.400,00	1.680.400,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			1.665.400,00	1.665.400,00
04.122.1201	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR			417.800,00	417.800,00
1000000	Recursos Ordinários			417.800,00	417.800,00
04.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.247.600,00	1.247.600,00
1000000	Recursos Ordinários			1.242.500,00	1.242.500,00
1100000	Convênio de Trânsito - Militar			1.657,50	1.657,50
1110000	Convênio de Trânsito - Civil			1.657,50	1.657,50
1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura			1.785,00	1.785,00
04.123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	15.000,00			15.000,00
04.123.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	15.000,00			15.000,00
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00			15.000,00
06	SEGURANCA PUBLICA			3.000,00	3.000,00
06.182	DEFESA CIVIL			3.000,00	3.000,00
06.182.1801	ESTRADAS VICINAIS			3.000,00	3.000,00
1000000	Recursos Ordinários			3.000,00	3.000,00
08	ASSISTENCIA SOCIAL		511.000,00	768.250,00	1.279.250,00
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO			52.000,00	52.000,00
08.241.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL			52.000,00	52.000,00
1000000	Recursos Ordinários			52.000,00	52.000,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE			100.000,00	100.000,00
08.243.1603	INFÂNCIA E JUVENTUDE			100.000,00	100.000,00
1000000	Recursos Ordinários			100.000,00	100.000,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		511.000,00	616.250,00	1.127.250,00
08.244.1602	SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		511.000,00	616.250,00	1.127.250,00
1000000	Recursos Ordinários		3.000,00	404.000,00	407.000,00
1310000	Transf. Convênios-União/Assist. Social		360.000,00		360.000,00
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo			72.000,00	72.000,00
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc			96.000,00	96.000,00
1350300	Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF			8.250,00	8.250,00
1350400	Transf SUAS/União - IGD - SUAS			6.000,00	6.000,00
1350500	Transf. Sist. Único A. Social-SUAS- PAIF			30.000,00	30.000,00
1610000	Transf. Convênio - Estado/Assist. Social		148.000,00		148.000,00
10	SAUDE		310.000,00	2.426.335,00	2.736.335,00
10.301	ATENCAO BASICA		310.000,00	2.426.335,00	2.736.335,00
10.301.1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO		310.000,00	2.426.335,00	2.736.335,00
1000000	Recursos Ordinários			6.000,00	6.000,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde		10.000,00	1.728.335,00	1.738.335,00
1330100	Transf. Convênios-União/Saúde		150.000,00		150.000,00
1340100	Transf. Convênios-União/Outros não Rel			6.000,00	6.000,00
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo			65.000,00	65.000,00
1380200	Estratégia Saúde da Família - ESF			48.500,00	48.500,00
1380300	Progr Saúde Bucal			27.000,00	27.000,00
1380400	Progr Agentes Comunit de Saúde - PACS			73.500,00	73.500,00
1380500	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Fed			96.000,00	96.000,00
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ			165.000,00	165.000,00
1380700	Atenção Media Alta Complexid - MAC Feder			25.000,00	25.000,00
1380800	Vigil Epidemiológ e Ambiental em Saúde			16.500,00	16.500,00
1380900	Vigilancia Sanitaria			14.500,00	14.500,00
1381000	Farmácia Básica - Federal			24.000,00	24.000,00
1630100	Transf. Convênio - Estado/Saúde		150.000,00		150.000,00
1640100	Transf. Convênio - Estado/Outros			4.000,00	4.000,00
1670100	Transf SUS/Estado - Cofinanciamento			30.000,00	30.000,00
1670200	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est			24.000,00	24.000,00
1670300	Atenção Media Alta Complexid - MAC Estad			30.000,00	30.000,00
1670400	Farmácia Básica - Estadual			13.000,00	13.000,00
1880000	Alienação Bens Dest. Programas Saúde			30.000,00	30.000,00
12	EDUCACAO		412.000,00	2.342.211,40	2.754.211,40
12.306	ALIMENTACAO E NUTRICAO			127.000,00	127.000,00
12.306.1501	CRIANÇA NA ESCOLA			127.000,00	127.000,00
1000000	Recursos Ordinários			100.000,00	100.000,00
1370200	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Fundam			10.000,00	10.000,00
1370300	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Pré Esc			4.500,00	4.500,00
1370400	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche			12.500,00	12.500,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
 Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projeto Atividade
 Exercício: 2017
 Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Proj/Ativ)

Página: 2

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		412.000,00	1.968.211,40	2.380.211,40
12.361.1501	CRIANÇA NA ESCOLA		412.000,00	1.968.211,40	2.380.211,40
1010000	Receitas de Impostos - Educação		12.000,00	822.211,40	834.211,40
1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)			664.000,00	664.000,00
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)			261.000,00	261.000,00
1320100	Transf.Convênios-União/Educação		200.000,00		200.000,00
1360000	TSalário Educação			96.000,00	96.000,00
1370100	Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE			5.000,00	5.000,00
1370500	Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE			25.000,00	25.000,00
1620100	Transf.Convênio -Estado/Educação		200.000,00		200.000,00
1620200	Transf Conv Estado Educ Transp Escolar			95.000,00	95.000,00
12.365	EDUCACAO INFANTIL			232.000,00	232.000,00
12.365.1501	CRIANÇA NA ESCOLA			232.000,00	232.000,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação			142.000,00	142.000,00
1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)			50.000,00	50.000,00
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)			40.000,00	40.000,00
12.367	EDUCACAO ESPECIAL			15.000,00	15.000,00
12.367.1501	CRIANÇA NA ESCOLA			15.000,00	15.000,00
1000000	Recursos Ordinários			15.000,00	15.000,00
13	CULTURA		8.000,00	158.500,00	166.500,00
13.392	DIFUSAO CULTURAL		8.000,00	158.500,00	166.500,00
13.392.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA		8.000,00	158.500,00	166.500,00
1000000	Recursos Ordinários		8.000,00	98.500,00	106.500,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros			60.000,00	60.000,00
15	URBANISMO		471.000,00	72.500,00	543.500,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		471.000,00	72.500,00	543.500,00
15.451.1701	URBANIZAÇÃO DE VIAS E INFRA ESTRUTURA		471.000,00	72.500,00	543.500,00
1000000	Recursos Ordinários		121.000,00	10.000,00	131.000,00
1080000	Contrib Custeio Serv. Ilum. Públ. -COSIP			62.500,00	62.500,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		250.000,00		250.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		100.000,00		100.000,00
20	AGRICULTURA		305.000,00	606.000,00	911.000,00
20.606	EXTENSÃO RURAL		305.000,00	606.000,00	911.000,00
20.606.1401	ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL		305.000,00	606.000,00	911.000,00
1000000	Recursos Ordinários		5.000,00	606.000,00	611.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		150.000,00		150.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		100.000,00		100.000,00
1890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas		50.000,00		50.000,00
23	COMERCIO E SERVICOS		10.000,00	8.000,00	18.000,00
23.695	TURISMO		10.000,00	8.000,00	18.000,00
23.695.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA		10.000,00	8.000,00	18.000,00
1000000	Recursos Ordinários		10.000,00	8.000,00	18.000,00
24	COMUNICACOES			51.000,00	51.000,00
24.722	TELECOMUNICACOES			51.000,00	51.000,00
24.722.1303	COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS SINAIS DE TV			51.000,00	51.000,00
1000000	Recursos Ordinários			51.000,00	51.000,00
26	TRANSPORTE		605.000,00	1.425.556,60	2.030.556,60
26.782	TRANSPORTE RODOVIARIO		605.000,00	1.425.556,60	2.030.556,60
26.782.1801	ESTRADAS VICINAIS		605.000,00	1.425.556,60	2.030.556,60
1000000	Recursos Ordinários		55.000,00	1.240.556,60	1.295.556,60
1070000	Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE			15.000,00	15.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		250.000,00		250.000,00
1390100	Fundo Especial do Petróleo			70.000,00	70.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		250.000,00	100.000,00	350.000,00
1890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas		50.000,00		50.000,00
27	DESPORTO E LAZER		205.000,00	125.000,00	330.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITARIO		205.000,00	125.000,00	330.000,00
27.812.1502	ESPORTE E LAZER		205.000,00	125.000,00	330.000,00
1000000	Recursos Ordinários		5.000,00	125.000,00	130.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		100.000,00		100.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		100.000,00		100.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	385.000,00			385.000,00
28.122	ADMINISTRACAO GERAL	110.000,00			110.000,00
28.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	110.000,00			110.000,00
1000000	Recursos Ordinários	110.000,00			110.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	170.000,00			170.000,00
28.843.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	170.000,00			170.000,00
1000000	Recursos Ordinários	170.000,00			170.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projeto Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Proj/Ativ)

Página: 3

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
28.845	TRANSFERENCIAS	105.000,00			105.000,00
28.845.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	105.000,00			105.000,00
1000000	Recursos Ordinários	105.000,00			105.000,00
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00			15.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00			15.000,00
99.999.1099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00			15.000,00
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00			15.000,00
Total Geral		415.000,00	2.837.000,00	10.212.753,00	13.464.753,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Receitas/Despesas por Categoria Econômica
Exercício: 2017

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Consolidado

RECEITAS	R\$	DESPESAS	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	12.645.936,60	Despesas Correntes	10.258.628,00
Receitas Tributárias	336.018,60	Pessoal e Encargos	5.894.046,40
Receitas de Contribuições	60.500,00	Juros e Encargos da Dívida	2.000,00
Receitas Patrimoniais	36.600,00	Outras Despesas Correntes	4.362.581,60
Receitas Agropecuárias	0,00		
Receitas Industriais	0,00		
Receitas de Serviços	25.500,00		
Transferências Correntes	12.149.068,00		
Outras Receitas Correntes	38.250,00		
Receitas Correntes Intra-Orçam.	0,00		
Receitas Tributárias Intra-Orçam.	0,00		
Receitas de Contribuições Intra-Orçam.	0,00		
Receitas Patrimoniais Intra-Orçam.	0,00		
Receitas Agropecuárias Intra-Orçam.	0,00		
Receitas Industriais Intra-Orçam.	0,00		
Receitas de Serviços Intra-Orçam.	0,00		
Transferências Correntes Intra-Orçam.	0,00		
Outras Receitas Correntes Intra-Orçam.	0,00		
Dedução da Receita Corrente	(1.989.183,60)		
Total das Receitas Correntes	10.656.753,00	Total das Despesas Correntes	10.258.628,00
Déficit	0,00	Superávit	398.125,00
Soma	10.656.753,00	Soma	10.656.753,00
Superávit do Orçamento Corrente	398.125,00	Déficit do Orçamento Corrente	0,00
Receitas de Capital	2.777.400,00	Despesas de Capital	3.191.125,00
Operações de Crédito	0,00	Investimentos	3.023.125,00
Alienação de Bens	130.000,00	Inversões Financeiras	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	Amortização da Dívida	168.000,00
Transferências de Capital	2.647.400,00		
Outras Receitas Capital	0,00		
Total das Receitas de Capital	2.777.400,00	Total das Despesas de Capital	3.191.125,00
Déficit	0,00	-(Reserva Contingência	15.000,00
	443.725,00	Superávit	0,00
	0,00	+ Reserva do RPPS)	0,00
Déficit	428.725,00	Superávit	0,00
R E S U M O			
Receitas Correntes	10.656.753,00	Despesas Correntes	10.258.628,00
Receitas de Capital	2.777.400,00	Despesas de Capital	3.191.125,00
		Reserva de Contingência	15.000,00
		Reserva do RPPS	0,00
Subtotal	13.434.153,00	Subtotal	13.464.753,00
Transferências Financeiras Recebidas		Transferências Financeiras Concedidas	
Transferências Recebidas	30.600,00	Transferências Concedidas	0,00
TOTAL	13.464.753,00	TOTAL	13.464.753,00

Fonte:



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2017
Consolidado

Página: 1

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES			12.645.936,60
1100000000000000	RECEITA TRIBUTARIA		336.018,60	
1110000000000000	IMPOSTOS		274.992,00	
1112000000000000	IMPOSTO SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA		202.164,00	
1112020000000000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA		62.424,00	
1112020001000000	IMPOSTO S PROPRIEDADE PREDIAL E TERRIT. URBANA	62.424,00		
1000000	Recursos Ordinários	33.708,96		
1010000	Recultas de Impostos - Educação	18.102,96		
1020000	Recultas de Impostos - Saúde	10.612,08		
1112040000000000	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		104.040,00	
1112043100000000	RETIDO NAS FONTES - TRABALHO	104.040,00		
1112043101000000	IRRF S OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	56.181,60		
1000000	Recursos Ordinários	30.171,60		
1010000	Recultas de Impostos - Educação	17.686,80		
1020000	Recultas de Impostos - Saúde			
1112080000000000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS		35.700,00	
1112080001000000	IMPOSTO S TRANSMBENS IMOVEIS		19.278,00	
1000000	Recursos Ordinários	10.353,00		
1010000	Recultas de Impostos - Educação	6.069,00		
1020000	Recultas de Impostos - Saúde			
1113000000000000	IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO		72.828,00	
1113050000000000	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	39.327,12		
1113050100000000	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	21.120,12		
1000000	Recursos Ordinários	12.380,76		
1010000	Recultas de Impostos - Educação			
1020000	Recultas de Impostos - Saúde			
1120000000000000	TAXAS		61.026,60	
1120000000000000	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		16.320,00	
1121000000000000	TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDÚSTRIAS E PRESTADOR	11.220,00		
1121250000000000	Recursos Ordinários	11.220,00		
1000000	Recursos Ordinários	5.100,00		
1121990000000000	OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.100,00		
1000000	Recursos Ordinários		44.706,60	
1122000000000000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	7.140,00		
1122900000000000	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	7.140,00		
1000000	Recursos Ordinários	37.566,60		
1122990000000000	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	37.566,60		
1000000	Recursos Ordinários		80.500,00	
1200000000000000	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES			
1230000000000000	CONTRIB. P/ CUSTEIO SERV. ILUM. PÚBLICA	60.500,00		
1080000	Contrib Custeio Serv. Ilum. Públ.-COSIP	60.500,00		
1300000000000000	RECEITA PATRIMONIAL		36.600,00	
1320000000000000	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		36.600,00	
1325000000000000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS		36.600,00	
1325010000000000	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS		16.200,00	
1325010200000000	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	5.200,00		
1180000	Transf FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	5.100,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2017
Consolidado

Página: 2

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
1190000	Transf.FUNDEF(Fun.Fin. Desp. Ensino)	100.00		
13250103000000	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - SAUDE	8.000.00		
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	1.000.00		
1380200	Estratégia Saúde da Família - ESF	500.00		
1380400	Progr. Agentes Comunit. de Saúde - PACS	500.00		
1380600	Progr. Melh. Acesso Qual. Aten. Básic. - PIMAQ	5.000.00		
1380900	Vigilância Sanitária	1.000.00		
13250105000000	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - MDE	1.000.00	1.000.00	
13250105010000	REC. REM. DEP. BANC. MDE - SALARIO EDUCACAO	1.000.00		
1360000	TSalário Educação	2.000.00	2.000.00	
13250199000000	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - OUTROS	2.000.00		
13250199030000	REC. REM. DEP. BANC. REC. VINC. COSIP	2.000.00		
1080000	Contrib. Custeio Serv. Ilum. Publ. - COSIP	20.400.00	20.400.00	
13250200000000	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	20.400.00		
13250299000000	REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPOSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS - OUTROS	20.400.00		
1000000	Recursos Ordinários	25.500.00	25.500.00	
16000000000000	RECEITA DE SERVIÇOS	25.500.00		
16009900000000	OUTROS RECEITAS DE SERVIÇOS	25.500.00		
1000000	Recursos Ordinários			
17000000000000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		12.149.068.00	
17200000000000	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		12.143.968.00	
17210000000000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		7.759.150.00	
17210100000000	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO		6.767.700.00	
17210102000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS		6.762.600.00	
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM			
1000000	Recursos Ordinários	6.762.600.00		
1010000	Recargas de Impostos - Educação	3.651.804.00		
1020000	Recargas de Impostos - Saúde	1.961.154.00		
17210105000000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	1.149.642.00		
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR		5.100.00	
1000000	Recursos Ordinários	5.100.00		
1010000	Recargas de Impostos - Educação	2.754.00		
1020000	Recargas de Impostos - Saúde	1.479.00		
17212200000000	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	867.00		
17212270000000	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	70.000.00	70.000.00	
1390100	Fundo Especial do Petróleo	70.000.00		
17213300000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO		547.000.00	
17213300010000	TRANSFERÊNCIA VIGILANCIA SANITARIA - FMS			
1380900	Vigilância Sanitária	13.500.00		
17213300020000	TRANSFERENCIA PSF ODONTOLOGICO	13.500.00		
1380300	Progr. Saúde Bucal	27.000.00		
17213300040000	TRANSFERENCIA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA - FMS	27.000.00		
1380800	Vigil. Epidemiológ. e Ambiental em Saúde	16.500.00		
17213300050000	TRANSFERENCIA PSF	16.500.00		
1380200	Estratégia Saúde da Família - ESF	48.000.00		
17213300060000	TRANSFERENCIA PACS	48.000.00		
		73.000.00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2017
Consolidado

Página: 3

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
1380400	Progr Agentes Comunit de Saúde - PACS	73.000,00		
17213300090000	TRANSFERENCIA FARMACIA BASICA - FMS	24.000,00		
1381000	Farmácia Básica - Federal	24.000,00		
17213300130000	TRANSFERENCIA PAB FIXO	64.000,00		
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	64.000,00		
17213300140000	TRANSFERENCIA PMAQ	160.000,00		
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	160.000,00		
17213300150000	TRANSFERENCIA SUS NASF FEDERAL	96.000,00		
1380500	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Fed	96.000,00		
17213300160000	TRANSFERENCIA SUS MAC FEDERAL	25.000,00		
1380700	Atenção Média Alta Complexid - MAC Feder	25.000,00		
17213400000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	212.250,00		
17213400010000	TRANSFERENCIA PISO BASICO FIXO			
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	72.000,00		
17213400020000	TRANSFERENCIA SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA EFORTALECIMENTO DE VINCULOS	72.000,00		
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	96.000,00		
17213400030000	TRANSFERENCIAS IGD SUAS	96.000,00		
1350400	Transf SUAS/União - IGD - SUAS	6.000,00		
17213400040000	TRANSFERENCIA UNIAO - IGD BF	6.000,00		
1350300	Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF	8.250,00		
17213400060000	TRANSFERENCIAS SUAS - PAIF	8.250,00		
1350500	Transf Sist Único A Social-SUAS- PAIF	30.000,00		
17213500000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	152.000,00		
17213501000000	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	30.000,00		
1360000	Salário Educação	95.000,00		
17213502000000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	95.000,00		
1370100	Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE	5.000,00		
17213503000000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR -	27.000,00		
17213503010000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR -			
1370300	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Pré Esc	4.500,00		
17213503030000	TRANSF DIRETAS DO FNDE REF.PNAE CRECHE	4.500,00		
1370400	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche	12.500,00		
17213503040000	TRANSF DIRETAS DO FNDE REF.PNAE FUNDAMEN	12.500,00		
1370200	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Fundam	10.000,00		
17213504000000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGR. NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO	10.000,00		
1370500	Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE	25.000,00		
17213600000000	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	10.200,00		
17213600010000	TRANSF. FINANC. ICMS - DESONERACAO - L.C.N 87 96	10.200,00		
17213600010100	TRANSF. FINANC. L.C.N 87 96			
1000000	Recursos Ordinários	10.200,00		
1010000	Receitas de Impostos - Educação	5.508,00		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	2.958,00		
17220000000000	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	1.734,00		
17220100000000	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS			
17220100000000	COTA-PARTE DO ICMS	3.375.018,00		
17220101000000	COTA-PARTE DO ICMS	3.163.018,00		
17220101000000	COTA-PARTE DO ICMS	2.913.120,00		
17220101000000	COTA-PARTE DO ICMS	2.913.120,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2017
Consolidado

Página: 4

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
1000000	Recursos Ordinários	1.573.084,80		
1010000	Receitas de Impostos - Educação	844.804,80		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	495.230,40		
17220102000000	COTA-PARTE DO IPVA		208.080,00	
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA			
1000000	Recursos Ordinários	208.080,00		
1010000	Receitas de Impostos - Educação	112.363,20		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	60.343,20		
17220104000000	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	35.373,60		
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI		46.818,00	
1000000	Recursos Ordinários	46.818,00		
1010000	Receitas de Impostos - Educação	25.281,72		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	13.577,22		
17220113000000	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	7.959,06		
1070000	Contrib. Interv. Domínio Econ. - CIDE	15.000,00		
17223300000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE - REPASSE FUNDO A FUNDO	15.000,00	97.000,00	
17223300010000	TRANSF. FARMÁCIA BÁSICA ESTADO			
1670400	Farmácia Básica - Estadual	13.000,00		
17223300090000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS ESTADO PARA A SAÚDE	13.000,00		
1722330090300	TRANSF. COFINCIAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	30.000,00		
1670100	Transf. SUS/Estado - Cofinanciamento	30.000,00		
1722330090400	TRANSFERÊNCIAS - NASF	30.000,00		
1670200	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est	24.000,00		
1722330090500	TRANSFERÊNCIAS BP - MAC	30.000,00		
1670300	Atenção Média Alta Complexid. - MAC Estad	30.000,00		
17229900000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	95.000,00	95.000,00	
17229900010000	TRANSFERÊNCIA TRANSPORTE ESCOLAR	95.000,00		
1620200	Transf. Conv. Estado Educ. Transp. Escolar			
17240000000000	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS			
17240100000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB			
17240100010000	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB		1.009.800,00	
1180000	Transf. FUNDEB/FUNDEF (Remu. Magistério)	1.009.800,00		
1190000	Transf. FUNDEB/FUNDEF (Out. Desp. Ensino)	708.900,00	1.009.800,00	
17600000000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	300.900,00		
17620000000000	TRANSF. DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDADES		5.100,00	
17629000000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIO DOS ESTADOS		5.100,00	
17629900000000	TRANSFERÊNCIA SSP - MILITAR E CIVIL PREF			
1100000	Convênio de Transito - Militar	5.100,00		
1110000	Convênio de Transito - Civil	1.657,50		
1120000	Convênio de Transito Prefeitura	1.657,50		
19000000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.785,00		
19100000000000	MULTAS E JUROS DE MORA		38.250,00	
19100000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS		3.570,00	
19100000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU		1.530,00	
19138000000000	MULTAS JUROS DE MORA S O IPTU		510,00	
19138000100000	Recursos Ordinários	510,00		
1000000		275,40		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2017
Consolidado

Página: 5

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
1010000	Receitas de Impostos - Educação	147,90		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	86,70		
19114000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS		510,00	
19114000010000	MULTAS JUROS DE MORA S O ISS	510,00		
1000000	Recursos Ordinários	275,40		
1010000	Receitas de Impostos - Educação	147,90		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	86,70		
19119900000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS		510,00	
19119901000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	510,00		
1000000	Recursos Ordinários	510,00		
19130000000000	MUL. E JUR. MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS		2.040,00	
19131100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL		1.020,00	
19131100010000	MULTAS JUROS DE MORA DIV. ATIV. S IPTU	1.020,00		
1000000	Recursos Ordinários	550,80		
1010000	Receitas de Impostos - Educação	295,80		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	173,40		
19139900000000	MULTAS JUR. MORA DIV. ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS		1.020,00	
19139900010000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE TAXAS EM GERAL PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	1.020,00		
1000000	Recursos Ordinários	1.020,00		
19200000000000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		510,00	
19220000000000	RESTITUIÇÕES		510,00	
19229900000000	OUTRAS RESTITUIÇÕES		510,00	
19229900000002	Recursos Ordinários	510,00		
1000000	Recursos Ordinários	510,00		
19300000000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		7.650,00	
19310000000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		7.650,00	
19311100000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU		1.530,00	
19311100010000	REC. DIV. ATIV. DO IPTU	1.530,00		
1000000	Recursos Ordinários	826,20		
1010000	Receitas de Impostos - Educação	443,70		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	260,10		
19311300000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS		1.020,00	
19311300010000	REC. DIV. ATIV. DO ISS	1.020,00		
1000000	Recursos Ordinários	550,80		
1010000	Receitas de Impostos - Educação	295,80		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	173,40		
19319900000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS		5.100,00	
19319901000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	5.100,00		
1000000	Recursos Ordinários	26.520,00		
19900000000000	RECEITAS CORRENTES DIVERSAS		26.520,00	
19909900000000	OUTRAS RECEITAS			
19909901000000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS	26.520,00		
1000000	Recursos Ordinários	26.520,00		
20000000000000	RECEITAS DE CAPITAL		130.000,00	
22000000000000	ALIENACAO DE BENS		130.000,00	
22100000000000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS			
				2.777.400,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2017
Consolidado

Página: 6

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
2271500000000000	ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS	100.000,00		
1890000	Alienação Bens Dest Outros Programas	100.000,00		
2217000000000000	ALIENAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	30.000,00		
1880000	Alienação Bens Dest. Programas Saúde	30.000,00		
2400000000000000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		2.647.400,00	
2470000000000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS		2.647.400,00	
2471000000000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES		1.466.000,00	
2471010000000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONV. DA UNIAO SUS			
1330100	Transf. Convênios-União/Saúde	150.000,00		
2471020000000000	TRANS.CONVENIOS UNIAO DEST.PROG.EDUCAO	150.000,00		
1320100	Transf. Convênios-União/Educação	200.000,00		
2471990000000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIAO	200.000,00		
1310000	Transf. Convênios-União/Assist. Social	1.116.000,00		
1340100	Transf. Convênios-União/Outros não Rel	360.000,00		
2472000000000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	756.000,00		
2472010000000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONV. DO ESTADO SUS	150.000,00	1.181.400,00	
1630100	Transf. Convênio - Estado/Saúde	150.000,00		
2472020000000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS DO ESTADO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	200.000,00		
1620100	Transf. Convênio - Estado/Educação	200.000,00		
2472030000000000	TRANS.CONV. ESTADO DEST. PROG.SANEAMENTO	200.000,00		
1640100	Transf. Convênio - Estado/Outros	4.000,00		
2472050000000000	TRANS.CONV. ESTADO DEST.PROG.INFRA E TRAN	4.000,00		
1640100	Transf. Convênio - Estado/Outros	679.400,00		
2472990000000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS DO ESTADO	679.400,00		
1610000	DEMAIS CONVENIO COM OS ESTADOS	148.000,00	148.000,00	
1000000000000000	Transf. Convênio - Estado/Assist.Social	148.000,00		
1700000000000000	(R)DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE			(1.989.183,60)
1720000000000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES		(1.989.183,60)	
1721000000000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERENCIA INTERGOVERNAMENTAL		(1.989.183,60)	
1721010000000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERENCIA DA UNIAO		(1.355.580,00)	
1721010200000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO		(1.353.540,00)	
1721010201000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICI		(1.352.520,00)	
1721010201000000	(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DO FPM	(1.352.520,00)		
1010000	Receitas de Impostos - Educação	(1.352.520,00)		
1721010500000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERR		(1.020,00)	
1721010501000000	(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE ITR	(1.020,00)		
1010000	Receitas de Impostos - Educação	(1.020,00)		
1721360000000000	(R)DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMACAO DO FUNDEB - ICMS DESONERAÇÃO ? LEI COMPLEMENTAR 87/9		(2.040,00)	
1721360001000000	(R) DEDUCAO DA RECEITA LC 87/96	(2.040,00)		
1721360001010000	(R) DEDUCAO DA RECEITA LC 87/96	(2.040,00)		
1010000	Receitas de Impostos - Educação	(2.040,00)		
1722000000000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERENCIA DO ESTADO		(633.603,60)	
1722010000000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE PARTICIPACAO NA RECEITA DO ESTAD		(633.603,60)	
1722010100000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DO ICMS		(582.624,00)	
1722010101000000	(R) DEDUÇÃO DA RECEITA ICMS	(582.624,00)		
1010000	Receitas de Impostos - Educação	(582.624,00)		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2017
Consolidado

Página: 7

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
17220102000000	(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DA COTA-PARTE DO IPVA		(41.616,00)	
17220102010000	(R) DEDUÇÃO RECEITA COTA-PARTE DO IPVA	(41.616,00)	(41.616,00)	
1010000	Receitas de Impostos - Educação			
17220104000000	(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DO IPI/EXPORTAÇÃO	(9.363,60)	(9.363,60)	
17220104010000	(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE IPI EXPORTAÇÃO	(9.363,60)	(9.363,60)	
1010000	Receitas de Impostos - Educação			
Total				13.434.153,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas

Exercício: 2017
Consolidado

Página: 1

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS CORRENTES			
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
01.001 - CAMARA DE VEREADORES	450.000,00	0,00	101.000,00	551.000,00
02.001 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL	400.000,00	0,00	17.700,00	417.700,00
03.001 - DEPTO DE ADMINISTRACAO	770.500,00	2.000,00	740.825,00	1.513.325,00
04.001 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	56.000,00	0,00	3.000,00	59.000,00
05.001 - DEPTO DE EDUCACAO	1.518.211,40	0,00	810.500,00	2.328.711,40
06.001 - DEPTO DE CULTURA	55.000,00	0,00	100.000,00	155.000,00
07.001 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO	60.000,00	0,00	66.000,00	126.000,00
08.001 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANO	751.000,00	0,00	731.056,60	1.482.056,60
09.001 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESCENTE	25.000,00	0,00	72.000,00	97.000,00
10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.168.335,00	0,00	1.166.500,00	2.334.835,00
11.001 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO	300.000,00	0,00	301.000,00	601.000,00
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	340.000,00	0,00	253.000,00	593.000,00
99.099 - RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
Total.....:	5.894.046,40	2.000,00	4.377.581,60	10.273.628,00

PRESIDENTE NEREU, 30 de Dezembro de 1999.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas

Exercício: 2017
Consolidado

Página: 2

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS DE CAPITAL			
	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
01.001 - CAMARA DE VEREADORES	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
02.001 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL	100,00	0,00	0,00	100,00
03.001 - DEPTO DE ADMINISTRACAO	9.275,00	0,00	168.000,00	177.275,00
04.001 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
05.001 - DEPTO DE EDUCACAO	425.500,00	0,00	0,00	425.500,00
06.001 - DEPTO DE CULTURA	11.500,00	0,00	0,00	11.500,00
07.001 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO	222.000,00	0,00	0,00	222.000,00
08.001 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANO	1.095.000,00	0,00	0,00	1.095.000,00
09.001 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESCENTE	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	401.500,00	0,00	0,00	401.500,00
11.001 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO	310.000,00	0,00	0,00	310.000,00
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	534.250,00	0,00	0,00	534.250,00
99.099 - RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Total.....	3.023.125,00	0,00	168.000,00	3.191.125,00

PRESIDENTE NEREU, 30 de Dezembro de 1999.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas

Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página: 3

TOTAL GERAL	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	TOTAL GERAL
01.001 - CAMARA DE VEREADORES	561.000,00
02.001 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL	417.800,00
03.001 - DEPTO DE ADMINISTRACAO	1.690.600,00
04.001 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	60.000,00
05.001 - DEPTO DE EDUCACAO	2.754.211,40
06.001 - DEPTO DE CULTURA	166.500,00
07.001 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO	348.000,00
08.001 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANO	2.577.056,60
09.001 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESCENTE	100.000,00
10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.736.335,00
11.001 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO	911.000,00
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.127.250,00
99.099 - RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00
Total.....:	13.464.753,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Consolidação Geral da Despesa

Exercício: 2017

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			10.258.628,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			5.894.046,40
31710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		5.500,00	
1000000	Recursos Ordinários	500,00		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	5.000,00		
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		5.888.546,40	
1000000	Recursos Ordinários	3.107.000,00		
1010000	Receitas de Impostos - Educação	519.211,40		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	898.335,00		
1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	714.000,00		
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	285.000,00		
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	50.000,00		
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	50.000,00		
1380200	Estratégia Saúde da Família - ESF	48.500,00		
1380300	Progr Saúde Bucal	7.000,00		
1380400	Progr Agentes Comunit de Saúde - PACS	73.500,00		
1380500	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Fed	96.000,00		
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	20.000,00		
1670200	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est	20.000,00		
32000000000000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			2.000,00
32900000000000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	2.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			4.362.581,60
33200000000000	TRANSFERENCIAS A UNIAO		105.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	105.000,00		
33300000000000	TRANSF. A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL		100,00	
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	100,00		
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		126.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	126.000,00		
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		5.500,00	
1000000	Recursos Ordinários	500,00		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	5.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		3.908.681,60	
1000000	Recursos Ordinários	1.863.756,60		
1010000	Receitas de Impostos - Educação	445.000,00		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	650.000,00		
1070000	Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE	15.000,00		
1080000	Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP	50.000,00		
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	1.157,50		
1110000	Convênio de Trânsito - Civil	1.532,50		
1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura	1.235,00		
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	16.000,00		
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	5.000,00		
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	20.000,00		
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	40.000,00		
1350300	Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF	6.000,00		
1350400	Transf SUAS/União - IGD - SUAS	5.000,00		
1350500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS- PAIF	30.000,00		
1360000	TSalário Educação	90.000,00		
1370100	Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2.500,00		
1370200	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Fundam	10.000,00		
1370300	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Pré Esc	4.500,00		
1370400	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche	12.500,00		
1370500	Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE	20.000,00		
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	60.000,00		
1380300	Progr Saúde Bucal	20.000,00		
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	120.000,00		
1380700	Atenção Média Alta Complexid - MAC Feder	15.000,00		
1380800	Vigil Epidemiológ e Ambiental em Saúde	16.500,00		
1380900	Vigilância Sanitária	10.000,00		
1381000	Farmácia Básica - Federal	4.000,00		
1390100	Fundo Especial do Petróleo	60.000,00		
1620200	Transf Conv Estado Educ Transp Escolar	95.000,00		
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	163.000,00		
1670100	Transf SUS/Estado - Cofinanciamento	30.000,00		
1670200	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est	4.000,00		
1670300	Atenção Média Alta Complexid - MAC Estad	15.000,00		
1670400	Farmácia Básica - Estadual	7.000,00		
33930000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		217.300,00	
1000000	Recursos Ordinários	16.300,00		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	150.000,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Consolidação Geral da Despesa

Exercício: 2017

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
1380700	Atenção Média Alta Complexid - MAC Feder	10.000,00		
1381000	Farmácia Básica - Federal	20.000,00		
1670300	Atenção Média Alta Complexid - MAC Estad	15.000,00		
1670400	Farmácia Básica - Estadual	6.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			3.191.125,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			3.023.125,00
44300000000000	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E DISTRITO FED.		100,00	
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	100,00		
44710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		5.500,00	
1000000	Recursos Ordinários	500,00		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	5.000,00		
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		3.017.525,00	
1000000	Recursos Ordinários	257.800,00		
1010000	Receitas de Impostos - Educação	12.000,00		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	25.000,00		
1080000	Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP	12.500,00		
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	300,00		
1110000	Convênio de Trânsito - Civil	125,00		
1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura	550,00		
1310000	Transf.Convênios-União/Assist.Social	360.000,00		
1320100	Transf.Convênios-União/Educação	200.000,00		
1330100	Transf.Convênios-União/Saúde	150.000,00		
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	751.000,00		
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	2.000,00		
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	6.000,00		
1350300	Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF	2.250,00		
1350400	Transf SUAS/União - IGD - SUAS	1.000,00		
1360000	TSalário Educação	6.000,00		
1370100	Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2.500,00		
1370500	Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE	5.000,00		
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	5.000,00		
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	25.000,00		
1380900	Vigilância Sanitária	4.500,00		
1390100	Fundo Especial do Petróleo	10.000,00		
1610000	Transf.Convênio -Estado/Assist.Social	148.000,00		
1620100	Transf.Convênio -Estado/Educação	200.000,00		
1630100	Transf.Convênio -Estado/Saúde	150.000,00		
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	551.000,00		
1880000	Alienação Bens Dest. Programas Saúde	30.000,00		
1890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas	100.000,00		
46000000000000	AMORTIZACAO DA DIVIDA			168.000,00
46900000000000	APLICACOES DIRETAS		168.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	168.000,00		
90000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			15.000,00
99000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			15.000,00
99900000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA		15.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00		
Total.....				13.464.753,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2017
Consolidado

Página: 1

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 01 CAMARA DE VEREADORES
Unidade Orçamentária: 001 CAMARA DE VEREADORES

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			551.000,00
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			450.000,00
3190000000000000	APLICACOES DIRETAS			
1000000	Recursos Ordinários			
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			101.000,00
3350000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR			
1000000	Recursos Ordinários			
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS			
1000000	Recursos Ordinários			
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
4400000000000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
4490000000000000	APLICACOES DIRETAS			
1000000	Recursos Ordinários			
Total.....		10.000,00	10.000,00	561.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2017
Consolidado

Página: 2

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....	02	DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
Unidade Orçamentária: 001	DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL					
Código						
3000000000000000		DESPESAS CORRENTES				417.700,00
3100000000000000		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				400.000,00
3190000000000000		APLICACOES DIRETAS				
1000000		Recursos Ordinários		400.000,00	400.000,00	
3300000000000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				17.700,00
3390000000000000		APLICACOES DIRETAS				
1000000		Recursos Ordinários		17.700,00	17.700,00	
4000000000000000		DESPESAS DE CAPITAL				100,00
4400000000000000		INVESTIMENTOS				100,00
4490000000000000		APLICACOES DIRETAS				
1000000		Recursos Ordinários		100,00	100,00	
Total.....						417.800,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento





MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2017
Consolidado

Página: 3

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 03 DEPTO DE ADMINISTRACAO	Unidade Orçamentária: 001 DEPTO DE ADMINISTRACAO	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3000000000000000		DESPESAS CORRENTES			1.513.325,00
3100000000000000		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			770.500,00
3171000000000000		TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS			
1000000		Recursos Ordinários	500,00	500,00	
3190000000000000		APLICACOES DIRETAS			
1000000		Recursos Ordinários			
3200000000000000		JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	770.000,00	770.000,00	
3290000000000000		APLICACOES DIRETAS			
1000000		Recursos Ordinários	2.000,00	2.000,00	2.000,00
3300000000000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
3320000000000000		TRANSFERENCIAS A UNIAO			
1000000		Recursos Ordinários	105.000,00	105.000,00	740.825,00
3330000000000000		TRANSF. A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL			
1100000		Convênio de Trânsito - Militar	100,00	100,00	
3350000000000000		TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINIS LUCR			
1000000		Recursos Ordinários	100.000,00	100.000,00	
3371000000000000		TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS			
1000000		Recursos Ordinários	500,00	500,00	
3390000000000000		APLICACOES DIRETAS			
1000000		Recursos Ordinários	515.000,00	515.000,00	
1100000		Convênio de Trânsito - Militar	1.157,50		
1110000		Convênio de Trânsito - Civil	1.532,50		
1120000		Convênio de Trânsito Prefeitura	1.235,00		
3393000000000000		TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS			
1000000		Recursos Ordinários	16.300,00	16.300,00	
4000000000000000		DESPESAS DE CAPITAL			
4400000000000000		INVESTIMENTOS			
4430000000000000		TRANSFERENCIAS A ESTADOS E DISTRITO FED.			
1100000		Convênio de Trânsito - Militar	100,00	100,00	177.275,00
4471000000000000		TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS			
1000000		Recursos Ordinários	500,00	500,00	9.275,00
4490000000000000		APLICACOES DIRETAS			
1000000		Recursos Ordinários	7.700,00		
1100000		Convênio de Trânsito - Militar	300,00		
1110000		Convênio de Trânsito - Civil	125,00		
1120000		Convênio de Trânsito Prefeitura	550,00		
4600000000000000		AMORTIZACAO DA DIVIDA			
4690000000000000		APLICACOES DIRETAS			
1000000		Recursos Ordinários	168.000,00	168.000,00	168.000,00
Total.....			168.000,00		1.690.600,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão: 04 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
Unidade Orçamentária: 001 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

Página: 4

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			59.000,00
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			56.000,00
3190000000000000	APLICACOES DIRETAS			
1000000	Recursos Ordinários	56.000,00	56.000,00	
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			3.000,00
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS			
1000000	Recursos Ordinários	3.000,00	3.000,00	
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
4400000000000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
4490000000000000	APLICACOES DIRETAS			
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	
Total.....	60.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2017
Consolidado

Página: 5

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 05 DEPTO DE EDUCACAO	Unidade Orçamentária: 001 DEPTO DE EDUCACAO	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3000000000000000		DESPESAS CORRENTES			2.328.711,40
3100000000000000		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.518.211,40
3190000000000000		APLICACOES DIRETAS			
1010000		Receitas de Impostos - Educação	519.211,40	1.518.211,40	
1180000		Transf.FUNDEF/FUNDEF(Remu.Magistério)	714.000,00		
1190000		Transf.FUNDEF/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	285.000,00		
3300000000000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES			810.500,00
3350000000000000		TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR			
1000000		Recursos Ordinários	14.000,00	14.000,00	
3390000000000000		APLICACOES DIRETAS			
1000000		Recursos Ordinários	101.000,00	796.500,00	
1010000		Receitas de Impostos - Educação	445.000,00		
1190000		Transf.FUNDEF/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	16.000,00		
1360000		TSalário Educação	90.000,00		
1370100		Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2.500,00		
1370200		Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Fundam	10.000,00		
1370300		Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Pré Esc	4.500,00		
1370400		Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche	12.500,00		
1370500		Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE	20.000,00		
1620200		Transf Conv Estado Educ Transp Escolar	95.000,00		
4000000000000000		DESPESAS DE CAPITAL			425.500,00
4400000000000000		INVESTIMENTOS			425.500,00
4490000000000000		APLICACOES DIRETAS			
1010000		Receitas de Impostos - Educação	12.000,00	425.500,00	
1320100		Transf.Convênios-União/Educação	200.000,00		
1360000		TSalário Educação	6.000,00		
1370100		Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2.500,00		
1370500		Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE	5.000,00		
1620100		Transf.Convênio-Estado/Educação	200.000,00		
Total.....:					2.754.211,40

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2017
Consolidado

Página: 6

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 06 DEPTO DE CULTURA		Especificação		Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
Unidade Orçamentária: 001 DEPTO DE CULTURA						
Código						
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES					
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
3190000000000000	APLICACOES DIRETAS					
1000000	Recursos Ordinários					
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS					
1000000	Recursos Ordinários					
1640100	Transf Convênio -Estado/Outros					
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL					
4400000000000000	INVESTIMENTOS					
4490000000000000	APLICACOES DIRETAS					
1000000	Recursos Ordinários					
Total.....						166.500,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2017
Consolidado

Página: 7

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....	07	DEPTO DE ESPORTES E TURISMO					
Unidade Orçamentária:	001	DEPTO DE ESPORTES E TURISMO					
Código	Especificação		Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica		
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES				126.000,00		
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				60.000,00		
3190000000000000	APLICACOES DIRETAS						
1000000	Recursos Ordinários		60.000,00				
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
3350000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR						
1000000	Recursos Ordinários		1.000,00	1.000,00			
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS						
1000000	Recursos Ordinários		65.000,00	65.000,00			
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL						
4400000000000000	INVESTIMENTOS						
4490000000000000	APLICACOES DIRETAS						
1000000	Recursos Ordinários		22.000,00	222.000,00			
1340100	Transf Convênios-União/Outros não Rei		100.000,00				
1640100	Transf Convênio - Estado/Outros		100.000,00				
Total.....						348.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2017
Consolidado

Página: 8


ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....	08	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS				
Unidade Orçamentária:	001	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS				
	Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica	
	3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.482.056,60	
	3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			751.000,00	
	3190000000000000	APLICACOES DIRETAS				
	1000000	Recursos Ordinários	751.000,00			
	3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			731.056,60	
	3390000000000000	APLICACOES DIRETAS				
	1000000	Recursos Ordinários	506.056,60	731.056,60		
	1070000	Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE	15.000,00			
	1080000	Contrib Custeio Serv. Ilum. Públ. -COSIP	50.000,00			
	1390100	Fundo Especial do Petróleo	60.000,00			
	1640100	Transf Convênio -Estado/Outros	100.000,00			
	4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.095.000,00	
	4400000000000000	INVESTIMENTOS			1.095.000,00	
	4490000000000000	APLICACOES DIRETAS		1.095.000,00		
	1000000	Recursos Ordinários	172.500,00			
	1080000	Contrib Custeio Serv. Ilum. Públ. -COSIP	12.500,00			
	1340100	Transf. Convênios-União/Outros não Rel	500.000,00			
	1390100	Fundo Especial do Petróleo	10.000,00			
	1640100	Transf. Convênio -Estado/Outros	350.000,00			
	1890000	Alienação Bens Destin. Outros Programas	50.000,00			
Total.....					2.577.056,60	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

<div><div><div>MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU</div><div>Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade</div><div>Exercício: 2017</div><div>Consolidado</div></div><div>ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa</div><div>Órgão: 09 FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE</div><div>Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE</div></div>					Página: 9	
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica		
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			97.000,00		
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			25.000,00		
3190000000000000	APLICACOES DIRETAS					
1000000	Recursos Ordinários	25.000,00	25.000,00			
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			72.000,00		
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS					
1000000	Recursos Ordinários	72.000,00	72.000,00			
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			3.000,00		
4400000000000000	INVESTIMENTOS			3.000,00		
4490000000000000	APLICACOES DIRETAS					
1000000	Recursos Ordinários	3.000,00	3.000,00			
Total.....				100.000,00		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2017
Consolidado

Página: 10

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 10 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3000000000000000		DESPESAS CORRENTES			2.334.835,00
3100000000000000		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.168.335,00
3171000000000000		TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS			
1020000		Recalças de Impostos - Saúde			
3190000000000000		APLICACOES DIRETAS			
1020000		Recalças de Impostos - Saúde	5.000,00	5.000,00	
1380200		Estratégia Saúde da Família - ESF	898.335,00		
1380300		Progr Saúde Bucal	48.500,00		
1380400		Progr Agentes Comunit de Saúde - PACS	7.000,00		
1380500		Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Fed	73.500,00		
1380600		Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PIMAQ	96.000,00		
1670200		Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est	20.000,00		
3300000000000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
3371000000000000		TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS			
1020000		Recalças de Impostos - Saúde			
3390000000000000		APLICACOES DIRETAS			
1000000		Recursos Ordinários	5.000,00	5.000,00	
1020000		Recalças de Impostos - Saúde	1.000,00		
1340100		Transf Convênios-União/Outros não Rel	650.000,00		
1380100		Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	5.000,00		
1380300		Progr Saúde Bucal	60.000,00		
1380600		Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PIMAQ	20.000,00		
1380700		Atenção Média Alta Complexid - MAC Feder	120.000,00		
1380800		Vigil Epidemiológ e Ambiental em Saúde	15.000,00		
1380900		Vigilância Sanitária	16.500,00		
1381000		Farmácia Básica - Federal	10.000,00		
1640100		Transf Convênio - Estado/Outros	4.000,00		
1670100		Transf SUS/Estado - Cofinanciamento	3.000,00		
1670200		Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est	30.000,00		
1670300		Atenção Média Alta Complexid - MAC Estad	4.000,00		
1670400		Farmácia Básica - Estadual	15.000,00		
3393000000000000		TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS			
1020000		Recalças de Impostos - Saúde	7.000,00	201.000,00	
1380700		Atenção Média Alta Complexid - MAC Feder	150.000,00		
1381000		Farmácia Básica - Federal	10.000,00		
1670300		Atenção Média Alta Complexid - MAC Estad	20.000,00		
1670400		Farmácia Básica - Estadual	15.000,00		
4000000000000000		DESPESAS DE CAPITAL			
4400000000000000		INVESTIMENTOS			
4471000000000000		TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS			
1020000		Recalças de Impostos - Saúde			
4490000000000000		APLICACOES DIRETAS			
1000000		Recursos Ordinários	5.000,00	5.000,00	
			5.000,00	396.500,00	
					401.500,00
					401.500,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2017
Consolidado

Página: 11

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 10 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		Especificação		Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
Código						
1020000	Receitas de impostos - Saúde			25.000,00		
1330100	Transf. Convênios-União/Saúde			150.000,00		
1340100	Transf. Convênios-União/Outros não Rel			1.000,00		
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo			5.000,00		
1380600	Progr. Melh. Acesso Qual Aten. Básic. - PMAQ			25.000,00		
1380900	Vigilância Sanitária			4.500,00		
1630100	Transf. Convênio -Estado/Saúde			150.000,00		
1640100	Transf. Convênio -Estado/Outros			1.000,00		
1880000	Alienação Bens Dest. Programas Saúde			30.000,00		
Total.....:						2.736.335,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 12

Órgão.....	Unidade Orçamentária:	Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
11 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO	001 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO					
		3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			601.000,00
		3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			300.000,00
		3190000000000000	APLICACOES DIRETAS			
		1000000	Recursos Ordinários		300.000,00	
		3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			301.000,00
		3350000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR			
		1000000	Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	
		3390000000000000	APLICACOES DIRETAS			
		1000000	Recursos Ordinários	300.000,00	300.000,00	
		4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			310.000,00
		4400000000000000	INVESTIMENTOS			310.000,00
		4490000000000000	APLICACOES DIRETAS			
		1000000	Recursos Ordinários			
		1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rei	10.000,00		
		1640100	Transf.Convênio - Estado/Outros	150.000,00		
		1890000	Alienação Bens Dest. Outros Programas	100.000,00		
				50.000,00		
Total.....						911.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2017
Consolidado

Página: 13

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....	Unidade Orçamentária:	12 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3000000000000000		DESPESAS CORRENTES					593.000,00
3100000000000000		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					340.000,00
3190000000000000		APLICACOES DIRETAS					
1000000		Recursos Ordinários			240.000,00		
1350100		Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo			50.000,00		
1350200		Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc			50.000,00		
3300000000000000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES					253.000,00
3390000000000000		APLICACOES DIRETAS					
1000000		Recursos Ordinários			152.000,00		
1350100		Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo			20.000,00		
1350200		Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc			40.000,00		
1350300		Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF			6.000,00		
1350400		Transf SUAS/União - IGD - SUAS			5.000,00		
1350500		Transf Sist Único A.Social-SUAS- PAIF			30.000,00		
4000000000000000		DESPESAS DE CAPITAL					534.250,00
4400000000000000		INVESTIMENTOS					534.250,00
4490000000000000		APLICACOES DIRETAS					
1000000		Recursos Ordinários			15.000,00		
1310000		Transf Convênios-União/Assist Social			360.000,00		
1350100		Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo			2.000,00		
1350200		Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc			6.000,00		
1350300		Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF			2.250,00		
1350400		Transf SUAS/União - IGD - SUAS			1.000,00		
1610000		Transf Convênio -Estado/Assist Social			148.000,00		
Total.....							1.127.250,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 14

Órgão.....	99	RESERVA DE CONTINGENCIA	Elemento	Desdobramento	Categoria Econômica
Unidade Orçamentária: 099	RESERVA DE CONTINGENCIA				
Código	9000000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			15.000,00
	9900000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			15.000,00
	9990000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			
	1000000	Recursos Ordinários		15.000,00	
Total.....					15.000,00
Total Geral.....					13.464.753,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

Página: 1

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 01 CAMARA DE VEREADORES				
Unidade Orçamentária: 001 CAMARA DE VEREADORES				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
01.031.1101.2001 - Manutenção Geral da Câmara de Vereadores				
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			551.000,00
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			450.000,00
3190000000000000	APLICACOES DIRETAS		450.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	450.000,00		
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			101.000,00
3350000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		10.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	10.000,00		
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS		91.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	91.000,00		
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
4400000000000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
4490000000000000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	10.000,00		
Total Projeto/Atividade				561.000,00
Total Unidade				561.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 2

Órgão.....: 02 DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL				
Unidade Orçamentária: 001 DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
04.122.1201.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito				
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			417.700,00
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			400.000,00
3190000000000000	APLICACOES DIRETAS		400.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	400.000,00		
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			17.700,00
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS		17.700,00	
1000000	Recursos Ordinários	17.700,00		
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			100,00
4400000000000000	INVESTIMENTOS			100,00
4490000000000000	APLICACOES DIRETAS		100,00	
1000000	Recursos Ordinários	100,00		
Total Projeto/Atividade				417.800,00
Total Unidade				417.800,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 3

Órgão.....: 03 DEPTO DE ADMINISTRACAO				
Unidade Orçamentária: 001 DEPTO DE ADMINISTRACAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
04.122.1301.2003 - Manutenção das Atividades Administrativas				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.091.325,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			600.500,00
31700000000000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOV.		500,00	
31710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	500,00		
1000000	Recursos Ordinários	500,00		
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		600.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	600.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			490.825,00
33300000000000	TRANSF. A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL		100,00	
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	100,00		
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		100.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	100.000,00		
33700000000000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOV.		500,00	
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	500,00		
1000000	Recursos Ordinários	500,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		390.225,00	
1000000	Recursos Ordinários	370.000,00		
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	1.157,50		
1110000	Convênio de Trânsito - Civil	1.532,50		
1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura	1.235,00		
33930000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	16.300,00		
1000000	Recursos Ordinários	16.300,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.275,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			5.275,00
44300000000000	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E DISTRITO FED.		100,00	
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	100,00		
44700000000000	TRANSF. A INST.MULTIGOVERN.NACIONAIS		500,00	
44710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	500,00		
1000000	Recursos Ordinários	500,00		
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		4.675,00	
1000000	Recursos Ordinários	3.700,00		
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	300,00		
1110000	Convênio de Trânsito - Civil	125,00		
1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura	550,00		
Total Projeto/Atividade				1.096.600,00
04.122.1301.2030 - Manutenção do Conselho Tutelar Municipal				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			90.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			60.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		60.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	60.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			30.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		30.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	30.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
Total Projeto/Atividade				91.000,00
04.123.1301.0006 - Pagamento de Precatórios				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			15.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			15.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		15.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00		
Total Projeto/Atividade				15.000,00
08.241.1301.2035 - Manutenção das Atividades da Melhor Idade				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			50.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			50.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		50.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	50.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			2.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	2.000,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 4

Órgão.....: 03	DEPTO DE ADMINISTRACAO			
Unidade Orçamentária: 001	DEPTO DE ADMINISTRACAO			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
Total Projeto/Atividade				52.000,00
24.722.1303.2004 - Manutenção dos Serviços de Comunicação				
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			50.000,00
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			50.000,00
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS		50.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	50.000,00		
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
4400000000000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
4490000000000000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
Total Projeto/Atividade				51.000,00
28.122.1301.0001 - Pagamento de Inativos e Pensionistas				
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			110.000,00
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			110.000,00
3190000000000000	APLICACOES DIRETAS		110.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	110.000,00		
Total Projeto/Atividade				110.000,00
28.843.1301.0002 - Amortização da Dívida e Encargos				
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			2.000,00
3200000000000000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			2.000,00
3290000000000000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	2.000,00		
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			168.000,00
4600000000000000	AMORTIZACAO DA DIVIDA			168.000,00
4690000000000000	APLICACOES DIRETAS		168.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	168.000,00		
Total Projeto/Atividade				170.000,00
28.845.1301.0003 - PASEP				
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			105.000,00
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			105.000,00
3320000000000000	TRANSFERENCIAS A UNIAO		105.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	105.000,00		
Total Projeto/Atividade				105.000,00
Total Unidade				1.690.600,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

Página: 5

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 04 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS				
Unidade Orçamentária: 001 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
04.122.1301.2037 - Manutenção da Secretaria de Finanças				
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			59.000,00
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			56.000,00
3190000000000000	APLICACOES DIRETAS		56.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	56.000,00		
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			3.000,00
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS		3.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	3.000,00		
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
4400000000000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
4490000000000000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
Total Projeto/Atividade				60.000,00
Total Unidade				60.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 6

Órgão.....: 05 DEPTO DE EDUCACAO		Unidade Orçamentária: 001 DEPTO DE EDUCACAO		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
12.306.1501.2017 - Manutenção do Programa de Merenda Escolar - Fundamental				
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			75.000,00
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			75.000,00
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS		75.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	65.000,00		
1370200	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Fundam	10.000,00		
Total Projeto/Atividade				75.000,00
12.306.1501.2034 - Manutenção da merenda escolar - Infantil				
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			52.000,00
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			52.000,00
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS		52.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	35.000,00		
1370300	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Pré Esc	4.500,00		
1370400	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche	12.500,00		
Total Projeto/Atividade				52.000,00
12.361.1501.1001 - Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física das unidades de Educação Básica				
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			5.000,00
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.000,00
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
1010000	Receitas de Impostos - Educação	5.000,00		
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			202.000,00
4400000000000000	INVESTIMENTOS			202.000,00
4490000000000000	APLICACOES DIRETAS		202.000,00	
1010000	Receitas de Impostos - Educação	2.000,00		
1320100	Transf.Convênios-União/Educação	100.000,00		
1620100	Transf.Convênio -Estado/Educação	100.000,00		
Total Projeto/Atividade				207.000,00
12.361.1501.1008 - Aquisição de terreno, Construção de áreas destinadas ao esporte e lazer dos alunos da rede de educação básica				
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			205.000,00
4400000000000000	INVESTIMENTOS			205.000,00
4490000000000000	APLICACOES DIRETAS		205.000,00	
1010000	Receitas de Impostos - Educação	5.000,00		
1320100	Transf.Convênios-União/Educação	100.000,00		
1620100	Transf.Convênio -Estado/Educação	100.000,00		
Total Projeto/Atividade				205.000,00
12.361.1501.2010 - Manutenção do Ensino Fundamental				
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.180.711,40
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.078.211,40
3190000000000000	APLICACOES DIRETAS		1.078.211,40	
1010000	Receitas de Impostos - Educação	279.211,40		
1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	664.000,00		
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	135.000,00		
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			102.500,00
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS		102.500,00	
1010000	Receitas de Impostos - Educação	100.000,00		
1370100	Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2.500,00		
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			4.500,00
4400000000000000	INVESTIMENTOS			4.500,00
4490000000000000	APLICACOES DIRETAS		4.500,00	
1010000	Receitas de Impostos - Educação	2.000,00		
1370100	Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2.500,00		
Total Projeto/Atividade				1.185.211,40
12.361.1501.2018 - Manutenção do Salário Educação				
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			90.000,00
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			90.000,00
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS		90.000,00	
1360000	TSalário Educação	90.000,00		
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			6.000,00
4400000000000000	INVESTIMENTOS			6.000,00
4490000000000000	APLICACOES DIRETAS		6.000,00	
1360000	TSalário Educação	6.000,00		
Total Projeto/Atividade				96.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 7

Órgão.....: 05 DEPTO DE EDUCACAO				
Unidade Orçamentária: 001 DEPTO DE EDUCACAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
12.361.1501.2019 - Transporte Escolar				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			681.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			260.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS			
1010000	Receitas de Impostos - Educação	140.000,00	260.000,00	
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	120.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			421.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
1010000	Receitas de Impostos - Educação	300.000,00	421.000,00	
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	6.000,00		
1370500	Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE	20.000,00		
1620200	Transf Conv Estado Educ Transp Escolar	95.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			6.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			6.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS			
1010000	Receitas de Impostos - Educação	1.000,00	6.000,00	
1370500	Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE	5.000,00		
Total Projeto/Atividade				687.000,00
12.365.1501.2020 - Manutenção do Ensino Pré-Escolar				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			230.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			180.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS			
1010000	Receitas de Impostos - Educação	100.000,00	180.000,00	
1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	50.000,00		
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	30.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			50.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
1010000	Receitas de Impostos - Educação	40.000,00	50.000,00	
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	10.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			2.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS			
1010000	Receitas de Impostos - Educação	2.000,00	2.000,00	
Total Projeto/Atividade				232.000,00
12.367.1501.2011 - Manutenção do Programa de Educação Especial				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			15.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			15.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR			
1000000	Recursos Ordinários	14.000,00	14.000,00	
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	
Total Projeto/Atividade				15.000,00
Total Unidade				2.754.211,40



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 8

Órgão.....: 06 DEPTO DE CULTURA				
Unidade Orçamentária: 001 DEPTO DE CULTURA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
13.392.1503.1016 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS CULTURAIS				
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			8.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			8.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		8.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	8.000,00		
Total Projeto/Atividade				8.000,00
13.392.1503.2013 - Apoio e Exploração da Cultura				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			75.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			55.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		55.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	55.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			20.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		20.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	20.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			3.500,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			3.500,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		3.500,00	
1000000	Recursos Ordinários	3.500,00		
Total Projeto/Atividade				78.500,00
13.392.1503.2033 - Realização da Festa do Colono				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			70.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			70.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		70.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	10.000,00		
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	60.000,00		
Total Projeto/Atividade				70.000,00
13.392.1503.2036 - Manutenção das Atividades do Coral Municipal				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			10.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			10.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	10.000,00		
Total Projeto/Atividade				10.000,00
Total Unidade				166.500,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

Página: 9

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 07	DEPTO DE ESPORTES E TURISMO			
Unidade Orçamentária: 001	DEPTO DE ESPORTES E TURISMO			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
23.695.1503.1007 - CONSTRUÇÃO PORTAL				
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	10.000,00		
Total Projeto/Atividade				10.000,00
23.695.1503.2014 - Apoio ao Desenvolvimento do Turismo				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			5.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			3.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			3.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		3.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	3.000,00		
Total Projeto/Atividade				8.000,00
27.812.1502.1010 - CONSTRUÇÃO DE AREAS DESTINADAS A PRATICA ESPORTIVA				
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			205.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			205.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		205.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00		
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	100.000,00		
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	100.000,00		
Total Projeto/Atividade				205.000,00
27.812.1502.2012 - Apoio ao Desporto Amador				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			121.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			60.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		60.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	60.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			61.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		1.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		60.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	60.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			4.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			4.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		4.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	4.000,00		
Total Projeto/Atividade				125.000,00
Total Unidade				348.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 10

Órgão.....	08	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS		
Unidade Orçamentária:	001	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
06.182.1801.2032 - Manutenção do Órgão de Defesa Civil Municipal				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			2.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
Total Projeto/Atividade				3.000,00
15.451.1701.1002 - Pavimentação e Revestimentos de Ruas e Infra Estrutura				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			390.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			390.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		390.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	40.000,00		
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	250.000,00		
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	100.000,00		
Total Projeto/Atividade				391.000,00
15.451.1701.1018 - Aquisição de Terreno Cemitério Municipal				
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			80.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			80.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		80.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	80.000,00		
Total Projeto/Atividade				80.000,00
15.451.1701.2021 - Manutenção da Iluminação Pública				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			50.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			50.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		50.000,00	
1080000	Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP	50.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			12.500,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			12.500,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		12.500,00	
1080000	Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP	12.500,00		
Total Projeto/Atividade				62.500,00
15.451.1701.2029 - Manutenção da Casa Mortuária e Cemitério Municipal				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			8.500,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			8.500,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		8.500,00	
1000000	Recursos Ordinários	8.500,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.500,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			1.500,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.500,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.500,00		
Total Projeto/Atividade				10.000,00
26.782.1801.1013 - Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Veículos - DMER				
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			355.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			355.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		355.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00		
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	150.000,00		
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	150.000,00		
1890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas	50.000,00		
Total Projeto/Atividade				355.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 11

Órgão.....:	08	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS		
Unidade Orçamentária:	001	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
26.782.1801.1019 - Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			20.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			20.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		20.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	20.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			230.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			230.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		230.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	30.000,00		
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	100.000,00		
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	100.000,00		
Total Projeto/Atividade				250.000,00
26.782.1801.2016 - Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodagens				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.335.556,60
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			750.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		750.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	750.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			585.556,60
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		585.556,60	
1000000	Recursos Ordinários	410.556,60		
1070000	Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE	15.000,00		
1390100	Fundo Especial do Petróleo	60.000,00		
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	100.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			20.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			20.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		20.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	10.000,00		
1390100	Fundo Especial do Petróleo	10.000,00		
Total Projeto/Atividade				1.355.556,60
26.782.1801.2031 - Manutenção dos Serviços Urbanos				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			65.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			65.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		65.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	65.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00		
Total Projeto/Atividade				70.000,00
Total Unidade				2.577.056,60



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 12

Órgão.....: 09	FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE			
Unidade Orçamentária: 001	FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
08.243.1603.2005 - MANUTENÇÃO ESCOLA DE ESPORTES				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			37.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			20.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		20.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	20.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			17.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		17.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	17.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
Total Projeto/Atividade				38.000,00
08.243.1603.2024 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescente				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			40.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			5.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			35.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		35.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	35.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			2.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	2.000,00		
Total Projeto/Atividade				42.000,00
08.243.1603.2027 - Manutenção e Execução de Ações de Medidas Socio Educativas				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			20.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			20.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		20.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	20.000,00		
Total Projeto/Atividade				20.000,00
Total Unidade				100.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 13

Órgão.....: 10 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
10.301.1601.1014 - Aquisição de Veículos e Equipamentos - Saúde				
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			310.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			310.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		310.000,00	
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	10.000,00		
1330100	Transf.Convênios-União/Saúde	150.000,00		
1630100	Transf.Convênio -Estado/Saúde	150.000,00		
Total Projeto/Atividade				310.000,00
10.301.1601.2022 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			2.325.835,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.168.335,00
31700000000000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOV.		5.000,00	
31710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	5.000,00		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	5.000,00		
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.163.335,00	
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	898.335,00		
1380200	Estratégia Saúde da Família - ESF	48.500,00		
1380300	Progr Saúde Bucal	7.000,00		
1380400	Progr Agentes Comunit de Saúde - PACS	73.500,00		
1380500	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Fed	96.000,00		
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	20.000,00		
1670200	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est	20.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.157.500,00
33700000000000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOV.		5.000,00	
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	5.000,00		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	5.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.152.500,00	
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	650.000,00		
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	60.000,00		
1380300	Progr Saúde Bucal	20.000,00		
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	120.000,00		
1380700	Atenção Media Alta Complexid - MAC Feder	15.000,00		
1380800	Vigil Epidemiológ e Ambiental em Saúde	16.500,00		
1380900	Vigilância Sanitária	10.000,00		
1381000	Farmácia Básica - Federal	4.000,00		
1670100	Transf SUS/Estado - Cofinanciamento	30.000,00		
1670200	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est	4.000,00		
1670300	Atenção Media Alta Complexid - MAC Estad	15.000,00		
1670400	Farmácia Básica - Estadual	7.000,00		
33930000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	201.000,00		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	150.000,00		
1380700	Atenção Media Alta Complexid - MAC Feder	10.000,00		
1381000	Farmácia Básica - Federal	20.000,00		
1670300	Atenção Media Alta Complexid - MAC Estad	15.000,00		
1670400	Farmácia Básica - Estadual	6.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			84.500,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			84.500,00
44700000000000	TRANSF. A INST.MULTIGOVERN.NACIONAIS		5.000,00	
44710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	5.000,00		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	5.000,00		
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		79.500,00	
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	15.000,00		
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	5.000,00		
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	25.000,00		
1380900	Vigilância Sanitária	4.500,00		
1880000	Alienação Bens Dest. Programas Saúde	30.000,00		
Total Projeto/Atividade				2.410.335,00
10.301.1601.2025 - Saneamento				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			9.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			9.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		9.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	5.000,00		
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	3.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			7.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			7.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 14

Órgão.....: 10 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		7.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00		
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	1.000,00		
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	1.000,00		
Total Projeto/Atividade				16.000,00
Total Unidade				2.736.335,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 15

Órgão.....: 11 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO				
Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
20.606.1401.1015 - Aquisição de Equipamentos, Tratores, Máquinas e Veículos - Agricultura				
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			305.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			305.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		305.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00		
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	150.000,00		
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	100.000,00		
1890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas	50.000,00		
Total Projeto/Atividade				305.000,00
20.606.1401.2015 - Assistência ao Pequeno Produtor Rural				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			601.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			300.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		300.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	300.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			301.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		1.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		300.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	300.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00		
Total Projeto/Atividade				606.000,00
Total Unidade				911.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 16

Órgão.....: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
08.244.1602.1006 - Aquisição de terreno para habitação, construção de moradias populares				
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			401.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			401.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		401.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
1310000	Transf.Convênios-União/Assist.Social	300.000,00		
1610000	Transf.Convênio -Estado/Assist.Social	100.000,00		
Total Projeto/Atividade				401.000,00
08.244.1602.1011 - Aquisição de terreno e construção de Centro de referencia da Assistencia Social (CRAS)				
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			110.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			110.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		110.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	2.000,00		
1310000	Transf.Convênios-União/Assist.Social	60.000,00		
1610000	Transf.Convênio -Estado/Assist.Social	48.000,00		
Total Projeto/Atividade				110.000,00
08.244.1602.2006 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			280.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			180.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		180.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	180.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			100.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		100.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	100.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00		
Total Projeto/Atividade				285.000,00
08.244.1602.2007 - Proteção Social Basica				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			40.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			40.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		40.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	10.000,00		
1350500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS- PAIF	30.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00		
Total Projeto/Atividade				45.000,00
08.244.1602.2023 - Manutenção dos Programas do FNAS - Fortalecimento de vínculos				
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			271.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			160.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		160.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	60.000,00		
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	50.000,00		
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	50.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			111.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		111.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	40.000,00		
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	20.000,00		
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	40.000,00		
1350300	Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF	6.000,00		
1350400	Transf SUAS/União - IGD - SUAS	5.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			12.250,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			12.250,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		12.250,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	2.000,00		
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	6.000,00		
1350300	Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF	2.250,00		
1350400	Transf SUAS/União - IGD - SUAS	1.000,00		
Total Projeto/Atividade				283.250,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 17

Órgão.....: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
08.244.1602.2026 - Proteção Social Especial				
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.000,00
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.000,00
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
4400000000000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
4490000000000000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
Total Projeto/Atividade				2.000,00
08.244.1602.2028 - Habitação de Interesse Social				
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.000,00
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.000,00
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
Total Projeto/Atividade				1.000,00
Total Unidade				1.127.250,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
 Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
 Exercício: 2017
 Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 18

Órgão.....: 99 RESERVA DE CONTINGENCIA				
Unidade Orçamentária: 099 RESERVA DE CONTINGENCIA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
99.999.1099.9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
9000000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			15.000,00
9900000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			15.000,00
9990000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA		15.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00		
Total Projeto/Atividade				15.000,00
Total Unidade				15.000,00
Total Geral				13.464.753,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 1

Órgão.....: 01 CAMARA DE VEREADORES				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			551.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			450.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS			
1000000	Recursos Ordinários	450.000,00	450.000,00	
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			101.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR			
1000000	Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
1000000	Recursos Ordinários	91.000,00	91.000,00	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS			
1000000	Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	
Total.....				561.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 2

Órgão.....: 02 DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			417.700,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			400.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS			
1000000	Recursos Ordinários	400.000,00	400.000,00	
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			17.700,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
1000000	Recursos Ordinários	17.700,00	17.700,00	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			100,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			100,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS			
1000000	Recursos Ordinários	100,00	100,00	
Total.....				417.800,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 3

Órgão.....: 03 DEPTO DE ADMINISTRACAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.513.325,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			770.500,00
31710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		500,00	
1000000	Recursos Ordinários	500,00		
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		770.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	770.000,00		
32000000000000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			2.000,00
32900000000000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	2.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			740.825,00
33200000000000	TRANSFERENCIAS A UNIAO		105.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	105.000,00		
33300000000000	TRANSF. A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL		100,00	
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	100,00		
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		100.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	100.000,00		
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		500,00	
1000000	Recursos Ordinários	500,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		518.925,00	
1000000	Recursos Ordinários	515.000,00		
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	1.157,50		
1110000	Convênio de Trânsito - Civil	1.532,50		
1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura	1.235,00		
33930000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		16.300,00	
1000000	Recursos Ordinários	16.300,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			177.275,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			9.275,00
44300000000000	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E DISTRITO FED.		100,00	
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	100,00		
44710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		500,00	
1000000	Recursos Ordinários	500,00		
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		8.675,00	
1000000	Recursos Ordinários	7.700,00		
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	300,00		
1110000	Convênio de Trânsito - Civil	125,00		
1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura	550,00		
46000000000000	AMORTIZACAO DA DIVIDA			168.000,00
46900000000000	APLICACOES DIRETAS		168.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	168.000,00		
Total.....				1.690.600,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 4

Órgão.....: 04 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			59.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			56.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		56.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	56.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			3.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		3.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	3.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
Total.....				60.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 5

Órgão.....: 05 DEPTO DE EDUCACAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			2.328.711,40
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.518.211,40
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.518.211,40	
1010000	Receitas de Impostos - Educação	519.211,40		
1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	714.000,00		
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	285.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			810.500,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		14.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	14.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		796.500,00	
1000000	Recursos Ordinários	101.000,00		
1010000	Receitas de Impostos - Educação	445.000,00		
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	16.000,00		
1360000	TSalário Educação	90.000,00		
1370100	Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2.500,00		
1370200	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Fundam	10.000,00		
1370300	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Pré Esc	4.500,00		
1370400	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche	12.500,00		
1370500	Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE	20.000,00		
1620200	Transf Conv Estado Educ Transp Escolar	95.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			425.500,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			425.500,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		425.500,00	
1010000	Receitas de Impostos - Educação	12.000,00		
1320100	Transf.Convênios-União/Educação	200.000,00		
1360000	TSalário Educação	6.000,00		
1370100	Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2.500,00		
1370500	Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE	5.000,00		
1620100	Transf.Convênio -Estado/Educação	200.000,00		
Total.....				2.754.211,40



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 6

Órgão.....: 06 DEPTO DE CULTURA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			155.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			55.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		55.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	55.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			100.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		100.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	40.000,00		
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	60.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			11.500,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			11.500,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		11.500,00	
1000000	Recursos Ordinários	11.500,00		
Total.....				166.500,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 7

Órgão.....: 07 DEPTO DE ESPORTES E TURISMO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			126.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			60.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		60.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	60.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			66.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		1.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		65.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	65.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			222.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			222.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		222.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	22.000,00		
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	100.000,00		
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	100.000,00		
Total.....				348.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 8

Órgão.....: 08 DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.482.056,60
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			751.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		751.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	751.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			731.056,60
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		731.056,60	
1000000	Recursos Ordinários	506.056,60		
1070000	Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE	15.000,00		
1080000	Contrib Custeio Serv. Ilum. Públ.-COSIP	50.000,00		
1390100	Fundo Especial do Petróleo	60.000,00		
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	100.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.095.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			1.095.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.095.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	172.500,00		
1080000	Contrib Custeio Serv. Ilum. Públ.-COSIP	12.500,00		
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	500.000,00		
1390100	Fundo Especial do Petróleo	10.000,00		
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	350.000,00		
1890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas	50.000,00		
Total.....				2.577.056,60



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 9

Órgão.....: 09 FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			97.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			25.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		25.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	25.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			72.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		72.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	72.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			3.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			3.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		3.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	3.000,00		
Total.....				100.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 10

Órgão.....: 10 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			2.334.835,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.168.335,00
31710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		5.000,00	
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	5.000,00		
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.163.335,00	
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	898.335,00		
1380200	Estratégia Saúde da Família - ESF	48.500,00		
1380300	Progr Saúde Bucal	7.000,00		
1380400	Progr Agentes Comunit de Saúde - PACS	73.500,00		
1380500	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Fed	96.000,00		
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	20.000,00		
1670200	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est	20.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.166.500,00
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		5.000,00	
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	5.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		960.500,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	650.000,00		
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	5.000,00		
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	60.000,00		
1380300	Progr Saúde Bucal	20.000,00		
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	120.000,00		
1380700	Atenção Média Alta Complexid - MAC Feder	15.000,00		
1380800	Vigil Epidemiológ e Ambiental em Saúde	16.500,00		
1380900	Vigilância Sanitária	10.000,00		
1381000	Farmácia Básica - Federal	4.000,00		
1640100	Transf.Convênio - Estado/Outros	3.000,00		
1670100	Transf SUS/Estado - Cofinanciamento	30.000,00		
1670200	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est	4.000,00		
1670300	Atenção Média Alta Complexid - MAC Estad	15.000,00		
1670400	Farmácia Básica - Estadual	7.000,00		
33930000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		201.000,00	
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	150.000,00		
1380700	Atenção Média Alta Complexid - MAC Feder	10.000,00		
1381000	Farmácia Básica - Federal	20.000,00		
1670300	Atenção Média Alta Complexid - MAC Estad	15.000,00		
1670400	Farmácia Básica - Estadual	6.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			401.500,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			401.500,00
44710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		5.000,00	
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	5.000,00		
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		396.500,00	
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00		
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	25.000,00		
1330100	Transf.Convênios-União/Saúde	150.000,00		
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	1.000,00		
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	5.000,00		
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	25.000,00		
1380900	Vigilância Sanitária	4.500,00		
1630100	Transf.Convênio - Estado/Saúde	150.000,00		
1640100	Transf.Convênio - Estado/Outros	1.000,00		
1880000	Alienação Bens Dest. Programas Saúde	30.000,00		
Total.....				2.736.335,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 11

Órgão.....: 11 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			601.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			300.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS			
1000000	Recursos Ordinários	300.000,00	300.000,00	
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			301.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR			
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
1000000	Recursos Ordinários	300.000,00	300.000,00	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			310.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			310.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS			
1000000	Recursos Ordinários	10.000,00	310.000,00	
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	150.000,00		
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	100.000,00		
1890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas	50.000,00		
Total.....				911.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 12

Órgão.....: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			593.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			340.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		340.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	240.000,00		
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	50.000,00		
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	50.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			253.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		253.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	152.000,00		
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	20.000,00		
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	40.000,00		
1350300	Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF	6.000,00		
1350400	Transf SUAS/União - IGD - SUAS	5.000,00		
1350500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS- PAIF	30.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			534.250,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			534.250,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		534.250,00	
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00		
1310000	Transf.Convênios-União/Assist.Social	360.000,00		
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	2.000,00		
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	6.000,00		
1350300	Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF	2.250,00		
1350400	Transf SUAS/União - IGD - SUAS	1.000,00		
1610000	Transf.Convênio -Estado/Assist.Social	148.000,00		
Total.....				1.127.250,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 13

Órgão.....: 99 RESERVA DE CONTINGENCIA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
900000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			15.000,00
990000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			15.000,00
999000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA		15.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00		
Total.....				15.000,00
Total Geral.....				13.464.753,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 1

Órgão.....: 01 - CAMARA DE VEREADORES					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	LEGISLATIVA			561.000,00	561.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA			561.000,00	561.000,00
01.031.1101	Processo Legislativo			561.000,00	561.000,00
01.031.1101.2001	Manutenção Geral da Câmara de Vereadores			561.000,00	561.000,00
1000000	Recursos Ordinários			561.000,00	561.000,00
Total		0,00	0,00	561.000,00	561.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 2

Órgão.....: 02 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			417.800,00	417.800,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			417.800,00	417.800,00
04.122.1201	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR			417.800,00	417.800,00
04.122.1201.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito			417.800,00	417.800,00
1000000	Recursos Ordinários			417.800,00	417.800,00
Total		0,00	0,00	417.800,00	417.800,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 3

Órgão.....: 03 - DEPTO DE ADMINISTRACAO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO	15.000,00		1.187.600,00	1.202.600,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			1.187.600,00	1.187.600,00
04.122.1301	ADMINISTRACAO GERAL			1.187.600,00	1.187.600,00
04.122.1301.2003	Manutenção das Atividades Administrativas			1.096.600,00	1.096.600,00
1000000	Recursos Ordinários			1.091.500,00	1.091.500,00
1100000	Convênio de Trânsito - Militar			1.657,50	1.657,50
1110000	Convênio de Trânsito - Civil			1.657,50	1.657,50
1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura			1.785,00	1.785,00
04.122.1301.2030	Manutenção do Conselho Tutelar Municipal			91.000,00	91.000,00
1000000	Recursos Ordinários			91.000,00	91.000,00
04.123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	15.000,00			15.000,00
04.123.1301	ADMINISTRACAO GERAL	15.000,00			15.000,00
04.123.1301.0006	Pagamento de Precatórios	15.000,00			15.000,00
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00			15.000,00
08	ASSISTENCIA SOCIAL			52.000,00	52.000,00
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO			52.000,00	52.000,00
08.241.1301	ADMINISTRACAO GERAL			52.000,00	52.000,00
08.241.1301.2035	Manutenção das Atividades da Melhor Idade			52.000,00	52.000,00
1000000	Recursos Ordinários			52.000,00	52.000,00
24	COMUNICACOES			51.000,00	51.000,00
24.722	TELECOMUNICACOES			51.000,00	51.000,00
24.722.1303	COMUNICACAO E TRANSMISSAO DOS SINAIS DE TV			51.000,00	51.000,00
24.722.1303.2004	Manutenção dos Serviços de Comunicação			51.000,00	51.000,00
1000000	Recursos Ordinários			51.000,00	51.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	385.000,00			385.000,00
28.122	ADMINISTRACAO GERAL	110.000,00			110.000,00
28.122.1301	ADMINISTRACAO GERAL	110.000,00			110.000,00
28.122.1301.0001	Pagamento de Inativos e Pensionistas	110.000,00			110.000,00
1000000	Recursos Ordinários	110.000,00			110.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	170.000,00			170.000,00
28.843.1301	ADMINISTRACAO GERAL	170.000,00			170.000,00
28.843.1301.0002	Amortização da Dívida e Encargos	170.000,00			170.000,00
1000000	Recursos Ordinários	170.000,00			170.000,00
28.845	TRANSFERENCIAS	105.000,00			105.000,00
28.845.1301	ADMINISTRACAO GERAL	105.000,00			105.000,00
28.845.1301.0003	PASEP	105.000,00			105.000,00
1000000	Recursos Ordinários	105.000,00			105.000,00
Total		400.000,00	0,00	1.290.600,00	1.690.600,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 4

Órgão.....: 04 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			60.000,00	60.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			60.000,00	60.000,00
04.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL			60.000,00	60.000,00
04.122.1301.2037	Manutenção da Secretaria de Finanças			60.000,00	60.000,00
1000000	Recursos Ordinários			60.000,00	60.000,00
Total		0,00	0,00	60.000,00	60.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 5

Órgão.....: 05 - DEPTO DE EDUCACAO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	EDUCACAO		412.000,00	2.342.211,40	2.754.211,40
12.306	ALIMENTACAO E NUTRICAO			127.000,00	127.000,00
12.306.1501	CRIANÇA NA ESCOLA			127.000,00	127.000,00
12.306.1501.2017	Manutenção do Programa de Merenda Escolar - Fundamental			75.000,00	75.000,00
1000000	Recursos Ordinários			65.000,00	65.000,00
1370200	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Fundam			10.000,00	10.000,00
12.306.1501.2034	Manutenção da merenda escolar - Infantil			52.000,00	52.000,00
1000000	Recursos Ordinários			35.000,00	35.000,00
1370300	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Pré Esc			4.500,00	4.500,00
1370400	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche			12.500,00	12.500,00
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		412.000,00	1.968.211,40	2.380.211,40
12.361.1501	CRIANÇA NA ESCOLA		412.000,00	1.968.211,40	2.380.211,40
12.361.1501.1001	Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física das unidades de Educação Básica		207.000,00		207.000,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação		7.000,00		7.000,00
1320100	Transf.Convênios-União/Educação		100.000,00		100.000,00
1620100	Transf.Convênio -Estado/Educação		100.000,00		100.000,00
12.361.1501.1008	Aquisição de terreno, Construção de áreas destinadas ao esporte e lazer dos alunos da rede de educação básica		205.000,00		205.000,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação		5.000,00		5.000,00
1320100	Transf.Convênios-União/Educação		100.000,00		100.000,00
1620100	Transf.Convênio -Estado/Educação		100.000,00		100.000,00
12.361.1501.2010	Manutenção do Ensino Fundamental			1.185.211,40	1.185.211,40
1010000	Receitas de Impostos - Educação			381.211,40	381.211,40
1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)			664.000,00	664.000,00
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)			135.000,00	135.000,00
1370100	Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE			5.000,00	5.000,00
12.361.1501.2018	Manutenção do Salário Educação			96.000,00	96.000,00
1360000	TSalário Educação			96.000,00	96.000,00
12.361.1501.2019	Transporte Escolar			687.000,00	687.000,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação			441.000,00	441.000,00
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)			126.000,00	126.000,00
1370500	Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE			25.000,00	25.000,00
1620200	Transf Conv Estado Educ Transp Escolar			95.000,00	95.000,00
12.365	EDUCACAO INFANTIL			232.000,00	232.000,00
12.365.1501	CRIANÇA NA ESCOLA			232.000,00	232.000,00
12.365.1501.2020	Manutenção do Ensino Pré-Escolar			232.000,00	232.000,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação			142.000,00	142.000,00
1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)			50.000,00	50.000,00
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)			40.000,00	40.000,00
12.367	EDUCACAO ESPECIAL			15.000,00	15.000,00
12.367.1501	CRIANÇA NA ESCOLA			15.000,00	15.000,00
12.367.1501.2011	Manutenção do Programa de Educação Especial			15.000,00	15.000,00
1000000	Recursos Ordinários			15.000,00	15.000,00
Total		0,00	412.000,00	2.342.211,40	2.754.211,40



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 6

Órgão.....: 06 - DEPTO DE CULTURA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	CULTURA		8.000,00	158.500,00	166.500,00
13.392	DIFUSAO CULTURAL		8.000,00	158.500,00	166.500,00
13.392.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA		8.000,00	158.500,00	166.500,00
13.392.1503.1016	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS CULTURAIS		8.000,00		8.000,00
1000000	Recursos Ordinários		8.000,00		8.000,00
13.392.1503.2013	Apoio e Exploração da Cultura			78.500,00	78.500,00
1000000	Recursos Ordinários			78.500,00	78.500,00
13.392.1503.2033	Realização da Festa do Colono			70.000,00	70.000,00
1000000	Recursos Ordinários			10.000,00	10.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros			60.000,00	60.000,00
13.392.1503.2036	Manutenção das Atividades do Coral Municipal			10.000,00	10.000,00
1000000	Recursos Ordinários			10.000,00	10.000,00
Total		0,00	8.000,00	158.500,00	166.500,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 7

Órgão.....: 07 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
23	COMERCIO E SERVICOS		10.000,00	8.000,00	18.000,00
23.695	TURISMO		10.000,00	8.000,00	18.000,00
23.695.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA		10.000,00	8.000,00	18.000,00
23.695.1503.1007	CONSTRUÇÃO PORTAL		10.000,00		10.000,00
1000000	Recursos Ordinários		10.000,00		10.000,00
23.695.1503.2014	Apoio ao Desenvolvimento do Turismo			8.000,00	8.000,00
1000000	Recursos Ordinários			8.000,00	8.000,00
27	DESPORTO E LAZER		205.000,00	125.000,00	330.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITARIO		205.000,00	125.000,00	330.000,00
27.812.1502	ESPORTE E LAZER		205.000,00	125.000,00	330.000,00
27.812.1502.1010	CONSTRUÇÃO DE AREAS DESTINADAS A PRATICA ESPORTIVA		205.000,00		205.000,00
1000000	Recursos Ordinários		5.000,00		5.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rei		100.000,00		100.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		100.000,00		100.000,00
27.812.1502.2012	Apoio ao Desporto Amador			125.000,00	125.000,00
1000000	Recursos Ordinários			125.000,00	125.000,00
Total		0,00	215.000,00	133.000,00	348.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 8

Órgão.....: 08 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	SEGURANÇA PÚBLICA			3.000,00	3.000,00
06.182	DEFESA CIVIL			3.000,00	3.000,00
06.182.1801	ESTRADAS VICINAIS			3.000,00	3.000,00
06.182.1801.2032	Manutenção do Órgão de Defesa Civil Municipal			3.000,00	3.000,00
1000000	Recursos Ordinários			3.000,00	3.000,00
15	URBANISMO		471.000,00	72.500,00	543.500,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		471.000,00	72.500,00	543.500,00
15.451.1701	URBANIZAÇÃO DE VIAS E INFRA ESTRUTURA		471.000,00	72.500,00	543.500,00
15.451.1701.1002	Pavimentação e Revestimentos de Ruas e Infra Estrutura		391.000,00		391.000,00
1000000	Recursos Ordinários		41.000,00		41.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		250.000,00		250.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		100.000,00		100.000,00
15.451.1701.1018	Aquisição de Terreno Cemitério Municipal		80.000,00		80.000,00
1000000	Recursos Ordinários		80.000,00		80.000,00
15.451.1701.2021	Manutenção da Iluminação Pública			62.500,00	62.500,00
1080000	Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP			62.500,00	62.500,00
15.451.1701.2029	Manutenção da Casa Mortuária e Cemitério Municipal			10.000,00	10.000,00
1000000	Recursos Ordinários			10.000,00	10.000,00
26	TRANSPORTE		605.000,00	1.425.556,60	2.030.556,60
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		605.000,00	1.425.556,60	2.030.556,60
26.782.1801	ESTRADAS VICINAIS		605.000,00	1.425.556,60	2.030.556,60
26.782.1801.1013	Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Veículos - DMER		355.000,00		355.000,00
1000000	Recursos Ordinários		5.000,00		5.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		150.000,00		150.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		150.000,00		150.000,00
1890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas		50.000,00		50.000,00
26.782.1801.1019	Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões		250.000,00		250.000,00
1000000	Recursos Ordinários		50.000,00		50.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		100.000,00		100.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		100.000,00		100.000,00
26.782.1801.2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodagens			1.355.556,60	1.355.556,60
1000000	Recursos Ordinários			1.170.556,60	1.170.556,60
1070000	Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE			15.000,00	15.000,00
1390100	Fundo Especial do Petróleo			70.000,00	70.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros			100.000,00	100.000,00
26.782.1801.2031	Manutenção dos Serviços Urbanos			70.000,00	70.000,00
1000000	Recursos Ordinários			70.000,00	70.000,00
Total		0,00	1.076.000,00	1.501.056,60	2.577.056,60



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 9

Órgão.....: 09 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL			100.000,00	100.000,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			100.000,00	100.000,00
08.243.1603	INFÂNCIA E JUVENTUDE			100.000,00	100.000,00
08.243.1603.2005	MANUTENÇÃO ESCOLA DE ESPORTES			38.000,00	38.000,00
1000000	Recursos Ordinários			38.000,00	38.000,00
08.243.1603.2024	Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescente			42.000,00	42.000,00
1000000	Recursos Ordinários			42.000,00	42.000,00
08.243.1603.2027	Manutenção e Execução de Ações de Medidas Socio Educativas			20.000,00	20.000,00
1000000	Recursos Ordinários			20.000,00	20.000,00
Total		0,00	0,00	100.000,00	100.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 10

Órgão.....: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	SAUDE		310.000,00	2.426.335,00	2.736.335,00
10.301	ATENCAO BASICA		310.000,00	2.426.335,00	2.736.335,00
10.301.1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO		310.000,00	2.426.335,00	2.736.335,00
10.301.1601.1014	Aquisição de Veículos e Equipamentos - Saúde		310.000,00		310.000,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde		10.000,00		10.000,00
1330100	Transf.Convênios-União/Saúde		150.000,00		150.000,00
1630100	Transf.Convênio -Estado/Saúde		150.000,00		150.000,00
10.301.1601.2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde			2.410.335,00	2.410.335,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde			1.728.335,00	1.728.335,00
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo			65.000,00	65.000,00
1380200	Estratégia Saúde da Família - ESF			48.500,00	48.500,00
1380300	Progr Saúde Bucal			27.000,00	27.000,00
1380400	Progr Agentes Comunit de Saúde - PACS			73.500,00	73.500,00
1380500	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Fed			96.000,00	96.000,00
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ			165.000,00	165.000,00
1380700	Atenção Média Alta Complexid - MAC Feder			25.000,00	25.000,00
1380800	Vigil Epidemiológ e Ambiental em Saúde			16.500,00	16.500,00
1380900	Vigilância Sanitária			14.500,00	14.500,00
1381000	Farmácia Básica - Federal			24.000,00	24.000,00
1670100	Transf SUS/Estado - Cofinanciamento			30.000,00	30.000,00
1670200	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est			24.000,00	24.000,00
1670300	Atenção Média Alta Complexid - MAC Estad			30.000,00	30.000,00
1670400	Farmácia Básica - Estadual			13.000,00	13.000,00
1880000	Alienação Bens Dest. Programas Saúde			30.000,00	30.000,00
10.301.1601.2025	Saneamento			16.000,00	16.000,00
1000000	Recursos Ordinários			6.000,00	6.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel			6.000,00	6.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros			4.000,00	4.000,00
Total		0,00	310.000,00	2.426.335,00	2.736.335,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

Página: 11

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Órgão.....: 11 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
20	AGRICULTURA		305.000,00	606.000,00	911.000,00
20.606	EXTENSAO RURAL		305.000,00	606.000,00	911.000,00
20.606.1401	ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL		305.000,00	606.000,00	911.000,00
20.606.1401.1015	Aquisição de Equipamentos, Tratores, Máquinas e Veículos - Agricultura		305.000,00		305.000,00
1000000	Recursos Ordinários		5.000,00		5.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		150.000,00		150.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		100.000,00		100.000,00
1890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas		50.000,00		50.000,00
20.606.1401.2015	Assistência ao Pequeno Produtor Rural			606.000,00	606.000,00
1000000	Recursos Ordinários			606.000,00	606.000,00
Total		0,00	305.000,00	606.000,00	911.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 12

Órgão.....: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL		511.000,00	616.250,00	1.127.250,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		511.000,00	616.250,00	1.127.250,00
08.244.1602	SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		511.000,00	616.250,00	1.127.250,00
08.244.1602.1006	Aquisição de terreno para habitação, construção de moradias populares		401.000,00		401.000,00
1000000	Recursos Ordinários		1.000,00		1.000,00
1310000	Transf.Convênios-União/Assist.Social		300.000,00		300.000,00
1610000	Transf.Convênio -Estado/Assist.Social		100.000,00		100.000,00
08.244.1602.1011	Aquisição de terreno e construção de Centro de referencia da Assistencia Social (CRAS)		110.000,00		110.000,00
1000000	Recursos Ordinários		2.000,00		2.000,00
1310000	Transf.Convênios-União/Assist.Social		60.000,00		60.000,00
1610000	Transf.Convênio -Estado/Assist.Social		48.000,00		48.000,00
08.244.1602.2006	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social			285.000,00	285.000,00
1000000	Recursos Ordinários			285.000,00	285.000,00
08.244.1602.2007	Proteção Social Basica			45.000,00	45.000,00
1000000	Recursos Ordinários			15.000,00	15.000,00
1350500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS- PAIF			30.000,00	30.000,00
08.244.1602.2023	Manutenção dos Programas do FNAS - Fortalecimento de vinculos			283.250,00	283.250,00
1000000	Recursos Ordinários			101.000,00	101.000,00
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo			72.000,00	72.000,00
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vínc			96.000,00	96.000,00
1350300	Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF			8.250,00	8.250,00
1350400	Transf SUAS/União - IGD - SUAS			6.000,00	6.000,00
08.244.1602.2026	Proteção Social Especial			2.000,00	2.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.000,00	2.000,00
08.244.1602.2028	Habitação de Interesse Social			1.000,00	1.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.000,00	1.000,00
Total		0,00	511.000,00	616.250,00	1.127.250,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2017

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 13

Órgão.....: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00			15.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00			15.000,00
99.999.1099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00			15.000,00
99.999.1099.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00			15.000,00
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00			15.000,00
Total		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Total Geral		415.000,00	2.837.000,00	10.212.753,00	13.464.753,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unida)
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 1

Órgão.....: 01 - CAMARA DE VEREADORES					
Unidade Orçamentária: 001 - CAMARA DE VEREADORES					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	LEGISLATIVA			561.000,00	561.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA			561.000,00	561.000,00
01.031.1101	Processo Legislativo			561.000,00	561.000,00
1000000	Recursos Ordinários			561.000,00	561.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	561.000,00	561.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	561.000,00	561.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unida)
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 2

Órgão.....: 02 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			417.800,00	417.800,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			417.800,00	417.800,00
04.122.1201	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR			417.800,00	417.800,00
1000000	Recursos Ordinários			417.800,00	417.800,00
Total Unidade		0,00	0,00	417.800,00	417.800,00
Total Órgão		0,00	0,00	417.800,00	417.800,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 3

Órgão.....: 03 - DEPTO DE ADMINISTRACAO					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE ADMINISTRACAO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO	15.000,00		1.187.600,00	1.202.600,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			1.187.600,00	1.187.600,00
04.122.1301	ADMINISTRACAO GERAL			1.187.600,00	1.187.600,00
1000000	Recursos Ordinários			1.091.500,00	1.091.500,00
1100000	Convênio de Trânsito - Militar			1.657,50	1.657,50
1110000	Convênio de Trânsito - Civil			1.657,50	1.657,50
1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura			1.785,00	1.785,00
1000000	Recursos Ordinários			91.000,00	91.000,00
04.123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	15.000,00			15.000,00
04.123.1301	ADMINISTRACAO GERAL	15.000,00			15.000,00
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00			15.000,00
08	ASSISTENCIA SOCIAL			52.000,00	52.000,00
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO			52.000,00	52.000,00
08.241.1301	ADMINISTRACAO GERAL			52.000,00	52.000,00
1000000	Recursos Ordinários			52.000,00	52.000,00
24	COMUNICACOES			51.000,00	51.000,00
24.722	TELECOMUNICACOES			51.000,00	51.000,00
24.722.1303	COMUNICACAO E TRANSMISSAO DOS SINAIS DE TV			51.000,00	51.000,00
1000000	Recursos Ordinários			51.000,00	51.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	385.000,00			385.000,00
28.122	ADMINISTRACAO GERAL	110.000,00			110.000,00
28.122.1301	ADMINISTRACAO GERAL	110.000,00			110.000,00
1000000	Recursos Ordinários	110.000,00			110.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	170.000,00			170.000,00
28.843.1301	ADMINISTRACAO GERAL	170.000,00			170.000,00
1000000	Recursos Ordinários	170.000,00			170.000,00
28.845	TRANSFERENCIAS	105.000,00			105.000,00
28.845.1301	ADMINISTRACAO GERAL	105.000,00			105.000,00
1000000	Recursos Ordinários	105.000,00			105.000,00
Total Unidade		400.000,00	0,00	1.290.600,00	1.690.600,00
Total Órgão		400.000,00	0,00	1.290.600,00	1.690.600,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unida)
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 4

Órgão.....: 04 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			60.000,00	60.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			60.000,00	60.000,00
04.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL			60.000,00	60.000,00
1000000	Recursos Ordinários			60.000,00	60.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	60.000,00	60.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 5

Órgão.....: 05 - DEPTO DE EDUCACAO					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE EDUCACAO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	EDUCACAO		412.000,00	2.342.211,40	2.754.211,40
12.306	ALIMENTACAO E NUTRICAO			127.000,00	127.000,00
12.306.1501	CRIANÇA NA ESCOLA			127.000,00	127.000,00
1000000	Recursos Ordinários			65.000,00	65.000,00
1370200	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Fundam			10.000,00	10.000,00
1000000	Recursos Ordinários			35.000,00	35.000,00
1370300	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Pré Esc			4.500,00	4.500,00
1370400	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche			12.500,00	12.500,00
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		412.000,00	1.968.211,40	2.380.211,40
12.361.1501	CRIANÇA NA ESCOLA		412.000,00	1.968.211,40	2.380.211,40
1010000	Receitas de Impostos - Educação		7.000,00		7.000,00
1320100	Transf.Convênios-União/Educação		100.000,00		100.000,00
1620100	Transf.Convênio -Estado/Educação		100.000,00		100.000,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação		5.000,00		5.000,00
1320100	Transf.Convênios-União/Educação		100.000,00		100.000,00
1620100	Transf.Convênio -Estado/Educação		100.000,00		100.000,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação			381.211,40	381.211,40
1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)			664.000,00	664.000,00
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)			135.000,00	135.000,00
1370100	Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE			5.000,00	5.000,00
1360000	TSalário Educação			96.000,00	96.000,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação			441.000,00	441.000,00
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)			126.000,00	126.000,00
1370500	Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE			25.000,00	25.000,00
1620200	Transf Conv Estado Educ Transp Escolar			95.000,00	95.000,00
12.365	EDUCACAO INFANTIL			232.000,00	232.000,00
12.365.1501	CRIANÇA NA ESCOLA			232.000,00	232.000,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação			142.000,00	142.000,00
1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)			50.000,00	50.000,00
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)			40.000,00	40.000,00
12.367	EDUCACAO ESPECIAL			15.000,00	15.000,00
12.367.1501	CRIANÇA NA ESCOLA			15.000,00	15.000,00
1000000	Recursos Ordinários			15.000,00	15.000,00
Total Unidade		0,00	412.000,00	2.342.211,40	2.754.211,40
Total Órgão		0,00	412.000,00	2.342.211,40	2.754.211,40



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unida)
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 6

Órgão.....: 06 - DEPTO DE CULTURA					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE CULTURA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	CULTURA		8.000,00	158.500,00	166.500,00
13.392	DIFUSAO CULTURAL		8.000,00	158.500,00	166.500,00
13.392.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA		8.000,00	158.500,00	166.500,00
1000000	Recursos Ordinários		8.000,00	88.500,00	96.500,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros			60.000,00	60.000,00
1000000	Recursos Ordinários			10.000,00	10.000,00
Total Unidade		0,00	8.000,00	158.500,00	166.500,00
Total Órgão		0,00	8.000,00	158.500,00	166.500,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 7

Órgão.....: 07 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
23	COMERCIO E SERVICOS		10.000,00	8.000,00	18.000,00
23.695	TURISMO		10.000,00	8.000,00	18.000,00
23.695.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA		10.000,00	8.000,00	18.000,00
1000000	Recursos Ordinários		10.000,00	8.000,00	18.000,00
27	DESPORTO E LAZER		205.000,00	125.000,00	330.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITARIO		205.000,00	125.000,00	330.000,00
27.812.1502	ESPORTE E LAZER		205.000,00	125.000,00	330.000,00
1000000	Recursos Ordinários		5.000,00		5.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		100.000,00		100.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		100.000,00		100.000,00
1000000	Recursos Ordinários			125.000,00	125.000,00
Total Unidade		0,00	215.000,00	133.000,00	348.000,00
Total Órgão		0,00	215.000,00	133.000,00	348.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 8

Órgão.....: 08 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	SEGURANCA PUBLICA			3.000,00	3.000,00
06.182	DEFESA CIVIL			3.000,00	3.000,00
06.182.1801	ESTRADAS VICINAIS			3.000,00	3.000,00
1000000	Recursos Ordinários			3.000,00	3.000,00
15	URBANISMO		471.000,00	72.500,00	543.500,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		471.000,00	72.500,00	543.500,00
15.451.1701	URBANIZAÇÃO DE VIAS E INFRA ESTRUTURA		471.000,00	72.500,00	543.500,00
1000000	Recursos Ordinários		41.000,00		41.000,00
1340100	Transf. Convênios-União/Outros não Rel		250.000,00		250.000,00
1640100	Transf. Convênio -Estado/Outros		100.000,00		100.000,00
1000000	Recursos Ordinários		80.000,00		80.000,00
1080000	Contrib Custeio Serv. Ilum. Públ. -COSIP			62.500,00	62.500,00
1000000	Recursos Ordinários			10.000,00	10.000,00
26	TRANSPORTE		605.000,00	1.425.556,60	2.030.556,60
26.782	TRANSPORTE RODOVIARIO		605.000,00	1.425.556,60	2.030.556,60
26.782.1801	ESTRADAS VICINAIS		605.000,00	1.425.556,60	2.030.556,60
1000000	Recursos Ordinários		5.000,00		5.000,00
1340100	Transf. Convênios-União/Outros não Rel		150.000,00		150.000,00
1640100	Transf. Convênio -Estado/Outros		150.000,00		150.000,00
1890000	Alienação Bens Dest. Outros Programas		50.000,00		50.000,00
1000000	Recursos Ordinários		50.000,00		50.000,00
1340100	Transf. Convênios-União/Outros não Rel		100.000,00		100.000,00
1640100	Transf. Convênio -Estado/Outros		100.000,00		100.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.170.556,60	1.170.556,60
1070000	Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE			15.000,00	15.000,00
1390100	Fundo Especial do Petróleo			70.000,00	70.000,00
1640100	Transf. Convênio -Estado/Outros			100.000,00	100.000,00
1000000	Recursos Ordinários			70.000,00	70.000,00
Total Unidade		0,00	1.076.000,00	1.501.056,60	2.577.056,60
Total Órgão		0,00	1.076.000,00	1.501.056,60	2.577.056,60



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unida)
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 9

Órgão.....: 09 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL			100.000,00	100.000,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			100.000,00	100.000,00
08.243.1603	INFÂNCIA E JUVENTUDE			100.000,00	100.000,00
1000000	Recursos Ordinários			100.000,00	100.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	100.000,00	100.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 10

Órgão.....: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	SAUDE		310.000,00	2.426.335,00	2.736.335,00
10.301	ATENCAO BASICA		310.000,00	2.426.335,00	2.736.335,00
10.301.1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO		310.000,00	2.426.335,00	2.736.335,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde		10.000,00		10.000,00
1330100	Transf. Convênios-União/Saúde		150.000,00		150.000,00
1630100	Transf. Convênio - Estado/Saúde		150.000,00		150.000,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde			1.728.335,00	1.728.335,00
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo			65.000,00	65.000,00
1380200	Estratégia Saúde da Família - ESF			48.500,00	48.500,00
1380300	Progr Saúde Bucal			27.000,00	27.000,00
1380400	Progr Agentes Comunit de Saúde - PACS			73.500,00	73.500,00
1380500	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Fed			96.000,00	96.000,00
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ			165.000,00	165.000,00
1380700	Atenção Media Alta Complexid - MAC Feder			25.000,00	25.000,00
1380800	Vigil Epidemiológ e Ambiental em Saúde			16.500,00	16.500,00
1380900	Vigilancia Sanitaria			14.500,00	14.500,00
1381000	Farmácia Básica - Federal			24.000,00	24.000,00
1670100	Transf SUS/Estado - Cofinanciamento			30.000,00	30.000,00
1670200	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est			24.000,00	24.000,00
1670300	Atenção Media Alta Complexid - MAC Estad			30.000,00	30.000,00
1670400	Farmácia Básica - Estadual			13.000,00	13.000,00
1880000	Alienação Bens Dest. Programas Saúde			30.000,00	30.000,00
1000000	Recursos Ordinários			6.000,00	6.000,00
1340100	Transf. Convênios-União/Outros não Rel			6.000,00	6.000,00
1640100	Transf. Convênio - Estado/Outros			4.000,00	4.000,00
Total Unidade		0,00	310.000,00	2.426.335,00	2.736.335,00
Total Órgão		0,00	310.000,00	2.426.335,00	2.736.335,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unida)
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 11

Órgão.....: 11 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
20	AGRICULTURA		305.000,00	606.000,00	911.000,00
20.606	EXTENSAO RURAL		305.000,00	606.000,00	911.000,00
20.606.1401	ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL		305.000,00	606.000,00	911.000,00
1000000	Recursos Ordinários		5.000,00		5.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		150.000,00		150.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		100.000,00		100.000,00
1890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas		50.000,00		50.000,00
1000000	Recursos Ordinários			606.000,00	606.000,00
Total Unidade		0,00	305.000,00	606.000,00	911.000,00
Total Órgão		0,00	305.000,00	606.000,00	911.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 12

Órgão.....: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL		511.000,00	616.250,00	1.127.250,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		511.000,00	616.250,00	1.127.250,00
08.244.1602	SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		511.000,00	616.250,00	1.127.250,00
1000000	Recursos Ordinários		1.000,00		1.000,00
1310000	Transf. Convênios-União/Assist.Social		300.000,00		300.000,00
1610000	Transf. Convênio -Estado/Assist.Social		100.000,00		100.000,00
1000000	Recursos Ordinários		2.000,00		2.000,00
1310000	Transf. Convênios-União/Assist.Social		60.000,00		60.000,00
1610000	Transf. Convênio -Estado/Assist.Social		48.000,00		48.000,00
1000000	Recursos Ordinários			300.000,00	300.000,00
1350500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS- PAIF			30.000,00	30.000,00
1000000	Recursos Ordinários			101.000,00	101.000,00
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo			72.000,00	72.000,00
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc			96.000,00	96.000,00
1350300	Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF			8.250,00	8.250,00
1350400	Transf SUAS/União - IGD - SUAS			6.000,00	6.000,00
1000000	Recursos Ordinários			3.000,00	3.000,00
Total Unidade		0,00	511.000,00	616.250,00	1.127.250,00
Total Órgão		0,00	511.000,00	616.250,00	1.127.250,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 13

Órgão.....: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Unidade Orçamentária: 099 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00			15.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00			15.000,00
99.999.1099	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00			15.000,00
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00			15.000,00
Total Unidade		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Total Órgão		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Total Geral		415.000,00	2.837.000,00	10.212.753,00	13.464.753,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Categoria Econômica
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Categoria Econômica)

Página: 1

Código	Especificação	Corrente	Capital	Total
01.001	CAMARA DE VEREADORES	551.000,00	10.000,00	561.000,00
01	LEGISLATIVA	551.000,00	10.000,00	561.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA	551.000,00	10.000,00	561.000,00
01.031.1101	Processo Legislativo	551.000,00	10.000,00	561.000,00
1000000	Recursos Ordinários	551.000,00	10.000,00	561.000,00
02.001	DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL	417.700,00	100,00	417.800,00
04	ADMINISTRACAO	417.700,00	100,00	417.800,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	417.700,00	100,00	417.800,00
04.122.1201	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	417.700,00	100,00	417.800,00
1000000	Recursos Ordinários	417.700,00	100,00	417.800,00
03.001	DEPTO DE ADMINISTRACAO	1.513.325,00	177.275,00	1.690.600,00
04	ADMINISTRACAO	1.196.325,00	6.275,00	1.202.600,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	1.181.325,00	6.275,00	1.187.600,00
04.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.181.325,00	6.275,00	1.187.600,00
1000000	Recursos Ordinários	1.177.300,00	5.200,00	1.182.500,00
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	1.257,50	400,00	1.657,50
1110000	Convênio de Trânsito - Civil	1.532,50	125,00	1.657,50
1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura	1.235,00	550,00	1.785,00
04.123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	15.000,00		15.000,00
04.123.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	15.000,00		15.000,00
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00		15.000,00
08	ASSISTENCIA SOCIAL	50.000,00	2.000,00	52.000,00
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO	50.000,00	2.000,00	52.000,00
08.241.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	50.000,00	2.000,00	52.000,00
1000000	Recursos Ordinários	50.000,00	2.000,00	52.000,00
24	COMUNICACOES	50.000,00	1.000,00	51.000,00
24.722	TELECOMUNICACOES	50.000,00	1.000,00	51.000,00
24.722.1303	COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS SINAIS DE TV	50.000,00	1.000,00	51.000,00
1000000	Recursos Ordinários	50.000,00	1.000,00	51.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	217.000,00	168.000,00	385.000,00
28.122	ADMINISTRACAO GERAL	110.000,00		110.000,00
28.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	110.000,00		110.000,00
1000000	Recursos Ordinários	110.000,00		110.000,00
28.843	SERVICO DA DÍVIDA INTERNA	2.000,00	168.000,00	170.000,00
28.843.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.000,00	168.000,00	170.000,00
1000000	Recursos Ordinários	2.000,00	168.000,00	170.000,00
28.845	TRANSFERENCIAS	105.000,00		105.000,00
28.845.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	105.000,00		105.000,00
1000000	Recursos Ordinários	105.000,00		105.000,00
04.001	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	59.000,00	1.000,00	60.000,00
04	ADMINISTRACAO	59.000,00	1.000,00	60.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	59.000,00	1.000,00	60.000,00
04.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	59.000,00	1.000,00	60.000,00
1000000	Recursos Ordinários	59.000,00	1.000,00	60.000,00
05.001	DEPTO DE EDUCACAO	2.328.711,40	425.500,00	2.754.211,40
12	EDUCACAO	2.328.711,40	425.500,00	2.754.211,40
12.306	ALIMENTACAO E NUTRICAO	127.000,00		127.000,00
12.306.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	127.000,00		127.000,00
1000000	Recursos Ordinários	100.000,00		100.000,00
1370200	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Fundam	10.000,00		10.000,00
1370300	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Pré Esc	4.500,00		4.500,00
1370400	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche	12.500,00		12.500,00
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.956.711,40	423.500,00	2.380.211,40
12.361.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	1.956.711,40	423.500,00	2.380.211,40
1010000	Receitas de Impostos - Educação	824.211,40	10.000,00	834.211,40
1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	664.000,00		664.000,00
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	261.000,00		261.000,00
1320100	Transf.Convênios-União/Educação		200.000,00	200.000,00
1360000	TSalário Educação	90.000,00	6.000,00	96.000,00
1370100	Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2.500,00	2.500,00	5.000,00
1370500	Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE	20.000,00	5.000,00	25.000,00
1620100	Transf.Convênio -Estado/Educação		200.000,00	200.000,00
1620200	Transf Conv Estado Educ Transp Escolar	95.000,00		95.000,00
12.365	EDUCACAO INFANTIL	230.000,00	2.000,00	232.000,00
12.365.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	230.000,00	2.000,00	232.000,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	140.000,00	2.000,00	142.000,00
1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	50.000,00		50.000,00
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	40.000,00		40.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
 Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Categoria Econômica
 Exercício: 2017
 Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Categoria Econômica)

Página: 2

Código	Especificação	Corrente	Capital	Total
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	15.000,00		15.000,00
12.367.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	15.000,00		15.000,00
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00		15.000,00
06.001	DEPTO DE CULTURA	155.000,00	11.500,00	166.500,00
13	CULTURA	155.000,00	11.500,00	166.500,00
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	155.000,00	11.500,00	166.500,00
13.392.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA	155.000,00	11.500,00	166.500,00
1000000	Recursos Ordinários	95.000,00	11.500,00	106.500,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	60.000,00		60.000,00
07.001	DEPTO DE ESPORTES E TURISMO	126.000,00	222.000,00	348.000,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.000,00	13.000,00	18.000,00
23.695	TURISMO	5.000,00	13.000,00	18.000,00
23.695.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA	5.000,00	13.000,00	18.000,00
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00	13.000,00	18.000,00
27	DESPORTO E LAZER	121.000,00	209.000,00	330.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITARIO	121.000,00	209.000,00	330.000,00
27.812.1502	ESPORTE E LAZER	121.000,00	209.000,00	330.000,00
1000000	Recursos Ordinários	121.000,00	9.000,00	130.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		100.000,00	100.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		100.000,00	100.000,00
08.001	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS	1.482.056,60	1.095.000,00	2.577.056,60
06	SEGURANÇA PÚBLICA	2.000,00	1.000,00	3.000,00
06.182	DEFESA CIVIL	2.000,00	1.000,00	3.000,00
06.182.1801	ESTRADAS VICINAIS	2.000,00	1.000,00	3.000,00
1000000	Recursos Ordinários	2.000,00	1.000,00	3.000,00
15	URBANISMO	59.500,00	484.000,00	543.500,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	59.500,00	484.000,00	543.500,00
15.451.1701	URBANIZAÇÃO DE VIAS E INFRA ESTRUTURA	59.500,00	484.000,00	543.500,00
1000000	Recursos Ordinários	9.500,00	121.500,00	131.000,00
1080000	Contrib Custeio Serv. Ilum. Públ. -COSIP	50.000,00	12.500,00	62.500,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		250.000,00	250.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		100.000,00	100.000,00
26	TRANSPORTE	1.420.556,60	610.000,00	2.030.556,60
26.782	TRANSPORTE RODOVIARIO	1.420.556,60	610.000,00	2.030.556,60
26.782.1801	ESTRADAS VICINAIS	1.420.556,60	610.000,00	2.030.556,60
1000000	Recursos Ordinários	1.245.556,60	50.000,00	1.295.556,60
1070000	Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE	15.000,00		15.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		250.000,00	250.000,00
1390100	Fundo Especial do Petróleo	60.000,00	10.000,00	70.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	100.000,00	250.000,00	350.000,00
1890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas		50.000,00	50.000,00
09.001	FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	97.000,00	3.000,00	100.000,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	97.000,00	3.000,00	100.000,00
08.243	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	97.000,00	3.000,00	100.000,00
08.243.1603	INFÂNCIA E JUVENTUDE	97.000,00	3.000,00	100.000,00
1000000	Recursos Ordinários	97.000,00	3.000,00	100.000,00
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.334.835,00	401.500,00	2.736.335,00
10	SAÚDE	2.334.835,00	401.500,00	2.736.335,00
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	2.334.835,00	401.500,00	2.736.335,00
10.301.1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DO CIDADÃO	2.334.835,00	401.500,00	2.736.335,00
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00	5.000,00	6.000,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	1.708.335,00	30.000,00	1.738.335,00
1330100	Transf.Convênios-União/Saúde		150.000,00	150.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	5.000,00	1.000,00	6.000,00
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	60.000,00	5.000,00	65.000,00
1380200	Estratégia Saúde da Família - ESF	48.500,00		48.500,00
1380300	Progr Saúde Bucal	27.000,00		27.000,00
1380400	Progr Agentes Comunit de Saúde - PACS	73.500,00		73.500,00
1380500	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Fed	96.000,00		96.000,00
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	140.000,00	25.000,00	165.000,00
1380700	Atenção Média Alta Complexid - MAC Feder	25.000,00		25.000,00
1380800	Vigil Epidemiológ e Ambiental em Saúde	16.500,00		16.500,00
1380900	Vigilância Sanitária	10.000,00	4.500,00	14.500,00
1381000	Farmácia Básica - Federal	24.000,00		24.000,00
1630100	Transf.Convênio -Estado/Saúde		150.000,00	150.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	3.000,00	1.000,00	4.000,00
1670100	Transf SUS/Estado - Cofinanciamento	30.000,00		30.000,00
1670200	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est	24.000,00		24.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Categoria Econômica
Exercício: 2017
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Categoria Econômica)

Página: 3

Código	Especificação	Corrente	Capital	Total
1670300	Atenção Média Alta Complexid - MAC Estad	30.000,00		30.000,00
1670400	Farmácia Básica - Estadual	13.000,00		13.000,00
1880000	Alienação Bens Dest. Programas Saúde		30.000,00	30.000,00
11.001	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO	601.000,00	310.000,00	911.000,00
20	AGRICULTURA	601.000,00	310.000,00	911.000,00
20.606	EXTENSAO RURAL	601.000,00	310.000,00	911.000,00
20.606.1401	ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	601.000,00	310.000,00	911.000,00
1000000	Recursos Ordinários	601.000,00	10.000,00	611.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		150.000,00	150.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		100.000,00	100.000,00
1890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas		50.000,00	50.000,00
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	593.000,00	534.250,00	1.127.250,00
08	ASSISTENCIA SOCIAL	593.000,00	534.250,00	1.127.250,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	593.000,00	534.250,00	1.127.250,00
08.244.1602	SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	593.000,00	534.250,00	1.127.250,00
1000000	Recursos Ordinários	392.000,00	15.000,00	407.000,00
1310000	Transf.Convênios-União/Assist.Social		360.000,00	360.000,00
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	70.000,00	2.000,00	72.000,00
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	90.000,00	6.000,00	96.000,00
1350300	Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF	6.000,00	2.250,00	8.250,00
1350400	Transf SUAS/União - IGD - SUAS	5.000,00	1.000,00	6.000,00
1350500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS- PAIF	30.000,00		30.000,00
1610000	Transf.Convênio -Estado/Assist.Social		148.000,00	148.000,00
99.099	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00		15.000,00
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00		15.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00		15.000,00
99.999.1099	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00		15.000,00
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00		15.000,00
Total Geral		10.273.628,00	3.191.125,00	13.464.753,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
 Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o Vínculo c/ Recursos
 Exercício: 2017
 Consolidado

ANEXO 8 da Lei 4.320/64 - ADENDO VII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página: 1

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01.001	CAMARA DE VEREADORES	561.000,00		561.000,00
01	LEGISLATIVA	561.000,00		561.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA	561.000,00		561.000,00
01.031.1101	Processo Legislativo	561.000,00		561.000,00
1000000	Recursos Ordinários	561.000,00		561.000,00
02.001	DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL	417.800,00		417.800,00
04	ADMINISTRACAO	417.800,00		417.800,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	417.800,00		417.800,00
04.122.1201	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	417.800,00		417.800,00
1000000	Recursos Ordinários	417.800,00		417.800,00
03.001	DEPTO DE ADMINISTRACAO	1.685.500,00	5.100,00	1.690.600,00
04	ADMINISTRACAO	1.197.500,00	5.100,00	1.202.600,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	1.182.500,00	5.100,00	1.187.600,00
04.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.182.500,00	5.100,00	1.187.600,00
1000000	Recursos Ordinários	1.182.500,00		1.182.500,00
1100000	Convênio de Trânsito - Militar		1.657,50	1.657,50
1110000	Convênio de Trânsito - Civil		1.657,50	1.657,50
1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura		1.785,00	1.785,00
04.123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	15.000,00		15.000,00
04.123.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	15.000,00		15.000,00
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00		15.000,00
08	ASSISTENCIA SOCIAL	52.000,00		52.000,00
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO	52.000,00		52.000,00
08.241.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	52.000,00		52.000,00
1000000	Recursos Ordinários	52.000,00		52.000,00
24	COMUNICACOES	51.000,00		51.000,00
24.722	TELECOMUNICACOES	51.000,00		51.000,00
24.722.1303	COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS SINAIS DE TV	51.000,00		51.000,00
1000000	Recursos Ordinários	51.000,00		51.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	385.000,00		385.000,00
28.122	ADMINISTRACAO GERAL	110.000,00		110.000,00
28.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	110.000,00		110.000,00
1000000	Recursos Ordinários	110.000,00		110.000,00
28.843	SERVICO DA DÍVIDA INTERNA	170.000,00		170.000,00
28.843.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	170.000,00		170.000,00
1000000	Recursos Ordinários	170.000,00		170.000,00
28.845	TRANSFERENCIAS	105.000,00		105.000,00
28.845.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	105.000,00		105.000,00
1000000	Recursos Ordinários	105.000,00		105.000,00
04.001	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	60.000,00		60.000,00
04	ADMINISTRACAO	60.000,00		60.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	60.000,00		60.000,00
04.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	60.000,00		60.000,00
1000000	Recursos Ordinários	60.000,00		60.000,00
05.001	DEPTO DE EDUCACAO	115.000,00	2.639.211,40	2.754.211,40
12	EDUCACAO	115.000,00	2.639.211,40	2.754.211,40
12.306	ALIMENTACAO E NUTRICAO	100.000,00	27.000,00	127.000,00
12.306.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	100.000,00	27.000,00	127.000,00
1000000	Recursos Ordinários	100.000,00		100.000,00
1370200	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Fundam		10.000,00	10.000,00
1370300	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Pré Esc		4.500,00	4.500,00
1370400	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche		12.500,00	12.500,00
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		2.380.211,40	2.380.211,40
12.361.1501	CRIANÇA NA ESCOLA		2.380.211,40	2.380.211,40
1010000	Receitas de Impostos - Educação		834.211,40	834.211,40
1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)		664.000,00	664.000,00
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)		261.000,00	261.000,00
1320100	Transf.Convênios-União/Educação		200.000,00	200.000,00
1360000	TSalário Educação		96.000,00	96.000,00
1370100	Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE		5.000,00	5.000,00
1370500	Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE		25.000,00	25.000,00
1620100	Transf.Convênio -Estado/Educação		200.000,00	200.000,00
1620200	Transf Conv Estado Educ Transp Escolar		95.000,00	95.000,00
12.365	EDUCACAO INFANTIL		232.000,00	232.000,00
12.365.1501	CRIANÇA NA ESCOLA		232.000,00	232.000,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação		142.000,00	142.000,00
1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)		50.000,00	50.000,00
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)		40.000,00	40.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
 Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o Vínculo c/ Recursos
 Exercício: 2017
 Consolidado

Página: 2

ANEXO 8 da Lei 4.320/64 - ADENDO VII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	15.000,00		15.000,00
12.367.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	15.000,00		15.000,00
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00		15.000,00
06.001	DEPTO DE CULTURA	106.500,00	60.000,00	166.500,00
13	CULTURA	106.500,00	60.000,00	166.500,00
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	106.500,00	60.000,00	166.500,00
13.392.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA	106.500,00	60.000,00	166.500,00
1000000	Recursos Ordinários	106.500,00		106.500,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		60.000,00	60.000,00
07.001	DEPTO DE ESPORTES E TURISMO	148.000,00	200.000,00	348.000,00
23	COMERCIO E SERVIÇOS	18.000,00		18.000,00
23.695	TURISMO	18.000,00		18.000,00
23.695.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA	18.000,00		18.000,00
1000000	Recursos Ordinários	18.000,00		18.000,00
27	DESPORTO E LAZER	130.000,00	200.000,00	330.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITARIO	130.000,00	200.000,00	330.000,00
27.812.1502	ESPORTE E LAZER	130.000,00	200.000,00	330.000,00
1000000	Recursos Ordinários	130.000,00		130.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		100.000,00	100.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		100.000,00	100.000,00
08.001	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS	1.429.556,60	1.147.500,00	2.577.056,60
06	SEGURANÇA PÚBLICA	3.000,00		3.000,00
06.182	DEFESA CIVIL	3.000,00		3.000,00
06.182.1801	ESTRADAS VICINAIS	3.000,00		3.000,00
1000000	Recursos Ordinários	3.000,00		3.000,00
15	URBANISMO	131.000,00	412.500,00	543.500,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	131.000,00	412.500,00	543.500,00
15.451.1701	URBANIZAÇÃO DE VIAS E INFRA ESTRUTURA	131.000,00	412.500,00	543.500,00
1000000	Recursos Ordinários	131.000,00		131.000,00
1080000	Contrib Custeio Serv. Ilum. Públ. -COSIP		62.500,00	62.500,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		250.000,00	250.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		100.000,00	100.000,00
26	TRANSPORTE	1.295.556,60	735.000,00	2.030.556,60
26.782	TRANSPORTE RODOVIARIO	1.295.556,60	735.000,00	2.030.556,60
26.782.1801	ESTRADAS VICINAIS	1.295.556,60	735.000,00	2.030.556,60
1000000	Recursos Ordinários	1.295.556,60		1.295.556,60
1070000	Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE		15.000,00	15.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		250.000,00	250.000,00
1390100	Fundo Especial do Petróleo		70.000,00	70.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		350.000,00	350.000,00
1890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas		50.000,00	50.000,00
09.001	FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	100.000,00		100.000,00
08	ASSISTENCIA SOCIAL	100.000,00		100.000,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	100.000,00		100.000,00
08.243.1603	INFÂNCIA E JUVENTUDE	100.000,00		100.000,00
1000000	Recursos Ordinários	100.000,00		100.000,00
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.000,00	2.730.335,00	2.736.335,00
10	SAÚDE	6.000,00	2.730.335,00	2.736.335,00
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	6.000,00	2.730.335,00	2.736.335,00
10.301.1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DO CIDADÃO	6.000,00	2.730.335,00	2.736.335,00
1000000	Recursos Ordinários	6.000,00		6.000,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde		1.738.335,00	1.738.335,00
1330100	Transf.Convênios-União/Saúde		150.000,00	150.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel		6.000,00	6.000,00
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo		65.000,00	65.000,00
1380200	Estratégia Saúde da Família - ESF		48.500,00	48.500,00
1380300	Progr Saúde Bucal		27.000,00	27.000,00
1380400	Progr Agentes Comunit de Saúde - PACS		73.500,00	73.500,00
1380500	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Fed		96.000,00	96.000,00
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ		165.000,00	165.000,00
1380700	Atenção Média Alta Complexid - MAC Feder		25.000,00	25.000,00
1380800	Vigil Epidemiológ e Ambiental em Saúde		16.500,00	16.500,00
1380900	Vigilância Sanitária		14.500,00	14.500,00
1381000	Farmácia Básica - Federal		24.000,00	24.000,00
1630100	Transf.Convênio -Estado/Saúde		150.000,00	150.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros		4.000,00	4.000,00
1670100	Transf SUS/Estado - Cofinanciamento		30.000,00	30.000,00
1670200	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est		24.000,00	24.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
 Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o Vínculo c/ Recursos
 Exercício: 2017
 Consolidado

Página: 3

ANEXO 8 da Lei 4.320/64 - ADENDO VII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
1670300	Atenção Média Alta Complexid - MAC Estad		30.000,00	30.000,00
1670400	Farmácia Básica - Estadual		13.000,00	13.000,00
1880000	Alienação Bens Dest. Programas Saúde		30.000,00	30.000,00
11.001	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO	611.000,00	300.000,00	911.000,00
20	AGRICULTURA	611.000,00	300.000,00	911.000,00
20.606	EXTENSAO RURAL	611.000,00	300.000,00	911.000,00
20.606.1401	ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	611.000,00	300.000,00	911.000,00
1000000	Recursos Ordinários	611.000,00		611.000,00
1340100	Transf. Convênios-União/Outros não Rel		150.000,00	150.000,00
1640100	Transf. Convênio -Estado/Outros		100.000,00	100.000,00
1890000	Alienação Bens Dest. Outros Programas		50.000,00	50.000,00
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	407.000,00	720.250,00	1.127.250,00
08	ASSISTENCIA SOCIAL	407.000,00	720.250,00	1.127.250,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	407.000,00	720.250,00	1.127.250,00
08.244.1602	SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	407.000,00	720.250,00	1.127.250,00
1000000	Recursos Ordinários	407.000,00		407.000,00
1310000	Transf. Convênios-União/Assist. Social		360.000,00	360.000,00
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo		72.000,00	72.000,00
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc		96.000,00	96.000,00
1350300	Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF		8.250,00	8.250,00
1350400	Transf SUAS/União - IGD - SUAS		6.000,00	6.000,00
1350500	Transf. Sist. Único A. Social-SUAS- PAIF		30.000,00	30.000,00
1610000	Transf. Convênio -Estado/Assist. Social		148.000,00	148.000,00
99.099	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00		15.000,00
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00		15.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00		15.000,00
99.999.1099	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00		15.000,00
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00		15.000,00
Total Geral		5.662.356,60	7.802.396,40	13.464.753,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
Exercício: 2017
Consolidado

Página: 1

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Funções					
	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01 - CAMARA DE VEREADORES	561.000,00			417.800,00 1.202.600,00 60.000,00		3.000,00
02 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL						
03 - DEPTO DE ADMINISTRACAO						
04 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS						
05 - DEPTO DE EDUCACAO						
06 - DEPTO DE CULTURA						
07 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO						
08 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS						
09 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESCENTE						
10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
11 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO						
12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA						
Total:	561.000,00			1.680.400,00		3.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
Exercício: 2017
Consolidado

Página: 2

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Funções				
	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Educação
01 - CAMARA DE VEREADORES					
02 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL					
03 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL		52.000,00			2.754.211,40
04 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS					
05 - DEPTO DE EDUCACAO					
06 - DEPTO DE CULTURA					
07 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO					
08 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS		100.000,00		2.736.335,00	
09 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE					
10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		1.127.250,00			
11 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO					
12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Total:		1.279.250,00		2.736.335,00	2.754.211,40

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

Exercício: 2017
Consolidado

Página: 3

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Funções				
	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento
01 - CAMARA DE VEREADORES					
02 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL					
03 - DEPTO DE ADMINISTRACAO					
04 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS					
05 - DEPTO DE EDUCACAO					
06 - DEPTO DE CULTURA					
07 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO					
08 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS					
09 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESCENTE					
10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
11 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO					
12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Total:	166.500,00		543.500,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

Exercício: 2017
Consolidado

Página: 4

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Funções					
	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01 - CAMARA DE VEREADORES						
02 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL						
03 - DEPTO DE ADMINISTRACAO						51.000,00
04 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS						
05 - DEPTO DE EDUCACAO						
06 - DEPTO DE CULTURA						
07 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO						
08 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS					18.000,00	
09 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESCENTE						
10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
11 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO		911.000,00				
12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA						
Total:		911.000,00			18.000,00	51.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
Exercício: 2017
Consolidado

Página: 5

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Funções					
Órgão	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva Contingência
01 - CAMARA DE VEREADORES					581.000,00
02 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL					417.800,00
03 - DEPTO DE ADMINISTRACAO				385.000,00	1.690.600,00
04 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS					60.000,00
05 - DEPTO DE EDUCACAO					2.754.211,40
06 - DEPTO DE CULTURA					166.500,00
07 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO			330.000,00		348.000,00
08 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS		2.030.556,60			2.577.056,60
09 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESCENTE					100.000,00
10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					2.736.335,00
11 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO					911.000,00
12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					1.127.250,00
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA					15.000,00
Total:		2.030.556,60	330.000,00	385.000,00	15.000,00
					13.464.753,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso
Exercício: 2017

Página: 1

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 01 - CAMARA DE VEREADORES
Unidade Orçamentária: 001 - CAMARA DE VEREADORES

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
01	LEGISLATIVA	450.000,00		101.000,00	551.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA	450.000,00		101.000,00	551.000,00
01.031.1101	Processo Legislativo	450.000,00		101.000,00	551.000,00
01.031.1101.2001	Manutenção Geral da Câmara de Vereadores	450.000,00		101.000,00	551.000,00
1000000	Recursos Ordinários	450.000,00		101.000,00	551.000,00
Total		450.000,00	0,00	101.000,00	551.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso
Exercício: 2017

Página: 2

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 01 - CAMARA DE VEREADORES
Unidade Orçamentária: 001 - CAMARA DE VEREADORES

Código	Especificação	Despesas de Capital			Total
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	
01	LEGISLATIVA	10.000,00			10.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA	10.000,00			10.000,00
01.031.1101	Processo Legislativo	10.000,00			10.000,00
01.031.1101.2001	Manutenção Geral da Câmara de Vereadores	10.000,00			10.000,00
1000000	Recursos Ordinários	10.000,00			10.000,00
	Total	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	Total órgão	460.000,00	0,00	101.000,00	561.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2017

Página: 3

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 02 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL					
Código	Especificação	Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
04	ADMINISTRACAO	400.000,00		17.700,00	417.700,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	400.000,00		17.700,00	417.700,00
04.122.1201	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	400.000,00		17.700,00	417.700,00
04.122.1201.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	400.000,00		17.700,00	417.700,00
1000000	Recursos Ordinários	400.000,00		17.700,00	417.700,00
Total		400.000,00	0,00	17.700,00	417.700,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso
Exercício: 2017

Página: 4

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 02 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL					
Código	Especificação	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
04	ADMINISTRACAO	100,00			100,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	100,00			100,00
04.122.1201	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	100,00			100,00
04.122.1201.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	100,00			100,00
1000000	Recursos Ordinários	100,00			100,00
Total		100,00	0,00	0,00	100,00
Total órgão		400.100,00	0,00	17.700,00	417.800,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2017

Página: 5

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 03 - DEPTO DE ADMINISTRACAO				
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE ADMINISTRACAO				
Código	Especificação	Despesas Correntes		
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes
04	ADMINISTRACAO	660.500,00		535.825,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	660.500,00		520.825,00
04.122.1301	ADMINISTRACÃO GERAL	660.500,00		520.825,00
04.122.1301.2003	Manutenção das Atividades Administrativas	600.500,00		490.825,00
1000000	Recursos Ordinários	600.500,00		488.800,00
1100000	Convênio de Trânsito - Militar			1.257,50
1110000	Convênio de Trânsito - Civil			1.532,50
1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura			1.235,00
04.122.1301.2030	Manutenção do Conselho Tutelar Municipal	60.000,00		30.000,00
1000000	Recursos Ordinários	60.000,00		30.000,00
04.123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA			15.000,00
04.123.1301	ADMINISTRACÃO GERAL			15.000,00
04.123.1301.0006	Pagamento de Precatórios			15.000,00
1000000	Recursos Ordinários			50.000,00
08	ASSISTENCIA SOCIAL			50.000,00
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO			50.000,00
08.241.1301	ADMINISTRACÃO GERAL			50.000,00
08.241.1301.2035	Manutenção das Atividades da Melhor Idade			50.000,00
1000000	Recursos Ordinários			50.000,00
24	COMUNICACOES			50.000,00
24.722	TELECOMUNICACOES			50.000,00
24.722.1303	COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS SINAIS DE TV			50.000,00
24.722.1303.2004	Manutenção dos Serviços de Comunicação			50.000,00
1000000	Recursos Ordinários		2.000,00	50.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	110.000,00		105.000,00
28.122	ADMINISTRACAO GERAL	110.000,00		110.000,00
28.122.1301	ADMINISTRACÃO GERAL	110.000,00		110.000,00
28.122.1301.0001	Pagamento de Inativos e Pensionistas	110.000,00		110.000,00
1000000	Recursos Ordinários	110.000,00		110.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA		2.000,00	2.000,00
28.843.1301	ADMINISTRACÃO GERAL		2.000,00	2.000,00
28.843.1301.0002	Amortização da Dívida e Encargos		2.000,00	2.000,00
1000000	Recursos Ordinários			105.000,00
28.845	TRANSFERENCIAS			105.000,00
28.845.1301	ADMINISTRACÃO GERAL			105.000,00
28.845.1301.0003	PASEP			105.000,00
1000000	Recursos Ordinários			105.000,00
Total		770.500,00	2.000,00	1.513.325,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso
Exercício: 2017

Página: 6

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 03 - DEPTO DE ADMINISTRACAO		Despesas de Capital			
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE ADMINISTRACAO		Investimentos		Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
Código	Especificação				Total
04	ADMINISTRACAO	6.275,00			6.275,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	6.275,00			6.275,00
04.122.1301	ADMINISTRACAO GERAL	6.275,00			6.275,00
04.122.1301.2003	Manutenção das Atividades Administrativas	5.275,00			5.275,00
1000000	Recursos Ordinários	4.200,00			4.200,00
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	400,00			400,00
1110000	Convênio de Trânsito - Civil	125,00			125,00
1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura	550,00			550,00
04.122.1301.2030	Manutenção do Conselho Tutelar Municipal	1.000,00			1.000,00
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00			1.000,00
08	ASSISTENCIA SOCIAL	2.000,00			2.000,00
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO	2.000,00			2.000,00
08.241.1301	ADMINISTRACAO GERAL	2.000,00			2.000,00
08.241.1301.2035	Manutenção das Atividades da Melhor Idade	2.000,00			2.000,00
1000000	Recursos Ordinários	2.000,00			2.000,00
24	COMUNICACOES	1.000,00			1.000,00
24.722	TELECOMUNICACOES	1.000,00			1.000,00
24.722.1303	COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS SINAIS DE TV	1.000,00			1.000,00
24.722.1303.2004	Manutenção dos Serviços de Comunicação	1.000,00			1.000,00
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00			1.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS				
28.843	SERVICO DA DÍVIDA INTERNA				
28.843.1301	ADMINISTRACAO GERAL				
28.843.1301.0002	Amortização da Dívida e Encargos				
1000000	Recursos Ordinários				
Total		9.275,00		0,00	168.000,00
Total órgão		779.775,00		2.000,00	908.825,00
					1.690.600,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso
Exercício: 2017

Página: 7

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 04 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS					
Código	Especificação	Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
04	ADMINISTRAÇÃO	56.000,00		3.000,00	59.000,00
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	56.000,00		3.000,00	59.000,00
04.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	56.000,00		3.000,00	59.000,00
04.122.1301.2037	Manutenção da Secretaria de Finanças	56.000,00		3.000,00	59.000,00
1000000	Recursos Ordinários	56.000,00		3.000,00	59.000,00
Total		56.000,00	0,00	3.000,00	59.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso
Exercício: 2017

Página: 8

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 04 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
Unidade Orçamentária: 001 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

Código	Especificação	Despesas de Capital			Total
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	
04	ADMINISTRAÇÃO	1.000,00			1.000,00
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.000,00			1.000,00
04.122.1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.000,00			1.000,00
04.122.1301.2037	Manutenção da Secretaria de Finanças	1.000,00			1.000,00
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00			1.000,00
	Total	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
	Total órgão	57.000,00	0,00	3.000,00	60.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso
Exercício: 2017

Recursos de Todas as Fontes e Transferências						Página: 9
Órgão.....: 05 - DEPTO DE EDUCACAO						
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE EDUCACAO						
Código	Especificação	Despesas Correntes			Total	
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes		
12	EDUCACAO	1.518.211,40		810.500,00	2.328.711,40	
12.306	ALIMENTACAO E NUTRICAO			127.000,00	127.000,00	
12.306.1501	CRIANÇA NA ESCOLA			127.000,00	127.000,00	
12.306.1501.2017	Manutenção do Programa de Merenda Escolar - Fundamental			75.000,00	75.000,00	
1000000	Recursos Ordinários			65.000,00	65.000,00	
1370200	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Fundam			10.000,00	10.000,00	
12.306.1501.2034	Manutenção da merenda escolar - Infantil			52.000,00	52.000,00	
1000000	Recursos Ordinários			35.000,00	35.000,00	
1370300	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Pré Esc			4.500,00	4.500,00	
1370400	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche			12.500,00	12.500,00	
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.338.211,40		618.500,00	1.956.711,40	
12.361.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	1.338.211,40		618.500,00	1.956.711,40	
1010000	Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física das unidades de Educação Básica			5.000,00	5.000,00	
12.361.1501.1001	Recursos de Impostos - Educação			5.000,00	5.000,00	
1010000	Manutenção do Ensino Fundamental	1.078.211,40		102.500,00	1.180.711,40	
12.361.1501.2010	Recursos de Impostos - Educação	279.211,40		100.000,00	379.211,40	
1010000	Transf FUNDEF/FUNDEF (Remu. Magistério)	664.000,00			664.000,00	
1180000	Transf FUNDEF/FUNDEF (Out. Desp. Ensino)	135.000,00			135.000,00	
1370100	Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE			2.500,00	2.500,00	
12.361.1501.2018	Manutenção do Salário Educação			90.000,00	90.000,00	
1360000	TSalário Educação			90.000,00	90.000,00	
12.361.1501.2019	Transporte Escolar			90.000,00	90.000,00	
1010000	Recursos de Impostos - Educação	260.000,00		421.000,00	681.000,00	
1190000	Transf FUNDEF/FUNDEF (Out. Desp. Ensino)	140.000,00		300.000,00	440.000,00	
1370500	Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE	120.000,00		6.000,00	126.000,00	
1620200	Transf Conv Estado Educ Transp Escolar			20.000,00	20.000,00	
12.365	EDUCACAO INFANTIL	180.000,00		95.000,00	275.000,00	
12.365.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	180.000,00		50.000,00	230.000,00	
1010000	Manutenção do Ensino Pré-Escolar			50.000,00	50.000,00	
12.365.1501.2020	Recursos de Impostos - Educação	180.000,00		50.000,00	230.000,00	
1010000	Transf FUNDEF/FUNDEF (Remu. Magistério)	100.000,00		40.000,00	140.000,00	
1190000	Transf FUNDEF/FUNDEF (Out. Desp. Ensino)	50.000,00			50.000,00	
12.367	EDUCACAO ESPECIAL	30.000,00		10.000,00	40.000,00	
12.367.1501	CRIANÇA NA ESCOLA			15.000,00	15.000,00	
12.367.1501.2011	Manutenção do Programa de Educação Especial			15.000,00	15.000,00	
1000000	Recursos Ordinários			15.000,00	15.000,00	
Total		1.518.211,40	0,00	810.500,00	2.328.711,40	



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso
Exercício: 2017

Página: 10

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 05 - DEPTO DE EDUCACAO		Despesas de Capital			
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE EDUCACAO		Amortização da Dívida			
Código	Especificação	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
12	EDUCACAO	425.500,00			425.500,00
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	423.500,00			423.500,00
12.361.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	423.500,00			423.500,00
12.361.1501.1001	Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física das unidades de Educação Básica	202.000,00			202.000,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	2.000,00			2.000,00
1320100	Transf Convênios-União/Educação	100.000,00			100.000,00
1620100	Transf Convênio - Estado/Educação	100.000,00			100.000,00
12.361.1501.1008	Aquisição de terreno, Construção de áreas destinadas ao esporte e lazer dos alunos da rede de educação básica	205.000,00			205.000,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	5.000,00			5.000,00
1320100	Transf Convênios-União/Educação	100.000,00			100.000,00
1620100	Transf Convênio - Estado/Educação	100.000,00			100.000,00
12.361.1501.2010	Manutenção do Ensino Fundamental	4.500,00			4.500,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	2.000,00			2.000,00
1370100	Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2.500,00			2.500,00
12.361.1501.2018	Manutenção do Salário Educação	6.000,00			6.000,00
1360000	TSalário Educação	6.000,00			6.000,00
12.361.1501.2019	Transporte Escolar	6.000,00			6.000,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	1.000,00			1.000,00
1370500	Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE	5.000,00			5.000,00
12.365	EDUCACAO INFANTIL	2.000,00			2.000,00
12.365.1501	CRIANÇA NA ESCOLA	2.000,00			2.000,00
12.365.1501.2020	Manutenção do Ensino Pré-Escolar	2.000,00			2.000,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	2.000,00			2.000,00
Total		425.500,00	0,00	0,00	425.500,00
Total órgão		1.943.711,40	0,00	810.500,00	2.754.211,40



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2017

Página: 11

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 06 - DEPTO DE CULTURA					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE CULTURA					
Código	Especificação	Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
13	CULTURA				
13.392	DIFUSAO CULTURAL	55.000,00		100.000,00	155.000,00
13.392.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA	55.000,00		100.000,00	155.000,00
13.392.1503.2013	Apoio e Exploração da Cultura	55.000,00		20.000,00	75.000,00
1000000	Recursos Ordinários	55.000,00		20.000,00	75.000,00
13.392.1503.2033	Realização da Festa do Colono			70.000,00	70.000,00
1000000	Recursos Ordinários			10.000,00	10.000,00
1640100	Transf.Convênio - Estado/Outros			60.000,00	60.000,00
13.392.1503.2036	Manutenção das Atividades do Coral Municipal			10.000,00	10.000,00
1000000	Recursos Ordinários			10.000,00	10.000,00
Total		55.000,00	0,00	100.000,00	155.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso
Exercício: 2017

Página: 12

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 06 - DEPTO DE CULTURA					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE CULTURA					
Código	Especificação	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
13	CULTURA	11.500,00			11.500,00
13.392	DIFUSAO CULTURAL	11.500,00			11.500,00
13.392.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA	11.500,00			11.500,00
13.392.1503.1016	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS CULTURAIS	8.000,00			8.000,00
1000000	Recursos Ordinários	8.000,00			8.000,00
13.392.1503.2013	Apoio e Exploração da Cultura	3.500,00			3.500,00
1000000	Recursos Ordinários	3.500,00			3.500,00
Total		11.500,00	0,00	0,00	11.500,00
Total órgão		66.500,00	0,00	100.000,00	166.500,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso
Exercício: 2017

Página: 13

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 07 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
23	COMERCIO E SERVIÇOS				
23.695	TURISMO			5.000,00	5.000,00
23.695.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA			5.000,00	5.000,00
23.695.1503.2014	Apoio ao Desenvolvimento do Turismo			5.000,00	5.000,00
1000000	Recursos Ordinários			5.000,00	5.000,00
27	DESPORTO E LAZER	60.000,00		61.000,00	121.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITARIO	60.000,00		61.000,00	121.000,00
27.812.1502	ESPORTE E LAZER	60.000,00		61.000,00	121.000,00
27.812.1502.2012	Apoio ao Desporto Amador	60.000,00		61.000,00	121.000,00
1000000	Recursos Ordinários	60.000,00		61.000,00	121.000,00
Total		60.000,00	0,00	66.000,00	126.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso
Exercício: 2017

Página: 14

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 07 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO						
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO						
Código	Especificação	Despesas de Capital				Total
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida		
23	COMERCIO E SERVIÇOS	13.000,00			13.000,00	
23.695	TURISMO	13.000,00			13.000,00	
23.695.1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA	13.000,00			13.000,00	
23.695.1503.1007	CONSTRUÇÃO PORTAL	10.000,00			10.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	10.000,00			10.000,00	
23.695.1503.2014	Apoio ao Desenvolvimento do Turismo	3.000,00			3.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	3.000,00			3.000,00	
27	DESPORTO E LAZER	209.000,00			209.000,00	
27.812	DESPORTO COMUNITARIO	209.000,00			209.000,00	
27.812.1502	ESPORTE E LAZER	209.000,00			209.000,00	
27.812.1502.1010	CONSTRUÇÃO DE AREAS DESTINADAS A PRATICA ESPORTIVA	205.000,00			205.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00			5.000,00	
1340100	Transf Convênios-União/Outros não Rel	100.000,00			100.000,00	
1640100	Transf Convênio -Estado/Outros	100.000,00			100.000,00	
27.812.1502.2012	Apoio ao Desporto Amador	4.000,00			4.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	4.000,00			4.000,00	
Total		222.000,00	0,00	0,00	222.000,00	
Total órgão		282.000,00	0,00	66.000,00	348.000,00	



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2017

Página: 15

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 08 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS		Despesas Correntes			
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
Código	Especificação				
06	SEGURANÇA PÚBLICA	1.000,00		1.000,00	2.000,00
06.182	DEFESA CIVIL	1.000,00		1.000,00	2.000,00
06.182.1801	ESTRADAS VICINAIS	1.000,00		1.000,00	2.000,00
06.182.1801.2032	Manutenção do Órgão de Defesa Civil Municipal	1.000,00		1.000,00	2.000,00
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		1.000,00	2.000,00
15	URBANISMO			59.500,00	59.500,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA			59.500,00	59.500,00
15.451.1701	URBANIZAÇÃO DE VIAS E INFRA-ESTRUTURA			59.500,00	59.500,00
15.451.1701.1002	Pavimentação e Revestimentos de Ruas e Infra-estrutura			1.000,00	1.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.000,00	1.000,00
15.451.1701.2021	Manutenção da Iluminação Pública			50.000,00	50.000,00
1080000	Contrib. Custeio Serv. Ilum. Públ.-COSIP			50.000,00	50.000,00
15.451.1701.2029	Manutenção da Casa Mortuária e Cemitério Municipal			8.500,00	8.500,00
1000000	Recursos Ordinários			8.500,00	8.500,00
26	TRANSPORTE	750.000,00		670.556,60	1.420.556,60
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	750.000,00		670.556,60	1.420.556,60
26.782.1801	ESTRADAS VICINAIS	750.000,00		670.556,60	1.420.556,60
1000000	Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões			20.000,00	20.000,00
26.782.1801.1019	Recursos Ordinários			20.000,00	20.000,00
1000000	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodagens	750.000,00		585.556,60	1.335.556,60
26.782.1801.2016	Recursos Ordinários	750.000,00		410.556,60	1.160.556,60
1000000	Contrib. Interv. Domínio Econ. - CIDE			15.000,00	15.000,00
1070000	Fundo Especial do Petróleo			60.000,00	60.000,00
1390100	Transf. Convênio - Estado/Outros			100.000,00	100.000,00
1640100	Manutenção dos Serviços Urbanos			65.000,00	65.000,00
26.782.1801.2031	Recursos Ordinários			65.000,00	65.000,00
1000000					
Total		751.000,00	0,00	731.056,60	1.482.056,60



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2017

Página: 16

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 08 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS						
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS						
Código	Especificação	Despesas de Capital				
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	
06	SEGURANÇA PÚBLICA	1.000,00			1.000,00	
06.182	DEFESA CIVIL	1.000,00			1.000,00	
06.182.1801	ESTRADAS VICINAIS	1.000,00			1.000,00	
06.182.1801.2032	Manutenção do Órgão de Defesa Civil Municipal	1.000,00			1.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00			1.000,00	
15	URBANISMO	484.000,00			484.000,00	
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	484.000,00			484.000,00	
15.451.1701	URBANIZAÇÃO DE VIAS E INFRA ESTRUTURA	484.000,00			484.000,00	
15.451.1701.1002	Pavimentação e Revestimentos de Ruas e Infra Estrutura	390.000,00			390.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	40.000,00			40.000,00	
1340100	Transf. Convênios-União/Outros não Rel	250.000,00			250.000,00	
1640100	Transf. Convênio -Estado/Outros	100.000,00			100.000,00	
15.451.1701.1018	Aquisição de Terreno Cemitério Municipal	80.000,00			80.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	80.000,00			80.000,00	
15.451.1701.2021	Manutenção da Iluminação Pública	12.500,00			12.500,00	
1080000	Contrib. Custeio Serv. Ilum. Públ.-COSIP	12.500,00			12.500,00	
15.451.1701.2029	Manutenção da Casa Mortuária e Cemitério Municipal	1.500,00			1.500,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.500,00			1.500,00	
26	TRANSPORTE	610.000,00			610.000,00	
26.782	TRANSPORTE RODOVIARIO	610.000,00			610.000,00	
26.782.1801	ESTRADAS VICINAIS	610.000,00			610.000,00	
26.782.1801.1013	Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Veículos - DMER	355.000,00			355.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00			5.000,00	
1340100	Transf. Convênios-União/Outros não Rel	150.000,00			150.000,00	
1640100	Transf. Convênio -Estado/Outros	150.000,00			150.000,00	
1890000	Alienação Bens Dest. Outros Programas	50.000,00			50.000,00	
26.782.1801.1019	Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões	230.000,00			230.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	30.000,00			30.000,00	
1340100	Transf. Convênios-União/Outros não Rel	100.000,00			100.000,00	
1640100	Transf. Convênio -Estado/Outros	100.000,00			100.000,00	
26.782.1801.2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodagens	20.000,00			20.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	10.000,00			10.000,00	
1390100	Fundo Especial do Petróleo	10.000,00			10.000,00	
26.782.1801.2031	Manutenção dos Serviços Urbanos	5.000,00			5.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00			5.000,00	
Total		1.095.000,00	0,00	0,00	1.095.000,00	
Total órgão		1.846.000,00	0,00	731.056,60	2.577.056,60	



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso
Exercício: 2017

Página: 17

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 09 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		Despesas Correntes			
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		Pessoal Encargos Sociais		Juros e Encargos da Dívida	Total
08	08.243	ASSISTENCIA SOCIAL			
	08.243.1603	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
	08.243.1603.2005	INFÂNCIA E JUVENTUDE			
	1000000	MANUTENÇÃO ESCOLA DE ESPORTES			
	08.243.1603.2024	Recursos Ordinários			
	1000000	Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescente			
	08.243.1603.2027	Recursos Ordinários			
	1000000	Manutenção e Execução de Ações de Medidas Socio Educativas			
		Recursos Ordinários			
Total		25.000,00		0,00	97.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso
Exercício: 2017

Página: 18

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 09 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE					
Código	Especificação	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL	3.000,00			3.000,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	3.000,00			3.000,00
08.243.1603	INFÂNCIA E JUVENTUDE	3.000,00			3.000,00
08.243.1603.2005	MANUTENÇÃO ESCOLA DE ESPORTES	1.000,00			1.000,00
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00			1.000,00
08.243.1603.2024	Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescente	2.000,00			2.000,00
1000000	Recursos Ordinários	2.000,00			2.000,00
Total		3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Total órgão		28.000,00	0,00	72.000,00	100.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso
Exercício: 2017

Página: 19

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		Recursos de Todas as Fontes e Transferências			
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
Código	Especificação	Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
10	SAUDE	1.168.335,00		1.166.500,00	2.334.835,00
10.301	ATENCAO BASICA	1.168.335,00		1.166.500,00	2.334.835,00
10.301.1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO	1.168.335,00		1.166.500,00	2.334.835,00
10.301.1601.2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	1.168.335,00		1.157.500,00	2.325.835,00
1020000	Recargas de Impostos - Saúde	903.335,00		805.000,00	1.708.335,00
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo			60.000,00	60.000,00
1380200	Estratégia Saúde da Família - ESF	48.500,00			48.500,00
1380300	Progr Saúde Bucal	7.000,00		20.000,00	27.000,00
1380400	Progr Agentes Comunit de Saúde - PACS	73.500,00			73.500,00
1380500	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Fed	96.000,00			96.000,00
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	20.000,00		120.000,00	140.000,00
1380700	Atenção Média Alta Complexid - MAC Feder			25.000,00	25.000,00
1380800	Vigil Epidemiológ e Ambiental em Saúde			16.500,00	16.500,00
1380900	Vigilância Sanitária			10.000,00	10.000,00
1381000	Farmácia Básica - Federal			24.000,00	24.000,00
1670100	Transf SUS/Estado - Cofinanciamento			30.000,00	30.000,00
1670200	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est			4.000,00	4.000,00
1670300	Atenção Média Alta Complexid - MAC Estad	20.000,00		30.000,00	50.000,00
1670400	Farmácia Básica - Estadual			13.000,00	13.000,00
10.301.1601.2025	Saneamento			9.000,00	9.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.000,00	1.000,00
1340100	Transf Convênios-União/Outros não Rel			5.000,00	5.000,00
1640100	Transf Convênio - Estado/Outros			3.000,00	3.000,00
Total		1.168.335,00	0,00	1.166.500,00	2.334.835,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2017

Página: 20

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Código	Especificação	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
10	SAÚDE	401.500,00			401.500,00
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	401.500,00			401.500,00
10.301.1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DO CIDADÃO	401.500,00			401.500,00
10.301.1601.1014	Aquisição de Veículos e Equipamentos - Saúde	310.000,00			310.000,00
1020000	Recursos de Impostos - Saúde	10.000,00			10.000,00
1330100	Transf Convênios-União/Saúde	150.000,00			150.000,00
1630100	Transf Convênio - Estado/Saúde	150.000,00			150.000,00
10.301.1601.2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	84.500,00			84.500,00
1020000	Recursos de Impostos - Saúde	20.000,00			20.000,00
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	5.000,00			5.000,00
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	25.000,00			25.000,00
1380900	Vigilância Sanitária	4.500,00			4.500,00
1880000	Alenação Bens Dest. Programas Saúde	30.000,00			30.000,00
10.301.1601.2025	Saneamento	7.000,00			7.000,00
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00			5.000,00
1340100	Transf Convênios-União/Outros não Rel	1.000,00			1.000,00
1640100	Transf Convênio - Estado/Outros	1.000,00			1.000,00
Total		401.500,00	0,00	0,00	401.500,00
Total órgão		1.569.835,00	0,00	1.166.500,00	2.736.335,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso
Exercício: 2017

Página: 21

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 11 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO					
Código	Especificação	Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
20	AGRICULTURA	300.000,00		301.000,00	601.000,00
20.606	EXTENSÃO RURAL	300.000,00		301.000,00	601.000,00
20.606.1401	ASSISTÊNCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	300.000,00		301.000,00	601.000,00
20.606.1401.2015	Assistência ao Pequeno Produtor Rural	300.000,00		301.000,00	601.000,00
1000000	Recursos Ordinários	300.000,00		301.000,00	601.000,00
Total		300.000,00	0,00	301.000,00	601.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2017

Página: 22

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 11 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO					
Código	Especificação	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
20	AGRICULTURA	310.000,00			310.000,00
20.606	EXTENSÃO RURAL	310.000,00			310.000,00
20.606.1401	ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	310.000,00			310.000,00
20.606.1401.1015	Aquisição de Equipamentos, Tratores, Máquinas e Veículos - Agricultura	305.000,00			305.000,00
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00			5.000,00
1340100	Transf Convênios-União/Outros não Rei	150.000,00			150.000,00
1640100	Transf Convênio - Estado/Outros	100.000,00			100.000,00
1890000	Alienação Bens Dest. Outros Programas	50.000,00			50.000,00
20.606.1401.2015	Assistência ao Pequeno Produtor Rural	5.000,00			5.000,00
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00			5.000,00
Total		310.000,00	0,00	0,00	310.000,00
Total órgão		610.000,00	0,00	301.000,00	911.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2017

Página: 23

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		Despesas Correntes			
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Código	Especificação	Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL	340.000,00		253.000,00	593.000,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	340.000,00		253.000,00	593.000,00
08.244.1602	SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	340.000,00		253.000,00	593.000,00
08.244.1602.2006	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	180.000,00		100.000,00	280.000,00
1000000	Recursos Ordinários	180.000,00		100.000,00	280.000,00
08.244.1602.2007	Proteção Social Basica			40.000,00	40.000,00
1000000	Recursos Ordinários			10.000,00	10.000,00
1350500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS- PAIF			30.000,00	30.000,00
08.244.1602.2023	Manutenção dos Programas do FNAS - Fortalecimento de vínculos	160.000,00		111.000,00	271.000,00
1000000	Recursos Ordinários	60.000,00		40.000,00	100.000,00
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	50.000,00		20.000,00	70.000,00
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	50.000,00		40.000,00	90.000,00
1350300	Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF			6.000,00	6.000,00
1350400	Transf SUAS/União - IGD - SUAS			5.000,00	5.000,00
08.244.1602.2026	Proteção Social Especial			1.000,00	1.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.000,00	1.000,00
08.244.1602.2028	Habitação de Interesse Social			1.000,00	1.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.000,00	1.000,00
Total		340.000,00	0,00	253.000,00	593.000,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2017

Página: 24

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		Despesas de Capital			
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		Amortização da Dívida			
Código	Especificação	Investimentos	Inversões Financeiras	Total	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL	534.250,00			534.250,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	534.250,00			534.250,00
08.244.1602	SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	534.250,00			534.250,00
08.244.1602.1006	Aquisição de terreno para habitação, construção de moradias populares	401.000,00			401.000,00
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00			1.000,00
1310000	Transf Convênios-União/Assist Social	300.000,00			300.000,00
1610000	Transf Convênio-Estado/Assist Social	100.000,00			100.000,00
08.244.1602.1011	Aquisição de terreno e construção de Centro de referência da Assistência Social (CRAS)	110.000,00			110.000,00
1000000	Recursos Ordinários	2.000,00			2.000,00
1310000	Transf Convênios-União/Assist Social	60.000,00			60.000,00
1610000	Transf Convênio-Estado/Assist Social	48.000,00			48.000,00
08.244.1602.2006	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	5.000,00			5.000,00
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00			5.000,00
08.244.1602.2007	Proteção Social Básica	5.000,00			5.000,00
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00			5.000,00
08.244.1602.2023	Manutenção dos Programas do FNAS - Fortalecimento de vínculos	12.250,00			12.250,00
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00			1.000,00
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	2.000,00			2.000,00
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	6.000,00			6.000,00
1350300	Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF	2.250,00			2.250,00
1350400	Transf SUAS/União - IGD - SUAS	1.000,00			1.000,00
08.244.1602.2026	Proteção Social Especial	1.000,00			1.000,00
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00			1.000,00
Total		534.250,00	0,00	0,00	534.250,00
Total órgão		874.250,00	0,00	253.000,00	1.127.250,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2017

Página: 25

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Órgão.....: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Unidade Orçamentária: 099 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Código	Especificação	Reserva de Contingência			Total
99	RESERVA DE CONTINGENCIA			15.000,00	15.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA			15.000,00	15.000,00
99.999.1099	RESERVA DE CONTINGENCIA			15.000,00	15.000,00
99.999.1099.9999	RESERVA DE CONTINGENCIA			15.000,00	15.000,00
1000000	Recursos Ordinários			15.000,00	15.000,00
Total		0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
Total órgão		0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
Total Geral					13.464.753,00
IPM Informática Pública Municipal		Atende.Net			Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 1 de 18
Impresso em: 18/04/2016
Às 17:55:53 Horas

Exercício: 2017
Consolidado

Órgão:
Unidade Orçamentária: 01 - CAMARA DE VEREADORES
001 - CAMARA DE VEREADORES

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0001.0031.1101.2001			Manutenção Geral da Câmara de Vereadores		
		3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	450.000,00
		3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST PRIV S/ FINS LUCR	1000000 - Recursos Ordinários	10.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	91.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	10.000,00
			Total Projeto Atividade		561.000,00
			Total da Unidade		561.000,00
			Total do Órgão		561.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 10 - ALINE LESKE TILLMANN



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 2 de 18
Impresso em: 18/out/2016
As 17:55:53 Horas

Exercício: 2017

Consolidado

Órgão.....: 02 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL

Func. SubFun. Prog. Proj./Ativ.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0004.0122.1201.2002			Manutenção do Gabinete do Prefeito		
		3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	400.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	17.700,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	100,00
			Total Projeto Atividade		417.800,00
			Total da Unidade		417.800,00
			Total do Órgão		417.800,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 10 - ALINE LESKE TILLMANN



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 3 de 18
Impresso em: 18/04/2016
As 17:55:53 Horas

Exercício: 2017

Consolidado

Órgão:
Unidade Orçamentária: 03 - DEPTO DE ADMINISTRACAO
001 - DEPTO DE ADMINISTRACAO

Func. SubFun. Prog. Proj./Ativ.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0004.0122.1301.2003	Fiscal	3317100000000000 3319000000000000 3333000000000000 3335000000000000 3337100000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339300000000000 3443000000000000 3447000000000000 3449000000000000 3449000000000000 3449000000000000	Manutenção das Atividades Administrativas TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS APLICACOES DIRETAS TRANSF. A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS TRANSFERENCIAS A ESTADOS E DISTRITO FED. TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	100000 - Recursos Ordinários 100000 - Recursos Ordinários 100000 - Convênio de Trânsito - Militar 100000 - Recursos Ordinários 100000 - Recursos Ordinários 100000 - Recursos Ordinários 110000 - Convênio de Trânsito - Militar 110000 - Convênio de Trânsito - Civil 112000 - Convênio de Trânsito Prefeitura 100000 - Recursos Ordinários 100000 - Convênio de Trânsito - Militar 100000 - Recursos Ordinários 100000 - Recursos Ordinários 100000 - Convênio de Trânsito - Militar 110000 - Convênio de Trânsito - Militar 111000 - Convênio de Trânsito - Civil 112000 - Convênio de Trânsito Prefeitura 1.096.600,00	500,00 600.000,00 100,00 100.000,00 500,00 370.000,00 1.157,50 1.532,50 1.235,00 16.300,00 100,00 500,00 3.700,00 300,00 125,00 550,00
0004.0122.1301.2030		3319000000000000 3339000000000000 3449000000000000	Manutenção do Conselho Tutelar Municipal APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	100000 - Recursos Ordinários 100000 - Recursos Ordinários 100000 - Recursos Ordinários	60.000,00 30.000,00 1.000,00 91.000,00
0004.0123.1301.0006	Seguridade Social	3339000000000000	Pagamento de Precatórios APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	100000 - Recursos Ordinários	15.000,00 15.000,00
0008.0241.1301.2035		3339000000000000 3449000000000000	Manutenção das Atividades da Melhor Idade APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	100000 - Recursos Ordinários 100000 - Recursos Ordinários	50.000,00 2.000,00 52.000,00
0024.0722.1303.2004		3339000000000000 3449000000000000	Manutenção dos Serviços de Comunicação APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	100000 - Recursos Ordinários 100000 - Recursos Ordinários	50.000,00 1.000,00 51.000,00
0028.0122.1301.0001		3319000000000000	Pagamento de Inativos e Pensionistas APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	100000 - Recursos Ordinários	110.000,00 110.000,00
0028.0843.1301.0002			Amortização da Dívida e Encargos		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 10 - ALINE LESKE TILLMANN



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 4 de 18
Impresso em: 18/04/2016
As 17:55:53 Horas

Exercício: 2017
Consolidado

Órgão:.....		03 - DEPTO DE ADMINISTRACAO		Valor Orçado	
Unidade Orçamentária:		001 - DEPTO DE ADMINISTRACAO			
Func. SubFun. Prog. Proj./Ativ	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0028.0843.1301.0002		3329000000000000	Anorização da Dívida e Encargos	1000000 - Recursos Ordinários	2.000,00
0028.0845.1301.0003		3469000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	168.000,00
0028.0845.1301.0003		3332000000000000	PASEP	1000000 - Recursos Ordinários	105.000,00
			TRANSFERENCIAS A UNIAO		105.000,00
			Total Projeto Atividade		1.690.600,00
			Total da Unidade		1.690.600,00
			Total do Órgão		1.690.600,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 10 - ALINE LESKE TILLMANN



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 5 de 18
Impresso em: 18/04/2016
Às 17:55:53 Horas

Exercício: 2017
Consolidado

Órgão:
Unidade Orçamentária: 04 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
001 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

Func. SubFun. Prog. Proj./Ativ	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0004.0122.1301.2037	Seguridade Social	3319000000000000	Manutenção da Secretaria de Finanças	1000000 - Recursos Ordinários	56.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	3.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00
			Total Projeto Atividade		60.000,00
			Total da Unidade		60.000,00
			Total do Órgão		60.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 10 - ALINE LESKE TILLMANN



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 6 de 18
Impresso em: 18/04/2016
As 17:55:53 Horas

Exercício: 2017
Consolidado

Órgão:
Unidade Orçamentária: 05 - DEPTO DE EDUCACAO
001 - DEPTO DE EDUCACAO

Func. SubFun. Prog. Proj./Ativ.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0012.0306.1501.2017			Manutenção do Programa de Merenda Escolar - Fundamental		
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	65.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1370200 - Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Fundam	10.000,00
			Total Projeto Atividade		75.000,00
0012.0306.1501.2034			Manutenção da merenda escolar - Infantil		
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	35.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1370300 - Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Pré Esc	4.500,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1370400 - Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche	12.500,00
			Total Projeto Atividade		52.000,00
0012.0361.1501.1001			Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física das unidades de Educação		
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receltas de Impostos - Educação	5.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receltas de Impostos - Educação	2.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1320100 - Transf. Convênios-União/Educação	100.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1620100 - Transf. Convênio - Estado/Educação	100.000,00
			Total Projeto Atividade		207.000,00
0012.0361.1501.1008	Investimentos		Aquisição de terreno, Construção de áreas destinadas ao esporte e lazer dos		
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receltas de Impostos - Educação	5.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1320100 - Transf. Convênios-União/Educação	100.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1620100 - Transf. Convênio - Estado/Educação	100.000,00
			Total Projeto Atividade		205.000,00
0012.0361.1501.2010			Manutenção do Ensino Fundamental		
		3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receltas de Impostos - Educação	279.211,40
		3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	1180000 - Transf. FUNDEF/FUNDEF (Remu Magistério)	664.000,00
		3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	1190000 - Transf. FUNDEF/FUNDEF (Out. Desp. Ensino)	135.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receltas de Impostos - Educação	100.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1370100 - Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2.500,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receltas de Impostos - Educação	2.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1370100 - Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2.500,00
			Total Projeto Atividade		1.185.211,40
0012.0361.1501.2018			Manutenção do Salário Educação		
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1360000 - T-Salário Educação	90.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1360000 - T-Salário Educação	6.000,00
			Total Projeto Atividade		96.000,00
0012.0361.1501.2019			Transporte Escolar		
		3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receltas de Impostos - Educação	140.000,00
		3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	1190000 - Transf. FUNDEF/FUNDEF (Out. Desp. Ensino)	120.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receltas de Impostos - Educação	300.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1190000 - Transf. FUNDEF/FUNDEF (Out. Desp. Ensino)	6.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 10 - ALINE LESKE TILLMANN



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 7 de 18
 Impresso em: 18/04/2016
 As 17:55:53 Horas

Exercício: 2017
Consolidado

Órgão: 05 - DEPTO DE EDUCACAO Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE EDUCACAO					
Func. SubFun. Prog. Proj./Ativ.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0012.0361.1501.2019			Transporte Escolar		
			APLICACOES DIRETAS	1370500 - Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE	20.000,00
			APLICACOES DIRETAS	1620200 - Transf Conv Estado Educ Transp Escolar	95.000,00
			APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receitas de Impostos - Educação	1.000,00
			APLICACOES DIRETAS	1370500 - Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE	5.000,00
			Total Projeto Atividade		687.000,00
0012.0365.1501.2020			Manutenção do Ensino Pré-Escolar		
			APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receitas de Impostos - Educação	100.000,00
			APLICACOES DIRETAS	1180000 - Transf FUNDEF/FUNDEF (Remu Magistério)	50.000,00
			APLICACOES DIRETAS	1190000 - Transf FUNDEF/FUNDEF (Out Desp Ensino)	30.000,00
			APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receitas de Impostos - Educação	40.000,00
			Total Projeto Atividade		232.000,00
0012.0367.1501.2011			Manutenção do Programa de Educação Especial		
			TRANSFERENCIAS A INST. PRIV S/ FINS LUCR	1000000 - Recursos Ordinários	14.000,00
			APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00
			Total Projeto Atividade		15.000,00
			Total da Unidade		2.754.211,40
			Total do Órgão		2.754.211,40



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 8 de 18
Impresso em: 18/04/2016
As 17:55:53 Horas

Exercício: 2017
Consolidado

Órgão.....: 06 - DEPTO DE CULTURA					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO DE CULTURA					
Func. SubFun. Prog. Proj/Ativ	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0013.0392.1503.1016	Investimentos	3449000000000000	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS CULTURAIS	1000000 - Recursos Ordinários	8.000,00 8.000,00
			APLICACOES DIRETAS		
			Total Projeto Atividade		
0013.0392.1503.2013	Fiscal Fiscal Investimentos	3319000000000000	Apoio e Exploração da Cultura	1000000 - Recursos Ordinários 1000000 - Recursos Ordinários 1000000 - Recursos Ordinários 78.500,00	55.000,00 20.000,00 3.500,00 78.500,00
			APLICACOES DIRETAS		
			APLICACOES DIRETAS		
			APLICACOES DIRETAS		
0013.0392.1503.2033	Fiscal Fiscal	3339000000000000	Realização da Festa do Colono	1000000 - Recursos Ordinários 1640100 - Transf.Convênio - Estado/Outros 70.000,00	10.000,00 60.000,00 70.000,00
			APLICACOES DIRETAS		
			APLICACOES DIRETAS		
			Total Projeto Atividade		
0013.0392.1503.2036	Fiscal	3339000000000000	Manutenção das Atividades do Coral Municipal	1000000 - Recursos Ordinários 10.000,00	10.000,00 10.000,00
			APLICACOES DIRETAS		
			Total Projeto Atividade		
			Total da Unidade		
			Total do Órgão		166.500,00 166.500,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 9 de 18
Impresso em: 18/04/2016
Às 17:55:53 Horas

Exercício: 2017
Consolidado

Órgão: 07 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO		001 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO		Descrição		Fonte		Valor Orçado	
Func. SubFun. Prog. Proj./Ativ.		Tipo Orçamento		Elemento		Descrição		Fonte	
0023.0695.1503.1007		Investimentos		3449000000000000		CONSTRUÇÃO PORTAL		1000000 - Recursos Ordinários	
						APLICACOES DIRETAS			
						Total Projeto Atividade			
0023.0695.1503.2014				3339000000000000		Apoio ao Desenvolvimento do Turismo			
				3449000000000000		APLICACOES DIRETAS		1000000 - Recursos Ordinários	
						APLICACOES DIRETAS		1000000 - Recursos Ordinários	
						Total Projeto Atividade			
0027.0812.1502.1010		Investimentos		3449000000000000		CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DESTINADAS À PRÁTICA ESPORTIVA		1000000 - Recursos Ordinários	
		Investimentos		3449000000000000		APLICACOES DIRETAS		1340100 - Transf. Convênios-União/Outros não Rel	
		Investimentos		3449000000000000		APLICACOES DIRETAS		1640100 - Transf. Convênio - Estado/Outros	
						Total Projeto Atividade			
0027.0812.1502.2012				3319000000000000		Apoio ao Desporto Amador		1000000 - Recursos Ordinários	
				3335000000000000		APLICACOES DIRETAS		1000000 - Recursos Ordinários	
				3339000000000000		TRANSFERÊNCIAS A INST. PRIV. S/ FINS LUCR		1000000 - Recursos Ordinários	
				3449000000000000		APLICACOES DIRETAS		1000000 - Recursos Ordinários	
						Total Projeto Atividade			
						Total da Unidade		348.000,00	
						Total do Órgão		348.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 10 - ALINE LESKE TILLMANN



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 10 de 18
Impresso em: 18/out/2016
As 17:55:53 Horas

Exercício: 2017

Consolidado

Órgão.....: 08 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS					
Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0006.0182.1801.2032		3319000000000000	Manutenção do Órgão de Defesa Civil Municipal	1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00
		3349000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00
		Total Projeto Atividade		3.000,00	
0015.0451.1701.1002		3339000000000000	Pavimentação e Revestimentos de Ruas e Infra Estrutura	1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00
		3349000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	40.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1340100 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel	250.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1640100 - Transf.Convênio -Estado/Outros	100.000,00
0015.0451.1701.1018	Investimentos	Total Projeto Atividade			391.000,00
		3349000000000000	Aquisição de Terreno Cemitério Municipal	1000000 - Recursos Ordinários	80.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		80.000,00
		Total Projeto Atividade			
0015.0451.1701.2021		3339000000000000	Manutenção da Iluminação Pública	1080000 - Contrib Custeio Serv. Ilum. Publ. -COSIP	50.000,00
		3349000000000000	APLICACOES DIRETAS	1080000 - Contrib Custeio Serv. Ilum. Publ. -COSIP	12.500,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		62.500,00
		Total Projeto Atividade			
0015.0451.1701.2029		3339000000000000	Manutenção da Casa Mortuária e Cemitério Municipal	1000000 - Recursos Ordinários	8.500,00
		3349000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	1.500,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00
		Total Projeto Atividade			
0026.0782.1801.1013	Investimentos	3449000000000000	Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Veículos - DMER	1000000 - Recursos Ordinários	5.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1340100 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel	150.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1640100 - Transf.Convênio -Estado/Outros	150.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1890000 - Alienação Bens Dest. Outros Programas	50.000,00
0026.0782.1801.1019		Total Projeto Atividade			355.000,00
		3339000000000000	Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões	1000000 - Recursos Ordinários	20.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	30.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1340100 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel	100.000,00
0026.0782.1801.2016	Seguridade Social Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1640100 - Transf.Convênio -Estado/Outros	100.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		250.000,00
		Total Projeto Atividade			
		3319000000000000	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodagens	1000000 - Recursos Ordinários	750.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	410.556,60

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 10 - ALINE LESKE TILLMANN



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 11 de 18
Impresso em: 18/04/2016
Às 17:55:53 Horas

Exercício: 2017
Consolidado

Órgão.....: 08 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS					
Unidade Orçamentária: 001 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS					
Func. SubFun. Prog. Proj./Ativ	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0026.0782.1801.2016			Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodagens		
		3339900000000000	APLICACOES DIRETAS	1070000 - Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE	15.000,00
		3339900000000000	APLICACOES DIRETAS	1390100 - Fundo Especial do Petróleo	60.000,00
		3339900000000000	APLICACOES DIRETAS	1640100 - Transf.Convênio -Estado/Outros	100.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	10.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1390100 - Fundo Especial do Petróleo	10.000,00
			Total Projeto Atividade		1.355.556,60
0026.0782.1801.2031			Manutenção dos Serviços Urbanos		
		3339900000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	65.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	5.000,00
			Total Projeto Atividade		70.000,00
			Total da Unidade		2.577.056,60
			Total do Órgão		2.577.056,60

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 10 - ALINE LESKE TILLMANN



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 12 de 18
Impresso em: 18/04/2016
As 17:55:53 Horas

Exercício: 2017

Consolidado

Órgão:.....; 09 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE						
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE						
Func. SubFun. Prog. Proj./Ativ	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
0008.0243.1603.2005		3319000000000000	MANUTENÇÃO ESCOLA DE ESPORTES	1000000 - Recursos Ordinários 1000000 - Recursos Ordinários 1000000 - Recursos Ordinários	20.000,00 17.000,00 1.000,00	
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS			
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS			
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS			
			Total Projeto Atividade	38.000,00		
0008.0243.1603.2024		3319000000000000	Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescente	1000000 - Recursos Ordinários 1000000 - Recursos Ordinários 1000000 - Recursos Ordinários	5.000,00 35.000,00 2.000,00	
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS			
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS			
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS			
			Total Projeto Atividade	42.000,00		
0008.0243.1603.2027		3339000000000000	Manutenção e Execução de Ações de Medidas Socio Educativas	1000000 - Recursos Ordinários	20.000,00 20.000,00	
		APLICACOES DIRETAS				
		Total Projeto Atividade				
		Total da Unidade	100.000,00			
			Total do Órgão	100.000,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 10 - ALINE LESKE TILLMANN



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 13 de 18
Impresso em: 18/04/2016
As 17:55:53 Horas

Exercício: 2017
Consolidado

Órgão: Unidade Orçamentária: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				Valor Orçado	
Func. SubFun. Prog. Proj./Ativ.	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	
0010.0301.1601.1014			Aquisição de Veículos e Equipamentos - Saúde		
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1020000 - Receitas de Impostos - Saúde	10.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1330100 - Transf. Convênios - União/Saúde	150.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1630100 - Transf. Convênio - Estado/Saúde	150.000,00
			Total Projeto Atividade		310.000,00
0010.0301.1601.2022			Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
		3317100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIO PUBLICOS	1020000 - Receitas de Impostos - Saúde	5.000,00
		3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	1020000 - Receitas de Impostos - Saúde	898.335,00
		3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	1380200 - Estratégia Saúde da Família - ESF	48.500,00
		3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	1380300 - Progr. Saúde Bucal	7.000,00
		3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	1380400 - Progr. Agentes Comunit. de Saúde - PACS	73.500,00
		3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	1380500 - Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Fed	96.000,00
		3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	1380600 - Progr. Melh. Acesso Qual. Aten. Básic. - PMAQ	20.000,00
		3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	1670200 - Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est	20.000,00
		3337100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIO PUBLICOS	1020000 - Receitas de Impostos - Saúde	5.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1020000 - Receitas de Impostos - Saúde	650.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1380100 - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	60.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1380300 - Progr. Saúde Bucal	20.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1380600 - Progr. Melh. Acesso Qual. Aten. Básic. - PMAQ	120.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1380700 - Atenção Média Alta Complexid. - MAC Feder	15.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1380800 - Vigil. Epidemiológ. e Ambiental em Saúde	16.500,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1380900 - Vigilância Sanitária	10.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1381000 - Farmácia Básica - Federal	4.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1670100 - Transf. SUS/Estado - Cofinanciamento	30.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1670200 - Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est	4.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1670300 - Atenção Média Alta Complexid. - MAC Estad	15.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1670400 - Farmácia Básica - Estadual	7.000,00
		3339000000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIO PUBLICOS	1020000 - Receitas de Impostos - Saúde	150.000,00
Fiscal		3339300000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIO PUBLICOS	1380700 - Atenção Média Alta Complexid. - MAC Feder	10.000,00
		3339300000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIO PUBLICOS	1381000 - Farmácia Básica - Federal	20.000,00
Fiscal		3339300000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIO PUBLICOS	1670300 - Atenção Média Alta Complexid. - MAC Estad	15.000,00
		3339300000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIO PUBLICOS	1670400 - Farmácia Básica - Estadual	6.000,00
		3447100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIO PUBLICOS	1020000 - Receitas de Impostos - Saúde	5.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1020000 - Receitas de Impostos - Saúde	15.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1380100 - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	5.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1380600 - Progr. Melh. Acesso Qual. Aten. Básic. - PMAQ	25.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1380900 - Vigilância Sanitária	4.500,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1880000 - Alienação Bens Dest. Programas Saúde	30.000,00
			Total Projeto Atividade		2.410.335,00

0010.0301.1601.2025
IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 10 - ALINE LESKE TILLMANN



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 14 de 18
Impresso em: 18/04/2016
As 17:55:53 Horas

Exercício: 2017
Consolidado

Órgão:
Unidade Orçamentária: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Func. SubFun. Prog. Proj./Ativ.	Tipo Orçamento	Elemento	Saneamento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
			33399000000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00
			33399000000000000000	APLICACOES DIRETAS	1340100 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel	5.000,00
			33399000000000000000	APLICACOES DIRETAS	1640100 - Transf.Convênio - Estado/Outros	3.000,00
			34490000000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	5.000,00
			34490000000000000000	APLICACOES DIRETAS	1340100 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel	1.000,00
			34490000000000000000	APLICACOES DIRETAS	1640100 - Transf.Convênio - Estado/Outros	1.000,00
				Total Projeto Atividade		16.000,00
				Total da Unidade		2.736.335,00
				Total do Órgão		2.736.335,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 10 - ALINE LESKE TILLMANN



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 15 de 18
Impresso em: 18/04/2016
As 17:55:53 Horas

Exercício: 2017
Consolidado

Órgão:
Unidade Orçamentária: 11 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
001 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO

Func. SubFun. Prog. Proj./Ativ	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0020.0606.1401.1015			Aquisição de Equipamentos, Tratores, Máquinas e Veículos - Agricultura		
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	5.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1340100 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel	150.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1640100 - Transf.Convênio -Estado/Outros	100.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1890000 - Alienação Bens Dest.Outros Programas	50.000,00
			Total Projeto Atividade		305.000,00
0020.0606.1401.2015			Assistência ao Pequeno Produtor Rural		
		3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	300.000,00
		3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR	1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00
		3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	300.000,00
		3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	5.000,00
			Total Projeto Atividade		606.000,00
			Total da Unidade		911.000,00
			Total do Órgão		911.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 10 - ALINE LESKE TILLMANN



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 16 de 18
Impresso em: 18/out/2016
As 17:55:53 Horas

Exercício: 2017

Consolidado

Órgão.....: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0008.0244.1602.1006	Investimentos Investimentos Investimentos	3449000000000000	Aquisição de terreno para habitação, construção de moradias populares APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00
		3449000000000000		1310000 - Transf Convênios-União/Assist Social	300.000,00
		3449000000000000		1610000 - Transf Convênio -Estado/Assist.Social	100.000,00
				401.000,00	
0008.0244.1602.1011	Investimentos Investimentos	3449000000000000	Aquisição de terreno e construção de Centro de referencia da Assistência Social APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	1000000 - Recursos Ordinários	2.000,00
		3449000000000000		1310000 - Transf Convênios-União/Assist Social	60.000,00
		3449000000000000		1610000 - Transf Convênio -Estado/Assist.Social	48.000,00
				110.000,00	
0008.0244.1602.2006		3319000000000000	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	1000000 - Recursos Ordinários	180.000,00
		3339000000000000		1000000 - Recursos Ordinários	100.000,00
		3449000000000000		1000000 - Recursos Ordinários	5.000,00
				285.000,00	
0008.0244.1602.2007		3339000000000000	Proteção Social Basica APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	1000000 - Recursos Ordinários	10.000,00
		3339000000000000		1350500 - Transf.Sist.Unico A.Social-SUAS- PAIF	30.000,00
		3449000000000000		1000000 - Recursos Ordinários	5.000,00
				45.000,00	
0008.0244.1602.2023		3319000000000000 3319000000000000 3319000000000000 3319000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3449000000000000 3449000000000000 Total Projeto Atividade	Manutenção dos Programas do FNAS - Fortalecimento de vinculos APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	1000000 - Recursos Ordinários	60.000,00
				1350100 - Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	50.000,00
				1350200 - Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	50.000,00
				1000000 - Recursos Ordinários	40.000,00
				1350100 - Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	20.000,00
				1350200 - Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	40.000,00
				1350300 - Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF	6.000,00
				1350400 - Transf SUAS/União - IGD - SUAS	5.000,00
				1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00
				1350100 - Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	2.000,00
				1350200 - Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	6.000,00
				1350300 - Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF	2.250,00
				1350400 - Transf SUAS/União - IGD - SUAS	1.000,00
					283.250,00
0008.0244.1602.2026		3339000000000000 3449000000000000 APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS	Proteção Social Especial APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00
				1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 10 - ALINE LESKE TILLMANN



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 17 de 18
Impresso em: 18/04/2016
As 17:55:53 Horas

Exercício: 2017
Consolidado

Órgão:.....		12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		Descrição		Valor Orçado	
Unidade Orçamentária:		001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Func. SubFun. Prog. Proj./Ativ	Tipo Orçamento	Elemento			Fonte		
0008.0244.1602.2026			Proteção Social Especial			2.000,00	
			Total Projeto Atividade				
0008.0244.1602.2028	Fiscal	3339000000000000	Habilitação de Interesse Social			1.000,00	
			APLICACOES DIRETAS		1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00	
			Total Projeto Atividade				
			Total da Unidade			1.127.250,00	
			Total do Órgão			1.127.250,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 10 - ALINE LESKE TILLMANN



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Quadro de Detalhamento da Despesa

Página 18 de 18
Impresso em: 18/04/2016
Às 17:55:53 Horas

Exercício: 2017

Consolidado

Órgão.....: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Unidade Orçamentária: 099 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0099.0999.1099.9999			RESERVA DE CONTINGENCIA		
		3999900000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA	1000000 - Recursos Ordinários	15.000,00
			Total Projeto Atividade		15.000,00
			Total da Unidade		15.000,00
			Total do Órgão		15.000,00
Total Geral					13.464.753,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 10 - ALINE LESKE TILLMANN



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei 4.320/64)
Lei orçamentária anual 2016

Página 1 de 1

Funções		Subfunções	
1	LEGISLATIVA	31	ACAO LEGISLATIVA
4	ADMINISTRACAO	122	ADMINISTRACAO GERAL
		123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
6	SEGURANCA PUBLICA	182	DEFESA CIVIL
8	ASSISTENCIA SOCIAL	241	ASSISTENCIA AO IDOSO
		243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE
		244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
10	SAUDE	301	ATENCAO BASICA
12	EDUCACAO	306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
		361	ENSINO FUNDAMENTAL
		365	EDUCACAO INFANTIL
		367	EDUCACAO ESPECIAL
13	CULTURA	392	DIFUSAO CULTURAL
15	URBANISMO	451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
20	AGRICULTURA	606	EXTENSAO RURAL
22	INDUSTRIA	661	PROMOCAO INDUSTRIAL
23	COMERCIO E SERVICOS	695	TURISMO
24	COMUNICACOES	722	TELECOMUNICACOES
26	TRANSPORTE	782	TRANSPORTE RODOVIARIO
27	DESPORTO E LAZER	812	DESPORTO COMUNITARIO
28	ENCARGOS ESPECIAIS	122	ADMINISTRACAO GERAL
		843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA
		845	TRANSFERENCIAS
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	999	RESERVA DE CONTINGENCIA

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 215 DE 25.11.2016

DECRETO Nº. 215, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.
APROVA DESDOBRAMENTO DE IMÓVEL

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Art. 1º. O presente memorial descritivo tem como objetivo, demonstrar o desdobramento de PARTE DO LOTE URBANO Nº. 152 A (cento e cinquenta e dois a), com área de 360 m², com uma edificação residencial em alvenaria de 103,07 m², registrado na matrícula nº. 8.291 no Cartório de Registro de Imóveis de São José do Cedro, SC, situado na Rua Três de Maio a uma distância de 32,00 metros da Rua Rio Grande do Sul, nesta cidade de Princesa, SC, de propriedade dos Senhores Adilson José Christani e Simone Terezinha Riffel.

Com o desdobramento resultarão 02 (dois) lotes com área e confrontações a seguir:

LOTE PRIMITIVO

LOTE URBANO Nº. 152 (cento e cinquenta e dois), com área de 1.000,00 m², com uma edificação residencial em alvenaria com área de 103,07 m², registrado na matrícula número 8.291, do Cartório de Registro de Imóveis de São José do Cedro, situado na Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Três de Maio, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: com o lote urbano nº. 154, medindo 50,00 metros;

SUDOESTE: com o lote urbano nº. 82, medindo 20,00 metros;

SUDESTE: com a Rua Três de Maio, medindo 50,00 metros;

NORDESTE: com a Rua Rio Grande do Sul, medindo 20,00 metros, fechando assim o perímetro.

LOTE DESDOBRADO

PARTE DO LOTE URBANO Nº. 152 A (cento e cinquenta e dois a), com área de 360 m², com uma edificação residencial em alvenaria com área de 103,07 m², situado na Rua Três de Maio a uma distância de 32,00 metros da Rua Rio Grande do Sul, no Município de Princesa, SC, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: com o lote urbano nº. 154, medindo 18,00 metros;

SUDOESTE: com o lote urbano nº. 82, medindo 20,00 metros;

SUDESTE: com a Rua Três de Maio, medindo 18,00 metros;

NORDESTE: com parte lote urbano nº. 152 B, medindo 20,00 metros, fechando assim o perímetro;

LOTE REMANESCENTE

PARTE DO LOTE URBANO Nº. 152 B (cento e cinquenta e dois b), com área de 640,00 m², situado na Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Três de Maio, no Município de Princesa, SC, com as seguintes dimensões e confrontações:

NOROESTE: com o lote urbano nº. 154, medindo 32,00 metros;

SUDOESTE: com parte do lote urbano nº 152 A, medindo 20,00 metros;

SUDESTE: com a Rua Três de Maio, medindo 32,00 metros;

NORDESTE: com a Rua Rio Grande do Sul, medindo 20,00, fechando assim o perímetro;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
25 de Novembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº214 DE 25/11/2016- BAIXA DE DÍVIDA ATIVA

DECRETO Nº. 214, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A BAIXA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL, ATRAVÉS DE CANCELAMENTO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade ao art. 43, da Lei Complementar nº18, de 17 de dezembro de 2013 e o disposto no inciso II, do art.198, do Código Tributário Nacional.

DECRETA

Art. 1º. Autoriza a Secretaria Municipal da Fazenda, através do Departamento de Tributos e Fiscalização e a Contabilidade a baixar o valor total de R\$ 25,33 (vinte e cinco reais e trinta e três centavos) da Dívida Ativa Tributária do contribuinte.

Art. 2º. O contribuinte, receita e valores de que trata o artigo 1º do referido decreto são os seguintes:

Contribuinte	Receita/Ano	Valor Total	Motivo da baixa
ELOI ANTONIO KLAUS	HM/2014	25,33	Lançamento em duplicidade.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
em 25 de novembro de 2016.
OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 51/2016-PM - ASSOCIAÇÃO DE PATINAÇÃO ROSAS DO SUL

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PATINAÇÃO "ROSAS DO SUL"
Contrato: 51/2016-PM
Processo Licitatório: 98/2016-PM
Dispensa de Licitação: 17/2016-PM
Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislação.

Objeto: "Contratação de GRUPO DE PATINAÇÃO para apresentar show artístico sobre rodas, evento a ser realizado no dia 19 de dezembro de 2016, a partir das 21h, no Ginásio de Esportes da EEB Antenor Nascentes."

Data da Assinatura: 25/11/2016
Data da Publicação: 28/11/2016
Vigência: de 26/11/2016 a 25/12/2016

Valor Total do contrato: R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais)

Forma de Pagamento: até o 10º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 98/2016 - DISPENSA 17/2016 - SHOW DE PATINAÇÃO

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 98/2016-PM
Dispensa de Licitação 17/2016-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação PÚBLICA, destinada a "Contratação de GRUPO DE PATINAÇÃO para apresentar show artístico sobre rodas, evento a ser realizado no dia 19 de dezembro de 2016, a partir das 21h, no Ginásio de Esportes da EEB Antenor Nascentes". A efetivação do procedimento ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 24 de novembro de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 99/2106 - PREGÃO PRESENCIAL 71/2016 - SISTEMA HIDRÁULICO RETROESCAVADEIRA RANDON

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 99/2016-PM
Pregão Presencial 71/2016-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por LOTE, cujo objeto é "Aquisição de PEÇAS e MÃO DE OBRA para substituição no SISTEMA HIDRÁULICO DA RETROESCAVADEIRA RANDON, Modelo RD-406, ano 2012, PM 3524.. A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 07 de dezembro de 2016, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 25 de novembro de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

Rio do Sul

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2016 - ANA LUCIA DE MATOS

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 055/2016 firmado em 11/02/2016, com término previsto para 23/12/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA LUCIA DE MATOS portador(a) do CPF nº 009.522.349-55, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 055/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação, de forma retroativa a partir de 22/11/2016:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil CEI Aquarela, em substituição a Fernanda Cristina Kammer, afastada em licença maternidade.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 25/11/2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ANA LUCIA DE MATOS
Contratado(a)

PORTARIA Nº 1244/RH

PORTARIA N. 1244/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Processante de fls. 139 a 147, dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2016, instaurado pela Portaria n. 0896/RH de 10 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 23 de novembro de 2015 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 150 a 153 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da denúncia contra o servidor municipal VALDECIR ROHLING, matrícula n. 107638-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, no que diz respeito às possíveis infrações, previstas nos art. 170, incisos I, II, III, IV, VII, IX, X e XI e art. 171, incisos I,

XVII e XXVI, ambos da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015, tendo em vista restarem comprovadas as infrações, porém, ocasionadas por motivo de doença.

Art. 2º. Que o servidor continue seu tratamento de saúde por médico especializado, bem como, pela Assistente Social do Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração, visando promover melhorias na conduta e na saúde do mesmo.

Art. 3º. Em caso de Reincidência, considerando que o servidor já recebeu as penalidades de Advertência, na Portaria n. 1438/RH, publicada em 12/12/2013, e de Suspensão, na Portaria n. 0081/RH, publicada em 23/02/2015, providenciar-se-á abertura de novo Processo Administrativo Disciplinar, podendo resultar na penalidade prevista no Art. 186, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015.

Art. 4º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 08 de novembro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PREGÃO PRESENCIAL 094/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL 094/2016

OBJETO: Aquisição de cargas de gás para as unidades de ensino da rede municipal de ensino. Secretaria de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 09/12/2016, às 12:15h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 12:30h do dia 09/12/2016, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, ou no site www.riodosul.sc.gov.br, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 25 de novembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

CÂMARA MUNICIPAL**RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2014**

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA E SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO Nº 03/2014

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul – SC.

Contratada: OTK Sistemas de Informática Ltda.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação do Sistema de Patrimônio, com integração automática, em ambiente web service ou semelhante, utilizando banco de dados relacional. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

a) Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos mesmos, durante o período contratual. b) Configuração e parametrização conforme procedimentos da Câmara. c) Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização do sistema contratado. O treinamento será realizado nas dependências da CONTRATANTE no Município de Rio do Sul/SC. d) Suporte técnico operacional, exclusivamente no SISTEMA contratado. e) Realizar integração com os sistemas utilizados pela Câmara Municipal de Rio do Sul.

Valor: Fica Alterado o item 7.1 e 7.1.1 da Cláusula Sétima – DO PAGAMENTO do contrato nº 003/2014, passando-se a vigor com a seguinte redação: Pela locação do SISTEMA, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 3.557,52 (três mil quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos). O valor da mensalidade será de R\$ 296,46 (duzentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos). O índice acumulado de novembro de 2015 a outubro de 2016 utilizado para reajustar os valores é o IGP-M no percentual de 8,7985%.

Vigência: Fica alterada a Cláusula Terceira – VIGÊNCIA do contrato nº 003/2014, passando-se a vigência do contrato a partir de 01 de dezembro de 2016 a 30 de novembro de 2017, na forma da Lei, podendo ser renovado se atendidas às condições do artigo 57 da Lei 8.666/93.

Rio do Sul, 21 de novembro de 2016.

MARIO MIGUEL

Presidente da Câmara Municipal

REGIS CORREA ODA

Contratada

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.775/2016

DECRETO Nº.3.775/2016	ALTERA O PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS E A LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVES DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei:

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada o PPA – Plano Plurianual nº 2.071/2013, de 12 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto neste ato, pela inclusão da Ação de Governo 1.048 - IMPLANTAÇÃO DE LOMBADAS, FAIXA ELEVADA, REDUTOR DE VELOCIDADE E RÓTULA, relativamente às suplementações e reduções introduzidas neste texto legal.

Art. 2º. Fica alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.176/2015, de 21 de dezembro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, pela inclusão da Ação de Governo 1.048 – IMPLANTAÇÃO DE LOMBADAS, FAIXA ELEVADA, REDUTOR DE VELOCIDADE E RÓTULA, relativamente às suplementações e reduções introduzidas neste texto legal.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

08.02– Departamento de Esportes	
15.451.0028.1.048000 – Implantação de Lombadas, Faixa Elevada, Redutor de Velocidade e Rótula	
() 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	56.000,00
Fonte: 189 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	
TOTAL	56.000,00

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADACÃO, da fonte de recursos 189 - Alienação de Bens Destinados a Outros Programas, depositados na conta corrente 71.955-2.

Art. 5º – Este Decreto obedeço ao disposto na Lei Municipal 2.215 de 25 de novembro de 2016.

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,
25 de novembro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

DECRETO 3.776/2016

DECRETO Nº. 3.776/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
	VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, na importância de R\$: 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), conforme discriminação a seguir:

08.02 – Departamento de Urbanismo	
15.452.0028.2.040000 – Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	
(109) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	55.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
TOTAL	55.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto nos artigos anteriores, são provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), conforme discriminação a seguir:

07.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	
20.602.0022.2.034000 – Manutenção do Programa Bacia Leiteira	
(88) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	14.950,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

07.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	
20.602.0022.2.035000 – Manutenção do Programa de Melhoramento Genético do Rebanho de Corte	
(89) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	12.250,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

04.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0008.2.010000 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família	
(08) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	27.800,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transf. De Impostos – Saúde	

Art. 3º – Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº. 2.216 de 25 de novembro de 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,
25 de novembro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

LEI MUNICIPAL 2.215/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2215/2016	ALTERA O PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS E A LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVES DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei

Art. 1º. Fica alterada o PPA – Plano Plurianual nº 2.071/2013, de 12 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto neste ato, pela inclusão da Ação de Governo 1.048 - IMPLANTAÇÃO DE LOMBADAS, FAIXA ELEVADA, REDUTOR DE VELOCIDADE E RÓTULA, relativamente às suplementações e reduções introduzidas neste texto legal.

Art. 2º. Fica alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.176/2015, de 21 de dezembro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, pela inclusão da Ação de Governo 1.048 – IMPLANTAÇÃO DE LOMBADAS, FAIXA ELEVADA, REDUTOR DE VELOCIDADE E RÓTULA, relativamente às suplementações e reduções introduzidas neste texto legal.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

08.02 – Departamento de Esportes	
15.451.0028.1.048000 – Implantação de Lombadas, Faixa Elevada, Redutor de Velocidade e Rótula	
() 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	56.000,00
Fonte: 189 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	
TOTAL	56.000,00

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO, da fonte de recursos 189 - Alienação de Bens Destinados a Outros Programas, depositados na conta corrente 71.955-2.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,
25 de novembro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

LEI MUNICIPAL 2.216/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.216/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
	VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei

Art. 1º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, na importância de R\$: 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), conforme discriminação a seguir:

08.02 – Departamento de Urbanismo	
15.452.0028.2.040000 – Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	
(109) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	55.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
TOTAL	55.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto nos artigos anteriores, são provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), conforme discriminação a seguir:

07.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	
20.602.0022.2.034000 – Manutenção do Programa Bacia Leiteira	
(88) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	14.950,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

07.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	
20.602.0022.2.035000 – Manutenção do Programa de Melhoramento Genético do Rebanho de Corte	
(89) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	12.250,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

04.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0008.2.010000 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família	
(08) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	27.800,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transf. De Impostos – Saúde	

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,
25 de novembro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Dariz Genz
Auxiliar de Movimento Econômico

PORTARIA 8.177/2016

PORTARIA N 8177/2016

EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, POR MOTIVO DE APOSENTADORIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI, RESOLVE:
RESOLVE:

Exonerar a Servidora Pública Municipal Srª ANA MARIA WERNER, do cargo de carreira de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL 40 HORAS SEMANAIS, por motivo de APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada e presente portaria em data supra

Prefeitura Municipal de Romelândia, 17 de novembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8.178/2016

PORTARIA N 8178/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI, RESOLVE:
RESOLVE:

Concede férias a Servidora Pública Municipal Srª ALINE GEHRKE PESSOTTO, referente ao período aquisitivo de 05 de julho de 2014 à 04 de julho de 2015, para serem gozadas de 21 de novembro de 2016 à 20 de dezembro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada e presente portaria em data supra

Prefeitura Municipal de Romelândia, 21 de novembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 101/2016

DECRETO Nº 101/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

EMENTA: ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA - Prefeito do Município de SALTO VELOSO - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 1583/16 – de 21.11.2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 260.000,00 (Duzentos e Sessenta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2019 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Valor: R\$ 120.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 7

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2019 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 90.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 11

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2038 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA ED. INFANTIL

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 53

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2024 – MANUTENÇÃO FUNDO DE ASSIST. SOCIAL

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Valor: R\$ 85.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 68

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2024 – MANUTENÇÃO FUNDO DE ASSIST. SOCIAL

Modalidade de Aplicação: 3191.00. – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Valor: R\$ 15.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 69

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2044 – MANUT. SEC. AGRIC. E MEIO AMBIENTE

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Valor: R\$ 110.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 80

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2046 – MAN. SEC. DE OBRAS E URBANISMO

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 113

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 21 de Novembro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 102/2016

DECRETO Nº 102/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

EMENTA: ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA - Prefeito do Município de SALTO VELOSO - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 1584/16 – de 21.11.2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 2028 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SAUDE

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 1102.00000

RED: 11

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2044 – MAN. SEC. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 81

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso - SC, 21 de Novembro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 103/2016

DECRETO Nº 103/2016, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

EMENTA: ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA - Prefeito do Município de SALTO VELOSO - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 1585/16 – de 21.11.2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 2028 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SAUDE

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 1102.00000

RED: 11

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 1.004 – AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA SAUDE

Modalidade de Aplicação: 4490.00. – INVESTIMENTOS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 1102.00000

RED: 4

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso - SC, 21 de Novembro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 104/2016

DECRETO Nº 104, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 009/2016, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 009/2016, de 08 de novembro de 2016, do conselho municipal de saúde, que dispõe sobre, "Aprova relatório quadrimestral de gestão - período de maio a agosto de 2016".

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 22 de novembro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

RESOLUÇÃO 009/2016, 08 DE NOVEMBRO DE 2016.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal N. 454 de 23 de Agosto de 1989, em seus artigos que a compõem e em consonância com a Lei Federal Nº 8.080/90:

CONSIDERANDO os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso -SC, denominamos RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DE GESTÃO - PERÍODO DE MAIO A AGOSTO DE 2016.

CONSIDERANDO a Ata nº 07/2016 de 08/11/2016, a qual aprova por unanimidade os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. Denominado RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DE GESTÃO - PERÍODO DE MAIO A AGOSTO DE 2016.

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Aprova RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DE GESTÃO - PERÍODO DE MAIO A AGOSTO DE 2016

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, 08 de Novembro de 2016.
Nereu Zenor Zancanaro
Presidente do CMS

DECRETO MUNICIPAL Nº 105/2016

DECRETO Nº 105/2016, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.562/2015 de 21/12/2015;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 01 – PODER LEGISLATIVO

Projeto/Atividade: 2.019 – MAN. DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Modalidade de Aplicação: 4490.00. – INVESTIMENTOS

Valor: R\$ 2.500,00

Fonte: 1100.00000

RED: 5

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor da anulação da seguinte Dotação Orçamentária?

Órgão: 01 – PODER LEGISLATIVO

Projeto/Atividade: 2.019 – MAN. DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 2.500,00

Fonte: 1100.00000

RED: 4

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 22 de Novembro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO 085/2016

DECRETO Nº 085/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028000 Manutenção das atividades da Assistência Social				
145	0300	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro, por fonte de recurso, verificado no balanço patrimonial do Exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 24 de Novembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 084/2016

DECRETO Nº 84/2016

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
267820040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos				
76	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a seguir especificados:

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
267820040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos				
77	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 24 de Novembro de 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2016 CONCURSO PUBLICO (ESTATUTÁRIO)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2016

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO | SC

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 (ESTATUTÁRIO)

O Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, por sua Secretaria Municipal de Administração, tendo em vista a homologação do resultado do resultado do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal do município, homologado pelo Decreto Municipal Nº 098/2015, de 21 de Maio de 2015.

RESOLVE:

1 – Convocar os candidatos relacionados no item '7' deste para, no prazo de 10 dias corridos a contar da publicação do presente edital, comparecerem perante o departamento de Recursos Humanos do Município, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, Centro – horário das 13h00 às 19h00m fone (49) 3657-0001 munidos da documentação relacionada no item '6' do presente.

2 – O não pronunciamento do convocado no prazo referido ocasionará a convocação do próximo candidato pela ordem de classificação.

3 – A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no prazo de até 30 dias, contado da publicação da nomeação do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM).

4 – Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer neste prazo, bem como, não serem apresentados todos os documentos solicitados pelo município de Santa Terezinha do Progresso/SC, ocasionando a convocação do próximo candidato pela ordem de classificação.

5 – Os documentos abaixo relacionados, que não forem apresentados em originais, deverão ser apresentados autenticados, em 02(duas) vias, ou em cópias a serem autenticadas pela Secretaria Municipal de Administração, mediante apresentação conjunta dos originais.

6 – Documentos a serem apresentados: o candidato nomeado deverá apresentar cópia dos seguintes documentos como condição para sua posse: Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF); Cédula de Identidade; Certidão de Nascimento ou Casamento; PIS PASEP; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Título de Eleitor, Certidão de Quitação Eleitoral; Certidão de Reservista ou Dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo

masculino); última declaração do imposto de renda apresentada a Secretaria de Receita Federal, com as devidas atualizações e/ou complementação e, no caso nomeado, não ser declarante, declaração firmada por ele próprio, nos termos da Lei Nº 8.429/92, duas fotografias ¾ recentes (colorida com fundo branco); declaração de não acumulo de cargo público assinado pelo servidor; certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos; carteira do conselho da categoria profissional (se for o caso); comprovante de curso técnico profissionalizante na área específica, com registro no conselho de classe específico para os cargos que exigido; comprovante de Carteira Nacional de habilitação (CNH) de acordo com a categoria exigida para o respectivo cargo; comprovante de endereço atualizado (água, luz, telefone, etc); certificado de residência médica (quando for o caso); comprovante de escolaridade exigido para o exercício do cargo, conforme os requisitos especificados no edital; certidão de Ações e Execuções Cíveis e Fiscais; certidão de antecedentes criminais; certidão de negativas de débitos trabalhistas; certidão negativa de tributos federais; certidão negativa de tributos estaduais; certidão negativa de tributos municipais; dados bancários (conta corrente); declaração de bens; atestado de saúde ocupacional comprovando que o candidato está apto a ocupar o cargo e declaração por escrito se aceita ou não tomar posse do cargo para o qual concorreu no Concurso Público 002/2015.

7 – RELAÇÃO DE CONVOCADOS:

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Nome do candidato: Mirian dos Santos

Ciência do candidato: _____

Juliano Pochmann

Secretário Municipal de Administração

Santa Terezinha do Progresso | SC, 25 Novembro de 2016.

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº1504/2016

DECRETO Nº 1504, DE 25 DE NOVEMBRO 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.470,00 (dois mil e quatrocentos e setenta reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS

(338) 3.3.91.39.00.00.00 0100 - Outros Serv. Terc. PJR\$ 2.470,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS

(326) 3.3.90.18.00.00.00 0100 - Aux. Financ. a Estudantes R\$ 2.300,00

(327) 3.3.90.30.00.00.00 0100 - Material de ConsumoR\$ 170,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de novembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 040/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 040/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passagens nº 010/2016, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A, em 10 de março de 2016, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 21/2016.

Considerando o objeto do Contrato nº 010/2016, que consiste no fornecimento de passagens (vale transporte) para os funcionários da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de março a julho de 2016, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 21/2016 de 10 de março de 2016;

Considerando aumento da tarifa dos vales transportes dos servidores conforme Resolução nº 004/2016 do Departamento de Transportes e Terminais - DETER em anexo a este Termo Aditivo, no percentual de 9,32% faz-se necessário alterar o valor unitário das passagens do Contrato nº 010/2016, nos seguintes termos:

Ficam alterados os valores unitários das passagens conforme abaixo, a partir de 26 de junho de 2016:

Item	Unid.	Especificação	Valor Anterior	Valor Atual
1	Unid.	Passagens SBS x Campo Alegre	R\$ 4,87	R\$ 5,33
2	Unid.	Passagens SBS x Rio Negrinho	R\$ 4,61	R\$ 5,04
3	Unid.	Passagens SBS x Mafra	R\$ 16,16	R\$ 17,67
4	Unid.	Passagens SBS x Rio Preto	R\$ 7,18	R\$ 7,85

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 10 de março de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 13 de julho de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

REUNIDAS TURISMO S/A, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 046/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 046/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Locação nº 091/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CENTER VARIEDADES LTDA, em 29 de dezembro de 2015, conforme Dispensa de Licitação nº 124/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 091/2015 que consiste na locação de dois imóveis (prédios) com dois pavimentos cada, sendo um com área de 335,15 m2 e outro com 179,62 m2, situado na Rua Capitão Ernesto Nunes, esquina com a Rua Padre Fidelis Tomelin, Centro, São Bento do Sul para abrigar o Centro de Especialidades Médicas e Laboratoriais do Município;

Considerando solicitação de reajuste do valor mensal do aluguel enviada pela Contratada e deferida conforme Parecer Jurídico nº 146/2016, documentos anexos a este Termo Aditivo;

Considerando que os imóveis, objetos do contrato já haviam sido locados em 2015 sob Contrato nº 003/2015 onde conforme Cláusula Sexta, o reajuste será anual de acordo com o índice IGP-M, ou por índice que vier a substituí-lo;

Considerando que para a locação referente ao ano de 2016 foi firmado o Contrato de nº 091/2015 sem este reajuste de valores, faz-se necessário alterar o valor mensal do aluguel com base no índice IGP-M acumulado no percentual de 10,5443% conforme cálculo em anexo, nos seguintes termos:

Altera-se o valor mensal do aluguel de R\$ 10.174,21 (dez mil, cento e setenta e quatro reais e vinte e um centavos) para R\$ 11.247,01 (onze mil, duzentos e quarenta e sete reais e um centavo) a partir de 01 de janeiro de 2016, sendo incluso no Contrato o valor total de R\$ 12.873,60 (doze mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta centavos) referente à diferença de valor do referido aluguel, sendo o valor de R\$ 1.072,80 (hum mil, setenta e dois reais e oitenta centavos) mensal, para pagamentos conforme contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 29 de dezembro de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 02 de agosto de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

CENTER VARIEDADES LTDA, como Locadora.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 196/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 196/2016

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 322/2012, referente a Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), para Atender as Unidades e Secretarias da Prefeitura de São Bento do Sul/SC, conforme Anexo I – Termo de Referência e Demais Obrigações, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa OI S/A, em 31 de agosto de 2012, conforme Pregão Presencial nº 294/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 322/2012, que consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), para atender as Unidades e Secretarias da Prefeitura de São Bento do Sul/SC, conforme Anexo I - Termo de Referência e demais especificações;

Considerando que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência Contratual, conforme consta na Cláusula Terceira – Da Vigência do Contrato nº 322/2012, com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de setembro de 2016 e com término em 31 de agosto de 2017.

Permanece o valor global estimado de R\$ 744.765,08 (setecentos e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco reais e oito centavos), referente ao período prorrogado para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 03 de setembro de 2012, Termo Aditivo nº 273/2013 de 20 de agosto de 2013 e Termo Aditivo nº 264/2014 de 28 de agosto de 2014 e Termo Aditivo nº 243/2015 de 31 de agosto de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 29 de agosto de 2016.

Ass: EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS, pela Secretaria de Administração do Município.

OI S/A, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 197/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 197/2016

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 218/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NEJE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, em 02 de julho de 2014, conforme Pregão nº 185/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 218/2014, que consiste na prestação de serviços de instalação e monitoramento de alarme eletrônico nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino e Secretaria Municipal de Educação de São Bento do Sul, conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 185/2014;

Considerando o término de Contrato no dia 31 de agosto de 2016, e a necessidade de manter o serviço de monitoramento e mão de obra técnica para as unidades educacionais sendo que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusulas Quarta – da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 04 (quatro) meses, a contar de 01 de setembro de 2016 e com término em 31 de dezembro de 2016.

Permanecem os valores mensais conforme abaixo, sendo o valor total de R\$ 24.556,27 (vinte e quatro mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos), para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de Monitoramento de Alarme Eletrônico para Escolas de Educação Infantil da Secretaria de Educação.	mês	04	R\$ 2.420,41	R\$ 9.681,64
2	Serviço de monitoramento de alarme eletrônico, para Escolas de Ensino Fundamental da Secretaria de Educação.	mês	04	R\$ 2.541,88	R\$ 10.167,52
3	Serviço de monitoramento de alarme eletrônico, para Secretaria de Educação.	mês	04	R\$ 96,74	R\$ 386,96
4	Serviço de Mão de Obra Técnica para manutenção e instalação de alarmes (quando necessário e for solicitado) para a Secretaria e Unidades de Ensino da Secretaria de Educação de São Bento do Sul	horas	83	R\$ 52,05	R\$ 4.320,15

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de julho de 2014, Termo Aditivo nº 198/2015 de 29 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 007/2016 de 21 de janeiro de 2016 e Termo Aditivo nº 142/2016 de 30 de junho de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 29 de agosto de 2016.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

NEJE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 212/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 212/2016

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço Móvel Pessoal – SMP na Modalidade Local e Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Longa Distância Nacional a partir do Serviço Móvel Pessoal de nº 257/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa OI MÓVEL S/A, em 25 de agosto de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 246/2014 de 25 de agosto de 2014.

Considerando o Contrato nº 257/2014, que tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de telefonia móvel pessoal local e serviço telefônico fixo comutado de longa distância nacional, para chamadas de acesso do serviço móvel pessoal – SMP, com fornecimento de 150 (cento e cinquenta) aparelhos telefônicos em regime de comodato, sendo 25 (vinte e cinco) aparelhos com sistema android 3.5 ou superior para atender o Município de São Bento do Sul, cidade no estado de Santa Catarina;

Considerando o término do Contrato em 16 de setembro de 2016 e que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência Contratual, conforme Cláusula Décima – Da Vigência, com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 17 de setembro de 2016 e com término em 16 de setembro de 2017.

Permanece o valor estimado de R\$ 74.050,60 (setenta e quatro mil, cinquenta reais e sessenta centavos), referente ao período prorrogado para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 25 de agosto de 2014, Termo Aditivo nº 286/2014 de 16 de setembro de 2014 e Termo Aditivo nº 251/2015 de 16 de setembro de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 14 de setembro de 2016.

Ass: EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS, pela Secretaria de Administração do Município.

DEODATO RAUL HRUSCHKA, como Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

LUIZ CARLOS PEDROZO, como Diretor Presidente da Empresa Municipal de Habitação.

PAULO ROBERTO SCHEIDE, como Diretor Presidente Interino da Fundação Municipal de Desportos.

CLEUSA PICCOLI VIEIRA, como Diretora Presidente da Fundação Cultural.

OI MÓVEL S/A, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 247/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 247/2016

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 137/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa 9 MM PROPAGANDA LTDA, em 07 de maio de 2014, conforme Edital de Concorrência Pública nº 316/2013.

Considerando o objeto do Contrato de nº 137/2014 que consiste na contratação de serviços de agência de propaganda, que se compõe de planejamento, criação, execução, distribuição, veiculação e controle de campanhas publicitárias, promoções, materiais de divulgação, produção gráfica, eletrônica (VT, Spot etc...), eventos e outros serviços necessários às ações de comunicação social da Administração Municipal; Considerando que a Empresa 9MM Propaganda Ltda presta serviços para a Prefeitura de São Bento do Sul, decorrentes do Edital de Concorrência Pública nº 316/2013, e face a obrigação do Município de divulgação de seus atos, prestação de contas, programas, obras, serviços e campanhas, bem como divulgações de caráter educativo, informativo ou de orientação social aos munícipes das ações desenvolvidas pela Administração Direta, Indireta e Autarquias;

Considerando solicitação da Contratada protocolada sob Processo Administrativo nº 7906/2016 em anexo a este Termo Aditivo, onde a

mesma solicita prorrogação do referido Contrato, e devido que os serviços são solicitados de acordo com as necessidades do Município, conforme consta no Edital de Concorrência Pública nº 316/2013 e conforme Cláusula Quarta – do Prazo do Contrato nº 137/2014, onde informa a possibilidade de prorrogação por no máximo 60 meses, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e com término em 31 de dezembro de 2017. Os serviços que não forem contratados até 31 de dezembro de 2017, deverão ser desconsiderados caso não haja termo aditivo ao contrato. Neste caso não há obrigatoriedade de contratação pela Prefeitura, não podendo se falar em perdas e danos.

Permanece o valor mensal do Contrato em R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), totalizando o valor em R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), referente ao período prorrogado para pagamento de acordo com o Contrato original.

As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta da dotação orçamentária a ser definida para o exercício de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 07 de maio de 2014, Termo Aditivo nº 359/2014 de 05 de dezembro de 2014, Termo Aditivo nº 131/2015 de 05 de maio de 2015 e Termo Aditivo nº 094/2016 de 04 de maio de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2016.

Ass: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município.

9 MM PROPAGANDA LTDA, como Contratada.

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 53/2016

Pregão Presencial nº 53/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 53/2016

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 13 de dezembro de 2016, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de POLÍMERO ORGÂNICO, a base de Poliacrilamida (PAM), na quantidade total de 2.250 (dois mil, duzentos e cinquenta) kg.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(56) 3.3.90.30.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário - Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 25 de novembro de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 082/2016

DECRETO Nº 082/2016

"QUE APROVA DESMEMBRAMENTO E UNIFICAÇÃO DE IMÓVEL URBANO EM NOME DE ALDOIR ROQUE SANGALLI E LAERCIO JOSÉ ERDMANN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

"DECRETA"

Art. 1º - Fica, pelo presente ato, APROVADO e CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO do lote nº. 02 - (matrícula nº. 13.335) e UNIFICAÇÃO, da parte desmembrada do lote urbano nº. 02 ao lote urbano denominado de (parte do lote urbano nº. 87, parte do lote urbano nº. 88 e parte do lote urbano nº. 02) - (matrícula nº. 13.334); todos da quadra nº. 34, registrados no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Carlos - SC

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO EXISTENTE DA MATRÍCULA Nº. 13.334.

Parte do lote urbano nº. 87 com a área de 280,00 m², parte do lote urbano nº. 88 com a área de 40,00 m² e parte do lote urbano nº. 02 com a área de 100,00 m², totalizando a área de 420,00 m², situado na esquina da Rua XV de Novembro com a Rua Monteiro Lobato, nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua XV de Novembro, onde mede 10,50 m;

Ao Sul: com parte dos mesmos lotes nº. 87 e 88, onde mede 8,00 m e com parte do lote urbano nº. 03, onde mede 2,50 m;

Ao Leste: com o lote urbano nº. 02, onde mede 40,00 m;

Ao Oeste: com a Rua Monteiro Lobato, onde mede de 40,00 m;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO EXISTENTE DA MATRÍCULA Nº. 13.335.

Lote urbano nº. 02 da quadra nº. 34, com área de 620,00 m², situado na Rua XV de Novembro, no Município de São Carlos, Comarca de São Carlos/SC, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua XV de Novembro, onde mede 15,50 m;

Ao Sul: com parte do lote urbano nº. 03, onde mede 15,50 m;

Ao Leste: com o lote urbano nº. 01, onde mede 40,00 m;

Ao Oeste: com parte do lote urbano nº. 02, onde mede 40,00 m;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO INTERMEDIÁRIA

Lote urbano nº. 02 da quadra nº. 34, com área de 596,825 m², situado na Rua XV de Novembro, no Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua XV de Novembro, onde mede 15,50 m;

Ao Sul: com parte do lote urbano nº. 02, onde mede 1,50 m e com parte do lote urbano nº. 03, onde mede 14,00 m;

Ao Leste: com o lote urbano nº. 01, onde mede 40,00 m;

Ao Oeste: com parte do lote urbano nº. 87, parte do lote urbano nº. 88 e parte do lote urbano nº. 02, onde mede 24,55 m e com parte do lote urbano nº. 02, na onde mede 15,45 m;

Parte do lote urbano nº. 02 da quadra nº. 34, com área de 23,175 m², situado na Rua XV de Novembro, no Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com parte do lote urbano nº. 02, onde mede 1,50 m;

Ao Sul: com parte do lote urbano nº. 03, onde mede 1,50 m;

Ao Leste: com parte do lote urbano nº. 02, onde mede 15,45 m;

Ao Oeste: com parte do lote urbano nº. 87, parte do lote urbano nº. 88 e parte do lote urbano nº. 02, onde mede 15,45 m;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO PROPOSTA

Lote urbano nº. 02 da quadra nº. 34, com área de 596,825 m², situado na Rua XV de Novembro, no Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua XV de Novembro, onde mede 15,50 m;

Ao Sul: com parte do lote urbano nº. 02A, onde mede 1,50 m e com parte do lote urbano nº. 03, onde mede 14,00 m;

Ao Leste: com o lote urbano nº. 01, onde mede 40,00 m;

Ao Oeste: por duas linhas descontínuas com o lote urbano nº. 02A, onde mede 24,55 m e 15,45 m;

Parte do lote urbano nº. 87 com a área de 280,00 m², parte do lote urbano nº. 88 com a área de 40,00 m² e parte do lote urbano nº. 02 com a área de 123,175 m² totalizando a área de 443,175 m², passando a ser denominado de:

Lote Urbano nº. 02A da quadra nº. 34, com a área de 443,175 m², situado na Rua XV de Novembro esquina com a Rua Monteiro Lobato, no Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua XV de Novembro, onde mede 10,50 m e com parte do lote urbano nº. 02, onde mede 1,50 m;
Ao Sul: com parte dos mesmos lotes urbanos nº. 87 e 88, onde mede 8,00 m; e com parte do lote urbano nº. 03, onde mede 4,00m;
Ao Leste: por duas linhas descontínuas com o lote urbano nº. 02, onde mede 24,55 m e 15,45 m;
Ao Oeste: com a Rua Monteiro Lobato, onde mede 40,00 m

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 054/2016 de 28/07/2016.

São Carlos/SC, em 24 de novembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito.

Registre-se e Publique-se

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MATÉRIA			
Mural Público Municipal			
de	___/___/___	a	___/___/___
DOM - Diário Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.sc.gov.br			
Edição nº		de	___/___/___
Responsável pela Publicação			

DECRETO Nº 082/2016 - "QUE APROVA DESMEMBRAMENTO E UNIFICAÇÃO DE IMÓVEL URBANO EM NOME DE ALDOIR ROQUE SANGALLI E LAERCIO JOSÉ ERDMANN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO Nº 082/2016

"QUE APROVA DESMEMBRAMENTO E UNIFICAÇÃO DE IMÓVEL URBANO EM NOME DE ALDOIR ROQUE SANGALLI E LAERCIO JOSÉ ERDMANN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

"DECRETA"

Art. 1º - Fica, pelo presente ato, APROVADO e CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO do lote nº. 02 - (matrícula nº. 13.335) e UNIFICAÇÃO, da parte desmembrada do lote urbano nº. 02 ao lote urbano denominado de (parte do lote urbano nº. 87, parte do lote urbano nº. 88 e parte do lote urbano nº. 02) - (matrícula nº. 13.334); todos da quadra nº. 34, registrados no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Carlos - SC

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO EXISTENTE DA MATRÍCULA Nº. 13.334.

Parte do lote urbano nº. 87 com a área de 280,00 m², parte do lote urbano nº. 88 com a área de 40,00 m² e parte do lote urbano nº. 02 com a área de 100,00 m², totalizando a área de 420,00 m², situado na esquina da Rua XV de Novembro com a Rua Monteiro Lobato, nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua XV de Novembro, onde mede 10,50 m;
Ao Sul: com parte dos mesmos lotes nº. 87 e 88, onde mede 8,00 m e com parte do lote urbano nº. 03, onde mede 2,50 m;
Ao Leste: com o lote urbano nº. 02, onde mede 40,00 m;
Ao Oeste: com a Rua Monteiro Lobato, onde mede de 40,00 m;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO EXISTENTE DA MATRÍCULA Nº. 13.335.

Lote urbano nº. 02 da quadra nº. 34, com área de 620,00 m², situado na Rua XV de Novembro, no Município de São Carlos, Comarca de São Carlos/SC, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua XV de Novembro, onde mede 15,50 m;
Ao Sul: com parte do lote urbano nº. 03, onde mede 15,50 m;
Ao Leste: com o lote urbano nº. 01, onde mede 40,00 m;
Ao Oeste: com parte do lote urbano nº. 02, onde mede 40,00 m;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO INTERMEDIÁRIA

Lote urbano nº. 02 da quadra nº. 34, com área de 596,825 m², situado na Rua XV de Novembro, no Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua XV de Novembro, onde mede 15,50 m;

Ao Sul: com parte do lote urbano nº. 02, onde mede 1,50 m e com parte do lote urbano nº. 03, onde mede 14,00 m;

Ao Leste: com o lote urbano nº. 01, onde mede 40,00 m;

Ao Oeste: com parte do lote urbano nº. 87, parte do lote urbano nº. 88 e parte do lote urbano nº. 02, onde mede 24,55 m e com parte do lote urbano nº. 02, na onde mede 15,45 m;

Parte do lote urbano nº. 02 da quadra nº. 34, com área de 23,175 m², situado na Rua XV de Novembro, no Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com parte do lote urbano nº. 02, onde mede 1,50 m;

Ao Sul: com parte do lote urbano nº. 03, onde mede 1,50 m;

Ao Leste: com parte do lote urbano nº. 02, onde mede 15,45 m;

Ao Oeste: com parte do lote urbano nº.87, parte do lote urbano nº. 88 e parte do lote urbano nº. 02, onde mede 15,45 m;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO PROPOSTA

Lote urbano nº. 02 da quadra nº. 34, com área de 596,825 m², situado na Rua XV de Novembro, no Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua XV de Novembro, onde mede 15,50 m;

Ao Sul: com parte do lote urbano nº. 02A, onde mede 1,50 m e com parte do lote urbano nº. 03, onde mede 14,00 m;

Ao Leste: com o lote urbano nº. 01, onde mede 40,00 m;

Ao Oeste: por duas linhas descontínuas com o lote urbano nº. 02A, onde mede 24,55 m e 15,45 m;

Parte do lote urbano nº. 87 com a área de 280,00 m², parte do lote urbano nº. 88 com a área de 40,00 m² e parte do lote urbano nº. 02 com a área de 123,175 m² totalizando a área de 443,175 m², passando a ser denominado de:

Lote Urbano nº. 02A da quadra nº. 34, com a área de 443,175 m², situado na Rua XV de Novembro esquina com a Rua Monteiro Lobato, no Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua XV de Novembro, onde mede 10,50 m e com parte do lote urbano nº. 02, onde mede 1,50 m;

Ao Sul: com parte dos mesmos lotes urbanos nº. 87 e 88, onde mede 8,00 m; e com parte do lote urbano nº. 03, onde mede 4,00m;

Ao Leste: por duas linhas descontínuas com o lote urbano nº. 02, onde mede 24,55 m e 15,45 m;

Ao Oeste: com a Rua Monteiro Lobato, onde mede 40,00 m

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 054/2016 de 28/07/2016.

São Carlos/SC, em 24 de novembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito.

Registre-se e Publique-se

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MATÉRIA			
Mural Público Municipal			
de	___/___/___	a	___/___/___
DOM - Diário Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.sc.gov.br			
Edição nº		de	___/___/___
Responsável pela Publicação			

São João do Sul

PREFEITURA

LEI N.º 1.790 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

LEI N.º 1.790 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, cuja finalidade é a aquisição de armamento e munição destinados a GPPM de São João do Sul.

Art. 2º. Faz parte integrante desta Lei, a Minuta do Termo de Convênio.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 25 de novembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

MINUTA TERMO DE CONVÊNIO N.º/2016

CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR, VISANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO E MUNIÇÃO PARA A SUBUNIDADE DA POLÍCIA MILITAR COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

Pelo presente Termo de Convênio que entre si celebram Município de São João do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.547.274/0001-60, com sede na Avenida Nereu Ramos, n.º 50, Centro, nesta cidade de São João do Sul/SC, neste ato representado pelo Sr. JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n.º 543.515.459-68 e Cédula de Identidade n.º 1.972.622, doravante denominado Conveniente, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, situada à Rua Visconde de Ouro Preto n.º 549, inscrita no CNPJ sob n.º 83.931.550/0001-51, representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PM Paulo Henrique Hemm, inscrito no CPF sob n.º 418.769.549-49-87 e Cédula de Identidade n.º 787.166 - SC, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis - SC, doravante denominada Conveniada, com fundamento na Lei Municipal n.º xxxxxxxx, de xx de xxxxxxxx de 20xx, no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar n.º 381, de 07 de maio de 2007 e no Decreto n.º 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto n.º 1.158, de 18 de março de 2008 e na Portaria n.º 2400/GERE/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010, firmam o presente Termo de Convênio de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo de Convênio tem como objeto o repasse de auxílio financeiro de até R\$ 7.550,00 (sete mil, quinhentos e cinquenta reais) à Conveniada, para aquisição de armamento e munição (Dispositivo Elétrico Incapacitante, composto por Kit Elite Z 2.0, Datakit Wi-Fi DZ 2.0 e 10 Cartuchos 6m MSK 106), para uso restrito da Polícia Militar de São João do Sul/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo do presente Termo de Convênio é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Para auxiliar nos custos necessários para a realização do objeto do presente convênio de que trata a cláusula primeira, o Conveniente repassará a Conveniada, o valor de R\$ 7.550,00 (sete mil, quinhentos e cinquenta reais), que será depositado no Fundo de Melhorias da Polícia Militar, através de depósito identificado, na conta bancária n.º 940400-7, Agência n.º 3582-3, do Banco Brasil, denominada "Fundo de Melhorias da Polícia Militar", para atender o objeto do presente Convênio.

As despesas do presente serão decorrentes do convênio n.º 062/2011 de 31/10/2011 – Convênio Rádio Patrulha da Polícia Militar.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão por conta de dotação orçamentária específica a ser transferida para o Fundo da Polícia Militar (FUMPOM).

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
06.181.0124.2009 – Convênio Manutenção Radiopatrulha
3.3.30.00.00.00.00.00.3080 – Transf. a Estados e ao Distrito Federal.R\$ 1.250,00
4.4.30.00.00.00.00.00.3080 – Transf. a Estados e ao Distrito Federal.R\$ 6.300,00
TOTAL
..... R\$ 7.550,00

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

- a) - Disponibilizar o valor estipulado, nos termos da cláusula terceira deste convênio;
- b) - Realizar, à conta de suas dotações orçamentárias, o repasse financeiro de que trata o presente convênio, mediante a apresentação de prestação de contas conforme resolução do TC/SC 16/94, e Lei Municipal n.º xxxxx, de xxx de xxxx de 20xx.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

- a) - Prestar contas através, pela Unidade Policial Militar, do encaminhamento ao CONVENIENTE de cópia das notas fiscais de aquisição, em até 180 (cento e oitenta) dias da quantia paga e comprovação de utilização do armamento e munições no Município, na forma do convênio;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RENÚNCIA E RESCISÃO

A rescisão do presente convênio poderá ser:

- a) - Determinada por ato unilateral de uma das partes, em face do

não cumprimento das cláusulas pela outra, devendo ser feito por escrito;

b) - Amigável, por acordo entre as partes, a qualquer tempo;

c) - Ocorrendo a superveniência de normas legais ou eventos que o tornem material ou formalmente inviável.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

a) - A não apresentação de cópia das notas fiscais, por parte da CONVENIADA, implicará na devolução do valor mencionado na cláusula terceira deste convênio;

b) – O não depósito dos valores e nas condições estipuladas na cláusula terceira torna sem efeito este convênio.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e conveniados, as partes assinam o presente Termo de Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Florianópolis, de de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal de São João do Sul

PAULO HENRIQUE HEMM

Cel. PM Comandante Geral da Polícia Militar

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

LICITAÇÃO Nº 64/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 64/2016

Modalidade – Pregão Presencial nº 32/2016

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DA CARRAGADEIRA MICHIGAN 55C DA SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 07h 45MIN do dia 12/12/2016, com abertura dos envelopes prevista para as 09h do dia 12/12/2016. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 07h às 13h, ou pelo e-mail licitacoes@saojoao-dosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 25 de Novembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

CONTRATO/CT: Nº 116/2016 – PR 086/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 116/2016 – PR 086/2016 – Processo 324/2016 – Proc. Adm. 16895/2016 - Contratado: CORINGA COM. E REPRES. DE EQUIP. ELETR. DE SEGURANÇA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS A DISTÂNCIA EM PROTOCOLO TCP/IP DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditamento, conforme previsto no art. 57 da Lei 8.666/93. Valor: R\$ 130.999,92 (cento e trinta mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos). Data da Assinatura do Contrato: 03 de novembro de 2016.

CONTRATO/CT: Nº 119/2016 – DL 423/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 119/2016 – DL 423/2016 – Processo 673/2016 – Proc. Adm. 25398/2016 - Contratado: METALÚRGICA GR LTDA EPP. Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA QUADRA EBM VEREADORA ALBERTINA KRUMMEL MACIEL, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EM CARÁTER EMERGENCIAL. Prazo: O presente instrumento terá vigência de 60 (sessenta) dias. Valor: R\$ 56.072,77 (cinquenta e seis mil, setenta e dois reais e setenta e sete centavos). Data da Assinatura do Contrato: 11 de novembro de 2016.

DECRETO Nº 7222/2016

DECRETO Nº 7222/2016
EXONERA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL de São José, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, C/C os Artigos 6º e seguintes da Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei nº. 4.302, de 20 de junho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor LUNARDI DOS SANTOS MORAES, Matrícula: 42.056-5, da função de Conselheiro Tutelar do Município de São José.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de outubro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7223/2016

DECRETO Nº 7223/2016
NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR, CONFORME EDITAL 001/2015 - CMDCA/SJ, À GESTÃO DE 10 DE JANEIRO DE 2016 A 09 DE JANEIRO DE 2020.

APREFEITA MUNICIPAL de São José, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/cos artigos 6º e seguintes da Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei nº. 4.302, de 20 de junho de 2005, bem com o pela Lei Municipal N.º 4.484 de 04 de dezembro de 2006 e Lei Municipal N.º 5.482 de 12 de maio de 2015, e

CONSIDERANDO que o Conselheiro Titular Lunardi dos Santos Moraes solicitou exoneração da função,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada ANA LUCIA TEIXEIRA para exercer a função de Conselheira Tutelar Titular, diante do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, Edital 001/2015 – CMDCA/SJ.

Art. 2º - Este Decreto entre em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 07 de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7225/2016

DECRETO Nº 7225/2016
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensado, a pedido, o seguinte servidor, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
ROBERTO RODRIGUES DE MENEZES JUNIOR	Auxiliar de Ensino	21/11/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21/11/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 7227/2016

DECRETO Nº 7227/2016

DEMITE SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, IV, da Lei Orgânica Municipal, do Art. 31 e 160, II da Lei N.º 2.248/1991, e,

CONSIDERANDO o relatório final do Processo Administrativo Disciplinar nº 024/2016 – Instrução Preliminar nº 025/2015, no qual ficou configurado acúmulo ilegal de cargos públicos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitido o servidor RUBENS FEIJÓ, matrícula: 21.747-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Ensino, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº7224/2016

DECRETO Nº7224/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando Processo Administrativo nº 024885/2016 datado de 24/10/2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
GIANE GONTARSKI	Professor-M	18/11/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18/11/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

LEI COMPLEMENTAR N.º 070 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO CONTROLADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a criar o Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado, nas vias públicas do município

destinadas ao estacionamento de veículos de passageiros e veículos de carga.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a cobrar preço público dos usuários das áreas incluídas no Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado.

Parágrafo Único. O valor do preço público será apurado em planilha de custos, fixado por Decreto Município e atualizado anualmente.

Art. 3º São passíveis de sofrerem multas de trânsito, os usuários do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado que não observarem as disposições regulamentares do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 4º Caberá a Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito do Município de São José a implantação e fiscalização do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará, por Decreto:

- I. As vias e locais de estacionamento;
- II. Os horários de funcionamento do sistema;
- III. O período máximo de estacionamento para cada categoria de veículo;
- IV. A forma de operacionalização, administração e fiscalização do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado;
- V. Os veículos dispensados do pagamento do preço público pelo estacionamento.

Art. 6º A tarifa de cobrança pelo uso da vaga será fixada através de Decreto Municipal, podendo ser reajustada igualmente por Decreto Municipal, devendo respeitar o percentual máximo vinculado ao índice do IPCA, publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

Art. 7º A Operação do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado poderá ser delegada a terceiro, que deverá ser selecionado através de procedimento licitatório, na modalidade de concorrência pública.

Parágrafo Único. Em caso de delegação da operação do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado a terceiro, a Prefeitura Municipal de São José publicará, previamente edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga da concessão, caracterizando seu objeto, prazo e área.

Art. 8º Não caberá à Prefeitura Municipal de São José nenhuma responsabilidade por acidentes, danos, furtos ou quaisquer outros prejuízos que venham a causar ou sofrer os veículos, seus proprietários, as mercadorias, os usuários ou acompanhantes, enquanto permanecerem nas áreas do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado ou quando os veículos delas forem guinchados.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº. 4.934 de 10 de dezembro de 2009.

Paço Municipal, em São José (SC), 25 de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 071 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS NORMAS GERAIS DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 1º Os serviços do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros no Município de São José poderão ser prestados diretamente ou através do regime de delegação, observadas as disposições da Lei Orgânica do Município, dessa Lei Complementar, do Código de Trânsito Brasileiro, da Legislação Municipal correlata e demais normas complementares que serão expedidas pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único. O Transporte Coletivo Público de Passageiros é serviço público essencial, cuja organização e prestação competem ao Município, conforme disposto no art. 30 inciso V, da Constituição Federal e no art. 99, §1º, da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º A regulação, o gerenciamento, a operação, o planejamento e a fiscalização do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de São José, será de competência da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Compete ao Município de São José organizar e prestar, diretamente, ou sob os regimes de concessão ou de permissão, o seu serviço regular de transporte coletivo, exercer o seu controle e fiscalização, bem como estabelecer a forma e as condições de contratação que lhe convier no caso de execução indireta.

Art. 4º Compete a Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, como órgão gerencial:

- I - fixar itinerários e pontos de parada;
- II - fixar horários, frequência, frota e terminais de cada linha;
- III - organizar, programar e fiscalizar o sistema;
- IV - implantar e extinguir linhas e extensões;
- V - tomar as medidas necessárias para a contratação das permissionárias e concessionárias na forma da Lei;
- VI - fixar os parâmetros e índices das planilhas de custos;
- VII - elaborar e fiscalizar a aplicação dos cálculos tarifários e o custo do passageiro transportado, mantendo registro do preço dos insumos e demais componentes de operação e custo;
- VIII - vistoriar os veículos;
- IX - aplicar penalidades;
- X - estabelecer as normas de pessoal de operação;
- XI - controlar e manter registro do número de passageiros do sistema.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO DE PASSAGEIROS

Art. 5º O serviço de transporte coletivo de passageiros do município de São José é serviço público de caráter essencial e constitui-se num sistema formado por um conjunto uno, harmônico e interdependente de serviços, área de operação, linhas, itinerários, pontos de parada, pontos terminais, estações de integração, transferência ou transbordo, planejado, implantado e gerenciado de acordo com as peculiaridades viárias locais, destinando-se a atender as necessidades de transporte da população, bem como viabilizar a integração regional, favorecer e acompanhar o racional uso e ocupação do solo.

Art. 6º A Organização do Sistema do Transporte Coletivo de Passageiros no Município de São José, dentre outras, deverá contemplar:

- I - o planejamento adequado às alternativas tecnológicas convergentes com o interesse público;
- II - o planejamento global da cidade, notadamente na área de uso e ocupação do solo e ao sistema viário básico;

- III - a universalidade de atendimento, respeitados os direitos e obrigações dos usuários;
- IV - a boa qualidade do serviço, envolvendo rapidez, conforto, regularidade, segurança, continuidade, modicidade tarifária, eficiência, atualidade tecnológica e acessibilidade, particularmente para as pessoas com deficiência, idosos e gestantes;
- V - a prioridade do transporte coletivo sobre o individual;
- VI - a redução das diversas formas de poluição ambiental, conforme as prescrições das normas técnicas e dos padrões de emissão de poluentes;
- VIII - o estímulo à participação do usuário no acompanhamento dos serviços prestados diretamente ou delegados a terceiros;
- IX - a transparência e participação social no planejamento, controle e avaliação da política de mobilidade urbana;
- X - o estímulo à produtividade e qualidade através de avaliações de indicadores estabelecidos.

Art. 7º No exercício das competências relativas ao Sistema de Transporte Coletivo Público de Passageiros, a Administração Pública poderá celebrar convênios, contratos e outros instrumentos legais com entes públicos ou privados, visando à cooperação técnica e financeira.

CAPÍTULO IV DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 8º Os serviços integrantes do sistema de que trata esta Lei Complementar são classificados nas seguintes categorias:

- I - regulares;
- II - especiais;
- III - experimentais;
- IV - extraordinários;

§ 1º Regulares são os serviços básicos do sistema, executados de forma contínua e permanente pelas linhas de transportes coletivos, em regime de horários pré-estabelecidos, cuja prestação poderá ser direta ou mediante delegação, através de regime de concessão ou permissão de serviços públicos, as quais deverão ser sempre precedidas de licitação, consoante exige o art. 175 da Constituição Federal.

§ 2º Especiais são aqueles serviços que não se enquadram na categoria de Regular e que tem por objetivo atender a um conjunto diferenciado de usuários, podendo ser enumerados

I - transporte porta-à-porta, compreendendo:

- a) transporte escolar;
- b) transporte industrial;
- c) de servidores ou empregados de órgãos ou entidades públicas ou privadas;
- d) de natureza semelhante.

II - transporte para atendimento de estacionamento;

III - transporte realizado sob a responsabilidade de órgão ou entidades públicas ou privadas, para sócios, servidores, empregados e dependentes, sem objetivo comercial;

IV - viagens eventuais a título de serviços de turismo.

§ 3º A exploração dos serviços considerados Especiais dar-se-á através do regime de permissão;

§ 4º Experimentais são aqueles serviços executados pelas Permissionárias ou Concessionárias, nas respectivas áreas de exploração, em caráter provisório, para verificação de viabilidade objetivando alterações e expansões de serviços destinados ao atendimento de demandas decorrentes do crescimento urbano, cuja duração e a respectiva tarifa ou preço da passagem, serão fixadas no Decreto de autorização;

§ 5º Extraordinários são os serviços executados para atender as necessidades excepcionais de transportes, causados por fatos eventuais.

§ 6º Os serviços experimentais e os extraordinários serão explorados mediante autorização, independentemente de licitação.

Art. 9º Os procedimentos relativos à Autorização, Controle, Fiscalização, bem como a regulamentação da prestação dos Serviços Especiais de Transporte Coletivo de Passageiros, obedecerão ao disposto em legislação específica.

CAPÍTULO V

DO REGIME JURÍDICO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO

Art. 10 A Administração Pública poderá delegar a terceiros, por meio de concessão ou permissão, a prestação e a exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, no todo ou em parte, devendo observar o seguinte:

I - a concessão dos serviços será outorgada, sempre através de licitação, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas, sendo vedada a sua prorrogação;

II - a outorga de permissões, será de caráter excepcional e somente à pessoa jurídica, em condições diferenciadas do Sistema ou linhas objeto de regular concessão, para o teste de novas linhas e modais de transporte, ou em situações emergenciais, sempre por prazo certo, que não poderá ser superior a um ano;

III - a delegação poderá ser realizada sob o regime de parceria público-privada, desde que respeitados procedimento licitatório e as normas gerais nacionais pertinentes e as normas especiais da legislação municipal.

Parágrafo Único. As concessões e permissões para a prestação dos serviços objeto desta Lei Complementar serão sempre outorgadas mediante licitação prévia, consoante determina o art. 175 da Constituição Federal, devendo obedecer às normas previstas na Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e na legislação municipal aplicável;

Art. 11 O regime jurídico da autorização para a execução de serviços especiais de fretamento, de transporte escolar, de transporte de trabalhadores, extraordinários ou experimentais, como tais definidos nesta Lei Complementar, terá o caráter precário, podendo ser revogável a qualquer tempo sem indenização.

CAPÍTULO VI

DO PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS REGULARES

Art. 12 O planejamento do sistema de transporte será adequado às alternativas tecnológicas disponíveis, atenderá ao interesse público, e obedecerá às diretrizes gerais do planejamento global da cidade, notadamente no que diz respeito ao uso e ocupação do solo e ao sistema viário básico.

Art. 13 O Transporte Coletivo terá prioridade sobre o individual e o comercial, condição que se estende também às vias de acesso e manutenção das pistas de rolamento.

Art. 14 O Sistema de Transporte Coletivo por ônibus será executado conforme os padrões técnico-operacionais regulamentados pela presente Lei Complementar, pelas normas complementares e pelas demais Leis ou regulamentos que disciplinem a integração entre as diferentes modalidades de transporte coletivo no âmbito municipal.

Art. 15 As linhas intermunicipais em trânsito pelo Município de São José deverão ter os seus itinerários, terminais e pontos de parada situados dentro do Município, aprovados pelo Órgão Gerencial local

e estão proibidas, sob qualquer hipótese, de executar transporte coletivo intramunicipal.

§ 1º Entende-se por transporte intramunicipal o embarque e o desembarque do passageiro dentro do Município.

§ 2º O Órgão Gerencial comunicará esta circunstância ao Poder Concedente Estadual e ao órgão de planejamento do seu sistema, quando for o caso, e poderá determinar o bloqueio de seções em linhas intermunicipais ou interestaduais que estejam procedendo em desacordo com os seus itinerários.

Art. 16 A integração dos serviços locais com os regionais só poderá ser feita através de Convênio entre o Poder Concedente do Município e o Poder Concedente a que se referir o outro serviço objeto da integração, de modo a não prejudicar a integridade do serviço local.

CAPÍTULO VII

DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

Art. 17 São direitos do usuário do transporte coletivo:

I - receber o serviço adequado;

II - ser conduzido com segurança e urbanidade;

III - ser tratado com respeito pelas contratadas, através de seus prepostos e funcionários;

IV - ter o preço das tarifas compatíveis com a qualidade dos serviços;

V - ser transportado em ônibus ou outro modal em boas condições de manutenção e limpeza;

VI - utilizar o transporte coletivo dentro dos horários fixados pela Administração;

VII - ter prioridade por ocasião do planejamento do sistema de tráfego nas vias públicas sobre o transporte individual, por meio de canaletas ou faixas exclusivas aos ônibus;

VIII - ter serviço à sua disposição no mínimo, em média, a 500 metros do respectivo local de origem.

Art. 18 São deveres do usuário:

I - contribuir para manter em boas condições os equipamentos urbanos e os ônibus através dos quais lhes são prestados os serviços;

II - portar-se de modo adequado, respeitando os demais usuários, fiscais e operadores;

III - pagar a tarifa devida corretamente;

IV - identificar-se quando usuário isento, conforme legislação vigente;

V - contribuir, informando ao órgão gerencial e ou órgão de segurança quaisquer atos dos operadores que venham em prejuízo à sustentabilidade do Sistema, bem como quaisquer atos de vandalismo que possam causar prejuízos ao Sistema de Transporte;

VI - apresentar o cartão transporte ou outro comprovante de passagem à fiscalização, quando solicitado.

Art. 19 Para garantir o conforto e a segurança do Sistema, as linhas do transporte coletivo serão dimensionadas, admitindo-se passageiros em pé, até o limite de 5 (cinco) por metro quadrado.

Art. 20 O Município manterá serviço de atendimento aos usuários para reclamações, sugestões e informações, objetivando e melhoraria e o aperfeiçoamento do Sistema de Transporte.

CAPÍTULO VIII

DA POLÍTICA TARIFÁRIA

Art. 21 O serviço Público de Transporte Coletivo será remunerado pelos usuários mediante o pagamento de tarifa ou preço da passagem fixada por ato do Poder Executivo, sendo que em ambos os casos deverá ser sempre observado o princípio da modicidade da tarifa e da compatibilidade com os serviços prestados.

§ 1º Compete exclusivamente às empresas operadoras dos serviços regulares a emissão, a comercialização e o controle sobre a venda de passagens, passes e do vale transporte, bem como ainda, no caso de implantação de bilhetagem eletrônica, implantar, comercializar os cartões magnéticos e assemelhados, gerir e manter atualizado o sistema de processamento.

§ 2º Constituem receitas do sistema a serem consideradas no cálculo tarifário, os valores obtidos com a cobrança de tarifas ou passagens, com a comercialização da bilhetagem e do vale-transporte.

§ 3º Também constituem receitas do sistema aquelas oriundas da exploração direta ou indireta pelas permissionárias ou concessionárias dos espaços publicitários do sistema, nos termos desta Lei Complementar, ficando as mesmas incluídas da composição do cálculo do custo do passageiro transportado, da respectiva tarifa e preço das passagens.

Art. 22 Normas destinadas à formação dos preços, apuração dos custos, cálculo da tarifa e preços das passagens, assim como suas revisões e reajustes, serão estabelecidas por meio de Decreto editado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 23 O Decreto que regulamentar a presente Lei Complementar definirá os casos de isenção e redução tarifária, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO IX

DOS ENCARGOS DO PODER CONCEDENTE

Art. 24 Incumbe ao Poder Concedente:

- I - regulamentar o serviço e fiscalizá-lo permanentemente;
- II - assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das permissões e concessões;
- III - aplicar penalidades regulamentares e contratuais;
- IV - intervir na prestação dos serviços quando houver risco de grave discontinuidade que não possa ser controlada pela permissionária ou concessionária;
- V - declarar a extinção da concessão ou permissão nos casos previstos na Lei;
- VI - homologar reajustes e proceder às revisões tarifárias e preços de passagens;
- VII - apurar o custo do passageiro transportado, fixar as tarifas ou o preços das passagens dos serviços convencionais e dos diferenciados;
- VIII - cumprir Leis, regulamentos e cláusulas dos contratos de permissão e concessão;
- IX - zelar pela boa qualidade dos serviços e resolver questões sobre reclamações de usuários.

CAPÍTULO X

DOS ENCARGOS DAS EMPRESAS PERMISSONÁRIAS OU CONCESSIONÁRIAS

Art. 25 Além do cumprimento das cláusulas constantes do termo de permissão ou contrato de concessão, as empresas permissionárias ou concessionárias ficam obrigadas a:

- I - prestar serviço adequado aos usuários, assim entendido o prestado com regularidade, continuidade, eficiência e modicidade nas tarifas;
- II - cumprir e fazer cumprir as normas de serviço e as cláusulas de permissão ou concessão;
- III - facilitar o exercício da fiscalização pelo Poder Concedente;
- IV - manter a frota adequada às exigências da demanda;
- V - emitir, comercializar e controlar passes e o vale transporte, e fornecer ao Município, na periodicidade de tempo determinada pelo Órgão Gerencial, relatórios e informações a respeito;

- VI - adotar uniformes e identificação, através de crachá, para o pessoal de operação;
- VII - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo Órgão Gerencial;
- VIII - executar os serviços com rigoroso cumprimento de horário, frequência, rota, tarifa, itinerário, pontos de parada e terminais;
- IX - submeter-se à fiscalização do Órgão Gerencial;
- X - apresentar sempre que for exigido, os veículos para vistoria, comprometendo-se a sanar, em 96 (noventa e seis) horas as irregularidades que possam comprometer o conforto, a segurança e a regularidade dos serviços;
- XI - manter as características fixadas pelo Órgão Gerencial para os veículos de operação;
- XII - preservar a inviolabilidade dos instrumentos contadores de passagens, controladores de quilometragem, velocidade e outros;
- XIII - apresentar seus veículos para início de operação em adequado estado de conservação e limpeza;
- XIV - operar com imóveis, equipamentos, máquinas, peças, acessórios, móveis, oficinas, manutenção e pessoal vinculado ao serviço de transporte coletivo municipal;
- XV - proporcionar, periodicamente, treinamento e reciclagem do pessoal de operação, principalmente nas áreas de relações humanas, segurança do tráfego e primeiros socorros;
- XVI - no caso de interrupção de viagens, a empresa operadora ficará obrigada a tomar imediatas providências para o seu prosseguimento, sem ônus para os usuários que já tenham pago a tarifa;
- XVII - respeitar e submeter-se às normas de isenção tarifária existentes, e inclusive àquelas que eventualmente venham a ser criadas, sendo-lhe assegurado o direito ao reequilíbrio financeiro do contrato.

CAPÍTULO XI

DO CONTRATO

Art. 26 Os contratos para a execução dos serviços de que trata esta Lei Complementar devem estabelecer, com clareza e precisão, as condições para sua execução expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e das propostas a que se vinculam, sendo cláusulas necessárias as previstas no art. 23 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, bem como as a seguir arroladas:

- I - o objeto, seus elementos característicos, e prazos da concessão;
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - o critério de fixação do valor da remuneração e as condições de pagamento;
- IV - os direitos, garantias e obrigações da Administração Pública e dos operadores, em relação a alterações e expansões a serem realizadas no futuro, para garantir a continuidade da prestação do serviço;
- V - os direitos dos usuários, notadamente aqueles referentes à qualidade do serviço e da segurança dos mesmos;
- VI - os prazos de início de etapas de execução, conforme o caso;
- VII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - as penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita o contratada e sua forma de aplicação;
- X - os critérios e as fórmulas de cálculo das amortizações e depreciações de investimentos que se fizerem necessários;
- XI - os bens reversíveis;
- XII - os casos de rescisão;
- XIII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XIV - a obrigação da contratada de manter, durante toda a sua execução, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 27 Incumbe à contratada a execução do serviço delegado, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados, por dolo ou culpa, devidamente comprovados em processo administrativo, à Administração Pública, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.

§ 1º Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere o caput deste artigo, a contratada poderá contratar com terceiros a execução de atividades, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

§ 2º Os contratos celebrados entre a contratada e os terceiros a que se refere o parágrafo anterior reger-se-ão pelas normas do direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e a Administração Pública.

CAPÍTULO XII DA INTERVENÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 28 Para assegurar a adequada prestação do serviço ou para sanar deficiência grave na respectiva prestação, bem como, o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, a Administração Pública poderá intervir na operação do serviço.

Parágrafo Único. A intervenção far-se-á por Decreto do Poder Concedente, que deverá constar:

- I - os motivos da intervenção e sua necessidade;
- II - o prazo de intervenção será de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias;
- III - as instruções e regras que orientarão a intervenção;
- IV - o nome do interventor que, representando a Administração Pública, coordenará a intervenção.

Art. 29 No período de intervenção, a Administração Pública assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que a contratada utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos, as garagens, as oficinas, e todos os demais meios empregados, necessários à operação.

Art. 30 Cessada a intervenção, se não for extinto o contrato, a administração do serviço será devolvida à contratada, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

CAPÍTULO XIII DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

Art. 31 Extingue-se o contrato nos seguintes casos:

- I - advento do termo do contrato;
- II - encampação;
- III - caducidade;
- IV - rescisão;
- V - anulação; e
- VI - falência ou extinção da empresa concessionária ou permissionária dos serviços delegados.

Parágrafo Único. Extinto o contrato, retornam à Administração Pública todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos à contratada, conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

Art. 32 Às contratadas não serão permitidas ameaças de interrupção, nem a solução de continuidade ou a deficiência grave na prestação do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, que deverá estar permanentemente à disposição do usuário.

CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 33 Compete à Administração Pública editar os instrumentos normativos necessários à regulamentação desta Lei Complementar, no prazo de até 60 (sessenta) dias.

Art. 34 As atuais empresas contratadas continuarão executando os serviços contratados, com base nos contratos vigentes, mantidas todas as disposições e determinações ajustadas, com base na legislação em vigor no momento da emissão dos termos de outorga, até o advento de nova contratação.

Art. 35 As atuais isenções tarifárias continuarão vigendo até a aprovação de novas legislações específicas.

Art. 36 Para a execução dos serviços definidos na presente Lei Complementar, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a realização do competente processo licitatório, segundo as normas de procedimentos explicitados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em associação com a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e respectivas atualizações posteriores, observados os princípios ordenados na Lei Orgânica do Município de São José, especialmente os que dispõem sobre as concessões e permissões de serviços públicos municipais, regramento que passa a fazer parte integrante da presente Lei Complementar.

Parágrafo Único. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a delegar, por outorga, pelo prazo de 20 (vinte) anos, a exploração dos serviços públicos de Transporte Coletivo de Passageiros, no Município de São José.

Art. 37 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal N.º 4.609 de 07 de fevereiro de 2015.

Paço Municipal, em São José (SC), 25 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LEI N.º 5.596 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

DENOMINA DE DIRÇO JOSÉ DO AMARAL, A PRAÇA SITUADA ENTRE O ENTRONCAMENTO DA AVENIDA JAIME ESTEFANO BECKER E DA RUA JOICE CECÍLIA CORRÊA, NO BAIRRO AREIAS, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de DIRÇO JOSÉ DO AMARAL, a Praça situada entre o entroncamento da Avenida Jaime Estefano Becker e a Rua Joice Cecília Corrêa, no Loteamento Ana Clara II – Bairro Areias, neste Município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 23 de novembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LEI N.º 5.597 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

DENOMINA DE TRAVESSA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, VIA PÚBLICA NESTE MUNICÍPIO. C.L.P. 90.150.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de SÃO FRANCISCO DE ASSIS, via pública localizada no bairro Jardim Cidade de Florianópolis, neste Município, travessa que faz ligação entre a Rua Hidalgo Araújo e Rua Pedro Bunn, entre a Paróquia dos Sagrados Corações e a Congregação das Irmãs Franciscanas, conforme documentação anexa.

Art. 2º – O Poder Executivo providenciará a colocação de placas indicativas, bem como a devida comunicação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan e Telecomunicações de Santa Catarina – TELESC.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor após decorridos 15 (quinze) dias de sua publicação oficial, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 23 de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LEI N.º 5.598 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

DENOMINA DE MAX HABLITZEL, O JARDIM BOTÂNICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado de "MAX HABLITZEL", o Jardim Botânico Municipal de São José, localizado no bairro Potecas, neste município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 23 de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 035/2016/PGM

PORTARIA Nº 035/2016/PGM

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009, e tendo em vista a solicitação formulada pelo Membro Relator da Comissão Processos Administrativos Disciplinares – Processo Disciplinar nº 023/2016, instaurada pela Portaria nº 023/2016, de 26 de setembro de 2016.

RESOLVE:

I. Designar Carlos Eduardo Souza, Agente Administrativo do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 329738, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer o encargo de defensor dativo da investigada A. P. G., Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, matrícula nº 394598, no processo administrativo disciplinar acima indicado, para apresentar defesa escrita, podendo requerer a Comissão Processante eventuais providências relacionadas diretamente a esta atividades.

II. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

São José (SC), 25 de novembro de 2016.

Thaís Farias de Sousa
Membro - Relator

Rodrigo João Machado
Procurador Geral do Município

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2016 - Processo nº 352/2016 – Proc. Adm. 18040/2016. Fornecedores: PERUIBE COM PROD ELETRO ELETRONICOS e SULTRACTOR COM. DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA USO DA FROTA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 136.737,00 – cento e trinta e seis mil, setecentos e trinta e sete reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.541, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.541, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 11.225,00 (onze mil, duzentos e vinte e cinco reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.451.4511.1.063 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000	183	Aplicação Direta	R\$ 11.225,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263 de 23 de dezembro de 2015 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de novembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

LEI Nº 7.344/2016 DENOMINA DE "RUA VALDEMAR JOÃO DALPIAZ" A RUA PROJETADA "SEM NOME" (28505), LOCALIZADA NO LOTEAMENTO TOMAZEL, NO BAIRRO ESTRELA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.344/2016

DENOMINA DE "RUA VALDEMAR JOÃO DALPIAZ" A RUA PROJETADA "SEM NOME" (28505), LOCALIZADA NO LOTEAMENTO TOMAZEL, NO BAIRRO ESTRELA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de "RUA VALDEMAR JOÃO DALPIAZ", Rua projetada "Sem Nome" (28505), localizada no loteamento Tomazel, no Bairro Estrela, Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º Ficam os setores competentes da municipalidade autorizados a proceder todos os registros necessários ao fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 23 de novembro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.345/2016 DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO DE PARTE DO LOTE Nº 88 (MATRÍCULA Nº 26421 - CRISMO), SOBRE O DESDOBRAMENTO DE PARTE DO LOTE Nº 88 (MATRÍCULA Nº 26421 - CRISMO), E SOBRE O DESDOBRAMENTO, REMEMBRAMENTO E AFETAÇÃO DA CHACARÁ Nº 36 (MATRÍCULAS Nº 40785 E 40786 - CRISMO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 7.345/2016

DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO DE PARTE DO LOTE Nº 88 (MATRÍCULA Nº 26421 - CRISMO), SOBRE O DESDOBRAMENTO DE PARTE DO LOTE Nº 88 (MATRÍCULA Nº 26421 - CRISMO), E SOBRE O DESDOBRAMENTO, REMEMBRAMENTO E AFETAÇÃO DA CHACARÁ Nº 36 (MATRÍCULAS Nº 40785 E 40786 - CRISMO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o desdobramento de Parte do Lote Urbano nº 88, objeto da matrícula nº 26.421, do Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, com área de 1.595,00m², confrontando: Ao Norte: com o Lote Urbano nº 87, por linha seca de 78,50m; Ao Leste, com pequena inclinação nordeste: com o eixo da estrada vicinal, medindo 5,10m; Ao Sul: com parte do mesmo Lote Urbano nº 88, por linha seca de 19,50m; Novamente ao Leste: com parte do mesmo Lote Urbano nº 88, por linha seca de 20,00m; Novamente ao Sul: com parte do mesmo Lote Urbano nº 88, por linha seca de 60,00m; Ao Oeste: com a Rua Helio dos Anjos Ortiz, medindo 25,00m.

Parágrafo único. Diante do desdobramento referido neste artigo, a área remanescente, com área de 1.758,66m², confrontando: Ao Norte: com parte do mesmo Lote Urbano nº 88, por linha seca de 60,00m; Ao Oeste: com parte do mesmo Lote Urbano nº 88, por linha seca de 20,00m; Novamente ao Norte: com parte do mesmo Lote Urbano nº 88, por linha seca de 19,50m; Ao Leste, com pequena inclinação nordeste: com o eixo da estrada vicinal, medindo 36,78m; Ao Sul: com a Chácara nº 101, por linha seca de 86,74m; Novamente ao Oeste: com a Rua Helio dos Anjos Ortiz, medindo 15,10m.

Art. 2º Fica desafetada a área de 1.595,00m², resultante do desdobramento referido no artigo anterior, de sua destinação de área verde, que passará, a partir do referido ato de desconsagração, a ser bem de uso institucional da Administração Pública Municipal.

Art. 3º Fica autorizado o desdobramento de Parte da Chácara nº 36, objeto da matrícula nº 40.786, do Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, com área de 1.595,00m², Área Institucional, confrontando: Ao Norte: com Parte da mesma Chácara nº 36 (Área Institucional), por linha seca de 90,20m; Ao Leste: com Parte da Chácara nº 36, por linha seca de 17,68m; Ao Sul: com Parte da mesma Chácara nº 36 (Área Verde), por linha seca de 90,20m; Ao Oeste: com Parte da mesma Chácara nº 36 (Área Institucional), por linha seca de 17,73m.

Parágrafo único. Diante do desdobramento referido neste artigo, a área remanescente, com área de 5.668,633m², Área Institucional, confrontando: Ao Norte: com Parte da Chácara nº 36, por linha seca de 229,73m; Ao Leste: com Parte da Chácara nº 36, por linha seca de 14,02m; Ao Sul: com Parte da mesma Chácara nº 36 (Área Verde), por linha seca de 90,20m; Novamente ao Leste: com Parte da mesma Chácara nº 36 (Área Verde), por linha seca de 17,73m; Novamente ao Sul: com Parte da mesma Chácara nº 36 (Área Verde), com o Lote Urbano nº 03 da quadra "R", com a Rua Mathilde Barichello, com os Lotes Urbanos nºs 08 e 07 da quadra "Q" e com a Rua Octília Rogofski, por linha seca de 138,31m; Ao Oeste: com Parte da Chácara nº 34, por linha seca de 31,76m.

Art. 4º Como medida compensatória à desafetação referida no art. 2º fica autorizado o remembramento da área de 1.595,00m² referida no caput do art. 3º a Parte da Chácara nº 36, objeto da matrícula nº 40.785, do Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, com área de 7.992,29m², Área Verde, e sua afetação como área verde, passando a área a perfazer um total de 9.587,29m², Área Verde, e a conter as seguintes confrontações: Ao Norte: com Parte da mesma Chácara nº 36 (Área Institucional), por linha seca

de 12,17m; Ao Oeste: com Parte da mesma Chácara nº 36 (Área Institucional), por linha seca de 17,73m; Novamente ao Norte: com Parte da mesma Chácara nº 36 (Área Institucional), por linha seca de 90,20m; Ao Leste: com Parte da Chácara nº 36, por linha seca de 108,48m; Ao Sul: com Parte da Chácara nº 36, por linha seca de 59,57m; Novamente ao Oeste: com o Lote Urbano nº 16 (Medida Compensatória), por linha seca de 45,00m; Novamente ao Sul: com parte do Lote Urbano nº 16 (Medida Compensatória), por linha seca de 32,08m; Novamente ao Oeste: com a Rua Claudionor Sarturi e com os Lotes Urbanos nºs 02 e 03 da quadra "R", por linha seca de 57,18m.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a praticar os atos administrativos necessários ao fiel cumprimento desta Lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 23 de novembro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.346/2016 DENOMINA DE RUA VIRGILIO GIOVANAZ, A RUA PROJETADA A, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO MONT BELO, BAIRRO SALETE, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.346/2016

DENOMINA DE RUA VIRGILIO GIOVANAZ, A RUA PROJETADA A, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO MONT BELO, BAIRRO SALETE, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de "RUA VIRGILIO GIOVANAZ", a RUA PROJETADA A, localizada no Loteamento MONT BELO, Bairro Salete, Município de São Miguel do Oeste, SC.

Art. 2º - Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 23 de novembro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº 7.347/2016 DENOMINA DE RUA MANOEL GOMES FILHO, A RUA PROJETADA B, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO MONT BELO, BAIRRO SALETE, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.347/2016

DENOMINA DE RUA MANOEL GOMES FILHO, A RUA PROJETADA B, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO MONT BELO, BAIRRO SALETE, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de "RUA MANOEL GOMES FILHO", a RUA PROJETADA B, localizada no Loteamento MONT BELO, Bairro Salete, Município de São Miguel do Oeste, SC.

Art. 2º - Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 23 de novembro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.348/2016 DENOMINA DE "RUA WALDEMAR DA ROCHA" A RUA PROJETADA D, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO MONT BELO, BAIRRO SALETE, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.348/2016

DENOMINA DE "RUA WALDEMAR DA ROCHA" A RUA PROJETADA D, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO MONT BELO, BAIRRO SALETE, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º- Fica denominada de "RUA WALDEMAR DA ROCHA" a Rua PROJETADA D, localizada no Loteamento Mont Belo, Bairro Salete,

Município de São Miguel do Oeste – SC.

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 23 de novembro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 33/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 33/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 06/2016

O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da sua Gestora, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação, tendo como objeto a Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados ao Sistema de tratamento de efluentes (esgoto), para as Obras de ampliação e Reforma do Prédio que abrigará o Casep, conforme Convênio 01/2016 autorizada pela Lei nº 7.247/2016, de acordo com Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro e Projeto partes integrantes deste Processo Licitatório. Contratado: DECO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA- EPP. Valor Total de R\$ 27.100,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtida junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sita a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312005.

São Miguel do Oeste – SC, 25 de novembro de 2016.

SIMONE CARMEM THOMAS

Secretaria Municipal de Assistência Social

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 122/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 122/2016-PMS

Dispensa de Licitação nº. 64/2016-PMS - Processo nº. 206/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: KLAUS BRANDL SILVESTRE ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.916.680/0001-08, estabelecida Avenida Getulio Vargas, nº 1160, sala 02, Bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.210-105.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de capa de colete balístico para atender as necessidades da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Colete Modular	12	Unidade	250,00	3.000,00
02	Coldre modular	12	Unidade	50,00	600,00
03	Porta algema	12	Unidade	25,00	300,00
04	Porta carregador duplo de pistola	24	Unidade	45,00	1.080,00
05	Porta carregador de CT 30	12	Unidade	47,00	564,00
06	Porta HT	12	Unidade	30,00	360,00
07	Porta objeto P	12	Unidade	40,00	480,00
08	Porta lanterna/bastão	12	Unidade	25,00	300,00
09	Porta smsrtphone	12	Unidade	30,00	360,00
TOTAL R\$					7.044,00

Valor do contrato: R\$ 7.044,00 (sete mil e quarenta e quatro reais).

Data da Assinatura: 25/11/2016 – Vigência: 31/12/2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº. A11/2016 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A11/2016 – FMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2015-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº. 90.180.605/0001-02, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 450, Centro Histórico, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 90.020-060, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Marcelo Wais, inscrito no CPF sob o nº. 632.005.380-15.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 23/2015-FMS, celebrado em 09 de abril de 2015, proveniente do Processo de Licitação nº. 14/2015 – FMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 08/2015-FMS, para contratação de empresa especializada em seguros para veículos da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Saúde para prorrogação de vigência do contrato para o período 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, no valor total R\$ 6.873,00 (seis mil, oitocentos e setenta e três reais).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II, c/c 65 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª

do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017 a vigência do contrato e fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição), para o novo período de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, no valor total R\$ 6.873,00 (seis mil, oitocentos e setenta e três reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Contratação de empresa especializada em seguro do veículo, Nissan Grand Livina 18S; chassi 94DJBVL10EJ477013;ano 2014,modelo 2014;126CV;7 passageiros;álcool /gasolina,placa QHI 8191.Seguro contra colisão,incêndio e roubo ou furto;danos materiais,corporais,morte,invalidez permanente,vidros, assistência 24 horas com carro reserva até 15 dias;reboque acima de 300 KM. Coberturas: Danos Materiais R\$100.000,00 Danos Corporais R\$200.000,00 Danos Morais R\$30.000,00 APP Morte R\$10.000,00 APP Invalidez R\$10.000,00 Vidros Franquia Normal Assistência 24horas: guincho, chaveiro,taxi, hotel,pane elétrica e mecânica,troca pneu,carro reserva (popular básico)por 10 dias em caso de perda parcial ou perda total, em oficinas credenciadas. Tabela FIPE 100%	1	Unid.	2.979,28	2.979,28
2	Contratação de empresa especializada em seguro do veículo, Nissan Grand Livina 18S; chassi 94DJBVL10EJ477084;ano 2014,modelo 2014;126CV;7 passageiros;álcool /gasolina,placa QHJ 4691.Seguro contra colisão,incêndio e roubo ou furto;danos materiais,corporais,morte,invalidez permanente,vidros, assistência 24 horas com carro reserva até 15 dias;reboque acima de 300 KM. Coberturas: Danos Materiais R\$100.000,00 Danos Corporais R\$200.000,00 Danos Morais R\$30.000,00 APP Morte R\$10.000,00 APP Invalidez R\$10.000,00 Vidros Franquia Normal Assistência 24horas: guincho, chaveiro,taxi, hotel,pane elétrica e mecânica,troca pneu,carro reserva (popular básico)por 10 dias em caso de perda parcial ou perda total, em oficinas credenciadas. Tabela FIPE 100%	1	Unid.	2.979,28	2.979,28
3	Contratação de empresa especializada em seguro do DETER, para o veículo Renault/ Master Jaedi Tur;Chassi 93YMAF4MCFJ537987,ano 2014 modelo 2015;16 passageiros/ 130CV;placa MLP4840 que vai transitar no estado de Santa Catarina, com seguro: Morte acidental R\$30.000,00 Invalidez R\$30.000,00 Despesa Medica Hospitalar R\$7.000,00 Danos Materiais R\$100.000,00 Danos Corporais R\$200.000,00 Danos Morais R\$30.000,00 Vidros Franquia Normal Seguro contra terceiros Assistência 24horas: guincho, chaveiro, taxi, hotel,pane elétrica e mecânica,troca pneu,carro reserva (popular básico)por 10 dias em caso de perda parcial ou perda total, em oficinas credenciadas	1	Unid.	914,44	914,44
VALOR TOTAL R\$					6.873,00

Cláusula 2ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” aditivado ao contrato o valor de R\$ 6.873,00 (seis mil, oitocentos e setenta e três reais), passando a ser o valor total do contrato R\$ 19.245,00 (dezenove mil, duzentos e quarenta e cinco

reais).

Cláusula 3ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 23/2015-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 25 de novembro de 2016.

CONTRATADA:

GENTE SEGURADORA S.A.

Marcelo Wais

CPF nº. 632.005.380-15

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A94/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A94/2016 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 294/2015 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: HABITARK ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.269.823/0001-30, estabelecida na Rua Clara Persuhn nº 107 sala 01, Bairro Itoupava Seca, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.030-140, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Fernando Ricardo dos Reis, inscrito no CPF sob o nº 420.688.789-68.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 294/2015-PMS, celebrado em 30 de setembro de 2015, Processo Processo de licitação nº. 149/2015 – PMS, Modalidade Concorrência nº. 05/2015 - PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de dois Reservatórios de Água Potável em Concreto Armado com volume de 750m³ cada, Casa de Química, Rampa de Acesso e Muro de Contenção no Município de Schroeder/SC, de com projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, I, a, b da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria Saneamento e Gestao Ambiental, frente ao pedido de aditivo no valor de R\$ 25.592,98 (vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais e noventa e oito centavos), que corresponde a 2% do valor total do contrato, conforme parecer em anexo.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, Ilmar José Pereira Borges Filho, CREA 051.856-6, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 aditivado ao contrato o valor de R\$ R\$ 25.592,98 (vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais e noventa e oito centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 1.599.561,04 (um milhão, quinhentos e noventa e nove mil, quinhentos e sessenta e um reais e quatro centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 294/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 25 de novembro de 2016.
CONTRATADA:

HABITARK ENGENHARIA LTDA.
Fernando Ricardo dos Reis
CPF nº 420.688.789-68
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
T E S T E M U N H A S:

1ª
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A95/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A95/2016 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 13/2014-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: QUARK ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 12.496.490/0001-48, estabelecida na Rua Gothard Kaesemodel, nº 732, Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-400, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Hoylson Trevisol, inscrito no CPF sob o nº. 028.964.459-20 e Carteira de Identidade nº. 3.746.083-8-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 13/2014-PMS, celebrado em 11 de fevereiro de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 223/2013 – PMS, Modalidade Tomada de Preços nº. 10/2013-PMS, para a contratação de empresa especializada em serviço de manutenção e instalação de Iluminação Pública, mensal de rotina e de emergência na área urbana e rural do Município de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Obras e Serviços para prorrogação de prazo para o período 1º. de janeiro de 2017 até 30 de junho de 2017, reajustado conforme índice IGPM de outubro de 2015 a outubro de 2016, de 10,85%, totalizando o valor de R\$ 23.627,04 (vinte e três mil, seiscentos e vinte e sete mil, e quatro centavos).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57,II c/c e 65, I, b ambos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" no item 01, aditivada a quantidade de 06 meses, no valor mensal de R\$ 3.693,84 (três mil e seiscentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos), e no item 02 aditivada a quantidade de 600 unidades no valor unitário de R\$ 2,44 (dois reais e quarenta e quatro centavos) totalizando o valor total dos itens em R\$ 23.627,04 (vinte e três mil, seiscentos e vinte e sete mil, e quatro centavos), e na Cláusula Quarta "do valor do contrato", item 4.1, passando o valor total do contrato original para R\$ 142.593,83 (cento e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Empresa especializada em serviço de manutenção de 2.545 pontos (responsabilidade da empresa vencedora pela segurança e equipamentos necessários) de Iluminação Pública, mensal de rotina e de emergência na área urbana e rural do Município .	12	Meses	3.693,84	22.163,04
02	Destinação final de lâmpadas inteiras ou quebradas em local licenciado pela FATMA - Sendo 200 unidades mês.	1200	Unidade	2,44	1.464,00
TOTAL R\$					23.627,04

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta "da vigência" no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2017 até 30 de junho de 2017 a vigência do contrato.

Cláusula 3ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 13/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 25 de novembro de 2016.

CONTRATADA:

QUARK ENGENHARIA LTDA.

Hoylson Trevisol

CPF nº. 028.964.459-20

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

ATA PREGÃO PRESENCIAL 111/2016-PMS (SEQUÊNCIA 03)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 111/2016 - PR	
CNPJ: 83.102.491/0001-09	Processo Administrativo:	193/2016	
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201	Processo de Licitação:	25/10/2016	
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Data do Processo:		
			Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de luminárias LED para iluminação pública para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 177/2016 (Sequência: 3)

Ao(s) 25 de Novembro de 2016, às 15:30 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6631/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 193/2016, Licitação nº 111/2016 - PR, na modalidade de PREGAO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para recebimento do Parecer nº. 153/2016-PROJUR, o qual em sua decisão traz que "Diante da fundamentação apresentada, esta procuradoria sugere pelo NÃO CONHECIMENTO do recurso apresentado pela empresa ELETRO ZAGONEL LTDA, mantendo o regular andamento do certame.". Diante do exposto abre-se encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia do Parecer e da ata aos participantes.

Participante: 13376 - OPTIMUS TECHNOLOGY LTDA. - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Luminária Integrada LED, com tecnologia driverless dotada de dispositivo de proteção contra surto, para instalação em vias públicas, com as seguintes características técnicas: Potência nominal 100W; Fluxo Luminoso do Led (Mínimo) 12.000 LM; Fluxo Luminoso Efetivo (Mínimo) 11.500 LM; Tecnologia do LED COB (Chip On Board) com tecnologia Driverless (não necessita de driver para seu funcionamento); Temperatura de Cor 5.500K; Tensão de Alimentação 180-260V~; Frequência 60Hz; Fator de Potência >0,96; Temperatura de Operação -40° a 60°C; IRC >0,80; Proteção contra surtos de até 6kV; Distorsão Harmônica Total (THD) <1%; Grau de Proteção ? IP 66; Lentes/Ângulo de Irradiação Luminosa 152° x 85°; Vida útil do LED 50.000 horas; Garantia do produto 5 (cinco) anos	PC	600,00		0,0000	999,00	599.400,00
						Total do Participante ----->	599.400,00
						Total Geral ----->	599.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 111/2016 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 193/2016 Processo de Licitação: 25/10/2016 Data do Processo:
		Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 25 de Novembro de 2016

COMISSÃO:

- | | | |
|--------------------------|---------|-------------------|
| Daniela Samulescki | - | - Pregoeiro(a) |
| Ivandra de Souza | - | - Equipe de Apoio |
| Andreia Nass Friedemann | - | - Equipe de Apoio |
| Valderi Rocha de Camargo | - | - Equipe de Apoio |
| Eloir José Wendt | - | - Equipe de Apoio |

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 101/2016-PMS

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 85/2016

Número do Registro de Preços: 85/2016 **Data do Registro:** 25/11/2016 **Válido até:** 25/11/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de coleta e análise de água bruta (dos mananciais de captação) e tratada, (da rede de distribuição) sob responsabilidade da Secretaria d

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	COLETA E ANÁLISE de Bactérias Heterotóficas (6 análises mensais)	UN	FREITAG LABORATORIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	14,0000	1
	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)				0	17,3800	2
2	COLETA E ANÁLISE de Coliformes Totais (36 análises mensais)	UN	FREITAG LABORATORIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	13,6200	1
	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)				0	14,8900	2
3	COLETA E ANÁLISE de Olor Residual (36 análises mensais)	UN	FREITAG LABORATORIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	3,5700	1
	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)				0	4,5800	2
4	COLETA E ANÁLISE de Clostridias (3 análises mensais)	UN	FREITAG LABORATORIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	49,7300	1
	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)				0	50,4100	2
5	COLETA E ANÁLISE de Trihalometanos (2 trimestrais)	UN	FREITAG LABORATORIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	22,5400	1
	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)				0	28,0700	2
6	COLETA E ANÁLISE PARA ÁGUA TRATADA PORTARIA MS Nº 2014 DE 12/12/2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (COMPLETA) SEMESTRAL. Obs.: 2 análises anuais.	UN	FREITAG LABORATORIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	906,8050	1
	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)				0	1.031,5300	2

Página: 2/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 85/2016

Número do Registro de Preços: 85/2016		Data do Registro: 25/11/2016		Válido até: 25/11/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de coleta e análise de água bruta (dos mananciais de captação) e tratada, (da rede de distribuição) sob responsabilidade da Secretaria d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	COLETA E ANÁLISE PARA ÁGUA BRUTA CONAMA 357 (COMPLETA) Obs.: 6 análises anuais.	UN	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	744,2200	1
8	COLETA E ANÁLISE de Cor aparente(36 análises mensais)	UN	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	3,7200	1
9	COLETA E ANÁLISE da turbidez (36 análises mensais)	UN	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	2,8600	1
10	COLETA E ANÁLISE de fluoretos (36 análises mensais)	UN	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	5,1100	2
11	COLETA E ANÁLISE de pH (36 análises mensais)	UN	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	11,8000	1
12	COLETA E ANÁLISE de alumínio residual em água tratada (Conforme necessidade. Esporádico)	UN	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	10,8800	2
					0	3,5700	1
					0	4,5800	2
					0	11,4400	1
					0	18,3800	2

Página: 3/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 85/2016

Número do Registro de Preços: 85/2016		Data do Registro: 25/11/2016		Válido até: 25/11/2017		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de coleta e análise de água bruta (dos mananciais de captação) e tratada, (da rede de distribuição) sob responsabilidade da Secretaria d				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
13	COLETA E ANÁLISE da alcalinidade em água bruta (Conforme necessidade. Esporádico)	UN	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	5,7200	1			
			ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	9,1900	2			
14	COLETA E ANÁLISE de Escherichia coli. em água tratada (Conforme necessidade. Esporádico)	UN	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	13,5900	1			
			ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	18,9000	2			
15	Teor de Al2O3 (%) em sulfato de alumínio. (Método Cálculo Estequiométrico).	UN	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	18,2400	1			
			ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	20,6200	2			
16	COLETA E ANÁLISE de Hipoclorito de sódio para determinação da concentração de cloro ativo. (Conforme necessidade. Esporádico)	UN	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	17,1700	1			
			ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	20,6200	2			
17	Godio e Sabor (2 trimestrais)	UN	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	6,4400	1			
			ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	10,8800	2			
18	Clareto total	UN	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	7,5100	1			
			ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	12,2500	2			

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 85/2016

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 85/2016		Data do Registro: 25/11/2016		Válido até: 25/11/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de coleta e análise de água bruta (dos mananciais de captação) e tratada, (da rede de distribuição) sob responsabilidade da Secretaria d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)	UN	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	10,0100	1
			ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	16,4900	2
20	Demanda Química de Oxigênio (DQO)	UN	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	10,0100	1
			ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	16,4900	2
21	Fósforo Total	UN	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	11,4400	1
			ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	18,9100	2
22	Oxigênio Dissolvido	UN	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. (11947)	Freitag	0	3,5700	1

Página: 5/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 85/2016

Número do Registro de Preços: 85/2016		Data do Registro: 25/11/2016		Válido até: 25/11/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de coleta e análise de água bruta (dos mananciais de captação) e tratada, (da rede de distribuição) sob responsabilidade da Secretaria d					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ECO SYSTEM - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	5,9500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 6/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 85/2016

Número do Registro de Preços: 85/2016		Data do Registro: 25/11/2016		Válido até: 25/11/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de coleta e análise de água bruta (dos mananciais de captação) e tratada, (da rede de distribuição) sob responsabilidade da Secretaria d					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2016
PROCESSO Nº 182/2016

(11947) - FREITAG LABORATÓRIOS LTDA.
(12732) - ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA

Schroeder, 25 de Novembro de 2016.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 111/2016-PMS

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2016

Número do Registro de Preços: 87/2016		Data do Registro: 25/11/2016		Válido até: 25/11/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de luminárias LED para iluminação pública para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 m					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Luminária Integrada LED, com tecnologia driverless dotada de dispositivo de proteção contra surto, para instalação em vias públicas, com as seguintes características técnicas: Potência nominal 100W; Fluxo Luminoso do Led (Mínimo) 12.000 LM; Fluxo Luminoso Efetivo (Mínimo) 11.500 LM; Tecnologia do LED COB (Chip On Board) com tecnologia Driverless (não necessita de driver para seu funcionamento); Temperatura de Cor 5.500K; Tensão de Alimentação 180-280V~; Frequência 60Hz; Fator de Potência >0,96; Temperatura de Operação -40º a 60ºC; IRC >0,80; Proteção contra surtos de até 6kV; Distúrbio Harmônica Total (THD) <1%; Grau de Proteção 7 IP 66; Lentes/Ângulo de Irradiação Luminosa 152º x 89º; Vida útil do LED 50.000 horas; Garantia do produto 5 (cinco) anos	PC	OPTIMUS TECHNOLOGY LTDA. - ME (13376)		0	999,0000	1

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 112/2016-PMS

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 86/2016

Número do Registro de Preços: 86/2016 **Data do Registro:** 25/11/2016 **Válido até:** 25/11/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troféus e medalhas utilizados na premiação dos eventos constantes no calendário esportivo, para atender as necessidades da Diretoria de Esportes da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e L

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/Descrição Anexo 01	UN	CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)	vitoria	0	1.830,0000	1
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (12924)		0	1.837,0000	2
			IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME (13067)	VITORIA	0	1.837,0000	3
2	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/Descrição Anexo 02	UN	CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)	vitoria	0	900,0000	1
			IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME (13067)	VITORIA	0	907,0000	2
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (12924)		0	907,0000	3
3	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/Descrição Anexo 03	UN	CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)	vitoria	0	600,0000	1
			IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME (13067)	VITORIA	0	609,3000	2
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (12924)		0	609,3000	3
4	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/Descrição Anexo 04	UN	CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)	vitoria	0	500,0000	1
			IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME (13067)	VITORIA	0	521,0000	2
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (12924)		0	521,0000	3
5	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/Descrição Anexo 05	UN	CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)	vitoria	0	500,0000	1
			IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME (13067)	VITORIA	0	507,8000	2

Página: 2/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 86/2016

Número do Registro de Preços: 86/2016		Data do Registro: 25/11/2016		Válido até: 25/11/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troféus e medalhas utilizados na premiação dos eventos constantes no calendário esportivo, para atender as necessidades da Diretoria de Esportes da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e L					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

6	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/Descrição Anexo 06	UN	CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)	mra	0	980,0000	1
7	Troféu Vitória / Artilheiro / Goleiro / Chuteira / Bola Modelo/Descrição Anexo 07	UN	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME (13067)	INVICTA	0	985,0000	2
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (12924)		0	985,0000	3
			CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)	vitória	0	95,0000	1
			IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME (13067)	VITORIA	0	97,0000	2
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (12924)		0	97,0000	3
8	Medalha 75 mm diâmetro/largura- Modelo/Descrição Anexo 08	UN	CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)	vitória	0	7,0000	1
			IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME (13067)	VITORIA	0	7,3480	2
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (12924)		0	7,3500	3
9	Medalha 60 mm diâmetro/largura- Modelo/Descrição Anexo 09	UN	CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)	vitória	0	5,6000	1
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (12924)		0	5,7500	2
			IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME (13067)	VITORIA	0	5,7500	3
10	Medalha 45 mm diâmetro/largura- Modelo/Descrição Anexo 10	UN	CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)	vitória	0	3,2500	1

Página: 3/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 86/2016

Número do Registro de Preços: 86/2016		Data do Registro: 25/11/2016		Válido até: 25/11/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troféus e medalhas utilizados na premiação dos eventos constantes no calendário esportivo, para atender as necessidades da Diretoria de Esportes da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e L							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Medalha 100 mm diâmet/largura- Modelo/Descrição Anexo 11	UN	G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (12924)		0	3,3000	2
			IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME (13067)	VITORIA	0	3,3000	3
			CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)	vitoria	0	12,0000	1
12	Medalha em Acrílico - Modelo/Descrição Anexo 12	UN	G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (12924)		0	12,9100	2
			IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME (13067)	VITORIA	0	12,9100	3
			CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)	mra	0	3,4900	1
13	Troféu Personalizado - Modelo/Descrição Anexo 13	UN	G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (12924)		0	3,5000	2
			IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME (13067)	INVICTA	0	3,5000	3
			CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)	mra	0	38,0000	1
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (12924)		0	39,0000	2

Página: 4/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 86/2016

Número do Registro de Preços: 86/2016		Data do Registro: 25/11/2016		Válido até: 25/11/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troféus e medalhas utilizados na premiação dos eventos constantes no calendário esportivo, para atender as necessidades da Diretoria de Esportes da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e L					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME (13067)	INVICTA	0	39,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 86/2016

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 86/2016		Data do Registro: 25/11/2016		Válido até: 25/11/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troféus e medalhas utilizados na premiação dos eventos constantes no calendário esportivo, para atender as necessidades da Diretoria de Esportes da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e L							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2016
PROCESSO Nº 196/2016
(10707) - CASA DOS TROFEUS LTDA
(12924) - G T AATACADO E VAREJO EIRELI - EPP
(13067) - IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME

Schroeder, 25 de Novembro de 2016.

ATA TOMADA DE PREÇOS 04/2016-FMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 4/2016 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 74/2016 Data do Processo: 14/10/2016
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço de Assessoria e Consultoria junto a Atenção Básica da Política Pública Municipal de Saúde, para acompanhamento, supervisão e treinamento das equipes de saúde, ênfase a Estratégia Saúde da Família e Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO VII - TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 58/2016 (Sequência: 2)

Ao(s) 25 de Novembro de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6630/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 74/2016, Licitação nº 4/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se, para abertura do envelope de proposta comercial da empresa IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. - ME conforme determinado na Ata 55/2016 (Sequência 01) de 17 de novembro de 2016. Sendo aberto o envelope da proposta comercial da empresa IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. - ME. Constatando vencedora a empresa IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. - ME com o valor total R\$ 53.760,00. Diante do exposto abre-se prazo recursal conforme Lei 8666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo às empresas participantes.

Participante: 7068 - IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA -

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Serviço de Assessoria e Consultoria junto a Atenção Básica da Política Pública Municipal de Saúde, para acompanhamento, supervisão e treinamento das equipes de saúde, ênfase a Estratégia Saúde da Família e Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde, sendo: •Treinar e supervisionar as equipes de saúde; •Avaliar e supervisionar o Sistema de Informação da Atenção Básica, garantindo a qualidade das informações encaminhadas ao Ministério da Saúde e a transferência dos incentivos financeiros a Política Pública Municipal de Saúde. •Territorialização das Equipes da Estratégia Saúde da Família. •Mapeamento estático e inteligente das Áreas e microareas de abrangência •Planejamento e Diagnostico de saúde da comunidade •Trabalho de educação em saúde coletiva e participação comunitária •Acompanhar, monitorar e avaliar o desenvolvimento da ESF no município, identificando situações em desacordo com a regulamentação, garantindo suporte as adequações necessárias e divulgando os resultados alcançados no conselho municipal de saúde e comunidade. Esta assessoria se dará da seguinte forma: PRESENCIAL: 4 (quatro) visitas mensais conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde. REMOTO: via telefone (fixo ou celular), e-mail, ou seja, meios de comunicação, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.	UN	12,00		0,0000	4.480,00	53.760,00

Total do Participante —————> 53.760,00

Total Geral —————> 53.760,00

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</div> <div>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</div>		<div>TOMADA DE PREÇO Nr.: 4/2016 - TP</div> <div>Processo Administrativo: 74/2016 Processo de Licitação: 14/10/2016 Data do Processo:</div>
		Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 25 de Novembro de 2016

COMISSÃO:

- | | | |
|---------------------------|---------|---------------------------------------|
| Ivandra de Souza | - | - Presidente da Comissão de Licitação |
| Valderi Rocha de Camargo | - | - Membro |
| Eloir José Wendt | - | - Membro |
| Andreia Nass Friedemann | - | - Membro |
| Daniela Samulescki | - | - Secretária |
| Diego Guilherme Lasta | - | - Membro Suplente |
| Natália Kersten Brumuller | - | - Membro Suplente |

DISPENSA Nº 64/2016-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 64/2016 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 206/2016
Data: 25/11/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: KLAUS BRANDL SILVESTRE - ME
Endereço: AV GETULIO VARGAS, 1160, SALA 02
Cidade: Joinville - SC
CNPJ: 08.916.680/0001-08

Código: 13499

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de capa de colete balístico para atender as necessidades da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	12,00	Colete Modular	UN	250,00	3.000,00
2	12,00	Coldre modular	UN	50,00	600,00
3	12,00	Porta algema	UN	25,00	300,00
4	24,00	Porta carregador duplo de pistola	UN	45,00	1.080,00
5	12,00	Porta carregador de CT 30	UN	47,00	564,00
6	12,00	Porta HT	UN	30,00	360,00
7	12,00	Porta objeto P	UN	40,00	480,00
8	12,00	Porta lanterna/bastão	UN	25,00	300,00
9	12,00	Porta smsrtphone	UN	30,00	360,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente dispensa tendo em vista o interesse público envolvido e em função do valor do bem e serviços, estarem dentro do limite permitido pela Lei 8666/93.

Schroeder, 25 de Novembro de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 64/2016 - DL**Processo Nr.:** 206/2016
Data: 25/11/2016

Folha: 2/2

24/11/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 24 de Novembro de 2016

Valor da Despesa:

7.044,00 (sete mil e quarenta e quatro reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

RREO - 5º BIMESTRE - 2016

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	60.336.929,92	60.336.929,92	7.072.138,12	11,72	38.749.787,33	21.587.142,59
RECEITA TRIBUTÁRIA	48.159.758,42	48.159.758,42	6.357.727,35	13,20	35.561.189,58	12.598.568,84
IMPOSTOS	5.925.876,11	5.925.876,11	610.348,21	10,30	5.163.097,74	762.778,37
TAXAS	4.105.000,00	4.105.000,00	511.235,41	12,45	3.943.707,57	161.292,43
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.435.876,11	1.435.876,11	99.112,80	6,90	1.219.390,17	216.485,94
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	385.000,00	385.000,00	0,00	0,00	0,00	385.000,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	820.000,00	820.000,00	166.361,91	20,29	930.412,45	-110.412,45
RECEITA PATRIMONIAL	820.000,00	820.000,00	166.361,91	20,29	930.412,45	-110.412,45
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	597.640,00	597.640,00	91.300,62	15,28	992.734,28	-395.094,28
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	597.640,00	597.640,00	91.300,62	15,28	572.734,28	24.905,72
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	420.000,00	-420.000,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	150.000,00	150.000,00	18.882,63	12,59	54.821,20	95.178,80
RECEITA DE SERVIÇOS	150.000,00	150.000,00	18.882,63	12,59	54.821,20	95.178,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.700.000,00	2.700.000,00	428.748,87	15,88	2.147.806,38	552.193,62
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	36.186.722,92	36.186.722,92	4.895.280,62	13,53	25.251.731,78	10.934.991,14
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	35.344.102,92	35.344.102,92	4.820.481,42	13,64	24.924.637,09	10.419.465,83
TRANSF. DE PESSOAS	253.100,00	253.100,00	0,00	0,00	16.000,00	237.100,00
TRANSF. DE CONV.	15.220,00	15.220,00	4.538,01	29,82	4.538,01	10.681,99
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	574.300,00	574.300,00	70.261,19	12,23	306.556,68	267.743,32
MULTAS E JUROS DE MORA	1.779.519,39	1.779.519,39	146.804,49	8,25	1.020.585,75	758.933,64
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	454.224,09	454.224,09	66.782,22	14,70	367.298,08	86.926,01
RECEITA DA DIVIDAATIVA	708.736,30	708.736,30	10.883,64	1,54	297.025,84	411.710,46
RECEITAS DIVERSAS	513.359,00	513.359,00	64.378,28	12,54	330.211,79	183.147,21
RECEITAS DE CAPITAL	103.200,00	103.200,00	4.760,35	4,61	26.050,04	77.149,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	12.177.171,50	12.177.171,50	714.410,77	5,87	3.188.597,75	8.988.573,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.000.000,00	5.000.000,00	132.998,61	2,66	132.998,61	4.867.001,39
ALIENAÇÃO DE BENS	5.000.000,00	5.000.000,00	132.998,61	2,66	132.998,61	4.867.001,39
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	76.632,00	76.632,00	0,00	0,00	0,00	76.632,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	76.632,00	76.632,00	0,00	0,00	0,00	76.632,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.100.539,50	7.100.539,50	581.412,16	8,19	3.055.599,14	4.044.940,36
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	50.100,00	50.100,00	5.733,45	11,44	29.144,78	20.955,22
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	60.387.029,92	60.387.029,92	7.077.871,27	11,72	38.778.932,11	21.608.097,81

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas						
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas						
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	60.387.029,92	60.387.029,92	7.077.871,27	11,72	38.778.932,11	21.608.097,81
DÉFICIT (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)						
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro	60.387.029,92	60.387.029,92	7.077.871,27	11,72	40.054.667,83	20.332.362,09
Reabertura de Créditos Adicionais						
		4.959.658,98			4.097.129,19	
		4.959.658,98			4.097.129,19	
		0,00			0,00	

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES	60.336.929,92	69.487.192,02	7.060.748,98	45.130.643,92	24.356.548,10	7.952.645,81	39.996.307,36	29.490.884,66	39.167.999,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	43.602.154,95	45.398.701,72	6.277.869,03	33.151.700,46	12.247.001,26	6.722.559,14	31.858.340,63	13.540.361,09	31.283.936,81
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.544.509,41	26.387.531,73	3.907.572,35	19.042.616,00	7.344.915,73	3.909.266,79	19.040.921,62	7.346.610,11	18.648.914,72
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.000,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	17.957.645,54	19.011.169,98	2.370.296,68	14.109.084,46	4.902.085,52	2.813.292,35	12.817.419,01	6.193.750,97	12.635.022,09
INVESTIMENTOS	16.560.774,97	23.914.490,30	782.879,95	11.978.943,46	11.935.546,84	1.230.086,67	8.137.966,73	15.776.523,57	7.884.062,67
INVERSOES FINANCEIRAS	16.360.274,97	23.863.990,29	782.879,95	11.978.943,46	11.885.046,83	1.230.086,67	8.137.966,73	15.726.023,56	7.884.062,67
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	50.500,00	50.500,00	0,00	0,00	50.500,00	0,00	0,00	50.500,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	174.000,00	174.000,00	0,00	0,00	174.000,00	0,00	0,00	174.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	50.100,00	85.408,01	16.013,73	58.360,47	27.047,54	16.013,73	58.360,47	27.047,54	58.360,47

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	50.100,00	85.408,01	16.013,73	58.360,47	27.047,54	16.013,73	58.360,47	27.047,54	58.360,47
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	60.387.029,92	69.572.600,03	7.076.762,71	45.189.004,39	24.383.595,64	7.968.659,54	40.054.667,83	29.517.932,20	39.226.359,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	60.387.029,92	69.572.600,03	7.076.762,71	45.189.004,39	24.383.595,64	7.968.659,54	40.054.667,83	29.517.932,20	39.226.359,95
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	60.387.029,92	69.572.600,03	7.076.762,71	45.189.004,39	—	7.968.659,54	40.054.667,83	—	39.226.359,95

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	50.100,00	50.100,00	5.733,15	11,44	29.144,78	58,17
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	50.100,00	50.100,00	5.733,15	11,44	29.144,78	58,17
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	50.100,00	50.100,00	5.733,15	11,44	29.144,78	58,17
Contrib.p/custeio do serviço de Iluminação Pública Intra-Orçamentárias	50.100,00	50.100,00	5.733,15	11,44	29.144,78	58,17

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	50.100,00	85.408,01	16.013,73	58.360,47	27.047,54	16.013,73	58.360,47	27.047,54	58.360,47
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.100,00	85.408,01	16.013,73	58.360,47	27.047,54	16.013,73	58.360,47	27.047,54	58.360,47

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

SCHROEDER , 24/11/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e FinHERCÍLIO PETTRUKA JÚNIOR
Contador PR-034345/O-3 T-SCPAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	60.336.929,92	69.487.192,02	7.060.748,98	45.130.643,92	99,87	7.962.645,81	39.986.307,36	29.490.884,66
Legislativa	1.779.302,35	1.679.302,35	199.563,99	1.083.397,29	2,40	213.293,44	1.062.778,74	626.523,61
Ação Legislativa	1.779.302,35	1.679.302,35	199.563,99	1.083.397,29	2,40	213.293,44	1.062.778,74	626.523,61
Administração	5.728.632,00	5.591.648,72	537.834,44	3.811.986,60	8,44	667.689,86	3.658.688,72	1.932.950,00
Administração Geral	5.410.732,00	5.167.676,65	498.471,26	3.575.620,82	7,91	624.134,52	3.429.387,98	1.738.288,67
Normalização e Fiscalização	130.350,00	234.560,00	16.076,20	87.730,46	0,19	16.671,46	86.454,97	148.105,03
Assistência à Criança e ao Adolescente	187.550,00	189.412,07	22.286,98	148.635,32	0,33	26.883,88	142.855,77	46.556,30
Segurança Pública	204.250,00	273.215,20	40.480,08	186.377,17	0,41	53.756,41	176.686,90	96.528,30
Normalização e Fiscalização	40.000,00	40.000,00	4.759,67	29.033,03	0,06	21.881,40	27.339,76	12.660,24
Policimento	74.050,00	118.015,20	16.010,11	62.445,18	0,14	12.164,71	54.448,18	63.567,02
Defesa Civil	90.200,00	115.200,00	19.710,30	94.898,96	0,21	19.710,30	94.898,96	20.301,04
Assistência Social	2.023.450,00	2.274.464,56	175.343,28	1.088.558,83	2,41	187.100,33	1.017.966,16	1.256.498,40
Assistência ao Idoso	70.500,00	70.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.500,00
Assistência ao Portador de Deficiência	32.200,00	32.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.200,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	123.800,00	177.381,80	4.872,26	47.612,64	0,11	12.374,16	35.828,55	141.553,25
Assistência Comunitária	1.796.950,00	1.994.382,76	170.471,02	1.040.946,19	2,30	174.726,77	982.137,61	1.012.245,15
Saúde	13.684.287,80	14.300.140,13	1.604.785,35	8.117.760,83	17,96	1.706.188,23	7.813.203,68	6.486.936,45
Administração Geral	415.600,00	415.600,00	62.847,58	305.694,49	0,68	62.847,58	305.694,49	109.905,51
Atenção Básica	9.974.027,80	10.340.504,25	1.232.488,58	6.136.672,68	13,58	1.307.308,57	5.920.041,13	4.420.463,12
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.613.410,00	2.742.650,83	242.083,76	1.212.822,12	2,68	286.011,14	1.196.785,18	1.605.885,65
Suporte Profilático e Terapêutico	456.000,00	555.236,05	39.619,58	316.621,65	0,70	43.927,23	310.880,60	244.355,45
Vigilância Sanitária	147.750,00	155.149,00	19.215,48	97.538,90	0,22	19.420,81	96.148,76	59.000,24
Vigilância Epidemiológica	87.500,00	91.000,00	8.550,37	48.410,99	0,11	6.672,90	43.673,52	47.326,48
Educação	15.551.267,72	19.541.673,56	2.303.689,17	14.980.342,63	33,15	2.812.785,64	12.523.090,11	7.018.583,45
Administração Geral	195.250,00	221.514,73	22.402,59	180.645,04	0,40	34.088,94	162.177,89	59.336,84
E ensino Fundamental	8.647.990,34	12.615.374,48	1.285.068,88	9.475.810,87	20,97	1.776.874,92	7.106.599,93	5.508.774,55
E ensino Médio	217.240,00	262.340,00	14.244,35	103.929,23	0,23	14.244,33	103.929,21	158.410,79
E ensino Profissional	120.000,00	91.674,00	0,00	91.573,28	0,20	15.767,66	67.921,79	23.752,21
E ensino Superior	180.000,00	110.000,00	14.161,62	81.114,54	0,18	14.161,62	81.114,54	28.885,46
Educação Infantil	5.868.987,38	5.928.834,35	920.229,46	4.791.598,16	10,60	908.423,17	4.745.675,24	1.183.159,11
Educação de Jovens e Adultos	10.000,00	3.671,00	428,21	2.698,57	0,01	428,21	2.698,57	972,43
Educação Especial	311.800,00	308.265,00	47.134,06	252.972,94	0,56	48.796,79	252.972,94	55.292,06

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	60.336.929,92	69.487.192,02	7.060.748,98	45.130.843,92	99,87	7.962.645,81	39.986.307,36	99,85
Cultura	610.750,00	636.784,01	50.076,20	311.021,71	0,69	50.444,64	310.066,18	0,77
Difusão Cultural	610.750,00	636.784,01	50.076,20	311.021,71	0,69	50.444,64	310.066,18	0,77
Urbanismo	12.607.544,59	15.729.672,20	955.191,81	8.039.560,09	17,79	652.998,03	6.969.371,84	17,40
Infra-Estrutura Urbana	12.607.544,59	15.729.672,20	955.191,81	8.039.560,09	17,79	652.998,03	6.969.371,84	17,40
Habitação	168.750,00	168.750,00	0,00	2.723,04	0,01	453,84	2.269,20	0,01
Habitação Urbana	168.750,00	168.750,00	0,00	2.723,04	0,01	453,84	2.269,20	0,01
Saneamento	2.763.300,00	4.337.268,05	312.867,30	3.557.915,74	7,87	687.420,56	3.029.816,16	7,56
Saneamento Básico Urbano	2.763.300,00	4.337.268,05	312.867,30	3.557.915,74	7,87	687.420,56	3.029.816,16	7,56
Gestão Ambiental	1.383.250,00	1.841.045,47	453.069,15	1.630.719,02	3,61	290.052,53	1.224.314,34	3,06
Infra-Estrutura Urbana	96.250,00	43.127,86	5.793,78	30.204,48	0,07	5.793,78	30.204,48	0,08
Serviços Urbanos	1.155.000,00	1.697.917,60	447.275,37	1.600.514,54	3,54	284.258,75	1.194.109,86	2,98
Preservação e Conservação Ambiental	132.000,00	110.000,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.137.745,46	889.584,04	111.799,40	614.752,34	1,36	130.160,91	588.109,69	1,47
Extensão Rural	1.137.745,46	889.584,04	111.799,40	614.752,34	1,36	130.160,91	588.109,69	1,47
Indústria	181.700,00	37.412,04	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Promoção Industrial	181.700,00	37.412,04	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Comércio e Serviços	241.450,00	65.664,67	9.284,39	47.027,65	0,10	9.284,39	47.027,65	0,12
Turismo	241.450,00	65.664,67	9.284,39	47.027,65	0,10	9.284,39	47.027,65	0,12
Energia	895.100,00	1.049.540,00	217.553,24	1.015.589,46	2,25	390.626,42	953.629,19	2,38
Energia Elétrica	895.100,00	1.049.540,00	217.553,24	1.015.589,46	2,25	390.626,42	953.629,19	2,38
Desporto e Lazer	942.150,00	897.027,00	89.231,18	640.911,52	1,42	100.389,98	627.278,80	1,57
Desporto Comunitário	942.150,00	897.027,00	89.231,18	640.911,52	1,42	100.389,98	627.278,80	1,57
Encargos Especiais	250.000,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	250.000,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	174.000,00	174.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	50.100,00	85.408,01	16.013,73	58.360,47	0,13	16.013,73	58.360,47	0,15
Administração	6.050,00	1.739,13	276,55	1.323,29	0,00	276,55	1.323,29	0,00
Administração Geral	5.500,00	1.420,80	234,92	1.054,96	0,00	234,92	1.054,96	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	550,00	318,33	41,63	268,33	0,00	41,63	268,33	0,00
Segurança Pública	0,00	220,80	27,60	110,40	0,00	27,60	110,40	0,00
Policimento	0,00	220,80	27,60	110,40	0,00	27,60	110,40	0,00

Continuação 2/3

Continuação 33

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Assistência Social	50.100,00	85.408,01	16.013,73	58.360,47	27.047,54	16.013,73	58.360,47	27.047,54
Assistência Comunitária	500,00	1.350,00	195,20	418,00	932,00	195,20	418,00	932,00
Saúde	500,00	1.350,00	195,20	418,00	932,00	195,20	418,00	932,00
Atenção Básica	6.500,00	12.550,00	1.732,79	7.555,28	4.994,72	1.732,79	7.555,28	4.994,72
Educação	6.500,00	12.550,00	1.732,79	7.555,28	4.994,72	1.732,79	7.555,28	4.994,72
Administração Geral	22.200,00	43.320,27	8.126,63	28.191,78	15.128,49	8.126,63	28.191,78	15.128,49
E ensino Fundamental	1.100,00	435,27	59,50	335,27	100,00	59,50	335,27	100,00
Educação Infantil	13.300,00	20.100,00	4.059,34	13.459,23	6.640,77	4.059,34	13.459,23	6.640,77
Cultura	7.800,00	22.785,00	4.007,79	14.397,28	8.387,72	4.007,79	14.397,28	8.387,72
Urbanismo	1.100,00	1.495,00	231,80	952,59	542,41	231,80	952,59	542,41
Infra-Estrutura Urbana	1.100,00	1.495,00	231,80	952,59	542,41	231,80	952,59	542,41
Saneamento	3.300,00	4.382,80	852,02	3.497,81	884,99	852,02	3.497,81	884,99
Saneamento Básico Urbano	3.300,00	4.382,80	852,02	3.497,81	884,99	852,02	3.497,81	884,99
Agricultura	7.700,00	7.700,00	1.453,56	7.606,70	93,30	1.453,56	7.606,70	93,30
Extensão Rural	7.700,00	7.700,00	1.453,56	7.606,70	93,30	1.453,56	7.606,70	93,30
Desporto e Lazer	1.100,00	3.400,01	998,64	2.360,70	1.039,31	998,64	2.360,70	1.039,31
Desporto Comunitário	1.100,00	3.400,01	998,64	2.360,70	1.039,31	998,64	2.360,70	1.039,31
	1.650,00	9.250,00	2.118,94	6.343,92	2.906,08	2.118,94	6.343,92	2.906,08
	1.650,00	9.250,00	2.118,94	6.343,92	2.906,08	2.118,94	6.343,92	2.906,08
TOTAL (III) = (I + II)	60.387.029,92	69.572.600,03	7.076.762,71	45.189.004,39	24.383.595,64	7.968.659,54	40.054.667,83	29.517.932,20

FONTE:

SCHROEDER , 24/11/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PETRUKA JÚNIOR
Contador PR-0343450-3 T-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
		Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	
RECEITAS CORRENTES (I) RECEITA TRIBUTÁRIA	3.471.134,47	4.303.284,52	3.561.060,78	3.870.795,38	3.760.431,40	5.022.981,47	3.878.178,67	3.871.855,88	4.047.201,91	3.863.035,47	3.502.688,12	3.588.728,18	47.011.285,25	534.084.047,78
	324.272,31	485.534,64	129.765,25	201.986,96	715.716,55	1.800.764,66	329.147,74	435.215,32	529.572,96	547.580,11	432.327,60	177.820,61	5.892.904,69	5.525.876,11
	9.289,78	21.575,99	606,88	2.487,24	213.388,25	1.045.950,39	38.908,87	43.894,82	40.337,18	41.067,91	37.877,33	5.857,30	1.500.512,94	1.485.000,00
	144.055,90	233.468,47	0,00	6.655,13	82.518,71	8.659,44	64.079,03	125.309,47	117.656,01	27.694,34	141.489,82	24.896,79	976.713,11	750.000,00
	124.040,87	155.480,79	117.996,98	81.067,05	151.935,76	112.004,44	180.554,33	148.269,87	207.909,74	149.936,04	141.235,28	96.843,48	1.667.094,64	1.250.000,00
	24.658,26	45.897,06	4.163,11	66.607,50	36.338,21	55.872,72	36.423,74	55.529,63	97.287,18	71.774,88	37.687,73	25.857,68	557.994,00	620.000,00
	22.247,50	38.972,33	7.038,28	45.170,02	231.535,62	578.637,67	72.174,77	62.271,23	66.282,84	57.176,94	74.257,44	24.855,36	1.280.610,00	1.820.875,11
	84.296,98	84.890,60	92.376,65	84.890,59	98.419,64	130.132,04	97.892,05	88.079,82	87.599,75	84.692,00	84.813,64	81.548,27	1.096.592,03	820.000,00
	59.282,04	78.521,70	51.095,61	56.694,05	63.280,79	65.173,93	67.165,90	65.203,76	56.491,89	47.637,13	46.238,79	44.871,83	1.130.518,02	587.640,00
	5.819,45	7.913,08	1.254,46	3.743,05	5.726,56	4.857,10	4.701,89	3.319,87	4.563,12	7.742,12	7.087,01	11.785,62	68.553,73	150.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	206.950,26	210.276,30	175.519,75	200.221,70	226.067,04	217.528,07	230.602,49	215.716,40	218.298,96	235.102,10	213.460,38	215.288,49	2.565.032,94	2.700.000,00
	2.688.126,60	3.280.624,85	3.047.097,51	3.251.676,87	2.547.363,44	2.740.363,28	3.106.004,76	2.837.676,89	3.038.744,40	2.735.667,30	2.652.104,26	2.946.780,77	34.686.250,93	41.525.012,28
	854.916,78	1.614.701,33	1.043.442,17	1.306.238,76	793.433,72	943.222,29	1.254.257,97	1.036.220,29	1.149.030,71	991.689,03	757.642,88	919.889,03	12.704.467,28	14.106.387,24
720.846,40	715.473,06	840.614,13	685.219,99	693.007,78	715.253,31	689.209,58	680.935,30	702.725,69	694.111,48	749.800,99	775.624,27	8.663.115,42	10.876.994,99	
88.407,77	55.218,00	62.630,76	88.154,20	136.596,21	132.398,87	135.683,28	137.075,69	140.892,92	198.548,21	142.885,29	140.971,73	1.419.689,93	1.485.000,00	
34,00	499,77	91,50	12,52	1.052,92	98,37	67,16	15,43	0,00	21,49	999,06	32,16	6.050,38	14.900,00	
338.653,03	304.000,89	398.389,64	535.255,40	314.037,59	314.003,84	371.202,32	356.691,59	489.677,02	327.315,14	382.419,65	382.119,75	4.482.899,52	6.373.009,00	
11.282,63	11.120,83	13.182,61	10.180,98	9.999,86	10.199,13	11.381,94	6.891,78	9.394,02	9.462,25	10.361,71	10.961,83	12.469,24	156.852,27	
3.030,04	3.030,04	2.925,08	2.925,08	2.925,08	2.925,08	2.925,08	2.925,08	2.925,08	2.925,08	2.925,08	2.925,08	2.925,08	35.310,88	
561.911,28	576.600,93	685.621,12	623.880,94	596.400,28	625.014,39	644.071,97	616.917,73	594.129,36	611.802,40	625.000,36	625.000,36	712.189,92	8.460.555,50	
101.404,83	145.533,35	63.916,55	71.616,17	103.856,98	64.142,39	76.662,24	326.645,82	91.899,84	75.954,71	80.633,59	86.176,44	1.268.442,91	1.779.519,39	
357.719,25	376.265,08	392.590,58	418.541,13	328.963,74	380.232,28	418.717,98	372.807,06	321.435,72	359.341,16	332.525,01	369.392,58	4.408.514,57	5.332.305,36	
0,00	0,00	-18,29	-2,50	-2010,58	-19,06	-13,42	-3,08	0,00	-4,29	-199,79	-494,62	-1.115,23	-2.992,00	
357.719,25	376.265,08	392.590,58	418.541,13	328.963,74	380.232,28	418.717,98	372.807,06	321.435,72	359.341,16	332.525,01	369.392,58	4.408.514,57	5.332.305,36	
3.213.422,22	3.927.019,44	3.168.480,20	3.452.254,25	3.433.467,66	4.662.749,19	3.559.458,69	3.980.049,82	3.725.766,19	3.603.694,31	3.170.083,11	3.189.338,60	42.604.790,68	48.165.742,42	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I – II)														
Dedução Cota-Parte do Imp. s/ Prop. Territorial														
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (II – I)														
FUNTE														

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2015		
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES					
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre/2015		
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SCHROEDER - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		APORTES REALIZADOS	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			0,00
Recursos para Formação de Reserva			0,00
Outros Aportes para o RPPS			0,00
Plano Previdenciário			0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			0,00
Outros Aportes para o RPPS			0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
Valor			0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2016	2015
Caixa		0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)				

Continua 3/4

Município de SCHROEDER - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SCHROEDER, 24/11/2016

OSVALDO JURCK	ELMER SANDRO QUADROS	HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR	PAULO ROBERTO FERREIRA
Prefeito Municipal	Secretário de Planejamento, Gestão	Contador PR-034345/O-3 T-SC	Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,10	0,00	132.998,61
DEDUÇÕES (II)	0,10	6.114.845,46	5.223.311,37
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	7.055.570,93	6.000.921,83
Demais Haveres Financeiros	0,00	21.239,69	50.697,42
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	961.965,16	828.307,88
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,10	-6.114.845,46	-5.090.312,76
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-0,10	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-5.993.133,57	-6.114.845,46	-5.090.312,76

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
VALOR	1.024.532,70	902.820,81

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	7.304.887,81

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SCHROEDER, 24/11/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR
Contador PR-034345/O-3 T-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	47.612.218,42	35.017.600,08	32.368.204,71
Receita Tributária	5.925.876,11	5.163.097,74	4.167.463,92
I.P.T.U.	1.485.000,00	1.469.667,17	1.303.675,89
I.S.S.	1.250.000,00	1.387.552,98	1.009.104,51
I.T.B.I.	620.000,00	487.328,68	388.297,83
I.R.R.F.	750.000,00	599.158,74	353.504,17
Outras Receitas Tributárias	1.820.876,11	1.219.390,17	1.112.881,52
Receita de Contribuição	870.100,00	959.557,23	856.709,50
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	870.100,00	959.557,23	856.709,50
Receita Patrimonial Líquida	0,00	420.000,00	71.754,96
Receita Patrimonial	597.640,00	992.734,28	788.562,38
(-) Aplicações Financeiras	597.640,00	572.734,28	716.807,42
Transferências Correntes	36.186.722,92	25.251.731,78	23.705.962,58
F.P.M.	11.287.093,82	8.187.447,43	7.923.106,59
I.P.V.A	1.188.000,00	1.020.801,76	983.790,50
I.C.M.S.	8.701.595,99	5.779.036,03	5.764.054,82
Convênios	574.300,00	306.556,68	258.725,31
Outras Transferências Correntes	14.435.733,11	9.957.889,88	8.776.285,36
Demais Receitas Correntes	4.629.519,39	3.223.213,33	3.566.313,75
Dívida Ativa	513.359,00	330.211,79	306.060,00
Diversas Receitas Correntes	4.116.160,39	2.893.001,54	3.260.253,75
RECEITAS DE CAPITAL (II)	12.177.171,50	3.188.597,75	905.580,04
Operações de Crédito (III)	5.000.000,00	132.998,61	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	76.632,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	7.100.539,50	3.055.599,14	905.580,04
Convênios	7.100.539,50	3.055.599,14	838.767,34
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	66.812,70
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	7.100.539,50	3.055.599,14	905.580,04
Outras Receitas de Capital	12.177.171,50	3.188.597,75	905.580,04
	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	54.712.757,92	38.073.199,22	33.273.784,75

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	45.484.109,73	33.210.060,93	30.641.861,21	31.916.701,10	29.542.507,70
Pessoal e Encargos Sociais	26.387.531,73	19.042.616,00	17.420.208,84	19.040.921,62	17.418.382,47
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,01	0,00	53.826,97	0,00	53.826,97
Outras Despesas Correntes	19.096.577,99	14.167.444,93	13.167.825,40	12.875.779,48	12.070.298,26
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	45.484.109,72	33.210.060,93	30.588.034,24	31.916.701,10	29.488.680,73
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	23.914.490,30	11.978.943,46	4.733.306,12	8.137.966,73	3.209.257,78
Investimentos	23.863.990,29	11.978.943,46	3.892.837,92	8.137.966,73	2.368.789,58
Inversões Financeiras	50.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	50.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,01	0,00	840.468,20	0,00	840.468,20
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	23.914.490,29	11.978.943,46	3.892.837,92	8.137.966,73	2.368.789,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	174.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	69.572.600,01	45.189.004,39	34.480.872,16	40.054.667,83	31.857.470,31

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XV/III)	-14.859.842,09	-7.115.805,17	-1.207.087,41	-1.981.468,61	1.416.314,44
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	4.097.129,19	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	4.097.129,19	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					-5.424.272,00

SCHROEDER , 24/11/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR
Contador PR-034345/O-3 T-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)									
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	17.698,00	9.810,00	7.888,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.698,00	9.810,00	7.888,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.698,00	9.810,00	7.888,00

FONTE:

SCHROEDER, 24/11/2016

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	ELMER SANDRO QUADROS Secretário de Planejamento, Gestão e Fin	HERCÍLIO PETRUKA JÚNIOR Contador PR-0345/O-3 T-SC
-------------------------------------	--	--

PAULO ROBERTO FERREIRA Controlador Municipal

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	4.474.272,79	4.474.272,79	4.134.573,54	92,41
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.778.719,14	1.778.719,14	1.624.710,66	91,34
1.1.1- IPTU	1.485.000,00	1.485.000,00	1.782.811,89	120,05
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	11.169,93	11.169,93	3.047,55	27,28
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	157.865,60	157.865,60	97.832,73	61,97
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	124.683,61	124.683,61	66.532,24	53,36
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(325.513,75)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	626.921,33	626.921,33	487.328,68	77,73
1.2.1- ITBI	620.000,00	620.000,00	494.361,27	79,74
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	690,21	690,21	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	1.231,12	1.231,12	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(7.032,59)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.318.632,32	1.318.632,32	1.423.375,46	107,94
1.3.1- ISS	1.250.000,00	1.250.000,00	1.388.123,65	111,05
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	9.616,01	9.616,01	6.083,32	63,26
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	50.000,00	50.000,00	20.557,23	41,11
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	9.016,31	9.016,31	10.139,89	112,46
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(1.528,63)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	750.000,00	750.000,00	599.158,74	79,89
1.4.1- IRRF	750.000,00	750.000,00	599.158,74	79,89
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	26.691.446,78	26.691.446,78	18.771.607,81	70,33
2.1- Cota-Parte FPM	14.108.867,28	14.108.867,28	10.134.869,17	71,83
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.108.867,28	14.108.867,28	9.737.110,32	69,01
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	397.758,85	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.876.994,99	10.876.994,99	7.223.793,96	66,41
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	48.772,24	48.772,24	29.250,80	59,97
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	156.852,27	156.852,27	102.116,11	65,10
2.5- Cota-Parte ITR	14.960,00	14.960,00	5.576,61	37,28
2.6- Cota-Parte IPVA	1.485.000,00	1.485.000,00	1.276.001,16	85,93
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	31.165.719,57	31.165.719,57	22.906.181,35	73,50
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.196.250,00	1.196.250,00	925.126,18	77,34
5.1- Transferências do Salário-Educação	836.000,00	836.000,00	730.335,10	87,36
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	600,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	228.250,00	228.250,00	181.446,03	79,49
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	22.000,00	22.000,00	12.745,05	57,93
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	849.300,00	849.300,00	1.204.480,34	141,82
6.1- Transferências de Convênios	849.300,00	849.300,00	1.205.285,55	141,92
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	-805,21	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	167.156,30	167.156,30	24.278,84	14,52
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.212.706,30	2.212.706,30	2.153.885,36	97,34

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.335.297,36	5.335.297,36	3.673.652,47	68,86
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.821.773,46	2.821.773,46	1.947.421,74	69,01
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.175.399,00	2.175.399,00	1.444.757,93	66,41
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	9.754,45	9.754,45	5.860,10	59,97
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	31.370,45	31.370,45	20.423,30	65,10
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	-	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	297.000,00	297.000,00	255.199,40	85,93
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	8.481.456,50	8.481.456,50	6.357.470,28	74,96
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	8.460.556,50	8.460.556,50	6.334.696,07	74,87
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	20.900,00	20.900,00	22.774,21	108,97
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	3.125.259,14	3.125.259,14	2.661.043,60	85,15
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	7.900.863,88	7.900.863,88	5.937.291,15	75,15	5.937.291,15	75,15
13.1- Com Educação Infantil	3.648.607,38	3.648.607,38	3.283.773,43	90,00	3.283.773,43	90,00
13.2- Com Ensino Fundamental	4.252.256,50	4.252.256,50	2.653.517,72	62,40	2.653.517,72	62,40
14- OUTRAS DESPESAS	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.922.863,88	7.922.863,88	5.937.291,15	74,94	5.937.291,15	74,94
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						5.937.291,15
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						93,39
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						6,61
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016*						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	7.791.429,89	7.791.429,89	5.726.545,34	73,50		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.703.287,38	4.639.787,39	3.968.918,36	85,54	3.960.215,69	85,35
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.110.781,42	7.360.801,42	5.054.919,64	68,67	5.038.893,38	68,46
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.274.256,50	4.274.256,50	2.653.517,72	62,08	2.653.517,72	62,08
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.836.524,92	3.086.544,92	2.401.401,92	77,80	2.385.375,66	77,28
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.814.068,80	12.000.588,81	9.023.838,00	75,19	8.999.109,07	74,99
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						2.661.043,60
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						22.774,21
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						2.683.817,81
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						6.315.291,26
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						27,57
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	857.000,00	857.000,00	690.918,17	80,62	675.585,27	78,83
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.827.308,92	5.636.255,04	4.480.819,76	79,50	2.138.344,59	37,94
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.684.308,92	6.493.255,04	5.171.737,93	79,65	2.813.929,86	43,34
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	14.498.377,72	18.493.843,85	14.195.575,93	76,76	11.813.038,93	63,88

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.334.696,07	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	6.334.696,07	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	6.334.696,07	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	22.774,21	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	22.774,21	0,00

SCHROEDER, 24/11/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR
Contador PR-034345/O-3 T-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	5.000.000,00	132.998,61			4.867.001,39
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	23.914.490,30	11.978.943,46	8.137.966,73	0,00	11.935.546,84
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	23.914.490,30	11.978.943,46	8.137.966,73	0,00	11.935.546,84
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-18.914.490,30	-11.845.944,85	-	-	-7.068.545,45

FONTE:

SCHROEDER, 24/11/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e FinHERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR
Contador PR-034345/O-3 T-SCPAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SCHROEDER , 24/11/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA
Contador PR-034345/C

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	76.632,00	0,00	76.632,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	76.632,00	0,00	76.632,00
TOTAL	76.632,00	0,00	76.632,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	81.932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.932,00
Investimentos	81.932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.932,00
TOTAL	81.932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.932,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	93.906,79	0,00	93.906,79

FONTE:

SCHROEDER, 24/11/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR
Contador PR-034345/O-3 T-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	4.474.272,79	4.474.272,79	4.454.750,85	99,56		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.485.000,00	1.485.000,00	1.782.811,89	120,05		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	620.000,00	620.000,00	494.361,27	79,74		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.250.000,00	1.250.000,00	1.387.552,98	111,00		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	750.000,00	750.000,00	599.158,74	79,89		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	21.476,15	21.476,15	8.207,63	38,22		
Dívida Ativa dos Impostos	212.865,60	212.865,60	117.467,19	55,18		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	134.931,04	134.931,04	65.191,15	48,31		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	26.687.706,78	26.687.706,78	18.372.733,62	68,84		
Cota-Parte FPM	14.108.867,28	14.108.867,28	9.737.110,32	69,01		
Cota-Parte ITR	11.220,00	11.220,00	4.461,27	39,76		
Cota-Parte IPVA	1.485.000,00	1.485.000,00	1.276.001,16	85,93		
Cota-Parte ICMS	10.876.994,99	10.876.994,99	7.223.793,96	66,41		
Cota-Parte IPI-Exportação	156.852,27	156.852,27	102.116,11	65,10		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	48.772,24	48.772,24	29.250,80	59,97		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	48.772,24	48.772,24	29.250,80	59,97		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	31.161.979,57	31.161.979,57	22.827.484,47	73,25		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.740,00	3.740,00	-61.513,62	-1.644,75		
Provenientes de Outros Municípios	3.740,00	3.740,00	-61.513,62	-1.644,75		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.750,00	2.750,00	1.838,44	66,85		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	6.490,00	6.490,00	-59.675,18	-919,49		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
			11.035.733,40	11.418.729,32	7.520.083,74	65,86
Pessoal e Encargos Sociais	7.185.280,00	7.130.145,00	4.881.746,91	68,47	4.881.746,91	68,47
Outras Despesas Correntes	3.850.453,40	4.288.584,32	2.638.336,83	61,52	2.424.743,55	56,54
DESPESAS DE CAPITAL	2.529.500,00	2.758.406,41	469.677,97	17,03	402.677,97	14,60

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	2.529.500,00	2.758.406,41	469.677,97	17,03	402.677,97	14,60
Investimentos	2.529.500,00	2.758.406,41	469.677,97	17,03	402.677,97	14,60
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	13.585.233,40	14.177.135,73	7.989.761,71	56,36	7.709.188,43	54,38
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.591.850,00	6.179.752,33	2.301.051,00	28,80	2.141.101,11	27,77
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.591.850,00	6.179.752,33	2.301.051,00	28,80	2.141.101,11	27,77
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.591.850,00	6.179.752,33	2.301.051,00	28,80	2.141.101,11	27,77
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	7.973.383,40	7.997.383,40	5.688.710,71	71,20	5.588.067,32	72,23
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						24,39
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						2.143.944,65

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
Atenção Básica	9.980.527,80	10.353.054,25	6.144.227,96	75,62	5.927.596,41
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.613.410,00	2.742.650,83	1.212.822,12	14,93	1.136.765,18
Suporte Profilático e Terapêutico	456.000,00	555.236,05	316.621,65	3,90	310.880,60
Vigilância Sanitária	147.750,00	155.149,00	97.538,90	1,20	96.148,76
Vigilância Epidemiológica	87.500,00	91.000,00	48.410,99	0,60	43.673,52
Outras Subfunções	425.600,00	425.600,00	305.694,49	3,76	305.694,49
TOTAL	13.710.787,80	14.322.690,13	8.125.316,11	100,00	7.820.758,96
					100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times \text{IIIb})/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

SCHROEDER, 24/11/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalPAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador MunicipalELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e FinHERCÍLIO PEITRUKA JÚNIC
Contador PR-034345/O-3 T-§

Município de SCHROEDER - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

SCHROEDER, 24/11/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR
Contador PR-034345/O-3 T-SC

Município de SCHROEDER - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		60.387.029,92		
Previsão Atualizada		60.387.029,92		
Receitas Realizadas		38.778.932,11		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		4.097.129,19		
DESPESAS				
Dotação Inicial		60.387.029,92		
Créditos Adicionais		9.185.570,11		
Dotação Atualizada		69.572.600,03		
Despesas Empenhadas		45.189.004,39		
Despesas Liquidadas		40.054.667,83		
Despesas pagas		39.226.359,95		
Superávit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		45.189.004,39		
Despesas Liquidadas		40.054.667,83		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		42.604.780,68		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		7.304.887,81	902.820,81	12,36
Resultado Primário		-5.424.272,00	-1.981.468,61	36,53
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	17.698,00	7.888,00	9.810,00	0,00
EXECUTIVO	17.698,00	7.888,00	9.810,00	0,00
TOTAL:	17.698,00	7.888,00	9.810,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		6.315.291,26	25%	27,57
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.937.291,15	60%	93,39
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		132.998,61	4.867.001,39	
Despesa de Capital Líquida		8.137.966,73	15.776.523,57	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de SCHROEDER - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	76.632,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	81.932,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		5.568.067,32	15,00
			24,39
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
		0,00	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SCHROEDER , 24/11/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR

Contador PR-034345/O-3 T-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA

Controlador Municipal

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1147

DECRETO Nº 1147, de 25 de novembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar por conta do remanejamento de dotação orçamentária no valor de R\$ 50.000,00

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei Municipal nº 1844, de 18 de novembro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 - LDO, e combinado com alínea "d", do inciso IV, do art. 4º da Lei 1854, de 22 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2016 e com o inciso III § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL

Unidade: 01 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito Municipal

Projeto Atividade: 2.034 Gestão das Políticas e Desenvolvimento do Orçamento Participativo

Modalidade: 10 – 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL GERALR\$ 50.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta do remanejamento da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL

Unidade: 01 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito Municipal

Projeto Atividade: 2.034 Gestão das Políticas e Desenvolvimento do Orçamento Participativo

Modalidade: 9 – 4.4.50.00.00.00.00.0.1.0000 Transf. a Instituições Privadas

s/ Fins Lucrativos R\$ 50.000,00

TOTAL GERALR\$ 50.000,00

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 25 de novembro de 2016.

LACI GRIGOLO

Prefeita de Seara

Registra-se e Publica-se

Em 25 de novembro de 2016

Ademir Verza

Secretário de Administração

DECRETO Nº 1148

DECRETO Nº 1148, de 25 de novembro de 2016.

Designa comissão especial para avaliação de bem imóvel para compra ou permuta amigável, extrajudicial ou judicial e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, no uso de suas atribuições, e nos termos do art. 13 e seu § 1º da Lei Orgânica do Município e alínea "c", inciso I, do art. 17 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA

Art. 1º Ficam designadas as pessoas abaixo identificadas, para comporem a Comissão Especial de Avaliação de bem imóvel a ser adquirido por compra ou permuta amigável, extrajudicial ou judicial, necessário à realização de obras, de interesse do Município de Seara, Estado de Santa Catarina.

I – CLAUDIOMAR GARGHETTI – CPF 520.088.009-20 – Presidente.

II – CLADENIR CHIARELLO – CPF 480.860.539-20 – Secretário.

III – MAICKON FELIPE WOLFF PEREIRA – CPF 035.926.279-10 – Membro.

§ 1º A Comissão designada no caput deste artigo terá a atribuição de avaliação dos seguintes imóveis:

I – Imóvel urbano com transcrição imobiliária de número 12.164, livro “02-AP”, folha “164” do Cartório de Registro de Imóveis de Seara/SC, com o seguinte teor: Lote urbano número “17” da Quadra “C” do Loteamento Irmãos Zonta, com área de 598,00 m² (quinhentos e noventa e oito metros quadrados), sem acessões, sito no lado ímpar da Rua “D”. A 195 metros da esquina com a Rua Alemanha no Bairro das Nações, nesta cidade de Seara/SC, confrontando: frente ao nascente medindo 26,00 metros para a Rua “D”; fundos ao poente medindo 26,00 metros limita-se com o lote urbano número “08”; a lateral direita sul, medindo 23,00 metros limita-se com o lote urbano número “16” e a lateral esquerda ao norte medindo 23,00 metros limita-se com o lote urbano número “18”, pertencente ao Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 83.024.505/0001-13, com sede na Avenida Anita Garibaldi, 371, centro, da cidade de Seara/SC.

II – Imóvel urbano com transcrição imobiliária de número 1.355, livro “2-“D”, folhas “004”, do Cartório de Registro de Imóveis de Seara/SC, com o seguinte teor: parte da chácara “29” com a área de 540,00 m² (quinhentos e quarenta metros quadrados), formando um retângulo de 30 X 18 metros com uma casa de madeira medindo 7 X 9 metros com uma parte de alvenaria de 3 X 9 metros e coberta com folhas de amianto de 4mm, sito na Vila Poletto (monte Castelo), na periferia desta cidade de Seara/SC, confrontando: ao norte, medindo 18,00 metros com parte da mesma chácara número 29; ao sul na mesma medida com uma sanga; ao nascente medindo 30,00 metros, com parte da mesma chácara “29” e ao poente, também com 30,00 metros com uma estrada, pertencente a Adolar Luís Mocelim, brasileiro, casado com Ivani Fátima Mocelin, pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência a da Lei 6.515/77, do lar, CPF 638.370.729-91, operário, portador da Cédula de Identidade nº 14/R1.149.884-SC e CPF 473.969.119-15, residente e domiciliado em Linha Marafon, no primeiro distrito do Município de Seara/SC.

§ 2º Na análise e avaliação a Comissão Especial estabelecida no presente artigo deverá levar em consideração os valores de mercado e as características de infraestrutura e localização do imóvel, podendo-se se basear de cotações de empresas do setor imobiliário.

Art. 2º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 25 de novembro de 2016.
LACI GRIGOLO
Prefeita de Seara

Registra-se e Publica-se
Em 25 de novembro de 2016

Ademir Verza
Secretário de Administração

DECRETO Nº 1149

DECRETO nº 1149, de 25 de novembro de 2016.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, e nos termos do artigo 5º da lei nº 1686, de 18 de abril de 2012, que cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC e Fundo Municipal de Defesa Civil -FMDC do Município de Seara, revoga a lei 1110/97, de 20 de dezembro de 1997, que cria a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de Seara e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 1093, de 12 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º

I – Coordenador: Marco Antonio Viott;

.....”

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara (SC), em 25 de novembro de 2016.
LACI GRIGOLO
Prefeita de Seara

Registra-se e Publica-se
Em 25 de novembro de 2016

Ademir Verza
Secretário de Administração

LEI COMPLEMENTAR N° 71

LEI COMPLEMENTAR N° 71, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a alteração da estrutura da Lei Complementar 027/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Grupo "B" – Serviços Técnicos Profissionais, do Anexo I, da Lei Complementar 027/2008 que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, e dá outras providências, na forma estabelecida no anexo desta Lei.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

ANEXO I – LC 27/2008

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO "B": SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS			
CARGO	HORAS SEMANAL	NÍVEL	NÚMERO DE VAGAS
-----	-----	-----	-----
Enfermeiro	40 h	240	09
-----	-----	-----	-----

Seara/SC, em 25 de novembro de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

LEI N° 1891

LEI N° 1891, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

Autoriza o Município de Seara/SC integrar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – PIGIRS/AMAUC e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Seara/SC a integrar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – PIGIRS/AMAUC, conforme Volumes I, II e III anexos a esta Lei, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo dispensa a elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, conforme estabelece o art. 52 do Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a participar de ações conjuntas ou consorciadas com os demais Municípios integrantes do PIGIRS/AMAUC, visando à implementação do Plano no território do Município.

Art. 3º A partir da vigência desta Lei o Executivo Municipal deverá revisar a legislação municipal para adequação às propostas do PIGIRS/AMAUC, especialmente sobre:

I – posturas relativas às matérias de higiene, limpeza, segurança e outros procedimentos públicos relacionados aos resíduos sólidos;

II – segregação, acondicionamento, disposição para a coleta, transporte e destinação dos resíduos;

III – disciplinamento da responsabilidade compartilhada e dos sistemas de logística reversa;

IV – operação de transportadores e receptores de resíduos privados;

V – mecanismos de recuperação dos custos pelos serviços prestados ou postos à disposição dos contribuintes.

Parágrafo único. A adequação da legislação de que trata este artigo deverá priorizar a redução, otimização da reutilização e reciclagem dos resíduos, bem como a adoção de tratamentos quando necessários e a disposição adequada dos rejeitos, em conformidade ao que dispõe a Lei Federal nº 12.305/2010.

Art. 4º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

LEI Nº 1892

LEI Nº 1892, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

Dispõe Sobre a Política Municipal de Saneamento Básico e dá Outras Providências.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO****Seção I****Das Disposições Preliminares**

Art. 1º A política municipal de saneamento básico reger-se-á pelas disposições desta Lei, de seus regulamentos e das normas administrativas dela decorrentes, disciplinando as diretrizes, o planejamento, a execução e a fiscalização das ações, obras e serviços de saneamento básico no Município.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – saneamento básico: ações técnicas e socioeconômicas que objetivam alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, compreendendo o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II – salubridade ambiental: estado de qualidade ambiental capaz de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de doenças veiculadas pelo meio ambiente e de promover as condições ecológicas favoráveis ao pleno gozo da saúde e do bem-estar da população urbana e rural;

III – gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

IV – universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

V – controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

VI – prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares;

VII – subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

VIII – localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”;

IX – destinação final ambientalmente adequada: técnica de destinação ordenada de rejeitos, segundo normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais adversos;

X – logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizada por um conjunto de ações, procedimentos e meios, destinados a facilitar a coleta e a restituição dos resíduos aos seus geradores para que sejam tratados ou reaproveitados em novos produtos, na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, visando a não geração de rejeitos;

XI – reutilização: processo de reaplicação dos resíduos sem sua transformação biológica, física ou físico-química;

XII – manejo de resíduos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, com vistas a operacionalizar a coleta, o transbordo, o transporte, o tratamento dos resíduos e a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

XIII – limpeza urbana: o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, pelo Município, relativa aos serviços de varrição de logradouros públicos, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, limpeza de córregos e outros serviços, tais como poda, capina, raspagem e roçada, bem como o acondicionamento e coleta dos resíduos provenientes destas atividades;

XIV – tecnologias ambientalmente saudáveis: tecnologias de prevenção, diminuição ou eliminação de resíduos ou poluentes, propiciando a redução de desperdícios, a conservação de recursos naturais, a diminuição ou eliminação de substâncias tóxicas presentes em matérias-primas ou produtos auxiliares, a redução da quantidade de resíduos gerados por processos e produtos e, consequentemente, a redução de poluentes lançados para o ar, solo e águas;

XV – tratamento ou reciclagem: processo de transformação dos resíduos, dentro de padrões e condições estabelecidas pelo órgão ambiental, que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, tornando-os novos produtos, na forma insumos, ou em rejeito.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, de seus regulamentos e das legislações estaduais.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º Os resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída

ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

§ 1º O Município poderá adotar a logística reversa em relação aos resíduos sólidos.

§ 2º Observado o disposto no parágrafo anterior, os resíduos sólidos deverão ser reaproveitados em produtos na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, cabendo:

I – ao consumidor:

a) acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados, atentando para práticas que possibilitem a redução de sua geração;

b) após a utilização do produto, disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reversos para coleta;

II – ao Município, como titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:

a) adotar tecnologias de modo a absorver ou reaproveitar os resíduos sólidos reversos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

b) articular com os geradores dos resíduos sólidos a implementação da estrutura necessária para garantir o fluxo de retorno dos resíduos sólidos reversos, oriundos dos serviços de limpeza urbana; e

c) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos e dar destinação final ambientalmente adequada aos rejeitos;

III – ao fabricante e ao importador de produtos:

a) recuperar os resíduos sólidos, na forma de novas matérias-primas ou novos produtos em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos;

b) desenvolver e implementar tecnologias que absorvam ou eliminem de sua produção os resíduos sólidos reversos;

c) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos aos revendedores, comerciantes e distribuidores, e dar destinação final ambientalmente adequada aos rejeitos;

d) garantir, em articulação com sua rede de comercialização, o fluxo de retorno dos resíduos sólidos reversos; e

e) disponibilizar informações sobre a localização dos postos de coleta dos resíduos sólidos reversos e divulgar, por meio de campanhas publicitárias e programas, mensagens educativas de combate ao descarte inadequado; e

IV – aos revendedores, comerciantes e distribuidores de produtos:

a) receber, acondicionar e armazenar temporariamente, de forma ambientalmente segura, os resíduos sólidos reversos oriundos dos produtos revendidos, comercializados ou distribuídos;

b) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos aos consumidores; e

c) informar o consumidor sobre a coleta dos resíduos sólidos reversos e seu funcionamento.

§ 3º A instituição da logística reversa tem por objetivo:

I – promover ações para garantir que o fluxo dos resíduos sólidos

gerados seja direcionado para a sua cadeia produtiva ou para cadeias produtivas de outros geradores;

II – reduzir a poluição e o desperdício de materiais associados à geração de resíduos sólidos;

III – proporcionar maior incentivo à substituição dos insumos por outros que não degradem o meio ambiente;

IV – compatibilizar interesses conflitantes entre os agentes econômicos, ambientais, sociais, culturais e políticos;

V – promover o alinhamento entre os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, com o objetivo de desenvolver estratégias sustentáveis;

VI – estimular a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis; e

VII – propiciar que as atividades produtivas alcancem marco de eficiência e sustentabilidade.

§ 4º Os resíduos sólidos reversos coletados pelos serviços de limpeza urbana, em conformidade com o disposto no art. 6º desta Lei, deverão ser disponibilizados pelo Município em instalações ambientalmente adequadas e seguras, para que seus geradores providenciem o retorno para seu ciclo ou outro ciclo produtivo.

§ 5º O responsável pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos poderá cobrar pela coleta, armazenamento e disponibilização dos resíduos sólidos reversos.

§ 6º Para o cumprimento do disposto no § 5º do presente artigo, o responsável pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos poderá priorizar a contratação de organizações produtivas de catadores de materiais recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 7º A implementação da logística reversa dar-se-á nas cadeias produtivas, conforme estabelecido em regulamento e acordadas pelo Ministério do Meio Ambiente e os setores geradores de produtos definidos em Lei.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I – de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do "caput" do art. 2º desta Lei;

II – de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do "caput" do art. 2º desta Lei;

III – de varrição de praças, áreas e logradouros públicos, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, limpeza de córregos e outros serviços, tais como poda, capina, raspagem e roçada, bem como o acondicionamento e coleta dos resíduos provenientes destas atividades.

Seção II
Dos Princípios da Política Municipal de Saneamento Básico

Art. 7º A Política Municipal de Saneamento Básico tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, com base nos seguintes princípios:

I – universalização do acesso;

II – integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso, na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III – abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV – disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V – adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI – articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII – eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII – utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX – transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X – controle social;

XI – segurança, qualidade e regularidade;

XII – integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Seção III

Dos Objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico

Art. 8º A Política Municipal de Saneamento Básico visará:

I – contribuir para o desenvolvimento local, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II – priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III – proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações tradicionais, com soluções compatíveis com suas características socioculturais;

IV – proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

V – assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

VI – incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VII – promover alternativas de gestão que viabilizem a auto sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico,

com ênfase na cooperação federativa;

VIII – promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;

IX – fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

X – minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

Seção IV

Das Diretrizes da Política Municipal de Saneamento Básico

Art. 9º São diretrizes da política municipal de saneamento básico:

I – prioridade para as ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico;

II – aplicação dos recursos financeiros por ela administrados de modo a promover o desenvolvimento sustentável, a eficiência e a eficácia;

III – estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

IV – utilização de indicadores epidemiológicos e de desenvolvimento social no planejamento, implementação e avaliação das suas ações de saneamento básico;

V – melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública;

VI – colaboração para o desenvolvimento urbano e regional.

Seção V

Do Exercício da Titularidade

Art. 10. O Município poderá delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Art. 11. O Município executará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:

I – elaborar o plano de saneamento básico, nos termos desta Lei;

II – prestar diretamente ou autorizar a delegação dos serviços e definir o órgão ou entidade responsável pela sua regulação e fiscalização, bem como os procedimentos de sua atuação;

III – adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água;

IV – fixar os direitos e os deveres dos usuários;

V – estabelecer mecanismos de controle social, nos termos do inciso V do caput do art. 2º desta Lei;

VI – estabelecer sistema de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento;

VII – intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nos casos e condições previstos em lei e nos documentos contratuais.

Art. 12. A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração direta ou indireta do município depende da celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo:

I – os serviços públicos de saneamento básico cuja prestação o poder público, nos termos de lei, autorizar para usuários organizados em cooperativas ou associações, desde que se limitem a:

a) determinado condomínio;

b) localidade de pequeno porte, predominantemente ocupada por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentem custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários;

Art. 13. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I – a existência de plano de saneamento básico;

II – a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano de saneamento básico;

III – a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

IV – a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

§ 1º Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o respectivo plano de saneamento básico.

§ 2º Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do "caput" deste artigo deverão prever:

I – a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II – a inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III – as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV – as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;

b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;

c) a política de subsídios;

V – mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços;

VI – as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços.

§ 3º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações sobre os serviços contratados.

§ 4º Na prestação regionalizada, o disposto nos incisos I a IV do "caput" e nos §§ 1º e 2º deste artigo poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

Art. 14. Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá entidade única encarregada das funções de regulação e de fiscalização.

§ 1º A entidade de regulação definirá, pelo menos:

I – as normas técnicas relativas à qualidade, quantidade e regularidade dos serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

II – as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

III – a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

IV – os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplimento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

V – o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município.

§ 2º O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o "caput" deste artigo deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I – as atividades ou insumos contratados;

II – as condições e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos;

III – o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;

IV – os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;

V – as regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato;

VI – as condições e garantias de pagamento;

VII – os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;

VIII – as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais;

IX – as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplimento;

X – a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

§ 3º Inclui-se entre as garantias previstas no inciso VI do § 2º deste artigo a obrigação do contratante de destacar, nos documentos de cobrança aos usuários, o valor da remuneração dos serviços prestados pelo contratado e de realizar a respectiva arrecadação e entrega dos valores arrecadados.

§ 4º No caso de execução mediante concessão de atividades interdependentes a que se refere o "caput" deste artigo, deverão constar do correspondente edital de licitação as regras e os valores das tarifas e outros preços públicos a serem pagos aos demais prestadores, bem como a obrigação e a forma de pagamento.

Seção VI Da Prestação Regionalizada

Art. 15. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico é caracterizada por:

I – um único prestador do serviço para vários Municípios, contíguos ou não;

II – uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive de sua remuneração;

III – compatibilidade de planejamento.

Art. 16. Na prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

I – por órgão ou entidade, de atuação limitada ao Ente da Federação, a que o Município tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação entre Entes da Federação, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal;

II – por consórcio público de direito público integrado pelos Municípios titulares dos serviços.

Parágrafo único. No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o "caput" deste artigo, o Município poderá receber cooperação técnica do respectivo Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores.

Art. 17. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I – órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal, na forma da legislação;

II – empresa a que se tenham concedido os serviços.

Art. 18. O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer o plano de saneamento básico elaborado para o conjunto de Municípios atendidos.

Art. 19. Os prestadores que atuem em mais de um Município ou que prestem serviços públicos de saneamento básico diferentes em um mesmo Município manterão sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço em cada um dos Municípios atendidos.

Parágrafo único. A entidade de regulação deverá instituir regras e critérios de estruturação de sistema contábil e do respectivo plano de contas, de modo a garantir que a apropriação e a distribuição

de custos dos serviços estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Seção VII Da Regulação e Fiscalização

Art. 20. O exercício da função de regulação atenderá aos seguintes princípios:

I – independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora;

II – transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Art. 21. São objetivos da regulação:

I – estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II – garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III – prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;

IV – definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 22. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I – padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II – requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III – as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV – regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V – medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI – monitoramento dos custos;

VII – avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII – plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX – subsídios tarifários e não tarifários;

X – padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI – medidas de contingências e de emergências, inclusive raciocínio.

§ 1º A regulação de serviços públicos de saneamento básico poderá ser delegada pelo Município a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do respectivo Estado, explicitando, no ato de delegação da regulação, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.

§ 2º As normas a que se refere o "caput" deste artigo fixarão prazo

para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 3º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 23. Incumbe à entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços a verificação do cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais.

Art. 24. Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, os Municípios poderão adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação ou da prestação.

Art. 25. Os prestadores de serviços públicos de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o "caput" deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 26 Deverá ser assegurada publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no "caput" deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º A publicidade a que se refere o caput deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site mantido na rede municipal de computadores - internet.

Art. 27. É assegurado aos usuários de serviços públicos de saneamento básico, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais:

- I – amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;
- II – prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;
- III – acesso a manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pela respectiva entidade de regulação;
- IV – acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

Seção VIII

Dos Aspectos Econômicos e Sociais

Art. 28. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível,

mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I – de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II – de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III – de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

I – prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II – ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III – geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV – inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V – recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI – remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII – estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII – incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 29. Observado o disposto no art. 28 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I – categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II – padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III – quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV – custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V – ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e

VI – capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 30. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda, dependendo das características dos beneficiários e da origem dos recursos, serão:

I – diretos, quando destinados a usuários determinados, ou indiretos, quando destinados ao prestador dos serviços;

II – tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária, ou fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

III – internos a cada titular ou entre localidades, nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 31. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:

I – o nível de renda da população da área atendida;

II – as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;

III – o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

Art. 32. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, quando aplicada, deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como poderá considerar:

I – o nível de renda da população da área atendida;

II – as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.

Art. 33. Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 34. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I – periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II – extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelas respectivas entidades reguladoras, ouvidos o Município, os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§ 4º A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da

Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 35. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões tornadas públicas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer à modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.

Art. 36. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I – situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II – necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III – negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV – manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V – inadimplimento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 37. Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

Seção IX Dos Aspectos Técnicos

Art. 38. A prestação dos serviços atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 39. O licenciamento ambiental de unidades de tratamento de esgotos sanitários e de efluentes gerados nos processos de tratamento de água considerará etapas de eficiência, a fim de alcançar progressivamente os padrões estabelecidos pela legislação ambiental, em função da capacidade de pagamento dos usuários.

§ 1º A autoridade ambiental competente estabelecerá procedimentos simplificados de licenciamento para as atividades a que se refere o caput deste artigo, em função do porte das unidades e dos impactos ambientais esperados.

§ 2º A autoridade ambiental competente estabelecerá metas

progressivas para que a qualidade dos efluentes de unidades de tratamento de esgotos sanitários atenda aos padrões das classes dos corpos hídricos em que forem lançados, a partir dos níveis presentes de tratamento e considerando a capacidade de pagamento das populações e usuários envolvidos.

Art. 40. Ressalvadas as disposições em contrário das normas do Município, da entidade de regulação e de meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada à(s) rede(s) pública(s) de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, quando disponível (is) e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de rede(s) pública(s) de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes de abastecimento.

Art. 41. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

CAPÍTULO II DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I Da Composição e dos Instrumentos

Art. 42. A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico, definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 43. O Sistema Municipal de Saneamento Básico, constituído pelos órgãos e entidades responsáveis pelo saneamento básico no Município, fica assim estruturado:

I – Conselho Municipal de Saneamento Básico: órgão colegiado deliberativo e consultivo, de nível estratégico superior do Sistema Municipal de Saneamento Básico, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Chefe do Poder Executivo, diretrizes de políticas governamentais para o saneamento básico e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões pertinentes ao saneamento básico;

II – Órgão Gestor: órgão municipal, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o saneamento básico;

III – Órgão de Regulação: órgão municipal ou intermunicipal, com a finalidade de promover a regulação e a fiscalização dos serviços de saneamento básico;

IV – Órgãos Executores: permissionário/contratado(s) responsável(is) pela execução dos serviços de saneamento básico (abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário e/ou limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e/ou manejo de águas pluviais), fixados

nos Programas, Projetos e Ações e definidos do Plano de Execução constantes do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 44. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I – Conselho Municipal de Saneamento Básico;

II – Conferência Municipal de Saneamento Básico;

III – Fórum Municipal de Saneamento Básico;

IV – Plano Municipal de Saneamento Básico;

V – Fundo Municipal de Saneamento Básico;

VI – Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

Seção II Do Conselho Municipal de Saneamento Básico

Art. 45. Fica instituído o Conselho Municipal de Saneamento Básico, órgão de composição paritária, com representação do Poder Público (40%), entidades não governamentais ligadas ao saneamento (40%) e usuários dos serviços de saneamento básico (20%), constituído pelos seguintes membros:

I – representantes governamentais, das seguintes Áreas Administrativas:

a) planejamento;

b) saúde;

c) educação;

d) obras e Infraestrutura;

II – representantes de entidades não governamentais, contemplando:

a) representante das empresas prestadoras de serviço, via contratos ou convênios;

b) representante de organizações não governamentais ambientais;

c) representante de entidades empresariais;

d) Representante dos clubes de serviço;

III – representantes dos usuários dos serviços de saneamento básico:

a) representante dos agricultores;

b) representante dos moradores urbanos;

§ 1º O exercício das funções de membro do Conselho Municipal de Saneamento Básico e de sua Secretaria Executiva não será remunerado, a qualquer título, sendo considerado serviço de relevância social para o Município.

§ 2º Os membros representantes da Administração Municipal e o Secretário Executivo serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e seus mandatos serão por tempo indeterminado.

§ 3º O mandato dos conselheiros não governamentais dos usuários será de dois anos, permitida a recondução por mais um mandato.

§ 4º O Presidente será eleito entre os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e terá mandato de dois anos, permitindo a recondução por mais um mandato.

Art. 46. A estrutura do Conselho Municipal de Saneamento Básico compreenderá o Colegiado e a Secretaria Executiva, cujas atividades e funcionamento serão definidos em seu Regimento Interno, aprovado em assembleia do Conselho e homologado por ato do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva será exercida pelo Presidente e pelo Secretário Executivo.

Seção III

Da Conferência e do Fórum Municipal de Saneamento Básico

Art. 47. A Conferência Municipal de Saneamento Básico será convocada com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saneamento básico nas áreas urbana e rural do município.

§ 1º A Conferência Municipal de Saneamento Básico será bianual.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas no regimento do Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 48. O Fórum Municipal de Saneamento Básico visa à avaliação integrada do Saneamento Básico a fim de propor diretrizes para a adequação e atualização da Política Municipal e do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo único. O primeiro Fórum será convocado pelo Chefe do Poder Executivo em até cento e oitenta (180) dias após a publicação desta Lei, e os demais terão calendário próprio definido no regimento do Sistema Municipal de Saneamento Básico, por convocação do Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Seção IV

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 49. A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará o plano municipal, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:

I – diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II – objetivos e metas de curto, médio e longo prazo, para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III – programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV – ações para emergências e contingências;

V – mecanismos e procedimentos para avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas

§ 1º O plano municipal de saneamento básico deverá ser compatível com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos.

§ 2º O plano municipal de saneamento básico deve ser elaborado com horizonte de 20 (vinte) anos, avaliado anualmente e revisado

periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, anteriormente à elaboração ou revisão do Plano Plurianual.

§ 3º Será assegurada ampla divulgação das propostas do plano de saneamento básico e dos estudos que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas.

§ 4º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo plano de saneamento básico em vigor à época da delegação.

§ 5º O plano municipal de saneamento básico deverá englobar integralmente o território do Município.

§ 6º Quando envolverem serviços regionalizados, os planos de saneamento básico devem ser editados em conformidade com o estabelecido no art. 15 desta Lei.

§ 7º O primeiro plano de saneamento básico será elaborado no prazo máximo de um ano após a vigência desta Lei, de forma participativa, podendo contemplar módulos específicos para cada serviço.

§ 8º O plano de saneamento de que trata o caput deste artigo, deverá ser referendado pelo Conselho Municipal de Saneamento e aprovado pelo Poder Legislativo Municipal, com sanção do Chefe do Poder Executivo.

Seção V

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Art. 50. Fica instituído o Fundo Municipal de Saneamento Básico, vinculado à Secretaria Municipal definida por Decreto do Poder Executivo Municipal, destinado a financiar, isolada ou complementarmente, a universalização dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com os programas do Plano Municipal de Saneamento Básico previsto nesta Lei.

§ 1º Constitui receita do Fundo Municipal de Saneamento Básico:

I – recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município;

II – transferências financeiras da União ou do Estado, destinadas a execução de planos e programas decorrentes da implementação da política e do plano municipal de saneamento básico;

III – recursos provenientes de doações, convênios, termos de cooperação ou subvenções, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV – rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;

V – recursos resultantes da aplicação de penalidades pertinentes ao saneamento básico, administrativas e judiciais;

VI – receitas dos serviços de saneamento básico, exceto aquelas auferidas por autarquia municipal ou consórcio público, ou da remuneração de concessões, permissões ou delegações efetivadas pelo titular;

VII – outros recursos.

§ 2º As despesas do Fundo Municipal de Saneamento Básico serão ordenadas pelo Secretário Municipal da Unidade Administrativa ao qual esteja vinculado, observando-se as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 3º A supervisão do Fundo Municipal será exercida pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades, da execução do orçamento anual e da programação financeira.

§ 4º O produto dos recolhimentos financeiros será depositado em conta especial e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, em agência de banco oficial, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas deste Fundo Municipal.

§ 5º O Orçamento e a Contabilidade do Fundo Municipal de Saneamento Básico obedecerão às normas e princípios estabelecidos pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000, bem como as portarias e instruções normativas da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§ 6º A escrituração do Fundo Municipal de Saneamento Básico será executada pela Contabilidade Geral do Município e o plano de contas manterá consonância com a contabilidade pública.

Seção VI

Do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 51. Fica instituído o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, com os objetivos de:

I – coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II – disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III – permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

Parágrafo único. As informações do Sistema Municipal são públicas e acessíveis a todos, devendo ser disponibilizadas por meio de site mantido na rede mundial de computadores - internet.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação, no que for necessário.

Art. 53. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 54. Fica revogada a Lei nº 1.569, de 05 de agosto de 2009.

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

LEI Nº 1893

LEI Nº 1893, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

Aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 15 da Lei nº 1569, de 05 de agosto de 2009, que estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, apresentado pela empresa Espaço Urbano Consultoria e Planejamento Ltda, em dezembro de 2015, aprovado em Conferência específica na data de 04 de abril de 2015, operacionalizado pelo Comitê Coordenador e Executivo, responsável pelo acompanhamento, fiscalização, ordenação e operacionalização, respectivamente, do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nomeado pelo Decreto nº 604, de 21 de maio de 2013, composto com os seguintes documentos:

I – Volume I: Diagnóstico Técnico-Participativo – Produto “C”, e Prospectiva e Planejamento Estratégico – Produto “D”, e

II – Volume II: Programas, Projetos e Ações – Produto “E”, Plano de Execução – Produto “F”, e Relatório sobre os indicadores de Desempenho do Plano Municipal de Saneamento Básico – Produto “H” e “I”.

§ 1º Os Programas, Projetos e Ações, com imediato, curto, médio e longo prazos, para a universalização dos serviços de saneamento básico, estabelecidos no Volume II do presente artigo, passará a vigorar do ano de 2017.

§ 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, mediante responsável técnico competente, a alterar as metas e valores constantes no Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, previsto no caput do art. 1º do presente artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

LEI Nº 1894

LEI Nº 1894, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

Acrescenta a alínea "d" do inciso I, alínea "m" do inciso IV, e altera a redação da alínea "g" do inciso IV, do art. 3º da Lei nº 826, de 04 de maio de 1992, que institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras Providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam acrescentadas a alínea "d" do inciso I, alínea "m" do inciso IV, e altera a alínea "g" do inciso IV, do art. do art. 3º da Lei nº 826, de 04 de maio de 1992 que institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras Providências, que passa a ter a seguinte redação.

.....

Art. 3º

I –

d) Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário.

II –

III –

IV –

g) um representante do Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina, com circunscrição no Município de Seara/SC;

m) um representante indígena da Aldeia Toldo Pinhal do Município de Seara/SC.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

Siderópolis

PREFEITURA

ANEXOS I, II, III, V, VI, VII, VIII, XII, XIII, XIV DO RREO 5º BIMESTRE/2016

Município de SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSF. DE CONV. OUTRAS RECEITAS CORRENTES MULTAS E JUROS DE MORA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RECEITA DA DÍVIDA ATIVA RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL OPERAÇÕES DE CRÉDITO OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS ALIENAÇÃO DE BENS ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	43.382.000,00 34.961.100,00 3.659.000,00 2.470.000,00 1.169.000,00 20.000,00 465.000,00 465.000,00 211.600,00 211.600,00 57.000,00 29.420.000,00 29.168.000,00 252.000,00 1.148.500,00 208.000,00 0,00 259.000,00 681.500,00 8.420.900,00 2.000,00 2.000,00 0,00 0,00 0,00 8.418.900,00 8.418.900,00	43.382.000,00 34.961.100,00 3.659.000,00 2.470.000,00 1.169.000,00 20.000,00 465.000,00 465.000,00 211.600,00 211.600,00 57.000,00 29.420.000,00 29.168.000,00 252.000,00 1.148.500,00 208.000,00 0,00 259.000,00 681.500,00 8.420.900,00 2.000,00 2.000,00 0,00 0,00 0,00 8.418.900,00 8.418.900,00	5.494.896,30 3.798.198,02 277.801,19 250.319,11 27.482,08 0,00 137.059,69 137.059,69 80.097,66 80.097,66 5.879,54 3.034.976,43 3.945.866,66 -910.890,23 262.383,51 12.809,19 205.269,64 1.054,26 43.250,42 1.696.698,28 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 1.696.698,28 1.696.698,28	12,67 10,86 7,59 10,13 2,35 0,00 29,48 29,48 37,85 37,85 10,31 10,32 13,53 0,00 22,85 6,16 0,00 0,41 6,35 20,15 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 20,15 20,15	31.976.720,81 26.236.679,84 2.801.996,68 1.919.835,55 882.161,13 0,00 650.538,25 650.538,25 380.906,39 380.906,39 33.951,67 20.999.323,97 20.194.095,40 805.228,57 1.369.962,88 105.217,00 960.523,08 24.813,00 279.409,80 5.740.040,97 0,00 0,00 190.800,00 103.900,00 86.900,00 5.549.240,97 5.549.240,97	73,71 75,05 76,58 77,73 75,46 0,00 139,90 139,90 180,01 180,01 59,56 71,38 69,23 319,54 119,28 50,59 0,00 9,58 41,00 68,16 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 65,91 65,91
	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					-
	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)					11.405.279,19
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)					
	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continua 2/3

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SIDEROPOLIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	43.382.000,00	51.428.231,02	4.761.121,37	40.963.888,08	10.464.342,94	6.918.964,55	31.659.649,55	19.768.581,47	29.284.088,60
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	317.071,26	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	43.382.000,00	51.428.231,02	4.761.121,37	40.963.888,08	-	6.918.964,55	31.976.720,81	-	29.284.088,60

FONTE:

SIDEROPOLIS, 24/11/2016

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

MOISÉS DE MATTIA
CONTADOR CRC-SC 036331/O-9

Município de SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.382.000,00	51.428.231,02	4.761.121,37	40.963.888,08	100,00	10.464.342,94	6.918.964,55	31.659.649,55	19.768.581,47
	1.250.000,00	1.280.000,00	208.008,35	1.133.521,49	2,77	146.478,51	214.098,70	1.125.775,56	154.224,44
	1.250.000,00	1.280.000,00	208.008,35	1.133.521,49	2,77	146.478,51	214.098,70	1.125.775,56	154.224,44
	190.000,00	190.000,00	31.985,40	177.167,05	0,43	12.832,95	31.972,80	177.154,45	12.845,55
	190.000,00	190.000,00	31.985,40	177.167,05	0,43	12.832,95	31.972,80	177.154,45	12.845,55
	3.885.000,00	3.928.000,00	540.769,10	3.321.808,66	8,11	606.191,34	637.724,58	2.975.717,02	952.282,98
	3.045.000,00	3.088.000,00	430.843,12	2.575.198,28	6,29	512.801,72	509.473,54	2.290.114,76	797.885,24
	840.000,00	840.000,00	109.925,98	746.610,38	1,82	93.389,62	128.251,04	685.602,26	154.397,74
	70.000,00	70.000,00	11.865,36	14.365,36	0,04	55.634,64	6.319,19	8.819,19	61.180,81
	70.000,00	70.000,00	11.865,36	14.365,36	0,04	55.634,64	6.319,19	8.819,19	61.180,81
	1.589.000,00	2.007.500,00	97.157,75	1.328.246,73	3,24	679.253,27	186.010,49	1.120.618,85	886.881,15
	131.000,00	166.000,00	17.451,47	97.386,53	0,24	68.613,47	17.784,43	94.212,10	71.787,90
	1.458.000,00	1.841.500,00	79.706,28	1.230.860,20	3,00	610.639,80	168.226,06	1.026.406,75	815.093,25
	10.324.500,00	13.206.186,40	1.267.883,33	9.665.680,75	23,60	3.540.505,65	1.608.043,02	8.180.274,27	5.025.912,13
	9.091.500,00	11.712.740,00	1.231.120,40	8.594.400,56	20,98	3.118.339,44	1.461.602,49	7.470.333,32	4.242.406,88
	561.000,00	766.446,40	30.569,22	605.860,94	1,48	160.585,46	92.388,93	486.527,07	279.919,33
	90.000,00	95.000,00	6.193,71	88.288,75	0,22	6.711,25	10.698,08	35.076,65	59.923,35
	582.000,00	632.000,00	0,00	377.130,50	0,92	254.869,50	43.353,52	188.337,23	443.662,77
	7.838.000,00	9.375.700,00	1.066.355,06	7.942.077,37	19,39	1.433.622,63	1.439.542,38	6.809.506,31	2.586.193,69
	6.024.500,00	7.536.700,00	879.605,93	6.783.824,94	16,56	752.875,06	1.223.519,80	5.710.750,77	1.825.949,23
51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00	0,00	0,00	51.000,00	
1.714.500,00	1.740.000,00	186.749,13	1.116.252,43	2,72	623.747,57	212.522,58	1.070.755,54	669.244,46	
2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	
46.000,00	46.000,00	0,00	42.000,00	0,10	4.000,00	3.500,00	28.000,00	18.000,00	
256.500,00	336.500,00	5.211,20	172.056,05	0,42	164.443,95	6.303,36	100.489,43	236.010,57	
256.500,00	336.500,00	5.211,20	172.056,05	0,42	164.443,95	6.303,36	100.489,43	236.010,57	
10.993.000,00	13.746.138,25	1.379.084,11	11.840.367,40	28,90	1.905.770,85	2.375.412,77	7.192.648,56	6.553.489,69	
10.610.000,00	13.363.138,25	1.312.395,52	11.534.952,14	28,16	1.828.186,11	2.308.787,18	6.887.296,30	6.475.841,95	
383.000,00	383.000,00	66.688,59	305.415,26	0,75	77.584,74	66.625,59	305.352,26	77.647,74	
6.000,00	11.000,00	0,00	2.427,03	0,01	8.572,97	410,52	1.951,06	9.048,94	
6.000,00	11.000,00	0,00	2.427,03	0,01	8.572,97	410,52	1.951,06	9.048,94	
3.001.000,00	3.001.000,00	0,00	2.000.000,00	4,88	1.001.000,00	50.291,20	1.575.457,58	1.425.542,42	
3.001.000,00	3.001.000,00	0,00	2.000.000,00	4,88	1.001.000,00	50.291,20	1.575.457,58	1.425.542,42	
614.000,00	751.000,00	1.000,00	608.808,84	1,49	142.191,16	98.155,10	370.739,47	380.260,53	
Preservação e Conservação Ambiental	31.000,00	71.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	70.000,00	236,46	70.763,54	

Continua 1/2

Município de SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Gestão Ambiental	43.382.000,00	51.428.231,02	4.761.121,37	40.963.888,08	100,00	6.918.984,55	31.659.649,55	19.768.581,47
Controle Ambiental	614.000,00	751.000,00	1.000,00	608.808,84	1,49	98.155,10	370.739,47	380.260,53
Agricultura	593.000,00	680.000,00	0,00	607.808,84	1,48	72.191,16	370.503,01	309.496,99
Extensão Rural	650.000,00	668.000,00	79.096,20	510.074,14	1,25	157.925,86	496.619,68	171.380,32
	650.000,00	668.000,00	79.096,20	510.074,14	1,25	157.925,86	496.619,68	171.380,32
Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Desporto e Lazer	883.000,00	1.000.206,37	9.455,10	736.653,08	1,80	263.553,29	446.039,06	554.167,31
Desporto Comunitário	883.000,00	1.000.206,37	9.455,10	736.653,08	1,80	263.553,29	446.039,06	554.167,31
Encargos Especiais	1.800.000,00	1.825.000,00	63.250,41	1.510.634,13	3,69	314.365,87	1.077.839,06	747.160,94
Serviço da Divisão Interna	1.340.000,00	1.340.000,00	41.341,37	1.027.803,16	2,51	312.196,84	595.009,09	744.990,91
Outros Encargos Especiais	460.000,00	485.000,00	21.909,04	482.830,97	1,18	2.169,03	482.829,97	2.170,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	43.382.000,00	51.428.231,02	4.761.121,37	40.963.888,08	100,00	6.918.984,55	31.659.649,55	19.768.581,47

MOISÉS DE MATTIA
CONTADOR CRC-SC 036331/O-9

Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
ESPECIFICAÇÃO		Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	TOTAL (ULT. 12 MESES)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)		2.567.102,41	3.226.068,29	2.837.281,87	3.097.436,80	2.846.215,33	3.127.413,77	3.076.597,77	2.983.344,31	3.026.697,63	4.166.336,74	1.256.832,97	3.191.718,21	35.412.360,10	40.055.100,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		185.281,87	169.893,99	110.754,97	286.238,22	474.892,23	606.253,05	295.257,44	259.928,43	292.005,25	187.861,89	136.346,56	138.454,63	3.157.162,54	3.659.000,00
IRPJ		2.698,63	4.541,45	396,58	554,11	36.626,66	194.666,36	31.395,24	27.468,76	27.716,57	4.020,68	987,87	2.187,03	333.474,94	370.000,00
IRPJ-F		9.264,80	42.575,31	11.611	96.170,90	3.278,33	43.890,95	66.554,98	40.622,47	38.766,98	42.283,40	0,00	0,00	383.396,73	500.000,00
I.S.S.		142.401,63	76.923,79	46.472,00	79.519,29	111.730,19	85.414,18	84.415,12	96.631,18	106.233,36	107.809,93	101.054,00	103.239,84	1.144.844,51	1.250.000,00
I.TBI		20.241,60	22.529,39	47.699,94	70.210,78	19.182,71	31.102,76	31.761,21	29.626,52	46.894,50	19.815,19	22.526,00	17.374,37	379.234,97	350.000,00
Outras Receitas Tributárias		10.734,21	23.314,05	15.902,84	48.793,14	304.074,34	250.867,81	82.130,89	65.589,50	72.397,84	13.932,69	14.828,69	12.863,39	916.209,39	1.188.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		26.371,89	26.371,89	36.957,52	36.047,86	86.453,77	70.631,68	71.045,05	74.543,73	68.596,26	69.202,49	70.109,10	66.951,59	703.835,85	485.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		9.522,41	55.556,30	38.640,08	20.864,85	45.700,19	47.280,03	38.257,03	39.640,21	37.033,44	33.392,93	50.399,43	29.728,23	445.985,10	211.600,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		420,00	0,00	5.324,73	4.283,07	2.899,84	3.233,11	3.494,72	1.924,79	2.747,26	3.699,61	5.829,55	49,99	34.371,57	57.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.230.379,57	2.712.872,30	2.460.326,29	2.628.279,37	2.111.429,64	2.265.323,78	2.484.971,23	2.468.781,23	2.491.056,73	3.745.909,90	869.628,73	2.815.101,85	29.315.085,40	34.514.000,00
Cota-Parte do FPM		795.763,99	1.345.584,44	869.535,16	1.086.532,28	661.194,76	786.018,59	1.045.214,97	883.516,90	957.525,58	776.401,03	631.399,16	796.415,87	10.937.072,73	12.500.000,00
Cota-Parte do ICMS		702.033,37	685.343,08	829.883,99	677.011,61	694.706,09	703.898,82	683.349,82	672.778,26	694.307,61	681.553,12	742.309,47	796.342,80	8.523.619,04	11.000.000,00
Cota-Parte do IPVA		122.302,71	77.678,41	61.533,14	80.667,81	120.940,69	162.694,59	140.549,18	268.477,24	152.279,16	177.216,99	142.894,45	160.316,66	1.898.529,63	1.700.000,00
Outras Transferências Correntes		311.847,06	298.032,63	370.679,99	457.102,64	333.204,09	286.678,14	279.100,96	345.695,78	377.847,23	1.792.508,40	-674.628,85	744.421,24	4.522.289,41	4.744.000,00
Transferências de LC 61/1989		10.818,27	10.882,36	13.024,69	10.059,01	9.820,76	10.075,94	11.443,16	6.809,20	9.251,83	9.348,90	10.237,58	10.820,61	122.353,31	170.000,00
Transferências de LC 87/1966		2.910,58	2.910,58	2.890,04	2.890,04	2.890,04	2.890,04	2.890,04	2.890,04	2.890,04	2.890,04	2.890,04	2.890,04	34.721,56	80.000,00
Transferências do FUNDEB		263.654,53	292.079,50	342.979,28	311.981,13	296.318,35	312.643,69	322.176,65	306.593,58	297.194,28	305.634,76	312.665,71	395.250,04	3.744.472,50	4.320.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		114.572,54	271.384,12	155.077,88	111.723,63	124.839,66	134.685,14	182.477,30	137.546,15	135.215,69	128.012,92	121.550,60	140.832,91	1.755.919,54	1.148.500,00
DEDUÇÕES (II)		327.078,89	338.442,38	355.333,16	371.838,92	296.040,79	333.201,40	376.738,49	363.151,99	296.957,47	329.493,18	306.898,32	342.885,84	4.038.030,83	5.094.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		327.078,89	338.442,38	355.333,16	371.838,92	296.040,79	333.201,40	376.738,49	363.151,99	296.957,47	329.493,18	306.898,32	342.885,84	4.038.030,83	5.094.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.240.023,52	2.887.625,91	2.481.948,71	2.725.597,88	2.550.174,54	2.794.212,37	2.699.759,28	2.620.192,32	2.729.740,16	3.836.843,56	949.944,65	2.848.833,37	31.374.329,27	34.961.100,00
FONTE:															
SIDEROPOLIS, 24/11/2016															
HELO ROBERTO CESA															
PREFEITO MUNICIPAL															

MOISÉS DE MATIA
 CONTADOR CRC-SC 066331/O-9

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.700.875,90	2.004.310,13	1.959.875,32
DEDUÇÕES (II)	2.120.927,46	3.625.731,14	2.282.150,52
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.658.214,11	6.020.940,51	5.179.747,61
Demais Haveres Financeiros	56.868,90	56.868,90	56.868,90
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.594.155,55	2.452.078,27	2.954.465,99
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-420.051,56	-1.621.421,01	-322.275,20
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	964.990,53	1.295.565,08	1.253.792,48
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.385.042,09	-2.916.986,09	-1.576.067,68

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
VALOR	1.340.918,41	-191.025,59

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-90.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	34.749.500,00	25.855.773,45	23.842.725,52
Receita Tributária	3.659.000,00	2.801.996,68	2.493.992,51
I.P.T.U.	370.000,00	326.293,86	287.336,34
I.S.S.	1.250.000,00	925.519,09	747.083,60
I.T.B.I.	350.000,00	336.463,98	241.069,25
I.R.R.F.	500.000,00	331.558,62	395.370,18
Outras Receitas Tributárias	1.189.000,00	882.161,13	823.133,14
Receita de Contribuição	465.000,00	650.538,25	327.400,82
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	465.000,00	650.538,25	327.400,82
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	211.600,00	380.906,39	201.005,43
(-) Aplicações Financeiras	211.600,00	380.906,39	201.005,43
Transferências Correntes	29.420.000,00	20.999.323,97	20.515.845,37
F.P.M.	10.000.000,00	6.822.872,84	6.486.379,11
I.P.V.A	1.360.000,00	1.174.721,40	1.155.433,31
I.C.M.S.	8.800.000,00	5.708.444,64	5.535.977,74
Convênios	252.000,00	805.228,57	1.282.722,00
Outras Transferências Correntes	9.008.000,00	6.488.056,52	6.055.333,21
Demais Receitas Correntes	1.205.500,00	1.403.914,55	505.486,82
Dívida Ativa	259.000,00	24.813,00	54.061,89
Diversas Receitas Correntes	946.500,00	1.379.101,55	451.424,93
RECEITAS DE CAPITAL (II)	8.420.900,00	5.740.040,97	2.687.850,67
Operações de Crédito (III)	2.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	190.800,00	0,00
Transferências de Capital	8.418.900,00	5.549.240,97	2.687.850,67
Convênios	8.418.900,00	5.549.240,97	2.687.850,67
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	8.418.900,00	5.549.240,97	2.687.850,67
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	43.168.400,00	31.405.014,42	26.530.576,19

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	36.227.426,40	29.826.257,75	27.042.358,70	26.138.707,72	22.687.249,42
Pessoal e Encargos Sociais	21.682.740,00	17.669.739,56	14.154.275,45	17.659.059,26	14.019.024,80
Juros e Encargos da Dívida (IX)	240.000,00	129.965,20	122.381,20	103.377,34	112.669,72
Outras Despesas Correntes	14.304.686,40	12.026.552,99	12.765.702,05	8.376.271,12	8.555.554,90
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	35.987.426,40	29.696.292,55	26.919.977,50	26.035.330,38	22.574.579,70
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	15.170.804,62	11.137.630,33	11.779.865,44	5.520.941,83	4.890.073,43
Investimentos	14.070.804,62	10.239.792,37	11.012.594,73	5.029.310,08	4.215.141,63
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.100.000,00	897.837,96	767.270,71	491.631,75	674.931,80
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	14.070.804,62	10.239.792,37	11.012.594,73	5.029.310,08	4.215.141,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	30.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	50.088.231,02	39.936.084,92	37.932.572,23	31.064.640,46	26.789.721,33

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-6.919.831,02	-8.531.070,50	-11.401.996,04	340.373,96	-259.145,14
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	19.500,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	19.500,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					1.126.400,00

Município de SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS				Saldo Total (a+b)
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)					
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015									
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)																
EXECUTIVO																
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	479.622,16	1.114.533,39	1.015.250,51	-	578.905,04	522.552,83	1.083.118,90	501.745,29	501.745,29	332.377,23	771.549,21		1.350.454,25			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	478.922,16	1.084.614,97	1.015.250,51	0,00	548.286,62	518.749,79	1.051.765,60	501.745,29	501.745,29	332.377,23	736.392,87		1.284.679,49			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	478.922,16	1.061.978,01	992.613,55	0,00	548.286,62	518.749,79	891.513,60	501.745,29	501.745,29	172.125,23	736.392,87		1.284.679,49			
PREFEITURA MUNICIPAL	0,00	23.468,62	20.368,82	0,00	3.101,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		3.101,80			
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	271.221,20	289.190,60	0,00	2.030,60	0,00	173.237,04	93.683,57	93.683,57	55.345,78	24.207,69		252.288,29			
SECRETARIA DE OBRAS	0,00	767.258,19	703.026,13	0,00	64.232,06	518.749,79	718.276,56	408.061,72	408.061,72	116.779,45	712.185,18		776.417,24			
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SIDERÓPOLIS	473.500,00	0,00	0,00	0,00	473.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		473.500,00			
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA CULTURA	5.422,16	0,00	0,00	0,00	5.422,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		5.422,16			
LEGISLATIVO	0,00	22.636,96	22.636,96	0,00	0,00	0,00	160.252,00	0,00	0,00	160.252,00	0,00		0,00			
CÂMARA DE VEREADORES	0,00	22.636,96	22.636,96	0,00	0,00	0,00	160.252,00	0,00	0,00	160.252,00	0,00		0,00			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	700,00	23.918,42	0,00	0,00	30.618,42	3.803,04	31.353,30	0,00	0,00	0,00	35.156,34		65.774,76			
	700,00	23.918,42	0,00	0,00	30.618,42	3.803,04	31.353,30	0,00	0,00	0,00	35.156,34		65.774,76			
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00			
TOTAL (III) = (I + II):	479.622,16	1.114.533,39	1.015.250,51	0,00	578.905,04	522.552,83	1.083.118,90	501.745,29	501.745,29	332.377,23	771.549,21		1.350.454,25			

ONTE:

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.757.000,00	2.757.000,00	1.957.149,77	70,99
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	621.000,00	621.000,00	363.141,45	58,48
1.1.1- IPTU	370.000,00	370.000,00	326.983,91	88,37
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	50.000,00	50.000,00	3.704,54	7,41
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	179.000,00	179.000,00	24.813,00	13,86
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	22.000,00	22.000,00	8.330,05	37,86
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(690,05)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	351.000,00	351.000,00	336.463,98	95,86
1.2.1- ITBI	350.000,00	350.000,00	336.463,98	96,13
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.285.000,00	1.285.000,00	925.985,72	72,06
1.3.1- ISS	1.250.000,00	1.250.000,00	925.690,86	74,06
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.000,00	5.000,00	466,63	9,33
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(171,77)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	500.000,00	500.000,00	331.558,62	66,31
1.4.1- IRRF	500.000,00	500.000,00	333.205,04	66,64
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	(1.646,42)	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	25.470.000,00	25.470.000,00	17.190.685,34	67,49
2.1- Cota-Parte FPM	12.500.000,00	12.500.000,00	8.445.724,30	67,57
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.500.000,00	12.500.000,00	8.114.258,60	64,91
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	331.465,70	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.000.000,00	11.000.000,00	7.136.242,59	64,87
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	80.000,00	80.000,00	28.900,40	36,13
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	170.000,00	170.000,00	100.892,68	59,35
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	10.377,86	51,89
2.6- Cota-Parte IPVA	1.700.000,00	1.700.000,00	1.468.547,51	86,39
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	28.227.000,00	28.227.000,00	19.147.835,11	67,84
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	833.000,00	833.000,00	524.586,90	62,98
5.1- Transferências do Salário-Educação	628.000,00	628.000,00	362.263,86	57,69
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.000,00	2.000,00	1.240,00	62,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	130.000,00	130.000,00	87.924,63	67,63
5.4- Transferências Diretas - PNATE	68.000,00	68.000,00	46.724,16	68,71
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	5.000,00	5.000,00	26.434,25	528,69
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	179.500,00	179.500,00	182.116,33	101,46
6.1- Transferências de Convênios	179.000,00	179.000,00	175.988,15	98,32
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	500,00	500,00	6.128,18	1.225,64
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.012.500,00	1.012.500,00	706.703,23	69,80
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.094.000,00	5.094.000,00	3.372.509,56	66,21
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.500.000,00	2.500.000,00	1.622.851,46	64,91
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.200.000,00	2.200.000,00	1.427.797,95	64,90
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	16.000,00	16.000,00	5.780,00	36,13
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	34.000,00	34.000,00	20.178,53	59,35
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	2.075,51	51,89
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	340.000,00	340.000,00	293.826,11	86,42
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.310.000,00	4.310.000,00	3.177.159,21	73,72
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.300.000,00	4.300.000,00	3.168.738,47	73,69
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	8.420,74	84,21
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-794.000,00	-794.000,00	-203.771,09	25,66
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.017.000,00	3.317.000,00	2.693.698,19	81,21	2.693.339,09	81,20
13.1- Com Educação Infantil	1.200.000,00	1.200.000,00	719.509,32	59,96	719.339,22	59,94
13.2- Com Ensino Fundamental	1.817.000,00	2.117.000,00	1.974.188,87	93,25	1.973.999,87	93,25
14- OUTRAS DESPESAS	1.293.000,00	993.000,00	775.926,85	78,14	775.624,45	78,11
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.293.000,00	993.000,00	775.926,85	78,14	775.624,45	78,11
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.310.000,00	4.310.000,00	3.469.625,04	80,50	3.468.963,54	80,49
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						3.468.963,54
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						84,77
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						24,41
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-9,18
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016*						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	7.056.750,00	7.056.750,00	4.786.958,78	67,84		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.640.000,00	1.665.500,00	1.116.252,43	67,02	1.070.755,54	64,29
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.218.000,00	5.733.000,00	5.195.003,20	90,62	4.850.479,39	84,61
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.110.000,00	3.110.000,00	2.750.115,72	88,43	2.749.624,32	88,41
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.108.000,00	2.623.000,00	2.444.887,48	93,21	2.100.855,07	80,09
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	6.910.000,00	7.450.500,00	6.311.255,63	84,71	5.921.234,93	79,47
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-203.771,09
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						8.420,74
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-195.350,35
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						6.116.585,28
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						31,94
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	630.000,00	662.000,00	557.121,87	84,16	325.494,61	49,17
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	298.000,00	1.263.200,00	1.073.699,87	85,00	562.776,77	44,55
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	928.000,00	1.925.200,00	1.630.821,74	84,71	888.271,38	46,14
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.838.000,00	9.375.700,00	7.942.077,37	84,71	6.809.506,31	72,63

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		99.491,23	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.168.738,47	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		3.011.627,46	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		3.011.627,46	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		8.420,74	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		265.022,98	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
					Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)			2.757.000,00	2.757.000,00	1.957.149,77	70,99		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			370.000,00	370.000,00	326.293,86	88,19		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			350.000,00	350.000,00	336.463,98	96,13		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			1.250.000,00	1.250.000,00	925.519,09	74,04		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			500.000,00	500.000,00	331.558,62	66,31		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			56.000,00	56.000,00	4.171,17	7,45		
Dívida Ativa dos Impostos			199.000,00	199.000,00	24.813,00	12,47		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			32.000,00	32.000,00	8.330,05	26,03		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			25.470.000,00	25.470.000,00	16.859.219,64	66,19		
Cota-Parte FPM			12.500.000,00	12.500.000,00	8.114.258,60	64,91		
Cota-Parte ITR			20.000,00	20.000,00	10.377,86	51,89		
Cota-Parte IPVA			1.700.000,00	1.700.000,00	1.468.547,51	86,39		
Cota-Parte ICMS			11.000.000,00	11.000.000,00	7.136.242,59	64,87		
Cota-Parte IPI-Exportação			170.000,00	170.000,00	100.892,68	59,35		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			80.000,00	80.000,00	28.900,40	36,13		
Desoneração ICMS (LC 87/96)			80.000,00	80.000,00	28.900,40	36,13		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II			28.227.000,00	28.227.000,00	18.816.369,41	66,66		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
					Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			3.350.000,00	3.350.000,00	2.430.526,69	72,55		
Provenientes da União			2.664.000,00	2.664.000,00	2.270.776,55	85,24		
Provenientes dos Estados			686.000,00	686.000,00	159.750,14	23,29		
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			3.350.000,00	3.350.000,00	2.430.526,69	72,55		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
					Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES			9.368.240,00	11.397.926,40	8.832.753,34	77,49	7.949.486,63	69,75
Pessoal e Encargos Sociais			6.883.240,00	8.235.240,00	6.193.211,12	75,20	6.185.987,95	75,12
Outras Despesas Correntes			2.485.000,00	3.162.686,40	2.639.542,22	83,46	1.763.498,68	55,76
DESPESAS DE CAPITAL			374.260,00	1.176.260,00	455.796,91	38,75	42.450,41	3,61
Investimentos			374.260,00	1.176.260,00	455.796,91	38,75	42.450,41	3,61

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	374.260,00	1.176.260,00	455.796,91	38,75	42.450,41	3,61
Investimentos	374.260,00	1.176.260,00	455.796,91	38,75	42.450,41	3,61
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	9.742.500,00	12.574.186,40	9.288.550,25	73,87	7.991.937,04	63,56
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.350.000,00	4.956.446,40	3.395.704,78	36,56	2.619.967,71	32,78
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.350.000,00	4.956.446,40	3.395.704,78	36,56	2.619.967,71	32,78
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	3.350.000,00	4.956.446,40	3.395.704,78	36,56	2.619.967,71	32,78
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	6.392.500,00	7.617.740,00	5.892.845,47	63,44	5.371.969,33	67,22
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						28,55
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						2.549.513,92

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS				
Inscritos em 2015	0,00	17.655,10	12.209,84	-12.209,84		0,00
TOTAL	0,00	17.655,10	12.209,84	-12.209,84		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
SALDO INICIAL			RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
			DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015			17.655,10	0,00		17.655,10
TOTAL (VIII)			17.655,10	0,00		17.655,10
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
SALDO INICIAL			LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
			DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
			-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Atenção Básica	9.091.500,00	8.594.400,56	92,53	7.470.333,32	93,47	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	561.000,00	605.860,94	6,52	486.527,07	6,09	
Vigilância Sanitária	90.000,00	88.288,75	0,95	35.076,65	0,44	
TOTAL	9.742.500,00	9.288.550,25	100,00	7.991.937,04	100,00	

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Município de SIDEROPOLIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

SIDEROPOLIS , 24/11/2016

Município de SIDEROPOLIS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		43.382.000,00	
Previsão Atualizada		43.382.000,00	
Receitas Realizadas		31.976.720,81	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		19.500,00	
DESPESAS			
Dotação Inicial		43.382.000,00	
Créditos Adicionais		8.046.231,02	
Dotação Atualizada		51.428.231,02	
Despesas Empenhadas		40.963.888,08	
Despesas Liquidadas		31.659.649,55	
Despesas pagas		29.284.088,60	
Superavit Orçamentário		317.071,26	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		40.963.888,08	
Despesas Liquidadas		31.659.649,55	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		31.374.329,27	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-90.000,00	-191.025,59
Resultado Primário		1.126.400,00	340.373,96
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		1.605.671,73	332.377,23
EXECUTIVO		1.051.765,60	332.377,23
LEGISLATIVO		31.353,30	0,00
EXECUTIVO		518.749,79	0,00
LEGISLATIVO		3.803,04	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		1.594.155,55	0,00
EXECUTIVO		1.563.537,13	0,00
LEGISLATIVO		30.618,42	0,00
TOTAL:		3.199.827,28	332.377,23
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		6.116.585,28	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.693.339,09	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.000,00

Continua 1/2

Município de SIDEROPOLIS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL				Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	R\$ 1,00
Despesa de Capital Líquida				5.520.941,83	9.649.862,79	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2024	2034	2049	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00		0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00		0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS						
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			190.800,00 0,00		-190.800,00 0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual			
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre			
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		5.371.969,33	15,00		28,55	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente				
Total das despesas/RCL (%)		0,00				

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 396/2016

DECRETO Nº 396, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 45.300,00 (quarenta e cinco mil e trezentos reais). na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - Atendimento de Saúde Básica

3.3.90.00.00.00.00.0046 (18) - Aplicação Direta R\$ 45.300,00

Art. 2º. A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 46.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 07 de novembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 237/2016

DECRETO N° 0237/2016 DE 28/11/2016

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei n° 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1o – FICA o Setor de Contabilidade autorizado e efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias nos (as) seguintes Projetos/ Atividades do Orçamento Municipal Vigente:

: DE:

04.01.0012.0361.0006.2.012- Manutenção do Ensino Fundamental

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00. (47)	0.1.00.01001	Pessoal e encargos Sociais- Aplicações Diretas (1001)	R\$ 7.500,00

PARA:

04.01.0012.0361.0006.2.012- Manutenção do Ensino Fundamental

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.5.50.00. (50)	0.1.00.01001	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos- Aplicações Diretas (1001)	R\$ 7.500,00

Artigo 2o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 3o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,

aos 28 de Novembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

DIEGO GUSTAVO KIRCH

Diretor de Administração

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 087/2016

DECRETO Nº. 087/2016, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL-LEI INCLUSÃO DE NOVA AÇÃO DE GOVERNO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Autorização contida na Lei Municipal nº 852/2016, de 28 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1.º Fica Aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 26.700,00 (vinte e seis mil e setecentos reais), destinados a INSERIR nova Ação de Governo no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Proj./Ativ.: 15.451.1011.1.XXX – Ampliação da Rede de Iluminação Pública Lageado do Tigre

Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (XXX) R\$ 26.700,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 26.700,00

Art. 2.º Para dar cobertura ao valor de R\$ 26.700,00 (vinte e seis mil e setecentos reais) previsto no artigo 1º do presente Decreto, ficam REDUZIDAS as seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj./Ativ.: 28.061.1019.0.004 – Sentenças Judiciais

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (18) R\$ 8.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA

Proj./Ativ.: 13.392.1006.2.130 – Promoção de Aniversário do Município e Festa do Colono e Motorista

Modalidade Aplicação: 3.3.50.0000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (62) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS AGRICULTURA E INTERIOR

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Proj./Ativ.: 15.452.1011.1.011 – Construção de Abrigos de Passageiros

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (98) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

Proj./Ativ.: 26.782.1015.2.087 – Manutenção da Secretaria de Obras - DMER

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (104) R\$ 8.700,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 26.700,00

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 039/2016

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 039/2016, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico de Tigrinhos, com fundamento na Lei Federal nº. 11.445/07, tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública e manter o meio ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e fornecendo diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

I - abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

II - esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

III - limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, inclusive a triagem para fins de reuso, reciclagem ou compostagem, e os serviços de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública;

IV - drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Art. 2º Os recursos hídricos não integram os serviços de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para a disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei Federal nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997, de seus regulamentos e da legislação estadual.

Art. 3º Não constitui serviço público de saneamento a ação executada por meio de projetos e atividades individuais e específicas, desde que o usuário não dependa da intervenção direta do poder público para operar os serviços, bem como as atividades e obras de saneamento básico de responsabilidade privada, previstas em lei ou normas regulamentadoras incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 4º O lixo originário de atividades comerciais, industriais, de serviços e afins cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuição do gerador, será considerado resíduo sólido urbano.

Art. 5º Para o estabelecimento da Política Municipal de Saneamento Básico serão observados os seguintes princípios fundamentais:

V - universalização do acesso;

VI - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

VII - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

VIII - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

IX - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

X - articulação com políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

XI - eficiência econômica e sustentabilidade;

XII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando os orçamentos plurianuais, a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

XIII - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

XIV - controle social;

XV - segurança, qualidade e regularidade;

XVI - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

CAPÍTULO II

DO INTERESSE LOCAL

Art. 6º Para o cumprimento do disposto no Art. 30 da Constituição Federal no que concerne ao saneamento básico consideram-se como de interesse local:

XVII - o incentivo à adoção de posturas, e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;

XVIII - a adequação das atividades e ações econômicas, sociais, urbanas e rurais e do Poder Público, às imposições do equilíbrio ambiental;

XIX - a busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público, a iniciativa privada e sociedade civil para a prevenção e mitigação dos impactos ambientais;

XX - a adoção no processo de planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e econômico que priorizem a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de emprego e renda;

XXI - a ação na defesa e conservação ambiental no âmbito regional

e dos demais municípios vizinhos, mediante convênios e consórcios;

XXII - a defesa e conservação das áreas de mananciais, das reservas florestais e demais áreas de interesse ambiental.

XXIII - o licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades efetiva ou potencialmente degradadoras e poluidoras;

XXIV - a melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de controle de poluição ambiental federal, estadual e municipal no que couber;

XXV - o acondicionamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;

XXVI - a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo, assim como o monitoramento de sua qualidade;

XXVII - a coleta, a disposição e o tratamento de esgotos;

XXVIII - o tratamento e/ou reaproveitamento de efluentes gerados por quaisquer atividades;

XXIX - a drenagem e a destinação final das águas;

XXX - o cumprimento e criação de normas que regulem a manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos;

XXXI - a conservação e recuperação dos rios, córregos, matas ciliares e áreas florestadas;

XXXII - a garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infra-estrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos;

XXXIII - monitoramento de águas subterrâneas visando à manutenção dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações, exigindo o cumprimento da legislação.

Art. 7º No acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos deverão ser observados, além de outros previstos, os seguintes procedimentos:

XXXIV - acondicionamento separado do lixo orgânico doméstico dos resíduos passíveis de reciclagem e a coleta seletiva destes;

XXXV - acondicionamento, coleta e destinação própria dos resíduos hospitalares e dos serviços de saúde;

XXXVI - os resíduos industriais, da construção civil, agrícolas, entulhos, poda de árvores e rejeitos nocivos à saúde e ao meio ambiente, como: pilhas, baterias, acumuladores elétricos, lâmpadas fluorescentes e pneus, não poderão ser depositados no aterro sanitário.

XXXVII - utilização do processo de compostagem dos resíduos orgânicos, sempre que possível e viável;

XXXVIII - manter o aterro sanitário dentro das normas do órgão ambiental responsável.

§ 1º A separação e o acondicionamento dos resíduos de que trata o inciso I é de responsabilidade do gerador, sendo a coleta, transporte e destino final de responsabilidade do Município quando a produção semanal do gerador não ultrapassar 600 litros.

§ 2º O acondicionamento, coleta, transporte e disposição final dos resíduos de que trata os incisos II e III é de responsabilidade do gerador.

§ 3º Os resíduos da construção civil, da poda de árvores e manutenção de jardins, até 1m³ (um metro cúbico), produzido a cada 30 (trinta) dias por unidade geradora, e os objetos volumosos poderão ser encaminhados às estações de depósitos (ecopontos) indicados pela Prefeitura ou recolhido por esta nos locais geradores conforme definição da Administração.

§ 4º Os resíduos da construção civil e de poda de árvores e manutenção de jardins poderão ser coletados pela Prefeitura, quando não ultrapassarem a 30 (trinta) quilos e dimensões de até 40 (quarenta) centímetros e acondicionado separadamente dos demais resíduos.

§ 5º Constitui infração grave a não separação dos resíduos recicláveis nas áreas ou nas atividades determinadas pelo Poder Público Municipal.

§ 6º A deposição de qualquer espécie de resíduo gerado em outro

município no Município de Tigrinhos necessita de prévia autorização deste.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS EXECUTORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 8º A Política Municipal de Saneamento Básico de Tigrinhos será executada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE juntamente com o CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO e distribuída de forma transdisciplinar por todas as secretarias e órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

CAPÍTULO IV

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 9º Os serviços básicos de saneamento de que trata o parágrafo único do art. 1º desta Lei poderão ser executados das seguintes formas:

XXXIX - de forma direta pela Prefeitura ou por órgãos de sua administração indireta;

XL - por empresa contratada para a prestação dos serviços através de processo licitatório;

XLI - por empresa concessionária escolhida em processo licitatório de concessão, nos termos da Lei Federal nº. 8.987/95;

XLII - por gestão associada com órgãos da administração direta e indireta de entes públicos federados por convênio de cooperação ou em consórcio público, através de contrato de programa, nos termos do art. 241 da Constituição Federal e da Lei Federal nº. 11.107/05.

§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração municipal depende de celebração de contrato, sendo vedado a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 2º Excetuam do disposto no artigo anterior os serviços autorizados para usuários organizados em cooperativas, associações ou condomínios desde que se limite a:

a) determinado condomínio;

b) localidade de pequeno porte, predominantemente ocupada por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentem custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários.

§ 1º Da autorização prevista no parágrafo anterior deverá constar a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termo específicos, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 10. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I - a existência prévia de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços;

II - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade ou órgão de regulação e de fiscalização;

III - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital e minuta do contrato no caso de concessão.

Art. 11. Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso II do artigo anterior deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II - inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;

b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;

c) a política de subsídios;

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços;

VI - as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços.

§ 1º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou de acesso às informações sobre serviços contratados.

§ 2º Na prestação regionalizada, o disposto neste artigo e no anterior poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

Art. 12. Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá órgão único encarregado das funções de regulação e de fiscalização.

Parágrafo único. Na regulação deverá ser definido, pelos menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade e regularidade dos serviços aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

II - as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores dos serviços;

III - a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

IV - os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplimento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

V - o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município.

Art. 13. O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o Art. anterior deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados;

II - as condições recíprocas de fornecimento e de acesso à atividades ou insumos;

III - o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;

IV - os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;

V - os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;

VI - as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais;

VII - as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplimento;

VIII - a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

CAPÍTULO V

DA PARTICIPAÇÃO REGIONALIZADA EM SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 14. O Município poderá participar de prestação regionalizada de serviços de saneamento básico que é caracterizada por:

I - um único prestador dos serviços para vários Municípios, contíguos ou não;

II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive sua remuneração;

III - compatibilidade de planejamento.

§ 1º Na prestação de serviços de que trata este Art., as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

a) por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação técnica entre entes da Federação, obedecido o disposto no art. 241 da Constituição Federal;

b) por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o caput deste Art., o titular poderá receber cooperação técnica do Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores.

Art. 15. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

IX - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal;

X - empresa a que se tenha concedido os serviços.

§ 1º O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer o plano de saneamento básico elaborado para o conjunto dos municípios.

§ 3º Os prestadores deverão manter sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço para cada um dos municípios atendidos.

CAPÍTULO VI

DA REGULAÇÃO E CONTROLE

Art. 16. O exercício da função de regular não poderá ser exercido por quem presta o serviço e atenderá aos seguintes princípios:

I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira do órgão regulador;

II - transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Art. 17. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;

IV - definir tarifas que assegurem o equilíbrio econômico e financeiros dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzem a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade;

V - definir as penalidades.

Art. 18. O órgão ou entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismo de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

§ 1º As normas previstas neste artigo deverão fixar prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 4º O órgão ou entidade fiscalizadora deverá receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 19. Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, poderão ser adotados os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação ou prestação.

Art. 20. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão fornecer ao órgão ou entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na

forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Inclui-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 5º Compreendem-se nas atividades de regulação a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 21. Deve ser dada publicidade aos relatórios, estudos e decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou a fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no caput deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 6º A publicidade a que se refere o caput deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site na internet.

Art. 22. É assegurado aos usuários dos serviços públicos de saneamento básico:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;

II - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

III - acesso a manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pelo órgão ou entidade reguladora;

IV - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

CAPÍTULO VII

DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 23. Os serviços de saneamento básico de que trata esta Lei terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgoto sanitário: por tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos urbanos: por taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de taxa, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Na instituição das tarifas, preços públicos e taxas para aos serviços de básico serão observadas as seguintes diretrizes:

a) ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

b) geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

c) inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

d) recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

e) remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

f) estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

g) incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2º O Município poderá adotar subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 24. Observado o disposto no artigo anterior, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

V - categorias de usuários, distribuídos por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

VI - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

VII - quantidade mínimo de consumo ou de utilização do serviço,

visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

VIII - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

IX - ciclos significativos de aumento de demanda dos serviços, em períodos distintos;

X - capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 25. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda poderão ser:

I - diretos: quando destinados a usuários determinados;

II - indiretos: quando destinados ao prestador dos serviços;

III - tarifários: quando integrarem a estrutura tarifária;

IV - fiscais: quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

V - internos a cada titular ou localidades: nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 26. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar em conjunto ou separadamente:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, as áreas edificadas e a sua utilização;

III - o peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio;

IV - consumo de água do domicílio.

V - A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, podendo considerar também;

VI - o nível de renda da população da área atendida;

XI - as características dos lotes urbanos, áreas edificadas e sua utilização.

Art. 27. O reajuste de tarifas de serviços públicos de saneamento básico será realizado observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 28. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pela pelo órgão ou entidade reguladora, ouvidos os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 7º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 8º O órgão ou entidade reguladora poderá autorizar o prestador dos serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei Federal nº. 8.987/95.

Art. 29. As tarifas devem ser fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação. Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá ter seu modelo aprovado pelo órgão ou entidade reguladora, que definirá os itens e custos a serem explicitados.

Art. 30. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador das seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de

qualquer natureza no sistema;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter isso previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário;

V - inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 9º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 10º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 31. Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

Art. 32. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais.

§ 1º Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 11º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pelo órgão ou ente regulador.

§ 12º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

CAPÍTULO VIII

DOS ASPECTOS TÉCNICOS

Art. 33. O serviço prestado atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas.

Art. 34. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponível e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços, ressalvadas as disposições em contrário da entidade de regulação e do meio ambiente.

§ 1º Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, observadas as normas reguladoras.

§ 13º A instalação hidráulica predial legada à rede de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

CAPÍTULO IX

DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FMSB

Art. 35. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo único. Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no Município, após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento.

Art. 36. Os recursos do FMS serão provenientes de:

I - repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II - percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrente da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana ou imposição de multas;

III - valores de financiamentos de instituições financeiras e

organismos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - valores recebidos a fundo perdido;

V - quaisquer outros recursos destinados ao Fundo.

Parágrafo único. O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta Lei.

Art. 37. O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei nº 4.320/64, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

§ 1º Os procedimentos contábeis do Fundo serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

§ 14º A administração executiva do FMSB será de exclusiva responsabilidade do Executivo Municipal.

CAPÍTULO X

DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Art. 38. Fica mantido o Conselho Municipal de Saneamento como órgão deliberativo e consultivo da administração municipal, conforme dispõe esta Lei.

Art. 39. São atribuições do Conselho Municipal de Saneamento:

I - elaborar seu regimento interno;

II - dar encaminhamento às deliberações da Conferência Nacional de Saneamento Básico;

III - articular discussões para a implementação do Plano Saneamento Básico;

IV - opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade quando couber;

V - emitir pareceres sobre propostas de alteração da Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos Regulamentos;

VI - acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento do Município;

VII - emitir pareceres sobre projetos de lei de interesse da política do saneamento municipal, antes do seu encaminhamento a Câmara;

VIII - acompanhar a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico previsto nesta lei;

IX - apreciar sobre casos não previstos na Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e na legislação municipal correlata.

Art. 40. O Conselho será composto de 10 (dez) membros efetivos, além de seus respectivos suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, admitida a recondução, sendo o Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente membro nato, e os demais, nomeados por decreto do Prefeito, da seguinte forma: I - cinco representantes do governo municipal, sendo indicados:

a) um pelo Conselho Municipal da Saúde;

b) um pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente;

c) um pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;

d) um pelas empresas prestadoras de serviços de saneamento ao Município.

X - um membro indicado por Organizações não-Governamentais;

XI - dois membros indicados por entidades de representação profissional;

XII - dois membros indicados pelas associações de moradores.

§ 1º Os membros devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada a percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§ 15º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho será prestado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

§ 16º As reuniões do Conselho são públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente.

§ 17º O Conselho será presidido pelo titular da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, órgão responsável pela implementação do Plano de Saneamento Básico, a as deliberações deverão ser aprovadas por voto da maioria, cabendo ao

presidente o voto de desempate.

Art. 41. São atribuições do Presidente do Conselho:

I - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II - solicitar pareceres técnicos sobre temas de relevante na área de saneamento e nos processos submetidos ao Conselho;

III - firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções e decisões.

CAPÍTULO XI

DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 42. A Participação Popular tem por objetivo valorizar e garantir a participação e o envolvimento da comunidade, de forma organizada, na gestão pública e nas atividades políticas administrativas.

Art. 43. A garantia da participação dos cidadãos é responsabilidade do governo municipal e tem por objetivos:

I - a socialização do homem e a promoção do seu desenvolvimento integral como indivíduo e membro da coletividade;

II - o pleno atendimento das aspirações coletivas no que se refere aos objetivos e procedimentos da gestão pública, influenciando nas decisões e no seu controle;

III - a permanente valorização e aperfeiçoamento do poder público como instrumento a serviço da coletividade.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44. Faz parte integrante desta Lei, como anexos, o Volume I do Plano Municipal de Saneamento Básico de Tigrinhos contendo o Plano de Trabalho e o Processo Participativo, e o Volume II contendo o Diagnóstico, Programas, Projetos e Ações.

Art. 45. A Prefeitura Municipal e seus órgãos da administração indireta competem promover a capacitação sistemática dos funcionários para garantir a aplicação e a eficácia desta Lei e demais normas pertinentes.

Art. 46. Este plano e sua implementação ficam sujeitos a contínuo acompanhamento, revisão e adaptação às circunstâncias emergentes e será revisto em prazo não superior 04 (quatro) anos.

Art. 47. Ao Poder Executivo Municipal compete dar ampla divulgação do PMSB e das demais normas municipais referentes ao saneamento básico.

Art. 48. Os regulamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas serão propostos pelo ente ou órgão regulador.

Art. 49. Enquanto não forem editados os regulamentos específicos ficam em uso as atuais normas e procedimentos relativos aos serviços de água e esgotos sanitários, bem como as tarifas e preços públicos em vigor, que poderão ser reajustadas anualmente pelos índices de correção setoriais.

Art. 50. Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei Complementar Municipal Nº 026/2012 de 09 de Abril de 2012.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 852/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 852/2016, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL-INCLUSÃO DE NOVA AÇÃO DE GOVERNO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o Plano Plurianual – Lei nº 720, de 23 de setembro de 2013 e alterações posteriores, através da INCLUSÃO das seguintes Ações de Governo:

* Ação de Governo nº 1.XXX – AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA LAGEADO DO TIGRE, para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 01 Obra

- Meta Financeira: R\$ 26.700,00 (FR: 0000)

= Total – R\$ 26.700,00

Art. 2º. Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 799, de 24 de junho de 2015, através da INCLUSÃO das seguintes Ações de Governo:

* Ação de Governo nº 1.XXX – AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA LAGEADO DO TIGRE, para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 01 Obra

- Meta Financeira: R\$ 26.700,00 (FR: 0000)

= Total – R\$ 26.700,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 26.700,00 (vinte e seis mil e setecentos reais), destinados a INSERIR nova Ação de Governo no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Proj./Ativ.: 15.451.1011.1.XXX – Ampliação da Rede de Iluminação Pública Lageado do Tigre

Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (XXX) R\$ 26.700,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 26.700,00

Art. 4º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 26.700,00 (vinte e seis mil e setecentos reais) previsto no artigo 3º da presente Lei, ficam REDUZIDAS as seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj./Ativ.: 28.061.1019.0.004 – Sentenças Judiciais

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (18) R\$ 8.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA

Proj./Ativ.: 13.392.1006.2.130 – Promoção de Aniversário do Município e Festa do Colono e Motorista

Modalidade Aplicação: 3.3.50.0000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (62) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS AGRICULTURA E INTERIOR

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Proj./Ativ.: 15.452.1011.1.011 – Construção de Abrigos de Passageiros

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (98) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

Proj./Ativ.: 26.782.1015.2.087 – Manutenção da Secretaria de Obras - DMER

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (104) R\$ 8.700,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 26.700,00

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

PORTARIA 219/2016

PORTARIA Nº. 219/2016. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 014/2010.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal Sr. GILNEI JOSÉ DE BASTIANI, Professor de Educação Física, inscrito sob matrícula nº 300/02, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 18 de Novembro de 2016, nos termos do art. 82 da Lei Municipal Complementar nº. 014 de 13 de Dezembro de 2010 (Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado e deferido.

Lei Municipal Complementar nº 014/2010

Art. 82 Ao membro do Magistério Público Municipal será concedida licença:

I – Para Tratamento de saúde;

[...] Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e oito de novembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon

Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Timbó

PREFEITURA

ATA JULGAMENTO HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO N.º 02 2016 FMMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2016 - FMMA

Às oito horas, do vigésimo quinto dia, do mês de novembro de dois mil e dezesseis, na sala do setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Lourdes Moser e Kelly C.Osti Kannenberg, designada pela Portaria 1989, de 01 de junho do corrente, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório – Tomada de Preço nº 02/2016 – FMMA.

Analisada a documentação, constatou-se que a empresa licitante não apresentou a Certidão do Poder Judiciário informando a quantidade de distribuidores existentes no município sede da proponente, conforme exigência item 7.1.4, letra "d" do edital.

Do parecer contábil emitido pela contadora, item 7.1.4, letra "b" (Qualificação Econômico-Financeira) do edital, verificou-se que a empresa não atendeu com relação ao GE=Grau de Endividamento, apresentando índice de 0,96, resultando dessa forma em índice acima de 0,40, estabelecido no instrumento convocatório.

Do parecer técnico emitido pelo Engenheiro Civil, item 7.1.6 (Qualificação Técnica) do edital, apresentou acervo compatível com o objeto licitado.

Diante do exposto, analisada a documentação juntada aos autos e aliado com os pareceres técnicos, decidimos pela inabilitação da empresa FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.

Fica a empresa intimada do inteiro teor desta Ata de julgamento para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER

Presidente

LOURDES MOSER

Membro

KELLY C.OSTI KANNENBERG

Membro Substituta

AVISO LEILÃO N.º 18 2016 SAMAE - MATERIAIS RECICLÁVEIS, PRESENTES E FUTUROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE LEILÃO Nº 18/2016 - SAMAE

OBJETO: Leilão de materiais recicláveis, presentes e futuros, procedentes do processo de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares por um período de 06 (seis) meses, classificados conforme Decreto nº. 4306 de 28 de setembro de 2016, de acordo com os anexos do edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos até às 10h00min do dia 14 de dezembro de 2016. ABERTURA: dia 14 de dezembro de 2016 às 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 25/11/2016

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO Nº. 2016.171 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA CONTRATO Nº. 2016/171

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2016 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante da empresa RED ENERGY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ nº. 04.948.916/0001-29, a comparecer para assinatura do respectivo contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 02/12/2016

HORÁRIO: entre as 07hs e as 13hs.

Timbó, 25 de novembro de 2016.

BRUNA DE ANDRADE

Central de Licitações

EDITAL DE CITAÇÃO – USUCAPIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA / PODER JUDICIÁRIO

Comarca – Timbó / 2ª Vara Cível

Avenida Getúlio Vargas, 736, Centro – CEP 89120-000, Fone (47) 3281-1735, Timbó-SC – E-mail: timbo.civel2@tjsc.jus.br

Juiz de Direito: Ruy Fernando Falk

Escrivão: Rafael Imme Michelson

EDITAL DE CITAÇÃO – USUCAPIÃO – RÉUS INSCRITOS E EVENTUAIS – CO M PRAZO DE 30 DIAS

Usucapião n. 0001808-84.2014.8.24.0073

Autor: Município de Timbó /

Réu: Sociedade Escolar do Ribeirão Dona Clara /

Citando(a)(s): Réus em lugar incerto e eventuais interessados (CPC, art. 942, c/c art 232, inc. IV). Descrição do(s) bem(ns): imóvel localizado na Rua Ruy Barbosa nº 3.812 também conhecida como Rodovia SC-477, KM 03 nº 3.812, Bairro Dona Clara, nesta cidade, contendo a área aproximada de 2.233,47m². Referido imóvel confronta aos fundos com o terreno urbano de /Jair Bell, matrícula 13.148, Livro 2, e sua esposa Benilde Baumler Bell, pelo lado esquerdo com o imóvel matriculado no 1º ofício de registro de imóveis sob nº 9.925 de propriedade de Edwin Meyer e sua esposa Magrid Meyer, parte ideal de 7.713m², Marwin Wigand Meyer e sua esposa Margrit Roeder Meyer (parte ideal de 1.797,25m², Otomar Meyer, parte ideal de 1.600,30m². O imóvel possui a transcrição nº 24.498, livro 3-E, fls. 61 do 1º ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau, datada de 15.02.1927, de propriedade de Escolar do Ribeirão Dona Clara. Apesar disso consta das matrículas confrontantes como proprietário a Escola Básica Clara Donner. Em buscas promovidas junto ao Ofício de Registro de Imóveis de Timbó e Blumenau, não foi localizado o referido título de propriedade. Prazo Fixado para a Resposta: 15 dias. Pelo presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, bem como seu(s) cônjuge(s), se casada(o)(s) fo(em), confrontante(s) e aos eventuais interessados, FICAM CIENTE(S) de que neste Juízo de Direito tramitam os autos do processo epígrafado e CITADA(S) para responder à ação, querendo, no lapso de tempo supramencionado, contado do primeiro dia útil seguinte ao transcurso do prazo neste edital. ADVERTÊNCIA: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações formuladas pelo autor (art. 344 do CPC). E para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias, na forma da lei.

Timbó(SC), 01 de setembro de 2016.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 88 2016 PMT - AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, ADITIVOS E GASOLINA COMUM

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 88/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de lubrificantes, aditivos e combustível (gasolina comum), destinados à manutenção e abastecimento dos equipamentos (veículos e máquinas) da Administração Direta e Indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Dyspef Com. e Repres. Ltda; Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda; Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda; Auto Posto das Nacoes Ltda e L Serrano & Cia Ltda - Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 207.374,74 (duzentos e sete mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 24/11/2017

Timbó, 25/11/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

EXTRATO SEGUNDA RETIFICAÇÃO QUANTITATIVA AO OBJETO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 13.2015 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

SEGUNDA RETIFICAÇÃO QUANTITATIVA DO OBJETO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2015 FMS

OBJETO: Retificação do quantitativo do item 11 do anexo I do edital de Credenciamento nº 13/2015 que passa a ser 125 unidades.
DATA DA ASSINATURA: 17/11/2016.

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

PORTARIA N. SAMAE- 100 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 100 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Mario Sergio Fernandes

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor MARIO SERGIO FERNANDES, ocupante do cargo de Motorista, por cento e quatro (104) dias, a contar de 16/11/2016 (período de 16/11/2016 a 27/02/2017), com remuneração equivalente à de contribuição, a título de auxílio-doença, conforme Processo RH 89/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de novembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 72/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 72/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição, instalação de móveis e demais equipamentos, para equipar a nova estrutura da nova creche no Município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I, integrante do presente Edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 08/12/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Trombudo Central

PREFEITURA

Decreto 099/2016

DECRETO 099/2016 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.
NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, considerando a criação do Conselho do Idoso pela Lei Municipal nº 1922 de 06 de outubro de 2016...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica NOMEADO o Conselho Municipal do Idoso de Trombudo Central, para cumprirem o mandato de 02 (dois) anos a partir do mês de novembro de 2016, conforme nominata abaixo descrita:

I) Representantes Governamentais:

- Representantes da Secretaria de Assistência Social e Habitação Saúde:

Titular: Hanelore Hedler

Suplente: Elizete Righes

- Representantes da Secretaria da Saúde:

Titular: Ivanir Mateussi Leal

Suplente: Sirlei Aparecida da Silva

- Representantes da Secretária de Cultura e Turismo:

Titular: Raquel Streesse

Suplente: Elimere Aparecida Venâncio Schlater

II) Representantes Não - Governamentais:

- Representantes do Clube de Idosos Saudades:

Titular: Artur dos Reis

Suplente: Helena Leonora dos Reis

- Representantes da Pastoral da Saúde:

Titular: Odila Campregher

Suplente: Ana Lucia Zimmermann

- Representantes do Hospital de Trombudo Central:

Titular: Ronald Klug

Suplente: Eduardo Lemos Scanagata

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de novembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

HANELORE HEDLER

Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação (Interina)

Decreto 100/2016

DECRETO 100/2016 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.
NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, considerando a criação do Conselho do Idoso pela Lei Municipal nº 1924 de 06 de outubro de 2016...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica NOMEADO o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Trombudo Central, para cumprirem o mandato de 02 (dois) anos a partir do mês de novembro de 2016, conforme nominata abaixo descrita:

I) Representantes Governamentais:

- Representantes da Secretaria de Assistência Social e Habitação Saúde:

Titular: Hanelore Hedler

Suplente: Marcia Debatim

- Representantes da Secretaria da Saúde:

Titular: Sirlei Aparecida da Silva

Suplente: Ivanir Mateussi Leal

- Representantes da Secretária de Planejamento:

Titular: Wagner Dalpiaz

Suplente: Elienai da Silva

II) Representantes Não - Governamentais:

- Representantes da Organização de Usuários:

Titular: Pamela Rosana Kruger

Suplente: Jonas Fausto

- Representantes da Entidade APAE:

Titular: Denise Cardoso Schaffer

Suplente: Roberta Joelma Lofhagen

- Representantes da APP do E.E.B. Dr. Hermann Blumenau:

Titular: Cassiane Schmidt Payerl

Suplente: Marli Mendes

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de novembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

HANELORE HEDLER

Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação (Interina)

Tunápolis

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2016

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis/Fundo municipal da saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. ENOÍ SCHERER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, 429, bairro Progresso, neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, e de outro lado a empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 01/2016.

Considerando que o valor do preço unitário do objeto do presente CONTRATO sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

Cláusula Primeira- DA REDUÇÃO DE VALORES

Ao presente contrato fica reduzido o valor de R\$ 0,13(treze centavos) no litro do óleo diesel S10, considerando que houve diminuição no preço dos combustíveis conforme documentos fiscais anexos.

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor Reajustado R\$
Óleo diesel S10	3,04	2,91

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os

jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 23 de novembro de 2016

Enoi Scherer

Auto Posto Canarinho Ltda

Prefeito Municipal.

Contratada

BRUNO JOSÉ HEBERLE

GESTOR DO FUNDO

Testemunhas:

Karine Epping

Sheila Inês Bieger

CPF: 009.815.549-03

CPF: 020.226.259-60

PROCESSO DE COMPRA N°.: 148/2016 PREGÃO PRESENCIAL N°: 118/2016

Processo de Compra N°.: 148/2016

Pregão Presencial n°: 118/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de SÊMEN BOVINO, utilizados na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis – SC.

Entrega das propostas e Credenciamento até 13h30min do dia 12 de dezembro de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 25/11/2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

União do Oeste

PREFEITURA

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 53/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 53/2013

Sexto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 53/2013, que fazem de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, inscrita no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa COOPERATIVA DOS ENGENHEIROS AGRONOMOS E DE PROFISSIONAIS EM DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTAL DE SANTA CATARINA – UNEAGRO/SC, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 01.298.337/0001-90, com sede na Rua Ilhéus, n.º 46 – Sala 1101, Centro, Florianópolis - SC, representada neste ato, pelo seu Representante Legal Sr. LEONEL FERREIRA JUNIOR, portador da Cédula de Identidade nº 3605679 SSP/SC e inscrito no CPF-MF sob o nº 032.975.059-31, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado no item 3.2 da Cláusula Terceira do contrato principal, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica reajustado o valor mensal pago a CONTRATADA, em conformidade com o Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM acumulado nos últimos 12 meses, correspondente a 8,7985%, passando a CONTRATADA a receber o valor mensal de R\$ 3.699,00 (três mil e seiscentos e noventa e nove reais).

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente termo aditivo correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com a seguinte classificação:

Órgão – 07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade – 01 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Projeto Atividade – 2.043 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Cód. Red. 86 – 3.3.90.00.00.00.00

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 53/2013, permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 25 de novembro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

LEONEL FERREIRA JUNIOR
UNEAGRO/SC
CONTRATADA

Testemunhas:

01.
Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

02
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

DECRETO N. 3236/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.236, De 23 de novembro de 2016.

“DECLARA FRACASSADA A LICITAÇÃO N.º 55/2016, NA MODALIDADE DE CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS”.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, considerando o fato de apenas duas empresas terem apresentados envelopes para participar do certame, descumprindo a exigência legal prevista no Art. 22, parágrafo 3º da Lei N.º 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Fracassada a Licitação N.º 55/2016, na modalidade de Convite para Compras e Serviços.

Art. 2º Determina-se a abertura de novo Processo Licitatório.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 23 de novembro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3237/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.237, de 24 de novembro de 2016.

Concede prorrogação de Licença Gestante à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 163., da Lei Complementar Municipal n.º 093, de 21 de setembro de 2015, e requerimento da servidora em anexo,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada pelo prazo de 60 (sessenta) dias, ou seja, até dia 27 de janeiro de 2017, à Licença Gestante da servidora pública Municipal GLAUCIANI ZILIOTTO, ocupante do cargo de Odontólogo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 24 de novembro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.535/16

DECRETO Nº 13.535/16, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15 de 10 de dezembro de 2015.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 46.360,69 (quarenta e seis mil, trezentos e sessenta reais e sessenta e nove centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

10 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		
01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente		
2.053 – Manutenção de Praças, Parques e Jardins		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	46.360,69	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	46.360,69	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Excesso de Arrecadação dos recursos próprios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.536/16

DECRETO Nº 13.536/16, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 53.590,94 (cinquenta e três mil, quinhentos e noventa reais e noventa e quatro centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.081– Manutenção de Serviços de Convivência	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0379.0 Aplicações Diretas	18.410,07
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084– Manutenção da Casa Lar	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0286.0 Aplicações Diretas	35.180,87
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	53.590,94

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de recursos vinculados ao convênio com Municípios da Comarca para manutenção dos Abrigos Institucionais Menino Jesus I e II e da anulação da seguinte dotação orçamentária:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.081– Manutenção de Serviços de Convivência	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0379.0 Aplicações Diretas	18.410,07
TOTAL DA ANULAÇÃO	18.410,07

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1004/16

PORTARIA nº 1004/16

Autoriza o Uso de bens Móveis e do Ginásio Poliesportivo Medalhão

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 18924/16,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Ginásio Poliesportivo Medalhão, o uso de 300 (trezentas) cadeiras e 12 (doze) mesas do Centro de Eventos Vitória – CEVI, pela 1ª Companhia de Polícia Militar, bem como o transporte destas e mais 200 (duzentas) cadeiras da Igreja Renovar até o Ginásio Poliesportivo Medalhão, no dia 30 de novembro de 2016, das 17h00min às 23h00min, para realização da formatura do PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas dos alunos das Redes Municipal e Estadual de Ensino de Videira.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Ginásio Poliesportivo Medalhão e demais materiais quando da devolução dos mesmos.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando o organizador inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

TERMO ADITIVO Nº 175/2016

Termo Aditivo nº 175/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 78/2015

Processo: TP nº 06/2015-PMV

Contratado: RODRIGUES & DA SILVA LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 78/2015 por mais 03 (três) meses, com efeitos a partir de 26 de novembro de 2016 até o dia 28 de fevereiro de 2017, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Planejamento.

Data: 25/11/2016.

EDITAL DE DE NOTIFICAÇÃO Nº 049/2016**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED049/2016**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal; considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN; considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78 da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal); e o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993

NOTIFICA:

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Professor Joaquim Amarante no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em pedras irregulares, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, conforme documento do Processo Administrativo 20247/2016, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, páginas 01 a 04, deste Edital e Processo Administrativo Licitatório TP nº 02/2010.

2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Serviços de pavimentação em pedras irregulares de 2.150m² na Rua Professor Joaquim Amarante, no valor total de R\$ 119.882,34 (cento e dezenove mil, oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 04 deste Edital.

3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os proprietários de imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de R\$ 16.716,40 (dezesseis mil, setecentos e dezesseis reais e quarenta centavos). O valor referente a valorização dos imóveis abrangidos pela obra.

4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para a Rua Professor Joaquim Amarante, conforme demonstrado no Anexo II, pág 01 deste Edital.

5 – DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (art. 82, I, “e”, e §§1º e 2º, Lei 5.172/66–CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra, conforme Anexo II deste edital.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria = $\frac{\text{Valorização decorrente da obra (individual)}}{\text{Valorização total da obra}}$ X participação dos proprietários

PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA

TOTAL GERAL DA OBRA -
 PARTIC. PROPRIETÁRIOS/PODER PÚBLICO DE IMÓVEIS
 VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA

R\$ 119.882,34
 R\$ 16.716,40
 R\$ 16.716,40

Rua Professor Joaquim Amarante proprietários inscrição imobiliária			Valor terreno antes da obra	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
MIGUEL AGUSTINO SIEBAUER 01.02.079.0182.001.01.01	300,00	m2	27.000,00	28.350,00	1.350,00	1.350,00	8,08%
ADEMIR DA FONSECA 01.02.077.0026.001.01.01	418,13	m2	29.260,00	30.430,40	1.170,40	1.170,40	7,00%
ELZA LAZZARI CARLESSO 01.02.077.0647.001.01.01	312,00	m2	21.840,00	22.932,00	1.092,00	1.092,00	6,53%
LUCIVANI BARTOKOSKI 01.02.077.0635.001.01.01	312,00	m2	21.840,00	22.932,00	1.092,00	1.092,00	6,53%
LAUDELINO CARDOSO DE O. NETO 01.02.077.0623.001.01.01	312,00	m2	21.840,00	22.932,00	1.092,00	1.092,00	6,53%
CASEMIRO EXPEDITO DOS SANTOS 01.02.077.0610.001.01.01	312,00	m2	21.840,00	22.932,00	1.092,00	1.092,00	6,53%
IRMA EMA PATZLAFF BERTOKOSKI 01.02.077.0597.001.01.01	312,00	m2	21.840,00	22.932,00	1.092,00	1.092,00	6,53%
LAUDELINO CARDOSO DE O. NETO 01.02.077.0584.001.01.01	312,00	m2	21.840,00	22.932,00	1.092,00	1.092,00	6,53%
PEDRINHO PETROVICH - ESPÓLIO 01.02.077.0571.001.01.01	312,00	m2	21.840,00	22.932,00	1.092,00	1.092,00	6,53%
EDI CARMEM DA SILVA 01.02.077.0558.001.01.01	312,00	m2	21.840,00	22.932,00	1.092,00	1.092,00	6,53%
SEBASTIÃO ATNUNES DE LIMA 01.02.077.0545.001.01.02	312,00	m2	21.840,00	22.932,00	1.092,00	1.092,00	6,53%
NELSON TELES DE OLIVEIRA 01.02.077.0532.001.01.01	312,00	m2	21.840,00	22.932,00	1.092,00	1.092,00	6,53%
LEOCRIDES NATALICIO RIBEIRO - ESPÓLIO 01.02.077.0519.001.01.01	312,00	m2	21.840,00	22.932,00	1.092,00	1.092,00	6,53%
ITACIR ANTONIO PAULO DA SILVA 01.02.077.0506.001.01.01	312,00	m2	21.840,00	22.932,00	1.092,00	1.092,00	6,53%
GERSON STOPASSOLA 01.02.077.0493.001.01.01	312,00	m2	21.840,00	22.932,00	1.092,00	1.092,00	6,53%

6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

I –Pagamento em parcela única: somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de janeiro de 2017, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

II – Pagamento parcelado: o tributo poderá ser pago em vinte e quatro parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 20 de janeiro de 2017.
 O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município.

7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85,) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

a) Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)

b) Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

9 - IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

10 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

São partes integrantes deste Edital:

Anexo I – Contrato de Prestação de Serviços 258/2010, Planilha orçamentária, páginas 01 a 04.

Anexo II – Delimitação da zona beneficiada.

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município www.videira.sc.gov.br, Link "Portal Tributário". O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o *login*, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 23 de novembro de 2016.

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Dionisio Robaskewicz Neto
Secretário de Administração

INPREVID**BALANÇO FINANCEIRO INPREVID 5º B****SANTA CATARINA****INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Outubro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	3.118.872,75	ORÇAMENTÁRIAS	973.142,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	295.923,92	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	973.142,50
RECEITA PATRIMONIAL	1.700.622,27	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	924.119,34
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.122.326,56	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.814,16
		INVESTIMENTOS	5.209,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	46.811,16		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	46.811,16		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.574.453,87	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.569.763,04
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	137.680,95	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	136.095,00
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.219.938,90	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.216.834,02
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.216.834,02	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.216.834,02
SALDOS ANTERIORES	162.413.931,95	SALDOS ATUAIS	164.611.164,19
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	162.354.646,33	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	163.678.055,69
BANCO C/ MOVIMENTO	59.285,62	BANCO C/ MOVIMENTO	933.108,50
TOTAL	168.154.069,73	TOTAL	168.154.069,73

VIDEIRA, 25/11/2016

EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA
CONTADORA CRC.SC- 026389/O-5

VILSO VANZ
PRESIDENTE

REO INPREVID 5ºB

Betha Sistemas
Exercício de 2016
5º bimestre

SANTA CATARINA
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID
Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)
Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2016	Bimestre Set/Out/2016	Total até Out/2016
RECEITAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.785.000,00	1.937.272,58	593.927,48	2.531.200,06
RECEITA PATRIMONIAL	12.270.000,00	20.439.914,10	3.778.951,06	24.218.865,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	83.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	12.227.000,00	7.667.692,61	2.247.318,03	9.915.010,64
TOTAL DA RECEITA :	27.365.000,00	30.044.879,29	6.620.196,57	36.665.075,86
DESPESAS				
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID				
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA	27.365.000,00	7.479.669,40	1.919.464,82	9.399.134,22
Total da Entidade:	27.365.000,00	7.479.669,40	1.919.464,82	9.399.134,22
TOTAL DA DESPESA :	27.365.000,00	7.479.669,40	1.919.464,82	9.399.134,22

VIDEIRA, 25/11/2016

EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA
CONTADORA CRC.SC- 026389/O-5

VILSO VANZ
PRESIDENTE

Xanxerê

PREFEITURA

PORTARIA Nº - RH AJG 424/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 424/2016

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - INSS.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.775/91.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 28.11.2016, o Servidor Público Municipal o Sr. FRANCISCO CORADI, brasileiro, separado judicialmente, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – SC. Portador da Cédula de Identidade n.º 900.054 e CPF n.º 346.955.409-91, nomeado conforme Decreto nº JB 561/1994 no cargo de FISCAL DE OBRAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Obras Transportes e Serviços, Aposentadoria por Tempo de Contribuição - INSS, conforme benefício nº 173.273.386-1 Espécie 42.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros ao dia 28.11.2016. Revogam-se as disposições em contrario principalmente o Decreto nº JB 561/1994.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 28 de novembro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 114/2016

DECRETO Nº 114/2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.547, de 24 de Novembro de 2016. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.028 – Manter o Programa Saúde da Família	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.1264 – (CR 23)	
R\$	30.000,00
TOTAL	30.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.021 – Manter os Programas de Saúde Básica	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.1264 – (CR 17)	
R\$	10.000,00
TOTAL	10.000,00

Art. 3º Para atender as suplementações do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes da subtração do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 01.1264 – PMAQ, no valor de R\$: 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 24 de Novembro de 2016.

DOMINGOS LUIZ ZANANDRÉA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 115/2016

DECRETO Nº 115/2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.548, de 24 de Novembro de 2016. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.023 – Auxiliar na Vigilância em Saúde	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.03.1066 – (CR 48)	
R\$	6.000,00
TOTAL	6.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos 03.1066 – Vigilância Sanitária, no valor de R\$: 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 24 de Novembro de 2016.

DOMINGOS LUIZ ZANANDRÉA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 116/2016

DECRETO Nº 116/2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.550, de 24 de Novembro de 2016. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.03 – Departamento de Esportes	
Projeto Atividade: 2.013 – Manter a Estrutura Física e as Atividades Esportivas	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 (CR 39)	
R\$	10.000,00
Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.017 – Manter as Atividades da Assistência Social	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 (CR 53)	
R\$	5.000,00
Unidade Orçamentária: 05.07 – Fundo Municipal do Idoso	
Projeto Atividade: 2.032 – Manter os Programas de Bem Estar dos Idosos	

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 (CR 66)	
R\$	8.000,00
TOTAL	23.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.05 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência	
Projeto Atividade: 2.016 – Auxiliar a Criança e Adolescente - FIA	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 (CR 63)	
R\$	23.000,00
TOTAL	23.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 24 de Novembro de 2016.
DOMINGOS LUIZ ZANANDRÉA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 117/2016

DECRETO Nº 117/2016
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.551, de 24 de Novembro de 2016. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – (CR 87)	
R\$	10.000,00
TOTAL	10.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 1.008 – Investimentos no DMER	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 (CR 77)	
R\$	10.000,00
TOTAL	10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
Xavantina (SC), 24 de Novembro de 2016.

DOMINGOS LUIZ ZANANDRÉA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1546/2016

LEI Nº 1546, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 5.140,00 (cinco mil cento e quarenta reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais	
Projeto Atividade: 2.003 – Manter as Atividades da Administração e Finanças	
Elem. Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.01.0000 (CR 5)	
R\$	5.140,00
TOTAL	5.140,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais	
Projeto Atividade: 2.002 – Manter as Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 (CR 3)	
R\$	5.140,00
TOTAL	5.140,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 24 de Novembro de 2016.
DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1547/2016

LEI Nº 1547, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.028 – Manter o Programa Saúde da Família	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.1264 – (CR 23)	
R\$	63.000,00
TOTAL	63.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.021 – Manter os Programas de Saúde Básica	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.1264 – (CR 17)	
R\$	10.000,00
TOTAL	10.000,00

Art. 3º Para atender as suplementações do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes da subtração do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 01.1264 – PMAQ, no valor de R\$: 53.000,00 (cinquenta e três mil reais).

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 24 de Novembro de 2016.

DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1548/2016

LEI Nº 1548, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.023 – Auxiliar na Vigilância em Saúde	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.1066 – (CR 48)	
R\$	6.000,00
TOTAL	6.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos 03.1066 – Vigilância Sanitária, no valor de R\$: 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 24 de Novembro de 2016.

DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1549/2016

LEI Nº 1549, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO AO BANCO DO BRASIL S.A. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), observadas as disposições legais e contratuais em vigor para as operações de crédito do Programa de Intervenções Viárias – Provias.

Parágrafo Único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na aquisição de máquinas e equipamentos, no âmbito do Programa de Intervenções Viárias – Provias, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.688, de 19/02/2009, e suas alterações.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município de Xavantina-SC, ou, na falta de recursos suficientes nessa conta, em quaisquer outras contas de depósito, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

§ 1º O valor correspondente às tarifas bancárias aplicáveis à operação será o vigente à época da cobrança, constante da Tabela de Tarifas de Serviços Bancários – Pessoa Jurídica, que se encontra disponível em qualquer agência do Banco do Brasil.

§ 2º No caso de os recursos do Município de Xavantina-SC não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários

à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput.

§ 3º Fica dispensada a emissão da nota de empenho para realização da despesa a que se refere este artigo, os termos do parágrafo primeiro, do artigo 60 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O orçamento do Município de Xavantina-SC consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas à amortização de principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Xavantina (SC), 24 de Novembro de 2016.
DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1550/2016

LEI Nº 1550, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.03 – Departamento de Esportes	
Projeto Atividade: 2.013 – Manter a Estrutura Física e as Atividades Esportivas	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 39)	
R\$	10.000,00
Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.017 – Manter as Atividades da Assistência Social	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 53)	
R\$	5.000,00
Unidade Orçamentária: 05.07 – Fundo Municipal do Idoso	
Projeto Atividade: 2.032 – Manter os Programas de Bem Estar dos Idosos	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 66)	
R\$	8.000,00

TOTAL	23.000,00
.....	

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.05 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência	
Projeto Atividade: 2.016 – Auxiliar a Criança e Adolescente – FIA	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 63)	
R\$	23.000,00
TOTAL	23.000,00
.....	

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 24 de Novembro de 2016.
DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1551/2016

LEI Nº 1551, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – (CR 87)	
R\$	10.000,00
TOTAL	10.000,00
.....	

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 1.008 – Investimentos no DMER	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 77)	
R\$	10.000,00
TOTAL	10.000,00
.....	

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 24 de Novembro de 2016.

DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 167/2016

PORTARIA Nº 167/2016

CONCEDE FÉRIAS REMANESCENTES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando a Portaria nº 135/2016, que concedeu 30 (trinta) dias de férias ao servidor Público Municipal Sr. Valmor de Souza;

Considerando a Portaria nº 143/2016, a qual interrompeu parcialmente as férias concedidas ao servidor público municipal, Sr. Valmor de Souza;

Considerando que da interrupção, ficaram remanescentes 09 (nove) dias de férias, as quais estão sendo neste ato concedidas pela administração pública municipal, de conformidade com o interesse público.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 09 (nove) dias de férias remanescentes ao Servidor Público Municipal, SR. VALMOR DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Advogado, referente ao período aquisitivo de 01/06/2014 à 31/05/2015, a contar do período de 23/11/2016 à 01/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 23 de Novembro de 2016.

DOMINGOS LUIZ ZANANDRÉA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE REABERTURA PREGÃO 075/2016

MUNICIPIO DE XAXIM - SC
AVISO REABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 145/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2016

O município de Xaxim – SC, através da Pregoeira comunica que está REABERTO o Pregão Presencial n. 075/2016 que tem por objeto o registro de preço para aquisição de um veículo de passeio, tablets para uso nas atividades diárias das agentes comunitárias de saúde, equipamentos e material permanentes para uso dos ESFS através da Secretaria Municipal de Saúde. FICAM MANTIDOS NO PRESENTE PROCESSO SOMENTE O ITEM TABLETS, DESCRITOS NO OBJETO E NO ANEXO I DO EDITAL. OS DEMAIS ITENS CONSTANTES DO PROCESSO LICITATÓRIO FICAM CANCELADOS EM RAZÃO DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. A nova data da seção pública (abertura) será no dia 09 de dezembro de 2016 as 08h:30min com entrega dos envelopes até as 08h:15min do mesmo dia. As demais disposições permanecem inalteradas. Outras informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações do Município de Xaxim – SC.

Xaxim - SC 25 de novembro de 2016.
Marinilse de Freitas Fin
Pregoeira

Consórcios

CIMCATARINA

EDITAL 0003_2016 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0003/2016

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, levando em consideração o contido no artigo 20 e seus parágrafos, tanto do Protocolo de Intenções quanto do Contrato de Consórcio Público, visando atender as demais disposições legais, CONVOCA os Chefes dos Poderes Executivos dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada de forma virtual, com o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos, para tratar do seguinte assunto como ordem do dia:

- Eleição da Presidência (Presidente e Vice-Presidente) do CIMCATARINA para o exercício de 2017.

A eleição ocorrerá da seguinte forma:

a) Entre os dias 02 a 06 de dezembro de 2016, deverão os prefeitos interessados indicar à Diretoria Executiva do CIMCATARINA, através do e-mail cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br, os nomes para formar as chapas destinadas a compor a presidência;

b) A votação ocorrerá do dia 07 ao dia 13 de dezembro de 2016.

I - Haverá: uma cédula para cada chapa e nela serão identificados os candidatos, sendo 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente; uma cédula para voto em branco; e uma cédula para voto nulo. Estas cédulas serão enviadas para o e-mail de cada prefeito apto a votar;

II - O prefeito apto a votar deve escolher apenas uma cédula dentre as opções e assinar digitalmente o documento para garantir a autenticidade da participação;

III - A assinatura digital na cédula escolhida conta como 1 (um) voto;

IV - Para validar e ser considerada a participação do prefeito, a cédula assinada, ou seja, o voto deverá ser enviado para o e-mail cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br, a partir das 12h00min do dia 07/12/2016 até às 23h59min do dia 13/12/2016;

V - Não ocorrendo a participação no prazo da alínea "b", será considerado como abstenção do voto;

VI - No dia 14 de dezembro de 2016, às 09h00min na Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo, SC, será realizada a contagem dos votos durante reunião da Diretoria Executiva, sob presidência do Sr. Elói Rönna, com a presença dos interessados;

VII - Para ocorrer a eleição, deverão ter pelo menos 17 (dezesete) votos recebidos dos prefeitos consorciados;

VIII - Será considerada eleita a Presidência (Presidente e Vice-Presidente) que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos dos prefeitos participantes.

VIX - Caso nenhuma das chapas tenham alcançado 2/3 dos votos dos prefeitos participantes, realizar-se-á o segundo turno da eleição, cujos candidatos serão os membros das duas chapas mais votadas. Neste caso a votação ocorrerá no dia 14/12/2016 das 12h00min às 23h59min do mesmo dia; e no dia 15/12/2016, às 09h00min, na Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo, SC, será realizada a contagem dos votos durante reunião da Diretoria Executiva, sob presidência do Sr. Elói Rönna, com a presença dos interessados. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos e nulos;

X - Encerrada a apuração dos votos e atendidos os requisitos necessários, será proclamada a Presidência eleita do CIMCATARINA para o exercício de 2017.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

Presidente do CIMCATARINA

Prefeito de Caçador

5º BIMESTRE - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Setembro à Outubro (b)	%(b/a)	Até Outubro (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	3.600.000,00	3.600.000,00	646.291,27	17,95	2.571.609,32	71,43	1.028.390,68
RECEITAS CORRENTES	3.536.000,00	3.536.000,00	639.202,27	18,08	2.540.538,82	71,85	995.461,18
RECEITA TRIBUTÁRIA	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	10.600,00	10.600,00	5.975,23	56,37	25.212,03	237,85	(14.612,03)
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	10.600,00	10.600,00	5.975,23	56,37	25.212,03	237,85	(14.612,03)
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	16.900,00	16.900,00	42.450,00	251,18	83.050,00	491,42	(66.150,00)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.507.000,00	3.507.000,00	589.264,74	16,80	2.428.679,79	69,25	1.078.320,21
Transferências Intergovernamentais	3.507.000,00	3.507.000,00	589.264,74	16,80	2.428.679,79	69,25	1.078.320,21
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	1.000,00	1.512,30	151,23	3.597,00	359,70	(2.597,00)
Multas e Juros de Mora	1.000,00	1.000,00	1.038,75	103,88	1.038,75	103,88	(38,75)
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	473,55	0,00	2.558,25	0,00	(2.558,25)
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	64.000,00	64.000,00	7.089,00	11,08	31.070,50	48,55	32.929,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Alienação de Bens Móveis	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	63.000,00	63.000,00	7.089,00	11,25	31.070,50	49,32	31.929,50
Transferências Intergovernamentais	63.000,00	63.000,00	7.089,00	11,25	31.070,50	49,32	31.929,50
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	3.600.000,00	3.600.000,00	646.291,27	17,95	2.571.609,32	71,43	1.028.390,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	3.600.000,00	3.600.000,00	646.291,27	17,95	2.571.609,32	71,43	1.028.390,68
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	3.600.000,00	3.600.000,00	646.291,27	17,95	2.571.609,32	71,43	1.028.390,68
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	271.707,66	0,00	0,00	185.502,45	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	271.707,66	0,00	0,00	185.502,45	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Outubro (j)
			Setembro à Outubro	Até Outubro (f)		Setembro à Outubro	Até Outubro (h)		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(VIII)	3.600.000,00	3.966.707,66	610.098,13	2.966.403,66	1.000.304,00	617.741,26	2.437.833,39	1.528.874,27	2.387.927,62
DESPESAS CORRENTES	3.531.000,00	3.888.159,14	582.009,12	2.912.265,06	975.894,08	599.808,70	2.393.851,24	1.494.307,90	2.361.878,03
Pessoal e Encargos Sociais	1.245.000,00	1.108.000,00	48.368,52	717.110,14	390.889,86	156.369,74	561.133,44	546.866,56	540.124,28
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.286.000,00	2.780.159,14	533.640,60	2.195.154,92	585.004,22	443.438,96	1.832.717,80	947.441,34	1.821.753,75
DESPESAS DE CAPITAL	69.000,00	78.548,52	28.089,01	54.138,60	24.409,92	17.932,56	43.982,15	34.566,37	26.049,59
Investimentos	69.000,00	78.548,52	28.089,01	54.138,60	24.409,92	17.932,56	43.982,15	34.566,37	26.049,59
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	3.600.000,00	3.966.707,66	610.098,13	2.966.403,66	1.000.304,00	617.741,26	2.437.833,39	1.528.874,27	2.387.927,62
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	3.600.000,00	3.966.707,66	610.098,13	2.966.403,66	1.000.304,00	617.741,26	2.437.833,39	1.528.874,27	2.387.927,62
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	133.775,93	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	3.600.000,00	3.966.707,66	610.098,13	2.966.403,66	1.000.304,00	617.741,26	2.571.609,32	1.395.098,34	2.387.927,62

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Setembro à Outubro (b)	%(b/a)	Até Outubro (c)	%(c/a)	
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Aportes Periódicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Outubro (j)
			Setembro à Outubro	Até Outubro (f)		Setembro à Outubro	Até Outubro (h)		
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Data Emissão: 25/nov/2016

Hora de emissão: 09h e 25m

Notas:

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

NÁDIA DE LORENZI
Contador
CRC/SC 039499/O-4

5º BIMESTRE - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO_ SUBFUNÇÃO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2016 / Bimestre Setembro-Outubro



RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)
			Setembro à Outubro	Até Outubro (b)		Setembro à Outubro	Até Outubro (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	3.600.000,00	3.966.707,66	610.098,13	2.966.403,66	100,00	617.741,26	2.437.833,39	1.528.874,27
Administração	1.011.000,00	1.123.960,92	59.308,91	947.259,16	31,93	150.537,30	725.150,65	398.810,27
Administração Geral	1.011.000,00	1.123.960,92	59.308,91	947.259,16	31,93	150.537,30	725.150,65	398.810,27
Urbanismo	1.634.000,00	2.065.265,88	490.367,22	1.795.869,78	60,54	392.412,95	1.559.275,62	505.990,26
Serviços Urbanos	1.634.000,00	2.065.265,88	490.367,22	1.795.869,78	60,54	392.412,95	1.559.275,62	505.990,26
Gestão Ambiental	942.000,00	768.480,86	57.922,00	220.274,72	7,43	74.108,14	152.516,11	615.964,75
Preservação e Conservação Ambiental	942.000,00	768.480,86	57.922,00	220.274,72	7,43	74.108,14	152.516,11	615.964,75
Agricultura	6.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Extensão Rural	6.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Desporto e Lazer	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Desporto Comunitário	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Encargos Especiais	5.000,00	5.000,00	2.500,00	3.000,00	0,10	682,87	891,01	4.108,99
Outros encargos Especiais	5.000,00	5.000,00	2.500,00	3.000,00	0,10	682,87	891,01	4.108,99

Despesa Intra-Orçamentária

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)
			Setembro à Outubro	Até Outubro (b)		Setembro à Outubro	Até Outubro (d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	3.600.000,00	3.966.707,66	610.098,13	2.966.403,66	100,00	617.741,26	2.437.833,39	1.528.874,27

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Data Emissão: 25/nov/2016 Hora de emissão: 09h e 29m

Notas:

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

NÁDIA DE LORENZI
Contador
CRC/SC 039499/O-4



ATA DA 2ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA COM ANEXOS

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS, HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÕES DE RESOLUÇÕES, APROVAÇÃO DE RATEIOS, TABELAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS, ORÇAMENTO ANUAL, PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO, INGRESSO DE NOVOS MUNICÍPIOS, ALTERAÇÃO DA SEDE, CRIAÇÃO DE SISTEMAS, INSTITUIÇÃO DE NÚCLEO, ELEIÇÕES E OUTRAS PROPOSIÇÕES.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e trinta minutos, em primeira convocação, e realizando-se às quinze horas, em segunda convocação na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, rua Nereu Ramos 761, sala 01, 1º Andar, no Município de Fraiburgo, SC, reuniram-se os Chefes dos Poderes Executivos e representantes dos municípios consorciados, que ratificaram por lei o protocolo de intenções do CIMCATARINA, quais sejam: Alcidir Felchilcher - ARROIO TRINTA; Nilso Stédile - BRUNÓPOLIS; Gilberto Amaro Comazzetto - CAÇADOR; Ivo Biazzolo - FRAIBURGO; Hideki Iwasaki - FREI ROGÉRIO; Douglas Francisco Zardo - IOMERÊ; Ludovino Labas - LEBON RÉGIS; Emerson Zanella - MACIEIRA; Raul Ribas Neto - MATOS COSTA; Marcos Nei Corrêa Siqueira - MONTE CARLO; Euzebio Calisto Vieceli - PINHEIRO PRETO; Nadir Baú Da Silva - TANGARÁ; Wilmar Carelli - VIDEIRA. Fizeram-se presente também os seguintes agentes públicos representantes dos municípios consorciados, cuja identificação e assinatura estarão ao final desta ata, para realização de ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA com a devida convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, Edição 2121, de 11 de novembro de 2016, obedecidas as disposições do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público, objetivando: I – Prestação de Contas do CIMCATARINA referente ao segundo e terceiro trimestre do ano de 2016; II – Homologação da resolução 019/2016 da Presidência que trata sobre os Empregos Públicos Temporários para o Programa Intermunicipal de Gestão dos Recursos Hídricos – PROHIDRO; III – Homologação da resolução 037/2016 da Presidência que trata sobre os valores da tabela de prestação de serviço; IV – Ratificação das Resoluções 23/2016, 32/2016, 33/2016, 39/2016, 40/2016, 42/2016, e 43/2016 da Presidência que tratam de ajustes orçamentários; V – Ratificação da Resolução 020/2016 que trata sobre a nomeação do cargo em comissão de Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional; VI – Ratificação da Resolução 035/2016 que trata sobre a nomeação do cargo em comissão de Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional; VII – Aprovação da metodologia e do Rateio do Contrato de Programa de Licitações compartilhadas – PROLICITA, para o exercício de 2017; VIII – Aprovação da metodologia e do Rateio do Contrato de Programa Integrado de Ações de Proteção e Gestão do Meio Ambiente – PROAMA, para o exercício de 2017; IX – Aprovação da metodologia e do Rateio do Contrato do Programa Intermunicipal de Gestão dos Recursos Hídricos – PROHIDRO, para o exercício de 2017; X – Discussão e aprovação da tabela de valores para prestação



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

dos serviços de Diagnóstico Socioambiental para o exercício de 2017; XI – Discussão e aprovação da tabela de valores para prestação de serviços de Trabalhos Ambientais e Planejamento Urbano para o exercício de 2017; XII – Aprovação do Orçamento anual do Consórcio para o exercício de 2017; XIII – Aprovação do programa anual de trabalho proposto pela Presidência, para o ano de 2017; XIV – Aprovação da solicitação do ingresso automático de novos municípios previstos no Anexo I do Contrato do CIMCATARINA, conforme deliberado em assembleias anteriores; XV – Discussão e aprovação da alteração da sede do CIMCATARINA em conformidade com o art. 5º do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio; XVI – Instituição do 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA; XVII – Aprovação da criação de sistema unificado de fornecedores e sistema para licitações, através de cooperação técnica entre o CIMCATARINA e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA; XVIII – Eleição da Presidência (Presidente e Vice-Presidente) do CIMCATARINA para o exercício de 2017; XIX – Eleição do Conselho Fiscal e Suplentes do CIMCATARINA para os exercícios de 2017 e 2018; XX – Deliberação de assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do Consórcio; XXI – Outros assuntos diversos. Os trabalhos foram presididos pelo Prefeito Municipal de Caçador, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, a quem escolheu a mim, Elói Rönna, Diretor Executivo do Consórcio, para auxiliá-lo. Com a palavra o Presidente, cumprimentando a todos, deu as boas vindas. Após, verificou-se, que em segunda chamada, encontram presentes o número mínimo de associados para realização da Assembleia Geral Ordinária, exceto para o item XVIII o qual conforme parágrafo terceiro do Artigo 24 do protocolo de intenções e contrato de consórcio não poderá ocorrer a Eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados. Em seguida, traçou comentários e explicações acerca desta assembleia. Passou-se a palavra ao Diretor Executivo do CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, para suas considerações de acordo com a pauta apresentada. O Diretor Executivo, cumprimentando a todos, informou que todo o material da assembleia foi enviado para os Prefeitos via e-mail com a brevidade necessária e uma cópia está na pasta entregue a cada Prefeito e ou Representante nesta assembleia, ato contínuo passou a apresentação de cada item pautado, os quais um a um logo após discussão foram sendo pelo Presidente colocados à votação, ficando assim decididos: Item I – Prestação de Contas do CIMCATARINA referente ao segundo e terceiro trimestre do ano de 2016, foi discutida e aprovada; Item II – Foi homologada a Resolução 019/2016 da Presidência que trata sobre os Empregos Públicos Temporários para o Programa Intermunicipal de Gestão dos Recursos Hídricos – PROHIDRO; Item III – Foi homologada a Resolução 037/2016 da Presidência que trata sobre os valores da tabela de prestação de serviço; Item IV – Foram ratificadas as Resoluções 23/2016, 32/2016, 33/2016, 39/2016, 40/2016, 42/2016, e 43/2016 da Presidência que tratam de ajustes orçamentários; Item V –



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

Foi ratificada a Resolução 020/2016 que trata sobre a nomeação do cargo em comissão de Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional; Item VI – Foi ratificada a Resolução 035/2016 que trata sobre a nomeação do cargo em comissão de Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional; Item VII – Aprovação da metodologia e do Rateio do Contrato de Programa de Licitações compartilhadas – PROLICITA, para o exercício de 2017, foi discutida e aprovada, os documentos foram anexados e fazem parte desta ata; Item VIII – Aprovação da metodologia e do Rateio do Contrato de Programa Integrado de Ações de Proteção e Gestão do Meio Ambiente – PROAMA, para o exercício de 2017, foi discutida e aprovada, os documentos foram anexados e fazem parte desta ata; Item IX – Aprovação da metodologia e do Rateio do Contrato do Programa Intermunicipal de Gestão dos Recursos Hídricos – PROHIDRO, para o exercício de 2017, foi discutida e aprovada, os documentos foram anexados e fazem parte desta ata; Item X – Discussão e aprovação da tabela de valores para prestação dos serviços de Diagnóstico Socioambiental para o exercício de 2017, foi discutida e aprovada uma tabela para os Municípios participantes do Programa Integrado de Ações de Proteção e Gestão do Meio Ambiente – PROAMA e outra tabela para os Municípios não participantes do PROAMA, os documentos foram anexados e fazem parte desta ata; Item XI – Discussão e aprovação da tabela de valores para prestação de serviços de Trabalhos Ambientais e Planejamento Urbano para o exercício de 2017, foi discutida e aprovada, o documento foi anexado e faz parte desta ata; Item XII – Aprovação do Orçamento anual do Consórcio para o exercício de 2017, foi discutido e aprovado, será expedida Resolução pelo Presidente. Item XIII – Aprovação do programa anual de trabalho proposto pela Presidência, para o ano de 2017, foi discutido e aprovado, será expedida Resolução pelo Presidente. Ato contínuo referente ao item XIV – Aprovação da solicitação do ingresso automático de novos municípios previstos no Anexo I do Contrato do CIMCATARINA, foi aprovado em Assembleia Geral a homologação do ingresso no CIMCATARINA de todos os Municípios Catarinenses constantes da relação do Anexo I do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio, ficando automaticamente admitido no consórcio o Ente da Federação que efetuar a ratificação em até 31 de dezembro de 2017, sendo que o município fará o pedido formal ao Presidente do CIMCATARINA, nos termos da legais e regulamentares. Em sequência referente o item XV – Discussão e aprovação da alteração da sede do CIMCATARINA em conformidade com o art. 5º do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio, foi discutido e aprovado o novo endereço da Sede do CIMCATARINA: “Centro Executivo Imperatriz, Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina”. Para o item XVI – Instituição do 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, foi falado sobre a previsão do artigo 17 do protocolo de intenções e contrato de consórcio do CIMCATARINA, que dispõe da organização do Consórcio, tratando da



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

possibilidade de instituir núcleos regionais de atuação, independente de alteração do Protocolo de Intenções, explanou que com a alteração da Sede do CIMCATARINA para o município de Florianópolis, a atual sede do município de Fraiburgo continuará existindo, porém passará a ser denominada como “1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA”, informou que serão expedidas as respectivas normas para o funcionamento das atividades da nova Sede do CIMCATARINA e do 1º Núcleo, colocado em votação a assembleia manifestou-se favorável aprovando a instituição do 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA na cidade de Fraiburgo. Continuando a pauta com relação ao item XVII – Aprovação da criação de sistema unificado de fornecedores e sistema para licitações, através de cooperação técnica entre o CIMCATARINA e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, foi apresentado que a cooperação técnica entre o CIMCATARINA e o CIGA tem objetivo de desenvolver o “Sistema Unificado de Fornecedores” e o “Sistema para Licitações”, o CIGA ficará responsável pela criação dos sistemas (softwares) e o CIMCATARINA ficará responsável pela operacionalização dos sistemas, os itens previstos para desenvolvimento do Sistema do Cadastro Unificado de Fornecedores são: Cadastro Unificado de Fornecedores; Controlar a Regularidade Fiscal; Cadastrar Fornecedores com Suspensão e Cadastrar Fornecedores com Inidoneidade (replicar dados do sistema Federal); e os itens previstos para desenvolvimento do Sistema para Licitações são: Criar o Cadastro de Licitações para Publicar extratos, edital na integra, anexos, atas, contratos, resultados, adjudicação, homologação e outros; Servir de publicidade como transparência ativa; Integrar para publicar automaticamente no Diário Oficial dos Municípios – DOM; Criar um Sistema de Preço de Referência para bens pré-qualificados para uso nas licitações compartilhadas e individuais dos municípios; Criar um Banco de Preços; Criar um Sistema para Orçamentos e Criar um Sistema para Compra Direta; ficando destacado ainda que os itens previstos serão acrescidos, complementados e ou alterados conforme necessidade para melhor atender as demandas do municípios consorciados. Ato continuo referente ao item XVIII - Eleição da Presidência (Presidente e Vice-Presidente), para o exercício de 2017, a eleição não pode ocorrer pois não teve a presença de pelo menos dois terços dos consorciados, ficou definido que será efetuada uma assembleia geral extraordinária a ser realizada de forma virtual, conforme edital de convocação n. 0003, de 25 de novembro de 2016. Quanto ao item XIX – Eleição do Conselho Fiscal e Suplentes do CIMCATARINA para os exercícios de 2017 e 2018, foram apresentados os seguintes prefeitos como candidatos, sendo, Prefeito de Fraiburgo, **IVO BIAZZOLO**; Prefeito de Pinheiro Preto, **EUZÉBIO CALISTO VICELLI**; Prefeito de Matos Costas, **RAUL RIBAS NETO**; sendo titulares e, 1º Suplente - Prefeito de Tangará, **NADIR BAÚ DA SILVA**; 2º Suplente - Prefeito de Frey Rogério **HIDEKI IWASAKI**; e 3º



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

Suplente - Prefeito de Macieira, **EMERSON ZANELLA**, o que foi aprovado pelos presentes, os quais foram eleitos por unanimidade, sendo que a posse se dará em 1º de janeiro de 2017, para o biênio 2017-2018. Concluído o item das eleições, foi iniciada a discussão do item XX – Deliberação de assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do Consórcio, onde foi solicitada a aprovação e autorização para formalizar termos de cooperação com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA para participar de licitações compartilhadas promovidas pelo CIMCATARINA junto com os demais municípios no PROLICITA e ainda havendo viabilidade, capacidade e amparo legal, para que o CIMCATARINA realize outras licitações e contratações para atender outras demandas do CIGA, após explanações a assembleia foi favorável, aprovou e autorizou as cooperações solicitadas. Para concluir os assuntos da pauta foram apresentados para o item XXI – Outros assuntos diversos, alguns itens que a assembleia assim deliberou: Foi decidido e aprovado nesta assembleia que os valores dos saldos transferidos para o CIMCATARINA através de rateio ou delegação orçamentária, serão utilizados nos exercícios seguintes para a mesma finalidade que originou a transferência, assim não será necessário a devolução aos municípios. Foi decidido e aprovado nesta assembleia a instituição do Programa de Concessão de Estágio no CIMCATARINA, com idade igual ou superior a 16 (dezesesseis) anos e que estejam frequentando ensino regular em instituições de educação de ensino superior, de educação profissional e de ensino médio na modalidade profissional de educação de jovens e adultos, observadas as disposições da Legislação Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; o estagiário receberá compulsoriamente bolsa como forma de contraprestação pelo estágio não-obrigatório o valor de R\$ 800,00 para a carga horária de 30 horas semanais e de R\$ 534,00 para carga de 20 horas semanais, bem como de auxílio-transporte; para o estágio obrigatório, o estagiário não será remunerado, nem será concedido vale-transporte, ficando a cargo da instituição de ensino responsável pelo estudante, inclusive a contratação de seguro; a regulamentação completa do Programa de Concessão de Estágio no CIMCATARINA estará contida em resolução a ser expedida pelo presidente do CIMCATARINA; Foi apresentado pelo Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional Sr. Luiz Gustavo Pavelski a equipe multidisciplinar que o CIMCATARINA constituiu para atender demandas de projetos nas áreas ambientais e de planejamento urbano, composta por Engenheiro Florestal, Engenheiros Ambientais, Biólogo, Geólogo, Advogado, Contador e Administrador; fez explanações sobre o Diagnóstico Socioambiental, informando que o CIMCATARINA já contratou com 9 municípios e está concluindo os trabalhos de Pinheiro Preto e Lebon Régis; comentou sobre os serviços de trabalhos ambientais e planejamento urbano que, com a equipe do CIMCATARINA já constituída e com a contratação de mais alguns profissionais, poderá elaborar e revisar os planos municipais de saneamento básico, fazer o estudo de viabilidade econômico-



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

financeira dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, elaborar e revisar os planos diretores, realizar o diagnóstico da situação ambiental de equipamentos e/ou obras públicas, elaborar projetos de recuperação de áreas degradadas (PRAD), elaborar os planos municipais de mobilidade urbana, licenciamento dos equipamentos e/ou obras públicas, elaborar plano estratégico ambiental, desenvolver ferramentas para subsidiar o planejamento urbano, instituir o sistema de informações geográficas e atender outras diversas demandas dos municípios consorciados, pois os custos dos serviços para os municípios vem sendo vantajoso e na forma de consórcio é viável a formação da equipe multidisciplinar, concluída as explanações a assembleia foi favorável à continuidade desses trabalhos pelo CIMCATARINA. Por fim o Senhor Presidente deixou livre a palavra para quem quisesse se manifestar, e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos, determinou a expedição dos atos competentes para dar cumprimento a todas as deliberações da Assembleia Geral, e deu por encerrada à sessão, determinando a mim, Diretor Executivo, que lavrasse a presente ata e procedesse a sua publicação, no órgão de publicação oficial do Consórcio Público, a fim de surtir os seus efeitos legais e jurídicos. A presente ata segue assinada por mim, Diretor Executivo, pela Presidência, pelos demais entes consorciados e presentes, como sinal de sua aprovação. Fraiburgo, 25 de novembro de 2016. Era o que continha em dita ata que foi devidamente arquivada as folhas 104 a 110, do livro ata eletrônico n. 01.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Presidente
Prefeito de Caçador

LUDOVINO LABAS
Prefeito de Lebon Régis

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito de Arroio Trinta

IVO BIAZZOLO
Prefeito de Fraiburgo

EUZÉBIO CALISTO VICELLI
Prefeito de Pinheiro Preto

NILSO STÉDILE
Prefeito de Brunópolis em exercício



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

WILMAR CARELLI
Prefeito de Videira

HIDEKI IWASAKI
Prefeito de Frei Rogério em exercício

EMERSON ZANELLA
Prefeito de Macieira

RAUL RIBAS NETO
Prefeito de Matos Costa

MARCOS NEI CORRÊA SIQUEIRA
Prefeito de Monte Carlo

DOUGLAS F. ZARDO
Município de Iomerê

NADIR BAÚ DA SILVA
Prefeito de Tangará

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo do CIMCATARINA

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Município de Fraiburgo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro do CIMCATARINA

RUBIA MAGNABOSCO
Município de Irani

LUIZ GUSTAVO PAVELSKI
Diretor de Programa do CIMCATARINA



PROGRAMA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - PROLICITA

RATEIO FIXO MENSAL/2017

Cota-Parte	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos	RATEIO FIXO MENSAL EM R\$				VALOR RATEIO
		3.1.71.70	3.3.71.70	4.4.71.70		
		2.600,00	800,00	120,00	3.520,00	
CÓDIGO	MUNICÍPIO	ÍNDICE RATEIO	3.1.71.70	3.3.71.70	4.4.71.70	VALOR RATEIO
1	Abdon Batista	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
2	Abelardo Luz	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
3	Agrolândia	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
4	Agronômica	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
5	Água Doce	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
6	Águas de Chapecó	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
7	Águas Frias	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
8	Águas Mornas	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
9	Alfredo Wagner	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
10	Alto Bela Vista	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
11	Anchieta	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
12	Angelina	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
13	Anita Garibaldi	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
14	Anitápolis	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
15	Antônio Carlos	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
16	Apiúna	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
17	Arabutã	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
18	Araquari	1,45	3.770,00	1.160,00	174,00	5.104,00
19	Araranguá	1,85	4.810,00	1.480,00	222,00	6.512,00
20	Armazém	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
21	Arroio Trinta	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
22	Arvoredo	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
23	Ascurra	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
24	Atalanta	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
25	Aurora	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
26	Balneário Arroio do Silva	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
27	Balneário Barra do Sul	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
28	Balneário Camboriú	2,80	7.280,00	2.240,00	336,00	9.856,00
29	Balneário Gaivota	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
30	Balneário Piçarras	1,25	3.250,00	1.000,00	150,00	4.400,00
31	Balneário Rincão	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
32	Bandeirante	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
33	Barra Bonita	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
34	Barra Velha	1,35	3.510,00	1.080,00	162,00	4.752,00
35	Bela Vista do Toldo	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
36	Belmonte	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
37	Benedito Novo	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
38	Biguaçu	1,95	5.070,00	1.560,00	234,00	6.864,00
39	Blumenau	3,30	8.580,00	2.640,00	396,00	11.616,00
40	Bocaina do Sul	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
41	Bom Jardim da Serra	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
42	Bom Jesus	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
43	Bom Jesus do Oeste	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
44	Bom Retiro	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
45	Bombinhas	1,25	3.250,00	1.000,00	150,00	4.400,00
46	Botuverá	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
47	Braço do Norte	1,45	3.770,00	1.160,00	174,00	5.104,00
48	Braço do Trombudo	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
49	Brunópolis	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
50	Brusque	2,60	6.760,00	2.080,00	312,00	9.152,00
51	Caçador	2,05	5.330,00	1.640,00	246,00	7.216,00
52	Caibi	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
53	Calmon	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
54	Camboriú	2,05	5.330,00	1.640,00	246,00	7.216,00
55	Campo Alegre	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
56	Campo Belo do Sul	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
57	Campo Erê	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
58	Campos Novos	1,45	3.770,00	1.160,00	174,00	5.104,00
59	Canelinha	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
60	Canoinhas	1,75	4.550,00	1.400,00	210,00	6.160,00
61	Capão Alto	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
62	Capinzal	1,25	3.250,00	1.000,00	150,00	4.400,00
63	Capivari de Baixo	1,35	3.510,00	1.080,00	162,00	4.752,00
64	Catanduvás	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
65	Caxambu do Sul	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
66	Celso Ramos	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
67	Cerro Negro	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
68	Chapadão do Lageado	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
69	Chapecó	3,00	7.800,00	2.400,00	360,00	10.560,00
70	Cocal do Sul	1,05	2.730,00	840,00	126,00	3.696,00

71	Concórdia	2,20	5.720,00	1.760,00	264,00	7.744,00
72	Cordilheira Alta	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
73	Coronel Freitas	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
74	Coronel Martins	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
75	Correia Pinto	1,05	2.730,00	840,00	126,00	3.696,00
76	Corupá	0,95	2.470,00	760,00	114,00	3.344,00
77	Criciúma	3,00	7.800,00	2.400,00	360,00	10.560,00
78	Cunha Porã	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
79	Cunhataí	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
80	Curitibanos	1,55	4.030,00	1.240,00	186,00	5.456,00
81	Descanso	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
82	Dionísio Cerqueira	0,95	2.470,00	760,00	114,00	3.344,00
83	Dona Emma	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
84	Doutor Pedrinho	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
85	Entre Rios	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
86	Ermo	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
87	Erval Velho	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
88	Faxinal dos Guedes	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
89	Flor do Sertão	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
90	Florianópolis	3,30	8.580,00	2.640,00	396,00	11.616,00
91	Formosa do Sul	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
92	Forquilha	1,35	3.510,00	1.080,00	162,00	4.752,00
93	Fraiburgo	1,45	3.770,00	1.160,00	174,00	5.104,00
94	Frei Rogério	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
95	Galvão	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
96	Garopaba	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
97	Garuva	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
98	Gaspar	1,95	5.070,00	1.560,00	234,00	6.864,00
99	Governador Celso Ramos	1,05	2.730,00	840,00	126,00	3.696,00
100	Grão Pará	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
101	Gravatal	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
102	Guabiruba	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
103	Guaraciaba	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
104	Guaramirim	1,55	4.030,00	1.240,00	186,00	5.456,00
105	Guarujá do Sul	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
106	Guatambú	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
107	Herval d'Oeste	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
108	Ibiam	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
109	Ibicaré	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
110	Ibirama	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
111	Içara	1,75	4.550,00	1.400,00	210,00	6.160,00
112	Ilhota	0,95	2.470,00	760,00	114,00	3.344,00
113	Imarui	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
114	Imbituba	1,55	4.030,00	1.240,00	186,00	5.456,00
115	Imbuia	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
116	Indaial	1,95	5.070,00	1.560,00	234,00	6.864,00
117	Iomerê	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
118	Ipira	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
119	Iporã do Oeste	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
120	Ipuacu	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
121	Ipumirim	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
122	Iraceminha	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
123	Irani	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
124	Irati	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
125	Irineópolis	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
126	Itá	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
127	Itaiópolis	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
128	Itajaí	3,30	8.580,00	2.640,00	396,00	11.616,00
129	Itapema	1,85	4.810,00	1.480,00	222,00	6.512,00
130	Itapiranga	1,05	2.730,00	840,00	126,00	3.696,00
131	Itapoá	1,25	3.250,00	1.000,00	150,00	4.400,00
132	Ituporanga	1,25	3.250,00	1.000,00	150,00	4.400,00
133	Jaborá	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
134	Jacinto Machado	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
135	Jaguaruna	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
136	Jaraguá do Sul	3,10	8.060,00	2.480,00	372,00	10.912,00
137	Jardinópolis	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
138	Joaçaba	1,35	3.510,00	1.080,00	162,00	4.752,00
139	Joinville	3,30	8.580,00	2.640,00	396,00	11.616,00
140	José Boiteux	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
141	Jupia	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
142	Lacerdópolis	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
143	Lages	3,00	7.800,00	2.400,00	360,00	10.560,00
144	Laguna	1,65	4.290,00	1.320,00	198,00	5.808,00
145	Lajeado Grande	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
146	Laurentino	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
147	Lauro Muller	0,95	2.470,00	760,00	114,00	3.344,00
148	Lebon Régis	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
149	Leoberto Leal	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00

150	Lindóia do Sul	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
151	Lontras	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
152	Luiz Alves	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
153	Luzerna	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
154	Macieira	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
155	Mafra	1,75	4.550,00	1.400,00	210,00	6.160,00
156	Major Gercino	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
157	Major Vieira	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
158	Maracajá	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
159	Maravilha	1,35	3.510,00	1.080,00	162,00	4.752,00
160	Marema	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
161	Massaranduba	1,05	2.730,00	840,00	126,00	3.696,00
162	Matos Costa	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
163	Meleiro	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
164	Mirim Doce	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
165	Modelo	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
166	Mondai	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
167	Monte Carlo	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
168	Monte Castelo	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
169	Morro da Fumaça	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
170	Morro Grande	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
171	Navegantes	2,20	5.720,00	1.760,00	264,00	7.744,00
172	Nova Erechim	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
173	Nova Itaberaba	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
174	Nova Trento	0,95	2.470,00	760,00	114,00	3.344,00
175	Nova Veneza	0,95	2.470,00	760,00	114,00	3.344,00
176	Novo Horizonte	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
177	Orleans	1,25	3.250,00	1.000,00	150,00	4.400,00
178	Otacílio Costa	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
179	Ouro	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
180	Ouro Verde	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
181	Paial	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
182	Painel	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
183	Palhoça	2,90	7.540,00	2.320,00	348,00	10.208,00
184	Palma Sola	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
185	Palmeira	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
186	Palmitos	0,95	2.470,00	760,00	114,00	3.344,00
187	Papanduva	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
188	Paraíso	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
189	Passo de Torres	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
190	Passos Maia	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
191	Paulo Lopes	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
192	Pedras Grandes	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
193	Penha	1,35	3.510,00	1.080,00	162,00	4.752,00
194	Perituba	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
195	Pescaria Brava	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
196	Petrolândia	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
197	Pinhalzinho	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
198	Pinheiro Preto	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
199	Piratuba	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
200	Planalto Alegre	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
201	Pomerode	1,45	3.770,00	1.160,00	174,00	5.104,00
202	Ponte Alta	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
203	Ponte Alta do Norte	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
204	Ponte Serrada	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
205	Porto Belo	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
206	Porto União	1,45	3.770,00	1.160,00	174,00	5.104,00
207	Pouso Redondo	0,95	2.470,00	760,00	114,00	3.344,00
208	Praia Grande	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
209	Presidente Castello Branco	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
210	Presidente Getúlio	1,05	2.730,00	840,00	126,00	3.696,00
211	Presidente Nereu	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
212	Princesa	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
213	Quilombo	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
214	Rancho Queimado	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
215	Rio das Antas	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
216	Rio do Campo	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
217	Rio do Oeste	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
218	Rio do Sul	2,10	5.460,00	1.680,00	252,00	7.392,00
219	Rio dos Cedros	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
220	Rio Fortuna	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
221	Rio Negrinho	1,55	4.030,00	1.240,00	186,00	5.456,00
222	Rio Rufino	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
223	Riqueza	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
224	Rodeio	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
225	Romelândia	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
226	Salete	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
227	Saltinho	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
228	Salto Veloso	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00

229	Sangão	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
230	Santa Cecília	0,95	2.470,00	760,00	114,00	3.344,00
231	Santa Helena	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
232	Santa Rosa de Lima	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
233	Santa Rosa do Sul	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
234	Santa Terezinha	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
235	Santa Terezinha do Progresso	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
236	Santiago do Sul	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
237	Santo Amaro da Imperatriz	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
238	São Bento do Sul	2,30	5.980,00	1.840,00	276,00	8.096,00
239	São Bernardino	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
240	São Bonifácio	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
241	São Carlos	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
242	São Cristovão do Sul	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
243	São Domingos	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
244	São Francisco do Sul	1,90	4.940,00	1.520,00	228,00	6.688,00
245	São João Batista	1,45	3.770,00	1.160,00	174,00	5.104,00
246	São João do Itaperiú	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
247	São João do Oeste	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
248	São João do Sul	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
249	São Joaquim	1,25	3.250,00	1.000,00	150,00	4.400,00
250	São José	3,00	7.800,00	2.400,00	360,00	10.560,00
251	São José do Cedro	0,95	2.470,00	760,00	114,00	3.344,00
252	São José do Cerrito	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
253	São Lourenço do Oeste	1,25	3.250,00	1.000,00	150,00	4.400,00
254	São Ludgero	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
255	São Martinho	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
256	São Miguel da Boa Vista	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
257	São Miguel do Oeste	1,55	4.030,00	1.240,00	186,00	5.456,00
258	São Pedro de Alcântara	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
259	Saudades	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
260	Schroeder	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
261	Seara	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
262	Serra Alta	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
263	Siderópolis	0,95	2.470,00	760,00	114,00	3.344,00
264	Sombrio	1,25	3.250,00	1.000,00	150,00	4.400,00
265	Sul Brasil	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
266	Taió	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
267	Tangará	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
268	Tigrinhos	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
269	Tijucas	1,45	3.770,00	1.160,00	174,00	5.104,00
270	Timbé do Sul	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
271	Timbó	1,55	4.030,00	1.240,00	186,00	5.456,00
272	Timbó Grande	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
273	Três Barras	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
274	Treviso	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
275	Treze de Maio	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
276	Treze Tilias	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
277	Trombudo Central	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
278	Tubarão	2,35	6.110,00	1.880,00	282,00	8.272,00
279	Tunápolis	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
280	Turvo	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
281	União do Oeste	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
282	Urubici	0,85	2.210,00	680,00	102,00	2.992,00
283	Urupema	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
284	Urussanga	1,15	2.990,00	920,00	138,00	4.048,00
285	Vargeão	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
286	Vargem	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
287	Vargem Bonita	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
288	Vidal Ramos	0,75	1.950,00	600,00	90,00	2.640,00
289	Videira	1,85	4.810,00	1.480,00	222,00	6.512,00
290	Vitor Meireles	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
291	Witmarsum	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
292	Xanxerê	1,65	4.290,00	1.320,00	198,00	5.808,00
293	Xavantina	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00
294	Xaxim	1,35	3.510,00	1.080,00	162,00	4.752,00
295	Zortéa	0,65	1.690,00	520,00	78,00	2.288,00



PROGRAMA INTEGRADO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE - PROAMA

RATEIO FIXO MENSAL/2017

Cota-Parte	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos	3.1.71.70	3.3.71.70	4.4.71.70	VALOR RATEIO
		1.100,00	460,00	112,00	1.672,00

CÓDIGO	MUNICÍPIO	ÍNDICE RATEIO	3.1.71.70	3.3.71.70	4.4.71.70	VALOR RATEIO
1	Abdon Batista	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
2	Abelardo Luz	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
3	Agrolândia	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
4	Agronômica	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
5	Água Doce	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
6	Águas de Chapecó	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
7	Águas Frias	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
8	Águas Mornas	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
9	Alfredo Wagner	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
10	Alto Bela Vista	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
11	Anchieta	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
12	Angelina	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
13	Anita Garibaldi	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
14	Anitápolis	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
15	Antônio Carlos	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
16	Apiúna	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
17	Araribá	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
18	Araquari	1,45	1.595,00	667,00	162,40	2.424,40
19	Araranguá	1,85	2.035,00	851,00	207,20	3.093,20
20	Armazém	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
21	Arroio Trinta	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
22	Arvoredo	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
23	Ascurra	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
24	Atalanta	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
25	Aurora	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
26	Balneário Arroio do Silva	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
27	Balneário Barra do Sul	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
28	Balneário Camboriú	2,80	3.080,00	1.288,00	313,60	4.681,60
29	Balneário Gaivota	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
30	Balneário Piçarras	1,25	1.375,00	575,00	140,00	2.090,00
31	Balneário Rincão	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
32	Bandeirante	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
33	Barra Bonita	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
34	Barra Velha	1,35	1.485,00	621,00	151,20	2.257,20
35	Bela Vista do Toldo	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
36	Belmonte	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
37	Benedito Novo	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
38	Biguçu	1,95	2.145,00	897,00	218,40	3.260,40
39	Blumenau	3,30	3.630,00	1.518,00	369,60	5.517,60
40	Bocaina do Sul	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
41	Bom Jardim da Serra	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
42	Bom Jesus	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
43	Bom Jesus do Oeste	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
44	Bom Retiro	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
45	Bombinhas	1,25	1.375,00	575,00	140,00	2.090,00
46	Botuverá	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
47	Braço do Norte	1,45	1.595,00	667,00	162,40	2.424,40
48	Braço do Trombudo	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
49	Brunópolis	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
50	Brusque	2,60	2.860,00	1.196,00	291,20	4.347,20
51	Caçador	2,05	2.255,00	943,00	229,60	3.427,60
52	Caibi	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
53	Calmon	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
54	Camboriú	2,05	2.255,00	943,00	229,60	3.427,60
55	Campo Alegre	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
56	Campo Belo do Sul	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
57	Campo Erê	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
58	Campos Novos	1,45	1.595,00	667,00	162,40	2.424,40
59	Canelinha	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
60	Canoinhas	1,75	1.925,00	805,00	196,00	2.926,00
61	Capão Alto	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
62	Capinzal	1,25	1.375,00	575,00	140,00	2.090,00
63	Capivari de Baixo	1,35	1.485,00	621,00	151,20	2.257,20
64	Catanduvas	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
65	Caxambu do Sul	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
66	Celso Ramos	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
67	Cerro Negro	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
68	Chapadão do Lageado	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
69	Chapecó	3,00	3.300,00	1.380,00	336,00	5.016,00
70	Cocal do Sul	1,05	1.155,00	483,00	117,60	1.755,60

71	Concórdia	2,20	2.420,00	1.012,00	246,40	3.678,40
72	Cordilheira Alta	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
73	Coronel Freitas	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
74	Coronel Martins	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
75	Correia Pinto	1,05	1.155,00	483,00	117,60	1.755,60
76	Corupá	0,95	1.045,00	437,00	106,40	1.588,40
77	Criciúma	3,00	3.300,00	1.380,00	336,00	5.016,00
78	Cunha Porã	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
79	Cunhataí	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
80	Curitibanos	1,55	1.705,00	713,00	173,60	2.591,60
81	Descanso	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
82	Dionísio Cerqueira	0,95	1.045,00	437,00	106,40	1.588,40
83	Dona Emma	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
84	Doutor Pedrinho	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
85	Entre Rios	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
86	Ermo	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
87	Erval Velho	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
88	Faxinal dos Guedes	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
89	Flor do Sertão	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
90	Florianópolis	3,30	3.630,00	1.518,00	369,60	5.517,60
91	Formosa do Sul	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
92	Forquilha	1,35	1.485,00	621,00	151,20	2.257,20
93	Fraiburgo	1,45	1.595,00	667,00	162,40	2.424,40
94	Frei Rogério	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
95	Galvão	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
96	Garopaba	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
97	Garuva	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
98	Gaspar	1,95	2.145,00	897,00	218,40	3.260,40
99	Governador Celso Ramos	1,05	1.155,00	483,00	117,60	1.755,60
100	Grão Pará	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
101	Gravatal	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
102	Guabiruba	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
103	Guaraciaba	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
104	Guaramirim	1,55	1.705,00	713,00	173,60	2.591,60
105	Guarujá do Sul	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
106	Guatambú	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
107	Herval d'Oeste	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
108	Ibiam	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
109	Ibicare	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
110	Ibirama	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
111	Içara	1,75	1.925,00	805,00	196,00	2.926,00
112	Ilhota	0,95	1.045,00	437,00	106,40	1.588,40
113	Imaruí	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
114	Imbituba	1,55	1.705,00	713,00	173,60	2.591,60
115	Imbuia	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
116	Indaial	1,95	2.145,00	897,00	218,40	3.260,40
117	Iomerê	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
118	Ipira	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
119	Iporã do Oeste	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
120	Ipuacu	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
121	Ipumirim	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
122	Iraceminha	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
123	Irani	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
124	Irati	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
125	Irineópolis	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
126	Itá	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
127	Itaiópolis	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
128	Itajaí	3,30	3.630,00	1.518,00	369,60	5.517,60
129	Itapema	1,85	2.035,00	851,00	207,20	3.093,20
130	Itapiranga	1,05	1.155,00	483,00	117,60	1.755,60
131	Itapoá	1,25	1.375,00	575,00	140,00	2.090,00
132	Ituporanga	1,25	1.375,00	575,00	140,00	2.090,00
133	Jaborá	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
134	Jacinto Machado	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
135	Jaguaruna	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
136	Jaraguá do Sul	3,10	3.410,00	1.426,00	347,20	5.183,20
137	Jardinópolis	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
138	Joaçaba	1,35	1.485,00	621,00	151,20	2.257,20
139	Joinville	3,30	3.630,00	1.518,00	369,60	5.517,60
140	José Boiteux	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
141	Jupia	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
142	Lacerdópolis	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
143	Lages	3,00	3.300,00	1.380,00	336,00	5.016,00
144	Laguna	1,65	1.815,00	759,00	184,80	2.758,80
145	Lajeado Grande	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
146	Laurentino	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
147	Lauro Muller	0,95	1.045,00	437,00	106,40	1.588,40
148	Lebon Régis	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
149	Leoberto Leal	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80

150	Lindóia do Sul	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
151	Lontras	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
152	Luiz Alves	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
153	Luzerna	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
154	Macieira	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
155	Mafra	1,75	1.925,00	805,00	196,00	2.926,00
156	Major Gercino	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
157	Major Vieira	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
158	Maracajá	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
159	Maravilha	1,35	1.485,00	621,00	151,20	2.257,20
160	Marema	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
161	Massaranduba	1,05	1.155,00	483,00	117,60	1.755,60
162	Matos Costa	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
163	Meleiro	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
164	Mirim Doce	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
165	Modelo	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
166	Mondai	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
167	Monte Carlo	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
168	Monte Castelo	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
169	Morro da Fumaça	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
170	Morro Grande	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
171	Navegantes	2,20	2.420,00	1.012,00	246,40	3.678,40
172	Nova Erechim	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
173	Nova Itaberaba	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
174	Nova Trento	0,95	1.045,00	437,00	106,40	1.588,40
175	Nova Veneza	0,95	1.045,00	437,00	106,40	1.588,40
176	Novo Horizonte	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
177	Orleans	1,25	1.375,00	575,00	140,00	2.090,00
178	Otacílio Costa	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
179	Ouro	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
180	Ouro Verde	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
181	Paial	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
182	Painel	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
183	Palhoça	2,90	3.190,00	1.334,00	324,80	4.848,80
184	Palma Sola	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
185	Palmeira	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
186	Palmitos	0,95	1.045,00	437,00	106,40	1.588,40
187	Papanduva	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
188	Paraíso	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
189	Passo de Torres	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
190	Passos Maia	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
191	Paulo Lopes	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
192	Pedras Grandes	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
193	Penha	1,35	1.485,00	621,00	151,20	2.257,20
194	Peritiba	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
195	Pescaria Brava	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
196	Petrolândia	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
197	Pinhalzinho	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
198	Pinheiro Preto	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
199	Piratuba	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
200	Planalto Alegre	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
201	Pomerode	1,45	1.595,00	667,00	162,40	2.424,40
202	Ponte Alta	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
203	Ponte Alta do Norte	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
204	Ponte Serrada	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
205	Porto Belo	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
206	Porto União	1,45	1.595,00	667,00	162,40	2.424,40
207	Pouso Redondo	0,95	1.045,00	437,00	106,40	1.588,40
208	Praia Grande	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
209	Presidente Castello Branco	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
210	Presidente Getúlio	1,05	1.155,00	483,00	117,60	1.755,60
211	Presidente Nereu	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
212	Princesa	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
213	Quilombo	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
214	Rancho Queimado	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
215	Rio das Antas	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
216	Rio do Campo	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
217	Rio do Oeste	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
218	Rio do Sul	2,10	2.310,00	966,00	235,20	3.511,20
219	Rio dos Cedros	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
220	Rio Fortuna	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
221	Rio Negrinho	1,55	1.705,00	713,00	173,60	2.591,60
222	Rio Rufino	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
223	Riqueza	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
224	Rodeio	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
225	Romelândia	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
226	Salete	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
227	Saltinho	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
228	Salto Veloso	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80

229	Sangão	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
230	Santa Cecília	0,95	1.045,00	437,00	106,40	1.588,40
231	Santa Helena	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
232	Santa Rosa de Lima	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
233	Santa Rosa do Sul	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
234	Santa Terezinha	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
235	Santa Terezinha do Progresso	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
236	Santiago do Sul	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
237	Santo Amaro da Imperatriz	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
238	São Bento do Sul	2,30	2.530,00	1.058,00	257,60	3.845,60
239	São Bernardino	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
240	São Bonifácio	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
241	São Carlos	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
242	São Cristovão do Sul	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
243	São Domingos	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
244	São Francisco do Sul	1,90	2.090,00	874,00	212,80	3.176,80
245	São João Batista	1,45	1.595,00	667,00	162,40	2.424,40
246	São João do Itaperiú	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
247	São João do Oeste	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
248	São João do Sul	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
249	São Joaquim	1,25	1.375,00	575,00	140,00	2.090,00
250	São José	3,00	3.300,00	1.380,00	336,00	5.016,00
251	São José do Cedro	0,95	1.045,00	437,00	106,40	1.588,40
252	São José do Cerrito	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
253	São Lourenço do Oeste	1,25	1.375,00	575,00	140,00	2.090,00
254	São Ludgero	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
255	São Martinho	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
256	São Miguel da Boa Vista	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
257	São Miguel do Oeste	1,55	1.705,00	713,00	173,60	2.591,60
258	São Pedro de Alcântara	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
259	Saudades	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
260	Schroeder	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
261	Seara	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
262	Serra Alta	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
263	Siderópolis	0,95	1.045,00	437,00	106,40	1.588,40
264	Sombrio	1,25	1.375,00	575,00	140,00	2.090,00
265	Sul Brasil	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
266	Taió	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
267	Tangará	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
268	Tigrinhos	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
269	Tijucas	1,45	1.595,00	667,00	162,40	2.424,40
270	Timbé do Sul	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
271	Timbó	1,55	1.705,00	713,00	173,60	2.591,60
272	Timbó Grande	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
273	Três Barras	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
274	Treviso	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
275	Treze de Maio	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
276	Treze Tilias	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
277	Trombudo Central	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
278	Tubarão	2,35	2.585,00	1.081,00	263,20	3.929,20
279	Tunápolis	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
280	Turvo	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
281	União do Oeste	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
282	Urubici	0,85	935,00	391,00	95,20	1.421,20
283	Urupema	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
284	Urussanga	1,15	1.265,00	529,00	128,80	1.922,80
285	Vargeão	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
286	Vargem	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
287	Vargem Bonita	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
288	Vidal Ramos	0,75	825,00	345,00	84,00	1.254,00
289	Videira	1,85	2.035,00	851,00	207,20	3.093,20
290	Vitor Meireles	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
291	Witmarsum	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
292	Xanxerê	1,65	1.815,00	759,00	184,80	2.758,80
293	Xavantina	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80
294	Xaxim	1,35	1.485,00	621,00	151,20	2.257,20
295	Zortéa	0,65	715,00	299,00	72,80	1.086,80



PROGRAMA INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS - PROHIDRO

Quantidade de Poços: 100 poços
 Período de Execução: 24 meses
 Perfuração: 25.000 metros

RATEIO FIXO PARA PERFURAÇÃO POÇOS TUBULARES PROFUNDO/2017

Despesas Fixas	Cód. Despesa	Valor Por Poço R\$
Despesas Pessoal	3.1.71.70	4.400,00
Despesas Correntes	3.3.71.70	2.970,00
Despesas Capital	4.4.71.70	1.430,00
Total		8.800,00

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PERFURAÇÃO POÇOS TUBULARES PROFUNDO/2017

Serviços (3.3.93.39)	Unidade	Valor R\$
a) Transporte de equipamentos, materiais e equipe p/ perfuração de poços (ida e volta)	Km	22,00
b) Serviços de Perfuração em 6" até 100 metros	Metro	8,80
c) Serviços de Perfuração em 6" acima de 100 até 300 metros	Metro	11,00
d) Serviços de Perfuração em 6" acima de 300 até 500 metros	Metro	13,20
e) Serviços de Perfuração em 8" até 100 metros	Metro	13,20
f) Serviços de Perfuração em 8" acima de 100 até 300 metros	Metro	16,50
g) Serviços de Perfuração em 8" acima de 300 até 500 metros	Metro	19,80
h) Selo Sanitário/Cimentação	Serv.	220,00

MATERIAIS E SERVIÇOS UTILIZADOS NA PERFURAÇÃO POÇOS TUBULARES PROFUNDO

Material (3.3.93.30) e Serviços (3.3.93.39)	Unidade	Valor R\$
a) Serviços de Geólogo (Projeto, Autorização e Execução)	Serviços	Valor Contratado
b) Revestimento em tubo geomecânico standard 6"	Metros	Valor Contratado
c) Revestimento em tubo geomecânico standard 8"	Metros	Valor Contratado
d) Revestimento em tubo de aço carbono (preto) 6"	Metros	Valor Contratado
e) Revestimento em tubo de aço carbono (preto) 8"	Metros	Valor Contratado
f) Óleo Diesel	Litros	Valor Contratado
g) Fluido de perfuração para limpeza e desinfecção	Litros	Valor Contratado
h) Teste de vazão	Serviços	Valor Contratado
i) Análise da água	Serviços	Valor Contratado
j) Relatório final, documentação fotográfica e outorga	Serviços	Valor Contratado
k) Locação de Compressor (para poços acima de 300 metros)	Serviços	Valor Contratado
l) Outros materiais utilizados	Unidade	Valor Contratado
m) Outros serviços utilizados	Serviços	Valor Contratado
n) Materiais utilizados para instalação	Unidade	Valor Contratado
o) Serviços utilizados para instalação	Serviços	Valor Contratado



**TABELA DE VALORES PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL
EM ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA
INTEGRADO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE – PROAMA, PARA O
EXERCÍCIO DE 2017**

CÓDIGO	MUNICÍPIO	3.3.93.39
1	Abdon Batista	21.840,00
2	Abelardo Luz	38.640,00
3	Agrolândia	28.560,00
4	Agronômica	21.840,00
5	Água Doce	25.200,00
6	Águas de Chapecó	21.840,00
7	Águas Frias	21.840,00
8	Águas Mornas	21.840,00
9	Alfredo Wagner	25.200,00
10	Alto Bela Vista	21.840,00
11	Anchieta	21.840,00
12	Angelina	21.840,00
13	Anita Garibaldi	25.200,00
14	Anitápolis	21.840,00
15	Antônio Carlos	25.200,00
16	Apiúna	28.560,00
17	Arabutã	21.840,00
18	Araquari	48.720,00
19	Araranguá	62.160,00
20	Armazém	21.840,00
21	Arroio Trinta	21.840,00
22	Arvoredo	21.840,00
23	Ascurra	21.840,00
24	Atalanta	21.840,00
25	Aurora	21.840,00
26	Balneário Arroio do Silva	28.560,00
27	Balneário Barra do Sul	25.200,00
28	Balneário Camboriú	94.080,00
29	Balneário Gaivota	25.200,00
30	Balneário Piçarras	42.000,00
31	Balneário Rincão	28.560,00
32	Bandeirante	21.840,00
33	Barra Bonita	21.840,00
34	Barra Velha	45.360,00
35	Bela Vista do Toldo	21.840,00
36	Belmonte	21.840,00
37	Benedito Novo	28.560,00
38	Biguaçu	65.520,00
39	Blumenau	110.880,00
40	Bocaina do Sul	21.840,00
41	Bom Jardim da Serra	21.840,00
42	Bom Jesus	21.840,00
43	Bom Jesus do Oeste	21.840,00
44	Bom Retiro	21.840,00
45	Bombinhas	42.000,00
46	Botuverá	21.840,00
47	Braço do Norte	48.720,00

48	Braço do Trombudo	21.840,00
49	Brunópolis	21.840,00
50	Brusque	87.360,00
51	Caçador	68.880,00
52	Caibi	21.840,00
53	Calmon	21.840,00
54	Camboriú	68.880,00
55	Campo Alegre	28.560,00
56	Campo Belo do Sul	21.840,00
57	Campo Erê	25.200,00
58	Campos Novos	48.720,00
59	Canelinha	28.560,00
60	Canoinhas	58.800,00
61	Capão Alto	21.840,00
62	Capinzal	42.000,00
63	Capivari de Baixo	45.360,00
64	Catanduvas	28.560,00
65	Caxambu do Sul	21.840,00
66	Celso Ramos	21.840,00
67	Cerro Negro	21.840,00
68	Chapadão do Lageado	21.840,00
69	Chapecó	100.800,00
70	Cocal do Sul	35.280,00
71	Concórdia	73.920,00
72	Cordilheira Alta	21.840,00
73	Coronel Freitas	25.200,00
74	Coronel Martins	21.840,00
75	Correia Pinto	35.280,00
76	Corupá	31.920,00
77	Criciúma	100.800,00
78	Cunha Porã	28.560,00
79	Cunhataí	21.840,00
80	Curitibanos	52.080,00
81	Descanso	25.200,00
82	Dionísio Cerqueira	31.920,00
83	Dona Emma	21.840,00
84	Doutor Pedrinho	21.840,00
85	Entre Rios	21.840,00
86	Ermo	21.840,00
87	Erval Velho	21.840,00
88	Faxinal dos Guedes	28.560,00
89	Flor do Sertão	21.840,00
90	Florianópolis	110.880,00
91	Formosa do Sul	21.840,00
92	Forquilha	45.360,00
93	Fraiburgo	48.720,00
94	Frei Rogério	21.840,00
95	Galvão	21.840,00
96	Garopaba	38.640,00
97	Garuva	38.640,00
98	Gaspar	65.520,00
99	Governador Celso Ramos	35.280,00
100	Grão Pará	21.840,00
101	Gravatal	28.560,00
102	Guabiruba	38.640,00
103	Guaraciaba	28.560,00
104	Guaramirim	52.080,00
105	Guarujá do Sul	21.840,00

106	Guatambú	21.840,00
107	Herval d'Oeste	38.640,00
108	Ibiam	21.840,00
109	Ibicaré	21.840,00
110	Ibirama	38.640,00
111	Içara	58.800,00
112	Ilhota	31.920,00
113	Imaruí	28.560,00
114	Imbituba	52.080,00
115	Imbuia	21.840,00
116	Indaial	65.520,00
117	Iomerê	21.840,00
118	Ipira	21.840,00
119	Iporã do Oeste	25.200,00
120	Ipuacu	25.200,00
121	Ipumirim	25.200,00
122	Iraceminha	21.840,00
123	Irani	28.560,00
124	Irati	21.840,00
125	Irineópolis	28.560,00
126	Itá	25.200,00
127	Itaiópolis	38.640,00
128	Itajaí	110.880,00
129	Itapema	62.160,00
130	Itapiranga	35.280,00
131	Itapoá	42.000,00
132	Ituporanga	42.000,00
133	Jaborá	21.840,00
134	Jacinto Machado	28.560,00
135	Jaguaruna	38.640,00
136	Jaraguá do Sul	104.160,00
137	Jardinópolis	21.840,00
138	Joaçaba	45.360,00
139	Joinville	110.880,00
140	José Boiteux	21.840,00
141	Jupia	21.840,00
142	Lacerdópolis	21.840,00
143	Lages	100.800,00
144	Laguna	55.440,00
145	Lajeado Grande	21.840,00
146	Laurentino	21.840,00
147	Lauro Muller	31.920,00
148	Lebon Régis	28.560,00
149	Leoberto Leal	21.840,00
150	Lindóia do Sul	21.840,00
151	Lontras	28.560,00
152	Luiz Alves	28.560,00
153	Luzerna	21.840,00
154	Macieira	21.840,00
155	Mafra	58.800,00
156	Major Gercino	21.840,00
157	Major Vieira	21.840,00
158	Maracajá	21.840,00
159	Maravilha	45.360,00
160	Marema	21.840,00
161	Massaranduba	35.280,00
162	Matos Costa	21.840,00
163	Meleiro	25.200,00

164	Mirim Doce	21.840,00
165	Modelo	21.840,00
166	Mondaí	28.560,00
167	Monte Carlo	25.200,00
168	Monte Castelo	21.840,00
169	Morro da Fumaça	38.640,00
170	Morro Grande	21.840,00
171	Navegantes	73.920,00
172	Nova Erechim	21.840,00
173	Nova Itaberaba	21.840,00
174	Nova Trento	31.920,00
175	Nova Veneza	31.920,00
176	Novo Horizonte	21.840,00
177	Orleans	42.000,00
178	Otacílio Costa	38.640,00
179	Ouro	21.840,00
180	Ouro Verde	21.840,00
181	Paial	21.840,00
182	Painel	21.840,00
183	Palhoça	97.440,00
184	Palma Sola	25.200,00
185	Palmeira	21.840,00
186	Palmitos	31.920,00
187	Papanduva	38.640,00
188	Paraíso	21.840,00
189	Passo de Torres	21.840,00
190	Passos Maia	21.840,00
191	Paulo Lopes	21.840,00
192	Pedras Grandes	21.840,00
193	Penha	45.360,00
194	Peritiba	21.840,00
195	Pescaria Brava	21.840,00
196	Petrolândia	21.840,00
197	Pinhalzinho	38.640,00
198	Pinheiro Preto	21.840,00
199	Piratuba	25.200,00
200	Planalto Alegre	21.840,00
201	Pomerode	48.720,00
202	Ponte Alta	21.840,00
203	Ponte Alta do Norte	21.840,00
204	Ponte Serrada	28.560,00
205	Porto Belo	38.640,00
206	Porto União	48.720,00
207	Pouso Redondo	31.920,00
208	Praia Grande	21.840,00
209	Presidente Castello Branco	21.840,00
210	Presidente Getúlio	35.280,00
211	Presidente Nereu	21.840,00
212	Princesa	21.840,00
213	Quilombo	25.200,00
214	Rancho Queimado	21.840,00
215	Rio das Antas	25.200,00
216	Rio do Campo	21.840,00
217	Rio do Oeste	21.840,00
218	Rio do Sul	70.560,00
219	Rio dos Cedros	28.560,00
220	Rio Fortuna	21.840,00
221	Rio Negrinho	52.080,00

222	Rio Rufino	21.840,00
223	Riqueza	21.840,00
224	Rodeio	28.560,00
225	Romelândia	21.840,00
226	Salete	21.840,00
227	Saltinho	21.840,00
228	Salto Veloso	21.840,00
229	Sangão	28.560,00
230	Santa Cecília	31.920,00
231	Santa Helena	21.840,00
232	Santa Rosa de Lima	21.840,00
233	Santa Rosa do Sul	21.840,00
234	Santa Terezinha	21.840,00
235	Santa Terezinha do Progresso	21.840,00
236	Santiago do Sul	21.840,00
237	Santo Amaro da Imperatriz	38.640,00
238	São Bento do Sul	77.280,00
239	São Bernardino	21.840,00
240	São Bonifácio	21.840,00
241	São Carlos	28.560,00
242	São Cristovão do Sul	21.840,00
243	São Domingos	25.200,00
244	São Francisco do Sul	63.840,00
245	São João Batista	48.720,00
246	São João do Itaperiú	21.840,00
247	São João do Oeste	25.200,00
248	São João do Sul	21.840,00
249	São Joaquim	42.000,00
250	São José	100.800,00
251	São José do Cedro	31.920,00
252	São José do Cerrito	25.200,00
253	São Lourenço do Oeste	42.000,00
254	São Ludgero	28.560,00
255	São Martinho	21.840,00
256	São Miguel da Boa Vista	21.840,00
257	São Miguel do Oeste	52.080,00
258	São Pedro de Alcântara	21.840,00
259	Saudades	25.200,00
260	Schroeder	38.640,00
261	Seara	38.640,00
262	Serra Alta	21.840,00
263	Siderópolis	31.920,00
264	Sombrio	42.000,00
265	Sul Brasil	21.840,00
266	Taió	38.640,00
267	Tangará	25.200,00
268	Tigrinhos	21.840,00
269	Tijucas	48.720,00
270	Timbé do Sul	21.840,00
271	Timbó	52.080,00
272	Timbó Grande	25.200,00
273	Três Barras	38.640,00
274	Treviso	25.200,00
275	Treze de Maio	21.840,00
276	Treze Tilias	25.200,00
277	Trombudo Central	25.200,00
278	Tubarão	78.960,00
279	Tunápolis	21.840,00

280	Turvo	28.560,00
281	União do Oeste	21.840,00
282	Urubici	28.560,00
283	Urupema	21.840,00
284	Urussanga	38.640,00
285	Vargeão	21.840,00
286	Vargem	21.840,00
287	Vargem Bonita	25.200,00
288	Vidal Ramos	25.200,00
289	Videira	62.160,00
290	Vitor Meireles	21.840,00
291	Witmarsum	21.840,00
292	Xanxerê	55.440,00
293	Xavantina	21.840,00
294	Xaxim	45.360,00
295	Zortéa	21.840,00



**TABELA DE VALORES PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL
EM ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS DOS MUNICÍPIOS NÃO PARTICIPANTES DO PROAMA,
PARA O EXERCÍCIO DE 2017**

CÓDIGO	MUNICÍPIO	3.3.93.39
1	Abdon Batista	29.640,00
2	Abelardo Luz	52.440,00
3	Agrolândia	38.760,00
4	Agronômica	29.640,00
5	Água Doce	34.200,00
6	Águas de Chapecó	29.640,00
7	Águas Frias	29.640,00
8	Águas Mornas	29.640,00
9	Alfredo Wagner	34.200,00
10	Alto Bela Vista	29.640,00
11	Anchieta	29.640,00
12	Angelina	29.640,00
13	Anita Garibaldi	34.200,00
14	Anitápolis	29.640,00
15	Antônio Carlos	34.200,00
16	Apiúna	38.760,00
17	Arabutã	29.640,00
18	Araquari	66.120,00
19	Araranguá	84.360,00
20	Armazém	29.640,00
21	Arroio Trinta	29.640,00
22	Arvoredo	29.640,00
23	Ascurra	29.640,00
24	Atalanta	29.640,00
25	Aurora	29.640,00
26	Balneário Arroio do Silva	38.760,00
27	Balneário Barra do Sul	34.200,00
28	Balneário Camboriú	127.680,00
29	Balneário Gaivota	34.200,00
30	Balneário Piçarras	57.000,00
31	Balneário Rincão	38.760,00
32	Bandeirante	29.640,00
33	Barra Bonita	29.640,00
34	Barra Velha	61.560,00
35	Bela Vista do Toldo	29.640,00
36	Belmonte	29.640,00
37	Benedito Novo	38.760,00
38	Biguaçu	88.920,00
39	Blumenau	150.480,00
40	Bocaina do Sul	29.640,00
41	Bom Jardim da Serra	29.640,00
42	Bom Jesus	29.640,00
43	Bom Jesus do Oeste	29.640,00
44	Bom Retiro	29.640,00
45	Bombinhas	57.000,00
46	Botuverá	29.640,00
47	Braço do Norte	66.120,00
48	Braço do Trombudo	29.640,00

49	Brunópolis	29.640,00
50	Brusque	118.560,00
51	Caçador	93.480,00
52	Caibi	29.640,00
53	Calmon	29.640,00
54	Camboriú	93.480,00
55	Campo Alegre	38.760,00
56	Campo Belo do Sul	29.640,00
57	Campo Erê	34.200,00
58	Campos Novos	66.120,00
59	Canelinha	38.760,00
60	Canoinhas	79.800,00
61	Capão Alto	29.640,00
62	Capinzal	57.000,00
63	Capivari de Baixo	61.560,00
64	Catanduvas	38.760,00
65	Caxambu do Sul	29.640,00
66	Celso Ramos	29.640,00
67	Cerro Negro	29.640,00
68	Chapadão do Lageado	29.640,00
69	Chapecó	136.800,00
70	Cocal do Sul	47.880,00
71	Concórdia	100.320,00
72	Cordilheira Alta	29.640,00
73	Coronel Freitas	34.200,00
74	Coronel Martins	29.640,00
75	Correia Pinto	47.880,00
76	Corupá	43.320,00
77	Criciúma	136.800,00
78	Cunha Porã	38.760,00
79	Cunhataí	29.640,00
80	Curitibanos	70.680,00
81	Descanso	34.200,00
82	Dionísio Cerqueira	43.320,00
83	Dona Emma	29.640,00
84	Doutor Pedrinho	29.640,00
85	Entre Rios	29.640,00
86	Ermo	29.640,00
87	Erval Velho	29.640,00
88	Faxinal dos Guedes	38.760,00
89	Flor do Sertão	29.640,00
90	Florianópolis	150.480,00
91	Formosa do Sul	29.640,00
92	Forquilha	61.560,00
93	Fraiburgo	66.120,00
94	Frei Rogério	29.640,00
95	Galvão	29.640,00
96	Garopaba	52.440,00
97	Garuva	52.440,00
98	Gaspar	88.920,00
99	Governador Celso Ramos	47.880,00
100	Grão Pará	29.640,00
101	Gravatal	38.760,00
102	Guabiruba	52.440,00
103	Guaraciaba	38.760,00
104	Guaramirim	70.680,00
105	Guarujá do Sul	29.640,00
106	Guatambú	29.640,00

107	Herval d'Oeste	52.440,00
108	Ibiam	29.640,00
109	Ibicaré	29.640,00
110	Ibirama	52.440,00
111	Içara	79.800,00
112	Ilhota	43.320,00
113	Imaruí	38.760,00
114	Imbituba	70.680,00
115	Imbuia	29.640,00
116	Indaial	88.920,00
117	Iomerê	29.640,00
118	Ipira	29.640,00
119	Iporã do Oeste	34.200,00
120	Ipuacu	34.200,00
121	Ipumirim	34.200,00
122	Iraceminha	29.640,00
123	Irani	38.760,00
124	Irati	29.640,00
125	Irineópolis	38.760,00
126	Itá	34.200,00
127	Itaiópolis	52.440,00
128	Itajaí	150.480,00
129	Itapema	84.360,00
130	Itapiranga	47.880,00
131	Itapoá	57.000,00
132	Ituporanga	57.000,00
133	Jaborá	29.640,00
134	Jacinto Machado	38.760,00
135	Jaguaruna	52.440,00
136	Jaraguá do Sul	141.360,00
137	Jardinópolis	29.640,00
138	Joaçaba	61.560,00
139	Joinville	150.480,00
140	José Boiteux	29.640,00
141	Jupiá	29.640,00
142	Lacerdópolis	29.640,00
143	Lages	136.800,00
144	Laguna	75.240,00
145	Lajeado Grande	29.640,00
146	Laurentino	29.640,00
147	Lauro Muller	43.320,00
148	Lebon Régis	38.760,00
149	Leoberto Leal	29.640,00
150	Lindóia do Sul	29.640,00
151	Lontras	38.760,00
152	Luiz Alves	38.760,00
153	Luzerna	29.640,00
154	Macieira	29.640,00
155	Mafra	79.800,00
156	Major Gercino	29.640,00
157	Major Vieira	29.640,00
158	Maracajá	29.640,00
159	Maravilha	61.560,00
160	Marema	29.640,00
161	Massaranduba	47.880,00
162	Matos Costa	29.640,00
163	Meleiro	34.200,00
164	Mirim Doce	29.640,00

165	Modelo	29.640,00
166	Mondaí	38.760,00
167	Monte Carlo	34.200,00
168	Monte Castelo	29.640,00
169	Morro da Fumaça	52.440,00
170	Morro Grande	29.640,00
171	Navegantes	100.320,00
172	Nova Erechim	29.640,00
173	Nova Itaberaba	29.640,00
174	Nova Trento	43.320,00
175	Nova Veneza	43.320,00
176	Novo Horizonte	29.640,00
177	Orleans	57.000,00
178	Otacílio Costa	52.440,00
179	Ouro	29.640,00
180	Ouro Verde	29.640,00
181	Paial	29.640,00
182	Painel	29.640,00
183	Palhoça	132.240,00
184	Palma Sola	34.200,00
185	Palmeira	29.640,00
186	Palmitos	43.320,00
187	Papanduva	52.440,00
188	Paraíso	29.640,00
189	Passo de Torres	29.640,00
190	Passos Maia	29.640,00
191	Paulo Lopes	29.640,00
192	Pedras Grandes	29.640,00
193	Penha	61.560,00
194	Peritiba	29.640,00
195	Pescaria Brava	29.640,00
196	Petrolândia	29.640,00
197	Pinhalzinho	52.440,00
198	Pinheiro Preto	29.640,00
199	Piratuba	34.200,00
200	Planalto Alegre	29.640,00
201	Pomerode	66.120,00
202	Ponte Alta	29.640,00
203	Ponte Alta do Norte	29.640,00
204	Ponte Serrada	38.760,00
205	Porto Belo	52.440,00
206	Porto União	66.120,00
207	Pouso Redondo	43.320,00
208	Praia Grande	29.640,00
209	Presidente Castello Branco	29.640,00
210	Presidente Getúlio	47.880,00
211	Presidente Nereu	29.640,00
212	Princesa	29.640,00
213	Quilombo	34.200,00
214	Rancho Queimado	29.640,00
215	Rio das Antas	34.200,00
216	Rio do Campo	29.640,00
217	Rio do Oeste	29.640,00
218	Rio do Sul	95.760,00
219	Rio dos Cedros	38.760,00
220	Rio Fortuna	29.640,00
221	Rio Negrinho	70.680,00
222	Rio Rufino	29.640,00

223	Riqueza	29.640,00
224	Rodeio	38.760,00
225	Romelândia	29.640,00
226	Salete	29.640,00
227	Saltinho	29.640,00
228	Salto Veloso	29.640,00
229	Sangão	38.760,00
230	Santa Cecília	43.320,00
231	Santa Helena	29.640,00
232	Santa Rosa de Lima	29.640,00
233	Santa Rosa do Sul	29.640,00
234	Santa Terezinha	29.640,00
235	Santa Terezinha do Progresso	29.640,00
236	Santiago do Sul	29.640,00
237	Santo Amaro da Imperatriz	52.440,00
238	São Bento do Sul	104.880,00
239	São Bernardino	29.640,00
240	São Bonifácio	29.640,00
241	São Carlos	38.760,00
242	São Cristovão do Sul	29.640,00
243	São Domingos	34.200,00
244	São Francisco do Sul	86.640,00
245	São João Batista	66.120,00
246	São João do Itaperiú	29.640,00
247	São João do Oeste	34.200,00
248	São João do Sul	29.640,00
249	São Joaquim	57.000,00
250	São José	136.800,00
251	São José do Cedro	43.320,00
252	São José do Cerrito	34.200,00
253	São Lourenço do Oeste	57.000,00
254	São Ludgero	38.760,00
255	São Martinho	29.640,00
256	São Miguel da Boa Vista	29.640,00
257	São Miguel do Oeste	70.680,00
258	São Pedro de Alcântara	29.640,00
259	Saudades	34.200,00
260	Schroeder	52.440,00
261	Seara	52.440,00
262	Serra Alta	29.640,00
263	Siderópolis	43.320,00
264	Sombrio	57.000,00
265	Sul Brasil	29.640,00
266	Taió	52.440,00
267	Tangará	34.200,00
268	Tigrinhos	29.640,00
269	Tijucas	66.120,00
270	Timbé do Sul	29.640,00
271	Timbó	70.680,00
272	Timbó Grande	34.200,00
273	Três Barras	52.440,00
274	Treviso	34.200,00
275	Treze de Maio	29.640,00
276	Treze Tilias	34.200,00
277	Trombudo Central	34.200,00
278	Tubarão	107.160,00
279	Tunápolis	29.640,00
280	Turvo	38.760,00

281	União do Oeste	29.640,00
282	Urubici	38.760,00
283	Urupema	29.640,00
284	Urussanga	52.440,00
285	Vargeão	29.640,00
286	Vargem	29.640,00
287	Vargem Bonita	34.200,00
288	Vidal Ramos	34.200,00
289	Videira	84.360,00
290	Vitor Meireles	29.640,00
291	Witmarsum	29.640,00
292	Xanxerê	75.240,00
293	Xavantina	29.640,00
294	Xaxim	61.560,00
295	Zortéa	29.640,00



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRABALHOS AMBIENTAIS E PLANEJAMENTO URBANO

Tabela para Prestação de Serviços de Trabalhos Ambientais e Planejamento Urbano

Serviços (3.3.93.39)	Unidade	Valor R\$
Hora técnica por Profissional para prestação de serviços de trabalhos ambientais e de planejamento urbano.	hora	125,00

O valor da hora previsto na tabela acima terá redução de 20%, quando o município contratante dos serviços participe do Programa Integrado de Ações de Proteção e Gestão do Meio Ambiente – PROAMA e esteja adimplente com o rateio das despesas.

RESOLUÇÃO 0045_2016 COM ANEXOS REFERENTE ORÇAMENTO 2017 CIMCATARINA

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

Resolução nº 0045/2016**Estima Receita e fixa as Despesas do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA para o exercício de 2017.**

A Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, realizada no dia 25 de novembro de 2016, na cidade de Fraiburgo, aprovou e eu, Presidente do CIMCATARINA, publico o Orçamento Anual do CIMCATARINA para o exercício de 2017, em atendimento ao disposto no art. 23, VIII, c, do Contrato do Consórcio.

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento Anual do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA para o exercício de 2017, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 4.370.000,00 (quatro milhões, trezentos e setenta mil reais).

Art. 2º - A Receita será realizada com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	4.254.195,20
Receita Patrimonial.....	R\$	13.500,00
Receita de Serviços.....	R\$	895.500,00
Transferências Correntes	R\$	3.343.195,20
Outras receitas Correntes	R\$	2.000,00
 RECEITAS DE CAPITAL	 R\$	 115.804,80
Transferências de Capital	R\$	63.000,00
 TOTAL	 R\$	 4.370.000,00

Art. 3º - A Receita foi estimada com base na contratos de programa, sendo que os valores foram ajustados conforme as ações previstas para execução no próximo exercício. A Receita está classificada de conformidade com a Portaria Conjunta nº 3, de 14 de outubro de 2008, e suas alterações, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal.

Art. 4º - A Despesa será realizada de conformidade com a Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, classificando-a por Função, Subfunção e Programa e pela Portaria nº 163 de 04 de maio de 2001 e suas alterações.

Art. 5º - A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Resolução, obedecendo a classificação segundo a natureza, distribuída da seguinte maneira.

DESPESAS CORRENTES	R\$	4.128.295,20
Pessoal e Encargos Sociais.....	R\$	1.627.301,20
Outras Despesas Correntes.....	R\$	2.500.994,00



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

DESPESAS DE CAPITAL	R\$	241.704,80
Investimentos.....	R\$	241.704,80
TOTAL	R\$	4.370.000,00

Art. 6º - Fica o Presidente do Consórcio autorizado a remanejar dotações orçamentárias de uma Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, através de resolução.

Art. 7º - O Presidente do consórcio está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 100% (cem por cento) da Receita Estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos:

- I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – A anulação de saldo de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III – O superávit financeiro do exercício anterior;

Art. 8º - Fica o Presidente do Consórcio autorizado a utilizar o Excesso de Arrecadação do exercício para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Resolução.

Art. 9º - Fica o Presidente do Consórcio autorizado a utilizar o Superávit Financeiro do exercício anterior para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Resolução.

Art. 10 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Resolução.

Art. 11 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executada ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso.

Art. 12 - Durante o exercício de 2017 o CIMCATARINA poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Resolução, de acordo com os limites estabelecidos na capacidade de endividamento do Consórcio.



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

Art. 13 - Fica estabelecido o limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício antecedente para pagamento de precatórios e de requisições de pequeno valor.

Art. 14 - Fica o CIMCATARINA autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, sendo que seus efeitos serão produzidos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito de Caçador
Presidente do CIMCATARINA


CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 1 / 2

 Planejamento e Orçamento
 AL1 - Receita(Fonte) Despesa(Função)
 Ano LOA: 2017

Art. 2º, Par 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Receita			Despesa	
Especificação	Fonte	Total	Especificação	Cat. Econômica
Receitas correntes		4.254.195,20	Administração	1.110.316,00
Receita tributária	0,00		Agricultura	4.031,20
Receita de contribuições	0,00		Encargos Especiais	3.000,00
Receita patrimonial	13.500,00		Gestão Ambiental	1.536.652,80
Receita agropecuária	0,00		Urbanismo	1.716.000,00
Receita industrial	0,00			
Receita de serviços	895.500,00			
Transferências correntes	3.343.195,20			
Outras receitas correntes	2.000,00			
Receitas de capital		115.804,80		
Operações de crédito	0,00			
Alienação de bens	0,00			
Amortizações de empréstimos	0,00			
Transferências de capital	115.804,80			
Outras receitas de capital	0,00			
Receitas correntes intra-orçamentárias		0,00		
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00			
Receita de contribuições - intra-orçamentária	0,00			
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00			
Receita agropecuária - operações intra-orçamentárias	0,00			
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00			
Receita de serviços - intra-orçamentária	0,00			
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00			
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00			
Receitas de capital intra-orçamentárias		0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentárias	0,00			
Alienação de bens	0,00			
Amortização de empréstimos	0,00			
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00			
Outras receitas capital	0,00			
(r) Deduções da receita corrente	0,00			
(r) Receita tributária	0,00			
(r) Receita de contribuições	0,00			
(r) Receita patrimonial	0,00			
(r) Receita agropecuária	0,00			
(r) Receita industrial	0,00			
(r) Receita de serviços	0,00			
(r) Dedução da receita de transferências	0,00			
(r) Outras receitas correntes	0,00			
(r) Deduções da receita de capital	0,00			
(r) Operações de crédito	0,00			
(r) Alienação de bens	0,00			
(r) Amortizações de empréstimos	0,00			
(r) Transferências de capital	0,00			
(r) Outras receitas de capital	0,00			
(r) Receitas correntes intra-orçamentária	0,00			
(r) Receita tributária - intra-orçamentária	0,00			
(r) Receita de contribuições - intra-orçamentária	0,00			
(r) Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00			
(r) Receita agropecuária - operações intra-orçamentárias	0,00			
(r) Receita industrial - intra-orçamentária	0,00			
(r) Receita de serviços - intra-orçamentária	0,00			
(r) Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00			
(r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00			
(r) Receitas de capital intra-orçamentária	0,00			
(r) Operações de crédito - intra-orçamentárias	0,00			
(r) Alienação de bens	0,00			

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 2

Planejamento e Orçamento
AL1 - Receita(Fonte) Despesa(Função)
Ano LOA: 2017

Art. 2º, Par 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Receita			Despesa	
Especificação	Fonte	Total	Especificação	Cat. Econômica
(r) Amortização de empréstimos	0,00			
(r) Transferência de capital - intra-orça	0,00			
(r) Outras receitas capital	0,00			
Subtotal		4.370.000,00	Subtotal	4.370.000,00
Transferências Financeiras		0,00	Transferências Financeiras	0,00
Total		4.370.000,00	Total	4.370.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro

NÁDIA DE LORENZI
Contador
CRC/SC 039499/O-4



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica
Ano LOA: 2017

Pág 1 / 2

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Receitas	R\$	Despesas	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas correntes	4.254.195,20	Despesas correntes	4.128.295,20
Receita tributária	0,00	Pessoal e encargos sociais	1.627.301,20
Receita de contribuições	0,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Receita patrimonial	13.500,00	Outras despesas correntes	2.500.994,00
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	895.500,00		
Transferências correntes	3.343.195,20		
Outras receitas correntes	2.000,00		
Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Deduções da receita	0,00		
(r) Deduções da receita corrente	0,00		
(r) Receita tributária	0,00		
(r) Receita de contribuições	0,00		
(r) Receita patrimonial	0,00		
(r) Receita agropecuária	0,00		
(r) Receita industrial	0,00		
(r) Receita de serviços	0,00		
(r) Dedução da receita de transferências correntes	0,00		
(r) Outras receitas correntes	0,00		
(r) Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
(r) Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
(r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
Total das Receitas Correntes	4.254.195,20	Total das Despesas Correntes	4.128.295,20
Déficit	0,00	Superávit	125.900,00
Soma	4.254.195,20	Soma	4.254.195,20
Superávit do Orçamento Corrente	125.900,00	Déficit do Orçamento Corrente	0,00



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica
Ano LOA: 2017

Pág 2 / 2

Receitas de capital	115.804,80	Despesas de capital	241.704,80
Operações de crédito	0,00	Investimentos	241.704,80
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortizações de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	115.804,80		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
(r) Deduções da receita de capital	0,00		
(r) Operações de crédito	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortizações de empréstimos	0,00		
(r) Transferências de capital	0,00		
(r) Outras receitas de capital	0,00		
(r) Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
(r) Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortização de empréstimos	0,00		
(r) Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
(r) Outras receitas capital	0,00		
Total das Receitas de Capital	115.804,80	Total das Despesas de Capital	241.704,80
		-(Reserva de contingência	0,00
		+Reserva do RPPS)	0,00
Déficit	125.900,00	Superávit	0,00
Resumo			
Receitas Correntes	4.254.195,20	Despesas Correntes	4.128.295,20
Receitas de Capital	115.804,80	Despesas de Capital	241.704,80
		Reserva de Contingência	0,00
		Reserva do RPPS	0,00
Subtotal	4.370.000,00	Subtotal	4.370.000,00
Déficit	0,00	Superavit	0,00
Total	4.370.000,00	Total	4.370.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro

NÁDIA DE LORENZI
Contador
CRC/SC 039499/O-4

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 02 - Desp. Segundo Cat. Econômica (Consolidado por Elemento)

Ano LOA: 2017 Listar Analíticas: Não

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000	Despesas correntes			4.128.295,20
3100000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.627.301,20
3190000000000000	Aplicações diretas		1.627.301,20	
3300000000000000	Outras despesas correntes			2.500.994,00
3390000000000000	Aplicações diretas		2.500.994,00	
4000000000000000	Despesas de capital			241.704,80
4400000000000000	Investimentos			241.704,80
4490000000000000	Aplicacoes diretas		241.704,80	
Total				4.370.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro

NÁDIA DE LORENZI
Contador
CRC/SC 039499/O-4

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 02 - Despesa por Unidade Orçamentária Segundo Cat. Econômica

Ano LOA: 2017

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS CORRENTES			
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	TOTAL
99.99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00
01.01 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA	1.627.301,20	0,00	2.497.994,00	4.125.295,20
01.02 - Encargos Gerais do CIMCATARINA	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00
Total	1.627.301,20	0,00	2.500.994,00	4.128.295,20

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS DE CAPITAL			
	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	TOTAL
99.99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00
01.01 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA	241.704,80	0,00	0,00	241.704,80
01.02 - Encargos Gerais do CIMCATARINA	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	241.704,80	0,00	0,00	241.704,80

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	RESERVAS		
	Orçamentária do RPPS	Contingência	TOTAL
99.99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
01.01 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA	0,00	0,00	0,00
01.02 - Encargos Gerais do CIMCATARINA	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	TOTAL GERAL
99.99 - Reserva de Contingência	0,00
01.01 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA	4.367.000,00
01.02 - Encargos Gerais do CIMCATARINA	3.000,00
Total	4.370.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro

NÁDIA DE LORENZI
Contador
CRC/SC 039499/O-4

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)
Ano LOA: 2017 Listar Analíticas: Não

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO

Unidade: 001 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			4.125.295,20
31000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.627.301,20	
31900000000000	Aplicações diretas	1.627.301,20		
33000000000000	Outras despesas correntes		2.497.994,00	
33900000000000	Aplicações diretas	2.497.994,00		
40000000000000	Despesas de capital			241.704,80
44000000000000	Investimentos		241.704,80	
44900000000000	Aplicacoes diretas	241.704,80		
Total Unidade				4.367.000,00

Unidade: 002 - Encargos Gerais do CIMCATARINA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			3.000,00
33000000000000	Outras despesas correntes		3.000,00	
33900000000000	Aplicações diretas	3.000,00		
Total Unidade				3.000,00
Total Órgão				4.370.000,00
Total				4.370.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro

NÁDIA DE LORENZI
Contador
CRC/SC 039499/O-4

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento
Anexo 02 - Despesa Seg. Categoria Econômica (Órgão)
Ano LOA: 2017

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão: 1 - CONSÓRCIO PÚBLICO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000	Despesas correntes			4.128.295,20
3100000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.627.301,20	
3190000000000000	Aplicações diretas	1.627.301,20		
3300000000000000	Outras despesas correntes		2.500.994,00	
3390000000000000	Aplicações diretas	2.500.994,00		
4000000000000000	Despesas de capital			241.704,80
4400000000000000	Investimentos		241.704,80	
4490000000000000	Aplicacoes diretas	241.704,80		
			Total Órgão	4.370.000,00
			Total	4.370.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro

NÁDIA DE LORENZI
Contador
CRC/SC 039499/O-4



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Planejamento e Orçamento
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)
Ano LOA: 2017

Pág 1 / 3

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF nº 8 de 04/02/1985 - Adendo III.

Órgão: 1 - CONSÓRCIO PÚBLICO				
Unidade: 1 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA				
0004.0122.0001.2001 - MANUTENÇÃO DO CIMCATARINA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			13.100,00
31000000000000	Pessoal e encargos sociais			5.050,00
31900000000000	Aplicações diretas		5.050,00	
01000200	Recursos Ordinários	1.000,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	1.000,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	1.000,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	1.500,00		
01000304	Transferências a Consórcios Públicos - horas máquinas	50,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	500,00		
33000000000000	Outras despesas correntes			8.050,00
33900000000000	Aplicações diretas		8.050,00	
01000200	Recursos Ordinários	1.000,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	1.000,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	1.000,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	1.000,00		
01000304	Transferências a Consórcios Públicos - horas máquinas	50,00		
01000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia	500,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	3.500,00		
40000000000000	Despesas de capital			1.400,00
44000000000000	Investimentos			1.400,00
44900000000000	Aplicações diretas		1.400,00	
01000200	Recursos Ordinários	1.400,00		
Total Ação				14.500,00
0004.0122.0001.2002 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES COMPARTILHADAS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			852.720,00
31000000000000	Pessoal e encargos sociais			652.080,00
31900000000000	Aplicações diretas		652.080,00	
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	652.080,00		
33000000000000	Outras despesas correntes			200.640,00
33900000000000	Aplicações diretas		200.640,00	
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	200.640,00		
40000000000000	Despesas de capital			30.096,00
44000000000000	Investimentos			30.096,00
44900000000000	Aplicações diretas		30.096,00	
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	30.096,00		
Total Ação				882.816,00
0004.0122.0001.2003 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			213.000,00
33000000000000	Outras despesas correntes			213.000,00
33900000000000	Aplicações diretas		213.000,00	
01000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia	213.000,00		
Total Ação				213.000,00
0015.0452.0001.2004 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			1.716.000,00
33000000000000	Outras despesas correntes			1.716.000,00
33900000000000	Aplicações diretas		1.716.000,00	
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	1.716.000,00		
Total Ação				1.716.000,00
0018.0541.0001.2005 - DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Planejamento e Orçamento
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)
Ano LOA: 2017

Pág 2 / 3

30000000000000	Despesas correntes			730.944,00
31000000000000	Pessoal e encargos sociais			634.640,00
31900000000000	Aplicações diretas		634.640,00	
01000200	Recursos Ordinários	500.000,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	134.640,00		
33000000000000	Outras despesas correntes			96.304,00
33900000000000	Aplicações diretas		96.304,00	
01000200	Recursos Ordinários	40.000,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	56.304,00		
40000000000000	Despesas de capital			73.708,80
44000000000000	Investimentos			73.708,80
44900000000000	Aplicacoes diretas		73.708,80	
01000200	Recursos Ordinários	60.000,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	13.708,80		

Total Ação 804.652,80

0018.0541.0001.2006 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			596.500,00
31000000000000	Pessoal e encargos sociais			334.000,00
31900000000000	Aplicações diretas		334.000,00	
01000200	Recursos Ordinários	115.000,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	219.000,00		
33000000000000	Outras despesas correntes			262.500,00
33900000000000	Aplicações diretas		262.500,00	
01000200	Recursos Ordinários	115.000,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	147.500,00		
40000000000000	Despesas de capital			135.500,00
44000000000000	Investimentos			135.500,00
44900000000000	Aplicacoes diretas		135.500,00	
01000200	Recursos Ordinários	64.000,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	71.500,00		

Total Ação 732.000,00

0020.0606.0001.2007 - DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			3.031,20
31000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.531,20
31900000000000	Aplicações diretas		1.531,20	
01000200	Recursos Ordinários	500,00		
01000304	Transferências a Consórcios Públicos - horas máquinas	1.031,20		
33000000000000	Outras despesas correntes			1.500,00
33900000000000	Aplicações diretas		1.500,00	
01000200	Recursos Ordinários	500,00		
01000304	Transferências a Consórcios Públicos - horas máquinas	1.000,00		
40000000000000	Despesas de capital			1.000,00
44000000000000	Investimentos			1.000,00
44900000000000	Aplicacoes diretas		1.000,00	
01000200	Recursos Ordinários	500,00		
01000304	Transferências a Consórcios Públicos - horas máquinas	500,00		

Total Ação 4.031,20

Total Unidade 4.367.000,00

Unidade: 2 - Encargos Gerais do CIMCATARINA

0028.0846.9999.0300 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			3.000,00
33000000000000	Outras despesas correntes			3.000,00
33900000000000	Aplicações diretas		3.000,00	
01000200	Recursos Ordinários	3.000,00		

Total Ação 3.000,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL191101-022-PLFQRO-217164356 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

18/11/2016 11:25



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Planejamento e Orçamento
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)
Ano LOA: 2017

Pág 3 / 3

	Total Unidade	3.000,00
	Total Órgão	4.370.000,00
	Total	4.370.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro

NÁDIA DE LORENZI
Contador
CRC/SC 039499/O-4



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 1 / 5

Planejamento e Orçamento
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica
Ano LOA: 2017

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
1000000000000	Receitas correntes			4.254.195,20
1300000000000	Receita patrimonial		13.500,00	
1320000000000	Receitas de valores mobiliários		13.500,00	
1325000000000	Remuneração de depósitos bancários		13.500,00	
1325010000000	Remuneração depósitos de recursos vinculados		9.100,00	
1325019900000	Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-outros		9.100,00	
1325019901000	Remuneracao Dep. Bancários - Municípios Consorciad		9.100,00	
13250199010100	Remuneracao Dep. Bancários - PROLICITA	2.000,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	2.000,00		
13250199010200	Remuneracao Dep. Bancários - PROAMA	2.000,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	2.000,00		
13250199010300	Remuneracao Dep. Bancários - PROHIDRO	500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	500,00		
13250199010400	Remuneracao Dep. Bancários - horas máquinas	100,00		
01000304	Transferências a Consórcios Públicos - horas máquinas	100,00		
13250199010500	Remuneracao Dep. Bancários - telefonia	500,00		
01000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia	500,00		
13250199010600	Remuneracao Dep. Bancários - MIP	4.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	4.000,00		
1325020000000	Remuneração depósito de recursos não vinculados		4.400,00	
1325029900000	Remuneração dep. recur. não vinculados-outros	4.400,00		
01000200	Recursos Ordinários	4.400,00		
1600000000000	Receita de serviços		895.500,00	
1600990000000	Outros serviços		895.500,00	
1600990000000	Outros serviços		895.500,00	
16009900010000	Outros Serviços - Horas Máquinas	1.500,00		
01000200	Recursos Ordinários	1.500,00		
16009900020000	Outros Serviços - Diagnósticos Sócioambiental	600.000,00		
01000200	Recursos Ordinários	600.000,00		
16009900030000	Outros Serviços - Perfuração de Poços	294.000,00		
01000200	Recursos Ordinários	294.000,00		
1700000000000	Transferências correntes		3.343.195,20	
1720000000000	Transferências intergovernamentais		3.343.195,20	
1723000000000	Transferências dos municípios		3.343.195,20	
1723370000000	Transferências a consórcios públicos		3.343.195,20	
17233700020000	GRUPO DO PROGRAMA 02 MIP		1.716.000,00	
17233700021001	ABDON BATISTA MATERIAL MIP	27.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	27.000,00		
17233700021021	ARROIO TRINTA MATERIAL MIP	14.400,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	14.400,00		
17233700021049	BRUNOPOLIS MATERIAL MIP	14.400,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	14.400,00		
17233700021051	CAÇADOR MATERIAL MIP	192.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	192.000,00		
17233700021053	CALMON MATERIAL MIP	12.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	12.000,00		
17233700021093	FRAIBURGO MATERIAL MIP	138.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	138.000,00		
17233700021094	FREI ROGÉRIO MATERIAL MIP	16.200,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	16.200,00		
17233700021108	IBIAM MATERIAL MIP	9.600,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	9.600,00		
17233700021117	IOMERÊ MATERIAL MIP	16.800,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	16.800,00		
17233700021148	LEBON REGIS MATERIAL MIP	27.600,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	27.600,00		
17233700021154	MACIEIRA MATERIAL MIP	9.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	9.000,00		
17233700021162	MATOS COSTA MATERIAL MIP	15.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	15.000,00		
17233700021198	PINHEIRO PRETO MATERIAL MIP	10.800,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	10.800,00		
17233700021215	RIO DAS ANTAS MATERIAL MIP	30.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	30.000,00		
17233700021228	SALTO VELOSO MATERIAL MIP	19.200,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	19.200,00		
17233700021267	TANGARÁ MATERIAL MIP	21.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	21.000,00		
17233700021272	TIMBÓ GRANDE MATERIAL MIP	22.800,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	22.800,00		
17233700021289	VIDEIRA MATERIAL MIP	180.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	180.000,00		


CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 2 / 5

 Planejamento e Orçamento
 Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica
 Ano LOA: 2017

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
17233700022001	ABDON BATISTA SERVIÇO MIP	33.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	33.000,00		
17233700022021	ARROIO TRINTA DELEGAÇÃO SERVIÇO MIP	18.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	18.000,00		
17233700022049	BRUNOPOLIS DELEGAÇÃO SERVIÇO MIP	18.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	18.000,00		
17233700022051	CAÇADOR DELEGAÇÃO SERVIÇO MIP	228.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	228.000,00		
17233700022053	CALMON DELEGAÇÃO SERVIÇOS MIP	14.400,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	14.400,00		
17233700022093	FRAIBURGO DELEGAÇÃO SERVIÇOS MIP	174.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	174.000,00		
17233700022094	FREI ROGERIO DELEGAÇÃO SERVIÇOS MIP	20.400,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	20.400,00		
17233700022108	IBIAM DELEGAÇÃO SERVIÇOS MIP	12.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	12.000,00		
17233700022117	IOMERE DELEGAÇÃO SERVIÇOS MIP	19.800,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	19.800,00		
17233700022148	LEBON REGIS DELEGAÇÃO SERVIÇOS MIP	38.400,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	38.400,00		
17233700022154	MACIEIRA DELEGAÇÃO SERVIÇOS MIP	10.800,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	10.800,00		
17233700022162	MATOS COSTA DELEGAÇÃO SERVIÇOS MIP	19.200,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	19.200,00		
17233700022198	PINHEIRO PRETO DELEGAÇÃO SERVIÇOS MIP	13.200,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	13.200,00		
17233700022215	RIO DAS ANTAS DELEGAÇÃO SERVIÇOS MIP	33.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	33.000,00		
17233700022228	SALTO VELOSO DELEGAÇÃO SERVIÇOS MIP	22.800,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	22.800,00		
17233700022267	TANGARA DELEGAÇÃO SERVIÇOS MIP	24.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	24.000,00		
17233700022272	TIMBO GRANDE DELEGAÇÃO SERVIÇOS MIP	25.200,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	25.200,00		
17233700022289	VIDEIRA DELEGAÇÃO SERVIÇOS MIP	216.000,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	216.000,00		
17233700030000	PROAMA		190.944,00	
17233700031021	ARROIO TRINTA	12.168,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	12.168,00		
17233700031051	CAÇADOR	38.376,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	38.376,00		
17233700031093	FRAIBURGO	27.144,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	27.144,00		
17233700031117	IOMERE	12.168,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	12.168,00		
17233700031148	LEBON REGIS	15.912,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	15.912,00		
17233700031154	MACIEIRA	12.168,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	12.168,00		
17233700031162	MATOS COSTA	12.168,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	12.168,00		
17233700031198	PINHEIRO PRETO	12.168,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	12.168,00		
17233700031215	RIO DAS ANTAS	14.040,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	14.040,00		
17233700031289	VIDEIRA	34.632,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	34.632,00		
17233700040000	PROLICITA		852.720,00	
17233700041000	PROLICITA		369.240,00	
17233700041001	ABDON BATISTA	26.520,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	26.520,00		
17233700041005	ÁGUA DOCE	30.600,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	30.600,00		
17233700041021	ARROIO TRINTA	26.520,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	26.520,00		
17233700041049	BRUNOPOLIS	26.520,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	26.520,00		
17233700041051	CAÇADOR	83.640,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	83.640,00		
17233700041053	CALMON	26.520,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	26.520,00		
17233700041080	CURITIBANOS	63.240,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	63.240,00		


CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 3 / 5

 Planejamento e Orçamento
 Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica
 Ano LOA: 2017

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
17233700041093	FRAIBURGO	59.160,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	59.160,00		
17233700041094	FREI ROGERIO	26.520,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	26.520,00		
17233700041108	IBIAM	26.520,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	26.520,00		
17233700041117	IOMERÊ	26.520,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	26.520,00		
17233700041123	IRANI	34.680,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	34.680,00		
17233700041126	ITÁ	30.600,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	30.600,00		
17233700041148	LEBON REGIS	34.680,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	34.680,00		
17233700041153	LUZERNA	26.520,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	26.520,00		
17233700041154	MACIEIRA	26.520,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	26.520,00		
17233700041162	MATOS COSTA	26.520,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	26.520,00		
17233700041167	MONTE CARLO	30.600,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	30.600,00		
17233700041198	PINHEIRO PRETO	26.520,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	26.520,00		
17233700041215	RIO DAS ANTAS	30.600,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	30.600,00		
17233700041228	SALTO VELOSO	26.520,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	26.520,00		
17233700041267	TANGARÁ	30.600,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	30.600,00		
17233700041272	TIMBO GRANDE	30.600,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	30.600,00		
17233700041289	VIDEIRA	75.480,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	75.480,00		
17233700050000	TELEFONIA		213.000,00	
17233700051001	ABDON BATISTA	12.000,00		
01000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia	12.000,00		
17233700051021	ARROIO TRINTA	10.200,00		
01000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia	10.200,00		
17233700051049	BRUNOPOLIS	9.000,00		
01000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia	9.000,00		
17233700051051	CAÇADOR	30.000,00		
01000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia	30.000,00		
17233700051093	FRAIBURGO	54.000,00		
01000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia	54.000,00		
17233700051094	FREI ROGERIO	14.400,00		
01000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia	14.400,00		
17233700051117	IOMERE	12.000,00		
01000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia	12.000,00		
17233700051126	ITÁ	15.000,00		
01000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia	15.000,00		
17233700051148	LEBON REGIS	6.000,00		
01000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia	6.000,00		
17233700051154	MACIEIRA	5.400,00		
01000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia	5.400,00		
17233700051198	PINHEIRO PRETO	6.600,00		
01000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia	6.600,00		
17233700051267	TANGARÁ	6.000,00		
01000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia	6.000,00		
17233700051289	VIDEIRA	32.400,00		
01000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia	32.400,00		
17233700060000	PROHIDRO RATEIO		368.500,00	
17233700061001	ABDON BATISTA	33.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	33.500,00		
17233700061005	ÁGUA DOCE	33.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	33.500,00		
17233700061049	BRUNOPOLIS	33.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	33.500,00		
17233700061051	CAÇADOR	33.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	33.500,00		
17233700061080	CURITIBANOS	33.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	33.500,00		
17233700061087	ERVAL VELHO	33.500,00		



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 4 / 5

Planejamento e Orçamento
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica
Ano LOA: 2017

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	33.500,00		
17233700061093	FRAIBURGO	33.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	33.500,00		
17233700061117	IOMERÊ	33.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	33.500,00		
17233700061154	MACIEIRA	33.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	33.500,00		
17233700061198	PINHEIRO PRETO	33.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	33.500,00		
17233700061215	RIO DAS ANTAS	33.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	33.500,00		
17233700070000	HORAS MÁQUINAS		2.031,20	
17233700079999	HORAS MÁQUINAS	2.031,20		
01000304	Transferências a Consórcios Públicos - horas máquinas	2.031,20		
19000000000000	Outras receitas correntes		2.000,00	
19100000000000	Multas e juros de mora		2.000,00	
19190000000000	Multas de outras origens		2.000,00	
19192700000000	Multas e juros previstos em contratos	2.000,00		
01000200	Recursos Ordinários	2.000,00		
20000000000000	Receitas de capital			115.804,80
24000000000000	Transferências de capital		115.804,80	
24200000000000	Transferências intergovernamentais		115.804,80	
24230000000000	Transferências dos municípios		115.804,80	
24233700000000	Transferências a consórcios públicos		115.804,80	
24233700030000	PROAMA		13.708,80	
24233700031021	ARROIO TRINTA	873,60		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	873,60		
24233700031051	CAÇADOR	2.755,20		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	2.755,20		
24233700031093	FRAIBURGO	1.948,80		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	1.948,80		
24233700031117	IOMERE	873,60		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	873,60		
24233700031148	LEBON REGIS	1.142,40		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	1.142,40		
24233700031154	MACIEIRA	873,60		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	873,60		
24233700031162	MATOS COSTA	873,60		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	873,60		
24233700031198	PINHEIRO PRETO	873,60		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	873,60		
24233700031215	RIO DAS ANTAS	1.008,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	1.008,00		
24233700031289	VIDEIRA	2.486,40		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA	2.486,40		
24233700040000	PROLICITA		30.096,00	
24233700041001	ABDON BATISTA	936,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	936,00		
24233700041005	ÁGUA DOCE	1.080,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	1.080,00		
24233700041021	ARROIO TRINTA	936,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	936,00		
24233700041049	BRUNOPOLIS	936,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	936,00		
24233700041051	CAÇADOR	2.952,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	2.952,00		
24233700041053	CALMON	936,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	936,00		
24233700041080	CURITIBANOS	2.232,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	2.232,00		
24233700041093	FRAIBURGO	2.088,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	2.088,00		
24233700041094	FREI ROGERIO	936,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	936,00		
24233700041108	IBIAM	936,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	936,00		
24233700041117	IOMERE	936,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	936,00		
24233700041123	IRANI	1.224,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	1.224,00		
24233700041126	ITÁ	1.080,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	1.080,00		
24233700041148	LEBON REGIS	1.224,00		


CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 5 / 5

 Planejamento e Orçamento
 Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica
 Ano LOA: 2017

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	1.224,00		
24233700041153	LUZERNA	936,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	936,00		
24233700041154	MACIEIRA	936,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	936,00		
24233700041162	MATOS COSTA	936,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	936,00		
24233700041167	MONTE CARLO	1.080,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	1.080,00		
24233700041198	PINHEIRO PRETO	936,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	936,00		
24233700041215	RIO DAS ANTAS	1.080,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	1.080,00		
24233700041228	SALTO VELOSO	936,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	936,00		
24233700041267	TANGARA	1.080,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	1.080,00		
24233700041272	TIMBO GRANDE	1.080,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	1.080,00		
24233700041289	VIDEIRA	2.664,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	2.664,00		
24233700060000	PROHIDRO RATEIO		71.500,00	
24233700061001	ABDON BATISTA	6.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	6.500,00		
24233700061005	ÁGUA DOCE	6.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	6.500,00		
24233700061049	BRUNOPOLIS	6.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	6.500,00		
24233700061051	CAÇADOR	6.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	6.500,00		
24233700061080	CURITIBANOS	6.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	6.500,00		
24233700061087	ERVAL VELHO	6.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	6.500,00		
24233700061093	FRAIBURGO	6.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	6.500,00		
24233700061117	IOMERÊ	6.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	6.500,00		
24233700061154	MACIEIRA	6.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	6.500,00		
24233700061198	PINHEIRO PRETO	6.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	6.500,00		
24233700061215	RIO DAS ANTAS	6.500,00		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	6.500,00		
24233700070000	HORAS MÁQUINAS		500,00	
24233700079999	HORAS MÁQUINAS	500,00		
01000304	Transferências a Consórcios Públicos - horas máquinas	500,00		
			Total	4.370.000,00
Resumo dos Vinculos				
Código	Especificação	Valor		
01000200	Recursos Ordinários	901.900,00		
01000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA	884.816,00		
01000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	206.652,80		
01000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO	440.500,00		
01000304	Transferências a Consórcios Públicos - horas	2.631,20		
01000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia	213.500,00		
01000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP	1.720.000,00		
		Total	4.370.000,00	

 ELÓI RONNAU
 Diretor Executivo

 LUIZ FERNANDO RALDI
 Diretor Financeiro

 NÁDIA DE LORENZI
 Contador
 CRC/SC 039499/O-4

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Ano LOA: 2017

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

01 - CONSÓRCIO PÚBLICO**001 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	1.110.316,00	1.110.316,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	1.110.316,00	1.110.316,00
04.122.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	1.110.316,00	1.110.316,00
04.122.0001.2001	MANUTENÇÃO DO CIMCATARINA	0,00	0,00	14.500,00	14.500,00
04.122.0001.2002	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES	0,00	0,00	882.816,00	882.816,00
04.122.0001.2003	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS DE TEL	0,00	0,00	213.000,00	213.000,00
15	Urbanismo	0,00	0,00	1.716.000,00	1.716.000,00
15.452	Servicos Urbanos	0,00	0,00	1.716.000,00	1.716.000,00
15.452.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	1.716.000,00	1.716.000,00
15.452.0001.2004	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS DE ILUM	0,00	0,00	1.716.000,00	1.716.000,00
18	Gestão Ambiental	0,00	0,00	1.536.652,80	1.536.652,80
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	1.536.652,80	1.536.652,80
18.541.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	1.536.652,80	1.536.652,80
18.541.0001.2005	DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVA	0,00	0,00	804.652,80	804.652,80
18.541.0001.2006	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDR	0,00	0,00	732.000,00	732.000,00
20	Agricultura	0,00	0,00	4.031,20	4.031,20
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00	4.031,20	4.031,20
20.606.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	4.031,20	4.031,20
20.606.0001.2007	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	0,00	0,00	4.031,20	4.031,20
Total Unidade		0,00	0,00	4.367.000,00	4.367.000,00

002 - Encargos Gerais do CIMCATARINA

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
28	Encargos Especiais	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
28.846	Outros encargos Especiais	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
28.846.9999	ENCARGOS ESPECIAIS	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
28.846.9999.0300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Total Unidade		3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Total Órgão		3.000,00	0,00	4.367.000,00	4.370.000,00
Total Geral		3.000,00	0,00	4.367.000,00	4.370.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro

NÁDIA DE LORENZI
Contador
CRC/SC 039499/O-4

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Ano LOA: 2017

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	1.110.316,00	1.110.316,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	1.110.316,00	1.110.316,00
04.122.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	1.110.316,00	1.110.316,00
04.122.0001.2001	MANUTENÇÃO DO CIMCATARINA	0,00	0,00	14.500,00	14.500,00
04.122.0001.2002	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES COMPARTILHADAS	0,00	0,00	882.816,00	882.816,00
04.122.0001.2003	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA	0,00	0,00	213.000,00	213.000,00
15	Urbanismo	0,00	0,00	1.716.000,00	1.716.000,00
15.452	Servicos Urbanos	0,00	0,00	1.716.000,00	1.716.000,00
15.452.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	1.716.000,00	1.716.000,00
15.452.0001.2004	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	1.716.000,00	1.716.000,00
18	Gestão Ambiental	0,00	0,00	1.536.652,80	1.536.652,80
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	1.536.652,80	1.536.652,80
18.541.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	1.536.652,80	1.536.652,80
18.541.0001.2005	DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	804.652,80	804.652,80
18.541.0001.2006	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	0,00	0,00	732.000,00	732.000,00
20	Agricultura	0,00	0,00	4.031,20	4.031,20
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00	4.031,20	4.031,20
20.606.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	4.031,20	4.031,20
20.606.0001.2007	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	0,00	0,00	4.031,20	4.031,20
28	Encargos Especiais	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
28.846	Outros encargos Especiais	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
28.846.9999	ENCARGOS ESPECIAIS	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
28.846.9999.0300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Total Geral		3.000,00	0,00	4.367.000,00	4.370.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro

NÁDIA DE LORENZI
Contador
CRC/SC 039499/O-4



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Planejamento e Orçamento
Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos
Ano LOA: 2017

Pág 1 / 1

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01.001	Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA	898.900,00	3.468.100,00	4.367.000,00
04	Administração	3.400,00	1.106.916,00	1.110.316,00
04.122	Administracao Geral	3.400,00	1.106.916,00	1.110.316,00
04.122.0001	Desenvolvimento Regional	3.400,00	1.106.916,00	1.110.316,00
1000200	Recursos Ordinários	3.400,00		
1000301	Transferências a Consórcios Públicos - PROLICITA		884.816,00	
1000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA		2.000,00	
1000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO		2.500,00	
1000304	Transferências a Consórcios Públicos - horas máquinas		100,00	
1000311	Transferências a Consórcios Públicos - Telefonia		213.500,00	
1000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP		4.000,00	
15	Urbanismo	0,00	1.716.000,00	1.716.000,00
15.452	Servicos Urbanos	0,00	1.716.000,00	1.716.000,00
15.452.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	1.716.000,00	1.716.000,00
1000312	Transferências a Consórcios Públicos - MIP		1.716.000,00	
18	Gestão Ambiental	894.000,00	642.652,80	1.536.652,80
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	894.000,00	642.652,80	1.536.652,80
18.541.0001	Desenvolvimento Regional	894.000,00	642.652,80	1.536.652,80
1000200	Recursos Ordinários	894.000,00		
1000302	Transferências a Consórcios Públicos - PROAMA		204.652,80	
1000303	Transferências a Consórcios Públicos - PROHIDRO		438.000,00	
20	Agricultura	1.500,00	2.531,20	4.031,20
20.606	Extensão Rural	1.500,00	2.531,20	4.031,20
20.606.0001	Desenvolvimento Regional	1.500,00	2.531,20	4.031,20
1000200	Recursos Ordinários	1.500,00		
1000304	Transferências a Consórcios Públicos - horas máquinas		2.531,20	
01.002	Encargos Gerais do CIMCATARINA	3.000,00	0,00	3.000,00
28	Encargos Especiais	3.000,00	0,00	3.000,00
28.846	Outros encargos Especiais	3.000,00	0,00	3.000,00
28.846.9999	ENCARGOS ESPECIAIS	3.000,00	0,00	3.000,00
1000200	Recursos Ordinários	3.000,00		
Total Geral		901.900,00	3.468.100,00	4.370.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro

NÁDIA DE LORENZI
Contador
CRC/SC 039499/O-4

Pág 1 / 1

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Ano LOA: 2017



ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Administração	Urbanismo	Gestão Ambiental	Agricultura	Encargos Especiais	Total
01 - CONSÓRCIO PÚBLICO	1.110.316,00	1.716.000,00	1.536.652,80	4.031,20	3.000,00	4.370.000,00
Total	1.110.316,00	1.716.000,00	1.536.652,80	4.031,20	3.000,00	4.370.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro

NÁDIA DE LORENZI
Contador
CRC/SC 039499/O-4

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL201101-022-MMOBRD-217163875 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

18/11/2016 11:17

RESOLUÇÃO 0046_2016 REFERENTE PLANO DE TRABALHO PARA 2017 CIMCATARINA

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

Resolução nº 0046/2016**Programa Anual De Trabalho do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA**

O Programa Anual de Trabalho do CIMCATARINA para o exercício de 2017, apresenta as estratégias de atuação do consórcio, a fim de cumprir sua missão que é a de promover o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento de ações compartilhadas nos municípios catarinenses, captação de recursos financeiros para investimentos, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis. Em articulação conjunta com os municípios consorciados as ações estratégicas do CIMCATARINA foram agrupadas em seis Eixos Estratégicos:

- Consolidação Institucional;
- Gestão do sistema de iluminação pública;
- Realização de Licitação Compartilhada;
- Realização de Ações de Proteção e Gestão do Meio Ambiente;
- Realização de Ações de Gestão dos Recursos Hídricos;
- Realização de Serviços Públicos conjuntos correlatos as finalidades do Consórcio.

Para cada eixo estratégico, foram delineados os projetos e as ações com o intuito de alcançar os objetivos traçados. As ações serão financiadas com a transferência de recursos dos municípios ao CIMCATARINA realizadas por meio de contratos de rateio e através da remuneração de outros serviços prestados pelo consórcio aos consorciados ou para terceiros.

A seguir apresentam-se os Eixos Estratégicos que irão orientar e pautar a atuação do CIMCATARINA ao longo de 2017. O Plano de Trabalho do CIMCATARINA é um instrumento de acompanhamento, controle e avaliação da atuação do consórcio, visando a eficácia no cumprimento de seus objetivos.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito de Caçador
Presidente do CIMCATARINA



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

EIXO ESTRATÉGICO 01

CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL

A constituição do CIMCATARINA deu-se com a aprovação do Protocolo de Intenções, ocorrida em 23 de outubro de 2009, publicado em 12 de março de 2010, e a ratificação do mesmo por meio de leis municipais, possibilitando a inscrição do CIMCATARINA no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, em 1º de abril de 2010.

O CIMCATARINA iniciou suas atividades em 14 de outubro de 2010.

Em 26 de fevereiro de 2014 ocorreu a 1ª Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções e Contrato do Consórcio Público.

O CIMCATARINA possui até esta data 25 municípios com as Leis de ratificação aprovadas. Por outro lado, é necessário alavancar o número de consorciados, a fim de ampliar o desenvolvimento regional.

PROJETO 01: Adesão dos municípios ao Consórcio CIMCATARINA

Objetivo: Ampliar o número de municípios consorciados ao CIMCATARINA e solidificar a instituição como referência no desenvolvimento regional.

Ações Estratégicas:

- Ampliar os serviços/ações do CIMCATARINA;

PROJETO 02: Articulação institucional

Objetivo: Promover o Consórcio CIMCATARINA junto às entidades públicas e privadas relevantes para a gestão pública municipal.

Ações estratégicas:

- Promover o debate dos assuntos de desenvolvimento regional pertinentes aos municípios com órgãos públicos, estaduais ou federais entre outras entidades em especial com as universidades e associações comerciais e industriais;
- Divulgar e homologar os serviços oferecidos pelo CIMCATARINA junto aos órgãos de fiscalização, principalmente junto ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público;
- Promover a integração de ações entre os municípios consorciados.



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

EIXO ESTRATÉGICO 02

GESTÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O objetivo é a realização da operação, manutenção, expansão e inovação do sistema de Iluminação Pública dos municípios consorciados.

A Iluminação Pública (IP) é definida como um serviço público que tem por objetivo exclusivo prover de claridade os logradouros públicos, de forma periódica, contínua ou eventual.

Sob o ponto de vista constitucional, a prestação dos serviços públicos de interesse local – nos quais se insere a IP é de competência dos municípios.

A Constituição Federal (CF) em seu artigo nº 30, estabelece as competências dos municípios:

Art. 30. Compete aos Municípios:

[...]

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

Por se tratar, também, de um serviço que requer o fornecimento de energia elétrica, está submetido, nesse particular, à legislação federal.

A Iluminação Pública contribui para a qualidade de vida da população. Com boa gestão, o serviço permite aos cidadãos usufruir com segurança do espaço urbano durante a noite, especialmente quanto à mobilidade.

Segundo a ELETROBRAS (2011) a Iluminação pública, tem função artística, e funções necessárias para a vida das cidades, a iluminação pública “da segurança do trânsito de veículos, previne a criminalidade e embeleza as áreas urbanas”.

Pontos de luz bem planejados também ajudam na construção da identidade local, na medida em que valorizam a arquitetura e o patrimônio histórico das cidades.

No Brasil, o serviço de Iluminação Pública, em geral, eram prestados pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica. Entretanto, a partir da Resolução nº 414/10 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, as distribuidoras ficaram com o dever de transferir integralmente todos os ativos de IP para os municípios, aos quais caberá a competência pela prestação desse serviço.

Art. 218. “A distribuidora deve transferir o sistema de iluminação pública registrado como Ativo Imobilizado em Serviço – AIS à pessoa jurídica de direito público competente.

A mudança determinada pela resolução da ANEEL, fundamenta-se no Art. 30 da Constituição Federal, no Parecer 765/2008 da Procuradoria Federal da Aneel, nas Audiências Públicas 008/2008 e 49/2011 e na Consulta Pública 002/2009.



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

Portanto os municípios terão a responsabilidade de fazer a gestão da operação, manutenção, expansão e inovação do sistema de IP, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão.

O Consórcio Público CIMCATARINA possui autorização em seu Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público para realização de licitação compartilhada, nos termos do artigo 3º, inciso XIV:

Art. 3º - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA tem natureza multifinalitária, destinado a cumprir as seguintes finalidades:

[...]

XIV - Promover ações de gestão dos serviços públicos municipais de iluminação pública nos municípios consorciados;

O sistema de IP, considerado como Ativo Imobilizado em Serviço (AIS), compreende as luminárias, lâmpadas, relés fotoelétricos e fotoeletrônicos, reatores, braços de sustentação da luminária, eletrodutos, caixas de passagem e condutores exclusivos para iluminação pública. Incluem-se também os postes e circuitos utilizados exclusivamente para atender ao circuito de IP, com ou sem transformadores.

Quando o ativo de IP pertence à prefeitura (Poder Público municipal), o ponto de entrega é na conexão com a rede de distribuição, coincidindo com o início do circuito de iluminação.

Os ativos ligados à concessão das distribuidoras, como postes e a rede de distribuição de energia elétrica, não fazem parte do sistema de IP, e, portanto, não serão repassados aos municípios.

O consórcio vai estabelecer como fará a prestação dos serviços pertinentes a esses ativos, pois passará a ter custos de operação e manutenção, e também de expansão e melhoria dos ativos, que deverão ser levados em conta. Nessa decisão, o consórcio precisará definir como administrará esses ativos, se de forma direta ou indireta.

PROJETO 01: Gestão de Iluminação Pública.

Objetivo: Promover ações de gestão dos serviços públicos municipais de iluminação pública nos municípios consorciados.

Ações estratégicas:

- Estabelecer política de IP, planejar o sistema, definir padrões técnicos, implementar os projetos de eficiência, entre outros;
- Adotar métodos adequados de gestão e fiscalização, estabelecendo critérios eficazes de acompanhamento e controle para assegurar a qualidade dos serviços de IP;
- Executar a operação, manutenção, expansão e inovação do sistema de Iluminação Pública dos municípios consorciados, com mão de obra própria ou através de terceiros;
- Contratar software específico de gerenciamento e manutenção do sistema de IP;
- Manter central de atendimento ao cidadão através de sistema de Call Center;
- Controlar as manutenções com o tempo de vida útil de cada lâmpada/reator/rele fotoelétrico, para trabalhar com a manutenção preventiva.
- Efetuar os procedimentos para alteração de carga e atualização do cadastro junto a concessionária;



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

- Realizar procedimentos para revisão do consumo de energia elétrica ativa, vinculado à utilização de equipamentos de controle automático de carga;
- Implementar a instalação de tecnologia LED.

PROJETO 02: Cadastro de Iluminação Pública.

Objetivo: Realizar o inventário e o cadastro das características dos pontos de iluminação, bem com tipo de materiais utilizados.

- Realizar o cadastramento georeferenciado de todos os IP.
- Instalar identificação física dos pontos de IP;
- Cadastrar as características e materiais utilizados;

PROJETO 03: Telegestão de Iluminação Pública.

Objetivo: Utilizar novas tecnologias e sistema informatizado para diminuição dos gastos com a Iluminação Pública.

- Implementar sistema dimerizável para economia de energia mantendo níveis de acordo com a necessidade de uso;
- Implementar sistema de telegestão sem fio com controle total, para gestão eficiente e manutenção do sistema de IP;



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

EIXO ESTRATÉGICO 03

REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

O objetivo é a realização de uma só licitação envolvendo mais de um órgão ou entidade com o fim de atender necessidade comum a ambos.

A previsão legal de licitação compartilhada esta contida no artigo 17, da Lei Federal n. 11.107/05, que incluiu § 1º, no artigo 112, da Lei Federal 8.666/93, estabelecendo que:

§ 1º Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.

A Licitação Compartilhada ocorre quando é feita a contratação para um grupo de participantes previamente estabelecidos, na qual a responsabilidade de condução do processo licitatório e gerenciamento serão de um órgão gerenciador.

Para assegurar os ganhos com as compras compartilhadas e ao mesmo tempo garantir a legalidade do procedimento, algumas cautelas merecem ser observadas pela Administração como:

- a) elaboração de planejamento (definição da necessidade, identificação da solução, pesquisa de preços) pelas entidades envolvidas;
- b) comprovação de vantajosidade da medida para todos os que pretenderem tomar parte no certame conjunto
- c) submissão dos envolvidos ao mesmo conjunto de normas que disciplinam os processos de contratação pública.

Assim, observadas as cautelas necessárias, as contratações compartilhadas em regra não afrontam o dever de licitar previsto pelo artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, configurando relevante instrumento de eficiência na contratação pública.

O Consórcio Público CIMCATARINA possui autorização em seu Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público para realização de licitação compartilhada, nos termos do artigo 3º, inciso XV, sendo que o parágrafo único do mesmo artigo estabelece em seu inciso IV:

Parágrafo único. Para alcançar suas finalidades, o CIMCATARINA poderá:

[...]

IV - Realizar licitações compartilhadas em favor dos municípios consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos municípios consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os municípios;



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

BENEFÍCIOS:

- Economia de esforços através da redução de processos repetitivos;
- Redução de custos através da compra concentrada com maiores volumes (ganho de escala);
- Melhor planejamento das necessidades (contratações periódicas);
- Padronização de equipamentos e soluções (facilidade de manutenção e uso).

VANTAGENS:

- Transparência;
- Padronização;
- Redução dos custos e prazos;
- Informações gerenciais.

PROJETO 01: Licitação Compartilhada

Objetivo: realizar licitações compartilhadas em favor dos municípios consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos municípios consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os municípios;

Ações estratégicas:

- Definição de política, normas, regras, indicadores, controles e estratégias de compras;
- Planejamento das necessidades para contratações periódicas;
- Identificação, avaliação e definição de produtos e serviços com potencial para contratação compartilhada, tendo como parâmetros volume, valor e frequência;
- Geração de economia em escala na medida em que é possível aumentar as quantidades contratadas.

PROJETO 02: Homologação de Marcas

Objetivo: Ampliar o banco de dados de marcas homologadas para melhorar a qualidade dos bens a serem adquiridos pelos municípios consorciados.

Ações estratégicas:

- Criar descrição padrão dos bens;
- Criar plataforma/sistema para utilização do banco de marcas.

PROJETO 03: Cadastro de Fornecedores

Objetivo: instituir banco de informações de fornecedores e registros cadastrais de licitantes e contratantes do consórcio e dos municípios consorciados, inclusive implementar e informar o cadastro de empresas e pessoas físicas inidôneas, suspensas ou impedidas de contratar e licitar com a Administração Pública, nos termos da legislação em vigor.

Ações estratégicas:

- constituir um instrumento básico de apoio aos processos de compras e contratações;



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

- fomentar a instituição de um Sistema Integrado do registro cadastral de fornecedores para todos os municípios Consorciados;
- firmar parcerias com instituições e ou implementar cadastro de empresas e pessoas físicas inidôneas, suspensas ou impedidas de contratar e licitar com a Administração Pública.

PROJETO 04: Concessões e PPP

Objetivo: realizar licitações de concessões públicas e parcerias público-privadas e fiscalizar contratos de concessão de serviços públicos de competência dos municípios consorciados, nos termos da legislação em vigor.

Ações estratégicas:

- realizar estudos e projetos para atendimento das políticas de saneamento básico, priorizando as iniciativas do Município de soluções consorciadas ou compartilhadas entre 2 (dois) ou mais Municípios;
- promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos;
- buscar alternativas aptas a viabilizar a infraestrutura e os serviços de tratamento e disposição de resíduos sólidos;
- celebrar contratos de concessão e ou parceria público-privada (PPP) para prestação regionalizada de serviços públicos.



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

EIXO ESTRATÉGICO 04

REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE

Para integrar os municípios consorciados, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora, a teor do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 140, de 8 de dezembro de 2011, está sendo desenvolvido o **Programa Integrado de Ações de Proteção e Gestão do Meio Ambiente – PROAMA**.

São objetivos fundamentais do **PROAMA**:

- a) a proteção, defesa e conservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão ambiental descentralizada, democrática e eficiente, nos municípios consorciados;
- b) garantia do equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico dos municípios consorciados com a proteção do meio ambiente, observando a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais;
- c) harmonização das políticas públicas e ações administrativas para evitar conflitos de atribuições, guerras fiscais e econômicas e garantir uma atuação administrativa eficiente tecnicamente, com redução de custos e encargos aos municípios consorciados;
- d) garantir métodos e políticas padronizadas nos municípios consorciados, gerando emprego e renda de forma sustentável e ecologicamente corretas;
- e) garantir um processo de Gestão Ambiental nos municípios consorciados, garantindo responsabilidade socioambiental, compras sustentáveis e educação ambiental;
- f) valer-se de instrumentos de cooperação entre os ente federados, no âmbito Municipal, Estadual e Federal.

O desenvolvimento do **PROAMA** se dará através da realização de Projetos Ambientais capazes de garantir proteção, conservação e preservação ambiental:

PROJETO 01: Educação Ambiental

Objetivo: promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, fundamentalmente:

- a) o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais,



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

econômicos, científicos, culturais e éticos;

- b) a garantia de democratização das informações ambientais;
- c) o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- d) o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- e) o estímulo à cooperação entre as diversas regiões, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- f) o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- g) o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Ações estratégicas:

- promover e orientar a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente nos municípios consorciados;
- desenvolver atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação:
 - a) capacitação de recursos humanos para educação ambiental;
 - b) desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
 - c) produção e divulgação de material educativo;
 - d) acompanhamento e avaliação.
- promover a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino; especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;
- promover a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental; a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;
- realizar o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade nos municípios consorciados no que diz respeito à problemática ambiental.
- desenvolver instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- realizar a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;
- desenvolver instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;
- buscar alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;
- apoiar as iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

- montar rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações educativas ambientais;
- incentivar a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;
- visar a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;
- buscar a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;
- buscar a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;
- buscar a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;
- buscar a sensibilização ambiental dos agricultores e empresários;
- incentivar o ecoturismo;
- manter a população informada sobre todas as questões ambientais e como pode contribuir com preservação ambiental;
- constituir parques de preservação permanente para estudos e visitas escolares e da população;
- Organizar festividades, seminários, fóruns, conferências e outras com o tema Meio Ambiente.

PROJETO 02: Licenciamento Ambiental Municipal

Objetivo: Realizar um diagnóstico do arranjo legal e institucional da gestão ambiental dos Município Consorciados; Criar uma modelagem institucional para o Licenciamento Ambiental Municipal; e Capacitar agentes Ambientais Municipais.

Ações estratégicas:

- implantação do Sistema de Licenciamento Ambiental Municipal;
- melhoria do atendimento aos usuários, através das ações de controle ambiental no atendimento às demandas ambientais de impacto local;
- aumentar o número de atividades licenciadas;
- agilizar e otimizar o processo de licenciamento ambiental, reduzindo prazo na emissão das licenças ambientais, desburocratizando o sistema de licenciamento;
- estruturação do Organograma e fluxo de tramitação de licenças;
- fomentar à criação e implementação de instituições municipais de meio ambiente;
- intensificar a fiscalização do uso dos recursos naturais e das atividades potencialmente poluidoras, pela ação de agentes locais, visando coibir as ações de degradação ambiental;
- aumentar o número de atividades monitoradas e reduzir atividades irregulares;
- atuar na forma de administração ambiental preventiva, reduzindo passivos ambientais;
- capacitar os agentes ambientais licenciadores e fiscalizadores;
- criação e fortalecimento dos conselhos municipais de meio ambiente, paritários e representativos, e dos fundos municipais de meio ambiente;



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

- incentivar a participação dos órgãos públicos e sociedade civil municipal nas temáticas ambientais, estruturando os conselhos municipais de meio ambiente;
- implementação da legislação de meio ambiente e das políticas municipais de meio ambiente nos municípios consorciados;
- aumentar o número de atividades potencialmente poluidoras regularizadas, protegendo os recursos ambientais e melhorando a qualidade de vida dos munícipes;
- instituir o arranjo legal aplicável as atividades de licenciamento municipal;
- constituir equipe técnica apropriada para análises dos licenciamentos ambientais municipais;
- analisar a situação institucional atual, da legislação ambiental municipal existente, da estrutura organizacional existente; avaliação e levantamento do quadro técnico funcional dos municípios consorciados;
- realizar o diagnóstico sócio-econômico dos municípios e da bacia hidrográfica;
- criar um Manual do Licenciamento Ambiental;
- instituir o fluxograma do trâmite administrativo do licenciamento;
- realizar a instrução processual do licenciamento;
- realizar estudos ambientais adequados à avaliação dos impactos ambientais;
- organizar a legislação para habilitação ao licenciamento;
- regulamentação da equipe técnica para licenciamento ambiental;
- instituir a Fiscalização Ambiental adequada;
- organizar a estrutura administrativa e funcional para participação do Consórcio;
- instituir as taxas e cobranças do licenciamento ambiental;
- organizar os fluxos para os Recursos Administrativos;
- organizar e planejar os cursos de capacitação dos agentes públicos (público alvo, participantes, instituições), definindo os municípios sedes para realização dos cursos;
- realização de curso sobre licenciamento, legislação ambiental, sistemas de controle ambiental, avaliação de impacto ambiental, procedimentos de fiscalização para os agentes públicos;
- cumprir a legislação ambiental, possibilitando aos municípios consorciados exercerem, o poder de polícia administrativa, controle, licenciamento e fiscalização;
- conceder o licenciamento ambiental prévio para instalação, operação e ampliação de atividades poluidoras ou perturbadoras do meio ambiente nos municípios consorciados;
- estimular e contribuir para a recuperação de áreas degradadas.

PROJETO 03: Resíduos Sólidos

Objetivo: De acordo com o art. 4º, da Lei Federal 12.305/10, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos “reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação entre os Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado aos resíduos sólidos.”

Para o desenvolvimento sustentável deve ser visto como uma máxima política, um modelo que importe em diminuição do consumo, promoção de investimento e ampliação da capacidade dos indivíduos, elaboradas por meio da adoção de planos e estratégias de políticas públicas.



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

O Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina (Lei Estadual nº 14.675/2009), no seu art. 256, dispõe sobre os Resíduos Sólidos. De acordo com a Lei Estadual, o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos deve ser realizado pelos Municípios, preferencialmente de forma integrada.

Ações estratégicas:

- disciplinar o gerenciamento dos resíduos;
- estimular a implantação, em todos os Municípios catarinenses, dos serviços de gerenciamento de resíduos sólidos;
- estimular a criação de linhas de crédito para auxiliar os Municípios na elaboração de projetos e implantação de sistemas de tratamento e disposição final de resíduos sólidos licenciáveis pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente; e
- incentivar a cooperação entre as empresas, Estado e Municípios na adoção de soluções conjuntas para a gestão dos resíduos sólidos.

PROJETO 04: Serviços Ambientais

Objetivo: Desenvolver atividades para contribuir com o programa regulamentado pela Lei Estadual nº 15.133/10, que institui também a Política Estadual de Serviços Ambientais.

Consideram-se serviços ambientais, as funções ecossistêmicas desempenhadas pelos sistemas naturais que resultam em condições adequadas à sadia qualidade de vida. Em outras palavras, podemos dizer que são os serviços que resultam em bens ou produtos ambientais com valor econômico, obtidos diretamente pelo uso e manejo sustentável dos ecossistemas, assim como os serviços que mantêm as condições dos recursos ambientais naturais, de modo a garantir a integridade dos seus atributos para as presentes e futuras gerações.

A Lei nº 15.133/10 tem por objetivo implementar o pagamento das atividades humanas de preservação, conservação, manutenção, proteção, restabelecimento e melhoria dos ecossistemas que geram serviços ambientais. Estes pagamentos se darão por meio de três Subprogramas, quais sejam: Unidades de Conservação, Formação Vegetais, e Água.

Ações estratégicas:

- Contribuir para alcançar os objetivos da Lei nº 15.133/10.



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

EIXO ESTRATÉGICO 05

REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O objetivo é desenvolver ações intermunicipais relacionadas com a gestão dos recursos hídricos nos municípios consorciados.

Os municípios consorciados promoverão a integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estadual de recursos hídricos, a teor do que dispõe a Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994 e a Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e suas alterações.

A justificativa para desenvolvimento está na necessidade de organizar técnica e administrativamente os municípios do CIMCATARINA para formulação e implementação de políticas territoriais de impacto nos recursos hídricos, integrando-as com as Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, que nos trouxeram uma forma de gestão da água baseada no planejamento e manejo desses recursos de forma integrada, participativa e descentralizada.

De acordo com caput art. 1º da Lei 9.433/97, a gestão dos recursos hídricos deve ocorrer de forma descentralizada, contando com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades, ou seja, a gestão deve ocorrer de forma integrada e participativa.

Atualmente a questão da disponibilidade de água para o consumo humano é um dos maiores problemas socioambientais do mundo, pois nenhuma das questões ambientais que afligem a humanidade parece-nos pior do que a possibilidade de escassez completa desse recurso; de modo que se a gestão de águas continuar como está, é certa a escassez de água de qualidade. Hoje temos água suficiente, mas precisamos geri-la melhor. Com efeito, o valor desse bem tende a ficar cada vez mais alto, tornando premente a necessidade de reduzir a poluição hídrica e de buscar alternativas viáveis de aumento da oferta de água de modo a redefinir a utilização desse recurso.

Face a iminente situação de escassez de água ocasionada pela poluição dos recursos hídricos emerge uma nova forma de gestão destes recursos pautada no planejamento e manejo desses recursos de forma integrada, participativa e descentralizada.

Com a Constituição Federal de 1988 todas as águas tornaram-se públicas posto que enquanto recursos naturais são bens públicos de uso comum do povo, inclusive as subterrâneas, não mais existindo águas comuns ou particulares. Assim, os antigos proprietários de poços, lagos ou qualquer outro corpo de água passaram à condição de meros detentores dos direitos de uso dos recursos hídricos caso obtenham a necessária outorga prevista em lei.

O desenvolvimento se dará através da realização de projetos de gestão dos recursos hídricos capazes de equacionar o problema de demanda de água e a sua oferta através de procedimentos integrados de administração e planejamento considerando dentro dessa gestão a preservação dos recursos naturais.



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

PROJETO 01: Gerenciamento de Recursos Hídricos

Objetivo: contribuir no planejamento e no gerenciamento dos recursos hídricos nos territórios dos municípios consorciados, nas ações repassadas através de convênios de cooperação com o Estado ou com a União.

Ações estratégicas:

- Representar os municípios nos Comitês de Bacia Hidrográfica;
- Atuar em conjunto com o Estado ou União para implantação de sistemas de alerta e defesa civil para garantir a segurança e a saúde públicas, quando de eventos hidrológicos indesejáveis;
- Participar nas ações de programas desenvolvidos para municípios que sofreram prejuízos decorrentes de inundações de áreas por reservatórios bem como de outras restrições resultantes de leis de proteção aos mananciais;
- Colaborar no desenvolvimento de projetos de apoio aos municípios afetados por áreas de proteção ambiental de especial interesse para os recursos hídricos, com recursos provenientes do produto da participação, ou da compensação financeira do Estado no resultado da exploração de potenciais hídricos em seu território, respeitada a legislação federal;
- Fazer inventário de poços tubulares existentes, para verificação e regularização do cadastro órgão gestor de recursos hídricos e outorga de direito de uso dos recursos hídricos;
- Fazer monitoramento dos poços tubulares existentes, quanto ao uso e a qualidade da água;
- Integrar o Sistema Estadual e Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- Cooperar com o Estado ou União no gerenciamento de Recursos Hídricos.

PROJETO 02: Perfuração de Poços Artesianos

Objetivo: perfurar poços tubulares para captação de água, visando ao bem-estar social de comunidades e amenizar, prevenir ou cessar os efeitos da estiagem e das secas.

Ações estratégicas:

- Elaborar projetos de perfuração e captação de águas subterrâneas, efetuar cadastro e requerer a outorga de direito de uso dos recursos hídricos na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SDS, órgão gestor de recursos hídricos do Estado de Santa Catarina;
- Executar direta ou indiretamente a perfuração de poços tubulares, captação, armazenamento e uso de água, para atender a demanda dos municípios que estejam ou estiveram em estado de emergência e/ou de calamidade pública em decorrência da estiagem e/ou das secas; e para atender os municípios que necessitam de acesso à água;
- Formar, estruturar e gerir mão de obra especializada para operação das máquinas e dos equipamentos necessários para execução dos serviços de perfuração de poços tubulares profundos e/ou captação de água;
- Fazer monitoramento dos poços tubulares quanto ao uso e a qualidade da água;
- Cooperar com o Estado nos programas de perfuração de poços tubulares.

O CIMCATARINA poderá firmar acordos, convênios ou termos de cooperação, para realização programas conjuntos com a União e ou com o Estado de Santa Catarina.



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

EIXO ESTRATÉGICO 06

REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONJUNTOS CORRELATOS AS FINALIDADES DO CONSÓRCIO

A própria disposição em se consorciar já denota espaço aberto às transformações institucionais e maior facilidade em desconstituir os pontos de estrangulamento da gestão de cada Ente federado envolvido em face da interação entre as culturas organizacionais diferentes, que passam a se expor e interagir mutuamente, bem como, ser permeadas por estímulos e símbolos de otimização, competência e modernização. A execução ou contratação serviços para uso comum dos municípios, trará economia e melhoria na qualidade dos serviços públicos.

PROJETO 01: Serviços públicos conjuntos

Objetivo: Realização e ou contratação de serviços públicos conjuntos correlatos as finalidades do consórcio.

I – Proporcionar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores administrativos, sociais, institucionais e de infraestrutura, notadamente: seleção e gestão de pessoal, educação, esportes, cultura, saúde, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, meio ambiente, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação e segurança;

Ações estratégicas:

- Transferir tecnologias administrativas mútuas;
- Assessorar a elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores administrativos, sociais, institucionais e de infraestrutura, notadamente: seleção e gestão de pessoal, educação, esportes, cultura, saúde, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, meio ambiente, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação e segurança;
- Articular com os municípios consorciados a defesa dos seus interesses para o desenvolvimento regional face às esferas Estadual e Federal;
- Promoção de estudos, projetos e serviços técnicos de engenharia, arquitetura, topografia e correlatos;
- Aquisição, administração ou gestão associada de bens e serviços, bem como o compartilhamento de equipamentos, instalações, máquinas e pessoal, para desenvolvimento de ações ou programas Federais e Estaduais nos municípios consorciados;
- Prestar assessoria e orientação para Captação de Recursos Federais;
- Auxiliar e orientar na formação de cursos e treinamentos aos servidores para garantir desenvolvimento e especialização dos diversos públicos municipais;
- Integração em níveis executivos das diversas ações com o meio ambiente e desenvolvimento de ações conjuntas de vigilância sanitária, epidemiológica e infraestrutura;
- Financiamento do consórcio e dos municípios consorciados através de repasses do Governo Federal e Estadual;
- Firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais e econômicas de outras entidades e órgãos do governo seja no âmbito Federal ou Estadual.



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

PROJETO 02: Diagnóstico Socioambiental

Objetivo: elaborar o Diagnóstico Socioambiental no Perímetro Urbano dos municípios consorciados.

Ações estratégicas:

- Elaborar o Diagnóstico Socioambiental no Perímetro Urbano dos municípios, visando nortear as políticas urbanas a partir da identificação de áreas urbanas consolidadas, áreas de interesse ecológico relevante e áreas de risco. O referido estudo vai apresentar os principais elementos da área de interesse, de modo a subsidiar as ações para o desenvolvimento urbano e regional, em consonância com as Leis Municipais; nos termos da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009; Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009; da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e sob as orientações do Parecer Técnico do Ministério Público de Santa Catarina no 34/2014/GAM/CIP.

PROJETO 03: Serviços de Trabalhos Ambientais e Planejamento Urbano

Objetivo: prestar serviços de trabalhos ambientais e planejamento urbano para municípios consorciados.

Ações estratégicas:

- Elaborar e Revisar os Planos Municipais de Saneamento Básico;
- Fazer o Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
- Elaborar e Revisar os Planos Diretores;
- Realizar o diagnóstico da situação ambiental de equipamentos e/ou obras públicas;
- Elaborar Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD);
- Elaborar os Planos Municipais de Mobilidade Urbana;
- Licenciamento dos equipamentos e/ou obras públicas;
- Elaborar os Plano Estratégico Ambiental;
- Desenvolver ferramentas para subsidiar o planejamento urbano;
- Instituir o Sistema de Informações Geográficas;
- Prestar outros serviços de trabalhos ambientais não especificados;
- Elaborar outros planejamentos urbanos não especificados.

PROJETO 04: Sistema Unificado de Fornecedores e Sistema para Licitações

Objetivo: Desenvolver em cooperação com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA o “Sistema Unificado de Fornecedores” e o “Sistema para Licitações”.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA ficará responsável pela criação dos sistemas (softwares) e o CIMCATARINA ficará responsável pela operacionalização dos sistemas.

Ações estratégicas:

- Sistema do Cadastro Unificado de Fornecedores
 - Cadastro Unificado de Fornecedores
 - Controlar a Regularidade Fiscal
 - Cadastrar Fornecedores com Suspensão



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

- Cadastrar Fornecedores com Inidoneidade (replicar dados do Federal)
- Sistema para Licitações
 - Criar o Cadastro de Licitações: Publicar extratos, edital na integra, anexos, atas, contratos, resultados, adjudicação, homologação e outros; Servir de publicidade como transparência ativa; Integrar para publicar automaticamente no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
 - Criar um Sistema de Preço de Referência para bens pré-qualificados para uso nas licitações compartilhadas e individuais dos municípios;
 - Criar um Banco de Preços Registrados;
 - Criar um Sistema para Orçamentos;
 - Criar um Sistema de Compra Direta.

Obs.: Os itens previstos serão acrescidos, complementados e ou alterados conforme necessidade.

CIS/AMMVI**RESOLUÇÃO Nº 126/2016 - CISAMVI**

RESOLUÇÃO Nº. 126, de 25 de novembro de 2016.

Adota o sistema on-line para movimentação financeira do CISAMVI, e da outras providências.

Pedro Celso Zuchi, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios consorciados e em especial as competências estabelecidas no Artigo 28, Incisos I a V do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando a necessidade de agilizar e operacionalizar a movimentação financeira dos recursos desta Agência de Regulação;

RESOLVE:

Art. 1º. Adotar o sistema on-line para movimentação financeira dos recursos do CISAMVI, compreendendo:

- I – Movimentação eletrônica;
- II – Transferências bancárias;
- III – Pagamentos diversos;
- IV – Recebimento entre contas e bancos;
- V – Pagamento de tributos diversos.

§ 1º. A movimentação financeira de que trata este artigo refere-se às contas abaixo relacionadas, mantidas junto a Caixa Econômica Federal, Agência 0852:

Conta nº 148-3 (medicamentos)

Conta nº 149-1 (convênios) e

Conta nº 150-5 (manutenção).

Art. 2º. Conceder à Srta. Daniella de Souza Martins, ocupante do cargo de Agente Administrativo, CPF: 066.186.539-83 e RG: 4.907.655 e ao Senhor Marcos da Rocha, ocupante do cargo de Agente Administrativo, CPF: 071.920.559-05 e RG: 5.149.878, empregados públicos do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI; amplos poderes, isoladamente e especificamente, para realizar a movimentação a que alude esta Resolução.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 25 de novembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Presidente da CISAMVI

RESOLUÇÃO Nº 127/2016 - CISAMVI

RESOLUÇÃO Nº. 127, de 25 de novembro de 2016.

Dispõe Sobre a Revogação de Competências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios Consorciados e com fundamento nos art. 28, art. 32 e art. 34 do Estatuto do CISAMVI; e

Considerando a Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25/11/2017;

RESOLVE:

Art. 1º- Fica revogada a Resolução nº 111, de 01/02/2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, em 19/02/2016, Edição nº 1936, p. 563, que delega competências ao Diretor Executivo do Consórcio Público, ad referendum da Assembleia Geral.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 25 de novembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Presidente da CISAMVI

CIS/AMURES**COMUNICADO DE EXONERAÇÃO**

Comunicado de Exoneração

Ana Paula Medeiros Padilha Kiba
Cargo: Digitadora

Conforme pedido de exoneração de cargo efetivo, datado de 17 de novembro de 2016, emitido por V. Sa. e encaminhado ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, informamos a rescisão de seu contrato de trabalho a partir desta data conforme Portaria no. 05/2016, publicada no dia 25 de novembro de 2016.

Lages, 25 de novembro de 2016.

Consorcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES
Nalu Terezinha Julio
Diretora Executiva

Declaro estar ciente do acima exposto
Lages, 25 de novembro de 2016.

Ana Paula Medeiros Padilha Kiba
CPF 040813879-31

PORTARIA Nº 07/2016 - CIS/AMURES

Portaria n.07/2016.

Dispõe acerca da exoneração de empregado público a pedido, e da outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, Pe. EDILSON JOSÉ DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais, constantes da Cláusula Vigésima Sexta, inciso XX, do Contrato de Consorcio Público, demais disposições legais aplicáveis a espécie,

RESOLVE:

Art. 1o. Exonerar a pedido, a empregada pública, ANA PAULA MEDEIROS PADILHA KIBA, do cargo de DIGITADORA, admitida através da Portaria no. 05/2016, de 01 de junho de 2016.

Art. 2o. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Lages, 25 de novembro de 2016.
Pe. EDILSON JOSÉ DE SOUZA
Presidente do CIS/AMURES

CPIMMOC**CONTRATO Nº 11/2016 DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORA**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 11/2016

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM CONSÓRCIO PÚBLICO MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC E A EMPRESA CONCÓRDIA MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA- LTDA.

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado - CPIMMOC Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, estabelecido à Rua Roberto Trompowiski, 682º andar centro município de Joaçaba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal de Ouro, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a Empresa CONCÓRDIA MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA- LTDA, CNPJ 04.556.398/0001-06, Inscrição Estadual: 254.268.234, representada por seu Diretor Presidente o senhor ALZEMIR MACHADO, CPF: brasileiro, portadora do CPF Nº 531.112.909-30 e RG Nº 1.707.663, com sede a Rua Airton Senna da Silva, nº 435 Bairro Jardim Alvorada no Município de Joaçaba (SC), doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual para a prestação de serviços através de Locação e Manutenção de Multifuncional E Pson Ecotank L375 com CD de instalação com base no art. 23, §8º, da Lei Federal nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e de acordo com cláusulas e condições descritas neste Contrato:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
REVOGAÇÃO CONTRATUAL**

A presente cláusula tem por objetivo revogar todas as disposições contidas no Contrato de Prestação de Serviço Nº 10/2016, postado no Site Oficial do DOM, com data de publicação do dia 26/10/2016, envolvendo as mesmas partes ora contratantes, bem como, estabelecer as cláusulas que seguem para a prestação do serviço contratado.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO GERAL**

O presente contrato tem como objeto a contratação direta de prestação de serviços de locação e manutenção de máquina xero copiadora MULTIFUNCIONAL, modelo EPSON ECOTANK L375 e CD DE INSTALAÇÃO.

DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos deste instrumento são os seguintes:

- I – locação de copiadora e impressora com velocidade mínima de 33 cópias por minuto, ampliação e redução em ZOOM de 25 a 400%, gaveta de alimentação de papel para 250 folhas;
- II – Manutenção preventiva e corretiva do equipamento, com substituição de peças, incluindo reposição de toner e papel, sob a responsabilidade exclusiva da Contratada;

III – Entende-se por manutenção a obrigação da contratada a manter o equipamento em Bom estado de funcionamento, onde sejam legíveis as cópias nele efetuadas. Corrigindo eventuais falhas do equipamento, efetuando alterações necessárias ao bom funcionamento do referido;

IV – A Contratada deverá colocar a disposição os equipamentos na data do prazo de vigência, em perfeitas condições de uso;

V – A Contratada se responsabiliza pela primeira instalação da multifuncional na rede da Contratante, havendo formatação de máquina ou mudança de máquina que a impressora estiver instalada, ou ainda, caso haja continuidade do contrato ou renovação; e

VI – Os eventuais danos por questões como furto e causas naturais como raios, terremotos, inundações serão responsabilidade da CONTRATANTE, contudo, os riscos de rotina como: danos causados por piques de luz e quedas de energia correrão por conta da CONTRATADA, vez que inerentes e previsíveis.

CLAUSULA TERCEIRA

DO LOCAL DOS SERVIÇOS

A locação será para o fornecimento do equipamento junto às instalações do Projeto de Licenciamento Ambiental no Edifício, Onique Office à rua, Frei Edgar, nº 138 4º andar, sala 408, centro Joaçaba/SC.

Quando necessário levar equipamento para conserto fora do estabelecimento, fica a CONTRATADA responsável em repor outro equipamento em substituição.

CLÁUSULA QUARTA

DO ATENDIMENTO

Os serviços hora contratados serão executados e caso necessário reparos ou solicitação de atendimento técnico, para manutenção corretiva e preventiva, sempre que necessário, durante a vigência deste contrato, deverá ser procedido pela Executada em até 24 (vinte e quatro) horas após o chamado da Contratante, em horário comercial, ou seja: 8h.30min às 12:00horas e das 13h30min às 18:00horas. O descumprimento ou inobservância deste prazo por parte da Contratada determinará infração contratual e/ou rescisão contratual.

O presente instrumento vigorará pelo período de 01 de novembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado conforme acordo entre as partes.

O presente instrumento poderá ser rescindido por quaisquer das partes, a qualquer tempo, com ou sem motivo justificado, mediante simples comunicação por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem qualquer ônus para as partes, respeitando-se as obrigações assumidas. O presente contrato será considerado automaticamente rescindido, por quaisquer das partes, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, no caso de:

I - falência decretada, concordata deferida, insolvência ou extinção de quaisquer das partes contratantes;

II - descumprimento de cláusulas e/ou condições do contrato, arcando a parte infratora com multa contratual no valor correspondente a 02 (dois) meses de serviços prestados;

III - pela cessão ou transferência dos direitos e obrigações do presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

IV - pela paralisação dos serviços, sem justa causa e sem prévia comunicação à CONTRATANTE.

Rescindido o instrumento contratual, poderá a CONTRATANTE, entregar a prestação dos serviços a quem ela bem entender, independentemente de consulta, interferência ou autorização da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA

DA REMUNERAÇÃO

Pela prestação dos serviços descritos na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA à importância fixa mensal de R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta reais) com a franquia de 1000 folhas mensais.

O valor ora avençado será pago pela CONTRATANTE no último dia útil do mês referente à prestação dos serviços objeto do presente instrumento, por meio de cheque nominal ou depósito bancário, ou transferência bancária.

Todos os tributos federais, estaduais ou municipais, bem como, todos os encargos sociais e previdenciários que incidirem ou vierem a incidir em função deste contrato serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

O preço estipulado será revisto ou reajustado anualmente pela variação da acumulação IGP-M, ou índice que vier substituí-lo, do período de dezembro/janeiro.

A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal, tendo a CONTRATANTE, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para a conferência, observados os artigos 73 a 76, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I - efetuar os pagamentos à CONTRATADA dentro dos prazos e condições acordadas; e

II - fornecer todas as informações necessárias, prestando esclarecimentos de forma a permitir o bom andamento dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:

I – executar o objeto do presente contrato;

Este contrato não cria ou estabelece vínculo empregatício da CONTRATANTE com relação ao pessoal que a CONTRATADA vier a empregar, direta ou indiretamente, na execução dos serviços ora contratados,

CLÁUSULA OITAVA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As comunicações entre as partes para acompanhamento e controle do presente Contrato, serão sempre feitas por escrito, podendo inclusive ser por Correio Eletrônico.

**CLÁUSULA NONA
DO FORO**

Para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Joaçaba, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas abaixo nomeadas.

Joaçaba, 1 de novembro de 2016.

VITOR JOÃO FACCIN
Presidente CPIMMOC
CONTRATANTE

ALZEMIR MACHADO
Concórdia Materiais De Escritório e Informática- LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

MARIZE COLETTI
Diretora Executiva

Paulo Cesar da Cunha Tavares
Assessor Jurídico – AOB:1244-7